SIGPUB - Sistema Gerenciador de Publicações Legais

JORNAL OFICIAL
ELETRÔNICO DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DE MATO GROSSO

Mato Grosso , 27 de Junho de 2014 • Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso • ANO IX | Nº 2002

ESTADO DE MATO GROSSO
ASSOCIAÇÃO MATO-GROSSENSE DOS MUNICÍPIOS - AMM-MT

RECURSOS HUMANOS E COMPRAS
TERMO DE CONTRATO Nº. 018/2014

OBJETO: CESSÃO DE USO DO ESPAÇO PERTENCENTE Á CEDENTE PARA FINS DE FORNECIMENTO DE REFEIÇÃO AOS FUNCIONÁRIOS DA AMM.
CONTRATANTE: Associação Matogrossense dos Municípios - AMM.
CONTRATADA: **PIRES DE MIRANDA LTDA - EPP**
VIGÊNCIA: Será até 31/12/2014.

VALDECIR LUIZ COLLE
Presidente da AMM

Publicado por:
Luciana Pereira dos Santos
Código Identificador:F33B29CA

ASSOCIAÇÃO MATO-GROSSENSE DOS MUNICÍPIOS (AMM)

Diretoria da AMM
biênio 2013/2014

Presidente de Honra: Meraldo Figueiredo Sá- PSD

Presidente: Valdecir Luiz Colle – Juscimeira -PSD
Primeiro Vice-Presidente: Milton José Toniazzo – Terra Nova do Norte – DEM
Segundo Vice-Presidente: Jamar da Silva Lima – Nova Brasilândia - PT
Terceiro Vice-Presidente: Marcos de Sá Fernandes da Silva - Santa Cruz do Xingu - PSB
Quarto Vice-Presidente: João Antônio da Silva Balbino – Rosário Oeste - PSB
Quinto Vice-Presidente: Leonardo Farias Zampa – Novo São Joaquim - PR
Secretário Geral: Carlos Roberto Bianchi – São José dos Quatro Marcos - PSB
Primeiro Secretário: Elias Leal-Mirassol D´Oeste - PSD
Segundo Secretário: Humberto Bortolini – Itiquira - PR
Tesoureiro Geral: Moacir Pinheiro Piovezan – Porto dos Gaúchos PSB
Primeiro Tesoureiro: Divina Maria da Silva Oda – Pontal do Araguaia - PSB
Segundo Tesoureiro: Ademir Gaspar de Lima – Jaciara – PT

CONSELHO FISCAL

1 – Magali Amorim Vilena Morais – General Carneiro - PSD
2 – Fábio Schroeter – Campo Verde - PTB
3 – Fausto Aquino de Azambuja Filho – Luciara (PSB)

SUPLENTES DO CONSELHO FISCAL

1 – Luiz Henrique do Amaral – Cocalinho - PT
2 – Daniel Gonzaga Correia – Vale de São Domingos - PP
3 – José Mauro Figueiredo – Arenápolis – PRB

GERÊNCIA DE COMUNICAÇÃO

Gerente de Comunicação
Malu Sousa

Encarregado Jornal
Noides Cenio da Silva

Entre em Contato:
jornaloficial@amm.org.br
(65) - 2123-1270

O Diário Oficial dos Municípios do Estado do Mato Grosso é uma solução voltada à modernização e transparência da gestão municipal.

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BOA

CÂMARA MUNICIPAL
PORTARIA 022/2014

"Concede férias regulamentares a Servidor e dá outras providências".

O Presidente da Câmara Municipal de Água Boa/MT, Senhor José Ari Zandoná, no uso de suas atribuições legais e regimentais que lhes são conferidas;
Resolve:

Art. 1º - Ficam concedidas férias regulamentares a Servidora **Adriana Marmet Rodrigues de Moura ,** portadora do RG nº 0269271-6 SSP/MT e CPF nº 791851851-91, referente ao período aquisitivo compreendido de 13/05/2013 à 12/05/2014, que serão gozadas a partir de 30/06/2014 à 29/07/2014, com retorno previsto para 30/07/2014.

§ Único – Fica a Secretaria Executiva da Câmara Municipal autorizada a efetuar o pagamento das férias descritas acima, acrescidas de 1/3 (um terço) do salário normal da Servidora, de conformidade com o estabelecido no Art. 7°, Inciso XVII, da Constituição Federal.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala da Presidência, 26 de Junho de 2014.

JOSÉ ARI ZANDONÁ
Presidente

Publicado por:
Alceu Penteado Junior
Código Identificador:BFAF3204

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL 036/2014

A Pregoeira da Prefeitura Municipal de Água Boa, Estado de Mato Grosso, designada pelo Decreto 2643/2014; torna público o resultado da sessão que se realizou na data de 26/06/2014, licitação na modalidade de Pregão Presencial, Menor Preço por item cotado que teve como vencedora: Empresa Disbral – Distribuidora Brasileira de Asfalto S/A.

Água Boa, 26 de junho de 2014.

IVANIA CEZIRA VOLPI
Pregoeira

Publicado por:
Ivania Cezira Volpi
Código Identificador:80B654E0

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº 041/2014

A Prefeitura Municipal de Água Boa, estado de Mato Grosso, através do seu Pregoeiro Oficial, nomeado pelo Decreto nº. 2643/2014 comunica aos interessados que será aberta licitação na modalidade de Pregão Presencial regida pela n°. Lei 10.520 de 17 de julho e 2.002, com aplicação subsidiária da Lei nº. 8.666/93, e suas alterações posteriores e demais disposições aplicáveis.
MODALIDADE: Pregão Presencial nº. 041/2014.

OBJETO: Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de locação de sistemas integrados de gestão pública, incluindo conversão de dados, implantação e treinamento.
REALIZAÇÃO: 18/07/2014.
INICIO ABERTURA DOS ENVELOPES: 08h30min
O Edital contendo as instruções estará à disposição dos interessados na sede da Prefeitura Municipal de Água Boa MT, no horário das 07h30min às 11h30min e das 13h30min às 17h30min horas, no site da prefeitura www.aguaboa.mt.gov.br e nos emails licitacao@aguaboa.mt.gov.br, pregão@aguaboa.mtgov.br.

Água Boa, 26 de junho de 2014.

IVANIA CEZIRA VOLPI
Pregoeira

Publicado por:
Ivania Cezira Volpi
Código Identificador:EE4EBB67

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTA FLORESTA

PREFEITURA MUNICIPAL
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 045/2014

A Prefeitura Municipal de Alta Floresta, através de seu Pregoeiro Oficial torna público que estará realizando licitação na Modalidade de **PREGÃO PRESENCIAL Nº 045/2014,** regida pela Lei Federal nº 10.520/2002, pelo Decreto Municipal nº 2.227/2006, subsidiada pela Lei Federal nº 8.666/1993. **Objeto:** REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PARA LABORATÓRIO COM FORNECIMENTO DE EQUIPAMENTOS EM COMODATO PARA A EXECUÇÃO DOS EXAMES COM GARANTIA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA CONTINUADA AOS EQUIPAMENTOS CEDIDOS. **Julgamento:** MENOR PREÇO POR LOTE. **Inicio da Sessão:** Dia 10/07/2014. **Horário:** 08:30 horas (Horário Oficial de Mato Grosso). **Local:** Sala de Licitação da Prefeitura Municipal de Alta Floresta – Situada à Avenida Ariosto da Riva, 3391, Centro – Alta Floresta – MT, CEP 78.580-000. Retirada do edital na Prefeitura de Alta Floresta ou através do site *www.altafloresta.mt.gov.br*, informações pelo telefone (66) 3512-3112 ou na Prefeitura Situada à Avenida Ariosto da Riva, 3391, Centro, Alta Floresta – MT, durante o horário de atendimento.

ALTA FLORESTA-MT, 26 DE JUNHO DE 2014.

MIRALDO GOMES DE SOUZA
Pregoeiro Oficial

Publicado por:
Miraldo Gomes de Souza
Código Identificador:4A47F9EA

PREFEITURA MUNICIPAL
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 046/2014

A Prefeitura Municipal de Alta Floresta, através de seu Pregoeiro Oficial torna público que estará realizando licitação na Modalidade de **PREGÃO PRESENCIAL Nº 046/2014,** regida pela Lei Federal nº 10.520/2002, pelo Decreto Municipal nº 2.227/2006, subsidiada pela Lei Federal nº 8.666/1993. **Objeto:** REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE 02 TRATORES AGRÍCOLA POTÊNCIA MINIMA 60CV. **Julgamento:** MENOR PREÇO. **Inicio da Sessão:** Dia 10/07/2014. **Horário:** 10:30 horas (Horário Oficial de Mato Grosso). **Local:** Sala de Licitação da Prefeitura Municipal de Alta Floresta – Situada à Avenida Ariosto da Riva, 3391, Centro – Alta Floresta – MT, CEP 78.580-000. Retirada do edital na Prefeitura de Alta Floresta ou através do site *www.altafloresta.mt.gov.br*, informações pelo telefone (66) 3512-3112 ou na Prefeitura Situada à Avenida Ariosto da Riva, 3391, Centro, Alta Floresta – MT, durante o horário de atendimento.

ALTA FLORESTA-MT, 26 DE JUNHO DE 2014.

MIRALDO GOMES DE SOUZA
Pregoeiro Oficial

Publicado por:
Miraldo Gomes de Souza
Código Identificador:E0F09957

PREFEITURA MUNICIPAL
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 047/2014

A Prefeitura Municipal de Alta Floresta, através de seu Pregoeiro Oficial torna público que estará realizando licitação na Modalidade de **PREGÃO PRESENCIAL Nº 047/2014,** regida pela Lei Federal nº 10.520/2002, pelo Decreto Municipal nº 2.227/2006, subsidiada pela Lei Federal nº 8.666/1993. **Objeto:** REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE DIVISORIAS E FORRO DE PVC NOS PRÉDIOS PÚBLICOS. **Julgamento:** MENOR PREÇO POR ITEM. **Inicio da Sessão:** Dia 14/07/2014. **Horário:** 08:30 horas (Horário Oficial de Mato Grosso). **Local:** Sala de Licitação da Prefeitura Municipal de Alta Floresta – Situada à Avenida Ariosto da Riva, 3391, Centro – Alta Floresta – MT, CEP 78.580-000. Retirada do edital na Prefeitura de Alta Floresta ou através do site *www.altafloresta.mt.gov.br*, informações pelo telefone (66) 3512-3112 ou na Prefeitura Situada à Avenida Ariosto da Riva, 3391, Centro, Alta Floresta – MT, durante o horário de atendimento.

ALTA FLORESTA-MT, 26 DE MAIO DE 2014.

MIRALDO GOMES DE SOUZA
Pregoeiro Oficial

Publicado por:
Miraldo Gomes de Souza
Código Identificador:5C048AE9

PREFEITURA MUNICIPAL
AVISO DE LICITAÇÃO DESERTA PREGÃO PRESENCIAL Nº 037/2014

A Prefeitura Municipal de Alta Floresta, através de seu Pregoeiro Oficial torna público para conhecimento dos interessados que o procedimento licitatório de **PREGÃO PRESENCIAL Nº 037/2014,** teve como resultado final LICITAÇÃO **"DESERTA"**.

ALTA FLORESTA-MT, 09 DE JUNHO DE 2014

MIRALDO GOMES DE SOUZA
Pregoeiro Oficial

Publicado por:
Miraldo Gomes de Souza
Código Identificador:52AD0839

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO ARAGUAIA

CÂMARA MUNICIPAL
DECRETO ORÇAMENTÁRIO Nº58/2014

Abre Crédito Suplementar na Unidade Orçamentária da (o) CAMARA MUNICIPAL DE ALTO ARAGUAIA, por Anulação Parcial de Dotações orçamentárias, e dá outras providências

O(a) Prefeito(a) Municipal de ALTO ARAGUAIA, ESTADO DE MATO GROSSO , República Federativa do Brasil, usando das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município e pela Lei nº 3306 de 20/12/2013,

DECRETA:

Artigo 1º - Abre Crédito Suplementar nas Unidades Orçamentárias do (a) CAMARA MUNICIPAL DE ALTO ARAGUAIA discriminadas abaixo:

01.001 - CAMARA MUNICIPAL

01.031.0001.2069 - Manutenção da Câmara Municipal

3.3.90.92.00.00 - Despesas de Exercícios Anteriores 10.000,00
10.000,00

Total Geral de Suplementações ...: 10.000,00

Artigo 2º - A suplementação decorrente do artigo anterior correrá a conta de Anulação Parcial de Dotações abaixo discriminadas:

01.001 - CAMARA MUNICIPAL

01.031.0001.2069 - Manutenção da Câmara Municipal

3.3.90.93.00.00 - Indenizações e Restituições 10.000,00
10.000,00

Total de Reduções...: 10.000,00

Artigo 3º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do (a) Presidente Câmara.

ALTO ARAGUAIA/MT, 11 de Junho de 2014.

VANDELRAQUES DE CASTRO
Presidente

Publicado por:
Lucidaria Paes Ferreira Nunes
Código Identificador:104E55B6

GERÊNCIA DE LICITAÇÃO
RESULTADO DE LICITAÇÃO - PREGÃO 094/2014

A Prefeitura Municipal de Alto Araguaia – Estado de Mato Grosso, situada na Av. Carlos Hugueney, n.º572 centro, Alto Araguaia–MT, CEP 78.780-000, através da Pregoeira e sua equipe de apoio, torna público para conhecimento de todos e a quem possa interessar, que apesar de ter feito todas as publicações necessárias e enviado o Edital para algumas empresas que solicitaram via e-mail, não houve comparecimento na sessão de abertura do supracitado processo licitatório, **cujo objeto trata de Aquisição de materiais didáticos (livros) para complementação da bibliografia básica do curso de pedagogia/UFMT/UAB**, tornando-o **DESERTO.** Informações mais detalhada com a equipe de apoio e pregoeira pelo fone (66) 3481-2885.

Alto Araguaia – MT 26 de Junho de 2014.

RENATA FERMINO DE OLIVEIRA
Pregoeira

Publicado por:
João Batista Pereira de Rezende
Código Identificador:20E1B03F

GERÊNCIA DE LICITAÇÃO
ADITIVOS DE JUNHO

Primeiro termo aditivo ao contrato: 117/2014
Contratada: Construtora R4 ltda
Objeto: REFORMA DE PONTES no município de Alto Araguaia – MT
Da alteração de cláusula: Fica alterada a cláusula 5.2 do contrato original suprimindo o LOTE 01 – Serviços de reforma da ponte do córrego Boiadeiro que liga o bairro São Francisco a rua Laura Vicuña.
Do valor e dotação orçamentária: Em virtude da alteração da CLÁUSULA 5.2 acima especificado fica suprimido o valor de R$ 25.196,20 (vinte e cinco mil cento e noventa e seis reais e vinte centavos). O valor acima descrito será revogado na seguinte dotação orçamentária:
05.003-26.782.0009.1007-4.4.90.51.00.00 – 0100 – **70** – Secretaria de Obras – Coordenadoria de obras públicas – Obras e Instalações;
Data: 02/06/2014

Alto Araguaia 26/06/2014

RENATA FERMINO DE OLIVEIRA
Setor de Licitações

Publicado por:
João Batista Pereira de Rezende
Código Identificador:EA90201A

GERÊNCIA DE LICITAÇÃO
CARTA CONVITE 009/2014 – EDITAL RESUMIDO

A Prefeitura Municipal de Alto Araguaia – Estado de Mato Grosso, situada na Av. Carlos Hugueney, n.º572 centro, Alto Araguaia–MT, CEP 78.780-000 através da sua Comissão Permanente de Licitação, torna público, para quem possa interessar, que realizará às **14:30 horas (Brasília), do dia 04/07/2014**, licitação na modalidade supracitada, do tipo menor preço por Lote, com regime de execução indireta e sob empreitada por preço Unitário, que tem por objeto: **CONSTRUÇÃO DE MURO DE ARRIMO E SERVIÇO DE ASSENTAMENTO DE BLOQUETES SOBRE COLCHÃO DE AREIA EM DIVERSAS RUAS DESTE MUNICÍPIO.** INFORMAÇÃO MAIS DETALHADA, EDITAL E PROJETO COMPLETOS PODERÃO SER SOLICITADAS NO ENDEREÇO supracitado, de Segunda a Sexta–feira, das 13:00 às 18:00 horas, com a Comissão Permanente de Licitação, pelo tel. (66) 3481-2885, site www.altoaraguaia.mt.gov.br: e_mail: lici.altoaia@gmail.com.br.

Alto Araguaia – MT, 26 de Junho de 2014.

ANTÔNIO BARCELOS CESÁRIO
Presidente da CPL

Publicado por:
João Batista Pereira de Rezende
Código Identificador:BE147F52

GERÊNCIA DE LICITAÇÃO
TOMADA DE PREÇOS 030/2014 – EDITAL RESUMIDO

A Prefeitura Municipal de Alto Araguaia – Estado de Mato Grosso, situada na Av. Carlos Hugueney, n.º572 centro, Alto Araguaia–MT, CEP 78.780-000 através da sua Comissão Permanente de Licitação, torna público, para quem possa interessar, que realizará às 09:00 horas (Brasília), do dia 15/07/2014, licitação na modalidade supracitada, do tipo melhor proposta pelo Menor Preço, com regime de execução indireta e sob empreitada por preço global, que tem por objeto: Contratação de Empresa Especializada para Realização de Concurso Público para Compor o Quadro Efetivo da Secretaria Municipal de Educação. Informação mais detalhada e edital completo poderão ser solicitadas no endereço supracitado, de Segunda a Sexta–feira, das 13:00 às 18:00 horas, com a Comissão Permanente de Licitação, pelo tel. (66) 3481-2885, site http://www.altoaraguaia.mt.gov.br: e_mail: lici.altoaia@gmail.com.br

Alto Araguaia – MT, 26 de Junho de 2014.

ANTÔNIO BARCELOS CESÁRIO
Presidente da CPL

Publicado por:
João Batista Pereira de Rezende
Código Identificador:5D04285C

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
TERMO DE NÃO COMPARECIMENTO/DESISTÊNCIA N°. 002/2014 - DO CONCURSO PÚBLICO 001/2011

Certificamos para os devidos fins, que referente ao Edital de Convocação nº. 08/2014 válido no período compreendido entre 27 de maio de 2014 e término em 25 de junho de 2014;
Não compareceu para assumir sua vaga a seguinte candidata com o respectivo cargo:

ASSISTENTE SOCIAL

Classificação	Inscrição	Nome
02	2310	IARA MENDES DE ALMEIDA

Por não ter comparecido dentro do prazo estipulado, foi automaticamente considerada como desistente, ficando a Administração livre para chamar o próximo candidato seguindo a ordem de classificação.
Por ser expressão da verdade, firmamos o presente Termo para todos os efeitos legais de direito.

Alto Araguaia-MT, 25 de junho de 2014.

JERÔNIMO SAMITA MAIA NETO
Prefeito Municipal

RINALDO TAVEIRA RIBEIRO
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Angela da Silva Ribeiro
Código Identificador:B7C4FFC9

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 10/2014 - CONCURSO PÚBLICO 001/2011

O Sr. JERÔNIMO SAMITA MAIA NETO, Prefeito Municipal de Alto Araguaia, Estado de Mato Grosso, no exercício de suas atribuições e de acordo com o Resultado Final do Concurso Público edital n° 001/2011, CONVOCA a candidata abaixo relacionada a comparecer no Setor de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Alto Araguaia-MT, situada à Avenida Carlos Hugueney, n° 572, munida dos documentos necessários à comprovação dos requisitos para posse no cargo pleiteado no prazo máximo de 30 (trinta) dias sob pena de ser considerada como desistente.

ASSISTENTE SOCIAL

Classif.	Inscrição	NOME
03	2566	EDNALVA RIOS DE QUEIROZ

Alto Araguaia – MT, 26 de Junho de 2014

JERÔNIMO SAMITA MAIA NETO
Prefeito Municipal

DOCUMENTOS PARA POSSE

Atestado de sanidade física e mental emitido pelo Médico do Trabalho da junta Médica Oficial do Município;
R.G. (fotocópia);
C.P.F. (fotocópia);
Documento comprobatório de Escolaridade exigido para o cargo – (Diploma ou histórico escolar com certidão de conclusão do curso) (fotocópia);
Documento comprobatório de Registro no respectivo Conselho de Classe, se for o caso (fotocópia);
Certificado de reservista ou dispensa de incorporação do Serviço Militar (para o sexo masculino) (fotocópia);
Título de eleitor (fotocópia);
Certidão eleitoral;
Certidão Negativa de Antecedentes Criminais, emitida pelo Fórum da Comarca de domicílio do candidato;
Declaração de não ocupar ou receber proventos de aposentadoria de cargo, emprego ou função pública, ressalvados os cargos acumuláveis previstos na Constituição da República;
Declaração de bens e valores que constituem seu patrimônio e dos dependentes;
Declaração de que não foi demitido por justa causa ou em decorrência de processo administrativo ou criminal
Comprovante de residência e telefone para contato (fotocópia);
Certidão de Nascimento ou Casamento com CPF do cônjuge, se for o caso (fotocópia);
Certidão de Nascimento e Atestado de Freqüência Escolar dos filhos menores de 14 anos, se for o caso (fotocópia);
Cartão de Vacina dos filhos menores de 7 anos, se for o caso (fotocópia);
01 foto 3x4;
Comprovante de inscrição no PIS/PASEP (fotocópia);
Carteira de Trabalho (fotocópia);
Número de conta corrente para recebimento do Salário.

OBS.: NENHUM CANDIDATO SERÁ EMPOSSADO COM A DOCUMENTAÇÃO INCOMPLETA

Publicado por:
Angela da Silva Ribeiro
Código Identificador:4D58A3C0

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO BOA VISTA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EDITAL COMPLEMENTAR N° 010/2014

JULGAMENTO DOS RECURSOS SOBRE O RESULTADO DA PROVA OBJETIVA DE MÚLTIPLA ESCOLHA, PROVAS PRÁTICAS E PROVA DE TÍTULOS

O Prefeito Municipal de Alto Boa Vista, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal e de acordo com o Art. 37, Inciso II, da Constituição Federal e a Legislação Municipal Vigente e Demais Legislações Pertinentes, TORNA PÚBLICO, nos termos do Edital de Concurso Nº 001/2014:

I. Divulgar Parecer dos Recursos sobre o Resultado da **Provas Objetivas de Múltipla Escolha** Realizadas no dia **08/06/2014**, da Banca Examinadora Sobre Recursos de Candidatos quanto à **Divulgação do Resultado Provisório**, referente ao Concurso Público:

ENSINO SUPERIOR

Cargo: **ASSESSOR JURÍDICO**	
Candidato	**Inscrição**
Gustavo Muniz Franco	00669
Roberta Correia Alves Ribeiro	00565
Robson Rezende dos Santos	00052
Ruberley Gomes de Rezende	00461
Thiago Luiz Alves do Nascimento	00145
Vladimir Marcio Yule Torres	00675
Walter Custódio da Silva	00147

_Questão 06 (Língua Portuguesa): Recurso Improcedente: Mantida a Alternativa "C". Questiona o Candidato que o Edital O edital complementar número 08, ao responder o recurso Administrativo interposto, mantém o gabarito preliminar. Penso que houve omissão por parte da Banca Examinadora ao analisar a resposta do candidato em relação ao item D.

Solicito que a banca esclareça se na frase:

"E no fim das contas, fomos nós quem **RESOLVEU** o mistério"
O verbo **resolver** está na sua forma correta e se há concordância.

Uma vez que o candidato disse que não estava, e a banca não pronunciou sobre a indagação, apenas que "Logo, a Alternativa que apresenta erro na forma verbal continua a sendo a Alternativa "C" visto que o objeto da oração, mesmo distante do verbo, é mão de obra qualificada (singular), exigindo o verbo no singular, ficando assim na ordem direta: Falta mão de obra qualificada no setor industrial.
Quanto ao questionamento do Candidato a Banca Examinadora tem a expor:

Na Alternativa "**D**" "E no fim das contas, fomos nós quem resolveu o mistério". Quando o sujeito é o pronome relativo "quem", pode-se utilizar o verbo na terceira pessoa do singular ou em concordância com o antecedente do pronome, portanto a questão está correta.

Portanto o único item em que apresenta erro continua sendo a Alternativa "**C**".

_Questão 29 (Conhecimentos Gerais): Recurso Improcedente: Mantida a Anulação da Questão. Questiona o Candidato que não há procedência na anulação, em virtude de não aparecer o fundamento apresentado pelo candidato que requereu a anulação da questão, citando que a mesma foi formulada de forma clara e objetiva, tendo como resposta correta a Alternativa "**A**" pode ser conferido através do site:

http://www.mteseusmunicipios.com.br/NG/conteudo.php?sid=112&cid=669 que traz:

Dependência Genealógica:	O município de Cuiabá deu origem ao município de Araguaya (depois extinto), Araguaya deu origem a Registro do Araguaya (depois extinto), do qual originou-se o município de Araguayana (depois extinto), **que deu origem ao município de Barra do Garças, que deu origem ao município de São Félix do Araguaia, do qual originou-se o município de Alto da Boa Vista**.

Ocorre que a fundamentação do Candidato que recorreu à Anulação da Questão, expôs:

De acordo com a Lei 5.894-A de 19/12/1991 a dependência genealógica que dá origem a Alto Boa Vista é São Félix do Araguaia e Ribeirão Cascalheira. Assim como proposto nas respostas a falta de um município de desmembramento induziu ao erro (todas as alternativas anteriores estão incorretas) embora estes municípios tenham sido originados de Barra do Garças, é necessário destacar que a origem verdadeira de Alto Boa Vista é o desmembramento de Ribeirão Cascalheira, outrora desmembrado de Barra do Garças:

"Lei 5.894-A de 19/12/1991 DOU 19/12/1991: Cria o Município de Alto Boa Vista, desmembrado dos municípios de São Félix do Araguaia e Ribeirão Cascalheira".

Em observância ao questionamento do Candidato e verificando que as alternativas para a questão foram:

[A] De Barra do Garças originou-se São Félix do Araguaia do qual originou-se Alto Boa Vista.
[B] De Luciara originou-se São Félix do Araguaia do qual originou-se Alto Boa Vista.
[C] De Ribeirão Cascalheira originou-se São Félix do Araguaia do qual originou-se Alto Boa Vista.
[D] Todas as alternativas anteriores estão incorretas.

Logo, a Banca Examinadora optou pela Anulação da Questão em virtude de realmente ter faltado o Município de Ribeirão Cascalheira na Alternativa "**A**".
_Questão 37 (Conhecimentos Específicos): Recursos Procedentes.

Atribuída a Pontuação à Todos os Candidatos ao Cargo.

Questionam os Candidatos (as) que não foi atribuída corretamente a pontuação em virtude da Anulação da Questão, sendo verificado que por um lapso, não foi realizado novo processamento de validação das notas com a Questão Anulada, sendo corrigido o problema.

_Prova Objetiva de Múltipla Escolha (Geral): Atribuição de Notas: Recurso Procedente.

Atribuída a Pontuação ao Candidato.

Questiona o Candidato Sr. **Walter Custódio da Silva** que no resultado provisório constou que pontuação obtida foi de apenas 08 (oito) pontos. Porém, verificando o gabarito oficial publicação e em confrontação com as respostas apontadas como certas, tanto na prova retirada por mim, quando no Cartão Resposta entregue ao fiscal de sala, é certo que a nota é outra, muito diferente da publicada pois pelos Cálculos alcancei 84 (oitenta e quatro) pontos. Pelo gabarito publicado errei apenas as questões de ns. 2; 5; 10; 14; 26; 28 e 40, no caso sendo 6 (seis) com peso 2 e apenas 1 (uma) com peso 4, totalizando (16) pontos errados. Ainda, houve quatro (04) questões anuladas que foram atribuídos os pontos a todos os candidatos, conforme edital do concurso, nestes termos minha pontuação correta são 84 (oitenta e quatro) pontos. Pelo todo exposto, solicito a revisão do meu Cartão Resposta, com consequente correção, atribuindo-me a pontuação correta e de direito.

Em relação ao questionamento do Candidato, realmente é procedente, pois conforme se observa no Arquivo Texto Gerado a partir da Digitalização para Geração da Leitura, temos a linha abaixo:

0001470-D--C-C------CC-------C--------

Analisando a linha acima temos os primeiros 6 (seis) caracteres como sendo a Inscrição do Candidato, o 7º caractere representa que o Candidato está Presente, e temos os próximos 40 caracteres como sendo a Resposta do Candidato, logo, houve uma falha na Leitura do Gabarito do Candidato pois as questões representadas pelo - (traço) significa que a Alternativa ficou em branco, o que analisando o Cartão Resposta do Candidato observou-se que as Alternativas foram marcadas corretamente, desta forma foi lançada as Alternativas Corretas para o Candidato.

Informamos que o Cartão de Resposta do Candidato está sob posse da Comissão de Fiscalização do Concurso Público, onde aqueles que se interessarem poderá fazer a devida solicitação do mesmo para devidas conferências.
II. Divulgar Parecer dos Recursos sobre o Resultado da **Provas Práticas de Digitação** Realizadas no dia **08/06/2014**, da Banca Examinadora Sobre Recursos de Candidatos quanto **à Divulgação do Resultado Provisório**, referente ao Concurso Público:

NÃO HOUVE Interposição de Recursos de Candidatos (as).

III. Divulgar Parecer dos Recursos sobre o Resultado da **Provas de Títulos** apresentadas por Candidatos (as), da Banca Examinadora Sobre Recursos de Candidatos quanto à **Divulgação do Resultado Provisório**, referente ao Concurso Público:

ENSINO SUPERIOR

Cargo: **TÉCNICO EM DESENVOLVIMENTO INFANTIL (PM)**	
Candidato	**Inscrição**
Gelzely Martins da Silva	00469

Prova de Títulos: Recurso Procedente: Atribuída a Pontuação. Questiona a Candidata que não fora atribuída a Pontuação da Prova de Títulos, sendo verificado que realmente por um lapso não fora lançada a pontuação da Candidata, sendo feita a correção (Lançamento da Nota).

IV. O presente Edital e a Listagem Completa estão disponíveis nos endereços eletrônicos: **www.altoboavista.mt.gov.br**, **www.sydcon.com.br** e Publicada na Imprensa Oficial do Município (**www.amm.gov.br**) e afixada no Mural da Prefeitura Municipal de Alto Boa Vista – MT.

Alto Boa Vista – MT, 25 de Junho de 2014.

JANAINA RODRIGUES SILVA
Presidente da Comissão de Organização, Acompanhamento e Fiscalização

LEUZIPE DOMINGUES GONÇALVES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Edgar Frederico da Silva
Código Identificador:08ADA566

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARÇAS

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 107, DE 24 DE JUNHO DE 2014.

EXONERA A PEDIDO JOÃO OLAVO BORGES MADUREIRA DE MACEDO, DO CARGO EM

COMISSÃO DE ASSESSOR DE IMPRENSA, LOTADO NO GABINETE DO PREFEITO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Alto Garças**,** Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais.
Resolve:

Art. 1º - Exonerar a pedido, a partir de 27/06/2014, **JOÃO OLAVO BORGES MADUREIRA DE MACEDO,** portador da Carteira de Identidade com Registro Geral n°. 2350513-3 SEJSP/MT e inscrito no CPF/MF sob o n° 041.884.851-32, do cargo em comissão de **ASSESSOR DE IMPRENSA**, lotado no Gabinete do Prefeito, e dá outras providências.

Parágrafo Único - Determinar à Gerência de Recursos Humanos da Secretaria de Administração, proceder às anotações e providências cabíveis de que trata o *caput* deste artigo, na forma da legislação vigente que disciplina a matéria.

Art. 2º - Torna sem efeito a portaria n° 111, de 08 de fevereiro de 2013.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE,
REGISTRE-SE,
CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito, Edifício Sede do Poder Executivo, em Alto Garças MT, em 24 de Junho de 2014.

CEZALPINO MENDES TEIXEIRA JÚNIOR
Prefeito Municipal de Alto Garças - MT

Publicado por:
Eliane Ribeiro da Silva Pereira
Código Identificador:E4CB0B2B

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
LEI N.º 973, DE 24 DE JUNHO DE 2014.

"Autoriza o Poder Executivo Abrir Crédito Adicional Especial e dá Outras Providências."

O Sr. **CEZALPINO MENDES TEIXEIRA JUNIOR,** Prefeito Municipal de ALTO GARÇAS-MT, no uso de suas atribuições conferidas em lei Faz saber que a CÂMARA MUNICIPAL aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a proceder abertura de um crédito adicional especial no valor de **R$ 12.000,00** (doze mil reais), para atender a seguinte dotação orçamentária:

08 – Secretaria Municipal de Assistência Social
02 –Fundo Municipal de Assistência Social
Função: 08 – Assistência Social
Sub-Função: 244 – Assistência Comunitária
Programa: 0090 – Assistência Social em Geral
Projeto/Atividade: 2.087 – Ações de Apoio as Demandas da Sociedade
Elementos de Despesa:
3.3.90.32.00.00.00.00.1000 – Material, bem ou serviço para distribuição gratuita .....R$ 12.000,00

Art. 2º - Para cobertura do crédito aberto no artigo anterior será utilizado recursos provenientes de anulação parcial nos termos do Artigo 43, inciso III da Lei 4.320/64, a seguinte dotação orçamentária abaixo discriminada:

08 – Secretaria Municipal de Assistência Social
02 –Fundo Municipal de Habit. De Interesse Social _FHIS
Função: 08 – Assistência Social
Sub-Função: 244 – Assistência Comunitária
Programa: 0090 – Assistência Social em Geral
Projeto/Atividade: 1.044 – Bolsa Material De Construção
Elementos de Despesa:
4.4.90.52.00.00.00.00.1000 – Equip. e Material Permanente .....R$ 12.000,00

Art. 3º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, Edifício Sede do Poder Executivo, em Alto Garças – MT, em 24 de Junho de 2014.

CEZALPINO MENDES TEIXEIRA JUNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Eliane Ribeiro da Silva Pereira
Código Identificador:9988914C

SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÕES
AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 070/2014
MODALIDADE TOMADA DE PREÇOS Nº 005/2014
A Prefeitura Municipal de Alto Garças - MT através da Comissão Permanente de Licitação, torna Público aos interessados, que realizará licitação na modalidade TOMADA DE PREÇOS – Tipo Menor Preço Global, no **dia 15 de julho de 2014, às 08:00 horas**, para **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA CONSTRUÇÃO DA ACADEMIA DE SAÚDE AO LAR LIVRE, REF. RECURSOS PROVENIENTES DO MINISTÉRIO DA SAÚDE E PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARÇAS, CONF. PROJETOS, PLANILHA ORÇAMENTÁRIA, ESPECIFICAÇÕES E NORMAS TÉCNICAS CONSTANTES DOS ANEXOS DESTA TOMADA DE PREÇOS, POR EXECUÇÃO INDIRETA, EM REGIME DE EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL.** A íntegra do Edital encontra-se disponível na sede da Prefeitura Municipal de Alto Garças, localizada à Rua Dom Aquino n° 346, Centro – Alto Garças /MT. Os Interessados também poderão obter informações através do e-mail compras.altogarcasmt@gmail.com ou pmaltogarcasmt@hotmail.com e telefone (66) 3471 - 2450.

Alto Garças - MT, 25 de junho de 2014.

GUTEMBERG GOMES DE ABREU
Presidente.

Publicado por:
Ellen Betania Correia Dourado
Código Identificador:D9029A0C

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAGUAI

PREFEITURA MUNICIPAL
EXTRATO ADITIVO REJANE

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE REJANE RODRIGUES LEITE n. 070/2014 DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAGUAI – MT.
CONTRATADO: **REJANE RODRIGUES LEITE**
OBJETO: A presente ALTERAÇÃO dar-se-á nos termos e condições do Contrato Adm. N. 070/2014, submetendo-se as partes ás disposições de acordo com o art. 65, inciso I, "b", c/c parágrafo 1º., da Lei 8.666/93, e demais clausulas e condições aqui estabelecidas.O aditamento por sua vez, tem por objetivo "promover o acréscimo do quantitativo dos serviços no valor de passará a ser de R$ 1.909,26 (hum mil, novecentos e nove reais e vinte e seis centavos, bem como a correção da carga horária da CONTRATADA que é de 40 (quarenta) horas semanais.
DATA DE ASSINATURA: 11/06/2014

Publicado por:
Riusdelar Lopes Pereira
Código Identificador:21F47EB9

PREFEITURA MUNICIPAL
RESCISAO CONTRATUAL JOSE RODRIGUES

RESCISÃO AO CONTRATO JOSE RODRIGUES DE MATOS, CONTRATO N. 077/2014 DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAGUAI – MT.
CONTRATADO: JOSE RODRIGUES DE MATOS
SECRETARIA: SINFRA – CONTRATO TINHA POR OBJETO PRESTACAO DE SERVICOS GERAIS
OBJETO: A presente rescisão se dá com fundamento na Cláusula 10ª. do contrato n°. 77/2014, firmado em 12 de maio de 2014, com término em 31/08/2014.
DATA DA RESCISÃO: 23/06/2014

Publicado por:
Riusdelar Lopes Pereira
Código Identificador:B4BEC90C

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO TAQUARI

PREFEITURA MUNICIPAL
PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO

EDITAL COMPLEMENTAR 02
002/2014/PMAT
INSCRITOS NO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PARA CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO E PARA FORMAÇÃO DE CADASTRO DE RESERVA. **OS CANDIDATOS ABAIXO RELACIONADOS DEVERÃO COMPARECER À ESCOLA MUNICIPAL ELZINHA LIZARDO NUNES, SITO À RUA FRANCISCO MENDES, Nº 911, CENTRO, ALTO TAQUARI-MT, NO DIA 06/07/2014, PARA REALIZAÇÃO DAS PROVAS ESCRITAS, QUE TERÁ INÍCIO ÀS 14:00HS (HORÁRIO OFICIAL DE BRASÍLIA), CONFORME ESPECIFICAÇÕES DO EDITAL COMPLEMENTAR 01 - 002/2014/PMAT.**
Cargo: Auxiliar de Consultório Dentário

	Candidato(a)	Cargo Pretendido	RG
1	LINDIANA CECÍLIA DA SILVA	AUXILIAR DE CONSULTÓRIO DENTÁRIO	36170976-6
2	FABRICIA NERY CAVALCANTE BAPTISTA	AUXILIAR DE CONSULTÓRIO DENTÁRIO	2813147-9

MAURÍCIO JOEL DE SÁ
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jusineia Menezes de Carvalho
Código Identificador:598175E9

PREFEITURA MUNICIPAL
PREGÃO PRESENCIAL 029/2014 – EDITAL RESUMIDO

Objeto: Registro de preços para futura e eventual contratação de empresa para fornecimento de materiais para atividades artesanais. Abertura às 08:00h Horário de Mato Grosso do dia 10/07/2014. O edital e anexos poderão ser adquiridos na Sede da Prefeitura, das 07:30 às 11:30 horas, junto a Pregoeira ou pelo site: www.prefeituradealtotaquari.com.br. Informações complementares poderão ser obtidas com a Pregoeira, em horário comercial, de Segunda a Sexta através do fone 066-3496-1575/1471 na Prefeitura Municipal de Alto Taquari.

Alto Taquari – MT, 26 de junho de 2014

FERNANDA MARA DE FREITAS
Pregoeira.

Publicado por:
Fernanda Mara de Freitas
Código Identificador:5DA2C65D

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE APIACÁS

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº. 515/2014

SÚMULA: DISPÕE SOBRE HOMOLOGAÇÃO DO RESULTADO FINAL DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº. 003/2014 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ADALTO JOSÉ ZAGO, Prefeito Municipal de Apiacás, Estado de Mato Grosso, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei...

DECRETA

Artigo 1º - Fica homologado o Resultado Final do Processo Seletivo Simplificado nº 003/2014, da Prefeitura Municipal de Apiacás, conforme demonstrativo abaixo:

CARGO: MÉDICO CLÍNICO GERAL

Nº INSC.	NOME	PONTUAÇÃO	CLASSIFICAÇÃO
221	JOÃO AFONSO ROSA JÚNIOR	Ausente	-

CARGO: ODONTÓLOGO

Nº INSC.	NOME	PONTUAÇÃO	CLASSIFICAÇÃO
271	EDUARDO FELIPE MELGAR GONZALES	4,75	Desclassificado

CARGO: ENFERMEIRO

Nº INSC.	NOME	PONTUAÇÃO	CLASSIFICAÇÃO
090	FLÁVIA RODRIGUES MARTINEZ	6,0	1º Aprovado

CARGO: AGENTE ADMINISTRATIVO

Nº INSC.	NOME	PONTUAÇÃO	CLASSIFICAÇÃO
222	ANACLÉIA DOS SANTOS PEREIRA	9,0	1º Aprovado
015	MARCIEL VIEIRA SILVA	8,5	2º Aprovado
027	KATIANA DA SILVA	8,25	3º Aprovado
138	JOÃO VITOR DO NASCIMENTO	7,5	4º Aprovado
162	SANDRA VANELI DA SILVA	7,0	5º Aprovado
141	ALBERTO MESQUITA DE SOUSA	7,0	6º Aprovado
140	JORGEANE CORREIA DE SOUSA	6,75	7º Aprovado
059	SOLANGE BIALESKI	6,75	8º Aprovado
017	ALANA MAIARA DOS SANTOS DE OLIVEIRA	6,5	9º Aprovado
210	DEUCIMAR SALES POLVORA	6,5	10º Aprovado
176	ELIETE DOS SANTOS DE ARAUJO	6,5	Classificado
008	RITA GOMES DOS SANTOS	6,5	Classificado
268	EDELSON DOS SANTOS ARAUJO	6,5	Classificado
005	ANABELA PEREIRA ALVES DIEFENTHAELER	6,25	Classificado
011	SELMA MARIA MAXIMIANO	6,0	Classificado
263	JOSEANE CASTRO MACIEL	6,0	Classificado
208	DANIELA MARA GOMES COSTA	6,0	Classificado
219	VANESSA CAROLINE DE FREITAS PERLIN	6,0	Classificado
226	JOHNNY KELVIN TORRES DE MACENA	6,0	Classificado
242	FERNANDA SILVA PEREIRA	6,0	Classificado
061	PATRICIA CRISTINA GOMES PIZOLLI	6,0	Classificado
188	RUANE FERNANDES LIMA	5,75	Classificado
052	ÉRICA ALINE DOS SANTOS	5,75	Classificado
131	PATRICIA MARQUES SOBRINHO	5,75	Classificado
050	DICÍULA PALUDO DE LIMA	5,75	Classificado
065	ELIELMA MATIAS CASTRO	5,5	Classificado
053	JHEFERSON TORRES DE MACENA	5,5	Classificado
116	ALINE DOS SANTOS	5,5	Classificado
206	SHERLES ALVES DA SILVA	5,5	Classificado
228	CARLOS DA SILVA DE SOUZA	5,5	Classificado
016	ANA PAULA PONTES FERNANDES	5,25	Classificado
020	DELIANE RIBEIRO DA SILVA	5,25	Classificado
018	APARECIDA BETANIA BUENO DE OLIVEIRA	5,25	Classificado
151	THAIS BATISTA GOMES	5,25	Classificado
121	ADRIANA DA CONCEIÇÃO SOUSA	5,25	Classificado
062	MAITANA DE SOUZA ANDRETTA	5,25	Classificado
246	FABIANE BATISTA DE SOUZA	5,25	Classificado
175	IVANUBIA DE OLIVEIRA DE SOUZA	5,0	Classificado
111	FRANCISCA MOURA DA SILVA	5,0	Classificado
080	DEISE ZAPELINI CAVANHA	5,0	Classificado
104	MARIA LOURDES PICOLI	5,0	Classificado
194	ANA PAULA RODRIGUES	5,0	Classificado
021	ADRIANA APARECIDA RIBEIRO	5,0	Classificado

168	PATRICIA RESSAI BASKOSKI	5,0	Classificado
178	ALINE GONÇALVES DA SILVA	4,75	Desclassificado
128	ANDREIA DA CONCEIÇÃO SOUSA	4,75	Desclassificado
262	CAREN CRISTINE HANYSZ NEPOMUCENO	4,75	Desclassificado
164	CLEUDIRCE MOREIRA	4,75	Desclassificado
040	ELIUDE DOS SANTOS DE SOUSA	4,75	Desclassificado
252	IVANEIDE PEREIRA DE SOUZA	4,75	Desclassificado
092	JONATHAN ANDRETTA WOTRICH	4,75	Desclassificado
058	REGINA KLEIN	4,75	Desclassificado
009	TEREZINHA DOMINGOS	4,75	Desclassificado
036	THAYNARA CRISLEY PIGOSSO DOS SANTOS	4,75	Desclassificado
184	VALERIA FREITAS PERLIN	4,75	Desclassificado
136	ABIGAIL BEZERRA DOS SANTOS	4,5	Desclassificado
229	DIRLENE DA SILVA	4,5	Desclassificado
133	MICHELE SILVA DE MACEDO	4,5	Desclassificado
003	PATRICIA ISTOSKI DE SOUZA	4,5	Desclassificado
163	TALITA FERNANDES MARCOSSI	4,5	Desclassificado
039	VANESSA CAROLINE SOUSA	4,5	Desclassificado
237	WERLENE PIMENTEL	4,5	Desclassificado
063	CLAUDIA DA SILVA DA CONCEIÇÃO	4,25	Desclassificado
023	DANYELLA ARAUJO DE OLIVEIRA	4,25	Desclassificado
177	ELIANE DOS SANTOS ARAUJO	4,25	Desclassificado
113	FABIANA ROSA DE SOUZA DE OLIVEIRA	4,25	Desclassificado
193	IZABELA LAIZA PEREIRA	4,25	Desclassificado
081	JÉSSICA CANDIDO MATOS	4,25	Desclassificado
171	MARCELA DE OLIVEIRA DUSANOSKI	4,25	Desclassificado
148	MARIZA CRISTINA KLEIN KRUEGER	4,25	Desclassificado
012	CAMILA MATOS ZAGLI	4,0	Desclassificado
187	DAIANE MASALKAS MARCELINO	4,0	Desclassificado
042	ELEN DOS SANTOS DE AMORIM	4,0	Desclassificado
038	EVELLIN POIATTI DE PAULA	4,0	Desclassificado
172	MAURO JOSÉ DOS SANTOS	4,0	Desclassificado
132	ROSANA ARAUJO DA LUZ	4,0	Desclassificado
007	SOLANGE SOUZA KLEIN	4,0	Desclassificado
134	ERIKA REGINA MAGALHAES PINHEIRO	3,75	Desclassificado
070	FLORISMAR ALVES DA CONCEIÇÃO SANTO	3,75	Desclassificado
149	JAQUELINE GONÇALVES	3,75	Desclassificado
165	LOURDES MARIA PEREIRA MARTINS	3,75	Desclassificado
223	LUCAS DA SILVA MODESTO	3,75	Desclassificado
095	LUCIANA MORAIS DE OLIVEIRA	3,75	Desclassificado
212	MARIA DE NASARE DA SILVA PEREIRA	3,75	Desclassificado
189	NEIDE GOMES FERREIRA	3,75	Desclassificado
056	SILVANIA PIMENTA MENEZES MEYER	3,75	Desclassificado
204	ALANA JULIE SOUSA DA COSTA	3,5	Desclassificado
097	RAFAELA DE LIMA DA ROCHA	3,5	Desclassificado
217	CHARLENE MACHADO	3,25	Desclassificado
153	ELISSON DE LIMA DUARTE	3,25	Desclassificado
230	JOSEMEIRE SANTOS VARGAS	3,25	Desclassificado
224	MAICON CASTRO PEREIRA	3,25	Desclassificado
211	VALERIA PEREIRA DA SILVA	3,25	Desclassificado
120	ANA PEREIRA BARBOZA	3,0	Desclassificado
196	CRISTIANE PALHANO SILVA	3,0	Desclassificado
260	MONICA FERREIRA DOS SANTOS	3,0	Desclassificado
139	SAIONARA DOS SANTOS	3,0	Desclassificado
179	BRUNO SPERANDIO DOS SANTOS	2,75	Desclassificado
108	JAQUELINE PEDRO PASSARELLO	2,75	Desclassificado
157	ZENAIDE PEREIRA DO CARMO	2,75	Desclassificado
078	GLEICIANE TEIXEIRA MACHADO	2,5	Desclassificado
169	MARIA NILMA ANTUNES	2,5	Desclassificado
118	VANESSA PEREIRA DA SILVA	2,5	Desclassificado
150	JÉSSICA CAROLINE LIARTE BUENO	2,25	Desclassificado
209	WILLIAN ARAUJO DE SOUSA	2,25	Desclassificado
258	ADRIANA BARBOZA DE ARAUJO	Ausente	-
125	ANDREIA GUEDES GODOY	Ausente	-
144	ANILMAN RODRIGUES SANTANA	Ausente	-
254	ANTONIA DE JESUS	Ausente	-
074	BRUNA MARQUES DA COSTA	Ausente	-
123	CHEILA ADRIANE BAUMGART NETO	Ausente	-
267	CRISTIANE PEDRO PASSARELLO	Ausente	-
152	DAIANE ALVES DA SILVA	Ausente	-
243	EDILEUSA DOS SANTOS FRANÇA	Ausente	-
146	ELIZABETE CRISTINA DE OLIVEIRA LEÃO CAVALCANTE	Ausente	-
197	ERICA TABOZA DA COSTA	Ausente	-
072	FRANCINALVA TEIXEIRA MENDES	Ausente	-
264	GABRIELA SANTOS DE SOUSA	Ausente	-
137	GISLAINE SIQUEIRA GOMES	Ausente	-
055	IVONETE MARIA GONÇALVES	Ausente	-
094	JAQUELINE COLODEL	Ausente	-
115	JOELI PEREIRA DOS SANTOS	Ausente	-
247	JOHN HILBERTE DA SILVA COSTA	Ausente	-
161	LEILIANE PAGNO	Ausente	-
156	LILIAN CRISTIANE CONTRERA CARDOSO	Ausente	-
244	LUCAS PEREIRA MESQUITA	Ausente	-
234	MAIARA MAGDA DE SOUSA ANDRETTA	Ausente	-
266	MICHELLE FAGUNDES DA SILVA	Ausente	-
143	NADIA RAIZA PEREIRA DA SILVA	Ausente	-
096	NUBIA SILVA RODRIGUES	Ausente	-
185	RAFAEL GONÇALVES DE SOUSA	Ausente	-
249	SANDRA ROSA PEREIRA	Ausente	-
073	VERBENY ARAUJO BONIFÁCIO	Ausente	-

CARGO: FISCAL DE TRIBUTOS

Nº INSC.	NOME	PONTUAÇÃO	CLASSIFICAÇÃO
269	NÁGILA BRANDÃO DE CASTRO	7,25	1º Aprovado
250	WAGNER FAGUNDES FREITAS	6,25	2º Aprovado
046	VALDIR DAL MOLIN	5,5	3º Aprovado
060	LUCIANO DIAS DA CONCEIÇÃO	5,0	Classificado
202	RODRIGO COSTA E SILVA	5,0	Classificado
093	ANAELISE PELLAT	4,75	Desclassificado
214	FRANCIANE LIMA DA SILVA	4,75	Desclassificado
103	CLAUDIA FRANCIELE MACHADO	4,5	Desclassificado
044	LEILTON DA SILVA DOS SANTOS	4,5	Desclassificado
207	ANGELA RAQUEL DA SILVA LOPES	Ausente	-
259	JOSIMAR RIBAS	Ausente	-
033	RAYSA DA SILVA AGUIAR GODOY	Ausente	-

CARGO: AUXILIAR DE CONSULTÓRIO DENTAL

Nº INSC.	NOME	PONTUAÇÃO	CLASSIFICAÇÃO
069	ANDRESSA CARINE TERRES	3,0	Desclassificado
006	ELISSANDRA DA SILVA TEIXEIRA	3,5	Desclassificado
112	RILBE RAMALHA DOS SANTOS PACHECO	3,75	Desclassificado
158	FRANCIELE LUCILENE DE OLIVEIRA	Ausente	-

CARGO: AUXILIAR DE LABORATÓRIO

Nº INSC.	NOME	PONTUAÇÃO	CLASSIFICAÇÃO
195	DIEGO GONÇALVES ALVES	2,25	Desclassificado

CARGO: TÉCNICO DE ENFERMAGEM

Nº INSC.	NOME	PONTUAÇÃO	CLASSIFICAÇÃO
203	KATIA ALVES LUCENA	2,5	Desclassificado
057	CARLA GOMES DA SILVA	2,25	Desclassificado
075	ALESSANDRA ALVES E SILVA	Ausente	-

CARGO: APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL (SERVIÇOS GERAIS)

Nº INSC.	NOME	PONTUAÇÃO	CLASSIFICAÇÃO
240	PAMELA DE OLIVEIRA VIEIRA	9,75	1º Aprovado
114	PATRICIA DE OLIVEIRA KLABUNDE	9,25	2º Aprovado
154	AGNA DE SOUZA GONÇALVES	9,0	Classificado
064	APARECIDA ARAUJO DA SILVA	8,75	Classificado
031	DARKIELI FONTOURA	8,5	Classificado
037	TANIA MARA PAULA	8,5	Classificado
013	SUZANA KIONONE DE SOUZA KARPINSKI	8,0	Classificado
048	PATRICIA CAIRES DE LIMA	7,75	Classificado
109	ELIANA PEREIRA FREITAS	6,75	Classificado
085	ROSANGELA KARPINSKI	5,0	Classificado
026	AURISSANDRA DE SOUSA DA SILVA	Ausente	-
025	DANIELA CORREIA DE BRITO	Ausente	-
167	ELIANE OLIVEIRA DA SILVA	Ausente	-
174	FRANCISCA ONEIDE DE SOUSA PEREIRA	Ausente	-
231	SOLANGE APARECIDA HEBERLE LOURENÇO	Ausente	-
220	THAYLANE POIATTI DE PAULA	Ausente	-

CARGO: APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL (MERENDEIRA)

Nº INSC.	NOME	PONTUAÇÃO	CLASSIFICAÇÃO
155	ELIANA MOCKEWITZ	8,5	1º Aprovado
077	NERIELE PEREIRA DA SILVA	8,25	Classificado
091	CREUZA APARECIDA PEREIRA DA SILVA	7,25	Classificado
122	RAIANE RODRIGUES DE OLIVEIRA	6,25	Classificado
261	ANGELITA RIBEIRO	Ausente	-
190	LUZIA MATIAS SOARES	Ausente	-
166	MARIA DIVINA DOS SANTOS NUNES ALMEIDA	Ausente	-

191	MARIA SALOMÉ GOMES DA SILVA	Ausente	-

CARGO: AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS

Nº INSC.	NOME	PONTUAÇÃO	CLASSIFICAÇÃO
198	LUCIANA MARIA DA SILVA	9,75	1º Aprovado
232	MARIA BETANIA FURTADO COSTA	8,0	2º Aprovado
029	ALINE GERMANO	7,75	3º Aprovado
107	ANA PAULA BARBOZA DA SILVA	7,75	4º Aprovado
130	GLACIANE NAIARA SCHMITZ RIBEIRO	6,75	5º Aprovado
160	FRANCINELDE REIS DOS SANTOS	6,5	Classificado
181	DIELEN DOS SANTOS BOTTEGA	6,25	Classificado
022	CINTIA CONCEIÇÃO BARROSO	5,5	Classificado
127	SONIA MARIA DA CONCEIÇÃO SOUSA	2,0	Desclassificado
135	JOSÉ RENEVALDO DOS SANTOS	1,5	Desclassificado
117	EDINEIA DE FATIMA DE SOUZA	Ausente	-
199	INGRID LUIZA DE MORAIS	Ausente	-
066	JOSIANE APARECIDA GONÇALVES DE OLIVEIRA	Ausente	-
159	MARILZA DE OLIVEIRA	Ausente	-

CARGO: SERVIÇOS GERAIS

Nº INSC.	NOME	PONTUAÇÃO	CLASSIFICAÇÃO
170	ADRIANA DE OLIVEIRA DE SOUZA	8,5	1º Aprovado
182	JANETE APARECIDA DOS SANTOS MOREIRA	8,5	2º Aprovado
106	EVANIR DE OLIVEIRA DO NASCIMENTO	8,5	Classificado
200	WHELLINGTON JOSE DA SILVA	8,0	Classificado
087	ELISABETE MARIA DE ANDRADE DA MOTA	8,0	Classificado
256	MARIA CRISTINA RODRIGUES DA LUZ PASSOS	7,25	Classificado
076	ADRIANA DA CONCEIÇÃO SILVA	7,25	Classificado
238	GIOVANA RODRIGUES LIMA	7,0	Classificado
084	ROSELENE LOPES DA SILVA	6,0	Classificado
213	SIRLENE APARECIDA DA SILVA COELHO	5,75	Classificado
201	NILSE PILGER VIEIRA	5,25	Classificado
083	YRAIDA PEDRAZA TOLEDO OISSA	4,25	Desclassificado
002	CASSIMIRO MEDEIROS SANTOS	0,0	Desclassificado
047	CELIA MARIA DOS SANTOS	Ausente	Desclassificado
251	CRISTIANE APARECIDA MARTINS DA COSTA	Ausente	Desclassificado
035	DANIELLE FERREIRA OLIVEIRA CUNHA	Ausente	Desclassificado
235	EUZILENE CUNHA SOARES	Ausente	Desclassificado
054	EVA MUNIZ DE ALMEIDA	Ausente	Desclassificado
147	LEANDRO RAMALHO DE FRANÇA	Ausente	Desclassificado
227	LUELMA SOARES	Ausente	Desclassificado
142	NERCI RODRIGUES PEREIRA	Ausente	Desclassificado

CARGO: TRABALHADOR BRAÇAL

Nº INSC.	NOME	PONTUAÇÃO	CLASSIFICAÇÃO
255	ROBSON DO VALE GODOI	6,75	1º Aprovado
257	ANDERSON APARECIDO RICEZI	5,25	2º Aprovado

CARGO: VIGIA

Nº INSC.	NOME	PONTUAÇÃO	CLASSIFICAÇÃO
086	DIOGENES CARVALHO BOTTEGA	10,0	1º Aprovado
265	NERVISON BRANDÃO CASTRO	10,0	2º Aprovado
105	PABLO RODRIGO SILVA DA LUZ	9,75	3º Aprovado
186	HUGO GABRIEL DE OLIVEIRA DA SILVA	9,0	4º Aprovado
119	DIONILSON DO NASCIMENTO CARNEIRO	8,75	Classificado
215	ADALBERTO JORGE DE SOUSA JUNIOR	8,5	Classificado
124	WELLINGTON GABRIEL MEDIN	8,25	Classificado
032	UELK JUNIOR DE MARINS	8,25	Classificado
205	RAIMUNDO DA SILVA PEREIRA	8,0	Classificado
088	JOILTON DE SOUSA SILVA	7,75	Classificado
126	CHARLES AUGUSTO BUBANZ	7,75	Classificado
239	LUSIRENE NERES SOARES	7,5	Classificado
067	ALISSON ZANCHET GOMES	7,5	Classificado
248	MATEUS DA CONCEIÇÃO SILVA	7,5	Classificado
183	VAGNER DE SOUZA DA COSTA	7,5	Classificado
102	ALEXON RODRIGO DOS SANTOS	7,0	Classificado
014	JOSÉ JUBILAR KARPINSKI	7,5	Classificado
045	DELSO BOTTEGA	7,0	Classificado
101	BRUNO APARECIDO DOS SANTOS LOPES	6,25	Classificado
099	DEUZANIRA NUNES DA SILVA	6,0	Classificado
218	LUCILENE PEREIRA	5,75	Classificado
241	VANIA MATIAS CASTRO	5,75	Classificado
098	TAMARA DE OLIVEIRA NEVES	5,5	Classificado
024	ANTONIO MAXIMIANO	4,25	Desclassificado
216	JOSÉ DE ASSUNÇÃO SOUSA	4,0	Desclassificado
245	ANANIAS MONTEIRO SILVA	1,25	Desclassificado
253	ARLE TELES PAIVA	Ausente	-
089	CARLOS FELIPE JOSÉ	Ausente	-
233	GILVAN ROBERTO IDELFONÇO NASCIMENTO	Ausente	-
034	JHONATTAN CESAR BENETTI	Ausente	-
225	JOÃO PAULO MARQUES DO NASCIMENTO	Ausente	-
236	LUAN CUNHA DE LIMA	Ausente	-
041	LUIZ CARLOS DE JESUS JOSKA	Ausente	-
071	PEDRO BERNARDO DE OLIVEIRA JUNIOR	Ausente	-
049	ROSIVALDO SANTANA AMORIM	Ausente	-
145	UEVERSON DA SILVA DE OLIVEIRA	Ausente	-
028	WILLIAN LIMA DOS SANTOS	Ausente	-

CARGO: MOTORISTA

Nº INSC.	NOME	PONTUAÇÃO	CLASSIFICAÇÃO
180	VILSON KRUEGER	8,25	1º Aprovado
068	WESLEI PAES RODRIGUES	8,25	2º Aprovado
079	JOSIMAR DA SILVA PIRES	8,0	3º Aprovado
192	MARCIO DO NASCIMENTO INACIO	7,75	Classificado
001	RAFAEL PEREIRA D' AVILA	7,75	Classificado
129	ADAILSON DE LIMA COSTA	7,5	Classificado
010	VLADEMIR ROCHA PEREIRA ROLIN	7,5	Classificado
270	ELSON TEIXEIRA	7,4	Classificado
110	GILMAR PAULINO DE SOUZA	7,4	Classificado
173	PEDRO DIAS CAMARGO	7,25	Classificado
100	WANDERSON ZARATE MORAIS	7,12	Classificado
030	UALISSON GOMES DA SILVA	7,0	Classificado
051	VALDIR ALVES BARBOSA	6,63	Classificado
019	WILLIAN GOMES DA SILVA	2,5	Desclassificado
004	ADAIR FIRMINO DA SILVA	Ausente	-
082	EDIVALDO DE JESUS GASPAR TEIXEIRA MENDES	Ausente	-
043	FERNANDO CESAR DOS SANTOS	Ausente	-

CARGO: PEDREIRO

Nº INSC.	NOME
-	Não Houve Inscritos

Art. 2°- Este Decreto entrará em vigor da data de sua publicação ou afixação, revogando-se as disposições em contrário;

Apiacás-MT., 27 de Junho de 2014.

ADALTO JOSÉ ZAGO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Thayany Aparecida Pereira Barbosa
Código Identificador:FBE95CF4

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAGUAIANA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 56/2014 DE 28 DE FEVEREIRO DE 2014

NOMEIA FISCAL DE CONTRATOS

O Senhor **JOSÉ MARRA NERY,** Prefeito Municipal de Araguaiana, Estado de Mato Grosso, no uso das Atribuições legais e em conformidade com o artigo 77, Inciso VI da Lei Orgânica do Município.

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear o Senhor **ALAOR NETO GOMES REIS** – Escriturário, portador da Cédula de Identidade RG. nº 733.818-SSP/MT e inscrito no CPF sob o nº 568.115.781-49 para exercer a função de FISCAL DE CONTRATOS da Prefeitura Municipal de Araguaiana – MT, sem ônus para o cargo;

Art. 2º - As competências do Fiscal são as de examinar, fiscalizar ou verificar se as execuções dos contratos obedecem aos projetos, aos prazos e demais obrigações previstas nos mesmos.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 28 de fevereiro de 2014.

JOSÉ MARA NERY
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jose Marques da Silva
Código Identificador:7EA56EAC

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 82/2014 DE 18 JUNHO DE 2014.

"DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE COMISSÃO ORGANIZADORA DO CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2014 DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAGUAIANA - MT.''

O Senhor **JOSÉ MARRA NERY,** Prefeito Municipal de Araguaiana, Estado de Mato Grosso, no uso das Atribuições legais e em conformidade com o artigo 77, Inciso VI da Lei Orgânica do Município;

RESOLVE:

Art. 1º. Nomear os servidores abaixo para sob a presidência do primeiro, comporem a Comissão Organizadora do Concurso Público nº 001/2014, da Prefeitura Municipal de Araguaiana - MT.

MARIA LUCIA RAMALHO LIMA, portadora do RG. nº 806105-SSP/MT inscrita no CPF/MF nº 495.782.941-15 como Presidente da Comissão, ocupante do cargo efetivo de professora - matrícula funcional nº 104;

EURIPIA MARTINS DE FREITAS, portadora do RG. nº 549.305-SSP/MT inscrita no CPF/MF nº 395.763.451-20, como membro da Comissão, ocupante do cargo efetivo de professora - matrícula funcional 61;

NOEMIA SOARES DA SILVA, portadora do RG. nº 0338872-7-SSP/MT e inscrita no CPF nº 329.185.181-15, como Membro da Comissão, ocupante do cargo efetivo de professora, com a matrícula funcional nº 775;

LUIZ FERNANDO VIEIRA DOS SANTOS, portador do RG. nº 1720694-4-SSP/MT e inscrito no CPF sob o nº 736.193.881-72, como membro da Comissão, ocupante do cargo efetivo de Auxiliar de Tesouraria, com a matrícula funcional nº 1024;

PASCOAL MARTINS REZENDE, portador do RG. nº 285.602-SSP/MT e inscrito no CPF 495.687.871-00, como membro da Comissão, ocupante do cargo efetivo de vigilante, com a matricula funcional nº 726.

Art. 2º. A Comissão Organizadora fica encarregada de tomar todas as providências necessárias para realização do Concurso Público nº 001/2014, obedecendo fielmente os ordenamentos legais pertinentes;

Art. 3º. Compete à Presidente desta Comissão, solicitar junto ao Executivo Municipal, todos os recursos materiais, humanos e financeiros necessários à execução do objetivo desta Portaria.

Art. 4º. A presente portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrario.

Gabinete do Prefeito, em 18 de Junho de 2014.

JOSÉ MARRA NERY
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jose Marques da Silva
Código Identificador:C982B198

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 6/2014

PREGÃO PRESENCIAL N° 6/2014 – REGISTRO DE PREÇOS

A presente licitação tem por objeto o **REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual aquisição de Pneus e Câmaras de Ar para atender as diversas Secretarias do Município.**

Pelo presente instrumento, a **O Município de Araguaiana, Estado de Mato Grosso**, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, com sede administrativa à Av. Presidente Vargas, nº 643, cidade de Araguaiana – MT, inscrita no CNPJ/ MF sob o n.º 03.239.035/0001-76, representado neste ato pelo seu Prefeito Municipal Sr**. JOSÉ MARRA NERY**, brasileiro, casado, servidor público, residente e domiciliado nesta cidade de Araguaiana – MT, portador da Cédula de Identidade n.º 844172 - SSP/GO e inscrito no CPF n.º 202.448.191-49, pela Pregoeira Srª. Marcia Cristina Fernandes Correa e a equipe de apoio composta pelo Sr. José Marques da Silva e Silvania Pereira Ferreira nomeada pela Portaria n° 043/2013 de 18 de Janeiro de 2013, doravante denominado de CONTRATANTE e a empresa **PNEUS VIA NOBRE LTDA** – sediada na cidade de Primavera do Leste - MT à Rua do Comércio nº 4417 – Bairro Parque Industrial – CEP 78.850-000, inscrita no CNPJ sob o nº 01.976.860/0028-48, representada neste ato pelo seu procurador **Sr Alessandro Gonçalves Rios,** brasileiro, representante comercial, residente e domiciliado na cidade de Rondonópolis – MT à Av. Itrio Correa da Costa, 1314 – Quadra 70 – Lote 18 – Bairro: Cidade Salmen, portador da Carteira de Identidade n.º 25475941-5-SSP/SP e inscrito no CPF/MF sob n.º 169.743.988-83, doravante denominado FORNECEDOR, **RESOLVEM REGISTRAR OS PREÇOS** do Processo de Pregão Presencial nº 6/2014, com seus respectivos preços unitários e totais nas quantidades estimadas, atendendo as condições previstas no Edital, Lei Federal nº 10.520/2002, Decretos Municipais nºs. 074/2009 e 075/2009, e no que couber, a Lei nº 8.666/93 e Decreto Federal nº 7.892/2013, e em conformidade com as disposições a seguir.

9678	PNEUS VIA NOBRE LTDA				
Nr. Item	Cd Produto	Descrição Produto	Qtde	Valor Unitário	Valor Total
2/41	6190	PNEU 900 X 20 - 14 LONAS	15,00	R$ 702,000000	10530,00
3/41	6192	PNEU 175 X 70 X 13	37,00	R$ 166,000000	6142,00
4/41	6194	PNEU 750 X 16 - 10 LONAS	16,00	R$ 427,000000	6832,00
9/41	6928	PNEU 185 / 70 / R14	40,00	R$ 208,000000	8320,00
13/41	6932	PNEU 275 X 80 R 22 LISO	20,00	R$ 1.309,000000	26180,00
14/41	6933	PNEU 175 X 70 X 14	55,00	R$ 200,000000	11000,00
30/41	12273	PNEU 215/80/16	50,00	R$ 408,000000	20400,00
31/41	12275	PNEU 175/70/13	52,00	R$ 156,000000	8112,00
37/41	12346	PNEU 23.1-30 - 10 LONAS	6,00	R$ 3.701,000000	22206,00
39/41	14581	PNEU 275 X 80 R 22 BORRACHUDO	20,00	R$ 1.565,000000	31300,00
				Qtde de Itens Vencedores:	**10**
				Valor Total.....:	**151.022,00**

(cento e cinquenta e um mil e vinte e dois reais)

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.0. Este instrumento não obriga ao ORGÃO a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específica para aquisição do(s) objetos(s), obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

2.0. A presente Ata terá validade de 12 (doze) meses, contados a partir de sua assinatura, podendo ser prorrogada na forma da Lei.
2.1. Durante a vigência da Ata de Registro de Preços, qualquer Órgão ou Entidade da Administração poderá utilizar a Ata, mesmo que não tenha participado do certame licitatório, mediante prévia consulta ao Órgão gerenciador, desde que devidamente comprovada a vantagem.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA GERÊNCIA DA PRESENTE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

3.0. O gerenciamento deste instrumento caberá a Prefeitura Municipal de Araguaiana.

CLÁUSULA QUARTA – DO(S) LOCAL (IS) E PRAZO(S) DE ATENDIMENTO.

4.0. Os materiais/produtos deverão ser entregues nos locais indicados pelo Órgão do Poder Executivo Municipal, conforme inicialmente informado no Edital.
4.1. Os materiais/produtos contratados deverão ser entregues na cidade de Araguaiana /MT em local a ser indicado pelo Órgão do Poder Executivo Municipal que aderirem a presente ATA, nos dias e horários estipulados na ordem de **fornecimento.**
4.2. A entrega deverá ser feita, em até 24 (vinte e quatro) horas, contados da data da emissão da ordem de fornecimento nas quantidades nela especificadas, salvo se houver pedido formal de prorrogação deste, devidamente justificado pela licitante/contratada e acatado por esta Prefeitura, sem nenhum custo adicional;
4.2.1. A previsão de entrega são diárias, tendo em vista que a prefeitura não possui almoxarifado para armazenamento, razão pela qual os órgãos necessitam de uma entrega diária.

CLÁUSULA QUINTA – DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO.

5.0. As empresas detentoras dos preços registrados poderão ser convidadas a firmar contratações de fornecimento, observadas as condições fixadas neste instrumento, e seus Anexos, e na legislação pertinente.
5.1. As aquisições dos produtos registrados neste instrumento serão efetuadas através Nota de Empenho, emitida pela Prefeitura Municipal de Araguaiana, contendo: o nº da Ata, o nome da empresa, o objeto, a especificação, o endereço e a data de entrega.
5.2. A Nota de empenho será encaminhada ao fornecedor que deverá assiná-la e devolve-la à esta Prefeitura no prazo máximo de 02 (dois) dias a contar da data do seu recebimento.

CLÁUSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

6.0. Como condição para emissão da Nota de Empenho e/ou assinatura de contrato, o fornecedor deverá estar com a documentação obrigatória válida, em especial com o FGTS e o INSS;
6.1. A empresa se obrigará em um prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, a solucionar quaisquer problemas com os itens adquiridos, inclusive com reposição dos mesmos se por ventura não estiverem atendendo as finalidades propostas, desde que a reclamação esteja devidamente documentada pela unidade e descartado o uso inadequado;
6.2. São obrigações do fornecedor, além das demais previstas nesta Ata e no Edital:
I - executar o fornecimento dentro dos padrões estabelecidos pela Prefeitura, de acordo com o especificado nesta Ata e nos Anexo, que faz parte deste instrumento, responsabilizando-se por eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento de qualquer cláusula ou condição aqui estabelecida;
II - cumprir a data e horário da entrega, não sendo aceitos os materiais que estiverem em desacordo com as especificações constantes deste instrumento, nem quaisquer pleitos de faturamentos extraordinários sob o pretexto de perfeito funcionamento e conclusão do objeto contratado.
III - prestar os esclarecimentos que forem solicitados pelo **Órgão**, cujas reclamações se obriga a atender prontamente, bem como dar ciência a Prefeitura, imediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar quando da execução da ATA;
IV - dispor-se a toda e qualquer fiscalização da Prefeitura, no tocante ao fornecimento do produto, assim como ao cumprimento das obrigações previstas nesta ATA;
V - prover todos os meios necessários à garantia da plena operacionalidade do fornecimento, inclusive considerados os casos de greve ou paralisação de qualquer natureza;
VI - a falta de quaisquer dos produtos cujo fornecimento incumbe ao detentor do preço registrado, não poderá ser alegada como motivo de força maior para o atraso, má execução ou inexecução dos serviços objeto desta ATA e não a eximirá das penalidades a que está sujeita pelo não cumprimento dos prazos e demais condições estabelecidas;
VII - comunicar imediatamente à Prefeitura Municipal qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária e outros julgáveis necessários para recebimento de correspondência;
VIII - respeitar e fazer cumprir a legislação de segurança e saúde no trabalho, previstas nas normas regulamentadoras pertinentes;
IX- fiscalizar o perfeito cumprimento do fornecimento a que se obrigou, cabendo-lhe, integralmente, os ônus decorrentes. Tal fiscalização dar-se-á independentemente da que será exercida pela **Prefeitura**;
X - indenizar terceiros e/ou ao Órgão, mesmo em caso de ausência ou omissão de fiscalização de sua parte, por quaisquer danos ou prejuízos causados, devendo a contratada adotar todas as medidas preventivas, com fiel observância às exigências das autoridades competentes e às disposições legais vigentes;
XI – substituir em qualquer tempo e sem qualquer ônus ao Órgão toda ou parte da remessa devolvida pela mesma, no prazo de 3(três) dias úteis, caso constatadas divergências nas especificações.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS RESPONSABILIDADES DO FORNECEDOR

7.0. São responsabilidades do Fornecedor Contratado:

I - todo e qualquer dano que causar ao Órgão, ou a terceiros, ainda que culposo, praticado por seus prepostos, empregados ou mandatário, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou acompanhamento pela Prefeitura;
II - toda e qualquer tipo de autuação ou ação que venha a sofrer em decorrência do fornecimento em questão, bem como pelos contratos de trabalho de seus empregados, mesmo nos casos que envolvam eventuais decisões judiciais, eximindo ao Órgão/Entidade de qualquer solidariedade ou responsabilidade;
III - toda e quaisquer multas, indenizações ou despesas impostas a Prefeitura por autoridade competente, em decorrência do descumprimento de lei ou de regulamento a ser observado na execução da ata, desde que devidas e pagas, as quais serão reembolsadas ao Órgão/Entidades, que ficará, de pleno direito, autorizada a descontar, de qualquer pagamento devido à contratada, o valor correspondente.
7.1. O FORNECEDOR autoriza ao Órgão/Entidade, a descontar o valor correspondente aos referidos danos ou prejuízos diretamente das faturas pertinentes aos pagamentos que lhe forem devidos, independentemente de qualquer procedimento judicial ou extrajudicial, assegurada a prévia defesa.

CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES DA GERENCIADORA

8.0. A Prefeitura Municipal de Araguaiana, obriga-se a:
I - indicar os locais e horários em que deverão ser entregues os produtos.
II - permitir ao pessoal da contratada, acesso ao local da entrega desde que observadas as normas de segurança;
III - notificar o fornecedor de qualquer irregularidade encontrada no fornecimento dos produtos;
IV - Efetuar os pagamentos devidos, nas condições estabelecidas nesta ata.
8.1. Caberá à Prefeitura promover ampla pesquisa de mercado, de forma a comprovar que os preços registrados permanecem compatíveis com os praticados no mercado.

CLÁUSULA NONA – DO PAGAMENTO

9.0. O Órgão/Entidade efetuará o pagamento ao FORNECEDOR, através de crédito em conta corrente mantida pelo FORNECEDOR, preferencialmente em, até o 5º (quinto) dia útil contado a partir da data da apresentação da nota fiscal/fatura discriminativa acompanhada da correspondente Ordem de Fornecimento, com o respectivo comprovante, de que o fornecimento foi realizado a contento.

9.1. Caso constatado alguma irregularidade nas notas fiscais/faturas, estas serão devolvidas ao fornecedor, para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, contando-se o prazo para pagamento da data da sua reapresentação.
9.2. Para cada Nota de Empenho, o fornecedor deverá emitir uma única nota fiscal/fatura**.**
9.3. Por ocasião do pagamento, será efetuada consulta "ON-LINE" da situação do Fornecedor junto ao Cadastro Municipal de Fornecedores, para verificação de todas as condições de habilitação da Empresa e caso não seja cadastrado, deverá apresentar Certidão Negativa de FGTS e INSS;
9.4. Nenhum pagamento isentará o FORNECEDOR das suas responsabilidades e obrigações, nem implicará aceitação definitiva do fornecimento.

CLÁUSULA DEZ – DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS.

10.0 Os preços registrados manter-se-ão inalterados pelo período de vigência da presente Ata, admitida a revisão no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste instrumento, desde que devidamente comprovado.
10.1. Os preços registrados que sofrerem revisão não ultrapassarão aos preços praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquele vigente no mercado à época do registro.
10.2. Caso o preço registrado seja superior à média dos preços de mercado, a Prefeitura solicitará ao Fornecedor, mediante correspondência, redução do preço registrado, de forma a adequá-lo a definição do parágrafo único.
10.3. Será considerado compatíveis com os de mercado os preços registrados que forem iguais ou inferiores à média daqueles apurados pela Prefeitura Municipal de Araguaiana.

CLÁUSULA ONZE – DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

11.0. A presente Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada de pleno direito, nas seguintes situações:
quando o Fornecedor não cumprir as obrigações constantes no Edital de Registro de Preços;
quando o Fornecedor não retirar a Nota de Empenho no prazo estabelecido;
quando o Fornecedor der causa a rescisão administrativa da Nota Empenho decorrente deste Registro de Preços, nas hipóteses previstas nos incisos de I a XII e XVIII do art. 78 da Lei 8.666/93;
em qualquer hipóteses de inexecução total ou parcial da Nota Empenho decorrente deste Registro;
os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;
por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas;
11.1. Ocorrendo cancelamento do preço registrado, o Fornecedor será informado por correspondência com aviso de recebimento, a qual será juntada ao processo administrativo da presente Ata.
11.2. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço do Fornecedor, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da última publicação.
11.3. A solicitação do Fornecedor para cancelamento dos preços registrados poderá não ser aceita pela Prefeitura Municipal, facultando-se a esta neste caso, a aplicação das penalidades previstas neste Edital.
11.4. Havendo o cancelamento do preço registrado, cessarão todas as atividades do FORNECEDOR, relativas ao fornecimento do ITEM.
11.5. Caso a Prefeitura não se utilize da prerrogativa de cancelar esta Ata, a seu exclusivo critério, poderá suspender a sua execução e/ou sustar o pagamento das faturas, até que o FORNECEDOR cumpra integralmente a condição contratual infringida.

CLÁUSULA DOZE - DAS INCIDÊNCIAS FISCAIS, ENCARGOS, SEGUROS, ETC.
12.0. Correrão por conta exclusivas do FORNECEDOR:
I) todos os impostos e taxas que forem devidos em decorrência das contratações do objeto deste Edital.
II) as contribuições devidas à Previdência Social, encargos trabalhistas, prêmios de seguro e de acidentes de trabalho, emolumentos e outras despesas que se façam necessárias à execução dos serviços.

CLÁUSULA TREZE - DAS PENALIDADES

13.0. Pelo não cumprimento das obrigações assumidas, garantida a prévia defesa em processo regular, o FORNECEDOR ficará sujeito às seguintes penalidades, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis:
I) advertência;
II) multa;
III) suspensão temporária para licitar e contratar com a Prefeitura Muncipal de Araguaiana, por período de até 5 (cinco) anos;
IV) declaração de inidoneidade.
13.1. A penalidade de advertência será aplicada em caso de faltas ou descumprimento de cláusulas contratuais que não causem prejuízo a Prefeitura e será lançada no Cadastro de Fornecedores do Município.
13.2. O FORNECEDOR sujeitar-se-á à multa de **2% (dois por cento)** sobre o valor da respectiva fatura, por dia de atraso, a partir do 1º (primeiro) dia de atraso, considerando o prazo estabelecido para entrega do produto.
13.3. No caso de atraso na entrega do produto por mais de 15 (quinze) dias, poderá a Prefeitura, a partir do 6º (sexto) dia, a seu exclusivo critério, rescindir a ATA, ficando a contratada impedida de licitar com a Administração Pública por um prazo de 02 (dois) anos.
13.4. A penalidade de suspensão temporária para licitar e contratar com esta Prefeitura pelo prazo de até 05 (cinco) anos, será lançada no Cadastro Municipal de Fornecedores e poderá ser aplicada em casos de reincidência em descumprimento de prazo contratual ou ainda descumprimento ou parcial cumprimento de obrigação contratual, mesmo que desses fatos não resultem prejuízos à .
13.5. A penalidade de declaração de inidoneidade poderá ser proposta:
a) se o FORNECEDOR descumprir ou cumprir parcialmente obrigação contratual, desde que desses fatos resultem prejuízos ao Órgão/Entidade;
b) se o FORNECEDOR sofrer condenação definitiva por prática de fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos, ou deixar de cumprir suas obrigações fiscais ou parafiscais;
c) se o FORNECEDOR tiver praticado atos ilícitos visando frustrar os objetivos da licitação.
13.6. As sanções previstas nos incisos I, III e IV do art. 87 da Lei 8.666/93, poderão ser aplicadas juntamente com a do inciso II desta Cláusula.
13.7. A penalidade de declaração de inidoneidade, aplicada pela competente autoridade ministerial, após a instrução do pertinente processo no qual fica assegurada a ampla defesa da CONTRATADA, será lançada no Cadastro Municipal de Fornecedores, implicando a inativação do cadastro, impossibilitando o fornecedor ou interessado de relacionar-se com a Administração Federal e demais órgãos/entidades integrantes do Cadastro Municipal.
13.8. A falta de material não poderá ser alegada como motivo de força maior e não eximirá o FORNECEDOR das penalidades a que está sujeita pelo não cumprimento das obrigações estabelecidas nesta ATA.

CLÁUSULA QUATORZE - DOS ILÍCITOS PENAIS
14.0. As infrações penais tipificadas na Lei 8.666/93 serão objeto de processo judicial na forma legalmente prevista, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis.

CLÁUSULA QUINZE - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

15.0. As despesas decorrentes das contratações oriundas da presente Ata, correrão à conta de dotação orçamentária prevista para os órgãos e entidades.

CLÁUSULA DEZESSEIS - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

16.0 As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:
I - todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo à presente ata de Registro de Preços.

II - integram esta Ata, o Edital de Pregão nº 6/2014 e seus anexos e as propostas das empresas classificadas para cada grupo, por ITEM.

CLÁUSULA DEZESSETE - DO FORO

As partes contratantes elegem o foro de Barra do Garças/MT como competente para dirimir quaisquer questões oriundas da presente ATA, inclusive os casos omissos, que não puderem ser resolvidos pela via administrativa, renunciando a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem de acordo, as partes firmam a presente ATA, em quantas vias necessário for de igual teor e forma para um só efeito legal, ficando uma via arquivada na sede da **CONTRATANTE**, na forma do art. 60 da Lei 8 666 de 21/06/93.

Araguaiana – MT, 21 de março de 2014.

MARCIA CRISTINA FERNANDES CORREA
Pregoeira

Publicado por:
Jose Marques da Silva
Código Identificador:FCCA3DEA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
ATO GOVERNAMENTAL Nº 1/2014

" Dispõe sobre a equiparação salarial"

Justificativa do Ato:

CONSIDERANDO que a Administração Pública realiza seus atos pautados pelos princípios Constitucionais esculpidos no art. 37 da Constituição Federal;

CONSIDERANDO o requerimento do servidor público municipal;

CONSIDERANDO o Parecer Jurídico da Procuradoria Jurídica do Município:

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder a equiparação salarial ao servidor público municipal Sr. Alciro Moreira dos Santos ao cargo de Operador de Máquina II do quadro de servidores da Prefeitura Municipal de Araguaiana – MT.

Araguaiana, 20 fevereiro de 2014.

JOSÉ MARRA NERY
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jose Marques da Silva
Código Identificador:C807AD3B

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAGUAINHA

CÂMARA MUNICIPAL
PORTARIA Nº. 008/2014

O Cidadão Sr. VALDEVINO RODRIGUES DE SOUZA FILHO, Presidente da Câmara Municipal de Araguainha, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhes são conferidas por Lei etc...

RESOLVE:

CONCEDER ao Srº. REINALDO NAVES PASSOS, brasileiro, solteiro, Guarda desta Casa de Leis, suas férias que lhes são justas por Lei, sendo elas gozadas no período de 01/07/2014 á 30/07/2014, relativas ao período de 23/11/2009 á 22/11/2010. Conforme foi agendado no agendamento de férias/2014 dos Servidores desta Casa de Leis.

Portanto, fica a funcionário obrigado a entrar em atividades de suas funções a partir do dia 31/07/2014.

REGISTRA – SE
PUBLICA – SE E
CUMPRA – SE.

GABINETE DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE ARAGUAINHA-MT. Em, 26 de Junho de 2014.

VALDEVINO RODRIGUES DE SOUZA FILHO
Presidente

Publicado por:
Vander Lúcio Nunes de Jesus
Código Identificador:F716FA9B

PREFEITURA MUNICIPAL
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº. 001/2014

Assunto: Inexigibilidade de Licitação Nº. 001/2014**Justificativa:** Tendo em vista a necessidade de realização de Show Nacional no município de Araguainha - MT, a Comissão Permanente de Licitação da Prefeitura Municipal de Araguainha – MT resolve fundamentada no inciso III, artigo 25 e art. 26 da Lei nº. 8.666/93, considerar, Inexigível a licitação para Contratação de Show Nacional**.**

Araguainha - MT, 26 de junho de 2014.

ALESSANDRO LINO DE ARAÚJO
Presidente da CPL

MARIA JOSÉ DAS GRAÇAS AZEVEDO
Prefeita Municipal

Publicado por:
Vander Lúcio Nunes de Jesus
Código Identificador:D9BC12A6

PREFEITURA MUNICIPAL
AVISO DE LICITAÇÃO CARTA CONVITE N°. 013/2014

O Município de Araguainha – MT, torna público aos interessados que fará realizar no dia 03/07/2014, ás 10h00mim, na sede da Prefeitura Municipal de Araguainha, à Rua Bahia, 430 - Centro, Licitação na modalidade Carta Convite n°. 013/2014, que tem por objetivo: O objeto da presente licitação é a contratação de empresa especializada em organização e realização de eventos em comemoração ao 12º Festival de Praia Rio Araguainha e IX Cultural no período de 18 a 21 de setembro de 2014 no Município de Araguainha –MT nos Itens especificados no Anexo I deste Edital. Poderão participar da Carta Convite, todos os profissionais do ramo, que manifestarem interesse 24 horas antes da abertura do certamente, conforme lei n°. 8.666/93. Maiores informações pelo telefone 66 3476-1210 – e por email:. designer.26@hotmail.com

Araguainha - MT, 26 de junho de 2014.

ALESSANDRO LINO DE ARAÚJO
Presidente da CPL

Publicado por:
Vander Lúcio Nunes de Jesus
Código Identificador:24CAD627

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAPUTANGA

CÂMARA MUNICIPAL
PORTARIA Nº 05/2014

‘‘Nomeia a Comissão Organizadora do Concurso Público nº 01/2014 da Câmara Municipal de Araputanga - MT e dá outras providências.”

O Presidente da Câmara Municipal de Araputanga, Estado de Mato Grosso, Sr. ***Joel Marques de Queiroz****, no uso de suas atribuições legais,*

RESOLVE:

Art. 1 *- Designar a* **Comissão Organizadora do Concurso Público nº 01/2014 da Câmara Municipal de ARAPUTANGA - MT***, que será composta pelos seguintes componentes:*

NOME	*FUNÇÃO*	*CPF N.º*
GEAZI ALVES BORGES	*PRESIDENTE*	*820.120.081-00*
VERA LUCIA DE SOUZA SILVA	*SECRETÁRIA*	*523.383.471-53*
MILTON RIBEIRO DE PAIVA	*MEMBRO*	*593.977.991-34*

Parágrafo Único: A Comissão Organizadora terá a responsabilidade de organizar, zelar e cumprir as determinações do respectivo Edital do Concurso, da Lei Orgânica Municipal, bem como todas as legislações aplicadas ao processo.

Art. 2 º **–** Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Art. 3 º - Registre-se, Publique-se e cumpra-se.

Gabinete da Presidência, Câmara Municipal de Araputanga, em 26 de Junho de 2014.

JOEL MARQUES DE QUEIROZ
Presidente

Publicado por:
Vera Lucia de Souza Silva
Código Identificador:21692D05

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO MUNICIPAL Nº 36/2014

"Homologação do resultado final do Processo Seletivo Simplificado nº 02/2014, da Prefeitura Municipal de Araputanga/MT".

Considerando a publicação do resultado final do Processo Seletivo Simplificado nº 02/2014;

SIDNEY PIRES SALOMÉ, Prefeito Municipal de Araputanga - MT, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município:

RESOLVE: Art. 1º - Homologar o resultado final do Processo Seletivo Simplificado nº 02/2014, da Prefeitura Municipal de Araputanga/MT, conforme relação dos candidatos aprovados e classificados já devidamente divulgado e publicado, que fica fazendo parte integrante deste Decreto como anexo, conforme os cargos relacionados no quadro abaixo:

Código do Cargo	Cargo
01	Agente de limpeza pública
02	Apoio Administrativo Educacional
03	Braçal
04	Contador do Previara
05	Eletricista
06	Monitor de Creche
07	Motorista
09	Professor Pedagogia (Comunidade de Botas)
10	Professor Pedagogia (Sede)

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário, publique-se, registra-se e cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Araputanga/MT, aos vinte e seis (26) dias do mês de junho (06) do ano de dois mil e quatorze (2014).

SIDNEY PIRES SALOMÉ
Prefeito Municipal

Publicado por:
Fabiana da Silva Ramos
Código Identificador:04489C4A

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARENÁPOLIS

PREFEITURA MUNICIPAL
RESULTADO DE JULGAMENTO DO PREGAO 018-2014

AV. PREFEITO CAIO, 642- VILA NOVA- ARENÁPOLIS – MT
CNPJ-24.977.654/0001-38 - CEP: 78420-000 – Fone: 65 -3343-1105
OBJETO AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS PROVENIENTES DO CONTRATO DE REPASSE Nº 0313676-82/2009/MDA/CAIXA, QUE CELEBRA A UNIÃO FEDERAL, POR INTERMEDIO DO MINISTERIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO, REPRESENTADA PELA CAIXA ECONOMICA FEDERAL E O MUNICIPIO DE ARENAPOLIS-MT.
Data da realização: 25/06/2014
Licitantes Vencedores:
Item 01- deserto
CIENLAB EQUIPAMENTOS CIENTIFICOS LTDA EPP, inscrita no CNPJ **09.019.6644/0001-77, item 002** com valor total de **R$-19.690,00 (dezenove mil seiscentos e noventa reais). item 003** com o com valor total de **R$-13.150,00 (treze mil cento e cinquenta reais). Item 005** com valor total de **R$-2.500,00 (dois mil e quinhentos reais).**
MARTE CIENTIFICA & INSTRUMENTAÇÃO INDUSTRIAL LTDA, inscrita no **CNPJ:60.431.715/0001-20, item 04** com valor total de **R$-890,30 (oitocentos e noventa reais e trinta centavos).**

ARENAPOLIS-MT EM 25 de junho de 2014.

REGINA LUCIA DE SOUZA
Pregoeira

Publicado por:
Luciana de Souza Barreto
Código Identificador:E2AEEFA7

PREFEITURA MUNICIPAL
RESULTADO DE JULGAMENTO DA TOMADA DE PREÇO 004-2014

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE UMA EMPRESA PARA EXECUCAO DE OBRAS E SERVIÇOS NA CONSTRUÇÃO DA FEIRA DO PRODUTOR NO MUNICIPIO DE ARENÁPOLIS-MT, POR INTERMEDIO DO TERMO DE CONVENIO Nº 069/13- SECRETARIA DE ESTADO DAS CIDADES –SECID, E O MUNICIPIO DE ARENAPOLIS-MT
A Comissão Permanente de Licitação, torna público que do julgamento das propostas do certame Supracitado, resultou vencedora a empresa **SANTA INES CONSTRUÇÕES E COMERCIO LTDA EPP, no valor total de R$-315.945,90 (TREZENTOS E QUINZE MIL NOVECENTOS E QUARENTA E CINCO REAIS E NOVENTA CENTAVOS).** Ficando desde já os autos dos processos franqueados para consulta dos interessados.

Arenápolis-MT, em 26 de junho de 2014.

MARIA MARINALDA RIBEIRO
Presidente Da CPL

Publicado por:
Luciana de Souza Barreto
Código Identificador:389CECA1

PREFEITURA MUNICIPAL
RESULTADO DE JULGAMENTO DO CONVITE 009-2014

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE UMA EMPRESA PARA REFORMA, COM EXECUÇÃO DE CALÇAMENTO EM BLOQUETE SEXTAVADO DE 15 X 15CM, NA PRAÇA DA BIBLIA – BAIRRO VILA NOVA-ARENAPOLIS/MT, POR INTERMEDIO DO TERMO DE CONVENIO Nº 117/13 –

SECID- SECRETARIA DE ESTADO DAS CIDADES E O MUNICIPIO DE ARENAPOLIS/MT

O **MUNICÍPIO DE ARENAPOLIS**, através de sua Comissão Permanente de Licitação, torna público que do julgamento das propostas do certame supracitado, resultou vencedora a empresa: **MODELO ENGENHARIA LTDA EPP, inscrita no CNPJ: 07.117.232/0001-73,** que apresentou proposta no valor global de **118.992,30 (CENTO E DEZOITO MIL E NOVECENTOS E NOVENTA E DOIS REAIS E TRINTA CENTAVOS).**

ARENAPOLIS-MT EM 25 de junho de 2014.

MARIA MARINALDA RIBEIRO
Presidente da CPL

Publicado por:
Luciana de Souza Barreto
Código Identificador:F666530A

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARIPUANÃ

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO N°. 2.416/2014

SÚMULA:"AUTORIZA ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO VALOR DE R$ 26.300,00 (VINTE E SEIS MIL E TREZENTOS REAIS) NO ORÇAMENTO VIGENTE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

O Prefeito Municipal de Aripuanã, no uso de suas atribuições legais e com amparo na Lei Municipal de Orçamento n° 1090/2013 de 17 de dezembro de 2013 e no Artigo 81, Inciso III da Lei Orgânica Municipal.

DECRETA:

ARTIGO 1º Fica aberto um crédito adicional suplementar no valor de R$ 26.300,00 (vinte e seis mil e trezentos reais) para reforço da seguinte dotação orçamentária:

Quadro Detalhamento da Despesa	Fonte		VALOR
05.001.04.123.0006.2010 - Manutenção e Encargos da SEMUFI			
4490.5200 - Equipamentos e Material Permanente	01.00	R$	22.500,00
08.002.15.451.0017.2054 - Conservação de Ruas e Avenidas			
3390.3900 - Outros Serviços de Terceiros - P. Jurídica	01.00	R$	3.800,00
TOTAL		**R$**	**26.300,00**

ARTIGO 2º Para cobertura do crédito adicional suplementar aberto no artigo anterior será anulado da seguinte dotação orçamentária:

Quadro Detalhamento da Despesa	Fonte		VALOR
02.001.04.122.0002.2002 - Manutenção e Encargos do Gabinete do Prefeito			
3390.3600 - Outros Serviços de Terceiros - P. Física	01.00	R$	22.500,00
05.001.04.123.0006.2010 - Manutenção e Encargos da SEMUFI			
3390.3000 - Material de Consumo	01.00	R$	3.800,00
TOTAL		**R$**	**26.300,00**

Gabinete do Prefeito Municipal de Aripuanã aos 16 de junho de 2014.

EDNILSON LUIZ FAITTA
Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se

ELISANETE MERIZIO JORGE
Secretária Mun. de Finanças
Mat

Publicado por:
Tania Andreia Neves
Código Identificador:4A2D05A0

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO N°. 2.418/2014

SÚMULA: "AUTORIZA ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL NO VALOR DE R$ 36.640,00 (TRINTA E SEIS MIL SEISCENTOS E QUARENTA REAIS) NO ORÇAMENTO VIGENTE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

O Prefeito Municipal de Aripuanã, no uso de suas atribuições legais e com amparo na Lei Municipal de Orçamento n° 1129/2014 de 10 de junho de 2014 e no Artigo 81, Inciso III da Lei Orgânica Municipal.

DECRETA:

ARTIGO 1º Fica aberto um crédito adicional suplementar no valor de R$ 36.640,00 (trinta e seis mil e seiscentos e quarenta reais) para nova função programática:

Quadro Detalhamento da Despesa	Fonte		VALOR
07.003.12.361.0013.2094 - Manutenção do Ensino Fundamental FUNDEB 60% - EJA			
3190.1100 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	01.18	R$	32.000,00
3191.1300 - Obrigações Patronais - Fapema	01.18	R$	4.640,00
TOTAL		**R$**	**36.640,00**

ARTIGO 2º Para cobertura do crédito adicional especial aberto no artigo anterior será anulado da seguinte dotação orçamentária:

Quadro Detalhamento da Despesa	Fonte		VALOR
07.003.12.365.0013.2030 - Ensino Infantil FUNDEB 60% - PRE-ESCOLA			
3190.1100 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	01.18	R$	36.640,00
TOTAL		**R$**	**36.640,00**

Gabinete do Prefeito Municipal de Aripuanã aos 24 de junho de 2014.

EDNILSON LUIZ FAITTA
Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se

ELISANETE MERIZIO JORGE
Secretária Mun. de Finanças
MAT

Publicado por:
Tania Andreia Neves
Código Identificador:4CE423A6

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO N°. 2.420/2014

SÚMULA: "AUTORIZA ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO VALOR DE R$ 150.000,00 (CENTO E CINQUENTA MIL REAIS) NO ORÇAMENTO VIGENTE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

O Prefeito Municipal de Aripuanã, no uso de suas atribuições legais e com amparo na Lei Municipal de Orçamento n° 1090/2013 de 17 de dezembro de 2013 e no Artigo 81, Inciso III da Lei Orgânica Municipal.

DECRETA:

ARTIGO 1º Fica aberto um crédito adicional suplementar no valor de R$ 150.000,00 (cento e cinqüenta mil reais) para suplementação das seguintes dotações orçamentárias:

Quadro Detalhamento da Despesa	Fonte		VALOR
07.003.12.365.0013.2031 - Ensino Infantil - FUNDEB 60%			
3190.1100 - Vencimentos e vantagens fixas - Pessoal Civil	01.18	R$	100.000,00
07.003.12.367.0013.2047 - Manutenção do Ensino Especial - FUNDEB 60%			
3190.0400 - Contrato por Tempo Determinado	01.18	R$	50.000,00
TOTAL		**R$**	**150.000,00**

ARTIGO 2º Para cobertura do crédito adicional suplementar aberto no artigo anterior será anulado da seguinte dotação orçamentária:

Quadro Detalhamento da Despesa	Fonte		VALOR
07.003.12.361.0013.2046 - Manutenção do Ensino Fundamental - FUNDEB 60%			
3190.1100 - Vencimentos e vantagens fixas - Pessoal Civil	01.18	R$	150.000,00
TOTAL		**R$**	**150.000,00**

Gabinete do Prefeito Municipal de Aripuanã aos 24 de junho de 2014.

EDNILSON LUIZ FAITTA
Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se

ELISANETE MERIZIO JORGE
Secretária Mun. de Finanças
MAT

Publicado por:
Tania Andreia Neves
Código Identificador:26B81FBE

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO N°. 2.421/2014

SÚMULA: "AUTORIZA ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO VALOR DE R$ 35.638,47 (TRINTA E CINCO MIL SEISCENTOS E TRINTA E OITO REAIS E QUARENTA E SETE CENTAVOS) NO ORÇAMENTO VIGENTE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

O Prefeito Municipal de Aripuanã, no uso de suas atribuições legais e com amparo na Lei Municipal de Orçamento n° 1131/2014 de 18 junho de 2014 e no Artigo 81, Inciso III da Lei Orgânica Municipal.

DECRETA:

ARTIGO 1º Fica aberto um crédito adicional suplementar no valor de R$ 35.638,47 (trinta e cinco mil seiscentos e trinta e oito reais e quarenta e sete centavos) para suplementação da seguinte dotação orçamentária:

Quadro Detalhamento da Despesa	Fonte		VALOR
08.001.04.122.0016.2052 - Manutenção e Encargos da SINFRA			
3390.9300 - Indenizações e Restituições	01.24	R$	35.638,47
TOTAL		**R$**	**35.638,47**

Gabinete do Prefeito Municipal de Aripuanã aos 24 de junho de 2014.

EDNILSON LUIZ FAITTA
Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se

ELISANETE MERIZIO JORGE
Secretária Mun. de Finanças

MAT

Publicado por:
Tania Andreia Neves
Código Identificador:53C2AD21

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO BUGRES

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO E CONTRATOS
AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº: 010/2014

O Município de Barra do Bugres - MT, torna público, que no dia 09/07/2014 às 08h:00min, estará realizando licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL nº.:010/2014 – **SISTEMA REGISTRO DE PREÇO**, menor preço por item, destinada a **AQUISIÇÕES DE FORMA PARCELADA DE HIDROMETROS PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO DEPARTAMENTO DE AGUA E ESGOTO DESTE MUNICIPIO,** demais informações e edital completo poderão ser consultado junto a comissão de licitação, no Paço Municipal, sito à Praça Ângelo Masson, 1000, Centro, de segunda a sexta-feira das 7:00 as 13:00 e no site www.barradobugres.mt.gov.br, informações: (065)3361-1921.

Barra do Bugres-MT, 26 de junho de 2014.

EDIRLEI SOARES DA COSTA
Pregoeiro Oficial

Publicado por:
Edirlei Soares da Costa
Código Identificador:BF7AB82C

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO E CONTRATOS
RESULTADO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº: 07/2014

O município de Barra do Bugres - MT, torna público o RESULTADO do processo Licitatório modalidade - pregão presencial 07/2014 – CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM RECADASTRAMENTO IMOBILIÁRIO E SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS DE ENGENHARIA PARA ENTREGA DOS SERVIÇOS EM UM SISTEMA DE INFORMAÇÕES GEOGRÁFICAS, COM BASE EM IMAGEM DE SATÉLITE DE ALTA RESOLUÇÃO, COM SISTEMA AUTOMATIZADO PARA ATUALIZAÇÃO CADASTRAL DE DADOS IMOBILIÁRIOS DA CIDADE. Licitante vencedor: WCOGEO ADMINISTRADORA E SERVIÇOS LTDA – ME, inscrita no CNPJ sob o Nº05.831.807/0001-90, no valor de R$330.000,00(trezentos e trinta mil reais).

Barra do Bugres – MT, 09 de junho de 2014.

EDIRLEI SOARES DA COSTA
Pregoeiro oficial

Publicado por:
Edirlei Soares da Costa
Código Identificador:71AD16BE

GABINETE DO PREFEITO
PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO BUGRES-MT

LEI MUNICIPAL Nº 2.121/2014

DISPÕE SOBRE A ORGANIZAÇÃO DO SISTEMA MUNICIPAL DE DEFESA DO CONSUMIDOR - SMDC E INSTITUI A COORDENADORIA MUNICIPAL DE DEFESA DO CONSUMIDOR PROCON MUNICIPAL DE BARRA DO BUGRES, CONSELHO MUNICIPAL DE DEFESA DO CONSUMIDOR – CONDECON E O FUNDO MUNICIPAL DE DEFESA DO CONSUMIDOR - FUNDECON E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

A Câmara Municipal de Barra do Bugres, tendo em vista o que dispõe o artigo 59 da Lei Orgânica Municipal, aprova e o Prefeito Municipal **JULIO CÉSAR FLORINDO**, nos termos do artigo 77 da Lei Orgânica Municipal, sanciona a seguinte lei:

CAPÍTULO I
DO SISTEMA MUNICIPAL DE DEESA DO CONSUMIDOR

ARTIGO 1º - A presente Lei estabelece a organização do Sistema Municipal de Defesa do Consumidor – **SMDC**, nos termos da Lei nº 8.078/90 e do Decreto Federal nº 2.181/97 de 20 de março de 1997.

ARTIGO 2º - São órgãos do Sistema Municipal de Defesa do Consumidor –SMDC:

I – A Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa do Consumidor – PROCON;
II – O Conselho Municipal de Defesa do Consumidor – CONDECON;

Parágrafo Único – Integram o Sistema Municipal de Defesa do Consumidor, os órgãos e entidades da Administração Pública Municipal e as Associações Civis que se dedicam à proteção e defesa do consumidor, observados o disposto nos arts. 82 e 105 da Lei 8078/90.

CAPÍTULO II
DA COORDENADORIA MUNICIPAL DE DEFESA DO CONSUMIDOR - PROCON
SEÇÃO I
DAS ATRIBUIÇÕES

ARTIGO 3º - Fica instituída a COORDENADORIA MUNICIPAL DE DEFESA DO CONSUMIDOR – PROCON DE BARRA DO BURES, destinada a promover e implementar as ações direcionadas à educação, orientação, proteção e defesa do consumidor.

ARTIGO 4º - A Coordenadoria Municipal de Defesa do Consumidor - PROCON MUNICIPAL ficará vinculada à Secretaria Municipal de Administração.

ARTIGO 5º - Constituem objetivos permanentes da COORDENADORIA MUNICIPAL DE DEFESA DO CONSUMIDOR - PROCON:

I - assessorar o Prefeito Municipal na implantação e implementação do Sistema Municipal de Proteção e Defesa do Consumidor;

II - planejar, elaborar, propor, coordenar e executar a política municipal de proteção e defesa do Consumidor;

III – receber, analisar, avaliar e encaminhar consultas, denúncias e sugestões apresentadas por consumidores, por entidades representativas ou pessoas jurídicas de direito público ou privado;

IV – orientar permanentemente os consumidores e fornecedores sobre os seus direitos, deveres e prerrogativas;

V - encaminhar aos órgãos competentes a notícia de fatos tipificados como crimes contra as relações de consumo e as de violação a direitos difusos, coletivos e individuais homogêneos;

VI - incentivar e apoiar a criação e organização de associações civis de defesa do consumidor e as já existentes, bem como outros programas especiais;

VII - promover ações contínuas de educação para o consumo, utilizando diferentes meios de comunicação, bem como realizando parcerias com outros órgãos da Administração Pública e da sociedade civil;

VIII - atuar no sistema municipal do ensino, com o objetivo de sensibilizar e, posteriormente, conscientizar os alunos e a comunidade escolar quanto aos direitos e deveres do consumidor;

IX - colocar à disposição dos consumidores, sempre que possível, mecanismos que possibilitem informá-los sobre os menores preços dos produtos básicos encontrados no mercado de consumo;

X - manter cadastro atualizado de reclamações fundamentadas contra fornecedores de produtos e serviços, divulgando-o pública e anualmente, nos termos do art. 44 da Lei 8078/90 e dos arts. 57 a 62 do Decreto 2.181/97;

XI - expedir notificação aos fornecedores para que prestem esclarecimentos das reclamações apresentadas pelos consumidores no Procon;

XII - fiscalizar e aplicar as sanções administrativas previstas no Código de Defesa do Consumidor (Lei 8.078/90 e Decreto 2.181/97);

XIII - funcionar, no que se refere ao processo administrativo, como instância de instrução e julgamento, no âmbito de sua competência;

XIV - solicitar o concurso de órgãos e entidades de notória especialização técnica para a consecução dos seus objetivos;

XV - instaurar, instruir e concluir processos administrativos para apurar infrações à Lei nº 8078/90, podendo mediar conflitos de consumo;

XVI – Realizar outras atividades correlatas.

SEÇÃO II
DO JULGAMENTO DO PROCESSO ADMINISTRATIVO

ARTIGO 6º - A instrução e julgamento dos processos administrativos caberá ao Procon, sendo que a decisão de primeira instância será de competência do Conciliador ou Assessor Jurídico lotado no PROCON MUNICIPAL.

ARTIGO 7º - Da decisão de primeira instância caberá recurso do Fornecedor ao Coordenador Executivo do PROCON que poderá requerer parecer técnico da Procuradoria Geral do Município.

Parágrafo Único - O recurso ao Coordenador Executivo do PROCON será a segunda e última instância recursal na esfera administrativa.

SEÇÃO III
DA ESTRUTURA DO PROCON

ARTIGO 8º - A estrutura organizacional do PROCON Municipal será da seguinte forma:

I – Coordenadoria Executiva
II – Divisão de Atendimento e Orientação;
III –Divisão de Assessoria Jurídica e Conciliação;
IV –Divisão de Fiscalização.
V – Divisão de Educação ao Consumidor.

ARTIGO 9º – Fica criado o cargo de Coordenador Executivo do PROCON que dirigirá a Coordenadoria Municipal de Defesa do Consumidor e terá a função de coordenar todas as ações do PROCON Municipal.

Parágrafo Único: Fica estabelecido que todos os cargos em comissão da Coordenadoria Executiva do PROCON Municipal serão nomeados pelo Prefeito Municipal.

ARTIGO 10 - As atribuições da Coordenadoria e das Divisões serão regulamentadas pelos atos administrativos cabíveis.

ARTIGO 11 - O Coordenador Executivo do PROCON Municipal contará com o apoio do Conselho Municipal de Defesa do Consumidor – **CONDECON.**

ARTIGO 12 – O Poder Executivo Municipal colocará à disposição do PROCON, recursos humanos, equipamentos, materiais permanentes e de consumo e serviços necessários ao funcionamento do órgão.

CAPÍTULO III
DO CONSELHO MUNICIPAL DE DEFESA DO CONSUMIDOR - CONDECON

ARTIGO 13 – Fica instituído o Conselho Municipal de Defesa do Consumidor – CONDECON, com as seguintes atribuições:

I – atuar na formulação de estratégias e diretrizes para a política municipal de proteção e defesa do consumidor;

II - administrar e gerir financeira e economicamente os recursos depositados no Fundo Municipal de Defesa do Consumidor - FUNDECON, bem como deliberar sobre a aplicação dos recursos na consecução dos objetivos previstos nesta Lei e nas Leis nºs. 7347/85 e 8.078/90, priorizando os programas e projetos de educação para o consumo e de proteção e defesa do consumidor;

III - elaborar, revisar, atualizar e editar normas de procedimentos;

IV - realizar parceria com outros órgãos públicos e entidades civis ligadas à área de direito do consumidor, com o intuito de prestar e solicitar a cooperação técnica;

V – autorizar a edição e a confecção de materiais informativos/didáticos, para contribuir com a sensibilização dos cidadãos quanto aos direitos e deveres do consumidor;

VI - promover, por meio de órgãos da Administração Pública e de entidades civis interessadas, eventos educativos ou científicos, relacionados à proteção e defesa do consumidor;
VII - fiscalizar o cumprimento do objeto do convênio e contrato firmados entre a Coordenadoria do Procon do Município com os órgãos públicos e demais Entidades;

VIII – examinar e aprovar projetos de caráter científico e de pesquisa na área de direito do consumidor;

IX – analisar, aprovar e autorizar a publicação da prestação de contas anual do Fundo Municipal de Defesa do Consumidor, sempre na segunda quinzena do mês de dezembro;

X - elaborar e aprovar seu Regimento Interno;

XI - zelar pela aplicação correta dos recursos do Fundo Municipal de Defesa do Consumidor para a consecução dos objetivos;

XII - aprovar e liberar recursos para proporcionar a participação dos servidores do Procon Municipal em reuniões, encontros, palestras, congressos e demais Eventos;

XIII - aprovar e publicar a prestação de contas mensal e anual do Fundo Municipal de Defesa do Consumidor – FUNDECON.

SEÇÃO I
DA COMPOSIÇÃO, MANDATO DOS MEMBROS DO CONDECON
E NORMAS AFINS

ARTIGO 14 - O Conselho Municipal de Defesa do Consumidor-CONDECON será composto por representantes do Poder Público e entidades representativas de fornecedores e consumidores, assim discriminados:

I - O Coordenador do PROCON Municipal, que o presidirá;

II – Um representante da Secretaria Municipal de Educação;

III - Um representante da Secretaria Municipal de Saúde (Vigilância Sanitária);

IV - Um representante da Secretaria de Finanças;

V - Um representante da Secretaria Municipal de Administração;

VI – Um representante da Câmara Municipal;

VI – 02 (dois) representantes de associação ou entidade representativa dos fornecedores;

VII – 03 (três) representantes da Sociedade Civil Organizada;

VIII – 01 (um) representante da OAB.

Parágrafo 1º - O Coordenador Executivo do Procon é membro nato do CONDECON;

Parágrafo 2º - Todos os demais membros serão indicados pelos órgãos e entidades que a eles representam, sendo investidos na função de conselheiros, mediante nomeação pelo Poder Executivo Municipal.

Parágrafo 3º - As indicações para nomeação ou substituição de conselheiros serão feitas pelas entidades ou órgãos, na forma de seus estatutos.

Parágrafo 4º - Para cada membro será indicado um suplente que o substituirá, com direito a voto, nas ausências ou impedimentos do titular.

Parágrafo 5º - Perderá a condição de membro do Conselho Municipal de Defesa do Consumidor CONDECON, o representante que, sem motivo justificado, deixar de comparecer a 03 (três) reuniões consecutivas ou a 06 (seis) alternadas, no período de 01 (um) ano.

Parágrafo 6º - Os órgãos e entidades relacionados neste artigo poderão, a qualquer tempo, propor a substituição de seus respectivos representantes, obedecendo ao disposto no parágrafo 2º deste artigo.

Parágrafo 7º - A função de membro do Conselho Municipal de Defesa do Consumidor - CONDECON não será remunerada, sendo seu exercício considerado relevante serviço à promoção e preservação da ordem econômica e social local.

Parágrafo 8º - O mandato dos membros do Conselho de Defesa do Consumidor - CONDECON será de (02) dois anos, sendo permitida uma recondução dos eleitos.

ARTIGO 15 - O Conselho Municipal de Defesa do Consumidor - CONDECON será presidido pelo Coordenador Executivo do Procon Municipal.

ARTIGO 16 – Visando cumprir suas atribuições legais e regimentais, o CONDECON reunir-se-á, ordinariamente, 01 (uma) vez por mês e, extraordinariamente, sempre que convocados pelo Presidente ou por solicitação da maioria de seus membros no Procon, mediante a presença de 06 (seis) membros, sendo admissível uma tolerância de 30 (trinta) minutos para que o quorum seja alcançado.

ARTIGO 17 – As instituições governamentais e não-governamentais integrantes do CONDECON terão direito a apenas um voto cada uma, mesmo que presentes à Assembléia os Conselheiros Titular e Suplente.

ARTIGO 18 - As deliberações do Conselho serão fixadas em:

I – Resoluções;
II – Moções;
III – Decisões.

§ 1º - Os atos normativos do CONDECON serão instrumentalizados por meio de Resoluções.

§ 2º - As manifestações do CONDECON, de qualquer natureza, sem conteúdo normativo, aperfeiçoam-se através de Moções.

§ 3º- Atuando na aplicação dos recursos do Fundo, o CONDECON o faz através de Decisões.

ARTIGO 19 - As Resoluções e as Moções serão identificadas por numerações seqüenciais e contínuas, independentemente do ano civil em que foram expedidas, devendo das mesmas constar a data em que foram elaboradas.

ARTIGO 20 - As Decisões serão numeradas, sendo as mesmas datadas e identificadas pelos números dos processos onde foram exaradas.

CAPÍTULO IV

DA PRESIDÊNCIA

ARTIGO 21 – A direção do CONDECON será composta pelo Presidente, Vice-Presidente, 1º Secretário-Executivo e 2º Secretário-Executivo.

DO FUNDO MUNICIPAL DE DEFESA DO CONSUMIDOR

ARTIGO 22 - Fica instituído o Fundo Municipal de Defesa do Consumidor – FUNDECON, de que trata o Artigo 57 da Lei Federal nº 8.078 de 11 de setembro de 1990, regulamentada pelo Decreto Federal nº 2.181, de 20 de março de 1997, com o objetivo de receber recursos destinados ao desenvolvimento de ações e serviços de proteção e defesa dos direitos do consumidor.

Parágrafo Primeiro - O Fundo Municipal de Defesa do Consumidor - **FUNDECON** será gerido pelo Conselho Municipal de Defesa do Consumidor, nos termos do art. 14 desta Lei;

Parágrafo Segundo – O Fundo Municipal de Defesa do Consumidor - **FUNDECON** terá número no CNPJ junto a Receita Federal.

ARTIGO 23 – Os recursos oriundos do Fundo Municipal de Defesa do Consumidor-**FUNDECON** serão destinados ao financiamento das ações de desenvolvimento da Política Municipal de Defesa do Consumidor, no âmbito do município de Barra do Bugres, compreendendo especificamente:

I - financiar total ou parcialmente os programas, projetos e atividades relacionados com os objetivos da Política Nacional, Estadual e Municipal das relações de consumo;

II – modernizar administrativamente a Coordenadoria Municipal de Defesa do Consumidor-PROCON Municipal, visando à melhoria da prestação dos serviços oferecidos à população;

III - desenvolver programas de capacitação e aperfeiçoamento de servidores e conselheiros do CONDECON;

IV – no custeio de pesquisas e estudos relativos às relações de consumo e defesa do consumidor realizados por profissional de notória especialização ou por instituição sem fins lucrativos;

V – na aquisição de equipamentos, materiais permanentes e de consumo, serviços, diárias, passagens e demais despesas necessárias ao bom desenvolvimento dos programas, projetos e atividades da Coordenadoria Executiva do PROCON Municipal;

VI - fomentar ações que visem à defesa do consumidor;

VII - atender a despesas diversas, de caráter urgente e inadiável, necessárias à execução das ações do órgão municipal;

VIII – promover e fomentar a criação de Entidades Civis e de Defesa do Consumidor;

IX - na promoção de atividades e eventos educativos, culturais e científicos, na criação, confecção e edição de materiais informativos/didáticos, relacionados à educação, proteção e defesa do consumidor;

X - no custeio de exames periciais, estudos e trabalhos técnicos necessários à instrução de procedimento investigatório preliminar instaurado para a apuração de fato ofensivo ao interesse difuso ou coletivo;

Parágrafo único – Na hipótese do Inciso X deste artigo, deverá o CONDECON considerar a existência de fontes alternativas para custeio da perícia, a sua relevância, a sua urgência e as evidências de sua necessidade.

XI – no custeio da participação de representantes do Sistema Municipal de Defesa do Consumidor - SMDC em reuniões, encontros, cursos, congressos e demais eventos, dentro e fora do Estado, relacionados ao direito do consumidor;

XII – atender outras despesas de capital e de custeio que contribuam com o bom funcionamento da Coordenadoria Executiva do PROCON Municipal.

ARTIGO 24 - Constituem recursos do Fundo Municipal de Defesa do Consumidor – FUNDECON, o produto da arrecadação de:

I - condenações judiciais de que tratam os artigos 11 e 13 da Lei 7.347 de 24 de julho de 1985;

II - valores arrecadados ao município, em virtude da aplicação das multas previstas no art. 56 Inciso I e art. 57 e seu Parágrafo Único da Lei nº 8078/90, assim como àquela cominada por descumprimento de obrigação contraída em termo de ajustamento de conduta;

III – transferências orçamentárias provenientes de outras entidades públicas ou privadas;

IV - rendimentos decorrentes de depósitos bancários e aplicações financeiras, observadas as disposições legais pertinentes;

V - doações de pessoas físicas e/ou jurídicas, nacionais e/ou estrangeiras;

VI - produto de convênios firmados com órgãos e entidades de direito público e/ou privado;

VII - outras receitas que vierem a ser destinadas ao Fundo.

ARTIGO 25 - As receitas descritas no artigo anterior serão depositadas, obrigatoriamente, em conta especial, a ser aberta e mantida em Instituição Financeira, em nome do Fundo Municipal de Defesa do Consumidor – FUNDECON que terá CNPJ próprio.

Parágrafo 1º - As receitas das multas aplicadas terão um código de receita próprio e deverão ser recolhidas pelas empresas infratoras ao Fundo Municipal de Defesa do Consumidor por meio do Documento de Arrecadação Municipal – DAM emitido pela Prefeitura Municipal.

Parágrafo 2º - Fica autorizada a aplicação financeira das disponibilidades do Fundo Municipal de Defesa do Consumidor - FUNDECON, em operações ativas, de modo a preservá-las contra eventual perda do poder aquisitivo da moeda.

Parágrafo 3º - O saldo credor do Fundo Municipal de Defesa do Consumidor - FUNDECON, apurado em balanço no término da cada exercício financeiro, será transferido para o exercício seguinte, a seu crédito.

Parágrafo 4º - O Secretário Municipal de Administração, com a anuência do Presidente do Conselho Municipal de Defesa do Consumidor – CONDECON, será obrigado a publicar, semestralmente, os demonstrativos de receitas e despesas realizadas, como também, o balanço anual do Fundo Municipal de Defesa do Consumidor - FUNDECON.

Parágrafo 5º - A Prefeitura Municipal ficará responsável pela parte contábil FUNDECON, pois, assinarão como ordenador das despesas do Fundo - o Prefeito Municipal e como contador o Secretário Municipal de Finanças.

ARTIGO 26 - Os recursos do Fundo Municipal de Defesa do Consumidor - FUNDECON serão destinados ao financiamento das ações de desenvolvimento da Política Municipal de Defesa do Consumidor, no âmbito do município de BARRA DO BUGRES e Instituições públicas e Entidades Civis ligados à proteção e defesa do consumidor.

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

ARTIGO 27 - A Prefeitura Municipal prestará apoio administrativo, fornecerá recursos humanos, equipamentos e materiais, espaço físico e se responsabilizará pela manutenção da Coordenadoria Municipal de Defesa do Consumidor - PROCON Municipal e do Conselho Municipal de Defesa do Consumidor – CONDECON.

ARTIGO 28 - No desempenho de suas funções, a Prefeitura Municipal de Barra do Bugres, por meio da Coordenadoria Executiva

– Procon Municipal, poderá realizar convênios, termos de cooperação técnica com os órgãos que integram o Sistema Nacional de Defesa do Consumidor (SMDC), tais como: órgãos federais, estaduais, municipais e as Entidades privadas de defesa do consumidor, no âmbito de suas respectivas competências e observado o art. 105 da Lei nº 8078/90.

ARTIGO 29 - Consideram-se colaboradores do Sistema Municipal de Defesa do Consumidor (SMDC), as universidades públicas e privadas, escolas públicas e privadas e demais instituições que desenvolvam estudos e pesquisas relacionadas ao mercado de consumo.

Parágrafo Único – Entidades, autoridades, cientistas e técnicos poderão ser convidados a colaborar em estudos ou participar de comissões instituídas pelos órgãos de proteção ao consumidor.

ARTIGO 30 - As despesas decorrentes da aplicação desta Lei correrão por conta das dotações orçamentárias previstas no Orçamento Anual da Prefeitura Municipal.

ARTIGO 31 - O Poder Executivo Municipal aprovará, mediante decreto, o Regimento Interno da Coordenadoria Executiva do Procon Municipal, definindo sua estrutura administrativa, cargos, competência da Coordenadoria Executiva e suas Divisões, bem como do Conselho Municipal de Defesa do Consumidor - CONDECON.

ARTIGO 32 - A Coordenadoria Municipal de Defesa do Consumidor – PROCON Municipal observará na execução da política municipal de defesa do consumidor, as diretrizes fixadas pelo Procon Estadual, que é o Coordenador do Sistema Estadual de Defesa do Consumidor.

ARTIGO 33 - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Barra do Bugres – MT, aos 25 dias do mês de junho do ano de 2014.

JULIO CESAR FLORINDO
Prefeito Municipal

SUGESTÃO
ANEXO I

CARGOS EFETIVOS

QUANTIDADE	CARGO	NÍVEL	CARGA HORÁRIA	REMUNERAÇÃO
02	Conciliador de Defesa do Consumidor	Superior – Curso de Direito	30h	
02	Fiscal de Defesa do Consumidor	Superior	30h	
02	Educador para o Consumo	Superior – Curso de Letras/Pedagogia/História	30h	
03	Agente de Defesa do Consumidor	Nível Médio	30h	
COLABORADORES				
Parcerias com Faculdades	Contratação de Estagiários conforme legislação vigente			

Publicado por:
Valdete Jesus Maia
Código Identificador:F1AB5D4B

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS DO ARAGUAIA

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS DO ARAGUAIA
EXTRATO DE CONTRATO Nº. 64/2014

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS DO ARAGUAIA – MT.
CONTRATADA: D. DA LUZ SOUSA ME
VALOR GLOBAL: 49.250,00 (Quarenta e nove mil duzentos e cinqüenta reais).
OBJETO: Locação de tendas, som, iluminação, palco e banheiros químicos para realização da 10ª Copa Bom Jesus de Futebol Socyte.
VIGENCIA: 03 (três) dias, contados a partir do dia 30 de Maio a 01 de junho de 2014.

Bom Jesus do Araguaia – MT, em 29 de Maio de 2014.

JOEL FERREIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Célio José de Olveira
Código Identificador:044D50A3

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRASNORTE

PREFEITURA MUNICIPAL
EDITAL N° 018-2014

A Prefeitura Municipal de Brasnorte, Estado de Mato Grosso, **FAZ SABER**, que se encontra a disposição dos Senhores Munícipes, o **balancete.**

TORNA PÚBLICO

A Prefeitura Municipal de Brasnorte, Estado Mato Grosso, representada pelo **Sr. Prefeito - Eudes Tarciso de Aguiar**, TORNA PÚBLICO o balancete referente ao mês de **Maio** do exercício financeiro de 2014.
O referido balancete fica a disposição, das 08h00min às 18h00min, no horário de expediente, no período de 30 dias.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE BRASNORTE - MT, AOS 25 (VINTE E CINCO) DIAS DO MÊS DE JUNHO DO ANO DE DOIS MIL E QUATORZE.

Registre-se
Publique-se
Cumpra-se

EUDES TARCISO DE AGUIAR
Prefeito

Publicado por afixação
25/06/2014

Publicado por:
Ivanise Luiza Passarini Dalla Rosa
Código Identificador:862796A7

PREFEITURA MUNICIPAL
EDITAL DE ABERTURA DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 005/2014

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 005/2014
EDITAL DE ABERTURA

A Comissão de Acompanhamento da Elaboração do Processo Seletivo Simplificado nomeada pela Portaria nº 240/2014, representada pela senhora Eslaide Schroeder, Presidente da Comissão, no uso de suas atribuições legais, torna público que encontram-seabertas as inscrições para o processo seletivo simplificado nº 005/2014, para os cargos conforme anexo I deste edital, a fim de contratação temporária**,**em substituição a servidores em desvio de função, licença prêmio, licença particular, licença maternidade, licença de saúde, e vagas não preenchidas no Concurso Público realizado em 26/02/2012, para compor a equipe de trabalho da Secretaria Municipal de Educação e Cultura no Município de Brasnorte conforme especificações abaixo:

DAS INSCRIÇÕES:

As inscrições serão recebidas nos dias07,08,09,10,11,14,15de Julhode 2014, na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, com endereço à Rua Curitiba nº1089, Centro, no horário das 07h00min às 11h00min e

13h00minàs 17h00min. Informações pelo telefone (66) 3592-1821/3592-2353.
As inscrições poderão ser feitas por procuração específica e com cópias autenticadas dos documentos exigidos.

2. DAS CONDIÇÕES PARA INSCRIÇÃO

Ser brasileiro nato ou naturalizado.
Documento Original de Identidade ou Identidade Profissional ou equivalente;
Comprovante de Inscrição no CPF;
Original do comprovante de escolaridade (histórico ou certificado);
Original do comprovante do certificado de reservista, se do sexo masculino;
Comprovante de Endereço e número de telefonepara contato;
Possuir idade mínima de 18 anos completos na data da contratação;
Para o Cargo de Agente de Transporte o candidato deverá Apresentar Carteira de Motorista Classe D e cópia – somente para agente de transporte;
2.8.1 – não serão aceitos protocolos de emissão de carteira, (é obrigatório o porte do documento de habilitação quando for fazer a prática CTN)
As inscrições deverão ser feitas pessoalmente;
Poderão ser feitas inscrições através de procuração legal, mediante apresentação de todos os documentos acima descritos, em cópia legível e autenticados;
Não será aceita inscrição de candidato com documentação que não atenda o disposto neste Edital, mesmo que candidato se comprometa a complementá-la em data posterior;

3. DAS TAXAS DE INSCRIÇÃO

3.1. Não serão cobradas taxas ou qualquer outro valor para a inscrição no presente processo seletivo.

4. DA SELEÇÃO

4.1O Processo Seletivo tem por fim cumprir o papel de identificar, entre os candidatos, aqueles mais aptos a desempenharem as exigências requeridas para os cargos, na seguinte etapa:
- Prova Objetiva.
02 - Prova Prática (agente de transportes)
4.2Para agentes de transporte a prova prática e teórica serão eliminatórias.

5. DA REALIZAÇÃO DAS PROVAS

As provas serão realizadas no dia27/07/2014, no período matutino, na Escola Municipal de Educação Básica 1º de Junho, situada na Avenida General Osório nº 499, Centro, das 08h00min às11h00min, horário local.
A Prova objetiva de múltipla escolha, de caráter classificatório e eliminatório, será aplicada para todos os cargos previstos conforme Anexo Ideste Edital.
5.2.1 Cada questão terá quatro alternativas das quais, apenas uma será a correta.
5.2.2 Os tipos de provas objetivas de múltipla escolha, número de questões e pontuação de cada questão para todos os cargos são as seguintes:

Provas	Número de questões	Pontuação de cada questão	Total
Português	10	3,0	30,0
Conhecimentos Gerais/Matemática	10	3,0	30,0
Conhecimentos Específicos	10	4,0	40,0
Total	**30**	**-**	**100,0**

Prova Prática	Pontuação máxima 100

5.3 A realização da prova prática serána garagem dos Ônibus da Secretaria de Educação, situada a Avenida General Osório s/n e percurso de rua, com inicio às 13h00min e términoàs 16h00min.
5.3.1 A prova prática valerá de 0 a 100, necessitando o mínimo de 40 pontos para a classificação.
5.3.2 – O Candidato que não alcançar 50 pontos na prova prática será eliminado do certame.
5.4 Os três últimos candidatos de cada sala que farão prova objetiva só poderão sair juntos. Caso o candidato insista em sair do local de aplicação da prova, deverá assinar termo desistindo do Processo Seletivo e, caso se negue, deverá ser lavrado Termo de Ocorrência, testemunhado pelos dois outros candidatos, pelo fiscal de sala e pelo coordenador.
O candidato deverá comparecer no local da prova, com antecedência mínima de 30 minutos, munido de caneta tipo esferográfica azul ou preta (em material transparente) portando a ficha de inscrição e um documento oficial com foto, sendo este o mesmo apresentado no momento da inscrição.
Aos candidatos é vedado o uso de óculos escuros, boné, chapéu, calculadora, aparelho celular, walkman, máquina fotográfica, lápis, lapiseira, bem como, quaisquer aparelhos eletrônicos.
Será eliminado do Processo Seletivo o candidato que:
For surpreendido dando e/ou recebendo auxílio para a execução de quaisquer das provas;
Usar ou tentar usar de meios fraudulentos e/ou ilegais para sua realização;
Faltar com a devida cortesia para com qualquer fiscal de aplicação das provas, Comissão e/ou candidatos.
Recusar-se a entregar o cartão de respostas.
Ausentar-se da sala a qualquer tempo portando o cartão de respostas e/ou sem a prévia autorização do fiscal de sala.
Perturbar, de qualquer modo a ordem dos trabalhos, incorrendo em comportamento indevido.
Compete a Comissão analisar e julgar outras situações, não mencionadas no item anterior, que possam prejudicar o andamento do Processo Seletivo.
O candidato não poderá ausentar-se da sala antes de decorridos 60 minutos a contar do início da prova.
O candidato somente poderá levar consigo o caderno de provas, depois de decorridas 02 horas do início da prova.
Não será permitida a entrada, em hipótese alguma de crianças no recinto das provas.
A candidata lactante que necessitar amamentar durante a realização das provas poderá fazê-lo em sala reservada, desde que assinale esta opção na ficha de inscrição, conforme Anexo VI.
A criança lactante deverá permanecer em sala reservada para este fim, com acompanhamento de pessoa maior de idade durante o período destinado ao processo seletivo simplificado 005/2014. O acompanhante do lactante é de responsabilidade da candidata.
O tempo reservado a amamentação não acarretará acréscimo ao tempo destinado para realização da prova.

DA CLASSIFICAÇÃO

6.1 A classificação final obedecerá a seguinte tabela, observada a pontuação abaixo:

Prova Objetiva	Pontuação máxima: 100,0
Prova Prática	Pontuação máxima: 100,0

Os candidatos serão classificados em ordem decrescente dos pontos obtidos, considerando aprovados, até o número de vagas do anexo I, os candidatos cuja somatória atingir no mínimo 50,0 pontos, sem zerar disciplinas;
Para agentes de transporte a nota final será a soma das notas obtidas na prova objetiva mais a prova prática.
Serão considerados somente classificados todos os candidatos que obtiveremaproveitamento igual ou superior a 50% da somatória dos pontos não podendo zerar em nenhuma prova, além do limite de vagas do Anexo I do presente edital.
Todos os classificados ficarão em cadastro reserva;
A classificação não implica na obrigatoriedade de contratação por parte da Prefeitura Municipal, estando subordinada à existência de vagas, às necessidades de serviços e ao interesse dos programas em execução.
O resultado final do processo seletivo será publicado no mural da Prefeitura, da Secretaria Municipal de Educação e Cultura, e no site www.brasnorte.mt.gov.brlogo após a apuração do resultado.
A classificação final entre candidatos com igual número de pontos obedecerá aos seguintes critérios:
1.Maior nota na prova de Conhecimentos Específicos;
2. Maior nota na prova de Língua Portuguesa;

3. Mais idoso.

DO VÍNCULO EMPREGATÍCIO E DO REGIME PREVIDENCIÁRIO

O regime de trabalho dos servidores contratados temporariamente será de acordo com a lei 930/2005 e Lei 1.324/2011 reportando-se ao Estatuto do Magistério e Servidores Públicos Municipais de Brasnorte no que lhe couber e o vínculo empregatício se dará em regime de contrato administrativo sem prejuízo dos direitos trabalhistas dispostos em lei.

O regime previdenciário será o regime geral de previdência, de acordo com a legislação municipal.

DOS CONTRATOS

O contrato temporário será firmado com a Prefeitura Municipal de Brasnorte por um prazo que será de até 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado por igual período, conforme necessidade da administração.

No ato da contratação os candidatos deverão apresentar os seguintes documentos:

Comprovante do CPF/MF ativo;

Fotocópia e original da carteira de identidade, comprovando possuir 18 (dezoito) anos completos;

Fotocópia e original do título de eleitor, com comprovante de votação na última eleição, nos dois turnos, se for o caso ou certidão específica do TRE;

Fotocópia original do certificado de reservista/dispensa como prova de estar em dia com as obrigações militares (no caso do sexo masculino);

Fotocópia e original do PIS/PASEP, NIT ou NIS (todos são o mesmo documento);

Fotocópia e original do comprovante de capacitação legal (cópia do histórico escolar ou certificado e/ou diploma) para o exercício do cargo, bem como, registro no órgão competente quando cabível;

Comprovante de residência;

Fotocópia da Carteira de Motorista Classe D (para agentes de transporte).

Certidão de que não possui antecedente criminal, salvo se cumprida a pena;

Declaração de que exerce ou não outro cargo, emprego ou função pública, discriminando-os;

Declaração de bens e valores que constituem o seu patrimônio;

Laudo médico favorável, fornecido pelo médico credenciado pela Prefeitura de Brasnorte;

Laudo psicológico favorável, fornecido pelo psicólogo credenciado pela Prefeitura de Brasnorte.

Declaração informando o nº do CPF dos pais e filhos.

Será considerado desistente e perderá a vaga obtida no processo seletivo simplificado 005/2014 o candidato que não comparecer no período de 10 (dez) dias estabelecido pela Prefeitura Municipal, via Edital de Convocação, para assumir a vaga bem como o candidato que não apresentar os documentos exigidos.

DOS RECURSOS

Caberão recursos à Comissão do Processo Seletivo Simplificado 005/2014 do Município de Brasnorte, nas fases conforme descrito no Anexo III do presente edital:

Os prazos serão contados de acordo com as datas expressas no anexo III do presente edital e a partir da data de publicação no site da Prefeitura Municipalwww.brasnorte.mt.gov.br

Os pontos correspondentes às questões porventura anuladas serão atribuídos a todos os candidatos que se relacionarem com as mesmas, independentemente de formulação de recursos.

Os recursos deverão ser protocolados na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, situada na Rua Curitiba, 1089 - Bairro Centro, no horário de 07h00 as 11h00 e das 13h00 às 17h00 conforme datas do Anexo III e endereçado à Comissão do Processo Seletivo, com indicação do Processo Seletivo, nome do candidato, número da inscrição e assinatura, conforme Anexo VII.

Serão rejeitados liminarmente os recursos que não estiverem redigidos com as indicações acima ou não fundamentados, ou ainda aqueles protocolados fora dos prazos estabelecidos conforme Anexo III.

Será rejeitado recurso que contenha expressões agressivas, direcionadas a Comissão do Processo Seletivo.

Compete à Comissão do Processo Seletivo o julgamento dos recursos interpostos.

DISPOSIÇÕES GERAIS

Reserva aos organizadores do Processo Seletivo e aos fiscais das provas o direito de excluir do recinto e eliminar do restante das provas os candidatos cujo comportamento for considerado inadequado, a fim de resguardar a execução individual e correta das provas.

O processo seletivo simplificado 005/2014 terá validade de 01(um) ano, a contar da data da publicação da homologação do resultado final, prorrogável uma vez, por igual período, se houver interesse da administração.

A inscrição do candidato importará no conhecimento das presentes instruções e na aceitação expressa das condições do Processo Seletivo, tais como se encontram estabelecidas neste Edital.

A divulgação deste edital será através da publicação no mural da Prefeitura Municipal de Brasnorte, da Secretaria Municipal de Educação e das EscolasMunicipais Urbanas.

Anexo I – Quadro de Vagas do presente edital 005/2014, comunicado de utilidade pública nas emissoras de rádio da cidade e no site www.brasnorte.mt.gov.br .

Não serão fornecidos atestados, certificados ou certidões, relativas à habilitação, classificação ou nota de candidatos, valendo para tal fim a publicação do resultado final e homologação do Processo Seletivo.

A Prefeitura de Brasnorte e Secretaria Municipal de Educação e Cultura, não se responsabilizam por quaisquer cursos, textos, apostilas e outras publicações referentes a este Processo Seletivo.

A classificação no Processo Seletivo não assegura direito à contratação, mas esta, quando ocorrer, obedecerá rigorosamente à ordem de classificação dos candidatos e o prazo de validade do processo.

O acompanhamento das publicações de futuras e eventuais convocações, nos meios oficiais, é de inteira responsabilidade dos candidatos.

O prazo para apresentação dos documentos previstos neste edital, quando da convocação é de 10 dias corridos.

Todos os problemas, casos omissos ou questões que surgirem e que não estejam expressamente previstos no presente edital serão resolvidos pela comissão de Processo Seletivo.

A Contratação temporária, prevista neste edital, não é condição ou vantagem para o ingresso na carreira de servidor público do Município de Brasnorte.

As reservas de vagas para portadores de deficiência estão dispensadas conforme orientação da Cartilha de Orientação para Contratação por Tempo Determinado para Atender a Necessidade Temporária de Excepcional Interesse Público, aprovada pela RN 041/2013 – TCE/MT. (Deixar em negrito)

Para que surtam os efeitos legais, Publica-se, registra-se e cumpra-se.

Brasnorte – MT,26 de Junho de 2014.

VERA LUCIA POLETO BUZELI
Presidente da Comissão

Processo Seletivo Simplificado
N° 005/2014

AMÉLIA ROGOSKI KAPRON
Secretário da Comissão

ROSMARIE LEMES POLETTO
Membro da Comissão

SOLANGE OLIVEIRA SANTOS
Membro da Comissão

SILVANA PATRICIA TRINDADE MORENO
Membro da Comissão

ESLAIDE SCHROEDER FERNANDA
Membro da Comissão

NERY VARASCHIN CAERON
Membro da Comissão

ANEXO I – QUADRO DE VAGAS

LOCALIDADE: EMEB. CEREJAL - COMUNIDADE PAINEIRA

CARGO	Vagas	Cadastro Reserva	Escolaridade	Carga Horária	Salário
Professor	01	-	Licenciatura Plena – qualquer área da educação	20 h	1.273,04
Professor	-	01	Ensino Médio	20 h	763,82

CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL-CENTRO

CARGO	Vagas	Cadastro Reserva	Escolaridade	Carga Horária	Salário
Professor –Centro de Educação Infantil	-	10	Licenciatura PlenaPedagogia	20 h	R$1.273.04

EMEB TEREZINHA GONÇALVES DA SILVA

CARGO	Vagas	Cadastro reserva	Escolaridade	Carga Horária	Salário
Apoio Administrativo Educacional - Nutrição	01	-	Ensino Fundamental	40 h	R$787,32

EMEB SANTOS DUMONT

Apoio Administrativo Educacional - Nutrição	01	-	Ensino Fundamental	40 h	R$ 787,32

AGENTE DE TRANSPORTES ESCOLAR

CARGO	Vagas	Cadastro reserva	Escolaridade	Carga Horária	Salário
Agente de Transportes Escolar	02	-	Ensino fundamental completo + Habilitação Categoria "D"	40 h	R$ 1.145,26

ANEXO II - DESCRIÇÃO DAS ATRIBUIÇÕES DOS CARGOS

Apoio Administrativo Educacional - Nutrição: Compreende a categoria funcional comatividades relativas à preparação, conservação, armazenamento e distribuição da alimentação escolar e demais atividades complementares e afins.

Professor: Compreende o cargo a ministrar disciplinas competentes dos currículos da Educação Básica, nas etapas da Educação Infantil e Ensino Fundamental, transmitindo os conteúdos teóricos - práticos pertinentes, através de explicações, dinâmica de grupos e outras técnicas, para ministrar conhecimentos básicos para a formação do aluno e demais atividades complementares e afins.

Agente de Transporte - Motorista - Categoria "D". Compreende a categoria funcional com as atribuições de dirigir segundo as normas do Código Brasileiro de Trânsito, conservar automóveis, caminhonetes, caminhões e demais veículos de transporte de passageiros e cargas, dentro ou fora do Município e demais atividades complementares e afins.

ANEXO III - CRONOGRAMA

Divulgação do Edital	**26/06/2014**
Inscrições	**07,08,09,10,11,14 e15/07/2014**
Publicação da lista de inscritos	**16/07/2014**
Prazo para recurso contra Lista de Inscritos	**17/07/2014**
Julgamento dos recursos contra Lista de Inscritos	**18/07/2014**
Realização das Provas	**20/07/2014**
Publicação do Gabarito	**21/07/2014**
Prazo para recurso contra o Gabarito	**22e 23/07/2014**
Julgamento dos recursos contra o Gabarito	**24/07/2014**
Publicação do Resultado Provisório	**25/07/2014**
Prazo para recurso contra Resultado Provisório	**28 e 29/08/2014**
Julgamento e publicação de recursos dos recursos contra Resultado Provisório	**30/07/2014**
Publicação do resultado final	**31/07/2014**
Homologação	**01/08/2014**

ANEXO IV - CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

CARGO ENSINO FUNDAMENTAL

Agente de Transporte Escolar

Apoio Administrativo Educacional – Nutrição

Língua Portuguesa para todos os cargos: Leitura e Interpretação de Texto; Ortografia; Encontros vocálicos e consonantais, Dígrafos; Adjetivo; Artigo; Sinônimos e Antônimos; Sugestão Bibliográfica: Livros que abranjam o programa proposto.

Conhecimentos Gerais/Matemática para todos os cargos: Brasil contemporâneo. Atualidades: Tópicos relevantes e atuais de diversas áreas, tais como política, economia, sociedade, educação, tecnologia, energia, relações internacionais, desenvolvimento sustentável, responsabilidade sócio-ambiental, problemas ambientais, segurança e ecologia e suas vinculações históricas, do município, do estado, do Brasil e no mundo. História do Estado. Aspectos históricos e geográficos do Município de Brasnorte/MT e do Estado de Mato Grosso; hidrografia, relevo, população, clima, vegetação, limites geográficos, economia e símbolos municipais.Operações com números inteiros e decimais. Porcentagem e juros simples. Análise e interpretação de gráficos e tabelas. Sugestão Bibliográfica: Livros que abranjam o programa proposto.

Específica Apoio Administrativo Educacional – Nutrição- Noções básicas de primeiros socorros; Prevenção e combate a princípios de incêndio; Noções de segurança no trabalho, Noções de segurança alimentar e preparação de alimentos e outros assuntos relacionados ao desempenho do cargo. Noções de postura e ética profissional. Noções de estrutura organizacional e hierarquia. Outros assuntos relacionados diretamente com a área de atuação do cargo. Sugestão Bibliográfica: Livros e leis que abranjam o programa proposto.

Especifica Agente de Transporte Escolar– Noções básicas e procedimentos de segurança. Equipamentos de proteção. Conservação e manutenção de veículos. Novo código brasileiro de trânsito. Direção defensiva e preventiva. Noções de segurança no trabalho. Prevenção e combate a incêndios. Primeiros socorros. Noções e postura e ética profissional. Outros assuntos relacionados diretamente com a área de atuação do cargo. Constituição da República Federativa do Brasil, de 1988 e suas atualizações (atrs. 1 a 14; arts. 37 a 43. Lei Orgânica Municipal e Estatuto do Servidor Municipal. Sugestão Bibliográfica: Livros que abranjam o programa proposto.

CARGO DE ENSINO MÉDIO

Professor

Língua Portuguesa para todos os cargos: Leitura e interpretação de texto. Ortografia. Verbos: tempo, modo, emprego - substantivos: classificação e emprego - flexão de gênero, número e grau - artigo - adjetivo: conceito, classificação correspondência e locuções adjetivas, flexões - advérbios: classificação, flexão, grau - Sintaxe: frase, oração, período - complementos verbais e nominais - concordância verbal e nominal - Derivação prefixal e sufixal.Sugestão Bibliográfica: Livros que abranjam o programa proposto.

Conhecimentos Gerais/Matemática para todos os cargos: Brasil contemporâneo. Atualidades: Tópicos relevantes e atuais de diversas áreas, tais como política, economia, sociedade, educação, tecnologia, energia, relações internacionais, desenvolvimento sustentável, responsabilidade socioambiental, problemas ambientais, segurança e ecologia e suas vinculações históricas, do município, do estado, do Brasil e no mundo. História do Estado. Aspectos históricos e geográficos do Município de Brasnorte/MT e do Estado de Mato Grosso; hidrografia, relevo, população, clima, vegetação, limites geográficos, economia, e símbolos municipais. Média ponderada e média aritmética. Problemas envolvendo as quatro operações. Porcentagem e juros simples. Análise e interpretação de gráficos e tabelas. Sugestão Bibliográfica: Livros que abranjam o programa proposto.

Específica Professor Ensino Médio: Lei Federal nº 9.394/96 - Lei das Diretrizes e Bases da Educação Nacional: Da educação. Dos princípios e fins da educação nacional. Do direito à educação e do dever de educar. Da organização da educação nacional. Dos níveis e das modalidades de educação e ensino. Da composição dos níveis escolares. Da Educação básica. Das disposições gerais. Da educação infantil. Da educação especial. Dos profissionais da educação. Lei Federal n. 8.069/90 - Estatuto da Criança e do Adolescente. Constituição Federal de 1988, com as alterações introduzidas por suas Emendas Constitucionais: Título II: dos direitos e garantias fundamentais (art. 5º a 17) Título III: da organização do Estado (art. 18 a 43). Outros assuntos relacionados diretamente com a área de atuação do cargo. Sugestão Bibliográfica: Livros que abranjam o programa proposto.

CARGO DE ENSINO SUPERIOR – LICENCIATURA PLENA

Professor – Ensino Superior

Língua Portuguesa: Leitura e interpretação de texto. Verbos: tempo, modo, emprego - substantivos: classificação e emprego - flexão de gênero, número e grau - artigo - adjetivo: conceito, classificação correspondência e locuções adjetivas, flexões - advérbios: classificação, flexão, grau - Pronomes: conceito, classificação - estudo dos numerais - preposição - conjunções - interjeições - complementos verbais e nominais - vozes verbais - concordância verbal e nominal - regência verbal e nominal - crase - Derivação prefixal e sufixal. Sugestão Bibliográfica: Livros que abranjam o programa proposto.

Conhecimentos Gerais/Matemática para todos os cargos: Brasil contemporâneo. Atualidades: Tópicos relevantes e atuais de diversas áreas, tais como política, economia, sociedade, educação, tecnologia, energia, relações internacionais, desenvolvimento sustentável, responsabilidade socioambiental, problemas ambientais, segurança e ecologia e suas vinculações históricas, do município, do estado, do Brasil e no mundo. História do Estado. Aspectos históricos e geográficos do Município de Brasnorte/MT e do Estado de Mato Grosso; hidrografia, relevo, população, clima, vegetação, limites geográficos, economia, e símbolos municipais. Média ponderada e média aritmética. Problemas envolvendo as quatro operações. Porcentagem e juros simples. Análise e interpretação de gráficos e tabelas. Sugestão Bibliográfica: Livros que abranjam o programa proposto.

Específica Professor Ensino Superior – Licenciatura Plena : Legislação e Normas da Educação Brasileira. Concepções de Educação e Escola. Função social da escola e compromisso social do educador. Ética no trabalho docente. A história da organização da educação brasileira; O atual sistema educacional brasileiro; Tendências educacionais na sala de aula: correntes teóricas e alternativas metodológicas. A construção do conhecimento: papel do educador, do educando e da sociedade. Visão interdisciplinar e transversal do conhecimento. Gestão escolar democrática e participativa. Projeto político-pedagógico. Currículo em ação: planejamento, seleção e organização dos conteúdos. Avaliação Escolar. Educação inclusiva. Educação Étnico-racial. Legislação básica da educação brasileira. A formação do profissional da educação - postura e ética. Conhecimentos básicos de crescimento e desenvolvimento infantil. Os direitos fundamentais da criança: saúde, proteção, educação, lazer e esporte. Elementos da prática pedagógica: Planejamento, Objetivos, Conteúdos, Encaminhamentos Metodológicos e Avaliação Escolar; Planejamento de Ensino: concepção; plano de curso e de aula; organização e conteúdos; Avaliação escolar: concepção, instrumentos e critérios de avaliação; A interdisciplinaridade no processo de ensinar a aprender; Currículo e Educação: método, conteúdos e práticas escolares cotidianas; Articulações entre a Educação Infantil e o Ensino Fundamental: fundamentos teórico-metodológicos das diferentes áreas do conhecimento, concepção de alfabetização, leitura e escrita; O conhecimento e o lúdico na pedagogia da Educação Infantil e séries iniciais; História da Educação Brasileira. O Manifesto dos Pioneiros da Educação. Projeto Político-Pedagógico da escola; Gestão Democrática e participativa da Escola. Constituição da República Federativa do Brasil, de 1988 e suas atualizações (Art. 1 a 14; Art.37 a 43; Art.. 205 a 217). Outros assuntos relacionados diretamente com a área de atuação do cargo. Sugestão Bibliográfica: Livros que abranjam o programa proposto.

ANEXO V – MODELO DE PROCURAÇÃO

PROCURAÇÃO

Eu_____, portador do RG n._____ e CPF nº _____ residente na_____ nº _____, município de _____, UF_____, CEP_____-____, e-mail_____, Telefone ( )_____, pelo presente instrumento particular de procuração, nomeio e constituo meu bastante procurador, o (a) Senhor (a)_____, brasileiro, portador do RG nº _____e CPF nº _____ residente na _____nº _____, município de _____, UF _____, conferindo-lhe poderes especiais para me representar junto a Comissão exclusivamente para fazer a inscrição no Processo Seletivo Simplificado n. 004.2013 da Prefeitura Municipal de Brasnorte-MT, para o cargo de _____.

_____, ____ de_____de 2014.

_____

Assinatura (Igual documento de Identidade)

ANEXO VI – MODELO DA FICHA DE INSCRIÇÃO

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO N. 005.2014

Ficha de Inscrição – Edital 005.2014			Nº da Inscrição:
Cargo / Local			
Candidato:			
Pai:			
Mãe:			
Sexo:( )M ( )F			
Data Nascimento:		Naturalidade:	
Portador Necessidades Especial: ( ) sim ( ) não		Qual:	
Lactante: ( ) sim ( ) não			
Documentos de Identificação			
CPF:		RG:	
Endereço:		**CEP:**	
Bairro:	Cidade:		UF:
Telefone:	Celular:		

Declaro conhecer as instruções reguladoras do Processo Seletivo, tendo na data de hoje, todos os requisitos necessários para inscrição, bem como para o exercício do cargo, assumindo todas as responsabilidades pela veracidade das informações contidas nessa ficha, sob pena do cancelamento da inscrição em qualquer fase do concurso, ficando sujeito ainda as sanções penais aplicáveis à falsidade da declaração.

Brasnorte,_____de _____de 2014.

_____

Assinatura

Homologo à presente inscrição:

Brasnorte-MT, _____ de _____2014.

_____

Comissão do Processo Seletivo

ANEXO VII - MODELO DE FORMULÁRIO DE RECURSO

Para:
Comissão do Processo Seletivo.
Edital nº 005.2014 - Prefeiturade Brasnorte - MT.

NOMECANDIDATO: _____

Nº INSCRIÇÃO_____CARGO/LOCAL: _____

TIPO DE RECURSO - (Assinale o tipo de Recurso)

( )	CONTRA LISTA DE INSCRITOS	Ref. Prova objetiva
( )	CONTRA GABARITO DA PROVA OBJETIVA	Nº da questão: _____
( )	CONTRA RESULTADO PROVISÓRIO	Gabarito oficial: _____
( )	OUTRO:_____	Resposta Candidato: _____

Justificativa do candidato. Razões do Recurso

Obs: Reproduzir a quantidade necessária - Preencher em letra de forma ou à máquina; entregar este formulário em 02 (duas) vias, uma via será devolvida como protocolo.

Data: ____/____/____

Assinatura do candidato

Publicado por:
Mara Andressa Kunst Kempa
Código Identificador:7EBF2A84

PREFEITURA MUNICIPAL
AVISO DE RESULTADO PREGÃO N. 028/2014

AVISO DE RESULTADO

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE BRASNORTE**, através da Comissão Permanente de Licitação, torna público para conhecimento dos interessados que na licitação com modalidade **Pregão Nº 0028/2014**, destinada **Refere-se a aquisição de materiais permanentes para atender esta prefeitura.**, teve como vencedora(s) a empresa(s): **PONTO COM COMÉRCIO DE ELETROELETRONICOS LTDA-ME com o valor total de R$ 71.650,00; OLMIR IORIS & CIA LTDA com o valor total de R$ 62.844,00; WANDA COMERCIO DE MOVEIS E EQUIPAMENTOS PARA ESCRITORIO LTDA com o valor total de R$ 3.768,00**.

Brasnorte-MT, 26 (VINTE E SEIS) de junho de 2014.

DONIZETE ALVES DE SOUZA
Pregoeiro

Publicado por:
Donizete Alves de Souza
Código Identificador:7525FF9C

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
CONTRATO Nº. 043/2014

CONTRATADA: ELIS CRISTINA OLIVEIRA DO NASCIMENTO
OBJETO: Custear as despesas com hospedagem, locomoção e alimentação da aluna: KHAUANE GABRIELLY DO NASCIMENTO SANCHES.
VALOR: 2.100,00
VIGÊNCIA: 20/12/2014
DATA: 16/06/2014

Publicado por:
Jeanne Folador
Código Identificador:5E7B9003

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CÁCERES

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 318 DE 23 DE JUNHO DE 2014

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS, no uso das atribuições que lhe confere a Lei nº. 2.218, de 22 de dezembro de 2009, alterada pela Lei nº 2.258, de 16 de dezembro de 2010 e o Decreto nº. 098, de 24 de fevereiro de 2011, alterado pelo Decreto nº 153, de 01 de abril de 2013, e:

CONSIDERANDO o art. 67 de Lei 8.666, de 21 de junho de 1993, onde determina que a execução dos Contratos seja acompanhada e fiscalizada por um representante da Administração Pública;

CONSIDERANDO o que consta no Processo submetido ao Protocolo Geral sob nº 16887, de 16 de junho de 2014,

RESOLVE:

Art.1º Designar a servidora **ROSELY ANITA LUSTIG CEBALHO**, lotada na Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos, para Fiscal dos Contratos Administrativo nº 086/2012 – PGM da Empresa OPORTUNA SERVIÇOS DE TERCEIRIZAÇÃO LTDA-ME, Contrato nº 146/12 – AFONSO NEI FONTES RAMIRES, Contrato nº 043/2009- PGM – SANETRAN – SANEAMENTO AMBIENTAL S/A.

§ 1º A servidora acima designada deverá acompanhar e fiscalizar a execução dos Contratos, bem como, registrar detalhadamente por escrito todas as ocorrências, encaminhá-las à Secretária de Obras e Serviços Urbanos e determinar o que for necessário para a regularização.

§ 2º Os casos em que excederem a competência do servidor responsável pela fiscalização, deverão ser repassados ao Gestor da Pasta, para a adoção das providências necessárias.

Art.2º Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação

Prefeitura Municipal de Cáceres, 23 de junho de 2014.

CLAUDIO LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário Municipal de Obras e Serviços Urbanos

Afixado em: 23.06.14.

Publicado por:
Walkyria Alves Candido
Código Identificador:A9B33A13

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº. 316 DE 18 DE JUNHO DE 2014.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL INTERINA DE ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe confere a Lei nº. 2.218, de 22 de dezembro de 2009, alterada pela Lei nº 2.258, de 16 de dezembro de 2010 e o Decreto nº. 098, de 24 de fevereiro de 2011, alterado pelo Decreto nº 153, de 01 de abril de 2013, e:

CONSIDERANDO o que consta no Processo submetido ao Protocolo Geral sob nº. 16576, de 11 de junho de 2014,

R E S O L V E:

Art.1º Designar o servidor **LUIZ AUGUSTO DA SILVA GARCIA** – Auxiliar de Serviços Gerais, para exercer a função de Chefe da Divisão de Patrimônio da Secretaria de Administração do Município de Cáceres, Estado de Mato Grosso, durante o período das férias do Titular Eder Duarte Alves, que corresponde de **01.07.2014 à 30.07.2014**.

Art.2º Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação.

Prefeitura Municipal de Cáceres, 18 de junho de 2014.

ANILCE RIBEIRO DA SILVA
Secretária Municipal Interina de Administração

Afixado Em: 18.06.14

Publicado por:
Walkyria Alves Candido
Código Identificador:B82BE105

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINÁPOLIS

PREFEITURA MUNICIPAL
HOMOLOGAÇÃO DE ADJUDICAÇÃO.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL

PROCESSO Nº: 474/2014

MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL Nº 022/2014.

OBJETIVO: Contratação de empresa do ramo de prestação de serviços de borracharia, lava jato, manutenção e instalação de aparelhos de refrigeração e instalação de câmeras.

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

O Prefeito Municipal de Campinápolis, Estado de Mato Grosso, usando de atribuições de seu cargo, acolhendo conclusão do Pregoeiro Oficial e parecer jurídico competente e tudo mais que consta dos autos,

R E S O L V E:

HOMOLOGAR os resultados da licitação, modalidade Pregão Presencial SRP - Menor Preço por Item, n.º 022/2014 de 13 de junho de 2014, realizada para contratação de empresa do ramo de prestação de serviços de borracharia, lava jato, manutenção e instalação de aparelhos de refrigeração, instalação de câmeras, para atender às necessidades das Secretarias do Município de Campinápolis MT, de acordo com as especificações contidas no Anexo I – Termo de Referencia e **ADJUDICAR** as propostas das empresas:

EMPRESA	CNPJ	VALOR GLOBAL
J.S. DOS REIS NETO-ME	05.471.920/0001-01	R$ 6.999,20 (seis mil novecentos e noventa e nove reais e vinte centavos).
ELIUVAR GONÇALVES DA SILVA	18.956.556/0001-11	R$ 36.500,00 (trinta e seis mil e quinhentos reais).
ELI DE OLIVEIRA RANDOW	19.198.080/0001-60	R$ 53.854,00 (cinquenta e três mil oitocentos e cinquenta e quatro reais)
J INACIO FILHO-ME	19.926.042/0001-86	R$ 63.630,00 (sessenta e três mil seiscentos e trinta mil reais).

Devendo ser pagos por entrega, com as faturas em documentos válidos e atestadas pelo fiscal de contrato.

Gabinete do Prefeito Municipal, em Campinápolis, Estado de Mato Grosso, aos 26 dias do mês de junho de 2014.

JEOVAN FARIA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Gilberto Francisco Ribeiro de Paula
Código Identificador:8AA64B90

PREFEITURA MUNICIPAL
HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL

PROCESSO Nº: 760/2014

MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL Nº 023/2014.

OBJETIVO: Contratação de empresa do ramo de prestação de Assessoria Contábil e Financeira, com responsabilidade Técnica, de acordo com as especificações contidas no Anexo I – Termo de Referencia.

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

O Prefeito Municipal de Campinápolis, Estado de Mato Grosso, usando de atribuições de seu cargo, acolhendo conclusão do Pregoeiro Oficial e parecer jurídico competente e tudo mais que consta dos autos,

R E S O L V E:

HOMOLOGAR os resultados da licitação, modalidade Pregão Presencial SRP - Menor Preço por Item, n.º 023/2014 de 11 de junho de 2014, realizada para contratação de empresa do ramo de prestação de Assessoria Contábil e Financeira, com responsabilidade Técnica, de acordo com as especificações contidas no Anexo I – Termo de Referência e **ADJUDICAR** a proposta da empresa:

EMPRESA	CNPJ	VALOR GLOBAL
L.R. DA SILA BERNARDI – ME	12.015.532/0001-81	R$ 90.000,00 (noventa mil reais).

Devendo ser pagos em 12 (doze)parcelas de valores iguais de R$ 7.500,00 (sete mil e quinhentos reais) com as faturas em documentos válidos e atestadas pelo fiscal de contrato.

Gabinete do Prefeito Municipal, em Campinápolis, Estado de Mato Grosso, aos 26 dias do mês de junho de 2014.

JEOVAN FARIA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Gilberto Francisco Ribeiro de Paula
Código Identificador:A23AAC00

SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS
TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 001/2014

ESPÉCIE: Terceiro Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 001/2014. CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Campinápolis/MT. CONTRATADA: Rank Construtora Ltda., OBJETO: prorrogar o prazo de execução da obra de Construção de 570m lineares de muro de alvenaria no Cemitério Municipal para mais 30 (trinta) dias consecutivos com início em 26/06/2014 e término em 26/07/2014 e prorrogar o prazo de execução da obra de Construção de Quadra Poliesportiva Coberta na Escola Municipal Carinho e Ternura para mais 60 (trinta) dias consecutivos com início em 23/06/2014 e término em 22/08/2014. ASSINAM: pelo município: Jeovan Faria Prefeito Municipal e pela contratada Aroldo Gomes Siqueira Sócio-proprietário.

Publicado por:
Paulo Ribeiro da Silva
Código Identificador:5CC7D082

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS DE JÚLIO

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº. 052, DE 30 DE MAIO DE 2014.

Abre Crédito Suplementar - Anulação de Dotação no Orçamento programa de 2014 do tipo alteração Suplementar.

DIRCEU MARTINS COMIRAN, Prefeito do Município de Campos de Júlio, Estado de Mato Grosso no exercício das atribuições que lhe foram conferidas pela Lei Orgânica do Município de CAMPOS DE JÚLIO e autorização contida na Lei Municipal nº 000590/13 de 29 de Outubro de 2013.
DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

04 - Secretaria Municipal de Finanças
04.01 - Departamento de Contabilidade

(68) 3.3.90.39.00.00.00.00.2.007-0100 - Outros Serviços De Terceiros - Pessoa Jurídica 4.300,00
06 - Secretaria Municipal de Saúde
06.01 - Fundo Municipal de Saúde

(169) 4.4.90.52.00.00.00.00.2.039-0102 - Equipamentos E Material Permanente 1.600,00
07 - Secretaria Municipal Assistência Social
07.01 - Fundo Municipal de Assistência Social

(394) 3.3.90.30.00.00.00.00.2.057-0113 - Material De Consumo 1.800,00 (394) 3.3.90.30.00.00.00.00.2.057-0113 - Material De Consumo 2.000,00 (410) 4.4.90.52.00.00.00.00.2.057-0113 - Equipamentos E Material Permanente 7.000,00
08 - Secretaria Municipal de Educação
08.01 - Departamento de Educação

(481) 3.3.90.36.00.00.00.00.2.042-0200 - Outros Serviços De Terceiros - Pessoa Física 1.200,00 (492) 3.3.90.30.00.00.00.00.2.072-0114 - Material De Consumo 10.000,00 (492) 3.3.90.30.00.00.00.00.2.072-0114 - Material De Consumo 400,00
09 - Secretaria Municipal de Cultura, Esporte e Turismo
09.02 - Departamento de Esportes

(638) 4.4.90.51.00.00.00.00.1.058-0100 - Obras E Instalações 8.000,00

Total Suplementação: 36.300,00
Art. 2º - Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):
03 - Secretaria Municipal de Administração
03.01 - Departamento de Administração

(38) 3.3.90.39.00.00.00.00.2.005-0100 - Outros Serviços De Terceiros - Pessoa Jurídica 8.000,00
04 - Secretaria Municipal de Finanças
04.03 - Departamento de Fiscalização

(85) 3.3.90.39.00.00.00.00.2.009-0100 - Outros Serviços De Terceiros - Pessoa Jurídica 4.300,00
06 - Secretaria Municipal de Saúde
06.01 - Fundo Municipal de Saúde

(277) 3.3.90.39.00.00.00.00.2.063-0102 - Outros Serviços De Terceiros - Pessoa Jurídica 1.600,00
07 - Secretaria Municipal Assistência Social
07.01 - Fundo Municipal de Assistência Social

(395) 3.3.90.30.00.00.00.00.2.057-0115 - Material De Consumo 2.000,00 (395) 3.3.90.30.00.00.00.00.2.057-0115 - Material De Consumo 1.200,00 (409) 4.4.90.52.00.00.00.00.2.057-0100 - Equipamentos E Material Permanente 2.000,00 (411) 4.4.90.52.00.00.00.00.2.057-0115 - Equipamentos E Material Permanente 5.000,00

08 - Secretaria Municipal de Educação
08.01 - Departamento de Educação

(458) 3.3.90.39.00.00.00.00.2.075-0114 - Outros Serviços De Terceiros - Pessoa Jurídica 4.000,00 (493) 3.3.90.36.00.00.00.00.2.072-0114 - Outros Serviços De Terceiros - Pessoa Física 1.000,00 (493) 3.3.90.36.00.00.00.00.2.072-0114 - Outros Serviços De Terceiros - Pessoa Física 6.000,00 (493) 3.3.90.36.00.00.00.00.2.072-0114 - Outros Serviços De Terceiros - Pessoa Física 1.200,00

Total Anulação: 36.300,00

Art. 3º - Este DECRETO entra em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

DIRCEU MARTINS COMIRAN
Prefeito Municipal

Publicado por:
Juliane Paes de Farias
Código Identificador:28DC303C

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº. 201, DE 25 DE JUNHO DE 2014.

EXONERA OCUPANTE DO CARGO DE COORDENADOR DE CENTRO DE PROCESSAMENTO DE DADOS-CPD.

DIRCEU MARTINS COMIRAN, Prefeito do Município de Campos de Júlio, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 75, I da Lei Complementar nº. 001, de 15 de julho de 2008,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar, a pedido, o servidor **GILUANDER LOPES ANDRADE** do cargo de provimento em comissão de Coordenador de Centro de Processamento de Dados-CPD.

Art. 2º Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições contidas na Portaria nº. 190, de 19 de junho de 2014.

Registre-se e
Publique-se.

Campos de Júlio, 25 de junho de 2014.

DIRCEU MARTINS COMIRAN
Prefeito de Campos de Júlio

Publicado por:
Juliane Paes de Farias
Código Identificador:8BA0A471

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO VERDE

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
ERRATA - INEXIGIBILIDADE N° 008/2014

A Prefeitura Municipal de Campo Verde, através da Comissão Permanente de Licitação, torna pública a retificação da publicação da Inexigibilidade n° 008/2014, cujo objeto é a **CONTRATAÇÃO DE SHOW COM A DUPLA ZÉ RICARDO E TIAGO PARA APRESENTAÇÃO NA EXPOSIÇÃO AGROPECUÁRIA NO MUNICÍPIO DE CAMPO VERDE - MT** publicado no Jornal Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso de 20/06/2014, ANO IX|N° 1997, pág. 43. Onde se lê: "para **TALISMÃ ADMINISTRADORA DE SHOWS E EDITORA MUSICAL, CNPJ N° 07.694.879/0002-49**, com o valor de **R$ 98.000,00 (noventa e oito mil reais)**", leia-se "para **TALISMÃ ADMINISTRADORA DE SHOWS E EDITORA MUSICAL, CNPJ N° 07.694.879/0002-49**, com o valor de **R$ 80.000,00 (oitenta mil reais)**".

Campo Verde - MT, 26 de Junho de 2014.

ANA CAROLINA S. BRAGA BLUME
Pregoeira

Publicado por:
Fabrícia Rodrigues Zago
Código Identificador:EF8291B8

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE PREGÃO N° 063/2014

A Prefeitura Municipal de Campo Verde, através da Comissão Permanente de Licitação, torna público o **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE PEDRAS BRITADAS DE ROCHA CALCÍTICA E PÓ DE PEDRA DE ROCHA CALCÍTICA**, na modalidade pregão (presencial) n° 063/2014, a se realizar no dia **10 de julho de 2014 às 14h00min,** na sede da Prefeitura Municipal de Campo Verde. Retirada do edital www.campoverde.mt.gov.br. Para esclarecimentos: e-mail compras@campoverde.mt.gov.br ou telefone (66) 3419-1244. Em conformidade com a legislação vigente.

Campo Verde - MT, 26 de junho de 2014.

ANA CAROLINA S. BRAGA BLUME
Pregoeira

Publicado por:
Fabrícia Rodrigues Zago
Código Identificador:A119C4DA

SUPERVISÃO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
TERMO DE RETIFICAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 083/2014

A Prefeitura Municipal de Campo Verde, através da Pregoeira do Município, RESOLVE RETIFICAR o preço unitário registrado do item 02 do lote 01 da ata de registro de preços nº 083/2014, Pregão 051/2014, em favor de Enir Isaias, CNPJ N° 20.223.783/0001-80, mediante as seguintes cláusulas:
CLAUSULA PRIMEIRA – DO FUNDAMENTO – Fundamenta-se esta retificação devido ao valor unitário contidos na ARP 083/201 para o ítem 02 encontra-se com erro de digitação.
CLAUSULA SEGUNDA – O presente termo tem por objetivo retificar o valor do item, registrado anteriormente por R$ 0,07, publicado no Jornal Oficial eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso, data de 27/05/2014, Ano IX nº 1980, pág. 56, conforme quadro abaixo:

item	Descrição	Unidade	Quantidade	R$ unitário	R$ Total
02	Cópias coloridas	Und	700.000	R$ 0,05	R$ 35.000,00

CLÁUSULA TERCEIRA – DO TOTAL DA ATA ORIGINAL – em decorrência do disposto na cláusula segunda o total geral da ata permanecerá inalterado, pois o erro ocorreu no valor unitário, não alcançando o valor total do item e do lote.
CLÁUSULA QUARTA – DISPOSIÇÕES GERAIS – Permanecem inalteradas as demais cláusulas e condições da ata de registro de preços.

Campo Verde, 26 de junho de 2014.

ANA CAROLINA S. BRAGA BLUME
Pregoeira

Publicado por:
Gislene Jesus Lopes
Código Identificador:B9B367CC

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CANARANA

GABINETE
LEI MUNICIPAL Nº. 1.153 DE 24 DE JUNHO DE 2014

(Projeto de Lei nº 045/2014, autoria do Legislativo)

Dispõe sobre a Criação da Ouvidoria da Câmara Municipal de Canarana/MT e dá outras Providências.

A Mesa Diretora da Câmara Municipal de Canarana Estado de Mato Grosso, na forma do Regimento Interno em seu Artigo 189, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e eu Prefeito Municipal sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica criada a ouvidoria da Câmara Municipal de Canarana/MT, tendo por objetivo assegurar de modo permanente e eficaz a preservação dos princípios de legalidade, moralidade e eficiência dos atos dos agentes do Legislativo.

Art. 2º. A ouvidoria será o canal de comunicação direta entre a sociedade e o legislativo, recebendo reclamações, denúncias, sugestões e elogios, de modo a estimular a participação do cidadão no controle e avaliação dos serviços prestados e na gestão dos recursos públicos.

Art. 3º. Compete à Ouvidoria da Câmara Municipal de Canarana/MT:

I- receber denúncias, reclamações e representações sobre atos considerados arbitrários, desonestos, indecorosos, ilegais, irregulares ou que violem os direitos individuais ou coletivos, praticados por servidores do Legislativo Municipal;

II- receber sugestões de aprimoramento, críticas, elogios e pedidos de informação sobre as atividades do Legislativo Municipal;

III- diligenciar junto às unidades Legislativas competentes, para que prestem informações e esclarecimento a respeito das comunicações mencionadas no inciso anterior;

IV- manter o cidadão informado a respeito das averiguações e providências adotadas pelo Legislativo, excepcionados os casos que necessário for o sigilo, garantindo o retorno dessas providências a partir de sua intervação e dos resultados alcançados.

V- elaborar e divulgar, trimestral e anualmente, relatórios de suas atividades, bem como permanentemente, os serviços da Ouvidoria da Câmara Municipal junto ao público, para conhecimento, utilização continuada e ciência dos resultados alcançados;

VI- promover a realização de pesquisas, seminários e cursos sobre assuntos relativos ao exercício dos direitos e deveres do cidadão perante o Legislativo.

VII- organizar e manter atualizado arquivo de documentação relativa às denúncias, reclamações e sugestões recebidas.

§ 1º- A Ouvidoria manterá sigilo sobre denúncias e reclamações que receber, bem como sobre sua fonte, assegurando a proteção dos denunciantes, quando requerer o caso ou assim for solicitado.

§ 2º- A Ouvidoria manterá serviço telefônico gratuito, destinado a receber as denúncias e reclamações, garantindo o sigilo da fonte de informação.

Art. 4º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Canarana, Estado de Mato Grosso, em 24 de junho de 2014.

EVALDO OSVALDO DIEHL
Prefeito Municipal

Publicado por:
Cleidiane dos Santos Silva
Código Identificador:4530C010

GABINETE
LEI MUNICIPAL Nº1.154 DE 24 DE JUNHO 2014

(Projeto de Lei nº 44/2014, autoria do executivo)

Institui a quilometragem, das estradas não pavimetadas do município de Canarana e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de CANARANA, Estado de Mato Grosso no uso de suas atribuições legais;
Faz saber que a Câmara Municipal de Canarana - MT aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica instituído oficialmente a malha viária de estradas municipais não pavimentadas, com as devidas coordenadas geográficas, conforme mapa anexo, totalizando 2.085,96Km.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Canarana, Estado de Mato Grosso em 24 de junho de 2014.

EVALDO OSVALDO DIEHL
Prefeito Municipal

Publicado por:
Cleidiane dos Santos Silva
Código Identificador:0A088BE2

SETOR DE LICITAÇÕES
ERRATA - CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 001-2014

A Presidente da Comissão Permanente de Licitação de Canarana - MT, em correção as publicações de **RESULTADO DE LICITAÇÃO – CONCORRÊNCIA Nº 01**, publicados no Jornal

Oficial do Municípios, Diário Oficial de Contas e Jornal A Gazeta**,** **COMUNICA** à todos que:

AONDE SE LÊ: **TOMADA DE PREÇOS Nº 01/2014**
LEIA-SE: CONCORRÊNCIA Nº 01/2014

Canarana - MT, 25 de Junho de 2014.

IRACI SALETTE DE VARGAS
Presidente da Comissão Permanente de Licitação

Publicado por:
Iraci Salette de Vargas
Código Identificador:256F3EBB

SETOR DE LICITAÇÕES
AVISO DE ADESÃO - ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 001-2013

ADERENTE: Prefeitura Municipal de Canarana
CNPJ/MF: 15.023.922/0001-91
ENDEREÇO: Rua Miraguaí Nº 228 – Centro – Canarana-MT
ÓRGÃO ADESO: Secretaria Municipal de Educação
PREGÃO PRESENCIAL: Nº 0001/2013
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 001/2013
ÓRGÃO REALIZADOR: Prefeitura Municipal de Barra do Garças - MT
CNPJ/MF 03.439.239/0001-50
ENDEREÇO: Rua Carajás, Centro Sul – Barra do Garças - MT
FORNECEDOR: A P DOS SANTOS MULTIEVENTOS - ME.
CNPJ/MF 10.883.236/0001-77
ENDEREÇO: Barra do Garças - MT.
OBJETO: Registro de Preços para locação de bens móveis com montagem, operação, desmontagem de estrutura e equipamentos.
ADESÃO PARCIAL: Ata de Registro de Preços nº 002/2014 - Pregão Presencial nº 002/2014.
VALOR GLOBAL : R$ 641.950,00 (seiscentos e quarenta e um mil, novecentos e cinquenta reais)
PUBLICAÇÃO DA ATA: 15/04/2014
VIGÊNCIA: Por 12 (doze) meses.

CANARANA-MT., 26 DE JUNHO DE 2014.

EVALDO OSVALDO DIEHL
Prefeito Municipal de Canarana

Publicado por:
Iraci Salette de Vargas
Código Identificador:284581EB

SETOR DE LICITAÇÕES
AVISO DE LICITAÇÃO - TOMADA DE PREÇOS Nº 011-2014

A Comissão Permanente de Licitação da Prefeitura Municipal de Canarana - MT, torna público que fará realizar-se na sala de Licitações, a seguinte Licitação regida pela Lei nº 8.666/93 de 21 de junho de 1993 e atualizada pela Lei nº 8.883/94 e suas alterações posteriores.

MODALIDADE: Tomada de Preços nº. 011/2014.
OBJETO: Contratação de empresa para execução de obras de Conclusão de Ampliação de ESF's – Estratégia de Saúde da Família no Município de Canarana-MT, conforme especificações do edital.
REALIZAÇÃO: 21/07/2014.
HORAS: 13:30 hs (horário Brasília).

O Edital completo contendo as instruções estará à disposição dos interessados na sede da Prefeitura Municipal de Canarana-MT, no horário das 07:30 às 17:30 horas, pelo email licitações.canarana@gmail.com ou ainda www.canarana.mt.gov.br até o terceiro dia que anteceder o recebimento dos envelopes.

Canarana - MT, 26 de Junho de 2014.

IRACI SALETE DE VARGAS
Presidente da Comissão Permanente de Licitações

Publicado por:
Iraci Salette de Vargas
Código Identificador:3548D23F

SETOR DE LICITAÇÕES
REAVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 024-2014

REGISTRO DE PREÇOS

A Prefeitura Municipal de Canarana-MT, através de sua Pregoeira Oficial, nomeada pela Portaria nº. 004/2014, torna público que o edital de licitação para o **Registro de preços para futura e eventual contratação de empresa para locação de caminhão basculante e máquinas pesadas, com operador e demais despesas por conta do locador, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Infraestrutura,** na modalidade **Pregão Presencial, anteriormente suspenso,** será realizado no dia **10/07/2014 às 08h30min** (**Horário de Brasilia**) na sala de licitações. Este pregão será regido pela Lei Federal 10520/2002, com aplicação subsidiária da Lei nº. 8.666/93, suas alterações e demais disposições aplicáveis. Os interessados poderão solicitar e retirar o edital readequado completo na Prefeitura Municipal de Canarana/MT - podendo ser retirado pessoalmente, por telefone 66 – 3478.1200, no horário das 07h30min às 17h30min, através do e-mail **licitacoes.canarana@gmail.com** ou no endereço eletrônico **www.canarana.mt.gov.br.**

Canarana-MT., 26 de Junho de 2014.

MARLI INES LONDERO
Pregoeira Oficial

Publicado por:
Iraci Salette de Vargas
Código Identificador:B2BA753E

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CARLINDA

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS/PLANEJAMENTO E PROJETOS
PORTARIA 025/2014

SÚMULA: CONVOCA POR ORDEM DE CLASSIFICAÇÃO, O CANDIDATO APROVADO NO CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2014 – CÂMARA MUNICIPAL.

O Presidente da Câmara Carlinda, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,
Resolve:
Art. 1º - Fica convocado, em conformidade com a ordem de classificação, abaixo relacionada, o candidato aprovado pelo Concurso Público 001/2014 – Câmara Municipal, homologado dia 02 de junho de 2014.

Nº INSC.	NOME	CLASSIFICAÇÃO
ADVOGADO		
4401	EDINALDO ORTIZ DOS SANTOS	APROVADO

Art. 2º - O candidato convocado deverá comparecer na Secretaria Administrativa da Câmara Municipal de Carlinda, Estado de Mato Grosso, no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data da publicação desta Portaria.
Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando disposições em contrário.

Carlinda MT, 23 de junho de 2014.

JOSE ALCIDES LINJARDI
Presidente

Publicado por:
Elaine Juviniano de Lima
Código Identificador:B93C6810

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS/PLANEJAMENTO E PROJETOS
PORTARIA 026/2014

SÚMULA: CONVOCA POR ORDEM DE CLASSIFICAÇÃO, A CANDIDATA APROVADA NO CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2014 – CÂMARA MUNICIPAL.

O Presidente da Câmara Carlinda, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,
Resolve:
Art. 1º - Fica convocada, em conformidade com a ordem de classificação, abaixo relacionada, a candidata aprovada pelo Concurso Público 001/2014 – Câmara Municipal, homologado dia 02 de junho de 2014.

Nº INSC.	NOME	CLASSIFICAÇÃO
CONTADORA		
4562	PAMELA CRISTINA MANOCHIO	APROVADA

Art. 2º - A candidata convocada deverá comparecer na Secretaria Administrativa da Câmara Municipal de Carlinda, Estado de Mato Grosso, no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data da publicação desta Portaria.
Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando disposições em contrário.

Carlinda MT, 23 de junho de 2014.

JOSE ALCIDES LINJARDI
Presidente

Publicado por:
Elaine Juviniano de Lima
Código Identificador:F64E7378

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS/PLANEJAMENTO E PROJETOS
PORTARIA Nº. 048/2014 PREVCAR

PORTARIA Nº. 048/2014
A Diretora Executiva do PREVCAR - Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores de Carlinda, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e nos termos do Art. 71 inciso VII da Lei Municipal nº. 238/2003 de 02 de setembro de 2003 e tendo em vista o Parecer exarado pela Advogada do Município no Processo nº. 031/2014.
Resolve,
Art. 1º - Conceder o benefício de **Aposentadoria Por Invalidez** ao Sr Antônio de Vitto Melo, brasileiro, casado, portadora do RG 3.238.680-6 SSP/PR, CPF nº. 236.987.729-49, efetivo desde 01 de março de 2000, matrícula nº. 239, cargo Vigia, Classe A, Nível 5, lotado na Secretaria Municipal de Saúde do Município de Carlinda, Estado de Mato Grosso, conforme processo do PREVCAR nº. 031/2014.
Art. 2º - De acordo com a Averbação do Tempo de Contribuição, emitida no dia 03 de junho de 2014 pela Prefeitura Municipal de Carlinda, o servidor conta com um total de 5.208 dias de contribuição, ou seja, 14 anos e 3 meses e 8 dias.
Art. 3º - A aposentadoria se dará com fulcro no Art. 40, § 1º, inciso I da Constituição Federal de 05/10/1988 com a redação dada pela Emenda Constitucional nº. 41 de 19/12/2003 e Art. 12, inciso I, da Lei Municipal nº. 238/2003 de 02/09/2003.
Art. 4º - Conforme o Art. 6 A da Emenda Constitucional nº 41 de 19/12/2003 (redação dada através do Art. 1º da Emenda Constitucional nº 70 de 29/03/2012) o provento da Aposentadoria será baseado na ultima remuneração do cargo efetivo do Servidor e os reajustes terão paridade com a remuneração dos servidores da ativa, conforme o Art. 7º da Emenda Constitucional nº. 41 de 19/12/2003 (redação dada através do Art. 1º, parágrafo único da Emenda Constitucional nº. 70 de 29/03/2012) e com o Art. 35 da Lei Municipal nº. 238/2003 de 02/09/2003,
Art. 5º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Carlinda/MT, 26 de junho de 2014.

GERALDO RIBEIRO DE SOUZA
Prefeito Municipal de Carlinda

ERICA MARCIELI FURLAN DE PEDRI DE CAMPOS
Diretora Executiva

H O M O L O G O: Em 27 de junho de 2014

Publicado por:
Elaine Juviniano de Lima
Código Identificador:BFC4F19F

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS/PLANEJAMENTO E PROJETOS
CONTRATO N°: 038/2014

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE CARLINDA
CONTRATADO (A) **ANDREY CARLOS FACHETTE**
CPF nº **985.621.937-04**
OBJETO: **AQUISIÇÃO DE UM CAMINHÃO PIPA USADO EM BOM ESTADO DE CONSERVAÇÃO VISANDO ATENDER AS NECESSIDADES DESTA MUNICIPALIDADE**
VALOR TOTAL DE **R$: 50.000,00 (cinquenta mil reais)**
VIGÊNCIA: **31 de Dezembro de 2014**
DATA DE ASSINATURA: 06 de Junho de 2014

Publicado por:
Elaine Juviniano de Lima
Código Identificador:08A2E7D9

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS/PLANEJAMENTO E PROJETOS
CONTRATO N°: 039/2014

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE CARLINDA
CONTRATADO (A) **NORTÃO TRANSPORTE DE PASSAGEIROS LTDA-ME**
CNPJ: 08.492.303/0001-80
OBJETO: **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE TRANSPORTE DE ACADÊMICOS DE NÍVEL UNIVERSITÁRIO ATRAVÉS DE VEÍCULO TIPO ÔNIBUS RODOVIÁRIO**
VALOR TOTAL DE R$ 24.996,00 (Vinte e Quatro Mil Novecentos e Noventa e Seis Reais)
VIGÊNCIA: **31 de Dezembro de 2014**
DATA DE ASSINATURA: 24 de Junho de 2014

Publicado por:
Elaine Juviniano de Lima
Código Identificador:9D779E83

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS/PLANEJAMENTO E PROJETOS
PREFEITURA MUNICIPAL DE CARLINDA

AVISO DE ERRATA DE TERMO ADITIVO 091/2011

A Prefeitura Municipal de Carlinda, Estado de Mato Grosso, de acordo com as disposições da Lei Federal nº 10.520 e Lei nº 8.666/93, e suas alterações; torna publico a ERRATA do Extrato de Publicação de termo aditivo nº 091/2011, publicada no diário municipal do dia 30 de Dezembro de 2013, Ano VIII Nº 1879 ONDE SE LÊ "7º Termo Aditivo do contrato nº 091/2011 LÊ-SE "5º Termo Aditivo do contrato nº 091/201".

Carlinda/MT., 26 de Junho de 2014.

DEISE DIONE MUTSCHALL
Presidente da CPL

Publicado por:
Elaine Juviniano de Lima
Código Identificador:5A2639A2

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADA DOS GUIMARÃES

CÂMARA MUNICIPAL
EDITAL DE INTIMAÇÃO

Na qualidade de Presidente da Comissão Processante instaurada pelo Poder Legislativo de Chapada dos Guimarães, conforme Ato Legislativo nº 028 de 11 de junho de 2014, tendo em vista o disposto no artigo 56, § 2º, inciso III, letra "c", INTIMO o Senhor JOSÉ DE SOUZA NEVES, Prefeito Municipal, atualmente afastado do cargo por determinação judicial, a apresentar defesa prévia, por escrito, no prazo de 10 (dez) dias, sobre a denúncia ofertada em seu desfavor, cujos documentos estão à inteira disposição na sede da Câmara Municipal, seja pessoalmente ou através de Procurador, podendo também, arrolar testemunhas até o máximo de 10 (dez), com indicação das provas que se pretende produzir. A publicação do presente edital se dá em virtude de que as tentativas de intimação pessoal, por três vezes, nos endereços indicados pelo Denunciado, foram inexitosas.

Chapada dos Guimarães – MT, 16 de junho de 2014.

VEREADOR MONIQUE HADDAD
Presidente da Comissão Processante

Publicado por:
Paulo Cezar de Oliveira
Código Identificador:74883463

CÂMARA MUNICIPAL
EDITAL DE INTIMAÇÃO

Na qualidade de Presidente da Comissão Processante instaurada pelo Poder Legislativo de Chapada dos Guimarães, conforme Ato Legislativo nº 028 de 11 de junho de 2014, tendo em vista o disposto no artigo 56, § 2º, inciso III, letra "c", INTIMO o Senhor JOSÉ DE SOUZA NEVES, Prefeito Municipal, atualmente afastado do cargo por determinação judicial, a apresentar defesa prévia, por escrito, no prazo de 10 (dez) dias, sobre a denúncia ofertada em seu desfavor, cujos documentos estão à inteira disposição na sede da Câmara Municipal, seja pessoalmente ou através de Procurador, podendo também, arrolar testemunhas até o máximo de 10 (dez), com indicação das provas que se pretende produzir. A publicação do presente edital se dá em virtude de que as tentativas de intimação pessoal, por três vezes, nos endereços indicados pelo Denunciado, foram inexitosas.

Chapada dos Guimarães – MT, 16 de junho de 2014.

VEREADOR MONIQUE HADDAD
Presidente da Comissão Processante

Publicado por:
Paulo Cezar de Oliveira
Código Identificador:10CB950F

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE COCALINHO

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE HOMOLOGAÇAO DE PREGAO 012/2014

AVISO DE HOMOLOGAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº 012/2014

A PREFEITURA MUNICIPAL DE COCALINHO ATRAVÉS DO PREFEITO SR. LUIZ HENRIQUE DO AMARAL, TORNA PUBLICO AOS INTERESSADOS QUE HOMOLOGOU A LICITAÇÃO NA MODALIDADE PREGAO PRESENCIAL Nº 012/2014, PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA LOCAÇÃO DE PALCO, TENDAS, ILUMINAÇÃO, GERADOR E SONORIZAÇÃO PARA A TEMPORADA DE PRAIA 2014 (PARA FUNCIONAMENTO DE 12 HORAS POR DIA) NOS DIAS 11,12,13,18,19,20,25,26, E 27 DE JULHO; E SAGROU VENCEDORA A EMPRESA: LUIZ OMAR INACIO FILHO-ME.

COCALINHO-MT, 26 DE JUNHO DE 2014.

LUIZ HENRIQUE DO AMARAL
Prefeito Municipal

Publicado por:
Mauro Cesar Ferlete
Código Identificador:7254894B

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE COLÍDER

DEPARTAMENTO DE PROJETOS
EXTRATOS DE TERMO ADITIVO DE CONVENIO – PREFEITURA MUNICIPAL DE COLIDER/MT

PRIMEIRO TERMO ADITIVO DE SUPRESSÃO AO TERMO DE CONVÊNIO Nº 011/ 2014.
PARTES: MUNICÍPIO DE COLIDER, ESTADO DE MATO GROSSO E ESCOLA MUNICIPAL ATALAIA
OBJETO: Fica alterado o Item n° 1 da Clausula Quarta do Termo de Convênio n° 011/2014, passando o mesmo a ter a seguinte redação: CLAUSULA QUARTA – DA LIBERAÇÃO DOS RECURSOS- O valor anual do recurso a ser repassado ao referido CDCE será de R$ 9.728,38, a ser dividido em duas parcelas bimestrais podendo sofrer alterações de acordo com o número de alunos a ser revisto a cada bimestre
DATA DE ASSINATURA: 02 de junho de 2014.

Publicado por:
Deise da Silva Aragão
Código Identificador:7C8F82C8

DEPARTAMENTO DE PROJETOS
EXTRATO DE TERMO ADITIVO DE CONVENIO – PREFEITURA MUNICIPAL DE COLIDER/MT

PRIMEIRO TERMO ADITIVO DE SUPRESSÃO AO TERMO DE CONVÊNIO Nº 010/ 2014
PARTES: MUNICÍPIO DE COLIDER, ESTADO DE MATO GROSSO E ESCOLA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO INFANTIL CRIANÇA ESPERANÇA
OBJETO: Fica alterado o Item n° 1 da Clausula Quarta do Termo de Convênio n° 010/2014, passando o mesmo a ter a seguinte redação: CLAUSULA QUARTA – DA LIBERAÇÃO DOS RECURSOS - O valor anual do recurso a ser repassado ao referido CDCE será de R$ 4.481,58, a ser dividido em duas parcelas bimestrais podendo sofrer alterações de acordo com o número de alunos a ser revisto a cada bimestre.
DATA DE ASSINATURA: 02 de junho de 2014.

Publicado por:
Deise da Silva Aragão
Código Identificador:66ABE2FB

DEPARTAMENTO DE PROJETOS
EXTRATOS DE TERMO ADITIVO DE CONVENIO – PREFEITURA MUNICIPAL DE COLIDER/MT

PRIMEIRO TERMO ADITIVO DE SUPRESSÃO AO TERMO DE CONVÊNIO Nº 06/ 2014
PARTES: MUNICÍPIO DE COLIDER, ESTADO DE MATO GROSSO E **ESCOLA DE EDUCAÇÃO INFANTIL SANTA BERNADETE**
OBJETO: Fica alterado o Item n° 1 da Clausula Quarta do Termo de Convênio n° 06/2014, passando o mesmo a ter a seguinte redação: **CLAUSULA QUARTA – DA LIBERAÇÃO DOS RECURSOS -** O valor anual do recurso a ser repassado ao referido CDCE será de **R$ 4.889,16**, a ser dividido em duas parcelas bimestrais podendo sofrer alterações de acordo com o número de alunos a ser revisto a cada bimestre.
DATA DE ASSINATURA: 02 de junho de 2014.

Publicado por:
Deise da Silva Aragão
Código Identificador:40E7D923

DEPARTAMENTO DE PROJETOS
EXTRATO DE TERMO ADITIVO DE CONVENIO – PREFEITURA MUNICIPAL DE COLIDER/MT

PRIMEIRO TERMO ADITIVO DE SUPRESSÃO AO TERMO DE CONVÊNIO Nº 06/ 2014
PARTES: MUNICÍPIO DE COLIDER, ESTADO DE MATO GROSSO E **ESCOLA DE EDUCAÇÃO INFANTIL SANTA BERNADETE**
OBJETO: Fica alterado o Item n° 1 da Clausula Quarta do Termo de Convênio n° 06/2014, passando o mesmo a ter a seguinte redação: **CLAUSULA QUARTA – DA LIBERAÇÃO DOS RECURSOS** - O valor anual do recurso a ser repassado ao referido CDCE será de **R$ 4.889,16**, a ser dividido em duas parcelas bimestrais podendo sofrer alterações de acordo com o número de alunos a ser revisto a cada bimestre.
DATA DE ASSINATURA: 02 de junho de 2014.

Publicado por:
Deise da Silva Aragão
Código Identificador:59A8B233

DEPARTAMENTO DE PROJETOS
EXTRATO DE TERMO ADITIVO DE CONVENIO – PREFEITURA MUNICIPAL DE COLIDER/MT

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO TERMO DE CONVÊNIO Nº 09/ 2014
PARTES: MUNICÍPIO DE COLIDER, ESTADO DE MATO GROSSO E **ESCOLA MUNICIPAL SANTA PAULINA.**
OBJETO: Fica alterado o Item n°. 1 da Clausula Quarta do Termo de Convênio n° 09/2014, passando o mesmo a ter a seguinte redação: **CLAUSULA QUARTA – DA LIBERAÇÃO DOS RECURSOS** - O valor anual do recurso a ser repassado ao referido CDCE será de **R$ 1.951,96**, a ser dividido em duas parcelas bimestrais podendo sofrer alterações de acordo com o número de alunos a ser revisto a cada bimestre.
DATA DE ASSINATURA: 02 de junho de 2014.

Publicado por:
Deise da Silva Aragão
Código Identificador:F27E41A6

DEPARTAMENTO DE PROJETOS
LEI

Projeto de Lei nº. 134/2014
Autoria: Poder Executivo
LEI Nº. 2747/2014

"AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A CELEBRAR CONVÊNIO DE REPASSE DE RECURSOS FINANCEIROS PARA O ROTARY CLUBE DE COLIDER, PARA CONCLUSÃO DA REFORMA E AMPLIAÇAO DA CAPELA MORTUARIA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

NILSON JOSÉ DOS SANTOS, PREFEITO MUNICIPAL DE COLIDER, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais, faz saber, que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei;

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a repassar recursos financeiros mediante convênio ao **ROTARY CLUBE DE COLIDER**, pessoa jurídica de direito privado inscrita no CNPJ sob o nº. 03.174.492/0001-20, através de seu Presidente Sr. CELSO GUIMARÃES VILELLA.

Art. 2º - O repasse que trata esta Lei será de até R$ 15.000,00 (quinze mil reais), a ser pago em parcela única obrigatoriamente depositada em conta específica da favorecida**.**

Art. 3º - O objeto do Convênio visa a conclusão da reforma e ampliação da Capela Mortuária do município de Colider.

Art. 4º - As despesas decorrentes desta Lei correrão a conta da seguinte dotação orçamentária constante da Lei Municipal n° 2718/2013, na seguinte conta, suplementada caso necessário:

04-SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO PÚBLICA
04.001-SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO PÚBLICA
04.001.04-ADMINISTRAÇÃO
04.001.04.122-ADMINISTRAÇÃO GERAL
04.001.04.122.0007 GESTÃO DE MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DEGESTÃO PÚBLICA
04.001.04.122.0007.2046 MANUTENÇÃO E ENCARGOS DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA
04.001.04.122.0007.2046.337041000000(084) CONTRIBUIÇÕES- R$ 15.000,00

Art. 5º - O Rotary Clube de Colider, deverá prestar contas à Prefeitura Municipal em até 30 (trinta) dias após o encerramento do referido Término do Convenio.

Parágrafo único - A Prestação de Contas e demais documentos, que comprovem a boa e real aplicação dos recursos recebidos, deverão obrigatoriamente ser assinados, pelos ordenadores de despesa da entidade conveniada.

Art. 6º - O Termo de convenio fixará prazo para sua execução.

Art. 7º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Colider, Estado de Mato Grosso, em 26 de junho de 2014.

NILSON JOSÉ DOS SANTOS
Prefeito Municipal de Colider-MT

Publicado por:
Deise da Silva Aragão
Código Identificador:6DEE73D0

DEPARTAMENTO DE PROJETOS
LEI

Projeto de Lei nº. 135/2014
Autoria: Poder Executivo

LEI Nº. 2748/2014

"DISPÕE SOBRE A AUTORIZAÇÃO PARA A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL NA ESTRUTURA DA LEI 2718/2013, LEI ORÇAMENTARIA ANUAL DO MUNICIPIO DO EXERCICIO DE 2014, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O Excelentíssimo Senhor **Nilson José dos Santos**, Prefeito Municipal de Colider, Estado de Mato Grosso, faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito adicional especial nos termos do art. 41, inciso II da Lei Federal nº. 4.320/64 no Orçamento do Município para o exercício de 2014, no valor de até R$ 800.000,00 (Oitocentos mil reais) destinados a atender à Lei 2745/2014:

11-SEC.MUN.DEIND.COM.EMP.RENDA,CULT.ETURISMO
11.001-GABINETEDOSECRETÁRIO
11.001.22-INDÚSTRIA
11.001.22.661-PROMOÇÃOINDUSTRIAL
11.001.22.661.0015-INFRAESTRUTURA
A SERVIÇO DO DESENVOLVIMENTO DOMUNICÍPIO
11.001.22.661.0015.1004-
AMPLIAÇÃODODISTRITOINDUSTRIAL

11.001.22.661.0015.1004.339039.00.00–
SERV TERC. PESSOA JURÍDICA – R$ 800.000.00

Art. 2º - Para atender ao crédito adicional especial previsto no Artigo anterior será anulada parcialmente a dotação, no valor de até R$ 800.000,00 (Oitocentos mil Reais) à seguinte rubrica orçamentária:

10-SEC.MUNICIPAL DE INFRA-ESTRUTURA, OBRAS E URBANISMO
10.001-GABINETE DO SECRETÁRIO
10.001.451-INFRA-ESTRUTURA URBANA
10.001.451.0015-INFRAESTRUTURA A SERVIÇO DO DESENVOLVIMENTO DO MUNICÍPIO
10.001.451.00151 079-DRENAGEM E PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA DE RUA E AVENIDAS
10.001.451.00151 079- Obras e Instalações - **R$ 800.000,00.**

Art. 3º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
.
Gabinete do Prefeito Municipal de Colíder-MT, em 26 de junho de 2014.

NILSON JOSÉ DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Deise da Silva Aragão
Código Identificador:D57C180A

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE COLNIZA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº. 276/GP/2014

DECRETO Nº. 276/GP/2014, DE 02 DE JUNHO DE 2014.

Súmula: Concede Função Gratificada a Servidora Pública Municipal, Senhora IZABEL STOFEL, e dá outras providencias.

JOÃO ASSIS RAMOS, Prefeito Municipal de Colniza – MT, no uso de suas atribuições legais, consciente de seus deveres e com amparo no Inciso III do Artigo 80 da Lei Orgânica Municipal deste Município de Colniza/MT;
Considerando que o artigo 37 da Lei Municipal nº. 500/2011 autoriza ao Poder Executivo Municipal nomear através de Decreto, Funções de Confiança, as quais deverão ser exercidas exclusivamente por servidores ocupantes de cargos efetivos, que receberão o vencimento correspondente ao cargo de carreira, classe e nível em que se encontram posicionados, acrescidos de percentual de até 50% (cinqüenta por cento) a ser definido pelo Prefeito Municipal, assim;
Decreta:
Art. 1º – Fica concedida **Função gratificada de 35%** (trinta e cinco por cento) sobre o vencimento base para a servidora pública municipal **Senhora IZABEL STOFEL**, efetiva no cargo de Recepcionista, matrícula nº. 2060, para responder pelo atendimento e triagem do PSF RAIO DE LUZ, vinculado a Secretaria Municipal de Saúde.
Art. 2° - Este Decreto entrará em vigor a partir desta data, ficando revogadas as disposições em contrário.

Registra-se;
Publique-se e
Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Colniza-MT, em 02 de junho de 2014.

JOÃO ASSIS RAMOS
Prefeito Municipal

SILVIO VAHL
Secretário Mun. de Administração
Decreto Nº. 002/GP/2013

Registrado e Publicado por afixação em local público de costume, conforme autorização Lei Municipal n.º 012/2001 de 26/01/2001.
O período de publicação será de 02/06/2014 a 02/07/2014

Publicado por:
Silvio Vahl
Código Identificador:E3D2302B

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº. 294/GP/2014

DECRETO Nº. 294/GP/14, DE 10 DE JUNHO DE 2014.

Súmula: Revoga o Decreto Nº. 162/GP/2014 de 20 de fevereiro de 2014, e dá outras providencias.

JOÃO ASSIS RAMOS, Prefeito Municipal de Colniza – MT, no uso de suas atribuições legais, consciente de seus deveres e com amparo no Inciso III do Artigo 80 da Lei Orgânica Municipal deste Município de Colniza/MT e Considerando o artigo 37 da Lei Municipal nº. 500/2011

Decreta:

Art. 1º – Revoga o Decreto nº. 162/GP/2014 que concedeu acréscimo de 40% (quarenta por cento) à Servidora Efetiva Senhora **Eliene Ferraz de Lima** para exercer a Função de Confiança como Secretária Escolar na Escola Municipal de Educação Infantil Raio de Sol.

Art. 2° - Este Decreto entrará em vigor a partir desta data, ficando revogado o Decreto nº. 162/GP/2014 e demais disposições em contrário.

Registra-se; Publique-se e Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Colniza-MT, em 10 de junho de 2014.

JOÃO ASSIS RAMOS
Prefeito Municipal

SILVIO VAHL
Secretário Mun. de Administração
Decreto Nº. 002/GP/2013

Registrado e Publicado por afixação em local público de costume, conforme autorização Lei Municipal n.º 012/2001 de 26/01/2001.
O período de publicação será de 10/06/20
14 a 10/07/2014

Publicado por:
Silvio Vahl
Código Identificador:31094048

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE COMODORO

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇO 028/2014

PREGÃO: N° 043/2014 – REGISTRO DE PREÇOS

Município de Comodoro, Estado de Mato Grosso, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, com sede administrativa à Rua Espírito Santo nº 199 E, Bairro Centro, nesta cidade, inscrita no C.N.P.J. /MF sob o nº 01.367.853/0001-29, representado neste ato pela Prefeita Municipal Senhora **Marlise Marques Moraes**, brasileira, casada, residente e domiciliada à Rua das Mangueiras nº. 484 E, Centro, nesta cidade de Comodoro – MT, portadora da Cédula de Identidade RG n.º 4.089.751-8 - SSP/PR e inscrita no CPF sob nº 385.501.722-00, doravante denominado de **GERENCIADORA**, e a empresa **A.T. CORREA E CIA LTDA - ME**, inscrita no CNPJ 13.150.437/0001/53, instalada na Rua Rio de Janeiro, 891N, na cidade de Comodoro/MT, Certidão Negativa de INSS nº. 185512014-88888308 de 24/06/2014 à 21/12/2014, representada neste ato pelo

seu procurador o Senhor Nilson Correa,brasileiro, casado, comerciante, portador do CPF nº 730.824.499-72, residente e domiciliado nesta cidade de Comodoro/MT, e a empresa **FERREIRA & SAMPAIO LTDA- ME**, inscrita no CNPJ n.º 36.914.059/0001-32, instalada na Rua das Acácias, 3641 na cidade de Comodoro/MT, com Certidão Negativa de INSS n.º 165382014-88888059 de 23/05/2014 á 19/11/2014, representada neste ato pelo seu procurador o Senhor Roderval Pereira dos Santos, brasileiro, casado, portador do CPF n.º 001.016.381-67 residente e domiciliado nesta cidade de Comodoro/MT, doravante denominadas **FORNECEDORAS**, acordam proceder, acordam proceder, nos termos do Edital de Pregão nº 043/2014 e Processo Administrativo nº 069/2014, ao **REGISTRO DE PREÇOS,** com seus respectivos preços unitários e totais nas quantidades estimadas, atendendo as condições previstas no Edital e as constantes desta Ata de Registro de Preços, conforme as Lei n. 10.520/2002 e 8.666/93 e suas alterações, a presente licitação tem por objeto o **REGISTRO DE PREÇOS** para futura e eventual aquisição de gêneros alimentícios para atendendo diversas secretarias, sendo vencedoras as empresas:**FERREIRA E SAMPAIO LTDA – ME,** no valor de R$ 77.727,44 (setenta e set mil setecentos e vinte e sete reais e quarenta e quatro centavos).**PANIFICADORA E MERCADO CHALÉ DO PÃO LTDA**, no valor de R$ 70.090,20 (setenta mil noventa reais e vinte centavos), conforme relatório em anexo.
Ficando esta Ata no valor total de R$ 147.817,64 (cento e quarenta e sete mil oitocentos e dezessete reais e sessenta e quatro centavos).
A A presente Ata terá validade de 12 (doze) meses, vigorando de 26/06/2014 até 26/06/2015.

Comodoro- MT, 26 de junho de 2014.

Original com texto completo devidamente assinada, consta dos autos do processo do Pregão Presencial com Registro de Preço n.º 043/2014.

Publicado por:
Maria Aparecida Cavalcanti da Silva
Código Identificador:175EE45D

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇO 029/2014

PREGÃO: N° 044/2014 – REGISTRO DE PREÇOS

Município de Comodoro, Estado de Mato Grosso, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, com sede administrativa à Rua Espírito Santo nº 199 E, Bairro Centro, nesta cidade, inscrita no C.N.P.J. /MF sob o nº 01.367.853/0001-29, representado neste ato pela Prefeita Municipal Senhora **Marlise Marques Moraes**, brasileira, casada, residente e domiciliada à Rua das Mangueiras nº. 484 E, Centro, nesta cidade de Comodoro – MT, portadora da Cédula de Identidade RG n.º 4.089.751-8 - SSP/PR e inscrita no CPF sob nº 385.501.722-00, doravante denominado de **GERENCIADORA**, e a empresa **A.T. CORREA E CIA LTDA - ME**, inscrita no CNPJ 13.150.437/0001/53, instalada na Rua Rio de Janeiro, 891N, na cidade de Comodoro/MT, Certidão Negativa de INSS nº. 185512014-88888308 de 24/06/2014 à 21/12/2014, representada neste ato pelo seu procurador o Senhor Nilson Correa,brasileiro, casado, comerciante, portador do CPF nº 730.824.499-72, residente e domiciliado nesta cidade de Comodoro/MT, e a empresa **FERREIRA & SAMPAIO LTDA- ME**, inscrita no CNPJ n.º 36.914.059/0001-32, instalada na Rua das Acácias, 3641 na cidade de Comodoro/MT, com Certidão Negativa de INSS n.º 165382014-88888059 de 23/05/2014 á 19/11/2014, representada neste ato pelo seu procurador o Senhor Roderval Pereira dos Santos, brasileiro, casado, portador do CPF n.º 001.016.381-67 residente e domiciliado nesta cidade de Comodoro/MT, doravante denominadas **FORNECEDORAS**, acordam proceder, acordam proceder, nos termos do Edital de Pregão nº 044/2014 e Processo Administrativo nº 070/2014, ao **REGISTRO DE PREÇOS,** com seus respectivos preços unitários e totais nas quantidades estimadas, atendendo as condições previstas no Edital e as constantes desta Ata de Registro de Preços, conforme as Lei n. 10.520/2002 e 8.666/93 e suas alterações. A presente licitação tem por objeto o **REGISTRO DE PREÇOS** para futura e eventual aquisição de gêneros alimentícios e materiais de limpeza e higienização, atendendo os programas da Secretaria Municipal de Ação Social, Trabalho e Cidadania, sendo vencedoras as empresas:**FERREIRA E SAMPAIO LTDA – ME,** no valor de R$ 169.959,80 (cento e sessenta e nove mil novecentos e cinquenta e nove reais e oitenta centavos.**PANIFICADORA E MERCADO CHALÉ DO PÃO LTDA**, no valor de R$ 143.414,06 (cento e quarenta e três mil quatrocentos e quatorze reais e seis centavos), conforme relatório em anexo.
Ficando esta Ata no valor total de R$ 313.373,86 (trezentos e treze mil trezentos e setenta e três reais e oitenta e seis centavos).
A presente Ata terá validade de 12 (doze) meses, vigorando de 26/06/2014 até 26/06/2015.

Comodoro- MT, 26 de junho de 2014.

Original com texto completo devidamente assinada, consta dos autos do processo do Pregão Presencial com Registro de Preço n.º 044/2014.

Publicado por:
Maria Aparecida Cavalcanti da Silva
Código Identificador:D9C738CF

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
AVISO DE RESULTADO DO PP 045/2014

AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL COM REGISTRO DE PREÇO Nº 045/2014

A Prefeitura Municipal de Comodoro - MT torna público aos interessados que a licitação realizada no dia 26/06/2014 às 08:00 horas, na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL COM REGISTRO DE n° 045/2014, tendo como objeto: **REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE EXPEDIENTE PARA ATENDER O PROGRAMA BRASIL ALFABETIZADO,** consagrou-se vencedora a empresa licitante: **RABISCO PAPELARIA LTDA - ME.**

Comodoro – MT, 26 de junho de 2014.

KEYLA POMPERMAYER CARNEIRO
Pregoeira

Publicado por:
Maria Aparecida Cavalcanti da Silva
Código Identificador:C0100EAD

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CONFRESA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS CPL N° 38/2014

DO OBJETO: Aquisição de materiais permanetes para atender as necessidades das Secretarias deste Municipio.

DO PRAZO: 12 Meses

DO VALOR: 1.036.407,00

DATA: 04 de Junho de 2014

ASSINANTES: Prefeitura Municipal de Confresa-Mt - Gaspar Domingos Lazari; **CONTRATADO:** Vera Cruz Comercio de Eletronicos e Móveis Eireli - Ltda.

Publicado por:
Jaqueline Braga Pinto
Código Identificador:47D9FB73

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 39/2014

DO OBJETO: Aquisição de Materiais permanentes para atender as necessidades das secretárias deste Municipio.

DO PRAZO: 12 Meses

DO VALOR: 264.140,00

DATA: 04 de Junho de 2014

ASSINANTES: Prefeitura Municipal de Confresa-Mt - Gaspar Domingos Lazari; **CONTRATADO:** Edivanda Vieria Lang-Me

Publicado por:
Jaqueline Braga Pinto
Código Identificador:C86C18E2

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO DE CONTRATO CPL Nº. 032/2014

DO OBJETO: Aquisição de uma Pá Carregadeira.
VIGÊNCIA: 02/06/2014 a 31/12/2014.
DO VALOR: R$ 314.000,00
DATA: Confresa, 02 de Junho de 2.014
Dotação: 513 – 07.04 1.099 4.4.90.52.00.00.00.00
ASSINANTES: Gaspar Domingos Lazari – Prefeitura Munic. Confresa – **Contratado:** Alfa Comércio de Equipamentos Ltda. - ME.

Publicado por:
Iranizo Matos Rodrigues
Código Identificador:A1E16F77

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO DE CONTRATO CPL Nº. 033/2014

DO OBJETO: Aquisição de uma Retroescavadeira .
VIGÊNCIA: 02/06/2014 a 31/12/2014.
DO VALOR: R$ 225.000,00
DATA: Confresa, 02 de Junho de 2.014.
Dotação: 513 – 07.04 1.099 4.4.90.52.00.00.00.00
ASSINANTES: Gaspar Domingos Lazari – Prefeitura Munic. Confresa – **Contratado:** Tork Sul Comércio de peças e Máquinas Ltda.

Publicado por:
Iranizo Matos Rodrigues
Código Identificador:ADE63A59

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 40/2014

DO OBJETO: Aquisição de Materiais Permanente para atender as necessidades das Secretárias deste Municipio.

DO PRAZO: 04 de Junho

DO VALOR: 955.558,00

DATA: 04 de Junho de 2014

ASSINANTES: Prefeitura Municipal de Confresa-Mt - Gaspar Domingos Lazari; **CONTRATADO:** Machado & Silva ltda

Publicado por:
Jaqueline Braga Pinto
Código Identificador:6FDD426F

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 41/2014

DO OBJETO: Prestação de serviços de exames médicos admissionais e pericias em servidores municipais.

DO PRAZO: 12 Meses

DO VALOR: 172.500,00

DATA: 02 de Junho de 2014

ASSINANTES: Prefeitura Municipal de Confresa-Mt - Gaspar Domingos Lazari; **CONTRATADO**: Med Trab Ltda-Me

Publicado por:
Jaqueline Braga Pinto
Código Identificador:5C79F403

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 42/2014

DO OBJETO: Prestação de Serviços médicos

DO PRAZO: 12 Meses

DO VALOR: 422.820,00

DATA: 02 de Junho de 2014

ASSINANTES: Prefeitura Municipal de Confresa-Mt - Gaspar Domingos lazari; **CONTRATADO:** Ronio Condão Barros Milhomem - Me

Publicado por:
Jaqueline Braga Pinto
Código Identificador:EB4FDAFA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO N° 43/2014

DO OBJETO: Prestação de Serviços Médicos

DO PRAZO: 12 Meses

DO VALOR: 256.800,00

DATA: 02 de Junho de 2014

ASSINANTES: Prefeitura Municipal de Confresa-Mt - Gaspar Domingos Lazari; **CONTRATADO:** Cacineli Pes

Publicado por:
Jaqueline Braga Pinto
Código Identificador:40059C50

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 44/2014

DO OBJETO: Prestação de Serviços Médicos

DO PRAZO: 12 Meses

DO VALOR; 322.560,00

DATA: 02 de Junho de 2014

ASSINANTES: Prefeitura Municipal de Confresa-Mt - Gaspar Domingos Lazari; **CONTRATADO:** Ronio Condão Barros Milhomem - Me

Publicado por:
Jaqueline Braga Pinto
Código Identificador:424F8A02

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 45/2014

DO OBJETO: Prestação de Serviços Médicos

DO PRAZO: 12 Meses

DO VALOR: 196.320,00

DATA: 02 de Junho de 2014

ASSINANTES: Prefeitura Municipal de Confresa-Mt - Gaspar Domingos lazari**; CONTRATADO:** Anny Cristyni prestes de Oliviera

Publicado por:
Jaqueline Braga Pinto
Código Identificador:D6B9B17D

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 46/2014

DO OBJETO: Prestação de Serviços Médicos

DO PRAZO: 12 Meses

DO VALOR: 278.256,00

DATA: 02 de Junho de 2014

ASSINANTES: Prefeitura Municipal de Confresa-Mt - Gaspar domingos Lazari; **CONTRATADO:** Luiz Marques da Silva

Publicado por:
Jaqueline Braga Pinto
Código Identificador:9C3D6199

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 47/2014

DO OBJETO: Prestação de Serviçso Médicos

DO PRAZO: 12 Meses

DO VALOR: 196.320,00

DATA: 02 de Junho de 2014

ASSINANTES: Prefeitura Municipal de Confresa-Mt - Gaspar Domingos Lazari; **CONTRATADO:** Hernan Fernandez Lizarazu

Publicado por:
Jaqueline Braga Pinto
Código Identificador:707B4E3F

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO DE CONTRATO CPL N° 34/2014

DO OBJETO: Prestação de Serviços Técnicos em informática para atender a Secretária Municipal de Administração, Saude e Educação na manutenção e atualização de sistemas de gestão publica.
DO PRAZO: 12 Meses
DO VALOR: 34.200,00
DOTAÇÃO: 04.01 2.010 3.3.90.36.00.00.00.00 (085)
06.03 2.037 3.3.90.36.00.00.00.00 (865)
05.04 2.015 3.3.90.36.00.00.00.00 (149)
DATA: 25 de Junho de 2014
ASSINANTES: Prefeitura Municipal de Confresa-Mt - Gaspar Domingos Lazari; **CONTRATADO:** Wanderson Ribeiro Costa

Publicado por:
Jaqueline Braga Pinto
Código Identificador:4FE871C0

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
RATIFICAÇÃO DE PUBLICAÇÃO DO AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 39/2014

A Prefeitura De Confresa, através da Comissão Permanente de Licitações, comunica que nas publicações dos: *Diário Oficial de Contas Ano 03 nº 402 de 18 de Junho de 2014 página 19*, onde Ler: *"**AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 39/2014**"* Ler-se: *"**AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 39/2014**."*, e na publicação do *Diário Oficial de Contas Ano 03 nº 402 de 18 de Junho de 2014 página 19, e no Diário Oficial da União nº 116 de 20 de junho de 2014 Seção 3 página 239*, onde Ler: *"... torna público que fará realizar no dia 07 de julho de 2014, às 10:00hs,(...)"* Ler-se: *""... torna público que fará realizar no dia 01 de julho de 2014, às 10:00hs,(...)"*.

Confresa-MT, 26 de Junho de 2014.

JOSÉ CARNEIRO DA SILVA
Pregoeiro.

Publicado por:
Iranizo Matos Rodrigues
Código Identificador:37836382

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 48/2014

DO OBJETO: Prestação de serviços de transporte escolar.

DO PRAZO: 08 meses

DO VALOR: 24.000,00

DATA: 26 de Junho de 2014

ASSINANTES: Prefeitura Municipal de Confresa-Mt - Gaspar domingos Lazari; **CONTRATADO:** A.J Guollo-Me

Publicado por:
Jaqueline Braga Pinto
Código Identificador:6E330A59

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO DE 1° TERMO ADITIVO Á ATA N° 23/2014

DO OBJETO: Acressimo quantitativo ao contrato original nos itens: 06, 09, 10, 20, 24, 25 e 29.

DATA: 16 de Juhno de 2014

CONTRATADA: Manoel Gonçalves da Silva-Me

Publicado por:
Jaqueline Braga Pinto
Código Identificador:71B6BD21

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
RESULTADO TP 08/2014

A Prefeitura Municipal de Confresa/MT torna público o resultado do Processo Licitatório nº. 068/2014, Tomada de Preços nº. 008/2014, do tipo Menor preço Global, objetivando a contratação de empresa especializada em construção civil para execução de obras para construção de uma praça, sendo vencedora do Certame a empresa Monte Sião Construtora Ltda. – EPP, com o valor Global de R$ 302.271,19.

Confresa, 24 de Junho de 2.014.

JOSÉ CARNEIRO DA SILVA
Presidente C.P.L.

Publicado por:
Iranizo Matos Rodrigues
Código Identificador:1054FA52

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
RETIFICAÇÃO - EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 008/2014

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 008/2014 de 16 de Junho de 2014.

GASPAR DOMINGOS LAZARI, PREFEITO MUNICIPAL DE CONFRESA, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o que determina o art. 37, item II da Constituição Federal e o disposto no art. 24 Lei Complementar nº 020 de 28 de dezembro de 2005, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos do Município.

CONVOCA:

Os (as) Senhores (as) abaixo relacionados (as) aprovados (as) no Processo Seletivo, Edital nº 001/2013, que deverão comparecer no prazo de 10 (dez) dias, a contar desta data, na Prefeitura Municipal no Departamento de Recursos Humanos, no horário das 7:00h às 13:00h para assumirem seus respectivos cargos, apresentando os documentos exigidos no anexo do edital para posse.

CARGO	CAR HOR	CANDIDATO	CLAS	LOTAÇÃO
AGENTE DE SERVICOS GERAIS LIMPEZA PREDIAL	40	ANEZIA GOMES RIBEIRO DOS SANTOS	32º	SAUDE/HOSPITAL MUNICIPAL
		WELIDA MOURA RODRIGUES SILVA	33º	
		NICIMAR ANTONIA DE JESUS	34º	SAUDE/SECRETARIA
		EDIVANIA LOPES DA SILVA	35º	SAUDE/HOSPITAL MUNICIPAL
		FERNANDA APARECIDA DOS SANTOS	36º	
		SUELEN CONRADO DE SOUZA	37º	
		JUVENETE TEODORO BARBOSA	38º	
		ANTONIA LEMES DA SILVA	39º	
		VALDENIZA CARVALHO DE SOUZA	40º	
		OSMAR LEIDE ALVES TORRES	41º	ASSISTENCIA SOCIAL/API
		MARIA LUCIA PINTO DE GODOIS	42º	SAUDE/HOSPITAL MUNICIPAL
		LILIANA DE OLIVEIRA	43º	

O não comparecimento do (a) candidato (a) no prazo de 10 (dez) dias, a partir desta data, e a apresentação da documentação prevista no edital do Processo Seletivo 001/2013, implicará no reconhecimento da DESISTÊNCIA E/OU RENÚNCIA quanto ao preenchimento do cargo para o qual foi aprovado (a), reservando-se à Administração o direito de convocar outro candidato.

Confresa-MT, 16 de Junho de 2014.

GASPAR DOMINGOS LAZARI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ana Célia de Souza Lima
Código Identificador:E3E9EA0C

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO 032/2014

DECRETO 032/2014, de 26 de Junho de 2014.

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DOS NOVOS MEMBROS PARA COMPOSIÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE CONFRESA – MT.

Gaspar Domingos Lazari, Prefeito Municipal de Confresa, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhes são atribuídas pela Lei Orgânica Municipal.

RESOLVE:
Art. 1º - Ficam nomeados os novos membros para compor o Conselho Municipal de Educação, que passa a ser composto dos nomes abaixo citados, com suas respectivas representações, pelo periodo de dois (02) anos consecutivos:

I – Representantes das Instituições de Ensino Superior:
Titular: Claudileide Cazavechi Kremer
RG: 2529294-3 SSP/MT
CPF: 421.415.162-34
Suplente: Lucimar Aparecida Soares da Silva Augusto
RG: 913441-7 SSP/MT
CPF: 531.463.871-15

II – Representantes dos Povos Indigens:
Titular: Gilson Ipaxiawyga Tapirapé
CPF: 000.918.581-00
RG: 190055-0
Suplente: Kamairai Sanderson Tapirapé
CPF: 005.435.391-21
RG: 1671101-7

III – Representantes do SINTEP – MT:
Titular: Késia Gonçalves Rodrigues da Silva
RG: 4646707 DGPC/GO
CPF: 017.368.891-84
Suplente: Cícero Romão Dias Braga
RG: 270199 SSP/TO
CPF: 792.307.091-15

IV – Representantes de Pais:
Titular: Lucélia Marta Marques de Oliveira
RG: 1236426-6
CPF: 697.643.871-87
Suplente: Raimar Coelho de Sousa
RG: 8666415 SSP/TO
CPF: 972.991.541-53

V – Representantes da Secretaria Municipal de Educação:
Titular: Jalis Alves de Oliveira
RG: 2417599 SSP/GO
CPF: 450.545.501-78
Titular: Domingos Matos Rodrigues
CPF: 370.729.351-34
Suplente: Adriana Borges dos Santos
RG: 42596-1
CPF: 718.545.411-53

VI – Representantes de Professores da Educação Basica:
Titular: Terezinha de Jesus Aires Carneiro
RG: 3838631 SSP/GO
CPF: 826.650.871-20
Suplente: Frorivânia Praxedes dos Santos
RG: 1645325 SSP/GO
CPF: 291.209.341-49

VII – Representantes de Professores da Educação Infantil:
Titular: Bruna Lorena de Oliveira
RG: 5050491
CPF: 029.614.591-25
Suplente: Lindaura Ribeiro da Silva
RG: 2777128-8 SSP/MT
CPF: 759.872.951-49

VIII – Representantes da SEDUC:
Titular: Evany Costa dos Santos
RG: 986474 SSP/MT
CPF: 783.282.921 - 49
Suplente: Eliene Coelho Silva
RG: 938322 SSP/MT
CPF: 555.156.651-04

IX – Representantes das Instituições de Ensino Privado:
Titular: Lucimeire Lazara da Silva Oliveira Ananias
RG: 391093 SSP/TO
CPF: 851.353.301-78
Suplente: Maria Lucia Ferreira da Silva
RG: 1759652-1 SSP/MT
CPF: 008.914.381-73

X – Representantes do Conselho do Direito da Criança e Adolescente:
Titular: Eliana Silva Morais Rezende
RG; 3423868-5983193SS/GO
CPF: 984683831-04
Suplente: Lucia Geralda Ribeiro
RG; 0548018-3 SS/MT
CPF: 395773921-72

XI – Representantes do Conselho Tutelar:
Titular: Angela Luiz Martins Borba
RG: 1650814 SSP/GO
CPF: 476.923.911-49
Suplente: Ailton Jacinto de Deus
RG: 1191700-8 SJ/SP

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data da sua publicação.

Art. 3º - Revogam – se às disposições em contrário.

Registra – se,
Publique – se,
Cumpra – se.

Confresa – MT, 26 de Junho de 2014.

GASPAR DOMINGOS LAZARI

Publicado por:
Beatriz Moreira da Silva
Código Identificador:AFC22993

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
RESOLUÇÃO 005/2014

Aprovar o Termo de Aceite do Programa de ACESSUAS/TRABALHO 2014, na realização de ações de sensibilização e mobilização com a sociedade civil.

O Conselho Municipal da Assistência Social, de acordo com suas competências estabelecidas na Lei Orgânica da Assistência Social n.8.742 de 07/12/1993 e na Lei Municipal.

Considerando a Assembléia Ordinária do CMAS realizada em 26 de junho de 2014.
RESOLVE:

Art.1º - Aprovar o Termo de Aceite do Programa ACESSUAS TRABALHO 2014 na realização de ações de sensibilização e mobilização da sociedade civil.

Art.2º Esta Resolução entra em vigor a partir desta data.

Confresa-MT, 26 de junho de 2014.

GILBERTO MARCOS RODRIGUES DE SOUZA
Presidente CMAS

Publicado por:
Beatriz Moreira da Silva
Código Identificador:6D8E8317

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CONQUISTA D`OESTE

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
CONTRATO N.º 058 / 20014

"Termo de contrato para prestação de serviços, que entre si fazem a MUNICÍPIO DE CONQUISTA D´OESTE e entidade ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE CASA DE RECUPERAÇÃO TOQUE DA MÃO DO MESTRE".

Aos 16 (dezesseis) dias do mês de junho do ano de 2.014 (dois mil e quatorze), o ***MUNICÍPIO DE CONQUISTA D´OESTE***, Estado de Mato Grosso, estabelecida na Avenida dos Oitis n.º 1.200, Centro, inscrita no CNPJ n.º 04.219.688/0001-56, representada neste ato por seu Prefeito, ***WALMIR GUSE***, brasileiro, casado, residente e domiciliado nesta cidade na Avenida dos Oitis, nº 1.654, portador da cédula de identidade n.º 3/R 1.248.224 expedida pela SSI – SC e do CPF 060.590.538 – 07, doravante denominada simplesmente ***CONTRATANTE***, e a entidade ***ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE CASA DE RECUPERAÇÃO TOQUE DA MÃO DO MESTRE***, entidade privada sem fins lucrativos,com sede na cidade de Pontes e Lacerda – MT, na Rua Joaquim Gomes de Souza nº 1.690 – Centro, inscrita no CNPJ sob nº. 14.580.562/0001-66, neste ato representado por **LAIRTON LIMA**, brasileiro, casado, residente e domiciliado em Pontes e Lacerda-MT, portador do CPF nº. 084.687.278-14 e da cédula de identidade nº. 11.710.409 expedida pela SSP- SP, doravante denominado simplesmente ***CONTRATADO,*** resolvem celebrar o presente contrato de prestação de serviços de Clínica Terapêutica, que será regido pelas cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 A ***CONTRATADA*** prestará para o ***CONTRATANTE*** serviço terapêutico especializada em internação de pessoas com dependência química, a ser disponibilizado ao paciente Roberto José Ferreira, em situação de vulnerabilidade, reconhecidamente carente, residente neste município, que necessita de cuidados terapêutico e de amparo social contínuos.

CLÁUSULA SEGUNDA – DOS FUNDAMENTOS LEGAIS

2.1 O presente contrato e celebrado com base na Lei n.º 8666/93, dispensado de licitação em razão de seu valor conforme disposto no inciso II de seu Art. 24.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

3.1 A ***CONTRATADA*** se obriga a oferecer ao paciente encaminhado, os cuidados indispensáveis durante todo o período de tratamento.

CLÁUSULA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

4.1 O ***CONTRATANTE*** se responsabiliza pelo repasse mensal da importância estipulada na clausula seguinte a este termo.

CLÁUSULA QUINTA – VALOR DO CONTRATO E FORMA DE PAGAMENTO

5.1 O valor do presente contrato é de **R$ 3.500,00** (três mil quinhentos reais) que será pago em 6 (seis) parcelas, sendo a primeira no valor de R$ 500,00 (quinhentos reais) e as demais no valor de R$ 600,00 (seiscentos reais) mensais e consecutivas, cujo pagamento se dará até o décimo dia do mês subseqüente ao da efetiva prestação dos serviços;

5.2 As despesas decorrentes com a execução dos serviços descritos na cláusula anterior correrão à conta da seguinte dotação:

07 – SECRETARIA DE AÇÃO SOCIAL
07.02 – FUNDO MUNICIPAL DE AÇÃO SOCIAL
08.244.0029.2055–MANUT/ENCARGO FUNDO MUNIC. DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
3390.39.00.00.00 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – **PJ (366)**

5.3 Caso o beneficiário vier a se recuperar ou aposentar ou falecer, cessará a obrigação do CONTRATANTE, fazendo sempre um equilíbrio entre o físico e o financeiro.

CLÁUSULA SEXTA – REAJUSTE

6.1 O valor do presente contrato não será reajustado no prazo de sua vigência.

CLÁUSULA SÉTIMA – PRAZO DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

7.1 O presente Termo de Contrato tem vigência a partir de **16 de junho de 2014** com término em **31 de dezembro de 2014.**

7.2 O presente Termo de Contrato poderá ser prorrogado à luz do inciso II do Artigo 57, da Lei n.º 8.666/93.

CLÁUSULA OITAVA – DA FISCALIZAÇÃO

8.1 A fiscalização da execução dos serviços será exercida por um representante da CONTRATANTE, ao qual competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução do objeto do presente contrato. (art. 67 da Lei nº 8.666/93).

CLÁUSULA NONA – DA RESCISÃO

9.1 Este contrato poderá ser rescindido, nos termos do artigo 77 da lei 8.666/93, constituindo motivos para essa rescisão:

a) O não cumprimento de cláusulas contratuais, especificações ou prazos;

b) O atraso injustificado na entrega dos serviços;

c) A paralisação dos serviços, sem justa causa e prévia comunicação ao **CONTRATANTE;**

d) Razões de interesse público (Art. 78, XII, da Lei nº 8.666/93);

e) A ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovada, impeditiva da execução deste Contrato.

9.2 A rescisão do contrato poderá ser:

a) Determinada por ato unilateral e escrito do **CONTRATANTE;**

b) Amigável, por acordo entre as partes, reduzido a termo, no processo da licitação, desde que haja conveniência para o **CONTRATANTE**;

c) Judicial, nos termos da legislação.

CLÁUSULA DÉCIMA – DO FORO

10.1 - Fica eleito o foro da Comarca de Pontes e Lacerda para dirimir as questões relativas ou oriundas do presente contrato.

E pôr estarem justos e acordados, declaram as partes, aceitarem as disposições estabelecidas nas cláusulas do presente instrumento, firmando-o em três vias de igual teor, na presença de duas testemunhas abaixo nomeadas.

Conquista D'Oeste, em 16 de junho de 2014.

WALMIR GUSE
Prefeito Municipal

Associação Beneficente Casa de Recuperação Toque da Mão do Mestre
LAIRTON LIMA
Contratada

Testemunhas:

Luiza Tenório Cavalcante
RG: 1.306.462-2 – SSP/MT

Tatiane Nunes Nantes Salasar
RG nº 13.645.978/SSP-MT

Hélio José G. Mendes

Publicado por:
Eliane Aparecida de Freitas
Código Identificador:E217A9DA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
CONTRATO Nº 060/2014

"Contrato para prestação de serviços artísticos, que entre si fazem o MUNICÍPIO DE CONQUISTA D'OESTE e a empresa BB PRODUÇÕES ARTÍSTICAS LTDA. – ME para apresentação da dupla BRENNO & BARRETO"

Aos 24(vinte e quatro dias do mês de junho de 2014, **MUNICÍPIO DE CONQUISTA D'OESTE**, Estado de Mato Grosso, estabelecida na Avenida dos Oitis, n.º 1.200, Centro, inscrita no CNPJ n.º 04.219.688/0001-56, representada neste ato por seu Prefeito Municipal, **WALMIR GUSE**, brasileiro, casado, industrial, residente e domiciliado nesta cidade na Avenida dos Oitis, nº 1.654, portador da cédula de identidade n.º 3/R 1.248.224 expedida pela SSI – SC e do CPF 060.590.538 – 07, doravante denominada simplesmente **CONTRATANTE** e de outro lado a dupla **BRENNO & BARRETO**, neste ato representada por sua representante legal e exclusiva a empresa **BB PRODUÇÕES ARTÍSTICAS LTDA. - ME,** com sede à Rua Pastor Benedito da Silva, nº 974, centro, na cidade de Jauru, estado de Mato Grosso, inscrita no CNPJ sob nº 18.195.680/0001-01, neste ato representada por seu representante legal **MARCELO ANDREI BERNARDO**, brasileiro, casado, empresário, residente e domiciliado na Avenida Luiz de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres nº 581, portador da cédula de identidade n 0.431.824-2 expedida pela SSP – MT, doravante simplesmente denominado **CONTRATADA** celebram o presente Contrato mediante as cláusulas e condições as quais mutuamente aceitam e outorgam.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 O presente contrato tem por objetivo a prestação de serviços pela **CONTRATADA** ao **CONTRATANTE**, de apresentação de show Artístico da dupla **BRENNO & BARRETO** no dia 26 de junho de 2014**,** a partir das 23,00 horas, tendo aproximadamente **01h30min** (uma hora e trinta minutos) de duração, no local denominado Parque Municipal de Exposições de Conquista D'Oeste, por ocasião da realização da **14ª EXPOCON** - Exposição Agropecuária e a 22ª Festa do Peão de Boiadeiro.

1.2 A **CONTRATADA** assume a responsabilidade sobre o comparecimento da **"DUPLA"** na data e local constante na Cláusula primeira.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO VALOR

2.1 A **CONTRATANTE** pagará à **CONTRATADA** pela contratação artística o valor de **R$ 10.000,00 (dez mil reais)** que se efetivará após a realização do show, através de cheque nominal.

CLÁUSULA TERCEIRA – DOS FUNDAMENTOS LEGAIS

3.1 O presente contrato tem origem no processo de inexigibilidade nº 002/2014, ratificado homologado em 24/06/2014.

CLÁUSULA QUARTA – DO CUMPRIMENTO DO CONTRATO

4.1 Considerar-se-á cumprido o presente contrato, única e exclusivamente com a apresentação do Artista sendo vedado à **CONTRATANTE** a transmissão da apresentação por Rádio ou TV, a utilização de fotos ou filmes dos Artistas, a não ser na publicidade da própria apresentação, não podendo ainda o **CONTRATANTE** assumir em nome dos Artistas, qualquer compromisso, jantar, entrevista, passeio ou visita, sem que haja sido previamente acordado entre as partes.

CLÁUSULA QUINTA – DA SEGURANÇA

5.1 E de inteira responsabilidade do **CONTRATANTE** a segurança material e pessoal dos Artistas e da **CONTRATADA**, especialmente no local e durante a apresentação. Em caso de insuficiência dessa segurança, a apresentação poderá ser interrompida, a qualquer tempo, e será considerada realizada para fins de comprimento do presente contrato, eximindo a **CONTRATADA** de qualquer pena, multa ou indenização. A **CONTRATADA** também não se responsabiliza por qualquer dano causado pelo público presente à apresentação.

CLÁUSULA SEXTA – DA RESCISÃO

6.1 Qualquer das partes **CONTRATADA ou CONTRATANTE** que der razão à rescisão do presente contrato, impossibilitando a apresentação dos **"ARTISTAS"** ou o não cumprimento das cláusulas, deverá pagar à outra parte uma multa contratual no valor integral do preço avençado na cláusula terceira do presente contrato.

6.2 Fica dispensado o pagamento da multa da estipulada se não realização da apresentação decorrer de caso de decretação de calamidade pública, ou doença no Artista devidamente comprovada por junta médica.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO LICENCIAMENTO DO EVENTO

7.1 E de inteira responsabilidade do **CONTRATANTE** a obtenção de alvarás, licenças, autorizações das autoridades públicas do juízo de menores, com pagamento das respectivas taxas e outras providências necessárias à apresentação da Dupla.

CLÁUSULA OITAVA – DO TRANSPORTE

8.1 O transporte da **"DUPLA"** fica por conta **da CONTRATADA até** o local do show.

CLÁUSULA NONA – OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

9.1 E de inteira responsabilidade do **CONTRATANTE** a não permanência de pessoas mo palco durante a apresentação do Artista exceção feita aos profissionais envolvidos no espetáculo. E ainda vedado ao **CONTRATANTE** qualquer ingerência no repertório a ser apresentado pelos Artistas.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA FISCALIZAÇÃO

10.1 A fiscalização do presente instrumento será exercida por um representante da **CONTRATANTE**, ao qual competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução do objeto do presente contrato. (art. 67 da Lei nº 8.666/93).

10.2 A Fiscalização de que trata esta Cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da **CONTRATADA**, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica co-responsabilidade do **CONTRATANTE** ou de seus agentes e prepostos (art. 70 da Lei nº 8.666/93

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO FORO

11.1 Fica eleito o foro da Comarca de Pontes e Lacerda, estado de Mato Grosso, para dirimir e julgar qualquer dúvida ou litígio originado do presente contrato com renúncia de qualquer outro, sendo que à parte considerada responsável pelos eventuais prejuízos causados, deverá ser condenada também ao pagamento das custas processuais e dos honorários advocatícios e juros e encargos moratórios.

E assim, por estarem assim justos e contratados, assinam o presente contrato em 2 (duas) vias, na presença de 2 (duas) testemunhas, obrigando as partes e seus herdeiros ou sucessores.

Conquista D'Oeste, 24 de junho de 2014.

WALMIR GUSE
Prefeito Municipal
Contratante

BB Produções Artísticas Ltda. – ME
MARCELO ANDREI BERNARDO,
Contratada

LUIZA TENÓRIO CAVALCANTE
RG: 1.306.462-2 – SSP/MT

TATIANE NUNES NANTES SALASAR
RG nº 13.645.978/SSP-MT

HÉLIO JOSÉ G. MENDES
Assessor Jurídico - OAB-MT 3383-A

Publicado por:
Eliane Aparecida de Freitas
Código Identificador:E499B066

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
RESCISÃO DO CONTRATO 096/2013

Termo de rescisão do contrato n.º 023/2014, que entre si fazem o MUNICÍPIO DE CONQUISTA D'OESTE e o micro empreendedor TIAGO BASTIANI. e que tem por objeto a prestação de serviços contínuos de pequenos reparos mecânicos, assim como manutenção preventiva/corretiva e troca de óleo da frota municipal

DISTRATANTE: MUNICÍPIO DE CONQUISTA D'OESTE, estabelecido na Avenida dos Oitis, nº 1200, Centro, inscrita no CNPJ n.º 04.219.688/0001-56, representada neste ato por seu Prefeito Municipal, **WALMIR GUSE**, brasileiro, casado, industrial, residente e domiciliado nesta cidade na Avenida dos Oitis, nº 1.200, portador da cédula de identidade n.º 3/R 1.248.224 expedida pela SSI–SC e do CPF 060.590.538-07

DISTRATADA: **TIAGO DE BASTIANI 01299846122,** micro empreendedor individual com sede na Rua dos Cajueiros, s/nº, Centro, na cidade de Conquista D'Oeste, estado de Mato Grosso, inscrita no CNPJ sob nº 18.485.127/0001-03, neste ato representada pelo seu titular TIAGO DE BASTIANI, brasileiro, casado, residente e domiciliado nesta cidade portador da cédula de identidade nº 1.587.759-0 expedida pela SSP – MT e CPF 012.998.461-22.

Os **DISTRATANTES** têm entre si justos e avençados, e resolvem rescindir o Contrato n.º 023/2014, assinado em 24 de fevereiro de 2014, sujeitando-se as partes às normas disciplinares da Lei n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, e às seguintes cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 O presente termo tem como objeto a RESCISÃO do contrato 096/2013, firmado entre as partes em 16/09/2013, tendo seu 1º Termo Aditivo firmado em 10/12/2013, seu 2º Termo Aditivo firmado em 2/01/2014, seu 3º Termo Aditivo firmado em 25/03/2014 e seu 4º Termo Aditivo assinado em 25/04/2014, nos termos previstos em sua Cláusula 3.1. do contrato primitivo.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA RESCISÃO

2.1 Fica rescindido de pleno direito, por acordo entre as partes, com efeitos a partir de 30/06/2014, o contrato acima mencionado.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO FUNDAMENTO LEGAL

3.1 O presente termo de rescisão decorre de autorização do Prefeito Municipal da contratante, exarada no processo 1.437/2014 e encontra amparo legal no artigo 79, inciso II, da Lei n.º 8.666/93.

CLÁUSULA QUARTA – DA QUITAÇÃO

4.1 As partes dão plena e total quitação das obrigações pactuadas, com exceção dos créditos, se reconhecidos pelo Município, em favor da **DISTRATADA,** não sendo cabível, por parte da **DISTRATADA,** qualquer contestação judicial ou extrajudicial que diga respeito a pagamentos, faturas, indenizações ou compensações referentes ao Contrato extinto por este instrumento.

4.2 Assim, pela assinatura do presente termo, concede-se plena quitação de todas as obrigações pactuadas ao **DISTRATANTE**, renunciando expressa e irrevogavelmente a qualquer forma de representação judicial ou administrativa.

CLÁUSULA QUINTA – DO FORO

5.1 As questões decorrentes da execução deste instrumento, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas no foro da Comarca de Pontes e Lacerda, estado de Mato Grosso com exclusão de qualquer outro por mais privilegiado que seja.

E, para firmeza e validade do que foi pactuado, lavrou-se o presente Termo de Rescisão de Contrato em três (três) vias de igual teor e forma, para que surtam um só efeito, as quais, depois de lidas, são assinadas pelos representantes das partes, **DISTRATANTE** e **DISTRATADA**, e pelas testemunhas abaixo.

Conquista D'Oeste, 20 de junho de 2014.

WALMIR GUSE
Prefeito Municipal
Contratante

TIAGO DE BASTIANI
01299846122
Contratada

TESTEMUNHA:

Luiza Tenório Cavalcante
RG: 1.306.462-2 – SSP/MT

Tatiane Nunes Nantes Salasar
RG nº 13.645.978/SSP-MT

Dr. Hélio José Garcia Mendes
Assessor Jurídico OAB-MT 3383-A

Publicado por:
Eliane Aparecida de Freitas
Código Identificador:3DE054BE

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 095/2014

"Designa Fiscal de Contrato Administrativo."

WALMIR GUSE, Prefeito Municipal de Conquista D'Oeste, Estado de Mato Grosso, usando das atribuições definidas no artigo 63, inciso IX, da Lei Orgânica do Município,

Considerando o disposto no artigo 67, da lei 8.666/93,

Considerando as disposições contidas no Decreto Municipal 038/2013, e

Considerando os princípios que regem a Administração Pública;

RESOLVE:

Art. 1º - Designar o servidor **EZEQUIEL ALVES**, Portador da Cédula de Identidade RG nº 4.995.721-1 SSP/PR e CPF nº 703.392.289-20, lotado no Gabinete do Prefeito conforme Decreto 006/2013, para atuar como fiscal do contrato administrativo n° **057 e 60/2014**.

Art. 2º - Fica o fiscal obrigado a comunicar a administração todas às ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário a regularização das faltas ou defeitos eventualmente observados.

Parágrafo Único – As decisões e providencias que ultrapassem a competência do fiscal deverão ser solicitado, à administração, em tempo hábil, para a adoção das medidas saneadoras.

Art. 3º - Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito, em 24 de junho de 2014.

Publicado por:
Eliane Aparecida de Freitas
Código Identificador:F46117DC

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
CONTRATO 56/2014

Contrato de aquisicao de produtos que entre si fazem o MUNICÍPIO DE CONQUISTA D' OESTE-MT e a empresa SHEKINAH COMÉRCIO, IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO DE PNEUMÁTICOS LTDA EPP.

Aos 30 (trinta) dias do mês de maio do ano de 2014 **O *MUNICÍPIO DE CONQUISTA D'OESTE***, inscrita no CNPJ sob nº. 04.219.688/0001-56 com sede à Avenida dos Oitis nº 1.200, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Walmir Guse, brasileiro, casado, industrial, residente e domiciliado nesta cidade na Avenida dos Oitis nº 1.594, portador do RG: 3/R 1.248.224 expedida pela SSP – SC e CPF: 060.590.538-07, doravante denominado de ***CONTRATANTE***, e **SHEKINAH COMÉRCIO, IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO DE PNEUMÁTICOS LTDA**, empresa com sede na cidade de Pontes e Lacerda Mato Grosso, na Avenida Marechal Rondon, Nº. 2034, Centro, inscrita no CNPJ sob nº. 10.015.942/0001-05, neste ato representada pelo seu sócio proprietário Sr. MAXIMILIANO PINHEIRO SANTOS NASCIMENTO , brasileiro, empresário, residente e domiciliado na cidade de Pontes e Lacerda Mato Grosso, portador da cédula de identidade RG nº. 1949024-0 – SSP/MT e do CPF nº. 034.041.121-05, abaixo assinado, doravante denominada **CONTRATADA**, celebram o presente Contrato Administrativo , baseado nas Leis Federais n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, e n.º 8.958, de 20 de dezembro de 1994, que se regerá pelas cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

***1.1** O presente contrato tem por objeto o fornecimento de pneus novos, câmaras de ar, protetores de pneus de veículos de diversas Secretarias, de fornecimento parcelado, conforme segue :*

1.2 AQUISICAO

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE	VALOR UNITARIO	TOTAL R$
3588	PNEU 1000-20	50	R$ 860,00	R$ 43.000,00
24128	PNEU 1000X20 BORRACHUDO	8	R$ 905,00	R$ 7.240,00
4878	PNEU DIANTEIRO 12X16,5	4	R$ 780,00	R$ 3.120,00
23576	PNEU 1400X24	15	R$ 2.085,00	R$ 31.275,00
9714	PNEU 17,5-25 12 LONAS	8	R$ 2.475,00	R$ 19.800,00
9717	PNEU 19.5x24	2	R$ 2.245,00	R$ 4.490,00
5656	PNEU TRASEIRO 195-24	4	R$ 2.245,00	R$ 8.980,00
10373	PNEU P 265/70 R16	8	R$ 560,00	R$ 4.480,00
3373	PNEU 265/70R15	8	R$ 555,00	R$ 4.440,00
10377	PNEU 7,50 R16	18	R$ 379,00	R$ 6.822,00
10372	PNEU 7,50 R16 BORRACHUDO	8	R$ 389,00	R$ 3.112,00
TOTAL				**R$ 136.759,00**

CLÁUSULA SEGUNDA – DOS FUNDAMENTOS LEGAIS DO CONTRATO

2.1 O presente **CONTRATO** fundamenta-se nos pedidos nº 599, 600, 601, 602, 603, 604/2014, realizado na modalidade PREGÃO PRESENCIAL nº 021/2014, homologado em 29/05/2014, que são parte integrante deste instrumento.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR CONTRATUAL

3.1. O valor do presente instrumento está estimado em **R$ 136.759,00** (Cento e trinta e seis mil e setecentos e cinquenta e nove reais) preço esse que será pago pelo CONTRATANTE a CONTRATADA pela aquisição do objeto contratado .

CLÁUSULA QUARTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA

4.1 As despesas decorrentes da aquisição dos pneus novos e realização de serviços, objeto desta Licitação, correrão à conta dos recursos específicos consignados no orçamento, distribuídos da seguinte forma:

04-SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
04.006 – TRANSPORTE ESCOLAR
12.361.0012.2028 MANUT. E ENC. DO TRANSP. ESCOLAR
3390.30.00.00 – F – **130** Material de consumo R$ 41.280,00

02 – GABINETE DO PREFEITO
02.001 CHEFIA DE GABINETE
04.122.0002.2002 MANUT. DAS ATIVIDADES DO GABINETE DO PREFEITO
3390.30.00.00- f. **07** Material de consumo R$ 4.480,00

08- SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTADO
08.001 – COORDENADORIA DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTADO
20.122.0035.2065 MANUT. E ENC. DA SEC. DESN. SUSTENTADO
3390.30.00.00 – F – ***406*** Material de consumo R$ 21.276,00

09 – SECRETARIA DE OBRAS E SERVICOS PUBLICOS
09.001 COORDENADORIA DE SERVIÇOS PUBLICOS
15.452.0038.2074 MANUT E ENC. COM A COORD DE SERV. PUBLICOS
3390.30.00.00 – F – **471** Material de consumo R$ 69.723,00

CLÁUSULA QUINTA - DO PAGAMENTO

5.1. O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias corridos após a entrega dos materiais, **mediante a apresentação** da respectiva nota fiscal **e comprovação da regularidade junto à seguridade Social e ao FGTS.**

5.2. O pagamento, pelos produtos efetivamente entregues, poderá ser efetuado através de depósito em qualquer agência da rede bancária, para crédito da contratada em conta corrente mantida em agência bancária indicada pela mesma.

5.3. A empresa contratada arcará com todos os custos referentes à mão-de-obra direta e/ou indireta, acrescidos de todos os encargos sociais e obrigações de ordem trabalhista, recursos materiais, transporte, seguros de qualquer natureza, perdas eventuais, despesas administrativas, tributos e demais encargos necessários à entrega dos produtos objeto deste CONTRATO.

CLÁUSULA SEXTA – DA ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA DO OBJETO

6.1. Os materiais, com o valor definido no Pregão Presencial, "Anexo III – Formulário Padrão para Proposta de Preços" da **CONTRATADA**, poderão sofrer reajuste de preços do objeto, durante o período contratual, **na mesma proporção decorrente de acréscimo ou decréscimo**, conforme autorização do Governo Federal, quando:

a) solicitada pela **CONTRATADA**, junto ao setor competente do ÓRGÃO, devidamente protocolado;

b) solicitada pelo ÓRGÃO, junto a **CONTRATADA**, devidamente protocolado.

CLÁUSULA SETIMA - DA VIGÊNCIA

7.1. O presente **CONTRATO** vigorará a partir da data de sua assinatura**, até 31/12/2014**, ficando adstrito à existência dos respectivos créditos orçamentários, podendo ser prorrogado até a conclusão da entrega dos materiais/serviços contratados.

CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE
8.1. Exercer, por intermédio de servidor designado na forma do artigo 67 da Lei Federal nº 8.666/93, a execução, acompanhamento e fiscalização dos materiais/serviços adquiridos, sob todos os seus aspectos, anotando em registro próprio as falhas detectadas e comunicando as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte da contratada.

8.2. Efetuar o pagamento a contratada, de acordo com as condições estabelecidas na Cláusula QUINTA deste **CONTRATO**.

8.3. Emitir as autorizações de fornecimento e realizar o controle efetivo sobre as mesmas;

8.4. Os pneus não serão aceitos e devolvidos se apresentarem vícios de qualidade ou estiverem impróprios para o consumo.

8.5 Todos os pneus novos, deverão ser certificados pelo INMETRO com a certificação afixadas de forma legível, estampadas em alto relevo ou em etiqueta vulcanizada na lateral.

CLÁUSULA NONA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA
9.1. A **CONTRATADA** obriga-se a:

a) Entregar os materiais definidos na cláusula Primeira deste instrumento contratual, na forma e condições previstas no Anexo I do Edital de Pregão Presencial nº 021/2014 da CONTRATANTE e proposta apresentada pela CONTRATADA, **no prazo máximo de 05 (CINCO) dias a partir da solicitação**;

b) Aceitar as alterações que se fizerem necessárias, conforme disposto no Artigo 65 da Lei nº 8.666/93.

c) Não transferir, no todo ou em parte, o objeto deste contrato, sem prévia e expressa anuência do CONTRATANTE;

d) Responsabilizar-se pela entrega dos materiais inclusive no que se referir a não observância da legislação em vigor.

e) Reparar ou corrigir, às suas expensas, no todo ou em parte, os vícios resultantes da má execução do objeto deste contrato.

f) Arcar com todos os ônus necessários à completa entrega dos materiais do objeto deste contrato, inclusive no que se referir à qualidade dos recursos materiais empregados e seleção e treinamento dos recursos humanos necessários ao seu desenvolvimento.

g) Responder integralmente, por quaisquer perdas e danos que vier a causar ao Município de Conquista D'Oeste - MT ou à terceiros em razão de ação ou omissão, dolosa ou culposa, sua ou dos seus prepostos, independentemente de outras cominações contratuais ou legais a que estiver sujeitas.

h) Entregar os pneus com todos os recursos para sua utilização;

i) Responder, em relação aos seus empregados, por todas as despesas decorrentes do fornecimento dos materiais, tais como: salários, seguros de acidente, taxas, impostos e contribuições, indenizações, encargos trabalhistas, acidentes de trabalho.

j) Efetuar a entrega dos pneus de acordo com a necessidade e o interesse do CONTRATANTE, no ato do recebimento da requisição expedida pela Contratante;

k) Os pneus novos deverão entregues na sede da Prefeitura, Av. dos Oitis, nº 1.200, centro, CEP. 78.254-000, Conquista D'Oeste/MT, em dias úteis, respeitado o horário de 07:00h às 11:00h e das 13:00h às 17:00h.

9.2 A **CONTRATADA** deverá:

a) comunicar a contratante por escrito, qualquer anormalidade de caráter urgente e prestar os esclarecimentos que julgar necessário, que impeça o cumprimento das obrigações deste contrato, **em especial ao descumprimento da entrega dos materiais/serviços solicitados, que deverá ser solucionado imediatamente, salvo motivo de força maior que deverá ser comprovado.**

b) Manter contato com o CONTRATANTE sobre quaisquer assuntos relativos à entrega dos materiais/serviços objeto deste contrato, sempre por escrito, ressalvados os entendimentos verbais determinados pela urgência de cada caso;

d) a Contratada não efetuará a entrega dos materiais/serviços sem requisição formal expedida pelo CONTRATANTE.

9.3 A inadimplência da Contratada, com referência aos encargos estabelecidos nos itens acima, não transfere à Administração da Contratante a responsabilidade por seu pagamento, nem poderá onerar o objeto deste contrato, razão pela qual a CONTRATADA renuncia

expressamente a qualquer vínculo de solidariedade, ativa ou passiva, com a CONTRATANTE.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA FISCALIZAÇÃO
10.1. A fiscalização da entrega dos materiais será exercida por um representante do **CONTRATANTE**, ao qual competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução do objeto do presente contrato. (art. 67 da Lei nº 8.666/93).

10.2. A Fiscalização de que trata esta Cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da **CONTRATADA**, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitório, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica co-responsabilidade do **CONTRATANTE** ou de seus agentes e prepostos (art. 70 da Lei nº 8.666/93).

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA INEXECUÇÃO E RESCISÃO DO CONTRATO
11.1. Pela inexecução total ou parcial deste Contrato o CONTRATANTE poderá, garantida a previa defesa, aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

a) Advertência;
b) Multa de 10% (dez por cento), calculada sobre o valor total e atualizado deste Contrato e dos Aditivos, se for o caso;

c) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração Pública, por prazo não superior a 2 (dois) anos;

d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a CONTRATADA ressarcir o CONTRATANTE pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base na letra (c) desta Cláusula.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO FORO
12.1. Fica eleito o foro da Comarca de Pontes e Lacerda, como competente para dirimir quaisquer questões oriundas do presente instrumento, com exclusão de qualquer outro por mais privilegiado que seja.

12.2. Os casos omissos serão resolvidos amigavelmente entre as partes e em observância a legislação pertinente. E por estarem justos e contratados, CONTRATANTE E CONTRATADA, mutuamente assinam o presente instrumento contratual em 03 (três) vias de igual teor para todos os efeitos legais, na presença de 02 (duas) testemunhas idôneas e civilmente capazes.

Conquista D'Oeste, 30 de maio de 2014.

WALMIR GUSE
Prefeito Municipal
Contratante

Shekinah Comércio, Importação e Exportação de Pneumáticos LTDA
MAXIMILIANO PINHEIRO SANTOS NASCIMENTO
Contratado

TESTEMUNHAS:

Luiza Tenório Cavalcante
RG: 1.306.462-2 – SSP/MT

Tatiane Nunes Nantes Salasar
RG nº 13.645.978/SSP-MT

HÉLIO JOSÉ G. MENDES
Assessor Jurídico - OAB-MT 3383-A

Publicado por:
Eliane Aparecida de Freitas
Código Identificador:19498F19

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
TERMO DE RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE Nº 003/2014

A Prefeitura Municipal de CONQUISTA D'OESTE - MT representado pelo seu Prefeito municipal, o Sr Walmir Guse, torna público que firmou CONTRATO com a empresa BEZERRA & FERNANDES LTDA - ME, com sede na cidade de Cuiabá - MT, na Av. José Rodrigues do Prado, nº 39, Bairro Santa Rosa, inscrita no CNPJ sob nº 06.987.646/0001-90, objetivando a CONTRATAÇÃO DE SHOW ARTÍSTICO COM A DUPLA SERTANEJA MAURICIO & EDUARDO PARA FESTIVIDADES RELATIVAS À REALIZAÇÃO DA 14ª EXPOSIÇÃO AGRO PECUÁRIA - EXPOCON E 22 ª FESTA DO PEÃO DE CONQUISTA D OESTE, importando o valor global de R$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), de acordo com a legislação vigente.

Conquista D'Oeste, 26 de Junho de 2014.

ERONALDO MENDES TEIXEIRA JUNIOR
Presidente da CPL

Publicado por:
Eronaldo Mendes Teixeira Junior
Código Identificador:5394FE98

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
ERRATA

INEXIGIBILIDADE Nº001/2014
O Presidente da Comissão Permanente de Licitação do Município de Conquista D'Oeste, comunica aos interessados que o evento a ser realizado se refere a 14ª EXPOCON e 22ª Festa do Peão de Conquista D' Oeste, que ora fica retificado.

Conquista D'Oeste, 26 de Junho de 2014.

ERONALDO MENDES TEIXEIRA JUNIOR
Presidente da CPL

Publicado por:
Eronaldo Mendes Teixeira Junior
Código Identificador:6E903696

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
ERRATA

TERMO DE RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE Nº002/2014
O Presidente da Comissão Permanente de Licitação do Município de Conquista D'Oeste, comunica aos interessados que o evento a ser realizado se refere a 14ª EXPOCON e 22ª Festa do Peão de Conquista D' Oeste, que ora fica retificado.

Conquista D'Oeste, 26 de Junho de 2014.

ERONALDO MENDES TEIXEIRA JUNIOR
Presidente da CPL

Publicado por:
Eronaldo Mendes Teixeira Junior
Código Identificador:2E9A7261

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE COTRIGUAÇU

PREFEITURA MUNICIPAL
PREGÃO PRESENCIAL Nº 049/2014

PROCESSO Nº 077/2014

Encontra-se aberta, na Prefeitura Municipal de Cotriguaçu à AV. 20 de Dezembro, n° 725 – Centro – Cotriguaçu/MT, LICITAÇÃO NA

MODALIDADE DE **PREGÃO PRESENCIAL**, com a finalidade de selecionar propostas para contratação de futura e eventual**:** "**PRESTACAO DE SERVICO NO MONITORAMENTO DE SEGURANCA COM ALARME 24 HORAS E COM ATENDIMENTO TATICO NO PREDIO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DO MUNICIPIO DE COTRIGUAÇU**", cujas especificações detalhadas encontram-se no Edital da Licitação. Regem a presente licitação, a Lei Federal 10.520/02, o Decreto Municipal subsidiariamente, a Lei nº 8.666/93 e demais legislações aplicáveis. A abertura desta licitação ocorrerá no dia 08 (Oito) de Julho de 2014, às 09:00 (Nove horas), na Sala de Reuniões da Comissão Especial de Licitação. Poderão participar da licitação pessoas jurídicas que atuam no ramo pertinente ao objeto licitado, observadas as condições constantes do edital. O Edital completo poderá ser solicitado pelos interessados na CEL, de segunda a sexta-feira, no horário de 07:30 às 11:30 horas ou via fax – (66)35551621, 1224 ou 1247 ou no site da Prefeitura www.cotriguacu.mt.gov.br.

Cotriguaçu-MT, 26 de Junho de 2014.

ROSANGELA APARECIDA NERVIS
Prefeita Municipal de Cotriguaçu/MT.

Publicado por:
Gislaine Gonçalves da Silva Barros
Código Identificador:40485A2F

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CUIABÁ

PREFEITURA MUNICIPAL
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: N°. 10.871/2014

PREGÃO ELETRÔNICO: N° 018/2013
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. PG957780-9/2013

Aos vinte e seis dias do mês de junho do ano de dois mil e quatorze, pelo presente instrumento, o **MUNICÍPIO DE CUIABÁ,** Pessoa Jurídica de Direito Público, inscrito no CNPJ/MF sob o Nº. 03.533.064/0001-46, com sede no Palácio Alencastro, situado na Praça Alencastro, nº. 158, Centro, na cidade de Cuiabá/MT, através da **CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO - CGM,** neste ato representado por seu Controlador Geral, **Sr. Marcelo Eduardo Bussiki Rondon**, portador da Carteira de Identidade RG nº 1043410-0 e do CPF nº. 688.424.491-72 neste ato denominado simplesmente **CONTRATANTE** e a empresa **MOHAMED KAMDOUSSI - ME,** inscrita no CNPJ/MF nº. 06.041.000/0001-16, com sede na Av. Isaac Póvoas, 901 – sala 1001, na cidade de Cuiabá/MT, representada neste ato pelo seu Representante Legal, Sr. Mohamed Kandoussi, portador da Carteira de Identidade n.º 1634612-2 SSP/MT, CPF/MF n.º 691.151.251-49, doravante denominada FORNECEDORA, da licitação modalidade de **PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 018/2013 do Processo Administrativo Nº. PG957780-9/2013,** considerando o chamamento da segunda colocada/classificada, em razão da rescisão do contrato Nº 10.559/2014, firmado com a empresa WP DE BARROS-ME, mantendo as mesmas condições anteriores, **RESOLVE** registrar os preços, nas quantidades estimadas anual, de acordo com a classificação por ela alcançada **do ITEM**, atendendo as condições previstas no Instrumento Convocatório, e as constantes desta **Ata de Registro de Preços**, sujeitando-se as partes às normas constantes da Lei nº. 10.520/2002; Decreto 5.011/2011, 4.336/2005, de 23 de setembro de 2005, Decreto Municipal nº 5.126 de 06 de janeiro 2012 e subsidiariamente pela Lei Nº 8.666/93 e alterações posteriores.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. A presente **Ata** tem por objeto a **Contratação de serviços técnicos especializados em processamento e análise de dados dos sistemas informatizados e dados não informatizados para captação, digitação, digitalização, validação, geração de arquivos e envio das informações exigidas pelo sistema APLIC do TCE/MT, conforme leiaute das tabelas, formato, tipo de arquivo, cronograma, das cargas exigidas pelo TCE/MT, ou seja, atenda os moldes definidos pelo TCE/MT**.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

2.1. A presente Ata terá validade de **07 (sete) meses e 16 (dezesseis) dias, contados a partir de sua assinatura**, sendo que durante este período a **FORNECEDORA** deverá manter as condições de habilitação exigidas na licitação;

2.2. O preço registrado e os respectivos fornecedores serão divulgados/publicado no Diário Oficial do Estado e/ou na Associação Mato-Grossense dos Municípios - AMM-MT no endereço eletrônico http://www.diariomunicipal.com.br/amm-mt/ e/ou Diário Eletrônico do Tribunal de Contas no endereço eletrônico http://www.tce.mt.gov.br/. e ficarão disponibilizados durante a vigência da Ata no Site da Prefeitura Municipal de Cuiabá - http://www.cuiaba.mt.gov.br/ no link Licitação;

2.3. Durante a vigência da Ata de Registro de Preços, qualquer Órgão ou Entidade da Administração Pública Municipal poderá utilizar a Ata, mesmo que não tenha participado do certame licitatório, mediante prévia consulta ao Órgão gerenciador, desde que devidamente **comprovada à vantagem**.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA GERÊNCIA DA PRESENTE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1. O gerenciamento deste instrumento caberá a **Controladoria Geral do Município - CGM,** através da **Secretaria Municipal de Planejamento e Finanças - SMPF/DCL** no seu aspecto operacional e à **Procuradoria Geral do Município**, nas questões legais.

CLÁUSULA QUARTA - DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS.

4.1. O preço registrado, a especificação, o quantitativo, empresa fornecedora do objeto e representante legal, encontra-se relacionado na presente ata, a seguir:

DISCRIMINAÇÃO	EMPRESA	VALOR (R$) MENSAL	VALOR (R$) ANUAL
SERVIÇO DE ENVIO DO ORÇAMENTO, MENSAL, TEMPESTIVAS E ESPECIAIS POR COMPETÊNCIA MENSAL, SENDO QUE NESTE CONTRATO SERÃO CONSIDERADAS 14 COMPETÊNCIAS SENDO 01 CARGA INICIAL, 01 ORÇAMENTO E 12 CARGAS MENSAIS. **PREFEITURA**	**MOHAMED KAMDOUSSI - ME**	21.624,91	259.498,92
SERVIÇO DE ENVIO DO ORÇAMENTO, MENSAL, TEMPESTIVAS E ESPECIAIS POR COMPETÊNCIA MENSAL, SENDO QUE NESTE CONTRATO SERÃO CONSIDERADAS 14 COMPETÊNCIAS SENDO 01 CARGA INICIAL, 01 ORÇAMENTO E 12 CARGAS MENSAIS. **FUNED**	**MOHAMED KAMDOUSSI - ME**	6.000,00	72.000,00
SERVIÇO DE ENVIO DO ORÇAMENTO, MENSAL, TEMPESTIVAS E ESPECIAIS POR COMPETÊNCIA MENSAL, SENDO QUE NESTE CONTRATO SERÃO CONSIDERADAS 14 COMPETÊNCIAS SENDO 01 CARGA INICIAL, 01 ORÇAMENTO E 12 CARGAS MENSAIS. **FUNEC**	**MOHAMED KAMDOUSSI - ME**	6.000,00	72.000,00

Valor Total: R$ 403.498,92

4.2. A revisão de preços será feita com fundamento em planilhas de composição de custos e/ou preço de mercado;

4.3. Nos preços supracitados deverão estar incluídas todas as despesas relativas ao objeto contratado, tributos, seguros, encargos sociais, etc. garapa.

CLÁUSULA QUINTA - DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

5.1. Após homologação da licitação, a FORNECEDORA será convocada para assinar a **Ata de Registro de Preços e demais documentos necessários** no prazo de **05 (cinco) dias úteis**, sob pena de decair do direito de Registro; caracterização de inexecução contratual e convocação dos classificados remanescentes e nos termos da legislação;

5.2. O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de 26/06/2014 á 11/02/2015.

5.2.1. A ata de Registro de Preços deverá ser publicada no Diário Oficial do Estado e/ou na Associação Mato-grossense dos Municípios AMM-MT, no endereço eletrônico http://www.diariomunicipal.com.br/amm-mt/ e/ou Diário Eletrônico do Tribunal de Contas no endereço eletrônico http://www.tce.mt.gov.br/;

5.3. Se a licitante vencedora recusar-se a assinar a ata de registro de preços injustificadamente será aplicada à regra seguinte: quando a proponente vencedora não apresentar situação regular, no ato da assinatura da ata, será convocada outra licitante, observada a ordem de classificação, para futura celebração do contrato, e assim sucessivamente, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis na Lei 8.666/93, 10.520/02, Decreto 4.336/2005, de 23 de setembro de 2005 e demais disposições vigentes;

5.4. No caso de descumprimento (não assinatura), a **Diretoria de Compras e Licitações da Secretaria Municipal de Planejamento e Finanças – DCL/SMPF,** se reserva no direito de convocar outra licitante, observada a ordem de classificação, para assinar a ata, sendo este o novo detentor;

5.5. Na ata de Registro de Preço constarão todas as obrigações, direitos e deveres estabelecidos nesta Ata, no edital e seus anexos;

5.6. É vedado o reajuste de preços durante o prazo de validade do registro de preços, salvo às disposições contidas no art. 14 do Decreto n° 4.336 de 23 de setembro de 2005.

CLÁUSULA SEXTA – DOS LOCAIS DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO

6.1. Os serviços deverão ser realizados pelas unidades gestoras do Município, abaixo relacionadas, de forma descentralizada, sendo possível também, se necessário, o envio consolidado:

· SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO;
· CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO;
· PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO;
· GABINETE DA VICE-PREFEITURA;
· SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO;
· FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DE CUIABÁ;
· FUNDO MUNICIPAL DE CAPACITAÇÃO;
· SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA;
· SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO;
· FUNDO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO;
· FUNDO ÚNICO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO;
· SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA;
· SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E DESENVOLVIMENTO HUMANO;
· FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL;
· FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE;
· FUNDO MUNICIPAL DE COMBATE À FOME E À ERRADICAÇÃO DA POBREZA;
· FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA MULHER;
· FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA PESSOA IDOSA;
· FUNDO MUNICIPAL DE APOIO AO DEFICIENTE;
· FUNDO MUNICIPAL DE INVESTIMENTOS SOCIAIS;
· SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA;
· FUNDO ESPECIAL DE PROMOÇÃO DE ATIVIDADES CULTURAIS;
· SECRETARIA MUNICIPAL DE TRABALHO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO;
· FUNDO DE DESENVOLVIMENTO DE POLÍTICAS AGROPECUÁRIAS;
· FUNDO MUNICIPAL DE GERAÇÃO DE EMPREGO E RENDA;
· SECRETARIA MUNICIPAL DE TRÂNSITO E TRANSPORTES URBANOS;
· FUNDO MUNICIPAL DE TRÂNSITO E TRANSPORTES URBANOS;
· FUNDO ÚNICO MUNICIPAL DE SAÚDE;
· SECRETARIA MUNICIPAL DE COMUNICAÇÃO;
· OUVIDORIA GERAL DO MUNICÍPIO;
· SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES E CIDADANIA;
· FUNDO DE DESENVOLVIMENTO DO DESPORTO MUNICIPAL;
· FUNDO DE DEFESA DO CONSUMIDOR;
· SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E FINANÇAS;
· SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE E ASSUNTOS FUNDIÁRIO;
· FUNDO MUNICIPAL DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA;
· FUNDO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO;
· SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO;
· FUNDO MUNICIPAL DE TURISMO;
· SECRETARIA MUNICIPAL DE CIDADES;
· FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO;
· SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSUNTOS ESTRATÉGICOS EM BRASÍLIA;
· SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS PÚBLICAS;
· SECRETARIA MUNICIPAL DE SERVIÇOS URBANOS;
· FUNDO MUNICIPAL DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA;
· SECRETARIA MUNICIPAL DA JUVENTUDE;
· SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.

6.6.1. O envio descentralizado e/ou consolidado, na totalidade das unidades ou em partes delas, deverá obedecer rigorosamente os parâmetros definidos pelo TCE/MT para envio do Município de Cuiabá.

6.6.2. Caso o Município venha a criar em sua estrutura administrativa unidades gestoras não relacionadas acima, as mesmas deverão também ser atendidas, sem custo adicional ao Município, na realização dos serviços ora contratados.

6.6.3. Não compreenderão neste projeto as unidades gestoras abaixo relacionadas:

I. Câmara Municipal de Cuiabá;
I**I.** Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos de Cuiabá;
III. Companhia de Saneamento da Capital;
IV. Progresso e Desenvolvimento da Capital.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS OBRIGAÇÕES DA FORNECEDORA

7.1. Após a assinatura da Ata de Registro de Preços a **FORNECEDORA** se obriga, nos termos deste Edital, a assinar o contrato no período de vigência da ATA, onde passará a ser **CONTRATADA** e posteriormente retirar a Nota de Empenho para o fornecimento no prazo não superior a **05 (cinco) dias uteis**, contados do recebimento da convocação formal;

7.2. Obriga-se a cumprir, durante o período da vigência da Ata e do Contrato, todas as exigências, bem como, descrição e especificação básica apresentada nesta Ata;

7.3. Executar os serviços, em conformidade com as especificações, zelando pela boa qualidade das ações e serviços prestados, buscando alcançar eficiência e eficácia em suas atividades;

7.4. Fornecer força de trabalho devidamente qualificada na operação de computadores para digitação e digitalização de documentos e informações, no uso dos softwares para captação e geração de arquivos nos formatos exigidos pelo TCE/MT e nos procedimentos de validação e correção em conformidade com as regras exigidas, tudo de conhecimento público, tais serviços não dispõe de critérios objetivos para comparar tecnicamente os serviços contratados, visto que o resultado final será sempre a carga protocolada do APLIC e no TCE-MT;

7.5. As cargas deverão ser enviadas dentro do prazo estabelecido pelo TCE-MT, sendo em caso de imputação de multa pelo TCE devido a envio fora do prazo a mesma deverá ser custeada pela contratada, salvo se restar comprovado que o atraso se deu em virtude da não disponibilização em tempo hábil da informação pelo Município à contratada;

7.6. Prestar os esclarecimentos que forem solicitados pela Fiscalização do **Município de Cuiabá** e atender prontamente a eventuais solicitações/reclamações;

7.7. Responsabilizar por todos os danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, na forma do art. 70, da lei 8.666/93.

7.8. Responder perante a CONTRATANTE e terceiros por eventuais prejuízos e danos decorrentes de sua demora ou omissão, no fornecimento dos materiais sob a sua responsabilidade ou por erro dolo, imprudência, negligência ou imperícia relativos à execução do objeto do Edital;

7.9. Responsabilizar-se-á pelo ônus resultante de quaisquer ações, demandas, custos e despesas decorrentes de danos causados por culpa ou dolo de seus empregados, prepostos e/ou contratados, bem como se obrigar por quaisquer responsabilidades decorrentes de ações judiciais que lhe venham a ser atribuídas por força de lei, relacionadas com o cumprimento do Edital;

7.10. Quaisquer exigências da fiscalização inerentes ao objeto do contrato deverão ser prontamente atendidas pelo Fornecedor;

7.11 Manter durante toda e execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

7.12. Deverá informar endereço, telefone e responsável para contato, para solicitação do objeto.

7.12.1. É obrigada a comunicar imediatamente ao **Município de Cuiabá/** Controladoria e Contabilidade do Município**,** qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária e outras julgáveis necessários para recebimento de correspondências;

CLÁUSULA OITAVA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

8.1. São obrigações da **CONTRATANTE**, após a nomeação da vencedora do certame:

8.2. Proporcionar todas as facilidades necessárias ao bom cumprimento do contrato;

8.1.2. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela licitante vencedora com relação ao objeto desta licitação;

8.1.3. Cumprir todos os compromissos financeiros assumidos com a **FORNECEDORA**;

8.1.4. Solicitar à **FORNECEDORA** e seus prepostos, todas as providências necessárias ao bom andamento da execução do contrato;

8.1.5. Notificar a **FORNECEDORA**, por escrito e com antecedência, providências necessárias aos ajustes para melhor fornecimento do objeto, assim como, sobre multas, penalidades e quaisquer débitos de sua responsabilidade;

8.3. O Município colocará a disposição em tempo hábil solicitado pela contratada os processos necessários para digitação ou digitalização às bases de dados dos sistemas aplicativos de controle interno para exportação das informações necessárias e arquivos requeridos;

8.4. O Município de Cuiabá através da Controladoria Geral do Município de Cuiabá designará Gestor do Contrato que será responsável pelo acompanhamento e fiscalização da sua execução, procedendo ao registro das ocorrências e adotando as providências necessárias ao seu fiel cumprimento, tendo por parâmetro os resultados previstos neste processo licitatório;

8.4.1. Caberá ao **GESTOR/FISCAL DO CONTRATO**, nomeado pela **CONTRATANTE** as seguintes atribuições:

a) Conferência da entrega do objeto contratado;
b) Se a especificação da entrega do objeto contratado é compatível com a proposta de preços ofertada pela empresa licitante;
c) Atestar tanto a quantidade, como a qualidade do objeto adquirido, tendo condições de sugerir ao superior hierárquico a aplicação de penalidades, nos casos de inadimplemento contratual, parcial ou total;
d) Deverá certificar, para fins de quitação das Notas Fiscais/Faturas, os seguintes documentos, mês a mês:

· Nota fiscal/fatura;
· Guia de recolhimento do Imposto sobre serviço de qualquer natureza ISSQN referente ao mês anterior, exceto se o órgão ou entidade efetivar a devida retenção ou se for isento;
· Certidão negativa de débito estadual, da sede da empresa;
· Certidão negativa de débito municipal;
· Certidão negativa da dívida ativa da União;
· Certidão Negativa de Débitos Federais;
· Certidão Negativa de Débitos do INSS
· Certidão de Regularidade com o FGTS
· Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas.

8.5. O recebimento definitivo ocorrerá após a verificação das especificações pela equipe técnica responsável designada pela CGM.

CLÁUSULA NONA - DO PAGAMENTO

9.1. Para efeito de Liquidação da despesa realizada e consequente pagamento, serão considerados, para os serviços de envio de informações ao APLIC, o envio de todas as informações (regulares, tempestivas e especiais) pertinentes ao período mensal, peças de planejamento e carga inicial de acordo com os cronogramas de envio estabelecido pelo TCE/MT.

9.2. O pagamento será efetuado pela **CONTRATANTE** em favor da **CONTRATADA** mediante ordem bancária a ser depositada em conta/corrente, no valor correspondente, em até 30 (trinta) dias após o atesto do Gestor do Contrato na Nota Fiscal apresentada pela Contratada;

9.3. A CONTRATADA deverá indicar no corpo da Nota Fiscal/Fatura, o número do Contrato, os dados bancários (nome e número do banco, número da agência e da conta corrente) aonde deverão ser efetuados o pagamento, por meio de ordem bancária (OB);

9.4. Caso constatado alguma irregularidade na Nota Fiscal/Fatura, estas serão devolvidas a Contratada para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, constando-se o prazo para pagamento da data da sua reapresentação;

9.5. O procedimento de pagamento da Nota Fiscal/Fatura só efetivará mediante entrega dos documentos comprobatórios da regularidade fiscal como certidão do INSS, do FGTS, de Débitos Trabalhistas e Débitos Municipais, devidamente atualizadas;

9.7. A CONTRATANTE não efetuará pagamento de título descontado, ou por meio de cobrança em banco, bem como, os que forem negociados com terceiros por intermédio da operação de "factoring";

9.8. As despesas bancárias decorrentes de transferência de valores para outras praças serão de responsabilidade da Contratada.

CLÁUSULA DÉCIMA - DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS

10.1. Os preços registrados manter-se-ão inalterados pelo período de vigência da presente Ata de registro de preços, salvo no caso de

reequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste instrumento;

10.2. Os preços registrados que sofrerem revisão deverá ser comprovado a diferença ao cotados no mercado, não deverá ultrapassar aos preços praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquele vigente no mercado à época do registro;

10.3. Caso o preço registrado seja superior à média dos preços de mercado, a **Controladoria Geral do Município - CGM** comunicará por escrito a **Diretoria de Compras e Licitações-DCL/Secretaria Municipal de Planejamento e Finanças-SMPF**, que imediatamente solicitará a **FORNECEDORA**, mediante correspondência, redução do preço registrado, de forma a adequá-lo;

10.4. Fracassada a negociação com o primeiro colocado a **Diretoria de Compras e Licitações- DCL/Secretaria Municipal de Planejamento e Finanças-SMPF** convocará as demais empresas com preços registrados para o lote, se for o caso, ou ainda os fornecedores classificados, respeitado as condições de fornecimento, os preços e os prazos do primeiro classificado, para redução do preço; hipótese em que poderão ocorrer alterações na ordem de classificação das empresas com preço registrado;

10.5. Serão considerados compatíveis com os de mercado os preços registrados que forem iguais ou inferiores à média daqueles apurados pela **Diretoria de Compras e Licitações-DCL/Secretaria Municipal de Planejamento e Finanças-SMPF.**

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

11.1. A presente Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada de pleno direito, nas seguintes situações:

11.1.1. Quando a **FORNECEDORA** não cumprir as obrigações constantes nesta Ata, no Edital e seus Anexos;

11.1.2. Quando a **FORNECEDORA** não retirar a Nota de Empenho no prazo estabelecido;

11.1.3. Quando a **FORNECEDORA** der causa a rescisão administrativa da Nota Empenho decorrente deste Registro de Preços, nas hipóteses previstas nos incisos de I a XII e XVIII do art. 78 da Lei 8.666/93;

11.1.4. Em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial da Nota Empenho decorrente deste Registro;

11.1.5. Os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;

11.1.6. Por razões de interesse público devidamente demonstrado e justificado;

11.2. Ocorrendo cancelamento do preço registrado, a **FORNECEDORA** será informada por correspondência com aviso de recebimento, a qual será juntada ao processo administrativo da presente Ata;

11.3. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da **FORNECEDORA**, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial de Contas do Tribunal de Contas de Mato Grosso e/ou no Diário Oficial do Estado, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da última publicação;

11.4. A solicitação da **FORNECEDORA** para cancelamento dos preços registrados poderá não ser aceita pela **Controladoria Geral do Município - CGM**, facultando-se a esta neste caso, a aplicação das penalidades previstas nesta Ata;

11.5. Havendo o cancelamento do preço registrado, cessarão todas as atividades da **FORNECEDORA**, relativas à execução do lote.

11.6. Caso a **Controladoria Geral do Município - CGM e/ou a Diretoria de Compras e Licitações/Secretaria Municipal de Planejamento e Finanças - DCL/SMPF** não se utilize da prerrogativa de cancelar esta Ata, a seu exclusivo critério, poderá suspender a sua execução e/ou sustar o pagamento das faturas, até que a **FORNECEDORA** cumpra integralmente a condição contratual infringida.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA- DAS INCIDÊNCIAS FISCAIS, ENCARGOS, SEGUROS, ETC;

12.1. Correrão por conta exclusivas da **FORNECEDORA**:

12.1.1. Todos os impostos e taxas que forem devidos em decorrência das contratações do objeto desta Ata, do Edital;

12.1.2. As contribuições devidas à Previdência Social, encargos trabalhistas, prêmios de seguro e de acidentes de trabalho, emolumentos e outras despesas que se façam necessárias ao fornecimento do objeto.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS PENALIDADES

13.1. O descumprimento injustificado das obrigações assumidas nos termos desta Ata, do edital, sujeita a FORNECEDORA a multas, consoante o *caput* e § 1º do art. 86 da Lei no 8.666/93, incidentes sobre o valor da Nota de Empenho, na forma seguinte:

13.2. Sem prejuízo das sanções cominadas no art. 87, I, III e IV, da Lei 8.666/93, pela inexecução total ou parcial do objeto adjudicado, ao **ÓRGÃO/ENTIDADE** poderá, garantida a prévia e ampla defesa, aplicar à **FORNECEDORA** multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor contratado;

13.3. Se a **FORNECEDORA** recusar-se a retirar a nota de empenho injustificadamente ou se não apresentar situação regular no ato da feitura da mesma, garantida prévia e ampla defesa, sujeita-se às seguintes penalidades:

13.3.1. Multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor contratado;

13.3.2. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública;

13.4. A **FORNECEDORA** que deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, garantida prévia e ampla defesa, ficará impedida de licitar e contratar com o Município pelo prazo de **até 05 (cinco) anos**, conforme art. 7º da Lei 10.520/2002, art. 23 do Decreto n° 5.011 de 21 de fevereiro de 2011;

13.5. As multas previstas nesta seção não eximem a FORNECEDORA da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha causar a Controladoria Geral do Município - CGM;

13.6. Se a **FORNECEDORA** não proceder ao recolhimento da multa no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da intimação por parte do **Município de Cuiabá**, o respectivo valor será descontado dos créditos que esta possuir com o Município, e, se estes forem inexistentes ou insuficientes, o valor será encaminhado para inscrição em Dívida Ativa e execução pela **Procuradoria Geral do Município**;

13.6.1. Do ato que aplicar penalidade caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da ciência da intimação, podendo a Administração reconsiderar sua decisão ou nesse prazo encaminhá-la devidamente informada para a apreciação e decisão superior, dentro do mesmo prazo.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DOS ILÍCITOS PENAIS

14.1. As infrações penais tipificadas na Lei 8.666/93 serão objeto de processo judicial na forma legalmente prevista, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA- DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

15.1. As despesas decorrentes da contratação, objeto desta Licitação, correrão à conta dos recursos específicos consignados no orçamento da **CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO - CGM**, a seguir:

UNIDADE GESTORA	PROGRAMA DE TRABALHO	FONTE	NATUREZA
030101	1.03.101.04.122.0014.2005.9900	100	339039
090601	1.09.601.12.361.0003.2043.9900	100	339039
060202	1.06.202.12.122.0014.2005.9900	100	339039

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA- DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

16.1. As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

16.1.1. Todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo a presente Ata de Registro de Preços;

16.1.2. Integram a esta Ata, o **Edital de Pregão Eletrônico/Registro de Preços Nº. 018/2013** e seus anexos e as propostas das empresas classificadas para cada LOTE;

16.1.3. É vedado caucionar ou utilizar o contrato decorrente do presente registro para qualquer operação financeira, sem prévia e expressa autorização da **CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO - CGM.**

CLÁUSULA DÉCIMA SETIMA - DO FORO

17.1. Fica eleito o foro da Justiça Estadual da **Comarca de Cuiabá/Estado de Mato Grosso** para dirimir qualquer dúvida decorrente da presente Ata, com renúncia de qualquer outro;

E assim, por estarem às partes justas e contratadas, foi lavrado o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma que, lido e achado conforme pelas **PARTES**, vai por elas assinado para que produza todos os efeitos de direito, na presença das testemunhas abaixo identificadas.

Cuiabá - MT, 26 de junho de 2014.

Contratante:
MARCELO EDUARDO BUSSIKI RONDON
Controladoria Geral do Município - CGM

Contratada:
MOHAMED KAMDOUSSI - ME,
CNPJ/MF Nº. 06.041.000/0001-16

TESTEMUNHAS:

1) _____
RG
CPF/MF

2) _____
RG
CPF/MF

Publicado por:
Magda Rossi
Código Identificador:27A241A5

PREFEITURA MUNICIPAL
AVISO DE CANCELAMENTO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 018/2013
(PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. PG957780-9/2013)

Orgão: CONTROLADORIA - CGM

O Município de Cuiabá, através do Controlador Geral do Município, torna público para conhecimento dos interessados, que conforme ofício nº 602/DCI/2014/CGM emitido pelo Sr. Marcelo Eduardo Bussiki Rondon, que CANCELOU a ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 10.544/2014, oriunda do Pregão Eletrônico 018/2013 cujo objeto é Contratação de serviços técnicos especializados em processamento e análise de dados dos sistemas informatizados e dados não informatizados para captação, digitação, digitalização, validação, geração de arquivos e envio das informações exigidas pelo sistema APLIC do TCE/MT, conforme leiaute das tabelas, formato, tipo de arquivo, cronograma, das cargas exigidas pelo TCE/MT, ou seja, atenda os moldes definidos pelo TCE/MT, conforme especificações do Edital e demais anexos, em amparo ao á CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA do Edital.

Cuiabá/MT, 26 de junho de 2014.

FRANCISCO SERAFIM DE BARROS
Secretário Municipal de Planejamento e Finanças

Publicado por:
Magda Rossi
Código Identificador:397A2280

PREFEITURA MUNICIPAL
TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

DIRETORIA DE COMPRA E LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 018/2013
(PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. PG957780-9/2013)

Adjudicamos e Homologamos a licitação modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 018/2013,** cujo objeto é a Contratação de serviços técnicos especializados em processamento e análise de dados dos sistemas informatizados e dados não informatizados para captação, digitação, digitalização, validação, geração de arquivos e envio das informações exigidas pelo sistema APLIC do TCE/MT, conforme leiaute das tabelas, formato, tipo de arquivo, cronograma, das cargas exigidas pelo TCE/MT, ou seja, atenda os moldes definidos pelo TCE/MT, conforme especificações do Edital e demais anexos**.**

Empresa Vencedora: MOHAMED KANDOUSSI - ME

DISCRIMINAÇÃO	VALOR (R$) MENSAL	VALOR (R$) ANUAL
SERVIÇO DE ENVIO DO ORÇAMENTO, MENSAL, TEMPESTIVAS E ESPECIAIS POR COMPETÊNCIA MENSAL, SENDO QUE NESTE CONTRATO SERÃO CONSIDERADAS 14 COMPETÊNCIAS SENDO 01 CARGA INICIAL, 01 ORÇAMENTO E 12 CARGAS MENSAIS. PREFEITURA	R$ 21.624,91	R$ 259.498,92
SERVIÇO DE ENVIO DO ORÇAMENTO, MENSAL, TEMPESTIVAS E ESPECIAIS POR COMPETÊNCIA MENSAL, SENDO QUE NESTE CONTRATO SERÃO CONSIDERADAS 14 COMPETÊNCIAS SENDO 01 CARGA INICIAL, 01 ORÇAMENTO E 12 CARGAS MENSAIS. FUNED	R$ 6.000,00	R$ 72.000,00
SERVIÇO DE ENVIO DO ORÇAMENTO, MENSAL, TEMPESTIVAS E ESPECIAIS POR COMPETÊNCIA MENSAL, SENDO QUE NESTE CONTRATO SERÃO CONSIDERADAS 14 COMPETÊNCIAS SENDO 01 CARGA INICIAL, 01 ORÇAMENTO E 12 CARGAS MENSAIS. FUNEC	R$ 6.000,00	R$ 72.000,00
VALOR TOTAL		**R$ 403.498,92**

Cuiabá/MT, 25 de junho de 2014.

Adjudico e Homologo:

FRANCISCO SERAFIM DE BARROS
Secretário Municipal de Planejamento e Finanças

Publicado por:
Magda Rossi
Código Identificador:CF2C4085

PREFEITURA MUNICIPAL
AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO

DIRETORIA DE COMPRA E LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 018/2013
(PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. PG957780-9/2013)

O Município de Cuiabá, através do Pregoeiro Oficial torna público para conhecimentos dos interessados, que na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 018/2013,** cujo objeto é a Contratação de serviços técnicos especializados em processamento e análise de dados dos sistemas informatizados e dados não informatizados para captação, digitação, digitalização, validação, geração de arquivos e envio das informações exigidas pelo sistema APLIC do TCE/MT, conforme leiaute das tabelas, formato, tipo de arquivo, cronograma, das cargas exigidas pelo TCE/MT, ou seja, atenda os moldes definidos pelo TCE/MT, conforme especificações do Edital e demais anexos**.**

Empresa Vencedora: MOHAMED KANDOUSSI - ME

DISCRIMINAÇÃO	VALOR (R$) MENSAL	VALOR (R$) ANUAL
SERVIÇO DE ENVIO DO ORÇAMENTO, MENSAL, TEMPESTIVAS E ESPECIAIS POR COMPETÊNCIA MENSAL, SENDO QUE NESTE CONTRATO SERÃO CONSIDERADAS 14 COMPETÊNCIAS SENDO 01 CARGA INICIAL, 01 ORÇAMENTO E 12 CARGAS MENSAIS. PREFEITURA	R$ 21.624,91	R$ 259.498,92
SERVIÇO DE ENVIO DO ORÇAMENTO, MENSAL, TEMPESTIVAS E ESPECIAIS POR COMPETÊNCIA MENSAL, SENDO QUE NESTE CONTRATO SERÃO CONSIDERADAS 14 COMPETÊNCIAS SENDO 01 CARGA INICIAL, 01 ORÇAMENTO E 12 CARGAS MENSAIS. FUNED	R$ 6.000,00	R$ 72.000,00
SERVIÇO DE ENVIO DO ORÇAMENTO, MENSAL, TEMPESTIVAS E ESPECIAIS POR COMPETÊNCIA MENSAL, SENDO QUE NESTE CONTRATO SERÃO CONSIDERADAS 14 COMPETÊNCIAS SENDO 01 CARGA INICIAL, 01 ORÇAMENTO E 12 CARGAS MENSAIS. FUNEC	R$ 6.000,00	R$ 72.000,00
VALOR TOTAL		**R$ 403.498,92**

A partir desta publicidade os autos estão com vistas franqueadas aos interessados.

Cuiabá/MT, 25 de junho de 2014.

MAGDA ROSSI
Pregoeira Oficial

Visto:

JOSÉ DIAS DE OLIVEIRA
Diretor Compra e Licitações

FRANCISCO SERAFIM DE BARROS
Secretário Municipal de Planejamento e Finanças

Publicado por:
Magda Rossi
Código Identificador:1743E83E

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURVELÂNDIA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E FINANÇAS
AVISO DE REABERTURA DE LICITAÇÃO TOMADA DE PREÇOS Nº 002/2014 XANDICO DE BARROS

AVISO DE REABERTURA DE LICITAÇÃO TOMADA DE PREÇOS Nº 002/2014
A Prefeitura Municipal de Curvelândia – MT, através do Presidente da Comissão Permanente de Licitação, torna público aos interessados, que realizará no dia 14/07/2014 às 09h00min, Licitação do tipo menor Preço Global, cujo objeto visa a Contratação de Empresa Especializada para Construção Civil de 24 (vinte e quatro) casas Populares e Conclusão de 26 (vinte e seis) casas populares inacabadas do residencial Xandico de Barros no Município de Curvelândia/MT. O edital completo estará à disposição dos interessados no Setor de Licitação, situado na rua São Bernardo nº 523 Centro, Curvelândia-MT, e gratuitamente no site: www.curvelandia.mt.gov.br. Maiores informações, através do Email: licitacao@curvelandia.mt.gov.br, ou pelo telefone (65) 3273-1275.

Curvelândia-MT, 26 de junho de 2014.

JOSÉ BERNARDO DOS SANTOS FILHO
Presidente da CPL

Publicado por:
Jose Bernardo dos Santos Filho
Código Identificador:EACDE288

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE DENISE

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
RESOLUÇÃO Nº. 02/2014/CMAS

Dispõe sobre a adesão ao ACESSUAS Trabalho 2014, do Município de Denise – MT.

O CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE DENISE – CMAS, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Nº. 519 de 22 de maio de 2009, em reunião realizada no dia de 26 de junho de 2014, para aprovação do Termo de Aceite do ACESSUAS Trabalho, instituído pela Resolução nº. 18 de 24 de maio de 2013 do Conselho Nacional de Assistência Social;

RESOLVE:

Art.1º Aprovar o Termo de Aceite do ACESSUAS Trabalho 2014 de Denise – MT.

Art. 2º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registrada. Publicada. Cumpra-se.

Denise-MT, 26 de junho de 2014.

(original assinado)

VIVIANE PEREIRA DA SILVA
Presidente do CMAS

Publicado por:
Paulo Cezar Oliveira Mendes
Código Identificador:2333D03F

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
RESOLUÇÃO Nº. 01/2014/CMAS

Dispõe sobre o a aprovação dos serviços, programas, projetos e benefícios assistenciais desenvolvidos pela APAE Casinha Feliz do Município de Denise – MT.

O CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE DENISE – CMAS, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Nº. 580 de 20 de outubro de 2010, em reunião realizada no dia de 28 de maio de 2014, para aprovação dos serviços de atendimento no âmbito assistencial, de acordo com a Resolução nº. 109 de 11 de novembro de 2009 (Tipificação Nacional de Serviços Assistenciais) e Resolução nº. 13 de 26 de abril de 2011, do Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS.

RESOLVE:

Art.1º Aprova os serviços, projetos e benefícios socioassistenciais, de acordo com Plano de Ação 2014 apresentado.

Art. 2º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registrada. Publicada. Cumpra-se.

Denise-MT, 28 de maio de 2014.

(original assinado)

VIVIANE PEREIRA DA SILVA
Presidente do CMAS

Publicado por:
Paulo Cezar Oliveira Mendes
Código Identificador:BD6BA3AA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº. 112/2014 - CONSELHO ASSISTENCIAL SOCIAL

PORTARIA Nº. 112/2014
Denise-MT, 23 de Junho de 2014.

EMENTA: NOMEIA OS MEMBROS TITULARES E SUPLENTES DO CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E BOLSA FAMÍLIA DO MUNICÍPIO DE DENISE-MT, E ESTABELECE OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O SR PEDRO TERCY BARBOSA,
PREFEITO MUNICIPAL DE DENISE, ESTADO DE MATO GROSSO, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE CONFERE O CARGO, E DE ACORDO COM A LEI MUNICIPAL Nº 580/2010, EXPEDE A SEGUINTE PORTARIA,

RESOLVENDO:

Art. 1º - Ficam nomeados os membros titulares e suplentes do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente do Município de Denise - MT, de acordo com a Lei Municipal nº 562/2010, conforme composição abaixo:

REPRESENTANTES DO GOVERNO MUNICIPAL

Secretaria Municipal de Assistência Social
Titular: Viviane Pereira da silva
Suplente: Renata Cristina Cavalcante da Rocha

Secretaria Municipal de Finanças
Titular: Raquel Becker Perim
Suplente: João Carlos Carneiro da silva

Secretaria Municipal de Educação
Titular: Eliane Pederiva Franco
Suplente: Patrícia Irmer

Secretaria Municipal de Saúde
Titular: Karina Savazi Salmazo
Suplente: Rafael Perim Mendes

Secretaria Municipal de Viação, Obras e Serviços Públicos Urbanos
Titular: Valdemir Pereira da Silva
Suplente: Rosemildo Silva de Araújo
REPRESENTANTES DA SOCIEDADE CIVIL/ OU DEFESA DE DIREITOS DOS USUÁRIOS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Pastoral da Criança
Titular: Gilnair Alves Batista
Suplente: Maria Lúcia de Souza

Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais
Titular: Edinoan Rios do Carmo Macedo
Suplente: Elen Carla de Almeida Rodrigues

Associação Comercial i Ind. de Denise (ACID)
Titular: Maria Ivone dos santos
Suplente: Cristina da Conceição

Igreja Batista
Titular: Denise Ribeiro M. Pereira
Suplente: Iracema Floripes Ferreira Brito

Igreja Católica
Titular: Luciene Rodrigues Bertoldo
Suplente: Terezinha Ana de Lima Ricardo

Art. 2º - O Conselho Municipal de Assistência Social e Bolsa Família de Denise-MT será presidido pela Presidente Senhora Viviane Pereira da Silva, Vice-presidente Senhora Renata Cristina Cavalcante da Rocha.

Art. 3º - O mandato dos membros do Conselho Municipal de Assistência Social e Bolsa Família de Denise-MT será exercido gratuitamente, e terá o mandato de 02 (dois) anos, permitida uma única recondução, por igual período.

Parágrafo Único - Os serviços prestados pelos membros do Conselho Municipal de Assistência Social e Bolsa Família de Denise-MT serão considerados como serviços públicos relevantes não remunerados.

Art. 4º - As competências, funcionamento, impedimentos e demais disposições, conforme previsto na Lei Municipal nº. 580/2010, do Conselho Municipal de Assistência Social e bolsa família de Denise-MT, serão tratadas e definidas no Regimento Interno.
Art. 5º - O não comparecimento do conselheiro de Assistência Social e bolsa Família a 03 (três) reuniões consecutivas ou 05 (cinco) intercaladas, sem comunicação prévia ou sem justificativa, ensejará sua exclusão sendo substituído automaticamente pelo respectivo **Suplente.**

Art. 6º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições na portaria 077/2014 da data de 18 de março de 2014.

Paço Municipal de Denise, Estado de Mato Grosso, aos 23 (vinte e três) dias do mês de junho de 2014.

Registre-se e Publique-se, na data supra, na forma da lei.

PEDRO TERCY BARBOSA
Prefeito Municipal

Secretaria Municipal de Administratação

Publicado por:
Paulo Cezar Oliveira Mendes
Código Identificador:CD1A81EB

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTINO

GABINETE DO PREFEITO
CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO N° 229/2014

I – A **PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTINO**, inscrita no **CNPJ Nº 03.648.540/0001-74**, situada à Avenida Desembargador Joaquim Pereira F. Mendes, nº 2341 – Centro / Diamantino, CEP: 78.400-000, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, **Sr. Juviano Lincoln**, portador da **carteira de identidade nº. 378 465 SSP/MT** e do **CPF nº. 304.779.991-15**, doravante denominado simplesmente **CONTRATANTE**.

II – SEBRAE/MT- SERVIÇO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS DO ESTADO DE MATO GROSSO, com sede e foro em Cuiabá/MT, sito à Av. Rubens de Mendonça, 3.999, inscrito no CNPJ sob n° 03.534.450/00001-52, neste ato representado pelo seu Diretor Superintendente**, Sr. JOSÉ GUILHERME BARBOSA RIBEIRO,** portador da carteira de identidade n° 2.342.563 SSP/RJ e do CPF n° 056.933.227-34, e por sua Diretora, **Sra. LEIDE GARCIA NOVAES KATAYAMA**, portadora da carteira de identidade n° 766.031 SSP/MT e do CPF n° 064.770.621-00, doravante denominado simplesmente de **SEBRAE/MT**.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO
– O SEBRAE/MT, compromete- se a executar para o **CONTRATANTE**, a tarefa indicada a seguir: **"REALIZAR**

TREINAMENTOS/CONSULTORIA PARA A PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTINO", conforme abaixo:

I - TREINAMENTO
Workshop de Motivação e Liderança organizacional e consultoria individualizada, totalizando 20 horas.
Parágrafo Único: Todo detalhamento dos serviços a serem executados estão contemplados na proposta do Anexo I, que faz parte integrante e inseparável deste Contrato e deve ser seguido rigorosamente.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO PRAZO E LOCAL DE EXECUÇÃO
2.1 - O serviço, objeto do presente instrumento, será realizado no período de 23/06/2014 e 24/06/2014, no Município de Diamantino/MT.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO AMPARO LEGAL
3.1 - O presente contrato está amparado pelo inciso XIII do art. 24 da Lei n.º 8.666/93 de 21 de junho de 1993.

CLÁUSULA QUARTA – DO PREÇO E FORMA DE PAGAMENTO
4.1 - Para a execução dos trabalhos propostos e detalhados o investimento a cargo da Prefeitura Municipal será de R$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos reais), mediante apresentação da nota de empenho, mediante apresentação de Nota Fiscal.
Parágrafo Primeiro: Em caso de inadimplência ou atraso no pagamento, os serviços serão imediatamente suspensos e poderá incidir multa de 2% a.m e juros de 1% a.m. Caso seja necessária a cobrança via judicial, será acrescido de 20% a titulo de horários advocatícios.
Parágrafo Segundo: Em caso de desistência após a assinatura do contrato, o CONTRATANTE fica ciente que não terá direito a qualquer devolução de valores, caso esses tenham sido pagos. No caso de não pagamento, o CONTRATANTE ficará sujeito ao pagamento de 50% do valor do presente instrumento.

CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES
5.1 – Obriga-se o CONTRATANTE:
I - Exigir que o serviço, objeto deste Contrato, seja executado e conformidade com o disposto na Cláusula PRIMEIRA;
II - Facilitar e colaborar com o SEBRAE/MT, para realização dos serviços contratados;
III - Efetuar o pagamento ao SEBRAE/MT, de acordo com o disposto na Cláusula SEGUNDA;
IV - Zelar pelo fiel cumprimento das Cláusulas deste Contrato;
V - Como o perfeito andamento do trabalho está condicionado a colaboração da **CONTRATANTE**, compromete-se esta, a prestar todas as informações possíveis, além de fornecer os documentos necessários, permitindo a execução do cronograma proposto.

5.2 – Obriga-se o SEBRAE/MT:
I - Executar os serviços objeto do presente contrato, no prazo previsto na cláusula Segunda;
II - Zelar pelo fiel cumprimento das Cláusulas deste Contrato;
III - Fornecer relatório técnico descritivo no final da consultoria;

CLÁUSULA SEXTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA
6.1 - A dotação orçamentária destinada ao pagamento do objeto contratado está prevista conforme abaixo especificado:
I – Unidade Orçamentária: Gabinete do Prefeito
II – Projeto/Atividade – 2.002/Manutenção e Encargos com o Gabinete
III – Natureza da Despesa: 33.90.35.00.00.00.00.0000 – Serviços de Consultoria
IV – Fonte do Recurso: Próprio.

CLÁUSULA SÉTIMA- DA VIGÊNCIA
7.1 - O presente contrato vigerá, administrativamente, para pagamentos e ultimações, da data de sua assinatura até 90 (noventa) dias após o término da execução.

CLÁUSULA OITAVA- ISENÇÃO DA SEBRAE/MT POR ACIDENTE
8.1 – O(A) CONTRATANTE isenta, como isentado tem de quaisquer responsabilidades, o **SEBRAE/MT,** caso venha causar ou sofrer incidente(s)/acidente(s), na realização do objeto deste instrumento, responsabilidade esta, que assume o(a) **CONTRATANTE** integralmente, inclusive em relação a herdeiros e sucessores.

CLÁUSULA NONA – COMPROMISSÓRIA
9.1 - ***As partes desde já elegem a CÂMARA REGIONAL DE CONCILIAÇÃO MEDIAÇÃO E ARBITRAGEM EMPRESARIAL DE MATO-GROSSO – CBMAE-MT, sita à Rua Galdino Pimentel, 14 – 8 andar, Ed. Palácio do Comércio – CEP: 78.005-020 – Cuiabá, Estado de Mato Grosso, Brasil, concordando, especial e expressamente, com os termos desta cláusula compromissória incondicional e irrevogavelmente, para de acordo com seus Regulamentos e Normas, dirimir todas as disputas, conflitos, controvérsias, infração, extinção, inviabilidade, reivindicações ou demandas que decorrentes ou relativas do presente contrato/convênio ou que com ele se relacionem, que não se resolva por acordo entre as partes, nos termos da Lei nº. 9.307/96, com autorização para que os árbitros julguem por equidade e não sendo possível um acordo por meio da Mediação, serão definitivamente resolvidas por Arbitragem. O Tribunal Arbitral será sempre composto por número ímpar, sendo para o presente caso o número de 3 (três), funcionando o último árbitro nomeado como Presidente do Tribunal. Cada parte indicará seu(s) árbitro(s) e 1 (um) respectivo(s) suplente(s), e estes, no prazo de 7 (sete) dias, indicarão mais um árbitro titular e respectivo suplente para presidir o Tribunal Arbitral. A responsabilidade pelo pagamento das custas iniciais processuais, serão da parte que solicitar a instauração do processo arbitral. Os honorários dos peritos serão pagos pelas partes, divididos em iguais parcelas. Os honorários dos árbitros serão pagos da seguinte forma; cada parte será responsável pelo pagamento do(s) honorário(s) do(s) árbitro(s) indicado(s) pela mesma e dividirão em parcelas iguais os honorários devidos ao Presidente do Tribunal.***

E por estarem justos e contratados assinam as partes Contratantes o presente, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para que surta os efeitos de direito, na presença das testemunhas abaixo assinadas e qualificadas.

Diamantino/MT, 10 de junho de 2014.

PREFEITURA MUN DE DIAMANTINO
CNPJ 03.648.540/0001-74
Contratante

JOSÉ GUILHERME BARBOSA RIBEIRO
Diretor Superintendente - SEBRAE/MT

LEIDE GARCIA NOVAES KATAYAMA
Diretora - SEBRAE/MT

TESTEMUNHAS:

SANDRO ROSSI DE CARVALHO
CPF 557.495.851-15

SILVIA FRAGA DE SOUZA
CPF 592.830.251-72

MANOEL VIEIRA DA SILVA JUNIOR
Assessoria Jurídica

Publicado por:
Juçara Ramos Magalhães
Código Identificador:2B885800

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
PRORROGAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL 045/2014

A Prefeitura Municipal de Diamantino, através do Pregoeiro Oficial, torna público, para conhecimento de interessados que **PRORROGOU** a licitação na modalidade: PREGÃO PRESENCIAL (SRP), tipo "Menor Preço por lote", para o dia **09/07/2014** às **08h00min**, cujo objetivo é: **Registro de preço para futura e eventual PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA DE FOSSAS SÉPTICAS, PARA ATENDER AS DEMANDAS DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE DIAMANTINO - MT.** O Edital completo está à disposição na sede da Prefeitura, sito a Av. Desembargador J. P. F. Mendes, Nº 2.341 – Jardim Eldorado, Diamantino – MT, setor de licitação das 07h00min as 11h00min e das 13h00min as 17h00min, e no site da Prefeitura Municipal: www.diamantino.mt.gov.br. Maiores informações pelo telefone (65) 3336-6422/6423.

Diamantino - MT, 26 de Junho de 2014.

LAURO JOSNEY CORREA
Pregoeiro Oficial

Publicado por:
Lauro Josney Correa
Código Identificador:2F561F99

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
RESULTADO PREGÃO PRESENCIAL 046/2014

A Prefeitura Municipal de Diamantino, através do Pregoeiro Oficial, torna público o RESULTADO do PREGÃO PRESENCIAL 046/2014, cujo objeto é: **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA, PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SEGUROS VEICULARES DO MUNICÍPIO DE DIAMANTINO – MT,** onde se sagrou vencedora a empresa **BRASIL VEICULOS COMPANHIA DE SEGUROS,** CNPJ: 01.356.570/0001-81, totalizando **R$ 35.000,00** (Trinta e cinco mil Reais).

Diamantino - MT, 26 de Junho de 2014.

LAURO JOSNEY CORREA
Pregoeiro Oficial

Publicado por:
Lauro Josney Correa
Código Identificador:DF788F6B

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E VIGILÂNCIA SANITÁRIA
TERMO DE RESCISÃO DE CONTRATO N° 250/2013

CONTRATANTE: O **MUNICÍPIO DE DIAMANTINO ESTADO DE MATO GROSSO**, pessoa jurídica de Direito Público Interno, inscrito no CNPJ/MT sob o nº. 03.648.540/0001-74, com sede administrativa através do Secretário Municipal de Saúde e Vigilância Sanitária, Srº. **ITAMAR MARTINS BONFIM**, brasileiro, casado, portador do RG n° 344.711 SSP/MT e do CPF nº. 346.375.591-20, residente e domiciliado nesta cidade, sito à Rua: Quintino Bocaiúva, s/nº - Bairro Centro, doravante denominado simplesmente de e o Srº. **ALTAMIRO AYRES JUNIOR,** brasileiro, solteiro, portador da Cédula de Identidade nº 241.221 SSP/MT e inscrito no CPF/MF sob o nº 304.776.701-72, residente e domiciliada na Rua: Das Orquídeas, s/nº – Bairro Novo Diamantino, neste Município, doravante denominado **CONTRATADO**.
O presente **TERMO** tem por finalidade a **RESCISÃO DO CONTRATO DE SERVIDOR TEMPORÁRIO Nº. 250/2013** tendo como objetivo a contratação do servidor com o cargo de **Motorista de Ambulância**, lotado no **Pronto Atendimento Municipal**, em virtude de não ter havido concurso publico para o cargo, aprovado e convocado através do Processo Seletivo Simplificado Nº. 002/2013, com inicio em 24/04/2013 e termino em 01/05/2014.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: O CONTRATANTE nos termos da cláusula oitava do referido contrato, resolve na presente data, dissolver unilateralmente, nas razões do interesse da administração, quaisquer direitos e obrigações oriundas do contrato firmado entre as partes.

PARÁGRAFO SEGUNDO: Todas as cláusulas e condições contidas no referido contrato, restam desde já, RESCENDIDAS.
DISPOSIÇÕES FINAIS
O presente Termo de Rescisão de Contrato tem sua validade a partir da assinatura do mesmo, sendo eleito o Foro da Justiça Comum da Comarca de Diamantino/MT para dirimir quaisquer dúvidas oriundas da presente **RESCISÃO.**

Diamantino/MT, 05 de Maio de 2014.

Município de Diamantino Estado de Mato Grosso
ITAMAR MARTINS BONFIM
Secretário Municipal de Saúde e Vigilância Sanitária

Publicado por:
Maria Carolina da Silva Dias
Código Identificador:FC62A3B6

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE FELIZ NATAL

PREFEITURA MUNICIPAL
PORTARIA MUNICIPAL N.º267/2014.

DATA: 12 DE JUNHO DE 2014.

JOSÉ ANTÔNIO DUBIELLA, PREFEITO MUNICIPAL DE FELIZ NATAL, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais que lhes são conferidas por lei, em especial o artigo 48 da Lei Complementar 026/2013.

RESOLVE:

Artigo 1.º Conceder Licença Prêmio por assiduidade à Servidora Pública Municipal, Sra. **DIRCE APARECIDA DOS SANTOS** - matrícula Nº 0303, ocupante do cargo de **ASSISTENTE ADMINISTRATIVO NÍVEL I** – referente ao período aquisitivo 10/03/2005 a 10/03/2010, conforme o requerimento de 29 de Julho de 2013.

Parágrafo único - A licença ora concedida será convertida em espécie (pecúnia) pelo período de 30 (trinta) dias, de 12/06/2014 a 11/07/2014 e pelo período de 60 (sessenta) dias em Gozo, de 12/07/2014 a 09/09/2014.

Artigo 2.º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO SENHOR PREFEITO MUNICIPAL DE FELIZ NATAL, ESTADO DE MATO GROSSO AOS DOZE DIAS DO MÊS DE JUNHO DE 2014.

JOSÉ ANTÔNIO DUBIELLA
Prefeito Municipal

REGISTRE-SE,
PUBLIQUE-SE,
CUMPRA-SE.

Publicado por:
Juliele Moura Rodrigues
Código Identificador:07E6E328

PREFEITURA MUNICIPAL
PORTARIA MUNICIPAL Nº273/2014

DATA: 13 DE JUNHO DE 2014.

JOSÉ ANTÔNIO DUBIELLA, PREFEITO MUNICIPAL DE FELIZ NATAL, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais que lhes são conferidas por Lei:

RESOLVE:

Artigo 1º- Nomear a Sra. **MARCIA ADRIANE WEISS**, para ocupar o cargo em comissão de **CHEFE DA DIVISÃO DE**

ESCRITURAÇÃO ESCOLAR, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes.

Artigo 2º - A gratificação a que faz jus pelo cargo comissionado está prevista na referencia FG – 01 do Anexo VI da Lei Complementar nº 033/2014.

Artigo 3º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 4º - Revogam – se as disposições em contrário.

GABINETE DO SENHOR PREFEITO MUNICIPAL DE FELIZ NATAL, ESTADO DE MATO GROSSO, AOS TREZE DIAS DO MÊS DE JUNHO DE 2014.

JOSÉ ANTÔNIO DUBIELLA
Prefeito Municipal

REGISTRE-SE,
PUBLIQUE-SE,
CUMPRA-SE.

Publicado por:
Juliele Moura Rodrigues
Código Identificador:0EB2137B

PREFEITURA MUNICIPAL
PORTARIA MUNICIPAL Nº260/2014

DATA: 02 DE JUNHO DE 2014.

JOSÉ ANTÔNIO DUBIELLA, PREFEITO MUNICIPAL DE FELIZ NATAL, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais que lhes são conferidas por Lei:

RESOLVE:

Artigo 1º- Conceder FG – 7 (Função Gratificada) à Servidora efetiva **JULIELE MOURA RODRIGUES,** ocupante do cargo de Agente Administrativo - Nível I**,** lotada na Secretaria Municipal de Administração Planejamento e Finanças, pelo exercício da Função de **CONTROLE E PROCESSAMENTO DE DADOS DOS RELÓGIOS PONTOS DE TODAS AS SECRETARIAS QUE PERTENCEM À PREFEITURA MUNICIPAL**.

Artigo 2º - A remuneração a que faz jus está definida no Anexo VI da Lei Complementar nº 033/2014.

Artigo 3º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO SENHOR PREFEITO MUNICIPAL DE FELIZ NATAL, ESTADO DE MATO GROSSO, AOS DOIS DIAS DO MÊS DE JUNHO DE 2014.

JOSÉ ANTÔNIO DUBIELLA
Prefeito Municipal

REGISTRE-SE,
PUBLIQUE-SE,
CUMPRA-SE.

Publicado por:
Juliele Moura Rodrigues
Código Identificador:682FA646

PREFEITURA MUNICIPAL
DECRETO 036/2014

DATA: 24 de Junho de 2014.

SÚMULA: Dispõe sobre o cancelamento da realização de horas extras no âmbito da Secretaria Municipal de Infraestrutura e Obras, e dá outras providências.

JOSÉ ANTONIO DUBIELLA, Prefeito Municipal de Feliz Natal Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas em Lei,

Considerando que o serviço extraordinário é pago com acréscimo de 50% e ou 100% (cinqüenta ou cem por cento) em relação à hora normal de trabalho, o que ocasiona um excessivo aumento na folha de pagamento do município;

Considerando que, neste momento, não há situações excepcionais a serem atendidas, sendo certo que os trabalhos podem ser executados de forma normal, sem que haja prejuízo para o serviço público e a população em geral;

Considerando que o § 2º do Art. 76 da Lei Complementar nº 003/2007 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais) dispõe que serviço extraordinário somente será realizado mediante autorização por escrito da chefia imediata, a qual, deverá justificar o fato;

Considerando a necessidade de reduzir despesas para equilibrar as finanças municipais;

Considerando as disposições da Lei Complementar 101/2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal, que determina que o acréscimo das despesas de pessoal somente poderá ocorrer se houver disponibilidade orçamentária/financeira;
Considerando o dever da Secretaria Municipal de Administração, Planejamento e Finanças manter o equilíbrio fiscal, bem como das aplicações previstas constitucionalmente em Educação e Saúde;

Considerando que este Governo Municipal tem a constante preocupação em fazer uma gestão transparente, em que se previnem riscos e corrigem desvios capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas;

D E C R E T A:

Art. 1º - Ficam CANCELADAS a realização de horas extras, bem como contratações temporárias para todos os tipos de serviço na **Secretaria Municipal de Infraestrutura e Obras,** com exceção aos Servidores responsáveis pela Coleta de Lixo.

Art. 2º - Fica determinado que, à partir desta data, as eventuais contratações de serviços e ou realização de horas extras na referida Secretaria somente poderão ocorrer mediante prévia consulta ao Sr. Prefeito Municipal.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO SENHOR. PREFEITO MUNICIPAL, CENTRO ADMINISTRATIVO DO MUNICÍPIO DE FELIZ NATAL, ESTADO DE MATO GROSSO, AOS 24 DIAS DO MÊS DE JUNHO DO ANO DE 2014.

JOSÉ ANTONIO DUBIELLA
Prefeito Municipal

Registre-se
Publique-se e
Cumpra-se.

Publicado por:
Livanete Francisca Vieira
Código Identificador:296CA55A

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE FIGUEIRÓPOLIS D´OESTE

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
ORDEM DE SERVIÇO DO CONTRATO 050/2014

PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO 048/2014
TOMADA DE PREÇOS N° 002/2014
CONTRATO ADMINISTRATIVO 050/2014

ORDEM DE SERVIÇO

Interessado:
L. F. CONSTRUÇÕES CIVIS LTDA
Rua Baltazar Navarros, nº. 320, Bairro Bandeirantes,
Cuiabá – MT
Cep. 78.010-020
CNPJ – 01.807.872/0001-29

O Sr. LINO CUPERTINO TEIXEIRA, Prefeito Municipal de Figueirópolis D'Oeste – MT, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, em conformidade com o contrato acima citado, determina ao interessado supra que inicie após a emissão dessa ordem a execução da **Reforma e Ampliação da Estrutura do Estádio Municipal,** tal qual descrito em sua proposta.

Figueirópolis D'Oeste, MT, 25 de junho de 2014.

LINO CUPERTINO TEIXEIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Adilson Pereira dos Santos
Código Identificador:40CEF7AA

SUPERVISÃO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA 132/2014

PORTARIA 132/2014 DE 02 DE JUNHO DE 2014

SÚMULA: "Concede Licença Médica Para Tratamento de Saúde a Servidor Público, conforme menciona".

O Excelentíssimo Senhor, **LINO CUPERTINO TEIXEIRA**, Prefeito Municipal de Figueirópolis D'Oeste, MT, no uso de suas atribuições, buscando ainda dar cumprimento ao que prescreve os princípios da legalidade, transparência, publicidade, honestidade e respeito à legislação vigente;
RESOLVE:
Art. 1° - Conceder Licença Médica Para Tratamento de Saúde pelo prazo de 90(noventa) dias conforme atestado medico ao servidor **DELCI GOMES DOS ANJOS.**
Art. 2° - A Licença objeto descrito no caput do artigo anterior, terá como prazo o período de 01(um) de Junho a 30(trinta) de agosto de dois mil e quatorze.
Art. 3° - Esta Portaria passa a Vigorar na Data de sua homologação revogadas as disposições em contrario.

Figueirópolis D'Oeste, MT, 02 de Junho 2014.

LINO CUPERTINO TEIXEIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Rosana Nascimento Faria
Código Identificador:A1E91F14

SUPERVISÃO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA 139/2014

PORTARIA 139/2014 DE 23 DE JUNHO DE 2014

SÚMULA: "Concede Licença Médica Para Tratamento de Saúde a Servidor Público, conforme menciona".

O Excelentíssimo Senhor, **LINO CUPERTINO TEIXEIRA**, Prefeito Municipal de Figueirópolis D'Oeste, MT, no uso de suas atribuições, buscando ainda dar cumprimento ao que prescreve os princípios da legalidade, transparência, publicidade, honestidade e respeito à legislação vigente;
RESOLVE:
Art. 1° - Conceder Licença Médica Para Tratamento de Saúde pelo prazo de 90(noventa) dias conforme atestado medico ao servidor **WELLINGTON BARBOSA GENTIL.**
Art. 2° - A Licença objeto descrito no caput do artigo anterior, terá como prazo o período de 18(dezoito) de Junho a 16(dezesseis) de setembro de dois mil e quatorze.
Art. 3° - Esta Portaria passa a Vigorar na Data de sua homologação revogadas as disposições em contrario.

Figueirópolis D'Oeste, MT, 23 de Junho 2014.

LINO CUPERTINO TEIXEIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Rosana Nascimento Faria
Código Identificador:63B5098F

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE GAÚCHA DO NORTE

GABINETE DO PREFEITO
LEI 623/2014

LEI Nº. 623, DE 27 DE JUNHO DE 2014.

"Altera o inciso IV do art. 45 da Lei Municipal n. 194, de 22 de agosto de 2005 que Institui o Regime Próprio de Previdência Social do Município de Gaúcha do Norte/MT e, dá outras providências"

Nilson Francisco Aléssio, Prefeito Municipal de Gaúcha do Norte, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município, faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores em sessão extraordinária de 24/06/2014, aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º A redação do inciso IV do art. 45 da Lei Municipal n.º 194, *de 22 de agosto de 2005*, passa a vigorar com as seguintes alterações:

Art. 45. .....

IV - de uma contribuição mensal do Município, incluídas suas autarquias e fundações, definida na reavaliação atuarial igual a 11,14% (onze inteiros e quatorze centésimos por cento) calculada sobre a remuneração de contribuição dos segurados ativos, compreendendo: 10,45% (dez inteiros e quarenta e cinco centésimos por cento) relativo ao custo normal e 0,69% (sessenta e nove centésimos por cento) referentes à alíquota de custo especial, escalonado nos termos do Anexo I desta Lei.

Art. 2º Fica homologado o relatório técnico sobre os resultados da reavaliação atuarial, realizado em ABRIL/2014.

Art. 3º A contribuição previdenciária prevista no inciso IV do art. 45 na redação dada por esta lei será exigida a partir do primeiro dia do mês seguinte ao da publicação desta lei.

Art. 4º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito.
Gaúcha do Norte, 27 de Junho de 2014.

NILSON FRANCISCO ALÉSSIO.
Prefeito Municipal.

ANEXO I
ESCALONAMENTO DO DÉFICIT ATUARIAL

ANO DE AMORTIZAÇÃO	ALÍQUOTA
2014	0,69%
2015	0,83%
2016	0,97%
2017	1,11%
2018	1,24%
2019	1,38%
2020	1,52%
2021	1,66%

2022	**1,80%**
2023	**1,94%**
2024	**2,07%**
2025	**2,21%**
2026	**2,35%**
2027	**2,49%**
2028	**2,63%**
2029	**2,77%**
2030	**2,91%**
2031	**3,04%**
2032	**3,18%**
2033	**3,32%**
2034	**3,46%**
2035	**3,60%**
2036	**3,74%**
2037	**3,87%**
2038	**4,01%**
2039	**4,15%**
2040	**4,29%**
2041	**4,43%**
2042	**4,57%**
2043	**4,71%**

Publicado por:
Juliano Matos
Código Identificador:F9DAE7AD

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE GENERAL CARNEIRO

PREFEITURA MUNICIPAL
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO N 007/2014

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE GENERAL CARNEIRO – MT.

CONTRATADOS: CAPRIATA DE SOUZA LIMA E SOUZA LTDA, NO VALOR DE R$ 401.490,00 (quatrocentos e um mil quatrocentos e noventa reais)

ELCIO MENDES DA SILVA – ME, NO VALOR DE R$ 328.000,00 (trezentos e vinte oito mil reais)

OBJETO: **PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE EXPOSIÇÃO, FEIRA, RODEIOS, EVENTOS CULTURAIS, ARTÍSTICOS, FOLCLÓRICOS E AFINS.**

VALOR: R$ 729.490,00 (setecentos e vinte nove mil quatrocentos e noventa reais)
VIGÊNCIA: 04/06/2015

DATA: 04/06/2014

IDELBRANDE ALVES BARCELOS
Pregoeiro Oficial

Publicado por:
Renato Silva Vilela
Código Identificador:8CAA19AE

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUIRATINGA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
RESUMO DE CONTRATOS REF MES 06-2014

Resumo de Contratos firmados no mês 06/2014

N. Cont.	Contratante	Contratado	Objeto	Valor R$	Vigência
099/2014	Pref. M. Guiratinga	Weslley Souza Ferreira	Técnico em Informática P. Windows	47.712,00 T	18.06.14 a 18.06.15
100/2014	Pref. M. Guiratinga	Krum Sacarov Softov	Técnico em Informática - Linux	30.624,00 T	18.06.14 a 18.06.15

Guiratinga/MT, 26 de junho de 2014.

HÉLIO ANTONIO FILIPIN GOULART
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marizerth Souza Ferreira
Código Identificador:DB03E670

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE IPIRANGA DO NORTE

PREFEITURA MUNICIPAL
EDITAL COMPLEMENTAR Nº 003 AO EDITAL PSS Nº 006/2013 RETIFICAÇÃO

O Prefeito do Município de Ipiranga do Norte, Estado de Mato Grosso, Pedro Ferronatto, no uso de suas atribuições legais, torna público a **RELAÇÃO DOS CANDIDATOS APROVADOS, DESCLASSIFICADOS E AUSENTES** no Processo Seletivo Simplificado nº 006/2013, nos seguintes termos:

INSC	CANDIDATO	CARGO	PT	OC	RE
18	OLIVAN DELAPRIA FOSCHIERA	MOTORISTA DE VEÍCULO LEVE - CATEGORIA B	7,5	1º	AP
10	PAULO ANTONIO RIBEIRO DOS SANTOS	MOTORISTA DE VEÍCULO LEVE - CATEGORIA B	7,0	2º	AP
06	MARCELO IASCHOMBEK	MOTORISTA DE VEÍCULO LEVE - CATEGORIA B	7,0	3º	AP
11	*ADRIANO ROZANTE DA SILVA*	*MOTORISTA DE VEÍCULO LEVE - CATEGORIA B*	*7,0*	*4º*	*AP*
01	JOSE RENATO GONÇALVES	MOTORISTA DE VEÍCULO LEVE - CATEGORIA B	6,5	5º	AP
07	GILSINEI STRADA FUHR	MOTORISTA DE VEÍCULO LEVE - CATEGORIA B	6,0	6º	AP
12	CARLOS ANTONIO DO NASCIMENTO SALES 2	MOTORISTA DE VEÍCULO LEVE - CATEGORIA B	5,5	7º	AP
15	ASTOR MERTENS 2	MOTORISTA DE VEÍCULO LEVE - CATEGORIA B	5,5	8º	AP
09	DILVA MARIA ZINI 2	MOTORISTA DE VEÍCULO LEVE - CATEGORIA B	5,5	9º	AP
02	FABRICIO RODRIGUES DE SOUZA	MOTORISTA DE VEÍCULO LEVE - CATEGORIA B	5,0	10º	AP
13	JUNIOR ANTONIO CRUZ DE BRITO	MOTORISTA DE VEÍCULO LEVE - CATEGORIA B	4,5	DC	DC
16	ADAILTON GAZOLA	MOTORISTA DE VEÍCULO LEVE - CATEGORIA B	2,0	DC	DC
04	ANNYE CRHISTINE LEIMANN	MOTORISTA DE VEÍCULO LEVE - CATEGORIA B	-	NC	NC
05	FERNANDA BEATRIZ DA SILVA SANTOS	MOTORISTA DE VEÍCULO LEVE - CATEGORIA B	-	NC	NC
08	PAMELA ELIS PETRY FERLTRIM	CIRURGIÃO - DENTISTA	4,0	DC	DC
17	RAFAELA CRISTINA CEZARIO	CIRURGIÃO – DENTISTA	3,0	DC	DC
14	ROGERIO CRUVINEL RODRIGUES	MÉDICO	6,0	1º	AP

SIGLAS E ABREVIAÇÕES:

INSC = Número de inscrição	**PT = Pontos**	**OC = Ordem Classificatória**	**RE = Resultado**
AP = Aprovado	**NC = Não Compareceu**	**DC = Desclassificado**	**RP = Reprovado**

O presente Edital deverá se publicado na Imprensa Oficial do Município (**www.amm.org.br**), no site da Prefeitura Municipal de Ipiranga do Norte **(www.ipirangadonorte.mt.gov.br)** e no mural da Prefeitura, para os fins previstos no Edital de Abertura do PSS nº 006/2013, notadamente para fins de interposição de recursos no prazo de 02 dias úteis, a contar da publicação deste Edital.

Gabinete do Prefeito do Município de Ipiranga do Norte, Estado de Mato Grosso, em 26 de junho de 2014.

PEDRO FERRONATTO
Prefeito Municipal

Empate na nota geral entre o 2º, 3º e 4º colocados; desempate entre o 2º e 3º colocados pelo critério da cláusula 7.3.1, alínea ‘a e b’ do Edital de Abertura.
2 Empate na nota geral entre o 6º, 7º e 8º colocados; desempate entre o 6º, 7º e 8º colocados pelo critério da cláusula 7.3.1, alínea ‘a’ do Edital de Abertura.

Publicado por:
Annye Crhistine Leimann
Código Identificador:32140B5D

PREFEITURA MUNICIPAL
CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 013/2014

PROFESSORA DE PEDAGOGIA EDUCAÇÃO INFANTIL – 30 HORAS

Contrato Administrativo Prestação de Serviço Temporário que entre si celebram o MUNICÍPIO DE IPIRANGA DO NORTE/MT e a Srª. SOLANGE KOCHEMBORGER, com base no Art. 37, Inc. IX da Constituição Federal e a teor do disposto na Lei Municipal Nº 234/2009.

Contrato Administrativo de Prestação de Serviço Temporário de Excepcional Interesse Público que entre si celebram o **MUNICÍPIO DE IPIRANGA DO NORTE/MT,** Pessoa Jurídica de Direito Público, com sede na Rua dos Girassóis, nº.387, centro, na cidade de Ipiranga do Norte/MT, CNPJ Nº. 07.209.245/0001-72, representada neste ato por seu Prefeito Municipal **Sr.PEDRO FERRONATTO,** brasileiro, casado, Agricultor, portador do CPF Nº. 345.727.169-00, residente e domiciliado nesta cidade de Ipiranga do Norte/MT, de ora em diante simplesmente denominado de **MUNICÍPIO,** e, de outro lado, a Srª. **SOLANGE KOCHEMBORGER,** brasileira, solteira, maior, Professora de Pedagogia Educação Infantil, Carteira de Identidade Civil RG. 1694710-0 SSP/PR, e CPF Nº 005.470.111-21, residente e domiciliado na Rua Rio Solimões, n° 460, na cidade de Ipiranga do Norte, Estado de Mato Grosso, de ora em diante designado de **CONTRATADA,** os quais têm justos e contratados entre si, os serviços pessoais de Professora de Pedagogia Educação Infantil, que ocorrerá de acordo com as Cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA
De conformidade com o que estabelece a Lei Municipal Nº. 234/2009, em concordância com o disposto no Art. 37, Inc. IX da Constituição Federal, a **CONTRATADA** trabalhará para o **MUNICÍPIO** no cargo de professora de pedagogia Educação Infantil, para o qual foi aprovado no Processo Seletivo Simplificado Nº. 004/2014 da Prefeitura Municipal de Ipiranga do Norte, executando todas as atividades atinentes e de responsabilidade do seu cargo, em especial as descritas no respectivo Anexo a Lei Complementar nº 002 de 21 de dezembro de 2009,correspondente ao Cargo de Professora de Pedagogia Educação Infantil, ficando subordinado a Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte.

CLÁUSULA SEGUNDA
A **CONTRATADA** desempenhará os serviços ora contratados durante 30 (trinta) horas semanais, conforme estabelecido na Lei Complementar nº 002 de 21 de dezembro de 2009 e nos termos do Processo Seletivo Simplificado - Edital Nº. 004/2014 e demais Legislações correlatas em vigor.

CLÁUSULA TERCEIRA
Pelos serviços acima mencionados, ora contratados e efetivamente prestados, a **CONTRATADA** perceberá a quantia Global de R$.(14.889,63) quatorze mil oitocentos e oitenta e nove reais e sessenta e três centavos, sendo o valor mensal de R$ 2.127,09 (Dois mil cento e vinte e sete reais e nove centavos), bem como dos demais adicionais previstos na legislação vigente.

CLÁUSULA QUARTA
O presente Contrato vigorará pelo prazo de 07 (sete), meses, a partir da presente data, podendo ser prorrogado por igual período, havendo necessidade e interesse público, conforme disposto na Lei Municipal Nº. 234/2009.

CLÁUSULA QUINTA
O presente contrato será sumariamente rescindido pelo **MUNICÍPIO**, sem que a **CONTRATADA** caiba qualquer reparação pecuniária, exceto dias trabalhados até então, se esta incidir em qualquer das faltas arroladas no Estatuto dos Servidores Públicos do Município ou no seu Regime Jurídico como puníveis com pena de demissão.

CLÁUSULA SEXTA
A Contrata será rescindida no término do prazo previsto.

CLÁUSULA SÉTIMA
Os direitos e os deveres da **CONTRATADA**, inclusive as parcelas rescisórias, são os definidos pela Lei do Regime Jurídico e pelo Estatuto dos Servidores Públicos do Município, Leis Municipais Nº. 007/2005 e 008/2005, Respectivamente.

Sub-cláusula única - As situações e casos não expressamente contidos neste Contrato regem-se pelo disposto na Legislação Municipal vigente.

CLÁUSULA OITAVA
O presente Contrato é de natureza Administrativa, ficando assegurado a **CONTRATADA** os direitos e deveres previstos na Legislação Municipal, e o sistema previdenciário será o do Instituto Nacional de Seguro Social – INSS.

CLÁUSULA NONA
As despesas decorrentes deste Contrato correrão à conta da seguinte Dotação Orçamentária, no exercício de 2014.
05.002.12.365.0012.2030-3190040000000.1.01.000000 **- contratação por Tempo Determinado**

CLÁUSULA DÉCIMA
As partes elegem o Foro da Comarca de Sorriso/MT, para dirimir possíveis dúvidas ou questões que porventura resultarem deste Contrato.
E, por estarem justos e contratados, assinam o presente Instrumento Contratual em 3 (três) vias de igual forma e teor na presente das testemunhas, para o único fim nele exposto.

IPIRANGA DO NORTE/MT, 25 de Junho de 2014.

PEDRO FERRONATTO
Prefeito Municipal

SOLANGE KOCHEMBORGER
Contratada

Publicado por:
Annye Crhistine Leimann
Código Identificador:FFA01413

PREFEITURA MUNICIPAL
PORTARIA Nº. 135/2014, DE 26 DE JUNHO DE 2014.

"Determina a prorrogação da Suspensão Preventiva do servidor FRANCISCO EUDO DE SOUZA, ocupante do cargo de Motorista de Ambulância, lotado na Secretaria de Saúde do município de Ipiranga do Norte/MT".

Pedro Ferronatto, Prefeito do Município de Ipiranga do Norte, Estado do Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei e de conformidade com o disposto na Lei nº. 008/2005, de 05 de janeiro de 2005 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, e demais dispositivos legais pertinentes;

RESOLVE:

Art. 1º. Prorrogar a **SUSPENSÃO PREVENTIVA** do exercício de suas funções, pelo prazo de 30 (trinta) dias e sem vencimentos, o servidor público **Srº. FRANCISCO EUDO DE SOUZA**, matrícula nº 482, ocupante do cargo efetivo de Motorista de Ambulância, lotado na Secretaria de Saúde deste município, em razão de Procedimento Administrativo Disciplinar para apuração das condutas praticadas no Processo nº 8717-44.2013.811.0040 Código 105634, por Tráfico de Entorpecente e Posse Irregular de Arma de Fogo, em trâmite na 5ª Vara da Comarca de Sorriso/MT, nos termos do art. 150 e 155 da Lei Municipal nº 007/2005, a qual dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Ipiranga do Norte/MT.

Art. 2º. Revogam-se as disposições em contrário, especificamente quanto a Portaria nº 340 de 23 de setembro de 2013 e Portaria 112 de maio de 2014.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito do Município de Ipiranga do Norte,
Estado de Mato Grosso, em 26 de junho de 2014.

PEDRO FERRONATTO
Prefeito Municipal

REGISTRA-SE
PUBLIQUE-SE
CUMPRA-SE

Publicado por:
Annye Crhistine Leimann
Código Identificador:B1369C7F

PREFEITURA MUNICIPAL
1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 001/2014

"PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PROFISSIONAIS, ENTRE O MUNICÍPIO DE IPIRANGA DO NORTE - MT E O SR DARCI DO NASCIMENTO CANEDO".

Pelo presente Termo Aditivo Contratual que fazem entre si, de um lado o **MUNICÍPIO DE IPIRANGA DO NORTE**, Estado de Mato Grosso, Pessoa Jurídica de Direito Público, com sede na Rua dos Girassóis, s/n, centro, nesta cidade de Ipiranga do Norte/MT, inscrita no CNPJ sob Nº 07.209.245/0001-72, representado por seu Prefeito Municipal, **Sr. Pedro Ferronatto**, brasileiro, casado, agricultor, inscrito no CPF/MF Nº 345.727.169-20, portador da Cédula de Identidade RG Nº 24216453-SSP/MT, residente e domiciliado na Rua das Azaléias, nº 801, nesta cidade, de ora em diante simplesmente denominado de **CONTRATANTE**, e, de outro lado o Sr **DARCI DO NASCIMENTO CANEDO,** brasileiro, solteiro, maior, motorista de ambulância, Carteira de Identidade Civil RG. 618283 SSP/SP, e CPF Nº.442.285.201-97, residente e domiciliado na Rua dos Cajus, Nº. 200, na cidade de Ipiranga do Norte, Estado de Mato Grosso, doravante chamado simplesmente de **CONTRATADO**, resolvem celebrar o presente termo aditivo mediante as cláusulas e condições seguir estabelecidas:

CLÁUSULA PRIMEIRA DA PRORROGAÇÃO DE PRAZO

– Pelo presente Termo Aditivo as partes identificadas em comum acordo resolvem prorrogar até a data de 21 de Dezembro de 2014, o prazo mencionado na clausula quinta, do Contrato n°. 001/2014, poderá ser recendido antecipadamente caso se encerre a situação ensejadora.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO FUNDAMENTO LEGAL

2.1 - O presente aditivo, além do dispositivo legal citado na Cláusula Primeira, encontra embasamento na Lei Municipal Nº. 007/2005 e 008/2005,e na Cláusula Segunda do Contrato nº 001/2014.

2.1.1 – a prorrogação do CONTRATO se deu em virtude da necessidade pública urgente, para atender a Secretaria Municipal de Saúde.

CLÁUSULA TERCEIRA-DO VALOR:

3.1 - Fica acrescido por este aditivo, no Contrato n° 001/2014 R$ 8.245,50 (oito mil duzentos e quarenta e cinco reais e cinqüenta centavos) referente ao salário base mensal de R$ 1.374,25 (hum mil e trezentos e setenta e quatro reais e vinte e cinco centavos).

CLÁUSULA QUARTA: DA DOTAÇÃO

4.1 – Todas as despesas decorrentes da execução do presente aditivo correrão por conta de recursos próprios consignados no Orçamento Anual do Município, alocados na seguinte dotação orçamentária:

08.002.10.301.0023.2067.31.90.04.00.00.1.02.000000 - contratação por Tempo Determinado

CLÁUSULA QUINTA:RATIFICAÇÃO

5.1 - As demais cláusulas do contrato permanecem inalteradas e em pleno vigor.

E por estarem justos e contratados, firmam o presente Aditivo, em 03 vias de igual teor e forma, na presença de 02 testemunhas.

Prefeitura Municipal de Ipiranga do Norte, Estado do Mato Grosso, em 21 de Junho de 2014.

PEDRO FERRONATTO
Prefeito Municipal

DARCI DO NASCIMENTO CANEDO
Contratado

Publicado por:
Annye Crhistine Leimann
Código Identificador:4724D01B

PREFEITURA MUNICIPAL
1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 002/2014

"PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PROFISSIONAIS, ENTRE O MUNICÍPIO DE IPIRANGA DO NORTE - MT E A SRª ALINE FIGUEIREDO DE OLIVEIRA".

Pelo presente Termo Aditivo Contratual que fazem entre si, de um lado o **MUNICÍPIO DE IPIRANGA DO NORTE**, Estado de Mato Grosso, Pessoa Jurídica de Direito Público, com sede na Rua dos Girassóis, s/n, centro, nesta cidade de Ipiranga do Norte/MT, inscrita no CNPJ sob Nº 07.209.245/0001-72, representado por seu Prefeito Municipal, **Sr. Pedro Ferronatto**, brasileiro, casado, agricultor, inscrito no CPF/MF Nº 345.727.169-20, portador da Cédula de Identidade RG Nº 24216453-SSP/MT, residente e domiciliado na Rua das Azaléias, nº 801, nesta cidade, de ora em diante simplesmente denominado de **CONTRATANTE**, e, de outro lado a Srª **ALINE FIGUEIREDO DE OLIVEIRA,** brasileira, solteira, maior, enfermeira, Carteira de Identidade Civil RG. 20.869.669-0 SSP/RJ, e CPF Nº. 014.389.251-74, residente e domiciliada na Av. Rio Branco, Nº. 465, na cidade de Ipiranga do Norte, Estado de Mato Grosso, de ora em diante designado de **CONTRATADA**, resolvem celebrar o presente termo aditivo mediante as cláusulas e condições seguir estabelecidas:

CLÁUSULA PRIMEIRA DA PRORROGAÇÃO DE PRAZO

– Pelo presente Termo Aditivo as partes identificadas em comum acordo resolvem prorrogar até a data de 22 de Dezembro de 2014, o prazo mencionado na clausula quinta, do Contrato n°. 002/2014, poderá ser recendido antecipadamente caso se encerre a situação ensejadora.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO FUNDAMENTO LEGAL

2.1 - O presente aditivo, além do dispositivo legal citado na Cláusula Primeira, encontra embasamento na Lei Municipal Nº. 007/2005 e 008/2005,e na Cláusula Segunda do Contrato nº 002/2014.

2.1.1 – a prorrogação do CONTRATO se deu em virtude da necessidade pública urgente, para atender a Secretaria Municipal de Saúde.

CLÁUSULA TERCEIRA-DO VALOR:

3.1 - Fica acrescido por este aditivo, no Contrato n° 002/2014 R$ 25.089,24 (vinte e cinco mil e oitenta e nove reais e vinte e quatro centavos) referente ao salário base mensal de R$ 4.181,54 (quatro mil e cento e oitenta e um reais e cinqüenta e quatro centavos).

CLÁUSULA QUARTA: DA DOTAÇÃO

4.1 – Todas as despesas decorrentes da execução do presente aditivo correrão por conta de recursos próprios consignados no Orçamento Anual do Município, alocados na seguinte dotação orçamentária:

08.002.10.301.0023.2067.31.90.04.00.00.1.02.000000 - contratação por Tempo Determinado

CLÁUSULA QUINTA:RATIFICAÇÃO

5.1 - As demais cláusulas do contrato permanecem inalteradas e em pleno vigor.

E por estarem justos e contratados, firmam o presente Aditivo, em 03 vias de igual teor e forma, na presença de 02 testemunhas.

Prefeitura Municipal de Ipiranga do Norte, Estado do Mato Grosso, em 22 de Junho de 2014.

PEDRO FERRONATTO
Prefeito Municipal

ALINE FIGUEIREDO DE OLIVEIRA
Contratada

Publicado por:
Annye Crhistine Leimann
Código Identificador:C5682B45

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITANHANGÁ

GABINETE DO PREFEITO
ERRATA DO EDITAL DE PROCESSO SELETIVO PÚBLICO Nº 001/2014

De ordem do Prefeito Sr. João Antonio Vieira, a Comissão Examinadora do Processo Seletivo Público nº 001/2014, foi divulgado com incorreção. Fica assim a correção:
Na apresentação da pagina 300 da publicação de data de 26 de junho de 2014 com o código de publicação 3F25BC2E onde lê-se: CRONOGRAMA DO PROCESSO SELETIVO Leia-se: CRONOGRAMA DO PROCESSO SELETIVO

Data	Horário	Evento	Local
26/06/2014	16h00min	Publicação da íntegra do Edital	Quadro de avisos da Prefeitura de Itanhangá/MT e www.exataplanejamento.com.br
26/06/2014	-	Publicação de Extrato do Edital	Diário Oficial do Município de Itanhangá/MT
27/06/2014	07h00min às 11h00min	Prazo para protocolo de recurso sobre o Edital de Processo seletivo	Prefeitura Municipal de Itanhangá/MT
27/06/2014 a 03/07/2014	07h00min às 11h00min, exceto sábado, domingo e feriados.	Período para requisição de isenção da taxa de inscrição	Prefeitura Municipal de Itanhangá/MT
07/07/2014	16h00min	Divulgação da lista de pedidos de isenção Deferidos	Quadro de avisos da Prefeitura de Itanhangá/MT e diário oficial do Município e www.exataplanejamento.com.br
08/07/2014	07h00min às 11h00min	Prazo para protocolo de recurso sobre o Indeferimento do Pedido de Isenção da Taxa de Inscrição	Prefeitura Municipal de Itanhangá/MT
27/06/2014 a 17/07/2014	Inicio às 00h00min e encerrando-se às 23h00min	Período de Inscrições VIA INTERNET dos candidatos ao Processo Seletivo Público	www.exataplanejamento.com.br
27/06/2014 a 17/07/2014	07h00min às 11h00min	Período de Inscrições Presenciais dos candidatos ao Processo Seletivo Público	Prefeitura Municipal de Itanhangá/MT
27/06/2014 a 24/07/2014	07h00min às 11h00min	Prazo para protocolo dos títulos pelos candidatos.	Prefeitura Municipal de Itanhangá/MT
18/07/2014	Expediente Bancário	Último dia para pagamento da taxa de inscrição.	Rede Bancária
24/07/2014	16h00min	Divulgação da relação de inscrições	Quadro de avisos da Prefeitura de Itanhangá/MT e diário oficial do Município e www.exataplanejamento.com.br
25/07/2014	07h00min às 11h00min	Prazo para protocolo de recurso sobre as inscrições	Prefeitura Municipal de Itanhangá/MT
28/07/2014	16h00min	Julgamento recursos sobre as inscrições	Prefeitura Municipal de Itanhangá/MT
29/07/2014	16h00min	Divulgação da Planilha indicando o local e horário de realização das Provas Objetivas de Múltipla Escolha	Quadro de avisos da Prefeitura de Itanhangá/MT e diário oficial do Município e www.exataplanejamento.com.br
03/08/2014	A divulgar	Realização da Prova Objetiva de Múltipla Escolha.	Local e horário de realização: a divulgar no Quadro de avisos da Prefeitura de Itanhangá/MT, Diário Oficial do Município de Itanhangá/MT e www.exataplanejamento.com.br
04/08/2014	16h00min	Divulgação dos gabaritos da Prova Objetiva de Múltipla Escolha	Quadro de avisos da Prefeitura de Itanhangá/MT e diário oficial do Município e www.exataplanejamento.com.br
05/08/2014	07h00min às 11h00min	Prazo para protocolo de recurso sobre os gabaritos da Prova Objetiva de Múltipla Escolha.	Prefeitura Municipal de Itanhangá/MT
11/08/2014	16h00min	Disponibilização do julgamento dos recursos sobre os gabaritos da Prova Objetiva	Quadro de avisos da Prefeitura de Itanhangá/MT e diário oficial do Município e www.exataplanejamento.com.br
11/08/2014	16h00min	Divulgação do resultado parcial das Provas Objetivas de Múltipla Escolha e Títulos.	Quadro de avisos da Prefeitura de Itanhangá/MT e diário oficial do Município e www.exataplanejamento.com.br
12/08/2014	07h00min às 11h00min	Prazo para protocolo de recurso sobre o Resultado Parcial.	Prefeitura Municipal de Itanhangá/MT
15/08/2014	16h00min	Disponibilização do julgamento dos recursos sobre o Resultado Parcial.	Quadro de avisos da Prefeitura de Itanhangá/MT e diário oficial do Município e www.exataplanejamento.com.br
15/08/2014	16h00min	Divulgação do resultado Geral contendo notas das provas objetivas e de títulos.	Quadro de avisos da Prefeitura de Itanhangá/MT e diário oficial do Município e www.exataplanejamento.com.br
18/08/2014	07h00min às 11h00min	Prazo para recurso sobre o resultado Geral	Prefeitura Municipal de Itanhangá/MT
20/08/2014	16h00min	Julgamento dos recursos resultado Geral	Prefeitura Municipal de Itanhangá/MT
20/08/2014	16h00min	Divulgação do Resultado Final Definitivo apto à homologação pelo Prefeito.	Quadro de avisos da Prefeitura de Itanhangá/MT e diário oficial do Município e www.exataplanejamento.com.br

Publicado por:
Joice Fontana Bach
Código Identificador:23CD06B1

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE JACIARA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº. 005/2014

A Prefeitura Municipal de Jaciara-MT, através da Comissão Permanente de Licitação, torna pública a Dispensa de Licitação Nº 005/2014 tendo por objeto: **"Locação do imóvel residencial urbano, situado a Avenida Xavante, nº. 1.294, Bairro Planalto, Jaciara/MT, ao valor mensal de R$ 3.000,00 (três mil reais) mensais, para funcionamento da CENTRAL DE TRIAGEM PROVISÓRIA de matérias recicláveis de Jaciara/MT", Locador Israel Alimentos Ltda, CNPJ: 03.466.295/0001-84,** com vigência até 01/07/2015, nos termos do Art. 24, inciso X, da Lei 8666/93.

Jaciara/MT, 26/06/2014.

ELAINE APARECIDA DA SILVA
Presidente da CPL

Publicado por:
Ana Cláudia Nascimento Silva Oliveira
Código Identificador:7C15BB57

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE JANGADA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS DO PREGÃO Nº 009/2014

PREGÃO PRESENCIAL Nº 009/2014.

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAIS EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO CORRETIVA E PREVENTIVA DE VEICULOS, ENGLOBANDO AQUISIÇÃO DE ÓLEO LUBRIFICANTE, GRAXA E FLUIDOS, PEÇAS GENUINAS OU ORIGINAIS, INDEPENDENTE DE MARCA OU CATEGORIA PARA ATENDIMENTO DA FROTA DE VEICULOS, FIRMADO ENTRE O MUNICÍPIO DE JANGADA E A EMPRESA CUIAGYN DISTRIBUIDORA DE PEÇAS AUTOMOTIVAS LTDA.

Validade 12 (doze) meses.

Pelo presente instrumento, a Prefeitura Municipal de JANGADA/MT, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa no Paço Julio domingos de campos inscrita no CNPJ/MF 24.772.147/0001-68 neste ato representado pelo Prefeito Municipal o Srº Valdecir Kemer, brasileiro, casado, Técnico Agrícola, portador da RG. 11/R-2.143.843 SSP/SC data de exp 21-01-1986, e CPF/MF nº777.850.969-53, residente e domiciliado na Rua 03 bairro centro, do município Jangada/MT , considerando o julgamento da licitação MENOR PREÇO POR LOTE**,** na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL/REGISTRO DE PREÇOS N° 009/2014, **RESOLVE** registrar os preços da empresa **CUIAGYN DISTRIBUIDORA DE PEÇAS AUTOMOTIVAS LTDA**, inscrita no C.N.P.J./MF sob o n.º 13.457.937/0001-89, domiciliada na Rua Mariano Campos Maia, Nº 1503, Bairro: Construmat Várzea Grande/MT, representada neste ato por seu procurador o Srº Divino Vieira Teles**,** brasileiro, casado, vendedor**,** inscrito no RG nº 2122751-9 SSP/MT, CPF: 375.416.681-

68**,** residente no município de Várzea-Grande /MT**,** nas quantidades estimadas, de acordo com a classificação por elas alcançadas por lote, atendendo as condições previstas no Instrumento Convocatório e as constantes desta Ata de Registro de Preços, sujeitando-se as partes às normas constantes da Lei n° 8.666/93 e suas alterações, Lei 10.520 de 17 de julho de 2002, Decreto N° 7.892/2013 e em conformidade com as disposições a seguir:

1.OBJETO E PREÇOS

1.1. Através da presente ata ficam registrados os seguintes preços para **FUTURAS E EVENTUAIS** EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DE VEICULOS, ENGLOBANDO AQUISIÇÃO DE ÓLEO LUBRIFICANTES, GRAXA E FLUIDOS, PEÇAS GENUINAS OU ORIGINAIS, INDEPENDENTE DE MARCA E CATEGORIA PARA ATENDIMENTO DA FROTA DE VEICULOS DO MUNICIPIO DE JANGADA/MT, conforme descrição constante no Anexo I - Especificações dos Itens do Edital de PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇO nº 009/2014.
1.2. A presente Ata de Registro de Preços tem o valor registrado por Lote, com seus itens especificados, conforme segue:
LOTE 20 - PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS
HIDRÁILICA
AUTOMÓVEIS LEVES, CAMIONETES E AMBULANCIAS– Execução de serviços de manutenção preventiva e corretiva de veículos operacionais da frota do Município de Jangada/MT.
O percentual de desconto para a prestação do serviço de manutenção preventiva e corretiva sobre a importância máxima de **R$ 100,00 (cem reais)** paga por hora trabalhada, é de: 20% (VINTE POR CENTO). Ficando um valor de R$ 80,00 (oitenta reais).

LOTE 22 - PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS
BOMBA INJETORA: RECUPERAÇÃO, MONTAGEM E DESMONTAGEM
AUTOMÓVEIS LEVES, CAMIONETES E AMBULANCIAS– Execução de serviços de manutenção preventiva e corretiva de veículos operacionais da frota do Município de Jangada/MT.
O percentual de desconto para a prestação do serviço de manutenção preventiva e corretiva sobre a importância máxima de **R$ 100,00 (cem reais)** paga por hora trabalhada, é de: 50% (CINQÜENTA POR CENTO). Ficando um valor de R$ 50,00 (cinquenta reais).

2. DO PREÇO E DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

2.1 – O valor estimado para o registro de preço referente aos lotes registrados é de **Lote 20**: 20% (vinte por cento), **Lote 22**: 50% (cinquenta por cento), sobre a tabela de preços fornecida pelas montadora, conforme proposta feita pelo **CONTRATADO**, e pago conforme entrega das peças;
2.2 – O Contrato durante toda sua vigência e execução deverá observar o equilíbrio financeiro nos parâmetros da proposta feita pelo CONTRATADO;

3. VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

3.1. A Ata de Registro de Preços, ora firmada, terá validade de 12 MESES, a partir da data da assinatura e publicação, podendo ser prorrogada, por até idêntico período, desde que haja anuência das partes.
3.2. A detentora da ata deverá manifestar, por escrito, seu eventual interesse na prorrogação do ajuste, em prazo não inferior a 30 (trinta) dias do término de sua vigência. A inexistência de pronunciamento, dentro do prazo, dará ensejo à Administração, a seu exclusivo critério: de promover nova licitação, descabendo à detentora o direito a qualquer recurso ou indenização.
3.3. Nos termos do § 4º do artigo 15 da Lei Federal nº 8.666/93, durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, o Município de Jangada não será obrigado a aquisição, exclusivamente por seu intermédio, os materiais referidos na cláusula primeira, podendo utilizar, para tanto, outros meios, desde que permitidos em lei, sem que, desse fato, caiba recurso ou indenização de qualquer espécie à empresa detentora.
3.4. Em cada aquisição decorrente desta Ata, serão observadas, quanto ao preço, as cláusulas e condições constantes do edital do PREGÃO PRESENCIAL nº 009/2014, que a precedeu e integra o presente instrumento de compromisso, independente de transcrição, por ser de pleno conhecimento das partes.

4. DO PRAZO, DO LOCAL E DAS CONDIÇÕES DE ENTREGA DO OBJETO.

4.1 Os produtos aprovados, objeto deste edital, e suas respectivas marcas deverão ser entregues de acordo com as quantidades e endereço especificados na Ordem de Fornecimento emitida pela secretaria, durante todo o período do registro de preços. Caso o fornecedor alegue não poder cumprir a entrega de algum produto ou marca o mesmo deverá cumprir a entrega ou arcará com as punições previstas neste Edital.
4.2 O prazo de entrega deverá ser de no máximo 24(vinte e quatro) horas, a partir do recebimento da Ordem de Fornecimento.
4.3. Será averiguado o prazo de validade dos produtos e posto em conta a qualidade dos mesmos.
4.4 Durante a entrega se for observada que o prazo de validade do produto estiver vencido, a contratada ficará obrigada a substituir os produtos em questão no prazo de 48 (quarenta e oito) horas sem ônus para a Prefeitura Municipal.
4.5 A Administração da Prefeitura Municipal de JANGADA/MT, poderá rejeitar a entrega dos produtos que porventura estejam em desacordo com as especificações constantes no **termo de referencia**, apresentarem imperfeição, ou ainda quando acondicionados de forma indevida, ficarem imprestáveis para o uso, onde deverão ser substituídos. Caso o objeto seja rejeitado, o ônus da devolução (frete, transportadora, etc) ocorrerá por conta da contratada.
4.6 Os produtos serão recebidos definitivamente, obedecendo ao disposto no artigo 73, inciso II, da Lei n° 8.666/93, ou seja mediante termo de aceitação ou atesto aposto na nota fiscal/fatura pelo servidor designado que tenha realizado minuciosa conferência do objeto no ato da entrega dos produtos.
4.7 Ficarão a cargo da(s) vencedora(s) deste certame, as despesas de seguros, entrega, transporte, descarga, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários decorrentes da execução do objeto desta licitação. As empresas fornecedoras se responsabilizarão pelo transporte adequado dos medicamentos, segundo as normas técnicas necessárias (boas práticas, boas condições de higiene e limpeza).
4.8 Em caso de não aceitação do objeto deste Pregão, fica a Contratada obrigada a retirá-lo e substituí-lo no prazo de 48 horas, contados da notificação a ser expedida pela Contratante, ou imediatamente, sob pena de incidência nas sanções capituladas na cláusula 16 e administrativas estabelecidas pelas leis federais nº 10.520/02 e 8.666/93 e suas alterações.
4.9 O recebimento definitivo não exclui a responsabilidade da proponente adjudicatária, nos termos das prescrições legais.

5. DAS OBRIGAÇÕES DA LICITANTE VENCEDORA

5.1. Sempre que notificado de que o Município efetivará a contratação, a licitante vencedora deverá retirar a Nota de Empenho e respectiva Ordem de Fornecimento, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste certame. Recebida a Requisição, a empresa vencedora do certame obriga-se a:
5.1.1. Atender a Ordem de Fornecimento do Município fornecendo os produtos necessários em sua quantidade total.
5.1.2 Entregar e descarregar os produtos em local designado pelo Município, sem que com isso haja qualquer custo adicional.
5.1.3. Credenciar um representante junto ao Município para prestar esclarecimentos que forem solicitados, cujas reclamações se obriga a atender prontamente;
5.1.4. Manter, durante a execução do contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas neste Edital;
5.1.5. Assumir a responsabilidade por todos os encargos e obrigações sociais previstos na legislação social e trabalhista em vigor, uma vez que os empregados não manterão nenhum vínculo com o Município;
5.1.6. Responsabilizar-se pelos danos que causar ao Município ou a terceiros, por culpa ou dolo, não servindo como excludente ou redutor dessa responsabilidade o fato de haver acompanhamento e fiscalização por parte do Município;

5.1.7. Prestar os esclarecimentos que forem solicitados pelo Município, cujas reclamações se obriga a atender prontamente;
5.1.8. Fornecer todos os dados necessários à fiscalização e controle do cumprimento do objeto contratado, sempre que solicitado pelo Município de JANGADA- MT.
5.1.9. Executar os fornecimentos somente após autorizados pelo Responsável do Município de JANGADA– MT, procedendo a devolução dos produtos não autorizados.
5.1.10. O Município de JANGADA– MT reserva-se o direito de rejeitar qualquer produto que não atenda as exigências, cabendo à empresa a reposição, sendo que a rejeição não poderá ser alegada como justificativa para atraso no fornecimento.
5.1.11 - Substituir às suas expensas, os produtos que encontrarem com data de validade vencida, com problemas que venham inutilizar o produto solicitado;
5.1.12 - Caso haja reduções ou descontos, a empresa vencedora compromete-se a repassá-los ao Município, ainda que, depois de expedida a Ordem de Fornecimento;
5.1.13 - Entregar os produtos na prefeitura de forma fracionado conforme ordem de fornecimento expedido pelas Secretarias em até 24 (vinte e quatro) horas, sem que haja qualquer custo adicional.
5.1.14 - Credenciar um representante junto ao Município para prestar esclarecimentos que forem solicitados, cujas reclamações obrigam-se a atender prontamente;
5.1.15 - Não transferir a terceiros, total ou parcialmente, o objeto da licitação, sem prévia anuência do Município;
5.1.16 - Aceitar acréscimos ou supressões que se fizerem necessários de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor da proposta.
5.1.17 - Manter seu cadastro atualizado.

6. DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICIPIO DE JANGADA

6.2 Uma vez firmada a ata de preços, o Município se obriga a:
6.2.1 Garantir a detentora do Registro de Preços, desde que em igualdade de condições, a preferência no fornecimento.
6.2.2. Negociar com a Detentora do Registro de Preços, sempre os preços de mercados resultantes da pesquisa de preços estiver menor que os registrados.
6.2.3. Acompanhar e fiscalizar, através de servidor designado pela Administração, o cumprimento dos termos da ata de registro de preços devidamente assinada, anotando em registro próprio as falhas detectadas e comunicando as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte da licitante vencedora;
6.2.4. Efetuar o pagamento à licitante vencedora, na forma e prazos estabelecidos neste Edital e na ata de Registro de Preços a ser firmada entre as partes, procedendo-se à retenção dos tributos devidos, consoante a legislação vigente;
6.2.5 Zelar para que sejam cumpridas as obrigações assumidas pela licitante vencedora, bem como sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
6.2.6. Aceitar, nas mesmas condições, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários no quantitativo do objeto, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor contratado.

7. PENALIDADES

7.1. O descumprimento injustificado das obrigações assumidas nos termos deste edital, sujeita a contratada a multas, consoante o caput e § 1º do art. 86 da Lei no 8.666/93, incidentes sobre o valor da Nota de Empenho, na forma seguinte:
7.2. Sem prejuízo das sanções cominadas no art. 87, I, III e IV, da Lei 8.666/93, pela inexecução total ou parcial do objeto adjudicado, o Município poderá, garantida a prévia e ampla defesa, aplicar à Contratada multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor adjudicado.
7.3. Se a adjudicatária recusar-se a retirar a nota de empenho injustificadamente ou se não apresentar situação regular no ato da feitura da mesma, garantida prévia e ampla defesa, sujeita-se às seguintes penalidades:
7.3.1. Multa de até 10% sobre o valor adjudicado;
7.3.2. Suspensão temporária de participar de licitações e impedimento de contratar com a Administração Pública, por prazo de até 02 (dois) anos, e;
7.3.3. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.
7.4. O descumprimento injustificado das obrigações assumidas, sujeita à contratada as multas estabelecidas, consoante o caput e §§ do art. 86 da Lei no 8.666/93, incidentes sobre o valor da Nota de Empenho, na forma seguinte:
7.5. Sem prejuízo das sanções cominadas no art. 87, I, III e IV, da Lei 8.666/93, e as demais estabelecidas neste edital, pela inexecução total ou parcial do objeto adjudicado, a Administração poderá aplicar, garantida a prévia e ampla defesa, as multas e demais penalização prevista na legislação.
7.5.1. Para os casos de infringência contratual comprovada e sem justificativa aceita e onde não houver percentual de multa estabelecida, a contratante aplicará multa de 0,05% (zero vírgula zero cinco por cento) ao dia, estando caracterizada inexecução contratual, não havendo regra específica, a não regularização da situação em prazo superior a 10 (dez) dias úteis, contatos da notificação.
7.6. Se a adjudicatária não cumprir o objeto, recusar-se a retirar a nota de empenho injustificadamente ou se não apresentar situação regular no ato da feitura da mesma, garantida prévia e ampla defesa, sujeita-se às seguintes penalidades:
7.6.1. Multa nos termos deste edital;
7.6.2. Suspensão temporária de participar de licitações e impedimento de contratar com a Administração por prazo de até 2 (dois) anos, e,
7.6.3. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.
7.7. As multas previstas nesta seção não eximem a adjudicatária da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha causar ao Município.
7.8. A decisão de vedação para participar de licitação ou declaração de inidoneidade será exarada pelo Município de JANGADA/MT.
7.9. A multa, eventualmente imposta à contratada, será automaticamente descontada da fatura a que fizer jus, acrescida de juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês. Caso a contratada não tenha nenhum valor a receber deste Município, ser-lhe-á concedido o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados de sua intimação, para efetuar o pagamento da multa. Após esse prazo, não sendo efetuado o pagamento, seus dados serão encaminhados ao Órgão competente para que seja inscrita na dívida ativa do Município, podendo, ainda proceder a cobrança judicial da multa.
7.10. A licitante adjudicatária ou contratada que deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, garantida prévia e ampla defesa, ficará impedida de licitar e contratar com o Município pelo prazo de até 05 (cinco anos) e, se for o caso, será descredenciada no Cadastro de Fornecedores por igual período, sem prejuízo da ação penal correspondente na forma da lei.
7.11. Caso a Contratada não possa cumprir os prazos estipulados para o fornecimento do objeto desta contratação, deverá apresentar justificativa por escrito, devidamente comprovada, nos casos de ocorrência de fato superveniente, excepcional ou imprevisível, estranho à vontade das partes, que altere fundamentalmente as condições do Contrato e de impedimento de execução do Contrato por fato ou ato de terceiros reconhecido pelo Contratante em documento contemporâneo à sua ocorrência.
7.12. A solicitação de prorrogação, com a indicação do novo prazo para o fornecimento dos produtos/materiais, deverá ser encaminhada ao Município, até o vencimento do prazo de execução dos serviços inicialmente estabelecido, ficando a critério do Contratante a sua aceitação.

8. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

8.1. A empresa licitante deverá apresentar juntamente com as produtos as notas fiscais correspondentes ao fornecimento destas, devidamente processadas em duas vias, com todos os campos preenchidos, sem rasuras e devidamente atestada pelo servidor designado pela Administração, devendo ainda estar acompanhada das cópias das Ordens de Fornecimento autorizadas pelo Secretario Responsável.
8.2. O pagamento das notas fiscais apresentadas e devidamente atestadas será efetuado através de Ordem Bancária, no prazo máximo de 10 (dez) dias a partir do recebimento e atestação das referidas notas

fiscais pelo servidor designado pela Administração para a fiscalização do contrato;
8.3. Se a Nota Fiscal for apresentada com erro, será devolvida à licitante vencedora para retificação e reapresentação, acrescentando-se no prazo fixado os dias que se passarem entre a data da devolução e a da reapresentação;
8.4. Nenhum pagamento será efetuado enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito de atualização monetária.

9. READEQUAÇÃO DE PREÇOS

9.1. Os preços dos produtos apresentados nas propostas serão permanentes e irreajustáveis de acordo com a legislação vigente.
9.2. Os preços inicialmente cotados são fixos e irreajustáveis, podendo ser objeto revisão, de ofício ou a pedido, caso haja motivo relevante, tal como variação substancial do custo de aquisição do produto, junto ao distribuidor, devidamente justificado e demonstrado pela Licitante vencedora;
9.3 Somente haverá revisão de valor quando o reajuste for notório e de amplo conhecimento da sociedade, não se enquadrando nesta hipótese simples mudança de fornecedor ou de distribuidora por parte da Licitante vencedora;
9.4. O reajuste será promovido levando-se em conta apenas o saldo não retirado, e não servirá, em hipótese alguma para ampliação de margem de lucro.
9.5. O reajustamento apenas será efetuado no caso de a Licitante vencedora demonstrar através de Notas Fiscais do distribuidor o preço praticado anteriormente e o atual.
9.6. A recomposição de preços não ficará adstrita a aumento, devendo a Licitante vencedora repassar ao Município as reduções que possivelmente venham ocorrer em seus respectivos percentuais.
9.7. Tais recomposições poderão ser espontaneamente ofertadas pela Licitante ou requeridas pelo Município.
9.8. O diferencial de preço entre a proposta inicial da detentora e a pesquisa de mercado efetuada pela Administração à época da abertura da proposta, bem como eventuais descontos concedidos pela detentora, serão sempre mantidos, inclusive se houver prorrogação da vigência da ata.
9.9. Durante a vigência da ata, os preços registrados não poderão ficar acima dos praticados no mercado. Por conseguinte, independentemente de provocação da Administração, no caso de redução, ainda que temporária, dos preços de mercado, a detentora obriga-se a comunicar ao Município o novo preço que substituirá o então registrado.
9.10. Caso a Licitante venha a se locupletar com a redução efetiva de preços de mercado não repassada à Administração, ficará obrigada à restituição do que houver recebido indevidamente.

10. RESCISÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

10.1. A ata poderá ser rescindida de pleno direito, nas hipóteses a seguir relacionadas.
10.2. A rescisão pela **Administração** poderá ocorrer quando:
10.2.1. A detentora não cumprir as obrigações constantes da ata;
10.2.2. A detentora não formalizar contrato decorrente do registro de preços ou não retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido, se a Administração não aceitar sua justificativa;
10.2.3. A detentora der causa à rescisão administrativa de contrato decorrente do registro de preços;
10.2.4. Em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial do contrato decorrente do registro de preços;
10.2.5. Os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados pelo mercado e a detentora não aceitar a redução;
10.2.6. Por razões de interesse público, devidamente motivadas e justificadas pela Administração;
10.2.7. Sempre que ficar constatado que a fornecedora perdeu qualquer das condições de habilitação e/ou qualificação exigida na licitação.
10.3. A comunicação da rescisão, nos casos previstos 9.2, será feita pessoalmente ou por correspondência com aviso de recebimento, juntando-se comprovante aos autos que deram origem ao registro de preços. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da detentora, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial do Estado, por **02 (duas) vezes consecutivas,** considerando-se cancelado o registro a partir da última publicação.
10.4. A rescisão pela **Detentora** poderá ocorrer quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de cumprir as exigências da ata.
10.4.1. A solicitação da detentora para cancelamento do preço registrado deverá ser formulada com antecedência de **30 (trinta) dias,** facultada à Administração a aplicação das penalidades previstas e compatíveis**,** caso não sejam aceitas as razões do pedido.
10.4.2. A rescisão ou suspensão de fornecimento com fundamento no artigo 78, inciso XV, da Lei federal nº 8.666/93 deverá ser notificada.
10.5. A Administração, a seu critério, poderá convocar, pela ordem, as demais licitantes classificadas, mediante a sua concordância em assumirem o fornecimento do objeto da ata.
10.6. Aplica-se no que couber o disposto nos artigos 78 e 79 da Lei 8.666/93.

11. AUTORIZAÇÃO PARA AQUISIÇÃO E EMISSÃO DE NOTA DE EMPENHO

11.1. As aquisições decorrentes desta ata serão autorizadas, caso a caso, pela autoridade competente ou por quem aquele delegar competência para fazê-lo.
11.2. As aquisições decorrentes desta ata serão formalizadas através da emissão da Nota de Empenho e respectiva Ordem de Fornecimento. Caso a unidade necessite de regulamentação não prevista neste instrumento, desde que as normas contratuais não colidam com as cláusulas desta ata.

12. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

12.1 - As despesas para a satisfação do presente contrato correrão à conta da seguinte dotação orçamentária:

Aquisição de Peças, Óleo Lubrificante, Graxa e Fluidos
Unidade: 001 – Gabinete
Projeto/Atividade: 2.003
Elemento de despesa – 02.001.04.122.003.2003-3390.30.00

Unidade: 002 - Secretária Municipal de Educação
Projeto/Atividade: 2.109
Elemento de despesa: 04.002.12.361.0007.2109-3390.30.00

Unidade: 002 - Secretária Municipal de Saúde
Projeto/Atividade: 2.038
Elemento de despesa: 05.002.10.301.0013.2038-3390.30.00

Unidade: 001 - Secretária Desenvolvimento Rural
Projeto/Atividade: 2.045
Elemento de despesa: 08.001.20.606.0046.2045-3390.30.00

Unidade: 002 - Secretária Municipal de Promoção e Assist Social
Projeto/Atividade: 2.054
Elemento de despesa – 09.002.08.243.0030.2054-3390.30.00

Unidade: 001 – Secretária de Administração
Projeto/Atividade: 2.094
Elemento de despesa – 13.001.04.122.0026.2094-3390.30.00

Prestação de Serviços
Unidade: 001 – Gabinete
Projeto/Atividade: 2.003
Elemento de despesa – 02.001.04.122.003.2003-3390.39.00

Unidade: 002 - Secretária Municipal de Educação
Projeto/Atividade: 2.109
Elemento de despesa: 04.002.12.361.0007.2109-3390.39.00

Unidade: 002 - Secretária Municipal de Saúde
Projeto/Atividade: 2.038
Elemento de despesa: 05.002.10.301.0013.2038-3390.39.00

Unidade: 001 - Secretária Desenvolvimento Rural

Projeto/Atividade: 2.045
Elemento de despesa: 08.001.20.606.0046.2045-3390.39.00

Unidade: 002 - Secretária Municipal de Promoção e Assist Social
Projeto/Atividade: 2.054
Elemento de despesa – 09.002.08.243.0030.2054-3390.39.00

Unidade: 001 – Secretária de Administração
Projeto/Atividade: 2.094
Elemento de despesa – 13.001.04.122.0026.2094-3390.39.00

13. DA FISCALIZAÇÃO

13.1 – A fiscalização da execução do Contrato será exercida por servidor credenciado, independentemente de qualquer outra supervisão, assessoramento e/ou acompanhamento do objeto que venha a ser determinada pela CONTRATANTE, a seu exclusivo juízo.

13.2 – A fiscalização de que trata este item não exclui, nem reduz, a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, e, na sua ocorrência, não implica co-responsabilidade da CONTRATANTE ou de seus empregados, prepostos ou contratados.

13.3 – Todas as ORDENS DE SERVIÇO, instruções, reclamações e, em geral, qualquer entendimento entre a Fiscalização e a CONTRATADA serão feitos por escrito, nas ocasiões devidas, não sendo tomadas em consideração quaisquer alegações fundamentadas em ordens ou declarações verbais.
13.4 – Da(s) decisão(ões) da Fiscalização poderá a CONTRATADA recorrer à CONTRATANTE, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, sem efeito suspensivo.

14. DISPOSIÇÕES GERAIS

14.1. O compromisso de fornecimento só estará caracterizado mediante recebimento da nota de empenho e respectiva Ordem de Fornecimento ou instrumento equivalente decorrente da ata.
14.2. A detentora fica obrigada a atender todos os pedidos efetuados durante a vigência da ata, ainda que o fornecimento decorrente tenha que ser efetuado após o término de sua vigência.
14.3. O preço a ser pago pela Prefeitura Municipal de JANGADA/MT é o vigente na data em que o pedido for entregue à detentora da ata, independentemente da data de entrega do produto, ou de autorização de readequação de preços nesse intervalo de tempo.
14.4. Na hipótese de a detentora da ata se negar a receber o pedido, este deverá ser enviado pelo correio, registrado, considerando-se como efetivamente recebido na data do registro, para todos os efeitos legais.
14.5. As especificações técnicas do objeto não expressamente declaradas nesta ata deverão obedecer às normas técnicas pertinentes.
14.6. A detentora da ata deverá comunicar toda e qualquer alteração nos dados cadastrais, para atualização.
14.7. O valor inicialmente que se atribui a esta ata é o constante da proposta da Detentora do Registro, sendo que cada contratação terá valores próprios.
14.8. Como condição de eficácia, cada contratação terá seu extrato publicado na imprensa oficial.
14.9. Para solucionar quaisquer questões oriundas desta ata é competente, por força de lei, o Foro da Comarca de Rosário Oeste/MT, com expressa renúncia de qualquer outro.
Com tudo dado por certo e correto, solicita a aposição primeiramente dos representantes legais e segundamente do pregoeiro e da equipe de apoio, além de duas testemunhas que a tudo assistiram. Nada mais havendo a ser tratado a sessão de lavratura da ata é dada por encerrada.

JANGADA/MT, 16 de Junho de 2014.

VALDECIR KEMER
Prefeito Municipal

Cuiagin Distribuidoras de Peças Automotiva LTDA
C.N.P.J. nº 13.457.937.0001-89
DIVINO VIEIRA TELES
RG nº 2122751-9 SSP/MT
Contratada

CARLOS KAZUHIKO MITO
Pregoeiro

PAULO NERIS ASSUNÇÃO
Equipe Apoio

REINALDO GONÇALO DE ALMEIDA MEIRA
Equipe Apoio

MICHELE SOARES DE ALMEIDA
Equipe Apoio

Publicado por:
Nicholas da Costa Machado
Código Identificador:C64D13CA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS DO PREGÃO Nº 009/2014

PREGÃO PRESENCIAL Nº 009/2014.

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAIS EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO CORRETIVA E PREVENTIVA DE VEICULOS, ENGLOBANDO AQUISIÇÃO DE ÓLEO LUBRIFICANTE, GRAXA E FLUIDOS, PEÇAS GENUINAS OU ORIGINAIS, INDEPENDENTE DE MARCA OU CATEGORIA PARA ATENDIMENTO DA FROTA DE VEICULOS, FIRMADO ENTRE O MUNICÍPIO DE JANGADA E A EMPRESA REVITALIZAR COMERCIO DE PEÇAS E SERVIÇOS LTDA-ME.

Validade 12 (doze) meses.

Pelo presente instrumento, a Prefeitura Municipal de JANGADA/MT, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa no Paço Julio domingos de campos inscrita no CNPJ/MF 24.772.147/0001-68 neste ato representado pelo Prefeito Municipal o Srº Valdecir Kemer, brasileiro, casado, Técnico Agrícola, portador da RG. 11/R-2.143.843 SSP/SC data de exp 21-01-1986, e CPF/MF nº777.850.969-53, residente e domiciliado na Rua 03 bairro centro, do município Jangada/MT , considerando o julgamento da licitação MENOR PREÇO POR LOTE**,** na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL/REGISTRO DE PREÇOS N° 009/2014, **RESOLVE** registrar os preços da empresa **REVITALIZAR COMERCIO DE PEÇAS E SERVIÇOS LTDA-ME**, inscrita no C.N.P.J./MF sob o n.º 08.355.658/0001-28, domiciliada na Avenida Central, s/nº, Q.05, Lote 10, Sala B, Bairro Centro Empresarial Várzea Grande/MT, representada neste ato por seu procurador o Srº Eriwelton Marcelo Pinheiros Da Silva**,** brasileiro, casado, vendedor**,** inscrito no RG nº 1472576-2 SSP/MT, CPF: 973.732.731-49**,** residente no município de Várzea-Grande /MT**,** nas quantidades estimadas, de acordo com a classificação por elas alcançadas por lote, atendendo as condições previstas no Instrumento Convocatório e as constantes desta Ata de Registro de Preços, sujeitando-se as partes às normas constantes da Lei n° 8.666/93 e suas alterações, Lei 10.520 de 17 de julho de 2002, Decreto N° 7.892/2013 e em conformidade com as disposições a seguir:

1.OBJETO E PREÇOS

1.1. Através da presente ata ficam registrados os seguintes preços para **FUTURAS E EVENTUAIS EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DE VEICULOS, ENGLOBANDO AQUISIÇÃO DE ÓLEO LUBRIFICANTES, GRAXA E FLUIDOS, PEÇAS GENUINAS OU ORIGINAIS, INDEPENDENTE DE MARCA E**

CATEGORIA PARA ATENDIMENTO DA FROTA DE VEICULOS DO MUNICIPIO DE JANGADA/MT, conforme descrição constante no Anexo I - Especificações dos Itens do Edital de **PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇO nº 009/2014.**

1.2. A presente Ata de Registro de Preços tem o valor registrado por Lote, com seus itens especificados, conforme segue:

LOTE 15 – LINHA MECANICA, ELETRICA, ACESSORIOS
MOTOS - Fornecimento de peças genuínas ou originais de primeira linha, independente de marca e categoria para atendimento da frota de veículos do Município de Jangada/MT.
O percentual de desconto para o fornecimento de peças genuínas ou originais de primeira linha, sobre a tabela de preços fornecidas pelas montadoras, é de: 16% (DEZESSEIS POR CENTO).

LOTE 19 - PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS
RECUPERAÇÃO E MANUTENÇÃO EM AR CONDICIONADO AUTOMÓVEIS LEVES, CAMIONETES E AMBULANCIAS– Execução de serviços de manutenção preventiva e corretiva de veículos operacionais da frota do Município de Jangada/MT.
O percentual de desconto para a prestação do serviço de manutenção preventiva e corretiva sobre a importância máxima de R$ 150,00 (cento e cinquenta reais) paga por hora trabalhada, é de: 30% (TRINTA POR CENTO). Ficando um valor de R$ 105,00 (cento e cinco reais), por hora trabalhada.

LOTE 29 - PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS
RECUPERAÇÃO, MONUTENÇÃO EM AR CONDICIONADO ÔNIBUS, CAMINHÕES E MAQUINAS PESADAS – Execução de serviços de manutenção preventiva e corretiva de veículos operacionais da frota do Município de Jangada/MT.
O percentual de desconto para a prestação do serviço de manutenção preventiva e corretiva sobre a importância máxima de R$ 150,00 (cento e cinquenta reais) paga por hora trabalhada, é de: 25,5% (VINTE E CINCO E MEIO POR CENTO). Ficando um valor de R$ 111,75 (cento e onze reais e setenta e cinco centavos), por hora trabalhada.

2. DO PREÇO E DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

2.1 – O valor estimado para o registro de preço referente aos lotes registrados é de **Lote 15**: 16% (dezesseis por cento), **Lote 19**: 30% (trinta por cento), **Lote 29**: 25,5% (vinte e cinco e meio por cento), sobre a tabela de preços fornecida pelas montadora, conforme proposta feita pelo **CONTRATADO**, e pago conforme entrega das peças;
2.2 – O Contrato durante toda sua vigência e execução deverá observar o equilíbrio financeiro nos parâmetros da proposta feita pelo CONTRATADO;

3. VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

3.1. A Ata de Registro de Preços, ora firmada, terá validade de 12 MESES, a partir da data da assinatura e publicação, podendo ser prorrogada, por até idêntico período, desde que haja anuência das partes.
3.2. A detentora da ata deverá manifestar, por escrito, seu eventual interesse na prorrogação do ajuste, em prazo não inferior a 30 (trinta) dias do término de sua vigência. A inexistência de pronunciamento, dentro do prazo, dará ensejo à Administração, a seu exclusivo critério: de promover nova licitação, descabendo à detentora o direito a qualquer recurso ou indenização.
3.3. Nos termos do § 4º do artigo 15 da Lei Federal nº 8.666/93, durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, o Município de Jangada não será obrigado a aquisição, exclusivamente por seu intermédio, os materiais referidos na cláusula primeira, podendo utilizar, para tanto, outros meios, desde que permitidos em lei, sem que, desse fato, caiba recurso ou indenização de qualquer espécie à empresa detentora.
3.4. Em cada aquisição decorrente desta Ata, serão observadas, quanto ao preço, as cláusulas e condições constantes do edital do PREGÃO PRESENCIAL nº 009/2014, que a precedeu e integra o presente instrumento de compromisso, independente de transcrição, por ser de pleno conhecimento das partes.

4. DO PRAZO, DO LOCAL E DAS CONDIÇÕES DE ENTREGA DO OBJETO.

4.1 Os produtos aprovados, objeto deste edital, e suas respectivas marcas deverão ser entregues de acordo com as quantidades e endereço especificados na Ordem de Fornecimento emitida pela secretaria, durante todo o período do registro de preços. Caso o fornecedor alegue não poder cumprir a entrega de algum produto ou marca o mesmo deverá cumprir a entrega ou arcará com as punições previstas neste Edital.
4.2 O prazo de entrega deverá ser de no máximo 24(vinte e quatro) horas, a partir do recebimento da Ordem de Fornecimento.
4.3. Será averiguado o prazo de validade dos produtos e posto em conta a qualidade dos mesmos.
4.4 Durante a entrega se for observada que o prazo de validade do produto estiver vencido, a contratada ficará obrigada a substituir os produtos em questão no prazo de 48 (quarenta e oito) horas sem ônus para a Prefeitura Municipal.
4.5 A Administração da Prefeitura Municipal de JANGADA/MT, poderá rejeitar a entrega dos produtos que porventura estejam em desacordo com as especificações constantes no **termo de referencia**, apresentarem imperfeição, ou ainda quando acondicionados de forma indevida, ficarem imprestáveis para o uso, onde deverão ser substituídos. Caso o objeto seja rejeitado, o ônus da devolução (frete, transportadora, etc) ocorrerá por conta da contratada.
4.6 Os produtos serão recebidos definitivamente, obedecendo ao disposto no artigo 73, inciso II, da Lei n° 8.666/93, ou seja mediante termo de aceitação ou atesto aposto na nota fiscal/fatura pelo servidor designado que tenha realizado minuciosa conferência do objeto no ato da entrega dos produtos.
4.7 Ficarão a cargo da(s) vencedora(s) deste certame, as despesas de seguros, entrega, transporte, descarga, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários decorrentes da execução do objeto desta licitação. As empresas fornecedoras se responsabilizarão pelo transporte adequado dos medicamentos, segundo as normas técnicas necessárias (boas práticas, boas condições de higiene e limpeza).
4.8 Em caso de não aceitação do objeto deste Pregão, fica a Contratada obrigada a retirá-lo e substituí-lo no prazo de 48 horas, contados da notificação a ser expedida pela Contratante, ou imediatamente, sob pena de incidência nas sanções capituladas na cláusula 16 e administrativas estabelecidas pelas leis federais nº 10.520/02 e 8.666/93 e suas alterações.
4.9 O recebimento definitivo não exclui a responsabilidade da proponente adjudicatária, nos termos das prescrições legais.

5. DAS OBRIGAÇÕES DA LICITANTE VENCEDORA

5.1. Sempre que notificado de que o Município efetivará a contratação, a licitante vencedora deverá retirar a Nota de Empenho e respectiva Ordem de Fornecimento, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste certame. Recebida a Requisição, a empresa vencedora do certame obriga-se a:
5.1.1. Atender a Ordem de Fornecimento do Município fornecendo os produtos necessários em sua quantidade total.
5.1.2 Entregar e descarregar os produtos em local designado pelo Município, sem que com isso haja qualquer custo adicional.
5.1.3. Credenciar um representante junto ao Município para prestar esclarecimentos que forem solicitados, cujas reclamações se obriga a atender prontamente;
5.1.4. Manter, durante a execução do contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas neste Edital;
5.1.5. Assumir a responsabilidade por todos os encargos e obrigações sociais previstos na legislação social e trabalhista em vigor, uma vez que os empregados não manterão nenhum vínculo com o Município;
5.1.6. Responsabilizar-se pelos danos que causar ao Município ou a terceiros, por culpa ou dolo, não servindo como excludente ou redutor dessa responsabilidade o fato de haver acompanhamento e fiscalização por parte do Município;
5.1.7. Prestar os esclarecimentos que forem solicitados pelo Município, cujas reclamações se obriga a atender prontamente;

5.1.8. Fornecer todos os dados necessários à fiscalização e controle do cumprimento do objeto contratado, sempre que solicitado pelo Município de JANGADA- MT.
5.1.9. Executar os fornecimentos somente após autorizados pelo Responsável do Município de JANGADA– MT, procedendo a devolução dos produtos não autorizados.
5.1.10. O Município de JANGADA– MT reserva-se o direito de rejeitar qualquer produto que não atenda as exigências, cabendo à empresa a reposição, sendo que a rejeição não poderá ser alegada como justificativa para atraso no fornecimento.
5.1.11 - Substituir às suas expensas, os produtos que encontrarem com data de validade vencida, com problemas que venham inutilizar o produto solicitado;
5.1.12 - Caso haja reduções ou descontos, a empresa vencedora compromete-se a repassá-los ao Município, ainda que, depois de expedida a Ordem de Fornecimento;
5.1.13 - Entregar os produtos na prefeitura de forma fracionado conforme ordem de fornecimento expedido pelas Secretarias em até 24 (vinte e quatro) horas, sem que haja qualquer custo adicional.
5.1.14 - Credenciar um representante junto ao Município para prestar esclarecimentos que forem solicitados, cujas reclamações obrigam-se a atender prontamente;
5.1.15 - Não transferir a terceiros, total ou parcialmente, o objeto da licitação, sem prévia anuência do Município;
5.1.16 - Aceitar acréscimos ou supressões que se fizerem necessários de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor da proposta.
5.1.17 - Manter seu cadastro atualizado.

6. DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICIPIO DE JANGADA

6.2 Uma vez firmada a ata de preços, o Município se obriga a:
6.2.1 Garantir a detentora do Registro de Preços, desde que em igualdade de condições, a preferência no fornecimento.
6.2.2. Negociar com a Detentora do Registro de Preços, sempre os preços de mercados resultantes da pesquisa de preços estiver menor que os registrados.
6.2.3. Acompanhar e fiscalizar, através de servidor designado pela Administração, o cumprimento dos termos da ata de registro de preços devidamente assinada, anotando em registro próprio as falhas detectadas e comunicando as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte da licitante vencedora;
6.2.4. Efetuar o pagamento à licitante vencedora, na forma e prazos estabelecidos neste Edital e na ata de Registro de Preços a ser firmada entre as partes, procedendo-se à retenção dos tributos devidos, consoante a legislação vigente;
6.2.5 Zelar para que sejam cumpridas as obrigações assumidas pela licitante vencedora, bem como sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
6.2.6. Aceitar, nas mesmas condições, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários no quantitativo do objeto, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor contratado.

7. PENALIDADES

7.1. O descumprimento injustificado das obrigações assumidas nos termos deste edital, sujeita a contratada a multas, consoante o caput e § 1º do art. 86 da Lei no 8.666/93, incidentes sobre o valor da Nota de Empenho, na forma seguinte:
7.2. Sem prejuízo das sanções cominadas no art. 87, I, III e IV, da Lei 8.666/93, pela inexecução total ou parcial do objeto adjudicado, o Município poderá, garantida a prévia e ampla defesa, aplicar à Contratada multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor adjudicado.
7.3. Se a adjudicatária recusar-se a retirar a nota de empenho injustificadamente ou se não apresentar situação regular no ato da feitura da mesma, garantida prévia e ampla defesa, sujeita-se às seguintes penalidades:
7.3.1. Multa de até 10% sobre o valor adjudicado;
7.3.2. Suspensão temporária de participar de licitações e impedimento de contratar com a Administração Pública, por prazo de até 02 (dois) anos, e;
7.3.3. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.
7.4. O descumprimento injustificado das obrigações assumidas, sujeita à contratada as multas estabelecidas, consoante o caput e §§ do art. 86 da Lei no 8.666/93, incidentes sobre o valor da Nota de Empenho, na forma seguinte:
7.5. Sem prejuízo das sanções cominadas no art. 87, I, III e IV, da Lei 8.666/93, e as demais estabelecidas neste edital, pela inexecução total ou parcial do objeto adjudicado, a Administração poderá aplicar, garantida a prévia e ampla defesa, as multas e demais penalização prevista na legislação.
7.5.1. Para os casos de infringência contratual comprovada e sem justificativa aceita e onde não houver percentual de multa estabelecida, a contratante aplicará multa de 0,05% (zero vírgula zero cinco por cento) ao dia, estando caracterizada inexecução contratual, não havendo regra específica, a não regularização da situação em prazo superior a 10 (dez) dias úteis, contatos da notificação.
7.6. Se a adjudicatária não cumprir o objeto, recusar-se a retirar a nota de empenho injustificadamente ou se não apresentar situação regular no ato da feitura da mesma, garantida prévia e ampla defesa, sujeita-se às seguintes penalidades:
7.6.1. Multa nos termos deste edital;
7.6.2. Suspensão temporária de participar de licitações e impedimento de contratar com a Administração por prazo de até 2 (dois) anos, e,
7.6.3. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.
7.7. As multas previstas nesta seção não eximem a adjudicatária da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha causar ao Município.
7.8. A decisão de vedação para participar de licitação ou declaração de inidoneidade será exarada pelo Município de JANGADA/MT.
7.9. A multa, eventualmente imposta à contratada, será automaticamente descontada da fatura a que fizer jus, acrescida de juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês. Caso a contratada não tenha nenhum valor a receber deste Município, ser-lhe-á concedido o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados de sua intimação, para efetuar o pagamento da multa. Após esse prazo, não sendo efetuado o pagamento, seus dados serão encaminhados ao Órgão competente para que seja inscrita na dívida ativa do Município, podendo, ainda proceder a cobrança judicial da multa.
7.10. A licitante adjudicatária ou contratada que deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, garantida prévia e ampla defesa, ficará impedida de licitar e contratar com o Município pelo prazo de até 05 (cinco anos) e, se for o caso, será descredenciada no Cadastro de Fornecedores por igual período, sem prejuízo da ação penal correspondente na forma da lei.
7.11. Caso a Contratada não possa cumprir os prazos estipulados para o fornecimento do objeto desta contratação, deverá apresentar justificativa por escrito, devidamente comprovada, nos casos de ocorrência de fato superveniente, excepcional ou imprevisível, estranho à vontade das partes, que altere fundamentalmente as condições do Contrato e de impedimento de execução do Contrato por fato ou ato de terceiros reconhecido pelo Contratante em documento contemporâneo à sua ocorrência.
7.12. A solicitação de prorrogação, com a indicação do novo prazo para o fornecimento dos produtos/materiais, deverá ser encaminhada ao Município, até o vencimento do prazo de execução dos serviços inicialmente estabelecido, ficando a critério do Contratante a sua aceitação.

8. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

8.1. A empresa licitante deverá apresentar juntamente com as produtos as notas fiscais correspondentes ao fornecimento destas, devidamente processadas em duas vias, com todos os campos preenchidos, sem rasuras e devidamente atestada pelo servidor designado pela Administração, devendo ainda estar acompanhada das cópias das Ordens de Fornecimento autorizadas pelo Secretario Responsável.
8.2. O pagamento das notas fiscais apresentadas e devidamente atestadas será efetuado através de Ordem Bancária, no prazo máximo de 10 (dez) dias a partir do recebimento e atestação das referidas notas fiscais pelo servidor designado pela Administração para a fiscalização do contrato;

8.3. Se a Nota Fiscal for apresentada com erro, será devolvida à licitante vencedora para retificação e reapresentação, acrescentando-se no prazo fixado os dias que se passarem entre a data da devolução e a da reapresentação;
8.4. Nenhum pagamento será efetuado enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito de atualização monetária.

9. READEQUAÇÃO DE PREÇOS

9.1. Os preços dos produtos apresentados nas propostas serão permanentes e irreajustáveis de acordo com a legislação vigente.
9.2. Os preços inicialmente cotados são fixos e irreajustáveis, podendo ser objeto revisão, de ofício ou a pedido, caso haja motivo relevante, tal como variação substancial do custo de aquisição do produto, junto ao distribuidor, devidamente justificado e demonstrado pela Licitante vencedora;
9.3 Somente haverá revisão de valor quando o reajuste for notório e de amplo conhecimento da sociedade, não se enquadrando nesta hipótese simples mudança de fornecedor ou de distribuidora por parte da Licitante vencedora;
9.4. O reajuste será promovido levando-se em conta apenas o saldo não retirado, e não servirá, em hipótese alguma para ampliação de margem de lucro.
9.5. O reajustamento apenas será efetuado no caso de a Licitante vencedora demonstrar através de Notas Fiscais do distribuidor o preço praticado anteriormente e o atual.
9.6. A recomposição de preços não ficará adstrita a aumento, devendo a Licitante vencedora repassar ao Município as reduções que possivelmente venham ocorrer em seus respectivos percentuais.
9.7. Tais recomposições poderão ser espontaneamente ofertadas pela Licitante ou requeridas pelo Município.
9.8. O diferencial de preço entre a proposta inicial da detentora e a pesquisa de mercado efetuada pela Administração à época da abertura da proposta, bem como eventuais descontos concedidos pela detentora, serão sempre mantidos, inclusive se houver prorrogação da vigência da ata.
9.9. Durante a vigência da ata, os preços registrados não poderão ficar acima dos praticados no mercado. Por conseguinte, independentemente de provocação da Administração, no caso de redução, ainda que temporária, dos preços de mercado, a detentora obriga-se a comunicar ao Município o novo preço que substituirá o então registrado.
9.10. Caso a Licitante venha a se locupletar com a redução efetiva de preços de mercado não repassada à Administração, ficará obrigada à restituição do que houver recebido indevidamente.

10. RESCISÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

10.1. A ata poderá ser rescindida de pleno direito, nas hipóteses a seguir relacionadas.
10.2. A rescisão pela **Administração** poderá ocorrer quando:
10.2.1. A detentora não cumprir as obrigações constantes da ata;
10.2.2. A detentora não formalizar contrato decorrente do registro de preços ou não retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido, se a Administração não aceitar sua justificativa;
10.2.3. A detentora der causa à rescisão administrativa de contrato decorrente do registro de preços;
10.2.4. Em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial do contrato decorrente do registro de preços;
10.2.5. Os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados pelo mercado e a detentora não aceitar a redução;
10.2.6. Por razões de interesse público, devidamente motivadas e justificadas pela Administração;
10.2.7. Sempre que ficar constatado que a fornecedora perdeu qualquer das condições de habilitação e/ou qualificação exigida na licitação.
10.3. A comunicação da rescisão, nos casos previstos 9.2, será feita pessoalmente ou por correspondência com aviso de recebimento, juntando-se comprovante aos autos que deram origem ao registro de preços. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da detentora, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial do Estado, por **02 (duas) vezes consecutivas,** considerando-se cancelado o registro a partir da última publicação.
10.4. A rescisão pela **Detentora** poderá ocorrer quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de cumprir as exigências da ata.
10.4.1. A solicitação da detentora para cancelamento do preço registrado deverá ser formulada com antecedência de **30 (trinta) dias,** facultada à Administração a aplicação das penalidades previstas e compatíveis**,** caso não sejam aceitas as razões do pedido.
10.4.2. A rescisão ou suspensão de fornecimento com fundamento no artigo 78, inciso XV, da Lei federal nº 8.666/93 deverá ser notificada.
10.5. A Administração, a seu critério, poderá convocar, pela ordem, as demais licitantes classificadas, mediante a sua concordância em assumirem o fornecimento do objeto da ata.
10.6. Aplica-se no que couber o disposto nos artigos 78 e 79 da Lei 8.666/93.

11. AUTORIZAÇÃO PARA AQUISIÇÃO E EMISSÃO DE NOTA DE EMPENHO

11.1. As aquisições decorrentes desta ata serão autorizadas, caso a caso, pela autoridade competente ou por quem aquele delegar competência para fazê-lo.
11.2. As aquisições decorrentes desta ata serão formalizadas através da emissão da Nota de Empenho e respectiva Ordem de Fornecimento. Caso a unidade necessite de regulamentação não prevista neste instrumento, desde que as normas contratuais não colidam com as cláusulas desta ata.

12. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

12.1 - As despesas para a satisfação do presente contrato correrão à conta da seguinte dotação orçamentária:

Aquisição de Peças, Óleo Lubrificante, Graxa e Fluidos
Unidade: 001 – Gabinete
Projeto/Atividade: 2.003
Elemento de despesa – 02.001.04.122.003.2003-3390.30.00

Unidade: 002 - Secretária Municipal de Educação
Projeto/Atividade: 2.109
Elemento de despesa: 04.002.12.361.0007.2109-3390.30.00

Unidade: 002 - Secretária Municipal de Saúde
Projeto/Atividade: 2.038
Elemento de despesa: 05.002.10.301.0013.2038-3390.30.00

Unidade: 001 - Secretária Desenvolvimento Rural
Projeto/Atividade: 2.045
Elemento de despesa: 08.001.20.606.0046.2045-3390.30.00

Unidade: 002 - Secretária Municipal de Promoção e Assist Social
Projeto/Atividade: 2.054
Elemento de despesa – 09.002.08.243.0030.2054-3390.30.00

Unidade: 001 – Secretária de Administração
Projeto/Atividade: 2.094
Elemento de despesa – 13.001.04.122.0026.2094-3390.30.00

Prestação de Serviços
Unidade: 001 – Gabinete
Projeto/Atividade: 2.003
Elemento de despesa – 02.001.04.122.003.2003-3390.39.00

Unidade: 002 - Secretária Municipal de Educação
Projeto/Atividade: 2.109
Elemento de despesa: 04.002.12.361.0007.2109-3390.39.00

Unidade: 002 - Secretária Municipal de Saúde
Projeto/Atividade: 2.038
Elemento de despesa: 05.002.10.301.0013.2038-3390.39.00

Unidade: 001 - Secretária Desenvolvimento Rural
Projeto/Atividade: 2.045

Elemento de despesa: 08.001.20.606.0046.2045-3390.39.00

Unidade: 002 - Secretária Municipal de Promoção e Assist Social
Projeto/Atividade: 2.054
Elemento de despesa – 09.002.08.243.0030.2054-3390.39.00

Unidade: 001 – Secretária de Administração
Projeto/Atividade: 2.094
Elemento de despesa – 13.001.04.122.0026.2094-3390.39.00

13. DA FISCALIZAÇÃO

13.1 – A fiscalização da execução do Contrato será exercida por servidor credenciado, independentemente de qualquer outra supervisão, assessoramento e/ou acompanhamento do objeto que venha a ser determinada pela CONTRATANTE, a seu exclusivo juízo.

13.2 – A fiscalização de que trata este item não exclui, nem reduz, a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, e, na sua ocorrência, não implica co-responsabilidade da CONTRATANTE ou de seus empregados, prepostos ou contratados.

13.3 – Todas as ORDENS DE SERVIÇO, instruções, reclamações e, em geral, qualquer entendimento entre a Fiscalização e a CONTRATADA serão feitos por escrito, nas ocasiões devidas, não sendo tomadas em consideração quaisquer alegações fundamentadas em ordens ou declarações verbais.
13.4 – Da(s) decisão(ões) da Fiscalização poderá a CONTRATADA recorrer à CONTRATANTE, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, sem efeito suspensivo.

14. DISPOSIÇÕES GERAIS

14.1. O compromisso de fornecimento só estará caracterizado mediante recebimento da nota de empenho e respectiva Ordem de Fornecimento ou instrumento equivalente decorrente da ata.
14.2. A detentora fica obrigada a atender todos os pedidos efetuados durante a vigência da ata, ainda que o fornecimento decorrente tenha que ser efetuado após o término de sua vigência.
14.3. O preço a ser pago pela Prefeitura Municipal de JANGADA/MT é o vigente na data em que o pedido for entregue à detentora da ata, independentemente da data de entrega do produto, ou de autorização de readequação de preços nesse intervalo de tempo.
14.4. Na hipótese de a detentora da ata se negar a receber o pedido, este deverá ser enviado pelo correio, registrado, considerando-se como efetivamente recebido na data do registro, para todos os efeitos legais.
14.5. As especificações técnicas do objeto não expressamente declaradas nesta ata deverão obedecer às normas técnicas pertinentes.
14.6. A detentora da ata deverá comunicar toda e qualquer alteração nos dados cadastrais, para atualização.
14.7. O valor inicialmente que se atribui a esta ata é o constante da proposta da Detentora do Registro, sendo que cada contratação terá valores próprios.
14.8. Como condição de eficácia, cada contratação terá seu extrato publicado na imprensa oficial.
14.9. Para solucionar quaisquer questões oriundas desta ata é competente, por força de lei, o Foro da Comarca de Rosário Oeste/MT, com expressa renúncia de qualquer outro.
Com tudo dado por certo e correto, solicita a aposição primeiramente dos representantes legais e segundamente do pregoeiro e da equipe de apoio, além de duas testemunhas que a tudo assistiram. Nada mais havendo a ser tratado a sessão de lavratura da ata é dada por encerrada.

JANGADA/MT, 16 de Junho de 2014.

VALDECIR KEMER
Prefeito Municipal

Revitalizar Comercio de Peças e Serviços LTDA-ME
CNPJ n.º 08.355.658/0001-28
ERIWELTON MARCELO PINHEIROS DA SILVA
RG nº 1472576-2 SSP/MT
Contratada

CARLOS KAZUHIKO MITO
Pregoeiro

PAULO NERIS ASSUNÇÃO
Equipe Apoio

REINALDO GONÇALO DE ALMEIDA MEIRA
Equipe Apoio

MICHELE SOARES DE ALMEIDA
Equipe Apoio

Publicado por:
Nicholas da Costa Machado
Código Identificador:D1B50A4A

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS DO PREGÃO Nº 009/2014

PREGÃO PRESENCIAL Nº 009/2014

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAIS EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO CORRETIVA E PREVENTIVA DE VEICULOS, ENGLOBANDO AQUISIÇÃO DE ÓLEO LUBRIFICANTE, GRAXA E FLUIDOS, PEÇAS GENUINAS OU ORIGINAIS, INDEPENDENTE DE MARCA OU CATEGORIA PARA ATENDIMENTO DA FROTA DE VEICULOS, FIRMADO ENTRE O MUNICÍPIO DE JANGADA E A EMPRESA AUTO PEÇAS JANGADA LTDA-ME.

Validade 12 (doze) meses.

Pelo presente instrumento, a Prefeitura Municipal de JANGADA/MT, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa no Paço Julio domingos de campos inscrita no CNPJ/MF 24.772.147/0001-68 neste ato representado pelo Prefeito Municipal o Srº Valdecir Kemer, brasileiro, casado, Técnico Agrícola, portador da RG. 11/R-2.143.843 SSP/SC data de exp 21-01-1986, e CPF/MF nº777.850.969-53, residente e domiciliado na Rua 03 bairro centro, do município de Jangada/MT , considerando o julgamento da licitação MENOR PREÇO POR LOTE**,** na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL/REGISTRO DE PREÇOS N° 009/2014, **RESOLVE** registrar os preços da empresa **AUTO PEÇAS JANGADA LTDA-ME,** inscrita no C.N.P.J./MF sob o n.º 05.480.515/0001-50, residente e domiciliada na Avenida Marechal Rondon s/n, bairro: Centro – Jangada/MT, representada neste ato pelo sócio proprietário o Srº. João Henrique Gruber, inscrito no RG nº 1460805-7 SSP/MT, CPF: 010.736.501-46, residente neste município de Jangada/MT**,** nas quantidades estimadas, de acordo com a classificação por elas alcançadas por lote, atendendo as condições previstas no Instrumento Convocatório e as constantes desta Ata de Registro de Preços, sujeitando-se as partes às normas constantes da Lei n° 8.666/93 e suas alterações, Lei 10.520 de 17 de julho de 2002, Decreto N° 7.892/2013 e em conformidade com as disposições a seguir:

1.OBJETO E PREÇOS

1.1. Através da presente ata ficam registrados os seguintes preços para **FUTURAS E EVENTUAIS** EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DE VEICULOS, ENGLOBANDO AQUISIÇÃO DE ÓLEO LUBRIFICANTES, GRAXA E FLUIDOS, PEÇAS GENUINAS OU ORIGINAIS, INDEPENDENTE DE MARCA E CATEGORIA PARA ATENDIMENTO DA FROTA DE VEICULOS DO MUNICIPIO DE JANGADA/MT, conforme descrição constante no Anexo I -

Especificações dos Itens do Edital de **PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇO nº 009/2014**.

1.2. A presente Ata de Registro de Preços tem o valor registrado por Lote, com seus itens especificados, conforme segue:

LOTE 01 - ÓLEO LUBRIFICANTE, GRAXA E FLUIDOS AUTOMÓVEIS LEVES, CAMIONETES E AMBULANCIAS - Fornecimento de Óleo lubrificante, Gaxa e Fluidos Genuínos ou Originais de primeira linha, independente de marca para atender a frota de veículos do Município de Jangada/MT.

O percentual de desconto para o fornecimento de Óleo lubrificante, Gaxa e Fluidos Genuínos ou Originais de primeira linha, sobre a tabela de preços fornecida pelas fabricantes, é de: 15,5%(QUINZE E MEIO POR CENTO).

LOTE 02 – ÓLEO LUBRIFICANTE, GRAXA E FLUIDOS ÔNIBUS E CAMINHOES - Fornecimento de Óleo lubrificante, Gaxa e Fluidos Genuínos ou Originais de primeira linha, independente de marca para atender a frota de veículos do Município de Jangada/MT.

O percentual de desconto para o fornecimento de Óleo lubrificante, Gaxa e Fluidos Genuínos ou Originais de primeira linha, sobre a tabela de preços fornecida pelas fabricantes, é de: 15% (QUINZE POR CENTO).

LOTE 03 – ÓLEO LUBRIFICANTE, GRAXA E FLUIDOS MÁQUINAS PESADAS - Fornecimento de Óleo lubrificante, Gaxa e Fluidos Genuínos ou Originais de primeira linha, independente de marca para atender a frota de veículos do Município de Jangada/MT.

O percentual de desconto para o fornecimento de Óleo lubrificante, Gaxa e Fluidos Genuínos ou Originais de primeira linha, sobre a tabela de preços fornecida pelas fabricantes, é de: 22,5% (VINTE E DOIS E MEIO POR CENTO).

LOTE 04 – ÓLEO LUBRIFICANTE, GRAXA E FLUIDOS MOTOS - Fornecimento de Óleo lubrificante, Gaxa e Fluidos Genuínos ou Originais de primeira linha, independente de marca para atender a frota de veículos do Município de Jangada/MT.

O percentual de desconto para o fornecimento de Óleo lubrificante, Gaxa e Fluidos Genuínos ou Originais de primeira linha, sobre a tabela de preços fornecida pelas fabricantes, é de: 13,5% (TREZE E MEIO POR CENTO).

LOTE 05 – LINHA MECANICA AUTOMÓVEIS LEVES, CAMIONETES E AMBULANCIAS - Fornecimento de Óleo lubrificante, Gaxa e Fluidos Genuínos ou Originais de primeira linha, independente de marca para atender a frota de veículos do Município de Jangada/MT.

O percentual de desconto para o fornecimento de Óleo lubrificante, Gaxa e Fluidos Genuínos ou Originais de primeira linha, sobre a tabela de preços fornecida pelas fabricantes, é de: 45,5% (QUARENTA E CINCO E MEIO POR CENTO).

LOTE 06 – SUSPENÇÃO E FREIOS AUTOMÓVEIS LEVES, CAMIONETES E AMBULANCIAS - Fornecimento de peças genuínas ou originais de primeira linha, independente de marca e categoria para atendimento da frota de veículos do Município de Jangada/MT

O percentual de desconto para o fornecimento de peças genuínas ou originais de primeira linha, sobre a tabela de preços fornecida pelas montadoras, é de: 35,5_% (TRINTA E CINCO E MEIO POR CENTO).

LOTE 07 – LINHA ELÉTRICA AUTOMÓVEIS LEVES, CAMIONETES E AMBULANCIAS - Fornecimento de peças genuínas ou originais de primeira linha, independente de marca e categoria para atendimento da frota de veículos do Município de Jangada/MT.

O percentual de desconto para o fornecimento de peças genuínas ou originais de primeira linha, sobre a tabela de preços fornecida pelas montadoras, é de: 26,5_% (VINTE E SEIS E MEIO POR CENTO).

LOTE 08 - LINHA DE ACESSÓRIOS AUTOMÓVEIS LEVES, CAMIONETES E AMBULANCIAS - Fornecimento de peças genuínas ou originais de primeira linha, independente de marca e categoria para atendimento da frota de veículos do Município de Jangada/MT.

O percentual de desconto para o fornecimento de peças genuínas ou originais de primeira linha, sobre a tabela de preços fornecida pelas montadoras, é de: 27,5_% (VINTE E SETE E MEIO POR CENTO).

LOTE 09 - LINHA MECÂNICA SUSPENÇÃO E FREIOS ÔNIBUS E CAMINHÕES – Fornecimento de peças genuínas ou originais de primeira linha, independente de marca e categoria para atendimento da frota de veículos do Município de Jangada/MT.

O percentual de desconto para o fornecimento de peças genuínas ou originais de primeira linha, sobre a tabela de preços fornecida pelas montadoras, é de: 67,5_% (SESSENTA E SETE E MEIO POR CENTO).

LOTE 10 - LINHA ELÉTRICA ÔNIBUS E CAMINHÕES – Fornecimento de peças genuínas ou originais de primeira linha, independente de marca e categoria para atendimento da frota de veículos do Município de Jangada/MT.
O percentual de desconto para o fornecimento de peças genuínas ou originais de primeira linha, sobre a tabela de preços fornecida pelas montadoras, é de: 37,5_% (TRINTA E SETE E MEIO POR CENTO).

LOTE 11 - LINHA DE ACESSÓRIOS ÔNIBUS E CAMINHÕES – Fornecimento de peças genuínas ou originais de primeira linha, independente de marca e categoria para atendimento da frota de veículos do Município de Jangada/MT.
O percentual de desconto para o fornecimento de peças genuínas ou originais de primeira linha, sobre a tabela de preços fornecida pelas montadoras, é de: 37,5_% (TRINTA E SETE E MEIO POR CENTO).

LOTE 16 - PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MECÂNICA, TRANSMISSÃO AUTOMÓVEIS LEVES, CAMIONETES E AMBULANCIAS – Execução de serviços de manutenção preventiva e corretiva de veículos operacionais da frota do Município de Jangada/MT.
O percentual de desconto para a prestação do serviço de manutenção preventiva e corretiva sobre a importância máxima de **R$ 100,00 (cem reais)** paga por hora trabalhada, é de: 53,5_% (CINQUENTA E TRÊS E MEIO POR CENTO). Ficando um valor de R$ 46,50 (quarenta e seis reais e cinquenta centavos), por hora trabalhada.

LOTE 17- PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS SUSPENSÃO, FREIOS E ALINHAMENTOS AUTOMÓVEIS LEVES, CAMIONETES E AMBULANCIAS – Execução de serviços de manutenção preventiva e corretiva de veículos operacionais da frota do Município de Jangada/MT.
O percentual de desconto para a prestação do serviço de manutenção preventiva e corretiva sobre a importância máxima de **R$ 100,00 (cem reais)** paga por hora trabalhada, é de: 45,5% (QUARENTA E CINCO E MEIO POR CENTO). Ficando um valor de R$ 54,50 (cinquenta e quatro reais e cinquenta centavos). por hora trabalhada.

LOTE 18 - PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ELÉTRICA AUTOMÓVEIS LEVES, CAMIONETES E AMBULANCIAS – Execução de serviços de manutenção preventiva e corretiva de veículos operacionais da frota do Município de Jangada/MT.
O percentual de desconto para a prestação do serviço de manutenção preventiva e corretiva sobre a importância
máxima de **R$ 65,00 (sessenta e cinco reais)** paga por hora trabalhada é de 20,5% (VINTE E MEIO POR CENTO). Ficando um valor de R$ 51,67 (Cinquenta e um reais e sessenta e sete centavos), por hora trabalhada.

LOTE - 21 PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

RETIFICA DE MOTOR: DESMONTAGEM, MONTAGEM, RETIFICA E USINAGEM
AUTOMÓVEIS LEVES, CAMIONETES E AMBULANCIAS – Execução de serviços de manutenção preventiva e corretiva de veículos operacionais da frota do Município de Jangada/MT.
O percentual de desconto para a prestação do serviço de manutenção preventiva e corretiva sobre a importância
máxima de **R$ 100,00 (cem reais)** paga por hora trabalhada é de 40,5% (QUARENTA E MEIO POR CENTO). Ficando um valor de R$ 59,50 (Cinquenta e nove reais e cinquenta centavos), por hora trabalhada.

LOTE 23 - PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS
FUNILARIA E PINTURA
AUTOMÓVEIS LEVES, CAMIONETES E AMBULANCIAS– Execução de serviços de manutenção preventiva e corretiva de veículos operacionais da frota do Município de Jangada/MT.
O percentual de desconto para a prestação do serviço de manutenção preventiva e corretiva sobre a importância
máxima de **R$ 65,00 (sessenta e cinco reais)** paga por hora trabalhada, é de: 46% (QUARENTA E SEIS POR CENTO). Ficando um valor de R$ 35,10 (Trinta e cinco reais e dez centavos), por hora trabalhada.

LOTE 24 - PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS
MECÂNICA, TRANSMISSÃO, SUSPENSÃO E FREIO
ÔNIBUS E CAMINHÕES – Execução de serviços de manutenção preventiva e corretiva de veículos operacionais da frota do Município de Jangada/MT.
O percentual de desconto para a prestação do serviço de manutenção preventiva e corretiva sobre a importância máxima de **R$ 150,00 (cento e cinqüenta reais)** paga por hora trabalhada, é de: 30.5% (TRINTA E MEIO POR CENTO). Ficando um valor de R$ 104,25 (cento e quatro reais e vinte e cinco centavos), por hora trabalhada.

LOTE 25 - PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS
ELETRICA
ÔNIBUS E CAMINHÕES – Execução de serviços de manutenção preventiva e corretiva de veículos operacionais da frota do Município de Jangada/MT.
O percentual de desconto para a prestação do serviço de manutenção preventiva e corretiva sobre a importância máxima de **R$ 80,00 (oitenta reais)** paga por hora trabalhada, é de: 16,5% (DEZESSEIS E MEIO POR CENTO). Ficando um valor de R$ 66,80 (sessenta e seis reais e oitenta centavos), por hora trabalhada.
LOTE 26 - PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS
HIDRÁULICA
ÔNIBUS E CAMINHÕES – Execução de serviços de manutenção preventiva e corretiva de veículos operacionais da frota do Município de Jangada/MT.
O percentual de desconto para a prestação do serviço de manutenção preventiva e corretiva sobre a importância máxima de **R$ 50,00 (cinquenta reais)** paga por hora trabalhada é de: 14,5% (QUATORZE E MEIO POR CENTO). Ficando um valor de R$ 42,75 (quarenta e dois reais e setenta e cinco centavos). por hora trabalhada.
LOTE 27 - PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS
RETIFICA DO MOTOR: DESMONTAGEM, MONTAGEM, RETIFICA E USINAGEM
ÔNIBUS E CAMINHÕES – Execução de serviços de manutenção preventiva e corretiva de veículos operacionais da frota do Município de Jangada/MT.
O percentual de desconto para a prestação do serviço de manutenção preventiva e corretiva sobre a importância máxima de **R$ 150,00 (cento e cinquenta reais)** paga por hora trabalhada, é de: 51,5% (CINQUENTA E UM E MEIO POR CENTO). Ficando um valor de R$ 72,75 (setenta e dois reais e setenta e cinco centavos), por hora trabalhada.

LOTE 28 - PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS
BOMBA INJETORA: RECUPERAÇÃO, MONTAGEM E DESMONTAGEM
ÔNIBUS E CAMINHÕES – Execução de serviços de manutenção preventiva e corretiva de veículos operacionais da frota do Município de Jangada/MT.
O percentual de desconto para a prestação do serviço de manutenção preventiva e corretiva sobre a importância máxima de **R$ 150,00 (cento e cinquenta reais)** paga por hora trabalhada, é de: 61% (SESSENTA E UM POR CENTO). Ficando um valor de R$ 58,50 (cinquenta e oito reais e cinquenta centavos), por hora trabalhada.

LOTE 30 - PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS
FUNILARIA E PINTURA
ÔNIBUS E CAMINHÕES – Execução de serviços de manutenção preventiva e corretiva de veículos operacionais da frota do Município de Jangada/MT.
O percentual de desconto para a prestação do serviço de manutenção preventiva e corretiva sobre a importância máxima de **R$ 90,00 (noventa reais)** paga por hora trabalhada, é de: 20,5% (VINTE E MEIO POR CENTO). Ficando um valor de R$ 71,55 (setenta e um reais e cinquenta e cinco centavos), por hora trabalhada.

LOTE 32 - PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS
MECÂNICA, TRANSMISSÃO E FREIO
MAQUINAS PESADAS – Execução de serviços de manutenção preventiva e corretiva de veículos operacionais da frota do Município de Jangada/MT.
O percentual de desconto para a prestação do serviço de manutenção preventiva e corretiva sobre a importância máxima de **R$ 200,00 (duzentos reais)** paga por hora trabalhada, é de: 15% (quinze por cento). ficando um valor de R$ 170,00 (cento e setenta reais), por hora trabalhada.

LOTE 33 - PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS
ELÉTRICA
MAQUINAS PESADAS – Execução de serviços de manutenção preventiva e corretiva de veículos operacionais da frota do Município de Jangada/MT.
O percentual de desconto para a prestação do serviço de manutenção preventiva e corretiva sobre a importância máxima de **R$ 100,00 (cem reais)** paga por hora trabalhada, é de: 15% (quinze por cento). ficando um valor de R$ 85,00 (oitenta e cinco reais), por hora trabalhada.

LOTE 34 - PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS
HIDRÁULICA
MAQUINAS PESADAS – Execução de serviços de manutenção preventiva e corretiva de veículos operacionais da frota do Município de Jangada/MT.
O percentual de desconto para a prestação do serviço de manutenção preventiva e corretiva sobre a importância máxima de **R$ 150,00 (cento e cinquenta reais)** paga por hora trabalhada, é de: 15% (quinze por cento). ficando um valor de R$ 127,50 (cento e cinquenta reais e cinquenta centavos), por hora trabalhada.

LOTE 35 - PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS
RETIFICA E USINAGEM DO MOTOR COM DESMONTAGEM E MONTAGEM
MAQUINAS PESADAS – Execução de serviços de manutenção preventiva e corretiva de veículos operacionais da frota do Município de Jangada/MT.
o percentual de desconto para a prestação do serviço de manutenção preventiva e corretiva sobre a importância máxima de **R$ 300,00 (trezentos reais)** paga por hora trabalhada, é de: 53% (cinquenta e três por cento). ficando um valor de R$ 141,00 (cento e quarenta e um reais). por hora trabalhada.
LOTE 36 - PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS
RECUPERAÇÃO DA BOMBA INJETORA COM DESMONTAGEM E MONTAGEM
MAQUINAS PESADAS – Execução de serviços de manutenção preventiva e corretiva de veículos operacionais da frota do Município de Jangada/MT.
O percentual de desconto para a prestação do serviço de manutenção preventiva e corretiva sobre a importância máxima de **R$ 200,00 (duzentos reais)** paga por hora trabalhada, é de: 56% (cinquenta e seis por cento). Ficando um valor de R$ 88,00 (oitenta e oito reais), por hora trabalhada.

LOTE 37 - PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

FUNILARIA E PINTURA
MAQUINAS PESADAS – Execução de serviços de manutenção preventiva e corretiva de veículos operacionais da frota do Município de Jangada/MT.
O percentual de desconto para a prestação do serviço de manutenção preventiva e corretiva sobre a importância máxima de **R$ 120,00 (cento e vinte reais)** paga por hora trabalhada, é de: 15% (quinze por cento). Ficando um valor de R$ 102,00 (cento e dois reais), por hora trabalhada.

2. DO PREÇO E DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

2.1 – O valor estimado para o registro de preço referente aos lotes registrados é de **Lote 01**: 15,5% (quinze e meio por cento), **Lote 02**: 15% (quinze por cento), **Lote 03**: 22,5% (vinte e dois e meio por cento), **Lote 04**: 13,5% (treze e meio por cento), **Lote 05**: 45,5% (quarenta e cinco e meio por cento), **Lote 06**: 35,5% (trinta e cinco e meio por cento), **Lote 07**: 26,5% (vinte e seis e meio por cento), **Lote 08**: 27,5 (vinte e sete e meio por cento), **Lote 09**: 67,5 (sessenta e sete e meio por cento), **Lote 10**: 37,5% (trinta e sete e meio por cento)**, Lote 11**: 37,5% (trinta e sete e meio por cento), **Lote 16**: 53% (cinqüenta e três e meio por cento), **Lote 17**: 45,5% (quarenta e cinco e meio por cento), **Lote 18**: 20,5% (vinte e meio por cento), **Lote 21**: 40,5% (quarenta e meio por cento), **Lote 23**: 46% (quarenta e seis por cento), **Lote 24**: 30,5% (trinta e meio por cento), **Lote 25**: 16,5% (dezesseis e meio por cento), **Lote 26**: 14,5% (Quatorze e meio por cento), **Lote 27**: 51,5% (cinqüenta e um e meio por cento), **Lote 28**: 61 (sessenta e um por cento), **Lote 30**: 20,5 (vinte e meio por cento), **Lote 32**: 15% (quinze por cento)**, Lote 33**: 15% (quinze por cento), **Lote 34**: 15% (quinze por cento), **Lote 35**: 53% (cinqüenta e três por cento), **Lote 36**: 56% (cinquenta e seis por cento), **Lote 37**: 15% (quinze por cento), sobre a tabela de preços fornecida pela montadora, conforme proposta feita pelo **CONTRATADO**, e pago conforme entrega das peças e dos serviços;
2.2 – O Contrato durante toda sua vigência e execução deverá observar o equilíbrio financeiro nos parâmetros da proposta feita pelo CONTRATADO;

3. VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

3.1. A Ata de Registro de Preços, ora firmada, terá validade de 12 MESES, a partir da data da assinatura e publicação, podendo ser prorrogada, por até idêntico período, desde que haja anuência das partes.
3.2. A detentora da ata deverá manifestar, por escrito, seu eventual interesse na prorrogação do ajuste, em prazo não inferior a 30 (trinta) dias do término de sua vigência. A inexistência de pronunciamento, dentro do prazo, dará ensejo à Administração, a seu exclusivo critério: de promover nova licitação, descabendo à detentora o direito a qualquer recurso ou indenização.
3.3. Nos termos do § 4º do artigo 15 da Lei Federal nº 8.666/93, durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, o Município de Jangada não será obrigado a aquisição, exclusivamente por seu intermédio, os materiais referidos na cláusula primeira, podendo utilizar, para tanto, outros meios, desde que permitidos em lei, sem que, desse fato, caiba recurso ou indenização de qualquer espécie à empresa detentora.
3.4. Em cada aquisição decorrente desta Ata, serão observadas, quanto ao preço, as cláusulas e condições constantes do edital do PREGÃO PRESENCIAL nº 009/2014, que a precedeu e integra o presente instrumento de compromisso, independente de transcrição, por ser de pleno conhecimento das partes.

4. DO PRAZO, DO LOCAL E DAS CONDIÇÕES DE ENTREGA DO OBJETO.

4.1 Os produtos aprovados, objeto deste edital, e suas respectivas marcas deverão ser entregues de acordo com as quantidades e endereço especificados na Ordem de Fornecimento emitida pela secretaria, durante todo o período do registro de preços. Caso o fornecedor alegue não poder cumprir a entrega de algum produto ou marca o mesmo deverá cumprir a entrega ou arcará com as punições previstas neste Edital.
4.2 O prazo de entrega deverá ser de no máximo 24(vinte e quatro) horas, a partir do recebimento da Ordem de Fornecimento.
4.3. Será averiguado o prazo de validade dos produtos e posto em conta a qualidade dos mesmos.
4.4 Durante a entrega se for observada que o prazo de validade do produto estiver vencido, a contratada ficará obrigada a substituir os produtos em questão no prazo de 48 (quarenta e oito) horas sem ônus para a Prefeitura Municipal.
4.5 A Administração da Prefeitura Municipal de JANGADA/MT, poderá rejeitar a entrega dos produtos que porventura estejam em desacordo com as especificações constantes no **termo de referencia**, apresentarem imperfeição, ou ainda quando acondicionados de forma indevida, ficarem imprestáveis para o uso, onde deverão ser substituídos. Caso o objeto seja rejeitado, o ônus da devolução (frete, transportadora, etc) ocorrerá por conta da contratada.
4.6 Os produtos e os serviços serão recebidos definitivamente, obedecendo ao disposto no artigo 73, inciso II, da Lei n° 8.666/93, ou seja mediante termo de aceitação ou atesto aposto na nota fiscal/fatura pelo servidor designado que tenha realizado minuciosa conferência do objeto no ato da entrega dos produtos.
4.7 Ficarão a cargo da(s) vencedora(s) deste certame, as despesas de seguros, entrega, transporte, descarga, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários decorrentes da execução do objeto desta licitação. As empresas fornecedoras se responsabilizarão pelo transporte adequado dos medicamentos, segundo as normas técnicas necessárias (boas práticas, boas condições de higiene e limpeza).
4.8 Em caso de não aceitação do objeto deste Pregão, fica a Contratada obrigada a retirá-lo e substituí-lo no prazo de 48 horas, contados da notificação a ser expedida pela Contratante, ou imediatamente, sob pena de incidência nas sanções capituladas na cláusula 16 e administrativas estabelecidas pelas leis federais nº 10.520/02 e 8.666/93 e suas alterações.
4.9 O recebimento definitivo não exclui a responsabilidade da proponente adjudicatária, nos termos das prescrições legais.

5. DAS OBRIGAÇÕES DA LICITANTE VENCEDORA

5.1. Sempre que notificado de que o Município efetivará a contratação, a licitante vencedora deverá retirar a Nota de Empenho e respectiva Ordem de Fornecimento, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste certame. Recebida a Requisição, a empresa vencedora do certame obriga-se a:
5.1.1. Atender a Ordem de Fornecimento do Município fornecendo os produtos necessários em sua quantidade total.
5.1.2 Entregar e descarregar os produtos em local designado pelo Município, sem que com isso haja qualquer custo adicional.
5.1.3. Credenciar um representante junto ao Município para prestar esclarecimentos que forem solicitados, cujas reclamações se obriga a atender prontamente;
5.1.4. Manter, durante a execução do contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas neste Edital;
5.1.5. Assumir a responsabilidade por todos os encargos e obrigações sociais previstos na legislação social e trabalhista em vigor, uma vez que os empregados não manterão nenhum vínculo com o Município;
5.1.6. Responsabilizar-se pelos danos que causar ao Município ou a terceiros, por culpa ou dolo, não servindo como excludente ou redutor dessa responsabilidade o fato de haver acompanhamento e fiscalização por parte do Município;
5.1.7. Prestar os esclarecimentos que forem solicitados pelo Município, cujas reclamações se obriga a atender prontamente;
5.1.8. Fornecer todos os dados necessários à fiscalização e controle do cumprimento do objeto contratado, sempre que solicitado pelo Município de JANGADA- MT.
5.1.9. Executar os fornecimentos somente após autorizados pelo Responsável do Município de JANGADA– MT, procedendo a devolução dos produtos não autorizados.
5.1.10. O Município de JANGADA– MT reserva-se o direito de rejeitar qualquer produto que não atenda as exigências, cabendo à empresa a reposição, sendo que a rejeição não poderá ser alegada como justificativa para atraso no fornecimento.
5.1.11 - Substituir às suas expensas, os produtos que encontrarem com data de validade vencida, com problemas que venham inutilizar o produto solicitado;

5.1.12 - Caso haja reduções ou descontos, a empresa vencedora compromete-se a repassá-los ao Município, ainda que, depois de expedida a Ordem de Fornecimento;
5.1.13 - Entregar os produtos na prefeitura de forma fracionado conforme ordem de fornecimento expedido pelas Secretarias em até 24 (vinte e quatro) horas, sem que haja qualquer custo adicional.
5.1.14 - Credenciar um representante junto ao Município para prestar esclarecimentos que forem solicitados, cujas reclamações obrigam-se a atender prontamente;
5.1.15 - Não transferir a terceiros, total ou parcialmente, o objeto da licitação, sem prévia anuência do Município;
5.1.16 - Aceitar acréscimos ou supressões que se fizerem necessários de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor da proposta.
5.1.17 - Manter seu cadastro atualizado.

6. DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICIPIO DE JANGADA

6.2 Uma vez firmada a ata de preços, o Município se obriga a:
6.2.1 Garantir a detentora do Registro de Preços, desde que em igualdade de condições, a preferência no fornecimento.
6.2.2. Negociar com a Detentora do Registro de Preços, sempre os preços de mercados resultantes da pesquisa de preços estiver menor que os registrados.
6.2.3. Acompanhar e fiscalizar, através de servidor designado pela Administração, o cumprimento dos termos da ata de registro de preços devidamente assinada, anotando em registro próprio as falhas detectadas e comunicando as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte da licitante vencedora;
6.2.4. Efetuar o pagamento à licitante vencedora, na forma e prazos estabelecidos neste Edital e na ata de Registro de Preços a ser firmada entre as partes, procedendo-se à retenção dos tributos devidos, consoante a legislação vigente;
6.2.5 Zelar para que sejam cumpridas as obrigações assumidas pela licitante vencedora, bem como sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
6.2.6. Aceitar, nas mesmas condições, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários no quantitativo do objeto, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor contratado.

7. PENALIDADES

7.1. O descumprimento injustificado das obrigações assumidas nos termos deste edital, sujeita a contratada a multas, consoante o caput e § 1º do art. 86 da Lei no 8.666/93, incidentes sobre o valor da Nota de Empenho, na forma seguinte:
7.2. Sem prejuízo das sanções cominadas no art. 87, I, III e IV, da Lei 8.666/93, pela inexecução total ou parcial do objeto adjudicado, o Município poderá, garantida a prévia e ampla defesa, aplicar à Contratada multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor adjudicado.
7.3. Se a adjudicatária recusar-se a retirar a nota de empenho injustificadamente ou se não apresentar situação regular no ato da feitura da mesma, garantida prévia e ampla defesa, sujeita-se às seguintes penalidades:
7.3.1. Multa de até 10% sobre o valor adjudicado;
7.3.2. Suspensão temporária de participar de licitações e impedimento de contratar com a Administração Pública, por prazo de até 02 (dois) anos, e;
7.3.3. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.
7.4. O descumprimento injustificado das obrigações assumidas, sujeita à contratada as multas estabelecidas, consoante o caput e §§ do art. 86 da Lei no 8.666/93, incidentes sobre o valor da Nota de Empenho, na forma seguinte:
7.5. Sem prejuízo das sanções cominadas no art. 87, I, III e IV, da Lei 8.666/93, e as demais estabelecidas neste edital, pela inexecução total ou parcial do objeto adjudicado, a Administração poderá aplicar, garantida a prévia e ampla defesa, as multas e demais penalização prevista na legislação.
7.5.1. Para os casos de infringência contratual comprovada e sem justificativa aceita e onde não houver percentual de multa estabelecida, a contratante aplicará multa de 0,05% (zero vírgula zero cinco por cento) ao dia, estando caracterizada inexecução contratual, não havendo regra específica, a não regularização da situação em prazo superior a 10 (dez) dias úteis, contatos da notificação.
7.6. Se a adjudicatária não cumprir o objeto, recusar-se a retirar a nota de empenho injustificadamente ou se não apresentar situação regular no ato da feitura da mesma, garantida prévia e ampla defesa, sujeita-se às seguintes penalidades:
7.6.1. Multa nos termos deste edital;
7.6.2. Suspensão temporária de participar de licitações e impedimento de contratar com a Administração por prazo de até 2 (dois) anos, e,
7.6.3. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.
7.7. As multas previstas nesta seção não eximem a adjudicatária da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha causar ao Município.
7.8. A decisão de vedação para participar de licitação ou declaração de inidoneidade será exarada pelo Município de JANGADA/MT.
7.9. A multa, eventualmente imposta à contratada, será automaticamente descontada da fatura a que fizer jus, acrescida de juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês. Caso a contratada não tenha nenhum valor a receber deste Município, ser-lhe-á concedido o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados de sua intimação, para efetuar o pagamento da multa. Após esse prazo, não sendo efetuado o pagamento, seus dados serão encaminhados ao Órgão competente para que seja inscrita na dívida ativa do Município, podendo, ainda proceder a cobrança judicial da multa.
7.10. A licitante adjudicatária ou contratada que deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, garantida prévia e ampla defesa, ficará impedida de licitar e contratar com o Município pelo prazo de até 05 (cinco anos) e, se for o caso, será descredenciada no Cadastro de Fornecedores por igual período, sem prejuízo da ação penal correspondente na forma da lei.
7.11. Caso a Contratada não possa cumprir os prazos estipulados para o fornecimento do objeto desta contratação, deverá apresentar justificativa por escrito, devidamente comprovada, nos casos de ocorrência de fato superveniente, excepcional ou imprevisível, estranho à vontade das partes, que altere fundamentalmente as condições do Contrato e de impedimento de execução do Contrato por fato ou ato de terceiros reconhecido pelo Contratante em documento contemporâneo à sua ocorrência.
7.12. A solicitação de prorrogação, com a indicação do novo prazo para o fornecimento dos produtos/materiais, deverá ser encaminhada ao Município, até o vencimento do prazo de execução dos serviços inicialmente estabelecido, ficando a critério do Contratante a sua aceitação.

8. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

8.1. A empresa licitante deverá apresentar juntamente com as produtos as notas fiscais correspondentes ao fornecimento destas, devidamente processadas em duas vias, com todos os campos preenchidos, sem rasuras e devidamente atestada pelo servidor designado pela Administração, devendo ainda estar acompanhada das cópias das Ordens de Fornecimento autorizadas pelo Secretario Responsável.
8.2. O pagamento das notas fiscais apresentadas e devidamente atestadas será efetuado através de Ordem Bancária, no prazo máximo de 10 (dez) dias a partir do recebimento e atestação das referidas notas fiscais pelo servidor designado pela Administração para a fiscalização do contrato;
8.3. Se a Nota Fiscal for apresentada com erro, será devolvida à licitante vencedora para retificação e reapresentação, acrescentando-se no prazo fixado os dias que se passarem entre a data da devolução e a da reapresentação;
8.4. Nenhum pagamento será efetuado enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito de atualização monetária.

9. READEQUAÇÃO DE PREÇOS

9.1. Os preços dos produtos apresentados nas propostas serão permanentes e irreajustáveis de acordo com a legislação vigente.

9.2. Os preços inicialmente cotados são fixos e irreajustáveis, podendo ser objeto revisão, de ofício ou a pedido, caso haja motivo relevante, tal como variação substancial do custo de aquisição do produto, junto ao distribuidor, devidamente justificado e demonstrado pela Licitante vencedora;
9.3 Somente haverá revisão de valor quando o reajuste for notório e de amplo conhecimento da sociedade, não se enquadrando nesta hipótese simples mudança de fornecedor ou de distribuidora por parte da Licitante vencedora;
9.4. O reajuste será promovido levando-se em conta apenas o saldo não retirado, e não servirá, em hipótese alguma para ampliação de margem de lucro.
9.5. O reajustamento apenas será efetuado no caso de a Licitante vencedora demonstrar através de Notas Fiscais do distribuidor o preço praticado anteriormente e o atual.
9.6. A recomposição de preços não ficará adstrita a aumento, devendo a Licitante vencedora repassar ao Município as reduções que possivelmente venham ocorrer em seus respectivos percentuais.
9.7. Tais recomposições poderão ser espontaneamente ofertadas pela Licitante ou requeridas pelo Município.
9.8. O diferencial de preço entre a proposta inicial da detentora e a pesquisa de mercado efetuada pela Administração à época da abertura da proposta, bem como eventuais descontos concedidos pela detentora, serão sempre mantidos, inclusive se houver prorrogação da vigência da ata.
9.9. Durante a vigência da ata, os preços registrados não poderão ficar acima dos praticados no mercado. Por conseguinte, independentemente de provocação da Administração, no caso de redução, ainda que temporária, dos preços de mercado, a detentora obriga-se a comunicar ao Município o novo preço que substituirá o então registrado.
9.10. Caso a Licitante venha a se locupletar com a redução efetiva de preços de mercado não repassada à Administração, ficará obrigada à restituição do que houver recebido indevidamente.

10. RESCISÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

10.1. A ata poderá ser rescindida de pleno direito, nas hipóteses a seguir relacionadas.
10.2. A rescisão pela **Administração** poderá ocorrer quando:
10.2.1. A detentora não cumprir as obrigações constantes da ata;
10.2.2. A detentora não formalizar contrato decorrente do registro de preços ou não retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido, se a Administração não aceitar sua justificativa;
10.2.3. A detentora der causa à rescisão administrativa de contrato decorrente do registro de preços;
10.2.4. Em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial do contrato decorrente do registro de preços;
10.2.5. Os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados pelo mercado e a detentora não aceitar a redução;
10.2.6. Por razões de interesse público, devidamente motivadas e justificadas pela Administração;
10.2.7. Sempre que ficar constatado que a fornecedora perdeu qualquer das condições de habilitação e/ou qualificação exigida na licitação.
10.3. A comunicação da rescisão, nos casos previstos 9.2, será feita pessoalmente ou por correspondência com aviso de recebimento, juntando-se comprovante aos autos que deram origem ao registro de preços. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da detentora, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial do Estado, por **02 (duas) vezes consecutivas,** considerando-se cancelado o registro a partir da última publicação.
10.4. A rescisão pela **Detentora** poderá ocorrer quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de cumprir as exigências da ata.
10.4.1. A solicitação da detentora para cancelamento do preço registrado deverá ser formulada com antecedência de **30 (trinta) dias,** facultada à Administração a aplicação das penalidades previstas e compatíveis**,** caso não sejam aceitas as razões do pedido.
10.4.2. A rescisão ou suspensão de fornecimento com fundamento no artigo 78, inciso XV, da Lei federal nº 8.666/93 deverá ser notificada.
10.5. A Administração, a seu critério, poderá convocar, pela ordem, as demais licitantes classificadas, mediante a sua concordância em assumirem o fornecimento do objeto da ata.
10.6. Aplica-se no que couber o disposto nos artigos 78 e 79 da Lei 8.666/93.

11. AUTORIZAÇÃO PARA AQUISIÇÃO E EMISSÃO DE NOTA DE EMPENHO

11.1. As aquisições decorrentes desta ata serão autorizadas, caso a caso, pela autoridade competente ou por quem aquele delegar competência para fazê-lo.
11.2. As aquisições decorrentes desta ata serão formalizadas através da emissão da Nota de Empenho e respectiva Ordem de Fornecimento. Caso a unidade necessite de regulamentação não prevista neste instrumento, desde que as normas contratuais não colidam com as cláusulas desta ata.

12. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

12.1 - As despesas para a satisfação do presente contrato correrão à conta da seguinte dotação orçamentária:

Aquisição de Peças, Óleo Lubrificante, Graxa e Fluidos
Unidade: 001 – Gabinete
Projeto/Atividade: 2.003
Elemento de despesa – 02.001.04.122.003.2003-3390.30.00

Unidade: 002 - Secretária Municipal de Educação
Projeto/Atividade: 2.109
Elemento de despesa: 04.002.12.361.0007.2109-3390.30.00

Unidade: 002 - Secretária Municipal de Saúde
Projeto/Atividade: 2.038
Elemento de despesa: 05.002.10.301.0013.2038-3390.30.00

Unidade: 001 - Secretária Desenvolvimento Rural
Projeto/Atividade: 2.045
Elemento de despesa: 08.001.20.606.0046.2045-3390.30.00

Unidade: 002 - Secretária Municipal de Promoção e Assist Social
Projeto/Atividade: 2.054
Elemento de despesa – 09.002.08.243.0030.2054-3390.30.00

Unidade: 001 – Secretária de Administração
Projeto/Atividade: 2.094
Elemento de despesa – 13.001.04.122.0026.2094-3390.30.00

Prestação de Serviços
Unidade: 001 – Gabinete
Projeto/Atividade: 2.003
Elemento de despesa – 02.001.04.122.003.2003-3390.39.00

Unidade: 002 - Secretária Municipal de Educação
Projeto/Atividade: 2.109
Elemento de despesa: 04.002.12.361.0007.2109-3390.39.00

Unidade: 002 - Secretária Municipal de Saúde
Projeto/Atividade: 2.038
Elemento de despesa: 05.002.10.301.0013.2038-3390.39.00

Unidade: 001 - Secretária Desenvolvimento Rural
Projeto/Atividade: 2.045
Elemento de despesa: 08.001.20.606.0046.2045-3390.39.00

Unidade: 002 - Secretária Municipal de Promoção e Assist Social
Projeto/Atividade: 2.054
Elemento de despesa – 09.002.08.243.0030.2054-3390.39.00

Unidade: 001 – Secretária de Administração
Projeto/Atividade: 2.094
Elemento de despesa – 13.001.04.122.0026.2094-3390.39.00

13. DISPOSIÇÕES GERAIS

13.1. O compromisso de fornecimento só estará caracterizado mediante recebimento da nota de empenho e respectiva Ordem de Fornecimento ou instrumento equivalente decorrente da ata.
13.2. A detentora fica obrigada a atender todos os pedidos efetuados durante a vigência da ata, ainda que o fornecimento decorrente tenha que ser efetuado após o término de sua vigência.
13.3. O preço a ser pago pela Prefeitura Municipal de JANGADA/MT é o vigente na data em que o pedido for entregue à detentora da ata, independentemente da data de entrega do produto, ou de autorização de readequação de preços nesse intervalo de tempo.
13.4. Na hipótese de a detentora da ata se negar a receber o pedido, este deverá ser enviado pelo correio, registrado, considerando-se como efetivamente recebido na data do registro, para todos os efeitos legais.
13.5. As especificações técnicas do objeto não expressamente declaradas nesta ata deverão obedecer às normas técnicas pertinentes.
13.6. A detentora da ata deverá comunicar toda e qualquer alteração nos dados cadastrais, para atualização.
13.7. O valor inicialmente que se atribui a esta ata é o constante da proposta da Detentora do Registro, sendo que cada contratação terá valores próprios.
13.8. Como condição de eficácia, cada contratação terá seu extrato publicado na imprensa oficial.
13.9. Para solucionar quaisquer questões oriundas desta ata é competente, por força de lei, o Foro da Comarca de Rosário Oeste/MT, com expressa renúncia de qualquer outro.
Com tudo dado por certo e correto, solicita a aposição primeiramente dos representantes legais e segundamente do pregoeiro e da equipe de apoio, além de duas testemunhas que a tudo assistiram. Nada mais havendo a ser tratado a sessão de lavratura da ata é dada por encerrada.

JANGADA/MT, 16 de Junho de 2014.

VALDECIR KEMER
Prefeito Municipal

Auto Peças Jangada LTDA-ME
C.N.P.J. n.º 05.480.515/0001-50
JOÃO HENRIQUE GRUBER,
RG nº 1460805-7 SSP/MT
Contratada

CARLOS KAZUHIKO MITO
Pregoeiro

PAULO NERIS ASSUNÇÃO
Equipe Apoio

REINALDO GONÇALO DE ALMEIDA MEIRA
Equipe Apoio

MICHELE SOARES DE ALMEIDA
Equipe Apoio

Publicado por:
Nicholas da Costa Machado
Código Identificador:6DB51462

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS DO PREGÃO Nº 009/2014

PREGÃO PRESENCIAL Nº 009/2014

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAIS EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO CORRETIVA E PREVENTIVA DE VEICULOS, ENGLOBANDO AQUISIÇÃO DE ÓLEO LUBRIFICANTE, GRAXA E FLUIDOS, PEÇAS GENUINAS OU ORIGINAIS, INDEPENDENTE DE MARCA OU CATEGORIA PARA ATENDIMENTO DA FROTA DE VEICULOS, FIRMADO ENTRE O MUNICÍPIO DE JANGADA E A EMPRESA NASCIMENTO COMERCIO DE PEÇAS PARA TRATORES LTDA-ME.

Validade 12 (doze) meses.

Pelo presente instrumento, a Prefeitura Municipal de JANGADA/MT, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa no Paço Julio domingos de campos inscrita no CNPJ/MF 24.772.147/0001-68 neste ato representado pelo Prefeito Municipal o Srº Valdecir Kemer, brasileiro, casado, Técnico Agrícola, portador da RG. 11/R-2.143.843 SSP/SC data de exp 21-01-1986, e CPF/MF nº777.850.969-53, residente e domiciliado na Rua 03 bairro centro, do município Jangada/MT , considerando o julgamento da licitação MENOR PREÇO POR LOTE**,** na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL/REGISTRO DE PREÇOS N° 009/2014, **RESOLVE** registrar os preços da empresa **NASCIMENTO COMERCIO DE PEÇAS PARA TRATORES LTDA-ME**, inscrita no C.N.P.J./MF sob o n.º 09.227.993/0001-03, domiciliada na Avenida Ulisses Pompeu de Campos, nº 3000 – Jardim Panorama – Várzea Grande/MT, representada neste ato por seu procurador o Srº Paulo de Campos Neves**,** brasileiro, casado, vendedor**,** inscrito no RG nº 1370217-3 SSP/MT, CPF: 009.222.321-48**,** residente no município de Cuiabá/MT**,** nas quantidades estimadas, de acordo com a classificação por elas alcançadas por lote, atendendo as condições previstas no Instrumento Convocatório e as constantes desta Ata de Registro de Preços, sujeitando-se as partes às normas constantes da Lei n° 8.666/93 e suas alterações, Lei 10.520 de 17 de julho de 2002, Decreto N° 7.892/2013 e em conformidade com as disposições a seguir:

1.OBJETO E PREÇOS

1.1. Através da presente ata ficam registrados os seguintes preços para **FUTURAS E EVENTUAIS** EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DE VEICULOS, ENGLOBANDO AQUISIÇÃO DE ÓLEO LUBRIFICANTES, GRAXA E FLUIDOS, PEÇAS GENUINAS OU ORIGINAIS, INDEPENDENTE DE MARCA E CATEGORIA PARA ATENDIMENTO DA FROTA DE VEICULOS DO MUNICIPIO DE JANGADA/MT, conforme descrição constante no Anexo I - Especificações dos Itens do Edital de PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇO nº 009/2014.
1.2. A presente Ata de Registro de Preços tem o valor registrado por Lote, com seus itens especificados, conforme segue:

LOTE 12 – MECANICA
MAQUINAS PESADAS - Fornecimento de peças genuínas ou originais de primeira linha, independente de marca e categoria para atendimento da frota de veículos do Município de Jangada/MT.

O percentual de desconto para o fornecimento de peças genuínas ou originais de primeira linha, sobre a tabela de preços fornecidas pelas montadoras, é de: 24% (VINTE E QUATRO POR CENTO).

LOTE 13 – HIDRAULICA
MAQUINAS PESADAS - Fornecimento de peças genuínas ou originais de primeira linha, independente de marca e categoria para atendimento da frota de veículos do Município de Jangada/MT.

O percentual de desconto para o fornecimento de peças genuínas ou originais de primeira linha, sobre a tabela de preços fornecidas pelas montadoras, é de: 19% (DEZENOVE POR CENTO).

LOTE 14 – LINHA ELETRICA
MAQUINAS PESADAS - Fornecimento de peças genuínas ou originais de primeira linha, independente de marca e categoria para atendimento da frota de veículos do Município de Jangada/MT.

O percentual de desconto para o fornecimento de peças genuínas ou originais de primeira linha, sobre a tabela de preços fornecidas pelas montadoras, é de: 31% (TRINTA E UM POR CENTO).

2. DO PREÇO E DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

2.1 – O valor estimado para o registro de preço referente aos lotes registrados é de **Lote 12**: 24%(vinte e quatro por cento), **Lote 13**: 19% (dezenove por cento), **Lote 14**: 31% (trinta e um por cento), sobre a tabela de preços fornecida pelas montadora, conforme proposta feita pelo **CONTRATADO**, e pago conforme entrega das peças;
2.2 – O Contrato durante toda sua vigência e execução deverá observar o equilíbrio financeiro nos parâmetros da proposta feita pelo CONTRATADO;

3. VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

3.1. A Ata de Registro de Preços, ora firmada, terá validade de 12 MESES, a partir da data da assinatura e publicação, podendo ser prorrogada, por até idêntico período, desde que haja anuência das partes.
3.2. A detentora da ata deverá manifestar, por escrito, seu eventual interesse na prorrogação do ajuste, em prazo não inferior a 30 (trinta) dias do término de sua vigência. A inexistência de pronunciamento, dentro do prazo, dará ensejo à Administração, a seu exclusivo critério: de promover nova licitação, descabendo à detentora o direito a qualquer recurso ou indenização.
3.3. Nos termos do § 4º do artigo 15 da Lei Federal nº 8.666/93, durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, o Município de Jangada não será obrigado a aquisição, exclusivamente por seu intermédio, os materiais referidos na cláusula primeira, podendo utilizar, para tanto, outros meios, desde que permitidos em lei, sem que, desse fato, caiba recurso ou indenização de qualquer espécie à empresa detentora.
3.4. Em cada aquisição decorrente desta Ata, serão observadas, quanto ao preço, as cláusulas e condições constantes do edital do PREGÃO PRESENCIAL nº 009/2014, que a precedeu e integra o presente instrumento de compromisso, independente de transcrição, por ser de pleno conhecimento das partes.

4. DO PRAZO, DO LOCAL E DAS CONDIÇÕES DE ENTREGA DO OBJETO.

4.1 Os produtos aprovados, objeto deste edital, e suas respectivas marcas deverão ser entregues de acordo com as quantidades e endereço especificados na Ordem de Fornecimento emitida pela secretaria, durante todo o período do registro de preços. Caso o fornecedor alegue não poder cumprir a entrega de algum produto ou marca o mesmo deverá cumprir a entrega ou arcará com as punições previstas neste Edital.

4.2 O prazo de entrega deverá ser de no máximo 24(vinte e quatro) horas, a partir do recebimento da Ordem de Fornecimento.
4.3. Será averiguado o prazo de validade dos produtos e posto em conta a qualidade dos mesmos.
4.4 Durante a entrega se for observada que o prazo de validade do produto estiver vencido, a contratada ficará obrigada a substituir os produtos em questão no prazo de 48 (quarenta e oito) horas sem ônus para a Prefeitura Municipal.
4.5 A Administração da Prefeitura Municipal de JANGADA/MT, poderá rejeitar a entrega dos produtos que porventura estejam em desacordo com as especificações constantes no **termo de referencia**, apresentarem imperfeição, ou ainda quando acondicionados de forma indevida, ficarem imprestáveis para o uso, onde deverão ser substituídos. Caso o objeto seja rejeitado, o ônus da devolução (frete, transportadora, etc) ocorrerá por conta da contratada.
4.6 Os produtos serão recebidos definitivamente, obedecendo ao disposto no artigo 73, inciso II, da Lei n° 8.666/93, ou seja mediante termo de aceitação ou atesto aposto na nota fiscal/fatura pelo servidor designado que tenha realizado minuciosa conferência do objeto no ato da entrega dos produtos.
4.7 Ficarão a cargo da(s) vencedora(s) deste certame, as despesas de seguros, entrega, transporte, descarga, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários decorrentes da execução do objeto desta licitação. As empresas fornecedoras se responsabilizarão pelo transporte adequado dos medicamentos, segundo as normas técnicas necessárias (boas práticas, boas condições de higiene e limpeza).
4.8 Em caso de não aceitação do objeto deste Pregão, fica a Contratada obrigada a retirá-lo e substituí-lo no prazo de 48 horas, contados da notificação a ser expedida pela Contratante, ou imediatamente, sob pena de incidência nas sanções capituladas na cláusula 16 e administrativas estabelecidas pelas leis federais nº 10.520/02 e 8.666/93 e suas alterações.
4.9 O recebimento definitivo não exclui a responsabilidade da proponente adjudicatária, nos termos das prescrições legais.

5. DAS OBRIGAÇÕES DA LICITANTE VENCEDORA

5.1. Sempre que notificado de que o Município efetivará a contratação, a licitante vencedora deverá retirar a Nota de Empenho e respectiva Ordem de Fornecimento, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste certame. Recebida a Requisição, a empresa vencedora do certame obriga-se a:
5.1.1. Atender a Ordem de Fornecimento do Município fornecendo os produtos necessários em sua quantidade total.
5.1.2 Entregar e descarregar os produtos em local designado pelo Município, sem que com isso haja qualquer custo adicional.
5.1.3. Credenciar um representante junto ao Município para prestar esclarecimentos que forem solicitados, cujas reclamações se obriga a atender prontamente;
5.1.4. Manter, durante a execução do contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas neste Edital;
5.1.5. Assumir a responsabilidade por todos os encargos e obrigações sociais previstos na legislação social e trabalhista em vigor, uma vez que os empregados não manterão nenhum vínculo com o Município;
5.1.6. Responsabilizar-se pelos danos que causar ao Município ou a terceiros, por culpa ou dolo, não servindo como excludente ou redutor dessa responsabilidade o fato de haver acompanhamento e fiscalização por parte do Município;
5.1.7. Prestar os esclarecimentos que forem solicitados pelo Município, cujas reclamações se obriga a atender prontamente;
5.1.8. Fornecer todos os dados necessários à fiscalização e controle do cumprimento do objeto contratado, sempre que solicitado pelo Município de JANGADA- MT.
5.1.9. Executar os fornecimentos somente após autorizados pelo Responsável do Município de JANGADA– MT, procedendo a devolução dos produtos não autorizados.
5.1.10. O Município de JANGADA– MT reserva-se o direito de rejeitar qualquer produto que não atenda as exigências, cabendo à empresa a reposição, sendo que a rejeição não poderá ser alegada como justificativa para atraso no fornecimento.
5.1.11 - Substituir às suas expensas, os produtos que encontrarem com data de validade vencida, com problemas que venham inutilizar o produto solicitado;
5.1.12 - Caso haja reduções ou descontos, a empresa vencedora compromete-se a repassá-los ao Município, ainda que, depois de expedida a Ordem de Fornecimento;
5.1.13 - Entregar os produtos na prefeitura de forma fracionado conforme ordem de fornecimento expedido pelas Secretarias em até 24 (vinte e quatro) horas, sem que haja qualquer custo adicional.
5.1.14 - Credenciar um representante junto ao Município para prestar esclarecimentos que forem solicitados, cujas reclamações obrigam-se a atender prontamente;
5.1.15 - Não transferir a terceiros, total ou parcialmente, o objeto da licitação, sem prévia anuência do Município;
5.1.16 - Aceitar acréscimos ou supressões que se fizerem necessários de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor da proposta.
5.1.17 - Manter seu cadastro atualizado.

6. DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICIPIO DE JANGADA

6.2 Uma vez firmada a ata de preços, o Município se obriga a:
6.2.1 Garantir a detentora do Registro de Preços, desde que em igualdade de condições, a preferência no fornecimento.
6.2.2. Negociar com a Detentora do Registro de Preços, sempre os preços de mercados resultantes da pesquisa de preços estiver menor que os registrados.
6.2.3. Acompanhar e fiscalizar, através de servidor designado pela Administração, o cumprimento dos termos da ata de registro de preços devidamente assinada, anotando em registro próprio as falhas

detectadas e comunicando as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte da licitante vencedora;
6.2.4. Efetuar o pagamento à licitante vencedora, na forma e prazos estabelecidos neste Edital e na ata de Registro de Preços a ser firmada entre as partes, procedendo-se à retenção dos tributos devidos, consoante a legislação vigente;
6.2.5 Zelar para que sejam cumpridas as obrigações assumidas pela licitante vencedora, bem como sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
6.2.6. Aceitar, nas mesmas condições, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários no quantitativo do objeto, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor contratado.

7. PENALIDADES

7.1. O descumprimento injustificado das obrigações assumidas nos termos deste edital, sujeita a contratada a multas, consoante o caput e § 1º do art. 86 da Lei no 8.666/93, incidentes sobre o valor da Nota de Empenho, na forma seguinte:
7.2. Sem prejuízo das sanções cominadas no art. 87, I, III e IV, da Lei 8.666/93, pela inexecução total ou parcial do objeto adjudicado, o Município poderá, garantida a prévia e ampla defesa, aplicar à Contratada multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor adjudicado.
7.3. Se a adjudicatária recusar-se a retirar a nota de empenho injustificadamente ou se não apresentar situação regular no ato da feitura da mesma, garantida prévia e ampla defesa, sujeita-se às seguintes penalidades:
7.3.1. Multa de até 10% sobre o valor adjudicado;
7.3.2. Suspensão temporária de participar de licitações e impedimento de contratar com a Administração Pública, por prazo de até 02 (dois) anos, e;
7.3.3. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.
7.4. O descumprimento injustificado das obrigações assumidas, sujeita à contratada as multas estabelecidas, consoante o caput e §§ do art. 86 da Lei no 8.666/93, incidentes sobre o valor da Nota de Empenho, na forma seguinte:
7.5. Sem prejuízo das sanções cominadas no art. 87, I, III e IV, da Lei 8.666/93, e as demais estabelecidas neste edital, pela inexecução total ou parcial do objeto adjudicado, a Administração poderá aplicar, garantida a prévia e ampla defesa, as multas e demais penalização prevista na legislação.
7.5.1. Para os casos de infringência contratual comprovada e sem justificativa aceita e onde não houver percentual de multa estabelecida, a contratante aplicará multa de 0,05% (zero vírgula zero cinco por cento) ao dia, estando caracterizada inexecução contratual, não havendo regra específica, a não regularização da situação em prazo superior a 10 (dez) dias úteis, contatos da notificação.
7.6. Se a adjudicatária não cumprir o objeto, recusar-se a retirar a nota de empenho injustificadamente ou se não apresentar situação regular no ato da feitura da mesma, garantida prévia e ampla defesa, sujeita-se às seguintes penalidades:
7.6.1. Multa nos termos deste edital;
7.6.2. Suspensão temporária de participar de licitações e impedimento de contratar com a Administração por prazo de até 2 (dois) anos, e,
7.6.3. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.
7.7. As multas previstas nesta seção não eximem a adjudicatária da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha causar ao Município.
7.8. A decisão de vedação para participar de licitação ou declaração de inidoneidade será exarada pelo Município de JANGADA/MT.
7.9. A multa, eventualmente imposta à contratada, será automaticamente descontada da fatura a que fizer jus, acrescida de juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês. Caso a contratada não tenha nenhum valor a receber deste Município, ser-lhe-á concedido o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados de sua intimação, para efetuar o pagamento da multa. Após esse prazo, não sendo efetuado o pagamento, seus dados serão encaminhados ao Órgão competente para que seja inscrita na dívida ativa do Município, podendo, ainda proceder a cobrança judicial da multa.
7.10. A licitante adjudicatária ou contratada que deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, garantida prévia e ampla defesa, ficará impedida de licitar e contratar com o Município pelo prazo de até 05 (cinco anos) e, se for o caso, será descredenciada no Cadastro de Fornecedores por igual período, sem prejuízo da ação penal correspondente na forma da lei.
7.11. Caso a Contratada não possa cumprir os prazos estipulados para o fornecimento do objeto desta contratação, deverá apresentar justificativa por escrito, devidamente comprovada, nos casos de ocorrência de fato superveniente, excepcional ou imprevisível, estranho à vontade das partes, que altere fundamentalmente as condições do Contrato e de impedimento de execução do Contrato por fato ou ato de terceiros reconhecido pelo Contratante em documento contemporâneo à sua ocorrência.
7.12. A solicitação de prorrogação, com a indicação do novo prazo para o fornecimento dos produtos/materiais, deverá ser encaminhada ao Município, até o vencimento do prazo de execução dos serviços inicialmente estabelecido, ficando a critério do Contratante a sua aceitação.

8. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

8.1. A empresa licitante deverá apresentar juntamente com as produtos as notas fiscais correspondentes ao fornecimento destas, devidamente processadas em duas vias, com todos os campos preenchidos, sem rasuras e devidamente atestada pelo servidor designado pela Administração, devendo ainda estar acompanhada das cópias das Ordens de Fornecimento autorizadas pelo Secretario Responsável.
8.2. O pagamento das notas fiscais apresentadas e devidamente atestadas será efetuado através de Ordem Bancária, no prazo máximo de 10 (dez) dias a partir do recebimento e atestação das referidas notas fiscais pelo servidor designado pela Administração para a fiscalização do contrato;
8.3. Se a Nota Fiscal for apresentada com erro, será devolvida à licitante vencedora para retificação e reapresentação, acrescentando-se no prazo fixado os dias que se passarem entre a data da devolução e a da reapresentação;
8.4. Nenhum pagamento será efetuado enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito de atualização monetária.

9. READEQUAÇÃO DE PREÇOS

9.1. Os preços dos produtos apresentados nas propostas serão permanentes e irreajustáveis de acordo com a legislação vigente.
9.2. Os preços inicialmente cotados são fixos e irreajustáveis, podendo ser objeto revisão, de ofício ou a pedido, caso haja motivo relevante, tal como variação substancial do custo de aquisição do produto, junto ao distribuidor, devidamente justificado e demonstrado pela Licitante vencedora;
9.3 Somente haverá revisão de valor quando o reajuste for notório e de amplo conhecimento da sociedade, não se enquadrando nesta hipótese simples mudança de fornecedor ou de distribuidora por parte da Licitante vencedora;
9.4. O reajuste será promovido levando-se em conta apenas o saldo não retirado, e não servirá, em hipótese alguma para ampliação de margem de lucro.
9.5. O reajustamento apenas será efetuado no caso de a Licitante vencedora demonstrar através de Notas Fiscais do distribuidor o preço praticado anteriormente e o atual.
9.6. A recomposição de preços não ficará adstrita a aumento, devendo a Licitante vencedora repassar ao Município as reduções que possivelmente venham ocorrer em seus respectivos percentuais.
9.7. Tais recomposições poderão ser espontaneamente ofertadas pela Licitante ou requeridas pelo Município.
9.8. O diferencial de preço entre a proposta inicial da detentora e a pesquisa de mercado efetuada pela Administração à época da abertura da proposta, bem como eventuais descontos concedidos pela detentora, serão sempre mantidos, inclusive se houver prorrogação da vigência da ata.
9.9. Durante a vigência da ata, os preços registrados não poderão ficar acima dos praticados no mercado. Por conseguinte,

independentemente de provocação da Administração, no caso de redução, ainda que temporária, dos preços de mercado, a detentora obriga-se a comunicar ao Município o novo preço que substituirá o então registrado.
9.10. Caso a Licitante venha a se locupletar com a redução efetiva de preços de mercado não repassada à Administração, ficará obrigada à restituição do que houver recebido indevidamente.

10. RESCISÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

10.1. A ata poderá ser rescindida de pleno direito, nas hipóteses a seguir relacionadas.
10.2. A rescisão pela **Administração** poderá ocorrer quando:
10.2.1. A detentora não cumprir as obrigações constantes da ata;
10.2.2. A detentora não formalizar contrato decorrente do registro de preços ou não retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido, se a Administração não aceitar sua justificativa;
10.2.3. A detentora der causa à rescisão administrativa de contrato decorrente do registro de preços;
10.2.4. Em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial do contrato decorrente do registro de preços;
10.2.5. Os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados pelo mercado e a detentora não aceitar a redução;
10.2.6. Por razões de interesse público, devidamente motivadas e justificadas pela Administração;
10.2.7. Sempre que ficar constatado que a fornecedora perdeu qualquer das condições de habilitação e/ou qualificação exigida na licitação.
10.3. A comunicação da rescisão, nos casos previstos 9.2, será feita pessoalmente ou por correspondência com aviso de recebimento, juntando-se comprovante aos autos que deram origem ao registro de preços. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da detentora, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial do Estado, por **02 (duas) vezes consecutivas,** considerando-se cancelado o registro a partir da última publicação.
10.4. A rescisão pela **Detentora** poderá ocorrer quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de cumprir as exigências da ata.
10.4.1. A solicitação da detentora para cancelamento do preço registrado deverá ser formulada com antecedência de **30 (trinta) dias,** facultada à Administração a aplicação das penalidades previstas e compatíveis**,** caso não sejam aceitas as razões do pedido.
10.4.2. A rescisão ou suspensão de fornecimento com fundamento no artigo 78, inciso XV, da Lei federal nº 8.666/93 deverá ser notificada.
10.5. A Administração, a seu critério, poderá convocar, pela ordem, as demais licitantes classificadas, mediante a sua concordância em assumirem o fornecimento do objeto da ata.
10.6. Aplica-se no que couber o disposto nos artigos 78 e 79 da Lei 8.666/93.

11. AUTORIZAÇÃO PARA AQUISIÇÃO E EMISSÃO DE NOTA DE EMPENHO

11.1. As aquisições decorrentes desta ata serão autorizadas, caso a caso, pela autoridade competente ou por quem aquele delegar competência para fazê-lo.
11.2. As aquisições decorrentes desta ata serão formalizadas através da emissão da Nota de Empenho e respectiva Ordem de Fornecimento. Caso a unidade necessite de regulamentação não prevista neste instrumento, desde que as normas contratuais não colidam com as cláusulas desta ata.

12. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

12.1 - As despesas para a satisfação do presente contrato correrão à conta da seguinte dotação orçamentária:

Aquisição de Peças, Óleo Lubrificante, Graxa e Fluidos
Unidade: 001 – Gabinete
Projeto/Atividade: 2.003
Elemento de despesa – 02.001.04.122.003.2003-3390.30.00

Unidade: 002 - Secretária Municipal de Educação
Projeto/Atividade: 2.109
Elemento de despesa: 04.002.12.361.0007.2109-3390.30.00

Unidade: 002 - Secretária Municipal de Saúde
Projeto/Atividade: 2.038
Elemento de despesa: 05.002.10.301.0013.2038-3390.30.00

Unidade: 001 - Secretária Desenvolvimento Rural
Projeto/Atividade: 2.045
Elemento de despesa: 08.001.20.606.0046.2045-3390.30.00

Unidade: 002 - Secretária Municipal de Promoção e Assist Social
Projeto/Atividade: 2.054
Elemento de despesa – 09.002.08.243.0030.2054-3390.30.00

Unidade: 001 – Secretária de Administração
Projeto/Atividade: 2.094
Elemento de despesa – 13.001.04.122.0026.2094-3390.30.00

Prestação de Serviços
Unidade: 001 – Gabinete
Projeto/Atividade: 2.003
Elemento de despesa – 02.001.04.122.003.2003-3390.39.00

Unidade: 002 - Secretária Municipal de Educação
Projeto/Atividade: 2.109
Elemento de despesa: 04.002.12.361.0007.2109-3390.39.00

Unidade: 002 - Secretária Municipal de Saúde
Projeto/Atividade: 2.038
Elemento de despesa: 05.002.10.301.0013.2038-3390.39.00

Unidade: 001 - Secretária Desenvolvimento Rural
Projeto/Atividade: 2.045
Elemento de despesa: 08.001.20.606.0046.2045-3390.39.00

Unidade: 002 - Secretária Municipal de Promoção e Assist Social
Projeto/Atividade: 2.054
Elemento de despesa – 09.002.08.243.0030.2054-3390.39.00

Unidade: 001 – Secretária de Administração
Projeto/Atividade: 2.094
Elemento de despesa – 13.001.04.122.0026.2094-3390.39.00

13. DA FISCALIZAÇÃO

13.1 – A fiscalização da execução do Contrato será exercida por servidor credenciado, independentemente de qualquer outra supervisão, assessoramento e/ou acompanhamento do objeto que venha a ser determinada pela CONTRATANTE, a seu exclusivo juízo.

13.2 – A fiscalização de que trata este item não exclui, nem reduz, a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, e, na sua ocorrência, não implica co-responsabilidade da CONTRATANTE ou de seus empregados, prepostos ou contratados.

13.3 – Todas as ORDENS DE SERVIÇO, instruções, reclamações e, em geral, qualquer entendimento entre a Fiscalização e a CONTRATADA serão feitos por escrito, nas ocasiões devidas, não sendo tomadas em consideração quaisquer alegações fundamentadas em ordens ou declarações verbais.
13.4 – Da(s) decisão(ões) da Fiscalização poderá a CONTRATADA recorrer à CONTRATANTE, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, sem efeito suspensivo.

14. DISPOSIÇÕES GERAIS

14.1. O compromisso de fornecimento só estará caracterizado mediante recebimento da nota de empenho e respectiva Ordem de Fornecimento ou instrumento equivalente decorrente da ata.
14.2. A detentora fica obrigada a atender todos os pedidos efetuados durante a vigência da ata, ainda que o fornecimento decorrente tenha que ser efetuado após o término de sua vigência.

14.3. O preço a ser pago pela Prefeitura Municipal de JANGADA/MT é o vigente na data em que o pedido for entregue à detentora da ata, independentemente da data de entrega do produto, ou de autorização de readequação de preços nesse intervalo de tempo.
14.4. Na hipótese de a detentora da ata se negar a receber o pedido, este deverá ser enviado pelo correio, registrado, considerando-se como efetivamente recebido na data do registro, para todos os efeitos legais.
14.5. As especificações técnicas do objeto não expressamente declaradas nesta ata deverão obedecer às normas técnicas pertinentes.
14.6. A detentora da ata deverá comunicar toda e qualquer alteração nos dados cadastrais, para atualização.
14.7. O valor inicialmente que se atribui a esta ata é o constante da proposta da Detentora do Registro, sendo que cada contratação terá valores próprios.
14.8. Como condição de eficácia, cada contratação terá seu extrato publicado na imprensa oficial.
14.9. Para solucionar quaisquer questões oriundas desta ata é competente, por força de lei, o Foro da Comarca de Rosário Oeste/MT, com expressa renúncia de qualquer outro.
Com tudo dado por certo e correto, solicita a aposição primeiramente dos representantes legais e segundamente do pregoeiro e da equipe de apoio, além de duas testemunhas que a tudo assistiram. Nada mais havendo a ser tratado a sessão de lavratura da ata é dada por encerrada.

JANGADA/MT, 16 de Junho de 2014.

VALDECIR KEMER
Prefeito Municipal

Nascimento Comercio de Peças Para Tratores LTDA-ME.
C.N.P.J. n.º 09.227.993/0001-03
PAULO DE CAMPOS NEVES
RG nº 1370217-3 SSP/MT
Contratada

CARLOS KAZUHIKO MITO
Pregoeiro

PAULO NERIS ASSUNÇÃO
Equipe Apoio

REINALDO GONÇALO DE ALMEIDA MEIRA
Equipe Apoio

MICHELE SOARES DE ALMEIDA
Equipe Apoio

Publicado por:
Nicholas da Costa Machado
Código Identificador:BD38A798

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO Nº 019/2014

CONTRATO Nº 019/2014.

CONTRATO DE SERVIÇOS DE FUTURA E EVENTUAIS EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO CORRETIVA E PREVENTIVA DE VEICULOS, ENGLOBANDO AQUISIÇÃO DE ÓLEO LUBRIFICANTE, GRAXA E FLUIDOS, PEÇAS GENUINAS OU ORIGINAIS, INDEPENDENTE DE MARCA OU CATEGORIA PARA ATENDIMENTO DA FROTA DE VEICULOS, FIRMADO ENTRE O MUNICÍPIO DE JANGADA E A EMPRESA AUTO PEÇAS JANGADA LTDA-ME.

O **MUNICÍPIO DE JANGADA, ESTADO DE MATO GROSSO**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa no Paço Julio domingos de campos, JANGADA - MT, inscrito no CNPJ/MF 24.772.147/0001-68, neste ato representado pelo seu Prefeito Sr. Valdecir Kemer, brasileiro, casado, Técnico Agrícola, portador do RG. 11/R-2.143.843 SSP/SC data de exp 21-01-1986, e CPF/MF nº777.850.969-53, doravante denominado simplesmente **CONTRATANTE** e a empresa **AUTO PEÇAS JANGADA LTDA-ME**, com endereço na Avenida Marechal Rondon s/n, bairro: Centro – Jangada/MT, CNPJ/MF sob o n.º 05.480.515/0001-50, representada neste ato pelo Srº João Henrique Gruber, portador da cédula de identidade nº 1460805-7 SSP/MT e CPF nº 010.736.501-46, doravante denominada simplesmente **PROMITENTE CONTRATADA**, resolvem firmar o presente instrumento, objetivando registrar os preços dos itens discriminados no Quadro Resumo, em anexo, em conformidade com o disposto no artigo 15, da Lei nº. 8.666/93 atualizada, Lei nº. 10520/2002 e com o ajustado a seguir de acordo com a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações, têm entre si justo e contratado o que se segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO
1.1 - O objeto deste contrato é a aquisição de peças e execução de serviços de manutenção preventiva e corretiva de veículos, englobando a aquisição de peças genuínas ou originais de primeira linha, independente de marca e categoria para atendimento da frota de veículos do Município de Jangada - MT–, conforme descrição constante no Anexo I - Especificações dos Itens do Edital de PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS nº 009/2014.
1.2 - Fica a **PROMITENTE CONTRATADA** obrigada a aceitar, nas mesmas condições licitadas os acréscimos que se fizerem necessários nas aquisições, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial.
CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO
2.2 Dá-se a este contrato o valor de conforme abaixo:

LOTE 01 - ÓLEO LUBRIFICANTE, GRAXA E FLUIDOS AUTOMÓVEIS LEVES, CAMIONETES E AMBULANCIAS - Fornecimento de Óleo lubrificante, Gaxa e Fluidos Genuínos ou Originais de primeira linha, independente de marca para atender a frota de veículos do Município de Jangada/MT.

O percentual de desconto para o fornecimento de Óleo lubrificante, Gaxa e Fluidos Genuínos ou Originais de primeira linha, sobre a tabela de preços fornecida pelas fabricantes, é de: 15,5%(QUINZE E MEIO POR CENTO).

LOTE 02 – ÓLEO LUBRIFICANTE, GRAXA E FLUIDOS ÔNIBUS E CAMINHOES - Fornecimento de Óleo lubrificante, Gaxa e Fluidos Genuínos ou Originais de primeira linha, independente de marca para atender a frota de veículos do Município de Jangada/MT.

O percentual de desconto para o fornecimento de Óleo lubrificante, Gaxa e Fluidos Genuínos ou Originais de primeira linha, sobre a tabela de preços fornecida pelas fabricantes, é de: 15% (QUINZE POR CENTO).

LOTE 03 – ÓLEO LUBRIFICANTE, GRAXA E FLUIDOS MÁQUINAS PESADAS - Fornecimento de Óleo lubrificante, Gaxa e Fluidos Genuínos ou Originais de primeira linha, independente de marca para atender a frota de veículos do Município de Jangada/MT.

O percentual de desconto para o fornecimento de Óleo lubrificante, Gaxa e Fluidos Genuínos ou Originais de primeira linha, sobre a tabela de preços fornecida pelas fabricantes, é de: 22,5% (VINTE E DOIS E MEIO POR CENTO).

LOTE 04 – ÓLEO LUBRIFICANTE, GRAXA E FLUIDOS MOTOS - Fornecimento de Óleo lubrificante, Gaxa e Fluidos Genuínos ou Originais de primeira linha, independente de marca para atender a frota de veículos do Município de Jangada/MT.

O percentual de desconto para o fornecimento de Óleo lubrificante, Gaxa e Fluidos Genuínos ou Originais de primeira linha, sobre a tabela de preços fornecida pelas fabricantes, é de: 13,5% (TREZE E MEIO POR CENTO).

LOTE 05 – LINHA MECANICA
AUTOMÓVEIS LEVES, CAMIONETES E AMBULANCIAS - Fornecimento de Óleo lubrificante, Gaxa e Fluidos Genuínos ou

Originais de primeira linha, independente de marca para atender a frota de veículos do Município de Jangada/MT.

O percentual de desconto para o fornecimento de Óleo lubrificante, Gaxa e Fluidos Genuínos ou Originais de primeira linha, sobre a tabela de preços fornecida pelas fabricantes, é de: 45,5% (QUARENTA E CINCO E MEIO POR CENTO).

LOTE 06 – SUSPENÇÃO E FREIOS
AUTOMÓVEIS LEVES, CAMIONETES E AMBULANCIAS - Fornecimento de peças genuínas ou originais de primeira linha, independente de marca e categoria para atendimento da frota de veículos do Município de Jangada/MT
O percentual de desconto para o fornecimento de peças genuínas ou originais de primeira linha, sobre a tabela de preços fornecida pelas montadoras, é de: 35,5 % (TRINTA E CINCO E MEIO POR CENTO).

LOTE 07 – LINHA ELÉTRICA
AUTOMÓVEIS LEVES, CAMIONETES E AMBULANCIAS - Fornecimento de peças genuínas ou originais de primeira linha, independente de marca e categoria para atendimento da frota de veículos do Município de Jangada/MT.

O percentual de desconto para o fornecimento de peças genuínas ou originais de primeira linha, sobre a tabela de preços fornecida pelas montadoras, é de: 26,5 % (VINTE E SEIS E MEIO POR CENTO).

LOTE 08 - LINHA DE ACESSÓRIOS
AUTOMÓVEIS LEVES, CAMIONETES E AMBULANCIAS - Fornecimento de peças genuínas ou originais de primeira linha, independente de marca e categoria para atendimento da frota de veículos do Município de Jangada/MT.

O percentual de desconto para o fornecimento de peças genuínas ou originais de primeira linha, sobre a tabela de preços fornecida pelas montadoras, é de: 27,5 % (VINTE E SETE E MEIO POR CENTO).

LOTE 09 - LINHA MECÂNICA SUSPENÇÃO E FREIOS
ÔNIBUS E CAMINHÕES – Fornecimento de peças genuínas ou originais de primeira linha, independente de marca e categoria para atendimento da frota de veículos do Município de Jangada/MT.

O percentual de desconto para o fornecimento de peças genuínas ou originais de primeira linha, sobre a tabela de preços fornecida pelas montadoras, é de: 67,5 % (SESSENTA E SETE E MEIO POR CENTO).

LOTE 10 - LINHA ELÉTRICA
ÔNIBUS E CAMINHÕES – Fornecimento de peças genuínas ou originais de primeira linha, independente de marca e categoria para atendimento da frota de veículos do Município de Jangada/MT.
O percentual de desconto para o fornecimento de peças genuínas ou originais de primeira linha, sobre a tabela de preços fornecida pelas montadoras, é de: 37,5 % (TRINTA E SETE E MEIO POR CENTO).

LOTE 11 - LINHA DE ACESSÓRIOS
ÔNIBUS E CAMINHÕES – Fornecimento de peças genuínas ou originais de primeira linha, independente de marca e categoria para atendimento da frota de veículos do Município de Jangada/MT.
O percentual de desconto para o fornecimento de peças genuínas ou originais de primeira linha, sobre a tabela de preços fornecida pelas montadoras, é de: 37,5 % (TRINTA E SETE E MEIO POR CENTO).

LOTE 16 - PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS
MECÂNICA, TRANSMISSÃO
AUTOMÓVEIS LEVES, CAMIONETES E AMBULANCIAS – Execução de serviços de manutenção preventiva e corretiva de veículos operacionais da frota do Município de Jangada/MT.
O percentual de desconto para a prestação do serviço de manutenção preventiva e corretiva sobre a importância máxima de R$ 100,00 (cem reais) paga por hora trabalhada, é de: 53,5 % (CINQUENTA E TRÊS E MEIO POR CENTO). Ficando um valor de R$ 46,50 (quarenta e seis reais e cinquenta centavos), por hora trabalhada.

LOTE 17- PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS
SUSPENSÃO, FREIOS E ALINHAMENTOS
AUTOMÓVEIS LEVES, CAMIONETES E AMBULANCIAS – Execução de serviços de manutenção preventiva e corretiva de veículos operacionais da frota do Município de Jangada/MT.
O percentual de desconto para a prestação do serviço de manutenção preventiva e corretiva sobre a importância máxima de R$ 100,00 (cem reais) paga por hora trabalhada, é de: 45,5% (QUARENTA E CINCO E MEIO POR CENTO). Ficando um valor de R$ 54,50 (cinquenta e quatro reais e cinquenta centavos). Por hora trabalhada.

LOTE 18 - PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS
ELÉTRICA
AUTOMÓVEIS LEVES, CAMIONETES E AMBULANCIAS – Execução de serviços de manutenção preventiva e corretiva de veículos operacionais da frota do Município de Jangada/MT.
O percentual de desconto para a prestação do serviço de manutenção preventiva e corretiva sobre a importância
máxima de R$ 65,00 (sessenta e cinco reais) paga por hora trabalhada é de 20,5% (VINTE E MEIO POR CENTO). Ficando um valor de R$ 51,67 (Cinquenta e um reais e sessenta e sete centavos), por hora trabalhada.

LOTE - 21 PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS
RETIFICA DE MOTOR: DESMONTAGEM, MONTAGEM, RETIFICA E USINAGEM
AUTOMÓVEIS LEVES, CAMIONETES E AMBULANCIAS – Execução de serviços de manutenção preventiva e corretiva de veículos operacionais da frota do Município de Jangada/MT.
O percentual de desconto para a prestação do serviço de manutenção preventiva e corretiva sobre a importância
máxima de R$ 100,00 (cem reais) paga por hora trabalhada é de 40,5% (QUARENTA E MEIO POR CENTO). Ficando um valor de R$ 59,50 (Cinquenta e nove reais e cinquenta centavos), por hora trabalhada.

LOTE 23 - PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS
FUNILARIA E PINTURA
AUTOMÓVEIS LEVES, CAMIONETES E AMBULANCIAS– Execução de serviços de manutenção preventiva e corretiva de veículos operacionais da frota do Município de Jangada/MT.
O percentual de desconto para a prestação do serviço de manutenção preventiva e corretiva sobre a importância
máxima de R$ 65,00 (sessenta e cinco reais) paga por hora trabalhada, é de: 46% (QUARENTA E SEIS POR CENTO). Ficando um valor de R$ 35,10 (Trinta e cinco reais e dez centavos), por hora trabalhada.

LOTE 24 - PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS
MECÂNICA, TRANSMISSÃO, SUSPENSÃO E FREIO
ÔNIBUS E CAMINHÕES – Execução de serviços de manutenção preventiva e corretiva de veículos operacionais da frota do Município de Jangada/MT.
O percentual de desconto para a prestação do serviço de manutenção preventiva e corretiva sobre a importância máxima de R$ 150,00 (cento e cinqüenta reais) paga por hora trabalhada, é de: 30.5% (TRINTA E MEIO POR CENTO). Ficando um valor de R$ 104,25 (cento e quatro reais e vinte e cinco centavos), por hora trabalhada.

LOTE 25 - PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS
ELETRICA
ÔNIBUS E CAMINHÕES – Execução de serviços de manutenção preventiva e corretiva de veículos operacionais da frota do Município de Jangada/MT.
O percentual de desconto para a prestação do serviço de manutenção preventiva e corretiva sobre a importância máxima de R$ 80,00 (oitenta reais) paga por hora trabalhada, é de: 16,5% (DEZESSEIS E MEIO POR CENTO). Ficando um valor de R$ 66,80 (sessenta e seis reais e oitenta centavos), por hora trabalhada.

LOTE 26 - PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS
HIDRÁULICA
ÔNIBUS E CAMINHÕES – Execução de serviços de manutenção preventiva e corretiva de veículos operacionais da frota do Município de Jangada/MT.

O percentual de desconto para a prestação do serviço de manutenção preventiva e corretiva sobre a importância máxima de R$ 50,00 (cinquenta reais) paga por hora trabalhada é de: 14,5% (QUATORZE E MEIO POR CENTO). Ficando um valor de R$ 42,75 (quarenta e dois reais e setenta e cinco centavos). por hora trabalhada.

LOTE 27 - PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS
RETIFICA DO MOTOR: DESMONTAGEM, MONTAGEM, RETIFICA E USINAGEM
ÔNIBUS E CAMINHÕES – Execução de serviços de manutenção preventiva e corretiva de veículos operacionais da frota do Município de Jangada/MT.
O percentual de desconto para a prestação do serviço de manutenção preventiva e corretiva sobre a importância máxima de R$ 150,00 (cento e cinquenta reais) paga por hora trabalhada, é de: 51,5% (CINQUENTA E UM E MEIO POR CENTO). Ficando um valor de R$ 72,75 (setenta e dois reais e setenta e cinco centavos), por hora trabalhada.

LOTE 28 - PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS
BOMBA INJETORA: RECUPERAÇÃO, MONTAGEM E DESMONTAGEM
ÔNIBUS E CAMINHÕES – Execução de serviços de manutenção preventiva e corretiva de veículos operacionais da frota do Município de Jangada/MT.
O percentual de desconto para a prestação do serviço de manutenção preventiva e corretiva sobre a importância máxima de R$ 150,00 (cento e cinquenta reais) paga por hora trabalhada, é de: 61% (SESSENTA E UM POR CENTO). Ficando um valor de R$ 58,50 (cinquenta e oito reais e cinquenta centavos), por hora trabalhada.

LOTE 30 - PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS
FUNILARIA E PINTURA
ÔNIBUS E CAMINHÕES – Execução de serviços de manutenção preventiva e corretiva de veículos operacionais da frota do Município de Jangada/MT.
O percentual de desconto para a prestação do serviço de manutenção preventiva e corretiva sobre a importância máxima de R$ 90,00 (noventa reais) paga por hora trabalhada, é de: 20,5% (VINTE E MEIO POR CENTO). Ficando um valor de R$ 71,55 (setenta e um reais e cinquenta e cinco centavos), por hora trabalhada.

LOTE 32 - PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS
MECÂNICA, TRANSMISSÃO E FREIO
MAQUINAS PESADAS – Execução de serviços de manutenção preventiva e corretiva de veículos operacionais da frota do Município de Jangada/MT.
O percentual de desconto para a prestação do serviço de manutenção preventiva e corretiva sobre a importância máxima de R$ 200,00 (duzentos reais) paga por hora trabalhada, é de: 15% (quinze por cento). ficando um valor de R$ 170,00 (cento e setenta reais), por hora trabalhada.

LOTE 33 - PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS
ELÉTRICA
MAQUINAS PESADAS – Execução de serviços de manutenção preventiva e corretiva de veículos operacionais da frota do Município de Jangada/MT.
O percentual de desconto para a prestação do serviço de manutenção preventiva e corretiva sobre a importância máxima de R$ 100,00 (cem reais) paga por hora trabalhada, é de: 15% (quinze por cento). ficando um valor de R$ 85,00 (oitenta e cinco reais), por hora trabalhada.

LOTE 34 - PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS
HIDRÁULICA
MAQUINAS PESADAS – Execução de serviços de manutenção preventiva e corretiva de veículos operacionais da frota do Município de Jangada/MT.
O percentual de desconto para a prestação do serviço de manutenção preventiva e corretiva sobre a importância máxima de R$ 150,00 (cento e cinquenta reais) paga por hora trabalhada, é de: 15% (quinze por cento). ficando um valor de R$ 127,50 (cento e cinquenta reais e cinquenta centavos), por hora trabalhada.

LOTE 35 - PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS
RETIFICA E USINAGEM DO MOTOR COM DESMONTAGEM E MONTAGEM
MAQUINAS PESADAS – Execução de serviços de manutenção preventiva e corretiva de veículos operacionais da frota do Município de Jangada/MT.
o percentual de desconto para a prestação do serviço de manutenção preventiva e corretiva sobre a importância máxima de R$ 300,00 (trezentos reais) paga por hora trabalhada, é de: 53% (cinquenta e três por cento). ficando um valor de R$ 141,00 (cento e quarenta e um reais). por hora trabalhada.

LOTE 36 - PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS
RECUPERAÇÃO DA BOMBA INJETORA COM DESMONTAGEM E MONTAGEM
MAQUINAS PESADAS – Execução de serviços de manutenção preventiva e corretiva de veículos operacionais da frota do Município de Jangada/MT.
O percentual de desconto para a prestação do serviço de manutenção preventiva e corretiva sobre a importância máxima de R$ 200,00 (duzentos reais) paga por hora trabalhada, é de: 56% (cinquenta e seis por cento). Ficando um valor de R$ 88,00 (oitenta e oito reais), por hora trabalhada.

LOTE 37 - PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS
FUNILARIA E PINTURA
MAQUINAS PESADAS – Execução de serviços de manutenção preventiva e corretiva de veículos operacionais da frota do Município de Jangada/MT.
O percentual de desconto para a prestação do serviço de manutenção preventiva e corretiva sobre a importância máxima de R$ 120,00 (cento e vinte reais) paga por hora trabalhada, é de: 15% (quinze por cento). Ficando um valor de R$ 102,00 (cento e dois reais), por hora trabalhada.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA FORMA DE PAGAMENTO

3.1 O pagamento será efetuado através da agência 2253-5 Conta Corrente: 3710-9, em parcela única, mediante a apresentação da respectiva Nota Fiscal, até 10 (dez) dias após sua apresentação, desde que esteja devidamente atestada pelo servidor responsável desta Prefeitura Municipal, competente da CONTRATANTE, mediante depósito em nome da empresa **AUTO PEÇAS JANGADA LTDA-ME**.

CLÁUSULA QUARTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4.1 A despesa deste contrato correrá à conta do orçamento vigente da Prefeitura Municipal de Jangada alocado nas seguintes dotações orçamentária:

Aquisição de Peças, Óleo Lubrificante, Graxa e Fluidos
Unidade: 001 – Gabinete
Projeto/Atividade: 2.003
Elemento de despesa – 02.001.04.122.003.2003-3390.30.00

Unidade: 002 - Secretária Municipal de Educação
Projeto/Atividade: 2.109
Elemento de despesa: 04.002.12.361.0007.2109-3390.30.00

Unidade: 002 - Secretária Municipal de Saúde
Projeto/Atividade: 2.038
Elemento de despesa: 05.002.10.301.0013.2038-3390.30.00

Unidade: 001 - Secretária Desenvolvimento Rural
Projeto/Atividade: 2.045
Elemento de despesa: 08.001.20.606.0046.2045-3390.30.00

Unidade: 002 - Secretária Municipal de Promoção e Assist Social
Projeto/Atividade: 2.054
Elemento de despesa – 09.002.08.243.0030.2054-3390.30.00

Unidade: 001 – Secretária de Administração
Projeto/Atividade: 2.094
Elemento de despesa – 13.001.04.122.0026.2094-3390.30.00

Prestação de Serviços
Unidade: 001 – Gabinete
Projeto/Atividade: 2.003

Elemento de despesa – 02.001.04.122.003.2003-3390.39.00

Unidade: 002 - Secretária Municipal de Educação
Projeto/Atividade: 2.109
Elemento de despesa: 04.002.12.361.0007.2109-3390.39.00

Unidade: 002 - Secretária Municipal de Saúde
Projeto/Atividade: 2.038
Elemento de despesa: 05.002.10.301.0013.2038-3390.39.00

Unidade: 001 - Secretária Desenvolvimento Rural
Projeto/Atividade: 2.045
Elemento de despesa: 08.001.20.606.0046.2045-3390.39.00

Unidade: 002 - Secretária Municipal de Promoção e Assist Social
Projeto/Atividade: 2.054
Elemento de despesa – 09.002.08.243.0030.2054-3390.39.00

Unidade: 001 – Secretária de Administração
Projeto/Atividade: 2.094
Elemento de despesa – 13.001.04.122.0026.2094-3390.39.00

CLÁUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

5.1 A CONTRATANTE obriga-se a:

I - supervisionar a entrega dos produtos e a prestação dos serviços que se encarregará do aceite do objeto, as anotações e posterior comunicação de eventuais falhas nos mesmos;

II - efetuar o pagamento à CONTRATADA, de acordo com o estabelecido na Cláusula Terceira deste instrumento.

CLÁUSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA.

6.1 A CONTRATADA obriga-se a:

I - fornecer os produtos;

II - responsabilizar-se por todos e quaisquer prejuízos causados ao CONTRATANTE durante a vigência do presente contrato, bem como os relativos à omissão pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais e quaisquer outras exigências legais inerentes a este instrumento;

III - responsabilizar-se por quaisquer compromissos assumidos com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente contrato;

IV - cumprir todas as especificações previstas no Edital de PREGÃO PRESENCIAL nº. 009/2014 que deu origem ao presente instrumento.

V – a cumprir integralmente o disposto no Anexo 01 do Edital de Pregão Presencial nº. 009/2014, que deu origem ao presente instrumento.

CLÁUSULA SÉTIMA - DO LOCAL DA ENTREGA E DO RECEBIMENTO DO MATERIAL

7.1 Os produtos/serviços objetos do presente ajuste deverão ser entregues de acordo com o disposto no edital e seus anexos do Edital de Pregão Presencial nº 009/2014.

CLÁUSULA OITAVA - INFORMAÇÕES ADICIONAIS

8.1 A licitante, sob pena de ter a sua proposta **desclassificada da etapa de lances**, deverá declarar:

a) qual a marca e o modelo do produto.

b) independente de qualquer declaração, o fabricante responde solidariamente pelos vícios ou defeitos do produto, tendo em vista as regras emanadas do artigo 18 e seus parágrafos da Lei nº 8.078/90.

CLÁUSULA NONA DA RESCISÃO

9.1 A rescisão deste Contrato dar-se-á na forma e pelos motivos constantes dos artigos 77 a 80, da Seção V - Da Inexecução e da Rescisão de Contratos, da Lei nº. 8.666/93. A rescisão também poderá ocorrer por ato unilateral, por acordo entre as partes, e judicial, na forma da lei.

Parágrafo único - A inexecução total ou parcial do contrato ensejará a sua rescisão com as conseqüências contratuais e as previstas em lei.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS MULTAS E SANÇÕES

10.1 As penalidades aplicáveis reger-se-ão de acordo com o estabelecido nos artigos 77 a 88 da Lei no 8.666/93 e artigo 7º da Lei 10.520 de 17 de julho de 2002.

§ 1. A CONTRATADA, se descumprir as condições do Edital ou deste Contrato, ficará sujeita às seguintes penalidades:

a) - advertência;

b) – 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, na entrega do objeto licitado, calculado sobre o valor correspondente à parte inadimplida, até o limite de 10% (dez por cento).

c) - multa de até 20% (vinte por cento) sobre o valor constante do Contrato, pelo descumprimento de qualquer cláusula contratual, exceto prazo de conclusão dos serviços, que será descontada dos créditos constantes do pagamento da fatura, ou outra forma de cobrança administrativa ou judicial;

§. 2. O atraso, para efeito de cálculo da multa mencionada no parágrafo anterior será contado em dias corridos, a partir do dia seguinte ao vencimento do prazo para execução dos serviços.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO PRAZO

11.1 O prazo do presente contrato será de 12 (doze) meses iniciando-se na data de sua assinatura deste contrato, podendo ser prorrogado por interesse das partes na forma da legislação vigente.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA

12.1 O presente Contrato entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua eficácia a publicação, a forma do que determinam os artigos 61, parágrafo único, da Lei Federal n 8.666, de 21 de junho de 1993.

CLÁUSULA DECIMA TERCEIRA - DA FISCALIZAÇÃO

13.1. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de vícios redibitórios, ou emprego de mão-de-obra desqualificada e, na ocorrência desta, não implica em co-responsabilidade do CONTRATANTE ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8666/93. As decisões e providências que ultrapassem a competência do fiscal do contrato deverão ser encaminhadas a autoridade competente em tempo hábil, para adoção das medidas convenientes.

13.2. Durante o período de vigência do Contrato a fiscalização do objeto ficará a cargo da Secretaria Municipal de Assistência Social que designará servidor(es) oficialmente por meio de documento a ser publicado pelo Contratante, nos termos do Art. 67 da Lei 8.666/93, que receberá os veículos, bem como será responsabilizado por atestar as notas fiscais referentes aos serviços prestados e fará o acompanhamento e a verificação da conformidade da prestação dos serviços e da alocação dos recursos necessários de forma a assegurar o perfeito e fiel cumprimento das cláusulas contratuais, podendo, em nome do Município, adotar as medidas necessárias para tal finalidade, ficando a CONTRATADA obrigada a prestar todos os esclarecimentos que lhe forem solicitados.

13.3. **Compete à Fiscalização:**

a) acompanhar e fiscalizar a execução do Contrato, conforme previsão do art. 67 da Lei nº 8.666/93;

b) Notificar, por escrito, à CONTRATADA, ocorrência de eventuais imperfeições no curso de execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção;

c) Representar o CONTRATANTE em reuniões com a CONTRATADA, ou terceiros diretamente ligados a execução dos serviços;

d) Solicitar a substituição de qualquer profissional que não corresponda disciplinarmente às exigências das obrigações estipuladas no ato convocatório e seus anexos;

e) A existência e a atuação da fiscalização do CONTRATANTE não restringe a responsabilidade integral e exclusiva da CONTRATADA, no que concerne a qualidade dos serviços contratados, suas conseqüências e implicações próximas ou remotas;

f) Demais condições constantes do Anexo I – Termo de Referência e Ato Convocatório

13.4. Caberá à CONTRATADA atender prontamente a quaisquer exigências da fiscalização inerentes ao objeto do Contrato, sem que disso decorra qualquer ônus para o CONTRATANTE;

13.5. A CONTRATADA responderá por perdas e danos que, porventura, venha sofrer o CONTRATANTE e/ou terceiros, em razão de ação ou omissão, dolosa ou culposa, de seus prepostos, independentemente de outras cominações contratuais ou legais a que estiver sujeita, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade à fiscalização ou ao acompanhamento do Contrato pelo CONTRATANTE;

13.6. O responsável pela fiscalização não terá poder para eximir a CONTRATADA de qualquer obrigação prevista neste contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DO FORO
14.1 Para a solução de qualquer controvérsia oriunda do presente contrato e que não seja dirimida por acordo, as partes se submetem, incondicional e irrevogavelmente, ao foro da cidade de Rosário Oeste - MT.

14.2 E, para firmeza e validade do que aqui ficou estipulado, lavra-se o presente termo em 3 (três) vias de igual teor, que, depois de lido e achado conforme, é assinado pelas partes contratantes e pelas testemunhas abaixo nomeadas.

Jangada/MT, 23 de Junho de 2014.

VALDECIR KEMER
Prefeito de Jangada/MT

Auto Peças Jangada LTDA-ME
C.N.P.J. n.º 05.480.515/0001-50
JOÃO HENRIQUE GRUBER,
RG nº 1460805-7 SSP/MT

TESTEMUNHAS:
Nome: _____
RG:_____
Assinatura: _____
Nome:_____
RG: _____
Assinatura _____

Publicado por:
Nicholas da Costa Machado
Código Identificador:DBA8D1FB

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO Nº 020/2014

CONTRATO Nº 020/2014.

CONTRATO DE SERVIÇOS DE FUTURA E EVENTUAIS EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO CORRETIVA E PREVENTIVA DE VEICULOS, ENGLOBANDO AQUISIÇÃO DE ÓLEO LUBRIFICANTE, GRAXA E FLUIDOS, PEÇAS GENUINAS OU ORIGINAIS, INDEPENDENTE DE MARCA OU CATEGORIA PARA ATENDIMENTO DA FROTA DE VEICULOS, FIRMADO ENTRE O MUNICÍPIO DE JANGADA E A EMPRESA CUIAGYN DISTRIBUIDORA DE PEÇAS AUTOMOTIVAS LTDA.

O **MUNICÍPIO DE JANGADA, ESTADO DE MATO GROSSO**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa no Paço Julio domingos de campos, JANGADA - MT, inscrito no CNPJ/MF 24.772.147/0001-68, neste ato representado pelo seu Prefeito Sr. Valdecir Kemer, brasileiro, casado, Técnico Agrícola, portador do RG. 11/R-2.143.843 SSP/SC data de exp 21-01-1986, e CPF/MF nº777.850.969-53, doravante denominado simplesmente **CONTRATANTE** e a empresa **CUIAGYN DISTRIBUIDORA DE PEÇAS AUTOMOTIVAS LTDA**, com endereço Rua Mariano Campos Maia, Nº 1503, Bairro: Construmat Várzea Grande/MT, CNPJ/MF sob o n.º 13.457.937/0001-89, representada neste ato pelo Srº Divino Vieira Teles, portador da cédula de identidade nº 2122751-9 SSP/MT e CPF nº 375.416.681-68, doravante denominada simplesmente **PROMITENTE CONTRATADA**, resolvem firmar o presente instrumento, objetivando registrar os preços dos itens discriminados no Quadro Resumo, em anexo, em conformidade com o disposto no artigo 15, da Lei nº. 8.666/93 atualizada, Lei nº. 10520/2002 e com o ajustado a seguir.de acordo com a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações, têm entre si justo e contratado o que se segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO
1.1 - O objeto deste contrato é a aquisição de peças e execução de serviços de manutenção preventiva e corretiva de veículos, englobando a aquisição de peças genuínas ou originais de primeira linha, independente de marca e categoria para atendimento da frota de veículos do Município de Jangada - MT–, conforme descrição constante no Anexo I - Especificações dos Itens do Edital de PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS nº 009/2014.
1.2 - Fica a **PROMITENTE CONTRATADA** obrigada a aceitar, nas mesmas condições licitadas os acréscimos que se fizerem necessários nas aquisições, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial.
CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO
2.2 Dá-se a este contrato o valor de conforme abaixo:

LOTE 20 - PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS
HIDRÁULICA
AUTOMÓVEIS LEVES, CAMIONETES E AMBULANCIAS– Execução de serviços de manutenção preventiva e corretiva de veículos operacionais da frota do Município de Jangada/MT.
O percentual de desconto para a prestação do serviço de manutenção preventiva e corretiva sobre a importância máxima de R$ 100,00 (cem reais) paga por hora trabalhada, é de: 20% (VINTE POR CENTO). Ficando um valor de R$ 80,00 (oitenta reais).

LOTE 22 - PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS
BOMBA INJETORA: RECUPERAÇÃO, MONTAGEM E DESMONTAGEM
AUTOMÓVEIS LEVES, CAMIONETES E AMBULANCIAS– Execução de serviços de manutenção preventiva e corretiva de veículos operacionais da frota do Município de Jangada/MT.
O percentual de desconto para a prestação do serviço de manutenção preventiva e corretiva sobre a importância máxima de R$ 100,00 (cem reais) paga por hora trabalhada, é de: 50% (CINQÜENTA POR CENTO). Ficando um valor de R$ 50,00 (cinquenta reais).

CLÁUSULA TERCEIRA - DA FORMA DE PAGAMENTO
3.1 O pagamento será efetuado através da agência 3499-1 Conta Corrente: 39250-2, em parcela única, mediante a apresentação da respectiva Nota Fiscal, até 10 (dez) dias após sua apresentação, desde que esteja devidamente atestada pelo servidor responsável desta Prefeitura Municipal, competente da CONTRATANTE, mediante depósito em nome da empresa **CUIAGYN DISTRIBUIDORA DE PEÇAS AUTOMOTIVAS LTDA**.
CLÁUSULA QUARTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA
4.1 A despesa deste contrato correrá à conta do orçamento vigente da Prefeitura Municipal de Jangada alocado nas seguintes dotações orçamentária:

Aquisição de Peças, Óleo Lubrificante, Graxa e Fluidos
Unidade: 001 – Gabinete
Projeto/Atividade: 2.003
Elemento de despesa – 02.001.04.122.003.2003-3390.30.00

Unidade: 002 - Secretária Municipal de Educação
Projeto/Atividade: 2.109
Elemento de despesa: 04.002.12.361.0007.2109-3390.30.00

Unidade: 002 - Secretária Municipal de Saúde
Projeto/Atividade: 2.038
Elemento de despesa: 05.002.10.301.0013.2038-3390.30.00

Unidade: 001 - Secretária Desenvolvimento Rural
Projeto/Atividade: 2.045
Elemento de despesa: 08.001.20.606.0046.2045-3390.30.00

Unidade: 002 - Secretária Municipal de Promoção e Assist Social
Projeto/Atividade: 2.054
Elemento de despesa – 09.002.08.243.0030.2054-3390.30.00

Unidade: 001 – Secretária de Administração
Projeto/Atividade: 2.094
Elemento de despesa – 13.001.04.122.0026.2094-3390.30.00

Prestação de Serviços
Unidade: 001 – Gabinete
Projeto/Atividade: 2.003
Elemento de despesa – 02.001.04.122.003.2003-3390.39.00

Unidade: 002 - Secretária Municipal de Educação
Projeto/Atividade: 2.109
Elemento de despesa: 04.002.12.361.0007.2109-3390.39.00

Unidade: 002 - Secretária Municipal de Saúde
Projeto/Atividade: 2.038
Elemento de despesa: 05.002.10.301.0013.2038-3390.39.00

Unidade: 001 - Secretária Desenvolvimento Rural
Projeto/Atividade: 2.045
Elemento de despesa: 08.001.20.606.0046.2045-3390.39.00

Unidade: 002 - Secretária Municipal de Promoção e Assist Social
Projeto/Atividade: 2.054
Elemento de despesa – 09.002.08.243.0030.2054-3390.39.00

Unidade: 001 – Secretária de Administração
Projeto/Atividade: 2.094
Elemento de despesa – 13.001.04.122.0026.2094-3390.39.00

CLÁUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

5.1 A CONTRATANTE obriga-se a:

I - supervisionar a entrega dos produtos e a prestação dos serviços que se encarregará do aceite do objeto, as anotações e posterior comunicação de eventuais falhas nos mesmos;

II - efetuar o pagamento à CONTRATADA, de acordo com o estabelecido na Cláusula Terceira deste instrumento.

CLÁUSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA.

6.1 A CONTRATADA obriga-se a:

I - fornecer os produtos;

II - responsabilizar-se por todos e quaisquer prejuízos causados ao CONTRATANTE durante a vigência do presente contrato, bem como os relativos à omissão pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais e quaisquer outras exigências legais inerentes a este instrumento;

III - responsabilizar-se por quaisquer compromissos assumidos com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente contrato;

IV - cumprir todas as especificações previstas no Edital de PREGÃO PRESENCIAL nº. 009/2014 que deu origem ao presente instrumento.

V – a cumprir integralmente o disposto no Anexo 01 do Edital de Pregão Presencial nº. 009/2014, que deu origem ao presente instrumento.

CLÁUSULA SÉTIMA - DO LOCAL DA ENTREGA E DO RECEBIMENTO DO MATERIAL

7.1 Os produtos/serviços objetos do presente ajuste deverão ser entregues de acordo com o disposto no edital e seus anexos do Edital de Pregão Presencial nº 009/2014.

CLÁUSULA OITAVA - INFORMAÇÕES ADICIONAIS

8.1 A licitante, sob pena de ter a sua proposta **desclassificada da etapa de lances**, deverá declarar:

a) qual a marca e o modelo do produto.

b) independente de qualquer declaração, o fabricante responde solidariamente pelos vícios ou defeitos do produto, tendo em vista as regras emanadas do artigo 18 e seus parágrafos da Lei nº 8.078/90.

CLÁUSULA NONA DA RESCISÃO

9.1 A rescisão deste Contrato dar-se-á na forma e pelos motivos constantes dos artigos 77 a 80, da Seção V - Da Inexecução e da Rescisão de Contratos, da Lei nº. 8.666/93. A rescisão também poderá ocorrer por ato unilateral, por acordo entre as partes, e judicial, na forma da lei.

Parágrafo único - A inexecução total ou parcial do contrato ensejará a sua rescisão com as conseqüências contratuais e as previstas em lei.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS MULTAS E SANÇÕES

10.1 As penalidades aplicáveis reger-se-ão de acordo com o estabelecido nos artigos 77 a 88 da Lei no 8.666/93 e artigo 7º da Lei 10.520 de 17 de julho de 2002.

§ 1. A CONTRATADA, se descumprir as condições do Edital ou deste Contrato, ficará sujeita às seguintes penalidades:

a) - advertência;

b) – 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, na entrega do objeto licitado, calculado sobre o valor correspondente à parte inadimplida, até o limite de 10% (dez por cento).

c) - multa de até 20% (vinte por cento) sobre o valor constante do Contrato, pelo descumprimento de qualquer cláusula contratual, exceto prazo de conclusão dos serviços, que será descontada dos créditos constantes do pagamento da fatura, ou outra forma de cobrança administrativa ou judicial;

§. 2. O atraso, para efeito de cálculo da multa mencionada no parágrafo anterior será contado em dias corridos, a partir do dia seguinte ao vencimento do prazo para execução dos serviços.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO PRAZO

11.1 O prazo do presente contrato será de 12 (doze) meses iniciando-se na data de sua assinatura deste contrato, podendo ser prorrogado por interesse das partes na forma da legislação vigente.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA

12.1 O presente Contrato entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua eficácia a publicação, a forma do que determinam os artigos 61, parágrafo único, da Lei Federal n 8.666, de 21 de junho de 1993.

CLÁUSULA DECIMA TERCEIRA - DA FISCALIZAÇÃO

13.1. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de vícios redibitórios, ou emprego de mão-de-obra desqualificada e, na ocorrência desta, não implica em co-responsabilidade do CONTRATANTE ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8666/93. As decisões e providências que ultrapassem a competência do fiscal do contrato deverão ser encaminhadas a autoridade competente em tempo hábil, para adoção das medidas convenientes.

13.2. Durante o período de vigência do Contrato a fiscalização do objeto ficará a cargo da Secretaria Municipal de Assistência Social que designará servidor(es) oficialmente por meio de documento a ser publicado pelo Contratante, nos termos do Art. 67 da Lei 8.666/93, que receberá os veículos, bem como será responsabilizado por atestar as notas fiscais referentes aos serviços prestados e fará o acompanhamento e a verificação da conformidade da prestação dos serviços e da alocação dos recursos necessários de forma a assegurar o perfeito e fiel cumprimento das cláusulas contratuais, podendo, em nome do Município, adotar as medidas necessárias para tal finalidade, ficando a CONTRATADA obrigada a prestar todos os esclarecimentos que lhe forem solicitados.

13.3. **Compete à Fiscalização:**

a) acompanhar e fiscalizar a execução do Contrato, conforme previsão do art. 67 da Lei nº 8.666/93;

b) Notificar, por escrito, à CONTRATADA, ocorrência de eventuais imperfeições no curso de execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção;

c) Representar o CONTRATANTE em reuniões com a CONTRATADA, ou terceiros diretamente ligados a execução dos serviços;

d) Solicitar a substituição de qualquer profissional que não corresponda disciplinarmente às exigências das obrigações estipuladas no ato convocatório e seus anexos;

e) A existência e a atuação da fiscalização do CONTRATANTE não restringe a responsabilidade integral e exclusiva da CONTRATADA, no que concerne a qualidade dos serviços contratados, suas conseqüências e implicações próximas ou remotas;

f) Demais condições constantes do Anexo I – Termo de Referência e Ato Convocatório

13.4. Caberá à CONTRATADA atender prontamente a quaisquer exigências da fiscalização inerentes ao objeto do Contrato, sem que disso decorra qualquer ônus para o CONTRATANTE;

13.5. A CONTRATADA responderá por perdas e danos que, porventura, venha sofrer o CONTRATANTE e/ou terceiros, em razão de ação ou omissão, dolosa ou culposa, de seus prepostos, independentemente de outras cominações contratuais ou legais a que estiver sujeita, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade à fiscalização ou ao acompanhamento do Contrato pelo CONTRATANTE;

13.6. O responsável pela fiscalização não terá poder para eximir a CONTRATADA de qualquer obrigação prevista neste contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DO FORO

14.1 Para a solução de qualquer controvérsia oriunda do presente contrato e que não seja dirimida por acordo, as partes se submetem, incondicional e irrevogavelmente, ao foro da cidade de Rosário Oeste - MT.

14.2 E, para firmeza e validade do que aqui ficou estipulado, lavra-se o presente termo em 3 (três) vias de igual teor, que, depois de lido e achado conforme, é assinado pelas partes contratantes e pelas testemunhas abaixo nomeadas.

Jangada/MT, 23 de Junho de 2014.

VALDECIR KEMER
Prefeito Municipal

Cuiagin Distribuidoras de Peças Automotiva LTDA
C.N.P.J. nº 13.457.937.0001-89
DIVINO VIEIRA TELES
RG nº 2122751-9 SSP/MT
Contratada

TESTEMUNHAS:
Nome: _____
RG: _____
Assinatura: _____

Nome: _____
RG: _____
Assinatura _____

Publicado por:
Nicholas da Costa Machado
Código Identificador:6C880E21

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO Nº 021/2014

CONTRATO Nº 021/2014.

CONTRATO DE SERVIÇOS DE FUTURA E EVENTUAIS EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO CORRETIVA E PREVENTIVA DE VEICULOS, ENGLOBANDO AQUISIÇÃO DE ÓLEO LUBRIFICANTE, GRAXA E FLUIDOS, PEÇAS GENUINAS OU ORIGINAIS, INDEPENDENTE DE MARCA OU CATEGORIA PARA ATENDIMENTO DA FROTA DE VEICULOS, FIRMADO ENTRE O MUNICÍPIO DE JANGADA E A EMPRESA NASCIMENTO COMERCIO DE PEÇAS PARA TRATORES LTDA-ME.

O **MUNICÍPIO DE JANGADA, ESTADO DE MATO GROSSO**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa no Paço Julio Domingos De Campos, JANGADA - MT, inscrito no CNPJ/MF 24.772.147/0001-68, neste ato representado pelo seu Prefeito Sr. Valdecir Kemer, brasileiro, casado, Técnico Agrícola, portador do RG. 11/R-2.143.843 SSP/SC data de exp 21-01-1986, e CPF/MF nº777.850.969-53, doravante denominado simplesmente **CONTRATANTE** e a empresa **NASCIMENTO COMERCIO DE PEÇAS PARA TRATORES LTDA-ME.**, com endereço na Avenida Ulisses Pompeu de Campos, nº 3000 – Jardim Panorama – Várzea Grande/MT, CNPJ/MF sob o n.º 09.227.993/0001-03, representada neste ato pelo Srº Paulo de Campos Neves, portador da cédula de identidade nº 1370217-3 SSP/MT e CPF nº 009.222.321-48, doravante denominada simplesmente **PROMITENTE CONTRATADA**, resolvem firmar o presente instrumento, objetivando registrar os preços dos itens discriminados no Quadro Resumo, em anexo, em conformidade com o disposto no artigo 15, da Lei nº. 8.666/93 atualizada, Lei nº. 10520/2002 e com o ajustado a seguir de acordo com a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações, têm entre si justo e contratado o que se segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO
1.1 - O objeto deste contrato é a aquisição de peças e execução de serviços de manutenção preventiva e corretiva de veículos, englobando a aquisição de peças genuínas ou originais de primeira linha, independente de marca e categoria para atendimento da frota de veículos do Município de Jangada - MT–, conforme descrição constante no Anexo I - Especificações dos Itens do Edital de PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS nº 009/2014.
1.2 - Fica a **PROMITENTE CONTRATADA** obrigada a aceitar, nas mesmas condições licitadas os acréscimos que se fizerem necessários nas aquisições, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial.
CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO
2.2 Dá-se a este contrato o valor de conforme abaixo:

LOTE 12 – MECANICA
MAQUINAS PESADAS - Fornecimento de peças genuínas ou originais de primeira linha, independente de marca e categoria para atendimento da frota de veículos do Município de Jangada/MT.

O percentual de desconto para o fornecimento de peças genuínas ou originais de primeira linha, sobre a tabela de preços fornecidas pelas montadoras, é de: 24% (VINTE E QUATRO POR CENTO).

LOTE 13 – HIDRAULICA
MAQUINAS PESADAS - Fornecimento de peças genuínas ou originais de primeira linha, independente de marca e categoria para atendimento da frota de veículos do Município de Jangada/MT.

O percentual de desconto para o fornecimento de peças genuínas ou originais de primeira linha, sobre a tabela de preços fornecidas pelas montadoras, é de: 19% (DEZENOVE POR CENTO).
LOTE 14 – LINHA ELETRICA
MAQUINAS PESADAS - Fornecimento de peças genuínas ou originais de primeira linha, independente de marca e categoria para atendimento da frota de veículos do Município de Jangada/MT.

O percentual de desconto para o fornecimento de peças genuínas ou originais de primeira linha, sobre a tabela de preços fornecidas pelas montadoras, é de: 31% (TRINTA E UM POR CENTO).

CLÁUSULA TERCEIRA - DA FORMA DE PAGAMENTO
3.1 O pagamento será efetuado através da agência 2764-2 Conta Corrente: 46.649-2, em parcela única, mediante a apresentação da respectiva Nota Fiscal, até 10 (dez) dias após sua apresentação, desde que esteja devidamente atestada pelo servidor responsável desta Prefeitura Municipal, competente da CONTRATANTE, mediante depósito em nome da empresa **NASCIMENTO COMERCIO DE PEÇAS PARA TRATORES LTDA-ME.**
CLÁUSULA QUARTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA
4.1 A despesa deste contrato correrá à conta do orçamento vigente da Prefeitura Municipal de Jangada alocado nas seguintes dotações orçamentária:

Aquisição de Peças, Óleo Lubrificante, Graxa e Fluidos
Unidade: 001 – Gabinete
Projeto/Atividade: 2.003
Elemento de despesa – 02.001.04.122.003.2003-3390.30.00

Unidade: 002 - Secretária Municipal de Educação
Projeto/Atividade: 2.109
Elemento de despesa: 04.002.12.361.0007.2109-3390.30.00

Unidade: 002 - Secretária Municipal de Saúde
Projeto/Atividade: 2.038
Elemento de despesa: 05.002.10.301.0013.2038-3390.30.00

Unidade: 001 - Secretária Desenvolvimento Rural
Projeto/Atividade: 2.045
Elemento de despesa: 08.001.20.606.0046.2045-3390.30.00

Unidade: 002 - Secretária Municipal de Promoção e Assist Social
Projeto/Atividade: 2.054
Elemento de despesa – 09.002.08.243.0030.2054-3390.30.00

Unidade: 001 – Secretária de Administração
Projeto/Atividade: 2.094

Elemento de despesa – 13.001.04.122.0026.2094-3390.30.00

Prestação de Serviços
Unidade: 001 – Gabinete
Projeto/Atividade: 2.003
Elemento de despesa – 02.001.04.122.003.2003-3390.39.00

Unidade: 002 - Secretária Municipal de Educação
Projeto/Atividade: 2.109
Elemento de despesa: 04.002.12.361.0007.2109-3390.39.00

Unidade: 002 - Secretária Municipal de Saúde
Projeto/Atividade: 2.038
Elemento de despesa: 05.002.10.301.0013.2038-3390.39.00

Unidade: 001 - Secretária Desenvolvimento Rural
Projeto/Atividade: 2.045
Elemento de despesa: 08.001.20.606.0046.2045-3390.39.00

Unidade: 002 - Secretária Municipal de Promoção e Assist Social
Projeto/Atividade: 2.054
Elemento de despesa – 09.002.08.243.0030.2054-3390.39.00

Unidade: 001 – Secretária de Administração
Projeto/Atividade: 2.094
Elemento de despesa – 13.001.04.122.0026.2094-3390.39.00

CLÁUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE
5.1 A CONTRATANTE obriga-se a:
I - supervisionar a entrega dos produtos e a prestação dos serviços que se encarregará do aceite do objeto, as anotações e posterior comunicação de eventuais falhas nos mesmos;
II - efetuar o pagamento à CONTRATADA, de acordo com o estabelecido na Cláusula Terceira deste instrumento.
CLÁUSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA.
6.1 A CONTRATADA obriga-se a:
I - fornecer os produtos;
II - responsabilizar-se por todos e quaisquer prejuízos causados ao CONTRATANTE durante a vigência do presente contrato, bem como os relativos à omissão pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais e quaisquer outras exigências legais inerentes a este instrumento;
III - responsabilizar-se por quaisquer compromissos assumidos com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente contrato;
IV - cumprir todas as especificações previstas no Edital de PREGÃO PRESENCIAL nº. 009/2014 que deu origem ao presente instrumento.
V – a cumprir integralmente o disposto no Anexo 01 do Edital de Pregão Presencial nº. 009/2014, que deu origem ao presente instrumento.
CLÁUSULA SÉTIMA - DO LOCAL DA ENTREGA E DO RECEBIMENTO DO MATERIAL
7.1 Os produtos/serviços objetos do presente ajuste deverão ser entregues de acordo com o disposto no edital e seus anexos do Edital de Pregão Presencial nº 009/2014.
CLÁUSULA OITAVA - INFORMAÇÕES ADICIONAIS
8.1 A licitante, sob pena de ter a sua proposta **desclassificada da etapa de lances**, deverá declarar:
a) qual a marca e o modelo do produto.
b) independente de qualquer declaração, o fabricante responde solidariamente pelos vícios ou defeitos do produto, tendo em vista as regras emanadas do artigo 18 e seus parágrafos da Lei nº 8.078/90.
CLÁUSULA NONA DA RESCISÃO
9.1 A rescisão deste Contrato dar-se-á na forma e pelos motivos constantes dos artigos 77 a 80, da Seção V - Da Inexecução e da Rescisão de Contratos, da Lei nº. 8.666/93. A rescisão também poderá ocorrer por ato unilateral, por acordo entre as partes, e judicial, na forma da lei.

Parágrafo único - A inexecução total ou parcial do contrato ensejará a sua rescisão com as conseqüências contratuais e as previstas em lei.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS MULTAS E SANÇÕES
10.1 As penalidades aplicáveis reger-se-ão de acordo com o estabelecido nos artigos 77 a 88 da Lei no 8.666/93 e artigo 7º da Lei 10.520 de 17 de julho de 2002.
§ 1. A CONTRATADA, se descumprir as condições do Edital ou deste Contrato, ficará sujeita às seguintes penalidades:
a) - advertência;
b) – 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, na entrega do objeto licitado, calculado sobre o valor correspondente à parte inadimplida, até o limite de 10% (dez por cento).
c) - multa de até 20% (vinte por cento) sobre o valor constante do Contrato, pelo descumprimento de qualquer cláusula contratual, exceto prazo de conclusão dos serviços, que será descontada dos créditos constantes do pagamento da fatura, ou outra forma de cobrança administrativa ou judicial;
§. 2. O atraso, para efeito de cálculo da multa mencionada no parágrafo anterior será contado em dias corridos, a partir do dia seguinte ao vencimento do prazo para execução dos serviços.
CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO PRAZO
11.1 O prazo do presente contrato será de 12 (doze) meses iniciando-se na data de sua assinatura deste contrato, podendo ser prorrogado por interesse das partes na forma da legislação vigente.
CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA
12.1 O presente Contrato entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua eficácia a publicação, a forma do que determinam os artigos 61, parágrafo único, da Lei Federal n 8.666, de 21 de junho de 1993.
CLÁUSULA DECIMA TERCEIRA - DA FISCALIZAÇÃO
13.1. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de vícios redibitórios, ou emprego de mão-de-obra desqualificada e, na ocorrência desta, não implica em co-responsabilidade do CONTRATANTE ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8666/93. As decisões e providências que ultrapassem a competência do fiscal do contrato deverão ser encaminhadas a autoridade competente em tempo hábil, para adoção das medidas convenientes.
13.2. Durante o período de vigência do Contrato a fiscalização do objeto ficará a cargo da Secretaria Municipal de Assistência Social que designará servidor(es) oficialmente por meio de documento a ser publicado pelo Contratante, nos termos do Art. 67 da Lei 8.666/93, que receberá os veículos, bem como será responsabilizado por atestar as notas fiscais referentes aos serviços prestados e fará o acompanhamento e a verificação da conformidade da prestação dos serviços e da alocação dos recursos necessários de forma a assegurar o perfeito e fiel cumprimento das cláusulas contratuais, podendo, em nome do Município, adotar as medidas necessárias para tal finalidade, ficando a CONTRATADA obrigada a prestar todos os esclarecimentos que lhe forem solicitados.
13.3. **Compete à Fiscalização:**
a) acompanhar e fiscalizar a execução do Contrato, conforme previsão do art. 67 da Lei nº 8.666/93;
b) Notificar, por escrito, à CONTRATADA, ocorrência de eventuais imperfeições no curso de execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção;
c) Representar o CONTRATANTE em reuniões com a CONTRATADA, ou terceiros diretamente ligados a execução dos serviços;
d) Solicitar a substituição de qualquer profissional que não corresponda disciplinarmente às exigências das obrigações estipuladas no ato convocatório e seus anexos;
e) A existência e a atuação da fiscalização do CONTRATANTE não restringe a responsabilidade integral e exclusiva da CONTRATADA, no que concerne a qualidade dos serviços contratados, suas conseqüências e implicações próximas ou remotas;
f) Demais condições constantes do Anexo I – Termo de Referência e Ato Convocatório
13.4. Caberá à CONTRATADA atender prontamente a quaisquer exigências da fiscalização inerentes ao objeto do Contrato, sem que disso decorra qualquer ônus para o CONTRATANTE;
13.5. A CONTRATADA responderá por perdas e danos que, porventura, venha sofrer o CONTRATANTE e/ou terceiros, em razão de ação ou omissão, dolosa ou culposa, de seus prepostos, independentemente de outras cominações contratuais ou legais a que estiver sujeita, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade à

fiscalização ou ao acompanhamento do Contrato pelo CONTRATANTE;
13.6. O responsável pela fiscalização não terá poder para eximir a CONTRATADA de qualquer obrigação prevista neste contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DO FORO
14.1 Para a solução de qualquer controvérsia oriunda do presente contrato e que não seja dirimida por acordo, as partes se submetem, incondicional e irrevogavelmente, ao foro da cidade de Rosário Oeste - MT.

14.2 E, para firmeza e validade do que aqui ficou estipulado, lavra-se o presente termo em 3 (três) vias de igual teor, que, depois de lido e achado conforme, é assinado pelas partes contratantes e pelas testemunhas abaixo nomeadas.

Jangada/MT, 23 de Junho de 2014.

VALDECIR KEMER
Prefeito Municipal
Contratante

Nascimento Comercio de Peças Para Tratores LTDA-ME.
C.N.P.J. n.º 09.227.993/0001-03
PAULO DE CAMPOS NEVES
RG nº 1370217-3 SSP/MT
Contratada

TESTEMUNHAS:
Nome: _____
RG:_____
Assinatura:_____

Nome: _____
RG: _____
Assinatura _____

Publicado por:
Nicholas da Costa Machado
Código Identificador:996E9F8D

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO Nº 022/2014

CONTRATO Nº 022/2014.

CONTRATO DE SERVIÇOS DE FUTURA E EVENTUAIS EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO CORRETIVA E PREVENTIVA DE VEICULOS, ENGLOBANDO AQUISIÇÃO DE ÓLEO LUBRIFICANTE, GRAXA E FLUIDOS, PEÇAS GENUINAS OU ORIGINAIS, INDEPENDENTE DE MARCA OU CATEGORIA PARA ATENDIMENTO DA FROTA DE VEICULOS, FIRMADO ENTRE O MUNICÍPIO DE JANGADA E A EMPRESA REVITALIZAR COMERCIO DE PEÇAS E SERVIÇOS LTDA-ME.

O **MUNICÍPIO DE JANGADA, ESTADO DE MATO GROSSO**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa no Paço Julio Domingos De Campos, JANGADA - MT, inscrito no CNPJ/MF 24.772.147/0001-68, neste ato representado pelo seu Prefeito Sr. Valdecir Kemer, brasileiro, casado, Técnico Agrícola, portador do RG. 11/R-2.143.843 SSP/SC data de exp 21-01-1986, e CPF/MF nº777.850.969-53, doravante denominado simplesmente **CONTRATANTE** e a empresa **REVITALIZAR COMERCIO DE PEÇAS E SERVIÇOS LTDA-ME**, com endereço na Avenida Central, s/nº, Q.05, Lote 10, Sala B, Bairro Centro Empresarial Várzea Grande/MT, CNPJ/MF sob o n.º 08.355.658/0001-28, representada neste ato pelo Srº Eriwelton Marcelo Pinheiros Da Silva, portador da cédula de identidade nº 1472576-2 SSP/MT e CPF nº 973.732.731-49, doravante denominada simplesmente **PROMITENTE CONTRATADA**, resolvem firmar o presente instrumento, objetivando registrar os preços dos itens discriminados no Quadro Resumo, em anexo, em conformidade com o disposto no artigo 15, da Lei nº. 8.666/93 atualizada, Lei nº. 10520/2002 e com o ajustado a seguir.de acordo com a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações, têm entre si justo e contratado o que se segue:
CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO
1.1 - O objeto deste contrato é a aquisição de peças e execução de serviços de manutenção preventiva e corretiva de veículos, englobando a aquisição de peças genuínas ou originais de primeira linha, independente de marca e categoria para atendimento da frota de veículos do Município de Jangada - MT–, conforme descrição constante no Anexo I - Especificações dos Itens do Edital de PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS nº 009/2014.
1.2 - Fica a **PROMITENTE CONTRATADA** obrigada a aceitar, nas mesmas condições licitadas os acréscimos que se fizerem necessários nas aquisições, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial.
CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO
2.2 Dá-se a este contrato o valor de conforme abaixo:
LOTE 15 – LINHA MECANICA, ELETRICA, ACESSORIOS MOTOS - Fornecimento de peças genuínas ou originais de primeira linha, independente de marca e categoria para atendimento da frota de veículos do Município de Jangada/MT.
O percentual de desconto para o fornecimento de peças genuínas ou originais de primeira linha, sobre a tabela de preços fornecidas pelas montadoras, é de: 16% (DEZESSEIS POR CENTO).
LOTE 19 - PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS
RECUPERAÇÃO E MANUTENÇÃO EM AR CONDICIONADO
AUTOMÓVEIS LEVES, CAMIONETES E AMBULANCIAS– Execução de serviços de manutenção preventiva e corretiva de veículos operacionais da frota do Município de Jangada/MT.
O percentual de desconto para a prestação do serviço de manutenção preventiva e corretiva sobre a importância máxima de **R$ 150,00 (cento e cinquenta reais)** paga por hora trabalhada, é de: 30% (TRINTA POR CENTO). Ficando um valor de R$ 105,00 (cento e cinco reais), por hora trabalhada.
LOTE 29 - PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS
RECUPERAÇÃO, MONUTENÇÃO EM AR CONDICIONADO
ÔNIBUS, CAMINHÕES E MAQUINAS PESADAS – Execução de serviços de manutenção preventiva e corretiva de veículos operacionais da frota do Município de Jangada/MT.
O percentual de desconto para a prestação do serviço de manutenção preventiva e corretiva sobre a importância máxima de **R$ 150,00 (cento e cinquenta reais)** paga por hora trabalhada, é de: 25,5% (VINTE E CINCO E MEIO POR CENTO). Ficando um valor de R$ 111,75 (cento e onze reais e setenta e cinco centavos), por hora trabalhada.
CLÁUSULA TERCEIRA - DA FORMA DE PAGAMENTO
3.1 O pagamento será efetuado através da agência 298-5 Conta Corrente: 434-7, em parcela única, mediante a apresentação da respectiva Nota Fiscal, até 10 (dez) dias após sua apresentação, desde que esteja devidamente atestada pelo servidor responsável desta Prefeitura Municipal, competente da CONTRATANTE, mediante depósito em nome da empresa **REVITALIZAR COMERCIO DE PEÇAS E SERVIÇOS LTDA-ME**
CLÁUSULA QUARTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA
4.1 A despesa deste contrato correrá à conta do orçamento vigente da Prefeitura Municipal de Jangada alocado nas seguintes dotações orçamentária:
Aquisição de Peças, Óleo Lubrificante, Graxa e Fluidos
Unidade: 001 – Gabinete
Projeto/Atividade: 2.003
Elemento de despesa – 02.001.04.122.003.2003-3390.30.00
Unidade: 002 - Secretária Municipal de Educação
Projeto/Atividade: 2.109
Elemento de despesa: 04.002.12.361.0007.2109-3390.30.00
Unidade: 002 - Secretária Municipal de Saúde
Projeto/Atividade: 2.038
Elemento de despesa: 05.002.10.301.0013.2038-3390.30.00
Unidade: 001 - Secretária Desenvolvimento Rural
Projeto/Atividade: 2.045
Elemento de despesa: 08.001.20.606.0046.2045-3390.30.00
Unidade: 002 - Secretária Municipal de Promoção e Assist Social
Projeto/Atividade: 2.054
Elemento de despesa – 09.002.08.243.0030.2054-3390.30.00

Unidade: 001 – Secretária de Administração
Projeto/Atividade: 2.094
Elemento de despesa – 13.001.04.122.0026.2094-3390.30.00
Prestação de Serviços
Unidade: 001 – Gabinete
Projeto/Atividade: 2.003
Elemento de despesa – 02.001.04.122.003.2003-3390.39.00
Unidade: 002 - Secretária Municipal de Educação
Projeto/Atividade: 2.109
Elemento de despesa: 04.002.12.361.0007.2109-3390.39.00
Unidade: 002 - Secretária Municipal de Saúde
Projeto/Atividade: 2.038
Elemento de despesa: 05.002.10.301.0013.2038-3390.39.00
Unidade: 001 - Secretária Desenvolvimento Rural
Projeto/Atividade: 2.045
Elemento de despesa: 08.001.20.606.0046.2045-3390.39.00
Unidade: 002 - Secretária Municipal de Promoção e Assist Social
Projeto/Atividade: 2.054
Elemento de despesa – 09.002.08.243.0030.2054-3390.39.00
Unidade: 001 – Secretária de Administração
Projeto/Atividade: 2.094
Elemento de despesa – 13.001.04.122.0026.2094-3390.39.00

CLÁUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

5.1 A CONTRATANTE obriga-se a:

I - supervisionar a entrega dos produtos e a prestação dos serviços que se encarregará do aceite do objeto, as anotações e posterior comunicação de eventuais falhas nos mesmos;

II - efetuar o pagamento à CONTRATADA, de acordo com o estabelecido na Cláusula Terceira deste instrumento.

CLÁUSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA.

6.1 A CONTRATADA obriga-se a:

I - fornecer os produtos;

II - responsabilizar-se por todos e quaisquer prejuízos causados ao CONTRATANTE durante a vigência do presente contrato, bem como os relativos à omissão pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais e quaisquer outras exigências legais inerentes a este instrumento;

III - responsabilizar-se por quaisquer compromissos assumidos com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente contrato;

IV - cumprir todas as especificações previstas no Edital de PREGÃO PRESENCIAL nº. 009/2014 que deu origem ao presente instrumento.

V – a cumprir integralmente o disposto no Anexo 01 do Edital de Pregão Presencial nº. 009/2014, que deu origem ao presente instrumento.

CLÁUSULA SÉTIMA - DO LOCAL DA ENTREGA E DO RECEBIMENTO DO MATERIAL

7.1 Os produtos/serviços objetos do presente ajuste deverão ser entregues de acordo com o disposto no edital e seus anexos do Edital de Pregão Presencial nº 009/2014.

CLÁUSULA OITAVA - INFORMAÇÕES ADICIONAIS

8.1 A licitante, sob pena de ter a sua proposta **desclassificada da etapa de lances**, deverá declarar:

a) qual a marca e o modelo do produto.

b) independente de qualquer declaração, o fabricante responde solidariamente pelos vícios ou defeitos do produto, tendo em vista as regras emanadas do artigo 18 e seus parágrafos da Lei nº 8.078/90.

CLÁUSULA NONA DA RESCISÃO

9.1 A rescisão deste Contrato dar-se-á na forma e pelos motivos constantes dos artigos 77 a 80, da Seção V - Da Inexecução e da Rescisão de Contratos, da Lei nº. 8.666/93. A rescisão também poderá ocorrer por ato unilateral, por acordo entre as partes, e judicial, na forma da lei.

Parágrafo único - A inexecução total ou parcial do contrato ensejará a sua rescisão com as conseqüências contratuais e as previstas em lei.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS MULTAS E SANÇÕES

10.1 As penalidades aplicáveis reger-se-ão de acordo com o estabelecido nos artigos 77 a 88 da Lei no 8.666/93 e artigo 7º da Lei 10.520 de 17 de julho de 2002.

§ 1. A CONTRATADA, se descumprir as condições do Edital ou deste Contrato, ficará sujeita às seguintes penalidades:

a) - advertência;

b) – 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, na entrega do objeto licitado, calculado sobre o valor correspondente à parte inadimplida, até o limite de 10% (dez por cento).

c) - multa de até 20% (vinte por cento) sobre o valor constante do Contrato, pelo descumprimento de qualquer cláusula contratual, exceto prazo de conclusão dos serviços, que será descontada dos créditos constantes do pagamento da fatura, ou outra forma de cobrança administrativa ou judicial;

§. 2. O atraso, para efeito de cálculo da multa mencionada no parágrafo anterior será contado em dias corridos, a partir do dia seguinte ao vencimento do prazo para execução dos serviços.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO PRAZO

11.1 O prazo do presente contrato será de 12 (doze) meses iniciando-se na data de sua assinatura deste contrato, podendo ser prorrogado por interesse das partes na forma da legislação vigente.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA

12.1 O presente Contrato entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua eficácia a publicação, a forma do que determinam os artigos 61, parágrafo único, da Lei Federal n 8.666, de 21 de junho de 1993.

CLÁUSULA DECIMA TERCEIRA - DA FISCALIZAÇÃO

13.1. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de vícios redibitórios, ou emprego de mão-de-obra desqualificada e, na ocorrência desta, não implica em co-responsabilidade do CONTRATANTE ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8666/93. As decisões e providências que ultrapassem a competência do fiscal do contrato deverão ser encaminhadas a autoridade competente em tempo hábil, para adoção das medidas convenientes.

13.2. Durante o período de vigência do Contrato a fiscalização do objeto ficará a cargo da Secretaria Municipal de Assistência Social que designará servidor(es) oficialmente por meio de documento a ser publicado pelo Contratante, nos termos do Art. 67 da Lei 8.666/93, que receberá os veículos, bem como será responsabilizado por atestar as notas fiscais referentes aos serviços prestados e fará o acompanhamento e a verificação da conformidade da prestação dos serviços e da alocação dos recursos necessários de forma a assegurar o perfeito e fiel cumprimento das cláusulas contratuais, podendo, em nome do Município, adotar as medidas necessárias para tal finalidade, ficando a CONTRATADA obrigada a prestar todos os esclarecimentos que lhe forem solicitados.

13.3. **Compete à Fiscalização:**

a) acompanhar e fiscalizar a execução do Contrato, conforme previsão do art. 67 da Lei nº 8.666/93;

b) Notificar, por escrito, à CONTRATADA, ocorrência de eventuais imperfeições no curso de execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção;

c) Representar o CONTRATANTE em reuniões com a CONTRATADA, ou terceiros diretamente ligados a execução dos serviços;

d) Solicitar a substituição de qualquer profissional que não corresponda disciplinarmente às exigências das obrigações estipuladas no ato convocatório e seus anexos;

e) A existência e a atuação da fiscalização do CONTRATANTE não restringe a responsabilidade integral e exclusiva da CONTRATADA, no que concerne a qualidade dos serviços contratados, suas conseqüências e implicações próximas ou remotas;

f) Demais condições constantes do Anexo I – Termo de Referência e Ato Convocatório

13.4. Caberá à CONTRATADA atender prontamente a quaisquer exigências da fiscalização inerentes ao objeto do Contrato, sem que disso decorra qualquer ônus para o CONTRATANTE;

13.5. A CONTRATADA responderá por perdas e danos que, porventura, venha sofrer o CONTRATANTE e/ou terceiros, em razão de ação ou omissão, dolosa ou culposa, de seus prepostos, independentemente de outras cominações contratuais ou legais a que estiver sujeita, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade à fiscalização ou ao acompanhamento do Contrato pelo CONTRATANTE;

13.6. O responsável pela fiscalização não terá poder para eximir a CONTRATADA de qualquer obrigação prevista neste contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DO FORO

14.1 Para a solução de qualquer controvérsia oriunda do presente contrato e que não seja dirimida por acordo, as partes se submetem, incondicional e irrevogavelmente, ao foro da cidade de Rosário Oeste - MT.
14.2 E, para firmeza e validade do que aqui ficou estipulado, lavra-se o presente termo em 3 (três) vias de igual teor, que, depois de lido e achado conforme, é assinado pelas partes contratantes e pelas testemunhas abaixo nomeadas.

Jangada/MT, 23 de Junho de 2014.

VALDECIR KEMER
Prefeito Municipal

Revitalizar Comercio de Peças e Serviços LTDA-ME
CNPJ n.º 08.355.658/0001-28
ERIWELTON MARCELO PINHEIROS DA SILVA
RG nº 1472576-2 SSP/MT
Contratada

TESTEMUNHAS:
Nome: _____
RG: _____
Assinatura: _____

Nome: _____
RG: _____
Assinatura _____

Publicado por:
Nicholas da Costa Machado
Código Identificador:BE9F5BA9

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE JAURU

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EDITAL COMPLEMENTAR 03 - PROCESSO SELETIVO 001/2014

ESTADO DE MATO GROSSO – PREFEITURA MUNICIPAL DE JAURU – MT – PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO nº. 01/2014 - EDITAL COMPLEMENTAR nº 03/2014 - A Prefeita Municipal de Jauru – MT e a Comissão Organizadora do Processo Seletivo Simplificado n. 02/2014, tornam público o Edital Complementar n. 03/2014 que dispõe sobre a relação de inscrições deferidas. O Edital Complementar n.03/2014 e seu Anexo I se encontram na íntegra à disposição dos interessados no Quadro Mural da Prefeitura Municipal de Jauru – MT e no endereço eletrônico: www.jauru.mt.gov.br, a partir desta data.

ANEXO I
CANDIDATOS INSCRITOS

Inscrição	Cargo	Nome	CPF
041	Agente de Limpeza Publica	Aretusa Aparecida Marciano	015.285.311-16
038	Agente de Limpeza Publica	Edilson Moreira de Campos	055.367.431-55
180	Agente de Limpeza Publica	Edjane da Silva Soares	025.365.571-46
050	Agente de Limpeza Publica	Eldileia da Silva Rosa	692.797.132-72
176	Agente de Limpeza Publica	Elza Pereira dos Santos	031.242.031-51
043	Agente de Limpeza Publica	Lourdes Alves de Souza	027.911.361-77
199	Agente de Limpeza Publica	Luciene Alves Evangelista	029.182.442-20
194	Agente de Limpeza Publica	Patricia Julio da Silva	048.774.911-12
186	Agente de Limpeza Publica	Rufina de Oliveira Leite	058.560.041-40
090	Agente de Limpeza Publica	Sinara Lemos da Silva	020.361.431-30
195	Agente de Limpeza Publica	Valeria Rodrigues de Jesus	054.838.901-24
052	Agente de Limpeza Publica	Wanda Paula de Souza Fialho	022.022.921-01
109	Apoio Educacional Administrativo	Alessandra Simoncelio da Silva Leite	024.636.111-54
153	Apoio Educacional Administrativo	Alexsandra da Costa Carneiro	059.991.931-09
202	Apoio Educacional Administrativo	Ana Lucia de Oliveira	015.283.671-38
040	Apoio Educacional Administrativo	Apoliana Cristina de Oliveira	049.651.371-08
098	Apoio Educacional Administrativo	Cecília Soares dos Santos	025.871.391-71
193	Apoio Educacional Administrativo	Celsiana Ferreira de Oliveira	035.833.136-66
205	Apoio Educacional Administrativo	Cintia Dias Rodrigues	031.686.241-01
095	Apoio Educacional Administrativo	Cirlandia Monteiro da Silva	031.304.201-26
005	Apoio Educacional Administrativo	Edilene da Silva Vieira Santos	971.348.486-04
143	Apoio Educacional Administrativo	Edileuza de Laia Cordeiro Ferreira	879.814.671-87
099	Apoio Educacional Administrativo	Edimarcia Magali de Lima	022.999.771-63
129	Apoio Educacional Administrativo	Eliana Oliveira dos Santos	015.283.711-60
282	Apoio Educacional Administrativo	Elisangela dos Santos Godoy	037.568.461-13
370	Apoio Educacional Administrativo	Fernanda de Carvalho	039.188.831-59
097	Apoio Educacional Administrativo	Francineia Monteiro da Silva	037.520.851-85
201	Apoio Educacional Administrativo	Geni Maciel de Almeida	016.299.861-94
398	Apoio Educacional Administrativo	Gessyca Marciana de Oliveira	053.677.471-40
343	Apoio Educacional Administrativo	Gislaine Gonzaga de Almeida	056.004.201-96
387	Apoio Educacional Administrativo	Glaucia Kenia Firmino de Paula	049.699.991-55
220	Apoio Educacional Administrativo	Hyago Miranda Rodrigues	051.691.381-64
219	Apoio Educacional Administrativo	Iracilda Peres Madrona	651.015.451-04
426	Apoio Educacional Administrativo	Ivania Lucas Monteiro de Freitas	856.536.831-91
171	Apoio Educacional Administrativo	Joana Dark Correia de Souza	536.280.041-87
072	Apoio Educacional Administrativo	Josiane da Silva Simoncelis Rodrigues	021.069.831-40
126	Apoio Educacional Administrativo	Karina de Souza Ponciano	029.491.601-66
009	Apoio Educacional Administrativo	Kelly Cristina do Amorim	053.214.911-13
157	Apoio Educacional Administrativo	Leidiane Oliveira da Silva	054.997.601-95
304	Apoio Educacional Administrativo	Leni Ferreira de Araujo	651.771.771-49
051	Apoio Educacional Administrativo	Lenilda Domingos Pereira	015.283.261-05
089	Apoio Educacional Administrativo	Leomarcks Dion Mariano da Silva	050.975.881-93
074	Apoio Educacional Administrativo	Marcia Mendes da Silva	039.605.989-98
032	Apoio Educacional Administrativo	Maria da Penha Domingos	989.553.141-91
066	Apoio Educacional Administrativo	Maria Gorete Rodrigues dos Santos	971.879.681-91
033	Apoio Educacional Administrativo	Maria Joselene Fernandes de Oliveira	890.050.311-15
029	Apoio Educacional Administrativo	Maria Patricia Oliveira Lima	035.806.121-07
391	Apoio Educacional Administrativo	Maria Zilda Nunes de Abreu	008.780.031-42
108	Apoio Educacional Administrativo	Marizana Costa Sancore	621.547.611-00
406	Apoio Educacional Administrativo	Marlene Tosta Silva	878.379.001-20
169	Apoio Educacional Administrativo	Miriam de Lima Souza	982.120.871-15
128	Apoio Educacional Administrativo	Orminda Pinto do Monte	790.049.401-87
065	Apoio Educacional Administrativo	Patricia Adenilce de Oliveira	044.093.041-35
087	Apoio Educacional Administrativo	Rafaela Borges da Costa Donato	011.638.781-54
006	Apoio Educacional Administrativo	Rosana Viana de Almeida	034.327.491-47
133	Apoio Educacional Administrativo	Rosiane Leite de Campos	010.804.021-60
117	Apoio Educacional Administrativo	Sidneia Pinto Demonte	027.911.381-10
347	Apoio Educacional Administrativo	Simone Aparecida dos Santos	049.731.501-77
274	Apoio Educacional Administrativo	Simone Carvalho Silveira	968.658.901-59
422	Apoio Educacional Administrativo	Simoni Cristina Camilo Soares	021.314.511-13
118	Apoio Educacional Administrativo	Simoni Pereira da Silva	018.954.391-40
031	Apoio Educacional Administrativo	Sirlei Pereira Leite	010.079.941-85
113	Apoio Educacional Administrativo	Solange Matias da Silva	009.919.541-06
436	Apoio Educacional Administrativo	Solange Paula de Oliveira	872.297.651-83
349	Apoio Educacional Administrativo	Stefania Pereira Barbosa	039.408.151-01
213	Apoio Educacional Administrativo	Vanderleia de Souza Alves Bento	009.271.191-02
409	Apoio Educacional Administrativo	Vaneide Luzia dos Santos da Silva	001.504.071-22
112	Apoio Educacional Administrativo	Vanuza Soares	005.589.621-90
414	Apoio Educacional Administrativo	Weila de Souza Freitas	041.670.681-92

	Educacional		
373	Assistente Social	Elaine da Silva de Souza	017.608.261-11
039	Assistente Social	Gisele Rodrigues Oliveira	000.374.791-30
110	Assistente Social	Lucimar Franco de Araujo	007.635.981-60
415	Auxiliar de Saúde Bucal	Gilcileia Souza de Araujo	580.648.341-04
124	Auxiliar de Saude Bucal	Jessica Pereira da Silva	053.360.981-08
152	Auxiliar de Serviços Gerais	Adriana Almeida Calisto	032.457.761-36
247	Auxiliar de Serviços Gerais	Adriana Bento da Silva	046.063.981-16
162	Auxiliar de Serviços Gerais	Ana Lucia Herculano da Silva	004.623.591-40
297	Auxiliar de Serviços Gerais	Ana Maria Medeiros da Silva	015.283.681-00
078	Auxiliar de Serviços Gerais	Aparecida Sobreiro de Brito	016.606.761-00
151	Auxiliar de Serviços Gerais	Camila da Silva Modesto	046.813.961-33
234	Auxiliar de Serviços Gerais	Creuza Rosa da Silva	650.972.031-00
155	Auxiliar de Serviços Gerais	Cristiana dos Santos Nascimento	019.519.091-27
412	Auxiliar de Serviços Gerais	Daiane Aparecida Almeida Matoso	053.214.731-61
173	Auxiliar de Serviços Gerais	Dalva Rosa Ferreira	203.291.052-72
047	Auxiliar de Serviços Gerais	Débora Ferreira da Silva	085.751.966-26
158	Auxiliar de Serviços Gerais	Deidis Soares Pivatelli	013.646.722-94
241	Auxiliar de Serviços Gerais	Dileuza Pereira Barroso	047.637.531-26
280	Auxiliar de Serviços Gerais	Ediana Maria de Almeida Silva	035.973.301-85
008	Auxiliar de Serviços Gerais	Edilamar Batista Gonzaga	007.325.471-13
034	Auxiliar de Serviços Gerais	Edilene da Silva Rodrigues	022.529.911-94
400	Auxiliar de Serviços Gerais	Edinalva Raimunda Silva dos Reis	015.125.691-86
067	Auxiliar de Serviços Gerais	Edineia da Silva Rodrigues	016.780.771-43
122	Auxiliar de Serviços Gerais	Edneusa Teixeira Ponciano	026.989.541-83
238	Auxiliar de Serviços Gerais	Eliane Caires de Moura	036.359.071-46
306	Auxiliar de Serviços Gerais	Elizama dos Santos Nascimento	041.571.571-76
298	Auxiliar de Serviços Gerais	Elizete Fernanda dos S. Fernandes	030.902.901-54
145	Auxiliar de Serviços Gerais	Elma Ribeiro da Silva	015.283.501-62
367	Auxiliar de Serviços Gerais	Erica das Graças Balbino	041.466.211-35
080	Auxiliar de Serviços Gerais	Erica Fernandes de Almeida	049.533.661-07
248	Auxiliar de Serviços Gerais	Euvania Luiza Teixeira	018.152.931-95
345	Auxiliar de Serviços Gerais	Fabiana Alexandrino Firmino	033.469.671-23
121	Auxiliar de Serviços Gerais	Glécia Silva Barbosa	045.322.541-16
004	Auxiliar de Serviços Gerais	Jakeline Reis Andrade	036.626.441-93
273	Auxiliar de Serviços Gerais	Jaqueane Oliveira Damaceno	012.621.191-46
338	Auxiliar de Serviços Gerais	Joana Gonçalves Cardoso	027.182.581-28
154	Auxiliar de Serviços Gerais	Juceli Vieira Santos	042.038.901-60
233	Auxiliar de Serviços Gerais	Juliane Mendes	026.384.401-32
225	Auxiliar de Serviços Gerais	Jussilaine de Oliveira Souza	035.700.261-08
394	Auxiliar de Serviços Gerais	Keila Ferreira de Abreu	034.653.561-10
075	Auxiliar de Serviços Gerais	Leidiane Julia Moura Alpino	008.187.521-57
120	Auxiliar de Serviços Gerais	Leila Ferreira	062.595.891-82
420	Auxiliar de Serviços Gerais	Leila Moreira do Carmo Freitas	020.734.481-78
386	Auxiliar de Serviços Gerais	Leticia Veiga Ribeiro	053.297.031-40
324	Auxiliar de Serviços Gerais	Lorislene da Mata Ferreira da Costa	063.610.391-96
389	Auxiliar de Serviços Gerais	Lucia Evangelista Machado	946.106.651-15
150	Auxiliar de Serviços Gerais	Luciana do Pilar Oliveira Campos	043.905.541-58
139	Auxiliar de Serviços Gerais	Luciene Dias de Souza Laurindo	020.368.961-54
253	Auxiliar de Serviços Gerais	Lucilena de Jesus Silva	045.120.341-02
103	Auxiliar de Serviços Gerais	Ludimilia de Oliveira Santos	054.493.961-12
208	Auxiliar de Serviços Gerais	Luiza de Oliveira	890.919.221-68
421	Auxiliar de Serviços Gerais	Luiza Ferreira da Silva	005.994.711-07
226	Auxiliar de Serviços Gerais	Luzia Batista dos Santos	030.381.161-73
215	Auxiliar de Serviços Gerais	Luzia Paula de Souza Silva	013.324.271-46
372	Auxiliar de Serviços Gerais	Luzia Quintana Pereira	020.583.621-60
125	Auxiliar de Serviços Gerais	Luziana Aparecida de Souza	047.781.571-50
204	Auxiliar de Serviços Gerais	Luzinei Alves da Rocha	593.511.951-04
014	Auxiliar de Serviços Gerais	Marcia Cleide de Oliveira	006.478.761-32
058	Auxiliar de Serviços Gerais	Marcilene dos Santos Aguiar	020.153.271-93
168	Auxiliar de Serviços Gerais	Margarethe Aparecida Rival	030.291.621-09
073	Auxiliar de Serviços Gerais	Maria Antonia da Silva	843.570.101-87
042	Auxiliar de Serviços Gerais	Maria Aparecida da Silva Batista	006.961.471-73
102	Auxiliar de Serviços Gerais	Maria da Gloria Ferraz	059.899.891-80
083	Auxiliar de Serviços Gerais	Maria das Dores Gonçalves de Souza	012.235.361-73
221	Auxiliar de Serviços Gerais	Maria de Jesus de Souza	041.901.881-66
355	Auxiliar de Serviços Gerais	Maria Divina Rodrigues dos Santos	594.202.601-78
396	Auxiliar de Serviços Gerais	Maria do Pilar de Oliveira	013.590.561-30
015	Auxiliar de Serviços Gerais	Maria Jucilene Pedro	832.577.721-49
106	Auxiliar de Serviços Gerais	Maria Lucia de Melo Oliveira	000.916.781-10
268	Auxiliar de Serviços Gerais	Maria Madalena da Costa	920.624.231-87
305	Auxiliar de Serviços Gerais	Maria Vaneide Rodrigues	593.953.381-72
237	Auxiliar de Serviços Gerais	Marlucia Rodrigues	012.488.601-95
216	Auxiliar de Serviços Gerais	Marta Mirian Felix	070.995.477-80
351	Auxiliar de Serviços Gerais	Milton Macena Ribeiro	513.883.401-00
310	Auxiliar de Serviços Gerais	Monica Aparecida Gomes Luiz	079.992.227-71
380	Auxiliar de Serviços Gerais	Osmarina Soares de Souza Santos	005.488.001-70
134	Auxiliar de Serviços Gerais	Pamela Beatriz Lopes de Jesus	060.569.681-03
082	Auxiliar de Serviços Gerais	Patricia de Moura Barbosa	030.713.561-61
244	Auxiliar de Serviços Gerais	Patricia Ferreira dos Santos	037.543.991-95
413	Auxiliar de Serviços Gerais	Regiane Almeida Matoso Inácio	038.565.881-83
060	Auxiliar de Serviços Gerais	Renata da Silva Rodrigues	052.655.741-90
232	Auxiliar de Serviços Gerais	Renato Junior da Silva	036.479.081-42
407	Auxiliar de Serviços Gerais	Roselania de Jesus	080.393.274-76
217	Auxiliar de Serviços Gerais	Roseli Alves Rodrigues	032.799.111-92
142	Auxiliar de Serviços Gerais	Sandra Ferreira Ramalho	021.286.921-30
001	Auxiliar de Serviços Gerais	Sandra Horlanda da Silva	020.843.431-35
328	Auxiliar de Serviços Gerais	Simone Silva Lopes	031.778.531-18
135	Auxiliar de Serviços Gerais	Sonia Lopes de Oliveira	048.795.101-81
295	Auxiliar de Serviços Gerais	Sueli Ferreira Lemes	002.513.311-05
149	Auxiliar de Serviços Gerais	Suely Calisto da Silva	049.061.341-14
079	Auxiliar de Serviços Gerais	Tatiane Sobreira da Silva	063.268.521-29
197	Auxiliar de Serviços Gerais	Thamires Cristina da Silva	050.954.381-27
068	Auxiliar de Serviços Gerais	Valeria de Souza Silva Ribeiro	981.163.801-25
359	Auxiliar de Serviços Gerais	Vanessa Carla Soares Santos	045.812.581-46
174	Auxiliar de Serviços Gerais	Vanuza Rodrigues Nogueira	982.546.931-53
364	Auxiliar de Serviços Gerais	Vera Lucia Lourenço da Silva	039.074.051-96
175	Auxiliar de Serviços Gerais	Walgnéia Barbosa Pereira	060.623.281-88
037	Borracheiro	Messias Evangelista da Silva	874.711.322-72
260	Braçal	Adeir Calisto da Silva	393.886.701-91
326	Braçal	Adenilton Modesto Fernandes	012.961.461-03
342	Braçal	Divino Macena Ribeiro	667.453.061-15
376	Braçal	Edivaldo Daniel Morais	890.839.891-00
301	Braçal	Genivaldo Marques Faria	015.125.711-64
170	Braçal	Laurentino Gonçalves de Abreu	005.382.961-19
401	Braçal	Marcos Mendes da Silva	006.249.011-73
192	Braçal	Miguel Novais Filho	938.666.311-20
346	Braçal	Reginaldo Anacleto	019.505.421-06
393	Braçal	Roberto da Cruz Lima	864.877.361-04
086	Braçal	Valdevino Ribeiro da Silva	531.246.101-25
211	Braçal	Valmiro Soares de Araujo	000.730.551-66
332	Braçal	Valter Alves da Silva	031.614.871-76
165	Braçal	Wilson Gonçalves de Souza	028.985.851-81
027	Facilitador de Programas Sociais	Aline Martins de Oliveira	048.953.611-52
251	Facilitador de Programas Sociais	Aluani Vieira de Freitas	048.386.271-14
300	Facilitador de Programas Sociais	Amaderi Stefani da Cruz	057.930.311-03
259	Facilitador de Programas Sociais	Ana Carolina Oliveira Araujo	044.795.601-90
348	Facilitador de Programas Sociais	Andre Thiago Pereira Rodrigues	012.636.121-56
163	Facilitador de Programas Sociais	Aparecida Laura Calixto da Silva	938.583.701-00
261	Facilitador de Programas Sociais	Arcirleia do Nascimento de Souza	028.643.191-28
115	Facilitador de Programas Sociais	Betania Goreth Coelho Souza	016.462.181-40
323	Facilitador de Programas Sociais	Cesar Augusto Rossi	023.066.821-60
427	Facilitador de Programas Sociais	Cleyton Elecio da Silva	058.748.011-46
084	Facilitador de Programas Sociais	Delma Gomes de Oliveira	395.980.711-20
105	Facilitador de Programas Sociais	Ediana Machado da Silva	028.071.181-60
147	Facilitador de Programas Sociais	Edilaine Ribeiro da Silva	046.562.801-00
148	Facilitador de Programas Sociais	Elaine Ribeiro da Silva	056.284.101-60
357	Facilitador de Programas Sociais	Felipe Soldeira Santos	422.989.008-76
279	Facilitador de Programas Sociais	Gislane Valim Souza	036.241.391-69
336	Facilitador de Programas Sociais	Ina Duarte da Silva	001.739.091-59
432	Facilitador de Programas Sociais	Isamara Seidht da Mota Silva	058.744.621-80
361	Facilitador de Programas Sociais	Jadimar Dias da Silva	815.525.561-15
397	Facilitador de Programas Sociais	Jaqueline Marciana de Oliveira	055.217.531-50
178	Facilitador de Programas Sociais	João Marcos Alves de Moraes	047.908.011-95
275	Facilitador de Programas Sociais	Jose Adenir Pereira	015.283.731-03
286	Facilitador de Programas Sociais	Jose Marcio Silva Gomes	040.593.341-03
181	Facilitador de Programas Sociais	Leuzimalia Gomes da Silva	966.927.311-00
368	Facilitador de Programas Sociais	Lucineia Rosa de Oliveira	798.001.141-49
287	Facilitador de Programas Sociais	Maiara Cristina Alves dos Santos	058.909.901-95
141	Facilitador de Programas Sociais	Marino Ferreira Neto	046.343.361-03
434	Facilitador de Programas Sociais	Marisa Leonel da Silva	051.005.491-90
339	Facilitador de Programas Sociais	Marlucia Mota dos Santos	177.925.251-04
246	Facilitador de Programas Sociais	Matheus Gomes Azavedo	050.420.141-79
341	Facilitador de Programas Sociais	Maura Maria de Almeida Lourenço	014.987.311-55
140	Facilitador de Programas Sociais	Monica Rodrigues Costa	012.740.801-00
054	Facilitador de Programas Sociais	Romario da Silva Moreira	044.868.261-32
314	Facilitador de Programas Sociais	Sidnei Aparecido dos Santos	056.016.281-22
284	Facilitador de Programas Sociais	Tatiane Cordeiro de Souza	050.960.551-21
081	Facilitador de Programas Sociais	Thiago Augusto Malaco de Oliveira	039.647.271-05
438	Facilitador de Programas Sociais	Walter Emanuel Abreu de Oliveira	046.989.801-19
322	Facilitador de Programas Sociais	Yuri Miranda Cunha de Oliveira	060.598.601-09
028	Facilitador de Programas Sociais	Yuri Moraes de Lira	052.829.101-79
378	Facilitador de Programas Sociais	Zilana Sabina de Alpino	009.523.611-24
272	Facilitador de Programas Sociais	Zilda de Souza Matos Albino Teixeira	016.974.151-64
189	Motorista II	Adair Alves de Souza	909.319.391-00
254	Motorista II	Ademilson Pereira Dutra	010.167.781-20
100	Motorista II	Adenisio Pereira Dutra	981.061.631-72
076	Motorista II	Adevandir Farjado de Freitas	021.175.211-85
430	Motorista II	Adriano da Silva Carvalho	031.242.021-80
053	Motorista II	Adriano Lopes de Brito	022.800.261-39
116	Motorista II	Alexandre da Silva Domingos	004.816.431-33
218	Motorista II	Alfredo Gonçalves Ferreira Neto	045.074.948-77
021	Motorista II	Antonio Pedro de Almeida	496.010.326-49
356	Motorista II	Carlos Alberto Pereira	818.982.741-34
350	Motorista II	Devair Rodrigues de Aguiar	027.819.651-97
114	Motorista II	Divino Elecio da Silva	026.093.311-26

045	Motorista II	Edilson Moreira de Souza	538.007.371-91
196	Motorista II	Erasmo Martins dos Santos	836.964.661-15
022	Motorista II	Erilton Valim Moreira	020.860.201-12
036	Motorista II	Fabiano Augusto Ferreira	888.439.041-91
424	Motorista II	Gedeon Martins da Rocha	326.566.882-72
160	Motorista II	Gilson Correia Ramalho	865.805.401-25
104	Motorista II	Jaime Albino Motta	420.335.941-49
250	Motorista II	Jakson Antonio Ferreira	817.794.617-04
270	Motorista II	João Faustino de Paula	841.258.961-00
417	Motorista II	Jonas da Silva Ferraz	427.897.531-72
360	Motorista II	Jose Carlos da Silva	745.558.421-04
408	Motorista II	Marcelo Lourenço da Silva	503.262.441-15
363	Motorista II	Monte Zuma Barras Borba	428.242.499-00
283	Motorista II	Robson Santos da Silva	019.503.451-14
056	Motorista II	Romario Mantesso Gonçalves	015.283.241-61
088	Motorista II	Valdeci Ferreira de Almeida	015.125.761-23
227	Motorista II	Valdeney Rodrigues de Souza	867.193.431-49
419	Motorista II	Wanderson Freitas da Costa	835.350.201-15
161	Motorista II	Willian Arente de Morais	026.280.531-60
369	Pedreiro	Adeir Rodrigues de Aguiar	035.197.881-01
382	Pedreiro	Adriano de Souza Santos	058.285.431-80
188	Pedreiro	Agmaldo Rosa Araujo	383.897.581-49
228	Pedreiro	Donizete dos Santos Pereira	053.962.571-05
303	Pedreiro	Erique Aparecido dos Santos	007.635.961-16
242	Pedreiro	Flavio Gonçalves de Souza	277.228.928-17
371	Pedreiro	Ivair Rodrigues de Aguiar	018.948.691-09
023	Pedreiro	Joaquim Ferreira Gomes	315.684.752-68
431	Pedreiro	Luciano Alves Balbino	006.438.561-29
007	Pedreiro	Luciano Jose Rodrigues	045.422.711-61
358	Professor de Ciências	Claudia Kelly de Oliveira Magalhães	721.889.871-87
013	Professor de Ciências	Josiane do Pilar Santos de Souza	914.613.911-72
429	Professor de Inglês	Silvania Faria Camara Balbino	884.478.121-20
411	Professor de Matemática	Sara Martins dos Santos	035.720.931-12
266	Professor de Português	Elza Helena Farjado de Freitas	921.135.081-68
240	Professor de Pedagogia	Everson Andrade dos Santos	017.043.221-11
331	Professor de Pedagogia	Julia Viana Moraes Virginio	631.169.521-91
214	Professor de Pedagogia	Leci de Souza Poubel	651.037.931-72
335	Professor de Pedagogia	Marlete Duarte da Silva	862.803.761-68
236	Professor de Pedagogia	Neri Caetana de Almeida	480.271.626-53
385	Professor de Pedagogia	Quedina Martins Correa	860.707.971-91
245	Professor de Pedagogia	Rosangela Cabral	934.545.541-87
166	Professor de Pedagogia	Routileia Cordeiro	978.442.171-20
002	Professor de Pedagogia	Vanessa Dutra de Oliveira	084.207.396-50
299	Professora de Geografia	Angela Cristina Pereira Rezende Souza	691.023.761-72
200	Professora de Pedagogia	Sonia Aparecida Vieira de Souza	881.456.621-68
416	Psicólogo	Carlos Cesar Santana de Matos	024.487.051-94
269	Psicólogo	Janne Marques Santana	009.710.791-37
017	Psicólogo	Joelma Alves da Silva	807.893.581-15
402	Psicólogo	Jose Aparecido Rodrigues Moreira	044.718.021-51
405	Psicólogo	Veronica Soares de Oliveira	041.384.851-55
070	Técnico em Desenvolvimento Infantil	Adelaide Pinto do Monte	009.866.611-80
309	Técnico em Desenvolvimento Infantil	Alessandra Aparecida Barbosa	051.932.931-74
187	Técnico em Desenvolvimento Infantil	Aline Fernanda Rodrigues Francisco	018.531.441-42
010	Técnico em Desenvolvimento Infantil	Aline Gonçalves Rodrigues	037.018.841-10
318	Técnico em Desenvolvimento Infantil	Ana Celia de Matos	016.300.341-69
138	Técnico em Desenvolvimento Infantil	Ana Cristina de Jesus	043.706.891-98
263	Técnico em Desenvolvimento Infantil	Ana Paula Almeida Mendes	044.509.551-29
365	Técnico em Desenvolvimento Infantil	Ana Paula da Silva Santos	045.375.311-69
327	Técnico em Desenvolvimento Infantil	Ana Paula de Freitas Ferreira	060.121.411-06
046	Técnico em Desenvolvimento Infantil	Ana Paula Rocha	044.338.381-28
207	Técnico em Desenvolvimento Infantil	Andréia Mota da Penha Braga	003.661.691-57
374	Técnico em Desenvolvimento Infantil	Angela Maria Bernardino	932.591.741-68
094	Técnico em Desenvolvimento Infantil	Angelena Maria da Silva Dias	907.313.441-20
418	Técnico em Desenvolvimento Infantil	Angélica do Pilar Resende	847.607.371-20
333	Técnico em Desenvolvimento Infantil	Aparecida Barbosa Bezerra da Silva	027.459.301-76
156	Técnico em Desenvolvimento Infantil	Beatris da Silva Perrut	013.125.721-83
048	Técnico em Desenvolvimento Infantil	Beatriz Oliveira Silva	034.260.961-02
136	Técnico em Desenvolvimento Infantil	Beatriz Sabina Rival	060.322.281-18
425	Técnico em Desenvolvimento Infantil	Berenice Ferreira Campos	045.628.351-09
101	Técnico em Desenvolvimento Infantil	Carla Patricia Borges	025.036.121-30
025	Técnico em Desenvolvimento Infantil	Caroline Alves Candido	049.854.221-18
012	Técnico em Desenvolvimento Infantil	Clair Rosa de Oliveira	026.601.521-28
119	Técnico em Desenvolvimento Infantil	Cleide Rocha de Souza	035.855.541-80
223	Técnico em Desenvolvimento Infantil	Cleiziele Brito Souza	062.123.621-73
035	Técnico em Desenvolvimento Infantil	Cristiana de Oliveira da Silva	048.692.781-46
319	Técnico em Desenvolvimento Infantil	Cristiane Fernandes de Matos Souza	019.964.191-96
055	Técnico em Desenvolvimento Infantil	Daiane de Moraes Burato	323.885.898-00
111	Técnico em Desenvolvimento Infantil	Daiane Gomes de Castro	039.274.871-12
077	Técnico em Desenvolvimento Infantil	Daiane Nare	015.283.911-95
362	Técnico em Desenvolvimento Infantil	Daniella Ferreira da Silva	804.418.231-49
395	Técnico em Desenvolvimento Infantil	Dreidia Rodrigues da Silva	039.032.601-18
293	Técnico em Desenvolvimento Infantil	Edilaine Santos Ribeiro	061.598.431-15
354	Técnico em Desenvolvimento Infantil	Edvania Paula Araujo Campos	015.283.631-40
049	Técnico em Desenvolvimento Infantil	Elaine Aparecida da Silva Rodrigues	010.761.441-36
330	Técnico em Desenvolvimento Infantil	Eliane Souza Candido	021.550.241-85
277	Técnico em Desenvolvimento Infantil	Eliete Vicente de Souza	124.204.876-64
003	Técnico em Desenvolvimento Infantil	Elizabete Vieira de Jesus dos Santos	019.505.301-08
164	Técnico em Desenvolvimento Infantil	Elizania da Cunha Gomes Mansano	888.384.041-00
044	Técnico em Desenvolvimento Infantil	Fabíola Roberta de Souza	056.150.261-70
325	Técnico em Desenvolvimento Infantil	Fernando Rodrigues Soler	048.247.311-86
085	Técnico em Desenvolvimento Infantil	Francieli Silva Avelar	038.270.231-06
092	Técnico em Desenvolvimento Infantil	Francislene Pereira Cardoza	027.772.571-24
321	Técnico em Desenvolvimento Infantil	Geliane Teófilo	960.565.331-15
315	Técnico em Desenvolvimento Infantil	Geozania Gomes dos Reis	015.283.201-74
294	Técnico em Desenvolvimento Infantil	Girgiane Aparecida Jesus da Silva	048.331.321-17
222	Técnico em Desenvolvimento Infantil	Gloria Batista dos Santos	979.748.541-20
392	Técnico em Desenvolvimento Infantil	Hemily Carla Ferreira Vicente	059.349.881-07
177	Técnico em Desenvolvimento Infantil	Irineia Saldanha Carneiro Domingos	022.198.761-44
069	Técnico em Desenvolvimento Infantil	Isaurina Ferreira da Silva	010.275.831-05
256	Técnico em Desenvolvimento Infantil	Ivonete Mendes de Morais	042.758.691-76
433	Técnico em Desenvolvimento Infantil	Izabel Cristina Martins	354.138.241-49
410	Técnico em Desenvolvimento Infantil	Janiura de Oliveira Bernal	966.365.131-87
184	Técnico em Desenvolvimento Infantil	Josiane Fernandes da Silva	050.491.371-95
313	Técnico em Desenvolvimento Infantil	Jurema Urtado	059.342.771-89
061	Técnico em Desenvolvimento Infantil	Karen Karine Silva Ferreira	048.266.581-50
308	Técnico em Desenvolvimento Infantil	Karina Evangelista Bitencourt	052.246.861-64
137	Técnico em Desenvolvimento Infantil	Kesia Sabina Rival	043.871.181-56
265	Técnico em Desenvolvimento Infantil	Laurenice da Silva Paula Gonçalves	009.642.561-00
206	Técnico em Desenvolvimento Infantil	Layse Millena Rocha de Lana	046.739.161-07
399	Técnico em Desenvolvimento Infantil	Leidiane da Silva	015.283.891-07
271	Técnico em Desenvolvimento Infantil	Letícia dos Santos	386.703.398-62
059	Técnico em Desenvolvimento Infantil	Liliane Aparecida da Rocha	062.311.206-00
016	Técnico em Desenvolvimento Infantil	Luciana Fernandes do Nascimento	016.300.351-30
093	Técnico em Desenvolvimento Infantil	Luciene Angélica Costa Oliveira	011.669.321-50
390	Técnico em Desenvolvimento Infantil	Luciene Aparecida da Silva	015.283.881-35
252	Técnico em Desenvolvimento Infantil	Luciene Gonçalves de Miranda	024.752.471-93
209	Técnico em Desenvolvimento Infantil	Luis Ricardo de Lana	040.655.351-31
235	Técnico em Desenvolvimento Infantil	Luryan Costa Sancore	059.213.941-73
381	Técnico em Desenvolvimento Infantil	Luzia da Silva Barros	913.975.701-30
091	Técnico em Desenvolvimento Infantil	Maiuza Pereira Cardoza	061.442.431-35

063	Técnico em Desenvolvimento Infantil	Marcela Vieira da Cruz	994.637.681-49
289	Técnico em Desenvolvimento Infantil	Marcia Juliana Rodrigues Campos	014.747.621-66
285	Técnico em Desenvolvimento Infantil	Maria Aparecida Pereira dos Santos	740.208.461-20
203	Técnico em Desenvolvimento Infantil	Maria Betania Domingos Sales	054.480.601-88
183	Técnico em Desenvolvimento Infantil	Maria da Silva Oliveira	022.896.501-29
292	Técnico em Desenvolvimento Infantil	Maria de Jesus Morais Alves	008.187.601-76
311	Técnico em Desenvolvimento Infantil	Maria do Pilar Tome	880.519.001-20
064	Técnico em Desenvolvimento Infantil	Maria Helena Dutra Barbosa	882.308.131-91
296	Técnico em Desenvolvimento Infantil	Maria Madalena de Carvalho Barbosa	007.935.091-73
212	Técnico em Desenvolvimento Infantil	Maria Valquiria Rosa da Silva	018.954.531-35
375	Técnico em Desenvolvimento Infantil	Maristela Aparecida Delforno Leite	004.422.571-71
024	Técnico em Desenvolvimento Infantil	Marlete Rosa de Moraes	559.426.281-49
167	Técnico em Desenvolvimento Infantil	Marli Aparecida Upa	021.608.041-00
185	Técnico em Desenvolvimento Infantil	Mayara de Oliveira Ramos Lopes	039.442.081-02
107	Técnico em Desenvolvimento Infantil	Nilma Coelho de Melo	058.148.541-62
130	Técnico em Desenvolvimento Infantil	Orilene Souza Almada	898.480.711-72
290	Técnico em Desenvolvimento Infantil	Patricia Rodrigues da Silva	040.967.321-84
352	Técnico em Desenvolvimento Infantil	Paula Gabriela Perez Matteus	024.264.911-40
026	Técnico em Desenvolvimento Infantil	Regiane Braz de Souza	000.419.991-00
057	Técnico em Desenvolvimento Infantil	Regiane Teofilo Miranda	021.175.281-98
071	Técnico em Desenvolvimento Infantil	Reislaine de Jesus dos Reis	060.550.141-65
384	Técnico em Desenvolvimento Infantil	Reissa Betania Veiga de Assunção	046.417.781-24
262	Técnico em Desenvolvimento Infantil	Rosalina Pereira da Silva	954.461.251-34
377	Técnico em Desenvolvimento Infantil	Rosangela Maria Pereira	013.729.331-31
435	Técnico em Desenvolvimento Infantil	Rosangela Rodrigues Teixeira Paixão	029.840.301-33
317	Técnico em Desenvolvimento Infantil	Rossemberg Antonio Marcolino Castilho	049.676.681-35
159	Técnico em Desenvolvimento Infantil	Sara Gomes e Silva	059.231.171-69
096	Técnico em Desenvolvimento Infantil	Selma Maria da Silva	819.956.951-49
229	Técnico em Desenvolvimento Infantil	Silvinha Coelho Furtado	055.295.931-60
020	Técnico em Desenvolvimento Infantil	Sirlete Cardoso Rodrigues	002.794.071-30
179	Técnico em Desenvolvimento Infantil	Sueli Maria dos Prazeres	043.350.241-00
019	Técnico em Desenvolvimento Infantil	Talita Betania Silva Cardoso	048.302.251-90
062	Técnico em Desenvolvimento Infantil	Talita Matos de Oliveira	048.247.341-00
334	Técnico em Desenvolvimento Infantil	Tamara Barbosa Bezerra da Silva	053.484.521-57
172	Técnico em Desenvolvimento Infantil	Tatiane Lopes Andrade	058.880.041-46
030	Técnico em Desenvolvimento Infantil	Tatiane Mansano de Oliveira	018.004.951-88
123	Técnico em Desenvolvimento Infantil	Thais Chagas de Oliveira	055.223.021-94
255	Técnico em Desenvolvimento Infantil	Tulio Pereira da Costa	046.534.871-89
316	Técnico em Desenvolvimento Infantil	Vanessa Alves Marcelino Ramos	036.416.501-43
366	Técnico em Desenvolvimento Infantil	Wanderleia de Freitas Vieira	886.781-721-34
288	Técnico em Radiologia	Celson Elécio da Silva	015.283.641-12
018	Técnico em Radiologia	Luiz Antonio dos Santos	041.190.751-41
198	Técnico em Radiologia	Otaniel Marcelino da Rocha	903.676.691-53
307	Vigia	Adilson Barbosa dos Santos	473.974.201-25
182	Vigia	Agnaldo Rodrigues	998.138.401-10
258	Vigia	Allan Raoni Oliveira Silva	035.176.361-93
190	Vigia	Antonio Rodrigues	009.294.023-13
404	Vigia	Aparecido Candido	025.063.528-30
224	Vigia	Carlos Roberto Pereira	869.893.671-72
340	Vigia	Cezar Jose de Oliveira	039.263.981-59
191	Vigia	Cicero Antonio Oliveira	031.281.461-52
249	Vigia	Claudemar Celinho de Paula	393.908.021-72
127	Vigia	Cleiton Silva Ventura	046.713.811-76
403	Vigia	Daiana Cristina Santome Filho	031.676.291-18
264	Vigia	Deivide Lins de Souza	054.079.161-00
132	Vigia	Douglas Lopes da Silva	059.800.081-01
267	Vigia	Edivaldo de Souza Novaes	046.490.151-03
428	Vigia	Eduardo Vinicius Rodrigues de Lana	044.294.401-23
257	Vigia	Eliane Alves Mendes	008.187.671-89
278	Vigia	Emanoel Jose Ribeiro	960.938.361-68
437	Vigia	Fabiano Rodrigues da Silva	042.200.611-42
011	Vigia	Fabrício Cordeiro Ramos	007.718.201-43
344	Vigia	Geovane Antonio Marques	011.109.561-18
239	Vigia	Geremias de Souza Alves	964.652.801-59
302	Vigia	Gilson Cordeiro Martinho	513.119.331-15
329	Vigia	Gilza Fernandes da Silva	042.709.781-98
379	Vigia	Jose Augusto Fagundes	393.889.481-49
291	Vigia	Jose Correia da Silva	325.925.822-15
131	Vigia	Jovelino Junio Oliveira Zorzal	107.777.247-58
231	Vigia	Jusvaldo Braga da Silva	051.506.311-83
383	Vigia	Lucas Alexandro Herculano	060.041.201-62
320	Vigia	Luzia Luciana Inacio	041.922.281-22
243	Vigia	Marcelo Rodrigues Pereira	040.059.891-44
276	Vigia	Marco Antonio Machado da Silva	008.315.711-52
353	Vigia	Maycon Douglas Matos Teixeira	059.271.341-57
210	Vigia	Maykon Flavio Fidelis	044.477.131-01
337	Vigia	Patricia Alves Campos	026.280.541-32
230	Vigia	Rafael dos Santos Pereira	048.716.351-63
144	Vigia	Reginaldo de Jesus	050.502.531-01
281	Vigia	Reginaldo dos Santos Oliveira	014.747.541-47
439	Vigia	Robson Ricardo Soares Garcia	049.475.051-09
146	Vigia	Ronaldo Fernandes de Matos	019.505.531-40
423	Vigia	Rosivaldo Lourenço da Silva	603.910.221-72
312	Vigia	Viviane Alves de Lima	026.351.931-77
388	Vigia	Wanderson Nifossi de Oliveira	058.136.051-69

Publicado por:
Anderson Pavini
Código Identificador:07BA2622

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EDITAL COMPLEMENTAR 02 - PROCESSO SELETIVO 001/2014

ESTADO DE MATO GROSSO – PREFEITURA MUNICIPAL DE JAURU – MT – PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO N. 001/2014 - EDITAL COMPLEMENTAR N. 02/2014 - A Prefeita Municipal de Jauru – MT e a Comissão Organizadora do Processo Seletivo Simplificado n. 01/2014, tornam público o Edital Complementar n. 02/2014 que, considerando o art. 138, da Lei Federal n. 9.503/1997, dispõe sobre os requisitos para condução de veículos destinados a transporte de escolares (Motorista II). O Edital Complementar n.02/2014 se encontra na íntegra à disposição dos interessados no Quadro Mural da Prefeitura Municipal de Jauru – MT e no endereço eletrônico: www.jauru.mt.gov.br, a partir desta data.

Publicado por:
Anderson Pavini
Código Identificador:FA32E071

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
TERMO DE ADJUDICAÇÃO

A Comissão Permanente de Licitação “ADJUDICA” a empresa: CARLOS DOMINGOS DA COSTA EPP, inscrita no CNPJ sob o nº. 00.754.624/0001-02, com sede na Rua Dom Pedro II, nº 1285,Vista Alegre, cidade de Jauru-MT, representada pelo Senhor Carlos Domingos da Costa, brasileiro, maior, portador do RG nº.1134449-0 SSP/MT e do CPF nº.411.508.641-68, foi vencedora deste Processo Licitatório, na **Modalidade de Tomada de Preços nº. 005/2014**, conforme projeto básico, para atender a Prefeitura Municipal de Jauru.

Jauru - MT, aos 26 de Junho de 2014.

DEBLAIR ALVES
Presidente da CPL

Publicado por:
Anderson Pavini
Código Identificador:C8AC8042

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE HOMOLOGAÇÃO - TOMADA DE PREÇOS 005/2014

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

Referente a **Tomada de Preço N° 005/2014,** Objeto da presente licitação Seleção de Empresa para Calçamento de Passeio Público em concreto em diversas Ruas e Avenidas com uma área a ser calçada de 6.990,73 m² e extensão projetada de 4.804,00m,no Município de Jauru, conforme Projeto básico e planilha Orçamentária, conforme Edital, de conformidade com o parecer exarado pelo Assessor Jurídico desta Prefeitura e pela Comissão Permanente de Licitação, **FAÇO SABER**, que nesta data fica **"HOMOLOGADO"** o processo licitatório modalidade Tomada de Preço n° **005/2014**, tendo como vencedora a empresa: **CARLOS DOMINGOS DA COSTA EPP**, inscrita no CNPJ sob o nº.00.754.624/0001-02, com sede na Rua Dom Pedro II, nº 1285,Vista Alegre, cidade de Jauru-MT , representada pelo Senhor, Carlos Domingos da Costa, brasileiro, maior, portador do RG nº.1134449-0 SSP/MT e do CPF nº.411.508.641-68 foi vencedora deste Processo Licitatório, na Modalidade de **Tomada de Preços nº. 005/2014**, por sagrar vencedora da Licitação supra referenciada.

Jauru - MT, aos 26 dias do mês de Junho de 2014.

ENERCIA MONTEIRO DOS SANTOS
Prefeita Municipal

Publicado por:
Anderson Pavini
Código Identificador:D9715B64

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE JUÍNA

GABINETE DO PREFEITO
RETIFICAÇÃO DE PUBLICAÇÃO – PORTARIA N.º 4.643/2014

O PREFEITO MUNICIPAL DE JUÍNA-MT, no uso das atribuições que lhe confere a Constituição Federal, o art. 83, inciso III, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1.º Conceder **90 (noventa) dias** de **Licença Prêmio** ao Servidor (a) Público (a) Municipal, **FABIO ADRIANO LORENCATO,** Matrícula n.º **1055,** investido (a) no cargo de provimento efetivo de **TÉCNICO DESPORTIVO CLASSE B – 40 HORAS,** referente ao período aquisitivo de **26/06/2007 A 25/06/2012,** com inicio em **01/07/2014** e retorno em **30/08/2014**.
Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Juína-MT, **18** de **Junho** de **2014**.

HERMES LOURENÇO BERGAMIM
Prefeito Municipal

Registrada no livro próprio e publicada por afixação no local de costume, na mesma data.

VALDOIR ANTONIO PEZZINI
Sec. Mun. de Finanças e Administração

LEILA CAMPOS MOREIRA
Assessor de Dep. de Administração

Leia-se:

O PREFEITO MUNICIPAL DE JUÍNA-MT, no uso das atribuições que lhe confere a Constituição Federal, o art. 83, inciso III, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1.º Conceder **30 (trinta) dias** de **Licença Prêmio** ao Servidor (a) Público (a) Municipal, **FABIO ADRIANO LORENCATO,** Matrícula n.º **1055,** investido (a) no cargo de provimento efetivo de **TÉCNICO DESPORTIVO CLASSE B – 40 HORAS,** referente ao período aquisitivo de **26/06/2007 A 25/06/2012,** com inicio em **01/07/2014** e retorno em **31/07/2014**.
Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Juína-MT, **18** de **Junho** de **2014**.

HERMES LOURENÇO BERGAMIM
Prefeito Municipal

Registrada no livro próprio e publicada por afixação no local de costume, na mesma data.

VALDOIR ANTONIO PEZZINI
Sec. Mun. de Finanças e Administração

LEILA CAMPOS MOREIRA
Assessor de Dep. de Administração

Publicado por:
Giseli Botelho Domingos
Código Identificador:EB830DDD

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N.º 4.666/2014

O PREFEITO MUNICIPAL DE JUÍNA-MT, no uso das atribuições que lhe confere a Constituição Federal, o art. 83, inciso III, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1.º Conceder **90 (noventa) dias** de **Licença Prêmio** ao Servidor (a) Público (a) Municipal, **PALMIRA MARCELINO TEIXEIRA,** Matrícula n.º **317,** investido (a) no cargo de provimento efetivo de **ATENDENTE DE RECEPÇÃO HOSPITALAR – 40 HORAS,** referente ao período aquisitivo de **04/01/2004 A 03/01/2009,** com inicio em **01/07/2014** e retorno em **29/09/2014**.
Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Juína-MT, **24** de **Junho** de **2014**.

HERMES LOURENÇO BERGAMIM
Prefeito Municipal

Registrada no livro próprio e publicada por afixação no local de costume, na mesma data.

VALDOIR ANTONIO PEZZINI
Sec. Mun. de Finanças e Administração

LEILA CAMPOS MOREIRA
Assessor de Dep. de Administração

Publicado por:
Giseli Botelho Domingos
Código Identificador:B5371BDD

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N.º 4.667/2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE JUÍNA-MT, no uso das atribuições que lhe confere a Constituição Federal, o art. 83, inciso III, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1.º Conceder **30 (trinta) dias** consecutivos de **Férias** Regulamentares ao Servidor (a) Público (a) Municipal, **LEILA DE JESUS ANDRADE,** Matrícula n.º **521,** investido (a) no cargo provimento efetivo de **AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS – 40 HORAS,** referente ao período aquisitivo de **11/03/2011 A 10/03/2012,** com inicio em **01/07/2014** e retorno em **31/07/2014.**

Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Juína-MT, **24** de **Junho** de **2014**.

HERMES LOURENÇO BERGAMIM
Prefeito Municipal

Registrada no livro próprio e publicada por afixação no local de costume, na mesma data.

VALDOIR ANTONIO PEZZINI
Sec. Mun. de Finanças e Administração

LEILA CAMPOS MOREIRA
Assessor de Dep. de Administração

Publicado por:
Giseli Botelho Domingos
Código Identificador:E56D4D84

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N.º 4.668/2014.

HERMES LOURENÇO BERGAMIM, Prefeito Municipal de Juina, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, e

RESOLVE:

Art. 1.º CESSAR os efeitos da **Portaria n.° 2.241/2013,** que concede **30 (trinta) dias** consecutivos de **Férias** Regulamentares ao Servidor (a) Público (a) Municipal, **CLAUDIA SILVESTRIN,** matrícula n.586, investida no cargo de provimento Carreira/Comissão de **DIRETOR DE DEPARTAMENTO DE TRIBUTAÇÃO,** referente ao período aquisitivo de **23/04/2011 A 22/04/2012,** com inicio em **01/07/2014** e retorno em **31/07/2014**.

Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de **Juína-MT**, **24** de **Junho** de **2014**.

HERMES LOURENÇO BERGAMIM
Prefeito Municipal

Registrada no livro próprio e publicada por afixação no local de costume, na mesma data.

VALDOIR ANTONIO PEZZINI
Sec. Mun. de Finanças e Administração

Publicado por:
Giseli Botelho Domingos
Código Identificador:3D17B20D

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N.º 4.669/2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE JUÍNA-MT, no uso das atribuições que lhe confere a Constituição Federal, o art. 83, inciso III, da Lei Orgânica do Município e a Lei Complementar Municipal n.º 1.022/2008,

RESOLVE:

Art. 1.º Conceder **PRORROGAÇÃO DE LICENÇA MÉDICA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE** ao (a) servidor (a) Público (a) Municipal do Poder Executivo do Município de Juina-MT, **PAULO PEREIRA LEITE**, Matrícula n.º **136**, investido no cargo de provimento efetivo de **AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS – 40 HORAS,**, conforme processo administrativo da PREVI-JUINA, com inicio em **20/06/2014** e retorno em **20/07/2014.**
Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a contar de: 20/06/2014, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Juína-MT, **24** de **junho** de **2014**.

HERMES LOURENÇO BERGAMIM
Prefeito Municipal

Registrada no livro próprio e publicada por afixação no local de costume, na mesma data.

VALDOIR ANTONIO PEZZINI
Sec. Mun. de Finanças e Administração

Publicado por:
Giseli Botelho Domingos
Código Identificador:14F06D68

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N.º 4.670/2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE JUÍNA-MT, no uso das atribuições que lhe confere a Constituição Federal, o art. 83, inciso III, da Lei Orgânica do Município e a Lei Complementar Municipal n.º 1.022/2008,

RESOLVE:

Art. 1.º Conceder **PRORROGAÇÃO DE LICENÇA MÉDICA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE** ao (a) servidor (a) Público (a) Municipal do Poder Executivo do Município de Juina-MT, **SEVERINO DOMINGOS GUIMARÃES**, Matrícula n.º **387**, investido no cargo de provimento efetivo de **AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS – 40 HORAS,**, conforme processo administrativo da PREVI-JUINA, com inicio em **20/06/2014** e retorno em **17/12/2014.**
Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a contar de: 20/06/2014, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Juína-MT, **24** de **junho** de **2014**.

HERMES LOURENÇO BERGAMIM
Prefeito Municipal

Registrada no livro próprio e publicada por afixação no local de costume, na mesma data.

VALDOIR ANTONIO PEZZINI
Sec. Mun. de Finanças e Administração

Publicado por:
Giseli Botelho Domingos
Código Identificador:165D98DF

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N.º 4.671/2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE JUÍNA-MT, no uso das atribuições que lhe confere a Constituição Federal, o art. 83, inciso III, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1.º Conceder **60 (sessenta) dias** de **Licença Prêmio** ao Servidor (a) Público (a) Municipal, **LEANDRO AZENHA HENEMAM,** Matrícula n.º **1372,** investido (a) no cargo de provimento efetivo de **TÉCNICO DE GESTÃO ESCOLAR – 40 HORAS,** referente ao período aquisitivo de **24/09/2007 A 23/09/2012,** com inicio em **01/07/2014** e retorno em **30/08/2014**.
Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Juína-MT, **24** de **Junho** de **2014**.

HERMES LOURENÇO BERGAMIM
Prefeito Municipal

Registrada no livro próprio e publicada por afixação no local de costume, na mesma data.

VALDOIR ANTONIO PEZZINI
Sec. Mun. de Finanças e Administração

LEILA CAMPOS MOREIRA
Assessor de Dep. de Administração

Publicado por:
Giseli Botelho Domingos
Código Identificador:C6125F64

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N.º 4.672/2014.

Nomeia a Diretoria Executiva do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - FIA, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE JUÍNA-MT, no uso das atribuições que lhe confere a Constituição Federal e o art. 83, inciso III, da Lei Orgânica do Município, e com base no art. 15, § 4.º, da Lei Municipal n.º 1.154/2010,

RESOLVE:

Art. 1.º Fica nomeada a **Diretoria Executiva do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - FIA**, de que trata o art. 15, da Lei Municipal n.º 1.154/2010, que dispõe sobre a Política Municipal de Atendimento dos Direitos da Criança e do Adolescente, a ser constituída pelos seguintes integrantes:

NOME	FUNÇÃO
Leandro Honório de Oliveira	Diretor Executivo
Nataniel Tomasini	Secretário Administrativo
Andréia Clebiane Benites da Silva	Tesoureira

Art. 2.º São atribuições da Diretoria Executiva do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – FIA, em especial, do Diretor Executivo:

I - coordenar a execução dos recursos do FIA, de acordo com o Plano Municipal Anual de Aplicação, previsto no § 5.º, do art. 12, da Lei Municipal n.º 1.154/2010;

II - preparar e apresentar ao CMDCA demonstração bimestral da receita e da despesa executada do FIA;

III - emitir e assinar notas de empenho e ordens de pagamento de despesa do FIA;

IV - tomar conhecimento e dar cumprimento às obrigações definidas em convênios e/ou contratos firmados pelo administrador e que digam respeito ao CMDCA;

V - manter os controles necessários à execução das receitas e das despesas do Fundo;

VI - manter controle dos bens patrimoniais adquiridos com recursos do FIA;

VII - elaborar, com o responsável pelo controle da execução orçamentária, a demonstração constante na alínea b;

VIII - providenciar junto a contabilidade do município para que na demonstração fique indicada a situação econômico-financeira do FIA;

IX - manter controle dos contratos e convênios firmados com instituições governamentais e não-governamentais;

X - encaminhar, trimestralmente, ao Prefeito Municipal relatórios de acompanhamento e avaliação da situação econômico-financeira do FIA;

XI - publicar, anualmente, no Diário Oficial do Estado de Mato Grosso e em Jornal de grande circulação no município, o balanço contábil do FIA;

XII - resolver todas as questões de ordem administrativa interna do FIA; e,

XIII - fornecer ao Ministério Público, quando solicitada, demonstração de aplicação dos recursos do FIA, em conformidade com a Lei Federal n.º 8.242/91.

Art. 3.º Os membros da Diretoria Executiva do FIA não serão remunerados pelos serviços prestados, mas a atuação dos mesmos constituirá serviço público relevante e estabelecerá presunção de idoneidade moral.

Art. 4.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, em especial as Portarias n.° 1.635/2013, 3.166/2014 e 4.337/2014.

Gabinete do Prefeito Municipal de Juína-MT, **24** de **Junho** de **2014**.

HERMES LOURENÇO BERGAMIM
Prefeito Municipal

Registrada no livro próprio e publicada por afixação no local de costume, na mesma data.

VALDOIR ANTONIO PEZZINI
Sec. Mun. de Finanças e Administração

Publicado por:
Giseli Botelho Domingos
Código Identificador:5749AD33

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO N.º 378/2014.

SÚMULA – Dispõe sobre a Convocação dos candidatos que mencionam, aprovados e/ou classificados em Concurso Público n° 001/2010 do Município de Juína-MT, e dá outras providências.

HERMES LOURENÇO BERGAMIM, Prefeito Municipal de Juina, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, e

DECRETA:

Art. 1.º Tendo em vista o resultado do **Concurso Público n° 001/2010** realizado nos termos do **Edital de Concurso Público nº 001/2010**, ficam convocados para a posse e entrada em exercício os candidatos relacionados na **Relação dos Candidatos Convocados** constantes do **ANEXO ÚNICO**, do presente Decreto, que desse passa a ser parte integrante.

Art. 2.º Os candidatos ora convocados na forma deste Decreto deverão comparecer ao Departamento de Recursos Humanos, sito na Praça Alan Kardec, Perímetro Urbano AR - 01, S/N, Centro, no Município de Juína-Mt, o mais urgente possível ou em até 05 (cinco) dias da publicação deste Ato, para as providências necessárias e cabíveis, com vista aos procedimentos de conferência da documentação e outros procedimentos de praxe, atinente a posse e designação do respectivo local de trabalho.

Parágrafo Único. O não Comparecimento no prazo previsto neste artigo implicará na desclassificação dos candidatos, sendo, portanto, considerados desistentes.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da prefeitura municipal de Juina/MT, aos **26** de **junho** de **2014**.

HERMES LOURENÇO BERGAMIM
Prefeito Municipal de Juina

Registrada no livro próprio e publicada por afixação no local de costume, na mesma data.

VALDOIR ANTONIO PEZZINI
Sec. Mun. de Finanças e Administração

ANEXO ÚNICO

DECRETO n.º 378/2014.

Concurso Público n.° 001/2010.

RELAÇÃO DOS CANDIDATOS CONVOCADOS

I – ENFERMEIRO - 40 HORAS:

Classificação	Inscrição	Candidato
15°	003581	FLÁVIA MACHADO COELHO

Publicado por:
Giseli Botelho Domingos
Código Identificador:B6B76BB2

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO N.º 379/2014.

SÚMULA – Dispõe sobre a Convocação dos candidatos que mencionam, aprovados e/ou classificados em Concurso Público n° 001/2012 do Município de Juína-MT, e dá outras providências.

HERMES LOURENÇO BERGAMIM, Prefeito Municipal de Juina, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, e

DECRETA:

Art. 1.º Tendo em vista o resultado do **Concurso Público n° 001/2012** realizado nos termos do **Edital de Concurso Público nº 001/2012**, ficam convocados para a posse e entrada em exercício os candidatos relacionados na **Relação dos Candidatos Convocados** constantes do **ANEXO ÚNICO**, do presente Decreto, que desse passa a ser parte integrante.

Art. 2.º Os candidatos ora convocados na forma deste Decreto, deverão comparecer ao Departamento de Recursos Humanos, sito na Travessa Emmanuel, N.º 605, Centro, no Município de Juína-MT, o mais urgente possível ou em até 05 (cinco) dias da publicação deste Ato, para as providências necessárias e cabíveis, com vista aos procedimentos de conferência da documentação e outros procedimentos de praxe, atinente a posse e designação do respectivo local de trabalho.

Parágrafo Único. O não Comparecimento no prazo previsto neste artigo implicará na desclassificação dos candidatos, sendo, portanto, considerados desistentes.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da prefeitura municipal de Juina/MT, aos **26** de **junho** de **2014**.

HERMES LOURENÇO BERGAMIM
Prefeito Municipal de Juina

Registrada no livro próprio e publicada por afixação no local de costume, na mesma data.

VALDOIR ANTONIO PEZZINI
Sec. Mun. de Finanças e Administração

ANEXO ÚNICO

DECRETO n.º 379/2014.

Concurso Público n.° 001/2012.

RELAÇÃO DO CANDIDATO CONVOCADO

I – AUDITOR DE CONTROLE INTERNO:

Classificação	Inscrição	Candidato
01°	01427	PAULO SERGIO MARKOSKI

Publicado por:
Giseli Botelho Domingos
Código Identificador:95913931

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO N.º 380/2014

SÚMULA – Dispõe sobre a Convocação dos candidatos que mencionam, aprovados e/ou classificados em Concurso Público n° 001/2010 do Município de Juína-MT, e dá outras providências.

HERMES LOURENÇO BERGAMIM, Prefeito Municipal de Juina, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, e

DECRETA:

Art. 1.º Tendo em vista o resultado do **Concurso Público n° 001/2010** realizado nos termos do **Edital de Concurso Público nº 001/2010**, ficam convocados para a posse e entrada em exercício os candidatos relacionados na **Relação dos Candidatos Convocados** constantes do **ANEXO ÚNICO**, do presente Decreto, que desse passa a ser parte integrante.

Art. 2.º Os candidatos ora convocados na forma deste Decreto deverão comparecer ao Departamento de Recursos Humanos, sito na Praça Alan Kardec, Perímetro Urbano AR - 01, S/N, Centro, no Município de Juína-Mt, o mais urgente possível ou em até 05 (cinco) dias da publicação deste Ato, para as providências necessárias e cabíveis, com vista aos procedimentos de conferência da documentação e outros procedimentos de praxe, atinente a posse e designação do respectivo local de trabalho.

Parágrafo Único. O não Comparecimento no prazo previsto neste artigo implicará na desclassificação dos candidatos, sendo, portanto, considerados desistentes.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da prefeitura municipal de Juina/MT, aos **26** de **junho** de **2014**.

HERMES LOURENÇO BERGAMIM
Prefeito Municipal de Juina

Registrada no livro próprio e publicada por afixação no local de costume, na mesma data.

VALDOIR ANTONIO PEZZINI
Sec. Mun. de Finanças e Administração

ANEXO ÚNICO

DECRETO n.º 380/2014.

Concurso Público n.° 001/2010.

RELAÇÃO DOS CANDIDATOS CONVOCADOS

I – ENFERMEIRO - 40 HORAS:

Classificação	Inscrição	Candidato
16°	005974	FABIANA DA SILVA

Publicado por:
Giseli Botelho Domingos
Código Identificador:8953BA7F

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DESPACHO MUNICIPAL REFERENTE AO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 002/2014

DESPACHO

PREGÃO ELETRONICO N.º 002/2014;
FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS, MATERIAL LABORATORIAL, HOSPITALARES ATENDENDO AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICIPIO DE JUÍNA, MATO GROSSO;
FORNECEDOR: CIRURGICA VITÓRIA COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA - EPP
CNPJ: 07.700.245/0001-70
CANCELAMENTO DE ÍTEM DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 089-2014: ASSUNTO.
Vistos etc...
Trata-se de Cancelamento de item da Ata de Registro de Preços 089/2014, oriunda do Processo de Licitação (Pregão Eletrônico n.º 002/2014), com o objeto futura e eventual aquisição de medicamentos, material laboratorial, hospitalares atendendo as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde do município de Juína, Mato Grosso. O fornecedor acima especificado foi VENCEDOR dos itens nºs 25, 26 e 27 do edital do Processo Licitatório acima elencado da marca: PROCARE, mas durante a utilização do item em um paciente do Hospital Municipal deste município pela anestesista o material apresentou Bisel Seco e as agulhas ficaram tortas durante a manipulação colocando em risco a vida do mesmo.

25	**1885**	AGULHA EPIDURAL 17 G C/ BISEL TIPO TUONYC/ PONTA CUVA E CALCANHAR SECO1a linha) - PODENDO SER UNISSES, BD - DE QUALIDADE SIMILAR OU SUPERIOR	100	R$ 7,90	R$ 790,00
26	**1883**	AGULHA EPIDURAL 18 G C/ BISEL TIPO TUONYC/ PONTA CUVA E CALCANHAR SECO1a linha) PODENDO SER UNISSES, BD - DE QUALIDADE SIMILAR OU SUPERIOR	100	R$ 7,90	R$ 790,00
27	**1865**	AGULHA RAQ, SPINAL No25GA X 3,5 C/ PONTA TIPO QUINCKE SEM IMPERFEICOES (1a linha) PODENDO SER UNISSES, BD - DE QUALIDADE SIMILAR OU SUPERIOR	2000	R$ 8,10	R$ 16.200,00

É o relatório. Passo a decidir.
Compulsando os autos, notadamente, percebe-se que a marca ofertada pelo fornecedor pode causar sérios problemas futuros, haja visto que a profissional que efetua a manipulação do material se recusa a efetuar qualquer procedimento de anestesia utilizando as agulhas da marca acima licitadas.
ANTE O EXPOSTO, e levando-se em consideração á aplicação da Lei 8.666/93, opino pelo CANCELAMENTO dos itens nºs 25, 26 e 27 do Edital por motivos de relevante interesse público.

Juína-MT, 25 de junho de 2014.

Registre-se.
Publique-se.
Notifique-se.
Cumpra-se.

VALDOIR ANTONIO PEZZINI
Secretário Municipal de Finanças e Administração e Responsável Pelo órgão Gerenciador da Ata de Registro de Preços

Publicado por:
Rosimeire Oliveira Brindarolli
Código Identificador:ABFBC0B1

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE JURUENA

PREFEITURA MUNICIPAL
EXTRATO DE CONTRATO Nº 218/2014

EXTRATO DE CONTRATO Nº 218/2014 PARA FINS DE PUBLICAÇÃO
Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE JURUENA
Contratado: BALDIN & BALDIN LTDA - ME
Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL 013/2014.
Objeto: REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA NA LOCAÇÃO DE MAQUIN ARIOS E VEICULOS PESADOS PARA ATENDER A SECREATRIA MUNICIPAL DE OBRAS DESTE MUNICIPIO
Valor Global: R$ 20.000,00 (VINTE MIL REAIS).
Dotação: 214-3.3.90.39.00.00.00.00
Data: 18/06/2014.

ROBSON GOMES DIAS
Pregoeiro

Publicado por:
Robson Gomes Dias
Código Identificador:6154CB82

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAMBARI D´OESTE

PREFEITURA MUNICIPAL
EXTRATO DE CONTRATO Nº. 051/2014 DATA: 18/06/2014

VIGÊNCIA: 18/06/2014 a 31/12/2014
LICITAÇÃO: CONVITE Nº 004/2014
OBJETO: Aquisição de Material de Consumo para Atendimento a Secretaria Municipal de Educação e Cultura, Dpto. de Turismo, Desporto, Lazer e Meio Ambiente e os Programas da Secretaria Municipal Promoção e Assistência Social
VALOR MENSAL: Conforme Fatura Mensal
VALOR GLOBAL: R$: 70.224,00 (Setenta mil e duzentos e vinte e quatro mil reais.)
CONTRATADA: **S. F. DOS SANTOS ALBUQUERQUE – ME**
CNPJ: 08.023.318/0001-08

Publicado por:
Rubens Ventura
Código Identificador:49487FE7

PREFEITURA MUNICIPAL
EXTRATO DE CONTRATO Nº. 052/2014 DATA: 24/06/2014

VIGÊNCIA: 01/07/2014 a 31/12/2014
LICITAÇÃO: CONVITE Nº 005/2014
OBJETO: Prestação de Serviços de Coleta de Resíduo (Lixo Orgânico) Doméstico Urbano, Remoção de Entulhos e Galhos no Perímetro do Distrito de São José do Pingador, neste município.
VALOR MENSAL: Conforme Fatura Mensal
VALOR GLOBAL: R$: 12.250,00 (Doze mil e duzentos e cinquenta reais)

Contratado:
CLEMENTE BATISTA LEBRÃO
CPF nº 796.643.421-49

Publicado por:
Rubens Ventura
Código Identificador:6E949883

SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
AVISO DE HOMOLOGAÇÃO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 018/2014

OBJETO: **"Prestação de serviços em Elaboração de projeto executivo de engenharia para pavimentação, drenagem, calçamento e sinalização viária no perímetro urbano do município**

em trecho definido na carta consulta PAC, selecionada pelo Ministério das Cidades através da Portaria nº 492/2013, alterada pela Portaria nº 233/2014".

O Pregoeiro Oficial, regido pela portaria n. 002/2014 da Prefeitura Municipal de Lambari D'Oeste/MT, no uso de suas atribuições legais, torna público aos interessados que o PREGÃO PRESENCIAL Nº. 018/2014, cujo certame se deu às 15:00 hs do dia 24/06/2014; objeto: "Prestação de serviços em Elaboração de projeto executivo de engenharia para pavimentação, drenagem, calçamento e sinalização viária no perímetro urbano do município em trecho definido na carta consulta PAC, selecionada pelo Ministério das Cidades através da Portaria nº 492/2013, alterada pela Portaria nº 233/2014". Fica **HOMOLOGADO** o objeto em favor da empresa: **SERPRA SERVIÇOS PROJETOS E ASSESSORIA LTDA**, CNPJ: 07.123.969/0001-07, vencedora com valor global R$ 15.750,00 (quinze mil setecentos e cinquenta reais).

Lambari D'Oeste – MT, 26 de Junho de 2014.

DUILHO RABELO BOASCIVIS
Pregoeiro

Publicado por:
Rubens Ventura
Código Identificador:8F4488CE

SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
ERRATA – PREGÃO Nº 020/2014

A Prefeitura Municipal de Lambari D' Oeste/MT, através do seu pregoeiro informa a todos interessados que no aviso Licitação do Pregão Presencial nº 020/2014 **Onde se Lê:** que realizará no dia 07 de **Junho** de 2014 às 09:00 hs. **Leia se:** que realizará no dia 07 de **Julho** de 2014 às 09:00 hs. Conforme Publicado no Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso dia 26 de Julho de 2014 na página 155.

Publicado por:
Rubens Ventura
Código Identificador:5801BB4F

SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
AVISO DE RESULTADO – PREGÃO PRESENCIAL Nº. 016/2014

A Prefeitura Municipal de Lambari D'Oeste/MT comunica que a licitação na modalidade de **PREGÃO PRESENCIAL Nº. 016/2014**, cujo objeto é a Contratação de empresa para prestação de serviços de transportes de encomendas e passagens terrestres de Lambari D'Oeste a Cuiabá e vice-versa para diversas secretarias deste município, teve seu resultado como **DESERTO**.

Lambari D'Oeste/MT em 25 de Junho de 2014.

DUILHO RABELO BOASCIVIS
Pregoeiro

Publicado por:
Rubens Ventura
Código Identificador:89693542

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE LUCAS DO RIO VERDE

CÂMARA MUNICIPAL
AVISO DE PREGÃO PRESENCIAL N. 07/2014 - REGISTRO DE PREÇOS N. 02/2014

Objeto: A presente licitação tem como objeto o **REGISTRO DE PREÇOS**, para futura contratação de empresa especializada no fornecimento de combustíveis do tipo gasolina (10.000 l) e etanol (5.000 l) para atender as necessidades dos veículos da Câmara Municipal de Lucas do Rio Verde, nos termos do artigo 15 da Lei Federal 8.666/93.

Dia: 10 de julho de 2014

Entrega dos Envelopes: Até as 08:00 horas, do dia 10 de julho de 2014

Edital Completo: Afixado no endereço acima e na Internet, site www.camaralucasdorioverde.mt.gov.br.

Abertura do envelope N. 01: Às 08:30 horas, do dia 10 de julho de 2014, no endereço acima.

Fundamento Legal: Regida pela Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e subsidiariamente ela Lei 8.666 de 21/06/93 (com alterações da Lei 8883/94 e da Lei nº 9.648/98)

Lucas do Rio Verde MT, 27 de junho de 2014.

GUIOMAR KÁTIA DOS SANTOS
Pregoeira

Publicado por:
Wander Rodrigo Bortolassi
Código Identificador:FF6E35B1

INSTITUTO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES DE LUCAS DO RIO VERDE
PORTARIA N.º 106/2014

"*Dispõe sobre a concessão do benefício AUXÍLIO-DOENÇA da servidora* MARIA INES MALDANER WERLANG.*"*

A Sra. **ANDRESSA LUCIANA FRIZZO Diretora Executiva do PREVILUCAS** - Instituto Municipal de Previdência Social dos Servidores de LUCAS DO RIO VERDE, Estado de MT, no uso de suas atribuições legais e nos termos do Art. 17, da Lei Municipal nº. 2134 de 25 de Junho de 2013, que rege a previdência municipal, resolve:
Art. 1º Conceder o benefício **AUXÍLIO-DOENÇA**, a servidora Sra. **MARIA INES MALDANER WERLANG**, efetiva no cargo de **TÉCNICO EM ENFERMAGEM**, lotada na **SECRETARIA MUN. DE SAÚDE**, com vencimentos integrais, a partir de **14 de JUNHO de *2014* e término em 29 de JULHO de 2014**, conforme processo administrativo do **PREVILUCAS**, n.º **2014.05.02576P**.
Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de **14/06/2014**, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se, cumpre-se.

LUCAS DO RIO VERDE - MT, 07/06/2014.

ANDRESSA LUCIANA FRIZZO
Diretora Executiva do PREVILUCAS

Publicado por:
Roberta Oliveira da Silva
Código Identificador:9AD14DF7

INSTITUTO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES DE LUCAS DO RIO VERDE
PORTARIA N.º 107/2014

"*Dispõe sobre a concessão do benefício AUXÍLIO-DOENÇA da servidora* NAYARA RODRIGUES GODOIS PERON.*"*

A Sra. **ANDRESSA LUCIANA FRIZZO Diretora Executiva do PREVILUCAS** - Instituto Municipal de Previdência Social dos Servidores de LUCAS DO RIO VERDE, Estado de MT, no uso de suas atribuições legais e nos termos do Art. 17, da Lei Municipal nº. 2134 de 25 de Junho de 2013, que rege a previdência municipal, resolve:
Art. 1º Conceder o benefício **AUXÍLIO-DOENÇA**, a servidora Sra. **NAYARA RODRIGUES GODOIS PERON**, efetiva no cargo de **MONITORA CRECHE**, lotada na **SECRETARIA MUN. DE EDUCAÇÃO**, com vencimentos integrais, a partir de **05 de JUNHO**

de *2014* e término em 02 de JULHO de 2014, conforme processo administrativo do **PREVILUCAS**, n.º **2014.05.02575P**.
Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de **05/06/2014**, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se, cumpre-se.

LUCAS DO RIO VERDE - MT, 07/06/2014.

ANDRESSA LUCIANA FRIZZO
Diretora Executiva do PREVILUCAS

Publicado por:
Roberta Oliveira da Silva
Código Identificador:842E80E3

INSTITUTO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES DE LUCAS DO RIO VERDE
PORTARIA N.º 108/2014

"Dispõe sobre a concessão do benefício AUXÍLIO-DOENÇA do servidor CARLOS ALBERTO SCHNEIDER.*"*

A Sra. **ANDRESSA LUCIANA FRIZZO Diretora Executiva do PREVILUCAS** - Instituto Municipal de Previdência Social dos Servidores de LUCAS DO RIO VERDE, Estado de MT, no uso de suas atribuições legais e nos termos do Art. 17, da Lei Municipal nº. 2134 de 25 de Junho de 2013, que rege a previdência municipal, resolve:
Art. 1º Conceder o benefício **AUXÍLIO-DOENÇA**, ao servidor Sr. **CARLOS ALBERTO SCHNEIDER**, efetivo no cargo de **MOTORISTA TRANSPORTE ESCOLAR**, lotado na **SECRETARIA MUN. DE EDUCAÇÃO**, com vencimentos integrais, a partir de **14 de JUNHO de *2014* e término em 15 de JULHO de 2014**, conforme processo administrativo do **PREVILUCAS**, n.º **2014.05.02573P**.
Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de **14/06/2014**, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se
Publique-se
Cumpre-se.

LUCAS DO RIO VERDE - MT, 07/06/2014.

ANDRESSA LUCIANA FRIZZO
Diretora Executiva do PREVILUCAS

Publicado por:
Roberta Oliveira da Silva
Código Identificador:437095FA

INSTITUTO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES DE LUCAS DO RIO VERDE
PORTARIA N.º109/2014

"Dispõe sobre a concessão do benefício SALÁRIO-MATERNIDADE à servidora Sra. SIANY TRANQUEIRA DE SOUSA."

A Sra. **ANDRESSA LUCIANA FRIZZO,DiretoraExecutiva do PREVILUCAS** - Instituto Municipal de Previdência Social dos Servidores de LUCAS DO RIO VERDE, Estado de MT, no uso de suas atribuições legais e nos termos dos Artigos 33 e 34, da Lei Municipal n.º 2.134/2013, de 25 de Junho de 2013, que rege a previdência municipal, resolve:
Art. 1º Conceder o benefício **SALÁRIO-MATERNIDADE**, à servidora Sra. **SIANY TRANQUEIRA DE SOUSA,** efetiva no cargo de **PROFESSORA DE PEDAGOGIA 30 HORAS**, lotada na **SECRETARIA MUN. DE EDUCAÇÃO**, com vencimentos integrais, a partir de **15 de MAIO de 2014 e término em 11 de _SETEMBRO de 2014**, conforme processo administrativo do PREVILUCAS, n.º **2014.08.02584P .**
Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de **15/05/2014**, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se
Publique-se
Cumpre-se.

LUCAS DO RIO VERDE - MT, 07/06/2014

ANDRESSA LUCIANA FRIZZO
Diretora Executiva do PREVILUCAS

Publicado por:
Roberta Oliveira da Silva
Código Identificador:FA021C5B

INSTITUTO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES DE LUCAS DO RIO VERDE
PORTARIA N.º 110/2014

"Dispõe sobre a concessão do benefício AUXÍLIO-DOENÇA do servidor MARCELINO ESPINDOLA DUTRA.*"*

A Sra. **ANDRESSA LUCIANA FRIZZO Diretora Executiva do PREVILUCAS** - Instituto Municipal de Previdência Social dos Servidores de LUCAS DO RIO VERDE, Estado de MT, no uso de suas atribuições legais e nos termos do Art. 17, da Lei Municipal nº. 2134 de 25 de Junho de 2013, que rege a previdência municipal, resolve:
Art. 1º Conceder o benefício **AUXÍLIO-DOENÇA**, ao servidor Sr. **MARCELINO ESPINDOLA DUTRA**, efetivo no cargo de **PROFESSOR 20HS**, lotado na **SECRETARIA MUN. DE EDUCAÇÃO**, com vencimentos integrais, a partir de **07 de JUNHO de *2014* e término em 28 de SETEMBRO de 2014**, conforme processo administrativo do **PREVILUCAS**, n.º **2014.05.02587P**.
Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de **07/06/2014**, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se, cumpre-se.

LUCAS DO RIO VERDE - MT, 07/06/2014.

ANDRESSA LUCIANA FRIZZO
Diretora Executiva do PREVILUCAS

Publicado por:
Roberta Oliveira da Silva
Código Identificador:D3C21820

INSTITUTO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES DE LUCAS DO RIO VERDE
PORTARIA N.º 111/2014

"Dispõe sobre a concessão do benefício AUXÍLIO-DOENÇA do servidor MARCELINO ESPINDOLA DUTRA.*"*

A Sra. **ANDRESSA LUCIANA FRIZZO Diretora Executiva do PREVILUCAS** - Instituto Municipal de Previdência Social dos Servidores de LUCAS DO RIO VERDE, Estado de MT, no uso de suas atribuições legais e nos termos do Art. 17, da Lei Municipal nº. 2134 de 25 de Junho de 2013, que rege a previdência municipal, resolve:
Art. 1º Conceder o benefício **AUXÍLIO-DOENÇA**, ao servidor Sr. **MARCELINO ESPINDOLA DUTRA**, efetivo no cargo de **PROFESSOR 20HS**, lotado na **SECRETARIA MUN. DE EDUCAÇÃO**, com vencimentos integrais, a partir de **07 de JUNHO de *2014* e término em 28 de SETEMBRO de 2014**, conforme processo administrativo do **PREVILUCAS**, n.º **2014.05.02586P**.
Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de **07/06/2014**, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se
Publique-se
Cumpre-se.

LUCAS DO RIO VERDE - MT, 07/06/2014.

ANDRESSA LUCIANA FRIZZO
Diretora Executiva do PREVILUCAS

Publicado por:
Roberta Oliveira da Silva
Código Identificador:B4364703

INSTITUTO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES DE LUCAS DO RIO VERDE
PORTARIA N.º 113/2014

"Dispõe sobre a concessão do benefício AUXÍLIO-DOENÇA do servidor JOSE RUBENS CORTEZ FILHO*."*

A Sra. **ANDRESSA LUCIANA FRIZZO Diretora Executiva do PREVILUCAS** - Instituto Municipal de Previdência Social dos Servidores de LUCAS DO RIO VERDE, Estado de MT, no uso de suas atribuições legais e nos termos do Art. 17, da Lei Municipal nº. 2134 de 25 de Junho de 2013, que rege a previdência municipal, resolve:
Art. 1º Conceder o benefício **AUXÍLIO-DOENÇA**, ao servidor Sr. **JOSE RUBENS CORTEZ FILHO**, efetivo no cargo de **PROFESSOR DE HISTÓRIA 30 HS**, lotado na **PREFEITURA MUNICIPAL DE LUCAS DO RIO VERDE**, com vencimentos integrais, a partir de **23 de MAIO de *2014* e término em 20 de AGOSTO de 2014**, conforme processo administrativo do **PREVILUCAS**, n.º **2014.05.00021R1**.
Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de **23/05/2014**, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se, cumpre-se.

LUCAS DO RIO VERDE - MT, 18/06/2014.

ANDRESSA LUCIANA FRIZZO
Diretora Executiva do PREVILUCAS

Publicado por:
Roberta Oliveira da Silva
Código Identificador:37230BAA

INSTITUTO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES DE LUCAS DO RIO VERDE
PORTARIA N.º 114/2014

"Dispõe sobre a concessão do benefício AUXÍLIO-DOENÇA da servidora FRANCISCA ALVES CORTES*."*

A Sra. **ANDRESSA LUCIANA FRIZZO Diretora Executiva do PREVILUCAS** - Instituto Municipal de Previdência Social dos Servidores de LUCAS DO RIO VERDE, Estado de MT, no uso de suas atribuições legais e nos termos do Art. 17, da Lei Municipal nº. 2134 de 25 de Junho de 2013, que rege a previdência municipal, resolve:
Art. 1º Conceder o benefício **AUXÍLIO-DOENÇA**, a servidora Sra. **FRANCISCA ALVES CORTES**, efetiva no cargo de **AGENTE COMUNITÁRIO DE SAUDE**, lotada na **SECRETARIA MUN. DE SAÚDE**, com vencimentos integrais, a partir de **19 de JUNHO de *2014* e término em 03 de SETEMBRO de 2014**, conforme processo administrativo do **PREVILUCAS**, n.º **2014.05.02585P**.
Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de **19/06/2014**, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se, cumpre-se.

LUCAS DO RIO VERDE - MT, 18/06/2014.

ANDRESSA LUCIANA FRIZZO
Diretora Executiva do PREVILUCAS

Publicado por:
Roberta Oliveira da Silva
Código Identificador:EE56E9A6

INSTITUTO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES DE LUCAS DO RIO VERDE
PORTARIA N.º 115/2014

"Dispõe sobre a concessão do benefício AUXÍLIO-DOENÇA da servidora JUCELIA DE OLIVEIRA BORGES*."*

A Sra. **ANDRESSA LUCIANA FRIZZO Diretora Executiva do PREVILUCAS** - Instituto Municipal de Previdência Social dos Servidores de LUCAS DO RIO VERDE, Estado de MT, no uso de suas atribuições legais e nos termos do Art. 17, da Lei Municipal nº. 2134 de 25 de Junho de 2013, que rege a previdência municipal, resolve:
Art. 1º Conceder o benefício **AUXÍLIO-DOENÇA**, a servidora Sra. **JUCELIA DE OLIVEIRA BORGES**, efetiva no cargo de **PROFESSORA DE PEDAGOGIA 30 HORAS**, lotada na **SECRETARIA MUN. DE EDUCAÇÃO**, com vencimentos integrais, a partir de **18 de JUNHO de *2014* e término em 18 de JULHO de 2014**, conforme processo administrativo do **PREVILUCAS**, n.º **2014.05.02580P**.
Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de **18/06/2014**, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se, cumpre-se.

LUCAS DO RIO VERDE - MT, 18/06/2014.

ANDRESSA LUCIANA FRIZZO
Diretora Executiva do PREVILUCAS

Publicado por:
Roberta Oliveira da Silva
Código Identificador:3617D28F

INSTITUTO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES DE LUCAS DO RIO VERDE
PORTARIA N.º116/2014

"Dispõe sobre a concessão do benefício SALÁRIO-MATERNIDADE à servidora Sra. JULIANA ANGOLA FERREIRA."

A Sra. **ANDRESSA LUCIANA FRIZZO,DiretoraExecutiva do PREVILUCAS** - Instituto Municipal de Previdência Social dos Servidores de LUCAS DO RIO VERDE, Estado de MT, no uso de suas atribuições legais e nos termos dos Artigos 33 e 34, da Lei Municipal n.º 2.134/2013, de 25 de Junho de 2013, que rege a previdência municipal, resolve:
Art. 1º Conceder o benefício **SALÁRIO-MATERNIDADE**, à servidora Sra. **JULIANA ANGOLA FERREIRA,** efetiva no cargo de **MONITORA CRECHE**, lotada na **SECRETARIA MUN. DE EDUCAÇÃO**, com vencimentos integrais, a partir de **12 de JUNHO de 2014 e término em 09 de OUTUBRO de 2014**, conforme processo administrativo do PREVILUCAS, n.º **2014.08.02592P .**
Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de **12/06/2014**, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se
Publique-se
Cumpre-se.

LUCAS DO RIO VERDE - MT, 18/06/2014

ANDRESSA LUCIANA FRIZZO
Diretora Executiva do PREVILUCAS

Publicado por:
Roberta Oliveira da Silva
Código Identificador:ADA915E0

INSTITUTO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES DE LUCAS DO RIO VERDE
PORTARIA N.º 117/2014

"Dispõe sobre a concessão do benefício AUXÍLIO-DOENÇA da servidora SOILI ELIZABETE VATER SCHLINDWEIN.*"*

A Sra. **ANDRESSA LUCIANA FRIZZO Diretora Executiva do PREVILUCAS** - Instituto Municipal de Previdência Social dos Servidores de LUCAS DO RIO VERDE, Estado de MT, no uso de suas atribuições legais e nos termos do Art. 17, da Lei Municipal nº. 2134 de 25 de Junho de 2013, que rege a previdência municipal, resolve:
Art. 1º Conceder o benefício **AUXÍLIO-DOENÇA**, a servidora Sra. **SOILI ELIZABETE VATER SCHLINDWEIN**, efetiva no cargo de **MONITORA CRECHE**, lotada na **SECRETARIA MUN. DE EDUCAÇÃO**, com vencimentos integrais, a partir de **13 de JUNHO de *2014* e término em 18 de JUNHO de 2014**, conforme processo administrativo do **PREVILUCAS**, n.º **2014.05.02583P**.
Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de **16/06/2014**, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se
Publique-se
Cumpre-se.

LUCAS DO RIO VERDE - MT, 18/06/2014.

ANDRESSA LUCIANA FRIZZO
Diretora Executiva do PREVILUCAS

Publicado por:
Roberta Oliveira da Silva
Código Identificador:408A6B90

INSTITUTO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES DE LUCAS DO RIO VERDE
PORTARIA N.º 118/2014

"Dispõe sobre a concessão do benefício AUXÍLIO-DOENÇA da servidora LUZINETE LUCINDA DE PINHO.*"*

A Sra. **ANDRESSA LUCIANA FRIZZO Diretora Executiva do PREVILUCAS** - Instituto Municipal de Previdência Social dos Servidores de LUCAS DO RIO VERDE, Estado de MT, no uso de suas atribuições legais e nos termos do Art. 17, da Lei Municipal nº. 2134 de 25 de Junho de 2013, que rege a previdência municipal, resolve:
Art. 1º Conceder o benefício **AUXÍLIO-DOENÇA**, a servidora Sra. **LUZINETE LUCINDA DE PINHO**, efetiva no cargo de **PROFESSORA 30HS**, lotada na **SECRETARIA MUN. DE EDUCAÇÃO**, com vencimentos integrais, a partir de **21 de JUNHO de *2014* e término em 27 de JUNHO de 2014**, conforme processo administrativo do **PREVILUCAS**, n.º **2014.05.02588P**.
Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de **21/06/2014**, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se
Publique-se
Cumpre-se.

LUCAS DO RIO VERDE - MT, 18/06/2014.

ANDRESSA LUCIANA FRIZZO
Diretora Executiva do Previlucas

Publicado por:
Roberta Oliveira da Silva
Código Identificador:05FEFF49

INSTITUTO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES DE LUCAS DO RIO VERDE
PORTARIA N.º 119/2014

"Dispõe sobre a concessão do benefício SALÁRIO-MATERNIDADE à servidora Sra. ANGELA FERNANDES."

A Sra. **ANDRESSA LUCIANA FRIZZO,DiretoraExecutiva do PREVILUCAS** - Instituto Municipal de Previdência Social dos Servidores de LUCAS DO RIO VERDE, Estado de MT, no uso de suas atribuições legais e nos termos dos Artigos 33 e 34, da Lei Municipal n.º 2.134/2013, de 25 de Junho de 2013, que rege a previdência municipal, resolve:
Art. 1º Conceder o benefício **SALÁRIO-MATERNIDADE**, à servidora Sra. **ANGELA FERNANDES,** efetiva no cargo de **AJUDANTE ADMINISTRATIVO**, lotada na **SECRETARIA MUN. DE SAÚDE**, com vencimentos integrais, a partir de **16 de JUNHO de 2014 e término em 13 de OUTUBRO de 2014**, conforme processo administrativo do PREVILUCAS, n.º **2014.08.02594P .**
Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de **16/06/2014**, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se
Publique-se
Cumpre-se.

LUCAS DO RIO VERDE - MT, 18/06/2014

ANDRESSA LUCIANA FRIZZO
Diretora Executiva do PREVILUCAS

Publicado por:
Roberta Oliveira da Silva
Código Identificador:FFB5EBE0

INSTITUTO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES DE LUCAS DO RIO VERDE
PORTARIA N.º120/2014

"Dispõe sobre a concessão do benefício SALÁRIO-MATERNIDADE à servidora Sra. FLAVIANE BATISTA ONETTA."

A Sra. **ANDRESSA LUCIANA FRIZZO,DiretoraExecutiva do PREVILUCAS** - Instituto Municipal de Previdência Social dos Servidores de LUCAS DO RIO VERDE, Estado de MT, no uso de suas atribuições legais e nos termos dos Artigos 33 e 34, da Lei Municipal n.º 2.134/2013, de 25 de Junho de 2013, que rege a previdência municipal, resolve:
Art. 1º Conceder o benefício **SALÁRIO-MATERNIDADE**, à servidora Sra. **FLAVIANE BATISTA ONETTA,** efetiva no cargo de **AGENTE COMUNITÁRIO DE SAUDE**, lotada na **SECRETARIA MUN. DE SAÚDE**, com vencimentos integrais, a partir de **16 de JUNHO de 2014 e término em 13 de OUTUBRO de 2014**, conforme processo administrativo do PREVILUCAS, n.º **2014.08.02597P .**
Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de **16/06/2014**, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se, cumpre-se.

LUCAS DO RIO VERDE - MT, 18/06/2014

ANDRESSA LUCIANA FRIZZO
Diretora Executiva Do Previlucas

Publicado por:
Roberta Oliveira da Silva
Código Identificador:17CD736F

INSTITUTO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES DE LUCAS DO RIO VERDE
PORTARIA N.º124/2014

"Dispõe sobre a concessão do benefício SALÁRIO-MATERNIDADE à servidora Sra. DANIELA REIS DALMOLIM RODRIGUES."

A Sra. **ANDRESSA LUCIANA FRIZZO,DiretoraExecutiva do PREVILUCAS** - Instituto Municipal de Previdência Social dos Servidores de LUCAS DO RIO VERDE, Estado de MT, no uso de suas atribuições legais e nos termos dos Artigos 33 e 34, da Lei

Municipal n.º 2.134/2013, de 25 de Junho de 2013, que rege a previdência municipal, resolve:
Art. 1º Conceder o benefício **SALÁRIO-MATERNIDADE**, à servidora Sra. **DANIELA REIS DALMOLIM RODRIGUES,** efetiva no cargo de **MONITORA CRECHE**, lotada na **SECRETARIA MUN. DE EDUCAÇÃO**, com vencimentos integrais, a partir de **22 de MAIO de 2014 e término em 18 de SETEMBRO de 2014**, conforme processo administrativo do PREVILUCAS, n.º **2014.08.02567P .**
Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de **22/05/2014**, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se
Publique-se
Cumpre-se.

LUCAS DO RIO VERDE - MT, 23/06/2014

ANDRESSA LUCIANA FRIZZO
Diretora Executiva Do Previlucas

Publicado por:
Roberta Oliveira da Silva
Código Identificador:502600D5

PREFEITURA MUNICIPAL
PORTARIA N. 553, DE 12 DE JUNHO DE 2014

Altera comissão processante nomeada pela Portaria nº 481, de 27 de maio de 2014.

MIGUEL VAZ RIBEIRO, Prefeito em Exercício do Município de Lucas do Rio Verde, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica, art. 59, inciso II, alínea "c" e art. 140 e seguintes da Lei Complementar n.º 42, de 20 de junho de 2006(Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Lucas do Rio Verde),

RESOLVE:
Art. 1° Nomeiar os seguintes servidores para compor a comissão de sindicância investigativa:
a) Eliseu Sávio Diniz, Assistente de Secretaria/Gabinete, matrícula nº 4335;
b) Rafael Gabardo, Coordenadoria de Acompanhamento, Solução Preventiva e Auditoria Geral, matrícula nº 4060;
c) Gabriela Esther Zanco, Assessor Jurídico, matrícula nº 171.
Art. 3° Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Art. 4° Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 12 de junho de 2014.

MIGUEL VAZ RIBEIRO
Prefeito Municipal em Exercício

ALAN TOGNI
Secretário Municipal de Infraestrutura e Obras

Publique-se e
Cumpra-se

Publicado por:
Andre Pezzini
Código Identificador:31AA7997

PREFEITURA MUNICIPAL
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DAS INSCRIÇÕES
PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO N.º 01/2014

Diante do decurso do prazo recursal, o qual não houveram recursos quanto a relação de inscritos, **HOMOLOGO** as Inscrições do Processo Seletivo Simplificado nº 01/2014, publicado no mural da Prefeitura, no site www.lucasdorioverde.mt.gov.br e no Jornal Oficial dos Municípios na data de 25 de junho de 2014, apresentado pela comissão examinadora nomeada através da Portaria n.º 482/2014, para que produza os desejados efeitos legais.

Lucas do Rio Verde – MT, 27 de junho de 2014***OTAVIANO OLAVO PIVETTA***
Prefeito Municipal

Publicado por:
Aline Hartmann
Código Identificador:1DC025A7

PREFEITURA MUNICIPAL
DECRETO N. 2660 DE 02 DE MAIO DE 2014.

Abre Crédito Suplementar e dá outras providências.

OTAVIANO OLAVO PIVETTA, Prefeito Municipal de Lucas do Rio Verde, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e especialmente a Lei Nº. 2188/2013.

DECRETA

Art. 1º - Fica aberto no Orçamento do Município um Crédito Suplementar no valor de R$ 600.000,00 (seiscentos mil reais), para atender as seguintes dotações:
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
08.002.0.0.10.302.0804.2151 .3.3.50.41.00.00 - 0302000000
Contribuições 600.000,00

Art. 2º - Para atender o crédito suplementar aberto no artigo 1º serão utilizados recursos provenientes do superávit financeiro, conforme inciso I, parágrafo 1º, artigo 43 da Lei Federal n. 4.320/64.

Art. 3º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4° - Revogam-se as disposições em contrário.

Lucas do Rio Verde/MT, 02 de maio de 2014.

OTAVIANO OLAVO PIVETTA
Prefeito Municipal

MARIA APARECIDA MARIN ROSSATO
Sec. de Finanças

Registre-se e
Publique-se

Publicado por:
Andre Pezzini
Código Identificador:62EEBD06

PREFEITURA MUNICIPAL
DECRETO N. 2661 DE 02 DE MAIO DE 2014.

Abre Crédito Suplementar e dá outras providências.

OTAVIANO OLAVO PIVETTA, Prefeito Municipal, de Lucas do Rio Verde, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e especialmente a Lei nº. 2188/2013:

DECRETA

Art. 1º - Fica aberto no Orçamento do Município um Crédito Suplementar no valor de R$ 3.990.856,31 (três milhões, novecentos e sessenta e oito mil, cinquenta e seis reais e trinta e um centavos), para atender as seguintes dotações:

GABINETE DO PREFEITO
02.002.0.0.04.122.0201.2002 .3.1.90.11.00.00 - 0100000000
Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil 8.000,00
02.002.0.0.04.122.0201.2002 .3.1.90.13.00.00 - 0100000000
Obrigações Patronais 1.500,00
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO, GESTÃO E ORÇAMENTO
03.001.0.0.04.122.0301.2031.3.1.91.13.00.00 - 0200000000
Obrigações Patronais 6.000,00
03.001.0.0.04.122.0301.2031.3.3.90.30.00.00 - 0100000000
Material de Consumo 90.000,00

03.001.0.0.04.122.0301.2031.3.3.90.39.99.00 - 0100000000
Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica 15.000,00
03.001.0.0.04.122.0301.2031.4.4.90.52.48.00 - 0100000000
Veículos Diversos 87.000,00
03.001.0.0.04.122.0301.2031.4.4.90.52.99.00 - 0100000000
Outros Materiais Permanentes 150.000,00
03.001.0.0.04.126.0302.2126 .4.4.90.52.48.00 - 0100000000
Veículos Diversos 33.000,00
03.001.0.0.04.126.0302.2126 .4.4.90.52.99.00 - 0100000000
Outros Materiais Permanentes 8.000,00
03.001.0.0.04.453.0307.2167 .4.4.90.52.48.00 - 0100000000
Veículos Diversos 9.000,00
03.001.0.0.04.782.0307.2131 .4.4.90.52.48.00 - 0100000000
Veículos Diversos 26.000,00
03.003.0.0.04.122.0306.2192.3.3.90.39.00.00 – 0100000000
Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica 22.800,00

SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E OBRAS

05.001.0.0.04.122.0504.1163 .4.4.90.52.00.00 - 0100000000
Equipamentos e Material Permanentes 123.427,00
05.001.0.0.15.122.0505.2166 .3.3.90.30.00.00 - 0100000000
Material de Consumo 75.000,00
05.001.0.0.15.122.0505.2166 .3.3.90.36.00.00 - 0100000000
Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Fisica 20.000,00
05.001.0.0.15.122.0505.2166 .3.3.90.39.00.00 - 0100000000
Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica 544.000,00
05.001.0.0.15.122.0505.2166 .4.4.90.51.00.00 - 0100000000
Obras e Instalações 299.000,00
05.001.0.0.15.122.0505.2166 .4.4.90.51.00.00 - 0300000000
Obras e instalações 30.417,08
05.001.0.0.15.122.0505.2166 .4.4.90.52.00.00 - 0100000000
Equipamentos e Material Permanentes 7.000,00
05.001.0.0.15.451.0505.1055 .3.3.90.39.00.00 – 0200000000
Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica 171.000,00
05.001.0.0.15.451.0505.1056 .4.4.90.51.00.00 - 0100000000
Obras e Instalações 1.138,00

SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA

06.001.0.0.20.122.0601.2063 .3.3.50.41.00.00 - 0200000000
Contribuições 13.500,00
06.001.0.0.20.122.0601.2063 .3.3.90.30.99.00 - 0200000000
Outros Materiais de Consumo 4.000,00
06.001.0.0.20.122.0601.2063 .4.4.90.52.00.00 - 0200000000
Equipamentos e Material Permanentes 14.000,00
06.001.0.0.20.122.0602.2210 .3.3.50.41.00.00 – 0100000000
Contribuições 70.000,00
06.001.0.0.20.541.0601.1035 .4.4.90.52.00.00 - 0100000000
Equipamentos e Material Permanentes 4.000,00

SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO

07.001.0.0.04.122.0701.2022 .3.1.90.11.00.00 - 0200000000
Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil 32.900,00
07.001.0.0.04.122.0701.2022 .3.1.90.13.00.00 - 0200000000
Obrigações Patronais 4.900,00
07.001.0.0.04.122.0701.2022 .3.1.91.13.00.00 - 0200000000
Obrigações Patronais 200,00
07.001.0.0.04.122.0701.2022 .3.3.90.30.00.00 - 0200000000
Material de Consumo 1.710,00
07.001.0.0.04.122.0701.2022 .3.3.90.36.00.00 - 0200000000
Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física 8.000,00
07.001.0.0.04.122.0701.2022 .3.3.90.39.00.00 - 0200000000
Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica 30.274,00
07.001.0.0.04.122.0701.2022 .3.3.90.47.00.00 - 0100000000
Obrigações Tributárias e Contributivas 4.000,00
07.001.0.0.04.122.0701.2022 .4.4.90.61.00.00 - 0200000000
Aquisição de Imóveis 32.902,00

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

08.001.0.0.04.122.0801.2224 .3.3.90.47.00.00 - 0100000000
Obrigações Tributárias e Contributivas 4.000,00
08.001.0.0.10.122.0801.2156 .3.3.90.36.00.00 - 0100000000
Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física 8.000,00
08.001.0.0.10.122.0801.2156 .3.3.90.39.99.00 - 0100000000
Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica 34.048,00
08.001.0.0.10.122.0801.2156 .4.4.90.52.00.00 - 0100000000
Equipamentos e Material Permanentes 64.500,00
08.001.0.0.10.122.0801.2193 .3.3.90.39.00.00 - 0102000000
Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica 16.718,00
08.001.0.0.10.302.0804.2144 .3.3.90.39.99.00 - 0102000000
Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica 10.000,00
08.001.0.0.10.302.0804.2144 .4.4.90.52.00.00 – 0102000000
Equipamentos e Material Permanentes 155.000,00
08.001.0.0.10.304.0802.2154 .3.1.90.11.00.00 - 0102000000
Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil 23.000,00
08.001.0.0.10.304.0802.2154 .4.4.90.52.99.00 - 0102000000
Outros Materiais Permanentes 69.200,00
08.001.0.0.10.305.0802.2152 .3.1.91.13.00.00 - 0214000016
Obrigações Patronais 4.000,00
08.001.0.0.10.305.0802.2152 .4.4.90.52.00.00 - 0314000016
Equipamentos e Material Permanente 40.000,00
08.002.0.0.10.122.0804.2201 .3.3.90.30.00.00 - 0302000000
Material de Consumo 10.000,00
08.002.0.0.10.301.0803.1046 .4.4.90.51.00.00 - 0102000000
Obras e Instalações 42.148,99
08.002.0.0.10.301.0803.1047 .4.4.90.51.00.00 - 0102000000
Obras e Instalações 203.261,29
08.002.0.0.10.301.0803.2096 .3.1.90.11.00.00 - 0214000012
Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil 6.200,00
08.002.0.0.10.301.0803.2096 .3.1.91.13.00.00 - 0202000000
Obrigações Patronais 10.000,00
08.002.0.0.10.301.0803.2096 .3.3.90.39.78.00 - 0214000010
Limpeza e Conservação 4.300,00
08.002.0.0.10.301.0803.2097.3.1.91.13.00.00 - 0202000000
Obrigações Patronais 8.000,00
08.002.0.0.10.301.0803.2097.3.3.90.39.78.00 - 0214000010
Limpeza e Conservação 4.300,00
08.002.0.0.10.301.0803.2098 .3.1.91.13.00.00 - 0202000000
Obrigações Patronais 8.000,00
08.002.0.0.10.301.0803.2098 .3.3.90.36.00.00 - 0202000000
Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física 3.000,00
08.002.0.0.10.301.0803.2098 .3.3.90.39.78.00 - 0214000010
Limpeza e Conservação 4.300,00
08.002.0.0.10.301.0803.2098 .3.3.90.39.99.00 - 0202000000
Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica 2.000,00
08.002.0.0.10.301.0803.2099 .3.1.90.11.00.00 - 0214000012
Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil 10.000,00
08.002.0.0.10.301.0803.2099 .3.3.90.39.78.00 - 0214000010
Limpeza e Conservação 4.300,00
08.002.0.0.10.301.0803.2100 .3.3.90.39.78.00 - 0214000010
Limpeza e Conservação 4.300,00
08.002.0.0.10.301.0803.2101.3.1.90.11.00.00 - 0214000012
Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil 10.300,00
08.002.0.0.10.301.0803.2101.3.1.90.16.00.00 - 0214000012
Outras Despesa Variáveis – Pessoal Civil 800,00
08.002.0.0.10.301.0803.2101.3.3.90.39.78.00 - 0214000010
Limpeza e Conservação 4.300,00
08.002.0.0.10.301.0803.2102 .3.1.90.11.00.00 - 0214000012
Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil 13.200,00
08.002.0.0.10.301.0803.2102 .3.3.90.39.78.00 - 0214000010
Limpeza e Conservação 4.300,00
08.002.0.0.10.301.0803.2103 .3.3.90.39.78.00 - 0214000010
Limpeza e Conservação 4.300,00
08.002.0.0.10.301.0803.2105 .3.1.90.11.00.00 - 0202000000
Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil 26.000,00
08.002.0.0.10.301.0803.2105 .3.3.90.39.78.00 - 0214000010
Limpeza e Conservação 4.300,00
08.002.0.0.10.301.0803.2107 .3.1.90.11.00.00 - 0214000012
Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil 12.000,00
08.002.0.0.10.301.0803.2107 .3.1.90.16.00.00 - 0214000010
Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil 2.000,00
08.002.0.0.10.301.0803.2107 .3.3.90.39.78.00 - 0214000010
Limpeza e Conservação 4.300,00
08.002.0.0.10.301.0803.2108 .3.1.91.13.00.00 - 0202000000
Obrigações Patronais 5.000,00
08.002.0.0.10.301.0803.2108 .3.3.90.39.78.00 - 0214000010
Limpeza e Conservação 4.300,00
08.002.0.0.10.301.0803.2199 .4.4.90.52.00.00 - 0214000010
Equipamentos e Material Permanentes 10.000,00
08.002.0.0.10.302.0804.2148 .3.3.90.30.99.00 - 0202000000
Outros Materiais de Consumo 8.000,00

08.002.0.0.10.302.0804.2148 .4.4.90.51.00.00 – 0202000000
Obras e Instalações 364.266,95
SECRETARIA MUNICIPAL CIDADANIA E HABITAÇÃO
09.002.0.0.08.122.0901.2039 .3.3.90.39.99.00 - 0200000000
Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica 10.000,00
09.002.0.0.08.122.0902.2048.3.3.90.36.00.00 - 0200000000
Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica 2.000,00
09.004.0.0.08.122.0904.2177 .3.1.90.11.00.00 - 0200000000
Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil 12.000,00
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇAO
10.001.0.0.04.122.1001.2228 .3.3.90.30.00.00 - 0101000000
Material de Consumo 5.000,00
10.001.0.0.12.122.1001.2056 .3.3.90.39.00.00 - 0101000000
Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica 30.000,00
10.001.0.0.12.122.1010.2086 .4.4.90.52.00.00 - 0215000049
Equipamentos e Material Permanentes 18.000,00
10.001.0.0.12.122.1010.2086 .4.4.90.52.00.00 - 0315000049
Equipamentos e Material Permanentes 32.245,00
10.001.0.0.12.361.1004.2058 .3.3.90.39.00.00 - 0201000000
Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica 20.000,00
10.001.0.0.12.361.1004.2258 .3.3.90.39.00.00 - 0101000000
Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica 272.000,00
10.001.0.0.12.361.1009.2085 .3.3.90.30.00.00 - 0201000000
Material de Consumo 55.000,00
10.001.0.0.12.361.1009.2085 .3.3.90.39.00.00 - 0201000000
Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica 10.000,00
10.001.0.0.12.365.1003.2089 .3.3.90.39.00.00 - 0201000000
Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica 222.000,00
10.002.0.0.12.361.1004.2060 .3.1.91.13.00.00 - 0218000036
Obrigações Patronais 50.000,00
SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA E TURISMO
15.002.0.0.13.122.1501.2714 .3.3.90.30.00.00 – 0200000000
Material de Consumo 30.000,00
15.002.0.0.13.122.1501.2714 .3.3.90.36.00.00 - 0200000000
Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física 10.000,00
15.002.0.0.13.122.1501.2714 .3.3.90.39.00.00 – 0200000000
Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica 15.000,00
15.002.0.0.13.122.1501.2714 .4.4.90.52.00.00 - 0200000000
Equipamentos e Material Permanentes 20.000,00

Art. 2º - Para cumprimento do artigo anterior e de acordo com o art. 43, parágrafo 1º inciso III da Lei Federal nº 4.320/64 ficam parcialmente anuladas as seguintes dotações orçamentárias:

GABINETE DO PREFEITO
02.002.0.0.04.122.0201.2002 .3.3.90.14.00.00 - 020000000
Diárias – Civil 1.500,00
02.002.0.0.04.122.0201.2002 .3.3.90.39.00.00 - 020000000
Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica 8.000,00
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO, GESTÃO E ORÇAMENTO
03.001.0.0.04.122.0301.2031 .3.1.90.11.00.00 - 020000000
Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil 6.000,00
03.001.0.0.04.122.0301.2031 .3.3.50.43.00.00 - 010000000
Subvenções Sociais 15.000,00
03.001.0.0.04.126.0302.2111.4.4.90.52.00.00 - 010000000
Equipamentos e Material Permanentes 8.000,00
03.001.0.0.04.453.0307.2167 .4.4.90.52.99.00 - 010000000
Outros Materiais Permanentes 20.000,00
03.001.0.0.04.782.0307.2131 .3.3.90.14.00.00 - 010000000
Diárias - Civil 5.000,00
03.004.0.0.04.122.0314.2197 .3.1.90.11.00.00 - 020000000
Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil 362.800,00
03.004.0.0.04.122.0314.2197 .3.3.90.30.00.00 - 010000000
Material de Consumo 10.000,00
03.004.0.0.04.122.0314.2197 .3.3.90.36.00.00 - 010000000
Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física 10.000,00
03.004.0.0.04.122.0314.2197 .4.4.90.52.00.00 - 010000000
Equipamentos e Material Permanentes 10.000,00
SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E OBRAS
05.001.0.0.04.122.0504.2138 .3.3.90.30.01.00 - 010000000
Combustíveis e Lubrificantes 607.427,00
05.001.0.0.04.122.0504.2139 .3.3.90.30.00.00 - 010000000
Material de Consumo 427.000,00
05.001.0.0.04.122.0504.2139 .4.4.90.52.00.00 - 010000000
Equipamentos e Material Permanentes 50.000,00
05.001.0.0.04.452.0503.2161.3.3.90.36.00.00 - 010000000
Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física 10.000,00
05.001.0.0.04.452.0503.2161.4.4.90.52.00.00 – 010000000
Equipamentos e Material Permanentes 5.000,00
05.001.0.0.04.572.0502.2160 .3.3.90.30.00.00 - 010000000
Material de Consumo 15.000,00
05.001.0.0.15.451.0505.1055 .3.3.90.36.00.00 - 020000000
Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física 1.138,00
05.001.0.0.15.451.0505.1056 .3.3.90.36.00.00 - 010000000
Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física 10.000,00
05.001.0.0.15.451.0505.1056 .3.3.90.36.00.00 - 020000000
Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física 80.000,00
SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA
06.001.0.0.20.125.0604.2112 .3.3.90.30.00.00 - 020000000
Material de Consumo 4.300,00
06.001.0.0.20.125.0604.2112 .3.3.90.36.00.00 - 020000000
Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física 10.000,00
06.001.0.0.20.125.0604.2112 .4.4.90.52.00.00 - 020000000
Equipamentos e Material Permanentes 7.200,00
06.001.0.0.20.607.0602.1330 .4.4.50.43.00.00 - 020000000
Subvenções Sociais 70.000,00
SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO
07.001.0.0.04.122.0701.2022 .3.1.90.04.00.00 - 020000000
Contratação por Tempo Determinado 200,00
07.001.0.0.04.122.0701.2022 .3.3.90.14.00.00 - 020000000
Diárias 2.900,00
07.001.0.0.04.122.0701.2022 .3.3.90.33.00.00 - 020000000
Passagens e Despesas com Locomoção 2.000,00
07.001.0.0.04.122.0701.2022 .4.4.50.42.00.00 - 020000000
Auxílios 4.005,00
07.001.0.0.04.122.0701.2022 .4.4.90.52.00.00 - 020000000
Equipamentos e Material Permanentes 3.795,00
07.001.0.0.04.122.0701.2023.3.1.90.11.00.00 - 020000000
Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil 6.900,00
07.001.0.0.04.122.0701.2023.3.3.90.36.00.00 - 020000000
Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física 1.800,00
07.001.0.0.04.122.0701.2023.3.3.90.39.00.00 – 020000000
Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica 10.000,00
07.001.0.0.04.122.0701.2023.4.4.90.51.00.00 - 020000000
Obras e Instalações 10.000,00
07.001.0.0.04.122.0701.2023.4.4.90.52.00.00 - 020000000
Equipamentos e Material Permanentes 674,00
07.001.0.0.04.122.0702.1296 .4.6.90.71.00.00 - 020000000
Principal da dívida Contratual 32.902,00
07.001.0.0.04.334.0702.2038 .3.3.90.36.00.00 - 020000000
Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física 39.710,00
07.001.0.0.26.453.0704.1041 .4.4.90.51.00.00 - 020000000
Obras e Instalações 35.000,00
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
08.001.0.0.10.122.0801.2156.3.3.90.32.01.00 - 010000000
Material, Bem ou Serviço para Distribuição Gratuita 4.000,00
08.001.0.0.10.122.0801.2156.3.3.90.39.47.00 - 010000000
Serviços de Comunicação em Geral 36.100,00
08.001.0.0.10.302.0804.2144 .3.1.90.11.00.00 - 010200000
Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoa Civil 12.800,00
08.001.0.0.10.305.0802.2152 .3.1.90.04.00.00 - 021400001
Contratação por Tempo Determinado 4.000,00
08.001.0.0.10.305.0802.2152 .3.3.90.30.00.00 - 031400001
Material de Consumo 40.000,00
08.002.0.0.10.301.0803.2096 .3.1.90.11.00.00 - 020200000
Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil 28.000,00
08.002.0.0.10.301.0803.2096 .3.3.90.39.44.00 - 020200000
Serviços de Água e Esgoto 1.949,96
08.002.0.0.10.301.0803.2096 .3.3.90.39.78.00 - 020200000
Limpeza e Conservação 200,00
08.002.0.0.10.301.0803.2097 .3.1.90.11.00.00 - 020200000
Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil 8.000,00
08.002.0.0.10.301.0803.2097 .3.3.90.33.00.00 – 020200000
Passagens e Despesas com Locomoção 900,00
08.002.0.0.10.301.0803.2097 .3.3.90.39.78.00 – 020200000

Limpeza e Conservação 900,00
08.002.0.0.10.301.0803.2098 .3.1.90.04.00.00 - 020200000
Contratação por Tempo Determinado 3.000,00
08.002.0.0.10.301.0803.2098 .3.1.90.11.00.00 - 010200000
Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil 8.000,00
08.002.0.0.10.301.0803.2098 .3.3.90.33.00.00 - 020200000
Passagens e Despesas com Locomoção 220,00
08.002.0.0.10.301.0803.2098 .3.3.90.39.43.00 - 020200000
Serviços de Energia Elétrica 2.000,00
08.002.0.0.10.301.0803.2098 .3.3.90.39.47.00 – 020200000
Serviços de Comunicação em Geral 392,00
08.002.0.0.10.301.0803.2098 .3.3.90.39.78.00 – 020200000
Limpeza e Conservação 940,00
08.002.0.0.10.301.0803.2099 .3.1.90.04.00.00 - 020200000
Contratação por Tempo Determinado 8.000,00
08.002.0.0.10.301.0803.2099 .3.3.90.33.00.00 - 020200000
Passagens e Despesas com Locomoção 800,00
08.002.0.0.10.301.0803.2099 .3.3.90.39.47.00 - 020200000
Serviços de Comunicação em Geral 1.200,00
08.002.0.0.10.301.0803.2099 .3.3.90.39.78.00 - 020200000
Limpeza e Conservação 300,00
08.002.0.0.10.301.0803.2100 .3.1.90.11.00.00 - 021400001
Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil 12.200,00
08.002.0.0.10.301.0803.2100 .3.1.90.16.00.00 - 021400001
Outras Despesas Variáveis – Pessoal Civil 2.000,00
08.002.0.0.10.301.0803.2100 .3.3.90.33.00.00 - 020200000
Passagens e Despesas com Locomoção 940,00
08.002.0.0.10.301.0803.2100 .3.3.90.39.47.00 - 020200000
Serviços de Comunicação em Geral 1.410,00
08.002.0.0.10.301.0803.2100 .3.3.90.39.78.00 - 020200000
Limpeza e Conservação 580,00
08.002.0.0.10.301.0803.2101 .3.3.90.33.00.00 - 020200000
Passagens e Despesas com Locomoção 950,00
08.002.0.0.10.301.0803.2101 .3.3.90.39.47.00 - 020200000
Serviços de Comunicação em Geral 1.425,00
08.002.0.0.10.301.0803.2101 .3.3.90.39.78.00 - 020200000
Limpeza e Conservação 950,00
08.002.0.0.10.301.0803.2102 .3.1.90.11.00.00 - 020200000
Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil 26.000,00
08.002.0.0.10.301.0803.2102 .3.3.90.33.00.00 - 020200000
Passagens e Despesas com Locomoção 430,00
08.002.0.0.10.301.0803.2102 .3.3.90.39.47.00 - 020200000
Serviços de Comunicação em Geral 709,00
08.002.0.0.10.301.0803.2103 .3.3.90.33.00.00 - 020200000
Passagens e Despesas com Locomoção 640,00
08.002.0.0.10.301.0803.2103 .3.3.90.39.78.00 - 020200000
Limpeza e Conservação 640,00
08.002.0.0.10.301.0803.2104.3.1.90.11.00.00 - 021400001
Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil 14.000,00
08.002.0.0.10.301.0803.2104.3.3.90.39.78.00 - 020200000
Limpeza e Conservação 740,00
08.002.0.0.10.301.0803.2107 .3.3.90.33.00.00 - 020200000
Passagens e Despesas com Locomoção 650,00
08.002.0.0.10.301.0803.2107 .3.3.90.39.47.00 - 020200000
Serviços de Comunicação em Geral 235,00
08.002.0.0.10.301.0803.2107 .3.3.90.39.78.00 - 020200000
Limpeza e Conservação 650,00
08.002.0.0.10.301.0803.2108 .3.1.90.11.00.00 - 010200000
Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil 5.000,00
08.002.0.0.10.301.0803.2108 .3.1.90.11.00.00 - 021400001
Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil 18.500,00
08.002.0.0.10.301.0803.2108 .3.3.90.33.00.00 - 020200000
Passagens e Despesas com Locomoção 1.100,00
08.002.0.0.10.301.0803.2133 .3.1.90.11.00.00 - 020200000
Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil 53.548,00
08.002.0.0.10.301.0803.2199 .3.3.90.30.99.00 - 020200000
Outros Materiais de Consumo 84.297,98
08.002.0.0.10.301.0803.2199 .3.3.90.30.99.00 - 021400001
Outros Materiais de Consumo 57.300,00
08.002.0.0.10.301.0803.2200 .4.4.90.52.00.00 - 010200000
Equipamentos e Material Permanentes 36.000,00
08.002.0.0.10.301.0803.2262.3.1.90.04.00.00 - 020200000
Contratação por Tempo Determinado 5.000,00
08.002.0.0.10.301.0803.2262.3.1.90.11.00.00 - 010200000
Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil 45.000,00
08.002.0.0.10.301.0803.2262.3.1.90.11.00.00 - 020200000
Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil 110.000,00
08.002.0.0.10.301.0803.2262.3.3.90.33.00.00 - 020200000
Passagens e Despesas com Locomoção 500,00
08.002.0.0.10.301.0803.2262.3.3.90.36.00.00 - 020200000
Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física 3.250,00
08.002.0.0.10.301.0803.2262.3.3.90.39.43.00 - 020200000
Serviços de Energia Elétrica 5.000,00
08.002.0.0.10.301.0803.2262.3.3.90.39.47.00 – 020200000
Serviços de Comunicação em Geral 750,00
08.002.0.0.10.301.0803.2262.3.3.90.39.78.00 - 020200000
Limpeza e Conservação 500,00
08.002.0.0.10.302.0804.2119 .3.1.90.11.00.00 - 020200000
Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil 156.112,30
08.002.0.0.10.302.0804.2119 .3.1.90.16.07.00 - 020200000
Plantões 32.827,00
08.002.0.0.10.302.0804.2119 .3.3.90.39.43.00 - 020200000
Serviços de Energia Elétrica 9.200,00
08.002.0.0.10.302.0804.2119 .3.3.90.39.47.00 – 020200000
Serviços de Comunicação em Geral 7.000,00
08.002.0.0.10.302.0804.2145 .4.4.90.51.00.00 - 010200000
Obras e Instalações 45.000,00
08.002.0.0.10.302.0804.2148 .3.1.90.04.00.00 - 020200000
Contratação por Tempo Determinado 5.500,00
08.002.0.0.10.302.0804.2149 .3.1.90.04.00.00 - 020200000
Contratação por Tempo Determinado 5.500,00
08.002.0.0.10.302.0804.2149 .3.1.90.11.00.00 - 020200000
Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil 24.737,90
08.002.0.0.10.302.0804.2149 .3.3.90.39.47.00 - 020200000
Serviços de Comunicação em Geral 600,00
08.002.0.0.10.302.0804.2149 .3.3.90.39.99.00 - 020200000
Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica 152.718,00
08.002.0.0.10.302.0804.2151 .3.3.50.43.05.00 - 020200000
Subvenções Sociais - Conv.Org.Sociais de Saúde - Infraestrutura 14.637,51
08.002.0.0.10.302.0804.2221 .3.1.90.04.00.00 - 010200000
Contratação por Tempo Determinado 3.300,00
08.002.0.0.10.302.0804.2222 .3.1.90.04.00.00 - 020200000
Contratação por Tempo Determinado 3.465,00
08.002.0.0.10.302.0804.2222 .3.1.90.11.00.00 – 020200000
Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil 17.906,18
08.002.0.0.10.302.0804.2222 .3.3.90.39.78.00 - 020200000
Limpeza e Conservação 10.000,00
08.002.0.0.10.303.0805.2120 .4.4.90.51.00.00 - 010200000
Obras e Instalações 56.406,40
08.002.0.0.10.303.0805.2134 .3.1.90.11.00.00 - 010200000
Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil 20.000,00
08.002.0.0.10.303.0805.2134 .3.3.90.30.01.00 – 010200000
Combustíveis e Lubrificantes 2.000,00
08.002.0.0.10.303.0805.2134 .3.3.90.33.00.00 - 010200000
Passagens e Despesas com Locomoção 436,00
08.002.0.0.10.303.0805.2134 .3.3.90.39.43.00 - 030200000
Serviços de Energia Elétrica 10.000,00

SECRETARIA MUNICIPAL CIDADANIA E HABITAÇÃO

09.002.0.0.08.122.0901.2041 .3.1.90.13.00.00 - 020000000
Obrigações Patronais 8.000,00
09.002.0.0.08.242.0902.2051 .3.3.90.36.00.00 - 020000000
Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física 2.000,00
09.002.0.0.08.242.0902.2051 .3.3.90.39.00.00 – 020000000
Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica 10.000,00

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇAO

10.001.0.0.04.306.1002.2075.4.4.90.52.00.00 - 010000000
Equipamentos e Material Permanentes 5.000,00
10.001.0.0.12.122.1001.2056 .3.1.90.16.00.00 - 010100000
Outras Despesas Variáveis - Pe 50.000,00
10.001.0.0.12.122.1010.2086 .3.3.90.30.00.00 - 031500004
Material de Consumo 32.245,00
10.001.0.0.12.122.1010.2086 .3.3.90.39.00.00 - 021500004
Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica 18.000,00
10.001.0.0.12.361.1004.2061 .3.3.90.30.00.00 - 020100000
Material de Consumo 15.000,00
10.001.0.0.12.361.1004.2061 .3.3.90.39.00.00 - 020100000
Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica 25.000,00

10.001.0.0.12.361.1004.2061 .4.4.90.52.00.00 - 010100000
Equipamentos e Material Permanentes 15.000,00
10.001.0.0.12.361.1004.2265 .3.3.90.36.00.00 - 010100000
Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física 10.000,00
10.001.0.0.12.365.1003.2057 .3.1.90.11.00.00 - 010100000
Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil 494.000,00
10.002.0.0.12.361.1004.2060 .3.1.90.16.00.00 - 021800003
Outras Despesas Variáveis - Pe 50.000,00
SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA E TURISMO
15.002.0.0.13.392.1501.2173 .3.3.90.30.00.00 - 020000000
Material de Consumo 4.000,00
15.002.0.0.13.392.1501.2173 .4.4.90.51.00.00 - 020000000
Obras e Instalações 5.000,00
15.002.0.0.13.392.1501.2707 .3.3.90.30.00.00 - 020000000
Material de Consumo 5.000,00
15.003.0.0.13.392.1501.2713 .3.3.90.30.00.00 - 020000000
Material de Consumo 35.000,00
15.003.0.0.13.392.1501.2713 .3.3.90.36.00.00 - 020000000
Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física 30.000,00
SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE
16.001.0.0.18.541.1602.2767 .3.3.90.30.00.00 - 030000000
Material de Consumo 30.417,08
16.001.0.0.18.542.1605.2362 .3.3.90.30.00.00 - 020000000
Material de Consumo 9.000,00
16.001.0.0.18.606.1601.2764 .4.4.90.52.00.00 - 010000000
Equipamentos e Material Permanentes 5.000,00

Art. 3º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4° - Revogam-se as disposições em contrário.

Lucas do Rio Verde, 02 de maio de 2014.

OTAVIANO OLAVO PIVETTA
Prefeito Municipal

MARIA APARECIDA MARIN ROSSATO
Sec. de Finanças

Registre-se e
Publique-se

Publicado por:
Andre Pezzini
Código Identificador:CD47C306

PREFEITURA MUNICIPAL
DECRETO Nº 2662, DE 05 DE MAIO DE 2014

Determina o horário especial de funcionamento do comércio no dia 10 de maio de 2014 (véspera de comemoração do dia das mães).

OTAVIANO OLAVO PIVETTA, Prefeito Municipal de Lucas do Rio Verde, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial no art. 54, IV, da Lei Orgânica, e com base no artigo 121, da Lei Complementar n.º 60/2008.

Considerando a manifestação da ACILVE – Associação Comercial e Industrial de Lucas do Rio Verde no sentido de se estabelecer horário especial de funcionamento do comércio no dia 10 do mês de maio de 2014;

DECRETA:

Art. 1º Fica determinado horário especial e facultativo de funcionamento do comércio no dia 10/05/2014, conforme abaixo:

Dia	Horário
10/05/2014 (sábado)	Das 7:00 às 17:00 horas

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3° Ficam revogadas as disposições em contrário.

Lucas do Rio Verde, 05 de maio de 2014.

OTAVIANO OLAVO PIVETTA
Prefeito Municipal em Exercício

MARIA APARECIDA MARIN ROSSATO
Secretária de Finanças

Registre-se e
Publique-se

Publicado por:
Andre Pezzini
Código Identificador:9D3E3891

PREFEITURA MUNICIPAL
DECRETO Nº 2663, DE 05 DE MAIO DE 2014

Abre Crédito Especial e dá outras providências.

OTAVIANO OLAVO PIVETTA, Prefeito Municipal, de Lucas do Rio Verde, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e especialmente a Lei nº. 2257/2014:

DECRETA

Art. 1º - Fica aberto no Orçamento do Município um Crédito Especial no valor de R$ 30.000,00 (trinta mil reais), para atender as seguintes dotações:
SECRETARIA MUNICIPAL CIDADANIA E HABITAÇÃO
09.002.0.0.08.122.0901.2039 .4.4.50.42.00.00 - 0200000000
Auxílios 30.000,00

Art. 2º - Para cumprimento do artigo anterior e de acordo com o art. 43, parágrafo 1º inciso III da Lei Federal nº 4.320/64 ficam parcialmente anuladas as seguintes dotações orçamentárias:

SECRETARIA MUNICIPAL CIDADANIA E HABITAÇÃO
09.002.0.0.08.244.0903.2335 .3.3.90.30.00.00 - 020000000
Material de Consumo 30.000,00

Art. 3º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4° - Revogam-se as disposições em contrário.

Lucas do Rio Verde, 05 de maio de 2014.

OTAVIANO OLAVO PIVETTA
Prefeito Municipal

MARIA APARECIDA MARIN ROSSATO
Sec. de Finanças

Registre-se e
Publique-se

Publicado por:
Andre Pezzini
Código Identificador:CFF54E77

PREFEITURA MUNICIPAL
DECRETO Nº 2.664, DE 05 DE MAIO DE 2014.

Altera a composição do "Comitê de Investimentos do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Lucas do Rio Verde-MT, e dá outras providências.

O Prefeito do Município de Lucas do Rio Verde, Estado de Mato Grosso, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei, e;

D E C R E T A:

Art. 1º Fica alterado Comitê de Investimentos do PREVILUCAS referente ao representante do Conselho Curador, que passa a ser representado pelo seguinte membro:

III- 01 (um) representantes do Conselho Curador

Junior Amaral Lima

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário

Município de Lucas do Rio Verde, 05 de maio de 2014.

OTAVIANO OLAVO PIVETTA
Prefeito Municipal

ANDRESSA LUCIANA FRIZZO
Diretora do Previlucas

Registre-se e
Publique-se

Publicado por:
Andre Pezzini
Código Identificador:4DBA5AF5

PREFEITURA MUNICIPAL
DECRETO Nº2.665, DE 15 DE MAIO DE 2014

Aprova o loteamento urbano denominado "Loteamento Vida Nova II".

MIGUEL VAZ RIBEIRO, Prefeito em Exercício de Lucas do Rio Verde, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, em especial no art. 54, IV, da Lei Orgânica e a Lei Complementar Municipal nº 56/2007,

DECRETA:

Art. 1o Fica aprovado o loteamento urbano denominado ***"Loteamento Urbano Vida Nova II",*** localizado no Lote 38-H, Quadra 999, Setor 35, Município de Lucas do Rio Verde/MT, de propriedade da empresa Novo Tempo Empreendimentos Imobiliário Ltda, inscrita no CNPJ nº 10.493.813/0001-34, com sede na Rua Concórdia 172-S, Município de Lucas do Rio Verde-MT, imóvel registrado sob matricula nº 28.160 do Cartório de Registro de Imóveis de Lucas do Rio Verde**,** com área total de 241.324,96 m²(duzentos e quarenta e um mil, trezentos e vinte e quatro metros quadrados e nove mil e seiscentos centímetros quadrados), assim distribuídos:

•Área dos Lotes 127.437,55m2 52,807%

•Área Institucional 12.300,69m² 5,097%

•Área Verde 24.197,61m² 10,027%

•Área de Arruamento 77.389,11 m² 32,069%

•**Total da Área Loteada 241.324,96m² 100,00%**

Art. 2o A **descrição do perímetro** da área loteada é a seguinte: Inicia-se a descrição deste perímetro no ponto P-07, de coordenadas N 243.745.780m e E 152.187.183m, situado na divisa do Lote 39F com o Lote 22 da Quadra 40 do Loteamento Jaime Seiti Fujii II, deste segue confrontando com os Lotes 22 a 01 da Quadra 40, Rua Fujii 16 e Lotes 17 a 01 da Quadra 46 do Loteamento Jaime Seiti Fujii II, com azimute de 224°46'15" e distância de 430,13 metros, até o ponto P-18, de coordenadas N 243.440,418m e E 151.884,254m, deste segue confrontado com o Lote 40, com azimute de 266°20'55" e distância de 964,38 metros, até o ponto P-04, de coordenadas N 243.379,002 e E 150.921,827m, deste segue confrontando com o Lote 38G, com azimute de 44°46'15" e distância de 324,01 metros, até o ponto P-05, de coordenadas N 243.609,026m e E 151.150,019, deste segue confrontando com o Lote 39F, com azimute de 82°29'19" e distância de 1.046,14 metros, até o ponto P-07, ponto que deu início à descrição deste perímetro.

Art. 3o Faz parte integrante deste decreto o Anexo Único.

Art. 4o Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Lucas do Rio Verde, 15 de maio de 2014.

MIGUE*L VAZ RIBEIRO*
Prefeito Municipal em Exercício

ALAN TOGNI
Sec. Mun. de Obras e Infraestrutura

TOMAZ LEPORACI DE COUTO
Arquiteto e Urbanista
CAU n. A45734-5

CASSIO WENDERY MORAGA CARDOSO
Engenheiro Civil
CREA n. 1212865839

Registre-se e
Publique-se

ANEXO ÚNICO DO DECRETO Nº 2.665, DE 15 DE MAIO DE 2014.

TERMO DE COMPROMISSO

Aos quinze dias do mês de maio do ano de dois mil e quatorze, nesta cidade de Lucas do Rio Verde, Estado de Mato Grosso, na Prefeitura Municipal de Lucas do Rio Verde, Estado de Mato Grosso, na presença do Prefeito em Exercício Miguel Vaz Ribeiro e a empresa **Novo Tempo Empreendimentos Imobiliários Ltda.,** pessoa jurídica de direito privado devidamente inscrita no CNPJ sob o nº 10.493.813/0001-14, com sede na Rua Concórdia, nº 172-S, Bairro Centro, na cidade de Lucas do Rio Verde-MT, neste ato representada pelo sócio-proprietário Sr. **Flori Luiz Binotti**, brasileiro, casado, inscrito no CPF n° 383.827.090-87 e portador da Cédula de Identidade RG nº 7024343373 SSP/RS, residente e domiciliado na Rua Passo Fundo, 409-E, Bairro Pioneiro, na cidade de Lucas do Rio Verde-MT, firmaram o seguinte ajuste:

A Loteadora acima identificada é proprietária de um imóvel denominado Lote 38-H, Quadra 999, Setor 35, Município de Lucas do Rio Verde/MT, imóvel matriculado sob o nº 28.160 do CRI de Lucas do Rio Verde, tendo solicitado à Prefeitura Municipal de Lucas do Rio Verde, a aprovação de um Loteamento, com área total de 241.324,96 m²(duzentos e quarenta e um mil, trezentos e vinte e quatro metros quadrados e nove mil e seiscentos centímetros quadrados), que recebeu a denominação de "**Loteamento Urbano Vida Nova II".** Por este TERMO a empresa Loteadora compromete-se, de acordo com os dispositivos da Lei Municipal Complementar n. 56/2007 e Lei Federal n. 6.766 de 19 de dezembro de 1979, a dar fiel cumprimento às seguintes obrigações estabelecidas nas cláusulas a saber:

Cláusula Primeira: A Loteadora compromete-se a transferir para o patrimônio municipal, sem qualquer ônus para os cofres públicos, as áreas indicadas no projeto como área verde e área institucional, num total de 36.498,30m²(trinta e seis mil, quatrocentos e noventa e oito metros quadrados e três mil centímetros quadrados), bem como as áreas destinadas ao sistema viário do Loteamento, num total de 77.389,11m²(setenta e sete mil, trezentos e oitenta e nove metros quadrados e um mil e cem centímetros quadrados), e isso tão logo esteja ele devidamente registrado no Cartório do Registro de Imóveis competente.

Cláusula Segunda: A Loteadora compromete-se a executar, às próprias custas, dentro do prazo de dois **(02) anos**, a contar da aprovação do Loteamento, tudo de acordo com os projetos apresentados perante a Prefeitura Municipal, em estrita conformidade com o "cronograma físico-financeiro em anexo", as seguintes obras de infra-estrutura:
Abertura de vias de circulação, com quadras e lotes devidamente demarcados;
2.2. Execução de Terraplanagem;

2.3. Implantação de galerias e obras complementares para escoamento de águas pluviais;
2.4. Implantação de rede de esgotamento sanitário;
2.5. Implantação de rede de abastecimento de água potável;
2.6. Implantação de rede de abastecimento de energia elétrica e rede de iluminação pública;
2.7. Execução de pavimentação asfáltica, meio-fio com sarjetas e pintura das faixas de segurança para pedestres e ciclistas;
2.8. Execução da arborização das vias públicas e do projeto paisagístico;
2.9. Implantação das placas de nomenclatura das vias públicas.

Cláusula Terceira: Para garantia da execução das obras de infraestrutura de que trata a cláusula segunda retro, a Loteadora caucionará à Prefeitura Municipal de Lucas do Rio Verde, os imóveis assim denominados: quadra 40, lotes 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36 e 37; quadra 46, lotes 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31 e 32; quadra 106, lote 46; quadra 107, lotes 06 e 35; quadra 108, lotes 01, 02, 03, 04, 05, 06, 07, 08, 09, 10, 11, 12, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33 e 34; quadra 111, lotes 22 e 30; quadra 114, lotes 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19 e 20; quadra 115, lotes 01, 42 e 43; quadra 116, lotes 01, 32 e 33; quadra 118, lotes 01, 43 e 44; quadra 119, lotes 01, 33 e 34; quadra 125, lote 24, todos do Loteamento Urbano Vida Nova II, Lucas do Rio Verde os quais será objeto de escritura pública de caução mediante garantia hipotecária, lavrada no prazo de 30(trinta) dias após o registro do loteamento.

Cláusula Quarta: O Loteador compromete-se, cível e criminalmente, a registrar o referido loteamento e a abrir as matrículas dos respectivos lotes no cartório competente,

Estando assim justos e contratados, assinam o presente Termo na presença de duas testemunhas, maiores, capazes, aqui domiciliadas e residentes.

Lucas do Rio Verde, 15 de maio de 2014.

Município de Lucas do Rio Verde
MIGUEL VAZ RIBEIRO
Prefeito Municipal em Exercício

ALAN TOGNI
Sec. Mun. de Obras e Infraestrutura

TOMAZ LEPORACI DE COUTO
Arquiteto e Urbanista
CAU n. A45734-5

CASSIO WENDERY MORAGA CARDOSO
Engenheiro Civil
CREA n. 1212865839

NOVO TEMPO EMPREENDIMENTO IMOBILIÁRIOS LTDA
Sócio-proprietário

FLORI LUIZ BINOTTI
Loteador

Testemunhas:

1. _____
RG:_____
CPF: _____
2._____
RG: _____
CPF: _____

Publicado por:
Andre Pezzini
Código Identificador:CAD9BBF0

PREFEITURA MUNICIPAL
DECRETO N. 2666 DE 15 DE MAIO DE 2014.

Altera membros do Conselho Municipal de Assistência Social, nomeados pelo Decreto nº 2403 de 25 de setembro de 2012.

MIGUEL VAZ RIBEIRO, Prefeito Municipal em exercício de Lucas do Rio Verde, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições Legais, que lhe são conferidas por Lei:

DECRETA

Art. 1º Fica alterada a composição do Conselho Municipal de Assistência Social, a partir desta data, pelos seguintes membros:

Governamentais	Secretaria Municipal de Planejamento, Gestão e Orçamento	Suplente: Gisele Pereira Rodrigues
	Secretaria Municipal de Saúde	Titular: Vera Lúcia Marcon
		Suplente: Karina Xavier de Barros
Não Governamentais	Instituto Padre João Peter	Suplente: Alexandra Oitramari Bisatto

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Lucas do Rio Verde, 15 de maio de 2014.

MIGUEL VAZ RIBEIRO
Prefeito Municipal em Exercício

JANICE TEREZINHA ANGELI VAZ RIBEIRO
Secretária de Cidadania e Habitação

Registre-se e
Publique-se.

Publicado por:
Andre Pezzini
Código Identificador:6289A56D

PREFEITURA MUNICIPAL
DECRETO Nº. 2667, 15 DE MAIO 2014.

Abre Crédito Suplementar e dá outras providências.

MIGUEL VAZ RIBEIRO, Prefeito Municipal em Exercício de Lucas do Rio Verde, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e especialmente a Lei nº. 2188/2013.

DECRETA

Art. 1º - Fica aberto no Orçamento da Câmara Municipal um Crédito Suplementar no valor de R$ 500.000,00 (quinhentos mil reais), para atender as seguintes dotações:

01.001.01.031.0001.2188.33.90.39.00.00
Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica 300.000,00
01.001.01.031.0001.2188.31.90.11.00.00
Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil 200.000,00

Art. 2º - Para cumprimento do artigo anterior e de acordo com o art. 43, parágrafo 1º inciso III da Lei Federal nº 4.320/64 fica parcialmente anulada a seguinte dotação orçamentária:

01.001.01.031.0001.1061.44.90.51.00.00
Obras e Instalações 500.000,00

Art. 3º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4° - Revogam-se as disposições em contrário.

Lucas do Rio Verde-MT, 15 de maio de 2014.

MIGUEL VAZ RIBEIRO
Prefeito Municipal em Exercício

MARIA APARECIDA MARIN ROSSATO
Sec. de Finanças

Registre-se e
Publique-se

AJDA

Publicado por:
Andre Pezzini
Código Identificador:C4C84041

PREFEITURA MUNICIPAL
DECRETO N. 2668 DE 15 DE MAIO DE 2014.

Altera membros do Conselho Municipal do Idoso, nomeados pelo Decreto nº 2401 de 25 de setembro de 2012.

MIGUEL VAZ RIBEIRO, Prefeito Municipal em exercício de Lucas do Rio Verde, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições Legais, que lhe são conferidas por Lei:

DECRETA

Art. 1º Fica alterada a composição do Conselho Municipal do Idoso, a partir desta data, pelos seguintes membros:

Governamentais	Secretaria Municipal de Cidadania e Habitação	Titular: Janice T. A. Vaz Ribeiro
	Secretaria Municipal de Planejamento, Gestão e Orçamento	Titular: José Carlos de Oliveira
		Suplente: Juliana Tirloni Pinto
	Secretaria Municipal de Agricultura	Suplente: Silvia Fabiane Krause
	Defensoria Pública	Titular: Leandro Jesus Pizarro
	Câmara Municipal de Vereadores	Titular: Roberto Carvalho Barra
		Suplente: Francivaldo Afonso Vieira
Não Governamentais	Clube do Idoso "De Bem com a Vida"	Titular: Lúcia Lusa Joner
		Suplente: Armanda Roos
	Grupo Vida	Titular: Andressa Mayara da Silva Foletto
		Suplente: Marcia Anita C. P. Bergamann
	ONG – Amigos do Bem Grupo Francisco de Assis	Titular: Roseana Maria Monica de Oliveira
		Suplente: Andreia do Carmo Ferreira Braz

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Lucas do Rio Verde, 15 de maio de 2014.

MIGUEL VAZ RIBEIRO
Prefeito Municipal em Exercício

JANICE TEREZINHA ANGELI VAZ RIBEIRO
Secretária de Cidadania e Habitação

Registre-se e
Publique-se.

Publicado por:
Andre Pezzini
Código Identificador:7B98C33B

PREFEITURA MUNICIPAL
DECRETO N. 2669 DE 15 DE MAIO DE 2014.

Altera membros do Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional de Lucas do Rio Verde, nomeados pelo Decreto nº 2577 de 05 de novembro de 2013.

MIGUEL VAZ RIBEIRO, Prefeito Municipal em exercício de Lucas do Rio Verde, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições Legais, que lhe são conferidas por Lei:

DECRETA

Art. 1º Fica alterada a composição do Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional de Lucas do Rio Verde, a partir desta data, pelos seguintes membros:

Governamentais	Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente	Suplente: Silvia Fabiane Krause

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Lucas do Rio Verde, 15 de maio de 2014.

MIGUEL VAZ RIBEIRO
Prefeito Municipal em Exercício

JANICE TEREZINHA ANGELI VAZ RIBEIRO
Secretária de Cidadania e Habitação

Registre-se e
Publique-se.

Publicado por:
Andre Pezzini
Código Identificador:F225BD6C

PREFEITURA MUNICIPAL
DECRETO Nº. 2670, 21 DE MAIO DE 2014.

Abre Crédito Suplementar e dá outras providências.

MIGUEL VAZ RIBEIRO, Prefeito Municipal em Exercício de Lucas do Rio Verde, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e especialmente a Lei Nº. 2188/2013.

DECRETA

Art. 1º - Fica aberto no Orçamento do Município um Crédito Suplementar no valor de R$ 91.935,32 (noventa e um mil, novecentos e trinta e cinco reais e trinta e dois centavos), para atender as seguintes dotações:

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
08.002.0.0.10.302.0804.2274 .3.3.71.41.01.01 - 0214000000
Consórcio Intermunicipal de Saúde 91.935,32

Art. 2º - Para cumprimento do artigo anterior e de acordo com o art. 43, parágrafo 1º inciso II da Lei Federal nº 4.320/64, serão utilizados recursos de excesso de arrecadação.

Art. 3º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4° - Revogam-se as disposições em contrário.

Lucas do Rio Verde - MT, 21 de maio de 2014.

MIGUEL VAZ RIBEIRO
Prefeito Municipal em Exercício

MARIA APARECIDA MARIN ROSSATO
Sec. de Finanças

Registre-se e
Publique-se

Publicado por:
Andre Pezzini
Código Identificador:37D3ABD5

PREFEITURA MUNICIPAL
DECRETO N. 2.671, DE 23 DE MAIO DE 2014

Regulamenta os procedimentos do Cemitério Municipal Jardim da Paz, no Município de Lucas do Rio Verde e da outras providências.

MIGUEL VAZ RIBEIRO, Prefeito Municipal de Lucas do Rio Verde, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições erigidas no art. 30, da Constituição da República Federativa do Brasil, de 05 de outubro de 1988, e;

Considerando o art. 156 da Lei Orgânica de Lucas do Rio Verde, o qual diz serem os cemitérios de caráter secular e serão administrados pela autoridade municipal;

Considerando o art. 141, do Código de Posturas Municipais, que considera os cemitérios como de utilidade pública, e;

Considerando ser necessária a melhor regulamentação quanto aos procedimentos adotados para os sepultamentos no Cemitério Municipal Jardim da Paz.

DECRETA:

Art. 1º O Cemitério Municipal Jardim da Paz situados no âmbito do Município de Lucas do Rio Verde, assim como as empresas que realizam o serviço funerário, ficam sujeitas ao disposto neste Decreto, bem como ao contido na Lei Complementar nº 60, de 22 de abril de 2008.
Parágrafo único. O Cemitério Municipal Jardim da Paz é composto por dois setores, conforme o Anexo I, sendo o primeiro setor destinado ao cemitério horizontal tradicional (sepulturas já existentes) e o segundo setor destinado ao cemitério tipo parque ou jardim (etapa II).

Art. 2º O Cemitério Municipal Jardim da Paz tem por finalidade única e exclusiva o sepultamento de seres humanos.
Parágrafo único; O horário de funcionamento para sepultamentos se dará todos os dias, das 08h às 11h e das 13h às 18h.

Art. 3º É livre a prática de todos os cultos religiosos, desde que em consonância às leis, à moral e à ordem pública.

Art. 4º As pessoas que visitarem o Cemitério Municipal Jardim da Paz ou nele adentrarem deverão portar-se com o máximo respeito.
Parágrafo único; Ficam proibidas as seguintes condutas no interior do Cemitério Municipal Jardim da Paz:

•A entrada de pessoas ébrias ou em trajes inapropriados;

•A entrada de mercadores ambulantes;

•Depredar o patrimônio;

•Gravar inscrições públicas ou particulares dentro do cemitério ou em lápides;

•Distribuir, fixar anúncios ou quadros nas paredes, muros ou portas;

•Entrar acompanhado de animais de qualquer espécie sem guias e coleiras de segurança, e;

•Uso de bicicletas, motonetas, patins, skates e similares.

Art. 5º O Cemitério Municipal Jardim da Paz, no segundo setor, que obedece ao modelo padrão de "Cemitério Parque" é vedada qualquer construção acima do nível da superfície do jazigo, bem como:

•Plantar flores, árvores ou vegetais de qualquer espécie;

•Ornamentar as lápides com flores artificiais, imagens, estátuas e similares;

§ 1º No cemitério parque é permitida a ornamentação dos jazigos com flores naturais, a serem colocadas atrás das lápides, pelo prazo de dez (10) dias, ao que findos serão retiradas.
§ 2º Nas lapides do cemitério parque fica proibida a instalação de jarros e castiçais.
§ 3º Não será permitida a colocação de quaisquer acessórios ou enfeites que não os padronizados e autorizados pela Administração, conforme o contido no Anexo II, para o setor do cemitério parque, reservando-se esta o direito de proceder a padronização das sepulturas que estiverem em desacordo com seus padrões.

Art. 6º Para se proceder ao sepultamento é necessária a apresentação da Certidão de Óbito devidamente expedida pelo Cartório competente e a Guia de Sepultamento, bem como cópia ou da Certidão de Nascimento, ou da Certidão de Casamento, ou Carteira de Identidade (registro geral) do *de cujus*.
§ 1º; Quando houver, a apresentação de declaração de conservação do corpo (Ata de Conservação de Restos Mortais Humanos, Atestado de Formolização ou Atestado de Embalsamento).
§ 2º Em havendo vários sepultamentos designados para o mesmo dia, a ordem de sepultamento será determinada de acordo com a sequência de expedição da autorização de sepultamento com intervalo mínimo de 30 (trinta minutos) a cada sepultamento.

Art. 7º Todo o trabalho de sepultamento, exumações, remoções de restos mortais somente poderá ser realizado pelos funcionários do Cemitério Jardim da Paz.

Art. 8º Nenhum sepultamento ou exumação se fará sem a autorização por escrito da administração do cemitério e de seu representante legal.
Parágrafo único; Se procederá a exumação quando devidamente requerida pela autoridade judiciária.

Art. 9º Os restos mortais retirados dos jazigos, quando houverem, serão transferidos para o ossuário, devidamente embalados e com identificação.

Art. 10 Aos sábados, domingos e feriados não será efetuado nenhum tipo reabertura de jazigos para exumação para fins de traslado, salvo reaberturas para serviços de sepultamento.

Art. 11 Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito de Lucas do Rio Verde, 23 de maio de 2014.

MIGUEL VAZ RIBEIRO
Prefeito Municipal em Exercício

Publicado por:
Andre Pezzini
Código Identificador:4DC7F1F5

PREFEITURA MUNICIPAL
DECRETO N. 2672 DE 23 DE MAIO DE 2014.

Altera membros do Conselho Municipal de Habitação, nomeados pelo Decreto nº 2580 de 12 de novembro de 2013.

MIGUEL VAZ RIBEIRO, Prefeito Municipal em exercício de Lucas do Rio Verde, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições Legais, que lhe são conferidas por Lei:

DECRETA

Art. 1º Fica alterada a composição do Conselho Municipal de Habitação, a partir desta data, pelos seguintes membros:

Governamentais	Poder Executivo	Titular: Paulo Vicente Nunes
	Câmara Municipal de Vereadores	Titular: Pedro Fernandes de Góes

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Lucas do Rio Verde, 23 de maio de 2014.

MIGUEL VAZ RIBEIRO
Prefeito Municipal em Exercício

JANICE TEREZINHA ANGELI VAZ RIBEIRO
Secretária de Cidadania e Habitação

Registre-se e
Publique-se.

Publicado por:
Andre Pezzini
Código Identificador:22F0E21B

PREFEITURA MUNICIPAL
DECRETO Nº. 2673, 30 DE MAIO DE 2014.

Abre Crédito Especial e dá outras providências.

OTAVIANO OLAVO PIVETTA, Prefeito Municipal de Lucas do Rio Verde, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e especialmente a Lei Nº. 2269/2014.

DECRETA

Art. 1º - Fica aberto no Orçamento do Município um Crédito Especial no valor de R$ 1.000.000,00 (um milhão de reais), para atender as seguintes dotações:

SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E OBRAS
05.001.0.0.26.451.0505.1010 .4.4.50.42.00.00 - 0200000000
Auxílios 1.000.000,00

Art. 2º - Para cumprimento do artigo anterior e de acordo com o art. 43, parágrafo 1º inciso III da Lei Federal nº 4.320/64 ficam parcialmente anuladas as seguintes dotações orçamentárias:

SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E OBRAS
05.001.0.0.15.451.0505.1055 .3.3.90.39.00.00 - 020000000
Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica 207.328,00
05.001.0.0.26.451.0505.1226 .4.4.90.51.00.00 - 020000000
Obras e Instalações 100.000,00
05.001.0.0.26.451.0505.1228.4.4.90.51.00.00 - 020000000
Obras e Instalações 100.000,00
05.001.0.0.26.451.0505.1236 .3.3.90.30.00.00 - 020000000
Material de Consumo 105.000,00
05.001.0.0.26.451.0505.1236 .3.3.90.39.00.00 - 020000000
Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica 100.000,00
05.001.0.0.26.451.0509.1232 .4.4.90.51.00.00 - 020000000
Obras e Instalações 387.672,00

Art. 3º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4° - Revogam-se as disposições em contrário.

Lucas do Rio Verde, 30 de maio de 2014.

OTAVIANO OLAVO PIVETTA
Prefeito Municipal

MARIA APARECIDA MARIN ROSSATO
Sec. de Finanças

Registre-se e
Publique-se

Publicado por:
Andre Pezzini
Código Identificador:7A41FD85

PREFEITURA MUNICIPAL
LEI N. 2.261, DE 06 DE MAIO DE 2014

Poder Executivo

Autoriza o Poder Executivo Municipal a executar serviços com retroescavadeira nas chácaras dos agricultores familiares da Associação dos Produtores, Familiares e Agroextrativista do Projeto Trinta de Novembro e dá outras providências.

O Prefeito do Município de Lucas do Rio Verde, Estado de Mato Grosso. Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Autoriza o Poder Executivo Municipal a executar serviços com retroescavadeira nas chácaras dos pequenos agricultores da Associação dos Produtores, Familiares e Agroextrativista do Projeto Trinta de Novembro, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ n. 09.545.677/0001-80**,** com sede na Área Comunitária do Projeto Trinta de Novembro, com o objetivo de incentivar a agricultura familiar no Município de Lucas do Rio Verde, sendo os serviços assim especificados:

I - Chácara n. 04 de propriedade da Sra. Neila Wandescheer: serviço de limpeza do lote;
II - Chácara n. 12, de propriedade do Sr. Nilfo Wandescheer: para aterrar e recolher silagem antiga;
III - Chácara n. 13,de propriedade do Sr. Anselmo Perin: fechar valas;
IV - Chácara n. 14 de propriedade do Sr. Celito Trevisan: espalhar adubo e fechar uma vala;
V - Chácara n.16, de propriedade do Sr. João Biesfeld: serviço de limpeza e espalhar adubo;
VI - Chácara n. 22, de propriedade da Sra. Hercilia Prado de França, para espalhar adubo;
VII - Chácara n. 23, de propriedade do Sr. Décio Guadagnin: espalhar adubo;
VIII - Chácara n. 25, de propriedade do Sr. Valdelino de Souza Leal: espalhar adubo;
IX - Chácara n. 26, de propriedade do Sr. Miguel Splengler: limpeza do lote;
X - Chácara n. 27, de propriedade do Sr. Francisco Fernandes de Souza: para limpeza do lote e espalhar adubo orgânico; e
XI - Chácara n. 30, de propriedade do Sr. Valter Krause: para a realização de aterramento e limpeza do lote.

Art. 2º A Secretaria Municipal de Agricultura manterá o controle e cronograma dos serviços prestados.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Lucas do Rio Verde/MT, 06 de maio de 2014.

OTAVIANO OLAVO PIVETTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Andre Pezzini
Código Identificador:11CE20A9

PREFEITURA MUNICIPAL
LEI N. 2.262, DE 06 DE MAIO DE 2014

Poder Executivo

Altera a Lei n. 2.139, de 15 de Julho de 2013 e dá outras providências.

O Prefeito do Município de Lucas do Rio Verde, Estado de Mato Grosso. Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Altera a redação do art. 1º da Lei n. 2.139, de 15 de julho de 2013 e seu parágrafo único, que passam a vigorar com a seguinte redação:

"**Art. 1º** Autoriza o Poder Executivo Municipal aditivar o Convênio com a Fundação de Apoio a Pesquisa e Desenvolvimento Integrado Rio Verde, inscrita no CNPJ sob o n. 24.978.041/0001-15, sediada na MT 449, Km 08, neste Município, para a concessão de auxílio financeiro no valor de R$ 56.000,00 (cinquenta e seis mil reais), com finalidade custear parte de pesquisa com o objetivo de gerar, incentivar e fomentar os agricultores familiares ao conhecimento de

novas tecnologias voltadas para o cultivo de hortaliças, visando o comércio de raízes e bulbos em nossa região.

Parágrafo único. O pagamento do auxílio financeiro que se refere o *caput* deste artigo será em 16 (dezesseis) parcelas, onde as oito primeiras serão no valor de R$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos reais) cada, sendo a primeira parcela paga no quinto dia útil após a aprovação desta lei e as demais no quinto dia útil dos meses subsequente e, após, a prestação de contas mencionada no artigo 3º, e as demais parcelas terão o valor de R$ 4.500 (quatro mil e quinhentos reais).”

Art. 2º O art. 2º da Lei n. 2.139, de 15 de julho de 2013 passa a vigorar com a seguinte redação:

“**Art. 2º** As despesas decorrentes do auxílio financeiro de que trata o artigo 1º correrão a conta das seguintes dotações orçamentárias: **06.00100.20.122.0605.2210.3.3.50.00.00.00.999 (subvenções sociais), e 06.001.0.02.0.122.0601.20.122.0601.2063.3.3.50.41.00.00.0200000000 (contribuições).**

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Lucas do Rio Verde/MT, 06 de maio de 2014.

OTAVIANO OLAVO PIVETTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Andre Pezzini
Código Identificador:1623115B

PREFEITURA MUNICIPAL
LEI N. 2.263, DE 06 DE MAIO DE 2014

Poder Executivo

Autoriza o Poder Executivo Municipal a celebrar convênio de repasse de recursos financeiros com a Associação de Mulheres em Busca da Cidadania, Bairro Rio Verde e dá outras providências.

O Prefeito do Município de Lucas do Rio Verde, Estado de Mato Grosso. Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Autoriza o Poder Executivo Municipal a firmar Convênio com a Associação de Mulheres em Busca da Cidadania, Bairro Rio Verde, inscrita no CNPJ sob o n. 05.865.903/0001-59, sediada na Rua Sarandi n. 2344-E, Bairro Rio Verde, Lucas do Rio Verde - MT, para a concessão de auxílio financeiro no valor de R$ 8.000,00 (oito mil reais), com finalidade de apoiar a manutenção de oficinas de bordados, crochê, pintura em tecidos, confecções em bonecas, produção de *ecobegs* e da horta comunitária.

Parágrafo único. O pagamento do auxílio financeiro que se refere o *caput* deste artigo será feito em oito parcelas iguais, sendo a primeira parcela paga com a apresentação do projeto e as demais após a prestação de contas da parcela anterior.

Art. 2º O representante legal Associação de Mulheres em Busca da Cidadania, Bairro Rio Verde deverá prestar contas dos recursos recebidos ao Poder Executivo e Legislativo Municipal, devendo a referida prestação de contas conter, além do disposto nas Instruções Normativas do Controle Interno Municipal n. 15/2008 e n. 22/2009, a seguinte documentação:

I - original do extrato bancário de conta específica mantida pela entidade beneficiada, no qual esteja evidenciado o ingresso e a saída dos recursos recebidos;

II – cópia do comprovante de despesa (nota fiscal), acompanhado da declaração firmada por dirigente da entidade beneficiada, certificando que o material foi recebido ou o serviço foi prestado;
III - demonstrativo financeiro de aplicação de recursos;
IV - relatório firmado por dirigente da entidade beneficiária quanto ao cumprimento dos objetivos previstos quando da aplicação dos recursos repassados.

Art. 3º A Associação de Mulheres em Busca da Cidadania, Bairro Rio Verde deverá seguir na aquisição de materiais ou na contratação de serviço o princípio da economia de recursos, através do menor preço, efetuando pesquisa de mercado em no mínimo três estabelecimentos, devidamente comprovada na prestação de contas, observados os princípios da impessoalidade e economicidade, objetivando o melhor aproveitamento possível do dinheiro público.

Art. 4º A Associação de Mulheres em Busca da Cidadania, Bairro Rio Verde assume o compromisso de restituir ao Município o valor concedido, atualizado monetariamente desde a data do recebimento acrescido dos juros legais, na forma da legislação aplicável aos débitos para com a fazenda Municipal, nos seguintes casos:

I - quando não for executado o objeto da avença;
II - quando não for apresentada, no prazo exigido, a prestação de contas;
III - quando os recursos forem utilizados em finalidade diversa da estabelecida.

Art. 5º É reservado ao Município o direito de acompanhar e avaliar a execução dos serviços, fiscalizar “in loco” a utilização dos recursos e solicitar outras informações até 5 (cinco) anos, contados da aprovação de contas pelo TCE das contas do Município de Lucas do Rio Verde, correspondente ao ano de prestação de contas do auxílio.

Art. 6º As despesas decorrentes do auxílio financeiro de que trata o artigo 1º correrão a conta da seguinte dotação orçamentária: 09.002.0.0.08.122.0901.2039.3.3.50.41.00.00.0200000000 – Contribuições.

Art. 7º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 8º Revogam-se as disposições em contrário.

Lucas do Rio Verde/MT, 06 de maio de 2014.

OTAVIANO OLAVO PIVETTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Andre Pezzini
Código Identificador:F0471765

PREFEITURA MUNICIPAL
LEI N. 2.264, DE 06 DE MAIO DE 2014

Poder Executivo

Acrescenta e altera dispositivos na Lei n. 1.115, de 22 de dezembro de 2004.

O Prefeito do Município de Lucas do Rio Verde, Estado de Mato Grosso. Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Acrescenta o inciso IX ao artigo 2º da Lei Municipal n. 1.115, de 22 de dezembro de 2004, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“**Art. 2º …**
IX - contratação de profissionais para atender projetos de governo temporários e autorizados através de lei específica.”

Art. 2º Acrescenta o inciso V e altera o § 1º do artigo 4º da Lei Municipal n. 1.115, de 22 de dezembro de 2004, que passam a vigorar com a seguinte redação:

"**Art. 4º …**
V - até um ano, no caso do inciso IX do art. 2º.

§ 1º Excepcionalmente, desde que devidamente justificado, os prazos de contratação poderão ser prorrogados, nos casos do inciso I, II, IV, VII, VIII e IX do art. 2º."

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Lucas do Rio Verde/MT, 06 de maio de 2014.

OTAVIANO OLAVO PIVETTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Andre Pezzini
Código Identificador:3777B56F

PREFEITURA MUNICIPAL
LEI N. 2.265, DE 06 DE MAIO DE 2014

Poder Executivo

Autoriza a contratação temporária de pessoal para a realização do Projeto Cultural e da outras providências.

O Prefeito do Município de Lucas do Rio Verde, Estado de Mato Grosso. Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Autoriza a contratação dos profissionais constantes no Anexo I desta lei para a realização do Projeto denominado PARQUE CULTURAL, que tem como objetivo incentivar o desenvolvimento de crianças, adolescentes e jovens, com atividades socioeducativas, culturais, artísticas e de lazer, com a finalidade de ampliar a autonomia e a independência, promovendo a integração deste com comunidade.

Parágrafo único. Os requisitos, as atribuições, o numero de vagas, a carga horária e os vencimentos dos profissionais a serem contratados, estão elencados no Anexo I desta lei, contudo os profissionais contratados deverão ter disponibilidade para trabalhar aos finais de semana e feriados e quando solicitado pela Secretaria Municipal de Cultura e Turismo.

Art. 2º É vedado o desvio de função das pessoas contratadas na forma desta lei, sob pena de nulidade do ato.

Art. 3º O pessoal contratado nos termos desta lei não poderão:

I – receber atribuições, funções ou encargos não previstos no respectivo contrato, nem ser colocado a disposição de outro órgão ou entidade;
II – ser nomeado ou designado, ainda que a título precário ou em substituição, para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança.

Art. 4º Os profissionais do Parque Cultural serão admitidos em caráter temporário pelo período de 01 (um) ano, podendo e desde que justificado ser prorrogado por igual período.

Parágrafo único. As contratações se darão através de processo seletivo simplificado, nos temos da **Lei Municipal n. 1.115/2004 e suas alterações.**

Art. 5º O pessoal contratado por força da presente lei aplica-se o Regime Jurídico Administrativo e no que tange a relação previdenciária aplica-se o Regime Geral de Previdência Social, utilizando-se subsidiariamente a Lei Complementar n. 42/2006 (Estatuto do Servidor).

Art. 6º As despesas decorrentes da execução da presente lei serão suportadas pelas dotações orçamentárias próprias, consignadas no orçamento vigente, suplementadas se necessário.

Art. 7º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 8º Revogam-se as disposições em contrário.

Lucas do Rio Verde/MT, 06 de maio de 2014.

OTAVIANO OLAVO PIVETTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Andre Pezzini
Código Identificador:F2424804

PREFEITURA MUNICIPAL
LEI N. 2.266, DE 06 DE MAIO DE 2014

Poder Executivo

Autoriza a contratação temporária de pessoal para a realização do Projeto Social Vida Nova e dá outras providências.

O Prefeito do Município de Lucas do Rio Verde, Estado de Mato Grosso. Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Autoriza a contratação temporária de até 30 (trinta) profissionais denominados de Orientador de Atividade Física para a realização do Projeto Social Vida Nova no Município de Lucas do Rio Verde, que tem como objetivo proporcionar à população luverdense atividades físicas saudáveis nos diversos espaços públicos municipais, objetivando a melhoria da saúde dos cidadãos, evitando assim doenças futuras associadas ao sedentarismo, bem como proporcionar a qualidade de vida e bem estar social.

Art. 2º Os profissionais contratados deverão ter formação de nível superior em Educação Física (Bacharelado ou Licenciatura), devidamente inscrito no CREF (Conselho Regional de Educação Física) e terão as seguintes atribuições:

I - orientar a prática de ginástica e outros exercícios físicos e jogos em geral, entre estudantes e outras pessoas interessadas, ensinando-lhes os princípios e regras técnicas, para possibilitar-lhes o desenvolvimento harmônico do corpo e manutenção de boas condições físicas e mentais;
II - orientar exercícios de verificação do tono respiratório e muscular;
III - orientar sobre as técnicas específicas de futebol, atletismo, basquetebol, voleibol e outras atividades esportivas;
IV - desenvolver e coordenar práticas esportivas específicas com vistas ao bom desempenho nas atividades esportivas;
V- realizar a avaliação do resultado das atividades, assegurando o máximo de aproveitamento e benefícios advindo dos exercícios;
VI - colaborar com a limpeza e a organização do local do trabalho;
VII - executar outras atividades correlatas a função e/ou determinadas pelo seu superior imediato.
VIII - orientar a promoção do bem estar da população através de atividades de lazer e cultura.

§ 1º A jornada de trabalho mínima de 40 (quarenta) horas semanais, contudo os profissionais contratados deverão ter disponibilidade para trabalhar aos finais de semana e feriados e quando solicitado pela Secretaria Municipal de Esportes e Lazer.

§ 2º A título de remuneração os profissionais contratados perceberão o valor de R$ 2.230,00 (dois mil duzentos e trinta reais), que será reajustado de acordo com a revisão anual dos demais servidores.

Art. 3º É vedado o desvio de função das pessoas contratadas na forma desta lei, sob pena de nulidade do ato.

Art. 4º O pessoal contratado nos termos desta lei não poderão:

I – receber atribuições, funções ou encargos não previstos no respectivo contrato, nem ser colocado a disposição de outro órgão ou entidade;
II – ser nomeado ou designado, ainda que a título precário ou em substituição, para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança.

Art. 5º Os profissionais do Projeto Vida Nova serão admitidos em caráter temporário pelo período de 01 (um) ano, podendo e desde que justificado ser prorrogado por igual período.

Parágrafo único. As contratações se darão através de processo seletivo simplificado, nos temos da **Lei Municipal n. 1.115/2004 e suas alterações.**

Art. 6º O pessoal contratado por força da presente lei aplica-se o Regime Jurídico Administrativo e no que tange a relação previdenciária aplica-se o Regime Geral de Previdência Social, utilizando-se subsidiariamente a Lei Complementar n. 42/2006 (Estatuto do Servidor).

Art. 7º As despesas decorrentes da execução da presente lei serão suportadas pelas dotações orçamentárias próprias, consignadas no orçamento vigente, suplementadas se necessário.

Art. 8º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 9º Revogam-se as disposições em contrário.

Lucas do Rio Verde/MT, 06 de maio de 2014.

OTAVIANO OLAVO PIVETTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Andre Pezzini
Código Identificador:83CEA7C7

PREFEITURA MUNICIPAL
LEI N. 2.268, DE 15 DE MAIO DE 2014

Poder Executivo

Altera o § 7º do artigo 86 da Lei n. 1514/2008 que dispõe sobre a reestruturação do Estatuto e o Plano de Cargos, Carreira e Vencimentos dos Profissionais da Educação Básica do Sistema Público do Município de Lucas do Rio Verde-MT.

O Prefeito em Exercício do Município de Lucas do Rio Verde, Estado de Mato Grosso. Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Altera o § 7º da Lei 1.514, de 14 de janeiro de 2008, que dispõe sobre a reestruturação do Estatuto e Plano de Cargos, Carreira e Vencimentos dos Profissionais da Educação Básica do Sistema Público de Lucas do Rio Verde-MT, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"**Art. 86. ...**

§ 7º É vedada a conversão em pecúnia ou em quaisquer outra forma de vantagens, os direitos do caput deste artigo."

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário, em especial a Lei n. 2.055, de 19 de junho de 2012.

Lucas do Rio Verde/MT, 15 de maio de 2014.

MIGUEL VAZ RIBEIRO
Prefeito Municipal em Exercício

Publicado por:
Andre Pezzini
Código Identificador:9D37A8C3

PREFEITURA MUNICIPAL
LEI N. 2.269, DE 15 DE MAIO DE 2014

Poder Executivo

Autoriza o Poder Executivo Municipal a firmar Convênio com a Associação dos Beneficiários da Agroestrada Setor B-2, Lucas do Rio Verde - MT, no valor de R$ 1.000.000,00 (um milhão de reais) e dá outras providências.

O Prefeito em Exercício do Município de Lucas do Rio Verde, Estado de Mato Grosso. Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Autoriza o Poder Executivo Municipal a firmar convênio com a Associação dos Beneficiários da Agroestrada Setor B-2, de Lucas do Rio Verde - MT, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ n. 18.001.881/0001-20, com sede na Rua Espumoso, n. 413-S, Lucas do Rio Verde - MT, para concessão de auxílio financeiro no valor de R$ 1.000.000,00 (um milhão de reais), com a finalidade de custear despesas com a execução de encabeçamento de pontes e do projeto de base e sub-base da pavimentação asfáltica, em uma extensão de 12 Km (doze quilômetros), na linha B-2.

Parágrafo único. O pagamento do auxílio financeiro a que se refere o *caput* deste artigo será conforme a apresentação das respectivas medições, que ocorrerão a cada 15 (quinze) dias.

Art. 2º O representante legal da Associação dos Beneficiários da Agroestrada Setor B-2 deverá prestar contas mensalmente dos recursos recebidos ao Poder Executivo e Legislativo Municipal, condicionando o pagamento da parcela a receber a apresentação de contas da parcela já recebida, devendo a referida prestação de contas conter, além do disposto nas Instruções Normativas do Controle Interno Municipal n. 15/2008 e n. 22/2009, a seguinte documentação:

I - original do extrato bancário de conta específica mantida pela entidade beneficiada, no qual esteja evidenciado o ingresso e a saída dos recursos recebidos;
II – cópia do comprovante de despesa (nota fiscal), acompanhado da declaração firmada por dirigente da entidade beneficiada, certificando que o material foi recebido ou o serviço foi prestado;
III - demonstrativo financeiro de aplicação de recursos;
IV - relatório firmado por dirigente da entidade beneficiária quanto ao cumprimento dos objetivos previstos quando da aplicação dos recursos repassados.

Art. 3º A Associação dos Beneficiários da Agroestrada Setor B-2 deverá seguir na aquisição de materiais ou na contratação de serviço o princípio da economia de recursos, através do menor preço, efetuando pesquisa de mercado em no mínimo três estabelecimentos, devidamente comprovada na prestação de contas, observados os princípios da impessoalidade e economicidade, objetivando o melhor aproveitamento possível do dinheiro público.

Art. 4º A Associação dos Beneficiários da Agroestrada Setor B-2 assume o compromisso de restituir ao Município o valor concedido, atualizado monetariamente desde a data do recebimento acrescido dos juros legais, na forma da legislação aplicável aos débitos para com a fazenda Municipal, nos seguintes casos:

I - quando não for executado o objeto da avença;
II - quando não for apresentada, no prazo exigido, a prestação de contas;
III - quando os recursos forem utilizados em finalidade diversa da estabelecida.

Art. 5º É reservado ao Município o direito de acompanhar e avaliar a execução dos serviços, fiscalizar "in loco" a utilização dos recursos e

solicitar outras informações até 5 (cinco) anos, contados da aprovação de contas pelo TCE das contas do Município de Lucas do Rio Verde, correspondente ao ano de prestação de contas do auxílio.

Art. 6º Fica autorizado a incluir na Lei n. 2159/2013, que trata do Plano Plurianual para o período de 2014/2017, o crédito especial nas dotações, conforme discriminação no artigo 8º, contemplado no Anexo I.

Art. 7º Fica autorizado a incluir na Lei n. 2160/2013, que trata da Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2014, o crédito especial nas dotações, conforme discriminação no artigo 3º, contemplado no Anexo II.

Art. 8º Fica autorizado a incluir na Lei n. 2188/2013, que trata da Lei Orçamentária Anual para o exercício de 2014, conforme contemplado no Anexo III, e a abrir um crédito especial no valor de R$ 1.000.000,00 (um milhão de reais), para atender a seguinte dotação orçamentária:

Órgão: 05 – Secretaria Municipal de Infraestrutura e Obras
Unidade Orçamentária: 00100 – Gabinete do Secretário
Função: 26 - Transporte
Subfunção: 451 – Infraestrutura Urbana
Programa: 0505 – Execução de Obras e Serviços Gerais
Ação: 1010 – Pavimentação Agro Estrada Setor B-2
Natureza da Despesa: 4.4.50.42.00.00 – Auxilio R$ 1.000.000,00
Fonte de Recursos: 0200000000 – Recursos Ordinários

Art. 9º Para atender o crédito aberto no artigo anterior serão utilizados recursos previstos no inciso III, § 1º, art. 43 da Lei n. 4.320/64, provenientes das anulações das dotações abaixo:

Órgão: 05 – Secretaria Municipal de Infraestrutura e Obras
Unidade Orçamentária: 00100 – Gabinete do Secretário
Função: 15 - Urbanismo
Subfunção: 451 – Infraestrutura Urbana
Programa: 0505 – Execução de Obras e Serviços Gerais
Ação: 1055 – Pavimentação Asfáltica e Obras Complementares Urbana - Outros
Natureza da Despesa: 3.3.90.39.00.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica R$ 207.328,00
Fonte de Recursos: 0200000000 – Recursos Ordinários

Órgão: 05 – Secretaria Municipal de Infraestrutura e Obras
Unidade Orçamentária: 00100 – Gabinete do Secretário
Função: 26 - Transporte
Subfunção: 451 – Infraestrutura Urbana
Programa: 0505 – Execução de Obras e Serviços Gerais
Ação: 1226 – Abertura de Ruas Pavimentadas da Av. das Nações à Av. Goiás
Natureza da Despesa: 4.4.90.51.00.00 – Obras e Instalações R$ 100.000,00
Fonte de Recursos: 0200000000 – Recursos Ordinários

Órgão: 05 – Secretaria Municipal de Infraestrutura e Obras
Unidade Orçamentária: 00100 – Gabinete do Secretário
Função: 26 - Transporte
Subfunção: 451 – Infraestrutura Urbana
Programa: 0505 – Execução de Obras e Serviços Gerais
Ação: 1228 – Abertura de Ruas Pavimentadas da Av. Goiás a Av. Mato Grosso
Natureza da Despesa: 4.4.90.51.00.00 – Obras e Instalações R$ 100.000,00
Fonte de Recursos: 0200000000 – Recursos Ordinários

Órgão: 05 – Secretaria Municipal de Infraestrutura e Obras
Unidade Orçamentária: 00100 – Gabinete do Secretário
Função: 26 - Transporte
Subfunção: 451 – Infraestrutura Urbana
Programa: 0505 – Execução de Obras e Serviços Gerais
Ação: 1236 – Pavimentação do Setor 11
Natureza da Despesa: 3.3.90.30.00.00 – Material de Consumo R$ 105.000,00
Fonte de Recursos: 0200000000 – Recursos Ordinários

Órgão: 05 – Secretaria Municipal de Infraestrutura e Obras
Unidade Orçamentária: 00100 – Gabinete do Secretário
Função: 26 - Transporte
Subfunção: 451 – Infraestrutura Urbana
Programa: 0505 – Execução de Obras e Serviços Gerais
Ação: 1236 – Pavimentação do Setor 11
Natureza da Despesa: 3.3.90.39.00.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica R$ 100.000,00
Fonte de Recursos: 0200000000 – Recursos Ordinários

Órgão: 05 – Secretaria Municipal de Infraestrutura e Obras
Unidade Orçamentária: 00100 – Gabinete do Secretário
Função: 26 - Transporte
Subfunção: 451 – Infraestrutura Urbana
Programa: 0509 – Anel Viário
Ação: 1232 – Construção Anel Viário – Trecho MT 449/BR - 163
Natureza da Despesa: 4.4.90.51.00.00 – Obras e Instalações R$ 387.672,00
Fonte de Recursos: 0200000000 – Recursos Ordinários

Art. 10. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 11. Revogam-se as disposições em contrário.

Lucas do Rio Verde/MT, 15 de maio de 2014.

MIGUEL VAZ RIBEIRO
Prefeito Municipal em Exercício

Publicado por:
Andre Pezzini
Código Identificador:834F521A

PREFEITURA MUNICIPAL
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 092/2014 E REGISTRO DE PREÇOS Nº 045/2014

Objeto: Pregão Presencial (Registro de Preços) para a aquisição de material de expediente diversos para manutenção das Secretarias Municipais da administração pública de Lucas do Rio Verde MT.
Dia: 14 de julho de 2014.
Entrega dos Envelopes e Credenciamento: Das 07:30 às 08:00 horas, do dia 14 de julho de 2014.
Edital Completo: Afixado no endereço Avenida América do Sul, Nº 2500 S, Parque dos Buritis, Lucas do Rio Verde MT.CEP: 78455-000 – Fone: 65 549 8300 e na Internet, site www.lucasdorioverde.mt.gov.br.
Abertura do envelope Nº 01: Às 08:00 horas, do dia 14 de julho de 2014, no endereço acima.
Fundamento Legal: Regida pela Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e subsidiariamente pela Lei 8.666 de 21/06/93 (com alterações da Lei 8883/94 e da Lei nº 9.648/98)

Lucas do Rio Verde MT, 26 de junho de 2014.

JÉSSICA REGINA WOHLEMBERG
Pregoeira

Publicado por:
Jéssica Regina Wohlemberg
Código Identificador:848119AC

PREFEITURA MUNICIPAL
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 093/2014 E REGISTRO DE PREÇOS Nº 046/2014

Objeto: Pregão Presencial (Registro de Preços) para a aquisição de material esportivo para uso nas atividades desenvolvidas pelas Secretarias Municipais da administração pública de Lucas do Rio Verde MT.
Dia: 17 de julho de 2014.
Entrega dos Envelopes e Credenciamento: Das 07:30 às 08:00 horas, do dia 17 de julho de 2014.

Edital Completo: Afixado no endereço Av. America do Sul, Nº 2500 S, Parque dos Buritis, Lucas do Rio Verde MT.CEP: 78455-000 – Fone: 65 549 8300 e na Internet, site www.lucasdorioverde.mt.gov.br.
Abertura do envelope Nº 01: Às 08:00 horas, do dia 17 de julho de 2014, no endereço acima.
Fundamento Legal: Regida pela Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e subsidiariamente pela Lei 8.666 de 21/06/93 (com alterações da Lei 8883/94 e da Lei nº 9.648/98)

Lucas do Rio Verde MT, 26 de junho de 2014.

JÉSSICA REGINA WOHLEMBERG
Pregoeira

Publicado por:
Jéssica Regina Wohlemberg
Código Identificador:56BBA410

PREFEITURA MUNICIPAL
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 094/2014

Objeto: Contratação de empresa para realização de serviços técnicos e especializados em Auditoria, Assessoria e Consultoria para assuntos tributários e previdenciários desta municipalidade, em conformidade com as especificações descritas no termo de referência do presente Edital, (Anexo I).
Dia: 16 de julho de 2014.
Entrega dos Envelopes e Credenciamento: Das 07:30hs até as 08:00hs, do dia 16 de julho de 2014.
Edital Completo: Afixado no endereço Av. América do Sul, Nº 2500 S, Parque dos Buritis, Lucas do Rio Verde MT.CEP: 78455-000 – Fone: 65 3549 8300 e na Internet, site www.lucasdorioverde.mt.gov.br.
Abertura do envelope Nº 01: Às 08:00 horas, do dia 16 de julho de 2014, no endereço acima.
Fundamento Legal: Regida pela Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e subsidiariamente pela Lei 8.666 de 21/06/93 (com alterações da Lei 8883/94 e da Lei nº 9.648/98).

Lucas do Rio Verde MT, 26 de junho de 2014.

JESSICA REGINA WOHLEMBERG
Pregoeira

Publicado por:
Jéssica Regina Wohlemberg
Código Identificador:9FC9A834

PREFEITURA MUNICIPAL
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 095/2014

Objeto do Pregão: Aquisição de 12 (doze) caçamba estacionária para entulhos, capacidade 5 m³, para uso da secretaria municipal de infraestrutura e obras do município de Lucas do Rio Verde-MT.
Data da Sessão: 15/07/2014
Edital Completo: Afixado no endereço Avenida América Sul, Nº 2500 S, Parque dos Buritis, Lucas do Rio Verde MT.CEP: 78455-000- Fone: 65 3549 8300 e na Internet, site www.lucasdorioverde.mt.gov.br.
Entrega dos Envelopes e Credenciamento: Das 13:30hs até as 14:00 hs, do dia 15 de Julho de 2014.
Abertura do envelope Nº 01: Às 14:00 horas, do dia 15 de Julho de 2014, no endereço acima.
Fundamento Legal: Regida pela Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e subsidiariamente pela Lei 8.666 de 21/06/93 (com alterações da Lei 8883/94 e da Lei nº 9.648/98).

Lucas do Rio Verde MT, 26 de Junho de 2014.

JÉSSICA REGINA WOHLEMBERG
Pregoeira

Publicado por:
Jéssica Regina Wohlemberg
Código Identificador:EC6909BB

PREFEITURA MUNICIPAL
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 096/2014 REGISTRO DE PREÇO 047/2014

Objeto: Pregão Presencial (Registro de Preços) para futura contratação de pessoa jurídica para locação Caminhão Guincho destinados a serviços executados pela Guarda Municipal de Trânsito.
Dia: **16 de Julho de 2014.**
Entrega dos Envelopes e Credenciamento: Das 13:30 horas, as 14:00 (Horário de Mato Grosso) do dia 16 de Julho de 2014.
Edital Completo: Afixado no endereço Av. America do Sul, Nº 2500 S, Parque dos Buritis, Lucas do Rio Verde MT.CEP: 78455-000 – Fone: 65 3549 8300 e na Internet, site www.lucasdorioverde.mt.gov.br.
Abertura do envelope Nº 01: Às 14:00 horas, do dia 16 de Julho de 2014, no endereço acima.
Fundamento Legal: Regida pela Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e subsidiariamente pela Lei 8.666 de 21/06/93 (com alterações da Lei 8883/94 e da Lei nº 9.648/98)

Lucas do Rio Verde MT, 26 de Junho de 2014.

JÉSSICA REGINA WOHLEMBERG
Pregoeira

Publicado por:
Jéssica Regina Wohlemberg
Código Identificador:40E32797

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARCELÂNDIA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO ESPECIAL N° 78/2014

SÚMULA: ABRE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL NO VALOR QUE MENCIONA E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS:

O Senhor Arnóbio Vieira de Andrade, Prefeito Municipal de Marcelandia, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o contido da Lei Municipal 858/2014, e em consonância com a Lei Federal 4320/64
DECRETA
Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado abrir um Credito Adicional Especial no valor de ate R$ 40.000,00 (Quarenta mil reais).

08.004-Departamento de Cultura	
08.004.13.392.0022.1115.3.3.9.0.31.00.00.00 PREMIACOES CULTURAIS, ARTISTICAS, CIENTIFICAS, DES	
Sub-Total:	R$ 10.000,00
09.001-Gabinete da Secretaria	
09.001.18.542.0024.2085.3.3.9.0.31.00.00.00 PREMIACOES CULTURAIS, ARTISTICAS, CIENTIFICAS, DES	R$ 10.000,00
Sub-Total:	R$ 10.000,00
15.001-Gabinete da Secretaria	
15.001.27.812.0032.2061.3.3.9.0.31.00.00.00 PREMIACOES CULTURAIS, ARTISTICAS, CIENTIFICAS, DES	R$ 20.000,00
Sub-Total:	R$ 20.000,00
Total Geral:	R$ 40.000,00

Art. 2º - Para atender ao Credito aberto no artigo anterior, serao usadas como recursos as anulacoes das seguintes dotacoes.

08.004-Departamento de Cultura	
08.004.13.392.0022.1115.3.3.9.0.39.00.00.00 Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica	R$ 10.000,00
Sub-Total:	R$ 10.000,00
09.001-Gabinete da Secretaria	
09.001.18.542.0024.2085.3.1.9.0.11.00.00.00 Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	R$ 10.000,00
Sub-Total:	R$ 10.000,00
15.001-Gabinete da Secretaria	
15.001.27.812.0032.1172.4.4.9.0.51.00.00.00 Obras e Instalacoes	R$ 20.000,00

Sub-Total:	R$ 20.000,00
Total Geral:	R$ 40.000,00

Art.3º - Este decreto lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Marcelandia, 24 de Junho de 2014.

ARNÓBIO VIEIRA DE ANDRADE
Prefeito Municipal

Publicado por:
Gislaine Prudenciano da Silva
Código Identificador:A92A399E

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO E RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº002-2014

EXTRATO E RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO
Processo Administrativo de Dispensa de Licitação nº. 002/2014
A Prefeitura Municipal de Marcelândia-MT, comunica que, em despacho proferido no Processo de Dispensa de Licitação nº002/2014, O Sr. Arnóbio Vieira de Andrade, Prefeito Municipal, reconheceu ser dispensável o processo licitatório objetivando a contratação de empresa especializada e autorizada para a execução dos serviços de revisão corretiva e preventiva de 20.000 km, 30.000 km, 40.000 km, 50.000 km, 60.000 km e 70.000 km, com o fornecimento de peças e componentes necessários á manutenção de 05(cinco)(veículos tipo camionete Mitsubishi L200, com a finalidade de manter e preservar a garantia técnica, durante o período exigido pelo fabricante e pelo fornecedor original dos veículos. A descrição dos serviços e das revisões previstas são as constantes no termo de referência parte do Processo de Dispensa de Licitação nº002/2014, cuja empresa autorizada é **ITACIARA MOTORS LTDA, CNPJ nº 02.345.431/0001-15.**
O valor devido para as revisões é de R$41.649,00 (quarenta e um mil seiscentos e quarenta e nove reais). O processo de Dispensa nº002/2014 foi fundamentado no art. 24, inciso XVII da lei nº 8.666/93 e alterações, com amparo no art. 37, inciso IX da Constituição Federal.
Contratante: Prefeitura Municipal de Marcelândia - MT
Contratado: Itaciara Motors Ltda – CNPJ nº02. 345.431/0001-15.
Valor Global: R$41.649,00 (quarenta e um mil seiscentos e quarenta e nove reais).
Data: 25 de junho de 2014.
Base Legal: Art. 24, inciso XVII da lei nº 8.666/93 e alterações, com amparo no art. 37, inciso IX da Constituição Federal.

Marcelândia – MT, 25 de junho de 2014

ARNÓBIO VIEIRA DE ANDRADE
Prefeito Municipal

Publicado por:
Geisi Glaucia da Silveira Tirapelle
Código Identificador:DB367975

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MATUPÁ

PREFEITURA MUNICIPAL
DECRETO Nº 1888 DE 26 DE JUNHO DE 2014.

"DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE CACILDA MARIM PARA ASSUMIR TEMPORARIAMENTE A FUNÇÃO DE CONSELHEIRA TUTELAR, E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS."

VALTER MIOTTO FERREIRA, Prefeito Municipal de Matupá - Estado de Mato Grosso, e KÁSSIO ROBERTO PEREIRA, presidente do CMDCA, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei;

DECRETA

Art. 1º - Fica nomeada a conselheira tutelar suplente CACILDA MARIM para assumir a função de conselheira tutelar no período de 01/07/2014 a 28/09/2014, durante o afastamento em decorrência de licença maternidade da conselheira Katelin Lopes da Silva.

Art. 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, aos vinte e seis dias do mês de junho do ano de dois mil e quatorze.

Registre-se;
Publique-se.

VALTER MIOTTO FERREIRA
Prefeito Municipal

KÁSSIO ROBERTO PEREIRA
Presidente do CMDCA

Publicado por:
Lelia Laura da Silva
Código Identificador:0C1CF28B

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOBRES

PREFEITURA MUNICIPAL
RETIFICAÇÃO DE RESULTADO

Onde se lê:
Modalidade: Tomada de Preço nº 006/2014 – Tipo: Menor Preço. Objeto: reforma e ampliação do terminal rodoviário, PARA ATENDER AO CONTRATO DE REPASSE N. 0777873/2012/MTUR/CAIXA. A Comissão Permanente de Licitação Prefeitura Municipal de Nobres – torna público aos interessados, que na Tomada de Preço 006/2014, cujo Julgamento ocorreu às 13:30, do dia 20/05/2014, sagrou-se vencedora do certame a empresa PRODUTIVA PROJETOS E CONSTRUÇÕES LTDA – ME, CNPJ: N° 15.686.273/0001-09 apresentou sua proposta no valor de **R$ 433.257,17 (Quatrocentos e trinta e três mil, duzentos e cinqüenta e sete reais com dezessete centavos).**

Nobres, 26 de Junho de 2014.

CRISLEY DIVINA DIAS
Presidente CPL

Leia-se:
Modalidade: Tomada de Preço nº 006/2014 – Tipo: Menor Preço. Objeto: reforma e ampliação do terminal rodoviário, PARA ATENDER AO CONTRATO DE REPASSE N. 0777873/2012/MTUR/CAIXA. A Comissão Permanente de Licitação Prefeitura Municipal de Nobres – torna público aos interessados, que na Tomada de Preço 006/2014, cujo Julgamento ocorreu às 13:30, do dia 20/05/2014, sagrou-se vencedora do certame a empresa PRODUTIVA PROJETOS E CONSTRUÇÕES LTDA – ME, CNPJ: N° 15.686.273/0001-09 apresentou sua proposta no valor de **R$ 433.168,10 (Quatrocentos e trinta e três mil, duzentos cento e sessenta e oito reais com dez centavos).**

Nobres, 26 de Junho de 2014.

CRISLEY DIVINA DIAS
Presidente CPL

Publicado por:
Quézia da Rosa
Código Identificador:32824621

PREFEITURA MUNICIPAL
EXTRATO CONTRATO

CONTRATO Nº 69/2014 - Celebrado entre a Prefeitura Municipal de Nobres e a Empresa **SERPRA SERV. E PROJ. E ASSESSORIA LTDA**, devidamente inscrita no CNPJ n° 07.123.969/0001-07 Objeto:

Contratação de empresa especializada para elaboração de projeto executivo de engenharia para Pavimentação, Drenagem, Calçamento e Sinalização Viária no perímetro urbano do município de Nobres – MT, em trecho definido na CARTA CONSULTA Nº 0011266.02.86/2013-71, selecionada pelo Ministério das Cidades através da Portaria nº 492/2013, alterada pela portaria 233/2014**.** Valor: R$ 22.700,00 (vinte e dois mil e setecentos reais). Data: 20 de março de 2014. Prazo: 30 (trinta) dias. Assinam – Sebastião Gilmar Luiz da Silva – Prefeito Municipal de Nobres e empresa **EMPRESA SERPRA SERV. E PROJ. E ASSESSORIA LTDA** – Contratado.

Publicado por:
Crisley Divina Dias
Código Identificador:DD7C6E02

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE NORTELÂNDIA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES, CONTRATOS E CONVENIOS
EDITAL DE PRORROGAÇÃO DE LICITAÇÃO - TOMADA DE PREÇOS 005/2014

A Comissão Permanente de Licitação-CPL da Prefeitura Municipal de Nortelândia-MT, vem, através deste, comunicar aos interessados que a Licitação na modalidade Tomada de Preços, com o seguinte objeto: Construção de Praça no Centro do município de Nortelândia-MT, conforme descrito no Edital e anexos, com recursos oriundos do Governo do Estado/Secretaria de Estado das Cidades – SECID. Tipo: menor preço global. Foi prorrogada para o dia: 02 de julho de 2014. Horário: 08:00 horas. Local: Avenida Prefeito João Macaúba, 82, Centro, Nortelândia-MT - CEP: 78430-000. O edital completo e seus anexos estarão disponíveis na sede da Prefeitura, telefone (65) 3346-1411.

Nortelândia-MT, 26 de junho de 2014.

SONIA SILVA OLIVEIRA
Presidente da CPL

Publicado por:
Walcemir Carlos da Silva
Código Identificador:F66042BE

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
DECLARAÇÃO

DECLARAMOS, para os devidos fins e que surjam os efeitos legais, que **NÃO HOUVE NENHUM CANDIDATO APROVADO, CLASSIFICADO OU DESCLASSIFICADO. COM NECESSIDADES ESPECIAIS, POR NÃO TER HAVIDO NENHUM CANDIDATO INSCRITO PORTANDO NECESSIDADES ESPECIAIS**, **no Processo Seletivo Simplificado Público,** para nomeação de Agente Comunitário, conforme Leis Municipais nº 064/2007 e 317/2014, e Editais nºs 001, 004/2014, 005/2014 e 006/2014..

Por ser verdade, datamos e assinamos a presente DECLARAÇÃO.

Nortelândia – MT, 25 de Junho de 2014.

NEURILAN FRAGA
Prefeito Municipal

NORMA FIRMIANO RODRIGUES BARRADAS
Secretária Municipal de Saúde

ATILANA LINS FERREIRA FORMIGHIERI
Presidente da Comissão Processo Seletivo

GRAZIELE GUBERT DA SILVA
Secretária da Comissão Processo Seletivo

THAÍS OLIVEIRA DE ALMEIDA
Membro da Comissão de Processo Seletivo

Publicado por:
Claudete Reis dos Santos
Código Identificador:3209C46C

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
LEI N° 329/2014, DE 26 DE JUNHO DE 2014.

Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração da Lei Orçamentária Anual de 2015 e dá outras providências.

O Senhor **Neurilan Fraga**, Prefeito do Município de Nortelândia, Estado de Mato Grosso**,** no uso da prerrogativa de iniciativa legislativa constante do art. 53, III, e art. 11, II da LOM, faz saber que a Câmara Municipal, aprovou e eu, **SANCIONO** a seguinte Lei:

DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1° O Orçamento do Município de Nortelândia, para o exercício de 2015, será elaborado e executado observando as diretrizes, objetivos, prioridades e metas estabelecidas nesta lei, compreendendo:

I – as metas fiscais;

II – as prioridades e metas da administração municipal extraída do Plano Plurianual para os exercícios 2014/2017;

III – a estrutura dos orçamentos;

IV – as diretrizes para a elaboração e a execução dos orçamentos do Município e suas alterações;

V – as disposições sobre dívida pública municipal;

VI – as disposições sobre despesas com pessoal e seus encargos;

VII – as disposições sobre alterações na legislação tributária; e

VIII – as disposições gerais.

I – DAS PRIORIDADES E METAS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL

Art. 2° As metas fiscais de receitas, despesas, resultado primário, nominal e montante da dívida pública para o exercício de 2015, de que trata o art. 4° da Lei Complementar n°101/2000, são as identificadas no ANEXO I desta lei, e que conterá ainda:

I – Anexo I.1 – Demonstrativo da Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais do Exercício Anterior;

II – Anexo I.2 – Metas Fiscais Atuais Comparadas com as Fixadas nos três Exercícios Anteriores;

III – Anexo I. 3 – Demonstrativo da Memória de Cálculo das Metas Fiscais de Receita;

IV – Anexo I.4 – Demonstrativo da Memória de Cálculo das Metas Fiscais de Despesa;

V – Anexo – I.4.1 – Demonstrativo da Origem e Destinação dos Recursos de Alienação de Ativos;

VI – Anexo I.5 – Demonstrativo da Memória de Cálculo das Metas Fiscais de Resultado Primário;

VII – Anexo I.6 – Demonstrativo da Memória de Cálculo das Metas Fiscais de Resultado Nominal;

VIII – Anexo I.7 – Demonstrativo da Memória da Cálculo das Metas fiscais de Montante da Dívida;

IX - Anexo I.8 – Demonstrativo da Evolução do Patrimônio Líquido;

X – Anexo I.9 – Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias do RPPS;

XI – Anexo I. 10 – Demonstrativo da Projeção Atuarial do RPPS;

XII – Anexo I.11 – Demonstrativo da Estimativa e Compensação da Renúncia de Receita;

XIII – Anexo I.12 – Metodologia de Memória de Cálculo das Metas Anuais;

XIV – Anexo II – Prioridade de Metas;
‘
XV – Anexo III – Demonstrativo dos Riscos Fiscais;

XVI – Anexo IV – Demonstrativo da Compatibilização das Metas Anuais;

II – DAS PRIORIDADES E METAS DA ADMINISTRAÇÃO PARA 2015.

Art. 3° As prioridades e metas da Administração Municipal para exercício financeiro de 2015 são aquelas definidas e demonstradas nos ANEXOS de que trata o artigo 2° e II a VI desta lei.

Art. 4° Na elaboração da proposta orçamentária para 2015, o Poder Executivo poderá aumentar ou diminuir as metas fiscais estabelecidas nesta lei e identificadas no Anexo II, a fim de compatibilizar as despesas orçadas e receitas previstas, de forma a preservar a suficiência de caixa.

III – DA ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO DOS ORÇAMENTOS

Art. 5° Para efeito desta lei entende-se por:

I – programa, o instrumento de organização da ação governamental visando à concretização dos objetivos pretendidos;

II – ação, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, denominado por projeto, atividade ou operação especial;

III - atividade, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações que se realizam de modo contínuo e permanente, das quais resulta em produto necessário à manutenção da atuação governamental;

IV – projeto, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações, limitadas no tempo, das quais resulta um produto que concorre para a expansão ou aperfeiçoamento da atuação governamental;

V – operação especial, as despesas que não contribuem para a manutenção, expansão ou aperfeiçoamento das atuações de governo, das quais não resulta um produto, e não gera contraprestação direta sob a forma de bens e serviços;

VI – unidade orçamentária, o menor nível da classificação institucional, agrupada em órgãos orçamentários, entendidos estes como os de maior nível da classificação institucional;

VII – receita ordinária, aquelas previstas para ingressar no caixa da unidade gestora de forma regular, seja pela competência de tributar e arrecadar, seja por determinação constitucional no partilhamento dos tributos de competência de outras esferas de governo;

VIII – execução física, a autorização para que o contratado realize a obra, forneça o bem ou preste o serviço;

IX – execução orçamentária, o empenho e a liquidação da despesa, inclusive sua inscrição em restos a pagar;

X – execução financeira, o pagamento da despesa, inclusive dos restos a pagar já inscritos.

§ 1° Cada programa identificará as ações necessárias para atingir os seus objetivos, sob a forma de projetos, atividades ou operações especiais, e estas com identificação da Classificação Institucional, Fundacional Programática, Categoria Econômica, Diagnóstico situacional do Programa, Diretrizes, Objetivos, Metas Físicas e indicação das fontes de financiamento na forma da Portaria STN n° 003/2008.

§ 2° A categoria de programação que trata o artigo 167, VI da Constituição Federal, serão identificadas por projetos, atividades ou operações especiais.

Art. 6° O orçamento para o exercício financeiro de 2015 abrangerá os Poderes Legislativo e Executivo suas Autarquias e seus Fundos, e será estruturado em conformidade com a configuração Organizacional da Prefeitura.

Art. 7° A Lei Orçamentária para 2015 evidenciará as Receitas e Despesas de cada uma das Unidades Gestoras, identificadas com código da destinação dos recursos, especificando aquelas vinculadas a seus Fundos e aos Orçamentos Fiscal (F) e da Seguridade Social (S), desdobradas as despesas por função, sub-função, programa, projeto, atividade ou operações especiais e, quanto a sua natureza, por categoria econômica, grupo de natureza de despesa e modalidade de aplicação, tudo em conformidade com as Portarias MOG n° 42/1999, Interministerial n° 163/2001, STN n° 003/2008 e alterações posteriores, na forma dos seguintes Anexos:

I – Demonstrativo da Receita e despesa, segundo as Categorias Econômicas (Anexo I, da Lei 4.320/64);
II – Demonstrativo da Receita, segundo as Categorias Econômicas (Anexo II, da Lei 4.320/64);
III – Resumo Geral da Despesa, segundo as Categorias Econômicas (Anexo III, da Lei 4.320/64);
IV – Demonstrativo da Despesa por Categoria Econômica, Grupos de Natureza de Despesa e Modalidade de Aplicação em cada Unidade Orçamentária (Anexo III, da Lei 4.320/64);
V – Programa de Trabalho;
VI – Programa de Trabalho de Governo – Demonstrativo da Despesa por Funções, Sub-Funções, Programas, Projetos, Atividades e Operações Especiais (Anexo VI, da Lei 4.320/64);
VII – Demonstrativo da Despesa por Funções, Sub-Funções, Programas, Projetos, Atividades e Operações Especiais (Anexo VII, da Lei 4.320/64);
VIII – Demonstrativo da Despesa por Funções, Sub-Funções e Programas, conforme o Vínculo com os Recursos (Anexo VIII, da Lei 4.320/64);
IX – Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo IX, da Lei 4.320/64);
X – Quadro Demonstrativo da Despesa – QDD por Categoria de Programação, com identificação da Classificação Institucional, Funcional Programática, Categoria Econômica, Diagnóstico situacional do Programa, Diretrizes, Objetivos, Metas Físicas e indicação das fontes de financiamento, denominada QDD;
XI – Demonstrativo da Evolução da Receita por Fontes, conforme disposto no Artigo 12 da Lei de Responsabilidade Fiscal;
XII – Demonstrativo da estimativa e Compensação da Renúncia de Receita, na forma estabelecida no Art. 14 da LRF (art. 5°, II da LRF);
XIII – Demonstrativo da Margem de Expansão das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado. (art. 5°, II da LRF)
XIV – Demonstrativo da Evolução da Despesa no mínimo por Categoria Econômica conforme disposto no Artigo 22 da Lei 4.320/64;
XV – Demonstrativo das Receitas e Despesas dos Orçamentos Fiscais e da Seguridade Social; (art. 165, § 5° da CF).
XVI – Demonstrativo da Compatibilidade da Programação dos Orçamentos com as Metas Fiscais e Físicas estabelecidas na Lei de Diretrizes Orçamentárias; (art. 5°, I da LRF).
XVII – Demonstrativo dos Riscos Fiscais considerados para 2015 (art. 5°, III)
XVIII – Demonstrativo da Origem e Aplicação dos Recursos Derivados da Alienação de Bens e Direitos que integram o Patrimônio Público. (art. 44 da LRF)
XIX – Demonstrativo da Apuração do Resultado Primário e Nominal previstos para o exercício de 2013. (art. 4°, §§ 1° e 9° da LRF)

XX – Demonstrativo da Origem e Destinação dos Recursos para 2015 (art. 8° e 50, I da LRF).

§ 1° O Orçamento da Autarquia que acompanha o Orçamento Geral do Município, evidenciará suas receitas e despesas conforme disposto no caput deste Artigo.

§ 2° Para efeito desta lei, entende-se por Unidade Gestora Central, a Prefeitura, e por Unidade Gestora, as Entidades com Orçamento e Contabilidade própria.

§ 3° O Quadro Demonstrativo da Despesa – QDD, de que trata o item X deste artigo, fixará a despesa ao nível de Grupo de Natureza de Despesa/Modalidade de Aplicação, conforme disposto na Portaria STN n° 163/2000, admitido o remanejamento por Decreto do Chefe do Poder Executivo Municipal dentro de cada projeto, atividade ou operações especiais, definido por esta lei como categoria de programação.

Art. 8° A mensagem de encaminhamento da Proposta Orçamentária de que trata o art. 22, Parágrafo Único, I da Lei 4320/64, conterá:

I – Quadro Demonstrativo da Participação Relativa de cada Fonte na Composição da Receita Total (Princípio da Transparência, art. 48 da LRF);

II – Quadro Demonstrativo dos Tributos Lançados e não Arrecadados até 2014, identificando o estoque da dívida ativa (Princípio da Transparência; art. 48 da LRF);

III - Quadro Demonstrativo da Evolução da Despesa a Nível de Função e Grupo de Natureza da Despesa, dos exercícios de 2011 a 2013 e fixada para 2014 a 2015 (Princípio da Transparência; art. 48 da LRF);

IV - Quadro Demonstrativo da Despesa por Unidade Orçamentária e sua Participação Relativa (Princípio da Transparência, art. 48 da LRF);

V - Quadro Demonstrativo da Evolução das Receitas Correntes Líquidas, Despesas com Pessoal e seu Percentual de Comprometimento, de 2015 a 2015 (art. 20 e 48 da LRF);

VI – Demonstrativo da Origem e Destinação dos Recursos para Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (art. 212 da CF e 60 da ADCT);

VII – Demonstrativo da Origem e Destinação dos Recursos Destinados a Ações Públicas de Saúde (art. 77, do ADCT);

VIII – Demonstrativo da Composição do Ativo e Passivo Financeiro, posição em 31/10/2014 (Princípio da Transparência, art. 48 da LRF);

IX – Quadro Demonstrativo do Saldo da Dívida Fundada por Contrato, com identificação dos credores, em 2012, 2013 e 2014 (Princípio da Transparência, art. 48 da LRF);

Art. 9° A Reserva de Contingência da Unidade Gestora Central será constituída, exclusivamente, de recursos ordinários do orçamento fiscal e corresponderá a 2% (dois por cento) da Receita Corrente Líquida prevista.

Art. 10 A Reserva da Contingência de outras Unidades Gestoras será constituída dos recursos que corresponderão ao seu superávit orçamentário.

IV – DAS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DOS ORÇAMENTOS DO MUNICÍPIO

Art. 11. Os Orçamentos para o exercício de 2015 e as suas execuções, obedecerão entre outros, ao princípio da transparência e do equilíbrio entre receitas e despesas em cada destinação, abrangendo os Poderes Legislativo e Executivo, suas Autarquias e seus fundos. (Art. 1°, § 1°, 4°, I, "a", 50, I e 48 da LRF).

Art. 12 Os Fundos Municipais terão suas receitas especificadas no Orçamento da Receita da Unidade Gestora Central, e estas, por sua vez, vinculadas às Despesas relacionadas a seus objetivos, identificadas em Planos de Aplicação, representados nas Planilhas de Despesas referidas no art. 6°, X desta lei (QDD).

§ 1° Os Fundos Municipais serão gerenciados pelo Prefeito Municipal, podendo por manifestação formal do chefe do Poder Executivo, serem delegados aos respectivos secretários municipais.

§ 2° A movimentação orçamentária e financeira das contas dos Fundos Municipais deverão ser demonstradas também em balancetes apartados da Unidade Gestora Central quando a gestão for delegada pelo Prefeito a Secretário Municipal.

Art. 13 Os estudos para definição dos Orçamentos da Receita para 2015 deverão observar os efeitos da alteração da legislação tributária, incentivos fiscais autorizados, a inflação do período, o crescimento econômico, a ampliação da base de cálculo dos tributos e a sua evolução nos últimos três exercícios (art. 12 da LRF).

Parágrafo Único. Até 30 dias antes do encaminhamento da Proposta Orçamentária ao Poder Legislativo, o Poder Executivo Municipal colocará à disposição da Câmara Municipal, os estudos e as estimativas de receitas para o exercício subsequente, inclusive da corrente líquida, e as respectivas memórias de cálculo (art. 12, § 3° da LRF).

Art. 14 Se a receita estimada para 2015, comprovadamente, não atender ao disposto no artigo anterior quanto aos estudos e as estimativas, o Legislativo, quando da discussão da Proposta Orçamentária, poderá solicitar do Executivo Municipal a sua alteração e a consequente adequação do orçamento da despesa.

Art.15. Na execução do orçamento, verificado que o comportamento da receita ordinária poderá afetar o cumprimento das metas de resultados primário e nominal, os Poderes Legislativo e Executivo, de forma proporcional as suas dotações, adotarão o mecanismo da limitação de empenhos e movimentação financeira nos montantes necessários, observado a destinação de recursos, nas seguintes dotações abaixo, conforme art. 9° da LRF:
I – contrapartida para projetos ou atividades vinculados a recursos oriundos de fontes extraordinárias como convênios, operações de crédito, alienação de ativos, desde que ainda não comprometidos;
II – obras em geral, desde que ainda não iniciadas;
III – dotação para combustíveis destinada a frota de veículos dos setores de transportes, obras, serviços públicos e agricultura; e
IV – dotação para material de consumo e outros serviços de terceiros das diversas atividades.

Parágrafo Único. Na avaliação do cumprimento das metas bimestrais de arrecadação para implementação ou não do mecanismo da limitação de empenho e movimentação financeira, será considerada ainda o resultado financeiro apurado no Balanço Patrimonial do exercício anterior da Unidade Gestora, observada a vinculação da destinação de recursos.

Art. 16 A compensação de que trata o artigo 17, § 2° da Lei Complementar n° 101/2000, quando da criação ou aumento de Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado, poderá ser realizada a partir do aproveitamento da margem líquida de expansão prevista no Anexo I.12, observado o limite das respectivas dotações e o limite de gastos estabelecidos na Lei de Responsabilidade Fiscal (art. 4°, § 2° da LRF).

Art. 17 Constituem riscos fiscais capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas do Município, aqueles constantes do ANEXO III desta Lei (art. 4°, § 3° da LRF);

§ 1º Os riscos fiscais, caso concretizem, serão atendidos com recursos da Reserva de Contingência e também, se houver, do excesso de arrecadação e do superávit financeiro do exercício de 2014.

§ 2º Sendo estes recursos insuficientes, o Executivo municipal encaminhará Projeto de Lei a Câmara, propondo anulação de recursos ordinários alocados para investimentos, desde que não comprometidos.

Art. 18 Os orçamentos para o exercício de 2015 destinarão recursos para a Reserva de Contingência, de 2% (dois por cento) das Receitas Correntes Líquidas previstas para o mesmo exercício (art.5º, III da LRF).

§ 1º Os recursos da Reserva de Contingência serão destinados ao atendimento de passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos, e também para abertura de créditos adicionais suplementares ou especiais para despesas não orçadas ou orçadas a menor, conforme disposto na Portaria nº 42/99, art. 5º, Portaria STN nº 163/2001, art. 8º e demonstrativos de riscos fiscais no Anexo III (art. 5º, *b*, da LRF).

§ 2º Os recursos da Reserva de Contingência destinados a riscos fiscais, caso estes não se concretizem até o dia 10 de dezembro de 2014, poderão, excepcionalmente, ser utilizados por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal para abertura de créditos adicionais suplementares de dotações que se tornaram insuficientes.

Art. 19 Os investimentos com duração superior a 12 (doze) meses só constarão da Lei Orçamentária Anual se contemplados no Plano Plurianual (art. 5°, § 5°, da LRF)

Art. 20 O Chefe do Poder Executivo Municipal estabelecerá até 30 dias após a publicação da Lei Orçamentária Anual: o desdobramento da receita prevista em metas bimestrais de arrecadação, a programação financeira das receitas e despesas e o cronograma de execução mensal para suas unidades gestoras, considerando nestas, eventuais déficits financeiros apurados nos Balanços Patrimoniais do exercício anterior, de forma a restabelecer o imediato equilíbrio (art. 8° e 9° e 13 da LRF).

Art. 21 Os projetos e atividades priorizadas na Lei Orçamentária para o 2015 com dotações vinculadas a destinação de recursos oriundos de transferência voluntárias, operações de crédito, alienação e bens e outros, só serão executados e utilizados a qualquer título se ocorrer ou estiver garantido o seu ingresso no fluxo de caixa, respeitado ainda o montante ingressado ou garantido (art. 8°, § único e 50, I, da LRF)

§ 1° A apuração do excesso de arrecadação de que trata o art. 43, § 3°, da Lei 4.320/64, será realizado em cada distinção de recursos para fins de aberturas de crédito adicionais suplementares e especiais conforme exigência contida nos Art. 8°, § único e 50, I da Lei de Responsabilidade Fiscal, LC n° 101/2000.

§ 2° Na lei Orçamentária Anual os Orçamentos da Receita e da Despesa identificarão com codificação adequada cada uma das destinações de recursos, de forma que o controle da execução observe o disposto no caput deste artigo. (Art. 8°, § único e 50, I da LRF)

Art. 22 A renúncia de receita estimada para o exercício financeiro de 2015 e constantes no Anexo I.11, desta lei, não será considerado para efeito de Cálculo do orçamento da receita. (Art. 4°, § 2°, V e Art. 14, I da LRF).

Art. 23 A transferência de recursos do Tesouro Municipal às entidades privadas beneficiará somente aqueles de caráter educativo, assistencial, recreativo, cultural, esportivo, de cooperação técnica e voltadas para o fortalecimento do associativismo municipal e dependerá da autorização em lei especifica (art. 4°, I, “f” e 26 da LRF).

Parágrafo Único. As entidades beneficiadas com recurso do Tesouro Municipal deverão prestar contas no prazo de 30 (trinta) dias, contados do recebimento do recurso, na forma estabelecida pelo serviço de contabilidade (art. 70, Parágrafo único da CF).

Art. 24 Os procedimentos administrativos de estimativa do impacto orçamentário-financeiro e declaração do ordenador da despesa de que trata o artigo 16, itens I e II da Lei Complementar n° 101/2000 deverão ser inseridos no processo que abriga os autos da licitação ou de sua dispensa/inexigibilidade.

Parágrafo Único. Para efeito do disposto no art. 16, § 3° da Lei de Responsabilidade Fiscal, são consideradas despesas irrelevantes, aquelas decorrentes da criação, expansão ou aperfeiçoamento da ação governamental que acarreta aumento da despesa, cujo montante no exercício financeiro de 2015, em cada evento, não exceda o valor limite para dispensa de licitação fixada no item 1°, do art. 24, da Lei 8.666/93 devidamente atualizada (art. 16, § 3° da LRF).

Art. 25 As obras em andamento e a conservação do patrimônio público terão prioridade sobre projetos novo na alocação de recursos orçamentários, salvo os projetos programados com recursos de transferências voluntárias e operações de crédito (art. 45 da LRF).

Parágrafo Único. As obras em andamento e os custos programados para conservação do patrimônio publico extraídas do Relatório sobre Projetos em Execução e a Executar - estão demonstrados no Anexo IV desta lei (art. 45, parágrafo único da LRF).

Art. 26 Despesas de competência de outros entes da Federação só serão assumidas pela Administração Municipal quando firmados por convênios, acordos ou ajustes e previstos recursos na lei orçamentária (art. 62 da LRF).

Art. 27 A previsão das receitas e a fixação das despesas serão orçadas para 2015 a preços correntes.

Art. 28 A execução do orçamento da Despesa obedecerá, dentro de cada Projeto, Atividade ou Operações Especiais, a dotação fixada para Grupo de Natureza de Despesa/Modalidade de Aplicação, com apropriação dos gastos nos respectivos elementos de que trata a Portaria STN n° 163/2001.

Parágrafo Único. A transposição, o remanejamento ou a transferência de recursos de um Grupo de Natureza de Despesa/Modalidade de Aplicação para outro, dentro de cada Projeto, Atividade ou Operações Especiais, poderá ser feita por Decreto do Prefeito Municipal (art. 167, VI, da CF)

Art. 29. Durante a execução orçamentária de 2015, o Executivo Municipal, autorizado por lei, poderá incluir novos projetos, atividades ou operações especiais no orçamento das unidade gestoras na forma de crédito especial, desde que se enquadre nas prioridades para o exercício de 2015 e constantes desta lei (art. 167, I, da CF)

Art. 30 O controle de custos das ações desenvolvidas pelo Poder Publico Municipal de que trata o artigo 50, § 3° da lei de Responsabilidade Fiscal, serão desenvolvidos de forma a apurar os gastos dos serviços, obras tais como: dos programas, das ações, atendendo as unidades de saúde, educação, assistência social, entre outros (art. 4°, I, *e*, da LRF).

Parágrafo Único. Os gastos serão apurados através das operações orçamentárias, tomando-se por base as metas físicas previstas nas planilhas das despesas nas metas físicas realizadas e apuradas no final do exercício (art. 4°, I, *e*, da LRF).

Art. 31 Os programas priorizados por esta lei, extraídos do Plano Plurianual conforme Demonstrativo da Compatibilização das Metas de Despesas - ANEXO VI, e contemplados na Lei Orçamentária para 2015 serão desdobradas em metas quadrimestrais para avaliação permanente pelos responsáveis e em audiência publica na Comissão de Orçamento e Finanças da Câmara até o final dos meses de maio, setembro e fevereiro, de modo a acompanhar o cumprimento dos seus objetivos, corrigirem desvios, avaliar gastos e cumprimento das metas físicas estabelecidas (art. 4°, I, “e” e 9°, § 4°, da LRF).

Art. 32 Para fins do disposto no artigo 165, § 8° da Constituição Federal, considera-se crédito suplementar a criação de Grupo de Natureza de Despesa em categoria de programação ou a elevação do crédito orçamentário fixado na Lei Orçamentária para cada Grupo de Natureza de Despesa/Modalidade de Aplicação, excluído deste ultimo

o remanejamento realizado dentro da mesma categoria de programação.

V - DAS DISPOSIÇÕES SOBRE A DÍVIDA PÚBLICA MUNICIPAL

Art. 33 A Lei Orçamentária de 2015 poderá conter autorização para contratação de Operações de Crédito para atendimento á Despesas de Capital, observado o limite de endividamento de 50% das receitas correntes liquidas apuradas até o segundo mês imediatamente anterior a assinatura do contrato, na forma estabelecida na LC 101/2000 (artigos 30, 31 e 32 da LRF).

Art. 34 A construção de operações de crédito dependera de autorização em lei especifica (art. 32, I da LRF).
Art. 35 Ultrapassando o limite de endividamento definido no artigo 31 desta lei, enquanto perdurar o excesso, o Poder Executivo obterá resultado primário necessário através da limitação de empenho e movimentação financeira nas dotações definidas no art. 14 desta lei (art. 31, § 1°, II, da LRF).

VI – DAS DISPOSIÇOES SOBRE DESPESAS COM PESSOAL

Art. 36. O Executivo e o Legislativo Municipal, mediante lei autorizativa, poderão em 2015, criar cargos e funções, alterar a estrutura de carreiras, corrigir ou aumentar a remuneração dos servidores, conceder vantagens, admitir pessoal aprovado em concurso publico ou em caráter temporário na forma da lei, observados os limites e as regras da Lei de Responsabilidade Fiscal (artigo 169, parágrafo 1°, II da CF).

Parágrafo Único. Os recursos para as despesas decorrentes destes atos deverão estar previstos na lei de orçamento para 2015 ou em créditos adicionais.

Art. 37 Nos casos de necessidade temporária, de excepcional interesse público devidamente justificado pela autoridade competente, a Administração Municipal poderá autorizar a realização de horas extras pelos servidores quando as despesas com pessoal excederem a 95% do limite estabelecido no art. 20, III da Lei de Responsabilidade Fiscal (art. 22, parágrafo único, V, da LRF).

Art.38 O Poder Executivo Municipal adotará as seguintes medidas para reduzir as despesas com pessoal caso elas ultrapassem 60% da RCL para o município, sendo 6% para o Poder Legislativo, e 54% para o Poder Executivo, de acordo com os limites estabelecidos na Lei de Responsabilidade Fiscal (art. 19 e 20 da LRF):
I – eliminação de vantagens concedidas a servidores;
II – eliminação das despesas com horas extras;
III – exoneração de servidores ocupantes de cargo em comissão;
IV – demissão de servidores admitidos em caráter temporário;

Art. 39 Para efeito desta lei e registros contábeis, entende-se como terceirização de mão-de-obra referente substituição de servidores de que trata o artigo 18, § 1° da LRF, a contratação de mão-de-obra cujas atividades ou funções guardem relação com atividades ou funções previstas no Plano de Cargos da Administração Municipal de Nortelândia, ou ainda, atividades próprias da Administração Publica Municipal, desde que, em ambos os casos, não haja utilização de materiais ou equipamentos de propriedade do contrato ou de terceiros.

Parágrafo Único. Quando a contratação de mão-de-obra envolver também fornecimento de materiais ou utilização de equipamentos de propriedade do contratado ou de terceiros, por não caracterizar substituição de servidores, a despesa será classificada em outros elementos de despesa que não o "34 – Outras despesas de Pessoal decorrentes de contratos de Terceirização".

VII - DAS DISPOSIÇÕES SOBRE ALTERAÇÃO DA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA

Art. 40 O executivo Municipal, autorizado em lei, poderá conceder ou ampliar benefício fiscal de natureza tributária com vistas a estimular o crescimento econômico, a geração de emprego e renda, ou beneficiar contribuintes integrantes de classes menos favorecidas, conceder anistia para estimular a cobrança da dívida ativa, devendo esses benefícios ser considerados nos cálculos do orçamento da receita e serem objeto de estudos do seu impacto orçamentário e financeiro no exercício em que iniciar sua vigência e nos dois subsequentes (art.14 da LRF).

Art. 41 Os tributos lançados e não arrecadados, inscritos em dívida ativa, cujos custos para cobrança sejam superiores ao crédito tributário, poderão ser cancelados, mediante autorização em lei, não se constituindo como renúncia de receita para efeito do disposto no art. 14 da lei de Responsabilidade fiscal (art. 14, § 3º da LRF).

Art. 42 O ato que conceder ou ampliar incentivo, isenção ou benefício de natureza tributária ou financeira constante do Orçamento da Receita, somente entrará em vigor após adoção de medidas de compensação, seja por aumento da receita ou mediante cancelamento, pelo mesmo período, de despesas em valor equivalente (art. 14, § 2º da LRF).

VIII - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 43. O executivo Municipal enviará a proposta orçamentária à Câmara Municipal no prazo estabelecido na Lei Orgânica do Município, que a apreciará e a devolverá para sanção até o dia 15/12/2014.

§ 1º A Câmara Municipal não entrará em recesso enquanto não cumprir o disposto no c*aput* deste artigo.

§ 2º Se a lei orçamentária anual não for devolvida para sanção até o início do exercício financeiro de 2015, fica o Executivo Municipal autorizado a executar em cada mês, até 1/12 das dotações da proposta orçamentária encaminhada ao Poder Legislativo.

Art. 44 Serão consideradas legais as despesas com multas e juros pelo eventual atraso no pagamento de compromissos assumidos, motivados por insuficiência de tesouraria, formalmente justificadas pelo Secretário Municipal de Finanças.

Art. 45 Os créditos especiais e extraordinários, abertos nos últimos quatro meses do exercício, poderão ser reabertos no exercício subsequente, por ato de chefe do Poder Executivo.

Art. 46 O Executivo Municipal está autorizado a assinar convênios com o Governo Federal e Estadual através de seus órgãos da administração direta ou indireta para a realização de obras ou serviços de competência do Município ou não, durante o exercício de 2015.

Art. 47 Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 1º de Janeiro de 2015.

Paço Municipal Pedro Coelho Ormond, Município de Nortelândia, Estado de Mato Grosso, ao 26º dia do mês de Junho de 2014, 61º da Emancipação Político-Administrativa. 26/06/2014

NEURILAN FRAGA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ellen Cristina Desiderio de Oliveira Almeida
Código Identificador:9B1596D1

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
LEI Nº 330/2014, DE 26 DE JUNHO DE 2014.

"Autoriza o Poder Executivo a adquirir, em favor do Município de Nortelândia, os imóveis que especifica, de propriedade de particulares, e dá outras providências".

O Senhor **Neurilan Fraga**, Prefeito do Município de Nortelândia, Estado de Mato Grosso**,** no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal, aprovou e eu, **SANCIONO** a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a adquirir com fundamento no art. 114, inciso I, da Lei Orgânica do Município de Nortelândia, os imóveis urbanos de propriedade de particulares, conforme descrito a seguir:

I - Lote nº 01: Uma parte de lote urbano situado no Bairro da Ponte, nesta cidade de Nortelândia, com uma área total de 110 m², dentro das seguintes limitações e confrontações: Frente para o Lote remanescente **nº 328**, medindo 10,00 metros, aos fundos limitando-se com a Lagoa Santana medindo 10.00 metros; ao lado direito limitando-se com o Lote **nº 327**, medindo 11.00 metros, e ao lado esquerdo limitando-se com a Rua Filinto Müller medindo 11.00 metros; e

II – Lote nº 02: Uma parte de lote urbano situado no Bairro da Ponte nesta cidade de Nortelândia tendo como configuração um L, com uma área total de 1.479.50 m², dentro das seguintes limitações e confrontações: frente para Rua São Pedro, medindo 25.50 metros, aos fundos limitando-se com a Lagoa Santana medindo 40.00 metros; ao lado direito com o **Lote** remanescente **nº 375** medindo 29.00 metros, e ao lado esquerdo limitando-se com o Lote **nº 376** medindo 40.00 metros; e

III – Lote nº 03: Uma parte do lote urbano situado no Bairro da Ponte, nesta cidade de Nortelândia, com uma área total de 110m², dentro das seguintes limitações e confrontações: Frente para o **Lote Remanescente nº 327**, medindo 10.00 metros, aos fundos limitando-se com a Lagoa Santana medindo 10.00 metros; ao lado direito limitando-se com o **Lote nº 325,** medindo 11.00 metros, e ao lado esquerdo limitando-se com o **Lote nº 328** medindo 11.00 metros;

Art. 2º Os bens objetos dessa aquisição atenderão ao disposto no art. 112, inciso I da LOM, passando à condição de bens públicos de uso comum do povo, ficando autorizada a destinação prevista no art. 112, incisos I e II da LOM, através de decreto.
Parágrafo único. O valor pela aquisição dos bens objeto da presente lei é de R$ 7.000,00 (sete mil reais), conforme avaliação inclusa.

Art. 3º Esta lei entrará em vigor, na data de sua publicação.

Paço Municipal Pedro Coelho Ormond, Município de Nortelândia, Estado de Mato Grosso, ao 26º dia do mês de Junho de 2014, 61º da Emancipação Político-Administrativa. 26/06/2014

NEURILAN FRAGA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ellen Cristina Desiderio de Oliveira Almeida
Código Identificador:3B4D3370

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
LEI Nº 331/2014, DE 26 DE JUNHO DE 2014.

Dispõe sobre autorização para abertura de crédito suplementar na Lei Orçamentária vigente, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Nortelândia, Estado de Mato Grosso, Sr. Neurilan Fraga, faz saber que a Câmara Municipal aprova e ele sanciona a seguinte lei:

Art. 1º Fica autorizado o Poder Executivo a abrir Crédito Suplementar, na Lei Orçamentária vigente nas seguintes dotações:

Órgão 08 – SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E AGRICULTURA.
Unidade Orçamentária 004 – Departamento de Indústria, Comércio e Turismo.
Função 23 – Comércio e Serviços.
Sub-função 695 – Turismo.
Programa 0031 – Desenvolvimento do Turismo.
Projeto 1.076 – Manutenção e Encargos com a Realização de Eventos Turísticos.

30.00.00 – Despesas Correntes
33.90.00 – Despesas de Custeio
33.90.39 – Outros Serviços Terceiros Pessoa Jurídica R$: 200.000,00

Art. 2º Para cobertura dos presentes Créditos Suplementares objetos do artigo anterior, ficam assegurados os valores dos Convênios celebrados entre o Município de Nortelândia e os Órgãos do Governo Estadual.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Pedro Coelho Ormond, Sede do Município de Nortelândia-MT, ao 26º dia do mês de junho de 2014, 61º da Emancipação Político-Administrativa. 26/06/2014

NEURILAN FRAGA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ellen Cristina Desiderio de Oliveira Almeida
Código Identificador:1DDFEEE7

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADM. PLANEJ. E FINANÇAS
RESULTADO FINAL DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 026/2014

A Pregoeira da Prefeitura Municipal de Nossa Senhora do Livramento, nomeada pela Portaria 006/2014, publicada no Jornal da AMM 07/01/2014, vem a público divulgar o Resultado Final do **Pregão Presencial Nº 026/2014**, processo administrativo 981/2014, cujo objeto é "Contratação empresa especializada para execução de obras e serviços de engenharia, DESTE MUNICIPIO com sessão realizada no dia 25 de junho de 2014, com as empresas vencedoras abaixo.

ESPECIFICAÇÃO	EMPRESA VECEDORA	CNPJ	VALOR
LOTE 1 - Reforma em geral e climatização do Centro de Eventos "Antonia de Campos Maciel" localizada no Centro desta Cidade, objeto do Convênio nº 100/2013;	ADM OESTE CONSTRUTORA E LOCADORA LTDA EPP	06.182.082/0001-19	R$ 298.400,00
LOTE 2 - Construção de 02 (dois) Mini Estádio, sendo 01 na Comunidade de Mata Cavalo e 01 no Distrito de Faval neste Município, Objeto do Convênio nº 102/2013.	ADM OESTE CONSTRUTORA E LOCADORA LTDA EPP	06.182.082/0001-19	R$ 447.000,00
LOTE 3 - Contratação de serviços de construção de calçadas em diversas ruas da Sede deste Município, Objeto do Convênio nº 97/2013.	ADM OESTE CONSTRUTORA E LOCADORA LTDA EPP	06.182.082/0001-19	R$ 298.500,00
LOTE 4 - Contratação de serviços de construção de Quadra Poliesportiva Coberta na Comunidade Cristal neste Município, Objeto do Convênio nº 012/2013.	ADM OESTE CONSTRUTORA E LOCADORA LTDA EPP	06.182.082/0001-19	R$ 222.000,00
LOTE 5 - Contratação de serviços de Iluminação do Mini Estádio "Rogério Jesus de Arruda", Objeto do Convênio nº 99/2013.	LALUCE CONSTRUÇÕES LTDA	036219480001/52	R$ 149.000,00
LOTE 6 - Contratação de serviços de reforma em geral de 03 (três) praças localizada na Sede deste Município, Objeto do Convênio nº 101/2013.	ADM OESTE CONSTRUTORA E LOCADORA LTDA EPP	06.182.082/0001-19	R$ 446.000,00
LOTE 7 - Contratação de empresa para a obra de Construção do Centro de Múltiplo Uso do Distrito de Pirizal, Convênio nº 049/2012.	MANANCIAL CONSULTORIA, PLANEJAMENTO E PROJETOS LTDA EPP	14.174.848/0001-41	R$ 124.000,00
LOTE 8 - Contratação de empresa especializada nos serviços de Perfuração, Instalação e outorga junto a SEMA, de 10 Poços Tubulares Profundos, nas comunidades de Mata Cavalo de Cima, Aguaçú, Mata Cavalo, São Manoel do Pari, Jacaré, Ninho das Águias, Campo Alegre de Baixo, Pedro, Capão Redondo e Santana no Município de Nossa Senhora do Livramento, conforme Convênio nº 98/2013, sob o regime de Empreitada, por preço unitário, menor preço para atender às necessidades da Secretaria	GEOPOÇOS HIDROCONSTRUÇÕES E COMERCIO LTDA	33.702.309/00001-82	R$ 499.000,00

Municipal de Obras e Infra-Estrutura.			

Nossa Senhora do Livramento/MT, 26 de junho de 2014.

LEONILDES FÁTIMA DA SILVA BENEVIDES
Pregoeira

O Prefeito Municipal de Nossa Senhora do Livramento, no uso de suas atribuições, **HOMOLOGA** o procedimento licitatório nº 981/2014, na modalidade de **Pregão Presencial Nº 026/2014**, cujo objeto é o "Contratação empresa especializada para execução de obras e serviços de engenharia, DESTE MUNICIPIO, com sessão realizada no dia 25 de junho de 2014.

Nossa Senhora do Livramento/MT, 26 de maio de 2014.

CARLOS ROBERTO DA COSTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Heladio Mendes de Campos Maciel
Código Identificador:CA3B1EEC

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BANDEIRANTES

PREFEITURA MUNICIPAL
EXTRATO DO CONTRATO N° 093/2014

CONTRATADO: CLEONIR JOSE DA SILVEIRA
CPF: 581.068.981-72
OBJETO: AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR, PARA ALUNOS DE EDUCAÇÃO BÁSICA PÚBLICA MATRICULADOS NA ESCOLA MUNICIPAL PARAÍSO DO NORTE, VERBA FNDE/PNAE DE 2014, DESCRITOS NOS ITENS ENUMERADOS NA CLÁUSULA TERCEIRA, TODOS DE ACORDO COM A CHAMADA PÚBLICA N.º 001/2014
VALOR GLOBAL: R$ 5.992,00 (cinco mil novecentos e noventa e dois reais)
VINCULO: CHAMADA PUBLICA 001/2014

Publicado por:
Andressa Cristine Ferreira Moreira
Código Identificador:22100BB2

PREFEITURA MUNICIPAL
EXTRATO DO CONTRATO N° 094/2014

CONTRATADO: SUELI PEREIRA DA SILVA
CPF: 035.555.701-02
OBJETO: AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR, PARA ALUNOS DE EDUCAÇÃO BÁSICAS PÚBLICA MATRICULADAS NA ESCOLA MUNICIPAL PARAÍSO DO NORTE, VERBA FNDE/PNAE DE 2014, DESCRITOS NOS ITENS ENUMERADOS NA CLÁUSULA TERCEIRA, TODOS DE ACORDO COM A CHAMADA PÚBLICA N.º 001/2014
VALOR GLOBAL: R$ 1.416,00 (hum mil quatrocentos e dezesseis reais)
VINCULO: CHAMADA PUBLICA 001/2014

Publicado por:
Andressa Cristine Ferreira Moreira
Código Identificador:44FAB1D0

SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO DO CONTRATO N°.090/2014

CONTRATADO: SEBASTIÃO VIDAL DE SOUZA
CPF: 701.001.282-20
OBJETO: GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR, PARA ALUNOS DE EDUCAÇÃO BÁSICA PÚBLICA MATRICULADOS NA ESCOLA MUNICIPAL JOSE LUIZ CANDIDO FUNDAMENTAL E INFANTIL, VERBA FNDE/PNAE DE 2014, DESCRITOS NOS ITENS ENUMERADOS NA CLÁUSULA TERCEIRA, TODOS DE ACORDO COM A CHAMADA PÚBLICA N.º 001/2014
VALOR GLOBAL: R$ 8.457,20 (oito mil quatrocentos e cinqüenta e sete reais e vinte centavos)
VINCULO: CHAMADA PUBLICA 001/2014

Publicado por:
Andressa Cristine Ferreira Moreira
Código Identificador:259AD055

SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO DO CONTRATO N°. 091/2014

CONTRATADO: EDNA DOS SANTOS CARDOSO
CPF: 894.313.751-68
OBJETO: AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR, PARA ALUNOS DE EDUCAÇÃO BÁSICA PÚBLICA MATRICULADOS NA ESCOLA MUNICIPAL PRINCESA ISABEL - FAZENDA TRÊS CINCO, VERBA FNDE/PNAE DE 2014, DESCRITOS NOS ITENS ENUMERADOS NA CLÁUSULA TERCEIRA, TODOS DE ACORDO COM A CHAMADA PÚBLICA N.º 001/2014
VALOR GLOBAL: R$ 6.208,00 (seis mil duzentos e oito reais)
VINCULO: CHAMDA PUBLICA 001/2014

Publicado por:
Andressa Cristine Ferreira Moreira
Código Identificador:7E8F807F

SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO DO CONTRATO N° 092/2014

CONTRATADO: VALMY DA SILVA COSTA
CPF: 460.974.901-78
OBJETO:AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR, PARA ALUNOS DE EDUCAÇÃO BÁSICA PÚBLICA MATRICULADOS NA ESCOLA MUNICIPAL MARCO AZUL, VERBA FNDE/PNAE DE 2014, DESCRITOS NOS ITENS ENUMERADOS NA CLÁUSULA TERCEIRA, TODOS DE ACORDO COM A CHAMADA PÚBLICA N.º 001/2014
VALOR GLOBAL:**R$ 2.756,00 (dois mil setecentos e cinqüenta e seis reais)**
VINCULO: CHAMADA PUBLICA 001/2014

Publicado por:
Andressa Cristine Ferreira Moreira
Código Identificador:80D43DAE

SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO DO CONTRATO N°. 093/2014

CONTRATADO: CLEONIR JOSE DA SILVEIRA
CPF: 581.068.981-72
OBJETO: AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR, PARA ALUNOS DE EDUCAÇÃO BÁSICA PÚBLICA MATRICULADOS NA ESCOLA MUNICIPAL PARAÍSO DO NORTE, VERBA FNDE/PNAE DE 2014, DESCRITOS NOS ITENS ENUMERADOS NA CLÁUSULA TERCEIRA, TODOS DE ACORDO COM A CHAMADA PÚBLICA N.º 001/2014
VALOR GLOBAL: R$ 5.992,00 (cinco mil novecentos e noventa e dois reais)
VINCULO: CHAMADA PUBLICA 001/2014

Publicado por:
Andressa Cristine Ferreira Moreira
Código Identificador:AFA8B581

SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
AVISO DE LICITAÇÃO – PREGÃO PRESENCIAL Nº 044/2014

O Município de Nova Bandeirantes, Estado de Mato Grosso, através do Pregoeiro Oficial, torna público que fará realizar a licitação abaixo especificada:
MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL Nº 044/2014

PROCESSO LICITATÓRIO: Nº 072/2014
TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM
OBJETO: AQUISIÇÃO DE UM CONJUNTO DE MOTOBOMBA COM BASE E ACOPLAMENTO PARA O BOMBEAMENTO DE ÁGUA DA ESTAÇÃO DE CAPITAÇÃO DO RIO SÃO JOÃO, ATE A INSTALAÇÃO DE TRATAMENTO DE ÁGUA DA SEDE DO MUNICIPIO DE NOVA BANDEIRANTES/MT, em atendimento a Secretaria Municipal de Agricultura, Meio Ambiente, Tec. e Saneamento conforme relação contida no Anexo I.

DATA DE ABERTURA/HORA: Dia 14 de julho de 2014 às 9:00 horas.
LOCAL: Sala de Licitações, Avenida Comendador Luiz Meneghel nº 62 – Centro.
INFORMAÇÕES: O Edital e seus anexos encontram-se à disposição dos interessados no Setor de licitações - das 07:00 às 11:00 e das 13:00 às 17:00 horas, de 2ª a 6ª feira, Avenida Comendador Luiz Meneghel nº 62–Centro – Nova Bandeirantes/MT– Tel.: 66-3572-1951/1968, ou através de solicitação pelo e-mail: licitacaonovabandeirantes2013@hotmail.com.br

.Nova Bandeirantes/MT, 26 de junho de 2014.

ANDRESSA CRISTINE FERREIRA MOREIRA
Pregoeiro Oficial
Decreto 103/2013

Publicado por:
Andressa Cristine Ferreira Moreira
Código Identificador:852783FF

SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO DO CONTRATO N°. 095/2014

CONTRATADO: JURACI VITORINO ROBUSTE
CPF: 633.677.269-15
OBJETO: AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR, PARA ALUNOS DE EDUCAÇÃO BÁSICAS PÚBLICA MATRICULADAS NA ESCOLA MUNICIPAL JOSE LUIZ CANDIDO FUNDAMENTAL, VERBA FNDE/PNAE DE 2014, DESCRITOS NOS ITENS ENUMERADOS NA CLÁUSULA TERCEIRA, TODOS DE ACORDO COM A CHAMADA PÚBLICA N.º 001/2014
VALOR GLOBAL: R$ 4.450,80 (quatro mil quatrocentos e cinqüenta reais e oitenta centavos)
VINCULO: CHAMADA PUBLICA 001/2014

Publicado por:
Andressa Cristine Ferreira Moreira
Código Identificador:631CA79B

SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO DO CONTRATO N°. 096/2014

CONTRATADO: GERALDO JOSE DA SILVA
CPF: 142.384.701-68
OBJETO: AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR, PARA ALUNOS DE EDUCAÇÃO BÁSICAS PÚBLICA MATRICULADAS NAS ESCOLAS MUNICIPAL INFANTIL CRIANÇA FELIZ E ESCOLA ARIOSTO DA RIVA, VERBA FNDE/PNAE DE 2014, DESCRITOS NOS ITENS ENUMERADOS NA CLÁUSULA TERCEIRA, TODOS DE ACORDO COM A CHAMADA PÚBLICA N.º 001/2014
VALOR GLOBAL: R$ 5.538,40 (cinco mil quinhentos e trinta e oito e quarenta centavos)
VINCULO: CHAMADA PUBLICA 001/2014

Publicado por:
Andressa Cristine Ferreira Moreira
Código Identificador:9163CC22

SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO CONTRATO N° 097/2014

CONTRATADO: FREDERICO DE ARAUJO MOREIRA
CPF: 370.987.139-53
OBJETO: AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR, PARA ALUNOS DE EDUCAÇÃO BÁSICAS PÚBLICA MATRICULADAS NAS ESCOLAS MUNICIPAL ERNESTO NEIVERTH E ESCOLA INFANTIL CRIANÇA FELIZ, VERBA FNDE/PNAE DE 2014, DESCRITOS NOS ITENS ENUMERADOS NA CLÁUSULA TERCEIRA, TODOS DE ACORDO COM A CHAMADA PÚBLICA N.º 001/2014
VALOR GLOBAL: R$ 8.204,00 (oito mil duzentos e quatro reais)
VINCULO: CHAMADA PUBLICA 001/2014

Publicado por:
Andressa Cristine Ferreira Moreira
Código Identificador:2C953F71

SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO DO CONTRATO N° 098/2014

CONTRATADO: PEDRO TESSARO
CPF: 367.219.489-15
OBJETO: AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR, PARA ALUNOS DE EDUCAÇÃO BÁSICAS PÚBLICA MATRICULADAS NAS ESCOLAS MUNICIPAL ERNESTO NEIVERTH E ESCOLA INFANTIL CRIANÇA FELIZ, VERBA FNDE/PNAE DE 2014, DESCRITOS NOS ITENS ENUMERADOS NA CLÁUSULA TERCEIRA, TODOS DE ACORDO COM A CHAMADA PÚBLICA N.º 001/2014
VALOR GLOBAL: R$ 8.977,20 (oito mil novecentos e setenta e sete reais e vinte centavos)
VINCULO: CHAMADA PUBLICA 001/2014

Publicado por:
Andressa Cristine Ferreira Moreira
Código Identificador:BDCCC206

SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
AVISO DE PRORROGAÇÃO LICITAÇÃO – MODALIDADE TOMADA DE PREÇOS Nº. 008/2014

O Município de Nova Bandeirantes, Estado de Mato Grosso, através do Presidente da Comissão de Licitação, torna público que fará realizar a Tomada de Preços abaixo especificada:

PROCESSO LICITATORIO: Nº. 064/2014
MODALIDADE: TOMADA DE PREÇOS Nº. 008/2014
TIPO: MENOR PREÇO GLOBAL
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA NA FORMA DE EXECUÇÃO GLOBAL, PARA CONSTRUÇÃO DE 6,44 KM E RECUPERAÇÃO DE 4,56 KM, DE ESTRADAS VICINAIS, PADRÃO ALIMENTADORA, PROJETO DE ASSENTAMENTO JAPURANÃ, SITO NO DISTRITO DE JAPURANÃ, MUNICÍPIO DE NOVA BANDEIRANTES/MT.
JUSTIFICATIVA: A Prorrogação do Certame Licitatório *in* apreço dá-se em virtude de retificação feita no edital de Convocação.
DATA DE ABERTURA/HORA: Dia 16 julho de 2014 às 8:00 horas.
LOCAL: Sala de Licitações, sito na Avenida Comendador Luiz Meneghel, nº. 62, Centro, no Município de Nova Bandeirantes/MT.
INFORMAÇÕES: O Edital e seus anexos encontram-se à disposição dos interessados no Setor de licitações - das 09:00 às 13:00, de 2ª a 6ª feira, Avenida Comendador Luiz Meneghel nº 62–Centro – Nova Bandeirantes/MT– Tel.: 66-3572-1951/1968, ou através de solicitação pelo e-mail: licitacaonovabandeirantes2013@hotmail.com.br

.Nova Bandeirantes/MT, 26 de junho de 2014.

ROBERTO LIMA DA SILVA
Presidente da Comissão Permanente de Licitação
Portaria nº. 007/2014

Publicado por:
Andressa Cristine Ferreira Moreira
Código Identificador:A97526FA

SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO DO CONTRATO N°. 099/2014

CONTRATADO: RICARDO PAULINO DE OLIVEIRA 69246637100
CNPJ: 13.888.539/0001-70
OBJETO: AQUISIÇÃO DE INSTRUMENTOS E EQUIPAMENTOS MUSICAIS PARA MANUTENÇÃO DA FANFARRA MUNICIPAL, ATENDENDO A SECRETARIA MUNICIPAL DE DESPORTO CULTURA E LAZER DE NOVA BANDEIRANTES/MT.
VALOR GLOBAL: R$ 7.939,00 (sete mil e novecentos e trinta e nove reais)

Publicado por:
Andressa Cristine Ferreira Moreira
Código Identificador:C73A11F1

SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
AVISO DE PRORROGAÇÃO DE LICITAÇÃO –
MODALIDADE TOMADA DE PREÇOS Nº. 009/2014

O Município de Nova Bandeirantes, Estado de Mato Grosso, através do Presidente da Comissão de Licitação, torna público que fará realizar a Tomada de Preços abaixo especificada:

PROCESSO LICITATORIO: Nº. 065/2014
MODALIDADE: TOMADA DE PREÇOS Nº. 009/2014
TIPO: MENOR PREÇO GLOBAL
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA NA FORMA DE EXECUÇÃO GLOBAL, PARA CONSTRUÇÃO DE 5.66 KM E RECUPERAÇÃO DE 21.56 KM, DE ESTRADAS VICINAIS, PADRÃO ALIMENTADORA, PROJETO DE ASSENTAMENTO JAPURANOMAN, (ANTIGA FAZENDA TRÊS – CINCO), ZONA RURAL, MUNICÍPIO DE NOVA BANDEIRANTES/MT.
JUSTIFICATIVA: A Prorrogação do Certame Licitatório *in* apreço dá-se em virtude de retificação feita no edital de Convocação.
DATA DE ABERTURA/HORA: Dia 16 de julho de 2014 às 10:00 horas.
LOCAL: Sala de Licitações, sito na Avenida Comendador Luiz Meneghel, nº. 62, Centro, no Município de Nova Bandeirantes/MT.
INFORMAÇÕES: O Edital e seus anexos encontram-se à disposição dos interessados no Setor de licitações - das 09:00 às 13:00, de 2ª a 6ª feira, Avenida Comendador Luiz Meneghel nº 62–Centro – Nova Bandeirantes/MT– Tel.: 66-3572-1951/1968, ou através de solicitação pelo e-mail: licitacaonovabandeirantes2013@hotmail.com.br

Nova Bandeirantes/MT, 26 de junho de 2014.

ROBERTO LIMA DA SILVA
Presidente da Comissão Permanente de Licitação
Portaria nº. 007/2014

Publicado por:
Andressa Cristine Ferreira Moreira
Código Identificador:A13AD2F5

SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO DO CONTRATO N°100/2014

CONTRATADO: CESIRA BERGAMINI AMANCIO & CIA LTDA
CNPJ: 07.727.156/0001-18
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA NA FORMA DE EXECUÇÃO GLOBAL, PARA CONSTRUÇÃO DE UMA PRAÇA PUBLICA LOCALIZADA ENTRE A AVENIDA JOSE FRANCISCO OTENIO, TRAVESSA ALCION NEIVERTH E RUA PIAUI, NO TOTAL DE 5.200,00M² DE CONSTRUÇÃO, NO MUNICÍPIO DE NOVA BANDEIRANTES/MT.
VALOR GLOBAL: R$ 300.000.00(trezentos mil reais)
VINCULO: TOMADA DE PREÇO N°.005/2014

Publicado por:
Andressa Cristine Ferreira Moreira
Código Identificador:BD49385A

SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO DO CONTRATO N° 087/2014

CONTRATADO: QUALIDADOS PROJETOS E PESQUISAS LTDA-ME
CNPJ: 13.672.664/0001-49
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA ELABORAÇÃO DO PLANO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, ENQUANTO FONTE DE CONHECIMENTO CONSTITUI-SE EM INSTRUMENTO NORTEADOR INDISPENSÁVEL PARA IDENTIFICAR OBJETIVOS, ESTABELECER PRIORIDADES, METAS E PROCEDER AS ESCOLHAS METODOLÓGICAS.
VALOR GLOBAL: R$ 7.800,00 (sete mil oitocentos reais)
VINCULO:

Publicado por:
Andressa Cristine Ferreira Moreira
Código Identificador:5EFB0850

SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO DO CONTRATO N°. 088/2014

CONTRATADO: MALVALINDA DE FATIMA PEREIRA MIRANDA 97795461115
CNPJ: 19.611.576/0001-13
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS EM AULAS DE CORTES E COSTURA PARA GRUPO DE MULHERES DO SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS, NO MUNICÍPIO DE NOVA BANDEIRANTES/MT.
VALOR GLOBAL: R$ 6.650,00 (seis mil seiscentos e cinqüenta reais)
VINCULO:

Publicado por:
Andressa Cristine Ferreira Moreira
Código Identificador:AB2043FC

SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO DO CONTRATO N° 085/2014

CONTRATADO: SEBATIÃO SANTOS DA LUZ
CPF: 621.478.201-30
OBJETO: LOCAÇÃO DO IMÓVEL COMERCIAL, LOCALIZADA NA ESTRADA INTEGRAÇÃO, LINHA SOL NASCENTE, COM ÁREA DE 80 M2, PARA INSTALAÇÃO E FUNCIONAMENTO DOS SERVIÇOS DE FORTALECIMENTO DE VINCULO, PARA ADOLESCENTES DE 15 A 18 ANOS, GRUPOS DO PAIF E PARA REALIZAÇÃO DE CURSOS DE QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL E DE ARTESANATO NO ASSENTAMENTO PARAÍSO DO NORTE.
VALOR GLOBAL: R$ 3.325,00 (Três mil trezentos e vinte e cinco reais)
VINCULO:

Publicado por:
Andressa Cristine Ferreira Moreira
Código Identificador:80E8FC98

SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
AVISO DE LICITAÇÃO – PREGÃO PRESENCIAL Nº 045/2014

O Município de Nova Bandeirantes, Estado de Mato Grosso, através do Pregoeiro Oficial, torna público que fará realizar a licitação abaixo especificada:
MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL Nº 045/2014
PROCESSO LICITATÓRIO: Nº 073/2014
TIPO: MENOR PREÇO POR LOTE
OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM DECORAÇÃO DE EVENTOS; PRODUÇÃO MUSICAL COM BANDA E DJS; ALUGUEL DE PALCO E COBERTURA;

SERVIÇOS COM FILMAGENS E FOTOGRÁFICOS QUE SERÃO UTILIZADOS EM DATAS COMEMORATIVAS NO MUNICÍPIO DE NOVA BANDEIRANTES/MT.

DATA DE ABERTURA/HORA: Dia 14 de julho de 2014 às 11:00 horas.
LOCAL: Sala de Licitações, Avenida Comendador Luiz Meneghel nº 62 – Centro, na sede da Prefeitura Municipal.
INFORMAÇÕES: O Edital e seus anexos encontram-se à disposição dos interessados no Setor de licitações - das 07:00 às 11:00 e das 13:00 às 17:00 horas, de 2ª a 6ª feira, Avenida Comendador Luiz Meneghel nº 62–Centro – Nova Bandeirantes/MT– Tel.: 66-3572-1951/1968, ou através de solicitação pelo e-mail: licitacaonovabandeirantes2013@hotmail.com.br

Nova Bandeirantes/MT, 26 de junho de 2014.

ANDRESSA CRISTINE FERREIRA MOREIRA
Pregoeiro Oficial
Decreto 103/2013

Publicado por:
Andressa Cristine Ferreira Moreira
Código Identificador:06BE3309

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA LACERDA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO HOMOLOGAÇÃO DO TESTE SELETIVO SIMPLIFICADO 001/2014

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001/2014

DISPÕE SOBRE HOMOLOGAÇÃO DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001/2014 DA PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA LACERDA/MT E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Exm.º **Senhor Valmir Luiz Moretto**, Prefeito Municipal de Nova Lacerda –MT no uso de suas atribuições e, em conformidade com o Edital nº 005/2014, datado de 20/06/2014 que divulgou o Resultado Final do Desempenho dos (as) Candidatos (as) do Processo Seletivo Simplificado Nº 001/2014 realizado em 08 de Junho de 2014 destinado a seleção de pessoal visando a contratação por prazo determinado para atendimento de serviços essenciais e formação de cadastro de reserva para atender a Prefeitura Municipal de Nova Lacerda –MT

Considerando que não houve recurso contra o Edital nº 005/2014, datado de 20/06/2014 que divulgou o Resultado Final do Desempenho dos (as) Candidatos (as) do Processo Seletivo Simplificado Nº 001/2014.

RESOLVE:

Art. 1º - Homologar o Processo Seletivo Simplificado Nº 001/2014 realizado pela Prefeitura Municipal de Nova Lacerda/MT:

Secretaria Municipal de Educação
Pedagogia Escola Municipal 15 de Setembro - Nº Vagas: 01

CLASS	NOME	PONTUAÇÃO FINAL	RESULTADO
1	WELLINGTON LINO FIUZA	21	APROVADO

AG. SERVIÇOS GERAIS/Esc. Mun. Vale do Guaporé - Nº Vagas: 01

CLASS	NOME	PONTUAÇÃO FINAL	RESULTADO
	CRISTIANE APARECIDA GONÇALVES	15	REPROVADA
	ROSIMEIRE ALVES FERREIRA	AUSENTE	AUSENTE

MOTORISTA NÍVEL II /Gleba Bacurizal - Nº Vagas: 01

CLASS	NOME	PONTUAÇÃO FINAL	RESULTADO
1	EWERSON ZUMACK SALLES	36	APROVADO

MOTORISTA NÍVEL II /Esc. Getúlio Vargas - Nº Vagas: 01

CLASS	NOME	PONTUAÇÃO FINAL	RESULTADO
1	CLEBER DOS SANTOS RAMOS	40,8	APROVADO
	JOSÉ CARLOS PEREIRA	36,8	CLASSIFICADO
	JOSE ELIAS NUNES	34,4	CLASSIFICADO
	SILVANEY FARIA CAMARA	33,8	CLASSIFICADO
	ADILHO FERREIRA TORRES	29,8	CLASSIFICADO
	ERINALDO LOPES DOMINGOS	34	REPROVADO/PRÁTICA
	MARCOS XAVIER DOS SANTOS	30	REPROVADO/PRÁTICA
	ELSON JUSTINO DO NASCIMENTO	15,5	REPROVADO/OBJETIVA
	IVANEI RODRIGUES DOS SANTOS	10	REPROVADO/OBJETIVA/AUSENTE PRÁTICA
	JAILTON ALVES DE SOUZA	16	REPROVADO/OBJETIVA/AUS.ENTE PRÁTICA
	ADENILSON VITOR DA SILVA	AUSENTE	AUSENTE
	REGINALDO RAMOS DOS SANTOS	AUSENTE	AUSENTE

FORMAÇÃO DE CADASTRO DE RESERVA / Professor/Magistério Escola Mun. 15 de Setembro

CLASS	NOME	PONTUAÇÃO FINAL	RESULTADO
	MARIA NERI FREITAS	20	APROVADA
	GABRIELLA AMORIM SILVA	15	REPROVADA
	ANGRA PAULA DE JESUS SILVA	13	REPROVADA
	HELENICE AUGUSTA DA SILVA	13	REPROVADA
	ALINE SANTOS DE SOUZA SILVA	10	REPROVADA

FORMAÇÃO DE CADASTRO DE RESERVA/Professor/Magistério Escola Mun. Vista Alegre

CLASS	NOME	PONTUAÇÃO FINAL	RESULTADO
	NORILDA DA SILVA MARIANO	6	REPROVADA
	LAURA CHRISTINA SANTOS SILVA	AUSENTE	AUSENTE
	NEIVA FONSECA NUNES	AUSENTE	AUSENTE

FORMAÇÃO DE CADASTRO DE RESERVA/Professor/Magistério Escola Garimpo

CLASS	NOME	PONTUAÇÃO FINAL	RESULTADO
	ANA DEBORA AMORIM	19	REPROVADA
	ANDRESSA GUILHERME	11	REPROVADA

Secretaria Municipal Obras e Serviços Urbanos
AGENTE DE SERVIÇOS BRAÇAIS - Nº Vagas 04

CLASS	NOME	PONTUAÇÃO FINAL	RESULTADO	C.D.
1	ANDREA DUARTE	29	APROVADA	
2	VERIA OLIVEIRA MONTEIRO	26	APROVADA	
3	JOSUE MARCILIO BARBOSA	26	APROVADO	C.ESP.
4	FERNANDA DE MORAES NEVES	25	APROVADA	
	ELIVELTON DOS SANTOS AQUINO	24	CLASSIFICADO	
	ELAINE TAFAREL	22	CLASSIFICADA	
	ANDREIA PAOLA PEREIRA CORREIA	22	CLASSIFICADA	C.ESP.
	ARIANE DUARTE ARGUELHO	21	CLASSIFICADA	
	CRISTIANE CARINE DA SILVA	20	CLASSIFICADA	
	ALINE DUARTE ARGUELHO	19	REPROVADA	
	ANGELITHA MANUELLI U. FERNANDES	19	REPROVADA	
	JOSE ALVES FERREIRA	16	REPROVADO	
	DOGIVAL MOTA DA SILVA	7	REPROVADO	
	AILTON FRANCISCO DA SILVA	4	REPROVADO	
	ANGELA FERNANDES SOARES	AUSENTE	AUSENTE	
	LUCIANO RODRIGUES DA SILVA	AUSENTE	AUSENTE	

ELETRICISTA DE ENERGIA ELÉTRICA - Nº VAGAS 01

CLASS	NOME	PONTUAÇÃO FINAL	RESULTADO
1	EDSON DOMINGOS DE OLIVEIRA	37	APROVADO
	MARCELO DE OLIVEIRA IVO	36	CLASSIFICADO
	IVAIR WELLINGTON DIAS	AUSENTE	AUSENTE

MECÂNICO – Nº VAGAS 01

CLASS	NOME	PONTUAÇÃO FINAL	RESULTADO
1	DALISON ANTONIO ARAUJO SANTOS	25	APROVADO
	MATEUS ISRAEL DOS SANTOS SILVA	23	CLASSIFICADO

OPERADOR DE MOTONIVELADORA - Nº VAGAS 01

CLASS	NOME	PONTUAÇÃO FINAL	RESULTADO
1	FABIO DA SILVA GOMES	36,8	APROVADO
	EURICO VIEIRA DE BRITO	15,2	REPROVADO/OBJETIVA E PRÁTICA

OPERADOR DE TRATOR DE PNEU- Nº VAGAS 01

CLASS	NOME	PONTUAÇÃO FINAL	RESULTADO
1	CLEIDSON SILVA OLIVEIRA	29	APROVADO
	MOZART ROSA LIMA	28	CLASSIFICADO
	EZEQUIAS DE LIMA ROCHA	24	AUSENTE/PRÁTICA
	JUNIOR MAURICIO FERNANDES	19	REPROVADO/OBJETIVA E PRÁTICA
	EMERSON NELSON S.NASCIMENTO	AUSENTE	AUSENTE

MOTORISTA NÍVEL II /SEDE – Nº VAGAS 03

CLASS	NOME	PONTUAÇÃO FINAL	RESULTADO
1	SAMUEL COSTA LIMA	43,4	APROVADO
2	LUDUGERIO VIANA JUNIOR	42,6	APROVADO
3	JOÃO PAULO BARBOSA DOS SANTOS	42	APROVADO
	SONEIR DA SILVA	41	CLASSIFICADO
	THIAGO FRANCISCO NASCIMENTO	34,4	CLASSIFICADO
	VOLMIR RIBEIRO DE MORAIS	34	CLASSIFICADO
	SERGIO DA SILVA LIMA	33,8	CLASSIFICADO
	NAELTON VIEIRA DO NASCIMENTO	32,8	CLASSIFICADO
	DANIEL ALVES	32	CLASSIFICADO
	EDIMAR BARBOSA CAMARGO	30,4	CLASSIFICADO
	GEOVANE BATISTA DE MORAES	27,7	CLASSIFICADO
	MAURICIO REIS C. FERNANDES	30	REPROVADO/PRÁTICA
	EVERALDO GOIS BEZERRA DA SILVA	28,5	REPROVADO/PRÁTICA
	APARECIDO LIDUINO PROFETA DA CRUZ	AUSENTE	AUSENTE
	JOSIAS DE SOUZA SILVA	AUSENTE	AUSENTE
	MAYKOM CESAR DA SILVA VIEIRA	AUSENTE	AUSENTE
	OZIEL DIAS DE FARIA	AUSENTE	AUSENTE
	ROBERTO ALVES DE SOUZA	AUSENTE	AUSENTE
	SERGIO CAMPOS DOS SANTOS	AUSENTE	AUSENTE
	WALDEMAR RODRIGUES DA CRUZ	AUSENTE	AUSENTE

Secretaria Municipal de Assistência Social
ASSISTENTE SOCIAL/PROGRAMA EQUIPE VOLANTE – Nº VAGAS 01

CLASS	NOME	PONTUAÇÃO FINAL	RESULTADO
1	MARIA RITA DE OLIVEIRA	24	APROVADA
	FRANCINEIDE SOARES	15	REPROVADA

PSICÓLOGO/PROGRAMA EQUIPE VOLANTE – Nº VAGAS 01

CLASS	NOME	PONTUAÇÃO FINAL	RESULTADO
1	VERONICA SOARES DE OLIVEIRA	24	APROVADA
	ROSIANE CARNEIRO DE ALMEIDA	AUSENTE	AUSENTE

PSICÓLOGO/PROGRAMA REORDENAMENTO – Nº VAGAS 01

CLASS	NOME	PONTUAÇÃO FINAL	RESULTADO
	FABIO MENDOZA CALDERON	17	REPROVADO
	HELIDA HELOIZE DE ALMEIDA SANTOS	17	REPROVADA

Secretaria Municipal de Saúde
AGENTE DE COMBATE ÀS ENDEMIAS – Nº VAGAS 01

CLASS	NOME	PONTUAÇÃO FINAL	RESULTADO	CD
1	BIANCA DE LIMA AQUINO	26	APROVADA	
	CLEIDIANE DIAS DOS SANTOS RINALDI	24	CLASSIFICADA	
	CLERICE APARECIDA MELGA	23	CLASSIFICADA	
	ADENILSO SCUTERI DA SILVA	22	CLASSIFICADO	
	ELDA LEMES DE ALMEIDA	22	CLASSIFICADA	Sorteio Público
	PATRICIA ALVES DA SILVA	22	CLASSIFICADA	C.ESP.
	RANI APARECIDA DE MEDEIROS TEIXEIRA	21	CLASSIFICADO	
	CRISTIANE MARTINS TEODORO	20	CLASSIFICADA	
	EDILENE COSTA DA SILVA	19	REPROVADA	
	FABIANA DA COSTA SOUZA	19	REPROVADA	
	ROSIVANIA BERTOZZI DA SILVA	19	REPROVADA	
	LUCIMAR RIBEIRO SILVA	16	REPROVADA	
	DAMIANE PEREIRA SILVA	13	REPROVADA	
	ROZILDA SERQUEIRA DA SILVA	13	REPROVADA	
	AMANDA SOARES LOPES	11	REPROVADA	
	DOUGLAS MIRANDA SILVA	10	REPROVADO	
	MARIA APARECIDA DE OLIVEIRA IVO	10	REPROVADA	
	KELI APARECIDA DA SILVA BRAGA	10	REPROVADA	
	CRISTINA LAVRINHA PINTO	AUSENTE	AUSENTE	
	DANIELA DE SOUSA MORAIS	AUSENTE	AUSENTE	
	LEOSMAR DIAS LAUCIDIO	AUSENTE	AUSENTE	
	LUCAS RIBEIRO DOS SANTOS	AUSENTE	AUSENTE	
	MARLENE PAULINO DIAS	AUSENTE	AUSENTE	
	NEUIDES RITA DE SOUZA	AUSENTE	AUSENTE	
	RAQUEL DOS SANTOS TORRES	AUSENTE	AUSENTE	
	RUTH DA SILVA MARIANO	AUSENTE	AUSENTE	
	SIRLENE DIAS DA ROCHA MARIANO	AUSENTE	AUSENTE	

AGENTE DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA – Nº VAGAS 01

CLASS	NOME	PONTUAÇÃO FINAL	RESULTADO	CD
1	CARLOS EDUARDO DA SILVA FIUZA	25	APROVADO	
	MARINA FERNANDA D. P.PARREIRA	22	CLASSIFICADA	
	JULIEMERSON BASILIO BEARIS	21	CLASSIFICADO	
	LEIDE GEREMIAS DE CARVALHO	20	CLASSIFICADA	
	MARLI ADRIANA PISTORE	20	CLASSIFICADA	C.ESP.
	SANDRA MARIA GARCIA DA SILVA	20	CLASSIFICADA	C.ESP.
	ALESSANDRA APARECIDA DA SILVA	20	CLASSIFICADA	C.ESP.
	SANDRA DA SILVA FERREIRA	19	REPROVADA	
	GERSON GEREMIAS DE CARVALHO	19	REPROVADO	
	ANA CECILIA PEREIRA COSTA	18	REPROVADA	
	CLAUDIA DANIELA SOARES	18	REPROVADA	
	RAQUEL MARIA FONSECA DE ALMEIDA	17	REPROVADA	
	JOSIANE DA SILVA QUINTINO	17	REPROVADA	
	FABIANO RONCONI VERA	16	REPROVADO	
	JUSSARA KETLEM LUZ BENEVENUTTI	16	REPROVADA	
	MARIA DE FATIMA NUNES POCHE	16	REPROVADA	
	LEANDRO TORRES CESARIO	15	REPROVADO	
	PAMELA SUELLEN DE JESUS SANTOS	15	REPROVADA	
	MARISA ESPINDOLA	14	REPROVADA	

	PEIXINHO			
	KESSE D'JONEY DA SILVA	13	REPROVADO	
	PAULO ROGERIO C. OLIVEIRA	13	REPROVADO	
	NAILSON TORRES CESARIO	12	REPROVADO	
	CLELIA DIVINA FERNANDES MELGAR	11	REPROVADA	
	ADRIANA ALVES DE FREITAS	AUSENTE	AUSENTE	
	ANDREIA MATIAS CASERES SILVA	AUSENTE	AUSENTE	
	ANGELA MARIA DOS SANTOS GOMES	AUSENTE	AUSENTE	
	GRACIELI RINALDI	AUSENTE	AUSENTE	
	JULIANA GOUVEIA DA SILVA	AUSENTE	AUSENTE	
	LUCIENE PEREIRA OLIVEIRA	AUSENTE	AUSENTE	
	SILVANA FELIX FURTADO	AUSENTE	AUSENTE	
	WOOD VERA OLIVEIRA	AUSENTE	AUSENTE	

INFORMAÇÕES: CLASS: Classificação – CD: Critério de desempate - **Cargos que não exigem prova prática - Total da Prova** 40 pontos/Classificação: mínimo 20 pontos na Prova Objetiva - C**argos que exigem prova prática - Total da Prova Objetiva** 40 pontos/Classificação: mínimo 20 pontos e Total da Prova Prática 10 pontos/Classificação: mínimo 05 pontos.

Art. 2º - Não houve candidatos (as) inscritos (as) para os cargos: Professor(a) Pedagogia/ Escola Garimpo e Professor(a) Pedagogia/Escola Municipal Vista Alegre.

Art. 3º - Não houve candidatos (as) inscritos (as) na condição de Pessoa com deficiência para os cargos objetos do Processo Seletivo Simplificado Nº 001/2014.

Art. 4º - Não houve recursos contra o Edital nº 003/2014 de 28/05/2014 que divulgou a Homologação das Inscrições dos(as) candidatos(as) inscritos(as) para o Processo Seletivo Simplificado Nº 001/2014.

Art. 5º - Não houve recursos contra o Edital nº 004/2014 de 10/06/2014 da Divulgação do Gabarito da Prova da 1ª Etapa.

Art. 6º - Não houve apresentação de títulos dos candidatos (as) inscritos (as) nos cargos nível superior do Processo Seletivo Simplificado Nº 001/2014.

Art. 7º - Não houve recursos contra o Edital nº 005/2014, datado de 20/06/2014 que divulgou o Resultado Final do Desempenho dos (as) Candidatos (as) do Processo Seletivo Simplificado Nº 001/2014.

Art.8º - A Homologação entra em vigor na data de sua publicação

Nova Lacerda/MT, 27 de Junho de 2014.

VALMIR LUIZ MORETTO
Prefeito Municipal de Nova Lacerda/MT

Visto:

ALEX ROMULO FAUSTINO DE OLIVEIRA
Comissão Examinadora do Processo Seletivo Simplificado

SIDNEY DIAS DE JESUS
Comissão Examinadora do Processo Seletivo Simplificado

KARLYNE TAFAREL BARROS
Comissão Examinadora do Processo Seletivo Simplificado

Registre-se, Publique-se e Afixe-se.

Publicado por:
Karlyne Tafarel Barros
Código Identificador:94C6D572

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO
EXTRATO DO PRIMEIRO T. ADITIVO AO CONTRATO 032/2014

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA LACERDA

CONTRATADO: Manoel Flavio de Lima – ME

OBJETO: Acréscimo de serviço e valor de 21.578,90 (vinte e um mil quinhentos e setenta e oito reais e noventa centavos) ou seja, o percentual de aproximadamente 19,33 % (dezenove virgula trinta e três por cento) do valor do contrato original.

Nova Lacerda – MT, 23 de Junho de 2014.

Publicado por:
José Carlos Monteiro Júnior
Código Identificador:24830335

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MARILÂNDIA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO E CONTRATO
INEXIGIBILIDADE 001/2014

OBJETO: CONTRATAÇÃO DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NA ORGANIZAÇÃO E REALIZAÇÃO DE SHOW NACIONAL COM MUSICAIS PARA ANIMAÇÃO DA FESTA DA CULTURA E I EXPOMAR DO MUNICIPIO DE NOVA MARILANDIA-MT, COM A DUPLA " NETO & DIEGO " A SER REALIZADO NO DIA 03/07/2014.
Dia: 26/06/2014.
Entrega dos Envelopes: Até as 08:00 horas, do dia 30/06/2014.
Edital Completo: Mural da Prefeitura Municipal de Nova Marilandia .
Abertura do envelopes : Às 08: 30 horas, do dia 30 de junho de 2014 no endereço acima.
Fundamento Legal: Inciso I, art. 25, da Lei 8.666/93,).

NOVA MARILANDIA- MT, 26 de junho de 2014

DECIO SOARES MARTINS
Presidente da CPL

Publicado por:
Jefferson Nogueira Souto
Código Identificador:4E40F06F

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO E CONTRATO
INEXIGIBILIDADE 002/2014

OBJETO: CONTRATAÇÃO DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NA ORGANIZAÇÃO E REALIZAÇÃO DE SHOW NACIONAL COM MUSICAIS PARA ANIMAÇÃO DA FESTA DA CULTURA E I EXPOMAR DO MUNICIPIO DE NOVA MARILANDIA-MT, COM A DUPLA " BRENO REIS & MARCO VIOLA " A SER REALIZADO NO DIA 04/07/2014.
Dia: 26/06/2014.
Entrega dos Envelopes: Até as 09:00 horas, do dia 30/06/2014.
Edital Completo: Mural da Prefeitura Municipal de Nova Marilandia .
Abertura do envelopes : Às 09: 30 horas, do dia 30 de junho de 2014 no endereço acima.
Fundamento Legal: Inciso I, art. 25, da Lei 8.666/93,).

NOVA MARILANDIA- MT, 26 de junho de 2014

DECIO SOARES MARTINS
Presidente da CPL

Publicado por:
Jefferson Nogueira Souto
Código Identificador:8ED5B790

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO E CONTRATO
INEXIGIBILIDADE 003/2014

OBJETO: CONTRATAÇÃO DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NA ORGANIZAÇÃO E REALIZAÇÃO DE SHOW REGIONAL COM MUSICAIS PARA ANIMAÇÃO DA FESTA DA

CULTURA E I EXPOMAR DO MUNICIPIO DE NOVA MARILANDIA-MT, COM BANDA " BANDA LEGISLATIVO " A SEREM REALIZADOS NOS DIAS 03/07/2014 E 04/07/2014.
Dia: 26/06/2014.
Entrega dos Envelopes: Até as 10:00 horas, do dia 30/06/2014.
Edital Completo: Mural da Prefeitura Municipal de Nova Marilandia .
Abertura do envelopes : Às 10: 30 horas, do dia 30 de junho de 2014 no endereço acima.
Fundamento Legal: Inciso I, art. 25, da Lei 8.666/93,).

NOVA MARILANDIA- MT, 26 de junho de 2014

DECIO SOARES MARTINS
Presidente da CPL

Publicado por:
Jefferson Nogueira Souto
Código Identificador:E89DC751

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MARINGÁ

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL 018/2014

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURIDICA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM CAMINHÃO PIPA, COM VEICULO PROPRIO NO MUNICIPIO DE NOVA MARINGA E DISTRITO DE BRIANORTE-MT.

Tendo em vista o que consta dos autos deste processo, obedecendo todas as formalidades legais inscritas na Lei 8.666/93.
O Pregoeiro e Comissão de Apoio, cumprindo com as determinações legais, classificou as melhores propostas apresentadas e com os critérios estabelecidos no Pregão Presencial 018/2014, decorrido o prazo recursal sem quaisquer manifestação das partes interessadas. Assim sendo, de acordo com os critérios do edital e diante dos resultados apresentados pelo Pregoeiro e Comissão de Apoio, **HOMOLOGO** e **ADJUDICO** o julgamento do presente certame, para que produza todos os efeitos legais, dando como proponentes (s) vencedor(es) a(s) Empresa(s):

VENCEDOR: **EMPRESA CARLOS GONÇALVES - MEI - CNPJ – 17.434.681/0001-07**.
Valor R$ 54.000,00 (cinquenta e quatro mil reais).

A proposta apresentadas foi a mais vantajosa para a Administração Municipal, Razão pelo qual **ADJUDICO E HOMOLOGO** a proposta vencedora do objeto da presente licitação.

Nova Maringá - MT, 25 de Junho de 2014.

JOÃO BRAGA NETO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Claudio Maciel da Silva
Código Identificador:D742B036

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
AVISO DE RESULTADO PREGÃO PRESENCIAL 018/2014

A prefeitura Municipal de Nova Maringá – MT, através do pregoeiro e sua comissão de apoio, instituída pela portaria nº 121 de 20 de Maio de 2014, torna publico para o conhecimento de quantos possam interessar o resultado de LICITAÇÃO na modalidade PREGÃO PRESENCIAL 018/2014, **MENOR PREÇO POR ITEM, cujo Objeto é aCONTRATAÇÃO DE PESSOA JURIDICA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM CAMINHÃO PIPA, COM VEICULO PROPRIO NO MUNICIPIO DE NOVA MARINGA E DISTRITO DE BRIANORTE-MT**, a ser regido pela Lei federal nº. 8.666/93 e suas alterações posteriores.

VENCEDOR: **EMPRESA CARLOS GONÇALVES - MEI - CNPJ – 17.434.681/0001-07**.
Valor R$ 54.000,00 (cinquenta e quatro mil reais)

Nova Maringá - MT, 25 de Junho de 2014.

Atenciosamente

CLAUDIO MACIEL DA SILVA
Pregoeiro Oficial

Publicado por:
Claudio Maciel da Silva
Código Identificador:D78BF2D4

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MONTE VERDE

PREFEITURA MUNICIPAL
HOMOLOGAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL 27/2014

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

Eu, **ARION SILVEIRA**, Prefeito Municipal de Nova Monte Verde, Estado de Mato Grosso, após efetuar a competente análise, **HOMOLOGO** nesta data o Processo Licitatório Sob Modalidade **Pregão Presencial nº. 27/2014**, cujo objeto trata-se do REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAL ESPORTIVO PARA ATENDER O MUNICÍPIO DE NOVA MONTE VERDE, conforme negociações feitas na sessão pública pela equipe de pregão do município e acatando sem ressalvas a Conclusão final da Pregoeira que adjudicou vencedoras do certame licitatório as empresas **SG ARTIGOS ESPORTIVOS E PAPELARIA EIRELI - EPP** no valor total de R$ 42.499,46 (quarenta e dois mil quatrocentos e noventa e nove reais e quarenta e seis centavos), **ESPORTES LUCIANO LTDA - ME** no valor total de R$ 94.120,44 (noventa e quatro mil cento e vinte reais e quarenta e quatro centavos) e **GARRA COMERCIO E SERVIÇOS LTDA - ME** no valor total de R$ 40.205,50 (quarenta mil duzentos e cinco reais e cinquenta centavos) e determino que se tome as devidas providências para assinatura da respectiva Ata de Registro de Preços.

Nova Monte Verde-MT, 26 de junho de 2014.

ARION SILVEIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Lucimara Campanha dos Santos
Código Identificador:97690CBC

PREFEITURA MUNICIPAL
AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL 27/2014

EDITAL DE PUBLICAÇÃO
AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO

MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL Nº. 27/2014
PROCESSO Nº. 2042/2014
OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAL ESPORTIVO PARA ATENDER O MUNICÍPIO DE NOVA MONTE VERDE

A Pregoeira Oficial da Prefeitura Municipal de Nova Monte Verde-MT, nomeada através da Portaria nº. 68/2014 de 02 de junho de 2014 torna público aos interessados que conforme Edital de Licitação de Pregão Presencial nº. 27/2014 sagraram-se vencedoras do Certame Licitatório as Empresas:

SG ARTIGOS ESPORTIVOS E PAPELARIA EIRELI - EPP no valor total de R$ 42.499,46 (quarenta e dois mil quatrocentos e noventa e nove reais e quarenta e seis centavos).

ESPORTES LUCIANO LTDA - ME no valor total de R$ 94.120,44 (noventa e quatro mil cento e vinte reais e quarenta e quatro centavos).

GARRA COMERCIO E SERVIÇOS LTDA - ME no valor total de R$ 40.205,50 (quarenta mil duzentos e cinco reais e cinquenta centavos).

Nova Monte Verde-MT, 26 de junho de 2014.

LUCIMARA CAMPANHA DOS SANTOS
Pregoeira

PUBLIQUE-SE.

Publicado por:
Lucimara Campanha dos Santos
Código Identificador:D1F7A6B9

PREFEITURA MUNICIPAL
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL N. 32/2014

A Prefeitura Municipal de Nova Monte Verde-MT, Estado de Mato Grosso, através da sua Pregoeira Oficial, nomeada pelo Decreto nº. 68/2014 comunica aos interessados que será aberta licitação na modalidade de **Pregão Presencial nº. 32/2014** no dia **10/07/2014 às 9:00 horas** (Horário Local) na sede da Prefeitura Municipal, sala de licitações, na Avenida Mato Grosso, nº. 51, Nova Monte Verde-MT, cujo objeto é o REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE TORNO E SOLDA PARA ATENDER AS DIVERSAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE NOVA MONTE VERDE. Este pregão será regido pelo Decreto Municipal nº. 059/2009, Lei Federal 10520/2002, com aplicação subsidiária da Lei nº. 8.666/93, suas alterações e demais disposições aplicáveis. O Edital completo contendo as instruções estará à disposição dos interessados na sala de licitações da Prefeitura Municipal de Nova Monte Verde-MT ou pelo site www.novamonteverde.mt.gov.br , no campo **LICITAÇÃO - 2014**. Demais informações pelo telefone (66) 3597-2800.

Nova Monte Verde-MT, 26 de junho de 2014.

LUCIMARA CAMPANHA DOS SANTOS
Pregoeira Oficial do Município

Publicado por:
Lucimara Campanha dos Santos
Código Identificador:68FFFD03

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MUTUM

PREFEITURA MUNICIPAL
PORTARIA Nº 115, DE 16 DE JUNHO DE 2014.

"Dispõe sobre nomeação de Servidor Público responsável pelo acompanhamento e fiscalização de contratos de aquisição e prestação de serviços da Secretaria Municipal de Assistência Social e dá outras providências".

O Sr. **Adriano Xavier Pivetta,** Prefeito de Nova Mutum, Estado de Mato Grosso no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 60, inciso VI da Lei Orgânica Municipal;

· Considerando o dever das Secretarias Municipais de manter o controle e a transparência dos gastos públicos e zelar pela qualidade das compras e serviços;

· Considerando o cumprimento do Artigo 67 da Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993;

RESOLVE:

Art. 1º. Nomear a Servidora Pública Sra. **Ana Cristina Horst**, como responsável pelo acompanhamento e fiscalização dos contratos celebrados com o Município que atendem a Secretaria Municipal Assistência Social.

Art. 2º. A Servidora deverá acompanhar o desenvolvimento da execução dos contratos, e emitirá mensalmente relatório contendo anotações das ocorrências relevantes e documentando eventuais faltas ou defeitos observados, assumindo total responsabilidade pelo bom desempenho dos serviços objetos desta nomeação.

Parágrafo Único - O relatório mensal deverá ser enviado ao Departamento de Licitações e Contratos para apreciação e providências quando julgadas necessárias.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário em especial a Portaria nº 062/2013.

Gabinete do Prefeito de Nova Mutum, Estado de Mato Grosso, em 26 de junho de 2014.

Registre-se,
Afixe-se e
Cumpra-se.

ADRIANO XAVIER PIVETTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Aline Duarte Dutra
Código Identificador:4E0C1BEE

PREFEITURA MUNICIPAL
DECRETO Nº 049, DE 23 DE JUNHO DE 2014.

"Aprova o Regimento Interno do Sistema de Controle Interno do Município, instituído pela Lei Municipal nº 1.780/2014".

O Sr. **Adriano Xavier Pivetta**, Prefeito do Município de Nova Mutum, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei:

· Considerando a necessidade de instituição do Regimento Interno do Sistema de Controle Interno;

DECRETA:

Art. 1º. Fica aprovado, na forma do Anexo I, o Regimento Interno do Sistema de Controle Interno do Município, reestruturado pela Lei Municipal nº 1.780/2014, de 16 de junho de 2014, que passa a integrar este Decreto.

Art. 2º. Fica revogado o Decreto nº 081/2009 de 19 de Outubro de 2009 e o Decreto nº 007/2010, de 04 de Janeiro de 2010.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Nova Mutum, Estado de Mato Grosso, em 23 de junho de 2014.

ADRIANO XAVIER PIVETTA
Prefeito Municipal

ANEXO I
REGIMENTO INTERNO DO SISTEMA DE CONTROLE INTERNO DO MUNICÍPIO DE NOVA MUTUM

Art. 1º. O **Sistema de Controle Interno do Município de Nova Mutum**, reestruturado pela Lei Municipal n° 1.780/2014, através da UCCI – Unidade Central de Controle Interno, é o encarregado de promover a fiscalização contábil, financeira, orçamentária e patrimonial, no tocante à legalidade, legitimidade, economicidade, moralidade e eficiência na administração dos recursos e bens públicos municipais.

Parágrafo único - O Sistema de Controle Interno integra a estrutura do Gabinete do Prefeito.

Art. 2º. No desempenho de suas atribuições, o Sistema de Controle Interno, através da Unidade Central de Controle Interno, realizará a fiscalização nos órgãos e entidades da Administração Municipal, direta e indireta, além das pessoas físicas e jurídicas, de direito público ou privado, que recebam recursos públicos, adotando os seguintes procedimentos:

I – quanto às receitas, o exame:
a) das transferências intergovernamentais;
b) do lançamento e da respectiva cobrança de todos os tributos da competência local;
c) da cobrança da dívida ativa e dos títulos executivos emitidos pelo TCE;
d) das operações de crédito, avais e garantias, bem como dos direitos e haveres do Município.

II – quando às despesas e ao conjunto da gestão:
a) exame da execução da folha de pagamento;
b) exame da manutenção da frota de veículos e equipamentos;
c) exame do controle e acompanhamento dos bens patrimoniais;
d) exame dos procedimentos licitatórios e da execução dos contratos em vigor;
e) exame dos empenhos emitidos;
f) acompanhamento dos limites dos gastos com pessoal;
g) acompanhamento das despesas com a manutenção e desenvolvimento do ensino e com as ações e serviços públicos de saúde;
h) exame da gestão dos regimes próprios de previdência;
i) exame da legalidade e avaliação dos resultados, quanto à eficácia e eficiência, da gestão orçamentária, financeira e patrimonial nos órgãos e entidades da administração municipal, bem como da aplicação de recursos públicos por entidades do direito privado.

III – quanto às admissões de pessoal:
a) manifestação sobre a legalidade dos atos de admissão de pessoal por concurso, por processo seletivo público e mediante contratação por tempo determinado;
b) manifestação sobre a legalidade dos atos administrativos derivados de pessoal.

Parágrafo único - O Sistema de Controle Interno poderá desenvolver programas de auditorias e verificações para qualquer área da Administração, aplicando-os gradativamente conforme a programação de trabalho.

Art. 3º. O **Sistema de Controle Interno** será integrado pela UCCI - **Unidade Central de Controle Interno**.
Parágrafo 1º. Os servidores integrantes da **Unidade Central de Controle Interno**, deverão ser detentores de cargo de provimento efetivo, aprovados por concurso público e com nível superior preferencialmente nas áreas do Direito, Contabilidade, Administração ou Economia, devendo ser observada a descrição do cargo de Controlador Interno.

Parágrafo 2º. O Coordenador da **Unidade Central de Controle Interno** será designado pelo Prefeito, podendo ser um dos Controladores Internos ou agente público nomeado na forma da Lei.

Art. 4º. As **Normas Internas** emitidas pela **Unidade Central do Controle Interno**, uma vez aprovadas pelo Prefeito através de Decreto Municipal, possuirão caráter normativo, e, sendo descumpridas, importarão em infração disciplinar a ser apurada nos termos da Legislação vigente.

Art. 5º . A **UCCI – Unidade Central de Controle Interno**, ao tomar conhecimento de qualquer irregularidade ou ilegalidade, comunicará o fato ao Prefeito e respectivo Secretário (a) ou, de acordo com a atividade e órgão fiscalizado, e, conforme o caso, ao Tribunal de Contas do Estado, sob pena de responsabilidade solidária.

Art. 6º . A **UCCI** - **Unidade Central de Controle Interno** elaborará o plano das atividades - PAAI, provisionando as atividades a serem realizadas.

Art. 7º . Os Relatórios de Controle Interno descreverão as inconformidades encontradas bem como as recomendações para sua regularização, sendo que estes relatórios serão encaminhados para o Secretário (a) Municipal com cópia ao Prefeito. Quando se tratar de Fundação, Autarquia, Consórcio ou outra entidade vinculada à Administração, o Relatório será encaminhado ao respectivo Presidente ou responsável, com cópia ao Prefeito.

Art. 8º. Em caso de irregularidades apuradas em Relatórios de Auditoria, a UCCI concederá o prazo de 30 (trinta) dias para que, por escrito, sejam apresentados os seus esclarecimentos, podendo fazer uso do contraditório, identificando as medidas adotadas para sanar as inconformidades apontadas. Este prazo poderá ser prorrogado até o limite de mais 30 (trinta) dias, a critério da UCCI.

Art. 9º. São garantias dos servidores da Unidade Central de Controle Interno:

I – autonomia profissional para o desempenho das atividades na administração direta e indireta;
II – acesso a documentos, informações e banco de dados indispensáveis ao exercício das funções de controle interno.

Art. 10. As situações não previstas neste Regimento Interno serão resolvidas mediante aplicação das disposições da Lei Municipal nº 1.780/2014, dos preceitos constitucionais, da legislação infraconstitucional pertinente e dos princípios gerais de direito.

Art. 11. Este Regimento Interno entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se.
Publique-se.

ADRIANO XAVIER PIVETTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Aline Duarte Dutra
Código Identificador:FE7B180E

PREFEITURA MUNICIPAL
DECRETO Nº 034, DE 05 DE MAIO DE 2014.

"Abre crédito adicional suplementar no valor de R$ 397.500,00 (trezentos e noventa e sete mil e quinhentos reais), no orçamento do Município de Nova Mutum e dá outras providências".

O Sr. Adriano Xavier Pivetta, Prefeito Municipal de Nova Mutum, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, atendendo o contido da Lei Municipal nº 1.758, de 28 de abril de 2014, em consonância com a Lei Federal nº 4.320/64.

DECRETA:

Art. 1º. Abre crédito adicional suplementar no orçamento do Município, no montante de R$ 397.500,00 (trezentos e noventa e sete mil e quinhentos reais), nos termos do Artigo 41, Inciso I da Lei n° 4.320/64, na seguinte classificação orçamentária:

DOTAÇÕES A SUPLEMENTAR		
06.002.10.304.0152.2140.339030000000	R$	3.000,00
06.002.10.302.0119.2057.319004000000	R$	51.500,00
06.002.10.301.0118.2050.319004000000	R$	29.000,00
06.002.10.302.0119.2056.319004000000	R$	1.000,00
06.002.10.301.0118.1039.449051000000		313.000,00
TOTAL DAS SUPLEMENTAÇÕES	**R$**	**397.500,00**

Art. 2º. Para fazer face ao crédito autorizado no Artigo anterior desta Lei serão utilizados os recursos provenientes de superávit financeiro apresentado no Balanço Patrimonial – Anexo 14 do Exercício de 2013

da Prefeitura, nos termos do Art. 43, Parágrafo 1º, Inciso I, da Lei nº 4.320/64.

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Nova Mutum, Estado de Mato Grosso, em 05 de maio de 2014.

Registre-se,
Publique-se e
Cumpra-se.

ADRIANO XAVIER PIVETTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Aline Duarte Dutra
Código Identificador:ECEE5BB0

PREFEITURA MUNICIPAL
AVISO DE PRORROGAÇÃO – REPUBLICAÇÃO

Tomada de Preços n º 015/2014

O Município de Nova Mutum, torna público, que ninguém manifestou interesse até a data e horário marcado para abertura do certame licitatório, e por este motivo prorrogou o prazo de abertura para o dia 14.07.2014 às 08:00 horas.

Nova Mutum/MT, 26 de junho de 2014.

WALTER RODRIGUES DE SOUZA JÚNIOR
Presidente da CPL

Publicado por:
Sergio Vitor Alves Rodrigues
Código Identificador:3ED1C5DB

PREFEITURA MUNICIPAL
AVISO DE PRORROGAÇÃO – REPUBLICAÇÃO

Tomada de Preços n º 016/2014

O Município de Nova Mutum, torna público, que ninguém manifestou interesse até a data e horário marcado para abertura do certame licitatório, e por este motivo prorrogou o prazo de abertura para o dia 14.07.2014 às 09:30 horas.

Nova Mutum/MT, 26 de junho de 2014.

WALTER RODRIGUES DE SOUZA JÚNIOR
Presidente da CPL

Publicado por:
Sergio Vitor Alves Rodrigues
Código Identificador:493C14A5

PREFEITURA MUNICIPAL
AVISO DE PUBLICAÇÃO – PREGÃO PRESENCIAL Nº 108/2014 – REGISTRO DE PREÇOS

Objeto: **aquisição de gêneros alimentícios e gás de cozinha para merenda escolar**. Tipo: Menor preço por item - Data de Abertura: 10 de julho de 2014. Horário: 08:00 horas - Local: Av. Mutum, n º 1.250 N, Centro, N. Mutum – MT. Edital e Anexos: Deverá ser retirado pelo e – mail licitacao@novamutum.mt.gov.br, ou telefone ** 65 3308 5400 - Horário de Atendimento: Das 7h00 as 11:00 e das 13:00 as 17:00 horas.

Nova Mutum – MT, 26 de junho de 2014.

SÉRGIO VÍTOR ALVES RODRIGUES
Pregoeiro

Publicado por:
Sergio Vitor Alves Rodrigues
Código Identificador:A5C0F0B8

SAAE - SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DE NOVA MUTUM
EDITAL DE CONVOCAÇÃO

SAAE-SERVIÇO AUTÔNOMO DE AGUA E ESGOTO
Edital de Convocação- O SAAE Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Nova Mutum MT, Convoca, os candidatos abaixo relacionados, aprovados no **Concurso Público 001/2014**, para comparecerem no prazo máximo de 15(quinze) dias, na sede do SAAE de Nova Mutum MT, para apresentarem documentos e habilitações exigidas no Edital de Convocação nº 001/2014 que encontra- se fixado no mural do SAAE, divulgado no site www.saaenm.com.br. CARGO Auxiliar de Administração- **HELDER DE OLIVEIRA CALDEIRA**; CARGO Auxiliar de Serviços Gerais- **JOSE DELHIOMARIO JACINTO.**

Nova Mutum- MT 26 de Junho de 2014.

Publicado por:
Solani Maria Arens
Código Identificador:B346D4DD

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA NAZARÉ

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N.º 889/2014

"Dispõe sobre a concessão do benefício de Aposentadoria por Tempo de Contribuição à servidora Sra. Lourdes Terezinha Giacomini."

A Secretária Municipal de Educação, representante legal, do Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores de Nova Nazaré - PREVI-NAZARÉ, no uso de suas atribuições legais e;

Considerando o preenchimento dos requisitos previstos no art. 6º, incisos I, II, III e IV da EC 41/2003, c/c o art. 81, incisos I, II, III e IV da Lei Municipal nº 129 de 18 de junho de 2004 que dispõe sobre a reestruturação do Regime Próprio de Previdência Social do Município de Nova Nazaré/MT e, dá outras providências, Lei nº 033 de 01 de julho de 2010 que altera Lei Complementar 006 de 18 de junho de 2002 que cria a Lei de Plano de Cargos e Carreiras e Salários dos Servidores da Prefeitura Municipal de Nova Nazaré/MT, e Lei Complementar de nº 043 de 21 de março de 2012, anexo I, do Município de Nova Nazaré/MT, Lei Complementar nº 055 de 20 de maio de 2014 que dispõe sobre reajuste da remuneração dos Servidores Públicos da Educação do Município de Nova Nazaré/MT.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder o benefício de **Aposentadoria por Tempo de Contribuição**, a servidora **Sra**. **Lourdes Terezinha Giacomini**, brasileira, portadora do RG n.º 50289338-27 SSP/RS e do CPF n.º 544.569.240-04, residente e domiciliada neste município, servidora efetiva no cargo de Professora Magistério, Anexo "I", Classe "C", Nível "5", lotada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, matrícula sob nº 123, com proventos Integrais, conforme processo administrativo do **PREVI-NAZARÉ** n.º 2014.04.00003P, a partir de 30 de maio de 2014 até posterior deliberação.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se,
publique-se,
cumpre-se.

Nova Nazaré-MT, 30 de Maio de 2014.

RAILDA DE FÁTIMA ALVES
Prefeita Municipal

Publicado por:
Evanete Alves Guimarães
Código Identificador:49BA16A2

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº. 890 /2014.

"Dispõe sobre averbação de Tempo de Contribuição, em favor da Sr.ª Lourdes Terezinha Giacomini, servidora pública deste município."

O Prefeito Municipal de Nova Nazaré do Estado do Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por lei:

RESOLVE:

Art.1º - Averbar o tempo de contribuição não concomitante conforme Certidão de Tempo de Contribuição Original do Instituto Nacional Do Seguro Social- INSS e Certidão de Tempo de Contribuição do RPPS do Município de Água Boa, em nome da Sra. **Lourdes Terezinha Giacomini.**

Art. 2º - Fica averbado o tempo de contribuição equivalente a 4.938 dias líquidos, correspondentes a 13 (treze) anos, 06 (seis) meses e 13 (treze) dias, prestados aos seguintes órgãos:

Período	Órgão	Dias Líquidos
16/03/1987 A 31/12/1998	AGUA BOA PREFEITURA	4.300
17/05/1999 A 12/02/2001	SEC. DE EDUCAÇÃO-PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BOA	638

Art.3º - Compete ao Prefeito Municipal, acompanhar e fazer cumprir o disposto nesta portaria.

Art.4º- Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se,
Publique-se e
Cumpre-se.

Nova Nazaré - MT, 30 de maio de 2014.

RAILDA DE FATIMA ALVES
Prefeita Municipal

Publicado por:
Evanete Alves Guimarães
Código Identificador:DDD30358

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA SANTA HELENA

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA 073/2014

SÚMULA: Dispõe sobre a homologação do Resultado Final, conforme dispõe o Edital Complementar nº 006 ao Processo Seletivo Público Edital nº 001/2014, da Prefeitura Municipal de Nova Santa Helena, e dá outras providências.

O Prefeito do Município de Nova Santa Helena Estado de Mato Grosso Senhor **Dorival Lorca**, no uso de suas atribuições legais e nos explícitos termos Art. 37 da Constituição Federal e,

Art. 1º - Homologa o Edital Complementar nº 006 do Processo Seletivo Público Edital nº 001/2014 que, apresenta O Resultado Final do Processo Seletivo Público Edital nº 001/2014.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando disposições em contrário.

Nova Santa Helena MT, 26 de junho de 2014.

DORIVAL LORCA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Gilson Parron
Código Identificador:47110DCA

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA 072/2014

SÚMULA: Dispõe sobre a homologação do Edital Complementar nº 005 ao Processo Seletivo Público Edital nº 001/2014, da Prefeitura Municipal de Nova Santa Helena, e dá outras providências.

O Prefeito do Município de Nova Santa Helena Estado de Mato Grosso Senhor **Dorival Lorca**, no uso de suas atribuições legais e nos explícitos termos Art. 37 da Constituição Federal e,

Considerando que não houve qualquer recurso apresentado contra o Edital Complementar nº 005, publicado em 24 de junho de 2014,

Resolve:

Art. 1º - Homologar o Edital Complementar nº 005 do Processo Seletivo Público Edital nº 001/2014 que, apresenta a rol dos candidatos previamente Classificados e Desclassificados.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando disposições em contrário.

Nova Santa Helena MT, 26 de junho de 2014.

DORIVAL LORCA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Gilson Parron
Código Identificador:15D24252

GABINETE DO PREFEITO
EDITAL COMPLEMENTAR Nº 006 - PUBLICAÇÃO DO RESULTADO FINAL

PROCESSO SELETIVO PÚBLICO - EDITAL N.º 001/2014

Edital Complementar nº 006

RESULTADO FINAL – AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE

A Presidente da Comissão Organizadora do Processo Seletivo Público, **Dieme Barbosa Araújo**, no uso de suas atribuições legais, após avaliar juntamente com a Comissão Organizadora e com a empresa realizadora do Processo Seletivo Público o resultado das provas objetiva, a pontuação dos Títulos de Tempo de Serviços e a pontuação dos cursos de capacitação, bem como a avaliação final do Curso Introdutório, e
Considerando que em data de 24 de junho de 2014, foi publicado o Resultado das avaliações e a Classificação Prévia dos candidatos "**Classificados**" e "**Desclassificados**", conforme determina o Edital de Processo Seletivo Público nº 001/2014;
Considerando que decorrido o prazo normal de recurso, nenhum recurso administrativo contra o Resultado e a Classificação Prévia foi protocolado junto à Comissão Organizadora do Processo Seletivo Público;
Considerando que o trabalho desta Comissão chega ao final,

Resolve apresentar o Anexo do Resultado Final devidamente organizado por Micro área de atuação, parte integrante deste Edital Complementar, contendo informação dos candidatos "**APROVADOS**" e "**CADASTRO DE RESERVA**", para a respectiva homologação.

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:

Apresenta o resultado Final Oficial e a Classificação dos candidatos.

Fica a Secretaria Municipal de Saúde autorizada a organizar a convocação dos candidatos aprovados conforme a necessidade para o preenchimento das vagas.

Nova Santa Helena - MT, 26 de junho de 2014.

DIEME BARBOSA ARAUJO
Presidente da Comissão Organizadora

Publicado por:
Gilson Parron
Código Identificador:D8B97755

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA 074/2014

SÚMULA: Dispõe sobre a homologação do Edital Complementar nº 001/2014, relativo ao Edital de Concurso Público nº 001/2014 da Prefeitura Municipal de Nova Santa Helena, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Nova Santa Helena, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e nos explícitos termos Art. 37 da Constituição Federal,

Resolvem:

Art. 1º - Homologar o Edital Complementar nº 001 do Concurso Público Edital nº 001/2014, que apresenta as inscrições Deferidas e Indeferidas, para concorrerem gratuitamente ao respectivo certame.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando disposições em contrário.

Nova Santa Helena MT, 26 de junho de 2014.

DORIVAL LORCA
Prefeito Municipal

REGISTRE-SE
PUBLIQUE-SE
CUMPRA-SE.

Publicado por:
Gilson Parron
Código Identificador:29E87A7C

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA XAVANTINA

COMISSAO DE LICITACAO
CONTRATO N.º 65/2.014

O MUNICÍPIO NOVA XAVANTINA, MT e a empresa SEBASTIÃO NUNES DE OLIVEIRA - MEI, inscrita no CNPJ sob o n° 19.984.592/0001-51, Pessoa jurídica. Resolvem: OBJETO: "O presente contrato tem por objeto a contratação de serviço específico de transporte escolar, pelo período do ano letivo, no trajeto de: Linha Aruama com 35 alunos, totalizando 32.424 km, no período matutino, com veículo de sua propriedade, placa GMS 9796". VALOR: R$ 14.590,80(quatorze mil quinhentos e noventa reais e oitenta centavos) ao mês. VIGÊNCIA: O presente contrato vigorará do dia 23 de junho de 2014 á 31 de dezembro de 2014.

GERCINO CAETANO ROSA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Danilo Pereira de Araujo
Código Identificador:9103FE95

COMISSAO DE LICITACAO
CONTRATO N.º 66/2.014

O MUNICÍPIO NOVA XAVANTINA, MT e a empresa SEBASTIÃO NUNES DE OLIVEIRA - MEI, inscrita no CNPJ sob o n° 19.984.592/0001-51, Pessoa jurídica. Resolvem: OBJETO: "O presente contrato tem por objeto a contratação de serviço específico de transporte escolar, pelo período do ano letivo, no trajeto de: Linha Pontal com 15 alunos, totalizando 10.008 km, no período matutino, com veículo de sua propriedade, placa KBD 7976''. VALOR: R$ 4.503,60(quatro mil quinhentos e três reais e sessenta centavos) ao mês. VIGÊNCIA: O presente contrato vigorará do dia 23 de junho de 2014 á 31 de dezembro de 2014.

GERCINO CAETANO ROSA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Danilo Pereira de Araujo
Código Identificador:6287ED09

COMISSAO DE LICITACAO
CONTRATO N.º 67/2.014

O MUNICÍPIO NOVA XAVANTINA, MT e a empresa ADIVANDO ALVES E CIA LTDA – ME, inscrita no CNPJ sob o n° 08.418.994.0001-72, Pessoa jurídica. Resolvem: OBJETO: "AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE EXPEDIENTE PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA DE SAÚDE''. VALOR: R$ 13.861,15 (treze mil oitocentos e sessenta e um reais e quinze centavos). VIGÊNCIA: O presente contrato vigorará do dia 23/06/ 2.014 à 31/12/2.014.

GERCINO CAETANO ROSA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Danilo Pereira de Araujo
Código Identificador:94BEE220

COMISSAO DE LICITACAO
CONTRATO N.º 68/2.014

O MUNICÍPIO NOVA XAVANTINA, MT e a empresa **I FERNANDES BORGES**, pessoa jurídica de direito privado. Resolvem: OBJETO: "AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE EXPEDIENTE PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA DE SAÚDE''. VALOR: R$ 10.587,70 (dez mil quinhentos e oitenta e sete reais e setenta centavos). VIGÊNCIA: O presente contrato vigorará do dia 23/06/ 2.014 à 31/12/2.014.

GERCINO CAETANO ROSA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Danilo Pereira de Araujo
Código Identificador:EC4ED804

COMISSAO DE LICITACAO
CONTRATO N.º 69/2.014

O MUNICÍPIO NOVA XAVANTINA, MT e a empresa VERA CRUZ COMÉRCIO DE ELETRÔNICOS E MÓVEIS EIRELI – ME, pessoa jurídica de direito privado. Resolvem: OBJETO: "AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE EXPEDIENTE PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA DE SAÚDE''. VALOR: R$ 9.606,64 (nove mil seiscentos e seis reais e sessenta e quatro centavos). VIGÊNCIA: O presente contrato vigorará do dia 23/06/ 2.014 à 31/12/2.014.

GERCINO CAETANO ROSA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Danilo Pereira de Araujo
Código Identificador:34EEB6DC

COMISSAO DE LICITACAO
CONTRATO N.º 70/2.014

O MUNICÍPIO NOVA XAVANTINA, MT e a empresa VIVIANE REGINA CLAUDINO - ME, pessoa jurídica de direito privado. Resolvem: OBJETO: "AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE EXPEDIENTE PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA

SECRETARIA DE SAÚDE''. VALOR: R$ 19.690,33 (dezenove mil seiscentos e noventa reais e trinta e três centavos). VIGÊNCIA: O presente contrato vigorará do dia 23/06/ 2.014 à 31/12/2.014.

Publicado por:
Danilo Pereira de Araujo
Código Identificador:9A4BF4C9

COMISSAO DE LICITACAO
RESULTADO TP 015-2014

Resultado resumido do Julgamento da Proposta, da Homologação e Adjudicação
TOMADA DE PREÇOS N.º 015/2014
A PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA XAVANTINA – MT torna público o resultado de habilitação, julgamento, homologação e adjudicação, referente à TOMADA DE PREÇOS N.º 015/2014, objeto: "**Contratação de empresa televisiva para veiculação de matérias, programas, campanhas educacionais, produção e apresentação do informativo municipal**". Sessão deserta certame Fracassado.

Nova Xavantina – MT, 26 de junho de 2014.

WALMIR ARRUDA COSTA
Presidente da CPL

Publicado por:
Walmir Arruda Costa
Código Identificador:7163817A

DIVISAO DE PESSOAL
DISTRATO CONTRATO 083-2012

TERMO DE DISTRATO

A PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA XAVANTINA ESTADO DE MATO GROSSO, representada neste ato pelo Prefeito Municipal Sr. **GERCINO CAETANO ROSA**, brasileiro casado, portador da Cédula de Identidade **RG nº 512.814 SSP/MT** e do **CPF nº 280.677.891-34**, residente e domiciliado a Rua Sergipe, 185 Centro Nova Xavantina - MT, aqui denominado **DISTRATANTE**, e do outro lado a pessoa física do(a) Sr.(a). **PAOLA PEREIRA DOS SANTOS,** brasileiro(a), portador(a) da Cédula de Identidade **RG nº 2160627-7 SSP/MT e CPF Nº 034.979.421.97 ,** na qualidade de **AGENTE DE COMBATE ÀS ENDEMIAS,** residente e domiciliado(a) nesta cidade, neste ato denominado(a) **DISTRATADO**(**A**), para os efeitos deste ato, ajustam e acordam:
CLÁUSULA I
Fica distratado, o Contrato de Trabalho por Tempo Determinado de número **083/2012,** junto a SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.
CLÁUSULA II
Com a celebração do presente ato, ficam distratadas as obrigações de ambas as partes, dando o(a) **DISTRATADO**(**A**), total quitação do contrato após o recebimento das obrigações trabalhistas consignadas em Lei.
E por estarem de acordo, firmam o presente Termo de Distrato, em duas vias de mesmo teor na presença das testemunhas abaixo.

NOVA XAVANTINA MT, 28 DE MAIO DE 2014.

GERCINO CAETANO ROSA
Prefeito Municipal

PAOLA PEREIRA DOS SANTOS
Distratado(a)

Publicado por:
Daniella Sehnem
Código Identificador:0109D286

DIVISAO DE PESSOAL
PRORROGAÇÃO DE CONCURSO PUBLICO

DECRETO Nº. 2.387, DE 25 DE JUNHO DE 2014

Dispõe sobre a prorrogação da validade do Concurso Público Municipal n.º 001/2012, e dá outras providências.

O **Prefeito do Município de Nova Xavantina,** Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, combinado com dispositivos constantes no Edital de Concurso n.º 001/2012; **Decreta:**

Art. 1º Fica prorrogado para mais 02 (dois) anos a validade do Concurso Público Municipal n.º 001/2012, homologado através do Decreto n.º 2.083, de 29 de junho de 2012.

Parágrafo único. A prorrogação de que trata o *caput* deste artigo terá validade somente para os concursados que não foram empossados de acordo com o referido Edital.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio dos Pioneiros, Gabinete do Prefeito Municipal, Nova Xavantina, 25 de junho de 2014.

GERCINO CAETANO ROSA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Daniella Sehnem
Código Identificador:B6227029

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANCAS
4º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº.080/2012

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Nova Xavantina, MT
CONTRATADO: Jeziel de A. Oliveira e Cia Ltda.
OBJETO: Prorroga vigência do Contrato nº. 080/2012, Construção de 61 módulos sanitários em Nova Xavantina - MT, para 21/12/2014.

GERCINO CAETANO ROSA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Valéria Magna Gonzaga Ferreira
Código Identificador:5B2797DC

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO MUNDO

PREFEITURA MUNICIPAL
EXTRATO CONTATO 019/2014

EXTRATO DE CONTRATO
CONTRATO Nº 019/2014

Contratante	**Prefeitura Municipal de Novo Mundo MT**
Contratada	A empresa **C. DAUFENBACH – EDITORA ME,** pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº 10.759.216/0001-99, com sede na cidade de Novo Mundo/MT, daqui por diante designada **CONTRATADA**, neste ato representada pelo seu proprietário Sr. Clodoaldo Daufenbach**,** portador da Carteira de Identidade RG nº 14747642 SSP/MT e inscrito no CPF nº 965.917.149-87, residente e domiciliado, na cidade de Novo Mundo/MT
Objeto	**Contratação de Pessoa Jurídica para prestação de serviços técnicos para pesquisa, análise, elaboração e edição de materiais de informação contendo diagnóstico educacional do Município de Novo Mundo nos últimos dezoito anos e capacitação específica em informática avançada para Técnicos Administrativos Educacionais.**
Valor	Dar-se-à ao presente Contrato o valor global para a execução do contrato de **R$ 24.620,00 (Vinte e Quatro Mil Seiscentos e Vinte Reais)**, divididos da seguinte forma: · 25% (vinte e cinco por cento), equivalente a R$ 6.155,00 (Seis Mil Cento e Cinquenta e Cinco Reais) no ato da assinatura do contrato, e o restante divididos em 6(seis) parcelas de 12,5% (doze e meio por cento) equivalente a R$ 3.077,50 (Três Mil Setenta e Sete Reais e Cinquenta Centavos) cada, mediante a realização dos serviços;
Vigência do Contrato	De 06 de Junho de 2014 á 31 de Dezembro 2014
Dotação Orçamentária	**062 – 05.001.12.361.0006.2026.3390.39.00**
Origem	Pregão Presencial 019/2014

Novo Mundo/MT, 06 de Junho 2014.

JOSE HELIO RIBEIRO DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Liria Kurten Wronski
Código Identificador:BEB0C5ED

PREFEITURA MUNICIPAL
TERMO DE CONVÊNIO 001/2014

O MUNICÍPIO DE NOVO MUNDO, pessoa jurídica de direito público interno, com sede à Rua Nunes Freire, n° 12, Bairro Alto da Bela Vista, inscrito no CNPJ sob n° 01.614.517/0001-33, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. **JOSÉ HÉLIO RIBEIRO DA SILVA**, brasileiro, casado, portador do RG n° 1379411-6 SSP/MT e CPF n° 227.198.652.49, residente e domiciliado à Avenida Ayrton Senna, s/nº, no Município de Novo Mundo /MT, neste ato denominado **CONCEDENTE,** e de outro lado o **CENTRO DE RECUPERAÇÃO MISSÃO COLUNA DE BETEL,** inscrita no CNPJ/MF sob n° 06.241.207/0001-34, situada na Chácara Betel, Comunidade São José, Pascoa I, no Município de Guarantã do Norte/MT, Entidade de Utilidade Pública, sem fins lucrativos, representada neste ato pelo seu Presidente Sr. **JOÃO CRUZ CARDOSO,** brasileiro, portador do RG n° 1.098.277 SJSP/MA e CPF n° 332.593.643-15, residente e domiciliado no Município de Guarantã do Norte/MT, neste ato denominado **CONVENENTE.**

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO
Constitui objeto do presente Termo de Convênio a promoção de ações que proporcionarão a recuperação de dependentes químicos através do "Centro de Recuperação Missão Coluna de Betel".

CLÁUSULA SEGUNDA – DO VALOR
O valor global deste instrumento é de R$ 8.000,00 (Oito Mil Reais), para repasse em 08 (oito) parcelas mensais no valor de R$ 1.000,00 (Um mil Reais).

CLÁUSULA TERCEIRA – DO PRAZO E FORMA DE PAGAMENTO
A vigência deste convênio compreende a data de sua assinatura até 31 (trinta e um) de dezembro do corrente ano. Os pagamentos serão efetuados em cada dia 10 (dez) de cada mês.

CLÁUSULA QUARTA – DO RECURSO ORÇAMENTÁRIO
As despesas resultantes deste instrumento serão empenhadas integralmente, no exercício de 2014 e pagas com recursos próprios deste município para empenho na seguinte dotação orçamentária:

Código Orçamento: 07.002.08.244.0011.3350.43.00 - 2062

CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES
Como forma de cooperação para execução fiel do objeto deste convênio, obrigam-se as partes:

DA CONCEDENTE
a) Acompanhar a realização deste convênio através da Secretaria Municipal de Assistência Social com objetivos de fiscalização e avaliação para cumprimento do objeto deste convênio.
b) Liberar recursos após a apresentação da prestação de contas da parcela anteriormente recebida.
c) Receber as prestações de contas que serão submetidas ao Tribunal de Contas do Estado.
d) Remeter cópia do convênio a Câmara de Vereadores de Novo Mundo/MT. .

DA CONVENENTE

a) Aplicar os recursos financeiros dentro o objetivo proposto a que se refere à Cláusula Primeira.
b) Apresentar à Prefeitura Municipal de Novo Mundo /MT a prestação de contas dos recursos recebidos conforme o estabelecimento na Cláusula Sexta.
c) Movimentar conta específica em Instituto Financeiro Oficial;
d) Caso necessário, promover licitação para contratação dos serviços ou aquisição, nos termos da Lei 8.666 de 21/06/1993 e alterações posteriores, ou ainda, de acordo com nova legislação que vier a substituí-la.
e) Devolver à CONCEDENTE a parcela ou saldo de parcelas recebidas e por ventura não utilizada no objetivo propostos, devidamente atualizados.
f) Dar Publicidade do convênio, mediante afixação de placa na sede da entidade e adesivos em veículos próprios, mencionando o número, o valor e prazo de vigência.

CLÁUSULA SEXTA – DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

A Prestação de contas dos Recursos constantes neste Convênio deverá ser apresentada à **CONCEDENTE** no prazo de 30 (trinta) dias contados a partir do repasse financeiro a **CONVENENTE.**
Devem conter na Prestação de Contas:
a) Demonstrativo da Execução da Receita e Despesa, evidenciando os recursos recebidos em transferência, a contrapartida, os rendimentos auferido da aplicação dos recursos do mercado, quando for o caso e os saldos;
b) Relação de pagamentos;
c) Extrato da Conta Bancária especifica do período recebimento da primeira
parcela até o último pagamento e conciliação bancária, quando for o caso;
d) Cópia do despacho adjudicatório de homologação das licitações realizada, ou justificativa para sua dispensa ou inexigibilidade, com o respectivo embasamento legal quando a **CONVENENTE** pertencer a Administração Pública;
e) Cópias autenticadas das faturas, recibos, notas fiscais e quaisquer outros documentos comprobatórios de despesas emitidos em nome da CONVENENTE, devidamente atestados, recebidos e identificados com o número do convênio ou similares;
f) Comprovante do recolhimento do saldo de recursos, na conta indicada pelo responsável pelo programa.

PARÁGRAFO ÚNICO – As faturas, recibos, notas fiscais, e quaisquer outros documentos comprobatórios de despesas deverão ser emitidos em nome da CONVENENTE, devidamente identificados com número do documento e mantidos em arquivos, em boa ordem, no próprio local em que foram contabilizadas, a disposição dos órgãos de controle interno e externo no prazo de 5 (cinco) anos contados da aprovação da prestação ou tomada de contas da CONCEDENTE, relativo ao exercício da concessão.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS RESPONSABILIDADES

A ausência de prestação de contas, nos prazos e formas estabelecidas, a prática de irregularidades na aplicação dos recursos, sujeita a **CONVENENTE** a instauração de Tomada de Contas Especial, para ressarcimento dos valores, além de responsabilização na esfera penal, se for o caso.

CLÁUSULA OITAVA – DA RATIFICAÇÃO

O presente instrumento poderá ser ratificado ou alterado, através de Termo Aditivo, de comum acordo entre as partes, desde que solicitado e perfeitamente justificado dentro do seu prazo de validade.

CLÁUSULA NONA – DA RESCISÃO

Este convênio poderá ser denunciado por quaisquer das partes e rescindido por descumprimento de suas cláusulas, particularmente quando das constatações das seguintes situações:
a) Utilização dos recursos em desacordo com seu objeto;
b) Aplicação dos recursos no mercado financeiro, em desacordo com o disposto na Lei 8.666, de 21 de junho de 1993, alterada pela Lei n° 8.883, de 08 de junho de 1994.
c) Falta de apresentação de prestação de contas nos prazos estabelecidos.

CLÁUSULA DÉCIMA – DO FORO

Fica eleito o foro da Comarca de Guarantã do Norte – Estado de Mato Grosso, para dirimir dúvidas oriundas deste instrumento.

E por estarem assim de acordo e conveniadas assinam o presente em 02 (duas) vias de igual teor e forma na presença de 02 (duas) testemunhas.

Novo Mundo/MT, em 09/05/2014.

JOSÉ HÉLIO RIBEIRO DA SILVA JOÃO CRUZ CARDOSO
Prefeito Municipal Presidente do Centro de Recuperação
Missão Coluna de BETEL

Publicado por:
Liria Kurten Wronski
Código Identificador:4C69E00B

PREFEITURA MUNICIPAL
EDITAL Nº 018/2014 DE CONVOCAÇÃO

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO MUNDO/MT**, pelo presente edital, que faz publicar na sede da Prefeitura e em jornal de ampla circulação na região, considerando que foram envidados todos os esforços e empreendido todas as diligências dos técnicos sociais desse Município para localização do beneficiário do Programa Minha Casa Minha Vida – PMCMV destinado a municípios com população limitada a cinquenta mil habitantes que se encontram em local incerto e não sabido, convoca a pessoa abaixo relacionada a comparecer a sede da Secretaria Municipal de Assistência Social, localizada na Avenida Brilhante, s/nº para atualização de seus dados de contato, no prazo de 30 (trinta) dias corridos, contados a partir da data desta publicação sob pena de ter sua inscrição declarada SEM EFEITO, seu contrato rescindido, sendo assim substituído por outra pessoa. Informamos, ainda, que o não comparecimento do convocado no prazo de trinta dias implicará no cancelamento/rescisão imediata do contrato firmado com a esta **PREFEITURA MUNICIPAL e a COMPANHIA HIPOTECÁRIA BRASILEIRA – CHB.**
Beneficiário: JOSÉ TIBIRAGUAIA RODRIGUES DA PAZ
CPF: 554.314.299-49.

Novo mundo/MT, 26 de junho de 2014.

JOSÉ HÉLIO RIBEIRO DA SILVA
Prefeito Municipal

ESDENIRA BOERI DA SILVA
Secretária de Assistência Social

Publicado por:
Luciana da Silva Betarelo
Código Identificador:A7A5B219

PREFEITURA MUNICIPAL
EDITAL Nº 19/2014 DE CONVOCAÇÃO

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO MUNDO/MT**, pelo presente edital, que faz publicar na sede da Prefeitura e em jornal de ampla circulação na região, considerando que foram envidados todos os esforços e empreendido todas as diligências dos técnicos sociais desse Município para localização do beneficiário do Programa Minha Casa Minha Vida – PMCMV destinado a municípios com população limitada a cinquenta mil habitantes que se encontram em local incerto e não sabido, convoca a pessoa abaixo relacionada a comparecer a sede da Secretaria Municipal de Assistência Social, localizada na Avenida Brilhante, s/nº para atualização de seus dados de contato, no prazo de 30 (trinta) dias corridos, contados a partir da data desta publicação sob pena de ter sua inscrição declarada SEM EFEITO, seu contrato rescindido, sendo assim substituído por outra pessoa. Informamos, ainda, que o não comparecimento da convocada no prazo de trinta dias implicará no cancelamento/rescisão imediata do contrato firmado com a esta **PREFEITURA MUNICIPAL e a COMPANHIA HIPOTECÁRIA BRASILEIRA – CHB.**

Beneficiária: ROSILENE RIBEIRO DA SILVA
CPF: 038.456.781-94.

Novo mundo/MT, 26 de junho de 2014.

JOSÉ HÉLIO RIBEIRO DA SILVA
Prefeito Municipal

ESDENIRA BOERI DA SILVA
Secretária de Assistência Social

Publicado por:
Luciana da Silva Betarelo
Código Identificador:4C6E9D5D

PREFEITURA MUNICIPAL
DECRETO Nº 034/2014 DE 16 DE JUNHO DE 2014.

"Estabelece ponto facultativo nas repartições públicas do Município de Novo Mundo/MT".

O **EXMO. SENHOR PREFEITO MUNICIPAL** de Novo Mundo, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe confere o cargo,

Considerando que dia 19 de Junho de 2014 (quinta-feira) é feriado nacional de Corpus Christi,

D E C R E T A:

Art. 1º. Fica estabelecido **PONTO FACULTATIVO**, nas Repartições Públicas no âmbito do Município de Novo Mundo/MT, no dia 20 de Junho de 2014, sem prejuízo da prestação dos serviços considerados essenciais.

Parágrafo Único – Fica sob a responsabilidade dos respectivos chefes, nas repartições onde haja as prestações dos serviços considerados essenciais, a determinação de funcionamento especial, no mesmo dia mencionado no *caput.*

Art. 2º. Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, aos 16 de Junho de 2014.

REGISTRE-SE
PUBLIQUE-SE
CUMPRA-SE

JOSÉ HÉLIO RIBEIRO DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Luciana da Silva Betarelo
Código Identificador:50EE66A5

PREFEITURA MUNICIPAL
PORTARIA N.º118/2014 DE 24 DE JUNHO DE 2014

"Dispõe sobre concessão de Auxílio doença ao Servidor Efetivo e dá outras providências".

*A Diretora Executiva do **PREVI-MUNDO**, Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores do Município de Novo Mundo, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais*
R E S O L V E :

Artigo 1° - CONCEDER Auxílio Doença em conformidade com o artigo 15 e 16, da Lei/189 de 04 de novembro de 2004 para o período de 01/05/2014 à 31/05/2014 à servidora Sra. **ANGELA MARIA DE JESUS,** portadora do RG nº 20844336 SSP/MS e do CPF nº 029.715.521.01, servidora Efetiva no cargo de Auxiliar de serviços gerais**,** matriculado no DRH sob o nº 944.

Artigo 2º - Essa Portaria entra em vigor na data de sua publicação.re com efeitos a partir de 01/05/2014

REGISTRE-SE
PUBLIQUE-SE
CUMPRA-SE

Gabinete do Prefeito, aos 24 de junho de 2014

LIRIA KURTEN WRONSKI
Diretora Executiva

HOMOLOGO:

JOSE HELIO RIBEIRO DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Luciana da Silva Betarelo
Código Identificador:276AE783

PREFEITURA MUNICIPAL
PORTARIA N.º120/2014 DE 24 DE JUNHO DE 2014

"Dispõe sobre concessão de Auxílio doença ao Servidor Efetivo e dá outras providências".

*A Diretora Executiva do **PREVI-MUNDO**, Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores do Município de Novo Mundo, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais*

R E S O L V E :

Artigo 1° - CONCEDER Auxílio Doença em conformidade com o inciso XVIII do artigo 15 E 16, da LEI/189 de 04 de novembro de 2004 para o período de 01/05/2014 à 30/06/2014 à servidora Sra. **NAIR PEZZINI,** portadora do RG nº 405419 SSP/Mt e do CPF nº 295.880.491.72, servidora Efetiva no cargo de PROFESSORA**,** matriculado no DRH sob o nº 34.

Artigo 2º - Essa Portaria entra em vigor na data de sua publicação.re com efeitos a partir de 01/05/2014

REGISTRE-SE
PUBLIQUE-SE
CUMPRA-SE

Gabinete do Prefeito, aos 24 de junho de 2014

LIRIA KURTEN WRONSKI
Diretora Executiva

HOMOLOGO:

JOSE HELIO RIBEIRO DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Luciana da Silva Betarelo
Código Identificador:F07D5D1A

PREFEITURA MUNICIPAL
PORTARIA N.º121/2014 DE 24 DE JUNHO DE 2014

"Dispõe sobre concessão de Auxílio doença ao Servidor Efetivo e dá outras providências".

*A Diretora Executiva do **PREVI-MUNDO**, Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores do Município de Novo Mundo, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais*
R E S O L V E :

Artigo 1° - CONCEDER Auxílio Doença em conformidade com o artigo 15 e 16, da LEI/189 de 04 de novembro de 2004 para o período de 01/05/2014 à 10/06/2014 à servidora Sra. **NERA JORGE DOS REIS,** portadora do RG nº 9.683.626-0 SSP/PR e do CPF nº 456.861.901.78, servidora Efetiva no cargo de APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL NÃO PROFISSIONALIZADO**,** matriculado no DRH sob o nº 855.

Artigo 2º - Essa Portaria entra em vigor na data de sua publicação.Com efeitos a partir de 01/05/2014

REGISTRE-SE
PUBLIQUE-SE
CUMPRA-SE

Gabinete do Prefeito, aos 24 de junho de 2014

LIRIA KURTEN WRONSKI
Diretora Executiva

HOMOLOGO:

JOSE HELIO RIBEIRO DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Luciana da Silva Betarelo
Código Identificador:942E0EF8

PREFEITURA MUNICIPAL
PORTARIA N.º122/2014 DE 24 DE JUNHO DE 2014

"Dispõe sobre concessão de Auxílio doença ao Servidor Efetivo e dá outras providências".

*A Diretora Executiva do **PREVI-MUNDO**, Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores do Município de Novo Mundo, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais*
R E S O L V E :

Artigo 1° - CONCEDER Auxílio Doença em conformidade com o artigo 15 e 16, da LEI/189 de 04 de novembro de 2004 para o período de 01/05/2014 à 30/06/2014 ào servidor Sr. **RENILTON DOMINGOS FERREIRA SANCHES,** portador do RG nº 1792216-0 SSP/MT e do CPF nº 020.741.451.36, servidor Efetivo no cargo APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL NÃO PROFISSIONALIZADO vigia**,** matriculado no DRH sob o nº885.

Artigo 2º - Essa Portaria entra em vigor na data de sua publicação. Com efeitos a partir de 01/05/2014

REGISTRE-SE
PUBLIQUE-SE
CUMPRA-SE

Gabinete do Prefeito, aos 24 de junho de 2014

LIRIA KURTEN WRONSKI
Diretora Executiva

HOMOLOGO:

JOSE HELIO RIBEIRO DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Luciana da Silva Betarelo
Código Identificador:254317E8

PREFEITURA MUNICIPAL
PORTARIA N.º123/2014 DE 24 DE JUNHO DE 2014

"Dispõe sobre concessão de Auxílio doença ao Servidor Efetivo e dá outras providências".

*A Diretora Executiva do **PREVI-MUNDO**, Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores do Município de Novo Mundo, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais*
R E S O L V E :

Artigo 1° - CONCEDER, Auxílio Doença em conformidade com o artigo 15 e 16, da LEI/189 de 04 de novembro de 2004 para o período de 07/05/2014 à 06/07/2014 ào servidor Sr. **JOAO GENTILINI,** portador do RG nº 120-1.831.167 SSP/SC e do CPF nº 576.213.229.34, servidor Efetivo no cargo AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS**,** matriculado no DRH sob o nº 938.

Artigo 2º - Essa Portaria entra em vigor na data de sua publicação. Com efeitos a partir de 07/05/2014

REGISTRE-SE
PUBLIQUE-SE
CUMPRA-SE

Gabinete do Prefeito, aos 24 de junho de 2014

LIRIA KURTEN WRONSKI
Diretora Executiva

HOMOLOGO:

JOSE HELIO RIBEIRO DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Luciana da Silva Betarelo
Código Identificador:5A39B952

PREFEITURA MUNICIPAL
LEI Nº 363/2014. DE 26 DE JUNHO DE 2014

"Autoriza o Poder Executivo a ceder Bens Imóveis em Regime de Comodato, e dá outras providencias."

O **EXMO. SENHOR PREFEITO MUNICIPAL** de Novo Mundo, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sancionou a seguinte Lei.

Art. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a ceder em regime de comodato, os bens imóveis relacionados na presente Lei para a empresa **J. ANSELMO DA SILVA – COMÉRCIO - ME**, com registro no**CNPJ sob nº 10.509.119/0001-48**.

Art. 2º. Os bens objetos da presente lei que serão cedidos em comodato, trata-se de:

I– Dois imóveis denominados Lotes 10 e 11, localizados no Setor 03, Quadra 01, Setor Industrial, neste município de Novo Mundo/MT, sem qualquer tipo de infraestrutura, os quais terão sua posse transferida ao COMODATÁRIO, com a finalidade de ser instalada indústria, neste Município, sob inteira responsabilidade e ônus do COMODATÁRIO.

Art.3º.O COMODATÁRIO de que trata a presente Lei, segundo Contrato de Comodato a ser lavrado pelo Executivo, ficará responsável pela manutenção e conservação do bem transferido a esta, devendo devolvê-loao Município, no vencimento do contrato, livres e desimpedidos de quaisquer ônus, e sem a presença de entulhos ou resíduos causados pela produção da indústria, sob pena de indenização pelo valor estipulado.

Art. 4º. O prazo de cessão em comodato será de 05 anos, contados da publicação do contrato na imprensa oficial do Município, podendo ser prorrogado por igual período.

Art. 5º. Será de responsabilidade total do COMODATÁRIO a manutenção e conservação do referido imóvel cedido, preservando as condições de higiene e limpeza, podendo executar as suas expensas, com previa autorização do COMODANTE, melhorias, livre de indenizações de qualquer espécie por parte do COMODANTE, bem como as despesas de manutenção de água, esgoto, energia, internet e todas as demais que incidam sobre o imóvel, ou seja, decorrentes de sua utilização, respondendo pelos prejuízos eventualmente causados a outrem ou mesmo em acidentes que possam ocorrer na utilização destes.

Art. 6º. Os bens imóveis ora cedidos em comodato, destinam-se única e exclusivamente à instalação de indústria, ficando expressamente proibida a alteração da atividade empresarial, bem como a transmissão onerosa ou não a outrem, ou servirem como garantia em qualquer transação financeira.

Art. 7º. A falta de cumprimento do disposto nesta lei, a modificação da finalidade do comodato, ou a extinção da comodatária, farão o imóvel, com todas as benfeitorias e instalações nele introduzidas, reverter automaticamente e de pleno direito à posse do Município, as quais, como parte integrante daquele, não darão direito a nenhuma indenização ou compensação.

Art. 8º. Fica reservado ao Município o direito de fiscalizar, quando julgar necessário, as obras e instalações da comodatária.

Art. 9º. As obrigações e responsabilidades atribuídas a comodante e ao comodatário constam no contrato firmado entre ambos.

Art. 10. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, aos 26 de Junho de 2014.

JOSE HÉLIO RIBEIRO DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Luciana da Silva Betarelo
Código Identificador:AC94CF7E

PREFEITURA MUNICIPAL
LEI COMPLEMENTAR N. 039/2014. DE 26 DE JUNHO DE 2014.

"Dispõe sobre a Concessão de Revisão Geral Anual aos servidores públicos do Poder Executivo de Novo Mundo/MT e dá outras providências."

O EXMO. SENHOR PREFEITO MUNICIPAL DE NOVO MUNDO, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais, faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte lei:
Art. 1º. Fica concedida a Revisão Geral Anual de que dispõe o inciso X do artigo 37 da Constituição Federal em um percentual de **6% (seis por cento)** sobre o vencimento base de todos os servidores públicos que integram o quadro do Poder Executivo de Novo Mundo/MT.

§1° A presente revisão não se aplica aos servidores que tiveram reajuste no exercício financeiro de 2014 em decorrência da aplicação da Lei Federal n.° 11.738/2008 e do reajuste do Salário Mínimo Nacional.

§2º O Poder Executivo Municipal quitará a diferença do valor retroativo desde o mês de maio de 2014 até a efetiva implementação do presente reajuste, aos servidores públicos efetivos.

§3º Ficam atualizadas as tabelas de vencimentos dos cargos contemplados por esta lei, de acordo com as respectivas revisões gerais anuais concedidas.

Art. 2º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário, com efeitos a partir de 1º de Junho de 2014.

REGISTRE-SE
PUBLIQUE-SE
CUMPRA-SE

Gabinete do Prefeito, em 26 de Junho de 2014.

JOSE HELIO RIBEIRO DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Luciana da Silva Betarelo
Código Identificador:644F7B88

PREFEITURA MUNICIPAL
LEI COMPLEMENTAR N. 040/2014 DE 26 DE JUNHO DE 2014

"Dispõe sobre alteração da Lei Complementar n.º 005/2003 (Código de Posturas) de Novo Mundo/MT e dá outras providências."

O EXMO. SENHOR PREFEITO MUNICIPAL DE NOVO MUNDO, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais, faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte lei:
Art. 1º. Os artigos 118 e 119 da Lei Complementar n.º 005/2003 - Código de Posturas do Município de Novo Mundo/MT, passam a vigorar com a seguinte redação:

Art. 118. A abertura e o fechamento dos estabelecimentos industriais, comerciais e prestadores de serviços, tanto atacadistas como varejistas, devem obedecer as normas desta subseção, observados os seguintes critérios:

I - Abertura as 07:00 horas e fechamento até as 18:00 horas de segunda-feira à sexta-feira, e aos sábados abertura às 07:00 horas e fechamento às 12:00 horas;

II - Durante o horário de verão, os estabelecimentos comerciais poderão funcionar: de segunda-feira à sexta-feira das 07:00 horas às 19:00 horas;

III – Os estabelecimentos comerciais citados no caput poderão permanecer com suas portas abertas, em horários especiais, ou seja, aos sábados até às 18:00 horas, no mês de dezembro, na véspera da Páscoa, do Dia das Mães, Dia dos Namorados, Dia dos Pais e Dia das Crianças.

IV – Os estabelecimentos comerciais permanecerão fechados durante os períodos não compreendidos nos incisos I, II e III, ou seja, aos domingos, feriados e sábados após as 12:00 horas.

Art. 119. Ficam estabelecidos horários especiais de funcionamento aos seguintes comércios:

I. Farmácias: de segunda-feira aos sábados das 06:00 horas às 20:00 horas, e aos domingos das 06:00 horas às 12:00 horas, ficando a encargo do Chefe do Poder Executivo regulamentar através de decreto os plantões aos domingos a partir das 12:00 horas e aos feriados;

II. Hospitais: todos os dias, sem interrupção;

III. Panificadoras e Confeitarias: todos os dias das 06:00 horas às 20:00 horas;

IV. Barbearias e Institutos de Beleza: de segunda-feira aos sábados das 06:00 horas às 20:00 horas;

V. Hotéis: todos os dias, sem interrupção;

VI. Restaurantes, Lanchonetes e Bares: todos os dias sem interrupção, e conforme horário de funcionamento disposto no alvará;

VII. Posto de combustível e lojas de conveniência: todos os dias das 06:00 horas às 20:00 horas, inclusive em horários especiais, conforme disposto no alvará;

VIII. Borracharia: todos os dias das 06:00 horas às 20:00 horas, inclusive em horários especiais, conforme disposto no alvará;

IX. Mercearias, Açougues e Supermercados: de segunda-feira aos sábados das 06:00 horas às 19:00 horas, e aos domingos das 06:00 horas às 12:00 horas;

Parágrafo Primeiro - Os estabelecimentos que gozam de horários diferenciados, e que acumulam a função de correspondente bancário deverão, nestas atividades, obedecer ao horário de segunda-feira a sexta-feira das 07:00 horas às 18:00 horas, e aos sábados das 07:00 horas às 12:00 horas.

Parágrafo Segundo – Os estabelecimentos comerciais que desejarem abrir suas portas em trabalho extraordinário ou em horários especiais, não constantes nas datas e horários especificados nos artigos 118 e 119 dessa Lei, somente poderão fazê-los mediante concessão de licença especial expedida pela Prefeitura Municipal.

Parágrafo Terceiro – Para a concessão da licença supra citada, o solicitante deverá apresentar previamente o Acordo Coletivo de Trabalho firmado, e preferencialmente homologado, pela respectiva entidade sindical representativa da categoria profissional.

Art. 2º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

REGISTRE-SE
PUBLIQUE-SE
CUMPRA-SE

Gabinete do Prefeito, em 26 de Junho de 2014.

JOSE HELIO RIBEIRO DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Luciana da Silva Betarelo
Código Identificador:8BB1499D

PREFEITURA MUNICIPAL
TERMO DE ERRATA REF.: PORTARIA 114/2014

A PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO MUNDO, CNPJ Nº 01.614.517/0001-37, representada pelo Sr. **JOSE HELIO RIBEIRO DA SILVA,** Prefeito Municipal de Novo Mundo, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe confere o cargo.

Considerando que houve um erro de digitação,

RETIFICA

A Portaria nº 114/2014 – que dispõe sobre ***"Dispõe sobre concessão de afastamento Licença Premio, e dá outras providências".***
Para que onde se lê - R **E S O L V E:**
Artigo 1° - **CONCEDER,** Licença Prêmio, em conformidade com o Artigo 101 da LC 04/2001, do período aquisitivo 01/11/2007 à 30/10/2012 a servidora, **LUCIANE DE ALMEIDA,** brasileira, Portadora da Cédula de Identidade RG nº 8.303.362-2 SSP/PR e do CPF sob o nº 041.973.909.20, efetiva no cargo de ENFERMEIRA, devidamente matriculada sob o nº 950, para o período de 01/06/2014 a 30/06/2014.
Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. Retroagindo seus efeitos para 01/06/2014.
Deve ser considerado:
Artigo 1° - **CONCEDER,** Licença Prêmio, em conformidade com o Artigo 101 da LC 04/2001, do período aquisitivo 01/11/2007 à 30/10/2012 a servidora, **LUCIANE DE ALMEIDA,** brasileira, Portadora da Cédula de Identidade RG nº 8.303.362-2 SSP/PR e do CPF sob o nº 041.973.909.20, efetiva no cargo de ENFERMEIRA, devidamente matriculada sob o nº 950, para o período de 09/04/2014 a 08/05/2014.
Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. Retroagindo seus efeitos para 09/04/2014.

Novo Mundo/MT, 11 de Junho de 2014.

JOSE HELIO RIBEIRO DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Luciana da Silva Betarelo
Código Identificador:2BF79719

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
PORTARIA Nº. 018 /2014

Súmula: Lota servidores efetivos da Rede Municipal de Ensino.

A EXMA SECRETÁRIA DE EDUCAÇÃO DE NOVO MUNDO, ESTADO DE MATO GROSSO, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE CONFERE A PORTARIA 090/2014:

R E S O L V E:
Art. 1° - Fazer a lotação dos servidores efetivos listados, de acordo com o que determina a Lei 022/2012.

Servidor	CPF	Lotação
VANTUIR MARTINS CUNHA	919.269.990.291-53	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO.
DARLI DE SIQUEIRA BALBINO	828.647.561-53	CRECHE MUNICIPAL
RONALDO FAUSTINO	005.016.841 -07	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
LUÍS CHAVES DOS SANTOS,	907.485.571 -72	CRECHE MUNICIPAL
MARCOS JOSÉ CHRISTIANINI,	009.567.491-86	CRECHE MUNICIPAL
ELOÍZA BARROS COELHO	534.463.646-68	CRECHE MUNICIPAL
JUSTINA SALETE ZAMBIASI	895.877.741-91	CRECHE MUNICIPAL

Artigo 2° - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE
PUBLIQUE-SE
CUMPRA-SE

Gabinete da Secretária, Novo Mundo/MT, em 26 de Junho de 2014.

LUCIANA DAUFENBACH
Secretária Municipal de Educação
Portaria 090/2014

Publicado por:
Gizele Bellatto
Código Identificador:C0E3AE0F

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO SÃO JOAQUIM

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES, CONTRATOS E CONVÊNIOS
PREGÃO PRESENCIAL

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL N.º 35/2014
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM
A PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO SÃO JOAQUIM-MT, através do seu **PREGOEIRO,** designado pela Portaria Conjunta no 006/2014, de 02/01/2014, publicada em 02/01/2014 torna público, para conhecimento de todos os interessados, que fará realizar licitação na modalidade **PREGÃO PRESENCIAL para ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**, do tipo **MENOR PREÇO POR ITEM**, **às 09h00 horas (Brasília) do dia 08 de Julho de 2014**, na sala de Licitações da Prefeitura Municipal de Novo São Joaquim, situado à Rua Cachoeira da Fumaça, nº. 77 Bairro Jardim das Palmeiras, Novo São Joaquim – Mato Grosso, conforme descrito neste edital e seus anexos, de conformidade com as Leis 10.520/2002, 8.666/93. O **credenciamento** será feito das **08h30 às 09h00**. Os envelopes contendo a Proposta de Preços e os Documentos de Habilitação definidos no objeto deste Edital e seus Anexos deverão ser entregues ao Pregoeiro até às **09h00 horas (Brasília) do dia 08 de Julho de 2014**. **OBJETO DA LICITAÇÃO NA MODALIDADE PREGÃO: REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL FUTURA CONRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE GÁS DE COZINHA E ÁGUA MINERAL PARA ATENDIMENTO AS SECRETARIAS ADMINISTRATIVAS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO SÃO JOAQUIM, CONFORME ESPECIFICAÇÕES DO ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA DO EDITAL. LOCAL DA DISPUTA**: Sala de Licitações – Prefeitura Municipal de Novo São Joaquim/MT. **RETIRADA DO EDITAL:** sites: www.prefeituranovosaojoaquim.com.br e Sala de Licitações da Prefeitura Municipal de Novo São Joaquim, das 08h00 às 17h00. **INFORMAÇÕES:** As empresas interessadas poderão solicitar informações junto a Comissão de Licitação, Pregoeiro e Equipe de Apoio pelo fone abaixo. **TELEFONE PARA CONTATO:** (0**66)3479-1158.

Novo São Joaquim - MT, 26 de Junho de 2014.

VALBER KENEDY BARBOZA SANDES
Pregoeiro Oficial
Processo Nº 48/2014.

Publicado por:
Daniele Lorrani Cardoso da Silva
Código Identificador:A24EC6C0

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAÍTA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO CONCORRÊNCIA PUBLICA Nº. 001/2014

A Comissão Permanente de Licitação da Prefeitura Municipal de Paranaíta – MT, torna público que na Concorrência Publica 001/2014 sagrou-se vencedora do certame a Empresa: O.K. CONSTRUÇÃO E SERVIÇO LTDA, inscrita no CNPJ nº. 04.853.451/0001-22, cujo objeto é a Contratação de empresa especializada para Pavimentação Asfáltica, Drenagem Pluvial, Usinagem e Distribuição de CBUQ, em vias de acesso no Município.

Paranaíta/MT, 26 de Julho de 2013.

LUCIANE RAQUEL BRAUWERS
Presidente da CPL

Publique - se

Publicado por:
Regina Biazôto
Código Identificador:9B593B1B

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº. 058/2014

A Prefeitura Municipal de Paranaíta, através da sua Pregoeira nomeada pelo Decreto Municipal nº. 005/2014 torna público que no Pregão Presencial que se trata o Edital nº. 058/2014, levado a efeito às 08h00min horas do dia 16 de Junho de 2014, foram declaradas vencedoras do certame as empresas K. M. VOLPE - ME, inscrita no CNPJ nº. 04.527.343/0001-60, para os itens 01, 02, 03, 04, 05, 06, 10, 11, 13, 16, 17, 18, 19 e 20, DROGARIA UNIVERSAL LTDA - ME, inscrita 14.923.999/0001-55 para o item 15, DROGARIA PARANAITA LTDA - ME, inscrita no CNPJ nº. 06.200.194/0001-55 para o item 07, os itens 05, 08 09, 12, 14 foram declarados fracassados.

Paranaíta/MT, 26 de Junho de 2014.

LUCIANE RAQUEL BRAUWERS
Pregoeira

Publique – se

Publicado por:
Regina Biazôto
Código Identificador:FEF66977

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
TOMADA DE PREÇOS Nº. 004/2014

EDITAL DE PUBLICAÇÃO
A PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAÍTA, Estado de Mato Grosso, de acordo com as disposições da Lei n.º 8.666/93 e suas alterações, torna público que realizará a LICITAÇÃO a seguir caracterizada:
TOMADA DE PREÇOS N.º 004/2014
OBJETO DA LICITAÇÃO: Contratação de empresa especializada para Reforma da Escola Estadual Mário Correia da Costa, conforme Termo de Convênio nº. 0104/2014 celebrado entre a SEDUC/MT e o Município de Paranaíta/MT.
DATA DE ABERTURA DAS PROPOSTAS: 18/07/2014

HORÁRIO: 08:00 HORAS
LOCAL: Sala de Licitações da Pref. Mun. de Paranaíta/MT.
ENDEREÇO: Rua Alceu Rossi S/ Nº - Centro – Paranaíta/MT.
Edital completo poderá ser obtido pelos interessados no mesmo endereço, no horário das 07:00 às 11:00 hs e das 13:00 às 17:00 hs, de segunda-feira a sexta-feira.

Paranaíta/MT, em 26 de Junho de 2014.

LUCIANE RAQUEL BRAUWERS
Presidente da CPL

Publique-se

Publicado por:
Luciane Raquel Brauwers
Código Identificador:BFE428CC

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 069/2014 - RP

A Prefeitura Municipal de Paranaíta/MT, através da sua Pregoeira nomeada pelo Decreto Municipal nº. 005/2014, torna público que estará realizando Licitação na Modalidade de Pregão Presencial nº. 069/2014, regido pela Lei nº. 10.520/2002, pelo Decreto Municipal nº. 153/2009 e Decreto Municipal nº. 837/2011, subsidiada pela Lei nº. 8.666/1993. Objeto: Registro de preços para futura e eventual aquisição de lubrificantes, fluídos, aditivos e graxa, para atender as necessidades da Prefeitura Municipal de Paranaíta/MT. Início da Sessão: dia 14/072014 - Horário: 08:00 horas. Credenciamento: das 07:30 às 08:00 horas. Retirada do Edital na Prefeitura e no site: www.paranaita.mt.gov.br, informações pelo telefone: (66) 3563-2700, Local: Sala de Licitações da Prefeitura Municipal de Paranaíta, situada a Rua Alceu Rossi, s/ nº. Centro, Paranaíta/MT, CEP: 78.590-000.

Paranaíta/MT, 26 de Junho de 2014.

LUCIANE RAQUEL BRAUWERS
Pregoeira

Publicado por:
Luciane Raquel Brauwers
Código Identificador:C068A321

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 070/2014 - RP

A Prefeitura Municipal de Paranaíta/MT, através da sua Pregoeira nomeada pelo Decreto Municipal nº. 005/2014, torna público que estará realizando Licitação na Modalidade de Pregão Presencial nº. 070/2014, regido pela Lei nº. 10.520/2002, pelo Decreto Municipal nº. 153/2009 e Decreto Municipal nº. 837/2011, subsidiada pela Lei nº. 8.666/1993. Objeto: Registro de preço para futura e eventual aquisição de materiais de iluminação pública, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Obras de Paranaíta/MT. Início da Sessão: dia 15/072014 - Horário: 08:00 horas. Credenciamento: das 07:30 às 08:00 horas. Retirada do Edital na Prefeitura e no site: www.paranaita.mt.gov.br, informações pelo telefone: (66) 3563-2700, Local: Sala de Licitações da Prefeitura Municipal de Paranaíta, situada a Rua Alceu Rossi, s/ nº. Centro, Paranaíta/MT, CEP: 78.590-000.

Paranaíta/MT, 26 de Junho de 2014.

LUCIANE RAQUEL BRAUWERS
Pregoeira

Publicado por:
Luciane Raquel Brauwers
Código Identificador:0E4C71DA

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANATINGA

ASSESSORIA JURIDICA
DECRETO N 1000/2014

D E C R E T O Nº 1000/2014. FL. 01/02.

DISPOE SOBRE A ABERTURA DE CREDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR ANULAÇÃO E TRANSPOSIÇÃO PARCIAL DE DOTAÇÃO E DAS OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Paranatinga – MT, Sr. Vilson Pires, no uso de suas atribuições legais, principalmente as conferidas pela Lei Municipal nº 1072/2014, de 18 de fevereiro de 2014, de conformidade com o artigo nº 41, da Lei Federal 4.320/64.

D E C R E T A:

ARTIGO 1º. – Fica aberto ao Orçamento Programa do Município de Paranatinga – MT, Crédito Adicional Suplementar por anulação e transposição parcial de dotação no valor de R$ 122.000,000 (Cento e Vinte e Dois Mil Reais), no Orçamento da Prefeitura Municipal de Paranatinga - MT. conforme segue abaixo.:

Parágrafo I – Credito Adicional Suplementar.:
Fonte 0.1.00.000000 – Recursos Ordinários.
09.001.04.122.0002.1189.4490.52.00.00.....R$10.000,00
08.003.08.244.0015.2044.3190.04.00.00.....R$10.000,00
07.001.27.812.0014.2042.3190.13.00.00.....R$10.000,00
11.001.04.122.0002.2068.3190.11.00.00.....R$10.000,00
03.001.04.123.0002.2008.3390.93.00.00.....R$16.000,00
06.002.13.392.0013.2041.3390.36.00.00.....R$15.000,00

Fonte 0.1.01.000000 – Rec. de Impostos e de Transf. Impostos – Educação.
06.001.04.122.0002.2026.3190.04.00.00.....R$20.000,00

Fonte 0.1.02.000000 – Receitas de Impostos e de Transf. de Impostos – Saúde.
05.001.10.302.0005.2022.3190.04.00.00.....R$30.000,00

Fonte 0.1.19.000000 – Transferência do FUNDEB
06.002.12.365.0010.2037.3190.13.00.00.....R$1.000,00

TOTAL DAS SUPLEMENTAÇÕES.....R$ 122.000,00

ARTIGO 2º - Para dar cobertura ao crédito suplementar aberto pelo artigo anterior serão utilizados os recursos provenientes da transposição, remanejamento, anulação total ou parcial de dotações orçamentárias, de um órgão para outro e de uma categoria econômica de despesa para outra.

Parágrafo II – Anulação de :
Fonte 0.1.00.000000 – Recursos Ordinários.
09.002.15.451.0016.1199.4490.51.00.00.....R$10.000,00
05.001.10.301.0004.2015.3190.11.00.00.....R$30.000,00
08.003.08.244.0015.1188.4490.51.00.00.....R$10.000,00
07.002.27.812.0014.1146.4490.51.00.00.....R$10.000,00
11.002.04.122.0002.2069.3390.30.00.00.....R$10.000,00
03.001.04.123.0002.1016.3390.30.00.00.....R$5.000,00
03.001.04.123.0002.1016.3390.36.00.00.....R$5.000,00
03.001.04.123.0002.1016.3390.39.00.00.....R$5.000,00
03.001.04.123.0002.1017.3390.30.00.00.....R$1.000,00
09.002.26.782.0017.1211.4490.51.00.00.....R$15.000,00

Fonte 0.1.01.000000 – Rec. de Impostos e de Transf. Impostos – Educação.
06.001.04.122.0002.1089.4490.52.00.00.....R$20.000,00

Fonte 0.1.19.000000 – Transferência do FUNDEB
06.002.12.365.0010.2037.3390.39.00.00.....R$ 1.000,00

TOTAL DAS ANULAÇÕES.....R$122.000,00

ARTIGO 3º. – Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paranatinga – MT, 02 de maio de 2014.

VILSON PIRES
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM 02 / 05 / 2014.

Publicado por:
Bertolina Alves de Lima
Código Identificador:16505568

ASSESSORIA JURIDICA
DECRETO N 1012/2014

D E C R E T O Nº 1012/2014. FL. 01/04.

DISPOE SOBRE A ABERTURA DE CREDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR ANULAÇÃO E TRANSPOSIÇÃO PARCIAL DE DOTAÇÃO E DAS OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Paranatinga – MT, Sr. Vilson Pires, no uso de suas atribuições legais, principalmente as conferidas pela Lei Municipal nº 1108/2014, de 09 de junho de 2014, de conformidade com o artigo nº 41, da Lei Federal 4.320/64.

D E C R E T A:

ARTIGO 1º. – Fica aberto ao Orçamento Programa do Município de Paranatinga – MT, Crédito Adicional Suplementar por anulação e transposição parcial de dotação no valor de R$ 1.265.100,00 (Um Milhão e Duzentos e Sessenta e Cinco Mil e Cem Reais), no Orçamento da Prefeitura Municipal de Paranatinga – MT, conforme segue abaixo.:

Parágrafo I – Credito Adicional Suplementar.:
Fonte 0.1.00.000000 – Recursos Ordinários.
09.002.04.122.0002.2062.3390.30.00.00.....R$ 300.000,00
08.004.08.243.0015.2054.3390.36.00.00.....R$ 40.000,00
09.002.26.782.0017.1210.3390.39.00.00.....R$ 133.000,00
08.002.08.241.0015.2059.3390.30.00.00.....R$ 10.000,00
10.004.04.122.0002.2067.3190.04.00.00.....R$ 5.000,00
08.001.04.122.0002.2043.3390.39.00.00.....R$ 30.000,00
09.001.04.122.0002.2061.3390.39.00.00.....R$ 10.000,00
11.001.04.122.0002.2068.3390.39.00.00.....R$ 5.000,00
08.002.08.244.0015.2051.3390.39.00.00.....R$ 40.000,00
07.001.27.812.0014.2042.3390.36.00.00.....R$ 10.000,00
03.001.04.123.0002.2008.3390.36.00.00.....R$ 2.000,00
10.001.04.122.0002.2064.3390.39.00.00.....R$ 10.000,00
07.001.27.812.0014.2042.3390.39.00.00.....R$ 10.000,00
02.004.04.122.0002.2007.3390.39.00.00.....R$ 3.000,00
09.004.26.782.0017.1213.4490.52.00.00.....R$ 39.500,00

Fonte 0.1.01.000000 – Rec. de Impostos e de Transf. Impostos – Educação.
06.001.04.122.0002.2026.3390.30.00.00.....R$ 80.000,00

06.001.04.122.0002.2026.3390.39.00.00.....R$ 55.000,00
06.002.12.365.0010.1113.3390.36.00.00.....R$ 20.000,00
06.002.12.361.0009.2035.3390.36.00.00.....R$ 20.000,00
06.002.12.361.0009.2035.3390.30.00.00.....R$ 40.000,00

Fonte 0.1.02.000000 – Receitas de Impostos e de Transf. de Impostos – Saúde.
05.001.10.301.0004.2015.3390.39.00.00.....R$ 40.000,00
05.001.10.301.0004.2015.3390.36.00.00.....R$ 9.000,00
05.001.10.302.0005.2022.3390.39.00.00.....R$ 100.000,00
05.001.10.302.0005.2022.3390.36.00.00.....R$ 4.000,00

Fonte 0.1.14.000000 – Transferência do SUS.
05.001.10.302.0005.1064.4490.52.00.00.....R$ 40.000,00

Fonte 0.1.15.000000 – Transferência do FNDE.
06.002.12.361.0009.2031.3390.30.00.00.....R$ 40.000,00

Fonte 0.1.17.000000 – Contribuição p/ o C. S. de Iluminação Publica.
09.002.25.752.0016.1198.4490.51.00.00.....R$ 83.000,00

Fonte 0.1.19.000000 – Transferência do FUNDEB
06.002.12.361.0009.2033.3390.36.00.00.....R$ 5.000,00
06.002.12.361.0009.2033.4490.52.00.00.....R$ 62.000,00
06.002.12.365.0010.2037.3390.30.00.00.....R$ 5.000,00

Fonte 0.1.29.000000 – Transf. de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social – FNAS
08.003.08.244.0015.1171.3390.30.00.00.....R$ 6.150,00
08.003.08.244.0015.1171.3390.39.00.00.....R$ 8.450,00

TOTAL DAS SUPLEMENTAÇÕES.....R$ 1.265.100,00

ARTIGO 2º- Para dar cobertura ao crédito suplementar aberto pelo artigo anterior serão utilizados os recursos provenientes da transposição, remanejamento, anulação total ou parcial de dotações orçamentárias, de um órgão para outro e de uma categoria econômica de despesa para outra.

Parágrafo II – Anulação de:
Fonte 0.1.00.000000 – Recursos Ordinários.
08.004.08.244.0015.1173.4490.52.00.00.....R$ 40.000,00
08.001.04.122.0002.2043.3390.30.00.00.....R$ 10.000,00
10.004.20.632.0018.1221.3390.39.00.00.....R$ 5.000,00

08.001.04.122.0002.1149.4490.51.00.00.....R$ 30.000,00
09.002.15.451.0016.1190.4490.51.00.00.....R$ 10.000,00
11.003.04.122.0002.2070.3390.36.00.00.....R$ 5.000,00
11.003.04.122.0002.2070.3390.30.00.00.....R$ 9.000,00
08.003.08.244.0015.1187.4490.52.00.00.....R$ 40.000,00
07.002.27.812.0014.1143.4490.51.00.00.....R$ 10.000,00
10.002.18.541.0018.1237.3390.39.00.00.....R$ 2.000,00
10.002.20.601.0018.1218.3390.30.00.00.....R$ 5.000,00
10.002.20.601.0018.1218.3390.36.00.00.....R$ 5.000,00
07.002.27.812.0014.1144.4490.51.00.00.....R$ 10.000,00
02.001.04.122.0002.1012.3390.39.00.00.....R$ 3.000,00

Fonte 0.1.01.000000 – Rec. de Impostos e de Transf. Impostos – Educação.
06.002.12.361.0009.1097.4490.51.00.00.....R$ 135.000,00
06.002.12.365.0010.1117.3390.30.00.00.....R$ 20.000,00
06.002.12.361.0009.1130.4490.52.00.00.....R$ 20.000,00
06.002.12.361.0009.1133.4490.51.00.00.....R$ 40.000,00
06.001.04.122.0002.1087.4490.52.00.00.....R$ 30.000,00
06.001.04.122.0002.1084.3390.30.00.00.....R$ 10.000,00

Fonte 0.1.02.000000 – Receitas de Impostos e de Transf. de Impostos – Saúde.
05.001.10.301.0004.2015.3390.30.00.00.....R$ 140.000,00
05.001.10.302.0005.1063.3390.30.00.00.....R$ 4.000,00

Fonte 0.1.17.000000 – Contribuição p/ o C. S. de Iluminação Publica.
09.002.25.752.0016.1202.4490.51.00.00.....R$ 20.000,00
09.002.25.752.0016.1208.4490.51.00.00.....R$ 15.000,00
09.002.04.122.0002.2062.3390.39.00.00.....R$ 48.000,00
Fonte 0.1.19.000000 – Transferência do FUNDEB
06.002.12.361.0009.2033.3390.32.00.00.....R$ 5.000,00
06.002.12.361.0009.2033.3390.30.00.00.....R$ 62.000,00
06.002.12.361.0009.2033.3390.39.00.00.....R$ 5.000,00

Fonte 0.1.23.000000 – Transferência de Convênios – Saúde.
05.001.10.302.0005.1068.4490.52.00.00.....R$ 40.000,00

Fonte 0.1.24.000000 – Transferência de Convênios.
09.002.16.481.0016.1195.4490.51.00.00.....R$ 300.000,00
09.002.16.481.0016.1194.4490.51.00.00.....R$ 172.500,00

Fonte 0.1.29.000000 – Transf. de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social – FNAS
08.004.08.244.0015.1170.3390.30.00.00.....R$ 6.150,00
08.004.08.244.0015.1170.3390.36.00.00.....R$ 8.450,00

TOTAL DAS ANULAÇÕES.....R$ 1.265.100,00

ARTIGO 3º. – Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativo à 02 de maio de 2014, revogadas as disposições em contrário.

Paranatinga – MT, 09 de junho de 2014.

VILSON PIRES
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM 09/06/2014.

Publicado por:
Bertolina Alves de Lima
Código Identificador:DAEB5830

ASSESSORIA JURIDICA
DECRETO N 1014/2014

D E C R E T O Nº 1014/2014. FL. 01/02.

DISPOE SOBRE A ABERTURA DE CREDITO ADICIONAL ESPECIAL POR ANULAÇÃO E TRANSPOSIÇÃO PARCIAL DE DOTAÇÃO E DAS OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Paranatinga – MT, Sr. Vilson Pires, no uso de suas atribuições legais, principalmente as conferidas pela Lei Municipal nº 1111/2014, de 16 de junho de 2014, de conformidade com o artigo 41 da Lei Federal 4.320/64.

D E C R E T A:

ARTIGO 1º. – Fica aberto ao Orçamento Programa do Município de Paranatinga – MT, Crédito Adicional Especial por anulação e transposição parcial de dotação no valor de R$ 39.500,00 (Trinta e Nove Mil e Quinhentos Reais), no Orçamento da Prefeitura Municipal de Paranatinga-MT, conforme segue abaixo.:

Parágrafo I – Credito Especial.:
Fonte:
0.1.00.0000 – Recursos Ordinários
09.002.15.451.0016.1366.4490.51.00.....R$ 39.500,00

TOTAL .....R$ 39.500,00

ARTIGO 2º - Para dar cobertura ao crédito adicional especial aberto pelo artigo anterior serão utilizados os recursos provenientes da transposição, remanejamento, anulação total ou parcial de dotação orçamentária.

Parágrafo I – Anulação de:
Fonte:
0.1.00.0000 – Recursos Ordinários
09.004.26.782.0017.1213.4490.52.00.....R$ 39.500,00

TOTAL .....R$ 39.500,00

ARTIGO 3º. – Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paranatinga – MT, 16 de junho de 2014.

VILSON PIRES
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM 16 / 06 / 2014.

Publicado por:
Bertolina Alves de Lima
Código Identificador:DB6FF9FA

ASSESSORIA JURIDICA
DECRETO N 1001/2014

D E C R E T O Nº 1001/2014. FL. 01/02.

DISPOE SOBRE A ABERTURA DE CREDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR ANULAÇÃO E TRANSPOSIÇÃO PARCIAL DE DOTAÇÃO E DAS OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Paranatinga – MT, Sr. Vilson Pires, no uso de suas atribuições legais, principalmente as conferidas pela Lei Municipal nº 01072/2014, de 18 de fevereiro de 2014, de conformidade com o artigo 41, Inciso II da Lei Federal 4.320/64.

D E C R E T A:

ARTIGO 1º. – Fica aberto ao Orçamento Programa do Município de Paranatinga – MT, Crédito Adicional Suplementar por anulação e transposição parcial de dotação no valor de R$ 60.000,00 (Sessenta Mil Reais), no Orçamento do Serviço Municipal Autônomo e Saneamento Ambiental - SEMUSA, conforme segue abaixo.:

Parágrafo I – Credito Suplementar.:
13.001.17.512.0020.2077.3390.39.00.....R$ 60.000,00

TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO.....R$ 60.000,00

ARTIGO 2º - Para dar cobertura ao crédito adicional suplementar aberto pelo artigo anterior serão utilizados os recursos provenientes de anulação e transposição parcial de dotação orçamentária.

Parágrafo II – Anulação de :
13.001.17.512.0020.1262.4490.51.00.....R$ 60.000,00

TOTAL DA ANULAÇÃO.....R$ 60.000,00

ARTIGO 3º. – Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paranatinga – MT, 02 de maio de 2014.

VILSON PIRES
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM 02 / 05 / 2014.

Publicado por:
Bertolina Alves de Lima
Código Identificador:81216CFA

ASSESSORIA JURIDICA
LEI DE N 1113/2014

LEI Nº 1113 DE 26 DE JUNHO DE 2014.

"Dispõe sobre as Diretrizes para a Elaboração da Lei Orçamentária de 2015, de Paranatinga e dá outras providências".

O Prefeito Municipal de Paranatinga, **Srº. VILSON PIRES**, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

DISPOSIÇÃO PRELIMINAR

Art. 1º- São estabelecidas, em cumprimento ao disposto no art. 165, § 2º, da Constituição Federal e em consonância com o art. 4º, da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, as diretrizes orçamentárias para o ano de 2015, da administração pública direta e indireta do Município, nela incluída o Poder Legislativo, o Fundo Municipal de Previdência dos Servidores Públicos de Paranatinga – P.PREV e o Serviço Municipal Autônomo e Saneamento Ambiental – SEMUSA do município de Paranatinga.
I - as prioridades e metas da administração pública municipal;
II - as metas fiscais;
III - a estrutura e organização dos orçamentos;
IV - as diretrizes para a elaboração e execução dos orçamentos do Município e suas alterações;
V - as disposições sobre às despesas com pessoal e encargos sociais;

VI - as disposições sobre alterações na legislação tributária;
VII – as disposições sobre a dívida pública municipal;
VIII - as disposições gerais.

CAPÍTULO I

DAS PRIORIDADES E METAS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL

Art. 2º- As prioridades e metas da Administração Municipal para o exercício financeiro de 2015 são aquelas definidas e demonstradas no "Anexo de Prioridades e Metas para 2015 - ANEXO I, que faz parte integrante desta Lei que deve observar as prioridades com:
I - atendimento às necessidades básicas da população, nas áreas de saúde, educação, assistência social, atenção à criança, adolescente e à família, esporte e lazer, habitação, cultura, agricultura, indústria e comércio e meio ambiente;
II - Promoção do desenvolvimento sustentável voltado à geração de emprego e renda;
III - Ajustes administrativos, visando o equilíbrio entre as receitas e despesas, eliminando, assim, o déficit público e cumprindo com o que determina a Lei Complementar 101/2000.

Parágrafo Único - A execução das ações vinculadas as metas e as prioridades estarão condicionadas ao equilíbrio entre receitas e despesas, conforme Anexo de Metas Fiscais - Anexo II e Anexo de Riscos Fiscais – Anexo III, que integram a presente Lei.

Art. 3º - O Plano Plurianual e a Proposta Orçamentária para 2015 poderá aumentar ou diminuir as metas estabelecidas nesta Lei e as identificadas no Anexo I, a fim de compatibilizar a despesa orçada à receita prevista, de forma a preservar a suficiência de caixa.

CAPÍTULO II

DAS METAS FISCAIS

Art. 4º - As metas fiscais de receitas, despesas, resultado primário, nominal e montante da dívida pública para os exercícios de 2015, 2016, e 2017, de que trata o art. 4º da Lei Complementar nº 101/2000, são as identificadas no ANEXO II desta lei, que conterá ainda os seguintes demonstrativos:
I - Demonstrativo da Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais do exercício 2013;
II - Metas Fiscais Atuais Comparadas com as fixadas nos três exercícios Anteriores;
III - Demonstrativo da Evolução do Patrimônio Líquido;
IV - Origem e Aplicação dos Recursos de Alienação de Ativos;
V - Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias do RPPS;
VI - Demonstrativo da Projeção atuarial do RPPS;
VII - Demonstrativo da Estimativa e Compensação da Renúncia de Receita;
VIII- Demonstrativo da Margem de Expansão das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado.

§ 1º - Integra também esta Lei o Anexo de Riscos Fiscais - ANEXO III.
§ 2º- O Município define como Meta Fiscal o valor que se pretende atingir, no exercício orçamentário e nos dois seguintes, a título de receitas, despesas, montante da dívida pública e resultado nominal e primário, este representando o valor que se espera destinar ao pagamento de juros e do principal da dívida.

§ 3º- Terão prioridade sobre as ações de expansão: o pagamento do serviço da dívida, as despesas com pessoal e encargos sociais, pagamento de precatórios judiciais e a manutenção das atividades.

CAPÍTULO III

DA ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO DOS ORÇAMENTOS

Art. 5º- Para os efeitos desta Lei, entende-se por:
I - Programa, o instrumento de organização da ação governamental, que articula um conjunto de ações visando à concretização dos objetivos pretendidos,
II - Ação, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, denomina por projeto, atividade ou operação especial;
III - Projeto, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações, limitadas no tempo, das quais resulta um produto que concorre para a expansão ou aperfeiçoamento da atuação governamental;
IV - Atividade, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações que se realizam de modo contínuo e permanente, das quais resulta um produto necessário à manutenção da atuação governamental; e
V - Operação Especial, as despesas que não contribuem para a manutenção, expansão ou aperfeiçoamento das ações de governo, das quais não resulta um produto e não gera contraprestação direta sob a forma de bens ou serviços.
VI - Unidade Orçamentária, o menor nível da classificação institucional, agrupada em órgãos orçamentários, entendidos estes como os de maior nível da classificação institucional;
VII - Receita Ordinária, aquelas previstas para ingressarem no caixa da unidade gestora de forma regular, seja pela competência de tributar e arrecadar, seja por determinação constitucional no partilhamento dos tributos de competência de outras esferas de governo;
VIII - execução física, a autorização para o que o contratado realize a obra, forneça o bem ou preste o serviço;
IX - execução orçamentária, o empenho e a liquidação da despesa, inclusive sua inscrição em restos a pagar;
X - execução financeira, o pagamento da despesa, inclusive dos restos a pagar já inscritos.
§ 1º- Cada programa identificará as ações necessárias para atingir aos seus objetivos, sob a forma de projetos, atividades e operações especiais, e estas com identificação da classificação institucional, funcional programática, especificando os objetivos, metas físicas e financeiras.

§ 2º- As categorias de programação serão identificadas no projeto de Lei Orçamentária por programas, projetos, atividades ou operações especiais.

Art. 6º - O Orçamento para o exercício financeiro de 2015 do Município abrangerá os Poderes Legislativo e Executivo, o Fundo Municipal de Previdência dos Servidores Públicos de Paranatinga – P.PREV e o Serviço Municipal Autônomo e Saneamento Ambiental – SEMUSA do município de Paranatinga e será estruturado em conformidade com a configuração Organizacional da Prefeitura.

Parágrafo Único - Nos Orçamentos dos Fundos Municipais e das demais entidades da administração indireta, desde que, como Unidades Gestoras, possuam contabilidade própria, serão estimadas apenas as receitas de sua competência legal e dos convênios firmados por seus dirigentes, assim como, as despesas relativas aos programas executados com estes recursos.

Art. 7º - A Lei Orçamentária evidenciará as receitas e despesas de cada uma das Unidades Gestoras, desdobrando as despesas por função, sub-função, programa, projeto, atividade ou operações especiais e quanto a sua natureza, por categoria econômica, grupo de natureza de despesa e modalidade de aplicação, conforme as Portarias MOG nº 42/1999, Interministerial 163/2001 e Portaria STN Nº 462, de 05 de Agosto de 2009.

Art. 8º- O projeto da Lei Orçamentária, que o Poder Executivo encaminhará à Câmara de Vereadores, será constituído de:
I - mensagem;
II - Projeto da lei;
III - quadros orçamentários consolidados.

Parágrafo Único - Os demonstrativos orçamentários a que se refere o inciso III deste artigo, são os quadros e anexos exigidos pelo artigo 165, § 6º da Constituição Federal e pelos § § 1º, 2º e incisos do artigo 2º, e artigo 22 da Lei nº 4.320/64 a seguir discriminados:
I - Sumário geral da receita por fontes e das despesas por funções do governo;
II - Quadro demonstrativo da receita e despesa segundo categorias econômicas, na forma do Anexo 1 da Lei nº 4.320/64;

III - Receita segundo as categorias econômicas - Anexo 2 da Lei n° 4.320/64;
IV - Natureza econômicas - Consolidação Geral - Anexo 2 da Lei n° 4.320/64;
V - Quadro discriminativo da receita, por fontes, e respectiva legislação;
VI - Quadro das dotações por órgãos do governo: Poder legislativo e Poder Executivo;
VII - Quadro demonstrativo da despesa por órgãos, por unidade; orçamentária, programa de trabalho - Anexo 6 da Lei n° 4.320/64;
VIII- Quadro demonstrativo da despesa por programa anual de trabalho do governo, por função governamental - Anexo 7 da Lei n° 4.320/64;
IX - Quadro demonstrativo da despesa por funções, sub-funções e programas conforme o vínculo com os recursos - Anexo 8 da Lei n° 4.320/64;
X - Quadro demonstrativo das despesas por órgão e funções - Anexo 9 da Lei n° 4.320/64;
XI - Quadro demonstrativo da receita e planos de aplicação dos fundos especiais;
XII - Quadro demonstrativo do programa anual de trabalho do governo em termos de realização de obras e de prestação de serviços;
XIII - Tabela explicativa da evolução da receita e da despesa - artigo 22, inciso III da Lei n° 4.320/64;
XIV- Descrição sucinta de cada unidade administrativa e suas principais finalidades, com a respectiva legislação;
XV - Demonstrativo regionalizado do efeito, sobre as receitas e despesas, decorrentes de isenções, anistias, remissões, subsídios e benefícios de natureza financeira, tributária e creditícia.

Art. 9º- A mensagem que encaminhar o Projeto da Lei Orçamentária conterá:
I - quadro demonstrativo da evolução da receita nos exercícios de 2011 a 2013 e previsão para 2014 e 2015;
II - metodologia e memória de cálculo das estimativas das receitas;
III - montante de recursos para aplicação na manutenção e desenvolvimento do ensino e na saúde;

Art. 10- Para efeito do disposto no artigo anterior, o Poder Legislativo, encaminhará a Secretaria de Finanças do Município, até 31 de agosto de 2014, suas respectivas propostas orçamentárias, observados os parâmetros e diretrizes estabelecidos nesta Lei, para fins de consolidação do projeto de lei orçamentária.

Parágrafo Único - As unidades orçamentárias serão agrupadas de acordo com as suas vinculações institucionais, entendidas como sendo o de maior nível de classificação institucional.

Art. 11- O Quadro de Detalhamento da Despesa - QDD fixará a despesa ao nível de grupo de natureza de despesa/modalidade de aplicação, conforme disposto na Portaria STN nº 163/2000, admitido o remanejamento por Decreto do Chefe do Poder Executivo dentro de cada projeto, atividade ou operações especiais, definido por esta lei como categoria de programação.

Art. 12- Os decretos de abertura de créditos suplementares autorizados na lei orçamentária anual, deverão estar acompanhados de exposição de motivos que inclua a justificativa e a indicação dos efeitos do cancelamento de dotações sobre a execução das atividades e dos projetos.

Art. 13- As programações dos Fundos: Municipal de Saúde, Assistência Social, da Criança e do Adolescente e Fundo Municipal de Previdência dos Servidores Públicos de Paranatinga –P.PREV e outros que vierem a ser criados serão abertos como Unidades Orçamentárias do órgão a que estiverem subordinados.

CAPITULO IV

DAS DIRETRIZES PARA ELABORAÇÃO, EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO E SUAS ALTERAÇÕES

Art. 14- A previsão da receita e fixação da despesa na Lei Orçamentária deverá ocorrer a preços correntes.

Art. 15- A proposta orçamentária para o exercício de 2015 não conterá dispositivo estranho à previsão da receita e a fixação da despesa, face à Constituição Federal, atendendo a um processo de planejamento permanente, sem prejuízo das normas financeiras estabelecidas pela legislação federal.

Art. 16- O orçamento anual do município abrangerá as administrações direta e indireta, sendo discriminado no orçamento fiscal da administração direta o Poder Legislativo e Poder Executivo, com seus fundos e Órgãos. A administração indireta, compreendendo as Fundações e Autarquias.

Art. 17- A Lei Orçamentária Anual atenderá às diretrizes gerais e aos princípios da unidade, universalidade, anualidade e exclusividade, evidenciando a transparência da gestão fiscal, observando-se o princípio da publicidade e permitindo o amplo acesso da sociedade a todas as informações relativas a cada uma dessas etapas.

Art. 18- Na fixação da despesa deverá ser observada a compatibilidade da programação dos orçamentos com os objetivos do PPA e LDO, devendo o montante das despesas fixadas não exceder a previsão das receitas estimadas para o exercício.
Art. 19- As Unidades Orçamentárias, quando da elaboração de suas propostas parciais deverão atender a estrutura vigente e considerar o aumento ou diminuição dos seus serviços.

Art. 20- No projeto de Lei Orçamentária Anual, as receitas serão estimadas e as despesas fixadas segundo os preços vigentes em 1º de julho de 2014 (base de correção relativa a 30 de junho de 2014).

Parágrafo Único- O Poder Executivo, no prazo de 30 (trinta) dias após a publicação da Lei Orçamentária e por ocasião das correções efetuadas no decorrer do exercício, encaminhará à Câmara Municipal para ciência, cópia do orçamento anual devidamente corrigido.

Art. 21- Constituem-se requisitos essenciais da responsabilidade na gestão fiscal, a instituição, previsão e efetiva arrecadação de todos os tributos da competência constitucional do município, conforme dispõe o Art. 11 da LRF.

Parágrafo Único- Constituem-se receitas do município aquelas provenientes de:
I - tributos de sua competência;
II - atividades econômicas, que por sua conveniência possam ser executadas;
III- transferências por força de mandamentos constitucionais, transferências fundo a fundo, ou de convênios firmados com entidades privadas e órgãos governamentais em todas as esferas de governo;
IV- empréstimo tomado por antecipação da receita e de alguns serviços mantidos pela administração municipal.

Art. 22- Constará na proposta orçamentária o produto das operações de crédito, com destinação específica e vinculada ao projeto, obedecendo aos limites e procedimentos estabelecidos na legislação vigente.

Art. 23- Nenhum compromisso será assumido sem que haja dotação orçamentária e recursos financeiros na programação de desembolso, atendendo, desta forma ao que dispõe a Lei Complementar 10l/2000 - equilíbrio entre receitas e despesas.

Art. 24- O Orçamento Fiscal abrangerá as administrações direta e indireta.

Art. 25- O Projeto de Lei do Orçamento para 2015 destinará recursos para atender, prioritariamente, às seguintes despesas:
I - com pagamento de precatórios judiciais apresentados até 1º de julho de 2014;
II - com pessoal ativo, inativo, pensionistas e encargos sociais;
III - com pagamento da dívida pública;
IV - de manutenção e desenvolvimento do ensino; e
V - com ações e serviços de saúde.

Art. 26- Na elaboração da proposta orçamentária serão atendidos os projetos e atividades constantes do ANEXO I que fazem parte integrante desta Lei, podendo ser inclusos novos projetos no orçamento desde que constem no Plano Plurianual e incluídos no anexo da LDO, através de lei específica.

Parágrafo Único - O ANEXO I desta Lei estabelece as metas e prioridades, distribuídas por Secretarias e Órgãos do Governo Municipal, por programa, função, sub - função, projetos/atividades, metas físicas e metas financeiras.

Art. 27- A lei orçamentária não consignará dotação para investimento com duração superior a um exercício financeiro que não esteja previsto no Plano Plurianual ou em lei específica em que autorize a sua inclusão, conforme disposto no parágrafo primeiro do artigo 167 da Constituição Federal.

Art. 28- Os projetos em execução terão prioridade sobre os novos projetos, não podendo ser paralisadas sem autorização legislativa, salvo por insuficiência de recursos financeiros.

Parágrafo Único - Não poderão ser programados novos projetos:
I - por conta de redução ou anulação de projetos em andamento;
II - que não possuam comprovada viabilidade técnica, econômica e financeira.

Art. 29- O município aplicará os limites constitucionais de suas receitas *resultantes de impostos, compreendidas as provenientes de transferências sendo:*
I - no mínimo, 25% (vinte e cinco por cento) da receita resultante de impostos, compreendidas as provenientes de transferências, na manutenção e desenvolvimento do ensino;
II - no mínimo 15% (quinze por cento) da receita resultante de impostos e transferências constitucionais e legais, nas ações e serviços públicos de saúde;
III - 1% das receitas da administração direta e indireta para Contribuição ao PASEP.

Art. 30 - Constarão da proposta orçamentária, demonstrativos das Receitas e das Despesas das Autarquias e Fundações, na forma do Anexo II da Lei Federal 4.320/64 - da Receita e da Despesa por Órgãos do Governo.

Parágrafo Único- Os orçamentos das Autarquias e Fundações serão estabelecidos por Decreto do Poder Executivo, na forma prevista no artigo 107, da Lei 4.320/64.

CAPITULO V

DAS DISPOSIÇÕES SOBRE AS DESPESAS COM PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS.

Art. 31- As despesas totais com pessoal, ativo e inativo da administração direta e indireta ficam limitadas a 60% (sessenta por cento) da receita corrente líquida, atendendo ao disposto no art. 19 da Lei Complementar 101/2000.

Art. 32- A repartição do limite estabelecido no artigo anterior obedecerá os percentuais de 6% (seis por cento) para o Poder Legislativo e 54% (cinqüenta e quatro por cento) para o Poder Executivo, conforme inciso III do art. 20 da Lei Complementar 101/2000.

Art. 33- O Executivo Municipal, mediante lei autorizativa, poderá criar cargos e funções, alterar a estrutura de carreiras, realizar concurso público, corrigir ou aumentar a remuneração dos servidores, conceder vantagens, e por ato administrativo, admitir pessoal aprovado em concurso público ou em teste seletivo, em caráter temporário na forma da lei, observados os limites e as regras estabelecidas na Lei Complementar nº 101 (Lei de Responsabilidade Fiscal).

Art. 34- Serão inclusas no orçamento fiscal dotações orçamentárias para atender a despesas decorrentes da criação de cargos e funções, alteração nas estruturas de carreira, realização de Concurso Público, realização de processo seletivo simplificado para atendimento das necessidades temporárias e excepcionais; aumento de remuneração de servidores, concessão de vantagens, reforma administrativa e implantação de Plano de Cargos, Carreira e Salários, desde que compatíveis com o equilíbrio das contas públicas.

Art. 35- A criação de cargos ou alteração da estrutura de carreira, aumento de remuneração, bem como a admissão de pessoal, a qualquer título pelas administrações direta e indireta, só poderão ser feitas se:
I - houver prévia dotação orçamentária, suficiente para atender às projeções de despesas e os acréscimos delas decorrentes;
II - estiverem de acordo com o limite fixado no artigo 32 desta Lei, atendendo também o disposto no Artigo16 da Lei Complementar n º 101/2000 - LRF;
III - For autorizada pelo Poder Legislativo.

Art. 36- Nos casos de necessidade temporária, de excepcional interesse público, devidamente justificado pela autoridade competente, o Poder Executivo poderá autorizar a realização de horas-extras à servidores municipais em serviços excepcionais, nas áreas de saúde, obras, transporte, limpeza pública, segurança, administração, serviços gerais, educação e outras de relevante interesse público.

Art. 37- No caso dos limites máximos de despesas com pessoal para os Poderes Executivo e Legislativo, estabelecidos no Art. 20 da Lei Complementar 101/2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal forem ultrapassados em qualquer um dos Poderes, serão adotadas, nos respectivos Poderes, as seguintes medidas voltadas ao reenquadramento no prazo máximo de dois quadrimestres:
I - eliminação de despesas com horas-extras, exceto quando destinada ao atendimento de relevante interesse público, especialmente voltados para as áreas de segurança e saúde;
II - exoneração de servidores ocupantes de cargos em comissão;
III - eliminação de vantagens concedidas a servidores;
IV - demissão de servidores admitidos em caráter temporário.

Parágrafo Único- A autorização para a realização de horas-extras, no âmbito do Poder Executivo, nas condições estabelecidas no caput deste artigo, é de exclusiva competência do Secretário de Administração.

Art. 38- O Poder Executivo poderá conceder aumento de vencimento dos servidores públicos municipais, caso seja constatado excesso efetivo da arrecadação que eleve a receita corrente líquida, observados os limites estabelecidos no art. 20, III, da Lei Complementar Federal nº 101/2000, e desde que autorizado pelo Poder Legislativo.

Art. 39- Os contratos de terceirização de mão-de-obra que se referem à substituição de servidores e empregados públicos, serão contabilizados como "Outras Despesas de Pessoal Decorrentes de Terceirização", elemento de despesa 3.3.90.34.

Parágrafo Único- Para efeito do disposto neste artigo, entende-se como terceirização de mão-de-obra, a contratação de pessoal para o exercício exclusivo de atividades ou funções constantes do Plano de Cargos da Administração Municipal, excluídas as despesas decorrentes da utilização de materiais ou equipamentos de propriedade do contratado ou de terceiros.

CAPITULO VI

DAS DISPOSIÇÕES SOBRE ALTERAÇÕES NA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA

Art. 40- O Código Tributário Municipal poderá ser alterado ou modificado de acordo com as necessidades de interesse público municipal.
Art. 41- O Poder Executivo encaminhará à Câmara Municipal, até 45 (quarenta e cinco) dias antes do encerramento do exercício, se necessário for, Projeto de Lei relativo às alterações ou modificações na Legislação Tributária pertinente a:
I - revisão da planta de valores, de forma a atualizar o valor venal dos imóveis para a cobrança do IPTU e ITBI;

II - atualização das alíquotas do imposto sobre serviços de qualquer natureza;
III - atualização das taxas pelo poder de polícia;
IV - atualização das taxas por prestação de serviços;
V - contribuição de melhoria;
VI - reestruturação da atividade de fiscalização tributária;
VII - aperfeiçoamento dos instrumentos para agilização da cobrança da dívida ativa e atualizado do valor dos créditos;
VIII - atualização do cadastro mobiliário fiscal de caráter obrigatório.

§ 1º- Somente poderá ser aprovada ou editada lei que conceda ou amplie incentivo, isenção ou benefício de natureza tributária da qual decorra renúncia de receita se atendido o disposto no Art. 14 da Lei Complementar nº 101, de 04.05.2000, incisos I e II.

§ 2º- Os tributos lançados e não arrecadados, inscritos em dívida ativa, cujos custos para cobrança sejam superiores ao crédito tributário, poderão ser cancelados, mediante autorização em lei, não se constituindo como renúncia de receita para efeito do disposto no art. 14 da Lei de Responsabilidade Fiscal.
§ 3º- Na estimativa das receitas do projeto de Lei Orçamentária poderão ser considerados os efeitos de propostas de alterações ou modificação na legislação tributária que sejam objeto de projeto de lei que esteja em tramitação na Câmara Municipal.

CAPITULO VII

DAS DISPOSIÇÕES SOBRE A DÍVIDA PÚBLICA MUNICIPAL

Art. 42 - Obedecidos os limites estabelecidos em Lei complementar Federal, o município poderá realizar operações de crédito ao longo do exercício 2015, destinado a financiar despesas de capital previstas no orçamento.

Art. 43- As operações de crédito deverão ser autorizadas por Lei Orçamentária e constar do orçamento do município.

Art. 44- A verificação dos limites da dívida pública será feita na forma e nos prazos estabelecidos na Lei Complementar n º 101, de 04.05.2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal.
CAPITULO VIII

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 45- Ao Projeto de Lei Orçamentária Anual poderão ser apontadas emendas, desde que:
I- sejam compatíveis com o Plano Plurianual e com a Lei de Diretrizes Orçamentárias;
II - não alterem dotações referentes a despesas de pessoal, encargos e serviços da dívida;
III- não utilizem recursos provenientes de convênios e operações de crédito vinculadas.

Art. 46- A Proposta Orçamentária do Poder Legislativo deverá ser elaborada pela Câmara Municipal, de acordo com a Emenda Constitucional número 025/2000 e encaminhada ao Poder Executivo, observando-se as determinações contidas nesta Lei.

Art. 47- Conforme a Emenda Constitucional n º 58, de 23 de setembro de 2009, o Poder Legislativo terá como limite para o total da despesa, incluindo os subsídios dos Vereadores e excluídos os gastos com inativos, o valor correspondente de 7% (sete por cento) sobre o somatório da receita tributária e das transferências.

Art. 48- Os orçamentos para o exercício 2015 destinarão recursos para a Reserva de Contingência, sendo estabelecido, no máximo até 3% (três por cento) das receitas Correntes Líquidas previstas para o mesmo exercício (Art. 5º III da LRF).

Parágrafo Único - Os recursos da Reserva de Contingência serão destinados ao atendimento de passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos, conforme art. 5º, III, "b" da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000(LRF).

Art. 49- Constitui-se requisito essencial o equilíbrio entre as receitas e despesas do município, não podendo ser fixadas despesas sem que estejam definidas as fontes de recursos.

Art. 50- No final de cada bimestre o Poder Executivo fará avaliação da execução orçamentária e financeira para verificar o cumprimento das metas estabelecidas na programação.

Art. 51- Se verificado, no final de cada bimestre, que a realização da receita poderá não atingir as metas do equilíbrio financeiro, conforme determina a Lei Complementar 101/00, o Poder Executivo promoverá a limitação de empenho e movimentação financeira, com base nos seguintes critérios:
I - limitação de empenho relativo a novos investimentos, onde seria utilizado recurso próprio do orçamento;
II- Limitação de empenho de despesas relativas à viagens e congêneres;
III- Limitação de empenhos referente a despesas gráficas;
IV- Limitação de empenhos de despesas relativas a veiculação institucionais pela mídia, excetuando-se as decorrentes da disponibilização de informações de interesse da coletividade;
V- Limitação de despesas com combustíveis e derivados, exceto para a frota que atende os serviços de saúde e educação.

Parágrafo 1º- Não será objeto de limitação de empenho as despesas que constituem obrigações constitucionais e legais do ente, inclusive aquelas destinadas ao pagamento do serviço da dívida.

Parágrafo 2º- A limitação de empenho e movimentação financeira poderá ser suspensa, no todo ou em parte, caso a situação de frustração da receita se reverta nos bimestres seguintes.

Art. 52- Os Órgãos do Poder Executivo poderão firmar convênios com outras esferas de governo para o desenvolvimento de programas prioritários nas áreas de educação, cultura, saúde, meio ambiente, assistência social, transporte, infra - estrutura, segurança, saneamento e outros que por ventura se fizerem necessários.

Art. 53- O Controle de Custo e Avaliação de Resultados dos programas de governo previsto no Art. 4º, inciso I, alínea "e" da LRF será realizado pela Controladoria Interna da Prefeitura Municipal, criada pela Lei nº 029, de 23 de dezembro de 2005.

Parágrafo 1º- O artigo 20 da Lei 029, em seus itens I à XI define as atribuições da Controladoria no sentido do cumprimento da Lei Complementar nº 101, de 04/05/2000.

Parágrafo 2º- Dentre outras atribuições, cabe à Controladoria orientar, acompanhar, fiscalizar e avaliar a gestão orçamentária, financeira e patrimonial dos órgãos da administração direta e indireta, visando a regular e racional utilização dos recursos e bens públicos.
Art. 54- Em caso de transferências de recursos a entidades públicas e privadas, serão efetuadas observando-se o disposto no parágrafo único do Art. 16 da Lei 4.320/64. "O valor das subvenções, sempre que possível, será calculado com base em unidades de serviços efetivamente prestados ou postos à disposição dos interessados, obedecidos os padrões mínimos de eficiência previamente fixados".

Art. 55- A destinação de recursos para cobrir necessidades de pessoas físicas ou déficits de pessoas jurídicas deverá ser autorizada por Lei específica, conforme dispõe o Art. 26 da Lei Complementar nº 101/2000 - LRF.

Art. 56- O Poder Executivo poderá contribuir para o custeio de despesas de competência de outros entes da Federação, conforme o artigo 62, inciso I, da Lei Complementar n º 101/2000 se houver:
I - existência de dotação específica;
II- interesse da municipalidade;
III- contrapartida do ente da federação que estiver sendo beneficiado;
IV- comprovação de que o ente beneficiado se acha em dia quanto ao pagamento de tributos, empréstimos e financiamentos devidos ao ente transferidor, bem como quanto à prestação de contas de recursos anteriormente dele recebidos.

Parágrafo Único - Para que seja efetivada a contribuição será necessária autorização em lei específica e formalização de Convênio, acordo, ajuste ou congênere entre o município e o ente da Federação, definindo os deveres e obrigações das partes, forma e prazo para apresentação da prestação de contas.

Art. 57- O Prefeito Municipal estabelecerá através de Decreto do Poder Executivo a Programação Financeira e o Cronograma de Execução Mensal de Desembolso, até trinta dias da publicação da Lei Orçamentária Anual.

Art. 58- A estimativa da receita que constará do Projeto de Lei Orçamentária para o exercício de 2015 completará medidas de aperfeiçoamento da administração dos tributos municipais, com vista a expansão da base de tributação e conseqüente aumento das receitas próprias.

Parágrafo Único - A estimativa da receita citada no presente artigo levará em consideração, adicionalmente, o impacto na legislação tributária, observadas a capacidade econômica do contribuinte e a justa distribuição de renda, com destaque para:
I - atualização da planta genérica de valores do município;
II - revisão, atualização ou adequação da legislação tributária municipal.

Art. 59- O município só fará concessão ou ampliação de incentivo ou benefício de natureza da qual decorra renúncia de receita, com autorização de Lei Especial, composta de anexo, contendo:
I - A estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva iniciar sua vigência e nos exercícios seguintes;
II - As medidas de compensação no período mencionado no inciso I, por meio do aumento da receita proveniente da elevação de alíquotas, ampliação da base de cálculo, majoração ou criação de tributo ou contribuição.

Art. 60- Para os fins do disposto no art. 16, da Lei Complementar nº. 101/00 e em cumprimento ao § 3º, do mesmo artigo, fica estabelecido que, no exercício de 2015, a despesa será considerada irrelevante se o seu impacto orçamentário-financeiro no exercício não ultrapassar, para bens, serviços e obras os limites fixados pelos incisos I e II, do art. 24, da Lei 8666/93, devidamente atualizados.

Art. 61- Para os fins do disposto no art. 17, da Lei Complementar nº 101/2000 e em cumprimento ao § 1º, do mesmo artigo, os atos que criarem ou aumentarem despesas obrigatórias de caráter continuado, deverão ser acompanhados de comprovação de que a despesa criada ou aumentada não afetará as metas de resultados fiscais de que trata o § 1º do art. 4 º da LRF.

Art. 62- Se o projeto da Lei Orçamentária não for sancionado até 31 de dezembro de 2014, a programação dele constante poderá ser executada para o atendimento das seguintes despesas:
I - pessoal e encargos sociais;
II - pagamento do serviço da dívida; e
III - transferências constitucionais e legais para os fundos municipais legalmente constituídos.
IV - 1/12 (um doze avos) das dotações relativas às demais despesas.

Art. 63- Por ocasião da avaliação e atualização do Plano Plurianual-PPA e da elaboração da LDO e Lei Orçamentária Anual - LOA, o Poder Executivo poderá fazer revisão das metas físicas e financeiras discriminadas no ANEXO I desta Lei, adequando-se com a estimativa das receitas e previsão da despesa para 2015.

Art. 64- Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 65- Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Paranatinga-MT, aos 26 dias do mês de junho de 2014.

VILSON PIRES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Bertolina Alves de Lima
Código Identificador:4E8C8F8F

ASSESSORIA JURIDICA
LEI N 1114/2014

LEI Nº 1114 DE 26 DE JUNHO DE 2014.

"Autoriza o Poder Executivo a outorgar, sob o regime de Concessão, a prestação dos serviços públicos de água do Município de Paranatinga/MT e dá outras providências."

O **PREFEITO MUNICIPAL DE PARANATINGA,** Estado de Mato Grosso, **EXCELENTÍSSIMO SENHOR VILSON PIRES,** no uso das suas atribuições legais, Propõe à **CÂMARA MUNICIPAL DE PARANATINGA** o seguinte Projeto de Lei:

ARTIGO 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado, em cumprimento ao disposto no artigo 175 da Constituição Federal de 1988, nos termos da Lei Federal nº. 11.445, de 05 de janeiro de 2007; da Lei Federal nº. 8.987, de 13 de fevereiro de 1995; da Lei Federal nº. 9.074, de 07 de julho de 1995; da Lei Federal nº. 8.666, de 21 de junho de 1993; dos artigos 11 e13, artigo 69, inciso VIII, e Decreto n 7.217, de 21 de junho de 2010 e artigos 104 e 108 da Lei Orgânica do Município de Paranatinga, desta Lei e demais normas legais pertinentes, a outorgar, em regime de concessão de serviço público, a prestação dos serviços públicos de água e esgoto do Município de Paranatinga.
§ 1º - Os serviços públicos de água e esgoto compreendem os serviços de abastecimento de água potável, constituído pelas atividades, infraestruturas, manutenção e instalações necessárias ao abastecimento público de água potável, desde a captação, reservatório, até as ligações prediais e respectivos instrumentos de medição; e do serviço público de esgotamento sanitário, constituído pelas atividades, infraestruturas e instalações operacionais de coleta, transporte, tratamento e disposição final adequados dos esgotos sanitários, desde as ligações prediais até o seu lançamento final no meio ambiente.
§ 2º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a adotar todos os procedimentos que se fizerem necessários para a efetivação da outorga de que trata o *caput* deste artigo.
§ 3º- Todos os procedimentos para a outorga da concessão de que trata este artigo, inclusive a elaboração do edital de licitação e seus anexos, serão adotados pelo Município de Paranatinga.
§ 4º- É pré-requisito à concessão do regime de Agua e Esgoto a elaboração e aprovação do Plano Municipal de Saneamento Básico.
ARTIGO 2º- A concessão autorizada por esta lei será precedida por licitação na modalidade Concorrência Pública, pelo tipo de Melhor Técnica e Menor Preço da Tarifa.
ARTIGO 3º- Todos os bens atuais e os futuramente incorporados serão revertidos à Prefeitura Municipal, findado o prazo de concessão.
ARTIGO 4º- O Município deverá instituir, por Lei Específica, uma agencia municipal reguladora para exercer as atribuições de regulação e fiscalização da concessão de que trata esta Lei.
ARTIGO 5º- O contrato de concessão será celebrado pelo Município de Paranatinga, na qualidade de Poder Concedente, com a interveniência da Agencia Municipal Reguladora.
ARTIGO 6º - A concessão para a exploração dos serviços públicos de água e esgoto pressupõe a prestação de serviço adequado ao pleno atendimento dos usuários, bem como a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão, conforme o estabelecido nesta Lei, nas normas pertinentes e no respectivo contrato de concessão.
§ 1º - Serviço adequado é o que satisfaz as condições de regularidade, continuidade, eficiência, segurança, atualidade, generalidade, cortesia na sua prestação e modicidade das tarifas, nos termos a serem definidos no edital de licitação e no contrato de concessão.
§ 2º - O contrato de concessão contemplará as metas progressivas e graduais de expansão dos serviços, de qualidade, de eficiência e de uso racional da água, da energia e de outros recursos naturais, em conformidade com os serviços a serem prestados, em consonância com o Plano Municipal de Saneamento Básico.

§ 3- O contrato de concessão deverá contemplar a eficiência e a sustentabilidade econômico-financeira da prestação dos serviços públicos de água e esgoto.

ARTIGO 7º- A concessionária poderá auferir outras receitas alternativas, complementares, acessórias ou de projetos associados, nos termos do disposto no edital de licitação, contrato de concessão e demais normas aplicáveis desde que previamente aprovadas pelo Poder Concedente.

ARTIGO 8º- Os usuários dos serviços públicos de água e esgoto que tiverem seus direitos violados ou tiverem conhecimento de violação da ordem jurídica, envolvendo a prestação de tais serviços, poderão representar, denunciar ou reclamar o fato ao Poder Concedente ou à Agência Reguladora, de acordo com o disposto nos atos administrativos que regulamentam a elaboração de representações, denúncia e reclamações, editados pelo Poder Executivo Municipal.

ARTIGO 9º- Faz parte integrante desta lei a minuta com os pré-requisitos mínimos (ANEXO I) que comporão o edital de licitação.

ARTIGO 10 - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Paranatinga-MT; 26 de junho de 2014.

VILSON PIRES
Prefeito Municipal

ANEXO I

Pré-requisitos mínimos que deve constar no edital de Concessão dos Serviços de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário, da Cidade de Paranatinga.

O Edital de concessão dos Serviços de Saneamento Básico da Cidade de Paranatinga-MT, será elaborado tendo os itens enumerados à seguir como pré requisitos mínimos a serem cumpridos pela Concessionária a ser contratada.

1- PRAZO
O prazo deverá ser de 30 (Trinta) anos, podendo ser prorrogado por igual período por interesse das partes.

2- METAS

2.1 – Em até 60 dias

2.1.1 – A Concessionária deverá criar uma empresa com fins específicos e com sede em Paranatinga - MT.

2.1.2 – O Concessionário dos serviços de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário na Cidade de Paranatinga deverá obedecer á legislação pertinente, lei 11.445, de 05 de janeiro de 2007, e Decreto nº: 7.217, de 21 de junho de 2010.

2.1.3 – O Concessionário contratado deverá garantir a continuidade de no mínimo 50% dos servidores do escritório local, dando-lhes prioridades de ocupação em função das habilidades individuais, e lotacionograma definido pela Concessionária, após um período de avaliação de desempenho.

2.2-Em até 12meses

2.2.1 – Deverá ser implantado um planejamento de mudança do sistema de tratamento do centro da cidade, devendo ser centralizado com a captação do corgão que deverá ser remodelada, o projeto deverá ser apresentado em nível de projeto executivo, para possibilitar o acompanhamento pelo Conselho Municipal de Saneamento Básico.

2.2.2 – O Concessionário deverá implantar um sistema de monitoramento do Padrão de Qualidade de Água Tratada, conforme as recomendações do Ministério da Saúde, por meio da Portaria nº: 2.914, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2011, que dispõe sobre os procedimentos de controle e de vigilância da qualidade da água para consumo humano e seu padrão de portabilidade.

2.2.3 – No âmbito da comercialização dos serviços a Concessionária deverá:

•Adotar políticas de inclusão de ligações na categoria social Mediante regras claras a serem elaboradas no regulamento de serviços, e executadas em conjunto com a equipe de Promoção Social da Prefeitura Municipal.

•Promover Campanha de educação sanitária e prevenção de Doenças relacionadas ao consumo de água de cisternas.

•Estabelecer regras de consumo, com a implantação do regulamento de serviços a ser distribuídos à população.

•Dotar o atendimento de sistema telefônico, e implantar atendimento via internet.

2.3 - Em até 18 meses

2.3.1 – O Concessionário deverá dotar o sistema de um Volume de Reservação Mínima de um terço da demanda diária.

2.3.2 – O concessionário deverá implantar as seguintes ações com o objetivo de reduzir o custo operacional do sistema.

· Promover a mudança das ETAs do centro para o sistema Corgão.
· Implantar uma nova adutora de água bruta.
· Reformar as duas ETAs, dotando-a de material filtrante adequado ao padrão da água bruta.
· Reformar a atual casa de química para atendimento de 03 ETAS.
· Montar Sistema de telemetria e telecontrol dos parâmetros Hidráulicos da Captação de Água Bruta.
· Instalar Medidor de Vazão de Água Bruta.
· Contratar Sistema horossazonal de consumo de energia.
· Reduzir as Perdas em até 10%, do valor atual;
· Implantar sistema de gerenciamento de pressões na rede de distribuição, com o uso de técnicas pitométricas.
· Medição de Vazão de Água Distribuída.
· Treinamento de Pessoal em inovações tecnológicas.
· Instalar válvulas redutoras de pressão.
· Construir dois novos centros de reservação no setor Aeroporto.
· Implantar nova sub adutora em decorrência da mudança das ETAs do Centro para o Sistema Corgão.

2.3.3 – Implantar medidor para que a cobrança pelo uso da água tratada produzida pela Concessionária seja em 99,99% dos imóveis via medidor.

2.3.4 – O Concessionário deverá garantir um Serviço Adequado, com o atendimento das condições de:

Continuidade: O Serviço deve garantir abastecimento 24h/dia, As paralisações devem ser comunicadas em rádio, e jornal com uma antecedência mínima de 02 (dois) dias.

Eficiência: Deverá ser observado os princípios empresariais de redução de custos operacionais, e equilíbrio econômico financeiro, buscando sempre a auto sustentação.

Universalidade: O serviço deve ser prestado a 100% da população

Atualidade: Deverão ser adotados procedimentos compatíveis com a evolução tecnológica, com a inclusão de sistemas de telemetria e telecontrole, e atendimentos *on line*, e ou via telefone

Cortesia: O prestador de serviço deverá ter cada cidadão como um cliente, a quem deve garantir o máximo de satisfação.

Modicidade da Tarifa: A tarifa deve ser acessível aos moradores de baixa renda, e deve ser adequada a prestação dos serviços.

2.4 - Em até 60 meses

2.4.1 – Elaborar o Projeto executivo de Esgotamento Sanitário, com uma abrangência mínima de 70% da população da Zona Urbana.

2.4.2 – Implantar Coletores e Redes de distribuição para atendimento mínimo de 10% da área de abrangência do projeto.

3 - TARIFA

- A tarifa deverá ser fixada no edital, e terá prazo de validade de um ano, após a assinatura do contrato.

- Nenhum reajustamento ou realinhamento de remuneração, para mais ou para menos, se dará sem o atendimento às normas de caráter geral ditadas pela legislação federal. Os reajustamentos de tarifa atenderão a seguinte fórmula:

R=[0,30(Smi/Smo-1)+0.35(Tei/Teo-1)+0,35(IGPi/IGPo-1)]+1,00

Onde:

Sm – é o índice aplicado ao valor do salário mensal pago por força de acordo coletivo de trabalho ou convenção coletiva de trabalho ou dissídio coletivo para o pessoal da concessionária.

Te – é o valor da tarifa de energia elétrica aplicável à concessionária.
IGP – é o índice Geral de Preços do Mercado (IGP-M), publicado pela Revista Conjuntura Econômica, da Fundação Getúlio Vargas.

Considera-se como data base (Smo, Teo, IGPo), para os efeitos do reajustamento, a da apresentação das propostas da licitante/concessionária, (i = índices referentes ao mês do reajustamento desejado).

O Reajuste **R** a ser aplicado na tarifa corresponde a 30% do reajuste de salário, 35% do reajuste de Energia e 35% da inflação medida pelo IGP-M.

4 - PROJETOS, OBRAS E SERVIÇOS.

Todos os projetos, obras e serviços deverão obedecer às normas e regulamentações em vigor e poderão ser supervisionadas por empresas ou consultores externos, contratados pela Prefeitura.

5 – DA FISCALIZAÇÂO DA CONCESSÃO

A fiscalização do cumprimento das obrigações da concessionária emergentes do contrato de concessão será exercida pela Prefeitura Municipal sendo que:

- Deverá ser criada uma Empresa com fins específicos da concessão e com sede no município de Paranatinga.

- Deverá ser criado o conselho regulador dos serviços prestados pela Concessionária, e compostopormembrosdasociedade.

- A integrado de novos loteamentos deverá ser previamente autorizada pela Prefeitura Municipal, e posteriormente homologada pela concessionária após os tramites de viabilidade e análise de projeto.

- Toda obra de saneamento, deverá ser precedida de planos de trabalho aprovados pela PrefeituraMunicipal.
- A concessionária deverá apresentar anualmente, a Prefeitura os relatórios técnicos, operacionais e financeiros, de forma a retratar o fiel andamento das obras e serviços previstos no edital.

- A concessão limita-se ao perímetro urbano de Paranatinga, sendo que toda iniciativa privada de loteamentos devem ser complementadas por infraestrutura de redes de água, previamente
Aprovadas pela Concessionária.

- A fiscalização será feita pelo método de controle de resultados, onde serão analisados todos os parâmetros do sistema.

Gabinete do Prefeito Municipal de Paranatinga-MT; 26 de junho de 2014.

VILSON PIRES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Bertolina Alves de Lima
Código Identificador:2F26CC34

ASSESSORIA JURIDICA
LEI DE N 1115/2014

LEI Nº 1115 DE 26 DE JUNHO DE 2014.

"Alteração do artigo 1º da Lei de nº 1004/2013 e dá outras providências".

VILSON PIRES, Prefeito Municipal de Paranatinga, Estado de Mato Grosso, faz saber que a Câmara Municipal de Paranatinga aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - O artigo 1ª da Lei de nº 1004/2013, passa a ter a seguinte redação:
Art. 1º- Fica desafetado de sua característica institucional área de uso comum do povo consistente de trechos das **Ruas 11 com 1.086,64 m² (um mil e oitenta e seis metros quadrados, sessenta e quatro milímetros quadrados**), e **Rua 15, com 1.020,00 m² (um mil e vinte metros quadrados)** bem como, terreno na quadra 10 do Equipamento Comunitário, com uma área de 4.760,00 m² (quatro mil, setecentos e sessenta metros quadrados), lotes 14-B.2, objeto das Matrículas nº 3.711 e 15.b.1 e 830, do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Paranatinga-MT, perfazendo a **área total de 6.866,64 m2 (seis mil e oitocentos e sessenta e seis metros quadrados, sessenta e quatro milímetros quadrados)**,formando uma figurar geométrica irregular, passando a integrar o patrimônio disponível do Município, conforme "croqui" que compõem o Anexo I, com a devida ART assentada no registro do CREA/MT, assim especificada:
Art. 2º- Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Paranatinga- MT; 26 de junho de 2014.

VILSON PIRES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Bertolina Alves de Lima
Código Identificador:92927471

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRA PRETA

PREFEITURA MUNICIPAL
PORTARIA N.º 216-2014 - FÉRIAS REGULARES- SELMA MENDONÇA PEREIRA

PORTARIA Nº 216/2014.
DE 20 DE JUNHO DE 2014.

Concede FÉRIAS REGULAMENTARES a Servidora da Secretaria Municipal de Saúde e dá outras providências.

MARILEDI ARAÚJO COELHO PHILIPPI, PREFEITA DO MUNICÍPIO DE PEDRA PRETA, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais.

CONSIDERANDO que a servidora faz jus a férias, adquirida no período aquisitivo de **01/11/2012 à 01/11/2013.**

RESOLVE:

ART. 1º - Conceder férias a Servidora Pública Municipal, lotada junto a Secretaria Municipal de Saúde, a serem usufruídas no período de **23/06/2014 à 22/07/2014**.

Fisioterapeuta

Selma Mendonça Pereira

ART. 2º - Esta portaria entra vigor na data da sua publicação.

ART. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Publique-se.
Registre-se.
Cumpra-se.

GABINETE DA PREFEITA DE PEDRA PRETA – MATO GROSSO.
AOS VINTE DIAS DO MÊS DE JUNHO DO ANO DE 2.014.

MARILEDI ARAÚJO COELHO PHILIPPI
Prefeita

Registrada nesta Secretaria e publicada por afixação no lugar público de costume na data supra

MARIA ELISABETE PICOLO
Sec. Geral de Coord. Administrativa

Publicado por:
Rejane Oliveira Horta Santos
Código Identificador:CC9A936E

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO

CÂMARA MUNICIPAL
EXTRATO DE CONTRATO 003-2014

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS QUE ENTRE SI CELEBRAM, DE UM LADO, A CÂMARA MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO/MT E DO OUTRO LADO A EMPRESA T. F. B. DE SOUZA ME**.**

A Câmara Municipal de Peixoto de Azevedo, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob n.º 37.499.373/0001-69, com sede à Av. Lions Internacional Oeste, 2021 em Peixoto de Azevedo/MT, neste ato representado pelo Presidente, Sr. Rivaldo Rosa da Silva, brasileiro, vereador, portador do RG. N.º 784.102 SSP MT e inscrito no CPF sob n.º 458.901.101-87, residente e domiciliado na Av. Brasil nº 1757, Peixoto de Azevedo – MT, doravante denominado **CONTRATANTE**, e, de outro lado a empresa **T. F. B. DE SOUZA ME** pessoa jurídica de direito privado, registrado no **CNPJ nº 18.550.363/0001-66**, estabelecida na Av. da Saúde nº 727, Peixoto de Azevedo, representada neste ato pela sua bastante procuradora **Claudia Cristina Bolonkezi**, residente à Rua da Saúde nº 723, centro antigo, Peixoto de Azevedo, portadora do RG nº 1.065.261-2 e do **CPF nº 785.188.061-00**, doravante denominada **CONTRATADA**, tendo em vista a contratação, considerando o disposto na Lei nº 8.666 de 21/06/93 e demais disposições, e o embasamento na legislação de Contratos da Administração Pública, tem justo e acordado o seguinte:

CLÁUSULA QUINTA – DO VALOR E FORMA DE PAGAMENTO
5.1. O valor do objeto deste contrato é de:
a) R$ 7.300,00 (sete mil e trezentos reais) global e;
b) R$ 3.650,00 (três mil, seiscentos e cinquenta reais) mensais.

CLÁUSULA SEXTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA
6.1. Os recursos financeiros serão atendidos pela dotação do orçamento classificado e codificado sinteticamente sob o número: 01.001.01.031.0001.2001.3390.39.00.00 – outros serviços de Terceiro Pessoa Jurídica.

Peixoto de Azevedo/MT, 03 de fevereiro de 2014.

Câmara Municipal de Peixoto de Azevedo

RIVALDO ROSA DA SILVA
Presidente da Câmara

T. F. B. de Souza ME
CLAUDIA CRISTINA BOLONKEZI
CPF nº 785.188.061-00
Contratada

Publicado por:
Dayanne Ferreira da Silva
Código Identificador:338EC0DB

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE PLANALTO DA SERRA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO 020.2014 ZEIS

DECRETO Nº.020/ 2014, 26 DE JUNHO DE 2014.
Autor: Poder Executivo

CRIA A ZONA ESPECIAL DE INTERESSE SOCIAL – ZEIS PARA O LOTEAMENTO EM CONFORMIDADE COM A LEGISLAÇÃO FEDERAL

ANGELINA BENEDITA PEREIRA, Prefeita Municipal de Planalto da Serra, Estado de Mato Grosso, no uso das minhas atribuições legais e em conformidade com a Legislação Municipal do Município.
DECRETA:
Art 1°. Fica criada a Zona Especial de Interesse Social – ZEIS do Loteamento Social, em conformidade com a Lei Federal n°. 10.257, de 10 de julho de 2001 e a Legislação Municipal que determina o Perímetro Urbano Municipal;
Art. 2°. É documento integrante deste Decreto, as matrículas das áreas que será implantada a Zona Especial de Interesse Social – ZEIS, para o Loteamento Residencial de uso misto.
Art. 3°. Os limites da área da Zona Especial de Interesse Social – ZEIS, são os previstos na matrícula, com destino a implantação do loteamento de uso misto, com recursos oriundos do Programa Minha Casa Minha Vida, financiados com recursos do Fundo de Garantia de Tempo de Serviço – FGTS e Fundo de Arrendamento Residencial – FAR.
Art. 4° Fica autorizado o poder público, fazer a doação dos lotes destinados à habitação de interesse social para a Caixa Econômica Federal, à saber, os lotes estão localizados nas quadras 102-A, 102-B, 103-A, 103-B, com exceção dos lotes 01,02,03,04,05 quadra 103 todos de frente para a rua Paranavaí, Quadra C dentro da matricula nº 10.568, livro 2-BR folha 162 com área de 40.705,09 m2, denominada Campo de Futebol do Bairro São Gonçalo, onde foi criada a Zona Especial de Interesse Social – ZEIS.
Art.5°. Tornar-se definido que os projetos das habitações poderão ser aprovados juntamente com os projetos urbanísticos, sendo objetos de um único processo administrativo, a critério do loteador.
Art. 6° Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, ficam revogados as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita Municipal de Planalto da Serra, Estado de Mato Grosso, 26 de Junho de 2014.

ANGELINA BENEDITA PEREIRA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Jarbas de Sousa Pereira
Código Identificador:BCEE1E27

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
LEI 454.2014 - OUVIDORIA

LEI Nº 454/2014

Dispõe sobre a criação da Ouvidoria do Município e dá outras providências.

A ANGELINA BENEDITA PEREIRA, Prefeita Municipal de Planalto da Serra, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas, faz saber que o Plenário da Câmara Municipal de Vereadores de Planalto da Serra, aprovou e ela sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica criada a Ouvidoria do Município de Planalto da Serra, tendo por objetivo assegurar, de modo permanente e eficaz, a preservação dos princípios de legalidade, moralidade e eficiência dos atos dos agentes da Administração Direta e Indireta, inclusive das empresas públicas e sociedades nas quais o Município detenha capital majoritário, e entidades privadas de qualquer natureza que operem com recursos públicos, na prestação de serviços à população.

Art. 2º. A Ouvidoria será o canal de comunicação direta entre a sociedade e a Administração Municipal, recebendo reclamações, denúncias, sugestões e elogios, de modo a estimular a participação do cidadão no controle e avaliação dos serviços prestados e na gestão dos recursos públicos.

Art. 3º. Compete à Ouvidoria do Município de Planalto da Serra:

I. Receber denúncias, reclamações e representações sobre atos considerados arbitrários, desonestos, indecorosos, ilegais, irregulares ou que violem os direitos individuais ou coletivos, praticados por servidores civis e militares da Administração Pública Municipal direta e indireta e daquelas entidades referidas no artigo 1º desta lei;

II. Receber sugestões de aprimoramento, críticas, elogios e pedidos de informação sobre as atividades da Administração Pública Municipal;

III. Diligenciar junto às unidades administrativas competentes, para que prestem informações e esclarecimentos a respeito das comunicações mencionadas no inciso anterior;

IV. Manter o cidadão informado a respeito das averiguações e providências adotadas pelas unidades administrativas, excepcionados os casos em que necessário for o sigilo, garantindo o retorno dessas providências a partir de sua intervenção e dos resultados alcançados;

V. Elaborar e divulgar, trimestral e anualmente, relatórios de suas atividades, bem como, permanentemente, os serviços da Ouvidoria do Município junto ao público, para conhecimento, utilização continuada e ciência dos resultados alcançados;

VI. Promover a realização de pesquisas, seminários e cursos sobre assuntos relativos ao exercício dos direitos e deveres do cidadão perante a administração pública;

VII. Organizar e manter atualizado arquivo da documentação relativa às denúncias, reclamações e sugestões recebidas;

§ 1º. A Ouvidoria manterá sigilo sobre denúncias e reclamações que receber, bem como sobre sua fonte, assegurando a proteção dos denunciantes, quando requerer o caso ou assim for solicitado.

§ 2º. A Ouvidoria manterá serviço telefônico gratuito, destinado a receber as denúncias e reclamações, garantindo o sigilo da fonte de informação.

Art. 4º. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita, 11 de Junho de 2014.

ANGELINA BENEDITA PEREIRA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Jarbas de Sousa Pereira
Código Identificador:16C5B9A6

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
LEI 455.2014 - ISENÇÃO

LEI Nº 455/ 2014

ESTABELECE ISENÇÃO DOS: IMPOSTOS SOBRE SERVIÇOS DE QUALQUER NATUREZA – ISSQN, IMPOSTO SOBRE A TRANSMISSÃO DE BENS IMÓVEIS – ITBI, IMPOSTO PREDIAL E TERRITORIAL URBANO – IPTU E PARA TAXAS DE APROVAÇÃO DE PROJETOS E AUTO DE CONCLUSÃO DE OBRAS – HABITE-SES, E OUTROS COMPROMISSOS, PARA EMPREENDIMENTO/LOTEAMENTO HABITACIONAL, INCLUIDO NOS PROGRAMAS VINCULADOS A POLÍTICA HABITACIONAL MUNICIPAL, ESTADUAL E FEDERAL.

ANGELINA BENEDITA PEREIRA, Prefeita Municipal de Planalto da Serra, Estado de Mato Grosso, no uso das minhas atribuições legais em conformidade com a Lei Orgânica do Município, de acordo com o Decreto 7.499 de 16 de Julho de 2011 e com a Portaria Ministerial nº 168, de 12 de abril de 2013, resolve desonerar:

Faço saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1° Fica isenta de tributação do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN à construção de edificações destinadas à habitação de interesse social e de lotes, incluído no programa Minha Casa Minha Vida, ou outro que vier a substituí-lo, vinculados à política habitacional municipal, estadual e federal.

§ 1°. A isenção prevista no caput deste artigo abrange o período compreendido entre a data de protocolo do pedido de aprovação do empreendimento até a data de expedição do habite-se, para as construções das casas e urbanização dos lotes a serem construídos, neste município.

Art. 2° Fica isenta de tributação do Imposto Sobre a Transmissão de Bens Imóveis – ITBI de edificações destinadas à habitação de interesse social e de lotes, incluído no programa Minha Casa Minha Vida, ou outro que vier a substituí-lo, vinculados à política habitacional municipal, estadual e federal.

§ 1°. A isenção prevista no caput deste artigo abrange o período compreendido entre a data de protocolo do pedido de aprovação do empreendimento até a data de expedição do habite-se, para as construções das casas e urbanização dos lotes a serem construídos, neste município.

Art. 3° O município compromete-se a realizar o licenciamento ambiental para à construção das edificações destinadas à habitação de interesse social e de lotes, incluído no programa Minha Casa Minha Vida, ou outro que vier a substituí-lo, vinculados à política habitacional municipal, estadual e federal, bem como fornecer o levantamento topográfico da área que será realizado o loteamento.

Art. 4° Fica isenta de tributação do Imposto Territorial e Predial Urbano – IPTU de edificações destinadas à habitação de interesse social e de lotes, incluído no programa Minha Casa Minha Vida, ou outro que vier a substituí-lo,
vinculados à política habitacional municipal, estadual e federal.

§ 1°. A isenção prevista no caput deste artigo abrange o período compreendido entre a data de protocolo do pedido de aprovação do empreendimento até a data de expedição do habite-se, para as construções das casas e urbanização dos lotes a serem construídos, neste município.

Art. 5° Fica isenta de taxas de aprovação de projetos, de auto de conclusão – habite-ses e de certidões para o empreendimento/loteamento habitacional, a ser construído, neste município.

Art.6º Fica autorizado desde já, o poder público, à realizar obras de terraplenagem, escavação, fazer rede de abastecimento de água, como forma de contrapartida e com o objetivo de fomentar a construção das moradias populares, destinadas a baixa renda, ou outros a serem definidos por decreto do Poder Executivo Municipal.

Art. 7º Fica autorizado o poder público, fazer a doação dos lotes destinados à habitação de interesse social para a Caixa Econômica Federal, à saber, os lotes estão localizados nas quadras 102-A, 102-B, 103-A, 103-B, com exceção dos lotes 01,02,03,04,05 quadra 103 todos de frente para a rua Paranavaí, Quadra C dentro da matricula nº 10.568, livro 2-BR folha 162 com área de 40.705,09 m2, denominada Campo de Futebol do Bairro São Gonçalo, onde foi criada a Zona Especial de Interesse Social – ZEIS.

Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita Municipal de Planalto da Serra, Estado de Mato Grosso, em 26 de Junho de 2014.

ANGELINA BENEDITA PEREIRA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Jarbas de Sousa Pereira
Código Identificador:CC99C700

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
LEI 456.2014 - DOAÇÃO TIRO LAÇO

LEI MUNICIPAL Nº 456/2014.

DISPÕE SOBRE A DOAÇÃO DE LOTES DE DOMÍNIO PÚBLICO PARA ISTALAÇÃO DO TIRO DE LAÇO.

ANGELINA BENEDITA PEREIRA, Prefeita Municipal de Planalto da Serra, Estado de Mato Grosso, no uso das minhas atribuições legais em conformidade com a Lei Orgânica do Município, resolve:
Faço saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:
Art. 1° - Fica o Poder Executivo Municipal, autorizado a efetuar doação de Área Pública com 33.003,24 m2 denominada "Área Pública 03", Matricula nº 10.562 Livro 2-BR Folha 156 e Matricula 16.562 Livro 2-DN Folha nº 198 situada no loteamento denominado RIO MANSO na Gleba Vale Verde neste Município de Planalto da Serra, para Implantação do Tiro de Laço.
Art. 2° O titulo da entidade acima mencionada fica a disposição do das Leis que regem as normas de loteamento no Município.
Art. 3° Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita Municipal de Planalto da Serra, Estado de Mato Grosso, em 26 de Junho de 2014.

ANGELINA BENEDITA PEREIRA
Prefeita

Publicado por:
Jarbas de Sousa Pereira
Código Identificador:1A46B9F8

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
LEI 457.2014 - LDO 2015

LEI Nº. 457/2014

Dispõe sobre as Diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária Anual de 2015 (LDO) e dá outras providências.

ANGELINA BENEDITA PEREIRA, Prefeita Municipal de Planalto da Serra, estado de mato grosso no uso de suas atribuições conferidas em lei:
Faço saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:
Artigo 1º - Nos termos da Constituição Federal, Art. 165 Parágrafo 2º, esta Lei estabelece as Diretrizes Orçamentárias do Município para o exercício de 2015 e orienta a elaboração da respectiva Lei Orçamentária Anual, dispõem sobre as alterações na Legislação Tributária e atende as determinações impostas Lei Complementar n.º101 de 04 de Maio de 2000.
Artigo 2º - As metas e prioridades do Município para o exercício de 2015 serão estabelecidas no Anexo I desta Lei.
Parágrafo Único – Atendendo ao disposto no artigo 4º da Lei Complementar 101/2000, integram esta Lei os seguintes anexos:
I – Quadro I – Metas e Resultados - Receitas, Despesas, Resultados Primário e Nominal e Dívida (art. 4º § 2º, Inciso I da LC 101/00);
II – Quadro II – Metas Anuais de Receitas, Despesas, Resultado Primário, Resultado Nominal e Montante da Dívida Comparativo com as Fixadas nos Exercícios Anteriores (art. 4º §§ 1º e 2º da LC 101/00);
III – Quadro III – Metas Anuais de Receitas, Despesas, Resultado Primário, Resultado Nominal e Montante da Dívida, Comparativo com as Fixadas nos Exercícios Anteriores (art. 4º §§ 1º e 2º da LC 101/00);
IV – Quadro IV - Evolução do Patrimônio Líquido (art. 4º, § 2º, Inciso III da LC 101/00);
V – Quadro V - Origem e Aplicação dos Recursos de Alienação de Ativos (art. 4º, § 2º, Inciso III da LC 101/00);
VI – Quadro VI – Renúncia de Receita (art. 4º, § 2º, V da LC 101/00);
VII – Quadro VII - Expansão das Despesas Obrigatórias de Duração Continuada (art. 4º, § 2º, Inciso V da LC 101/00);
VIII – Receitas e Despesas Previdenciárias do RPPS (art. 4º, § 2º, Inciso IV, alínea "a" da LC 101/00);
IX – Riscos Fiscais (art. 4º, § 3º c/c art. 5º, III, ambos da LC 101/00);
X – Obras em Andamento (art. 45º da LC 101/00);
Artigo 3º - Atendidas as metas priorizadas para o exercício de 2015, a Lei Orçamentária poderá contemplar o atendimento de outras metas, acrescidas ao orçamento por Créditos Especiais, desde que façam parte do plano Plurianual correspondente ao período de 2014/2017.
Artigo 4º - A Lei Orçamentária não consignará recursos para início de novos projetos se não estiverem adequadamente atendidos os em andamento e contempladas as despesas de conservação do patrimônio público.
§ 1º - A Regra constante do caput deste artigo aplica-se no âmbito de cada fonte de recursos, conforme vinculações legalmente estabelecidas.
§ 2º - Entende-se por adequadamente atendidos os projetos cuja realização física esteja conforme o cronograma físico financeiro pactuado e em vigência.
Artigo 5º – São prioridades da Administração Pública Municipal para o exercício de 2015 o cumprimento de ações estratégicas nas áreas de:
a) Educação;
b) Saúde e Saneamento;
c) Infra–Estrutura Urbana Básica;
d) Modernização Administrativa Funcional;
e) Política Salarial de acordo a vigente;
f) Promoção e Assistência Social;
g) Meio Ambiente e Turismo.
Artigo 6º – O Orçamento do Município consignará, obrigatoriamente, recursos para atender as despesas de:
a) Pagamento do serviço da dívida;
b) Pagamento de pessoal e seus encargos;
c) Duodécimos destinados ao Poder Legislativo;
d) Cobertura de precatórios judiciais;
e) Manutenção das atividades do município e seus fundos;
f) Aplicação na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental;
g) Aplicação nas Ações e Serviços de Saúde;
Artigo 7º – O Poder Executivo Municipal, tendo vista a capacidade financeira do município, poderá fazer a seleção de prioridade dentre as relacionadas no Anexo I, integrante desta lei.
Parágrafo Único – Não poderão ser fixados novos projetos sem que sejam definidas as fontes de recursos, exceto aqueles financiados com recursos de outras esferas de governo.
Artigo 8º - A Lei Orçamentária deverá apresentar equilíbrio entre Receitas e Despesas, e em observância às demais normas de direito financeiro, especialmente os parágrafos 5º, 6º, 7º e 8º do artigo 165 da Constituição Federal.
Parágrafo Único – Conforme previsto no art. 166, § 8º da Constituição Federal, será admitido o desequilíbrio entre receitas e despesas desde que as previsões de receitas excedam as fixações de despesas e atendam exclusivamente às atribuições legais dos fundos previdenciários cujo objetivo principal é a captação e aplicação dos recursos financeiros para garantir o pagamento dos benefícios previdenciários, considerando ainda:
I – que as despesas de custeio dos fundos previdenciários não excedam a dois pontos percentuais do valor total da remuneração dos servidores dos entes contribuidores conforme determinação da Portaria MPAS nº. 4992, art. 17, VIII, § 3º;
II – que os recursos dos fundos devem ser aplicados exclusivamente nos pagamentos de benefícios previdenciários conforme determinado pelo inciso III do art. 2º da Portaria MPAS nº. 4992;
III – que os ingressos mensais de receitas são consideravelmente maiores que a execução das despesas legais e obrigacionais do fundo de previdência.
Artigo 9º - Até trinta dias após a publicação da Lei orçamentária do exercício de 2015, o Executivo estabelecerá, por Decreto, o Cronograma mensal de desembolso, de modo a compatibilizar a realização de despesas ao efetivo ingresso das receitas municipais.

§ 1º - O cronograma que trata este artigo dará prioridade ao pagamento de despesas obrigatórias do Município em relação às despesas de caráter discricionário e respeitará todas as vinculações constitucionais e legais existentes.
§ 2º - No caso de órgãos da administração indireta, os cronogramas serão definidos individualmente, respeitando-se sempre a programação das transferências intergovernamentais eventualmente previstas na lei orçamentária.
Artigo 10º - Na hipótese de ser constatada após o encerramento de um bimestre, frustração na arrecadação de receitas, mediante atos próprios, os Poderes Executivo e Legislativo determinarão limitação de empenhos e movimentação financeira no montante necessário à preservação do resultado estabelecido.
§ 1º - Ao determinarem à limitação de empenhos e movimentação financeira, os chefes dos poderes executivo e legislativo adotarão critérios que produza o menor impacto possível nas ações de caráter social, particularmente a educação, saúde e assistência social.
§ 2º - Não se admitirá a limitação de empenhos e movimentação financeira nas despesas vinculadas, caso a frustração na arrecadação esteja ocorrendo nas respectivas receitas.
§ 3º - Não serão objetos de limitação de empenhos e movimentação financeira as despesas que constituem obrigações legais do município.
§ 4º - A limitação de empenho e movimentação financeira também será adotado na hipótese de ser necessário a redução de eventual excesso da dívida em relação aos limites legais obedecendo ao que dispõem o artigo 31 da Lei Complementar 101.
Artigo 11º - A limitação de empenho e movimentação financeira de que trata o artigo anterior poderá ser suspensa, no todo ou em parte caso a situação de frustração de receita se reverta no bimestre seguinte.
Artigo 12º – Todo o projeto de Lei enviado pelo Executivo, versando sobre a concessão de anistia, remissão, subsídio, crédito presumido, concessão de isenção em caráter não geral, alteração de alíquota ou modificação de base de cálculo que implique redução discriminada de tributos ou contribuições, e outros benefícios que correspondam a tratamento diferenciado, além de atender ao disposto no art. 14 da Lei Complementar 101, de 04 de maio de 2000, deve ser instruído com demonstrativo de que não prejudicará o cumprimento de obrigações constitucionais, legais e judiciais a cargo do município e que não afetará as ações de caráter social, particularmente, a educação, saúde e assistência social.
Artigo 13º – Para fins do disposto no Parágrafo 3º do artigo 16 da Lei Complementar 101 considera-se irrelevante as despesas realizadas até o valor de R$ 8.000,00 (Oito Mil Reais) no caso de aquisições de bens e prestações de serviços, e de R$ 15.000,00 (Quinze Mil Reais), no caso de realização de obras públicas ou serviços de engenharia.
Artigo 14º – Para fins do disposto da alínea "e", inciso I do artigo 4º da Lei Complementar n.º 101, o Executivo instituirá um Conselho para efetuar o controle de custos e avaliação dos resultados dos programas financiados pelo orçamento municipal.
§ 1º - O Conselho levantará os custos e avaliará os resultados valendo-se
dos seguintes critérios:
I – O levantamento de custos será feito por consulta de preços praticados no mercado mesmo quando referirem-se a execução de obras, serviços ou aquisições que excedam aos valores de dispensa de licitação conforme previsto no art. 43, IV da Lei Federal 8.666/93.
II – Quando os valores das obras, serviços ou aquisições ultrapassarem os valores de dispensa de licitação, estas se realizarão mediante formalização de processos licitatórios regidos pela Lei Federal 8.666/93 e alterações posteriores.
III – Os resultados serão avaliados levando-se em conta o cumprimento das metas pretendidas, da satisfação social e da comunidade beneficiada, a execução dentro do prazo previsto e a estrita observância dos princípios da economicidade, eficácia e transparência.
IV – Que a execução das obras, serviços ou aquisições venham atender solicitações comunitárias ou necessidades sociais.
§ 2º - O Conselho que trata este artigo será nomeado por Decreto a ser baixado pela Prefeita Municipal devendo seus membros representarem:
I – 01 – Engenheiro ou Técnico representando a Secretaria de Obras, quando tratar-se de obras ou serviços de engenharia;
II – 01 – Representante do Setor de Compras e Licitações do Município;
III – 01 – Representante da Comunidade a ser beneficiada;
IV – 01 – Representante do Conselho Municipal de Saúde, quando tratar-se
de recursos da saúde;
IV – 01 – Representante da Associação de Pais, Alunos e Professores do Município, quando tratar-se de recursos da educação.
§ 3º - Os relatórios e demonstrativos produzidos pelo Conselho serão objetos de ampla divulgação, para conhecimento dos cidadãos e instituições organizadas da sociedade.
Artigo 15º – Na realização de programa de competência do Município, adotar-se-á a estratégia de transferir recursos a instituições públicas e privadas sem fins lucrativos desde que autorizado em Lei Municipal e seja firmado convênios, ajustes e outros congêneres, pelo qual fique claramente definidos os deveres de cada parte, forma e prazos para prestação de contas.
§ 1º - No caso de transferência a pessoas, exigir-se-á, igualmente, autorização em lei especifica que tenha por finalidade a regulamentação de programa pelo qual essa transferência será efetuada, ainda que por meio de concessão de crédito.
§ 2º - A regra de que trata o caput deste artigo aplica-se às transferências a instituições públicas vinculadas à União, ao Estado ou outro município.
§ 3º - As transferências intergovernamentais entre órgãos dotados de personalidade jurídica própria, assim como os fundos especiais, que compõe a lei orçamentária ficam condicionadas às normas constantes das respectivas leis instituidoras ou leis específicas.
Artigo 16º – Fica o Executivo autorizado a arcar com as despesas, de responsabilidade de outras esferas do Poder Público, desde que firmados os respectivos convênios, termos de acordo, ajuste ou congêneres e venham oferecer benefícios à população do município desde que existam recursos orçamentários disponíveis:
I – Empaer
II – Policias Civil e Militar
III – Indea
IV – Fema
V – Tribunal Regional Eleitoral
VI – Exatoria Estadual
VII – IBAMA
VIII – Defensoria Pública
IX – Instituições Bancárias
Artigo 17º – O aumento da despesa com pessoal, em decorrência de qualquer das medidas relacionadas no Art. 169, § 1º, da Constituição Federal, poderá ser realizado mediante lei especifica, desde que obedecidos os limites previstos nos arts. 20 e 22, § único da Lei Complementar n.º 101, e cumpridas as exigências previstas nos art. 16 e 17 do referido diploma legal.
§ 1º - No caso do Poder Legislativo, deverão ser obedecidos, adicionalmente, limites fixados nos arts. 29 e 29-A da Constituição Federal.
§ 2º - Os aumentos de que trata este artigo somente poderão ocorrer se houver prévia dotação orçamentária suficiente para atender as projeções de despesas de pessoal e aos acréscimos dela decorrentes.
Artigo 18º – Na hipótese de ser atingido o limite prudencial de que trata o art. 22 da Lei Complementar nº. 101, a manutenção de horas extras somente poderá ocorrer nos casos de calamidade pública, na execução de programas emergências de saúde pública ou em situações de extrema gravidade, devidamente reconhecida por decreto do chefe do executivo.
Artigo 19º – Fica constituído uma Reserva de Contingência a ser incluída na Lei Orçamentária, destinada ao atendimento de passivos contingentes e outros riscos fiscais, equivalente a, no máximo 1,00% (Hum por cento) da receita corrente líquida.
§ 1º - Ocorrendo a necessidade de serem atendidos passivos contingentes ou outros riscos eventos fiscais imprevistos, o executivo providenciará a abertura de créditos adicionais suplementares à conta de reserva do caput, na forma do artigo 42 da Lei 4320/64.
§ 2º - Na hipótese de não vir a ser utilizada, no todo ou em parte, a reserva de que trata o caput deste artigo, poderão os recursos remanescentes ser utilizados para abertura de crédito adicionais autorizados na forma do artigo 42 da Lei 4320/64.
Artigo 20º – A Mesa da Câmara Municipal elaborará sua proposta orçamentária para o exercício de 2015 e a remeterá ao Executivo até

60 (sessenta) dias antes do prazo previsto para remessa do projeto de lei orçamentária àquele Poder.
Parágrafo Único – O Executivo encaminhará ao Legislativo, até 30 (trinta) dias antes do prazo previsto para remessa do projeto de Lei Orçamentária, os estudos e estimativas das receitas para o exercício de 2015, inclusive da receita corrente liquida, acompanhados das respectivas memórias de cálculo conforme previsto no § 3º do art. 12 da LC 101/2000.
Artigo 21º – Até 31/12/2014, o executivo poderá encaminhar ao legislativo o projeto de lei estabelecendo as seguintes alterações na legislação tributária do município:
a) Revisão da planta genérica de valores, de forma a atualizar o valor venal dos imóveis e para cobrança do IPTU;
b) Atualização das alíquotas do ISSQN;
c) Atualização das taxas municipais;
d) Contribuição de Melhorias;
e) Outras receitas de competência Municipal.
Artigo 22º – Na ocasião da elaboração do projeto de Lei Orçamentária o Poder Executivo poderá fazer a revisão das metas financeiras discriminadas no Anexo I desta Lei, adequando-as com as previsões de receitas justificadas pela Memória de Cálculo.
Parágrafo Único – A proposta orçamentária deverá ser elaborada em observância ao art. 12 da L.C. nº. 101 e arts. 22 a 26 da Lei Federal 4.320/64.
Artigo 23º – Não sendo encaminhado ao Poder Executivo o autografo da Lei Orçamentária até o início do exercício de 2015, ficam os Poderes autorizados a realizarem a proposta orçamentária até a sua aprovação e remessa pelo Poder Legislativo, na base de 1/12 (um doze avos) a cada mês.
Artigo 24º – Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Planalto da Serra/MT, 26 de Junho 2014.

ANGELINA BENEDITA PEREIRA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Jarbas de Sousa Pereira
Código Identificador:E10D7B0B

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE RETIFICAÇÃO E PRORROGAÇÃO - TOMADA DE PREÇOS Nº 001/2014. PROCESSO Nº 022/2014

O Município de P. da Serra- MT, através da Comissão Permanente de Licitações – CPL, torna público para conhecimento dos int., a retificação da **TP Nº 001/2014** que teve o **aviso de licitação publicado no DOE, dia 18/06/2014 pag 94,** com realização prevista para o dia **02/07/2014 ás 07:30 hs (horário de Mato Grosso) prorroga-se a data de abertura para o dia 14/07/2014, no mesmo horário, tendo em vista o atraso na liberação de matérias devido aos feriados da copa**. O Edital completo está a disp. dos int. gratuitamente, na Pref. Mun. de P. da Serra – MT e no Site: **www.planaltodaserra.mt.gov.br .**Comissão Permanente de Licitações, Praça São Carlos, nº 755, Centro, P. da Serra/MT, Tel: 66 3328-6308/6101.

JOSÉ SANT´ANA DE OLIVEIRA
Presidente da CPL

Publicado por:
Jarbas de Sousa Pereira
Código Identificador:E194009F

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE RETIFICAÇÃO E PRORROGAÇÃO - TOMADA DE PREÇOS Nº 002/2014. PROCESSO Nº 023/2014

O Município de P. da Serra- MT, através da Comissão Permanente de Licitações – CPL, torna público para conhecimento dos int., a retificação da **TP Nº 002/2014** que teve o **aviso de licitação publicado no DOE, dia 18/06/2014 pag 94,** com realização prevista para o dia **02/07/2014 ás 13:30 hs (horário de Mato Grosso) prorroga-se a data de abertura para o dia 14/07/2014, no mesmo horário tendo em vista o atraso na liberação de matérias devido aos feriados da copa**. O Edital completo está a disp. dos int. gratuitamente, na Pref. Mun. de P. da Serra – MT e no Site: **www.planaltodaserra.mt.gov.br .**Comissão Permanente de Licitações, Praça São Carlos, nº 755, Centro, P. da Serra/MT, Tel: 66 3328-6308/6101.

JOSÉ SANT´ANA DE OLIVEIRA
Presidente da CPL

Publicado por:
Jarbas de Sousa Pereira
Código Identificador:C8AAB990

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÕES - TOMADA DE PREÇOS Nº 001/2014. PROCESSO Nº 022/2014

O Município de P. da Serra- MT, através da Comissão Permanente de Licitações – CPL, torna público para conhecimento dos int., que fará Licitação na mod. de **TP Nº 001/2014,** Tipo Menor Preço. **Objeto: *CONTRATAÇÃO DE EMPRESA P/* CONSTRUÇÃO DO PAVILHÃO CULTURAL COMO CENTRO DE EVENTOS, NO MUNICÍPIO DE PLANALTO DA SERRA-MT, COM RECURSOS ORIUNDOS DO TERMO DE CONVÊNIO Nº 188/2013/SECID, FIRMADO ENTRE A SECRETARIA DE ESTADO DAS CIDADES E A PREFEITURA DE PLANALTO DA SERRA-MT,** com realização prevista para o dia **02/07/2014 ás 07:30 hs (horário de Mato Grosso)**. O Edital completo está a disp. dos int. gratuitamente, na Pref. Mun. de P. da Serra – MT e no Site: **www.planaltodaserra.mt.gov.br** Comissão Permanente de Licitações, Praça São Carlos, nº 755, Centro, P. da Serra/MT, Tel: 66 3328-6308/6101.

JOSÉ SANT´ANA DE OLIVEIRA
Presidente da CPL

Publicado por:
Jarbas de Sousa Pereira
Código Identificador:9C268C63

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÕES- TOMADA DE PREÇOS Nº 002/2014. PROCESSO Nº 023/2014

O Município de P. da Serra- MT, através da Comissão Permanente de Licitações – CPL, torna público para conhecimento dos int., que fará Licitação na mod. de **TP Nº 002/2014,** Tipo Menor Preço. **Objeto: *CONTRATAÇÃO DE EMPRESA P/ REFORMA E AMPLIAÇÃO DO PARQUE DE EXPOSIÇÃO NO MUNICÍPIO DE PLANALTO DA SERRA*-MT, COM RECURSOS ORIUNDOS DO TERMO DE CONVÊNIO Nº 189/2013/SECID, FIRMADO ENTRE A SECRETARIA DE ESTADO DAS CIDADES E A PREFEITURA DE PLANALTO DA SERRA-MT,** com realização prevista para o dia **02/07/2014 ás 13:30 hs (horário de Mato Grosso)**. O Edital completo está a disp. dos int. gratuitamente, na Pref. Mun. de P. da Serra – MT e no Site: **www.planaltodaserra.mt.gov.br** Comissão Permanente de Licitações, Praça São Carlos, nº 755, Centro, P. da Serra/MT, Tel: 66 3328-6308/6101**.**

JOSÉ SANT´ANA DE OLIVEIRA
Presidente da CPL

Publicado por:
Jarbas de Sousa Pereira
Código Identificador:85F66B75

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE POCONÉ

CÂMARA MUNICIPAL
PORTARIA N° 023/2014

P O R T A R I A No 023/2014.

O Presidente da Câmara Municipal de Poconé, Estado de Mato Grosso, vereador **GONÇALO DE CAMPOS CURADO "GONÇALITO"**, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E:

Art. 1º Conceder a **GIOVANA CRISTINA FERREIRA GOMES**, funcionária da Câmara Municipal de Poconé-MT., 30 dias de Licença Prêmio por Assiduidade, a partir do dia 01 de julho de 2014.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRADA
PUBLICADA
CUMPRA-SE

Câmara Municipal de Poconé/MT., 25 de junho de 2014.

VEREADOR GONÇALO DE CAMPOS CURADO "GONÇALITO", DO PR
Presidente

VEREADOR GONÇALO BEIJO DA COSTA NUNES, DO DEM
1º Secretário

Publicado por:
Haroldo Gonçalves do Prado
Código Identificador:3DB332AD

CÂMARA MUNICIPAL
PORTARIA N° 024/2014

P O R T A R I A No 024/2014.

O Presidente da Câmara Municipal de Poconé, Estado de Mato Grosso, vereador **GONÇALO DE CAMPOS CURADO "GONÇALITO"**, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E:

Art. 1º Conceder a **SUELI PEREIRA DOS SANTOS**, funcionária da Câmara Municipal de Poconé-MT., 30 (trinta) dias de férias regulamentares referentes ao período 2012/2013, a partir de 01 de julho de 2014.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRADA
PUBLICADA
CUMPRA-SE

Câmara Municipal de Poconé/MT., 25 de junho de 2014.

VEREADOR GONÇALO DE CAMPOS CURADO "GONÇALITO", DO PR
P r e s i d e n t e

VEREADOR GONÇALO BEIJO DA COSTA NUNES, DO DEM
1º Secretário

Publicado por:
Haroldo Gonçalves do Prado
Código Identificador:FEE7327C

CÂMARA MUNICIPAL
PORTARIA N° 025/2014

O Presidente da Câmara Municipal de Poconé, Estado de Mato Grosso, vereador **GONÇALO DE CAMPOS CURADO "GONÇALITO"**, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E:

Art. 1º Conceder a **LUCIANO PEREIRA DE SOUZA**, funcionário da Câmara Municipal de Poconé-MT., 30 (trinta) dias de férias regulamentares referentes ao período 2012/2013, a partir de 01 de julho de 2014.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRADA
PUBLICADA
CUMPRA-SE

Câmara Municipal de Poconé/MT., 25 de junho de 2014.

VEREADOR GONÇALO DE CAMPOS CURADO "GONÇALITO", DO PR
Presidente

VEREADOR GONÇALO BEIJO DA COSTA NUNES, DO DEM
1º Secretário

Publicado por:
Haroldo Gonçalves do Prado
Código Identificador:57C7F7FD

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 171/2014

A SENHORA NILCE MARY LEITE, PREFEITA MUNICIPAL DE POCONÉ, ESTADO DE MATO GROSSO, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

R E S O L V E:

ARTIGO 1º - NOMEAR o Senhor **NATALICIO JESUS DA SILVA**, Portador do RG 382 815 SSP/MT, inscrito no CPF 362.401.681-49, para exercer o cargo de ***ASSESSOR TÉCNICO ADMINISTRATIVO***, desta Prefeitura Municipal.
ARTIGO 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

PUBLICADA,
REGISTRADA,
CUMPRA-SE.

Poconé - MT, 16 de Junho de 2014.

NILCE MARY LEITE (MEIRE ADAUTO)
Prefeita Municipal de Poconé

Publicado por:
Gracielle de Arruda Quintino
Código Identificador:B6A930C6

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 172/2014

A SENHORA NILCE MARY LEITE, PREFEITA MUNICIPAL DE POCONÉ, ESTADO DE MATO GROSSO, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

R E S O L V E:

ARTIGO 1º - NOMEAR a Senhora ***VANDERLI MARQUES DE CAMPOS,*** Portador do RG nº 639 566 SSP /MT, inscrita Nº CPF 595.137.131-72, como Gestora de Contrato da Empresa "Casa Alta Construções LTDA".

ARTIGO 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

PUBLICADA,
REGISTRADA,
CUMPRA-SE.

Poconé - MT, 23 de Junho de 2014.

NILCE MARY LEITE (MEIRE ADAUTO)
Prefeita Municipal de Poconé

Publicado por:
Gracielle de Arruda Quintino
Código Identificador:5FFACF32

GABINETE DO PREFEITO
LEI MUNICIPAL Nº 1.758 DE 23 DE JUNHO DE 2014.

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A CONTRATAR PROFESSORES E FUNCIONÁRIOS PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA DO MUNICÍPIO DE POCONÉ, ESTADO DE MATO GROSSO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A PREFEITA MUNICIPAL DE POCONÉ, ESTADO DE MATO GROSSO, NILCE MARY LEITE FAZ SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL DE POCONÉ, APROVA E ELA **SANCIONA** A SEGUINTE LEI:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a contratar por tempo determinado 02 (dois) Auxiliares Administrativos, 10 (dez) Auxiliares de Serviços Gerais, 24 (vinte e quatro) Merendeiras, 27 (vinte e sete) Motoristas, 78 (setenta e oito) Professores; 18 (dezoito) Zeladores de Próprios; 01 (um) nutricionista, nos termos do inciso IX, do artigo 37, da Constituição Federal.

§ 1º As vagas especificadas no caput do artigo 1º serão distribuídas da seguinte forma:

NÚMERO DE CONTRATOS			
Nº	COMUNIDADE	CARGOS	VAGAS
1	E. M. NOSSA SENHORA APARECIDA	AUXILIAR DE SERV. GERAIS	2
2	E. M. NOSSA SENHORA APARECIDA	MERENDEIRA	1
3	E. M. NOSSA SENHORA APARECIDA	MERENDEIRA DO MAIS EDUCAÇÃO	1
4	E. M. NOSSA SENHORA APARECIDA	PROFESSOR	6
5	E. M. NOSSA SENHORA APARECIDA	ZELADOR DE PRÓPRIOS	1
6	E. M. ALEGRE II	AUXILIAR DE SERV. GERAIS	2
7	E. M. ALEGRE II	MERENDEIRA DO MAIS EDUCAÇÃO	1
8	E. M. ALEGRE II	PROFESSOR	6
9	E. M. ALEGRE II	ZELADOR DE PRÓPRIOS	1
10	ASS. VALE DO SOL	PROFESSOR	1
11	BAIA DO CAMPO	PROFESSOR	2
12	BAIA DO CAMPO - EJA	PROFESSOR	3
13	BAIA DO CAMPO	AUXILIAR DE SERV. GERAIS	1
14	BAIA DO CAMPO	ZELADOR DE PRÓPRIOS	1
15	COM. ARANHA	PROFESSOR	1
16	COM. CAMPINA DE PEDRA	PROFESSOR	1
17	COM. CAMPINA DE PEDRA	MERENDEIRA	1
18	COM. CAMPO LIMPO	PROFESSOR	1
19	CAVALO BRANCO	PROFESSOR	1
20	COM. JEJUM	PROFESSOR	1
21	COM. LARANJAL	PROFESSOR	2
22	COM. LARANJAL	AUXILIAR DE SERV. GERAIS	1
23	COM. SANTO ONOFRE	PROFESSOR	1
24	CRECHE AUGUSTA LEITE	PROFESSOR	6
25	CRECHE AUGUSTA LEITE	ZELADOR DE PRÓPRIOS	1
26	CRECHE AUGUSTA LEITE	MERENDEIRA	1
27	CRECHE PROFª DICA	PROFESSOR	11
28	CRECHE PROFª DICA	ZELADOR DE PRÓPRIOS	1
29	CRECHE PROFª DICA	MERENDEIRA	1
30	CRECHE PROFª DICA	MERENDEIRA EM SUBST. A LICENÇA	1
31	CRECHE SEBASTIANA GERMANA	PROFESSOR	1
32	CRECHE SEBASTIANA GERMANA	MERENDEIRA	1
33	CRECHE TEREZINHA DE JESUS	PROFESSOR	2
34	CRECHE VOVÓ MAZINHA	PROFESSOR	3
35	CRECHE VOVÓ MAZINHA	PROFESSOR EM SUBST. A LICENÇA MÉDICA	1
36	CRECHE VOVÓ MAZINHA	ZELADOR DE PRÓPRIOS	2
37	CRECHE VOVÓ MAZINHA	MERENDEIRA	1
38	CRECHE VOVÓ TEÓFILA	PROFESSOR	7
39	CRECHE VOVÓ TEÓFILA	ZELADOR DE PRÓPRIOS	2
40	E. M. ANTONIO MARIA	PROFESSOR	5
41	E. M. ANTONIO MARIA	ZELADOR DE PRÓPRIOS	1
42	E. M. ANTONIO MARIA	MERENDEIRA	2
43	E. M. ANTONIO MARIA	MERENDEIRA DO MAIS EDUCAÇÃO	1
44	E. M. JOÃO GODOFREDO	PROFESSOR	1
45	E. M. JOÃO GODOFREDO	MERENDEIRA	2
46	E. M. JOÃO GODOFREDO	MERENDEIRA DO MAIS EDUCAÇÃO	1
47	E. M. JOÃO GODOFREDO	LIMPEZA EM SUBST. LICENÇA MATERNIDADE	1
48	E. M. ANTONIO AVELINO	PROFESSOR	2
49	E. M. ANTONIO AVELINO	ZELADOR DE PRÓPRIOS	1
50	E. M. ANTONIO AVELINO	MERENDEIRA	1
51	E. M. ANTONIO AVELINO	MERENDEIRA DO MAIS EDUCAÇÃO	1
52	E. M. ELOISA ELENA	PROFESSOR	3
53	E. M. ELOISA ELENA	ZELADOR DE PRÓPRIOS	1
54	E. M. ELOISA ELENA	MERENDEIRA DO MAIS EDUCAÇÃO	1
55	E. M. MIRTES LEITE	PROFESSOR	2
56	E. M. MIRTES LEITE	ZELADOR DE PRÓPRIOS	1
57	E. M. MIRTES LEITE	MERENDEIRA DO MAIS EDUCAÇÃO	1
58	FURNAS DO BURITI	PROFESSOR	1
59	FURNAS II	PROFESSOR	1
60	ILHA DO PIRAIM	PROFESSOR	1
61	MORRINHO	PROFESSOR	1
62	CRECHE CASA DA SOPA	ZELADOR DE PRÓPRIOS	1
63	CRECHE CASA DA SOPA	MERENDEIRA	2
64	IFMT	MERENDEIRA	1
65	IFMT	AUXILIAR DE SERV AUXILIAR DE SERV. GERAIS	2
66	COM. BANDEIRA	MERENDEIRA	1
67	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	LIMPEZA	1
68	COM. AGUA VERMELHA	PROFESSOR	1
69	ASS. SÃO JOÃO	PROFESSOR	1
70	IFMT	ZELADOR DE PRÓPRIOS	2
71	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	ZELADOR DE PRÓPRIOS	1
72	SECRETARIA DE ESPORTE	ZELADOR DE PRÓPRIOS	1
73	APAE	PROFESSOR	1
74	APAE	MERENDEIRA	1
75	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	2
76	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	PROFº./AUX. PBF	1
77	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	NUTRICIONISTA	1
78		MOTORISTA	27

§ 2º Os contratados com base nesta lei atuarão na Secretaria Municipal de Educação e Cultura.

§ 3º Os profissionais contratados com base nesta lei receberão os salários com base na lei n º. 1653/2011 (Plano de Cargos Carreiras e Salários da Educação do Município de Poconé/MT).

Art. 2º A contratação a que se refere o caput do artigo 1º será feita, por tempo determinado, a partir de 28/04/2014 a 20/12/2014.

Art. 3º Esta Lei passa a viger, com data retroativa a 28 de abril de 2014.

Poconé 25 de Junho de 2014.

NILCE MARY LEITE (MEIRE ADAUTO)
Prefeita Municipal de Poconé

Publicado por:
Gracielle de Arruda Quintino
Código Identificador:D0992A63

GABINETE DO PREFEITO
LEI MUNICIPAL Nº 1.759 DE 23 DE JUNHO DE 2014.

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A ABRIR CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL NO ORÇAMENTO ANUAL DE 2014 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A PREFEITA MUNICIPAL DE POCONÉ, ESTADO DE MATO GROSSO, NILCE MARY LEITE FAZ SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL DE POCONÉ, APROVA E ELA **SANCIONA** A SEGUINTE LEI:

Art. 1º Fica autorizado ao Poder Executivo Municipal abrir um Crédito Adicional Especial no valor de R$ 184.267,47 (cento e oitenta e quatro mil, duzentos e sessenta e sete reais e quarenta e sete centavos) no Orçamento Anual de 2014, Lei Municipal 1.737/2013, destinado a atender as dotações orçamentárias da Secretaria Municipal de Educação e Cultura, não previstas no orçamento inicial de 2014, conforme discriminado abaixo:

ORGÃO- 06 - Secretaria Municipal de Educação e Cultura;
UNIDADE - 02 - Fundo Municipal de Educação
FUNÇÃO - 12 - Educação

SUB-FUNÇÃO - 361-Ensino Fundamental
PROGRAMA - 0046 - Gerir com Qualidade o Ensino Fundamental;

PROJETO/ATIVIDADE - 1025 - Construção de Cobertura Quadra Escolar – 65263 – PAC2;
ELEMENTO DE DESPESA - 449051000000 – Obras e Instalações - R$ 184.267,47
FONTE - 00122000000 -Transferência de Convênios - Educação.

Art. 2º Para cobertura do Credito Especial criado, de que trata o artigo anterior, serão utilizados recursos provenientes de convênios não previstos no orçamento inicial de 2014.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação revogada as disposições em contrário.

Poconé 25 de Junho de 2014.

NILCE MARY LEITE (MEIRE ADAUTO)
Prefeita Municipal de Poconé

Publicado por:
Gracielle de Arruda Quintino
Código Identificador:7CDBC96E

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTES E LACERDA

CÂMARA MUNICIPAL
EXTRATO DO EDITAL COMPLEMENTAR N° 09/2014

ESTADO DE MATO GROSSO – CÂMARA MUNICIPAL DE PONTES E LACERDA – MT - CONCURSO PÚBLICO N. 01/2014 - EDITAL COMPLEMENTAR N. 09/2014 - O Presidente da Câmara Municipal de Pontes e Lacerda – MT e a Comissão Organizadora do Concurso Público n. 01/2014, tornam público o Edital Complementar n. 09/2014, que divulga julgamento do recurso interposto ao Edital Complementar n. 08/2014 e o resultado da entrega de títulos para os candidatos dos cargos com segunda fase. O Edital Complementar n. 09/2014 e seu Anexo I se encontram na íntegra e à disposição dos interessados no Quadro Mural da Câmara Municipal de Pontes e Lacerda - MT e no endereço eletrônico www.camaraponteselacerda.mt.gov.br, a partir desta data.

Publicado por:
Tony-Hay-Nier Carlos Almeida
Código Identificador:829099D3

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DE PORTARIAS PREFEITURA JUNHO/2014

Portaria n.º 166/2014
Designa servidor Sr. CELSO FRANCO para exercer a função de Fiscal de todos os Contratos pertinentes à Secretaria Municipal de Desporto e Lazer
Data: 23/06/2014

Publicado por:
Dailza Peixoto Aquino de Oliveira
Código Identificador:D4088088

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DE PORTARIAS PREFEITURA JUNHO/2014

Portaria n.º 167/2014
Dispõe sobre a nomeação da servidora Srª. MARLENE NUNES TEIXEIRA, para exercer função de Diretora Substituta do Centro Educacional Vereador Oriel Mendes Lucas
Data: 23/06/2014

Publicado por:
Dailza Peixoto Aquino de Oliveira
Código Identificador:C9E78B5F

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DE PORTARIAS PREFEITURA JUNHO/2014

Portaria n.º 168/2014
Dispõe sobre exoneração de enfermeira, a Srª. ANNY DANYELLY DA COSTA RIBEIRO
Data: 23/06/2014

Publicado por:
Dailza Peixoto Aquino de Oliveira
Código Identificador:6C91C2B1

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DE PORTARIAS PREFEITURA JUNHO/2014

Portaria n.º 169/2014
Dispõe sobre exoneração de enfermeiro, o Sr. DANIEL DIEGO SELHORST MACEDO
Data: 23/06/2014

Publicado por:
Dailza Peixoto Aquino de Oliveira
Código Identificador:3B86C56E

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DE PORTARIAS PREFEITURA JUNHO/2014

Portaria n.º 170/2014
Dispõe sobre exoneração de enfermeiro, Sr. ELOY APARECIDO MACIEL GARCIA
Data: 23/06/2014

Publicado por:
Dailza Peixoto Aquino de Oliveira
Código Identificador:D2C8792F

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DE PORTARIAS PREFEITURA JUNHO/2014

Portaria n.º 171/2014
Dispõe sobre a concessão de afastamento temporário a servidora VALDIRENE LOPES DA SILVA, nos termos da Lei Complementar nº. 062/2008.
Data: 25/06/2014

Publicado por:
Dailza Peixoto Aquino de Oliveira
Código Identificador:122D022D

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DE TERMOS RESCISÃO PREFEITURA 2014

TERMO DE RESCISÃO DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE Nº. 063/2014
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PONTES E LACERDA
CONTRATADA: EMPRESA PAULO HENRIQUE LIMA MEDEIROS
OBJETO: A CONTRATADA PRESTARÁ PARA O CONTRATANTE, SERVIÇOS COMO ORIENTADOR SOCIAL DO PROJETO CREAS, COORDENADOS PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E TRABALHO, CONFORME DISCRIMINADO NO ITEM 12 E DEMAIS DOCUMENTOS QUE COMPÕEM O PREGÃO/REGISTRO DE PREÇOS Nº. 010/2014 QUE PASSAM A FAZER PARTE INTEGRANTE DO PRESENTE INSTRUMENTO, INDEPENDENTE DE SUA TRANSCRIÇÃO.
DISPOSIÇÕES GERAIS: DISPENSADA A LICITAÇÃO NOS TERMOS DO ARTIGO 24, INCISO II E X DA LEI 8.666/93
DATA: 17/06/2014

Publicado por:
Dailza Peixoto Aquino de Oliveira
Código Identificador:55E265BD

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DE TERMO DE COMODATO PREFEITURA 2014

TERMO DE COMODATO Nº. 001/2014
CONTRATANTE: MUNICIPIO DE PONTES E LACERDA
CONTRATADA: SIDNEI DOS SANTOS
OBJETO: O COMODANTE TRANSFERE AO COMODATÁRIO, O IMÓVEL LOCALIZADO AS MARGENS DA BR-174-B, KM 222 S/Nº, MUNICÍPIO DE PONTES E LACERDA/ESTADO DE MATO GROSSO, COM APROXIMADAMENTE 150 M² DE CONSTRUÇÃO EM

ALVENARIA, PARA SER UTILIZADO PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E TRABALHO, NO DESENVOLVIMENTO DE SUAS ATIVIDADES SOCIAIS.
DATA: 23/05/2014
PLAZO: 31/12/2014

Publicado por:
Dailza Peixoto Aquino de Oliveira
Código Identificador:08E8D60F

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DE TERMOS DE PARCERIA PREFEITURA 2014

TERMO DE PARCERIA N°. 007/2014
CONTRATANTE: MUNICIPIO DE PONTES E LACERDA/SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
CONTRATADA: FEDERAÇÃO DE MOTOCICLISMO DO ESTADO DE MATO GROSSO
OBJETO: OS CONVENENTES, DE COMUM ACORDO CONVENCIONAM O PRESENTE TERMO DE PARCERIA, VISANDO A REALIZAÇÃO DA 4ª ETAPA ESTADUAL DE MOTOCROSS 2014, QUE SERÁ REALIZADO NO DIA 06 DE JULHO DE 2014, NO MOTO CLUBE CELSO BARBOSA SEVERINO – TERRA CROSS, PRÓXIMO A BR 174-B, À DIREITA, APÓS O AEROPORTO SENTIDO VILA BELA DA SANTÍSSIMA TRINDADE, NESTE MUNICÍPIO.
VALOR: R$ 23.880,00
DATA: 20/06/2014
PRAZO: 31/07/2014

Publicado por:
Dailza Peixoto Aquino de Oliveira
Código Identificador:3851B291

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N.º 104/2014

"Dispõe sobre a concessão do benefício AUXÍLIO-DOENÇA a servidora JUCILEI INACIO DE OLIVEIRA MARTINS."

O **Secretário de Administração de** PONTES E LACERDA - MT**, PREVI-LACERDA** - Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de PONTES E LACERDA, Estado de MT, no uso de suas atribuições legais e nos termos do **Art. 15**, da Lei Municipal **n.º1391/2013, de 26 de junho de 2013**, que rege a previdência municipal, resolve:

Art. 1º Conceder o benefício AUXÍLIO-DOENÇA, a servidora Sra. JUCILEI INACIO DE OLIVEIRA MARTINS, efetiva no cargo de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, lotada na PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTES E LACERDA, com vencimentos correspondentes a ultima remuneração de contribuição, a partir de **19** de **junho** de **2014** e término em **22** de **agosto** de **2014**, conforme processo administrativo do PREVI-LACERDA, n.º **2014.05.00095P**.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos à 19/06/2014, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se
Publique-se
Cumpre-se.

PONTES E LACERDA - MT, 11/06/2014.

ANDERSON DA SILVA LIMA
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Marcia Lopes de Souza
Código Identificador:665A6DCC

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO PREGÃO N.081/2014

REGISTRO DE PREÇOS
(PROCESSO No 154/2014-PMPL)

PREGÃO Nº. 081/2014 Regido pela Lei nº. 10.520/2002 e pelo Decreto nº. 016/2005. Subsidiariamente, pela Lei 8.666/1993.
OBJETO: AQUISIÇÃO DE UNIFORMES PARA A SECRETARIA DE SAUDE.

CREDENCIAMENTO: das 07h 30m às 08h do dia 08 de julho 2014.
INICIO DA SESSÃO: às 08h do dia 08 de julho de 2014 – Aquisição do Edital no site: www.ponteselacerda.mt.gov.br (website: Licitação pregão) – Fone/fax: (65) 3266-2534 e (65) 3266-2716.LOCAL DA AUDIÊNCIA PÚBLICA: SALA DE PREGÃO, DA PREFEITURA DE PONTES E LACERDA, sito à Av. Marechal Rondon, 522, centro em Pontes e Lacerda/MT.

Pontes e Lacerda/MT, 26 de junho de 2014.

JOSÉ GARCIA DOS SANTOS NETO
Pregoeiro

Publicado por:
Lucelia Martos Alves
Código Identificador:03D31654

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO PREGÃO N.082/2014

REGISTRO DE PREÇOS
(PROCESSO No 155/2014-PMPL)

PREGÃO Nº. 082/2014 Regido pela Lei nº. 10.520/2002 e pelo Decreto nº. 016/2005. Subsidiariamente, pela Lei 8.666/1993.
OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS E INSUMOS PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA DE SAUDE.

CREDENCIAMENTO: das 07h 30m às 08h do dia 09 de julho 2014.
INICIO DA SESSÃO: às 08h do dia 09 de julho de 2014 – Aquisição do Edital no site: www.ponteselacerda.mt.gov.br (website: Licitação pregão) – Fone/fax: (65) 3266-2534 e (65) 3266-2716.LOCAL DA AUDIÊNCIA PÚBLICA: SALA DE PREGÃO, DA PREFEITURA DE PONTES E LACERDA, sito à Av. Marechal Rondon, 522, centro em Pontes e Lacerda/MT.

Pontes e Lacerda/MT, 26 de junho de 2014.

JOSÉ GARCIA DOS SANTOS NETO
Pregoeiro

Publicado por:
Lucelia Martos Alves
Código Identificador:DF503A50

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
RESULTADO PREGÃO N.079/2014

REGISTRO DE PREÇOS
PROCESSO N.º150/2014

OBJETO: AQUISIÇÃO DE TONER, CARTUCHOS E CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS PARA RECARGA DE TONER, CARTUCHOS PARA MANUTENÇÃO DAS UNIDADES ADMINISTRATIVAS DO MUNICÍPIO.

O Pregoeiro, regido pelo Decreto n.º 003/2014 da Prefeitura Municipal de Pontes e Lacerda/MT, no uso de suas atribuições legais, torna público aos interessados que o PREGÃO PRESENCIAL N.º 079/2014, cujo certame se deu às 08h do dia 26/06/2014; sagrou vencedora as empresas **SUPERSOFT TREINAMENTO EM INFORMATICA EIRELI,** vencedora dos itens 03, 04, 22, 23, 35, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 122, 123, 124, 133, 134, 135 e 136, com valor total de R$254.022,70 (duzentos e cinquenta e quatro mil, vinte e dois reais e setenta centavos), **GILBERTO MORALES INFORMATICA, EIRELI-EPP,** vencedora dos itens 09, 21, 26, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 44, 45, 50, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 99, 100, 101, 102, 103, 112, 113, 114, 115, 116, 117, 119, 125, 126, 127, 128, 130 e 131, com valor total de R$117.704,26

(cento e desezessete mil, setecentos e quatro reais e vinte e seis centavos), **A.BANIS & CIA LTDA-ME,** 62, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 79, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 96, 97, 98, 104, 105, 106, 107, 108, 109, 110, 111 e 118, com valor total de R$52.702,00 (cinquenta e dois mil e setecentos e dois reais) e a **AKDD ELETRONICOS E PAPELARIA COMERCIO E REPRESENTAÇÃO DE SERVIÇOS LTDA-EPP**, vencedora dos itens 01, 02, 05, 06, 07, 08, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 17, 18, 19, 20, 24, 25, 34, 36, 37, 46, 47, 48, 49, 51, 52, 53, 54, 55,120,121,129 e 132, com valor total de R$348.704,16 (trezentos e quarenta e oito mil, setecentos e quatro reais e dezesseis centavos). Maiores informações fone 0xx65 3266-2534, José Garcia dos Santos Neto ou site www.ponteselacerda.mt.gov.br ATA.

Pontes e Lacerda/MT, 26 de junho de 2014.

JOSÉ GARCIA DOS SANTOS NETO
Pregoeiro

Publicado por:
Lucelia Martos Alves
Código Identificador:4D38626A

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE DO NORTE

CÂMARA MUNICIPAL
PORTARIA 001 2014 COMISSÃO DE LICITAÇÃO

PORTARIA INTERNA DE Nº 001 /2014
02/01/2014

Institui a Comissão de Licitação da Câmara Municipal de Porto Alegre do Norte-Mt., e da outras providências.

JOEL PACIENTE GINTHER, Presidente da Câmara Municipal de Porto Alegre do Norte-Mt., no uso de suas atribuições que lhe são conferidas.

RESOLVE:

Art. 1º - Fica Instituída a Comissão de Licitação da Câmara Municipal de Porto Alegre do Norte-Mt., para o ano de 2014.

Art. 2º - Fica designados para integrar a Comissão Licitação os seguintes servidores:

Divenilia Augusta Gonçalves da Silva - Presidente
Carlos Eduardo Feitoza Esteves - Secretário
Janeide Martins Pereira - Membro

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogado-se as disposições em contrário.

Gabinete da Presidência, 02 de Janeiro de 2014.

JOEL PACIENTE GUNTHER
Presidente

Publicado por:
Etevaldo Vasco Soares
Código Identificador:FC22FB7E

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO DOS GAÚCHOS

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EDITAL DE REGULARIZACAO FUNDIARIA

CARTÓRIO DO 1º OFÍCIO – REGISTRO DE IMÓVEIS, TÍTULOS E DOCUMENTOS, DA COMARCA DE PORTO DOS GAÚCHOS – ESTADO DE MATO GROSSO.
PRAZO: 15(QUINZE) DIAS.
ESPÉCIE: Protocolo nº 28.957 de 13/06/2014 – Regularização Fundiária – Loteamento Urbano.

Requerente: **PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO DOS GAÚCHOS/MT**, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº 03.204.187/0001-33, com sede na Praça Leopoldina Wilke, nº 19, Caixa Postal 11, CEP 78.560-000, em Porto dos Gaúchos/MT.
FINALIDADE:O Oficial efetivo doCartório do Primeiro Ofício – Registro de Imóveis, Títulos e Documentos, desta Comarca de Porto dos Gaúchos/MT, Walter Isernhagen, no uso de suas atribuições legais, em cumprimento ao que dispõe o artigo 19 da Lei 6.766 de 19/12/1979, torna público o requerimento firmado pelo Prefeito Municipal, **Moacir Pinheiro Piovesan**, representante legal da Prefeitura Municipal de Porto dos Gaúchos/MT,acima qualificada, mediante Ofício nº 090/GP/2014 de 30/05/2014,para regularização do**Loteamento Urbano**implantado na área denominada como LOTE P/EXPANSÃO URBANA 01, com área total de 4 Ha e 6.374m² (quatro hectares e seis mil trezentos e setenta e quatro metros quadrados), situada nesta cidade, Município e Comarca de Porto dos Gaúchos, Estado de Mato Grosso,com seus rumos e confrontações descritos como segue: Ao Norte:Do MP-01 ao MP-02, confrontando com o lote remanescente 06 e 07, na distância de 123,94 metros; A Leste:Do MP-02 ao MP-03, confrontando com o lote p/expansão urbana 02, na distância de 370,50 metros; Ao Sul:Do MP-03 ao MP-04, confrontando com a Avenida Passo Fundo, na distância de 120,00 metros; Ao Oeste:Do MP-04 ao MP-01, confrontando com a Rua Rio de Janeiro, na distância de 402,40 metros. Tudo conforme consta registrado na **Matrícula Imobiliária nº 9.588** de 29/05/2003, deste RGI. Área esta, dividida em 6 (seis) Quadras, com 102 (cento e dois) Lotes, que ocupam uma área de 27.517,29 m² (vinte e sete mil quinhentos e dezessete vírgula vinte e nove metros quadrados), com traçado viário previsto abrangendo uma área de 18.856,71 m² (dezoito mil oitocentos e cinquenta e seis vírgula setenta e um metros quadrados), loteamento este, que passa a ser denominado como **"Padre João Evangelista Dornstauder"**e, atualmente, confronta com as Ruas Rio de Janeiro e RudiGilberto Wathier, com a Avenida Passo Fundo e com a Rodovia MT-220, tudo conforme consta dos memoriais descritivos e mapa do projeto apresentados, firmados e elaborados sob a responsabilidade técnica do engenheiro civil, Newton Toledo Bressan, CREA nº 1704515050, em 10/06/2013, acompanhados da guia ART nº 1930524, quitada, aprovado pelo engenheiro civil da Prefeitura Municipal, Newton Toledo Bressan Jr., CREA 1706432992.E, para que chegue ao conhecimento de todos e que ninguém, no futuro,possa alegar ignorância, expediu-se o presente Edital que será afixado nolugar de costume e publicado na forma da Lei. Prazo de 15 (quinze) dias para impugnação, a contar da data da terceira e última publicação do presente edital no jornal de maior circulação nesta região ou Diário Oficial do Estado.

Porto dos Gaúchos/MT, 24 de junho de 2014.

WALTER ISERNHAGEN
O Oficial Efetivo

Publicado por:
Adriana Silverio de Almeida Krepsz
Código Identificador:37E5156E

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 349/2014

De: 18 de Junho de 2014

"Nomeia Cristy Makele de Oliveira para ocupar o cargo de Agente Comunitário de Saúde – ACS e dá outras providências".

MOACIR PINHEIRO PIOVESAN, **PREFEITO DO MUNICIPIO DE PORTO DOS GAÚCHOS/MT,** no uso de suas prerrogativas legais;
RESOLVE:

Art. 1º - Nomear **Cristy Makele de Oliveira** inscrita no CPF 052.161.351-54**,** admitida através do Processo Seletivo Público nº 001/2014, regido pelo Edital nº 001, de 17 de março de 2014, realizado em conformidade com a Lei Federal nº 11.350, de 05 de outubro de 2006 e Lei Municipal nº 437, de 12 de agosto de 2013 para preenchimento de vagas do cargo de **Agente Comunitário de Saúde**

na micro-área 04 PSF Urbano a contar da data de 09/06/2014 lotada na Secretaria Municipal de Saúde.
Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

Porto dos Gaúchos MT, em 18 de Junho de 2014.

MOACIR PINHEIRO PIOVESAN
Prefeito Municipal

Publicado por:
Adriana Silverio de Almeida Krepsz
Código Identificador:1D4AC021

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 350/2014

De: 24 de Junho de 2014

"Cessão da servidora efetiva Marta Silveira, e dá outras providências".

MOACIR PINHEIRO PIOVESAN, PREFEITO DO MUNICIPIO DE PORTO DOS GAÚCHOS/MT, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º - Ceder a servidora efetiva **Marta Silveira,** nomeada no cargo de Agente Administrativo lotada na Secretaria Municipal de Finanças para prestar serviço por prazo indeterminado na Secretaria Municipal de Educação e Cultura.
Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

Porto dos Gaúchos/MT, em 24 de junho de 2014.

MOACIR PINHEIRO PIOVESAN
Prefeito Municipal

Publicado por:
Adriana Silverio de Almeida Krepsz
Código Identificador:B110C0DA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 351/2014

De: 25 de Junho de 2014

"Nomeia Beatriz Ramires do Nascimento Celestino e dá outras providências".

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO DOS GAÚCHOS/MT, MOACIR PINHEIRO PIOVESAN, usando de suas prerrogativas legais e ainda, em conformidade com o que preceitua o Artigo 18 da Lei Municipal nº. 018/91 (Estatuto do Funcionário Público Municipal).

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear **Beatriz Ramires do Nascimento Celestino,** a partir de 25/06/2014 para o cargo de **Apoio Administrativo Educacional E** 30 horas – PCCS Educação, classificada no concurso público 001/2013, homologado através do Decreto nº. 002/2014, de 07 de Janeiro de 2014 a qual será lotada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura.
Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.
Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Porto dos Gaúchos MT, em 25 de Junho de 2014.

MOACIR PINHEIRO PIOVESAN
Prefeito Municipal

Publicado por:
Adriana Silverio de Almeida Krepsz
Código Identificador:2EEECDB4

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 352/2014

De: 25 de Junho de 2014

"Nomeia Josiane Aparecida Simoes e dá outras providências".

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO DOS GAÚCHOS/MT, MOACIR PINHEIRO PIOVESAN, usando de suas prerrogativas legais e ainda, em conformidade com o que preceitua o Artigo 18 da Lei Municipal nº. 018/91 (Estatuto do Funcionário Público Municipal).

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear **Josiane Aparecida Simoes,** a partir de 25/06/2014 para o cargo de **Apoio Administrativo Educacional E** 30 horas – PCCS Educação, classificada no concurso público 001/2013, homologado através do Decreto nº. 002/2014, de 07 de Janeiro de 2014 a qual será lotada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura.
Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.
Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Porto dos Gaúchos MT, em 25 de Junho de 2014.

MOACIR PINHEIRO PIOVESAN
Prefeito Municipal

Publicado por:
Adriana Silverio de Almeida Krepsz
Código Identificador:53E79E4D

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 354/2014

De: 25 de junho de 2014

"Nomeia Gilmar Silva dos Santos aprovado no Processo Seletivo Simplificado nº 001/2014 e dá outras providências".

MOACIR PINHEIRO PIOVESAN, **PREFEITO DO MUNICIPIO DE PORTO DOS GAÚCHOS/MT,** no uso de suas prerrogativas legais;
RESOLVE:
Art. 1º Nomear por prazo determinado **Gilmar Silva dos Santos**, a partir de 25 de junho de 2014 no cargo de **Técnico em Enfermagem** 40 horas, lotado na Secretaria Municipal de Saúde.
Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.
Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Porto dos Gaúchos/MT, em 25 de Junho de 2014.

MOACIR PINHEIRO PIOVESAN
Prefeito Municipal

Publicado por:
Adriana Silverio de Almeida Krepsz
Código Identificador:E5281AFA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 355/2014

De: 25 de junho de 2014

"Nomeia Odair Jose dos Santos classificado no Processo Seletivo Simplificado nº 001/2014 e dá outras providências".

MOACIR PINHEIRO PIOVESAN, **PREFEITO DO MUNICIPIO DE PORTO DOS GAÚCHOS/MT,** no uso de suas prerrogativas legais;
RESOLVE:
Art. 1º Nomear por prazo determinado **Odair Jose dos Santos**, a partir de 25 de junho de 2014 no cargo de **Serviços Gerais** 40 horas, lotado na Secretaria Municipal de Infraestrutura.
Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.
Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Porto dos Gaúchos/MT, em 25 de Junho de 2014.

MOACIR PINHEIRO PIOVESAN
Prefeito Municipal

Publicado por:
Adriana Silverio de Almeida Krepsz
Código Identificador:E36BEAFF

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 356/2014

De: 25 de junho de 2014

"Nomeia Marcio Batista da Silva aprovado no Processo Seletivo Simplificado nº 001/2014 e dá outras providências".

MOACIR PINHEIRO PIOVESAN, **PREFEITO DO MUNICIPIO DE PORTO DOS GAÚCHOS/MT,** no uso de suas prerrogativas legais;
RESOLVE:
Art. 1º Nomear por prazo determinado **Marcio Batista da Silva**, a partir de 25 de junho de 2014 no cargo de **Gari** 40 horas, lotado na Secretaria Municipal de Infraestrutura.
Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.
Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Porto dos Gaúchos/MT, em 25 de Junho de 2014.

MOACIR PINHEIRO PIOVESAN
Prefeito Municipal

Publicado por:
Adriana Silverio de Almeida Krepsz
Código Identificador:C9066048

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
TERMO DE POSSE E COMPROMISSO Nº 327/2014

Aos vinte e cinco dias do mês de junho do ano de dois mil e quatorze (25/06/2014), nesta cidade e comarca de Porto dos Gaúchos/MT, no Departamento de Pessoal da Secretaria Municipal de Administração, localizado no prédio da Prefeitura Municipal, sito a Praça Leopoldina Wilke nº 19, compareceu, **BEATRIZ RAMIRES DO NASCIMENTO CELESTINO,** brasileira, casada, portadora da RG Nº 2511519-7 SSP/MT e do CPF. Nº 033.354.681-47, residente e domiciliada à Av. Mato Grosso nº 1260, centro neste município de Porto dos Gaúchos/MT, classificada no concurso público 001/2013 realizado em 08 de dezembro de 2013, homologado pelo Decreto 002/2014 em 07 de janeiro de 2014 e nomeada pelo Prefeito Municipal através da Portaria nº 351/2014 de 25 de junho de 2014, para tomar posse com exercício no cargo de **Apoio Administrativo Educacional E** 30 horas – PCCS Educação, lotada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura.
No ato foi observado que todas as exigências legais para investidura foram satisfeitas com a apresentação da documentação exigida no ato de convocação. E por meio deste compromete-se de fielmente cumprir com os deveres e atribuições do cargo.
Para constar, eu Adriana Silverio de Almeida Krepsz, com exercício no Departamento de Pessoal, lavrei o presente Termo de Posse e Compromisso, que após lido vai assinado pela autoridade competente e pela empossada.

Porto dos Gaúchos/MT, 25 de Junho de 2014.

BEATRIZ RAMIRES DO NASCIMENTO CELESTINO
Empossada

MOACIR PINHEIRO PIOVESAN
Prefeito Municipal

Publicado por:
Adriana Silverio de Almeida Krepsz
Código Identificador:C9051227

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
TERMO DE POSSE E COMPROMISSO Nº 328/2014

Aos vinte e cinco dias do mês de junho do ano de dois mil e quatorze (25/06/2014), nesta cidade e comarca de Porto dos Gaúchos/MT, no Departamento de Pessoal da Secretaria Municipal de Administração, localizado no prédio da Prefeitura Municipal, sito a Praça Leopoldina Wilke nº 19, compareceu, **JOSIANE APARECIDA SIMOES,** brasileira, solteira, portadora da RG Nº 1699588-0 SSP/MT e do CPF. Nº 031.340.061-03, residente e domiciliada na Área Rural Casulo I nº 24, no município de Novo Horizonte do Norte/MT, classificada no concurso público 001/2013 realizado em 08 de dezembro de 2013, homologado pelo Decreto 002/2014 em 07 de janeiro de 2014 e nomeada pelo Prefeito Municipal através da Portaria nº 352/2014 de 25 de junho de 2014, para tomar posse com exercício no cargo de **Apoio Administrativo Educacional E** 30 horas – PCCS Educação, lotada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura.
No ato foi observado que todas as exigências legais para investidura foram satisfeitas com a apresentação da documentação exigida no ato de convocação. E por meio deste compromete-se de fielmente cumprir com os deveres e atribuições do cargo.
Para constar, eu Adriana Silverio de Almeida Krepsz, com exercício no Departamento de Pessoal, lavrei o presente Termo de Posse e Compromisso, que após lido vai assinado pela autoridade competente e pela empossada.

Porto dos Gaúchos/MT, 25 de Junho de 2014.

JOSIANE APARECIDA SIMOES
Empossada

MOACIR PINHEIRO PIOVESAN
Prefeito Municipal

Publicado por:
Adriana Silverio de Almeida Krepsz
Código Identificador:034125EA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
CONTRATO Nº 097/2014

DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

Que entre si fazem, de um lado o Município de **Porto dos Gaúchos/MT**, pessoa jurídica de direito público interno, devidamente inscrito no CNPJ nº 03.204.187/0001-33, com sede na Praça Leopoldina Wilke nº 19, nesta cidade de Porto dos Gaúchos/MT, neste ato representado pelo prefeito municipal, **MOACIR PINHEIRO PIOVESAN**, brasileiro, solteiro, portador do RG nº. 11003200 SJ/MT e CPF nº 903.672.351-53, residente e domiciliado na Rua Dona Alvina nº 920, Centro, nesta cidade, neste ato denominado de **CONTRATANTE** e de outro lado **GILMAR SILVA DOS SANTOS**, brasileiro, portador do RG nº.1161973-2 SJ/MT e CPF nº 785.499.491-91, residente e domiciliado na Rua Mato Grosso nº 7 bairro Papa João Paulo II no município de Novo Horizonte do Norte/MT, neste ato denominado simplesmente de **CONTRATADO**, tem ajustados o presente contrato de prestação de serviços por tempo determinado, mediante as cláusulas e condições seguintes:

Cláusula Primeira. DO SUPORTE LEGAL
A presente contratação, considerada de excepcional interesse público, tem como fundamento legal a Lei Municipal 018/1991, Lei Municipal 136/2006, Lei Municipal 352/2011 e demais legislações aplicáveis à matéria.

Cláusula Segunda. DO OBJETO

Por este instrumento o contratante ajusta com o contratado a prestação de serviço no cargo de **Técnico em Enfermagem** lotado na Secretaria Municipal de Saúde.

Cláusula Terceira. DA VIGÊNCIA
A contratação objeto deste termo terá vigência a partir de 25 de junho de 2014 e término em 31 (trinta e um) de dezembro de 2014.

Cláusula Quarta. DO VALOR E DA FORMA DE PAGAMENTO
1. O Contratado receberá pelos serviços prestados a importância mensal de R$ 1.280,85 (Um mil duzentos e oitenta reais e oitenta e cinco centavos), totalizando R$ 7.898,57(Sete mil oitocentos e noventa e oito reais e cinquenta e sete centavos).
2. O Contratado cumprirá uma carga horária de 40 (quarenta) horas semanais a serviço da municipalidade.
3. O pagamento será realizado na mesma época do funcionalismo público municipal e de acordo com o valor majorado para o referido cargo;
4. O valor referido na presente cláusula estará sujeito aos descontos dos impostos pertinentes: INSS e IRRF.

Cláusula Quinta. DA RESPONSABILIDADE DAS PARTES
1. São de responsabilidade da Contratante:
a) disponibilizar informações e documentações necessárias à execução do presente instrumento.
b) efetuar os pagamentos da forma pactuada;
2. São responsabilidades do Contratado (a):
a) prestar serviços na forma ajustada:
b) cumprir com todos os compromissos necessários ao bom e fiel atendimento ao objeto deste contrato;
c) respeitar as determinações do órgão da administração municipal que estiver lotado;
d) cumprir os horários de freqüência local de trabalho;
e) cumprir com qualidade e eficiência na execução das atribuições do cargo, objeto do contrato.
f) cumprir com responsabilidade as orientações do cargo;
g) promover o bom relacionamento no ambiente de trabalho, com os colegas, superiores hierárquico e público em geral;

Cláusula Sexta. DA ESPECIFICIDADE DA CONTRATAÇÃO
1. As partes considerarão rescindido de pleno direito o presente contrato com advento do seu termo final sem a necessidade de notificação prévia.
2. Não caberá ao contratado qualquer indenização pela rescisão ou término da vigência do presente termo.
3. A presente contratação origina-se através do Resultado do Processo Seletivo Simplificado nº 001/2014 realizado em 11 de maio de 2014.

Cláusula Sétima. DA RESCISÃO
1. O presente Contrato poderá ser rescindido nas seguintes hipóteses:
a) De comum acordo entre as partes, a qualquer momento;
b) Prática de falte grave, dentre as enumeradas no Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Porto dos Gaúchos/MT;
c) Acumulação ilegal de cargos, empregos ou funções pública;
d) Necessidade de redução de quadro de pessoal, por excesso de despesa;
e) Sem que ocorram as hipóteses das alíneas acima, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias;

Cláusula Oitava. DO REGIME JURÍDICO E DE PREVIDÊNCIA
1. O regime jurídico é o Administrativo Especial regendo-se por princípios de direito público, aplicando-se naquilo que for compatível com a transitoriedade da contratação, não sendo cabível ao contratado (a) estabilidade no emprego.
2. O (a) contratado (a) vincula-se ao Regime Geral de Previdência Social.

Cláusula Nona. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS
As despesas decorrentes deste instrumento correrão por conta das seguintes dotações orçamentárias próprias para despesa de pessoal.
(134) 05.004.10.122.0023.2130.3190.11.00.00.00 – vencimentos e vantagens fixas - pessoal civil.

Cláusula Décima. DO FORO
Fica eleito o Foro da Comarca de Porto dos Gaúchos/MT para dirimir quaisquer dúvidas ou casos omissos, não previstos neste instrumento.
E, por estarem assim justos e contratados, firmam o presente Contrato, em três vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas, para que surta seus jurídicos e legais efeitos.

Porto dos Gaúchos/MT, 25 de junho de 2014.

MOACIR PINHEIRO PIOVESAN
Contratante

GILMAR SILVA DOS SANTOS
Contratado

Testemunhas

Alencar Rabuske Neuckamp
CPF: 856.340.341-91

Andréia Hubner
CPF: 027.001.451-94

Publicado por:
Adriana Silverio de Almeida Krepsz
Código Identificador:6054F987

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
CONTRATO Nº 098/2014

DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

Que entre si fazem, de um lado o Município de **Porto dos Gaúchos/MT**, pessoa jurídica de direito público interno, devidamente inscrito no CNPJ nº 03.204.187/0001-33, com sede na Praça Leopoldina Wilke nº 19, nesta cidade de Porto dos Gaúchos/MT, neste ato representado pelo prefeito municipal, **MOACIR PINHEIRO PIOVESAN**, brasileiro, solteiro, portador do RG nº. 11003200 SJ/MT e CPF nº 903.672.351-53, residente e domiciliado na Rua Dona Alvina nº 920, Centro, nesta cidade, neste ato denominado de **CONTRATANTE** e de outro lado **ODAIR JOSE DOS SANTOS**, brasileiro, portador do RG nº. 1962390-9 SSP/MT e CPF nº 004.927.451-10, residente e domiciliado na Rua Buriti nº 19 Coahb neste município de Porto dos Gaúchos/MT, neste ato denominado simplesmente de **CONTRATADO**, tem ajustados o presente contrato de prestação de serviços por tempo determinado, mediante as cláusulas e condições seguintes:

Cláusula Primeira. DO SUPORTE LEGAL
A presente contratação, considerada de excepcional interesse público, tem como fundamento legal a Lei Municipal 018/1991, Lei Municipal 136/2006, Lei Municipal 383/2012 e demais legislações aplicáveis à matéria.

Cláusula Segunda. DO OBJETO
Por este instrumento o contratante ajusta com o contratado a prestação de serviço no cargo de **Serviços Gerais** lotado na Secretaria Municipal de Infraestrutura.

Cláusula Terceira. DA VIGÊNCIA
A contratação objeto deste termo terá vigência a partir de 25 de junho de 2014 e término em 31 (trinta e um) de dezembro de 2014.

Cláusula Quarta. DO VALOR E DA FORMA DE PAGAMENTO
1. O Contratado receberá pelos serviços prestados a importância mensal de R$ 748,00 (Setecentos e quarenta e oito reais), totalizando R$ 4.637,59 (Quatro mil seiscentos e trinta e sete reais e cinquenta e nove centavos).
2. O Contratado cumprirá uma carga horária de 40 (quarenta) horas semanais a serviço da municipalidade.
3. O pagamento será realizado na mesma época do funcionalismo público municipal e de acordo com o valor majorado para o referido cargo;
4. O valor referido na presente cláusula estará sujeito aos descontos dos impostos pertinentes: INSS e IRRF.

Cláusula Quinta. DA RESPONSABILIDADE DAS PARTES
1. São de responsabilidade da Contratante:
a) disponibilizar informações e documentações necessárias à execução do presente instrumento.
b) efetuar os pagamentos da forma pactuada;
2. São responsabilidades do Contratado (a):
a) prestar serviços na forma ajustada:
b) cumprir com todos os compromissos necessários ao bom e fiel atendimento ao objeto deste contrato;
c) respeitar as determinações do órgão da administração municipal que estiver lotado;
d) cumprir os horários de freqüência local de trabalho;
e) cumprir com qualidade e eficiência na execução das atribuições do cargo, objeto do contrato.
f) cumprir com responsabilidade as orientações do cargo;
g) promover o bom relacionamento no ambiente de trabalho, com os colegas, superiores hierárquico e público em geral;

Cláusula Sexta. DA ESPECIFICIDADE DA CONTRATAÇÃO
1. As partes considerarão rescindido de pleno direito o presente contrato com advento do seu termo final sem a necessidade de notificação prévia.
2. Não caberá ao contratado qualquer indenização pela rescisão ou término da vigência do presente termo.
3. A presente contratação origina-se através do Resultado do Processo Seletivo Simplificado nº 001/2014 realizado em 11 de maio de 2014.

Cláusula Sétima. DA RESCISÃO
1. O presente Contrato poderá ser rescindido nas seguintes hipóteses:
a) De comum acordo entre as partes, a qualquer momento;
b) Prática de falte grave, dentre as enumeradas no Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Porto dos Gaúchos/MT;
c) Acumulação ilegal de cargos, empregos ou funções pública;
d) Necessidade de redução de quadro de pessoal, por excesso de despesa;
e) Sem que ocorram as hipóteses das alíneas acima, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias;

Cláusula Oitava. DO REGIME JURÍDICO E DE PREVIDÊNCIA
1. O regime jurídico é o Administrativo Especial regendo-se por princípios de direito público, aplicando-se naquilo que for compatível com a transitoriedade da contratação, não sendo cabível ao contratado (a) estabilidade no emprego.
2. O (a) contratado (a) vincula-se ao Regime Geral de Previdência Social.

Cláusula Nona. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS
As despesas decorrentes deste instrumento correrão por conta das seguintes dotações orçamentárias próprias para despesa de pessoal.
(347) 08.002.04.122.0033.2341.3190.11.00.00.00 – vencimentos e vantagens fixas - pessoal civil.

Cláusula Décima. DO FORO
Fica eleito o Foro da Comarca de Porto dos Gaúchos/MT para dirimir quaisquer dúvidas ou casos omissos, não previstos neste instrumento.
E, por estarem assim justos e contratados, firmam o presente Contrato, em três vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas, para que surta seus jurídicos e legais efeitos.

Porto dos Gaúchos/MT, 25 de junho de 2014.

MOACIR PINHEIRO PIOVESAN
Contratante

ODAIR JOSE DOS SANTOS
Contratado

Testemunhas

Rosilda J.S.C. Morais
CPF: 353.321.151-72

Eder Rafael Boldrin
CPF: 002.785.701-86

Publicado por:
Adriana Silverio de Almeida Krepsz
Código Identificador:498F2D5D

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
CONTRATO Nº 099/2014

DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

Que entre si fazem, de um lado o Município de **Porto dos Gaúchos/MT**, pessoa jurídica de direito público interno, devidamente inscrito no CNPJ nº 03.204.187/0001-33, com sede na Praça Leopoldina Wilke nº 19, nesta cidade de Porto dos Gaúchos/MT, neste ato representado pelo prefeito municipal, **MOACIR PINHEIRO PIOVESAN**, brasileiro, solteiro, portador do RG nº. 11003200 SJ/MT e CPF nº 903.672.351-53, residente e domiciliado na Rua Dona Alvina nº 920, Centro, nesta cidade, neste ato denominado de **CONTRATANTE** e de outro lado **MARCIO BATISTA DA SILVA**, brasileiro, portador do RG nº. 2163492-0 SSP/MT e CPF nº 757.120.671-53, residente e domiciliado na Rua Vitoria s/nº neste município de Porto dos Gaúchos/MT, neste ato denominado simplesmente de **CONTRATADO**, tem ajustados o presente contrato de prestação de serviços por tempo determinado, mediante as cláusulas e condições seguintes:

Cláusula Primeira. DO SUPORTE LEGAL
A presente contratação, considerada de excepcional interesse público, tem como fundamento legal a Lei Municipal 018/1991, Lei Municipal 136/2006, Lei Municipal 383/2012 e demais legislações aplicáveis à matéria.

Cláusula Segunda. DO OBJETO
Por este instrumento o contratante ajusta com o contratado a prestação de serviço no cargo de **Gari** lotado na Secretaria Municipal de Infraestrutura.

Cláusula Terceira. DA VIGÊNCIA
A contratação objeto deste termo terá vigência a partir de 25 de junho de 2014 e término em 31 (trinta e um) de dezembro de 2014.

Cláusula Quarta. DO VALOR E DA FORMA DE PAGAMENTO
1. O Contratado receberá pelos serviços prestados a importância mensal de R$ 748,00 (Setecentos e quarenta e oito reais), totalizando R$ 4.637,59 (Quatro mil seiscentos e trinta e sete reais e cinquenta e nove centavos).
2. O Contratado cumprirá uma carga horária de 40 (quarenta) horas semanais a serviço da municipalidade.
3. O pagamento será realizado na mesma época do funcionalismo público municipal e de acordo com o valor majorado para o referido cargo;
4. O valor referido na presente cláusula estará sujeito aos descontos dos impostos pertinentes: INSS e IRRF.

Cláusula Quinta. DA RESPONSABILIDADE DAS PARTES
1. São de responsabilidade da Contratante:
a) disponibilizar informações e documentações necessárias à execução do presente instrumento.
b) efetuar os pagamentos da forma pactuada;
2. São responsabilidades do Contratado (a):
a) prestar serviços na forma ajustada:
b) cumprir com todos os compromissos necessários ao bom e fiel atendimento ao objeto deste contrato;
c) respeitar as determinações do órgão da administração municipal que estiver lotado;
d) cumprir os horários de freqüência local de trabalho;
e) cumprir com qualidade e eficiência na execução das atribuições do cargo, objeto do contrato.
f) cumprir com responsabilidade as orientações do cargo;
g) promover o bom relacionamento no ambiente de trabalho, com os colegas, superiores hierárquico e público em geral;

Cláusula Sexta. DA ESPECIFICIDADE DA CONTRATAÇÃO

1. As partes considerarão rescindido de pleno direito o presente contrato com advento do seu termo final sem a necessidade de notificação prévia.
2. Não caberá ao contratado qualquer indenização pela rescisão ou término da vigência do presente termo.
3. A presente contratação origina-se através do Resultado do Processo Seletivo Simplificado nº 001/2014 realizado em 11 de maio de 2014.

Cláusula Sétima. DA RESCISÃO
1. O presente Contrato poderá ser rescindido nas seguintes hipóteses:
a) De comum acordo entre as partes, a qualquer momento;
b) Prática de falte grave, dentre as enumeradas no Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Porto dos Gaúchos/MT;
c) Acumulação ilegal de cargos, empregos ou funções pública;
d) Necessidade de redução de quadro de pessoal, por excesso de despesa;
e) Sem que ocorram as hipóteses das alíneas acima, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias;

Cláusula Oitava. DO REGIME JURÍDICO E DE PREVIDÊNCIA
1. O regime jurídico é o Administrativo Especial regendo-se por princípios de direito público, aplicando-se naquilo que for compatível com a transitoriedade da contratação, não sendo cabível ao contratado (a) estabilidade no emprego.
2. O (a) contratado (a) vincula-se ao Regime Geral de Previdência Social.

Cláusula Nona. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS
As despesas decorrentes deste instrumento correrão por conta das seguintes dotações orçamentárias próprias para despesa de pessoal.
(347) 08.002.04.122.0033.2341.3190.11.00.00.00 – vencimentos e vantagens fixas - pessoal civil.

Cláusula Décima. DO FORO
Fica eleito o Foro da Comarca de Porto dos Gaúchos/MT para dirimir quaisquer dúvidas ou casos omissos, não previstos neste instrumento.
E, por estarem assim justos e contratados, firmam o presente Contrato, em três vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas, para que surta seus jurídicos e legais efeitos.

Porto dos Gaúchos/MT, 25 de junho de 2014.

MOACIR PINHEIRO PIOVESAN
Contratante

MARCIO BATISTA DA SILVA
Contratado

Testemunhas

Rosilda J.S.C. Morais
CPF: 353.321.151-72

Eder Rafael Boldrin
CPF: 002.785.701-86

Publicado por:
Adriana Silverio de Almeida Krepsz
Código Identificador:39CE724B

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
EXTRATO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 50/2014
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 46/2014

O município de Porto dos Gaúchos/MT, pessoa jurídica de direito público interno, devidamente inscrito no CNPJ sob o nº. 03.204.187/0001-33, com sede administrativa na Praça Leopoldina Wilke, n.º 19, Centro, CEP 78.560-000, fone (66) 3526-2000, por meio de seu Pregoeiro e Equipe de Apoio, nomeados pela Portaria nº. 218/2014 de 13/03/2014, no uso de suas atribuições, torna público, a abertura de licitação na modalidade **PREGÃO PRESENCIAL, do tipo Menor Preço por item,** para **REGISTRO DE PREÇOS** visando a FUTURA E EVENTUAL PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NA MANUTENÇÃO CORRETIVA E PREVENTIVA ELETRICA E REFRIGERAÇÕES GERAL PARA O MUNICÍPIO DE PORTO DOS GAÚCHOS/MT, DURANTE O EXERCÍCIO DE 2014.
.
Modalidade de licitação:---------- PREGÃO PRESENCIAL
Tipo de licitação:---------- MENOR PREÇO POR ITEM
---------- COM REGISTRO DE PREÇOS

Conformidade:---------- EDITAL E SEUS ANEXOS, LEI FEDERAL Nº. 8.666/93 E SUAS ALTERAÇÕES, LEI FEDERAL Nº. 10.520/02 E LEI COMPLEMENTAR N°. 123/06 CONSOANTE COM A LEI COMPLEMENTAR Nº. 128/08.

Forma de execução:---------- INDIRETA

DA ENTREGA DOS ENVELOPES E CREDENCIAMENTO
Data:---------- 09/07/2014
Horário:---------- DAS 07h00minh ÀS 08h00minh (HORÁRIO LOCAL)
Local:---------- PRÉDIO DA PREFEITURA MUNICIPAL (ENDEREÇO ACIMA CITADO).

DO JULGAMENTO
Data:---------- 09/07/2014
Horário:---------- 08h00min HORAS (horário local)
Local:---------- PRÉDIO DA PREFEITURA MUNICIPAL (ENDEREÇO ACIMA CITADO).

Observação 01: *O Edital na íntegra com seus anexos, bem como todo material necessário para elaboração das Propostas e demais informações, encontram-se à disposição na Prefeitura Municipal de Porto dos Gaúchos/MT, no endereço acima citado, ou pelo telefone 66 3526 2000,* ***sem qualquer ônus****, aos interessados em participar da licitação, durante o horário normal de atendimento da Prefeitura (2ª a 6ª feira das 07h00min horas às 11h00min horas e das 13h00min horas às 17h00min horas, exceto feriados e pontos facultativos).*

Porto dos Gaúchos/MT, 26 de Junho de 2014.

HELIELSON TEODORO ALVES
Pregoeiro

Publicado por:
Flavio Rogerio Alves de Oliveira
Código Identificador:D11057D5

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ESPERIDIÃO

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PUB. DE EDITAL PREG. PRES. REG. DE PREÇO 016/2014 - AQ. DE VEÍCULO TIPO CAMINHONETE PARA SEC. DE OBRAS.

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇO Nº 16/2014
AQUISIÇÃO DE VEICULO TIPO CAMINHONETE PARA SEC. DE OBRAS.
A Prefeitura Municipal de Porto Esperidião/MT, através do Pregoeiro, torna público para conhecimento dos interessados, que realizará a licitação na modalidade Pregão Presencial nº 16/2014, Pregão Presencial do **Tipo Menor Preço Por Item** tem por objeto o **PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA DE OBRAS DO MUNÍCIPIO DE PORTO ESPERIDIÃO–MT**-Dia: **10/07/2014**-Entrega dos Envelopes de Proposta de Preço, Habilitação e Credenciamento: **Até as 09:00 horas, do dia 10/07/2014-**Edital Completo: Afixado no endereço acima e na Internet no www.portoesperidião.mt.gov.br-Fundamento Legal: Regida pela Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e subsidiariamente pela Lei 8.666 de 21/06/93 (com alterações da Lei 8883/94 e da Lei nº 9.648/98)

Porto Esperidião MT, 13 de Junho de 2014

ELIEL PEREIRA ALVES
Pregoeiro

Publicado por:
Roney Batista Cardoso
Código Identificador:7199D606

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PUB. DE EDITAL PREGÃO 20/2014 - AQ. DE PEÇAS

AVISO DE LICITAÇÃO
PROCESSOLICITATÓRIO45/2014
PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 20/2014

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE PEÇAS E ACESSÓRIOS ORIGINAIS/GENUÍNAPARA FROTA DE VEÍCULOS EMAQUINÁRIOSDA PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ESPERIDIÃO, CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA-Credenciamento e Entrega dos Envelopes- Até as 09h00 minmin, do dia 11/07/2014. Na Sala de Licitação da Prefeitura Municipal, localizado na *Rua Arnaldo Jorge da Cunha, nº 444, Centro* no Município Porto Esperidião, Estado de Mato Grosso-**Data: 11/07/2014 - Hora: a partir das 09h00-Local da Abertura dos Envelopes:** no mesmo endereço do credenciamento e entrega dos envelopes-**Edital Completo:** Afixado no endereço acima e na Internet no **pmpesper_lic@terra.com.br-Fundamento Legal:** Regida pela Lei nº 10.520, de 17 de Agosto de 2002 e subsidiariamente pela Lei 8.666 de 21/06/93 (com alterações da Lei 8883/94 e da Lei nº 9.648/98)

Porto Esperidião – MT, 25 de junho de 2014.

ELIEL PEREIRA ALVES
Pregoeiro

Publicado por:
Roney Batista Cardoso
Código Identificador:858AAC2A

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PUB. DE RESULTADO PREGÃO 14/2014 -AQ. DE VEICULO TIPO SEDAN

AVISO DE RESULTADO
PREGÃO PRES. REG. DE PREÇO 014/2014.
AQ. DE VEICULO TIPO SEDAN
A prefeitura municipal de Porto Esperidião-MT, através da Comissão de Permanente de Licitação, torna publico aos interessados sobre o resultado da licitação na modalidade **PREGÃO PRES. REG. DE PREÇO 014/2014.-do Objeto: AQ. DE DOIS VEICULO TIPO SEDAN-** Teve como vencedor a empresa **COMETA CENTER CAR CNPJ: 70.487.921/001-06** no valor total de: **95.980,00 (noventa e cinco mil e novecentos e oitenta reais).**

Publicado por:
Roney Batista Cardoso
Código Identificador:7B5D9A46

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ESTRELA

PREFEITURA MUNICIPAL
LEI MUNICIPAL N.º 517/2014

"DISPÕE SOBRE A AUTORIZAÇÃO PARA ABERTURA DE CRÉDITO ESPECIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

Mauro André Businaro, Prefeito Municipal de Porto Estrela, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por Lei, Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado abrir um Crédito Especial no valor de **R$ 45.000,00 (Quarenta e Cinco Mil Reais),** destinado a atender dotação orçamentária da Secretária Municipal de Trabalho e Ação Social, para aquisição de um terreno para **Construção do Centro de Convivência do Idoso,** conforme discriminado abaixo:

Órgão: 06–Secretária Municipal de Trabalho e Ação Social
Unidade: 002 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL
Função: 08 – Assistência Social
Sub-Função: 244 – AssistênciaComunitária
Programa: 0140 – Gestão do Sistema de Assistência e Promoção Social
Projeto/Atividade: 1068 – Aquisição de um Terreno para Construção do Centrode Convivência do Idoso.
Elemento de Despesa:

44.90.61.0000Fonte: 0100000000 - Aquisição de Imóveis.....R$ 45.000,00

TOTAL.....R$ 45.000,00

Art. 2º - Para fazer face ao crédito aberto no artigo anterior serão utilizados os recursos mencionados no artigo 43, § 1º, inciso III da Lei 4.320/64, os resultantes de anulação parcial ou total de dotações, abaixo discriminados:

Órgão: 06–Secretária Municipal de Trabalho e Ação Social
Unidade: 002 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL
Função: 08 – Assistência Social
Sub-Função: 244 – Assistência Comunitária
Programa: 0140 – Gestão do Sistema de Assistência e Promoção Social
Projeto/Atividade: 1043 – Aquisição de Veiculo para o CRAS.
Elemento de Despesa:

44.90.52.0000Fonte: 0100000000 –Equip. e Material Permanente.....R$ 20.000,00

Órgão: 05–Secretária Municipal de Saúde
Unidade: 001 – FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
Função: 10 – Saúde
Sub-Função: 301 – Atenção Básica
Programa: 0100 – Atenção Básica
Projeto/Atividade: 1027 – Adquirir Equip. e Material Permanente
Elemento de Despesa:

44.90.52.0000Fonte: 0102000000 – Equip. e Material Permanente.....R$ 15.000,00

Órgão: 05–Secretária Municipal de Saúde
Unidade: 001 – FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
Função: 10 – Saúde
Sub-Função: 301 – Atenção Básica
Programa: 0100 – Atenção Básica
Projeto/Atividade: 1034 – Construção de Academia de Saúde
Elemento de Despesa:

44.90.51.0000Fonte: 0102000000 – Obras e Instalações.....R$ 10.000,00

TOTAL.....R$ 45.000,00

Art. 3º - O Poder Executivo fica autorizado a proceder a readequação dos instrumentos de planejamento, (PPA/LDO/LOA), bem como apresentá-los em audiência publica junto à Comissão de Orçamento e Finanças da Câmara Municipal conforme determinação na Lei Complementar n.º 101/2000.

Art. 4º - Fica também autorizado a abrir, durante o exercício de 2014, créditos suplementares para ajustes à conta abertos através da presente lei, podendo, entretanto realizar transposições, remanejamentos de recursos alocados a referida rubrica orçamentária.

Art. 5º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Porto Estrela, em 14 de Maio de 2014.

MAURO ANDRE BUSINARO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jéssica Bernardes Teixeira
Código Identificador:5AC0C82F

PREFEITURA MUNICIPAL
PORTARIA Nº 143/2014

(QUE DISPÕE SOBRE EXONERÇÃO A PEDIDO DO SERVIDOR)

MAURO ANDRE BUSINARO, Prefeito Municipal de Porto Estrela/MT, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei:

RESOLVE:

Artigo 1º) – A pedido do Servidor, fica exonerado o **Srº. EDMILSON LUCAS**, Portador da Cedula de Identidade **RG Nº 24.234.166-4 SSP/SP e CPF Nº. 129.971.628-82,** comissionado no cargo de **DIRETOR DE DEPARTAMENTO DE OFICINA MECÂNICA**, com carga horária de 40h semanais e vencimento de acordo com o anexo I, da Lei Municipal Complementar nº. 044/2013 de 22 de Abril de 2013 **(Que dispõe sobre alteração dos artigos 11,12 e 37 e também criação e alteração de cargos, funções e remunerações do anexo I da Lei Complementar nº 024/2009, e outras Providências).**

Artigo 2º) – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir 02 de Junho de 2014.

Publique, registre-se, comunique-se e Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal, 20 de Junho de 2.014.

MAURO ANDRE BUSINARO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jéssica Bernardes Teixeira
Código Identificador:FBD65FF8

PREFEITURA MUNICIPAL
PORTARIA Nº. 144/2014

(QUE DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE FÉRIAS PARA SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS).

MAURO ANDRE BUSINAO, Prefeito Municipal de Porto Estrela, Estado de Mato Grosso**,** no uso das suas atribuições que lhe são conferidas por Lei:

R E S O L V E:

Art. 1º. Conceder Férias aos Servidores da Prefeitura Municipal de Porto Estrela/MT, conforme relação abaixo:

N.	FUNCIONÁRIO	CARGO	SECRETARIA	PERÍODO/GOZO
001	Ana Lucia Ribeiro	Assistente Social	Sec. Mun de Acão Social	A programar
002	Catia Aparecida da Cruz	Recepcionista	Sec. Mun. de Saúde	13/06/2014 a 02/07/2014
003	Laura Lisandra M. de Melo	Ag. Administrativo	Sec. Mun. de Saúde	16/06/2014 a 05/07/2014
004	Fabio Nogueira de Almeida	Aux. De Contabilidade	Sec. Mun. de Administração	A programar

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrario.

Publique, registre-se, comunique-se e Cumpra-se.

Porto Estrela/MT, 24 de Junho de 2014.

MAURO ANDRE BUSINARO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jéssica Bernardes Teixeira
Código Identificador:8C6447FE

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE POXORÉU

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÃO
EXTRATO DE ADITIVO

PRIMEIRO ADITIVO DE PRAZO AO CONTRATO Nº 046/2013

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE POXORÉU-MT.

CONTRATADA: NOVA ALIANÇA EMPREITEIRA LTDA-ME.
OBJETO: CONSTRUÇÃO DE 01 (UMA) ESCOLA COM DUAS SALAS DE AULAS- MODELO FNDE, NA ALDEIA NOVO MUNDO, NO MUNICIPIO DE POXORÉU.

VIGÊNCIA: 08/12/2014.

DATA: 09/06/2014

JULIO CÉSAR P. CHAGAS
Presidente da CPL

Publicado por:
Laura Leal da Silva
Código Identificador:79B6D27C

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE QUERÊNCIA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO 100/2014

O Pregoeiro da Prefeitura Municipal de Querência, Estado de Mato Grosso, torna Público o RESULTADO DO PROCESSO DE LICITAÇÃO n. 100/2014, regido pela Lei nº 8.666/93 de 03 de junho de 1993, e suas alterações posteriores.
PROCESSO: 100/2014
MODALIDADE: Tomada de Preço n. 010/2014
OBJETO: Contratação de Empresa para Realização de Obra Elétrica de Rede de Distribuição Urbana de Baixa Tenção (BT) para Iluminação pública Na Avenida Sul no Município de Querência – MT.
Vencedora:
· **A PRESENTE LICITAÇÃO FOI DESERTA**

Querência - MT, 26 de Junho de 2014.

DANIEL STEFANELLO
Pregoeiro Oficial

Publicado por:
Daniel Stefanello
Código Identificador:F21EB052

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO 103/2014

O Pregoeiro da Prefeitura Municipal de Querência, Estado de Mato Grosso, torna Público o RESULTADO DO PROCESSO DE LICITAÇÃO n. 103/2014, regido pela Lei nº 8.666/93 de 03 de junho de 1993, e suas alterações posteriores.
PROCESSO: 103/2014
MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL n. 085/2014

OBJETO: Pregão Presencial para a Contratação de Empresa Especializada em Prestação de Serviços de Técnicos de Segurança de Trabalho e Capacitação Para uso da Administração Pública de Querência - MT
Vencedora:
· **A PRESENTE LICITAÇÃO FOI DESERTA**

Querência - MT, 26 de Junho de 2014.

DANIEL STEFANELLO
Pregoeiro Oficial

Publicado por:
Daniel Stefanello
Código Identificador:A9D9DEA8

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO 106/2014

O Pregoeiro da Prefeitura Municipal de Querência, Estado de Mato Grosso, torna Público o RESULTADO DO PROCESSO DE LICITAÇÃO n. 106/2014, regido pela Lei nº 8.666/93 de 03 de junho de 1993, e suas alterações posteriores.
PROCESSO: 106/2014
MODALIDADE: Pregão Presencial n. 086/2014
OBJETO: Pregão Presencial para Registro de Preços para Transporte de Passageiros para Uso da Secretaria de Assistência Social e Secretaria de Educação deste Município de Querência – MT.
Vencedora:
· **Viação Xavane LTDA, CNPJ: 03.143.492/0001-62** Foi a vencedora do itens 03 e 04 com um Valor de R$ 126.000,00 (cento e vinte e seis mil reais).
· **Os Itens 01 e 02 foram desertos.**

Querência - MT, 26 de Junho de 2014.

DANIEL STEFANELLO
Pregoeiro Oficial

Publicado por:
Daniel Stefanello
Código Identificador:0AAA304C

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO 101/2014

O Pregoeiro da Prefeitura Municipal de Querência, Estado de Mato Grosso, torna Público o RESULTADO DO PROCESSO DE LICITAÇÃO n. 101/2014, regido pela Lei nº 8.666/93 de 03 de junho de 1993, e suas alterações posteriores.
PROCESSO: 101/2014
MODALIDADE: Pregão Presencial n. 084/2014
OBJETO: Pregão Presencial para Registro de Preços para aquisição de Material Esportivo de uso da Secretaria de Educação e Desporto deste Município de Querência – MT.
Vencedora:
· **Izaias Damasio Silveira - ME, CNPJ: 97.495.980/0001-82** Foi a vencedora os lotes 01, 02, 03, 04, 05, 06, 07, 08, 09 com um Valor de R$ 244.157,00 (duzentos e quarenta e quatro mil e cento e cinquenta e sete reais).

Querência - MT, 26 de Junho de 2014.

DANIEL STEFANELLO
Pregoeiro Oficial

Publicado por:
Daniel Stefanello
Código Identificador:72528B03

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO 107/2014

O Pregoeiro da Prefeitura Municipal de Querência, Estado de Mato Grosso, torna Público o RESULTADO DO PROCESSO DE LICITAÇÃO n. 107/2014, regido pela Lei nº 8.666/93 de 03 de junho de 1993, e suas alterações posteriores.
PROCESSO: 107/2014
MODALIDADE: Pregão Presencial n. 087/2014
OBJETO: Pregão Presencial para Registro de Preços para a contratação de Técnico em Eletrotécnica com Veículo para atendimento nas escolas da sede e do Campo e outros locais de responsabilidade da Secretaria de Educação do Município de Querência – MT.
Vencedora:
· **Adrião de Sousa Silva MEI, CNPJ: 20.222.605/0001-34** Foi a vencedora do item 01 com um Valor de R$ 72.000,00 (setenta e dois mil reais).

Querência - MT, 26 de Junho de 2014.

DANIEL STEFANELLO
Pregoeiro Oficial

Publicado por:
Daniel Stefanello
Código Identificador:5732F06C

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO PR N° 102

O Prefeito Municipal Senhor Gilmar Reinoldo Wentz, juntamente com o Presidente da Comissão de Licitação da Prefeitura Municipal de Querência, tornam Público o Processo de Licitação nº **102/2014.**
MODALIDADE: Chamada Pública n. 001/2014**.**
OBJETO: Seleção de empresa da construção civil para execução de um loteamento, denominado Morada do Sol, a ser contratado pela Caixa Econômica Federal (CAIXA), no âmbito do Programa Minha Casa Minha Vida, com vistas a atender os critérios estabelecidos no programa por ela gerido
Vencedora.

• Echer Construtora e Incorporadora LTDA – ME, CNPJ: 11.862.538/0001-21 foi a empresa participante e que ficou em primeiro na classificação.

Querência – MT, 26 de junho de 2014.

DANIEL STEFANELLO
Presidente da CPL

Publicado por:
Daniel Stefanello
Código Identificador:0B1DB82D

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE RESERVA DO CABAÇAL

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
AVISO DE LICITAÇÃO EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL COM REGISTRO DE PREÇOS Nº 09/2014

A Prefeitura Municipal de Reserva do Cabaçal-MT, com sede na Av. Mato Grosso, 221, Centro, CEP: 78.265-000, Reserva do Cabaçal-MT, torna público que realizará no dia **10/07/2014 às 09:00 horas, PREGÃO PRESENCIAL com Registro de Preços para futura e eventual** aquisição de um trator agrícola, uma grade aradora, um distribuidor de sementes e adubos, uma plantadeira e adubadeira hidráulica e uma colhedeira de forragem, são objetos do Convenio de Rapasse nº. **59004/000490/2013-80**, firmado com o Ministério da Integração Nacional Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia – SUDAM e Prefeitura Municipal de Reserva do Cabaçal.-**MT.**
Os interessados poderão retirar o Edital completo junto ao Setor de Licitações, na sede da Prefeitura Municipal, fone (65) 3247-1124 ou pelo e-mail: prefeiturareserva@gmail.com, de segunda a sexta-feira, no horário 07:00 as 11:00 e das 13:00 as 17:00 horas, ou diretamente no site do Município: www.reservadocabacal.mt.cnm.org.br.
O processo será regido pela Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e subsidiariamente pela Lei 8.666 de 21/06/93 (com alterações da Lei 8883/94 e da Lei nº 9.648/98)

Reserva do Cabaçal/MT, 26 de junho de 2014

VALTAIR LEOPOLDINO NEGRIS
Presidente CPL

Publicado por:
Maria Gonçalves Bandeira de Alcantara
Código Identificador:73A23386

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃO CASCALHEIRA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
AVISO DE RESULTADO PP 22/2014

AVISO DE RESULTADO
PREGÃO PRESENCIAL Nº 23/2014

A Pregoeira juntamente com sua equipe de apoio, torna público o resultado do Pregão em epígrafe que tem por objeto o presente pregão tem por objeto o registro de preço para futura e eventual Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de locação de palco para eventos, som com luz, publicidade volante, produção de áudio e vídeo, montagem de telão, locução e apresentação de eventos, para atender as necessidades deste Município.
Abertura da sessão aconteceu dia **12 de Junho de 2014, às 8:00 horas(horário local)**. A empresa vencedora dos itens 05, 06, 07 e 10: CÊNIO VINICIOS PEREIRA E SOUSA DUARTE-ME, CNPJ: 16.101.457/0001-22 no valor Global R$ **74.520,00(setenta e quatro mil quinhentos e vinte reais).**

Ribeirão Cascalheira, 18 de Junho de 2014.

LUZINETE MARTINS FERREIRA
Pregoeira

Publicado por:
Luzinete Martins Ferreira
Código Identificador:D526977E

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
AVISO DE RESULTADO PP 23/2014

AVISO DE RESULTADO
PREGÃO PRESENCIAL Nº 23/2014

A Pregoeira juntamente com sua equipe de apoio, torna público o resultado do Pregão em epígrafe que tem por objeto o presente pregão tem por objeto o registro de preço para futura e eventual Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de locação de palco para eventos, som com luz, publicidade volante, produção de áudio e vídeo, montagem de telão, locução e apresentação de eventos, para atender as necessidades deste Município.
Abertura da sessão aconteceu dia **12 de Junho de 2014, às 8:00 horas(horário local)**. A empresa vencedora dos itens 05, 06, 07 e 10: CÊNIO VINICIOS PEREIRA E SOUSA DUARTE-ME, CNPJ: 16.101.457/0001-22 no valor Global R$ **74.520,00(setenta e quatro mil quinhentos e vinte reais).**

Ribeirão Cascalheira, 18 de Junho de 2014.

LUZINETE MARTINS FERREIRA
Pregoeira

Publicado por:
Luzinete Martins Ferreira
Código Identificador:B483B2B6

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DO ADITIVO

EXTRATO DO QUINTO TERMO ADITIVO DO CONTRATO N.º 047/2012 –
PROCESSO N.º 017/2012 CONCORRÊNCIA PÚBLICA N.º 001/2012

PARTES: Município de Ribeirão Cascalheira – MT, CNPJ 24.772.113/0001-73 e a Empresa RANK CONSTRUTORA LTDA, CNPJ nº. 05.779.778/0001-64.
DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS
ALTERAÇÃO DA CLÁUSULA TERCEIRA - DO PRAZO
O prazo de execução dos serviços do presente contrato será prorrogado por mais 06 (seis) meses, passando a expirar em 14/12/2014.
DATA DA ASSINATURA: 16 de junho de 2014.
ASSINAM: Reynaldo Fonseca Diniz – Prefeito Municipal e a Empresa RANK CONSTRUTORA LTDA**.**

Publicado por:
Luzinete Martins Ferreira
Código Identificador:EA29BFAF

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
TERMO DE RATIFICAÇÃO DISP. 003/2014

TERMO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA
DE LICITAÇÃO Nº. 03/2014

Objeto: Aquisição de uma motocicleta, 2014/2014, freio dianteiro e traseiro a tambor,
Partida elétrica, tanque de combustível, gasolina, chassi Berço-Semiduplo em aço estampado, suspensão dianteira amortecedores telescópicos, suspensão traseira Mono-Amortecida.

Valor Global: 7.700,00(sete mil e setecentos reais)

Favorecido: Motogarças Comercio e Participações Ltda CNPJ: 04.160.872/0001-78, situada na Av. Antônio Paulo da Costa Bilego, n. 375, Setor Sul 1, Barra do Garças/MT.

Fundamento Legal: Art. 24 inciso II da Lei 8.666/93.
J**ustificativa**: anexa nos autos do processo de Dispensa n. 003/2014.

Ratifico a Dispensa de Licitação em consonância com a justificativa apresentada pela CPL e de acordo com Parecer Jurídico constantes nos autos de Dispensa n. 003/2014, nos termos do termos do artigo 26 da Lei n. 8.666/93 e suas atualizações.

Ribeirão Cascalheira, 04 de junho de 2014.

REYNALDO FONSECA DINIZ
Prefeito Municipal

Publicado por:
Luzinete Martins Ferreira
Código Identificador:31E3F928

GABINETE DO PREFEITO
EDITAL DE HOMOLOGAÇÃO DAS INSCRIÇÕES

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO – EDITAL 001/2014

FAZ SABER A TODOS QUE HOMOLOGA AS INSCRIÇÕES DO PROCESSO SIMPLIFICADO N° 001/2014 DA PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃO CASCALHEIRA – MT

Antonio de Morais Pinto Junior, Presidente da Comissão Organizadora – Portaria GP n° 060/2014, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Municipal 691/2014,

Faz Saber a todos quantos o presente Edital virem ou dele tiverem conhecimento, que HOMOLOGA as seguintes inscrições do Processo Seletivo Simplificado n° 001/2014 para preenchimento das vagas relacionadas no Edital.

Q.	Relação de candidatos inscritos para o cargo de AGENTE ADMINISTRATIVO
01	ADINAIR VIEIRA BARBOSA
02	ALBA APARECIDA DE AMORIM
03	ALISSON SOARES FERREIRA
04	ANA CARLA SIQUEIRA BARBOSA
05	BRUNA APARECIDA DE MENEZES
06	CINTIA CAROLO DE SOUZA
07	CORACI DA LUZ REZENDE LIRA

08	DAYANE RODRIGUES DOS REIS
09	DEUSUITA FERREIRA DOS SANTOS
10	DIVINA SILVA SANTOS
11	DORCILENE MARIA MORAIS DOS SANTOS
12	EDNA ANDREA GETENS
13	ELIANA OLIVEIRA DO VALE
14	GUSTAVO TIAGO DE QUEIROZ DA MAIA SANTOS
15	JONATAS COSTA LINAUER
16	KARLA FERNANDA BARROS DE CAMPOS
17	KARUENY GOMES BARROS
18	KATIELE FEITOSA RODRIGUES
19	LUCELIA LOPES DE OLIVEIRA
20	LUCILENE FONTOURA DE OLIVEIRA
21	LUZIA CANDIDO DE ARAUJO
22	MAIZA DE FREITAS MACEDO TEIXEIRA
23	MARCIA RODRIGUES VALADARES
24	MARIA LUCIA RIBEIRO PINTO
25	MARTA FERREIRA GUIMARÃES
26	MILA COSTA BARROS
27	NAILENA ALVES CARLOS
28	PATRICIA BELTRAME FERREIRA
29	ROSIRENE BATISTA RIBEIRO SOARES
30	SAMARA SANTOS SOUZA
31	SEBASTIANA COELHO DOS SANTOS
32	SILVANA FERREIRA LIMA
33	VAILTON FERNANDES DE MOURA
34	VALDENICE MARTINS DOS SANTOS
35	VANDIMAR OLIVEIRA COSTA
36	VANESKA CORREIA DOS REIS

Q.	Relação de candidatos inscritos para o cargo de ASSISTENTE SOCIAL
01	ANDREA SILVA DO NASCIMENTO
02	ANTONIA DA SILVA RIOS
03	GESLANE APARECIDA STEINCK
04	LUZINEIDE LOPES DA COSTA LINAUER
05	NEUSA LETICIA BUENO DE OLIVEIRA VAZ
06	NITA DOS SANTOS COSTA
07	SILVANI DIAS GOMES

Q.	Relação de candidatos inscritos para o cargo de AUXILIAR SERVIÇOS GERAIS - ADMINISTRAÇÃO
01	CREUSA FONSECA LIRA
02	DELEON COSTA BORGES
03	DIVINO ALVINO VALADÃO
04	FRANCISCA SANTOS DE BRITO OLIVEIRA
05	RAQUEL SOARES MONTEL
06	SHEILA MENDES
07	VALDIRENE REIS FEITOSA

Q.	Relação de candidatos inscritos para o cargo de FISCAL DE POSTURAS E OBRAS
01	FRANCISCO RERISON FURTADO LEITE
02	JOSE RAIMUNDO GONÇALVES DE FREITAS

Q.	Relação de candidatos inscritos para o cargo de FISCAL TRIBUTOS
01	SARA BARROS DE FONSECA
02	TALITA RIBEIRO DE SOUZA CARVALHO
03	WELDEMIR DA SILVA

Q.	Relação de candidatos inscritos para o cargo de GUARDA MUNICIPAL (Vigia)
01	ADALTON MARTINS DOS REIS

Q.	Relação de candidatos inscritos para o cargo de MECÂNICO
01	LEONIDAS DE SOUZA SAMPAIO

Q.	Relação de candidatos inscritos para o cargo de MOTORISTA – ADMINISTRAÇÃO
01	ODELIO JOSE DA SILVA
02	WILSON PAIM DA CUNHA

Q.	Relação de candidatos inscritos para o cargo de ALMOXARIFE
01	ALDENICE GOMES AGUIAR
02	WESLEY FERNANDES DE ALMEIDA

Q.	Relação de candidatos inscritos para o cargo de TECNICO DE ENFERMAGEM
01	ALCINDA GOMES CORREIA
02	BALBINA DE OLIVEIRA VIEIRA
03	CLEMILDA MOREIRA GONTIJO OLIVEIRA
04	DALILA RAMOS DE SOUZA
05	ELIANE PEREIRA DA COSTA
06	GLEICIANE FERNANDES BISPO
07	LUZINETE VICENTE DOS SANTOS
08	MARIA JOSE RIBEIRO PINTO
09	MARIA PEREIRA DA SILVA

Q.	Relação de candidatos inscritos para o cargo de BIOQUIMICO/BIOMEDICO
01	AMANDA TIMO MASCARENHAS
02	DIEGO DA ROCHA
03	FLAVIA DANIELI JAZINSKI
04	KARLLA FERNANDA FERREIRA DE SOUSA

Q.	Relação de candidatos inscritos para o cargo de RECEPCIONISTA - SAÚDE
01	DIVINA FIGUEIRA DE JESUS QUEIROZ
02	EDINOIRA FRANCISCA DA HORA
03	ELIENE PEREIRA DA COSTA
04	JOCINEIA DA SILVA VITALINO
05	MARINEY DE FREITAS MACEDO TEIXEIRA
06	MARTA LUCIA ALVES DOS SANTOS
07	RAIMUNDA NUNES MOREIRA
08	VALDELIRIA PEREIRA BARROS DOS SANTOS
09	VIVIANE CARVALHO CLARO
10	ZULEIDE MARIA DA SILVA

Q.	Relação de candidatos inscritos para o cargo de AUXILIAR SERVIÇOS GERAIS - SAUDE
01	ANA CLAUDIA GOMES CARVALHO
02	ANA PAULA SILVA DE ASSIS DA COSTA
03	CLEDEANNE PEREIRA DA HORA
04	MARIA APARECIDA CORDEIRO DOS SANTOS
05	RAYANE MARQUES DA SILVA
06	SIRLENE BORGES RODRIGUES ARAUJO

Q.	Relação de candidatos inscritos para o cargo de FISIOTERAPEUTA
01	BRUNA RAPHAELA PEREIRA OLIVEIRA SOUZA
02	DAIANA CRUVINEL OLIVEIRA
03	JAQUELINE CRISTINA DE CAMPOS FONSECA

Q.	Relação de candidatos inscritos para o cargo de AGENTE AMBIENTAL DE SAUDE
01	ADRIANA FONTOURA BARROS
02	DEBORA REGINA SANTOS VIEIRA
03	DIVANIR BRITO DE ALMEIDA
04	DOMINGOS RIBEIRO DA SILVA
05	HELOISA BATISTA DE SOUZA
06	JOSE BATISTA DE MELO NETO
07	LUCIANA ROCHA RIBEIRO
08	MARTA JOAQUINA DE CARVALHO
09	ROSENIRA RIBEIRO BATISTA
10	ROSINEIA ALVES PEREIRA COELHO
11	RUTH MOREIRA BRITO
12	SIBELE MARIA DA CRUZ SOUZA
13	SIRLEIDE MARIA DA HORA

Q.	Relação de candidatos inscritos para o cargo de FONOAUDIOLOGO
01	DAYHENNE PAULA SOUSA KIL

Q.	Relação de candidatos inscritos para o cargo de ODONTOLOGO
01	DEBORAH DE SOUZA FREIRE

Q.	Relação de candidatos inscritos para o cargo de AUXILIAR CONSULTORIO DENTARIO
01	ZILDA STURMER

Q.	Relação de candidatos inscritos para o cargo de ENFERMEIRO
01	ALANA PATRICIA RIBEIRO ABREU
02	ALICE MARIA DA CUNHA GONÇALVES
03	ANARA DA SILVA OLIVEIRA FREITAS
04	ANDREIA REGINA DE MOURA REMPEL
05	FABIANA ALVES DA SILVA
06	GESSYCA MOREIRA SANTIAGO
07	HELYNA RAYANA ROCKENBACH PFEIFER
08	IGOR VINICIUS DELFINO RODRIGUES
09	KISS MEKELLIY PEREIRA MARQUES
10	LEILIVANIA DA SILVA FELIX
11	LEOMAR ARRUDA DAVID
12	LILIAN APARECIDA DE ARAUJO
13	LUDIMILA KAROLINE BATISTA
14	MARIANA GARCIA MARTINS
15	PATRICIA XAVIER SILVA BARBOSA
16	ROSSEANNE COSTA MAGALHÃES
17	VIVIENE DE SOUSA GONÇALVES
18	WELIA PINHEIRO DO NASCIMENTO
19	WEVERTON SOUSA PEREIRA

Q.	Relação de candidatos inscritos para o cargo de TECNICO LABORATORIO
01	ROBERTA ANTONIA NARDES DA COSTA ANDRADE

Q.	Relação de candidatos inscritos para o cargo de MEDICO VETERINARIO
01	ROGERIO ABI RACHED

Q.	Relação de candidatos inscritos para o cargo de NUTRICIONISTA
01	HELEN ANGELICA FIGUEIRO MOURA CARVALHARES
02	LORENA APARECIDA DE SOUZA ROSARIO
03	LURDES MAZUR
04	PRISCILA LEANDRO LOPES

Publique-se.

Ribeirão Cascalheira-MT, 26 de junho de 2014

ANTÔNIO DE MORAIS PINTO JÚNIOR
Presidente da Comissão Organizadora
Portaria GP n° 060/2014

Publicado por:
Leticia Vieira Vida Feitosa
Código Identificador:A7C99A21

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BRANCO

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
LEI MUNICIPAL N.º 637, DE 28 DE MAIO DE 2014

"Abre crédito adicional especial no orçamento-programa do Município de Rio Branco e dá outras providências".

O PREFEITO MUNICIPAL DE RIO BRANCO, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele, sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º. - Fica aberto, no orçamento vigente, o crédito adicional especial no valor de R$ 10.000,00 (Dez mil reais), para reforço da seguinte dotação orçamentária:

03 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
03.05 - PREVIRB
09 PREVIDENCIA SOCIAL
272 - PREVIDENCIA DO REGIME ESTATUTÁRIO
0082 - PREVIDENCIA
2009 - MANUTENÇÃO E ENCARGOS COM A PREVIRB
4.4.90.52.00.00 – EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE.....R$ 10.000,00

TOTAL .....R$ 10.000,00

Art. 2º. - A cobertura do crédito adicional suplementar de que trata o artigo 1º desta lei, se dará por anulação parcial da seguinte dotação orçamentária:

03 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
03.05 - PREVIRB
09 - PREVIDENCIA SOCIAL
272 - PREVIDENCIA DO REGIME ESTATUTÁRIO
082 - PREVIDENCIA
099 - OUTROS
2.012 - RESERVA DO RPPS
9.9.99.99.99.00 – RESERVA DE CONTIGENCIA DO RPPS.....R$ 10.000,00

TOTAL .....R$ 10.000,00

Art. 3º. – Fica autorizado o Poder Executivo Municipal a realizar as devidas alterações nos anexos da Lei nº 621/2013, Lei de Diretrizes Orçamentárias LDO para o exercício de 2014 e nos Anexos da Lei nº 622/2013 do Plano Plurianual, para o exercício de 2014 a 2017; Órgão 03 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO; Unidade Orçamentária 05 - PREVIRB.

Art. 4º. – Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Rio Branco-MT, em 28 de Maio de 2014.

ANTONIO XAVIER DE ARAÚJO
Prefeito

Publicado por:
Vanderleia Rodrigues Alves
Código Identificador:7EE5FFFD

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO – PREGÃO PRESENCIAL DE Nº 029/2014

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 044/2014
REGISTRO DE PREÇO N. 10/2014
TIPO DESTA LICITAÇÃO: "MENOR PREÇO – LOTE"

A Prefeitura Municipal de Rio Branco – MT, em 24 de junho de 2014, através da sua Pregoeira Vanderléia Rodrigues Alves e sua Equipe de Apoio torna publico para conhecimento dos interessados, que realizará no dia 10 de julho de 2014 as 09h00min, a Licitação na Modalidade PREGÃO PRESENCIAL Nº 029/2014 – Registro de Preços n. 10/2014, cujo objeto é o "**REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA OU FÍSICA PARA REALIZAÇÃO DE EXAMES DE ULTRASSONOGRAFIAS, PARA ATENDER A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE RIO BRANCO-MT"**. Conforme condições e especificações contidas no TERMO DE REFERÊNCIA, a pasta contendo o Edital completo e seus anexos encontram-se a disposição dos interessados no horário de expediente desta Prefeitura.

Rio Branco – MT, em 25 de junho de 2014.

VANDERLÉIA RODRIGUES ALVES
Pregoeira

Publicado por:
Vanderleia Rodrigues Alves
Código Identificador:288E4A27

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE RONDOLÂNDIA

CPL
AVISO DE PROCESSO LICITATÓRIO Nº 102/2014 – PREGÃO PRESENCIAL COM REGISTRO DE PREÇOS Nº 046/2014

PROCESSO N° 102/2014
PREGÃO PRESENCIAL R.P - N° 046/2014
TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM

1 - Acha-se aberta, no Departamento de Licitações da Prefeitura Municipal de Rondolândia - MT, situado à Av. Joana Alves de oliveira, s/n°, Centro, nesta cidade de Rondolândia - MT, **LICITAÇÃO NA MODALIDADE DE PREGÃO PRESENCIAL pelo sistema de Registro de Preços para futura e eventual Contratação de Empresa para prestação de serviços para fornecimento de Internet e Intranet, via rádio que possibilite em âmbito Nacional e Internacional a transmissão, emissão e recepção de informações e multimídias, com disponibilidade do sinal 24 horas por dia em todos os dias do mês, para atender as necessidades de diversas Secretarias**, cujas especificações detalhadas encontram-se no edital e seus anexos.

2 - Rege a presente licitação a Lei Federal 8.666/93, observadas as alterações posteriores, a Lei Federal 10.520/2002, os Decretos Federais nº 3.555/2000, 3.697/2000, 5.450/05 e 7892/13, os Decretos Municipais 118/2006 de 11/ 09/ 2006, 09/2010 de 27/07/2010 e 207/2013 de 25/01/2013 e demais legislações aplicáveis.

3 - A Sessão de abertura dos procedimentos licitatórios será conduzida por intermédio de sua Pregoeira e Equipe de Apoio no exercício das atribuições que lhe confere o Decreto n° 993/2014, de 02 de Junho de 2014.

4 - Cópias deste edital poderão ser obtidas mediante Requerimento, na Sala de Licitação, na sede da Prefeitura Municipal de Rondolândia – MT, situada na Av. Joana Alves de Oliveira, s/n°, Centro, Rondolândia-Mato Grosso, www.rondolandia.mt.gov.br,

cplrondolandia@hotmail.com_Cep:78.338-000-Tel: 0xx (66) 3542-1177 .

Data da Abertura e Recebimento das Propostas: 09/07/2014
Horário: 09h00min.
Local: Prefeitura Municipal de Rondolândia, Sala de Licitações.
Tipo: Menor Preço Por Item

Rondolândia - MT, 26 de Junho de 2014.

LILIANE GUEDES SANTOS
Pregoeira
Decreto n° 993/2014

De acordo:

FABIO FRAZÃO VILA NOVA
Advogado – OAB n° 2684/RO
Procurador Geral

Publicado por:
Luciene Souza dos Santos
Código Identificador:8F0B6410

GABINETE DA PREFEITA
ATO ADMINISTRATIVO Nº 27/GAB/PMR/2014

Proc. n° 673/SEMEC, DE 20/08/2012.

Ref.: *Requerimentos diversos*
Assunto: Retorno à licença, *sem remuneração, para tratar de assuntos particulares por (02) dois anos.*
Interessado: ***BALTAZAR DE MEDEIROS****, matrícula n°528.*

BETT SABAH MARINHO DA SILVA, Prefeita do Município de Rondolândia, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e,

Considerando, o requerimento formulado pelo servidor acostado de fl. 07 (proc. N° 673/2012) postulando o retorno ao reinicio do efetivo exercício funcional, interrompendo a licença para tratar de assuntos particulares;

Considerando, conforme manifestação do Procurador Chefe (fl. 07, verso), com fundamento no §1º, do Art. 106 da LC n° 3, de 17/10/2007 (RJU)) a licença poderá ser interrompida a qualquer momento a pedido do servidor;

Assim sendo,
RESOLVO:

1) Autorizar o reinicio do efetivo exercício funcional pelo servidor BALTAZAR DE MEDEIROS, matricula n° 528, cargo: Professor Classe B, Nìvel II).

2) Ainda, conforme alerta constante do número 3 do despacho do procurador chefe (fl. 07, verso), registre-se que não se concederá nova licença a servidora para tratar de assuntos particular senão depois de decorridos o prazo de (02) dois anos a contar do dia 06 de Junho de 2014, conforme prevê o §2º, do Art. 106 do RJU.

3) Ao DRH/SEMAD para as anotações necessárias.

Promovam-se as publicações.

Rondolândia-MT, 25 de Junho de 2014.

BETT SABAH MARINHO DA SILVA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Fabio Frazao Vilanova
Código Identificador:3909D5E5

GABINETE DA PREFEITA
ATO ADMINISTRATIVO Nº 028/GAB/PMR/2014

ASSUNTO: Requerimento do Servidor Rodrigo Sampaio Souza, Matrículo nº 696.

BETT SABAH MARINHO DA SILVA, Prefeita Municipal de Rondolândia, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei, e,

Considerando, o requerimento formulado pelo servidor acostado de fls. 02, e tudo mais que dos autos constam;

Considerando, manifestação da PGM de fls.;

DECIDO.

•
Acompanho o Parecer da Procuradoria e acolho pedido do servidor, para que determine ao DRH que refaça os cálculos do subsídio do servidor, descontando os dias não trabalhados, conforme despacho do Procurador Geral;

•
Determine ao DRH que inclua em sue cálculo o valor do pagamento de 1/3 das Férias;

Ao DRH/SEMAD para as anotações e comunicações de praxe. Ato continuo, apurado haveres devidos ao servidor, envie a SEMFAZ para pagamento.

Dê-se a publicidade exigida ao presente ato.

Rondolândia – MT, 25 de Junho de 2014 de 2014.

BETT SABAH MARINHO DA SILVA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Fabio Frazao Vilanova
Código Identificador:3C883922

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SALTO DO CÉU

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO

AVISO REPUBLICAÇÃO DE LICITAÇÃO

Modalidade: **PREGÃO PRESENCIAL Nº 009/2014**
Tipo: Menor preço
Critério de julgamento: MENOR PREÇO/LOTE

Objeto: **"Seleção de melhor proposta objetivando o REGISTRO DE PREÇOS para prestação de serviços em análise de água, sendo análise Bacteriológica e análise Físico – Químico em atendimento a Secretaria Municipal de Saúde Salto do Céu – MT";** do tipo **MENOR PREÇO / LOTE ,** conforme discriminado no Termo de Referência **ANEXO I**, do Edital, por um período de 12 meses.

O MUNICÍPIO DE SALTO DO CÉU, através de sua Comissão Permanente de Licitação, torna público a todos os interessados que realizará às ***09h00min, do dia 14/07/2014***, **LICITAÇÃO NA MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL**, regida pelas Leis 8.666/93 e Lei 10.520/2002, para Contratação do objeto supracitado.

Outras informações e edital completo poderão ser retiradas na sala de licitação da Prefeitura, com a Comissão Permanente de Licitação.

Salto do Céu - MT, 27 de Junho de 2014.

MYRIAM MYCHELLE MONTAY DE OLIVEIRA
Pregoeira Substituta

Publicado por:
Myriam Mychelle Mantay de Oliveira
Código Identificador:EE9228E7

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CARMEM

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
ATO RATIFICATÓRIO CONTRATO 15/2014

A PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CARMEM, ESTADO DE MATO GROSSO, torna público para conhecimento de quem mais possa interessar que tendo em vista um equívoco ocorrido, retificamos o aviso supra citado da seguinte forma: onde se lê: **CONTRATADA: DELTA SERVICE CONSTRUÇÕES ELÉTRICAS LTDA**, ler-se-á: **RCA CONSTRUTORA LTDA – ME),** publicado no Diário Oficial dos Municípios do Estado de Mato Grosso e site da Prefeitura Municipal de Santa Carmem, dia 20/05/2014.

Santa Carmem–MT, 26 de Junho de 2014.

MARCELI TAFAREL
Presidente da Comissão Permanente de Licitações

Publicado por:
Ana Maria Adams Peron
Código Identificador:BC2F9E8A

GABINETE DO PREFEITO
LEI MUNICIPAL Nº562-2014

LEI Nº 562/2014

DATA: 26 DE JUNHO DE 2014.

SÚMULA : "Dispõe sobre as Diretrizes para a Elaboração da Lei Orçamentária do Município de Santa Carmem-MT, para o exercício de 2015 e dá outras providências."

ALESSANDRO NICOLI, Prefeito Municipal de Santa Carmem, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, faz saber a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º Ficam estabelecidas, em cumprimento ao disposto no art. 165, § 2º, da Constituição Federal, no art. 4º da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF e no art. 85 e 87 da Lei Orgânica do Município de Santa Carmem, as diretrizes orçamentárias relativas ao exercício de 2015, compreendendo:

I - as prioridades e metas da Administração Pública Municipal;
II - a estrutura e organização dos orçamentos;
III - as diretrizes específicas para o Poder Legislativo;
IV - as diretrizes para a elaboração e execução dos Orçamentos do Município e suas alterações;
V - as disposições relativas às despesas do Município com pessoal e encargos sociais;
VI - as disposições sobre alterações na legislação tributária do Município;
VII - as disposições relativas à Dívida Pública Municipal; e captação de recursos
VIII - as disposições finais.

Parágrafo único. Integram esta lei os seguintes Anexos:

I – Anexo – PROGRAMAS POR OBJETIVOS

II - Anexo de Metas Fiscais, composto de:
a) demonstrativo de metas anuais;
b) avaliação do cumprimento das metas fiscais do exercício anterior;
c) demonstrativo das metas fiscais atuais comparadas com as fixadas nos três exercícios anteriores;
d) evolução do patrimônio líquido nos três exercícios anteriores;
e) origem e aplicação dos recursos obtidos com a alienação de ativos;
f) receitas e despesas previdenciárias do RPPS;
g) projeção atuarial do Regime Próprio de Previdência dos Servidores Públicos Municipais;
h) demonstrativo da estimativa e compensação da renúncia de receita;
i) demonstrativo da margem de expansão das despesas obrigatórias de caráter continuado; e

III - Anexo de Riscos Fiscais, contendo Demonstrativo de Riscos Fiscais e Providências; e

IV - Demonstrativo de Obras em Andamento, em atendimento ao art. 45, parágrafo único, da Lei Complementar no 101/2000 - LRF.

CAPÍTULO I

DAS METAS E PRIORIDADES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL

Art. 2º O anexo de Programas por Objetivos da Administração Pública Municipal deverão estar em consonância com aquelas especificadas no Plano Plurianual – PPA – 2014 a 2017, e suas alterações legais, definidas nos Orçamentos para o exercício financeiro de 2015.
Art. 3º Em conformidade com o disposto no art. 165, § 2º, da Constituição Federal, no art. 4º da Lei Complementar nº 101/2000 - LRF e no art. 85 da Lei Orgânica do Município, os programas por objetivos para o exercício financeiro de 2015, são os constantes no Anexo I desta Lei, as quais terão precedência na alocação de recursos na Lei Orçamentária, mas não se constituem limites à programação das despesas.
§ 1º Na elaboração da proposta orçamentária para o exercício financeiro de 2015 será dada maior prioridade:

I - às políticas de inclusão;
II - ao atendimento integral à criança e ao adolescente;
III – ao atendimento á sociedade em ações de saúde;
IV - à austeridade na gestão dos recursos públicos;
V – à promoção do desenvolvimento do ensino público;
VI - à promoção do desenvolvimento econômico sustentável;
VII - à promoção do desenvolvimento urbano;
VIII - à promoção do desenvolvimento rural; e
IX - à conservação e à revitalização do ambiente natural.

§ 2º A execução dos programas por objetivos do Anexo a que se refere o ***caput*** estará condicionada à manutenção do equilíbrio das contas públicas, conforme Anexo de Metas Fiscais que integra a presente Lei.

Art. 4º Na elaboração do Orçamento da Administração Pública Municipal buscar-se-á a contribuição de toda a sociedade num processo de democracia participativa, voluntária e universal, por meio dos Conselhos Municipais, e comunidade em geral.

Parágrafo único. Durante o processo de elaboração da proposta orçamentária, o Poder Executivo promoverá audiência pública, nos termos do art. 48 da Lei Complementar no 101/2000 - LRF.

CAPÍTULO II

DA ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO DOS ORÇAMENTOS

Art. 5º A Lei Orçamentária compor-se-á de:

I - Orçamento Fiscal;
II – Orçamento da Seguridade Social;

Art. 6º O projeto de Lei orçamentária do Município de Santa Carmem relativo ao exercício de 2015 deve assegurar os princípios de justiça social, de controle social e de transparência na elaboração e execução do Orçamento, observado o seguinte:

I - o princípio de justiça social implica assegurar, na elaboração e na execução do orçamento, projetos e atividades que possam reduzir as

desigualdades entre indivíduos e regiões, bem como combater a exclusão social;

II - o princípio de controle social implica assegurar à todos os cidadãos a participação na elaboração e no acompanhamento do orçamento; e

III - o princípio de transparência implica, além da observação do princípio constitucional da publicidade, a utilização dos meios disponíveis para garantir o real acesso dos munícipes às informações relativas ao orçamento.

Art. 7º Para efeito desta lei entende-se por:

I - diretriz: o conjunto de princípios que orienta a execução dos Programas de Governo;

II - unidade orçamentária: o menor nível da classificação institucional, agrupada em órgãos orçamentários, entendidos estes como os de maior nível da classificação institucional;

III - função: o maior nível de agregação das diversas áreas de despesa que competem ao setor público;

IV - subfunção: uma partição da função que visa agregar determinado subconjunto da despesa do setor público;

V - programa: o instrumento de organização da ação governamental que visa à concretização dos objetivos pretendidos, mensurados por indicadores estabelecidos no Plano Plurianual;

VI - atividade: o instrumento de programação para alcançar os objetivos de um programa envolvendo um conjunto de operações que se realizam de modo contínuo e permanente e das quais resulta um produto necessário à manutenção das ações de governo;

VII - projeto: o instrumento de programação para alcançar os objetivos de um programa envolvendo um conjunto de operações, limitadas no tempo, das quais resulta um produto que concorre para a expansão ou o aperfeiçoamento das ações de governo;

VIII - operação especial: o conjunto de despesas que não contribuem para a manutenção das ações de governo das quais não resulta um produto e não geram contraprestação direta sob à forma de bens ou serviços, representando, basicamente, o detalhamento da função Encargos Especiais;

IX – Categorias Econômicas: classificação da despesa quanto a sua finalidade se correntes ou de capital.
Despesas correntes: Classificam-se nesta categoria todas as despesas que não contribuem, diretamente, para a formação ou aquisição de um bem de capital, (despesas de manutenção).

Despesas de Capital: Classificam-se nesta categoria aquelas despesas que contribuem, diretamente, para a formação ou aquisição de um bem de capital.

X - modalidade de aplicação: a especificação da forma de aplicação dos recursos orçamentários; tem por finalidade indicar se os recursos são aplicados diretamente por órgãos ou entidades no âmbito da mesma esfera de Governo ou por outro ente da federação e suas respectivas entidades;

XI – Grupos de natureza de despesas: a agregação de elementos de despesas que apresentam as mesmas características quanto ao objeto do gasto;

XII – Elemento de Despesa: tem por finalidade identificar os objetos de gasto, tais como vencimentos e vantagens fixas, juros, diárias, material de consumo, serviços de terceiros prestados sob qualquer forma, subvenções sociais, obras e instalações, equipamentos e material permanente, auxílios, amortizações e outros de que a administração pública se serve para a consecução de seus fins.

XIII - concedente: o órgão ou entidade da Administração Pública Municipal responsável pela transferência de recursos financeiros, inclusive de descentralização de créditos orçamentários; e

XIV - convenente: o órgão ou a entidade da administração pública direta ou indireta dos governos federal, estadual, municipal ou do Distrito Federal, e as entidades privadas, com os quais a Administração Federal pactue a transferência de recursos financeiros, inclusive quando decorrentes de descentralização de créditos orçamentários entre órgãos e entidades federais constantes dos Orçamentos: Fiscal e da Seguridade Social; e

XV - descentralização de créditos orçamentários, a transferência de créditos constantes dos Orçamentos: Fiscal e da Seguridade Social, no âmbito do mesmo órgão ou entidade ou entre estes.

§ 1º Cada programa identificará as ações necessárias para atingir os seus objetivos, sob a forma de atividades, projetos e operações especiais, especificando os respectivos valores e metas, bem como as unidades orçamentárias responsáveis pela realização da ação.

§ 2º Os projetos, as atividades e as operações especiais serão desdobrados de acordo com o plano de trabalho das secretarias municipais de governo, priorizando as necessidades da comunidade.

§ 3º Cada atividade, projeto e operação especial identificarão a função e a subfunção às quais se vinculam.

Art. 8º As metas físicas serão indicadas no desdobramento da programação vinculada aos respectivos projetos e atividades de modo a especificar a localização física integral ou parcial dos programas de governo.

Art. 9º. O Orçamento Fiscal que o Poder Executivo encaminhará à Câmara Municipal até 30 de setembro de 2014, nos termos do art. 94 da Lei Orgânica do Município de Santa Carmem-MT, compreenderá a programação dos Poderes Legislativo e Executivo do Município, seus Órgãos, Autarquias, Institutos, Fundação e Fundos Municipais instituídos e mantidos pela Administração Pública Municipal.

Art. 10º O Orçamento Fiscal discriminará a despesa por função, subfunção, programa, projeto atividade e operação especial, grupo de natureza de despesa e modalidade de aplicação, em conformidade com as Portarias SOF/STN 42/1999 e 163/2001 e alterações posteriores e obedecerá ao estabelecido no art. 22 da Lei 4.320/64 e no que couber o art. 5º da Lei Complementar nº 101/00.

§ 1º As categorias econômicas estão assim detalhadas:
I - Despesas correntes - 3; e
II - Despesas de capital - 4.

§ 2º Os grupos de natureza da despesa constituem agregação de elementos de despesa de mesmas características quanto ao objeto de gasto, conforme a seguir discriminado:

I - pessoal e encargos sociais - 1;
II - juros e encargos da dívida - 2;
III - outras despesas correntes - 3;
IV – investimentos - 4;
V - inversões financeiras, incluídas quaisquer despesas referentes à constituição ou ao aumento de capital de empresas - 5; e
VI - amortização da dívida - 6.

§ 3º Na especificação das modalidades de aplicação será observado, no mínimo, o seguinte detalhamento:

I - transferências à União - 20;
II - transferências a Estados e ao Distrito Federal - 30;
III - transferências a instituições privadas sem fins lucrativos - 50;
IV – transferências a instituições privadas com fins lucrativos – 60; observado o disposto no capitulo V da Lei Complementar 101/2000.
V - transferências a consórcios públicos - 71;
VI - aplicações diretas - 90; e

VII - aplicação direta decorrente de operação entre órgãos, fundos e entidades integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social - 91.

§ 4º A Lei Orçamentária indicará as fontes de recursos regulamentadas pela Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda e pelo Tribunal de Contas do Estado do Mato Grosso – TCE/MT.

I - O Município poderá incluir, na Lei Orçamentária, outras fontes de recursos para atender às suas peculiaridades, além daquelas determinadas no § 4º deste artigo;

II - As fontes de recursos indicadas na Lei Orçamentária serão regulamentadas por decreto do Poder Executivo; e

III - Os recursos legalmente vinculados a finalidades específicas serão utilizados apenas para atender ao objeto de sua vinculação, ainda que em exercício diverso daquele em que ocorrer o ingresso.

§ 5º As receitas oriundas de aplicações financeiras terão as mesmas fontes dos recursos originais.

§ 6º Durante a execução orçamentária, as fontes de recursos previstas poderão ser alteradas ou novas poderão ser incluídas exclusivamente pela Secretaria Municipal de Administração, Planejamento e finanças, mediante publicação de decreto no Jornal Oficial do Município, com as devidas justificativas.

§ 7º A reserva de contingência prevista no art. 40 desta Lei será identificada pelo dígito 9 (nove) no que se refere à categoria econômica, ao grupo de natureza da despesa, à modalidade de aplicação, ao elemento de despesa e à fonte de recursos.

§ 8º As receitas serão escrituradas de forma que se identifique a arrecadação segundo as naturezas de receita, fontes de recursos e parcelas vinculadas.

Art. 11 - A alocação dos créditos orçamentários será feita diretamente à unidade orçamentária responsável pela execução das ações correspondentes, ficando proibida a consignação de recursos a título de transferência para unidades orçamentárias integrantes dos Orçamentos: Fiscal e da Seguridade Social.

§ 1 A vedação contida no art. 167, inciso VI, da Constituição, não impede, no âmbito dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, a descentralização de créditos orçamentários para execução de ações de responsabilidade da unidade orçamentária descentralizadora.

§ 2 As operações entre órgãos, fundos e entidades previstas nos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, ressalvado o disposto no § 1 deste artigo, serão executadas, obrigatoriamente, por meio de empenho, liquidação e pagamento, nos termos da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, utilizando-se a modalidade de aplicação a que se refere o art. 10, § 3, desta Lei.

Art. 12. A Lei Orçamentária discriminará em programas de trabalho específicos as dotações destinadas:

I - ao pagamento de precatórios judiciais, inclusive o cumprimento de sentenças judiciais transitadas em julgado consideradas de pequeno valor; e

II- ao pagamento dos juros, encargos e amortização da dívida fundada.

III – a alocação de recursos destinados ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB, criado pela Lei Municipal 299/07 de 04 de Abril de 2007, de forma a evidenciar o cumprimento da Emenda Constitucional nº 53, de 19 de dezembro de 2006, da Lei nº 11.494, de 20 de Junho de 2007; e posteriores alterações legais; inclusive de recursos a título de contra partida municipal, caso seja detectado déficit financeiro para atendimento do número integral de matriculas da educação infantil e EJA.

IV – a alocação de recursos destinados ao Fundo Municipal de Saúde criado pela Lei Municipal nº 00427/2010 de 29 de novembro de 2010, bem como das ações e serviços públicos de saúde de forma a evidenciar o cumprimento da Emenda Constitucional nº 29, de 13 de setembro de 2000;

V – a alocação de recursos destinados ao Fundo Municipal de Assistência Social criado pela Lei Municipal nº 361/2009 de 03 de Junho de 2009, cuja aplicação de recursos não é descentralizada, a contabilização distinta destes fundos far-se-á apenas para controle e fiscalização dos recursos.

VI – a alocação de recursos para a manutenção do Fundo Municipal dos direitos da Criança e do Adolescente, criado pela Lei Municipal nº 209 de 07 de Maio de 2004, e suas posteriores alterações.

VII - alocação de recursos destinados ao Fundo Municipal de Investimentos Sociais criado pela Lei Municipal nº 276/2006 de 08 de agosto de 2006, a cuja aplicação de recursos não é descentralizada, a contabilizarão distinta destes fundos far-se-á apenas para controle e fiscalização dos recursos.

VIII – a alocação de recursos destinados ao Fundo Municipal do Salário Educação criado pela Lei Municipal nº 093/98 de 03 de dezembro de 1998, destinado à aplicação na manutenção do transporte escolar do Município, através de recursos recebidos fundo a fundo, vinculado ao orçamento da unidade orçamentária da Diretoria de Escola.

IX – a pagamento de despesas custeio da policia militar no município, a fim de fixar os agentes de segurança nesta localidade, como critério de custeio da polícia militar será adotado a Manutenção do Destacamento da Policia Militar.

X – a pagamento de despesa para manutenção da parceria entre o Município e a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, onde a forma adotada é a cessão do espaço físico, para que os munícipes tenham acesso aos serviços de postagem.

XI – a pagamento de despesas de manutenção do consórcio intermunicipal de saúde da região Teles Pires, como medida de atendimento ambulatorial para os munícipes, conforme Lei Municipal 51 de 05 de julho de 1995.

XII – a alocação de recursos para a manutenção e conservação do prédio onde funciona o Centro Integrado de Atendimento, e seus órgãos anexos.

XIII – a alocação de recursos para pagamento de despesas de convênios de cooperação mutua, entre Banco do Brasil, SENAR e outras.

XIV – a alocação de recursos destinados ao Fundo Municipal de Habitação e Interesse Social criado pela Lei Municipal nº 0414/2010 de 07 de junho de 2010, destinado a aplicação nas ações de Habitação e Interesse Social.

Art. 13. Fica o Poder Executivo autorizado a incorporar na elaboração dos Orçamentos as eventuais modificações ocorridas na estrutura organizacional do Município bem como na classificação orçamentária da receita e da despesa, por alterações na legislação municipal, estadual e federal, ocorridas após o encaminhamento da Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2014 ao Poder Legislativo.

Art. 14. O projeto de lei orçamentária que o Poder Executivo encaminhará à Câmara Municipal constituir-se-á de:

I - texto da lei;
II - quadros orçamentários consolidados;
III - anexo do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social discriminando a receita e a despesa na forma definida nesta lei;
IV - anexo do Orçamento de Investimento a que se refere o art. 165, § 5º, II, da Constituição Federal, na forma definida nesta lei; e

V - discriminação da legislação da receita e da despesa referentes ao Orçamento Fiscal.

§ 1º Integrarão o Orçamento Fiscal todos os quadros previstos no art. 22, III, da Lei Federal no 4.320, de 17 de março de 1964.

Art. 15. A mensagem que encaminhar o projeto de lei orçamentária conterá:

I - o comportamento da arrecadação do exercício anterior;

II - o demonstrativo dos gastos públicos, por órgão, da despesa efetivamente executada no ano anterior em contraste com a despesa autorizada;

III - a situação observada no exercício de 2013 em relação ao limite de que tratam os artigos 18, 19 e 20 da Lei Complementar no 101/2000 - LRF;

IV - o demonstrativo do cumprimento da legislação que dispõe sobre a aplicação de recursos resultantes de impostos na manutenção e no desenvolvimento do ensino;

V - o demonstrativo do cumprimento da Emenda Constitucional nº 29/2000, que dispõe sobre a aplicação de recursos resultantes de impostos em saúde; e VI - a discriminação da dívida pública total acumulada.

CAPÍTULO III

DIRETRIZES ESPECÍFICAS PARA O PODER LEGISLATIVO

Art. 16. O total da despesa do Poder Legislativo Municipal, incluídos os subsídios dos Vereadores e excluídos os gastos com inativos, não poderá ultrapassar o percentual de sete por cento, relativo ao somatório da receita tributária e das transferências previstas no art. 153, § 5º, e nos artigos 158 e 159 da Constituição Federal efetivamente realizado no exercício anterior.

§ 1º O duodécimo devido à Câmara Municipal será repassado até o dia 20 de cada mês, sob pena de crime de responsabilidade do Prefeito do Município, conforme disposto no inciso II do § 2º do art. 29-A da Constituição Federal.

§ 2º A despesa total com folha de pagamento do Poder Legislativo, incluídos os gastos com subsídios dos Vereadores, não poderá ultrapassar a setenta por cento de sua receita, de acordo com o estabelecido no § 1º do art. 29-A da Constituição Federal.

Art. 17. O Poder Legislativo encaminhará ao Poder Executivo sua proposta orçamentária, para fins de consolidação, até o dia 30 de julho do corrente ano, observadas as disposições desta Lei.

I

CAPÍTULO IV

DIRETRIZES GERAIS PARA A ELABORAÇÃO E A EXECUÇÃO DOS ORÇAMENTOS DO MUNICÍPIO E SUAS ALTERAÇÕES

SEÇÃO I

Diretrizes Gerais

Art. 18. A elaboração do projeto de lei, a aprovação e a execução da Lei Orçamentária de 2015 deverão ser realizadas de modo a evidenciar a transparência da gestão fiscal, observado o princípio da publicidade e permitido o amplo acesso da sociedade a todas as informações relativas a cada uma dessas etapas, bem como deverão levar em conta a obtenção dos resultados previstos no Anexo de Metas Fiscais que integra a presente lei, além dos parâmetros da Receita Corrente Líquida, visando ao equilíbrio orçamentário-financeiro.

§ 1º Será dada ampla divulgação, inclusive em meios eletrônicos de acesso público, ao menos:

I - pelo Poder Legislativo, no que lhe couber, os instrumentos de gestão previstos no ***caput*** do art. 48 da Lei Complementar nº 101/2000 - LRF**.**

II - pelo Poder Executivo:

a) a Lei Orçamentária Anual e seus anexos; e

b) as alterações orçamentárias realizadas mediante a abertura de Créditos Adicionais.

§ 2º Para o efetivo cumprimento da transparência na gestão fiscal de que trata o ***caput*** deste artigo, o Poder Executivo, por meio da Secretaria Municipal de Administração, Planejamento, e Finanças do Município, deverá:

I - manter atualizado o endereço eletrônico, de livre acesso a todo cidadão, com os instrumentos de gestão descritos no ***caput*** do art. 48 da Lei Complementar nº 101/2000 - LRF; e

II - providenciar as medidas previstas no inciso II do § 1º deste artigo a partir da execução da Lei Orçamentária Anual do exercício de 2014 e nos prazos definidos pela LC nº 101/2000 - LRF.

Art. 19. Além de observar as demais diretrizes estabelecidas nesta lei, a alocação dos recursos na Lei Orçamentária e em seus créditos adicionais, bem como a respectiva execução, serão feitas de forma a propiciar o controle dos custos das ações e a avaliação dos resultados dos Programas de Governo.

Art. 20. As propostas parciais dos Poderes Legislativo e Executivo, bem como as de seus Órgãos, Autarquias, Institutos, Fundação, Fundos Municipais serão elaboradas segundo os preços vigentes no mês de abril de 2014 e apresentadas à Secretaria Municipal Administração, Planejamento e Finanças até o dia 30 de julho de 2014 para fins de consolidação do projeto de Lei orçamentária.

Art. 21. A lei orçamentária não consignará recursos para início de novos projetos sem antes ter assegurado recursos suficientes para obras ou etapas de obras em andamento e para conservação do patrimônio público, salvo projetos programados com recursos de convênios e operações de crédito.

§ 1º O disposto no "caput" deste artigo aplica-se no âmbito de cada fonte de recursos, conforme vinculações legalmente estabelecidas.

§ 2º Entende-se por projeto adequadamente atendido aquele cujo recurso orçamentário alocado esteja compatível com os cronogramas físico-financeiros vigentes.

Art. 22. É obrigatória a destinação de recursos para compor a contrapartida de transferências voluntárias efetuadas pela União e pelo Estado, bem como de empréstimos internos e externos e para o pagamento de sinal, de amortização, de juros e de outros encargos, observado o cronograma de desembolso da respectiva operação.

Subseção I

Das Disposições sobre Débitos Judiciais

Art. 23. A Lei Orçamentária de 2015 somente incluirá dotações para o pagamento de precatórios cujos processos contenham pelo menos um dos seguintes documentos:

I - certidão de trânsito em julgado dos embargos à execução no todo ou da parte não embargada; e

II - certidão de que não tenham sido opostos embargos ou qualquer impugnação aos respectivos cálculos.

Art. 24. A Procuradoria-Geral do Município encaminhará à Secretaria Municipal Administração, Planejamento e Finanças, até 30 de julho do corrente ano, a relação dos débitos decorrentes de precatórios judiciários inscritos até 01 de julho de 2014 a serem incluídos na proposta orçamentária de 2015 devidamente atualizados, conforme determinado pelo art. 100, § 1º, da Constituição Federal combinado com o Art.96 § único da Lei Orgânica Municipal, e discriminada conforme detalhamento constante do artigo 11 dessa lei, especificando:

I - número e data do ajuizamento da ação originária;
II - número do precatório;
III - tipo da causa julgada (de acordo com a origem da despesa);
IV - enquadramento (alimentar ou não-alimentar);
V - data da autuação do precatório;
VI - nome do beneficiário;
VII - valor do precatório a ser pago;
VIII - data do trânsito em julgado; e
IX - número da vara ou comarca de origem.

Parágrafo único. A atualização monetária dos precatórios determinada no art. 100, § 1º, da Constituição Federal e das parcelas resultantes observará, no exercício de 2013, os índices adotados pelo Poder Judiciário respectivo.

Subseção II
Das Vedações e das Transferências para o Setor Privado

Art. 25 É vedada a utilização de qualquer procedimento pelos ordenadores de despesa que viabilize a execução de despesas sem comprovada e suficiente disponibilidade de dotação orçamentária.

§ 1 A contabilidade registrará os atos e fatos relativos à gestão orçamentário-financeira efetivamente ocorridos, sem prejuízo das responsabilidades e providências derivadas da inobservância do **caput** deste artigo.

Art. 26. Na programação da despesa não poderão ser:

I - fixadas despesas sem que estejam definidas as respectivas fontes de recursos e legalmente instituídas as unidades executoras; e

II - incluídas despesas a título de Investimentos - Regime de Execução Especial - ressalvados os casos de calamidade pública formalmente reconhecidos na forma do art. 167, § 3º, da Constituição Federal e no art. 91, § 3º, da Lei Orgânica do Município.

Art. 27 Na proposta orçamentária não poderão ser destinados recursos para atender a despesas com:

I - ações que não sejam de competência exclusiva do Município ou comuns ao Município, à União e ao Estado, ou com ações em que a Constituição Federal não estabeleça obrigação de o Município cooperar técnica e/ou financeiramente; e

II - clubes, associações de servidores ou quaisquer outras entidades congêneres.

III - pagamento de diárias e passagens a servidores e empregados públicos da ativa por intermédio de convênios, acordos, ajustes ou outros instrumentos congêneres firmados com entidades de direito privado ou com órgãos ou entidades de direito público, exceto quando se tratar de servidores e empregados:

a) pertencentes ao quadro de pessoal do convenente; ou
b) em atividades de pesquisa científica e tecnológica ou constantes e correlatas ao plano de ação previsto em contrato de gestão.

VI - pagamento, a qualquer título a servidor público, da ativa, ou a empregado de empresa pública ou de sociedade de economia mista, por serviços prestados, inclusive a título de consultoria, assistência técnica, ou assemelhados, à conta de quaisquer fontes de recursos, ressalvadas as situações previstas no inciso XVI do art. 37 da Constituição ou autorizadas por legislação específica;

§ 1º Para atender ao disposto nos incisos I e II durante a execução orçamentária do exercício de 2015, o Poder Executivo encaminhará ao Poder Legislativo projeto de lei para a abertura de Crédito Adicional Especial.

§ 2º Excetuam-se do disposto no inciso II os projetos financiados pelo Fundo Especial de Incentivo a Projetos Esportivos e pelo Fundo Especial de Incentivo a Projetos Culturais.

§ 3 Os serviços de consultoria somente serão contratados para execução de atividades que comprovadamente não possam ser desempenhadas por servidores ou empregados da Administração Municipal, no âmbito do respectivo órgão ou entidade, publicando-se no Diário Oficial do Estado, além do extrato do contrato, a justificativa e a autorização da contratação, na qual constará, necessariamente, o quantitativo médio de consultores, custo total dos serviços, especificação dos serviços e prazo de conclusão.

Art. 28. É vedada a inclusão, tanto na Lei Orçamentária quanto em seus Créditos Adicionais, de dotações a título de subvenções sociais, contribuições e auxílios, ressalvadas aquelas destinadas às entidades privadas sem fins lucrativos, que exerçam atividades de natureza continuada nas áreas de cultura, assistência social, saúde e educação, observado o disposto no art. 16 da Lei no 4.320, de 1964, e que preencham uma das seguintes condições:

I - sejam de atendimento direto ao público, de forma gratuita, e estejam registradas no Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS;

II - de atendimento direto e gratuito ao público e voltadas para a educação especial, ou representativa da comunidade escolar das escolas públicas estaduais e municipais da educação básica;

III - sejam vinculadas a organismos internacionais de natureza filantrópica ou assistencial;

IV - cadastradas junto ao Ministério do Meio Ambiente para recebimento de recursos oriundos de programas ambientais, doados por organismos internacionais ou agências governamentais estrangeiras;

V - atendam ao disposto no art. 204 da Constituição, no art. 61 do ADCT;

VI - sejam qualificadas como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público, com termo de parceria firmado com o Poder Público Municipal, e que participem da execução de programas constantes do plano plurianual, devendo a destinação de recursos guardar conformidade com os objetivos sociais da entidade;

VII - consórcios públicos legalmente instituídos;

VIII - qualificadas ou registradas e credenciadas como instituições de apoio ao desenvolvimento da pesquisa científica e tecnológica com contrato de gestão firmado com órgãos públicos; ou

IX - qualificadas para o desenvolvimento de atividades esportivas que contribuam para a capacitação de atletas de alto rendimento nas modalidades olímpicas e paraolímpicas, desde que formalizado instrumento jurídico adequado que garanta a disponibilização do espaço esportivo implantado para o desenvolvimento de programas governamentais, e demonstrada, pelo órgão concedente, a necessidade de tal destinação e sua imprescindibilidade, oportunidade e importância para o setor público.

§ 1º Os repasses de recursos serão efetivados mediante convênios, conforme determinam o art. 116 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e suas alterações, e o art. 26 da Lei Complementar nº 101/2000 - LRF.

§ 2º É vedada a destinação de recursos a entidades privadas em que membros do Poder Legislativo da União, Estados, Distrito Federal e

Municípios, ou respectivos cônjuges ou companheiros, sejam proprietários, controladores ou diretores.

Art. 29. É vedada a inclusão, tanto na Lei Orçamentária quanto em seus Créditos Adicionais, de dotações a título de subvenções sociais, contribuições e auxílios, ressalvadas aquelas destinadas às entidades privadas com fins lucrativos cuja destinação de recursos seja para equalização de encargos financeiros ou de preços, e ou o pagamento de bonificações a produtores e vendedores, e a ajuda financeira, a qualquer título, a empresa com fins lucrativos ou a pessoas físicas, observado o disposto no art. 26 da Lei Complementar n 101, de 2000.

§ 1º - ressalvadas ainda as empresas com fins lucrativos a título de incentivos, ambas amparadas por legislação municipal específica, que demonstrem efetivamente e eficazmente relevante benefício econômico e social para o Município.

§ 2º - Será mencionada na respectiva categoria de programação a legislação que autorizou o benefício.

Art. 30 A Receita Total do Município prevista no Orçamento Fiscal será programada de acordo com as seguintes prioridades:

I - custeio administrativo e operacional, inclusive de pessoal e encargos sociais;

II - garantia do cumprimento dos princípios constitucionais, em especial no que se refere ao ensino fundamental e à saúde;

III - garantia do cumprimento do disposto no art. 40 desta lei;

IV - contribuições do Município ao sistema de seguridade funcional, compreendendo os Planos de Previdência Social e de Assistência à Saúde, conforme legislação em vigor;

V - pagamento de amortização, juros e encargos da dívida;

VI - pagamento de sentenças judiciais;

VII - contrapartidas dos convênios, dos programas objetos de financiamentos nacionais e internacionais e das operações de crédito; e

VIII - reserva de contingência, conforme especificado no art. 40 desta Lei.

Parágrafo único. Somente depois de atendidas as prioridades supracitadas e que poderá programar recursos para atender a novos investimentos.

Art. 31 As obras já iniciadas terão prioridade na alocação dos recursos para a sua continuidade e/ou conclusão.

Art. 32 O controle de custos e a avaliação de resultados previstos no art. 4º, inciso I, alínea "e", art. 50, § 3º, da Lei Complementar nº 101/2000 - LRF, serão realizados pela Controladoria-Geral e contadoria por intermédio de um sistema de custos.

Subseção III
Das Transferências Voluntárias a outros entes da Federação

Art. 33. As transferências voluntárias, conforme definidas no **caput** do art. 25 da Lei Complementar nº 101, de 2000, dependerão da comprovação, por parte do convenente, até o ato da assinatura do instrumento de transferência, de que existe previsão de contrapartida na lei orçamentária da União, Estado, Distrito Federal ou Município.

§ 1º A contrapartida será estabelecida em termos percentuais do valor previsto no instrumento de transferência voluntária, considerando-se a capacidade financeira da respectiva unidade beneficiada e seu Índice de Desenvolvimento Humano, adotando-se como limite mínimo e máximo, os percentuais e critérios previstos na LDO 2014 da União.

§ 2º Sem prejuízo do disposto na Lei Complementar no 101, de 2000, constitui exigência para o recebimento de transferências voluntárias a adoção, por parte do convenente, dos procedimentos definidos pelo município relativos à aquisição de bens e à contratação de serviços, bem como à execução e ao controle do objeto do convênio ou similar.

§ 3º A demonstração por parte dos outros entes federados, do cumprimento das exigências para a realização de transferência voluntária, deverá ser feita por meio de apresentação, ao órgão concedente, de documentação comprobatória da regularidade ou, a critério do beneficiário, de extrato emitido pelo subsistema Cadastro Único de exigências para Transferências Voluntárias para Estados e Municípios - CAUC do SIAFI.

§ 4º O concedente comunicará ao convenente e ao Chefe do Poder Executivo do ente recebedor de recursos qualquer situação de não regularidade relativa à prestação de contas de convênios ou outras pendências de ordem técnica ou legal que motivem a suspensão ou o impedimento de liberação de recursos a título de transferências voluntárias, caso não seja objeto de regularização em um período de até 30 dias.

§5º Nenhuma liberação de recursos nos termos desta Seção poderá ser efetuada sem a prévia observância da regularidade de que trata o **parágrafo §3º deste artigo,** sem prejuízo do disposto no § 3o do art. 25 da Lei Complementar no 101, de 2000.

§6º A execução orçamentária e financeira, no exercício de 2015, das transferências voluntárias de recursos da União, cujos créditos orçamentários não identifiquem nominalmente a localidade beneficiada, inclusive aquelas destinadas genericamente a Estado, fica condicionada à prévia publicação, pelo concedente, em órgão oficial de imprensa e na internet, dos critérios de distribuição dos recursos. Nos empenhos da despesa, referentes a transferências voluntárias, constarão o Município e a unidade da Federação beneficiados pela aplicação dos recursos.

§7º. As transferências previstas nesta Seção serão classificadas, obrigatoriamente, nos elementos de despesa "41 - Contribuições", "42 - Auxílio" ou "43 -Subvenções Sociais" e poderão ser feitas de acordo com o disposto no art. 81 desta Lei.

§ 8º É vedada a transferência de que trata esta Seção para Estados, Distrito Federal e Municípios que não cumpram os limites constitucionais de aplicação em educação e saúde, em atendimento ao disposto no art. 25, § 1o, inciso IV, alínea "b", da Lei Complementar no 101, de 2000, ressalvado o disposto no § 3o do referido artigo.

Art 34 Não se consideram como transferências voluntárias a destinação de recursos a União, Estados, Distrito Federal e Municípios para a realização de ações cuja competência seja exclusiva do concedente, que tenham sido delegadas aos referidos entes da Federação com ônus para o Município, ou o bem gerado com a aplicação dos recursos incorpore ao patrimônio do concedente.

Parágrafo único: Ressalvado o disposto no § 1o e § 7º do artigo 33, aplica-se, desta Lei, no que couber, as exigências desta Seção para a descentralização de créditos orçamentários, relativa a ações a que se refere o artigo 34.

SEÇÃO II

Diretrizes Específicas do Orçamento Fiscal

Art. 35 O Orçamento Fiscal estimará as receitas efetivas e potenciais de recolhimento centralizado do Tesouro Municipal e fixará as despesas dos Poderes Legislativo e Executivo bem como as de seus Órgãos, Autarquias, Institutos, Fundação e Fundos Municipais, de modo a evidenciar as políticas e programas de governo, respeitados os princípios da unidade, da universalidade, da anualidade e da exclusividade.

Art. 36 É vedada a realização de operações de crédito que excedam o montante das despesas de capital, ressalvadas as autorizadas mediante créditos adicionais suplementares ou especiais com finalidade precisa.

Art. 37 Na estimativa da receita e na fixação da despesa serão considerados:

I - os fatores conjunturais que possam vir a influenciar a produtividade;

II - o aumento ou diminuição dos serviços prestados, a tendência do exercício;

III - as alterações tributárias; e

IV – os objetos de convênios aguardando aprovação, a serem firmados pelo Poder Público Municipal com outros entes da federação.

Art. 38 O Município aplicará, no mínimo, 25% de sua receita resultante de impostos, compreendida a proveniente de transferências constitucionais, na manutenção e no desenvolvimento do ensino, conforme dispõe o art. 212 da Constituição Federal.

Art. 39 O Município aplicará, no mínimo, 15% em ações e serviços públicos de saúde, conforme disposto no art. 7º, inciso III, da Emenda Constitucional nº 29/2000 e no art. 77, inciso III, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

Art. 40 A Lei orçamentária conterá, no âmbito do orçamento fiscal, dotação consignada à Reserva de Contingência, será constituída, exclusivamente, de recursos do Orçamento Fiscal, equivalendo, no Projeto de Lei Orçamentária de 2015, a no mínimo 0,15% (zero vírgula quinze por cento) e no máximo 2% (dois por cento) receita corrente líquida, cuja utilização dar-se-á nos termos do art. 91 do Decreto-Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967 (destinada a atender aos passivos contingentes e a outros riscos e eventos fiscais imprevistos).

§ 1º Não será considerada, para os efeitos do **caput** deste artigo, a Reserva à conta de receitas próprias e vinculadas.

§ 2º Caso não seja necessária a utilização da reserva de contingência para sua finalidade, no todo ou em parte, até o mês de setembro, o saldo remanescente poderá ser utilizado para abertura de créditos adicionais suplementares e especiais de dotações com isuficiencia de saldos.

Art. 41 A reabertura dos créditos especiais e extraordinários, conforme disposto no art. 167, § 2º, da Constituição Federal e no art. 91, § 2º, da Lei Orgânica do Município, será efetivada mediante decreto do Poder Executivo.

Art. 42 Os recursos provenientes de convênios repassados pelo Município, a outras entidades públicas ou privadas, deverão ter sua aplicação comprovada mediante prestação de contas à Controladoria-Geral do Município.

Art. 43 Os recursos não previstos no orçamento da receita, ou o seu excesso poderão ser utilizados como fontes de recursos para a abertura de créditos adicionais suplementares, por ato do Chefe do Executivo Municipal.

Art. 44 Os recursos provenientes de superávit financeiro, apurado em Balanço Patrimonial por fontes de recursos, poderão ser utilizados como fontes de recursos para a abertura de créditos adicionais suplementares, por ato do Chefe do Executivo Municipal.

SEÇÃO III

Diretrizes Específicas do Orçamento da Seguridade Social

Art. 45 O Orçamento da Seguridade Social compreenderá as dotações destinadas a atender às ações de saúde, previdência e assistência social, e obedecerá ao disposto nos arts. 167 inciso XI, 194, 196, 199, 201, 203 incisos I ao IV, 204 incisos I e II, e 212, § 4º, da Constituição Federal e arts. 113 a 114 da Lei Orgânica do Município e contará, dentre outros, com recursos provenientes:

I - das contribuições sociais previstas na Constituição Federal, exceto a de que trata o art. 212, § 5º, e as destinadas por lei às despesas do orçamento fiscal;

II - do orçamento fiscal.

III - das demais receitas, inclusive próprias e vinculadas, de órgãos, fundos e entidades, cujas despesas integram, exclusivamente, o Orçamento referido no **caput**.

Parágrafo único. Os recursos para atender às ações de que trata este artigo obedecerão aos valores estabelecidos no Orçamento Fiscal.

SEÇÃO IV
Das Alterações da Lei Orçamentária e da Execução Provisória do Projeto de Lei Orçamentária

Art. 46 Os Projetos de Lei relativos a créditos adicionais serão encaminhados pelo Poder Executivo a Câmara Municipal, também em meio magnético.

§ 1º O disposto no **caput** deste artigo não se aplica quando a abertura do crédito for necessária para atender as despesas obrigatórias de caráter constitucional ou legal, desde que tenha dispositivo que os autorize na Lei orçamentária.

§ 2º Acompanharão os Projetos de Lei relativos a créditos adicionais exposições de motivos circunstanciados que os justifiquem e que indiquem as conseqüências dos cancelamentos de dotações propostos sobre a execução das atividades, projetos, operações especiais, e respectivos subtítulos e metas.

§ 3º Para fins do disposto no art. 165, § 8o, da Constituição, e no § 6o deste artigo, considera-se crédito suplementar a criação de grupo de natureza de despesa em subtítulo existente.

§ 4º Nos casos de créditos à conta de recursos de excesso de arrecadação, as exposições de motivos conterão a atualização das estimativas de receitas para o exercício, comparando-as com as estimativas constantes da Lei Orçamentária de 2014, ou a evidenciação de recursos vinculados com eminente crédito em favor do Município.

§ 5º Nos casos de abertura de créditos adicionais à conta de superávit financeiro, as exposições de motivos conterão informações relativas a:

I - superávit financeiro do exercício de 2014, por fonte de recursos;

II - créditos reabertos no exercício de 2015 e seus efeitos sobre o superávit referido no inciso I deste parágrafo; e

III - valores do superávit financeiro já utilizado para fins de abertura de créditos adicionais, detalhando-os por projeto de lei em tramitação no Câmara Municipal, inclusive o ato a que se referir a exposição de motivos, demonstrando-se o saldo do superávit financeiro do exercício de 2014 por fonte de recursos.

§ 6 Os Projetos de Lei e ou Decretos relativos a créditos adicionais solicitados pelo Poder Legislativo, com indicação dos recursos compensatórios, serão encaminhados a Câmara Municipal no prazo de até 30 (trinta) dias, a contar da data do pedido, observados os prazos previstos neste artigo.

Art. 47 As propostas de abertura de créditos suplementares autorizados na Lei Orçamentária de 2015, serão submetidas ao Prefeito Municipal, acompanhadas de exposição de motivos que inclua a justificativa e a indicação dos efeitos dos cancelamentos de dotações sobre execução das atividades, projetos, operações especiais.

Art. 48 Na abertura de créditos extraordinários, é vedada a criação de novos códigos e títulos para ações já existentes.

Art. 49 Os Anexos dos créditos de que tratam os arts. 46 e 47 desta Lei, bem como dos créditos extraordinários, obedecerão à mesma formatação dos Quadros dos Créditos Orçamentários constantes da Lei Orçamentária de 2015.

Art. 50 Caso o Projeto de Lei Orçamentária de 2015 não for aprovado pela Câmara de vereadores até 31 de dezembro de 2014, a programação dele constante poderá ser executada para o atendimento de:

I - despesas que constituem obrigações constitucionais ou legais do Município;
II - outras despesas correntes de caráter inadiável; e
III - despesas de capital;

§ 1º As despesas descritas nos incisos II e III deste artigo estão limitadas à 1/12 (um doze avos) do total de cada ação prevista no Projeto de Lei Orçamentária de 2014, multiplicado pelo número de meses decorridos até a sanção da respectiva lei.

§ 2º Na execução de outras despesas correntes de caráter inadiável, a que se refere o inciso II do **caput**, o ordenador de despesa poderá considerar os valores constantes do Projeto de Lei Orçamentária de 2014 para fins do cumprimento do disposto no art. 16 da Lei Complementar no 101, de 2000.

SEÇÃO V

Das Disposições sobre a Limitação Orçamentária e Financeira

Art. 51 O Poder Executivo, sob a coordenação da Secretaria Municipal Administração, Planejamento e Finanças, da Controladoria em parceria com a Contadoria, deverá elaborar e publicar a programação financeira e o cronograma de execução mensal de desembolso, especificado por órgão, agrupando-se as fontes vinculadas e não-vinculadas, nos termos do art. 8º da Lei Complementar nº 101/2000 - LRF, visando ao cumprimento da meta de resultado primário estabelecida nesta Lei.

§ 1º A Câmara Municipal de Santa Carmem deverá enviar ao Poder Executivo, até dez dias após a publicação da Lei Orçamentária de 2015, a programação de desembolso mensal para o referido exercício.

§ 2º O Poder Executivo publicará a programação financeira e o cronograma de execução mensal de desembolso até trinta dias após a publicação da Lei Orçamentária de 2015.

Art. 52 No prazo previsto no § 2º do artigo anterior desta Lei, o Poder Executivo, sob a coordenação da Secretaria Municipal Administração, Planejamento e Finanças, da Controladoria e Contadoria, deverá publicar as receitas previstas, desdobradas em metas bimestrais, juntamente com as medidas de combate à evasão e à sonegação, bem como as quantidades e os valores das ações ajuizadas para cobrança da dívida ativa e o montante dos créditos tributários passíveis de cobrança administrativa, nos termos do art. 13 da Lei Complementar no 101/2000 - LRF.

Art. 53 Se for verificado, ao final de um bimestre, que a execução das despesas foi superior à realização das receitas, o Poder Legislativo e o Poder Executivo promoverão, por ato próprio e nos montantes necessários, nos trinta dias subseqüentes, a limitação de empenho e de movimentação financeira.

§ 1º Caso haja necessidade, a limitação do empenho das dotações orçamentárias e da movimentação financeira para o cumprimento do disposto no art. 9º da Lei Complementar nº 101/2000 - LRF, visando atingir as metas fiscais previstas no Anexo de Metas Fiscais – Metas Anuais desta lei, será feita de forma proporcional ao montante dos recursos alocados para o atendimento de Outras Despesas Correntes, Investimentos e Inversões Financeiras, de cada Poder, excluídas as despesas que constituem obrigação constitucional ou legal de execução.

§ 2º Na hipótese da ocorrência do disposto no ***caput*** deste artigo, o Poder Executivo comunicará ao Poder Legislativo o montante que caberá a cada um tornar indisponível para empenho e movimentação financeira.

CAPÍTULO V

DISPOSIÇÕES RELATIVAS ÀS DESPESAS DO MUNICÍPIO COM PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS

Art. 54 As despesas com pessoal e encargos sociais para 2015 serão fixadas observando-se o disposto nas normas constitucionais aplicáveis, na Lei Complementar nº 101/2000 - LRF e na legislação municipal em vigor.

Art. 55 O reajuste salarial dos servidores públicos municipais deverá observar a previsão de recursos orçamentários e financeiros constantes na Lei Orçamentária de 2015, em categoria de programação específica, observado o limite do art. 20, inciso III, e o art. 21 da Lei Complementar nº 101/2000 - LRF.

Art. 56 O Poder Legislativo, durante o exercício financeiro de 2015, deverá enquadrar-se nas determinações dos arts. 54 e 55 desta Lei, com relação às despesas com pessoal e encargos sociais.

Art. 57 O Poder Executivo, por intermédio do Departamento de pessoal, publicará, até 31 de julho de 2014, a tabela de cargos efetivos, comissionados e contratados integrantes do quadro geral de pessoal civil e demonstrará os quantitativos de cargos ocupados por servidores estáveis e não-estáveis e de cargos vagos, comparando-os com os quantitativos do ano anterior e indicando as respectivas variações percentuais.

§ 1º O Poder Legislativo observará o cumprimento do disposto neste artigo mediante ato próprio de seu dirigente máximo.

§ 2º Os cargos transformados em decorrência de processo de racionalização de planos de carreiras dos servidores municipais serão incorporados à tabela referida neste artigo.

Art. 58 Os Poderes Legislativo e Executivo, na elaboração de suas propostas orçamentárias, terão como base de cálculo, para fixação da despesa com pessoal e encargos sociais, a folha de pagamento do mês de junho de 2014, projetada para o exercício financeiro de 2015, considerando os eventuais acréscimos legais a serem concedidos aos servidores públicos municipais, em especial as Leis Municipais nº 391/2009 e 407/2010, as alterações de planos de carreira e as admissões para preenchimento de cargos, sem prejuízo do disposto nos arts. 18 e 19 da Lei Complementar nº 101/2000 - LRF, observado o contido no art. 37, II, da Constituição Federal.

Parágrafo único. Para atender ao disposto no ***caput*** deste artigo serão observados os limites estabelecidos na Emenda Constitucional nº 25, de 14 de fevereiro de 2000, e na Lei Complementar nº 101/2000 - LRF.

Art. 59 No exercício financeiro de 2015, observado o disposto no art. 169 da Constituição Federal, somente poderão ser admitidos servidores se:

I - existirem cargos vagos a preencher, demonstrados na tabela a que se refere o art. 59 desta lei;

II - houver vacância, após 31 de julho de 2014, dos cargos ocupados, constantes da referida tabela;

III - houver prévia dotação orçamentária suficiente para o atendimento da despesa; e

IV - forem observados os limites previstos no art. 55 desta lei, ressalvado o disposto no art. 22, IV, da Lei Complementar nº 101/2000 - LRF.

Parágrafo único. A criação de cargos, empregos e funções, somente poderá ocorrer depois de atendido o disposto neste artigo; no art. 169, § 1º, I e II, da Constituição Federal; e nos arts. 16 e 17 da Lei Complementar nº 101/2000 - LRF.

Art. 60 No exercício de 2015, a realização de serviço extraordinário, quando a despesa houver excedido 95% dos limites referidos no art. 55 desta lei, somente poderá ocorrer quando destinada ao atendimento de relevantes interesses públicos que ensejam situações emergenciais de risco ou de prejuízo para a sociedade.

Parágrafo único. A autorização para a realização de serviço extraordinário no âmbito do Poder Executivo é de exclusiva competência do Prefeito do Município ou daquele a quem essa autoridade a delegar.

Art. 61 A proposta orçamentária assegurará orçamento anual para a capacitação e o desenvolvimento dos servidores municipais

Art. 62 O disposto no art. 18, § 1º, da Lei Complementar nº 101/2000 LRF aplica-se exclusivamente para fins de cálculo do limite da despesa total com pessoal, independentemente da legalidade ou da validade dos contratos.

Parágrafo único. Não se consideram como substituição de servidores e empregados públicos, para efeito do ***caput***, os contratos de terceirização relativos à execução indireta de atividades que, simultaneamente:

I - sejam acessórias, instrumentais ou complementares aos assuntos que constituem área de competência legal do órgão ou entidade, na forma de regulamento;

II - não sejam inerentes a categorias funcionais abrangidas por plano de cargos do quadro de pessoal do órgão ou entidade, salvo expressa disposição legal em contrário, ou quando se tratar de cargo ou categoria extinto, total ou parcialmente; ou

III - não caracterizem relação direta de emprego.

Art. 63 Fica dispensado o encaminhamento de projeto de lei para a concessão de vantagens já previstas na legislação.

CAPÍTULO VI

DISPOSIÇÕES SOBRE ALTERAÇÕES NA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA DO MUNICÍPIO

Art. 64 Ocorrendo alterações na legislação tributária em vigor, decorrentes de lei aprovada até o término deste exercício, que impliquem acréscimo em relação à estimativa de receita constante do projeto de lei orçamentária, fica o Poder Executivo autorizado a proceder aos devidos ajustes na execução orçamentária, observadas as normas previstas na Lei Federal nº 4.320/64.

Art. 65 Os tributos poderão ser corrigidos monetariamente segundo a variação estabelecida pelo IPCA-IBGE ou outro indexador que venha substituí-lo.

Art. 66 O Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU e do exercício de 2015 terão desconto de dez por cento do valor lançado para pagamento em cota única.

Art. 67 Na previsão da receita para o exercício financeiro de 2015 serão observados os incentivos e os benefícios fiscais estabelecidos pela Lei Municipal de Isenções e de Incentivo à Industrialização, conforme detalhado no Anexo de Metas Fiscais – Estimativa e Compensação da Renúncia de Receita.

Art. 68 Os tributos lançados e não arrecadados, inscritos em dívida ativa, cujos custos para cobrança sejam superiores ao crédito tributário, poderão ser cancelados, mediante autorização em Lei, não se constituindo como renúncia de receita para efeito do disposto no art. 14, § 3º da Lei Complementar nº 101/2000.

CAPÍTULO VII

DISPOSIÇÕES RELATIVAS À DÍVIDA PÚBLICA MUNICIPAL

Art. 69 A Lei Orçamentária Anual garantirá recursos para pagamento da despesa com dívida municipal, nos termos dos contratos firmados.
Parágrafo único.As despesas de que trata o "caput" desse artigo serão alocados sob a supervisão da Secretaria de Finanças e Orçamento.

Art. 70. O Projeto de Lei Orçamentária poderá incluir, na composição total da receita recursos provenientes de operações de crédito, respeitando os limites estabelecidos no art. 167, inciso III da Constituição Federal.

Art. 71. A Lei Orçamentária poderá autorizar a realização de operação de crédito por antecipação da receita, desde que observado o disposto no art. 38, da Lei Complementar 101/2000.

CAPÍTULO VIII
DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 72 As metas e prioridades constantes do PPA 2014-2017 previstas para 2015, 2016 e 2017, não realizadas, ficam automaticamente transpostas para 2015, conforme manifestação da sociedade em audiência pública prévia ao Projeto de Lei Orçamentária, e as necessidades futuras podendo ser matéria de créditos adicionais.

Art. 73 Os valores das metas fiscais, anexos, devem ser considerados como indicativo e, para tanto, ficam admitidas variações de forma a acomodar a trajetória que as determine até o envio do projeto de lei orçamentária de 2015 ao Legislativo Municipal.

Art. 74 Para os efeitos do disposto no art. 16 da Lei Complementar nº 101/2000 – LRF:

I - as especificações nele contidas integrarão o processo administrativo de que trata o art. 38 da Lei nº 8.666/1993, bem como os procedimentos de desapropriação de imóveis urbanos a que se refere o art. 182, § 3º, da Constituição Federal; e

II - as despesas irrelevantes, conforme disposto no art. 16, § 3º, da Lei Complementar nº 101/2000 - LRF, são aquelas cujo valor não ultrapasse 80%, para bens e serviços, os limites dos incisos I e II do art. 24 da Lei nº 8.666/93 e suas alterações.

Art. 75 Cabe à Secretaria Municipal de Administração, Planejamento e Finanças a responsabilidade pela coordenação da elaboração e da consolidação do projeto de lei orçamentária, de que trata esta Lei.

Parágrafo único. Secretaria Municipal de Administração, Planejamento e Finanças determinará sobre:

I - o calendário das atividades para a elaboração dos orçamentos;

II - a elaboração e a distribuição do material que compõe as propostas parciais do Orçamento Anual dos Poderes Legislativo e Executivo do Município, seus Órgãos, Fundos; e

III - as instruções para o devido preenchimento das propostas parciais dos orçamentos de que trata esta lei.

Art. 76 A execução orçamentária dos órgãos da administração direta e indireta constantes do orçamento fiscal será processada por meio de sistema informatizado único.

Art. 77 São vedados quaisquer procedimentos, pelos ordenadores de despesas, que possibilitem a execução destas sem o cumprimento dos arts. 15 e 16 da Lei Complementar nº 101/2000 - LRF.

Parágrafo único. Serão registrados, no âmbito de cada órgão, todos os atos e fatos relativos à gestão orçamentária e financeira efetivamente ocorridos, sem prejuízo das responsabilidades e providências derivadas da inobservância do ***caput*** deste artigo.

Art. 78 Para efeito do disposto no art. 42 da Lei Complementar nº 101/2000 - LRF:

I - considera-se contraída a obrigação no momento da formalização do contrato administrativo ou instrumento congênere; e

II - no caso de despesas relativas à prestação de serviços já existentes e destinados à manutenção da administração pública, consideram-se como compromissadas apenas as prestações cujo pagamento deva se verificar no exercício financeiro, observado o cronograma pactuado.

Art. 79 A Secretaria Municipal de Administração, Planejamento e Finanças, divulgará, no prazo de trinta dias após a publicação da Lei Orçamentária Anual, o Quadro de Detalhamento da Despesa – QDD, especificando-o por atividades, projetos e operações especiais, em cada unidade orçamentária contida no Orçamento Fiscal, bem como as demais normas para a execução orçamentária.

Art. 80 Cabe à Controladoria-Geral do Município a responsabilidade pela apuração dos resultados primário e nominal para fins de avaliação do cumprimento das metas fiscais previstas nesta lei, em atendimento ao art. 9º e parágrafos da Lei Complementar nº 101/2000 - LRF.

Art. 81 As transferências financeiras para órgãos públicos e entidades públicas e privadas serão feitas preferencialmente por intermédio de instituições e agências financeiras oficiais, que atuarão como mandatárias do município para execução e fiscalização, devendo a nota de empenho ser emitida até a data da assinatura do respectivo acordo, convênio, ajuste ou instrumento congênere.

§ 1o As despesas administrativas decorrentes das transferências previstas no caput deste artigo poderão constar de categoria de programação específica ou correr à conta das dotações destinadas às respectivas transferências, podendo ser deduzidas do valor repassado ao convenente, conforme cláusula prevista no correspondente instrumento.

§ 2o A categoria de programação específica de que trata o § 1o deste artigo poderá ser suplementada, observados os limites estabelecidos no texto da lei orçamentária, para viabilizar o custeio das referidas despesas administrativas.

§ 3o As instituições de que tratam o caput deste artigo deverão disponibilizar, na internet, informações relativas à execução física e financeira, inclusive identificação dos beneficiários de pagamentos à conta de cada convênio ou instrumento congênere.

Art. 82 Os recursos decorrentes de emendas que ficarem sem despesas correspondentes ou que alterem os valores da receita orçamentária poderão ser utilizados mediante créditos adicionais suplementares e especiais com prévia e específica autorização legislativa, nos termos do art. 166, § 8º, da Constituição Federal.

Art. 83 Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL SANTA CARMEM, MT.
EM, 26 DE JUNHO 2014

ALESSANDRO NICOLI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Elizete Terezinha Faita Welter
Código Identificador:0A9D8133

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA RITA DO TRIVELATO

LICITAÇÃO
AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 24/2014
Aos vinte e cinco dias do mês de junho de 2014, a partir das 13 horas na sala do Departamento de Compras e Licitações da Prefeitura Municipal de Santa Rita do Trivelato – MT deu-se o julgamento do Pregão Presencial nº 24/2014 tendo como objeto a Contratação de Empresa para Disponibilização ao Município de Santa Rita do Trivelato de software integrado web de controle, gerenciamento e acompanhamento, de informações relativas à apuração do índice de participação do município – IPM na arrecadação de ICMS, Gerenciamento do ISSQN e Simples Nacional. Fica HOMOLOGADO o Pregão Presencial 24/2014 tendo como vencedora a empresa COPLAN CONSULTORIA E PLANEJAMENTO LTDA – EPP para ambos os lotes, sendo o LOTE 01 no valor de R$50.400,00 (cinqüenta mil e quatrocentos reais) e o LOTE 02 no valor de R$50.400,00 (cinqüenta mil e quatrocentos reais), totalizando o valor global de R$100.800,00 (cem mil e oitocentos reais).

Santa Rita do Trivelato – MT 26 de junho de 2014.

HUGO GARCIA SOBRINHO
Prefeito

Publicado por:
Caio Fernando Motta Bonin
Código Identificador:3B961D33

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA TEREZINHA

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO

TOMADA DE PREÇO Nº 05/2014.
A Comissão Permanente de Licitação da Prefeitura Municipal de Santa Terezinha-MT, constituída pela Portaria gp nº 001/2014, de 02 de janeiro de 2014, torna Público aos interessados que encontra-se aberta a partir desta data, nesta Prefeitura Municipal a TOMADA DE PREÇO Nº 05/2014, do Tipo Menor Preço, destinada a contratação de serviços de engenharia para execução de obras sendo: Construção de uma escola com 02 (duas) salas de aula no distrito de Antonio Rosa, neste município de Santa Terezinha – MT, conforme Projetos Básicos, memorial descritivo padrão do FNDE conforme anexos do Edital. A abertura das propostas ocorrerá no dia 17/07/2014 às 13:00 hs, horário de Brasília, na sede da Prefeitura Municipal, situada à Rua 25 s/º Santa Terezinha-MT. Esta Licitação será regida pela Lei nº 8.666/93, atualizada pela Lei nº 8.883/94 e Lei 9.648/98. O Edital na Íntegra poderá ser adquirido na sede da Prefeitura Municipal no endereço acima, ou no site www.santaterezinha.mt.gov.br. Ou solicitados no e-mail: compras@santaterezinha.mt.gov.br fone:66-35581414.

Santa Terezinha-MT, 26 de junho de 2014.

MAGNO ANTONIO GONÇALVES
Presid. da Comissão Permanente de Licitação

Publicado por:
Maria do Carmo Santos Morais
Código Identificador:4077E624

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA 138/2014

PORTARIA N. 138-2014 DE 26 DE JUNHO DE 2014

"Dispõe sobre a concessão de licença para tratar de interesses particulares"

Vivaldo Lopes de Oliveira, Secretário Municipal de Administração, no uso de suas atribuições conferidas por Lei;

RESOLVE:

Artigo 1º - Conceder Licença Para tratar de interesses particulares ao servidor público municipal Sr. **JOSÉ LUIZ ALVES DA SILVA**, matricula n.651, cargo de Motorista, lotado na Secretaria Municipal de Ação Social, para o período de 01/05/2014 a 30/04/2015.

Artigo 2º - A Licença de que trata o artigo 1º, será disposto no Artigo 121 da Lei 093/90, de 14 de dezembro de 1.990.

Artigo 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retrativos a 01/05/2014, revogadas as disposições em contrário.

Santa Terezinha MT, 26 de junho de 2.014.

CUMPRA-SE

VIVALDO LOPES DE OLIVEIRA
Secretário de Administração

Publicado por:
Ana Paula Vieira Pinto
Código Identificador:99E1EA4F

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA 140/2014

PORTARIA N. 140-2014 DE 26 DE JUNHO DE 2014

"Dispõe sobre a rescisão de contrato temporário"

Vivaldo Lopes de Oliveira, Secretário Municipal de Administração, no uso de suas atribuições conferidas por Lei;

RESOLVE:

Artigo 1º - Rescindir por justa causa o contrário temporário do Sr. IZAEL ARAUJO DIAS, matricula n. 1056, cargo de Motorista de Transporte Escolar, lotado na Secretaria de Educação e Cultura, à partir de 30/05/2014.

Artigo 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retrativos a 30/05/2014, revogadas as disposições em contrário.

Santa Terezinha MT, 26 de junho de 2.014.

CUMPRA-SE

VIVALDO LOPES DE OLIVEIRA
Secretário de Administração

Publicado por:
Ana Paula Vieira Pinto
Código Identificador:C714B8D0

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA 141/2014

PORTARIA N. 141-2014 DE 26 DE JUNHO DE 2014

"Dispõe sobre a rescisão de contrato temporário"

Vivaldo Lopes de Oliveira, Secretário Municipal de Administração, no uso de suas atribuições conferidas por Lei;

RESOLVE:

Artigo 1º - Rescindir a pedido o contrário temporário da Sra. **DIOMARY OLIVEIRA CIRQUEIRA**, matricula n. 1072, cargo de Professor, lotado na Secretaria de Educação e Cultura, à partir de 01/05/2014.

Artigo 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retrativos a 01/05/2014, revogadas as disposições em contrário.

Santa Terezinha MT, 26 de junho de 2.014.

CUMPRA-SE

VIVALDO LOPES DE OLIVEIRA
Secretário de Administração

Publicado por:
Ana Paula Vieira Pinto
Código Identificador:EAEA6A43

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA 138/2014

PORTARIA N. 139-2014 DE 26 DE JUNHO DE 2014

"Dispõe sobre a concessão de licença Maternidade"

Vivaldo Lopes de Oliveira, Secretário Municipal de Administração, no uso de suas atribuições conferidas por Lei;

RESOLVE:

Artigo 1º - Conceder Licença Maternidade de 120 dias à servidora pública municipal Sra. **MORGANA FONSECA BARROS**, matricula 569, cargo de Psicóloga, lotada na Secretaria Municipal de Ação Social, para o período de 15/05/2014 a 11/09/2014.

Artigo 2º - A Licença de que trata o artigo 1º, será com base no processo n. **2014.08.00006P – PREVIST**.

Artigo 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retrativos a 15/05/2014, revogadas as disposições em contrário.

Santa Terezinha MT, 26 de junho de 2.014.

CUMPRA-SE

VIVALDO LOPES DE OLIVEIRA
Secretário de Administração

Publicado por:
Ana Paula Vieira Pinto
Código Identificador:4EEC1972

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA

PORTARIA N.º 033/2014 - GP DE 02 DE JUNHO DE 2014

"Dispõe sobre a Concessão de ferias do Secretário Administrativo do Gabinete da Prefeitura Municipal de Santa Terezinha, Estado de Mato Grosso, e dá outras providencias.

CRISTIANO GOMES E CUNHA, Prefeito Municipal de Santa Terezinha, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais conferidas no Art. 53 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Artigo 1º - Conceder férias ao Senhor **MARCELO SOCORRO DA CRUZ**, Secretário Administrativo do Gabinete da Prefeitura Municipal de Santa Terezinha-MT, no período de 02 de junho a 01 de julho de 2014

Artigo 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 02 de junho de 2014.

Registre-se,
Publique-se,
Cumpra-se

CRISTIANO GOMES E CUNHA
Prefeito Municipal de Santa Terezinha-MT

Publicado por:
Thaiz dos Santos Cutrim
Código Identificador:EC4D4291

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA

PORTARIA Nº 083/2014-ADM DE 02 DE MAIO 2014

"Dispõe sobre a concessão de Licença para tratar de interesses particulares, e dá outras providencias".

VIVALDO LOPES DE OLIVEIRA, Secretário Municipal de Administração, no uso de suas atribuições legais conferidas por Lei;

R E S O L V E:

Artigo 1º - Conceder licença para tratar de interesses particulares de acordo com o Artigo 121 da Lei 093/90, ao servidor público municipal **ABIDIAS OLIVEIRA LEITE**, Auxiliar de Serviços Gerais, Lotado na Secreataria de Administração, matricula 02, para o período de 02/05/2014 a 28/02/2015, sem remuneração.

Artigo 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação revogada as disposições em contrário.

CUMPRA-SE;
REGISTRE-SE;
PUBLIQUE-SE.

Santa Terezinha-MT, 02 de maio de 2014

VIVALDO LOPES DE OLIVEIRA
Secretário de Administração

Publicado por:
Thaiz dos Santos Cutrim
Código Identificador:970A2C47

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA

PORTARIA N.100 /2014 – ADM DE 19/05/2014

VIVALDO LOPES DE OLIVEIRA, Secretário Municipal de Administração, no uso de suas atribuições legais conferidas por Lei;

R E S O L V E:

Artigo 1º - Rescindir a pedido, o Contrato de Trabalho da Senhora **VANESSA RHAVENA PERES PEREIRA GONÇALVES**, portadora do RG sob o n° 2630258-6, CPF: 030.721.561-07 do cargo de Enfermeira, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, do município de Santa Terezinha, Estado de Mato Grosso.

Artigo 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação com efeitos retroativos a partir de 01/05/2014, revogada as disposições em contrário.

CUMPRA-SE.

Santa Terezinha-MT, 19 de Maio de 2014

VIVALDO LOPES DE OLIVEIRA
Secretário de Administração

Publicado por:
Thaiz dos Santos Cutrim
Código Identificador:9B2B7700

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA

DECRETO Nº 1.103/2014
De 18 de junho de 2014.

DISPÕE SOBRE A EXONERAÇÃO DE SERVIDOR PUBLICO MUNICIPAL.

CRISTIANO GOMES E CUNHA, Prefeito Municipal de Santa Terezinha, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica do Município, considerando a solicitação através de requerimento do servidor.

DECRETA:

Artigo 1º. Fica exonerada a pedido, a Servidora Publica Municipal Sra. **FABIANA DE OLIVEIRA RODRIGUES ARAUJO,** matricula nº 401, do cargo de Apoio administrativo Educacional, da Secretaria de Educação do município de Santa Terezinha estado de Mato Grosso.

Artigo 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 01/06/2014.

Gabinete do Prefeito, 18 de junho de 2014.

CRISTIANO GOMES E CUNHA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Thaiz dos Santos Cutrim
Código Identificador:720403B9

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA

PORTARIA Nº 106/2014-ADM
DE 28 DE MAIO 2014

"Dispõe sobre a concessão de Licença para tratar de interesses particulares, e dá outras providencias".

VIVALDO LOPES DE OLIVEIRA, Secretário Municipal de Administração, no uso de suas atribuições legais conferidas por Lei;

R E S O L V E:

Artigo 1º - Conceder licença para tratar de interesses particulares de acordo com o Artigo 121 da Lei 093/90, a servidora pública municipal **ROSIMEIRE FRANCISCA PEREIRA**, Agente Administrativo, Lotado na Secretaria de Educação, matricula 584, para o período de 01/05/2014 a 30/04/2015, sem remuneração.

Artigo 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação com efeitos retroativos a 01 de maio de 2014, revogadas as disposições em contrário.

CUMPRA-SE;
REGISTRE-SE;
PUBLIQUE-SE.

Santa Terezinha-MT, 28 de maio de 2014

VIVALDO LOPES DE OLIVEIRA
Secretário de Administração

Publicado por:
Thaiz dos Santos Cutrim
Código Identificador:63E62D58

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO 601/2014

LEI Nº 601/2014
DE 20 DE JUNHO DE 2.014

AUTORIZA O EXECUTIVO A ABRIR CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL POR EXCESSO DE ARRECADAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Santa Terezinha, Estado de Mato Grosso, Sr. Cristiano Gomes e Cunha, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Artigo 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir créditos suplementares especiais por excesso de arrecadação no valor de R$ 211.960,52 (duzentos e onze mil e novecentos e sessenta reais e cinqüenta e dois centavos) no projeto/atividade 1.060 – Construção de Espaço Educativo "02 salas" na comunidade Antonio Rosa e no valor de R$ 93.567,00 (noventa e três mil e quinhentos e sessenta e sete reais) no projeto/atividade 1.061 – Construção de Fabrica de Bloquetes e Manilhas, das despesas autorizadas pela Lei Orçamentária nº 594/13 de 19 de Dezembro de 2013 para o exercício de 2014 na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, com o seguinte desdobramento.

04 – Secretaria de Educação e Cultura
01 – Gabinete do Secretario
12 – Educação
361 – Ensino Fundamental
40 – Expansão e Melhoria do Ensino Fundamental
1.060 – Construção de Espaço Educativo "02 salas" na Comum. Antonio Rosa
4.4.90.51.00 – Obras e Instalações R$ 211.960,52

06 – Secretaria Municipal de Viação e Obras Públicas
01 – Gabinete do Secretario
15 – Urbanismo
451 – Infra-estrutura Urbana
60 – Urbanismo
1.061 – Construção de Fábrica de Bloquetes e Manilhas
4.4.90.51.00 – Obras e Instalações R$ 93.567,00

Artigo 2º - Para dar cobertura ao crédito autorizado no artigo anterior serão utilizados recursos transferidos pelo FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO – FNDE, no valor de R$ 211.960,52 (duzentos e onze mil e novecentos e sessenta reais e cinqüenta e dois centavos) para Construção de Espaço Educativo "02 salas" na comunidade Antonio Rosa e da SECID – SECRETARIA DE ESTADO DAS CIDADES para Construção de Fabrica de Bloquetes e Manilhas no valor de R$ 93.567,00 (noventa e três mil e quinhentos e sessenta e sete reais), conforme Memorial Descritivo e Plano de Trabalho em anexo .

Artigo 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 20 de Junho de 2.014.

CRISTIANO GOMES E CUNHA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Thaiz dos Santos Cutrim
Código Identificador:C8F1690D

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO 602/2014

LEI Nº 602/2014
DE 20 DE JUNHO DE 2.014

AUTORIZA O EXECUTIVO A ABRIR CRÉDITO ADICIONAL POR EXCESSO DE ARRECADAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Santa Terezinha, Estado de Mato Grosso, Sr. Cristiano Gomes e Cunha, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Artigo 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir créditos suplementares por excesso de arrecadação no valor de R$ 212.483,24 (duzentos e doze mil reais e quatrocentos e oitenta e três reais e vinte e quatro centavos) no projeto/atividade 1.033 – Serviços de Pavimentação em vias Urbanas, das despesas autorizadas pela Lei Orçamentária nº 594/13 de 19 de Dezembro de 2013 para o exercício de 2014 na Secretaria Municipal de Viação e Obras Públicas , com o seguinte desdobramento.

06 – Secretaria Municipal de Viação e Obras Públicas
01 – Gabinete do Secretario
15 – Urbanismo
451 – Infra-estrutura Urbana
60 – Urbanismo
1.033 – Serviços de Pavimentação em vias Urbanas
4.4.90.51.00 – Obras e Instalações R$ 212.483,24

Artigo 2º - Para dar cobertura ao crédito autorizado no artigo anterior serão utilizados recursos transferidos pelo SEPTU – SECRETARIA DE ESTADO DE TRANSPORTES E PAVIMENTAÇÃO URBANA, no valor de R$ 212.483,24 (duzentos e doze mil reais e quatrocentos e oitenta e três reais e vinte e quatro centavos), conforme Memorial Descritivo e Plano de Trabalho em anexo .

Artigo 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 20 de junho de 2.014.

CRISTIANO GOMES E CUNHA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Thaiz dos Santos Cutrim
Código Identificador:B704B34C

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO AFONSO

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
EDITAL RESUMIDO PREGÃO PRESENCIAL 26/2014

Rua Pedro Álvares Cabral, 155- Centro- Santo Afonso – MT
CNPJ-37.464.161/0001-46 - CEP: 78425-000 – Fone: 65 -3312-1072
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE BANDA DE RENOME LOCAL E REGIONAL, PARA REALIZAÇÃO DE 2 (DOIS) SHOWS, DURANTE A FESTA DA PADROEIRA MÃE DOS HOMENS, NO MUNICIPIO DE SANTO AFONSO-MT. Dia: 09/07/2014. **Entrega dos Envelopes:** Até as 09:00 horas, do dia 09/07/2014. **Edital Completo:** Afixado no endereço acima e na Internet, site www.santoafonso.mt.gov.br. **Abertura do envelope Nº 01:** Às 09:00 horas, do dia 09 de julho de 2014, no endereço acima. **Fundamento Legal:** Regida pela Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e subsidiariamente pela Lei 8.666 de 21/06/93 (com alterações da Lei 8883/94 e da Lei nº 9.648/98).

Santo Afonso- MT, 26 de junho de 2014.

ELISANGELA MOURA DOS SANTOS
Pregoeira

Publicado por:
Fábia Neves Brito
Código Identificador:6CE0AAB2

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
RESULTADO DE JULGAMENTO PREGÃO PRESENCIAL Nº 23/2014

MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL Nº. 23/2014
TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM
INTERESSADA: PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO AFONSO – MT.
OBJETO: **AQUISIÇÃO DE MOBILIARIO DE ESCRITORIO PARA ATENDER A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICIPIO DE SANTO AFONSO-MT**.
A Pregoeira Oficial da Prefeitura Municipal de Santo Afonso– MT, torna público aos interessados que na licitação modalidade Pregão Presencial nº 23/2014, do tipo MENOR PREÇO POR ITEM, cuja abertura ocorreu aos 25/06/2014 às 09:00 horas, na sede da Prefeitura Municipal de Santo Afonso/MT, sagrou-se vencedora as empresas: VALMIR LEONARDI & CIA LTDA EPP para o Item 01 no valor total de R$ 2.340,00; para o Item 02 no valor total de R$ 1.080,00; para o Item 3 no valor total de R$ 340,00; para o Item 04 no valor total de R$ 480,00; para o Item 05 no valor total de R$ 2.090,00; para o Item 06 no valor total de R$ 2.960,00; para o Item 07 no valor total de R$ 3.300,00; para o Item 10 no valor total de R$ 530,00; para o Item 11 no valor total de R$ 440,00; para o Item 12 no valor total de R$ 290,00; para o Item 13 no valor total de R$ 430,00; WANDA COMERCIO DE MOVEIS E EQUIPAMENTOS PARA ESCRITÓRIO LTDA EPP para o Item 08 no valor total de R$ 1.592,00; para o Item 09 no valor total de R$ 359,00; para o Item 14 no valor total de R$ 1.680,00.

Santo Afonso-MT, em 26 de junho de 2014.

ELISANGELA MOURA DOS SANTOS
Pregoeira Oficial

Publicado por:
Fábia Neves Brito
Código Identificador:3C73B227

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
RESULTADO DE JULGAMENTO PREGÃO PRESENCIAL Nº 24/2014

OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS LABORATORIAIS DE ANÁLISES CLÍNICA, EM ATENDIMENTO AOS USUÁRIOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE SANTO AFONSO-MT. Data da realização: 25/06/2014 - Licitante Vencedora: VITALAB CENTRO DE DIAGNOSTICO LABORATORIAIS LTDA ME, para o Lote 01, no valor total de R$ 21.137,37 (vinte e um mil e cento e trinta e sete reais e trinta e sete centavos).

Santo Afonso-MT, 26 de junho de 2014.

ELISANGELA MOURA DOS SANTOS
Pregoeira

Publicado por:
Fábia Neves Brito
Código Identificador:093A3448

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
RESULTADO DE JULGAMENTO PREGÃO PRESENCIAL Nº 25/2014

Rua Pedro Álvares Cabral, 155- Centro- Santo Afonso – MT
CNPJ-37.464.161/0001-46 - CEP: 78425-000 – Fone: 65 -3312-1072
AVISO DE RESULTADO DO PREGÃO Nº 25/2014
OBJETO: AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTO, MATERIAL AMBULATORIAL E MATERIAL ODONTOLÓGICO, PARA SUPRIR AS NECESSIDADES DA ASSISTENCIA FARMACEUTICA E ODONTOLOGICA DO MUNICÍPIO DE SANTO AFONSO-MT. A pregoeira juntamente com a equipe de apoio, torna público que o pregão presencial 25/2014, com data de abertura marcada para **26/06/2014 às 08:00** horas, **foi declarada DESERTA**, por falta de participantes.

SANTO AFONSO-MT, 26 de junho de 2014.

ELISANGELA MOURA DOS SANTOS
Pregoeira

Publicado por:
Fábia Neves Brito
Código Identificador:22E16D9E

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO DE LEVERGER

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO DE LEVERGER
CONCURSO PÚBLICO 001/2014 EDITAL COMPLEMENTAR 011 RETIFICA RESULTADO PRELIMINAR DOS CARGOS 39 E 40.

O Senhor **VALDIR RIBEIRO**, Prefeito de Santo Antônio de Leverger, Estado de Mato Grosso, e a Senhora **SANDRA REGINA TATEIRA DE ARRUDA,** Presidente da Comissão Examinadora do Concurso Público, em face de problemas detectados pelo sistema de controle quando da importação dos dados do gabarito, relativamente aos cargos **039 - Técnico em Meio Ambiente** e **040 - Assistente Administrativo**, tornam público o **RESULTADO PRELIMINAR CORRIGIDO DO CARGOS MENCIONADOS** do Concurso Público nº 001/2014, conforme **ANEXO I**, deste Edital Complementar.

Em razão do ocorrido, fica aberto novo prazo recursal exclusivamente para os resultados dos cargos 39 e 40, nos termos do Edital.

A íntegra deste Edital Complementar encontra-se a disposição dos interessados no Quadro Mural da Prefeitura e da Câmara Municipal, bem como nos endereços eletrônicos: www.grupoatame.com.br/concurso e www.leverger.mt.gov.br.

Santo Antônio de Leverger – MT, 26 de junho de 2014.

VALDIR RIBEIRO
Prefeito Municipal

SANDRA REGINA TATEIRA DE ARRUDA
Presidente da Comissão Examinadora do Concurso Público

Publicado por:
Anice Roze de Oliveira
Código Identificador:5701F065

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA

PREFEITURA MUNICIPAL
LEI COMPLEMENTAR Nº 84, DE 24 DE JUNHO DE 2014.

• Cópia desta Lei arquivada nesta Prefeitura. Conferida pela Unidade de Controle Interno em 26/03/2013.
• Não localizada a Lei Original nos arquivos internos.

REVOGADA PELA LEI COMPLEMENTAR Nº 84, DE 24 DE JUNHO DE 2014.
.
LEI MUNICIPAL Nº 702, de 26 de dezembro de 2012.
.
Altera o Anexo I da Lei Municipal n. 595, de 07 de janeiro de 2008.
.
O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA. Faço saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprova e eu sanciono a seguinte lei:

.

Art. 1º - Fica alterado, no Anexo I da Lei Municipal nº 595, de 07 de janeiro de 2008, o Vencimento Padrão do cargo de Odontólogo, que passa a vigorar conforme tabela abaixo:

.

Cargo	Carga Horária Semanal - CHS	Vencimento Padrão - VP
ODONTÓLOGO	40	4.630,67

.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

.

São Félix do Araguaia – MT, 26 de dezembro de 2012.

.

FILEMON GOMES COSTA LIMOEIRO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marcelino de Fáveri
Código Identificador:5018D0E3

PREFEITURA MUNICIPAL
LEI MUNICIPAL Nº 595, DE 7 DE JANEIRO DE 2008.

Lei original arquivada nesta Prefeitura. Conferida pela Unidade de Controle Interno em 27/03/2012.
Reconferida em 14/11/2013, devido às alterações introduzidas pelas Leis Complementares nºs 73/2012, 702/2012 e 78/2013.
Reconferida em 24/06/2014, devido às alterações introduzidas pela Lei Complementar nº 84/2014
LEI MUNICIPAL Nº 595, de 07 de janeiro de 2008.

.

ALTERADA PELA LEI COMPLEMENTAR Nº 84, DE 24 DE JUNHO DE 2014.
ALTERADA PELA LEI COMPLEMENTAR Nº 78, DE 19 DE AGOSTO DE 2013.
ALTERADA PELA LEI Nº 702, DE 26 DE DEZEMBRO DE 2012 (Aplicação suspensa da Lei 702/2012, por violar o art. 21-I da Lei Complementar nº 101/2000 e o art. 73-VIII da Lei 9.504/1997)
ALTERADA PELA LEI COMPLEMENTAR Nº 73, DE 4 DE ABRIL DE 2012.
ALTERADA PELA LEI Nº 605, DE 2 DE JULHO DE 2008.

.

Dispõe sobre a criação de cargos públicos, de provimento efetivo, no Quadro de Servidores do Município de São Félix do Araguaia, e dá outras providências.

.

JOÃO ABREU LUZ, Prefeito Municipal de São Félix do Araguaia, Estado de Mato Grosso, faço saber que a Câmara Municipal aprova e eu sanciono a seguinte lei:

.

Art. 1º - Ficam criados, no Quadro de Servidores do Poder Executivo do Município de São Félix do Araguaia (MT), os cargos de MÉDICO PSF, MÉDICO ULTRASSONOGRAFISTA, NUTRICIONISTA, ENFERMEIRO, TÉCNICO DE ENFERMAGEM, BIOQUÍMICO, PSICÓLOGO, ASSISTENTE SOCIAL, FISIOTERAPEUTA, ODONTÓLOGO, AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE (ACS), AGENTE DE COMBATE ÀS ENDEMIAS (ACE), ATENDENTE DE CONSULTÓRIO DENTÁRIO (ACD), ENGENHEIRO CIVIL, TÉCNICO EM SEGURANÇA DO TRABALHO (TST), TÉCNICO EM RADIOLOGIA (TRX), EDUCADOR E CONTROLADOR INTERNO.

.

Art. 2º – Os cargos criados por esta lei são de provimento efetivo e o ingresso em qualquer deles dar-se-á mediante concurso público de provas, ou de provas e títulos, conforme as disposições do Art. 37, inciso II da Constituição Federal.

.

Parágrafo único – Caberá à Secretaria Municipal de Administração e Planejamento certificar, para os cargos de Agente Comunitário de Saúde e de Agente de Combate às Endemias, caso a caso, a existência de anterior processo seletivo, para efeito de dispensa de seleção pública, referida no parágrafo único do art. 2º da Emenda Constitucional nº 51, de 14 de fevereiro de 2006.

.Art. 3º - A remuneração dos servidores dos cargos criados por esta lei, exceto os de Engenheiro Civil, Educador, Técnico em Segurança do Trabalho e Técnico em Radiologia, que são remunerados com recursos próprios do orçamento municipal, se dará das transferências dos respectivos recursos financeiros, pelo Governo Federal, oriundos do Sistema Único de Saúde – SUS, incluindo repasses do Ministério da Saúde para a execução e manutenção do programas Saúde da Família – PSF, Saúde Bucal – PSB e de Vigilância Sanitária, Ambiental e Epidemiológica.

.

Art. 4º - Os vencimentos e a carga horária constam do anexo I desta lei.

.

Parágrafo único – O número de vagas para preenchimento dos respectivos cargos, constantes do art. 1º desta lei, constam do Lotacionograma da Prefeitura Municipal, estabelecido pela Lei Municipal nº 594, de 20 de dezembro de 2007.

.

Art. 5º - O cargo de **MÉDICO PSF** requer de seu titular a formação em curso superior de Medicina, com registro no respectivo conselho de classe, tendo como abribuições específicas as seguintes:
I - Realizar consultas clínicas aos usuários de sua área adjacente;
II - Executar as ações de assistência integral em todas as fases do ciclo de vida criança, adolescente, adulto e idoso;
III - Realizar consultas e procedimentos na USF e, quando necessário, no domicílio;
IV - Realizar as atividades clínicas correspondentes às áreas prioritárias na intervenção na atenção básica, definidas na Norma Operacional da Assistência à Saúde – NOAS 2001;
V - Aliar a atuação clínica à prática da saúde coletiva;
VI - Fomentar a criação de grupos de patologias específicas, como de hipertensos, de diabéticos, de saúde mental, etc.;
VII - Realizar o pronto atendimento médico nas urgências e emergências;
VIII - Encaminhar aos serviços de maior complexidade, quando necessário, garantindo a continuidade do tratamento na USF, por meio de um sistema de acompanhamento de referência e contra-referência;
IX - Realizar pequenas cirurgias ambulatórias;
X - Indicar internação hospitalar;
XI - Solicitar exames complementares;
XII - Verificar e atestar óbitos.

.

Art. 5º-A O cargo de MÉDICO PSF terá sua remuneração com base no Anexo II, com progressão horizontal e vertical do cargo de Técnico de Nível Superior, previstas no art. 22 da Lei Complementar nº 35, de 30 de outubro de 2003. **(Artigo incluído pelo art. 6º da Lei Complementar nº 84, de 24 de junho de 2014).**

.

Art. 6º - O cargo de **MÉDICO ULTRASSONOGRAFISTA** requer de seu titular formação superior em Medicina, com curso de especialização em Ultrassonografia, com registro no respectivo conselho de classe e terá as seguintes atribuições:
I - Realizar, diagnosticar e emitir laudos de exames ultrassonográficos, abrangendo a ecografia geral e/ou específica (pélvica obstétrico abdominal, pediátrico, pequenas partes, etc.) empregando técnicas específicas da medicina preventiva e terapêutica, a fim de promover a proteção, recuperação ou reabilitação da saúde.

.

Art. 6º-A O cargo de MÉDICO ULTRASSONOGRAFISTA terá sua remuneração com base no Anexo III, com progressão horizontal e vertical do cargo de Técnico de Nível Superior, previstas no art. 22 da Lei Complementar nº 35, de 30 de outubro de 2003. **(Artigo incluído pelo art. 6º da Lei Complementar nº 84, de 24 de junho de 2014).**

.

Art. 7º - O cargo de **ENFERMEIRO** requer de seu titular a formação superior em Enfermagem, com registro no respectivo conselho de classe e terá as seguintes atribuições:
I - Realizar cuidados diretos de enfermagem nas urgências e emergências clínicas, fazendo a indicação para a continuidade da assistência prestada;
II - Realizar consulta de enfermagem, solicitar exames complementares, prescrever/transcrever medicações, conforme protocolos estabelecidos nos programas do Ministério da Saúde e nas disposições legais da profissão;

III - Planejar, gerenciar, coordenar, executar e avaliar a USF;
IV - Executar as ações de assistência integral em todas as fases do ciclo de vida criança, adolescente, mulher, adulto e idoso;
V - No nível de sua competência, executar assistência básica e ações de vigilância epidemiológica e sanitária;
VI - Realizar ações de saúde em diferentes ambientes, na USF e, quando necessário, no domicílio;
VII - Realizar as atividades, corretamente às atividades prioritárias de intervenção na Atenção Básica, definidas na Norma Operacional da Assistência à Saúde – NOAS 2001;
VIII - Aliar a atuação clínica à prática da saúde coletiva;
IX - Organizar e coordenar a criação de grupos de patologias específicas, como de hipertensos, de diabéticos, de saúde mental, etc.;
X - Supervisionar e coordenar ações para capacitação dos Agentes Comunitários de Saúde e de auxiliares de enfermagem, com vistas ao desempenho de suas funções.

.

Art. 7º-A O cargo de ENFERMEIRO terá sua remuneração com base no Anexo IV, com progressão horizontal e vertical do cargo de Técnico de Nível (Grau) Superior, previstas no art. 22 da Lei Complementar nº 35, de 30 de outubro de 2003. **(Artigo incluído pelo art. 6º da Lei Complementar nº 84, de 24 de junho de 2014).**

.

Art. 8º - O cargo de **TÉCNICO EM EFERMAGEM** requer de seu titular certificado de ensino médio completo e curso Técnico em Enfermagem, com registro no respectivo conselho de classe e terá as seguintes atribuições:
I - Participar das atividades de assistência básica, realizando procedimentos regulamentados no exercício de sua profissão na USF e, quando indicado ou necessário, no domicílio e/ou nos demais espaços comunitários (escolas, associações, etc.);
II - Realizar ações de educação em saúde a grupos específicos e a famílias em situação de risco, conforme planejamento da equipe;
III – Participar do gerenciamento dos insumos necessários para o adequado funcionamento da USF.

.

Art. 8º-A O cargo de TÉCNICO EM ENFERMAGEM terá sua remuneração com base no Anexo V, com progressão horizontal e vertical do cargo de Técnico de Nível (Grau) Médio, previstas no art. 20 da Lei Complementar nº 35, de 30 de outubro de 2003. **(Artigo incluído pelo art. 6º da Lei Complementar nº 84, de 24 de junho de 2014).**

.

Art. 9º - O cargo de **AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE (ACS)** requer escolaridade mínima de curso fundamental completo. O seu titular deve morar na comunidade e estar vinculado à USF que atende essa comunidade.

.

Parágrafo 1º - O ACS é alguém que se destaca na comunidade, pela capacidade de se comunicar com as pessoas, pela liderança natural que exerce. Funciona como elo entre a comunidade e a USF. Está em contato permanente com as famílias, o que facilita o trabalho de vigilância e promoção da saúde, realizado por toda a equipe. É, também, um elo cultural, que dá mais força no trabalho educativo, ao unir dois universos culturais distintos: o do saber científico e o do saber popular. O seu trabalho é feito nos domicílios de sua área de abrangência.

.

Parágrafo 2º - São atribuições específicas do Agente Comunitário de Saúde:
I - Realizar mapeamento de sua área;
II - Cadastrar todas as famílias de sua micro área e atualizar, permanentemente esse cadastro;
III - Identificar indivíduos e famílias expostos a situações de risco;
IV - Identificar áreas de risco;
V - Orientar as famílias para utilização adequada dos serviços de saúde, encaminhando-as e até agendando consultas, exames e atendimento odontológico, quando necessário;
VI - Realizar ações e atividades, no nível de sua competência, nas áreas prioritárias da Atenção Básica;
VII - Realizar, por meio da visita domiciliar, acompanhamento mensal de todas as famílias sob sua responsabilidade;
VIII - Estar sempre bem informado e informar, aos demais membros da equipe, sobre a situação das famílias acompanhadas, particularmente aquelas em situação de risco;
IX - Desenvolver ações de educação e vigilância com ênfase na promoção da saúde e na prevenção de doenças;
X - Promover a educação e a mobilização comunitária, visando desenvolver ações coletivas de saneamento e melhoria do meio ambiente, entre outras;
XI - Traduzir para a USF a dinâmica social da comunidade, suas necessidades, potencialidades, etc.;
XII - Identificar parceiros e recursos existentes na comunidade que possam ser potencializados pela equipe;
XIII – Trabalhar com adscrição de famílias em base geográfica definida, a micro área;
XIV - Cumprir com as atribuições atualmente definidas para o ACS em relação à prevenção e ao controle da malária e da dengue.

.

Art. 9º-A O cargo de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE (ACS) terá sua remuneração com base no Anexo VI, com progressão horizontal e vertical do cargo de Agente Auxiliar de Serviços, previstas no art. 13 da Lei Complementar nº 35, de 30 de outubro de 2003. **(Artigo incluído pelo art. 6º da Lei Complementar nº 84, de 24 de junho de 2014).**

.

Art. 10 – O Cargo de **AGENTE DE COMBATE ÀS ENDEMIAS (ACE)** requer de seu titular escolaridade mínima de curso fundamental completo e suas atribuições principais são: o exercício de atividades de vigilância, prevenção de doenças e promoção da saúde, mediante ações de controle de endemias e seus valores, abrangendo atividades de execução de programas desenvolvidas em conformidade com as diretrizes do SUS e sob supervisão do gestor do municipal.

.

Parágrafo único – São consideradas atividades do Agente de Combate às Endemias:
I – Pesquisas de vetores nas fases larvária e adulta;
II – Eliminação de criadouros/depósitos positivos através de remoção, destruição, vedação, entre outras;
III – Tratamento focal e borrifações com equipamentos portáteis;
IV – Distribuição e recolhimento de coletores de fezes;
V – Coleta de amostras de sangue de cães;
VI – Registro das informações referentes às atividades executadas em formulários específicos;
VII – Orientação à população com relação aos meios de evitar a proliferação de vetores;
VIII – Encaminhamento aos serviços de saúde dos casos suspeitos de doenças endêmicas.

.

Art. 10-A. O cargo de AGENTE DE COMBATE ÀS ENDEMIAS (ACE) terá sua remuneração com base no Anexo VII, com progressão horizontal e vertical do cargo de Agente Auxiliar de Serviços, previstas no art. 13 da Lei Complementar nº 35, de 30 de outubro de 2003. **(Artigo incluído pelo art. 6º da Lei Complementar nº 84, de 24 de junho de 2014).**

.

Art. 11 - O cargo de **ATENDDENTE DE CONSULTÓRIO DENTÁRIO (ACD)** exige escolaridade mínina de curso fundamental completo e suas principais atribuições são as seguintes:
I - Proceder à desinfecção e a esterilização de materiais e instrumentos utilizados;
II - Sob supervisão do Cirurgião Dentista, ou THD, realizar procedimentos educativos e preventivos aos usuários, individuais ou coletivos, como a evidenciação de placa bacteriana, escovação supervisionada, orientações de escovação, uso de fio dental, etc.;
III - Preparar e organizar o instrumental e materiais (sugador, espelho, sonda, etc.) necessários ao trabalho;
IV - Instrumentalizar o cirurgião dentista ou THD durante a realização de procedimentos clínicos (trabalho a quatro mãos);
V - Agendar o paciente e orientá-lo ao retorno e à preservação do tratamento;
VI - Acompanhar e desenvolver trabalhos com a equipe de Saúde da Família no tocante à saúde bucal;
VII - Outras atividades correlatas.

.

Art. 11-A. O cargo de ATENDENTE DE CONSULTÓRIO DENTÁRIO (ACD) terá sua remuneração com base no Anexo VIII, com progressão horizontal e vertical do cargo de Agente Auxiliar de Serviços, previstas no art. 13 da Lei Complementar nº 35, de 30 de outubro de 2003. **(Artigo incluído pelo art. 6º da Lei Complementar nº 84, de 24 de junho de 2014).**

.

Art. 12 - O cargo de **ODONTÓLOGO** exige de seu titular a formação em curso superior de Odontologia, com registro no respectivo conselho de classe, tendo as seguintes atribuições:

I - Realizar levantamento epidemiológico para traçar o perfil de saúde bucal da população adstrita;

II - Realizar os procedimentos clínicos definidos na Norma Operacional Básica do Sistema Único de Saúde – NOB/SUS 96 e na Norma Operacional Básica de Assistência à Saúde – NOAS;

III - Realizar o tratamento integral, no âmbito da atenção básica, para a população adstrita;

IV - Encaminhar e orientar os usuários que apresentam problemas complexos a outros níveis de assistência, assegurando seu acompanhamento;

V - Realizar atendimentos de primeiros cuidados nas urgências;

VI - Realizar pequenas cirurgias ambulatórias;

VII - Prescrever medicamentos e outras orientações, na conformidade dos diagnósticos efetuados;

VIII - Emitir laudos, pareceres e atestados sobre assuntos de sua competência;

IX - Executar as ações de assistência integral, aliado à atuação clínica, à saúde coletiva, assistindo as famílias, indivíduos ou grupos específicos, de acordo com o planejamento local;

X - Coordenar ações coletivas voltadas para a promoção e prevenção em saúde bucal;

XI - Programar e supervisionar o fornecimento de insumos para as ações coletivas;

XII - Capacitar as equipes de saúde da família no que se refere às ações educativas e preventivas em saúde bucal;

XIII - Supervisionar o trabalho desenvolvido pelo THD (Técnico em Higiene Dental) ou ACD (Atendente de Consultório Dentário).

.

Art. 12-A. O cargo de ODONTÓLOGO terá sua remuneração com base no Anexo IX, com progressão horizontal e vertical do cargo de Técnico de Nível (Grau) Superior, previstas no art. 22 da Lei Complementar nº 35, de 30 de outubro de 2003. **(Artigo incluído pelo art. 6º da Lei Complementar nº 84, de 24 de junho de 2014).**

.

Art. 13 - O cargo de **ASSISTENTE SOCIAL** exige de seu titular a formação de nível superior em Serviço Social, com registro no respectivo conselho de classe e suas atribuições são as seguintes:

I - Elaborar e acompanhar a implantação de projetos e programas sociais na comunidade, creches e escolas;

II - Aconselhar e orientar indivíduos afetados em seu equilíbrio emocional, baseando-se no conhecimento e comportamento das pessoas, aplicando a técnica do serviço social, para possibilitar seu desenvolvimento e conseguir seu ajustamento no meio social;

III - Promover a participação consciente dos indivíduos em grupos, desenvolvendo suas potencialidades e promovendo atividades educativas, recreativas e culturais, com vistas a assegurar o progresso coletivo e melhoria do comportamento individual;

V - Assistir ao trabalhador nos problemas inerentes à adaptação e readaptação ao ambiente de trabalho, orientando-o nas suas relações;

VI - Executar outras atividades correlatas.

.

Art. 13-A. O cargo de ASSISTENTE SOCIAL terá sua remuneração com base no Anexo X, com progressão horizontal e vertical do cargo de Técnico de Nível (Grau) Superior, previstas no art. 22 da Lei Complementar nº 35, de 30 de outubro de 2003. **(Artigo incluído pelo art. 6º da Lei Complementar nº 84, de 24 de junho de 2014).**

.

Art. 14 - O cargo de **PSICÓLOGO** exige de seu titular a formação superior em Psicologia, com registro no respectivo conselho de classe e suas atribuições são as seguintes:

I - Atendimento ambulatorial;

II - Psicoterapia individual a crianças, adolescentes, adultos e idosos;

III - Psicoterapia em grupos para os mesmos ciclos de vida;

IV - Formar grupos temáticos para prevenção e acompanhamento com portadores de doenças crônico-degenerativas e/ou progressivas, bem como grupos de apoio e orientação a familiares;

V - Participar de campanhas educativas junto a instituições de ensino e comunidade em geral;

VI - Colaborar na elaboração de material de divulgação de campanhas educativas e de prevenção;

VII - Capacitar as equipes para melhoria das relações interpessoais e otimização dos recursos humanos;

VIII - Prestar assistência na elaboração e acompanhamento de projetos educativos, preventivos e sociais;

IX - Atender a portadores de transtornos mentais, com aplicação de testes, entrevistas e outros recursos, para colaborar no diagnóstico, bem como no tratamento, visando a auto-imagem, consciência corporal, orientação espacial e temporal, coordenação e sociabilização;

X - Atender a portadores de necessidades específicas: diagnóstico, estimulação precoce, ludo terapia e consciência corporal;

XI - Atendimento a dependentes químicos e familiares, individual ou em grupo, objetivando melhorar a autoconfiança e a relação familiar, a fim de propiciar o retorno à comunidade, de modo produtivo.

.

Art. 14-A. O cargo de PSICÓLOGO terá sua remuneração com base no Anexo XI, com progressão horizontal e vertical do cargo de Técnico de Nível (Grau) Superior, previstas no art. 22 da Lei Complementar nº 35, de 30 de outubro de 2003. **(Artigo incluído pelo art. 6º da Lei Complementar nº 84, de 24 de junho de 2014).**

.

Art. 15 – O cargo de **NUTRICIONISTA** exige de seu titular formação superior em Nutrição, com registro no respectivo conselho de classe e suas atribuições são as seguintes:

I - Acompanhar o tratamento dietoterápico de grupos específicos (diabéticos, hipertensos, obesos e gestantes);

II - Proferir palestras educativas, direcionadas a grupos específicos da USF;

III - Realização de visitas domiciliares;

IV - Monitoramento dos estados de hipovitaminose A e anemia ferrotripa no município;

V - Consolidar mensalmente os mapas do Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional – SISVAN;

VI - Incentivar a prática do aleitamento materno exclusivo junto às equipes da USF;

VII - Coordenar os programas de alimentação, na sua área de competência;

VIII - Realizar atendimento ambulatorial na rede hospitalar, nas creches e escolas do município;

IX - Confeccionar cardápios e supervisionar a produção e distribuição de alimentos na rede hospitalar, nas escolas e nas creches municipais;

.

Art. 15-A. O cargo de NUTRICIONISTA terá sua remuneração com base no Anexo XII, com progressão horizontal e vertical do cargo de Técnico de Nível (Grau) Superior, previstas no art. 22 da Lei Complementar nº 35, de 30 de outubro de 2003. **(Artigo incluído pelo art. 6º da Lei Complementar nº 84, de 24 de junho de 2014).**

.

Art. 16 – O cargo de **FISIOTERAPEUTA** requer de seu titular a formação em curso superior de Fisioterapia, com registro no respectivo conselho de classe e terá suas atribuições são as seguintes:

I - Realizar testes musculares, funcionais, de amplitude articular, de verificação cinética e movimentação, de pesquisa de reflexos, de provas de esforço e de atividades, para identificar o nível de capacidade e de deficiência funcional dos órgãos afetados;

II - Planejar e executar tratamento de afecções reumáticas, osteoporoses, seqüelas de acidentes vasculares cerebrais, poliomielite, lesões raquimedulares, de paralisias cerebrais e motoras, neurógenas e de nervos periféricos, miopatias e outros;

III - Atender a amputados, preparando o coto e fazendo treinamento com prótese, para possibilitar a movimentação ativa e independente dos mesmos;

IV - Ensinar aos pacientes os exercícios corretivos para a coluna, os defeitos dos pés, as afecções do aparelho respiratório e cardiovascular, orientando e treinando-os em exercícios especiais, a fim de promover correções de desvios posturais e estimular a expansão respiratória e a circulação sanguínea;

V - Efetuar aplicações de ondas curtas, ultra som, infravermelho, laser, micro ondas, forno de bier, eletroterapia e contração muscular, crio e outros similares nos pacientes, conforme a enfermidade, para aliviar ou terminar com a dor;
VI - Aplicar massagem terapêutica;
VII - Identificar fontes de recursos destinados ao financiamento de programas e projetos em sua área de atuação e propor medidas para captação destes recursos, bem como acompanhar e/ou participar da execução dos programas e projetos, supervisionando e controlando a aplicação dos recursos;
VIII - Orientar servidores na sua área de atuação para procedimentos executados no âmbito de sua atuação, apurando os seus resultados e efetuando o lançamento para efeito de registro e cobrança do SUS ou de outros órgãos conveniados;
IX - Elaborar pareceres, informes técnicos e relatórios, elaborando pesquisas, entrevistas, fazendo observações e sugerindo medidas para implantação, desenvolvimento e aperfeiçoamento de atividades em sua área de atuação;
X - Participar das atividades de treinamento e aperfeiçoamento de pessoal técnico e auxiliar, realizando-as em serviço ou ministrando aulas e palestras, a fim de contribuir para o desenvolvimento qualitativo dos recursos humanos em sua área de atuação;
XI - Participar de grupos de trabalho e/ou reuniões com unidades da prefeitura e outras entidades públicas e particulares, realizando estudos, emitindo pareceres ou fazendo exposições sobre situações e/ou problemas identificados, opinando, oferecendo sugestões, revisando e discutindo trabalhos técnicos e científicos, para fins de formulação de diretrizes, planos e programas de trabalho afetos ao município;
XII - Realizar outras atribuições compatíveis com a sua especialização profissional.

.

Art. 16-A. O cargo de FISIOTERAPEUTA terá sua remuneração com base no Anexo XIII, com progressão horizontal e vertical do cargo de Técnico de Nível (Grau) Superior, previstas no art. 22 da Lei Complementar nº 35, de 30 de outubro de 2003. **(Artigo incluído pelo art. 6º da Lei Complementar nº 84, de 24 de junho de 2014).**

.

Art. 17 – O cargo de **BIOQUÍMICO** requer de seu titular a formação em curso de nível superior em Bioquímica, com registro no respectivo conselho de classe e suas atribuições são as seguintes:
I - Elaborar e viabilizar normas para colheita, conservação e transporte de material de interesse clinico;
II - Estabelecer rotinas microbiológicas, dentro dos padrões técnicos científicos vigentes, que permitam o isolamento e identificação dos principais agentes infecciosos de importância clínica, por gênero e, se possível, por espécie;
III - Determinar a sensibilidade às drogas antimicrobianas;
IV - Efetuar o controle de qualidade de suas atividades e dos processos de esterilização;
V - Divulgar e por em prática normas de biossegurança;
VI - Participar, junto com a comissão de Controle de Infecção Hospitalar, do rastreamento epidemiológico nos surtos de infecção hospitalar;
VII - Fornecer, periodicamente, dados relacionados com a etiologia das infecções hospitalares e da resistência às drogas;
VIII - Executar outras atividades afins de natureza não rotineira e de relevância em determinadas situações como, por exemplo, estudos microbiológicos de materiais inanimados, portadores, desinfetantes, etc.;
IX - Dar suporte à vigilância epidemiológica no diagnóstico de Doenças de Notificação Compulsória.

.

Art. 17-A. O cargo de BIOQUÍMICO terá sua remuneração com base no Anexo XIV, com progressão horizontal e vertical do cargo de Técnico de Nível (Grau) Superior, previstas no art. 22 da Lei Complementar nº 35, de 30 de outubro de 2003. **(Artigo incluído pelo art. 6º da Lei Complementar nº 84, de 24 de junho de 2014).**

.

Art. 18 – O cargo de **ENGENHEIRO CIVIL** exige de seu titular formação superior em Engenharia Civil, com registro no respectivo conselho de classe e suas atribuições são as seguintes:
I – Elaborar projetos de construções, preparando plantas e especificações da obra, indicando os tipos e qualidade dos materiais, equipamentos e mão de obra necessários, efetuando cálculos e orçamento aproximado dos custos, para apreciação do órgão competente;
II – Elaborar, executar e dirigir projetos de engenharia civil, estudando características e preparando planos, métodos de trabalho e demais dados requeridos para possibilitar e orientar a construção, manutenção e reparo de obras e assegurar os padrões técnicos exigidos;
III – Prestar assessoramento às obras públicas e manutenção de logradouros públicos;
IV – Prestar assessoria e consultoria a todos os órgãos do Poder Executivo Municipal, sempre que for consultado;
V – Executar outras atividades correlatas.

.

Art. 18-A. O cargo de ENGENHEIRO CIVIL terá sua remuneração com base no Anexo XV, com progressão horizontal e vertical do cargo de Técnico de Nível (Grau) Superior, previstas no art. 22 da Lei Complementar nº 35, de 30 de outubro de 2003. **(Artigo incluído pelo art. 6º da Lei Complementar nº 84, de 24 de junho de 2014).**

.

Art. 19 – O cargo de **EDUCADOR** requer de seu titular a formação em curso de nível superior em uma das seguintes especialidades: Direito, Psicologia ou Serviço Social e suas atribuições específicas são as seguintes:
I – Realizar serviços de abordagem de rua;
II – Receber e acolher crianças e adolescentes em situação de abrigamento temporário;
III – Realizar visitas domiciliares;
IV – Mapear regiões para identificação dos casos de violência;
V – Atender e registrar as ocorrências;
VI - Fazer a abordagem da família para a sensibilização em relação à necessidade do atendimento;
VII – Acompanhar, in loco, a situação das crianças e adolescentes atendidos nas redes de serviço;
VIII – Acompanhar as vítimas nos hospitais e casas de saúde;
IX – Elaborar relatórios de suas atividades, ao final de cada mês e apresentá-lo ao seu superior hierárquico.
X – Exercer outras atividades correlatas.

.

Art. 19-A. O cargo de EDUCADOR terá sua remuneração com base no Anexo XVI, com progressão horizontal e vertical do cargo de Técnico de Nível (Grau) Superior, previstas no art. 22 da Lei Complementar nº 35, de 30 de outubro de 2003. **(Artigo incluído pelo art. 6º da Lei Complementar nº 84, de 24 de junho de 2014).**

.

Art. 20 – O cargo de **TÉCNICO EM SEGURANÇA DO TRABALHO** requer de seu titular curso médio de capacitação em Técnicas de Segurança no Trabalho, comprovado através de diploma legal, com registro no respectivo conselho, tendo como atribuições específicas as seguintes:
I – Monitorar e analisar, tecnicamente os levantamentos de avaliações ambientais e propor recomendações, quando necessário;
II – Inspecionar e realizar estudos e levantamento de postos de trabalho/ergonomia, analisando, conceitualmente as recomendações, emitindo pareceres técnicos;
III – Elaborar relatórios técnicos, embasados na legislação vigente;
IV – Implementar as auditorias preventivas;
V – Atender os órgãos oficiais, prontamente;
VI – Implantar normas e procedimentos, por meio de estudos dos processos do Governo Municipal;
VII – Analisar a legislação, sob o ponto de vista técnico, emitindo pareceres;
VIII – Inspecionar e relatar acidentes de trabalho;
IX – Realizar treinamentos e simular situações com os servidores municipais, sempre que necessário.
X – Exercer outras atividades correlatas.

.

Art. 20-A. O cargo de TÉCNICO EM SEGURANÇA DO TRABALHO (TST) terá sua remuneração com base no Anexo XVII, com progressão horizontal e vertical do cargo de Técnico de Nível (Grau) Médio, previstas no art. 20 da Lei Complementar nº 35, de 30 de outubro de 2003. **(Artigo incluído pelo art. 6º da Lei Complementar nº 84, de 24 de junho de 2014).**

.

Art. 21 – O cargo de **TÉCNICO EM RADIOLOGIA** requer de seu titular certificado de conclusão de ensino médio completo, certificado de conclusão do Curso Técnico em Radiologia ou declaração original do estabelecimento de ensino, com registro no CRTR e suas principais atribuições são as seguintes:
I - Realizar procedimentos para geração de imagens através de operação dos equipamentos específicos, em diversas especialidades, tais como radiologia convencional, ultrassonografia;
II – Realizar demais atribuições do cargo.
.
Art. 21-A. O cargo de TÉCNICO EM RADIOLOGIA (TRX) terá sua remuneração com base no Anexo XVIII, com progressão horizontal e vertical do cargo de Técnico de Nível (Grau) Médio, previstas no art. 20 da Lei Complementar nº 35, de 30 de outubro de 2003. **(Artigo incluído pelo art. 6º da Lei Complementar nº 84, de 24 de junho de 2014).**
.
Art. 22 – O Cargo de **CONTROLADOR INTERNO** requer de seu titular a formação superior em Ciências Contábeis, ou Administração de Empresas, com registro no respectivo conselho de classe, conduta ilibada e capacidade profissional condizente com os princípios da moralidade pública.
.
Parágrafo 1º - Observadas as disposições contidas no Regime Jurídico Único e no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, é vedado ao detentor do cargo de que trata este artigo o exercício de atividades de direção político-partidária e de profissão liberal.
.
Parágrafo 2º - O Controlador Interno deverá guardar sigilo sobre dados e informações pertinentes aos assuntos a que tiver acesso em decorrência do exercício de suas funções, utilizando-os, exclusivamente, para a elaboração de pareceres e relatórios à autoridade competente, sob pena de responsabilidade administrativa, civil e penal.
.
Parágrafo 3º - São atribuições específicas do Controlador Interno:
I – A promoção de operações metódicas, regulares e repetidas que vise aferir, no processo de produção de bens e/ou serviços pelo município, a estrita observância aos princípios constitucionais da legalidade, da publicidade, da razoabilidade, da economicidade e da eficiência;
II – A preservação dos recursos públicos municipais, buscando defendê-los e eximi-los de prejuízos advindos de desvios, desperdícios, abusos, erros, fraudes ou irregularidades;
III – Promoção e respeito a leis e regulamentos, bem como a normas e diretrizes emanadas do próprio órgão ou entidade, desde que não conflitem com a legislação em vigor;
IV – Elaboração e a manutenção de dados financeiros e de gestão confiáveis, apresentando-os correta e ordenadamente, quando solicitados pelos órgãos de controle;
V – Manter-se informado e acompanhar os procedimentos administrativos, orientando para os aspectos de correção e legalidade;
VI – Avaliar o cumprimento das metas estabelecidas no Plano Plurianual, na Lei de Diretrizes Orçamentárias e no Anexo de Metas Fiscais;
VII – Verificar a adoção de providências para a recondução dos montantes das dívidas consolidadas e mobiliária aos limites de que trata a Lei Complementar nº 101/00;
VIII – Verificar e avaliar a adoção de medidas para o retorno da despesa total com pessoal ao limite de que tratam os artigos 22 e 23 da Lei Complementar nº 101/00;
IX – Verificar o controle das operações de crédito, garantias, direitos e haveres do município;
X – Verificar a observância dos limites e das condições para realização de operações de crédito e inscrição em Restos a Pagar;
XI – Verificar a destinação de recursos obtidos com a alienação de ativos, tendo em vista as restrições constitucionais e a Lei Complementar nº 101/00;
XII – Avaliar a execução dos orçamentos do município;
XIII – Avaliar os resultados, quanto à eficiência e eficácia da gestão orçamentária, financeira e patrimonial dos órgãos e entidades municipais;
XIV – Fiscalizar e avaliar a execução dos programas de governo e convênios celebrados pelo município;
XV – Realizar auditorias sobre a gestão dos recursos públicos municipais sob a responsabilidade de órgãos e entidades públicos e privados, bem como sobre a aplicação de subvenções e renúncia de receitas;
XVI – Realizar auditorias nos sistemas contábil, financeiro, orçamentário, de pessoal, patrimonial e demais sistemas administrativos e organizacionais;
XVII – Apurar os atos ou fatos inquinados de ilegais ou irregulares, praticados por agentes públicos ou privados, na utilização de recursos públicos municipais, dar ciência ao controle externo e, quando for o caso, comunicar à unidade responsável pela contabilidade, para as providências cabíveis;
XVIII – Verificar a legalidade e a adequação aos princípios e regras estabelecidos pela Lei 8.666/93 dos procedimentos licitatórios e respectivos contratos efetivados e celebrados pelos órgãos e entidades municipais;
XIX – Verificar os procedimentos de segurança na guarda de valores (talonários de cheques, títulos, cautelas de ações, cheques assinados, dinheiro em espécie, entre outros), com vistas a corrigir eventuais falhas e preservar o patrimônio público municipal;
XX – Exercer outras competências correlatas.
.
Art. 22-A. O cargo de CONTROLADOR INTERNO terá sua remuneração com base no Anexo XIX, com progressão horizontal e vertical do cargo de Técnico de Nível (Grau) Superior, previstas no art. 22 da Lei Complementar nº 35, de 30 de outubro de 2003. **(Artigo incluído pelo art. 6º da Lei Complementar nº 84, de 24 de junho de 2014).**
.
Art. 23 – Os servidores ocupantes dos cargos criados por esta lei submetem-se ao regime jurídico único dos servidores municipais e ao regime próprio da previdência municipal.
.
Art. 24 – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
.
Gabinete do Prefeito Municipal, em 07 de janeiro de 2008.
.
JOÃO ABREU LUZ
Prefeito Municipal

~~ANEXO I da Lei 595/2008, de 7 de janeiro de 2008.~~

~~CARGO~~	~~Carga Horária Semanal - CHS~~	~~Vencimento Padrão – VP~~
~~Agente Comunitário de Saúde – ACS~~	~~40~~	~~380,00~~
~~Agente de Combate às Endemias – ACE~~	~~40~~	~~450,00~~
~~Assistente Social~~	~~40~~	~~1.600,00~~
~~Atendente de Consultório Dentário – ACD~~	~~40~~	~~380,00~~
~~Bioquímico~~	~~20~~	~~1.500,00~~
~~Controlador Interno~~	~~40~~	~~2.500,00~~
~~Educador~~	~~40~~	~~885,00~~
~~Enfermeiro~~	~~40~~	~~2.500,00~~
~~Engenheiro Civil~~	~~20~~	~~1.500,00~~
~~Fisioterapeuta~~	~~40~~	~~1.600,00~~
~~Médico PSF~~	~~40~~	~~4.000,00~~
~~Médico Ultra Som~~	~~20~~	~~1.000,00~~
~~Nutricionista~~	~~20~~	~~1.200,00~~
~~Odontólogo~~	~~40~~	~~2.500,00~~
~~Psicólogo~~	~~20~~	~~1.200,00~~
~~Técnico em Enfermagem~~	~~40~~	~~700,00~~
~~Técnico em Radiologia~~	~~40~~	~~650,00~~
~~Técnico em Segurança do Trabalho~~	~~40~~	~~650,00~~

.
~~ANEXO I da Lei Municipal nº 595, de 07 de janeiro de 2008 (Redação dada pela Lei Municipal nº 605, de 2 de julho de 2008)~~

~~Cargo~~	~~Carga Horária Semanal - CHS~~	~~Vencimento Padrão - VP~~
~~Agente Comunitário de Saúde – ACS~~	~~40~~	~~415,00~~
~~Agente de Combate às Endemias – ACE~~	~~40~~	~~450,00~~
~~Assistente Social~~	~~40~~	~~1.600,00~~
~~Atendente de Consultório Dentário – ACD~~	~~40~~	~~415,00~~
~~Bioquímico~~	~~40~~	~~2.400,00~~
~~Controlador Interno~~	~~40~~	~~2.500,00~~
~~Educador~~	~~40~~	~~885,00~~
~~Enfermeiro~~	~~40~~	~~2.500,00~~
~~Engenheiro Civil~~	~~20~~	~~1.500,00~~
~~Fisioterapeuta~~	~~40~~	~~1.600,00~~
~~Médico PSF~~	~~40~~	~~4.000,00~~

~~Médico Ultrassonografista~~	~~20~~	~~2.235,00~~
~~Nutricionista~~	~~40~~	~~2.400,00~~
~~Odontólogo~~	~~40~~	~~2.500,00~~
~~Psicólogo~~	~~40~~	~~2.400,00~~
~~Técnico em Enfermagem~~	~~40~~	~~700,00~~
~~Técnico em Radiologia~~	~~40~~	~~700,00~~
~~Técnico em Segurança do Trabalho~~	~~40~~	~~700,00~~

.

~~ANEXO I da Lei Municipal nº 595, de 7 de janeiro de 2008~~

~~(Valores da remuneração alterados pela Lei Complementar nº 73, de 04 de abril de 2012, que concedeu reajuste de 25,21%, relativo à variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), no período de 01/01/2008 a 31/12/2011. Para o cargo de Agente Comunitário de Saúde – ACS não houve reajuste, vez que o detentor deste cargo recebe incentivo financeiro do Ministério da Saúde. Para os cargos de Médico Ultrassonografista e Bioquímico também não houve reajuste, pois sua remuneração foi alterada pela Lei Municipal nº 605/2008, posterior a 01/01/2008)~~

~~Cargo~~	~~Carga Horária Semanal - CHS~~	~~Vencimento Padrão - VP~~
~~Agente Comunitário de Saúde – ACS~~	~~40~~	~~415,00~~
~~Agente de Combate às Endemias – ACE~~	~~40~~	~~563,45~~
~~Assistente Social~~	~~40~~	~~2.003,36~~
~~Atendente de Consultório Dentário – ACD~~	~~40~~	~~519,62~~
~~Bioquímico~~	~~40~~	~~2.400,00~~
~~Controlador Interno~~	~~40~~	~~3.130,25~~
~~Educador~~	~~40~~	~~1.108,11~~
~~Enfermeiro~~	~~40~~	~~3.130,25~~
~~Engenheiro Civil~~	~~20~~	~~1.878,15~~
~~Fisioterapeuta~~	~~40~~	~~2.003,36~~
~~Médico PSF~~	~~40~~	~~5.008,40~~
~~Médico Ultrassonografista~~	~~20~~	~~2.235,00~~
~~Nutricionista~~	~~40~~	~~3.005,04~~
~~Odontólogo~~	~~40~~	~~3.130,25~~
~~Psicólogo~~	~~40~~	~~3.005,04~~
~~Técnico em Enfermagem~~	~~40~~	~~876,47~~
~~Técnico em Radiologia~~	~~40~~	~~876,47~~
~~Técnico em Segurança do Trabalho~~	~~40~~	~~876,47~~

.

~~ANEXO I da Lei Municipal nº 595, de 7 de janeiro de 2008~~

~~ALTERAÇÃO INTRODUZIDA PELA LEI COMPLEMENTAR Nº 78, DE 19 DE AGOSTO DE 2013, QUE CONCEDEU REAJUSTE DE 6,17% À REMUNERAÇÃO DOS SERVIDORES EFETIVOS DO EXECUTIVO MUNICIPAL, REFERENTE À VARIAÇÃO DO INPC NO PERÍODO DE 01/01/2012 A 31/12/2012.~~

~~Cargo~~	~~Carga Horária Semanal - CHS~~	~~Vencimento Padrão - VP~~
~~Agente Comunitário de Saúde – ACS~~	~~40~~	~~440,61~~
~~Agente de Combate às Endemias – ACE~~	~~40~~	~~598,21~~
~~Assistente Social~~	~~40~~	~~2.126,97~~
~~Atendente de Consultório Dentário – ACD~~	~~40~~	~~551,68~~
~~Bioquímico~~	~~40~~	~~2.548,08~~
~~Controlador Interno~~	~~40~~	~~3.323,39~~
~~Educador~~	~~40~~	~~1.176,48~~
~~Enfermeiro~~	~~40~~	~~3.323,39~~
~~Engenheiro Civil~~	~~20~~	~~1.994,03~~
~~Fisioterapeuta~~	~~40~~	~~2.126,97~~
~~Médico PSF~~	~~40~~	~~5.317,42~~
~~Médico Ultrassonografista~~	~~20~~	~~2.372,90~~
~~Nutricionista~~	~~40~~	~~3.190,45~~
~~Odontólogo (*)~~	~~40~~	~~3.323,39~~
~~Psicólogo~~	~~40~~	~~3.190,45~~
~~Técnico em Enfermagem~~	~~40~~	~~930,55~~
~~Técnico em Radiologia~~	~~40~~	~~930,55~~
~~Técnico em Segurança do Trabalho~~	~~40~~	~~930,55~~

.

~~**(*)** A remuneração do Cargo de Odontólogo foi alterada pela Lei nº 702, de 26 de dezembro de 2012 (quadro abaixo). Contudo, não está sendo aplicada por violar o Art. 73 VIII da Lei Eleitoral (9.504/1997) e o Art. 21 I da Lei de Responsabilidade Fiscal (101/2000)~~

~~Cargo~~	~~Carga Horária Semanal - CHS~~	~~Vencimento Padrão - VP~~
~~ODONTÓLOGO~~	~~40~~	~~4.630,67~~

.

ANEXO I da Lei Municipal nº 595, de 7 de janeiro de 2008

REDAÇÃO DADA PELO ANEXO XII DA LEI COMPLEMENTAR Nº 84, DE 24 DE JUNHO DE 2014, QUE CONCEDEU REAJUSTE DE 8,62%, RELATIVO À VARIAÇÃO DO INPC NO PERÍODO DE 01/01/2013 A 30/04/2014, COM EFEITOS FINANCEIROS RETROATIVOS A 01/05/2014.		
Cargo	**Carga Horária Semanal - CHS**	**Vencimento Padrão - VP**
Agente Comunitário de Saúde – ACS	40	478,59
Agente de Combate às Endemias – ACE	40	649,78
Assistente Social	40	2.310,31
Atendente de Consultório Dentário – ACD	40	599,23
Bioquímico	40	2.767,72
Controlador Interno	40	3.609,87
Educador	40	1.277,89
Enfermeiro	40	3.609,87
Engenheiro Civil	20	2.165,92
Fisioterapeuta	40	2.310,31
Médico PSF	40	5.775,78
Médico Ultrassonografista	20	2.577,44
Nutricionista	40	3.465,47
Odontólogo	40	3.609,87
Psicólogo	40	3.465,47
Técnico em Enfermagem	40	1.010,76
Técnico em Radiologia	40	1.010,76
Técnico em Segurança do Trabalho	40	1.010,76

.

LEI Nº 595/2008 - ANEXO II – MÉDICO PSF - TABELA 40 HORAS INCLUÍDO PELO ANEXO XIII DA LEI COMPLEMENTAR Nº 84, DE 24 DE JUNHO DE 2014, QUE CONCEDEU REAJUSTE DE 8,62%, RELATIVO À VARIAÇÃO DO INPC NO PERÍODO DE 01/01/2013 A 30/04/2014, COM EFEITOS FINANCEIROS RETROATIVOS A 01/05/2014.				
Graus de Formação →		Ensino Superior na Área e Registro no Conselho	Pós-Graduação *lato sensu* na Área de Atuação, no mínimo 120 horas	Mestrado ou Doutorado na área de atuação
Nível	**Percentual**	**Classe – A - 1,00**	**Classe - B - 1,15**	**Classe - C - 1,30**
1 - 0 ano	1,00	5.775,78	6.642,15	7.508,51
2 - 1 ano	1,02	5.891,30	6.774,99	7.658,68
3 - 2 anos	1,04	6.006,81	6.907,83	7.808,85
4 - 3 anos	1,06	6.122,33	7.040,68	7.959,02
5 - 4 anos	1,08	6.237,84	7.173,52	8.109,20
6 - 5 anos	1,10	6.353,36	7.306,36	8.259,37
7 - 6 anos	1,12	6.468,87	7.439,20	8.409,54
8 - 7 anos	1,14	6.584,39	7.572,05	8.559,71
9 - 8 anos	1,16	6.699,90	7.704,89	8.709,88
10 - 9 anos	1,18	6.815,42	7.837,73	8.860,05
11 - 10 anos	1,20	6.930,94	7.970,58	9.010,22
12 - 11 anos	1,22	7.046,45	8.103,42	9.160,39
13 - 12 anos	1,24	7.161,97	8.236,26	9.310,56
14 - 13 anos	1,26	7.277,48	8.369,11	9.460,73
15 - 14 anos	1,28	7.393,00	8.501,95	9.610,90
16 - 15 anos	1,30	7.508,51	8.634,79	9.761,07
17 - 16 anos	1,32	7.624,03	8.767,63	9.911,24
18 - 17 anos	1,34	7.739,55	8.900,48	10.061,41
19 - 18 anos	1,36	7.855,06	9.033,32	10.211,58
20 - 19 anos	1,38	7.970,58	9.166,16	10.361,75
21 - 20 anos	1,40	8.086,09	9.299,01	10.511,92
22 - 21 anos	1,42	8.201,61	9.431,85	10.662,09
23 - 22 anos	1,44	8.317,12	9.564,69	10.812,26
24 - 23 anos	1,46	8.432,64	9.697,53	10.962,43
25 - 24 anos	1,48	8.548,15	9.830,38	11.112,60
26 - 25 anos	1,50	8.663,67	9.963,22	11.262,77
27 - 26 anos	1,52	8.779,19	10.096,06	11.412,94
28 - 27 anos	1,54	8.894,70	10.228,91	11.563,11
29 - 28 anos	1,56	9.010,22	10.361,75	11.713,28
30 - 29 anos	1,58	9.125,73	10.494,59	11.863,45
31 - 30 anos	1,60	9.241,25	10.627,44	12.013,62
32 - 31 anos	1,62	9.356,76	10.760,28	12.163,79
33 - 32 anos	1,64	9.472,28	10.893,12	12.313,96
34 - 33 anos	1,66	9.587,79	11.025,96	12.464,13
35 - 34 anos	1,68	9.703,31	11.158,81	12.614,30

.

LEI Nº 595/2008 - ANEXO III – MÉDICO ULTRASSONOGRAFISTA - TABELA 20 HORAS INCLUÍDO PELO ANEXO XIV DA LEI COMPLEMENTAR Nº 84, DE 24 DE JUNHO DE 2014, QUE CONCEDEU REAJUSTE DE 8,62%, RELATIVO À VARIAÇÃO DO INPC NO PERÍODO DE 01/01/2013 A 30/04/2014, COM EFEITOS FINANCEIROS RETROATIVOS A 01/05/2014.				
Graus de Formação →		Ensino Superior na Área e Registro no Conselho	Pós-Graduação *lato sensu* na Área de Atuação, no mínimo 120 horas	Mestrado ou Doutorado na área de atuação
Nível	**Percentual**	**Classe – A - 1,00**	**Classe - B - 1,15**	**Classe - C - 1,30**
1 - 0 ano	1,00	2.577,44	2.964,06	3.350,67
2 - 1 ano	1,02	2.628,99	3.023,34	3.417,69
3 - 2 anos	1,04	2.680,54	3.082,62	3.484,70
4 - 3 anos	1,06	2.732,09	3.141,90	3.551,71
5 - 4 anos	1,08	2.783,64	3.201,18	3.618,73
6 - 5 anos	1,10	2.835,18	3.260,46	3.685,74
7 - 6 anos	1,12	2.886,73	3.319,74	3.752,75
8 - 7 anos	1,14	2.938,28	3.379,02	3.819,77
9 - 8 anos	1,16	2.989,83	3.438,30	3.886,78
10 - 9 anos	1,18	3.041,38	3.497,59	3.953,79
11 - 10 anos	1,20	3.092,93	3.556,87	4.020,81
12 - 11 anos	1,22	3.144,48	3.616,15	4.087,82
13 - 12 anos	1,24	3.196,03	3.675,43	4.154,83
14 - 13 anos	1,26	3.247,57	3.734,71	4.221,85
15 - 14 anos	1,28	3.299,12	3.793,99	4.288,86
16 - 15 anos	1,30	3.350,67	3.853,27	4.355,87

17 - 16 anos	1,32	3.402,22	3.912,55	4.422,89
18 - 17 anos	1,34	3.453,77	3.971,84	4.489,90
19 - 18 anos	1,36	3.505,32	4.031,12	4.556,91
20 - 19 anos	1,38	3.556,87	4.090,40	4.623,93
21 - 20 anos	1,40	3.608,42	4.149,68	4.690,94
22 - 21 anos	1,42	3.659,96	4.208,96	4.757,95
23 - 22 anos	1,44	3.711,51	4.268,24	4.824,97
24 - 23 anos	1,46	3.763,06	4.327,52	4.891,98
25 - 24 anos	1,48	3.814,61	4.386,80	4.958,99
26 - 25 anos	1,50	3.866,16	4.446,08	5.026,01
27 - 26 anos	1,52	3.917,71	4.505,37	5.093,02
28 - 27 anos	1,54	3.969,26	4.564,65	5.160,03
29 - 28 anos	1,56	4.020,81	4.623,93	5.227,05
30 - 29 anos	1,58	4.072,36	4.683,21	5.294,06
31 - 30 anos	1,60	4.123,90	4.742,49	5.361,08
32 - 31 anos	1,62	4.175,45	4.801,77	5.428,09
33 - 32 anos	1,64	4.227,00	4.861,05	5.495,10
34 - 33 anos	1,66	4.278,55	4.920,33	5.562,12
35 - 34 anos	1,68	4.330,10	4.979,61	5.629,13

.

LEI Nº 595/2008 - ANEXO IV – ENFERMEIRO - TABELA 40 HORAS

INCLUÍDO PELO ANEXO XV DA LEI COMPLEMENTAR Nº 84, DE 24 DE JUNHO DE 2014, QUE CONCEDEU REAJUSTE DE 8,62%, RELATIVO À VARIAÇÃO DO INPC NO PERÍODO DE 01/01/2013 A 30/04/2014, COM EFEITOS FINANCEIROS RETROATIVOS A 01/05/2014.

Graus de Formação →		Ensino Superior na Área e Registro no Conselho	Pós-Graduação *lato sensu* na Área de Atuação, no mínimo 120 horas	Mestrado ou Doutorado na área de atuação
Nível	**Percentual**	**Classe – A - 1,00**	**Classe - B - 1,15**	**Classe - C - 1,30**
1 - 0 ano	1,00	3.609,87	4.151,35	4.692,83
2 - 1 ano	1,02	3.682,07	4.234,38	4.786,69
3 - 2 anos	1,04	3.754,26	4.317,40	4.880,54
4 - 3 anos	1,06	3.826,46	4.400,43	4.974,40
5 - 4 anos	1,08	3.898,66	4.483,46	5.068,26
6 - 5 anos	1,10	3.970,86	4.566,49	5.162,11
7 - 6 anos	1,12	4.043,05	4.649,51	5.255,97
8 - 7 anos	1,14	4.115,25	4.732,54	5.349,83
9 - 8 anos	1,16	4.187,45	4.815,57	5.443,68
10 - 9 anos	1,18	4.259,65	4.898,59	5.537,54
11 - 10 anos	1,20	4.331,84	4.981,62	5.631,40
12 - 11 anos	1,22	4.404,04	5.064,65	5.725,25
13 - 12 anos	1,24	4.476,24	5.147,67	5.819,11
14 - 13 anos	1,26	4.548,44	5.230,70	5.912,97
15 - 14 anos	1,28	4.620,63	5.313,73	6.006,82
16 - 15 anos	1,30	4.692,83	5.396,76	6.100,68
17 - 16 anos	1,32	4.765,03	5.479,78	6.194,54
18 - 17 anos	1,34	4.837,23	5.562,81	6.288,39
19 - 18 anos	1,36	4.909,42	5.645,84	6.382,25
20 - 19 anos	1,38	4.981,62	5.728,86	6.476,11
21 - 20 anos	1,40	5.053,82	5.811,89	6.569,96
22 - 21 anos	1,42	5.126,02	5.894,92	6.663,82
23 - 22 anos	1,44	5.198,21	5.977,94	6.757,68
24 - 23 anos	1,46	5.270,41	6.060,97	6.851,53
25 - 24 anos	1,48	5.342,61	6.144,00	6.945,39
26 - 25 anos	1,50	5.414,81	6.227,03	7.039,25
27 - 26 anos	1,52	5.487,00	6.310,05	7.133,10
28 - 27 anos	1,54	5.559,20	6.393,08	7.226,96
29 - 28 anos	1,56	5.631,40	6.476,11	7.320,82
30 - 29 anos	1,58	5.703,59	6.559,13	7.414,67
31 - 30 anos	1,60	5.775,79	6.642,16	7.508,53
32 - 31 anos	1,62	5.847,99	6.725,19	7.602,39
33 - 32 anos	1,64	5.920,19	6.808,21	7.696,24
34 - 33 anos	1,66	5.992,38	6.891,24	7.790,10
35 - 34 anos	1,68	6.064,58	6.974,27	7.883,96

.

LEI Nº 595/2008 - ANEXO V – TÉCNICO EM ENFERMAGEM - TABELA 40 HORAS

INCLUÍDO PELO ANEXO XVI DA LEI COMPLEMENTAR Nº 84, DE 24 DE JUNHO DE 2014, QUE CONCEDEU REAJUSTE DE 8,62%, RELATIVO À VARIAÇÃO DO INPC NO PERÍODO DE 01/01/2013 A 30/04/2014, COM EFEITOS FINANCEIROS RETROATIVOS A 01/05/2014.

Graus de Formação →		Ensino Médio Completo na Área de Atuação, com Registro no Conselho	Ensino Médio Completo + 120 Horas de Cursos na Área de Atuação	Ensino Superior Completo na Área de Atuação, com Registro no Conselho de Classe
Nível	**Percentual**	**Classe – A - 1,00**	**Classe - B - 1,15**	**Classe - C - 1,30**
1 - 0 ano	1,00	1.010,76	1.162,37	1.313,99
2 - 1 ano	1,02	1.030,98	1.185,62	1.340,27
3 - 2 anos	1,04	1.051,19	1.208,87	1.366,55
4 - 3 anos	1,06	1.071,41	1.232,12	1.392,83
5 - 4 anos	1,08	1.091,62	1.255,36	1.419,11
6 - 5 anos	1,10	1.111,84	1.278,61	1.445,39
7 - 6 anos	1,12	1.132,05	1.301,86	1.471,67
8 - 7 anos	1,14	1.152,27	1.325,11	1.497,95
9 - 8 anos	1,16	1.172,48	1.348,35	1.524,23
10 - 9 anos	1,18	1.192,70	1.371,60	1.550,51
11 - 10 anos	1,20	1.212,91	1.394,85	1.576,79
12 - 11 anos	1,22	1.233,13	1.418,10	1.603,07
13 - 12 anos	1,24	1.253,34	1.441,34	1.629,35
14 - 13 anos	1,26	1.273,56	1.464,59	1.655,62
15 - 14 anos	1,28	1.293,77	1.487,84	1.681,90
16 - 15 anos	1,30	1.313,99	1.511,09	1.708,18
17 - 16 anos	1,32	1.334,20	1.534,33	1.734,46
18 - 17 anos	1,34	1.354,42	1.557,58	1.760,74
19 - 18 anos	1,36	1.374,63	1.580,83	1.787,02
20 - 19 anos	1,38	1.394,85	1.604,08	1.813,30
21 - 20 anos	1,40	1.415,06	1.627,32	1.839,58
22 - 21 anos	1,42	1.435,28	1.650,57	1.865,86
23 - 22 anos	1,44	1.455,49	1.673,82	1.892,14
24 - 23 anos	1,46	1.475,71	1.697,07	1.918,42
25 - 24 anos	1,48	1.495,92	1.720,31	1.944,70
26 - 25 anos	1,50	1.516,14	1.743,56	1.970,98
27 - 26 anos	1,52	1.536,36	1.766,81	1.997,26
28 - 27 anos	1,54	1.556,57	1.790,06	2.023,54
29 - 28 anos	1,56	1.576,79	1.813,30	2.049,82
30 - 29 anos	1,58	1.597,00	1.836,55	2.076,10
31 - 30 anos	1,60	1.617,22	1.859,80	2.102,38
32 - 31 anos	1,62	1.637,43	1.883,05	2.128,66
33 - 32 anos	1,64	1.657,65	1.906,29	2.154,94
34 - 33 anos	1,66	1.677,86	1.929,54	2.181,22
35 - 34 anos	1,68	1.698,08	1.952,79	2.207,50

.

LEI Nº 595/2008 - ANEXO VI – AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE (ACS) - TABELA 40 HORAS

INCLUÍDO PELO ANEXO XVII DA LEI COMPLEMENTAR Nº 84, DE 24 DE JUNHO DE 2014, QUE CONCEDEU REAJUSTE DE 8,62%, RELATIVO À VARIAÇÃO DO INPC NO PERÍODO DE 01/01/2013 A 30/04/2014, COM EFEITOS FINANCEIROS RETROATIVOS A 01/05/2014.

Graus de Formação →		Ensino Fundamental Completo	Ensino Médio Completo + 120 Horas de Cursos na Área de Atuação	Ensino Superior Completo na Área de Atuação, com Registro no Conselho de Classe
Nível	**Percentual**	**Classe – A - 1,00**	**Classe - B - 1,15**	**Classe - C - 1,30**
1 - 0 ano	1,00	478,59	550,38	622,17
2 - 1 ano	1,02	488,16	561,39	634,61
3 - 2 anos	1,04	497,73	572,39	647,05
4 - 3 anos	1,06	507,31	583,40	659,50
5 - 4 anos	1,08	516,88	594,41	671,94
6 - 5 anos	1,10	526,45	605,42	684,38
7 - 6 anos	1,12	536,02	616,42	696,83
8 - 7 anos	1,14	545,59	627,43	709,27
9 - 8 anos	1,16	555,16	638,44	721,71
10 - 9 anos	1,18	564,74	649,45	734,16
11 - 10 anos	1,20	574,31	660,45	746,60
12 - 11 anos	1,22	583,88	671,46	759,04
13 - 12 anos	1,24	593,45	682,47	771,49
14 - 13 anos	1,26	603,02	693,48	783,93
15 - 14 anos	1,28	612,60	704,48	796,37
16 - 15 anos	1,30	622,17	715,49	808,82
17 - 16 anos	1,32	631,74	726,50	821,26
18 - 17 anos	1,34	641,31	737,51	833,70
19 - 18 anos	1,36	650,88	748,51	846,15
20 - 19 anos	1,38	660,45	759,52	858,59
21 - 20 anos	1,40	670,03	770,53	871,03
22 - 21 anos	1,42	679,60	781,54	883,48
23 - 22 anos	1,44	689,17	792,55	895,92
24 - 23 anos	1,46	698,74	803,55	908,36
25 - 24 anos	1,48	708,31	814,56	920,81
26 - 25 anos	1,50	717,89	825,57	933,25
27 - 26 anos	1,52	727,46	836,58	945,69
28 - 27 anos	1,54	737,03	847,58	958,14
29 - 28 anos	1,56	746,60	858,59	970,58
30 - 29 anos	1,58	756,17	869,60	983,02
31 - 30 anos	1,60	765,74	880,61	995,47
32 - 31 anos	1,62	775,32	891,61	1.007,91
33 - 32 anos	1,64	784,89	902,62	1.020,35
34 - 33 anos	1,66	794,46	913,63	1.032,80
35 - 34 anos	1,68	804,03	924,64	1.045,24

.

LEI Nº 595/2008 - ANEXO VII – AGENTE DE COMBATE ÀS ENDEMIAS (ACE) - TABELA 40 HORAS

INCLUÍDO PELO ANEXO XVIII DA LEI COMPLEMENTAR Nº 84, DE 24 DE JUNHO DE 2014, QUE CONCEDEU REAJUSTE DE 8,62%, RELATIVO À VARIAÇÃO DO INPC NO PERÍODO DE 01/01/2013 A 30/04/2014, COM EFEITOS FINANCEIROS RETROATIVOS A 01/05/2014.

Graus de Formação →		Ensino Fundamental Completo	Ensino Médio Completo + 120 Horas de Cursos na Área de Atuação	Ensino Superior Completo na Área de Atuação, com Registro no Conselho de Classe
Nível	**Percentual**	**Classe – A - 1,00**	**Classe - B - 1,15**	**Classe - C - 1,30**
1 - 0 ano	1,00	649,78	747,25	844,71
2 - 1 ano	1,02	662,78	762,19	861,61
3 - 2 anos	1,04	675,77	777,14	878,50
4 - 3 anos	1,06	688,77	792,08	895,40
5 - 4 anos	1,08	701,76	807,03	912,29
6 - 5 anos	1,10	714,76	821,97	929,19
7 - 6 anos	1,12	727,75	836,92	946,08
8 - 7 anos	1,14	740,75	851,86	962,97
9 - 8 anos	1,16	753,74	866,81	979,87
10 - 9 anos	1,18	766,74	881,75	996,76
11 - 10 anos	1,20	779,74	896,70	1.013,66
12 - 11 anos	1,22	792,73	911,64	1.030,55

13 - 12 anos	1,24	805,73	926,59	1.047,45
14 - 13 anos	1,26	818,72	941,53	1.064,34
15 - 14 anos	1,28	831,72	956,48	1.081,23
16 - 15 anos	1,30	844,71	971,42	1.098,13
17 - 16 anos	1,32	857,71	986,37	1.115,02
18 - 17 anos	1,34	870,71	1.001,31	1.131,92
19 - 18 anos	1,36	883,70	1.016,26	1.148,81
20 - 19 anos	1,38	896,70	1.031,20	1.165,71
21 - 20 anos	1,40	909,69	1.046,15	1.182,60
22 - 21 anos	1,42	922,69	1.061,09	1.199,49
23 - 22 anos	1,44	935,68	1.076,04	1.216,39
24 - 23 anos	1,46	948,68	1.090,98	1.233,28
25 - 24 anos	1,48	961,67	1.105,93	1.250,18
26 - 25 anos	1,50	974,67	1.120,87	1.267,07
27 - 26 anos	1,52	987,67	1.135,82	1.283,97
28 - 27 anos	1,54	1.000,66	1.150,76	1.300,86
29 - 28 anos	1,56	1.013,66	1.165,71	1.317,75
30 - 29 anos	1,58	1.026,65	1.180,65	1.334,65
31 - 30 anos	1,60	1.039,65	1.195,60	1.351,54
32 - 31 anos	1,62	1.052,64	1.210,54	1.368,44
33 - 32 anos	1,64	1.065,64	1.225,49	1.385,33
34 - 33 anos	1,66	1.078,63	1.240,43	1.402,23
35 - 34 anos	1,68	1.091,63	1.255,37	1.419,12

.

LEI Nº 595/2008 - ANEXO VIII – ATENDENTE DE CONSULTÓRIO DENTÁRIO (ACD) - TABELA 40 HORAS

INCLUÍDO PELO ANEXO XIX DA LEI COMPLEMENTAR Nº 84, DE 24 DE JUNHO DE 2014, QUE CONCEDEU REAJUSTE DE 8,62%, RELATIVO À VARIAÇÃO DO INPC NO PERÍODO DE 01/01/2013 A 30/04/2014, COM EFEITOS FINANCEIROS RETROATIVOS A 01/05/2014.

Graus de Formação →		Ensino Fundamental Completo	Ensino Médio Completo + 120 Horas de Cursos na Área de Atuação	Ensino Superior Completo na Área de Atuação, com Registro no Conselho de Classe
Nível	**Percentual**	**Classe – A - 1,00**	**Classe - B - 1,15**	**Classe - C - 1,30**
1 - 0 ano	1,00	599,23	689,11	779,00
2 - 1 ano	1,02	611,21	702,90	794,58
3 - 2 anos	1,04	623,20	716,68	810,16
4 - 3 anos	1,06	635,18	730,46	825,74
5 - 4 anos	1,08	647,17	744,24	841,32
6 - 5 anos	1,10	659,15	758,03	856,90
7 - 6 anos	1,12	671,14	771,81	872,48
8 - 7 anos	1,14	683,12	785,59	888,06
9 - 8 anos	1,16	695,11	799,37	903,64
10 - 9 anos	1,18	707,09	813,16	919,22
11 - 10 anos	1,20	719,08	826,94	934,80
12 - 11 anos	1,22	731,06	840,72	950,38
13 - 12 anos	1,24	743,05	854,50	965,96
14 - 13 anos	1,26	755,03	868,28	981,54
15 - 14 anos	1,28	767,01	882,07	997,12
16 - 15 anos	1,30	779,00	895,85	1.012,70
17 - 16 anos	1,32	790,98	909,63	1.028,28
18 - 17 anos	1,34	802,97	923,41	1.043,86
19 - 18 anos	1,36	814,95	937,20	1.059,44
20 - 19 anos	1,38	826,94	950,98	1.075,02
21 - 20 anos	1,40	838,92	964,76	1.090,60
22 - 21 anos	1,42	850,91	978,54	1.106,18
23 - 22 anos	1,44	862,89	992,32	1.121,76
24 - 23 anos	1,46	874,88	1.006,11	1.137,34
25 - 24 anos	1,48	886,86	1.019,89	1.152,92
26 - 25 anos	1,50	898,85	1.033,67	1.168,50
27 - 26 anos	1,52	910,83	1.047,45	1.184,08
28 - 27 anos	1,54	922,81	1.061,24	1.199,66
29 - 28 anos	1,56	934,80	1.075,02	1.215,24
30 - 29 anos	1,58	946,78	1.088,80	1.230,82
31 - 30 anos	1,60	958,77	1.102,58	1.246,40
32 - 31 anos	1,62	970,75	1.116,37	1.261,98
33 - 32 anos	1,64	982,74	1.130,15	1.277,56
34 - 33 anos	1,66	994,72	1.143,93	1.293,14
35 - 34 anos	1,68	1.006,71	1.157,71	1.308,72

.

LEI Nº 595/2008 - ANEXO IX – ODONTÓLOGO - TABELA 40 HORAS

INCLUÍDO PELO ANEXO XX DA LEI COMPLEMENTAR Nº 84, DE 24 DE JUNHO DE 2014, QUE CONCEDEU REAJUSTE DE 8,62%, RELATIVO À VARIAÇÃO DO INPC NO PERÍODO DE 01/01/2013 A 30/04/2014, COM EFEITOS FINANCEIROS RETROATIVOS A 01/05/2014.

Graus de Formação →		Ensino Superior na Área e Registro no Conselho	Pós-Graduação *lato sensu* na Área de Atuação, no mínimo 120 horas	Mestrado ou Doutorado na área de atuação
Nível	**Percentual**	**Classe – A - 1,00**	**Classe - B - 1,15**	**Classe - C - 1,30**
1 - 0 ano	1,00	3.609,87	4.151,35	4.692,83
2 - 1 ano	1,02	3.682,07	4.234,38	4.786,69
3 - 2 anos	1,04	3.754,26	4.317,40	4.880,54
4 - 3 anos	1,06	3.826,46	4.400,43	4.974,40
5 - 4 anos	1,08	3.898,66	4.483,46	5.068,26
6 - 5 anos	1,10	3.970,86	4.566,49	5.162,11
7 - 6 anos	1,12	4.043,05	4.649,51	5.255,97
8 - 7 anos	1,14	4.115,25	4.732,54	5.349,83
9 - 8 anos	1,16	4.187,45	4.815,57	5.443,68
10 - 9 anos	1,18	4.259,65	4.898,59	5.537,54
11 - 10 anos	1,20	4.331,84	4.981,62	5.631,40
12 - 11 anos	1,22	4.404,04	5.064,65	5.725,25
13 - 12 anos	1,24	4.476,24	5.147,67	5.819,11
14 - 13 anos	1,26	4.548,44	5.230,70	5.912,97
15 - 14 anos	1,28	4.620,63	5.313,73	6.006,82
16 - 15 anos	1,30	4.692,83	5.396,76	6.100,68
17 - 16 anos	1,32	4.765,03	5.479,78	6.194,54
18 - 17 anos	1,34	4.837,23	5.562,81	6.288,39
19 - 18 anos	1,36	4.909,42	5.645,84	6.382,25
20 - 19 anos	1,38	4.981,62	5.728,86	6.476,11
21 - 20 anos	1,40	5.053,82	5.811,89	6.569,96
22 - 21 anos	1,42	5.126,02	5.894,92	6.663,82
23 - 22 anos	1,44	5.198,21	5.977,94	6.757,68
24 - 23 anos	1,46	5.270,41	6.060,97	6.851,53
25 - 24 anos	1,48	5.342,61	6.144,00	6.945,39
26 - 25 anos	1,50	5.414,81	6.227,03	7.039,25
27 - 26 anos	1,52	5.487,00	6.310,05	7.133,10
28 - 27 anos	1,54	5.559,20	6.393,08	7.226,96
29 - 28 anos	1,56	5.631,40	6.476,11	7.320,82
30 - 29 anos	1,58	5.703,59	6.559,13	7.414,67
31 - 30 anos	1,60	5.775,79	6.642,16	7.508,53
32 - 31 anos	1,62	5.847,99	6.725,19	7.602,39
33 - 32 anos	1,64	5.920,19	6.808,21	7.696,24
34 - 33 anos	1,66	5.992,38	6.891,24	7.790,10
35 - 34 anos	1,68	6.064,58	6.974,27	7.883,96

.

LEI Nº 595/2008 - ANEXO X – ASSISTENTE SOCIAL - TABELA 40 HORAS

INCLUÍDO PELO ANEXO XXI DA LEI COMPLEMENTAR Nº 84, DE 24 DE JUNHO DE 2014, QUE CONCEDEU REAJUSTE DE 8,62%, RELATIVO À VARIAÇÃO DO INPC NO PERÍODO DE 01/01/2013 A 30/04/2014, COM EFEITOS FINANCEIROS RETROATIVOS A 01/05/2014.

Graus de Formação →		Ensino Superior na Área e Registro no Conselho	Pós-Graduação *lato sensu* na Área de Atuação, no mínimo 120 horas	Mestrado ou Doutorado na área de atuação
Nível	**Percentual**	**Classe – A - 1,00**	**Classe - B - 1,15**	**Classe - C - 1,30**
1 - 0 ano	1,00	2.310,31	2.656,86	3.003,40
2 - 1 ano	1,02	2.356,52	2.709,99	3.063,47
3 - 2 anos	1,04	2.402,72	2.763,13	3.123,54
4 - 3 anos	1,06	2.448,93	2.816,27	3.183,61
5 - 4 anos	1,08	2.495,13	2.869,41	3.243,68
6 - 5 anos	1,10	2.541,34	2.922,54	3.303,74
7 - 6 anos	1,12	2.587,55	2.975,68	3.363,81
8 - 7 anos	1,14	2.633,75	3.028,82	3.423,88
9 - 8 anos	1,16	2.679,96	3.081,95	3.483,95
10 - 9 anos	1,18	2.726,17	3.135,09	3.544,02
11 - 10 anos	1,20	2.772,37	3.188,23	3.604,08
12 - 11 anos	1,22	2.818,58	3.241,36	3.664,15
13 - 12 anos	1,24	2.864,78	3.294,50	3.724,22
14 - 13 anos	1,26	2.910,99	3.347,64	3.784,29
15 - 14 anos	1,28	2.957,20	3.400,78	3.844,36
16 - 15 anos	1,30	3.003,40	3.453,91	3.904,42
17 - 16 anos	1,32	3.049,61	3.507,05	3.964,49
18 - 17 anos	1,34	3.095,82	3.560,19	4.024,56
19 - 18 anos	1,36	3.142,02	3.613,32	4.084,63
20 - 19 anos	1,38	3.188,23	3.666,46	4.144,70
21 - 20 anos	1,40	3.234,43	3.719,60	4.204,76
22 - 21 anos	1,42	3.280,64	3.772,74	4.264,83
23 - 22 anos	1,44	3.326,85	3.825,87	4.324,90
24 - 23 anos	1,46	3.373,05	3.879,01	4.384,97
25 - 24 anos	1,48	3.419,26	3.932,15	4.445,04
26 - 25 anos	1,50	3.465,47	3.985,28	4.505,10
27 - 26 anos	1,52	3.511,67	4.038,42	4.565,17
28 - 27 anos	1,54	3.557,88	4.091,56	4.625,24
29 - 28 anos	1,56	3.604,08	4.144,70	4.685,31
30 - 29 anos	1,58	3.650,29	4.197,83	4.745,38
31 - 30 anos	1,60	3.696,50	4.250,97	4.805,44
32 - 31 anos	1,62	3.742,70	4.304,11	4.865,51
33 - 32 anos	1,64	3.788,91	4.357,24	4.925,58
34 - 33 anos	1,66	3.835,11	4.410,38	4.985,65
35 - 34 anos	1,68	3.881,32	4.463,52	5.045,72

.

LEI Nº 595/2008 - ANEXO XI – PSICÓLOGO - TABELA 40 HORAS

INCLUÍDO PELO ANEXO XXII DA LEI COMPLEMENTAR Nº 84, DE 24 DE JUNHO DE 2014, QUE CONCEDEU REAJUSTE DE 8,62%, RELATIVO À VARIAÇÃO DO INPC NO PERÍODO DE 01/01/2013 A 30/04/2014, COM EFEITOS FINANCEIROS RETROATIVOS A 01/05/2014.

Graus de Formação →		Ensino Superior na Área e Registro no Conselho	Pós-Graduação *lato sensu* na Área de Atuação, no mínimo 120 horas	Mestrado ou Doutorado na área de atuação
Nível	**Percentual**	**Classe – A - 1,00**	**Classe - B - 1,15**	**Classe - C - 1,30**
1 - 0 ano	1,00	3.465,47	3.985,29	4.505,11
2 - 1 ano	1,02	3.534,78	4.065,00	4.595,21
3 - 2 anos	1,04	3.604,09	4.144,70	4.685,32
4 - 3 anos	1,06	3.673,40	4.224,41	4.775,42
5 - 4 anos	1,08	3.742,71	4.304,11	4.865,52
6 - 5 anos	1,1	3.812,02	4.383,82	4.955,62
7 - 6 anos	1,12	3.881,33	4.463,53	5.045,72
8 - 7 anos	1,14	3.950,64	4.543,23	5.135,83
9 - 8 anos	1,16	4.019,95	4.622,94	5.225,93
10 - 9 anos	1,18	4.089,25	4.702,64	5.316,03
11 - 10 anos	1,2	4.158,56	4.782,35	5.406,13
12 - 11 anos	1,22	4.227,87	4.862,05	5.496,24

13 - 12 anos	1,24	4.297,18	4.941,76	5.586,34
14 - 13 anos	1,26	4.366,49	5.021,47	5.676,44
15 - 14 anos	1,28	4.435,80	5.101,17	5.766,54
16 - 15 anos	1,3	4.505,11	5.180,88	5.856,64
17 - 16 anos	1,32	4.574,42	5.260,58	5.946,75
18 - 17 anos	1,34	4.643,73	5.340,29	6.036,85
19 - 18 anos	1,36	4.713,04	5.420,00	6.126,95
20 - 19 anos	1,38	4.782,35	5.499,70	6.217,05
21 - 20 anos	1,4	4.851,66	5.579,41	6.307,16
22 - 21 anos	1,42	4.920,97	5.659,11	6.397,26
23 - 22 anos	1,44	4.990,28	5.738,82	6.487,36
24 - 23 anos	1,46	5.059,59	5.818,52	6.577,46
25 - 24 anos	1,48	5.128,90	5.898,23	6.667,56
26 - 25 anos	1,5	5.198,21	5.977,94	6.757,67
27 - 26 anos	1,52	5.267,51	6.057,64	6.847,77
28 - 27 anos	1,54	5.336,82	6.137,35	6.937,87
29 - 28 anos	1,56	5.406,13	6.217,05	7.027,97
30 - 29 anos	1,58	5.475,44	6.296,76	7.118,08
31 - 30 anos	1,6	5.544,75	6.376,46	7.208,18
32 - 31 anos	1,62	5.614,06	6.456,17	7.298,28
33 - 32 anos	1,64	5.683,37	6.535,88	7.388,38
34 - 33 anos	1,66	5.752,68	6.615,58	7.478,48
35 - 34 anos	1,68	5.821,99	6.695,29	7.568,59

.

LEI Nº 595/2008 - ANEXO XII – NUTRICIONISTA - TABELA 40 HORAS

INCLUÍDO PELO ANEXO XXIII DA LEI COMPLEMENTAR Nº 84, DE 24 DE JUNHO DE 2014, QUE CONCEDEU REAJUSTE DE 8,62%, RELATIVO À VARIAÇÃO DO INPC NO PERÍODO DE 01/01/2013 A 30/04/2014, COM EFEITOS FINANCEIROS RETROATIVOS A 01/05/2014.

Graus de Formação →		Ensino Superior na Área e Registro no Conselho	Pós-Graduação *lato sensu* na Área de Atuação, no mínimo 120 horas	Mestrado ou Doutorado na área de atuação
Nível	**Percentual**	**Classe – A - 1,00**	**Classe - B - 1,15**	**Classe - C - 1,30**
1 - 0 ano	1,00	3.465,47	3.985,29	4.505,11
2 - 1 ano	1,02	3.534,78	4.065,00	4.595,21
3 - 2 anos	1,04	3.604,09	4.144,70	4.685,32
4 - 3 anos	1,06	3.673,40	4.224,41	4.775,42
5 - 4 anos	1,08	3.742,71	4.304,11	4.865,52
6 - 5 anos	1,10	3.812,02	4.383,82	4.955,62
7 - 6 anos	1,12	3.881,33	4.463,53	5.045,72
8 - 7 anos	1,14	3.950,64	4.543,23	5.135,83
9 - 8 anos	1,16	4.019,95	4.622,94	5.225,93
10 - 9 anos	1,18	4.089,25	4.702,64	5.316,03
11 - 10 anos	1,20	4.158,56	4.782,35	5.406,13
12 - 11 anos	1,22	4.227,87	4.862,05	5.496,24
13 - 12 anos	1,24	4.297,18	4.941,76	5.586,34
14 - 13 anos	1,26	4.366,49	5.021,47	5.676,44
15 - 14 anos	1,28	4.435,80	5.101,17	5.766,54
16 - 15 anos	1,30	4.505,11	5.180,88	5.856,64
17 - 16 anos	1,32	4.574,42	5.260,58	5.946,75
18 - 17 anos	1,34	4.643,73	5.340,29	6.036,85
19 - 18 anos	1,36	4.713,04	5.420,00	6.126,95
20 - 19 anos	1,38	4.782,35	5.499,70	6.217,05
21 - 20 anos	1,40	4.851,66	5.579,41	6.307,16
22 - 21 anos	1,42	4.920,97	5.659,11	6.397,26
23 - 22 anos	1,44	4.990,28	5.738,82	6.487,36
24 - 23 anos	1,46	5.059,59	5.818,52	6.577,46
25 - 24 anos	1,48	5.128,90	5.898,23	6.667,56
26 - 25 anos	1,50	5.198,21	5.977,94	6.757,67
27 - 26 anos	1,52	5.267,51	6.057,64	6.847,77
28 - 27 anos	1,54	5.336,82	6.137,35	6.937,87
29 - 28 anos	1,56	5.406,13	6.217,05	7.027,97
30 - 29 anos	1,58	5.475,44	6.296,76	7.118,08
31 - 30 anos	1,60	5.544,75	6.376,46	7.208,18
32 - 31 anos	1,62	5.614,06	6.456,17	7.298,28
33 - 32 anos	1,64	5.683,37	6.535,88	7.388,38
34 - 33 anos	1,66	5.752,68	6.615,58	7.478,48
35 - 34 anos	1,68	5.821,99	6.695,29	7.568,59

.

LEI Nº 595/2008 - ANEXO XIII – FISIOTERAPEUTA - TABELA 40 HORAS

INCLUÍDO PELO ANEXO XXIV DA LEI COMPLEMENTAR Nº 84, DE 24 DE JUNHO DE 2014, QUE CONCEDEU REAJUSTE DE 8,62%, RELATIVO À VARIAÇÃO DO INPC NO PERÍODO DE 01/01/2013 A 30/04/2014, COM EFEITOS FINANCEIROS RETROATIVOS A 01/05/2014.

Graus de Formação →		Ensino Superior na Área e Registro no Conselho	Pós-Graduação *lato sensu* na Área de Atuação, no mínimo 120 horas	Mestrado ou Doutorado na área de atuação
Nível	**Percentual**	**Classe – A - 1,00**	**Classe - B - 1,15**	**Classe - C - 1,30**
1 - 0 ano	1,00	2.310,31	2.656,86	3.003,40
2 - 1 ano	1,02	2.356,52	2.709,99	3.063,47
3 - 2 anos	1,04	2.402,72	2.763,13	3.123,54
4 - 3 anos	1,06	2.448,93	2.816,27	3.183,61
5 - 4 anos	1,08	2.495,13	2.869,41	3.243,68
6 - 5 anos	1,10	2.541,34	2.922,54	3.303,74
7 - 6 anos	1,12	2.587,55	2.975,68	3.363,81
8 - 7 anos	1,14	2.633,75	3.028,82	3.423,88
9 - 8 anos	1,16	2.679,96	3.081,95	3.483,95
10 - 9 anos	1,18	2.726,17	3.135,09	3.544,02
11 - 10 anos	1,20	2.772,37	3.188,23	3.604,08
12 - 11 anos	1,22	2.818,58	3.241,36	3.664,15

13 - 12 anos	1,24	2.864,78	3.294,50	3.724,22
14 - 13 anos	1,26	2.910,99	3.347,64	3.784,29
15 - 14 anos	1,28	2.957,20	3.400,78	3.844,36
16 - 15 anos	1,30	3.003,40	3.453,91	3.904,42
17 - 16 anos	1,32	3.049,61	3.507,05	3.964,49
18 - 17 anos	1,34	3.095,82	3.560,19	4.024,56
19 - 18 anos	1,36	3.142,02	3.613,32	4.084,63
20 - 19 anos	1,38	3.188,23	3.666,46	4.144,70
21 - 20 anos	1,40	3.234,43	3.719,60	4.204,76
22 - 21 anos	1,42	3.280,64	3.772,74	4.264,83
23 - 22 anos	1,44	3.326,85	3.825,87	4.324,90
24 - 23 anos	1,46	3.373,05	3.879,01	4.384,97
25 - 24 anos	1,48	3.419,26	3.932,15	4.445,04
26 - 25 anos	1,50	3.465,47	3.985,28	4.505,10
27 - 26 anos	1,52	3.511,67	4.038,42	4.565,17
28 - 27 anos	1,54	3.557,88	4.091,56	4.625,24
29 - 28 anos	1,56	3.604,08	4.144,70	4.685,31
30 - 29 anos	1,58	3.650,29	4.197,83	4.745,38
31 - 30 anos	1,60	3.696,50	4.250,97	4.805,44
32 - 31 anos	1,62	3.742,70	4.304,11	4.865,51
33 - 32 anos	1,64	3.788,91	4.357,24	4.925,58
34 - 33 anos	1,66	3.835,11	4.410,38	4.985,65
35 - 34 anos	1,68	3.881,32	4.463,52	5.045,72

.

LEI Nº 595/2008 - ANEXO XIV – BIOQUÍMICO - TABELA 40 HORAS

INCLUÍDO PELO ANEXO XXV DA LEI COMPLEMENTAR Nº 84, DE 24 DE JUNHO DE 2014, QUE CONCEDEU REAJUSTE DE 8,62%, RELATIVO À VARIAÇÃO DO INPC NO PERÍODO DE 01/01/2013 A 30/04/2014, COM EFEITOS FINANCEIROS RETROATIVOS A 01/05/2014.

Graus de Formação →		Ensino Superior na Área e Registro no Conselho	Pós-Graduação *lato sensu* na Área de Atuação, no mínimo 120 horas	Mestrado ou Doutorado na área de atuação
Nível	**Percentual**	**Classe – A - 1,00**	**Classe - B - 1,15**	**Classe - C - 1,30**
1 - 0 ano	1,00	2.767,72	3.182,88	3.598,04
2 - 1 ano	1,02	2.823,07	3.246,54	3.670,00
3 - 2 anos	1,04	2.878,43	3.310,19	3.741,96
4 - 3 anos	1,06	2.933,78	3.373,85	3.813,92
5 - 4 anos	1,08	2.989,14	3.437,51	3.885,88
6 - 5 anos	1,10	3.044,49	3.501,17	3.957,84
7 - 6 anos	1,12	3.099,85	3.564,82	4.029,80
8 - 7 anos	1,14	3.155,20	3.628,48	4.101,76
9 - 8 anos	1,16	3.210,56	3.692,14	4.173,72
10 - 9 anos	1,18	3.265,91	3.755,80	4.245,68
11 - 10 anos	1,20	3.321,26	3.819,45	4.317,64
12 - 11 anos	1,22	3.376,62	3.883,11	4.389,60
13 - 12 anos	1,24	3.431,97	3.946,77	4.461,56
14 - 13 anos	1,26	3.487,33	4.010,43	4.533,53
15 - 14 anos	1,28	3.542,68	4.074,08	4.605,49
16 - 15 anos	1,30	3.598,04	4.137,74	4.677,45
17 - 16 anos	1,32	3.653,39	4.201,40	4.749,41
18 - 17 anos	1,34	3.708,74	4.265,06	4.821,37
19 - 18 anos	1,36	3.764,10	4.328,71	4.893,33
20 - 19 anos	1,38	3.819,45	4.392,37	4.965,29
21 - 20 anos	1,40	3.874,81	4.456,03	5.037,25
22 - 21 anos	1,42	3.930,16	4.519,69	5.109,21
23 - 22 anos	1,44	3.985,52	4.583,34	5.181,17
24 - 23 anos	1,46	4.040,87	4.647,00	5.253,13
25 - 24 anos	1,48	4.096,23	4.710,66	5.325,09
26 - 25 anos	1,50	4.151,58	4.774,32	5.397,05
27 - 26 anos	1,52	4.206,93	4.837,97	5.469,01
28 - 27 anos	1,54	4.262,29	4.901,63	5.540,98
29 - 28 anos	1,56	4.317,64	4.965,29	5.612,94
30 - 29 anos	1,58	4.373,00	5.028,95	5.684,90
31 - 30 anos	1,60	4.428,35	5.092,60	5.756,86
32 - 31 anos	1,62	4.483,71	5.156,26	5.828,82
33 - 32 anos	1,64	4.539,06	5.219,92	5.900,78
34 - 33 anos	1,66	4.594,42	5.283,58	5.972,74
35 - 34 anos	1,68	4.649,77	5.347,24	6.044,70

.

LEI Nº 595/2008 - ANEXO XV – ENGENHEIRO CIVIL - TABELA 20 HORAS

INCLUÍDO PELO ANEXO XXVI DA LEI COMPLEMENTAR Nº 84, DE 24 DE JUNHO DE 2014, QUE CONCEDEU REAJUSTE DE 8,62%, RELATIVO À VARIAÇÃO DO INPC NO PERÍODO DE 01/01/2013 A 30/04/2014, COM EFEITOS FINANCEIROS RETROATIVOS A 01/05/2014.

Graus de Formação →		Ensino Superior na Área e Registro no Conselho	Pós-Graduação *lato sensu* na Área de Atuação, no mínimo 120 horas	Mestrado ou Doutorado na área de atuação
Nível	**Percentual**	**Classe – A - 1,00**	**Classe - B - 1,15**	**Classe - C - 1,30**
1 - 0 ano	1,00	2.165,92	2.490,81	2.815,70
2 - 1 ano	1,02	2.209,24	2.540,62	2.872,01
3 - 2 anos	1,04	2.252,56	2.590,44	2.928,32
4 - 3 anos	1,06	2.295,88	2.640,26	2.984,64
5 - 4 anos	1,08	2.339,19	2.690,07	3.040,95
6 - 5 anos	1,10	2.382,51	2.739,89	3.097,27
7 - 6 anos	1,12	2.425,83	2.789,70	3.153,58
8 - 7 anos	1,14	2.469,15	2.839,52	3.209,89
9 - 8 anos	1,16	2.512,47	2.889,34	3.266,21
10 - 9 anos	1,18	2.555,79	2.939,15	3.322,52
11 - 10 anos	1,20	2.599,10	2.988,97	3.378,84
12 - 11 anos	1,22	2.642,42	3.038,79	3.435,15

13 - 12 anos	1,24	2.685,74	3.088,60	3.491,46
14 - 13 anos	1,26	2.729,06	3.138,42	3.547,78
15 - 14 anos	1,28	2.772,38	3.188,23	3.604,09
16 - 15 anos	1,30	2.815,70	3.238,05	3.660,40
17 - 16 anos	1,32	2.859,01	3.287,87	3.716,72
18 - 17 anos	1,34	2.902,33	3.337,68	3.773,03
19 - 18 anos	1,36	2.945,65	3.387,50	3.829,35
20 - 19 anos	1,38	2.988,97	3.437,32	3.885,66
21 - 20 anos	1,40	3.032,29	3.487,13	3.941,97
22 - 21 anos	1,42	3.075,61	3.536,95	3.998,29
23 - 22 anos	1,44	3.118,92	3.586,76	4.054,60
24 - 23 anos	1,46	3.162,24	3.636,58	4.110,92
25 - 24 anos	1,48	3.205,56	3.686,40	4.167,23
26 - 25 anos	1,50	3.248,88	3.736,21	4.223,54
27 - 26 anos	1,52	3.292,20	3.786,03	4.279,86
28 - 27 anos	1,54	3.335,52	3.835,84	4.336,17
29 - 28 anos	1,56	3.378,84	3.885,66	4.392,49
30 - 29 anos	1,58	3.422,15	3.935,48	4.448,80
31 - 30 anos	1,60	3.465,47	3.985,29	4.505,11
32 - 31 anos	1,62	3.508,79	4.035,11	4.561,43
33 - 32 anos	1,64	3.552,11	4.084,93	4.617,74
34 - 33 anos	1,66	3.595,43	4.134,74	4.674,06
35 - 34 anos	1,68	3.638,75	4.184,56	4.730,37

.

LEI Nº 595/2008 - ANEXO XVI – EDUCADOR - TABELA 40 HORAS

INCLUÍDO PELO ANEXO XXVII DA LEI COMPLEMENTAR Nº 84, DE 24 DE JUNHO DE 2014, QUE CONCEDEU REAJUSTE DE 8,62%, RELATIVO À VARIAÇÃO DO INPC NO PERÍODO DE 01/01/2013 A 30/04/2014, COM EFEITOS FINANCEIROS RETROATIVOS A 01/05/2014.

Graus de Formação →		Ensino Superior na Área e Registro no Conselho	Pós-Graduação *lato sensu* na Área de Atuação, no mínimo 120 horas	Mestrado ou Doutorado na área de atuação
Nível	**Percentual**	**Classe – A - 1,00**	**Classe - B - 1,15**	**Classe - C - 1,30**
1 - 0 ano	1,00	1.277,89	1.469,57	1.661,26
2 - 1 ano	1,02	1.303,45	1.498,96	1.694,48
3 - 2 anos	1,04	1.329,01	1.528,36	1.727,71
4 - 3 anos	1,06	1.354,56	1.557,75	1.760,93
5 - 4 anos	1,08	1.380,12	1.587,14	1.794,16
6 - 5 anos	1,10	1.405,68	1.616,53	1.827,38
7 - 6 anos	1,12	1.431,24	1.645,92	1.860,61
8 - 7 anos	1,14	1.456,79	1.675,31	1.893,83
9 - 8 anos	1,16	1.482,35	1.704,71	1.927,06
10 - 9 anos	1,18	1.507,91	1.734,10	1.960,28
11 - 10 anos	1,20	1.533,47	1.763,49	1.993,51
12 - 11 anos	1,22	1.559,03	1.792,88	2.026,73
13 - 12 anos	1,24	1.584,58	1.822,27	2.059,96
14 - 13 anos	1,26	1.610,14	1.851,66	2.093,18
15 - 14 anos	1,28	1.635,70	1.881,05	2.126,41
16 - 15 anos	1,30	1.661,26	1.910,45	2.159,63
17 - 16 anos	1,32	1.686,81	1.939,84	2.192,86
18 - 17 anos	1,34	1.712,37	1.969,23	2.226,08
19 - 18 anos	1,36	1.737,93	1.998,62	2.259,31
20 - 19 anos	1,38	1.763,49	2.028,01	2.292,53
21 - 20 anos	1,40	1.789,05	2.057,40	2.325,76
22 - 21 anos	1,42	1.814,60	2.086,79	2.358,98
23 - 22 anos	1,44	1.840,16	2.116,19	2.392,21
24 - 23 anos	1,46	1.865,72	2.145,58	2.425,44
25 - 24 anos	1,48	1.891,28	2.174,97	2.458,66
26 - 25 anos	1,50	1.916,84	2.204,36	2.491,89
27 - 26 anos	1,52	1.942,39	2.233,75	2.525,11
28 - 27 anos	1,54	1.967,95	2.263,14	2.558,34
29 - 28 anos	1,56	1.993,51	2.292,53	2.591,56
30 - 29 anos	1,58	2.019,07	2.321,93	2.624,79
31 - 30 anos	1,60	2.044,62	2.351,32	2.658,01
32 - 31 anos	1,62	2.070,18	2.380,71	2.691,24
33 - 32 anos	1,64	2.095,74	2.410,10	2.724,46
34 - 33 anos	1,66	2.121,30	2.439,49	2.757,69
35 - 34 anos	1,68	2.146,86	2.468,88	2.790,91

.

LEI Nº 595/2008 - ANEXO XVII – TÉCNICO EM SEGURANÇA DO TRABALHO (TST) - TABELA 40 HORAS

INCLUÍDO PELO ANEXO XXVIII DA LEI COMPLEMENTAR Nº 84, DE 24 DE JUNHO DE 2014, QUE CONCEDEU REAJUSTE DE 8,62%, RELATIVO À VARIAÇÃO DO INPC NO PERÍODO DE 01/01/2013 A 30/04/2014, COM EFEITOS FINANCEIROS RETROATIVOS A 01/05/2014.

Graus de Formação →		Ensino Médio Completo na Área de Atuação, com Registro no Conselho	Ensino Médio Completo + 120 Horas de Cursos na Área	Ensino Superior Completo na Área de Atuação, com Registro no Conselho de Classe
Nível	**Percentual**	**Classe – A - 1,00**	**Classe - B - 1,15**	**Classe - C - 1,30**
1 - 0 ano	1,00	1.010,76	1.162,37	1.313,99
2 - 1 ano	1,02	1.030,98	1.185,62	1.340,27
3 - 2 anos	1,04	1.051,19	1.208,87	1.366,55
4 - 3 anos	1,06	1.071,41	1.232,12	1.392,83
5 - 4 anos	1,08	1.091,62	1.255,36	1.419,11
6 - 5 anos	1,10	1.111,84	1.278,61	1.445,39
7 - 6 anos	1,12	1.132,05	1.301,86	1.471,67
8 - 7 anos	1,14	1.152,27	1.325,11	1.497,95
9 - 8 anos	1,16	1.172,48	1.348,35	1.524,23
10 - 9 anos	1,18	1.192,70	1.371,60	1.550,51
11 - 10 anos	1,20	1.212,91	1.394,85	1.576,79
12 - 11 anos	1,22	1.233,13	1.418,10	1.603,07
13 - 12 anos	1,24	1.253,34	1.441,34	1.629,35
14 - 13 anos	1,26	1.273,56	1.464,59	1.655,62
15 - 14 anos	1,28	1.293,77	1.487,84	1.681,90
16 - 15 anos	1,30	1.313,99	1.511,09	1.708,18
17 - 16 anos	1,32	1.334,20	1.534,33	1.734,46
18 - 17 anos	1,34	1.354,42	1.557,58	1.760,74
19 - 18 anos	1,36	1.374,63	1.580,83	1.787,02
20 - 19 anos	1,38	1.394,85	1.604,08	1.813,30
21 - 20 anos	1,40	1.415,06	1.627,32	1.839,58
22 - 21 anos	1,42	1.435,28	1.650,57	1.865,86
23 - 22 anos	1,44	1.455,49	1.673,82	1.892,14
24 - 23 anos	1,46	1.475,71	1.697,07	1.918,42
25 - 24 anos	1,48	1.495,92	1.720,31	1.944,70
26 - 25 anos	1,50	1.516,14	1.743,56	1.970,98
27 - 26 anos	1,52	1.536,36	1.766,81	1.997,26
28 - 27 anos	1,54	1.556,57	1.790,06	2.023,54
29 - 28 anos	1,56	1.576,79	1.813,30	2.049,82
30 - 29 anos	1,58	1.597,00	1.836,55	2.076,10
31 - 30 anos	1,60	1.617,22	1.859,80	2.102,38
32 - 31 anos	1,62	1.637,43	1.883,05	2.128,66
33 - 32 anos	1,64	1.657,65	1.906,29	2.154,94
34 - 33 anos	1,66	1.677,86	1.929,54	2.181,22
35 - 34 anos	1,68	1.698,08	1.952,79	2.207,50

.

LEI Nº 595/2008 - ANEXO XVIII – TÉCNICO EM RADIOLOGIA (TRX) - TABELA 40 HORAS

INCLUÍDO PELO ANEXO XXIX DA LEI COMPLEMENTAR Nº 84, DE 24 DE JUNHO DE 2014, QUE CONCEDEU REAJUSTE DE 8,62%, RELATIVO À VARIAÇÃO DO INPC NO PERÍODO DE 01/01/2013 A 30/04/2014, COM EFEITOS FINANCEIROS RETROATIVOS A 01/05/2014.

Graus de Formação →		Ensino Médio Completo na Área de Atuação, com Registro no Conselho	Ensino Médio Completo + 120 Horas de Cursos na Área	Ensino Superior Completo na Área de Atuação, com Registro no Conselho de Classe
Nível	**Percentual**	**Classe – A - 1,00**	**Classe - B - 1,15**	**Classe - C - 1,30**
1 - 0 ano	1,00	1.010,76	1.162,37	1.313,99
2 - 1 ano	1,02	1.030,98	1.185,62	1.340,27
3 - 2 anos	1,04	1.051,19	1.208,87	1.366,55
4 - 3 anos	1,06	1.071,41	1.232,12	1.392,83
5 - 4 anos	1,08	1.091,62	1.255,36	1.419,11
6 - 5 anos	1,10	1.111,84	1.278,61	1.445,39
7 - 6 anos	1,12	1.132,05	1.301,86	1.471,67
8 - 7 anos	1,14	1.152,27	1.325,11	1.497,95
9 - 8 anos	1,16	1.172,48	1.348,35	1.524,23
10 - 9 anos	1,18	1.192,70	1.371,60	1.550,51
11 - 10 anos	1,20	1.212,91	1.394,85	1.576,79
12 - 11 anos	1,22	1.233,13	1.418,10	1.603,07
13 - 12 anos	1,24	1.253,34	1.441,34	1.629,35
14 - 13 anos	1,26	1.273,56	1.464,59	1.655,62
15 - 14 anos	1,28	1.293,77	1.487,84	1.681,90
16 - 15 anos	1,30	1.313,99	1.511,09	1.708,18
17 - 16 anos	1,32	1.334,20	1.534,33	1.734,46
18 - 17 anos	1,34	1.354,42	1.557,58	1.760,74
19 - 18 anos	1,36	1.374,63	1.580,83	1.787,02
20 - 19 anos	1,38	1.394,85	1.604,08	1.813,30
21 - 20 anos	1,40	1.415,06	1.627,32	1.839,58
22 - 21 anos	1,42	1.435,28	1.650,57	1.865,86
23 - 22 anos	1,44	1.455,49	1.673,82	1.892,14
24 - 23 anos	1,46	1.475,71	1.697,07	1.918,42
25 - 24 anos	1,48	1.495,92	1.720,31	1.944,70
26 - 25 anos	1,50	1.516,14	1.743,56	1.970,98
27 - 26 anos	1,52	1.536,36	1.766,81	1.997,26
28 - 27 anos	1,54	1.556,57	1.790,06	2.023,54
29 - 28 anos	1,56	1.576,79	1.813,30	2.049,82
30 - 29 anos	1,58	1.597,00	1.836,55	2.076,10
31 - 30 anos	1,60	1.617,22	1.859,80	2.102,38
32 - 31 anos	1,62	1.637,43	1.883,05	2.128,66
33 - 32 anos	1,64	1.657,65	1.906,29	2.154,94
34 - 33 anos	1,66	1.677,86	1.929,54	2.181,22
35 - 34 anos	1,68	1.698,08	1.952,79	2.207,50

.

LEI Nº 595/2008 - ANEXO XIX – CONTROLADOR INTERNO - TABELA 40 HORAS

INCLUÍDO PELO ANEXO XXX DA LEI COMPLEMENTAR Nº 84, DE 24 DE JUNHO DE 2014, QUE CONCEDEU REAJUSTE DE 8,62%, RELATIVO À VARIAÇÃO DO INPC NO PERÍODO DE 01/01/2013 A 30/04/2014, COM EFEITOS FINANCEIROS RETROATIVOS A 01/05/2014.

Graus de Formação →		Ensino Superior na Área e Registro no Conselho	Pós-Graduação *lato sensu* na Área de Atuação, no mínimo 120 horas	Mestrado ou Doutorado na área de atuação
Nível	**Percentual**	**Classe – A - 1,00**	**Classe - B - 1,15**	**Classe - C - 1,30**
1 - 0 ano	1,00	3.609,87	4.151,35	4.692,83
2 - 1 ano	1,02	3.682,07	4.234,38	4.786,69
3 - 2 anos	1,04	3.754,26	4.317,40	4.880,54
4 - 3 anos	1,06	3.826,46	4.400,43	4.974,40
5 - 4 anos	1,08	3.898,66	4.483,46	5.068,26
6 - 5 anos	1,10	3.970,86	4.566,49	5.162,11
7 - 6 anos	1,12	4.043,05	4.649,51	5.255,97
8 - 7 anos	1,14	4.115,25	4.732,54	5.349,83
9 - 8 anos	1,16	4.187,45	4.815,57	5.443,68

10 - 9 anos	1,18	4.259,65	4.898,59	5.537,54
11 - 10 anos	1,20	4.331,84	4.981,62	5.631,40
12 - 11 anos	1,22	4.404,04	5.064,65	5.725,25
13 - 12 anos	1,24	4.476,24	5.147,67	5.819,11
14 - 13 anos	1,26	4.548,44	5.230,70	5.912,97
15 - 14 anos	1,28	4.620,63	5.313,73	6.006,82
16 - 15 anos	1,30	4.692,83	5.396,76	6.100,68
17 - 16 anos	1,32	4.765,03	5.479,78	6.194,54
18 - 17 anos	1,34	4.837,23	5.562,81	6.288,39
19 - 18 anos	1,36	4.909,42	5.645,84	6.382,25
20 - 19 anos	1,38	4.981,62	5.728,86	6.476,11
21 - 20 anos	1,40	5.053,82	5.811,89	6.569,96
22 - 21 anos	1,42	5.126,02	5.894,92	6.663,82
23 - 22 anos	1,44	5.198,21	5.977,94	6.757,68
24 - 23 anos	1,46	5.270,41	6.060,97	6.851,53
25 - 24 anos	1,48	5.342,61	6.144,00	6.945,39
26 - 25 anos	1,50	5.414,81	6.227,03	7.039,25
27 - 26 anos	1,52	5.487,00	6.310,05	7.133,10
28 - 27 anos	1,54	5.559,20	6.393,08	7.226,96
29 - 28 anos	1,56	5.631,40	6.476,11	7.320,82
30 - 29 anos	1,58	5.703,59	6.559,13	7.414,67
31 - 30 anos	1,60	5.775,79	6.642,16	7.508,53
32 - 31 anos	1,62	5.847,99	6.725,19	7.602,39
33 - 32 anos	1,64	5.920,19	6.808,21	7.696,24
34 - 33 anos	1,66	5.992,38	6.891,24	7.790,10
35 - 34 anos	1,68	6.064,58	6.974,27	7.883,96

Publicado por:
Marcelino de Fáveri
Código Identificador:E2FF789B

PREFEITURA MUNICIPAL
LEI MUNICIPAL Nº 597, DE 8 DE ABRIL DE 2008.

Lei original arquivada nesta Prefeitura. Conferida pela Unidade de Controle Interno em 27/03/2012.
Reconferida em 14/11/2013, devido às alterações introduzidas pelas Leis Complementares nº 73/2012 e nº 78/2013.
Reconferida em 24/06/2014, devido às alterações introduzidas pela Lei Complementar nº 84/2014

ALTERADA PELA LEI COMPLEMENTAR Nº 84, DE 24 DE JUNHO DE 2014.
ALTERADA PELA LEI COMPLEMENTAR Nº 78, DE 19 DE AGOSTO DE 2013.
ALTERADA PELA LEI COMPLEMENTAR Nº 73, DE 4 DE ABRIL DE 2012.

.

LEI MUNICIPAL Nº 597, de 08 de abril de 2008.

.

Dispõe sobre a criação de cargo público, de provimento efetivo, no Quadro de Servidores do Município de São Félix do Araguaia, e dá outras providências.

.

JOÃO ABREU LUZ, Prefeito Municipal de São Félix do Araguaia, Estado de Mato Grosso, faço saber que a Câmara Municipal aprova e eu sanciono a seguinte lei:

.

Art. 1º - Fica criado, no Quadro de Servidores do Poder Executivo do Município de São Félix do Araguaia (MT), o cargo de Funileiro.

.

Art. 2º – O cargo criado por esta lei é de provimento efetivo e o ingresso dar-se-á mediante concurso público de provas, ou de provas e títulos, conforme as disposições do Art. 37, inciso II da Constituição Federal.

.

Art. 3º - A remuneração do servidor do cargo criado por esta lei se dará com recursos próprios do orçamento municipal.

.

Art. 4º - Os vencimentos e a carga horária constam do anexo I desta lei.

.

Parágrafo único – O número de vagas para preenchimento do respectivo cargo, constante do art. 1º desta lei, consta do Lotacionograma da Prefeitura Municipal, estabelecido em lei específica.

.

Art. 5º – O cargo de FUNILEIRO requer de seu titular certificado de conclusão de Ensino Fundamental Incompleto e suas principais atribuições são as seguintes:

.

I – Executar atividades de reparação automotivas e demais equipamentos próprios de funileiro;

.

II – Confeccionar peças a serem substituídas;

.

III – Aplicar estanho derretido em locais determinados, materiais anticorrosivo;

.

IV – Executar serviços de reparação em fechaduras, dobradiças, batentes;

.

V – Executar serviços de pintura de ônibus e outros equipamentos, veículos e pintura para sinalização;

.

VI – Executar outras tarefas correlatas determinadas pelo superior imediato.

.

Art. 6º O cargo de FUNILEIRO terá sua remuneração com base no Anexo I, com progressão horizontal e vertical do cargo de Agente de Manutenção, previstas no art. 21 da Lei Complementar nº 35, de 30 de outubro de 2003. **(Artigo incluído pelo art. 8º da Lei Complementar nº 84, de 24 de junho de 2014).**

.

Art. 7º – O servidor ocupante do cargo criado por esta lei submete-se ao regime jurídico único dos servidores municipais e ao regime próprio da previdência municipal.

.

Art. 8º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

.

Gabinete do Prefeito Municipal, em 08 de abril de 2008.

.

JOÃO ABREU LUZ
Prefeito Municipal

.

~~ANEXO I~~
~~Lei Municipal nº 597, de 08 de abril de 2008.~~

.

~~CARGO~~	~~CARGA HORÁRIA SEMANAL - CHS~~	~~VENCIMENTO PADRÃO - VP~~
~~Funileiro~~	~~40~~	~~800,00~~

.

~~ALTERAÇÃO INTRODUZIDA PELA LEI COMPLEMENTAR Nº 73, DE 4 DE ABRIL DE 2012, QUE CONCEDEU REAJUSTE DE 25,21% À REMUNERAÇÃO DO CARGO DE FUNILEIRO, REFERENTE À VARIAÇÃO DO INPC NO PERÍODO DE 01/01/2008 A 31/12/2011.~~

~~CARGO~~	~~CARGA HORÁRIA SEMANAL - CHS~~	~~VENCIMENTO PADRÃO - VP~~
~~Funileiro~~	~~40~~	~~1.001,68~~

.

~~ALTERAÇÃO INTRODUZIDA PELA LEI COMPLEMENTAR Nº 78, DE 19 DE AGOSTO DE 2013, QUE CONCEDEU REAJUSTE DE 6,17% À REMUNERAÇÃO DO CARGO DE FUNILEIRO, REFERENTE À VARIAÇÃO DO INPC NO PERÍODO DE 01/01/2012 A 31/12/2012.~~

~~CARGO~~	~~CARGA HORÁRIA SEMANAL - CHS~~	~~VENCIMENTO PADRÃO - VP~~
~~Funileiro~~	~~40~~	~~1.063,48~~

.

ANEXO I À LEI Nº 597, DE 8 DE ABRIL DE 2008.

.

LEI Nº 597/2008 - ANEXO I – FUNILEIRO - TABELA 40 HORAS				
REDAÇÃO DADA PELO ANEXO XXXI DA LEI COMPLEMENTAR Nº 84, DE 24 DE JUNHO DE 2014, QUE CONCEDEU REAJUSTE DE 8,62%, RELATIVO À VARIAÇÃO DO INPC NO PERÍODO DE 01/01/2013 A 30/04/2014, COM EFEITOS FINANCEIROS RETROATIVOS A 01/05/2014.				
Graus de Formação →		Ensino Fundamental Incompleto	Ensino Médio Completo	Ensino Médio Completo + 120 Horas de Cursos na Área de Atuação
Nível	**Percentual**	**Classe – A - 1,00**	**Classe - B - 1,15**	**Classe - C - 1,30**
1 - 0 ano	1,00	1.155,15	1.328,42	1.501,70

2 - 1 ano	1,02	1.178,25	1.354,99	1.531,73
3 - 2 anos	1,04	1.201,36	1.381,56	1.561,76
4 - 3 anos	1,06	1.224,46	1.408,13	1.591,80
5 - 4 anos	1,08	1.247,56	1.434,70	1.621,83
6 - 5 anos	1,10	1.270,67	1.461,26	1.651,86
7 - 6 anos	1,12	1.293,77	1.487,83	1.681,90
8 - 7 anos	1,14	1.316,87	1.514,40	1.711,93
9 - 8 anos	1,16	1.339,97	1.540,97	1.741,97
10 - 9 anos	1,18	1.363,08	1.567,54	1.772,00
11 - 10 anos	1,20	1.386,18	1.594,11	1.802,03
12 - 11 anos	1,22	1.409,28	1.620,68	1.832,07
13 - 12 anos	1,24	1.432,39	1.647,24	1.862,10
14 - 13 anos	1,26	1.455,49	1.673,81	1.892,14
15 - 14 anos	1,28	1.478,59	1.700,38	1.922,17
16 - 15 anos	1,30	1.501,70	1.726,95	1.952,20
17 - 16 anos	1,32	1.524,80	1.753,52	1.982,24
18 - 17 anos	1,34	1.547,90	1.780,09	2.012,27
19 - 18 anos	1,36	1.571,00	1.806,65	2.042,31
20 - 19 anos	1,38	1.594,11	1.833,22	2.072,34
21 - 20 anos	1,40	1.617,21	1.859,79	2.102,37
22 - 21 anos	1,42	1.640,31	1.886,36	2.132,41
23 - 22 anos	1,44	1.663,42	1.912,93	2.162,44
24 - 23 anos	1,46	1.686,52	1.939,50	2.192,47
25 - 24 anos	1,48	1.709,62	1.966,07	2.222,51
26 - 25 anos	1,50	1.732,73	1.992,63	2.252,54
27 - 26 anos	1,52	1.755,83	2.019,20	2.282,58
28 - 27 anos	1,54	1.778,93	2.045,77	2.312,61
29 - 28 anos	1,56	1.802,03	2.072,34	2.342,64
30 - 29 anos	1,58	1.825,14	2.098,91	2.372,68
31 - 30 anos	1,60	1.848,24	2.125,48	2.402,71
32 - 31 anos	1,62	1.871,34	2.152,04	2.432,75
33 - 32 anos	1,64	1.894,45	2.178,61	2.462,78
34 - 33 anos	1,66	1.917,55	2.205,18	2.492,81
35 - 34 anos	1,68	1.940,65	2.231,75	2.522,85

Publicado por:
Marcelino de Fáveri
Código Identificador:E67B8768

PREFEITURA MUNICIPAL
LEI MUNICIPAL Nº 702, DE 26 DE DEZEMBRO DE 2012.

• Cópia desta Lei arquivada nesta Prefeitura. Conferida pela Unidade de Controle Interno em 26/03/2013.
• Não localizada a Lei Original nos arquivos internos.

REVOGADA PELA LEI COMPLEMENTAR Nº 84, DE 24 DE JUNHO DE 2014.

.
LEI MUNICIPAL Nº 702, de 26 de dezembro de 2012.

.
Altera o Anexo I da Lei Municipal n. 595, de 07 de janeiro de 2008.

.
O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA. Faço saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprova e eu sanciono a seguinte lei:

.
Art. 1º - Fica alterado, no Anexo I da Lei Municipal nº 595, de 07 de janeiro de 2008, o Vencimento Padrão do cargo de Odontólogo, que passa a vigorar conforme tabela abaixo:

.

Cargo	Carga Horária Semanal - CHS	Vencimento Padrão - VP
ODONTÓLOGO	40	4.630,67

.
Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

.
São Félix do Araguaia – MT, 26 de dezembro de 2012.

.
FILEMON GOMES COSTA LIMOEIRO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marcelino de Fáveri
Código Identificador:F0BC37AF

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO N° 049/2014

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 067/2014.

Objeto: Contrato n.º 049/2014 para PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS GERAIS DE ELETRICISTA, INCLUINDO INSTALAÇÃO E MANUTENÇÃO ELÉTRICA EM PRÉDIOS PÚBLICOS, ILUMINAÇÃO DE RUAS E AVENIDAS, TEMPORADA DE PRAIA E INSTALAÇÃO E RETIRADA DE LUMINARIAS E ENFEITES NATALINOS, firmado em 23 de junho de 2014.
Vigência: 12 meses.
Empresa adjudicatária: R2 EMPREENDIMENTOS EIRELI - ME, inscrito no CNPJ N.º 19.837.163/0001-51.
Valor Global: R$ 46.500,00 (quarenta e seis mil e quinhentos reais).
Itens Vencidos: 01 a 04.
Fundamento Legal: Lei 10.520/2002 e a Lei 8.666/1993.

São Félix do Araguaia – MT, em 26 de junho de 2014.

JOSÉ ANTÔNIO DE ALMEIDA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Daiane Silva Nascimento
Código Identificador:4E9A70F9

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO POVO

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
TERMO DE ERRATA

Foi publicado no dia 06 de maio de 2014 o Extrato de Contrato nº 038/2014 de PRESTAÇÃO DE SERVIÇO, firmado entre a Prefeitura Municipal de São José do Povo e a Empresa **V.C.O. CAMARGO & CAMARGO LTDA - ME**, entretanto torna-se necessário fazer a seguinte alteração; tendo em vista que o ganhador legal do processo de compra não é a empresa **V.C.O. CAMARGO & CAMARGO LTDA - ME,** cadastrada no CNPJ sob n.º 13.452.090/0001-01, localizada à Avenida Bandeirantes, 3743, Jardim Marinalva, Município de Rondonópolis – MT, e sim, a empresa **CONFECÇÕES PRIMAZIA LTDA,** cadastrada no CNPJ sob n.º 02.667.467/0001-37, localizada à Avenida Padre Anchieta, nº 175, Bairro Vila Aurora, Município de Rondonópolis - MT. Conforme cotação nº 272/2014 de 20 de fevereiro de 2014, cujos valores da Empresa Confecções Primazia LTDA no valor total de R$ 2.156,00 (Dois mil e cento e cinquenta e seis reais); a Empresa Ademira Borges dos ME no valor total de R$ 2.191,00 (Dois mil e cento e noventa e um reais); a Empresa V. C. O. Camargo & Camargo LTDA-ME no valor total de R$ 2.324,00 (Dois mil e trezentos e vinte e quatro reais). Sendo dessa forma corrigido e equivoco e substituído o contrato de PRESTAÇÃO DE SERVIÇO nº077/2014.

São José do Povo – MT; 26 de junho de 2014.

SIDNEIA CAETANO DOS SANTOS
Secretária de Administração

Publicado por:
Sidneia Caetano dos Santos
Código Identificador:3C7B64AC

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DISTRATO DE CONTRATO

DISTRATO DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 057/2014

Pelo presente instrumento particular, de um lado a PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO POVO**,** com sede na Rua José Salmen Hanze, 924 – centro nesta cidade, neste ato representada pelo senhor prefeito o **Sr. ARIVALDO MEDEIROS DE SANTANA**, brasileiro, solteiro, residente à Rua Fernando Correa da Costa nº 775, São José do Povo, portador da Cédula de Identidade RG nº. 491351/SSP-MT e inscrito no CPF/MF sob nº. 353.365.011-15, denominado **CONTRATANTE;** e do outro lado **PRO-REMÉDIOS DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS FARMACÊUTICOS E COSMÉTICOS LTDA,** cadastrada no CNPJ sob n.º 05.159.591/0002-49, localizada à QA/C106LT.01-conjunto;s/n, 410,

Bairro B.Santa Maria, cidade de Brasília, neste ato representada por **CLEIDSON GODOY DE OLIVEIRA**, brasileiro, portador do RG nº 2042173 /SSP/GO e inscrito no CPF nº 336.137.371-91, doravante denominado **CONTRATADA**, mediante as cláusulas e condições seguintes, acordam:
CLÁUSULA PRIMEIRA: A contratante e o contratado, em 06 de maio de 2014, firmaram o "Contrato de aquisição com urgência de medicamentos do elenco da farmácia básico" **(conforme relação/cotação anexo, ou lista de medicamentos anexoI),** para atender a necessidade da demanda de paciente do Município.

CLÁUSULA SEGUNDA: A contratante e o contratado decidem desistir da continuidade do contrato até agora vigente. Pois os preços estavam superiores ao que foi balizado.

CLÁUSULA TERCEIRA: O contratado, por força do instrumento ora distratado, não executou seus serviços.

CLÁUSULA QUARTA: A contratante não tem que pagar ao contratado nenhuma quantia, pois não houve entrega de produtos.

CLÁUSULA QUINTA: A contratante outorga ao contratado plena, total e irrevogável quitação, para nada mais reclamar, a qualquer tempo e a que título for, em relação à avença distratada, bem como aos serviços profissionais prestados.

CLÁUSULA SEXTA: O contratado, após o recebimento dos serviços previstos, outorga à contratante plena, total e irrevogável quitação, para nada mais reclamar, a qualquer tempo e a que título for, em relação à avença distratada.

CLÁUSULA SÉTIMA: O presente distrato é firmado em caráter irrevogável e irretratável, obrigando as partes, seus herdeiros e sucessores.

CLÁUSULA OITAVA: Os casos omissos serão resolvidos de comum acordo.
As partes elegem como domicílio legal o foro da Comarca de Rondonópolis para dirimir quaisquer litígios decorrentes da aplicação deste Contrato, excluindo-se qualquer outro por mais privilegiado que seja.
E, para firmeza e como prova de assim haverem rescindido o contrato, firmam este instrumento particular, impresso em duas vias de igual teor e forma, assinado pelas partes contratantes e pelas testemunhas abaixo.

São José do Povo - MT, 26 de junho de 2014.

ARIVALDO MEDEIROS DE SANTANA
Prefeito Municipal
Contratante

PRO-REMÉDIOS DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS FARMACÊUTICOS E COSMÉTICOS LTDA
Contratado

Testemunhas:

01 .....
Euripedes Garcia de Moura
CPF 304.028.321-91

02.....
Mirian Vieira Freire
CPF 003.017.861-43

ROSSILENE BITENCOURT IANHES BARBOSA
Assessoria Jurídica
OAB Nº. 5181-MT

Publicado por:
Sidneia Caetano dos Santos
Código Identificador:BE5F42A0

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAPEZAL

PREFEITURA MUNICIPAL
AVISO DE CANCELAMENTO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO MODALIDADE: DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 014/2014

A Comissão Permanente de Licitação do Município de Sapezal – MT, torna público aos interessados por motivos administrativos o **CANCELAMENTO** da DISPENSA DE LICITAÇÃO nº 014/2014, destinado a **"LOCAÇÃO DE IMÓVEL PARA FUNCIONAMENTO DO SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULO – SCFV – CRIANÇAS E ADOLESCENTES".**

Sapezal – MT, 26 de junho de 2014.

VALDINEY GOMES PAULINO
Presidente da Comissão Permanente de Licitações

Publicado por:
Valdiney Gomes Paulino
Código Identificador:17817C3D

PREFEITURA MUNICIPAL
AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO – TOMADA DE PREÇO Nº 002/2014

O Município de Sapezal, através da Comissão Permanente de Licitações, torna publico aos interessados o Resultado Final do Processo Licitatório realizado na modalidade de Tomada de Preço 002/2014, cujo o objeto é a "**CONSTRUÇÃO DE PASSEIOS PÚBLICOS (CALÇADAS) NO LOTEAMENTO PAULINO ABATTI E BAIRRO JARDIM SAPEZAL**, sendo sagrada vencedora a empresa **MILANI, BELLINI & MACHADO LTDA – ME, com o valor Global de R$ 321.406,32 (Trezentos e Vinte e Um Mil e Quatrocentos e Seis Reais e Trinta e Dois Centavos).**

Sapezal – MT, 26 de junho de 2014.

VALDINEY GOMES PAULINO
Presidente da CPL

Publicado por:
Valdiney Gomes Paulino
Código Identificador:BFA78000

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP

CÂMARA MUNICIPAL
PORTARIA Nº 051/2014

Designa o vereador Fernando Brandão para compor a comissão de vereadores para o acompanhamento do processo de implantação da Usina Hidrelétrica de Sinop.

O Presidente da Câmara Municipal de Sinop – Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais;
RESOLVE:
Art. 1º Designar o vereador Fernando Brandão para compor a comissão de acompanhamento do processo de implantação da Usina Hidrelétrica de Sinop, criada pela Portaria nº 034/2014.
Art. 2º Feitas as anotações, publique-se e afixe-se.

CÂMARA MUNICIPAL DE SINOP
ESTADO DE MATO GROSSO
Em, 25 de junho de 2014

DALTON MARTINI
Presidente

Publicado por:
Roberto Balas
Código Identificador:3370B991

CÂMARA MUNICIPAL
PORTARIA Nº 052/2014

Designa o vereador Roberto Trevisan para compor Comissão de Acompanhamento da Concorrência Pública de Concessão.

O Presidente da Câmara Municipal de Sinop – Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais;
RESOLVE:
Art. 1º Designar o vereador Roberto Trevisan para compor a Comissão de Acompanhamento da Concorrência Pública de Concessão, criada pela Portaria nº 032/2014, no lugar do vereador Mauro Garcia.
Art. 2º Feitas as anotações, publique-se e afixe-se.

CÂMARA MUNICIPAL DE SINOP
ESTADO DE MATO GROSSO
Em, 25 de junho de 2014

DALTON MARTINI
Presidente

Publicado por:
Roberto Balas
Código Identificador:C81E4AE6

CÂMARA MUNICIPAL
PORTARIA Nº 053/2014

Designa o servidor Mauro Lagni como Fiscal do Contrato nº 026/2014, celebrado pela Câmara Municipal de Sinop.

O Presidente da Câmara Municipal de Sinop – Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, e atendendo o que determina o artigo 67 e parágrafos da Lei nº 8.666/93, 21 de junho de 1993;
RESOLVE:
Art. 1º Designar o servidor Mauro Lagni para fiscalizar o contrato nº 026/2014, celebrado pela Câmara Municipal de Sinop.
Art. 2º Feitas as anotações, publique-se e afixe-se.

CÂMARA MUNICIPAL DE SINOP
ESTADO DE MATO GROSSO
Em, 25 de junho de 2014

DALTON MARTINI
Presidente

Publicado por:
Roberto Balas
Código Identificador:0015E3F0

DEPTO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO Nº 057/2014 DE 11/06/2014

CONTRATO N.º 057/2014 - Contratação de empresa especializada em obras e serviços de engenharia para construção da UBS Maria Vidilina, UBS Paraíso, UBS Palmeiras, UBS Oliveiras, UBS Primaveras, UBS Sabrina, UBS Violetas e UBS São Francisco, em Sinop/MT para atender a Secretaria Municipal de Saúde**. CONTRATADA:** CONSTRUTORA ROCHA LTDA, CNPJ n.º 06.105.049/0001-95, assina pela empresa a Sócia Proprietária, Sra. Clarice Maria da Rocha, inscrita no CPF/MF sob o n.º 415.734.800-10. **VALOR TOTAL:** R$ 6.569.000,00 (Seis milhões quinhentos e sessenta e nove mil reais). Dotação: 1064.449051.000001.23000054, 1064.449051.000003.14000000, 1064.449051.000003.94000031, 1064.449051.000003.92000031, 1064.449051.000001.92000031, 1064.449051.000001.02000000. **Contratante:** Prefeitura Municipal de Sinop – Assina: Juarez Alves da Costa, Prefeito, CPF: 478.430.809-10. **REF.:** – RDC PRESENCIAL N° 002/2014 (Regido pela Lei 12.462/2011, Decreto Federal n° 7.581/2011, aplicando-se subsidiariamente no que couber a Lei 8.666/93 e suas alterações e demais legislações pertinentes). **Data de inicio:** 11/06/2014. **Vigência**: 10 (dez) meses.

Sinop-MT, 26 de junho de 2014.

Publicado por:
Sidelina Rodrigues dos Santos
Código Identificador:6911308A

DEPTO DE LICITAÇÃO
ERRATA

EDITAL DE CONCORRENCIA PÚBLICA 002/2014- OBJETO: Outorga da CONCESSÃO dos SERVIÇOS PÚBLICOS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA E ESGOTAMENTO SANITÁRIO na ÁREA DE CONCESSÃO, em caráter de exclusividade, obedecida a legislação vigente e as disposições deste EDITAL, a serem prestados pela CONCESSIONÁRIA aos USUÁRIOS que se localizem na ÁREA DE CONCESSÃO.
A Comissão Especial de Licitações da Prefeitura de Sinop (Port. 103/2014), através de seu Presidente, DECLARA para os fins que se fizerem necessário, que no processo licitatório na modalidade CONCORRÊNCIA no. 002/2014 que:
1) No Anexo I ítem 1.1 onde **SE LÊ -** *ÁREA DE CONCESSÃO: é o limite territorial urbano do Município de SINOP, Estado do Mato Grosso, conforme descrito no Anexo VI, do EDITAL.*
LEIA-SE - ÁREA DE CONCESSÃO: é o limite territorial urbano do Município de SINOP, Estado do Mato Grosso.
2) No Anexo I - item 30.1 onde **SE LÊ -** *Pelas atividades de regulação e fiscalização dos SERVIÇOS PÚBLICOS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA E ESGOTAMENTO SANITÁRIO, a partir do mês seguinte ao mês da data de emissão da ORDEM DE INÍCIO e até o final da CONCESSÃO, a CONCESSIONÁRIA deverá pagar a ENTIDADE REGULADORA, até o dia 25 (vinte e cinco) de cada mês, quantia correspondente a 1,5% (um e meio por cento) do valor mensal efetivamente arrecadado pela CONCESSIONÁRIA no mês imediatamente anterior ao do pagamento.*
LEIA-SE - O valor a ser recolhido para a ENTIDADE REGULADORA será de 2,5% (dois e meio por cento) para fins de regulação e de 2,5% (dois e meio por cento) para fins de fiscalização, dos SERVIÇOS PÚBLICOS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA E ESGOTAMENTO SANITÁRIO, calculado sobre o valor mensal efetivamente arrecadado pela CONCESSIONÁRIA no mês imediatamente anterior ao do pagamento, durante os primeiros 2 (dois) anos do contrato. A partir do 3º. (terceiro) ano do contrato e até o término de sua vigência, o valor a ser recolhido para fins de regulação será de 1,25% (um vírgula vinte e cinco por cento) e para a fiscalização será correspondente a 1,25% (um vírgula vinte e cinco por cento), mantendo o critério de apuração.
3) No Anexo XVI item 1 onde **SE LÊ - ...***se houver, na SAMA, funcionários....*
4) LEIA-SE - ...se houver, no SAAES, funcionários...

Sinop/MT, 26 de junho de 2014.

JUVENTINO JOSÉ DA SILVA
Presidente CEL
Portaria 103/2014

Publicado por:
Sidelina Rodrigues dos Santos
Código Identificador:5EFDF674

DEPTO DE LICITAÇÃO
AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO TOMADA DE PREÇO Nº 004/2014

A Prefeitura Municipal de Sinop/MT, em cumprimento aos termos da Lei 8.666 de 21/06/93 e alterações posteriores, torna público o resultado da tomada de preço nº 004/2014, referente à "Contratação de empresas especializadas para execução das obras de implantação da rede de iluminação pública ornamental, na Av. Bruno Martini Trecho: entre a Av. André Maggi e Residencial Aquarela Brasil **e** implantação de rede de distribuição de energia elétrica urbana nas Quadras 23 e 24,

no Bairro Jardim Paraíso II, em Sinop/MT."; Empresa vencedora: **ELETROTÉCNICA PAGLIARI LTDA**, CNPJ 03101474/0001-18, Homologada em 26 de junho de 2014.

VANUSA APª SERPA
Presidente Substituta da C.P.L.
Portaria Nº 001/2014 Portaria

Publicado por:
Sidelina Rodrigues dos Santos
Código Identificador:61FA52E4

DEPTO DE LICITAÇÃO
TOMADA DE PREÇOS Nº 006/2014

A Prefeitura de Sinop-MT, faz saber aos interessados que fará realizar no dia 15 de julho de 2014 às 09:00 (nove) horas, na sede da Secretaria Municipal de Administração, licitação na modalidade Tomada de Preços tipo: MENOR PREÇO GLOBAL, destinada a **Seleção de Pessoa Jurídica Visando a Contratação dos serviços de Coleta, Transporte, Armazenamento, Tratamento e destinação Final de Resíduos dos Serviços de Saúde do Município de Sinop/Mt.** O edital poderá ser retirado no Departamento de Licitações, situado a Rua das Avencas 1491 – Centro, de segunda à sexta-feira, das 7:30 ás 11:30 e das 13:30 às 17:00 e no site. www.prefeituravirtual.com.br, informações poderão ser obtidas através dos telefones: (66) 3517.5298/5263.

Sinop-MT, 26 de junho de 2014.

VANUSA APARECIDA SERPA
Presidente Substituta da C. P. L.
Portaria nº 001/2014

Publicado por:
Sidelina Rodrigues dos Santos
Código Identificador:CC7B979B

DEPTO DE LICITAÇÃO
TOMADA DE PREÇOS Nº 007/2014

A Prefeitura de Sinop-MT, faz saber aos interessados que fará realizar no dia 15 de julho de 2014 às 15:00 (quinze) horas, na sede da Secretaria Municipal de Administração, licitação na modalidade Tomada de Preços tipo: MENOR PREÇO GLOBAL, destinada **Contratação de empresa para execução da reforma do telhado da Escola Municipal Lizamara Aparecida Oliva de Almeida - Sinop/MT.** O edital poderá ser retirado no Departamento de Licitações, situado a Rua das Avencas 1491 – Centro, de segunda à sexta-feira, das 7:30 ás 11:30 e das 13:30 às 17:00 e no site. www.prefeituravirtual.com.br, informações poderão ser obtidas através dos telefones: (66) 3517.5298/5263. A visita técnica poderá ser realizada até o último dia que antecede a abertura do certame, devendo ser marcada com antecedência no PRODEURBS, situada na Av. das Embaúbas, nº 1459, por intermédio do fone (66) 3511- 1860, das 7:30 às 11:30 e das 13:30 as 17:30 horas.

Sinop-MT, 26 de junho de 2014.

VANUSA APARECIDA SERPA
Presidente Substituta da C. P. L.
Portaria nº 001/2014

Publicado por:
Sidelina Rodrigues dos Santos
Código Identificador:D89D6675

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº. 129/2014

DATA: 26 de junho de 2014

SÚMULA: Abre Crédito Adicional Suplementar, no valor de R$ 128.500,00 (cento e vinte e oito mil e quinhentos reais), e da outras providências.

JUAREZ COSTA, PREFEITO MUNICIPAL DE SINOP, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o art. 42 da Lei nº 4.320/64, e especialmente a Lei nº 1848/2013 e a Lei nº 1925/2013.

D E C R E T A:

Art. 1º. Fica aberto no Orçamento do Município um Crédito Adicional Suplementar no valor de R$ 128.500,00 (cento e vinte e oito mil e quinhentos reais), para atender as seguintes dotações:

12 - SEC. MUN. DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, TRAB. E HABITAÇÃO
12.010.0.0 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIAL SOCIAL
12.010.0.0.08.244.0037.2076 - MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DO CREAS, PAEFI E MSE
4.4.90.00.00.00 - 0100000055-Aplicações Diretas R$ 5.000,00 - (cinco mil reais)
12.010.0.0.08.244.0038.2082 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DOS CRAS E DO PAIF
3.3.90.00.00.00 - 0100000055-Aplicações Diretas R$ 68.500,00 - (sessenta e oito mil e quinhentos reais)
4.4.90.00.00.00 - 0100000055-Aplicações Diretas R$ 55.000,00 - (cinqüenta e cinco mil reais)

T O T A L R$ 128.500,00

Art. 2º. Servirá de cobertura para a abertura do Crédito Adicional Suplementar mencionado no art. 1º conforme Artigos 14 e 15 da Lei Municipal nº 1848/2013, de 09/07/2013, os recursos no montante de R$ 128.500,00 (cento e vinte e oito mil e quinhentos reais), provenientes do Fundo Estadual de Assistência Social - FEAS, conforme Processo nº 709254/2013, Convênio nº 128/2014, previstos a menor na Lei Orçamentária do corrente exercício, os quais foram recepcionados na receita conforme Portaria STN nº 437/2012.
Art. 3º. Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SINOP, ESTADO DE MATO GROSSO.
Em, 26 de junho de 2014.

JUAREZ A COSTA
Prefeito Municipal

TEODORO MOREIRA LOPES
Secretário Municipal de Planejamento, Finanças e Orçamento

Publicado por:
Juliana Nicoli
Código Identificador:A2968FD9

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº. 130/2014

DATA: 26 de junho de 2014

SÚMULA: Abre Crédito Adicional Suplementar, no valor de R$ 104.560,27 (cento e quatro mil, quinhentos e sessenta reais e vinte e sete centavos), e da outras providências.

JUAREZ COSTA, PREFEITO MUNICIPAL DE SINOP, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o art. 42 da Lei nº 4.320/64, e especialmente a Lei nº 1848/2013 e a Lei nº 1925/2013.

D E C R E T A:

Art. 1º. Fica aberto no Orçamento do Município um Crédito Adicional Suplementar no valor de R$ 104.560,27 (cento e quatro mil, quinhentos e sessenta reais e vinte e sete centavos), para atender a seguinte dotação:

07 - SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS
07.010.0.0 - SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS
07.010.0.0.15.451.0014.1023 - AMPLIAÇÃO DA REDE DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA
4.4.90.00.00.00 - 0124000055- Aplicações Diretas R$ 104.560,27 - (cento e quatro mil, quinhentos e sessenta reais e vinte e sete centavos)

T O T A L R$ 104.560,27

Art. 2º. Servirá de cobertura para a abertura do Crédito Adicional Suplementar mencionado no art. 1º conforme Artigos 14 e 15 da Lei Municipal nº 1848/2013, de 09/07/2013, os recursos no montante de R$ 104.560,27 (cento e quatro mil, quinhentos e sessenta reais e vinte e sete centavos), provenientes de Superávit Financeiro, Recursos Convênio nº 043/2011-Secretaria de Estado das Cidades, apurado conforme Planilha, elaborada pela Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos, em anexo.

Art. 3º. Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SINOP, ESTADO DE MATO GROSSO.
Em, 26 de junho de 2014.

JUAREZ A COSTA
Prefeito Municipal

TEODORO MOREIRA LOPES
Secretário Municipal de Planejamento, Finanças e Orçamento

Publicado por:
Juliana Nicoli
Código Identificador:E4461FD3

SAAES
AVISO DE LICITAÇÃO PP 014/2014 SRP 012/2014

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL N.º 014/2014- SRP N.º 012/2014
O SAAES – Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Sinop, torna público para o conhecimento dos interessados, que fará realizar licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL – N.º 014/2014 SRP N.º 012/2014; Tipo MENOR PREÇO POR ITEM – OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE LUBRIFICANTES, FILTROS E FLUÍDOS DE FREIOS PARA TROCA NO ESTABELECIMENTO DA LICITANTE, PARA ATENDER OS VEÍCULOS E MÁQUINAS PESADAS DO SAAES; ABERTURA DA SESSÃO: 14/07/2014 às 09:00 (horário local). LOCAL: SAAES. Av. dos Jacarandás, 3960 – Setor Comercial, ÍNTEGRA DO EDITAL: no endereço indicado e nos sites www.cidadecompras.com.br e www.saaes.com.br

Sinop/MT, 26 de junho de 2014.

RUBIANE MIOTO GREGUER
Pregoeira

Publicado por:
Edna Maciel Escobar
Código Identificador:06A56EBE

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SORRISO

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
AVISO DE PRORROGAÇÃO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL N.º 048/2014

O MUNICÍPIO DE SORRISO – MT**,** através da Pregoeira Oficial, torna público para o conhecimento dos interessados, que para o procedimento licitatório de **PREGÃO PRESENCIAL N.º 048/2014**, tendo como objeto o "**Registro de Preços para Futura e Eventual Aquisição de Materiais e Equipamentos Hidráulicos para a Instalação de Rede de Abastecimento de Águas do Distrito Industrial Leonel Bedin e realização de serviço de topografia**", fica **PRORROGADA** a data de recebimento e abertura dos envelopes para o dia **11 de Julho de 2014 às 08:00 (horário oficial de Sorriso MT)**, pois a mesma foi considerada deserta. Maiores informações poderão ser obtidas junto a Comissão Permanente de Licitação, na Prefeitura Municipal de Sorriso em horário normal de expediente, das 07:00 às 13:00 horas ou através do telefone (66) 3545-4700.

LUCIENE BABMARE HAHN QUINOT
Pregoeira Prefeitura de Sorriso – MT

Publicado por:
Marisete Marchioro Barbieri
Código Identificador:01E069FE

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
RETIFICAÇÃO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 051/2014

Pelo presente termo de Retificação do edital do **Pregão Presencial nº 051/2014** cujo OBJETO é o **Registro de Preços para Futura e Eventual Aquisição de peças e equipamentos de Monitoramento e Segurança Eletrônica para as Secretarias Municipais da Prefeitura de Sorriso – MT**, a Administração Pública, atendendo aos princípios que norteiam a Gestão Pública, em face de modificações extremamente necessárias, vem por meio deste, **RETIFICAR: O OBJETO DA REFERIDA LICITAÇÃO, Onde se lê:** Registro de Preços para Futura e Eventual Aquisição de peças e equipamentos de Monitoramento e Segurança Eletrônica para as Secretarias Municipais da Prefeitura de Sorriso – MT; **Leia-se:** Registro de Preços para Futura e Eventual Aquisição de peças e equipamentos de Monitoramento e Segurança Eletrônica **e Contratação de Serviços** para as Secretarias Municipais da Prefeitura de Sorriso – MT. **02. DO OBJETO E DO FORNECIMENTO – Item 2.1, Onde se lê:** O objeto do presente procedimento licitatório é o Registro de Preços para Futura e Eventual Aquisição de peças e equipamentos de Monitoramento e Segurança Eletrônica para as Secretarias Municipais da Prefeitura de Sorriso – MT, conforme Termo de Referência em anexo; **Leia-se:** O objeto do presente procedimento licitatório é o Registro de Preços para Futura e Eventual Aquisição de peças e equipamentos de Monitoramento e Segurança Eletrônica **e Contratação de Serviços** para as Secretarias Municipais da Prefeitura de Sorriso – MT, conforme Termo de Referência em anexo. **ANEXO II - CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO E SUAS CARACTERISTICAS – Item 1.1, Onde se lê:** A presente Ata tem por objeto o Registro de Preços para Futura e Eventual Aquisição de peças e equipamentos de Monitoramento e Segurança Eletrônica para as Secretarias Municipais da Prefeitura de Sorriso – MT, conforme Termo de Referência em anexo; **Leia-se:** A presente Ata tem por objeto o Registro de Preços para Futura e Eventual Aquisição de peças e equipamentos de Monitoramento e Segurança Eletrônica **e Contratação de Serviços** para as Secretarias Municipais da Prefeitura de Sorriso – MT, conforme Termo de Referência em anexo. **ANEXO XIV – MINUTA DO CONTRATO - CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO – Item 1.1, Onde se lê:** O presente contrato tem por objeto a contratação de Empresa para prestação de serviço de conserto de equipamentos de Monitoramento e Segurança Eletrônica para as Secretarias Municipais da Prefeitura de Sorriso – MT, conforme Termo de Referência e termos do Edital de Pregão Presencial n. 051/2014; **Leia-se:** O presente contrato tem por objeto a contratação de Empresa para prestação de serviço de conserto de equipamentos de Monitoramento e Segurança Eletrônica **e Contratação de Serviços** para as Secretarias Municipais da Prefeitura de Sorriso – MT, conforme Termo de Referência e termos do Edital de Pregão Presencial n. 051/2014. Os demais itens permanecem como no edital, **ALTERANDO-SE** a data de **abertura do certame para o dia 16 de julho de 2014, às 8:00 horas (Fuso Horário de Sorriso – MT).**

Publicado por:
Marisete Marchioro Barbieri
Código Identificador:8E6A56E4

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
AVISO DE CREDENCIAMENTO - INEXIGIBILIDADE
003/2014

A Prefeitura Municipal de Sorriso – Estado de Mato Grosso, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Av. Porto Alegre, n.º 2.525, Centro na Cidade de Sorriso/MT, através de sua Comissão Permanente de Licitação, torna público para quem possa interessar, que realizará o **Credenciamento para contratação de empresas e profissionais especializadas para elaboração de Pareceres Técnicos de Avaliação Mercadológica de Bens Imóveis, destinados ao atendimento da Secretária Governo, Fazenda e Administração de Sorriso (MT).**

DO OBJETO

O objeto do presente processo é o **Credenciamento para contratação de empresas e profissionais especializadas para elaboração de Pareceres Técnicos de Avaliação Mercadológica de Bens Imóveis, destinados ao atendimento da Secretária Governo, Fazenda e Administração de Sorriso (MT).**

DO AMPARO LEGAL

O presente processo licitatório é regido pela Lei n.º 8.666/93 e pelas normas contidas nesse Edital.

DO PERÍODO E HORÁRIO PARA O CREDENCIAMENTO

O credenciamento ocorrerá no período de **09 DE JULHO DE 2014 A 14 DE JULHO DE 2014**, devendo os interessados, neste período, apresentarem os documentos necessários e a proposta de adesão.

O horário de atendimento será das **7:00 às 13:00 horas**, no departamento de licitação da Prefeitura de Sorriso – MT, através do endereço Av. Porto Alegre, n.º 2.525, Centro na Cidade de Sorriso/MT ou através do site www.sorriso.mt.gov.br. Maiores informações poderão ser obtidas junto a Comissão Permanete de Licitação, na Prefeitura Municipal em horário normal de expediente, das 07:00 às 13:00 horas ou através do telefone (66) 3545-4700.

LUCIENE BABMARE HAHN QUINOT
Presidente da C.P.L

Publicado por:
Marisete Marchioro Barbieri
Código Identificador:A3ED87CA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 422, DE 25 DE JUNHO DE 2014.

Nomeia fiscal de contrato e dá outras providências.

Dilceu Rossato, Prefeito Municipal de Sorriso, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E:

Art. 1º Nomear o Sr. Reinaldo Ferreira Nunes como Fiscal do Contrato referente ao Processo Licitatório na modalidade Pregão Presencial cujo objeto é Registro de Preços para Futura e Eventual Aquisição de Veículo utilitário e veículos de passeio, que serão utilizados pelo Departamento de Meio Ambiente.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Sorriso, Estado de Mato grosso, em 25 de junho de 2014.

DILCEU ROSSATO
Prefeito Municipal

MARILENE FELICITÁ SAVI
Secretária de Administração

Publicado por:
Beloni Brunoro
Código Identificador:AEB9ADB0

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO N° 055, DE 23 DE MAIO DE 2014.

Regulamenta a Lei Municipal nº 2.265/2013, que torna obrigatória a prévia inspeção sanitária e industrial em todo o território do Município de Sorriso, de todos os produtos de origem animal, comestíveis e não comestíveis, e dá outras providências.

Dilceu Rossato, Prefeito Municipal de Sorriso, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas por Lei,

DECRETA:

Art. 1° Fica aprovado na forma do Anexo que integra este Decreto, o Regulamento da Lei n° 2265 de 12 de Novembro de 2013, que torna obrigatória a prévia inspeção sanitária e industrial, em todo o território Municipal, de todos os produtos de origem animal, comestíveis e não comestíveis.

Art. 2° Este decreto entra em vigor na data de sua publicação. Prefeitura Municipal de Sorriso, Estado de Mato Grosso, em 23 de Maio de 2014.

DILCEU ROSSATO
Prefeito Municipal

MARILENE FELICITÁ SAVI
Secretária de Administração

REGULAMENTO DA INSPEÇÃO INDUSTRIAL E SANITÁRIA DE PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL DO MUNICÍPIO DE SORRISO-MT

TÍTULO I

Das Disposições Preliminares

Art. 1º O presente Regulamento disciplina os procedimentos alusivos aos processos de inspeção e de reinspeção industrial e sanitária dos produtos de origem animal no Município de Sorriso a partir das inserções da Lei Federal n.º 1.283, de 18 de dezembro de 1950, Decreto nº 30.691, de 29 de março de 1952, alterado pelo Decreto nº 1.255, de 25 de maio de 1962, Lei n.º 7.889, de 23 de novembro de 1989, e Lei Estadual n.º 6.338 de 3 de dezembro de 1993, alterada pela Lei nº 8.422 de 28 de dezembro de 2005.

Art. 2º Para efeito deste Regulamento entende-se por:

I – Animais de Açougue: bovídeos, suínos, caprinos, ovinos, equídeos, coelhos, aves e peixes de criação.

II – Animal Silvestre: animal cuja exploração, criação ou abate necessita da autorização do órgão de proteção ambiental.

III – Casa Atacadista: estabelecimento que não realiza atividade de manipulação de produtos de origem animal, recebendo-os devidamente acondicionados e rotulados.

IV – Embalagem: invólucro, recipiente, envoltório ou qualquer forma de acondicionamento, removível ou não, destinado a conter, acondicionar, cobrir, empacotar, envasar, proteger ou garantir a proteção e conservação de seu conteúdo e facilitar o transporte e manuseio dos produtos.

V – Entreposto de produtos de origem animal: estabelecimento destinado ao
recebimento, manipulação, guarda, conservação, acondicionamento e distribuição de produtos de origem animal e seus subprodutos, frescos ou frigorificados, dispondo ou não de dependências anexas para industrialização, nos termos exigidos por este Regulamento.

VI – Estabelecimento de produto de origem animal: qualquer instalação, local ou dependência, incluídas suas máquinas, equipamentos e utensílios, no qual são produzidas matérias primas ou são abatidos animais de açougue e silvestres, bem como onde são recebidos, manipulados, beneficiados, elaborados, preparados, transformados, envasados, acondicionados, embalados, rotulados, depositados e industrializados, com a finalidade comercial ou industrial, os produtos e subprodutos derivados, comestíveis ou não, da carne, do leite, dos produtos apícolas, do ovo e do pescado.

VII – Fiscalização: ação direta, privativa e não delegável dos órgãos do poder público, efetuada por servidores públicos fiscais com poder de polícia para verificação do cumprimento das determinações da legislação específica ou dos dispositivos regulamentares.

VIII – Inspeção: atividade de polícia administrativa, privativa a profissionais habilitados em Medicina Veterinária, pautados na execução das normas regulamentares e procedimentos técnicos sobre os produtos de origem animal, relacionados aos processos e sistemas

de controle industriais, nas etapas de recebimento, manipulação, transformação, elaboração, preparo, conservação, acondicionamento, embalagem, depósito, rotulagem e expedição.
IX – Parceria: designa todas as formas de ligação societária que, sem formar
uma nova pessoa jurídica, são organizadas entre os setores públicos e privados e que entre si colaboram nos âmbitos: social, técnico e econômico visando à consecução de fins de interesse público.
X – Produto de origem animal: é todo o produto, subproduto, matéria prima ou afim proveniente, relacionado ou derivado de qualquer animal, comestível ou não comestível,
destinado ou não à alimentação humana, adicionado ou não de vegetais ou de aditivos para sua conservação, condimentação, coagulação, fermentação ou colorização, entre outros, independentemente, de ser designado como "produto", "subproduto", "mercadoria" ou "gênero".
XI – Produto processado: – produto de origem animal que sofreu algum tipo de
beneficiamento.
XII – Responsável técnico: profissional habilitado em Medicina Veterinária, com diploma reconhecido pelo MEC e inscrição no Conselho Regional de Medicina
Veterinária (CRMV/MT);
XIII – Registro: ato administrativo de inscrição do estabelecimento de produtos de origem animal no órgão competente de inspeção industrial e sanitária de produtos de origem animal, privativo do poder público, formalizado pelo Certificado de Registro autorizando o seu funcionamento.
XIV – Rotulagem – ato de identificação impressa ou litografada, bem como
dizeres ou figuras pintadas ou gravadas a fogo ou à tinta, por pressão ou decalque, aplicado sobre qualquer tipo de matéria prima, produto ou subproduto de origem animal, sobre sua embalagem ou qualquer tipo de protetor de embalagem, incluindo etiquetas, carimbos e folhetos.
XV – Visitante – é toda a pessoa não pertencente à área ou setor onde os
alimentos são processados.
Art. 3º Ficam sujeitos à inspeção e reinspeção previstas neste regulamento:

I - os animais destinados ao abate, seus produtos, seus subprodutos e matérias
primas;
II - o pescado e seus derivados;
III - o leite e seus derivados;
IV - os ovos e seus derivados;
V - o mel de abelha, a cera e seus derivados;
§ 1º A inspeção que se refere o presente artigo abrange, sob o ponto de vista
industrial e sanitário, a inspeção ante e post-mortem dos animais, o recebimento, manipulação, transformação, elaboração, preparo, conservação, acondicionamento, embalagem, depósito, rotulagem e expedição de quaisquer produtos e subprodutos, adicionados ou não de vegetais, destinados ou não à alimentação humana.
§ 2º A inspeção abrange também os produtos afins, tais como: coagulantes, fermentos e outros usados na indústria de produtos de origem animal.
Art. 4º A inspeção a que se refere o artigo anterior, nos limites territoriais do Município de Sorriso, é privativa do Serviço de Inspeção Municipal - S.I.M./Sorriso, sempre que se tratar de produtos destinados ao comércio municipal.
Art. 5º A direção e execução das atividades inerentes ao Serviço de Inspeção Municipal são privativas de Médico Veterinário, conforme determina a Lei Federal n° 5.517, de 23/10/1968, Regulamentada pelo decreto Lei 64.704, de 17/06/1969.
Parágrafo único. Os trabalhos relativos nas linhas de inspeção são executados por Auxiliares de Inspeção, nível médio completo de escolaridade e antes treinados em estágio supervisionado no S.I.S.E./MT ou S.I.F., devendo os mesmos apresentar relatório ao término e obter avaliação satisfatória de aptidão ao desempenho de atividades relacionadas.
Art. 6º A Prefeitura Municipal de Sorriso através do S.I.M./Sorriso poderá celebrar parcerias, acordos e convênios com órgãos ou entidades afins dos setores público ou privado, sem fins lucrativos, com objetivo de viabilizar, desenvolver ou otimizar as atividades de inspeção industrial e sanitária dos produtos de origem animal.
§ 1º Quando da celebração descrita no caput do artigo, as Prefeituras, Associações, Cooperativas de Trabalho ou outras entidades afins públicas ou privadas, serão responsáveis pelas contratações dos profissionais colocados à disposição do S.I.M./Sorriso para a execução dos serviços, assumindo o ônus trabalhista e previdenciário, delas derivado.
§ 2º Somente serão firmados acordos, termos de cooperação técnica e convênios com prefeituras que tenham o serviço de vigilância sanitária, já implantado.
§ 3º A prefeitura Municipal de Sorriso, através da Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente, deverá contratar Médicos Veterinários e Auxiliares de Inspeção suficientes, e coloca-los a disposição do S.I.M./ Sorriso, a fim de executarem os serviços.
§ 4º O Serviço de Inspeção Federal e/ou Estadual ficará responsável pelo treinamento e acompanhamento do pessoal necessário ao Serviço de Inspeção Municipal, ficando as despesas pertinentes, a cargo do Município.
Art. 7 O S.I.M./Sorriso terá como objetivo fiscalizar, inspecionar, normatizar e
classificar os produtos de origem animal sob o ponto de vista higiênico-sanitário e industrial e deverá abranger:
§ 1º As condições de higiene de produção, manipulação, beneficiamento,
armazenamento e transporte de produtos;
§ 2º A qualidade e as condições técnicas sanitárias dos estabelecimentos responsáveis pela produção, manipulação, beneficiamento, acondicionamento, armazenamento, transporte e/ou distribuição dos produtos;
§ 3º As condições de higiene das pessoas que trabalham nos estabelecimentos que produzam, manipulem, beneficiem, acondicionem, armazenem ou distribuam os produtos;
§ 4º O controle no uso de aditivos empregados na industrialização do material utilizado na manipulação, acondicionamento e embalagem do produto;
§ 5º A verificação do controle sanitário dos rebanhos, através de documento sanitário oficial, quando direcionados ao abate e ao fornecimento de matéria prima para os estabelecimentos registrados no S.I.M./Sorriso.
Art. 8º A concessão do registro de inspeção pelo S.I.M./Sorriso, isenta o estabelecimento de qualquer outra fiscalização industrial ou higiênico-sanitária Municipal, Estadual ou Federal.
Art. 9º A inspeção de que trata o presente regulamento será realizada:
I - nos estabelecimentos que recebem, abatem e/ou industrializam as diferentes
espécies de açougue, definidas neste regulamento;
II - nos estabelecimentos que recebem o leite e seus derivados, para beneficiamento ou industrialização;

III - nos estabelecimentos que recebem o pescado, para distribuição ou industrialização;
IV - nos estabelecimentos que recebem, abatem e/ou industrializam animais silvestres criados em cativeiros devidamente autorizados pelo órgão competente;
V - nos estabelecimentos que produzem ou recebem mel ou cera de abelha, para beneficiamento ou distribuição;
VI - nos estabelecimentos que produzem ou recebem ovos para distribuição, em natureza ou para industrialização;
VII - nos estabelecimentos localizados nos centros de consumo que recebem, beneficiem, industrializem e distribuem, no todo ou em parte, matérias primas e produtos de origem animal procedentes de estabelecimentos registrados ou de propriedades rurais;
Art. 10. A inspeção municipal será instalada em caráter permanente ou periódico e dar-se-á da seguinte forma:
§ 1º. Terão inspeção municipal permanente:
I – os estabelecimentos de carnes e derivados que abatem e industrializam as diferentes espécies de animais de açougue e silvestres.
§ 2º Terão inspeção municipal periódica:
I – as fábricas de produtos cárneos;
II – os estabelecimentos onde são preparados produtos gordurosos;

III – os estabelecimentos que recebem e beneficiam leite destinado, no todo ou em parte, ao consumo público;
IV – os estabelecimentos que recebem, armazenam e distribuem o pescado;
V – os estabelecimentos que recebem e distribuem ovos;
VI – os estabelecimentos que recebem, manipulam e distribuem o mel e a cera de abelhas e seus derivados;
VII – as charqueadas;
VIII – os estabelecimentos que recebem carnes in natura de estabelecimentos de outros municípios, sob S.I.S.E./MT ou S.I.F e de outros estabelecimentos sob S.I.M. no
município de Sorriso.
Art. 11. Os produtos de origem animal, fabricados em estabelecimentos registrados no S.I.M./Sorriso, ficam desobrigados de outras análises ou aprovações prévias a que estiverem sujeitos, por força de Legislação Municipal.
Art. 12. O presente Regulamento e demais atos complementares serão executados em todo território do Município de Sorriso.
Art. 13. A inspeção industrial e sanitária de produtos de origem animal a cargo do S.I.M./Sorriso abrange:
I - a higiene geral dos estabelecimentos registrados;
II - a captação, depósito, tratamento, distribuição e escoamento de água de abastecimento, bem como a captação, distribuição e escoamento das águas residuais;
III - o funcionamento do estabelecimento;
IV - exame ante e post-mortem dos animais de açougue;
V - as fases de recebimento, elaboração, manipulação, preparo, acondicionamento, conservação, expedição e depósito de todos os produtos e subprodutos de origem animal e suas matérias primas, adicionadas ou não de vegetais;
VI - a embalagem e rotulagem de produtos e subprodutos;
VII - a classificação de produtos e subprodutos de acordo com os tipos padrões previstos neste Regulamento ou fórmulas aprovadas;
VIII - os exames microbiológicos, histopatológicos, físicos e químicos das matérias primas, produtos e subprodutos, quando for o caso;
IX - as matérias primas nas fontes produtoras e intermediárias, bem como em trânsito, nos postos fiscais intermunicipais.
Art. 14. Nos estabelecimentos de carnes e derivados sob inspeção do S.I.M./Sorriso, somente será permitida a entrada de matérias primas procedentes do S.I.F., S.I.S.E./MT e do S.I.M. deste município.
Art. 15. Os estabelecimentos registrados que preparem subprodutos não destinados à alimentação humana só podem receber matérias primas de locais não fiscalizados, quando acompanhados de Certificados de Inspeção Sanitária Animal (C.I.S.) emitidos pelos médicos veterinários do Município.

Art. 16. Os servidores lotados no S.I.M./Sorriso portarão identidade funcional fornecida pela Prefeitura Municipal de Sorriso, constando: denominação do órgão, número de ordem, nome, fotografia e cargo.
Parágrafo único. Os servidores a que se refere o presente artigo, no exercício de suas funções ficam obrigados a exibir a carteira funcional, quando convidados a se identificarem.

CAPÍTULO I
Do Registro e Transferência de Estabelecimentos

Art. 17. Nenhum estabelecimento está autorizado a realizar comércio municipal com produtos de origem animal, sem estar registrado no S.I.M./Sorriso ou
S.I.S.E/MT ou S.I.F.
Art. 18. Estão sujeitos ao registro obrigatório os seguintes estabelecimentos:
I – Matadouros-frigoríficos de bovinos, suínos, aves, coelhos, caprinos, ovinos e demais espécies devidamente aprovados para abate, fábricas de conservas, fábricas de produtos gordurosos, entrepostos de carnes e derivados e fábricas de produtos de origem animal não comestíveis.
II - usinas de beneficiamento de leite, fábricas de laticínios, entrepostos de laticínios, postos de refrigeração;
III - entrepostos de pescado e fábrica de conservas de pescado;
IV - entrepostos de ovos e fábricas de conservas de ovos;
V - entrepostos de mel e cera de abelhas;
VI - fábrica de coalhos e coagulantes;
VII- Agroindústrias de pequeno porte.

Art. 19. O registro será requerido ao S.I.M./Sorriso, instruindo-se processo com os seguintes documentos:
I - Requerimento dirigido ao Secretário Municipal de Agricultura e Meio Ambiente;
II- Memorial descritivo contendo informes de interesse econômico-sanitário, de acordo com modelo fornecido pelo S.I.M./Sorriso;
III - Licença prévia da Secretaria de Estado de Meio Ambiente - SEMA ou Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente-SAMA;
IV - Plantas do estabelecimento compreendendo:
a) Planta baixa de cada pavimento, com detalhes da aparelhagem e instalações, na escala de 1:50 (um para cinquenta);
b) Planta de situação, contendo descrição sobre rede de esgoto e abastecimento de água, na escala de 1:500 (um para quinhentos);
c) Planta da fachada e cortes longitudinal e transversal, na escala mínima de 1:50 (um para cinquenta);
d) Quando exigidos detalhes de aparelhagem e instalações na escala de 1:10 (um para dez);
e) Na confecção das plantas serão obedecidas as seguintes convenções:
1. Nos estabelecimentos novos, cor preta;
2. Nos estabelecimentos a reconstruir, ampliar ou remodelar:
2.1 Cor preta, para partes a serem conservadas;
2.2 Cor vermelha, para as partes a serem construídas;
2.3 Cor amarela, para as partes a serem demolidas.
V – Relação discriminada do maquinário e fluxograma de produção;
VI - Laudos de análises físico-químicas e bacteriológicas da água de abastecimento;
VII - Cópia do Cartão do Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ) ou Cadastro de Pessoa Física (CPF) tratando-se de agroindústrias de pequeno porte;
VIII – Cópia do Contrato de trabalho do responsável técnico.
Art. 20. Os projetos de que trata o artigo anterior devem ser apresentados em 2 (duas) vias, podendo ser em cópias heliográficas, devidamente assinadas e datadas por profissional habilitado, com as indicações exigidas pela legislação vigente.
Art. 21. Serão rejeitadas as plantas grosseiramente desenhadas, com rasuras, borrões ou contendo indicações e informações imprecisas ou incompletas.
Art. 22. Para atender ao anexo único da Lei Municipal n°2265 de 12 de novembro de 2013 referentes às taxas para registro de estabelecimentos no Serviço de Inspeção Municipal serão nomeados através de Portaria um ou mais servidores municipais que ficarão responsáveis por confeccionar projetos para os microprodutores.

Art. 23. Os projetos necessários para obtenção do licenciamento Ambiental e os projetos das construções dos estabelecimentos poderão ser aprovados por profissionais da Prefeitura Municipal de Sorriso.
Art. 24. Corre por conta dos interessados as despesas com transporte do servidor que, a pedido, for designado para proceder a inspeção prévia de terrenos ou estabelecimentos, para fins de registro.
Art. 25. As firmas construtoras não darão início à construção de estabelecimentos, sujeitos à inspeção municipal sem que os projetos tenham sido aprovados pelo S.I.M./Sorriso, através da Coordenação do Serviço de Inspeção Municipal.
Art. 26. Qualquer ampliação, remodelagem, ou construção nos estabelecimentos registrados tanto de suas dependências como das instalações, só poderão ser realizadas após aprovação prévia dos projetos pelo S.I.M./Sorriso.
Art. 27. Os projetos dos estabelecimentos novos, dos já construídos ou daqueles em funcionamento deverão ser submetidos à prévia análise no S.I.M./Sorriso, para adequação ou não, antes da concessão do Registro.
Art. 28. Nos estabelecimentos de produtos de origem animal destinados à alimentação humana, é considerada indispensável, para efeito de registro, a apresentação
prévia de boletim oficial de exame da água de abastecimento, fornecido pelo órgão oficial da União, do Estado ou do Município, que deve se enquadrar nos padrões microbiológicos, químicos e físicos seguintes:
I - não demonstrar, na contagem padrão em placas, mais de 500 (quinhentas) Unidades Formadoras de Colônias (UFC);
II - não demonstrar, no teste de determinação do Número Mais Provável (NMP) de coliformes, maior número de germes do que os

fixados pelos padrões para 3 (três) tubos positivos na série de 10 ml (dez mililitros) e 3 (três) tubos negativos nas séries de 1 ml (um mililitro) e 0,1 (um décimo de mililitro) da amostra;
III - a água deve ser límpida, incolor, sem cheiro e de sabor próprio, agradável;
IV - não conter mais de 500 (quinhentas) partes por milhão de sólidos totais;
V - conter no máximo 0,005 g (cinco miligramas) por litro, de nitrogênio amoniacal;
VI - ausência de nitrogênio nitroso e sulfídrico;
VII - no máximo 0,002 g (dois miligramas) de nitrogênio nítrico por litro;
VIII - no máximo 0,002 g (dois miligramas) de matéria orgânica por litro;
IX - grau de dureza inferior a 20 (vinte) mg/l;
X - chumbo, menos de 0,1 (um décimo) de parte por milhão;
XI - cobre, menos de 3 (três) partes por milhão;
XII - zinco, menos de 15 (quinze) partes por milhão;
XIII - cloro livre, máximo 1 (uma) parte por milhão, quando se tratar de águas cloradas, e cloro residual mínimo de 0,05 (cinco centésimas) partes por milhão;
XIV - arsênico, menos de 0,05 (cinco centésimos) partes por milhão;
XV - fluoretos, máximo de 1 (uma) parte por milhão;
XVI - selênio, máximo de 0,05 (cinco centésimos) partes por milhão;
XVII - magnésio, máximo de 0,03 (três centésimos) partes por milhão;
XVIII - sulfatos, no máximo 0,010 mg (dez miligramas) por litro;
XIX - componentes fenólicos, no máximo 0,001 (uma milionésima) parte por milhão.
§ 1º Quando as águas revelarem mais de 500 (quinhentas) UFC por mililitros, impõe-se novo exame antes de condená-la.
§ 2º Mesmo que o resultado da análise seja favorável, o S.I.M./Sorriso pode exigir, de acordo com as circunstâncias locais, o tratamento da água.
Art. 29. Satisfeitas as exigências neste Regulamento, a comissão designada para Vistoria Final, autorizará a expedição do Certificado de Registro, constando do mesmo: número do registro, nome da firma, classificação do estabelecimento, localização (País, Estado, Município, Bairro, etc.) e outros dados necessários.
Art. 30. A renovação do Certificado de Registro será anual e estará condicionada à ausência de quaisquer inadimplências de acordo com o presente regulamento e condições tecnológicas e higiênico-sanitárias satisfatórias, avaliadas por Auditorias realizadas pelo S.I.M./Sorriso.
Parágrafo único. O não atendimento de quaisquer das condições acima citadas, acarretará a suspensão do Registro, perante o S.I.M./Sorriso, cujo retorno ocorrerá
com a resolução das inadimplências/irregularidades encontradas, confirmada após nova
vistoria.
Art. 31. O estabelecimento que interromper seu funcionamento, por período superior a 12 (doze) meses, terá o seu registro cancelado e só poderá reiniciar suas atividades mediante solicitação de novo registro, com cumprimento de todas as exigências deste Regulamento.
Parágrafo único. Estando cancelado o registro, o material pertencente ao município, inclusive de natureza científica, os arquivos e carimbos oficiais de inspeção municipal serão recolhidos à coordenação do S.I.M./Sorriso.
Art. 32. Em caso de venda ou arrendamento de estabelecimento registrado, será feita a competente transferência de responsabilidade do registro à nova firma junto ao S.I.M./Sorriso, no prazo máximo de (30) trinta dias.
§ 1º No caso do comprador ou arrendatário se negar a promover a transferência, ao vendedor ou locador, competirá proceder à imediata comunicação escrita ao S.I.M./Sorriso, com os motivos da recusa.
§ 2º As firmas responsáveis por estabelecimentos registrados durante as fases do processamento da transação comercial devem notificar os interessados na compra ou arrendamento a situação em que se encontram em face das exigências deste Regulamento.
§ 3º Enquanto a transferência não se efetuar, continua responsável pelas irregularidades que se verifiquem no estabelecimento, a firma em nome da qual esteja registrado.
§ 4º No caso do vendedor ou locador ter feito a comunicação a que se refere o § 1º e o comprador ou locatário não apresentar, no prazo máximo de trinta dias, os documentos necessários à transferência respectiva, será cassado o registro do estabelecimento, o qual só será restabelecido depois de cumprida a exigência legal.
§ 5º Adquirido o estabelecimento, por compra ou por arrendamento dos imóveis respectivos e realizada a transferência do registro, a nova firma é obrigada a cumprir todas as exigências formuladas ao anterior responsável, sem prejuízo de outras que venham a ser determinadas.
Art. 33. Tratando-se de estabelecimentos reunidos em grupo e pertencentes à mesma firma, é respeitada, para cada um a classificação que lhe couber, dispensando-se apenas a construção isolada de dependências que possam ser comuns.
TÍTULO II

Das Obrigações das Firmas
Art. 34. Ficam os proprietários de estabelecimentos obrigados a:
I - cumprir e fazer cumprir todas as exigências contidas neste Regulamento e normas complementares;
II - cumprir e fazer cumprir os regulamentos técnicos relacionados às condições higiênico-sanitárias e de boas práticas de fabricação de alimentos aprovados pelos órgãos oficiais dos Ministérios da Agricultura e da Saúde;
III - fornecer até o 10º dia útil de cada mês, subsequente ao vencido ao médico veterinário fiscal do S.I.M./Sorriso lotado na Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente, os dados estatísticos de interesse na avaliação da produção, industrialização, transporte e comércio, de produtos de origem animal bem como as guias de recolhimento de taxas, quando for o caso, devidamente quitadas pelo órgão arrecadador indicado e outros documentos que venham a ser determinados pela inspeção sanitária e industrial;
IV - dar aviso antecipado de 12 (doze) horas, no mínimo sobre a realização de quaisquer trabalhos nos estabelecimentos sob inspeção permanente, mencionando sua natureza e hora de início e de provável conclusão;
V - avisar, com antecedência, a chegada de animais a serem abatidos e fornecer todos os dados que sejam solicitados pela inspeção;
VI - fornecer gratuitamente alimentação ao pessoal da inspeção permanente, quando os horários de trabalho não permitam que as refeições sejam feitas em suas residências, a juízo da inspeção junto ao estabelecimento;
VII - fornecer material próprio e utensílios para guarda, conservação e transporte de matérias primas e produtos fabricados, peças patológicas e não patológicas, que devem ser remetidos ao laboratório, bem como os custos de encaminhamento;
VIII - fornecer armários, mesas, arquivos, mapas, livros e outros materiais destinados à inspeção permanente, para seu uso exclusivo;
IX - fornecer substâncias apropriadas para desnaturação de produtos condenados, quando não houver instalações para sua imediata transformação;
X - manter em dia o registro de recebimento de animais e matérias primas, especificando procedência e qualidade, produtos fabricados, saída e destino dos mesmos;
XI - manter pessoal habilitado na direção dos trabalhos técnicos do estabelecimento.

XII - recolher as taxas de inspeção sanitária, instituídas;
XIII - fornecer material adequado e suficiente para a execução dos trabalhos de inspeção;
XIV - utilizar somente matérias primas inspecionadas e ingredientes aprovados pelos Ministérios da Agricultura e Saúde;
XV - obedecer às determinações do serviço de inspeção quanto ao destino dos animais e dos produtos de origem animal condenados;
XVI - manter funcionário previamente orientado na recepção de animais destinados ao abate, o qual deverá exigir o documento sanitário (Guia de Trânsito Animal – GTA), permitindo o desembarque somente após a apresentação do mesmo;
XVII - apresentar à inspeção a documentação sanitária (GTA) que possibilitou o trânsito dos animais desde a origem até o local do abate;
XVIII - comunicar oficialmente o S.I.M./Sorriso, no prazo máximo de 30 dias de seu evento, a paralisação ou o encerramento das atividades do estabelecimento;
XIX - fornecer material próprio para limpeza, desinfecção e esterilização de instrumentos, aparelhos ou instalações, bem como efetuar tais procedimentos, inclusive na sala da inspeção;

XX - fornecer uniformes aos funcionários, inclusive para os componentes da equipe de inspeção, em quantidade suficiente, conforme descrito a seguir:

§ 1º O funcionário que manipular produtos de origem animal, em qualquer fase de seu processamento, deverá trajar uniforme completo, limpo e de cor branca.

§ 2º Os demais funcionários deverão trajar vestimenta de cor diferenciada e não terão livre acesso às dependências do estabelecimento onde se processam os produtos de origem animal, salvo em condições excepcionais:

1 – azul – para manutenção;

2 – vermelho – para limpeza e higienização da área interna da indústria;

3 – verde – currais e graxaria;

4 - marrom - serviços gerais.

§ 3º Os funcionários efetuarão trocas de uniformes sempre que necessário em intervalos prolongados e nas demais situações que a inspeção julgar necessário.

§ 4º Os visitantes somente terão acesso às dependências onde se processam os produtos de origem animal quando devidamente autorizados e uniformizados, sendo a circulação dos mesmos, na área industrial, de responsabilidade da empresa.

Art. 35. Tratando-se de matérias primas ou produtos procedentes de outros estabelecimentos sob inspeção, deve a empresa anotar nos livros e mapas indicados, a data de entrada, número da guia de embarque ou do certificado sanitário, a quantidade, qualidade e número de registro do estabelecimento remetente.

Art. 36. Os estabelecimentos de leite e derivados deverão fornecer, a juízo da Inspeção, uma relação atualizada de fornecedores, nome da propriedade rural e atestados sanitários dos rebanhos.

Art. 37. Nos estabelecimentos de produtos de origem animal registrados no S.I.M./Sorriso só será permitido a utilização de leite, carne e seus derivados cuja origem seja de animais negativos para brucelose e tuberculose.

§ 1º Torna-se obrigatória a realização dos exames de brucelose e tuberculose anualmente em bovinos e bubalinos.

§ 2º Fica obrigatória a apresentação dos atestados dos exames para brucelose e tuberculose ao S.I.M./Sorriso, dos animais citados no parágrafo anterior para a recepção, manipulação, processamento e expedição dos produtos de origem animal.

TÍTULO III

Das Agroindústrias de Pequeno Porte

Art. 38. Para efeito deste regulamento**,** agroindústrias de pequeno porte é todo estabelecimento que:

I- destina-se à transformação de produtos de origem animal, elaborados em pequena escala, devidamente identificados e com mão de obra predominantemente familiar;

II- beneficie e/ou transforme produtos provenientes de explorações agrícolas, pecuárias, pesqueiras, aquícolas, abrangendo desde processos simples, como secagem, classificação, limpeza e embalagem, até processos que incluem operações físicas, químicas ou biológicas, de baixo impacto sobre o meio ambiente;

III- tenha área construída de até 250 m2;

§ 1º Os abatedouros não deverão ultrapassar a seguinte capacidade máxima diária de abate:

I- animais de grande porte: até 03 animais/dia;

II- animais de médio porte: até 10 animais/dia;

III- animais de pequeno porte: até 500 animais/dia.

§ 2º Os estabelecimentos destinados à elaboração dos produtos cárneos não deverão ultrapassar a capacidade máxima de até 150 (cento e cinquenta) kg diários de embutidos, defumados e salgados.

§ 3º Para estabelecimentos que processem pescados, a capacidade máxima de processamento não poderá ultrapassar 150 (cento e cinquenta) kg de pescado por dia.

§ 4º Os estabelecimentos destinados à produção, recepção e acondicionamento de ovos não deverão ultrapassar a capacidade máxima de até 200 (duzentas) dúzias diárias;

§ 5º Os estabelecimentos destinados à recepção, beneficiamento e embalagem de mel e produtos apícolas não deverão ultrapassar a capacidade máxima de até 6.000 (seis mil) kg anuais;

§ 6º Os estabelecimentos destinados ao resfriamento e pasteurização do leite e/ou à fabricação de seus derivados, não deverão ultrapassar a capacidade máxima de até1.500 (mil e quinhentos) litros diários da matéria prima, enquadrados nos seguintes parâmetros:

I - O leite deverá ser pasteurizado, de acordo com as normas higiênicosanitárias e padrões de identidade e qualidade.

II - Para o leite destinado a produção de queijos, se aceita a pasteurização lenta, que consiste no aquecimento a 62º a 65º C por trinta minutos, mantendo-se o leite em grande volume sob agitação, de modo a permitir seu aquecimento homogêneo;

III - Será admitido o processo de pasteurização lenta do leite somente para produtores rurais cujo leite destinado ao consumo humano direto, seja de produção própria.

IV - Na rotulagem do leite submetido à pasteurização lenta após o envase, além das outras informações previstas neste Decreto para embalagem e rotulagem, deverá
constar, obrigatoriamente e em destaque, o seguinte: *"Tratamento térmico a 62 a 65°C por trinta minutos- Pasteurização Lenta"*.

§ 6º No processamento de produtos comestíveis de origem animal, admitir-se-á a utilização de matéria prima adquirida de terceiros, até o limite de 50%, desde que haja comprovação de inspeção higiênico-sanitária feita pelo S.I.M./Sorriso ou S.I.S.E ou S.I.F.

Art. 39. Para grupo de produtores, reunidos em associações ou cooperativas a produção deverá corresponder a um volume que não exceda a 5 (cinco) vezes o limite individual diário estabelecido por categoria de produto de que trata o Art.38 deste Regulamento.

Parágrafo único. As Agroindústrias de pequeno porte deverão ser enquadradas, para efeito de fiscalização do S.I.M./Sorriso, de acordo com o previsto no *caput* deste artigo.

Art. 40. Os produtos obtidos das agroindústrias de pequeno porte estarão sujeitos à mesma programação de análises laboratoriais que os demais estabelecimentos.

Art. 41. As agroindústrias de pequeno porte estão obrigadas a efetuarem o controle sanitário dos seus animais, observando as exigências estabelecidas pela legislação de defesa e inspeção sanitária animal.

Parágrafo único. Da mesma forma, deverão exigir de terceiros, que fornecerem matéria prima para a sua produção, a comprovação de controle higiênico-sanitário e tecnológico dos animais.

TÍTULO IV

Da Identificação de Produtos

Art. 42. Todos os produtos de origem animal, entregues ao comércio, devem estar identificados por meio de etiquetas ou rótulos registrados e/ou carimbos oficiais aplicados sobre as matérias primas, produtos, vasilhames ou continentes, quer quando diretamente destinados ao consumo público, ou quer quando destinados a outros estabelecimentos para beneficiamento.

Parágrafo único. Os produtos de origem animal que devam ser fracionados devem conservar a rotulagem sempre que possível ou manter a identificação do estabelecimento de origem e informações sobre as condições de consumo.

Art. 43. Os produtos de origem animal destinados à alimentação humana, só podem ser acondicionados ou embalados em recipientes ou continentes comprovadamente inócuos à saúde humana e devidamente aprovados pelo órgão competente.

Art. 44. Um mesmo modelo de rótulo pode ser usado para produtos idênticos, fabricados em vários estabelecimentos da mesma firma, desde que seja da mesma qualidade, denominação e marca ressalvadas as informações de localização e registro.

Art. 45. Os rótulos dos continentes de produtos não destinados à alimentação humana devem conter, além do carimbo da inspeção competente, a declaração "IMPRÓPRIO PARA O CONSUMO HUMANO", obrigatória também nos continentes marcados a quente ou por gravação e, em quaisquer dos casos, em caracteres bem destacados.

Art. 46. Os rótulos destinados a continentes de produtos próprios à alimentação dos animais conterão, além do carimbo próprio da inspeção, a declaração "ALIMENTO PARA ANIMAIS".

CAPÍTULO I

Da Rotulagem

Art. 47. Os rótulos obedecerão às exigências da legislação vigente, contendo ainda, obrigatoriamente, as seguintes indicações:

I - nome verdadeiro do produto em caracteres destacados, uniformes em corpo e cor, sem intercalação de desenhos e outros dizeres,

conforme discriminações estabelecidas neste Regulamento, ou o nome aceito por ocasião da aprovação das fórmulas;
II - nome da firma responsável;
III - nome da firma que tenha completado operações de acondicionamento, quando for o caso;
IV - carimbo oficial da inspeção;
V - natureza do estabelecimento, de acordo com a classificação oficial prevista
neste Regulamento;
VI - localização do estabelecimento, especificando o município, bairro, rua e número;
VII - marca comercial do produto;
VIII - algarismos correspondentes à data de fabricação;
IX - peso líquido;
X - fórmula de composição e outros dizeres, quando previstos neste Regulamento e informações nutricionais;
XI - a especificação "INDÚSTRIA BRASILEIRA";
XII - indicação dos aditivos, conservantes, corantes e condimentos usados nos produtos;
XIII – identificação do lote;
XIV- data de validade;
XV- instruções sobre o preparo ou uso do produto, quando pertinentes, incluída a reconstituição, o descongelamento ou o tratamento necessário ao seu correto consumo.
Art. 48. A data de fabricação, conforme a natureza do continente ou envoltório será impressa, gravada, declarada por meio de carimbo ou outro processo, a juízo do S.I.M./Sorriso, detalhando dia, mês e ano, podendo este ser representado pelos dois últimos algarismos.
Art. 49. Em caso de impossibilidade de indicar o peso líquido do produto, deverá ser usada a expressão "deve ser pesado à vista do comprador".
Art. 50. É proibida qualquer denominação, declaração, palavra, desenho ou ação que transmita falsa impressão, forneça indicação errônea de origem e de qualidade dos produtos, podendo essa proibição se estender, a juízo do S.I.M./Sorriso, às denominações impróprias.

CAPÍTULO II
Dos Carimbos de Inspeção e seu uso

Art. 51. O número de registro do estabelecimento, as iniciais S.I.M. e, conforme o caso, as palavras: "Inspecionado" ou "Reinspecionado", tendo na parte superior a palavra "Sorriso/MT", representam os elementos básicos do carimbo oficial da inspeção municipal cujos formatos, dimensões e emprego são definidos neste regulamento.
§ 1º As iniciais "S.I.M." traduzem "Serviço de Inspeção Municipal".
§ 2º O carimbo de inspeção municipal representa a marca oficial usado unicamente em estabelecimentos sujeitos à fiscalização do S.I.M./Sorriso e constitui o sinal de garantia de que o produto foi inspecionado pela autoridade competente.
Art. 52. Os carimbos da inspeção municipal devem obedecer à descrição e os modelos constantes do ANEXO I, deste Regulamento, respeitadas as dimensões, formas, dizeres, tipo e corpo de letra, devem ser colocados em destaque nas testeiras das caixas e
outros continentes, nos rótulos ou produtos, numa cor única, preferencialmente preto, quando impressos, gravados ou litografados.
Art. 53. Os diferentes modelos de carimbos de inspeção municipal a serem usados nos estabelecimentos fiscalizados pelo S.I.M./Sorriso obedecerão às seguintes especificações.

I - Modelo I:
a) Forma: Elíptica no sentido horizontal;

b) Dizeres: Número de registro do estabelecimento encimado da palavra "INSPECIONADO", colocada horizontalmente, e "SORRISO/MT" que acompanha a curva superior da elipse; logo abaixo do número, as iniciais S.I.M., acompanhando a curva inferior.
c) Dimensões e uso:
l – 0,07m x 0,05m (sete por cinco centímetros): Para uso em carcaças ou quartos de grandes animais em condições de consumo em natureza e em carnes destinadas à industrialização posterior, aplicado externamente sobre as massas musculares.
2 – 0,05m x 0,03m (cinco por três centímetros): Para uso em carcaça de pequenos e médios animais e em cortes de carnes frescas ou frigorificadas de qualquer espécie de açougue.

II - Modelo II:
a) Forma: Circular
b) Dizeres: Número de registro do estabelecimento encimado da palavra "INSPECIONADO" colocada horizontalmente e "SORRISO/MT"**,** que acompanha a curva superior do círculo, logo abaixo do número, as iniciais "S.I.M." acompanhando a curva inferior do círculo.
c) Dimensões e uso: O diâmetro varia de 0,02m (dois centímetros) a 0,30m (trinta centímetros). Esse modelo, cujas dimensões são escolhidas considerando-se a proporcionalidade com o tamanho da embalagem compõe o rótulo registrado de produtos comestíveis de origem animal manipulados e/ou industrializados, inclusive caixas ou engradados contendo ovos, pescado, mel e cera de abelhas, podendo ser aplicado, conforme o caso, sob a forma de selo adesivo.

III - Modelo III:
a) Forma: Triângulo equilátero com a base voltada para cima;
b) Dizeres: Idênticos e na mesma ordem que aqueles adotados nos modelos anteriores e dispostos no sentido horizontal, acrescentando-se, em sua lateral direita, a inscrição "Produto Não Comestível";
c) Dimensões e Uso: 0,07m (sete centímetros) de lado comporá o rótulo registrado de produto não comestível ou destinado à alimentação de animais.

IV - Modelo IV:
a) Forma: Retângulo no sentido horizontal;
b) Dizeres: Número do registro do estabelecimento, isolado e encimado das iniciais "S.I.M." e da palavra "SORRISO/MT" colocados no sentido horizontal e logo abaixo a palavra "CONDENADO";
c) Dimensões e uso: 0,07m x 0,05m (sete por cinco centímetros) e 0,04m x 0,025 (quatro por dois e meio centímetros), para uso em carcaças, cortes e produtos diversos quando condenados pela inspeção.

V - Modelo V:
a) Forma: Circular
b) Dizeres: Número de registro do estabelecimento isolado e encimado das iniciais "S.I.M." colocadas horizontalmente e da palavra "SORRISO/MT" acompanhando a curva superior do círculo e logo abaixo do número a palavra "REINSPECIONADO", acompanhando a curva inferior do círculo.
c) Dimensões e uso: o diâmetro varia de 0,02m (dois centímetros) a 0,30m (trinta centímetros). Para uso em produtos de origem animal comestíveis, após reinspeção e usando-se as dimensões proporcionais ao volume do produto a ser carimbado.
Art. 54. Carcaças, partes de carcaças ou cortes, terão o carimbo aplicado diretamente na porção muscular, utilizando tintas com substâncias inócuas com fórmulas aprovadas pelo S.I.M./Sorriso.

CAPÍTULO III
Da Reinspeção Industrial e Sanitária dos Produtos

Art. 55. Os produtos e matérias primas de origem animal deverão ser reinspecionados tantas vezes quantas necessárias, antes de serem expedidos para consumo.
§ 1º Os produtos e matérias primas que nessa reinspeção forem julgados impróprios para o consumo deverão ser destinados ao aproveitamento condicional, a juízo da inspeção técnica, como subprodutos industriais, derivados não comestíveis e alimentação animal depois de retiradas as marcas oficiais e submetidas à desnaturação, se for o caso.
§ 2º Quando ainda permitam o aproveitamento condicional ou rebeneficiamento, a inspeção municipal deve autorizar desde que sejam submetidos aos processos apropriados, a liberação dos produtos e/ou matérias primas.
Art. 56. Nenhum produto de origem animal pode ter entrada em estabelecimento sob inspeção municipal sem que seja claramente identificado como oriundo de estabelecimentos registrados no S.I.M. do próprio município, no Serviço de Inspeção Estadual (S.I.S.E.) ou Serviço de Inspeção Federal (S.I.F.).
Parágrafo único. É proibido o retorno ao estabelecimento de origem, dos produtos que, na reinspeção, sejam considerados impróprios para o consumo humano, devendo ser promovida sua transformação, aproveitamento condicional ou inutilização.
Art. 57. Na reinspeção de carne, em natureza ou conservada pelo frio, deve ser condenada a que apresentar alteração indicativa de processo de putrefação, contaminação biológica, química ou indícios de zoonoses.

Parágrafo único. Sempre que necessário, a inspeção verificará o pH sobre o extrato da carne.

Art. 58. Nos entrepostos, onde se encontram depositados produtos de origem animal procedentes de estabelecimentos sob Inspeção Municipal, Estadual ou Federal, bem como nos demais locais, a reinspeção deve especialmente visar:

I - a conferência da origem de fabricação do produto, certificando-se que foi inspecionado pelo S.I.M./Sorriso, S.I.S.E./MT ou S.I.F.;

II - a identificação dos rótulos com a composição e marcas oficiais do produto, bem como a data de fabricação, prazo de validade, número de lote e informação sobre a conservação do produto;

III - a verificação das condições de integridade dos envoltórios, recipientes e
sua padronização;

IV - a verificação dos caracteres organolépticos sobre uma ou mais amostras, conforme o caso;

V - a coleta de amostras para o exame físico-químico e microbiológico.

§ 1º A amostra deve receber uma fita envoltória aprovada pelo S.I.M./Sorriso claramente preenchida pelo interessado e pelo funcionário que colher a amostra para envio ao laboratório oficial;

§ 2º Sempre que o interessado desejar, a amostra pode ser colhida em triplicata, com os mesmos cuidados de identificação assinalados no parágrafo anterior, representando uma delas a contraprova que permanecerá em poder do interessado, em seguida lavrar-se-á o
termo de coleta em duas vias, destinando uma delas ao interessado. As amostras serão
colocadas em embalagens apropriadas, fechadas, lacradas e rubricadas pelo interessado e pelo funcionário do S.I.M./Sorriso.

§ 3º Quando o interessado divergir do resultado do exame poderá recorrer, no
prazo de 48 horas (quarenta e oito horas), a análise da contraprova.

§ 4º O requerimento será dirigido ao Coordenador do S.I.M./Sorriso.

§ 5º O exame da contraprova poderá ser realizado em outro laboratório oficial com a presença de representante do S.I.M./Sorriso.

§ 6º Além de escolher o laboratório oficial para o exame da contraprova, o interessado pode fazer-se representar por um técnico de sua confiança.

§ 7º Confirmada a condenação da matéria prima, do produto ou da partida, a inspeção determinará sua destinação.

§ 8º As amostras para prova ou contraprova, coletadas pelo S.I.M./Sorriso, para exames de rotinas ou análises periciais, serão cedidas gratuitamente pelos estabelecimentos.

Art. 59. É permitido, a juízo do Coordenador do S.I.M./Sorriso o retorno ao estabelecimento de origem de produtos apreendidos nos mercados de consumo ou em trânsito dentro do Município, desde que ainda apropriado ao consumo humano, para rebeneficiamento.

§ 1º No caso do responsável pela fabricação ou pelo despacho do produto recusar a devolução, poderá a mercadoria, depois de inutilizada pela inspeção, ser aproveitada para fins não comestíveis em estabelecimentos dotados de instalações apropriadas.

§ 2º A firma proprietária ou arrendatária do estabelecimento de origem será responsabilizada e punida no caso de não comunicar a chegada do produto devolvido ao servidor do S.I.M./Sorriso.

Art. 60. No caso de coleta de amostra para exame de produtos de origem animal será lavrado o competente auto de apreensão da mercadoria, ficando a mesma com o responsável pelo estabelecimento, que funcionará como fiel depositário até o resultado dos exames.

Art.61. A mercadoria contaminada ou alterada, não passível de aproveitamento, como estabelece neste Regulamento, será destruída pelo fogo ou outro agente físico ou químico.

Art. 62. No caso de apreensão por falta de indicação no rótulo do registro no S.I.M./Sorriso, ou S.I.S.E./MT ou S.I.F. ou por falta de carimbo, o produto, após o respectivo exame poderá ser destinado, inócuo, a estabelecimento de caridade, asilo ou entidade beneficente ou, se for o caso, ao zoológico, ficando o respectivo donatário obrigado a fornecer o recibo adequado, desde que seja produto processado e embalado.

TÍTULO V

Do Trânsito de Produtos

Art. 63. Os produtos e matérias primas de origem animal procedentes de estabelecimentos sob inspeção, satisfeitas as exigências do presente regulamento com Certificado de Registro, podem ser expostos ao consumo e têm livre trânsito no Município de Sorriso/MT, podendo ser expostos ao consumo em qualquer parte do território municipal.

Parágrafo único. O transporte de produtos de origem animal deve ser feito em veículos equipados expressamente para esse fim.

Art. 64. Qualquer produto de origem animal destinado à alimentação humana para transitar no Município de Sorriso, deverá, obrigatoriamente, estar perfeitamente identificado através de rótulos, etiquetas e/ou carimbos, bem como acompanhado de documento sanitário com data de validade especificada conforme a legislação, como oriundo de estabelecimento inspecionado pelo S.I.M./Sorriso, S.I.S.E./MT, ou pelo S.I.F.

Parágrafo único. Não estão sujeitos à identificação o leite e o mel, classificados como matérias primas, desde que destinados a estabelecimentos inspecionados, para beneficiamento ou industrialização.

Art. 65. Verificado o descumprimento do disposto no Art. 64 deste Regulamento, a mercadoria será apreendida pelo S.I.M./Sorriso, que lhe dará o destino conveniente, devendo ser lavrado o respectivo termo de apreensão e auto de infração.

Art. 66. É proibida a importação de produtos de origem animal quando procedentes de Estados onde grassem doenças consideradas perigosas à segurança sanitária animal de Mato Grosso, de acordo com o que determina a Lei Estadual n° 7.138, de 13 de julho de 1999.

Art. 67. Os produtos não destinados à alimentação humana, como couros, chifres, subprodutos industriais e outros, procedentes de estabelecimentos não inspecionados pelo S.I.M./Sorriso, S.I.S.E./MT ou S.I.F., só podem ter livre trânsito se procedentes de zonas onde não grassem doenças contagiosas, atendidas, também, outras normas determinadas pelas autoridades oficiais da Defesa Sanitária Animal.

TÍTULO VI

Dos Exames de Laboratório

Art. 68. Os produtos de origem animal prontos para o consumo, bem como toda e qualquer substância que entre em sua elaboração, estão sujeitos a exames tecnológicos, físico-químicos e microbiológicos.

Art. 69. Os procedimentos de amostragem, as técnicas de exames e orientações analíticas serão padronizadas pelo S.I.M./Sorriso.

§ 1º Na ausência dessa padronização, serão seguidas as normas técnicas usadas pelo órgão específico do Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento - MAPA, Ministério da Saúde – ANVISA, Instituto Adolfo Lutz ou outro laboratório oficial designado pelo Coordenador do S.I.M./Sorriso.

§ 2º Os exames de caráter tecnológicos visarão à técnica de elaboração dos produtos de origem animal em qualquer uma de suas fases.

§ 3º Sempre que houver necessidade, o laboratório pedirá informações à inspeção junto ao estabelecimento produtor.

Art. 70. Os procedimentos de amostragem serão realizados de forma que compreendam as seguintes fases:

I – Será coletada 01 (uma) amostra para análise microbiológica e outra para análise físico-química, bimestralmente, como monitoramento;

II – Em casos de reincidência, as amostras serão coletadas de acordo com a legislação vigente, objetivando providências de natureza administrativa, cível e criminal.

Art. 71. Os exames físicos e químicos compreendem:

I - os caracteres sensoriais: cor, odor, sabor, consistência e aspecto;

II - princípios básicos ou composição centesimal;

III - índices físicos e químicos;

IV - corantes conservantes ou outros aditivos;

V - provas especiais de caracterização e verificação de qualidade.

Art. 72. O exame microbiológico deve verificar:

I - contagem padrão em placa;

II - pesquisa e/ou determinação de micro-organismos indicadores de contaminação;

III - presença de micro-organismos, quando se tratar de produtos submetidos à esterilização;

IV - pesquisa e/ou determinação de micro-organismos patológicos;

V - presença de produtos do metabolismo microbiano, quando necessário.

Art. 73. Os Laboratórios, quando necessário, poderão recorrer a outras técnicas de exames, além das adotadas oficialmente mencionando-as, obrigatoriamente, nos respectivos laudos.

Art. 74. O S.I.M./Sorriso poderá, a seu critério, exigir exames laboratoriais periódicos particulares, cujo custo será de responsabilidade do estabelecimento que deu origem à amostra.

Art. 75. Na elaboração de produtos de origem animal deverão ser atendidos, nos estabelecimentos, os padrões bacteriológicos estipulados pelos laboratórios oficiais.

TÍTULO VII

Do Funcionamento dos Estabelecimentos em Geral

Art. 76. Não será autorizado o funcionamento do estabelecimento de produtos de origem animal para exploração do comércio, sem que esteja completamente instalado e equipado, devendo satisfazer as seguintes condições básicas e comuns:

I – Localizar-se, preferentemente no centro do terreno, afastados das vias públicas ou outras divisas, 10 m (dez metros) no mínimo;

II- Localizar-se em pontos distantes de fontes produtoras de odores indesejáveis de qualquer natureza;

III- A área do estabelecimento deverá ser delimitada de forma a não permitir a entrada de animais e pessoas estranhas;

IV – Dentro da área industrial, os locais de passagem de pessoas ou veículos deverão ser pavimentados;

V- Dispor de luz natural e artificial abundante, bem como de ventilação suficiente, em todas as dependências, respeitadas as peculiaridades de ordem tecnológicas cabíveis;

VI – As instalações elétricas devem ser embutidas ou aparentes e, neste caso, estarem perfeitamente revestidas por tubulações isolantes e presas a paredes e tetos, não sendo permitida fiação elétrica solta sobre as áreas de manipulação de alimentos;

VII – Os pisos deverão ser de coloração não escura, apresentar superfície lisa, contínua, sem rachadura, depressão ou saliências, serem antiderrapantes, impermeáveis,resistentes à abrasão e à corrosão, a ácidos e álcali, ligeiramente inclinado com declividade de cerca de 2% (dois por cento) em direção aos ralos, construído de modo a facilitar a coleta e o escoamento das águas residuais, bem como sua limpeza e higienização;

VIII - Ter paredes lisas, impermeabilizadas com material de cor clara, de fácil lavagem e higienização, numa altura mínima de 2m (dois metros), e, total ou parcialmente quando necessário com azulejos brancos vidrados e, em casos especiais, a juízo da inspeção, com outro material adequado; a parte restante será convenientemente rebocada, caiada ou pintada. Os ângulos formados entre as paredes e cantos deverão ser arredondados. Não é permitido uso de tintas descamáveis onde se manipula produtos comestíveis;

IX – Possuir, nas dependências de elaboração de comestíveis, forro de material resistente a umidade e a vapores, construído de modo a evitar o acúmulo de sujeira e contaminação, de fácil limpeza e higienização, podendo o mesmo ser dispensado nos casos em que a cobertura proporcionar perfeita vedação à entrada de poeira, insetos, pássaros e assegurar uma perfeita higienização. Não é permitido o uso de madeiras à vista;

X - Dispor de dependências e instalações mínimas às finalidades a que se destinam adequadas para o recebimento, industrialização, embalagem, depósito e expedição de produtos comestíveis, sempre separadas por meio de paredes, das destinadas ao preparo de produtos não comestíveis;

XI - Dispor de mesas de material impermeável para os trabalhos de manipulação e preparo de produtos comestíveis, construídas de forma a permitir fácil e perfeita higienização antes e durante os trabalhos. Em casos especiais, a juízo da inspeção técnica, serão exigidas mesas com revestimentos inoxidáveis;

XII - Dispor de tanques, caixas, bandejas e quaisquer outros recipientes de material impermeável com superfície lisa, de fácil lavagem e higienização, sem angulosidades ou frestas, devidamente identificadas quanto ao destino, utilizando as denominações "COMESTÍVEL" e "NÃO COMESTÍVEL" ou as cores: branca para produtos comestíveis e vermelha para produtos não comestíveis;

XIII - Dispor, quando necessário, de dependências para administração, oficina e depósitos diversos, preferencialmente separados do corpo industrial;

XIV - Dispor no estabelecimento de água fria e quente, abundantes e quando necessário, de instalação de vapor para atender as necessidades de trabalho, em todas as dependências de manipulação e preparo não só de produtos comestíveis, como também de produtos não comestíveis;

XV – Os locais onde sejam utilizadas facas, ganchos, fuzis e chairas deverão dispor de esterilizadores para a higienização de tais utensílios, nos quais a água deverá ser mantida à temperatura mínima de 85°C (oitenta e cinco graus Centígrados);

XVI – o sistema de climatização dos estabelecimentos que manipulam produtos de origem animal refrigerados ou resfriados deverão dispor de equipamentos de frio que mantenham o ambiente com temperatura máxima de 16°C (dezesseis graus Centígrados);

XVII – Todos os locais refrigerados deverão ser providos de um termômetro de máxima e mínima ou de dispositivos de registro de temperatura, para assegurar a uniformidade da temperatura na conservação das matérias primas, produtos e durante os processos industriais;

XVIII – Dispor de rede de esgoto em todas as dependências, com dispositivo adequado, que evite refluxo de odores e a entrada de roedores e outros animais, ligados a tubos coletores, e estes ao sistema geral de escoamento, dotado de canalização e instalação para retenção de gorduras, resíduos e corpos flutuantes, bem como de dispositivo para
depuração artificial e sistema adequado de tratamento de resíduos e efluentes, compatível com a solução escolhida para a destinação final. A rede de esgoto das dependências industriais deve ser separada da rede de esgoto dos sanitários e vestiários;

XIX - Dispor de rouparia, vestiários, banheiros, sanitários, refeitórios e demais dependências necessárias, em número proporcional ao pessoal: sanitários equipados com lavatórios providos de sabão líquido e chuveiros, na proporção de 1 (um) para cada 10 (dez) operários, respeitando-se o sexo e, completamente isolados das dependências onde são beneficiados produtos destinados à alimentação humana;

XX - As áreas de circulação de veículos, pessoas e de secagem de produtos deverão ser livres de poeira, lama ou qualquer outro poluente;

XXI - Dispor de sede para a inspeção permanente que compreenderá: sala de trabalho, arquivos, vestiários, banheiros e instalações sanitárias, sendo os três últimos divididos por sexo;

XXII - Possuir telas removíveis ou equipamentos que impeçam a entrada de insetos, em todas as aberturas de comunicação com o exterior;

XXIII - Dispor, nos locais de acesso às dependências de manipulação de comestíveis, de lavatório para higienização das mãos e das botas dos operários, sabão líquido inodoro, desinfetante e porta papel toalha descartável. Não serão tolerados pedilúvios. Nas salas em que se manipulam produtos comestíveis deve haver lavatórios acionados a pedal, para lavagem das mãos;

XXIV - Dispor de depósitos adequados para ingredientes, embalagens, continentes ou qualquer outro material que tenha contato direto com produtos comestíveis, separados completamente dos depósitos de outros materiais;

XXV - As portas deverão ser de material não absorvente e de fácil limpeza e possuírem mecanismos que permitam seu fechamento automático e imediato;

XXVI - As janelas e outras aberturas deverão ser construídas de forma a evitar o acúmulo de sujidades; aquelas que se comunicarem com o exterior deverão ser de fácil limpeza e boa conservação; quando possuírem peitoris, os mesmos deverão ser construídos em plano inclinado com ângulo mínimo de 45° (quarenta e cinco graus);

XXVII - Nenhuma dependência de manipulação de produtos terá área inferior a 10 m² (dez metros quadrados) e será mantida em perfeitas condições de higiene, antes, durante e após os trabalhos industriais, diariamente, usando apenas produtos previamente aprovados pela inspeção municipal, estadual ou federal;

XXVIII - Quanto às câmaras frias: as paredes deverão ser de alvenaria ou revestidas com painéis de fácil higienização, impermeáveis e resistentes a impactos; deverão
dispor de termômetros localizados em locais acessíveis que permitam a leitura externa da temperatura na câmara; deverão dispor de estrados, impermeáveis e de fácil limpeza, em número suficiente para acomodar todos os produtos depositados nas câmaras frias, não sendo permitida a colocação de produtos diretamente nos pisos; não será permitida internamente a instalação de ralos coletores;

XXIX - A instalação da caldeira, quando necessário, obedecerá às normas específicas quanto à sua localização e sua segurança;

XXX - É vedado alterar as características dos equipamentos, bem como operálos acima de suas capacidades, sem autorização da Inspeção Municipal.

Art. 77. Dispor de funcionários habilitados, em número suficiente à elaboração dos produtos, devidamente uniformizados, conforme a necessidade do serviço. Os uniformes dos manipuladores de produtos comestíveis compor-se-á de macacão ou calça e camisa e protetor para cabelos, todos em cor branca.

Parágrafo único. Deverá fornecer também todo Equipamento de Proteção
Individual (EPI), conforme determinação do S.I.M./Sorriso para cada etapa de processamento.

Art. 78. As normas da inspeção sanitária, industrial e tecnológica relacionadas às instalações, aos processos e procedimentos dos estabelecimentos de produtos de origem animal, em conformidade à classificação prevista, serão disciplinadas em regulamentos técnicos específicos aprovados por atos do Secretário Municipal de Agricultura e Meio Ambiente.

Art. 79. Os funcionários deverão manter hábitos higiênicos durante os trabalhos e portar carteira de saúde. Anualmente serão submetidos a exame em repartição de Saúde Pública, apresentando a inspeção as anotações competentes em sua carteira pelas quais se verifique que não sofrem de doenças que os incompatibilizem com os trabalhos de fabricação de gêneros alimentícios.

Parágrafo único. É proibido cuspir, escarrar, fumar ou fazer refeições em qualquer dependência onde se manipulem produtos, bem como depositar objetos estranhos ao serviço nessas dependências;

Art. 80. Todos os estabelecimentos de Produtos de Origem Animal deverão manter Médico Veterinário como Responsável Técnico, devidamente registrado no CRMV/MT, que será co-responsável com a Direção do estabelecimento pelo Controle de Qualidade dos produtos elaborados, acompanhando as operações e monitorando os produtos através das análises laboratoriais, assegurando alcançar a inocuidade e mantendo os padrões de qualidade dos produtos exigidos pelos órgãos Oficiais.

TÍTULO VIII

Da Classificação dos Estabelecimentos

Art. 81. A classificação dos estabelecimentos de produtos de origem animal abrange:

I- Os de carnes e derivados;

II- Os de leite e derivados;

III- Os de pescados e derivados;

IV- Os de ovos e derivados;

V- Os de mel e cera de abelhas e seus derivados;

VI- Os de coalho e coagulantes;

Parágrafo único. A simples designação estabelecimento abrange todos os tipos de modalidades de "estabelecimentos" previstos na classificação do presente Regulamento.

CAPÍTULO I

Das Carnes e Derivados

SEÇÃO I

Da Classificação de Estabelecimentos

Art. 82. Os estabelecimentos de carnes e derivados são classificados em:

I – matadouro-frigorífico;

II - matadouro;

III – matadouro de pequenos e médios animais;

IV - charqueadas;

V - fábrica de produtos cárneos;

VI - fábrica de produtos gordurosos;

VII - entrepostos de carnes e derivados;

VIII - fábrica de produtos não comestíveis.

§ 1º Entende-se por "matadouro-frigorífico" o estabelecimento dotado de instalações completas e equipamentos adequados para o abate, manipulação, elaboração, preparo e a conservação das espécies de açougue, sob variadas formas, com aproveitamento completo, racional e perfeito de subprodutos não comestíveis, tendo instalações de frio industrial, com ou sem dependências para desossa.

§ 2º Entende-se por "matadouro" o estabelecimento dotado de instalações adequadas para matança de quaisquer das espécies de açougue, visando o fornecimento de carne em natureza ao comércio interno, com ou sem dependência para industrialização, disporá obrigatoriamente de instalações e aparelhagem para o aproveitamento completo e perfeito de todas as matérias primas e preparo de subprodutos não comestíveis.

§ 3º Entende-se por "matadouro de pequenos e médios animais" o estabelecimento dotado de instalações para o abate e industrialização de suínos, ovinos, caprinos, aves, coelhos e caça de pelo, dispondo de frio industrial e de instalações para o aproveitamento de subprodutos não comestíveis.

§ 4º Entende-se por "charqueada" o estabelecimento que realiza ou não o abate com o objetivo principal de produzir charque, dispondo obrigatoriamente de instalações próprias para o aproveitamento integral e perfeito de todas as matérias primas e preparo de subprodutos não comestíveis.

§ 5º Entende-se por "fábrica de produtos cárneos" o estabelecimento que industrialize a carne de variadas espécies de açougue, sem sala de abate anexa, dotada de instalações de frio industrial e aparelhagem adequada para o preparo de subprodutos não comestíveis.

§ 6º Entende-se por "fábrica de produtos gordurosos" o estabelecimento
destinado, exclusivamente, ao preparo de gorduras, excluída a manteiga, adicionada ou não de matéria prima de origem vegetal.

§ 7º Entende-se por "entreposto de carnes e derivados" o estabelecimento destinado ao recebimento, guarda, conservação, acondicionamento e distribuição de carnes frescas ou frigorificadas das diversas espécies de açougue e outros produtos animais, dispondo ou não de dependências anexas para industrialização, atendidas às exigências necessárias, a juízo da inspeção.

§ 8º Entende-se por "fábrica de produtos não comestíveis" o estabelecimento que manipule matérias primas e resíduos de animais de várias procedências, depois de desnaturados ou esterilizados, para preparo exclusivo de produtos não utilizados na alimentação humana.

Art. 83. Na constituição de razões sociais ou denominação de estabelecimentos que industrializem produtos de origem animal, a classificação de "frigorífico" só pode ser incluída quando plenamente justificada pela exploração do frio industrial na elaboração dos produtos.

Art. 84. Entende-se por "animais de açougue" aqueles que se destinem rotineiramente, ao abate em matadouro, com a finalidade de obtenção de carnes e derivados, compreendendo os bovídeos, equídeos, suínos, caprinos, coelhos. Incluem-se nesse conceito as aves, peixes de criação e animais silvestres criados em cativeiro.

SEÇÃO II

Da Classificação de Produtos

SUBSEÇÃO I

Dos Produtos Comestíveis

Art. 85. Entende-se por "carne de açougue" as massas musculares maturadas ou não e demais tecidos que as acompanham, incluindo ou não a base óssea correspondente, procedente de animais sob inspeção veterinária.

§ 1º Será considerada "fresca" a carne dos animais de açougue, obtida imediatamente após o abate, sem sofrer nenhum tratamento.

§ 2º Será considerada "resfriada" a carne dos animais de açougue submetida ao tratamento pelo frio industrial e que esteja com temperatura entre 0º C (zero grau Centígrados) e 10º C (dez graus Centígrados).

§ 3º Será considerada "congelada" a carne dos animais de açougue submetida ao tratamento pelo frio industrial e que esteja com temperatura interna abaixo de – 5° C (cinco graus Centígrados negativos).

Art. 86. Entende-se por "miúdos" os órgãos e vísceras dos animais de açougue, usadas na alimentação humana, inclusive patas e caudas.

Art. 87. Entende-se por "glândulas" as glândulas de secreção interna dos animais de açougue que poderão ser destinadas para fins comestíveis e não comestíveis.

Art. 88. Entende-se por "carcaça" o animal abatido, formado das massas musculares e ossos, desprovidos da cabeça, patas, cauda, pele, órgãos e vísceras torácicas e abdominais tecnicamente preparadas.

§ 1º Nos suínos, a "carcaça" pode ou não incluir a pele, a cabeça e patas.

§ 2º A carcaça dividida ao longo da coluna vertebral corresponde a "meias carcaças" que, subdivididas por um corte entre duas costelas, variável segundo hábitos regionais, dão os quartos "anteriores" ou "dianteiros" e "posteriores" ou "traseiros".

Art. 89. Entende-se por "frescal" os produtos cárneos colocados no comércio sem sofrer qualquer processo de maturação. O período para

comercialização será específico para cada produto, aprovado previamente pela inspeção.

Art. 90. Entende-se por "curado" os produtos cárneos em cujo processo de fabricação tenham sido empregados sais de cura, entendendo-se como tal o cloreto de sódio, os nitratos e os nitritos.

Parágrafo único. O teor de nitrito no produto final não poderá ultrapassar 200 ppm (duzentas partes por milhão).

Art. 91. Entende-se por "salgados" os produtos preparados com carnes ou órgãos comestíveis, tratados pelo sal (cloreto de sódio) ou misturas de sal, açúcar, nitratos, nitritos e condimentos, com agentes de conservação e caracterização sensorial.

Art. 92. Entende-se por "defumados" os produtos que, após o processo de cura, são submetidos à defumação, para lhes dar cheiro e sabor característicos, além de um maior prazo de vida comercial por desidratação parcial.

§ 1º Permite-se a defumação a quente ou a frio.

§ 2º A defumação deve ser feita em estufas construídas para essa finalidade e realizada com a queima de madeiras resinosas, secas e duras.

Art. 93. Entende-se por "dessecados" os produtos preparados com carnes ou órgãos comestíveis, curados ou não, e submetidos à desidratação mais ou menos profunda.

Art. 94. Entende-se por "charque", sem qualquer outra especificação, a carne bovina salgada e dessecada.

§ 1º Quando a carne empregada não for de bovino, depois da designação "charque", deve esclarecer a espécie de procedência.

§ 2º Permite-se na elaboração do charque a pulverização de sal com soluções contendo substâncias, aprovadas pela inspeção, que se destinem a evitar alterações de origem microbiana, segundo técnicas e proporções indicadas.

§ 3º O charque não deve conter mais de 45% (quarenta e cinco por cento) de umidade na porção muscular, nem mais de 15% (quinze por cento) de resíduo mineral fixo totalizando até 5% (cinco por cento) de variação.

Art. 95. Entende-se por "embutido", todo produto preparado com carne ou órgãos comestíveis, curado ou não, condimentado, cozido ou não, defumado ou não,
dessecado ou não, tendo como envoltório, tripa, bexiga ou outra membrana animal natural ou artificial desde que aprovado pela inspeção.

§ 1º Os embutidos não podem conter mais de 5% (cinco por cento) de amido ou fécula, adicionados para dar melhor liga à massa. As salsichas só poderão conter no máximo 2% (dois por cento) dessas substâncias.

§ 2º O emprego de vernizes na proteção dos envoltórios depende da aprovação prévia da inspeção.

§ 3º No preparo de embutidos não submetidos a cozimento, é permitida a adição de água ou gelo na proporção máxima de 3% (três por cento), calculada sobre o total dos componentes, a fim de facilitar a trituração e homologação da massa.

§ 4º No caso de embutidos cozidos, a percentagem de água ou gelo não deve ultrapassar a 10% (dez por cento) do total dos componentes.

§ 5º No caso de embutidos cozidos e enlatados, não se levará em conta a percentagem de água ou gelo adicionado devendo, no entanto, o produto final antes do enlatamento se enquadrar na relação água/proteína prevista neste artigo. O cálculo será feito sobre o produto pronto, pela relação 3,5 (três e meio) de água para 1 (um) de proteína (fator 6.25).

Art. 96. Entende-se por "bacon" ou por "barriga defumada" o corte da parede torácico-abdominal do suíno, que vai do esterno ao púbis, com ou sem costelas, com seus músculos, tecido adiposo e pele, convenientemente curado e defumado.

Art. 97. Entende-se por "conserva" todo produto elaborado com carne ou órgãos comestíveis de animais de açougue, curados ou não, adicionados ou não de ingredientes, embalado hermeticamente, submetido a tratamento térmico sob pressão.

Art. 98. Entende-se por "presunto", seguido das especificações que couberem, o produto obtido com pernil de suínos.

Art. 99. Entende-se por "paleta", seguido das especificações que couberem, o produto obtido com o membro dianteiro de suínos.

Art. 100. Entende-se por "apresuntado", o produto elaborado com o recorte de pernil ou paleta de suíno, transformado em massa, acondicionado, enlatado ou não, e submetido a tratamento térmico.

Art. 101. Entende-se por "fiambre" o produto obtido de carnes bovinas ou suínas, de massa moída ou cominutada, condimentada, curada e submetida a tratamento térmico.

Art. 102. Entende-se por "pasta", o produto elaborado com carne ou órgão e vísceras de animais de açougue, reduzidos à massa, condimentado, adicionado ou não de farináceo e gordura, e submetido a tratamento térmico sob pressão.

Art. 103. Entende-se por "morcela", o embutido contendo principalmente
sangue, adicionado de toucinho moído ou não, condimento e convenientemente cozido.

§ 1º A inspeção só permitirá o preparo de embutidos de sangue, quando a matéria prima for colhida isoladamente de cada animal e em recipiente separado, rejeitando o sangue procedente dos que venham a ser considerados impróprios para o consumo.

§ 2º É proibido desfibrinar o sangue com as mãos, quando destinado à alimentação humana.

§ 3º Permite-se o aproveitamento do plasma sanguíneo no preparo de embutidos, desde que obtidos em condições adequadas.

Art. 104. Entende-se por "hamburguer", o produto elaborado com carne bovina e/ou suína e/ou ave, moída adicionada de agente de liga, condimentada, curada ou não.

Parágrafo único. Da embalagem deverá constar, obrigatoriamente, a espécie
de que se originou a carne.

Art. 105. Os ligamentos, tendões e vergas, tão prontamente quanto possível, devem ser submetidos a congelamento, dessecados ou convenientemente tratados por água de cal ou ainda por processo aprovado pela inspeção municipal**.**

Art. 106. Entende-se por "gordura bovina", o produto obtido pela fusão de tecidos adiposos de bovino, tanto cavitários (visceral, mesentérico, mediastinal, peri-renal e pélvico), como de cobertura (esternal, inguinal e subcutâneo) previamente lavados e triturados.

§ 1º Somente com extração da estearina, o produto definido neste artigo pode
ser destinado a fins comestíveis (oleína).

§ 2º Entende-se por "oleína" o produto gorduroso comestível resultante da separação da estearina existente na gordura bovina, por prensagem ou por outro processo aprovado pela inspeção municipal.

Art. 107. Entende-se por "banha" o produto obtido pela fusão exclusiva de tecidos adiposos frescos de suínos inclusive quando procedentes de animais destinados a aproveitamento condicional pela inspeção, em autoclaves sob pressão, em tachos abertos de dupla parede, em digestores a seco, ou por outro processo aprovado pela inspeção municipal e submetido à sedimentação, filtração e eliminação de umidade.

§ 1º Permite-se para o produto referido neste artigo a cristalização de gordura em batedores abertos de dupla parede, com circulação de água fria ou de outro processo adequado.

§ 2º Quando a banha for submetida a processo de beneficiamento (classificação, desodorização, filtração e eliminação de umidade), será chamada “banha refinada".

§ 3º Quando, além dos tecidos adiposos, forem submetidos à fusão outros tecidos (ossos, pés, bochechas, lábios, focinhos, rabos, traquéias, esôfagos, torresmos), será chamada "banha comum”.

§ 4º Quando a banha comum sofrer processo de beneficiamento (classificação, desodorização, filtração e eliminação de umidade), será denominada "banha comum refinada".

Art. 108. Entende-se por "unto fresco" ou "gordura de porco em rama" a gordura cavitária dos suínos, tais como as porções adiposas do mesentério visceral do envoltório dos rins e de outras vísceras, devidamente prensadas.

Art. 109. Entende-se por "toucinho" o panículo adiposo dos suínos com a pele.

Art. 110. Entende-se por "composto" o produto obtido pela mistura de gorduras e óleos comestíveis de origem animal e vegetal.

§ 1º Será chamada por "composto de gordura bovina", quando óleos vegetais forem associados à oleína, na proporção máxima de 25% (vinte e cinco por cento).

§ 2º Será chamada por "composto de gordura suína", quando a banha entrar em quantidade não inferior 30% (trinta por cento).

§ 3º Será chamado "composto vegetal", quando aos óleos vegetais se adicione oleína em proporção inferior a 25% (vinte e cinco por cento).

§ 4º Será chamado "composto para confeitaria", quando se misturar gorduras e óleos comestíveis, hidrogenados ou não, com ponto de fusão máximo de 47°C (quarenta e sete graus Centígrados).
§ 5º Nos compostos, é obrigatório o emprego de reveladores, como óleo de gergelim na proporção de 5% (cinco por cento) ou outros aprovados pela inspeção.

SUBSEÇÃO II

Dos Produtos Não Comestíveis

Art. 111. São classificados como produtos não comestíveis ou subprodutos aqueles obtidos de matérias primas impróprias para a alimentação humana, mas com características adequadas ao seu posterior aproveitamento na alimentação de animais ou ainda em outros tipos de indústrias.
Art. 112. Entende-se por "farinha de carne" o subproduto obtido pelo cozimento de restos de carnes, de recortes e aparas diversas, bem como de carcaças, partes de carcaças e órgãos rejeitados pela inspeção, a seguir desengordurados e triturados. Esse subproduto deverá ter no mínimo 65% (sessenta e cinco por cento) de proteínas.
Art. 113. Entende-se por "farinha de sangue", o subproduto industrial obtido pelo cozimento a seco do sangue e posteriormente triturado. Esse subproduto deverá ter no mínimo 80% (oitenta por cento) de proteínas**.**
Art. 114. Entende-se por "farinha de ossos crus" o subgrupo seco e triturado, resultado do cozimento na água, em tanques abertos, de ossos inteiros, após a remoção de
gorduras e do excesso de outros tecidos. Esse subgrupo deverá ter no mínimo 20% (vinte por cento) de proteínas e 40% (quarenta por cento) de fosfatos.
Art. 115. Entende-se por "farinha de ossos autoclavados" o subgrupo obtido pelo cozimento de ossos em vapor sob pressão, secado e triturado. Esse subproduto deverá ter no máximo 25% (vinte e cinco por cento) de proteínas e no mínimo 55% (cinquenta e cinco por cento) de cinzas.
Art. 116. Entende-se por "farinha de ossos degelatinizados" o subgrupo seco e triturado, obtido pelo cozimento de ossos, após a remoção de gordura e outros tecidos, em vapor sob pressão, resultante do processamento para obtenção de cola e/ou gelatina. Esse
subgrupo deverá ter no máximo 10% (dez por cento) de proteínas e 5% (cinco por cento) de gordura e no mínimo 65% (sessenta e cinco por cento) de fosfato de cálcio.
Art. 117. Entende-se por "farinha de ossos calcinados" o subgrupo resultante da queima de osso em recipiente aberto ou fechado, devidamente triturado, devendo conter no mínimo 15% (quinze por cento) de fosfato.
Art. 118. Entende-se por "farinha de carne e ossos" o subproduto seco e triturado, obtido pelo cozimento a seco de recortes em geral, aparas, resíduos e limpeza decorrentes das operações nas diversas seções: ligamentos, mucosas, fetos e placentas, orelhas e órgão não comestíveis ou órgãos e carnes rejeitadas pela inspeção municipal além de ossos diversos. Esse subproduto deverá ter no mínimo 40% (quarenta por cento) de proteínas.
Art. 119. Entende-se por "adubo" todo e qualquer subproduto que se preste como fertilizante depois de cozido, seco e triturado.
Parágrafo único. Estes subprodutos devem ser sempre submetidos a uma temperatura mínima de 115ºC a 125°C (cento e quinze a cento e vinte cinco graus Centígrados), pelo menos por uma hora, quando elaborados por aquecimento a vapor e a uma
temperatura mínima de 105°C (cento e cinco graus Centígrados), pelo menos por quatro horas, quando pelo tratamento a seco.
Art. 120. Entende-se por "tancage" o resíduo de cozimento de matérias primas em autoclaves sob pressão, seco e triturado.
Art. 121. Entende-se por "crackling" o resíduo das matérias primas trabalhadas em digestores, a seco, antes de sua passagem pelo moinho.
Art. 122. Entende-se por "bile concentrada" o subproduto resultante de evaporação parcial da bile fresca. Este subproduto deverá ter no máximo 25% (vinte e cinco por cento) de umidade e no mínimo 40% (quarenta por cento) de ácidos biliares totais.
Parágrafo único. Permite-se a adição de conservadores à bile, depois de triturada, quando o estabelecimento não tenha interesse em concentrá-la.
Art. 123. Entende-se por "óleo de mocotó" o subproduto extraído das extremidades ósseas dos membros de bovinos, depois de retirados os cascos, após cozimento em tanques abertos ou em autoclaves sob pressão, separado por decantação e posteriormente filtrado ou centrifugado em condições adequadas.
Art. 124. Entende-se por "chifres" a camada córnea dos chifres dos bovinos.
Art. 125. Entende-se por "sabugo de chifre" a base de inserção da camada córnea.
Art. 126. Entende-se por "casco" a camada córnea que recobre a extremidade dos membros.
Art. 127. Os chifres e cascos, depois de dessecados pelo calor e triturados, constituem a "farinha de chifres" ou "a de cascos" ou ainda a "farinha de cascos e chifres", quando misturados.
Art. 128. As cerdas, crinas e pêlos serão lavados em água corrente, submetidos a tratamento em água quente e a seguir devidamente secados.
Art. 129. Entende-se por produtos gordurosos não comestíveis, todos aqueles
obtidos pela fusão de partes e tecidos não empregados na alimentação humana, bem como de carcaças, partes de carcaças, órgãos e vísceras, que forem rejeitados pela inspeção.
Parágrafo único. São também considerados produtos gordurosos não comestíveis, os obtidos em estabelecimentos que não dispõem de instalações e equipamento para elaboração de gorduras comestíveis.
Art. 130. Os produtos gordurosos não comestíveis são genericamente denominados "Sebo", seguindo-se à especificação da espécie animal de que procedem. Quando procedentes de suíno serão designados "Graxa Branca".
Art. 131. Os produtos gordurosos não comestíveis serão desnaturados pelo emprego de fluoresceína, brucina e óleos minerais, de acordo com instruções da inspeção.
Art. 132. É obrigatório o aproveitamento de carcaças, partes de carcaças e
órgãos de animais condenados, varreduras em geral, restos e recortes de todas as seções do estabelecimento, para o preparo de subprodutos não comestíveis.

SEÇÃO III

Da Triparia

Art. 133. A triparia é o departamento destinado à manipulação, limpeza e preparo para melhor apresentação ou subsequente tratamento dos órgãos e vísceras retirados dos animais abatidos.
§ 1º A Inspeção Municipal providenciará para que a abertura dos órgãos abdominais se faça tão distante quanto possível do local das demais manipulações preferentemente em compartimentos separados.
§ 2º É proibida qualquer manipulação de couros e peles na triparia.
Art. 134. São considerados produtos de triparia as cabeças, línguas, mocotós, esôfagos e todas as vísceras e órgãos, torácicos e abdominais, não rejeitados pela inspeção municipal.
Art. 135. Os intestinos não podem ser empregados na composição de produtos alimentícios; os de bovinos, suínos, ovinos e caprinos podem ser utilizados como envoltório para embutidos.
§ 1º Para seu aproveitamento é necessário que sejam convenientemente raspados e lavados, considerando-se como processos usuais de conservação a dessecação, a salga ou outros aprovados pela inspeção.
Art.136. As tripas destinadas a embutidos serão cuidadosamente inspecionadas, principalmente quanto à sua integridade e limpeza.
Art. 137. Os estômagos de bovinos destinados à alimentação humana devem ser rigorosamente lavados imediatamente após o esvaziamento, permitindo-se quando do
escaldamento, o emprego da solução de soda no máximo até 2% (dois por cento) ou de outras substâncias aprovadas pela inspeção que facilitem a remoção da mucosa.
Art. 138. Os miúdos (coração, pulmão, fígado, rins, timos, mocotós, língua) são submetidos à manipulação e limpeza adequadas, antes de serem entregues ao consumo ou de entrarem para as câmaras frias.
Art. 139. É proibido o emprego de testículos no preparo de produtos comestíveis.

SEÇÃO IV

Da Graxaria

Art. 140. Graxaria é a seção destinada ao aproveitamento de matérias primas gordurosas e de subprodutos não comestíveis.
Parágrafo único. A graxaria compreende:
I - Seção de produtos gordurosos comestíveis;
II - Seção de produtos gordurosos não comestíveis;
III - Seção de subprodutos não comestíveis;

Art. 141. As dependências e equipamentos destinados a produtos gordurosos comestíveis são privativos para esses produtos, sendo proibida sua utilização para manipulação de produtos e subprodutos não comestíveis.

SEÇÃO V

Das Condições Específicas de Funcionamento

Art. 142. Os estabelecimentos de carnes e derivados devem satisfazer, além das condições básicas já previstas, as seguintes:

I - Estar localizado em área suburbana ou rural, ser instalado, de preferência, no centro do terreno devidamente cercado, afastado do limite de vias públicas no mínimo 10
(dez) metros e dispor de áreas de circulação que permita a livre movimentação dos veículos de transporte;

II - dispor de currais com área de 2,5m² por cabeça bovina, convenientemente pavimentadas, providas de bebedouros e distantes no mínimo 60m (sessenta metros) dos locais onde são recebidos, manipulados ou preparados produtos usados na alimentação humana;

III - dispor de pocilgas com área de 1,5m² por cabeça suína, convenientemente pavimentadas, providas de bebedouros e distantes no mínimo 40m (quarenta metros) dos locais onde são recebidos, manipulados ou preparados produtos usados na alimentação humana;

IV - dispor, no caso de estabelecimento de abate, de meios que possibilitem a lavagem e a desinfecção dos veículos usados no transporte dos animais;

V - dispor, de acordo com a classificação do estabelecimento, de dependência de abate suficientemente ampla para permitir o normal desenvolvimento das respectivas operações, com dispositivos que evitem o contato das carcaças com o piso ou entre si, bem como o contato manual direto dos operários durante a movimentação das mesmas;

VI - dispor, nos estabelecimentos de abate, de dependências próprias para manipulação e acondicionamento de miúdos, estômagos e intestinos, que devem ser esvaziados e lavados em dependências separadas;

VII - dispor, de acordo com a classificação dos estabelecimentos e sua capacidade, de dependência de matança, conforme o caso, separadas para as várias espécies, de triparia, graxaria para o preparo de produtos gordurosos comestíveis ou não, salsicharia em geral, conserva, depósito de salga de couro, salga, ressalga e secagem de carne, seção de subprodutos não comestíveis e de depósitos diversos, bem como de câmaras frias, proporcionais à capacidade do estabelecimento;

VIII - dispor de equipamento, completo e adequado, tais como plataformas, mesas, carros, caixas, estrados, lavatórios para mãos e botas, esterilizadores de serras, facas,
ganchos, com água e temperatura mínima de 85º C (oitenta e cinco graus Centígrados) e
outros, usados em quaisquer das fases d recebimento e industrialização da matéria prima e do preparo de produtos, em número suficiente e construídos com material que permita fácil e perfeita higienização;

IX - possuir dependência específica para higienização de carretilhas e/ou balancins, carros, gaiolas, bandejas e outros componentes de acordo com a finalidade do estabelecimento;

X - dispor de equipamento gerador de vapor com capacidade suficiente para as necessidades do estabelecimento, bem como de instalações de vapor e água em todas as dependências de manipulação e industrialização;

XI - em caso de aves e coelhos a recepção deverá ser feita em plataformas cobertas, protegidas da incidência direta de raios solares e as operações de sangria, esfola, evisceração e preparo de carcaça, com os animais suspensos pelos pés ou cabeças:

XII - as operações de sangria, depenagem e esfola no caso de aves e coelhos, devem ser feitas em dependências separadas e exclusivas;

XIII - dispor de recipientes apropriados em cor vermelha ou identificados através de tarja vermelha, que possam ser totalmente fechados, destinados unicamente ao transporte de matérias primas e produtos condenados;

XIV - quando necessário, deverá dispor de câmaras frigoríficas de refrigeração com temperatura máxima de 4ºC (quatro graus Centígrados) e de congelamento e estocagem com o mínimo de -17ºC (menos de dezessete graus Centígrados);

XV - deverá dispor de local adequado, exclusivo, destinado à estocagem de material impróprio ao consumo humano e condenado, desde que sejam recolhidos ao final dos trabalhos e transportados para uma graxaria. Os produtos condenados deverão ser inutilizados e desnaturados pela inspeção municipal;

XVI - deverá dispor de locais e equipamentos próprios para inspeção de cabeças, vísceras, carcaças e inspeção final.

SEÇÃO VI

Dos Critérios de Julgamento

Art. 143. Depois de efetuados os trabalhos de inspeção ou de reinspeção, os produtos, subprodutos e demais derivados, segundo os critérios de julgamento, poderão ter os seguintes destinos:

I - liberados - os que não apresentarem nenhuma nocividade ao consumo
humano, característicos de fraude ou alteração de composição;

II - aproveitamento condicional - os que necessitarem de alguma forma de tratamento térmico ou beneficiamento, para serem destinados ao consumo humano;

III - condenados – aos que forem impróprios ao consumo humano, em todo ou em parte.

Parágrafo único. Para estabelecimentos que não possuam instalações adequadas ao aproveitamento condicional ou não haja possibilidade de absorção em outro estabelecimento com inspeção oficial para ser beneficiado, fica a critério da Inspeção, condenar total ou parcialmente.

Art. 144. Os produtos ou matérias primas de carnes e derivados, destinados ao aproveitamento condicional poderão ser submetidos aos seguintes tipos de tratamento ou beneficiamento:

I - tratamento pelo frio - submetido à temperatura e tempo adequados, conforme necessidade de cada caso;

II - salga - submetido a tratamento pelo sal (cloreto de sódio), de forma seca ou úmida, por tempo e temperatura adequada, conforme necessidade de cada caso;

III - salsicharia - serão destinados para esse fim, carcaças, meias-carcaças, quartos, cortes e recortes impróprios à comercialização pela sua aparência ou outros casos passíveis deste tipo de aproveitamento, porém, aptas ao consumo humano,

IV - esterilização - submetido a tempo e temperatura adequada a cada produto, de forma a eliminar todo e qualquer micro-organismo porventura existente.

Art. 145. Os produtos ou matérias primas condenados poderão ser destinados à alimentação animal ou elaboração de subprodutos não comestíveis, após desnaturação ou esterilização pelo calor.

SUBSEÇÃO I

Da Inspeção "Ante Mortem"

Art. 146. Todos os animais destinados ao abate deverão ser examinados quando da entrada no estabelecimento, ocasião em que serão verificados os documentos de procedência e as condições de saúde do lote.

Art. 147. Os animais a serem abatidos deverão sofrer um período de descanso, jejum e dieta hídrica, nos currais do estabelecimento, por um período nunca inferior a 6 (seis) horas para bovinos, suínos e equinos e 2 (duas) horas para aves e pequenos animais.

Parágrafo único. Antes de atingir a sala de matança, os bovinos, suínos e
equinos devem passar por uma lavagem em chuveiro, superior e lateral com água sob pressão.

Art. 148. Durante todo o período em que os animais permanecerem no estabelecimento, deverão ser tomadas medidas adequadas que evitem maus tratos, desde o momento do desembarque, sendo proibida a utilização de instrumentos pontiagudos ou quaisquer outros, capazes de causar danos, conforme as normas de abate humanitário.

Art. 149. Deverão ser abatidos em separados os animais que a inspeção "ante mortem" demonstrarem:

I - caquexia;

II - menos de 30 (trinta) dias de vida extrauterina;

III - serem suspeitos ou portadores de doenças infectocontagiosas.

§ 1º Esses animais não poderão ser destinados ao consumo humano.

§ 2º Após o abate dos animais previstos no inciso III deste artigo, as instalações e equipamentos do estabelecimento deverão ser convenientemente desinfetados, com métodos e substâncias apropriadas, conforme instruções da inspeção.

Art. 150. Todo estabelecimento de abate deverá ter instalações próprias para retenção de animais que necessitem de tempo para comprovação de diagnósticos ou liberação para o abate.
Parágrafo único. Enquadram-se neste caso:
I - fêmeas de parto recente, período inferior a 10 (dez) dias;
II - animais em hiper ou hipotermia;
III - suspeitos de doenças infectocontagiosas;
IV - animais de castração recente.
Art. 151. Os animais que chegarem mortos ou que forem encontrados mortos nos currais serão considerados impróprios para o consumo humano. Estes animais, a juízo da Inspeção Municipal poderão ser necropsiados em instalações adequadas.
Art. 152. Sempre que necessário, será ordenado o abate imediato de animais agonizantes, com fraturas, contusões generalizadas, hemorragia, decúbito forçado, sintomas nervosos e outros estados, a juízo da inspeção, denominado como abate de emergência.
Parágrafo único. Este abate deverá ser feito sempre na presença da inspeção que se baseará no exame "ante" e "post-mortem" para destinação das carnes.
Art. 153. Animais que tenham morte acidental nas dependências do estabelecimento, desde que imediatamente sangrados e eviscerados, poderão ser aproveitados, a juízo da inspeção.
SUBSEÇÃO II
Da Inspeção "Post-Mortem"
Art. 154. O sacrifício de animais de açougue deverá ser feito por sangria, efetuada através de incisão dos grandes vasos do pescoço, permitindo-se, nos casos dos suínos, a punção direta no coração, não permitida a utilização de processo que não provoque a efusão de sangue.
Parágrafo único. Antes da sangria deverá ser feita a insensibilização dos animais, através de métodos mecânico (concussão cerebral), elétrico ou outros aprovados pela inspeção e pelas normas recomendadas para o abate humanitário.
Art. 155. A sangria deverá ser feita, sempre, com o animal pendurado pelos membros traseiros.
Art. 156. As eviscerações torácica e abdominal deverão ser feitas o mais rápido possível na presença da inspeção, mantendo perfeita identificação das vísceras com a carcaça, até a liberação de todas as peças.
§ 1º Antes da evisceração, deverão ser retirados: a pele, os pelos ou as penas dos animais abatidos, através de fluxos e métodos aprovados pela inspeção.
§ 2º A cabeça, quando destacada do corpo, deve ser marcada para permitir fácil identificação, com as respectivas carcaças e vísceras.
Art. 157. Na inspeção "post-mortem" serão examinados e observados todos os órgãos e tecidos, com palpação e apreciação de seus caracteres externos, incisão dos nodos linfáticos correspondentes e, sempre que necessário, incisão dos parênquimas dos órgãos.
Parágrafo único. Deve ser feita na seguinte frequência:
I - observação das características de sangria;
II - exame da cabeça, língua, glândulas salivares e nodos linfáticos correspondentes,
III- exame da cavidade abdominal, órgãos e nodos linfáticos correspondentes;
IV - exame da cavidade torácica, órgãos e nodos linfáticos correspondentes;
V - exame geral da carcaça, serosas e nodos linfáticos acessíveis.
Art. 158. Toda carcaça, partes de carcaça e órgãos com lesão ou anormalidades que possam torná-los impróprios para consumo, devem ser convenientemente assinalados pela Inspeção Municipal e diretamente conduzidos ao "Departamento de Inspeção Final".
Parágrafo único. O inspetor Médico Veterinário responsável realiza exame técnico minucioso e determinará o destino das peças. Estas poderão ainda ser recolhidas a um "Departamento de Sequestro", sob custódia da inspeção, a fim de aguardar exame e destinação.
Art. 159. As carcaças julgadas em condições de consumo são assinaladas com os carimbos previstos neste Regulamento, por auxiliares de inspeção.
Art. 160. Em hipótese alguma é permitida a remoção, raspagem ou qualquer prática que possa mascarar as lesões antes do exame da Inspeção Sanitária.
Art. 161. Abscessos e lesões supuradas - Carcaças, parte de carcaças ou órgãos atingidos de abscessos ou lesões supuradas, devem ser julgados pelos seguintes critérios:
I - quando a lesão é externa, múltipla ou disseminada de modo a atingir grande parte da carcaça, será condenada;
II - carcaças ou parte de carcaças, que se contaminarem acidentalmente com pus serão também condenadas;
III - abscessos ou lesões supuradas, localizados, serão removidos e condenados apenas os órgãos e partes atingidas;
IV - serão ainda condenadas carcaças com alterações gerais (emagrecimento, anemia e icterícia), decorrentes de processo purulento.
Art. 162. Actinomicose e Actinobacilose - Serão condenadas as carcaças que apresentem lesões generalizadas de actinomicose ou actinobacilose.
Parágrafo único. Faz-se rejeição parcial nos seguintes casos:
I - quando as lesões são localizadas, sem complicações secundárias e o animal se encontra em boas condições de nutrição. Neste caso a carcaça deve ser aproveitada depois de removidas e condenadas as partes atingidas;
II - são condenadas as cabeças com lesões de actinomicose, exceto quando a lesão maxilar é discreta, estritamente localizada sem supuração ou trajetos fistulosos;

III - quando a actinomicose é discreta e limitada à língua, afetando ou não os nodos linfáticos correspondentes, a cabeça pode ser aproveitada, após a remoção e condenação da língua e seus nodos.
Art. 163. Adenite ou Linfadenite - As adenites localizadas implicam em rejeição da região que drena a linfa para os nodos atingidos.
Art. 164. Animais novos - Serão condenadas as carcaças de animais novos, nos seguintes casos:
I - quando a carne tiver aparência aquosa, flácida, dilacerando-se com facilidade, podendo ser perfurada sem dificuldade;
II - quando o desenvolvimento muscular, considerando-se em conjunto, é incompleto e as massas musculares apresentarem ligeira infiltração serosa ou pequenas áreas edematosas.
III - quando a gordura peri-renal estiver edematosa, de cor amarelo sujo ou de um vermelho acinzentado, mostrando apenas algumas ilhotas de gorduras;
Art. 165. Asfixia - Todos os suínos que morrerem asfixiados, seja qual for a causa, bem como os que caírem vivos no tanque de escaldagem, serão condenados.
Art. 166. Aspirações - Serão condenados os pulmões que apresentem aspirações de sangue, água ou alimentos.
Art. 167. Broncopneumonia verminótica - serão condenados os pulmões que apresentem localizações parasitárias, sem reflexo sobre a musculatura.
Art. 168. Brucelose - Serão condenadas as carcaças com lesões extensas de brucelose.
Parágrafo único. Nos casos de lesões localizadas, encaminham-se as carcaças à esterilização pelo calor, depois de removidas e condenadas as partes atingidas.
Art. 169. Bursite – Devem ser condenadas as carcaças com lesões de bursite, na suspeita de possível brucelose.
Art. 170. Caquexia - São condenadas as carcaças em estado de caquexia.
Art. 171. Carbúnculo hemático – animais que sejam diagnosticados como portadores de carbúnculo hemático, deverão ter condenação total com destruição inclusive de pêlos, chifres, cascos, peles, vísceras, não podendo ser sangrados ou eviscerados.

Parágrafo único. Quando o reconhecimento ocorrer depois da evisceração, a matança será interrompida imediatamente, promovendo-se a limpeza e a desinfecção de todos os locais e equipamentos que possam ter tido contato com resíduos dos animais. Após a aplicação dos desinfetantes deverá ser feita lavagem com água corrente e emprego de vapor.
O pessoal que manipulou o material infectado, também deverá lavar braços e mãos com uma solução desinfetante e procurar o serviço médico imediatamente.
Art. 172. Carnes fermentadas (carnes febris) - Serão condenadas as carcaças de animais que apresentem alterações musculares acentuadas e difusas, bem como quando exista degenerescência do miocárdio, fígado, rins ou reação do sistema linfático, acompanhada de alterações musculares.
§ 1º Também serão condenadas as carcaças em início de processo putrefativo, ainda que, em área muito limitada.

§ 2º A rejeição será total quando o processo coexista com lesões inflamatórias de origem gástrica ou intestinal e, principalmente, quando se tratar de vitelos, suínos e equídeos.
§ 3º Faz-se rejeição parcial quando a alteração é limitada a um grupo muscular e as modificações musculares são pouco acentuadas, com negatividade do exame microscópico direto, destinando-se a carcaça à esterilização pelo calor, após remoção e condenação das partes atingidas.
Art. 173. Carnes hidroêmicas - Serão condenadas as carcaças de animais que apresentem infiltrações edematosas dos parênquimas ou do tecido conjuntivo.
Art. 174. Carnes magras - Animais magros, livres de qualquer processo patológico, podem ser destinados ao aproveitamento condicional (conserva ou salsicharia).
Art. 175. Carnes repugnantes - São assim consideradas e condenadas as carcaças que apresentem mau aspecto, coloração anormal ou que exalem odores medicamentosos, excrementiciais, sexuais e outros considerados anormais.
Art. 176. Carnes sanguinolentas - Serão condenadas as carcaças, desde que a alteração seja consequência de doenças do aparelho digestivo.
Parágrafo único. Quando as lesões hemorrágicas ou congestivas decorrem de contusões, traumatismos ou fratura, a rejeição deve ser limitada às regiões atingidas.
Art. 177. Cenuroses - São condenados unicamente os órgãos atingidos (cérebro ou medula espinhal).
Art. 178. Cirrose hepática - Os fígados com cirrose atrófica ou hipertrófica serão condenados, exigindo-se neste caso, rigoroso exame do animal no intuito de se eliminar a hipótese de doenças infectocontagiosas.

Parágrafo único. São também condenados os fígados com cirrose, decorrente de localização parasitária.
Art. 179. Cisticercoses - Serão condenadas as carcaças com infestações intensas de *Cysticercus bovis*, *Cysticercus celulosae, Cysticercus ovis*, ou quando a carne é aquosa ou descorada.
§ 1º Entende-se por infestação intensa, a comprovação de um ou mais cistos, em incisões praticadas em várias partes da musculatura, ou mais de um cisto numa área correspondente a aproximadamente a palma da mão (10cm).
§ 2º Sendo diagnosticada cisticercose nas linhas rotineiras de inspeção, serão examinados, através de incisões nas partes musculares, a cabeça, a língua, o coração, o diafragma e seus pilares, o esôfago, o pescoço e a paleta. O achado de um ou mais cistos neste exame, ocasionará a condenação dos órgãos lesionados e a destinação da carcaça a tratamento pelo frio artificial por 15 (quinze) dias à temperatura de – l0ºC (menos dez graus Centígrados).
§ 3º As carcaças e vísceras, citadas no parágrafo anterior, poderão ser destinadas a salga úmida, pelo mínimo de 21 (vinte e um) dias, em condições que permitam, a qualquer momento, sua identificação e reconhecimento, ou destinadas à esterilização pelo calor.
§ 4º É permitido o aproveitamento de tecidos adiposos, procedentes de carcaças com infestações intensas por *Cysticercus cellulosae* para o fabrico de banha, rejeitando-se as demais partes do animal.
Art. 180. Coloração anormal - Serão condenadas as carcaças ou órgão que apresentarem coloração anormal, exceto em casos de adipoxantose.
Parágrafo único. Entende-se por adipoxantose, pigmentação amarela dos tecidos, principalmente adiposo e fígado, decorrente da ingestão de vegetais ricos em carotenóides.
Art. 181. Congestão - Serão condenados os órgãos que se apresentarem congestos ou hemorrágicos.
Art. 182. Contaminação - As carcaças, partes de carcaças e órgãos que se contaminarem durante a evisceração ou em qualquer outra fase dos trabalhos, devem ser condenados.
§ 1º Serão condenadas as carcaças, partes de carcaças, órgãos ou qualquer outro produto comestível que se contamine por contato com o piso ou de qualquer outra forma, desde que não seja possível limpeza completa.

§ 2º Nos casos do parágrafo anterior, o material contaminado pode ser destinado à esterilização pelo calor, a juízo da inspeção, tendo-se em vista a limpeza praticada.

Art. 183. Contusão - As carcaças de animais que apresentarem contusão generalizada devem ser condenadas.
Parágrafo único. Nos casos de contusão localizada, o aproveitamento será condicional (salga, salsicharia ou conserva), a juízo da inspeção, depois de removidas e condenadas as partes atingidas.
Art. 184. Degeneração gordurosa (Esteatose) - Determina a rejeição do órgão quando não possam ser retiradas as partes lesadas, desde que não ligadas a processo patológico geral.
Art. 185. Dermatoses - Desde que a musculatura se apresente normal, poderão ser aproveitadas para o consumo, as carcaças e órgãos, depois de removidas e condenadas as partes afetadas.
Art. 186. Distomatose - As carcaças de animais portadores de distomatose hepática serão condenadas quando houver caquexia.
Art. 187. Edema - Serão condenadas as carcaças que, no exame "post mortem", demonstrem edema generalizado (Anasarca).
Parágrafo único. Nos casos discretos e localizados, basta que se removam e se condenem as partes atingidas.
Art. 188. Enfermidades Transmitidas por Alimentos - Todas as carcaças de animais doentes, cujo consumo possa causar transmissão de enfermidades por alimentos, serão condenadas, considerando-se como tais as que procedem de animais que apresentarem:
I - inflamação aguda dos pulmões, pleura, peritônio, pericárdio e meninges;
II - gangrena, gastrite e enterite hemorrágica;
III - septicemia ou pioemia de origem puerperal traumática ou sem causa evidenciada;
IV – metrite ou mamite aguda difusa;
V – poliartrite;
VI – flebite umbilical;
VII – pericardite traumática ou purulenta;
VIII – qualquer inflamação aguda, abscesso ou lesão supurada associada à nefrite aguda, degenerescência gordurosa do fígado, hipertrofia do baço, hiperemia pulmonar, hipertrofia generalizada dos nodos linfáticos e rubefação difusa do couro.
Parágrafo único. A juízo da inspeção dependendo das características apresentadas, a carcaça poderá ser destinada à esterilização pelo calor.
Art. 189. Enfisema cutâneo - Será condenada a carcaça, sempre que o enfisema cutâneo resulte de doenças orgânicas ou infecciosas.
Parágrafo único. Nos casos limitados, condenam-se as regiões atingidas, inclusive a musculatura adjacente.
Art. 190. Enfisema pulmonar - Serão condenados os pulmões que apresentem enfisemas, sem reflexo sobre a musculatura.
Art.191. Esofagostomose - As carcaças de animais portadores de esofagostomose, sempre que haja caquexia, serão condenadas.
Parágrafo único. Os intestinos ou partes de intestinos podem ser aproveitados, desde que os parasitos e/ou lesões causadas por eles, sejam em pequeno número e/ou possam ser extirpados.
Art. 192. Estefanurose - As lesões de gordura perirrenal provocadas pelo *Stephanurus dentatus* implicam na eliminação das partes alteradas, devendo-se, entretanto, todas as vezes que for possível conservar os rins aderentes à carcaça.
Art. 193. Euritrematose - São condenados os "pâncreas" infestados pelo *Euritrema coelomaticum.*
Art. 194. Gestação - As carcaças de animais em gestação adiantada ou que apresentem sinais de parto recente serão destinadas à esterilização, desde que não haja evidências de infecção.
§ 1º Os fetos serão condenados.
§ 2º Para atender hábitos regionais, a inspeção pode autorizar a venda de fetos bovinos desde que demonstrem desenvolvimento superior a 7 (sete) meses e procedam de
vacas que apresentem bom estado sanitário.
§ 3º É proibida a estocagem de fetos, bem como o emprego de sua carne na elaboração de embutidos e enlatados.

§ 4º Quando houver aproveitamento de peles de fetos, sua retirada será feita na
graxaria.
Art. 195. Glossites - Condenam-se todas as línguas portadoras de glossite.
§ 1º Nos casos de lesões já completamente cicatrizadas, as línguas podem ser destinadas à salsicharia, para aproveitamento, após cozimento e retirada do epitélio.
§ 2º É proibido o enlatamento dessas línguas, mesmo quando apresentem lesões cicatrizadas.

Art. 196. Hepatites - Serão condenados os fígados com hepatites.
Parágrafo único. Em caso de a lesão coexistir com outras alterações, a carcaça também será condenada.
Art. 197. Hidatidose - Podem ser liberadas as carcaças de portadores de hidatidose, desde que, concomitantemente, não haja caquexia.
§ 1º Os órgãos e partes atingidos serão sempre condenados.
§ 2º Fígados portadores de uma ou outra lesão de hidatidose periférica, calcificada e bem circunscrita, podem ter aproveitamento parcial a juízo da inspeção, após remoção e condenação das partes atingidas.
Art. 198. Icterícia - Serão condenadas as carcaças que apresentem coloração característica de icterícia (amarelo intenso ou amarelo esverdeado na gordura, tecido conjuntivo, ossos e túnica interna dos vasos).
§ 1º Quando tais carcaças não revelarem caracteres de infecção ou intoxicação e venham a perder a cor anormal após a refrigeração, podem ser destinadas ao consumo.
§ 2º Quando, no caso do parágrafo anterior, as carcaças conservarem a sua coloração após resfriadas, podem ser destinadas ao aproveitamento condicional a juízo da inspeção.
§ 3º Nos casos de coloração amarela somente na gordura de cobertura, quando a musculatura e vísceras são normais e o animal se encontra em bom estado de engorda, com gordura muscular brilhante, firme e de odor agradável, a carcaça pode ser destinada ao consumo.
§ 4º O julgamento de carcaças com tonalidade amarela ou amarela esverdeada
será sempre realizado com luz natural.

§ 5º Sempre que houver necessidade, a inspeção lançará mão de provas de laboratório, tais como a "Reação de Diazzo", para a gordura e sangue, e a "Reação de Grimbert", para a urina.
Art. 199. Infarto - A presença da lesão de infarto implica em estabelecer se está ou não ligada a doenças infectocontagiosas.
Parágrafo único. Em todos os casos, os órgãos lesados serão condenados.
Art. 200. Ingestão de produtos tóxicos - As carcaças provenientes de animais sacrificados após a ingestão de produtos tóxicos, acidentalmente ou em virtude de tratamento terapêutico, incidem em rejeição total.
Art. 201. Lesões cardíacas - Serão condenados os corações com lesões de pericárdio, miocárdio e endocárdio.
Parágrafo único. Os corações com linfangiectasia podem ter aproveitamento condicional na salsicharia.
Art. 202. Lesões renais - A presença de lesões renais implica em estabelecer se estão ou não ligadas a doenças infectocontagiosas.
Parágrafo único. Em todos os casos, os rins lesados serão condenados.
Art. 203. Linfadenite caseosa - Nos casos de linfadenite serão obedecidos os seguintes critérios:
I - condenam-se as carcaças de animais magros, mostrando lesões extensas em qualquer região;
II - são condenadas também as carcaças de animais gordos, quando as lesões
são numerosas e extensas;
III - podem ser aproveitadas para o consumo, as carcaças de animais magros com lesões discretas das glândulas e das vísceras, após remoção e condenação das partes atingidas;
IV - podem igualmente ser aproveitadas, para consumo, as carcaças de animais gordos, revelando lesões pronunciadas das vísceras, desde que só existam lesões discretas em outras partes, como também aquelas com lesões pronunciadas confinadas aos nodos linfáticos, associadas a lesões discretas de outra localização;
V - carcaças de animais magros, mostrando lesões bem pronunciadas das vísceras, acompanhadas de lesões discretas de outras partes, como também as amostras de lesões discretas, podem ser esterilizadas pelo calor após remoção e condenação das partes atingidas;
VI - carcaças de animais gordos com lesões pronunciadas das vísceras e dos nodos linfáticos são também esterilizadas pelo calor, após remoção e condenação das partes atingidas.
Art. 204. Miíases - São condenadas as regiões ou órgãos invadidos por larvas.
Parágrafo único. Quando a infestação já determinou alterações musculares com mau cheiro nas regiões atingidas, a carcaça será julgada de acordo com a extensão da alteração, removendo-se e condenando-se, em todos os casos, as partes atingidas.
Art. 205. Neoplasias - São condenadas as carcaças, partes de carcaças, ou órgãos que apresentem tumores malignos, com ou sem metástase.
Parágrafo único. Quando o tumor de um órgão interno tenha repercussão, por qualquer modo, sobre o estado geral do animal a carcaça será condenada, mesmo que não se tenha verificado metástase.
Art. 206. Parasitas - Aspectos de endoparasitoses, sem reflexos na musculatura, determinam condenação apenas das partes ou órgãos atingidos, desde que seja possível retirá-los.
Art. 207. Peste Suína - Serão condenadas as carcaças de suínos atingidos de
peste suína.
§ 1º Quando rins e nodos linfáticos revelem lesões duvidosas, mas se comprove lesão característica da peste em qualquer outro órgão ou tecido, a condenação também será total.
§ 2º Lesões discretas, mas acompanhadas de caquexia ou de qualquer foco de supuração, implicará igualmente em condenação total.
§ 3º Quando as lesões forem, de modo geral, discretas e circunscritas a um órgão ou tecido, inclusive aos rins e nodos linfáticos, a carcaça será destinada à esterilização pelo calor, depois de removidas e condenadas as partes atingidas. No estabelecimento onde não for possível esta providência, as carcaças serão condenadas.
Art. 208. Putrefação - Na reinspeção de carne em natureza ou conservada pelo frio, será condenada a que apresentar qualquer alteração que faça suspeitar de processo de putrefação.
§ 1º Sempre que necessário, a inspeção verificará o pH sobre o extrato aquoso
da carne.
§ 2º Sem prejuízo da apreciação dos caracteres sensoriais e de outras provas, a inspeção adotará o pH entre 6,0 e 6,4 (seis e seis e quatro décimos) para considerar a carne ainda em condições de consumo.
Art. 209. Sarcosporidiose - É condenada toda carcaça com infecção intensa de Sarcosporídios ou quando existirem alterações aparentes da carne, em virtude de degenerescência caseosa ou calcária.
Art. 210. Sarnas - A carcaças de animais portadores de sarnas em estado avançado, acompanhadas de caquexia ou de reflexo na musculatura, serão condenadas.
Parágrafo único. Quando a sarna é discreta e ainda limitada, a carcaça pode ser destinada ao consumo, após a remoção e condenação das partes afetadas.
Art. 211. Teleangiectasia maculosa do fígado (angiomatose) - Nos casos desta afecção, obedecendo-se às seguintes normas:
I - condenação total quando a lesão atingir metade ou mais do órgão;
II - liberação nos casos de lesões discretas, após remoção e condenação das partes atingidas.
Art. 212. Triquinose – A inspeção fará retirar fragmentos dos seguintes músculos: pilar do diafragma, base da língua e laríngeos para pesquisa microscópica da *Trichinella spirallis*.
§ 1º A inspeção pode também lançar mão de processo biológico para essa verificação.
§ 2º Será condenada a carcaça que acuse a presença de triquina, cabendo à inspeção tomar as medidas cabíveis.
Art. 213. Tuberculose – Deverão sofrer condenação total (carcaças e vísceras), os animais portadores de tuberculose nos seguintes casos:
I – qualquer forma de tuberculose, quando acompanhada de caquexia, anemia ou febre;
II – tuberculose miliar aguda, caracterizada pela existência de múltiplas granulações cinza ou diversas tuberculoses miliares aproximadamente do mesmo desenvolvimento;
III – lesões tuberculosas, indicando colapso das defesas orgânicas, tais como; tuberculose generalizada nos pulmões; tuberculose caseosa extensa em um órgão; tuberculose aguda exudativa da pleura, peritônio, pericárdio ou meninges; tuberculose linfática hipertrofiante semicaseosa.
§ 1º Serão liberadas as carcaças em qualquer outro caso de tuberculose, devendo ser retiradas e destruídas as partes lesionadas.
§ 2º No caso de tuberculose óssea, exige-se a completa desossa e destruição do esqueleto, liberando-se, porém as porções musculares.
§ 3º No caso de lesões discretas, a juízo da inspeção e após a retirada das partes lesionadas, a carcaça pode ser destinada à esterilização pelo calor.

CAPÍTULO II
Do Leite e Derivados
SEÇÃO I
Da Classificação de Estabelecimentos

Art. 214. Os estabelecimentos de leite e derivados são classificados em:
I - fazenda leiteira;
II - posto de recebimento e refrigeração;
III - fábrica de laticínios;
IV - usina de beneficiamento;
V - entreposto de laticínios.
§ 1º Entende-se por "fazenda leiteira" o estabelecimento localizado na zona rural destinado à produção, refrigeração, pasteurização e embalagem de leite para consumo.
§ 2º Entende-se por "posto de recebimento e refrigeração" o estabelecimento destinado ao recebimento de creme ou de leite, onde podem ser realizadas operações de medição, pesagem, refrigeração, desnate e estocagem.
§ 3º Entende-se por "fábrica de laticínios" o estabelecimento destinado ao recebimento de leite e de creme, para o preparo de quaisquer produtos de laticínios.
§ 4º Entende-se por "usina de beneficiamento" o estabelecimento que tem por fim principal receber, filtrar, refrigerar, pasteurizar, embalar e estocar higienicamente o leite destinado ao consumo humano, podendo também elaborar produtos de laticínios.
§ 5º Entende-se por "entreposto de laticínios" o estabelecimento destinado ao
recebimento, maturação, classificação, estocagem e distribuição de produtos de laticínios.

SEÇÃO II
Da Classificação de Produtos
SUBSEÇÃO ÚNICA
Dos Produtos Comestíveis

Art. 215. Entende-se por "leite", sem outras especificações, o produto normal fresco, integral, oriundo de ordenha completa e ininterrupta, em condições de higiene, de vacas sadias, bem alimentadas e descansadas.
Parágrafo único. Deverá constar a identificação da espécie, quando o leite não for de origem bovina.
Art. 216. Denomina-se "gado leiteiro" todo rebanho explorado com a finalidade de produzir leite.
Art. 217. É obrigatória a produção de leite em condições higiênicas desde a fonte de origem seja qual for a quantidade produzida e seu aproveitamento.
Parágrafo único. Esta obrigatoriedade se estende ao trato do gado leiteiro, à ordenha, ao vasilhame e ao transporte.
Art. 218. Considera-se leite normal in natura, o produto que apresente:
I - caracteres sensoriais normais;
II - teor de gordura mínimo de 3,0% (três por cento);
III - acidez, em graus Dornic entre l5 e 20 (quinze e vinte);
IV - densidade a 15ºC (quinze graus centígrados), entre 1,028 (um e vinte e oito milésimos) e 1,033 (um e trinta e três milésimos);
V - lactose - mínima de 4,3% (quatro e três décimos por cento);
VI - extrato seco desengordurado - mínimo de 8,5% (oito e cinco décimos por cento);
VII - extrato seco total - mínimo de 11,5% (onze e cinco por cento);
VIII - índice crioscópico - mínimo -0,55ºC (menos cinquenta e cinco centésimos de graus Centígrados)
IX - índice refratométrico no soro cúprico a 20ºC (vinte graus Centígrados) não inferior a 37º (trinta e sete graus) Zeiss;
X - teor de proteína total - mínimo de 3% (três por cento).
Parágrafo único. A composição média do leite das espécies caprinas, ovinas e outras, bem como as condições de sua obtenção, serão determinadas pelo Município, quando houver produção intensiva desse produto.
Art. 219. Entende-se por "leite de retenção" o produto de ordenha, a partir do 30º (trigésimo) dia antes da parição.
Art. 220. Entende-se por "colostro" o produto da ordenha obtido após o parto e enquanto estiverem presentes os elementos que os caracterizem.
Parágrafo único. É proibido o aproveitamento para fins de alimentação humana, do leite de retenção e do colostro.
Art. 221. Entende-se por "leite resfriado" aquele que foi submetido a frio industrial, tendo a sua temperatura reduzida a 5°C (cinco graus Centígrados), tolerando-se l0°C (dez graus Centígrados) ao leite destinado às indústrias.
Art. 222. Entende-se por "leite integral" aquele que não sofreu alteração no seu teor natural de gordura.
Art. 223. Entende-se por "leite padronizado" aquele que foi submetido à retirada parcial do seu teor natural de gordura.
Parágrafo único. Constará da rotulagem o teor de gordura a que o leite foi padronizado.
Art. 224. Entende-se por "leite desnatado" aquele que foi submetido à retirada total do seu teor natural de gordura.
Art. 225. Fica proibida a venda de leite cru, para consumo direto da população, em todo território municipal.
Art. 226. Entende-se por "leite pasteurizado" aquele submetido à ação do calor, com o fim de destruir totalmente a flora bacteriana patogênica, sem alteração sensível da constituição física e do equilíbrio químico do leite, sem prejuízo dos seus elementosbioquímicos, assim como de suas propriedades sensoriais normais.
§ 1º São permitidos os seguintes processos de pasteurização:
I - pasteurização lenta, que consiste no aquecimento do leite à temperatura entre 62°C e 65°C (sessenta e dois e sessenta e cinco graus Centígrados) por 30 (trinta) minutos, mantendo-se o leite em grande volume sobre agitação mecânica, lenta, em aparelhagem própria;
II - pasteurização rápida ou de curta duração, que consiste no aquecimento do leite em camada laminar a temperatura entre 72° e 75°C (setenta e dois e setenta e cinco graus Centígrados) por 15 a 20 (quinze a vinte) segundos, em aparelhagem própria.
§ 2º Imediatamente após a pasteurização, o leite será refrigerado entre 2°C e 5°C (dois e cinco graus Centígrados).
§ 3º Só se permite a utilização de aparelhagem convenientemente instalada e em perfeito funcionamento, provida de dispositivos de controle automático, de termo regulador, de registradores de temperatura e outros que venham a ser considerados necessários para o controle técnico sanitário da operação.
§ 4º É proibida a repasteurização do leite.
§ 5º Será considerado pasteurizado o leite que em laboratório acusar a ausência da enzima fosfatase e a presença da enzima peroxidase.
§ 6º O leite pasteurizado, para ser entregue ao consumo, deve atender:
I - densidade a 15°C (quinze graus centígrados) entre 1,028 (um e vinte e oito milésimos) e 1,033 (um e trinta e três milésimos) g/ml podendo chegar a 1,035 (um e trinta e cinco milésimos) g/ml nos leites padronizados;
II - extrato seco desengordurado com um mínimo de 8,5% (oito e cinco décimos por cento) para o leite integral e 8,7% (oito e sete décimos por cento) para o padronizado;
III - acidez entre 15 (quinze) e 18°D (dezoito graus Dornic);
IV - índice crioscópico mínimo entre -0,53°C (menos cinquenta e três centésimos de graus Centígrados) e –0,55ºC (menos cinquenta e cinco centésimos de graus Centígrados);
V - teor de proteína total - mínimo de 3% (três por cento);
§ 7º Considera-se fraude a presença de qualquer componente estranho à composição normal do leite.
Art. 227. Entende-se por "leite esterilizado" aquele submetido a tratamento térmico para eliminação total de sua flora microbiana, em equipamento hermético, sob pressão.
Art. 228. Entende-se por "leite reconstituído" o produto resultante da dissolução em água, do leite em pó, adicionado ou não de gordura láctea, seguido de homogeneização e pasteurização.
Art. 229. Entende-se por "leite concentrado" o produto resultante da desidratação parcial em vácuo, do leite fluído, seguido de refrigeração.
Parágrafo único. É permitida a adição de estabilizador de caseína de, no máximo 0,l g% (um décimo de grama por cento).
Art. 230. Entende-se por "leite evaporado" ou "leite condensado sem açúcar" o produto resultante da desidratação parcial em vácuo, de leite próprio para consumo, seguido de homogeneização, enlatamento e esterilização.
Art. 231. Entende-se por "leite condensado" o produto resultante da desidratação parcial de leite próprio para consumo, adicionado de açúcar.

Parágrafo único. O teor de açúcar não deve ultrapassar 45% (quarenta e cinco por cento) no produto, excluída a lactose.
Art. 232. Entende-se por "doce de leite" o produto resultante do cozimento da mistura de leite e açúcar (sacarose ou glicose), adicionado ou não de aromatizante, até concentração conveniente e caramelização parcial.
§ 1º O doce de leite deve apresentar:
I - teor de proteína mínimo de 6% (seis por cento);
II - teor de açúcar máximo de 55% (cinquenta e cinco por cento), excluída a lactose;
III - resíduo mineral fixo de no máximo 2% (dois por cento).
§ 2º É permitida a adição de cacau, amendoim, castanhas, nozes ou outras
substâncias, previamente aprovadas pela inspeção.
§ 3º São permitidas a adição de estabilizador de caseína de, no máximo, 0,05% (cinco centésimos por cento) sobre o volume de leite e a redução de acidez com bicarbonato de sódio.
Art. 233. Entende-se por "leite em pó" o produto resultante da retirada, em condições apropriadas, da quase totalidade da água de constituição do leite em natureza, com
teor de gordura ajustado para o respectivo tipo.
Parágrafo único. O leite em pó, para consumo direto, deve atender às seguintes especificações:
I - solubilidade mínima de 98% (noventa e oito por cento);
II - umidade máxima de 4% (quatro por cento);
III - ausência de conservadores e de oxidantes.
Art. 234. Entende-se por "creme de leite" o produto rico em gordura, resultante da desnatação do leite.
Parágrafo único. O creme de leite, para o consumo humano, deve atender às seguintes especificações:
I - deve ser pasteurizado;
II - deve constar na rotulagem o teor de gordura;
III - não pode ter a sua acidez reduzida por produtos químicos.
Art. 235. Entende-se por "manteiga" o produto resultante da batedura do creme de leite fresco ou fermentado pela adição de fermento láctico selecionado, ao qual se incorpore ou não sal (cloreto de sódio).
§ 1º Será considerada "manteiga extra" aquela que:
I - for obtida de creme pasteurizado;
II - for obtida de creme adicionado de fermento lático e maturado;
III - não contiver mais de 1,0 % (um por cento) de insolúveis, excluído o cloreto de sódio.
§ 2º Será considerada "manteiga de 1ª qualidade" aquela que:
I - for obtida de creme pasteurizado;
II - for obtida de creme adicionado de fermento lático e maturado;
III - não contiver mais de 1,5% (um e cinco décimos por cento) de insolúveis, excluído o cloreto de sódio.

§ 3º Será considerada "manteiga comum ou de 2ª qualidade" aquela que:
I - não for, necessariamente, obtida de creme pasteurizado;
II - não sofrer adição de fermento lático;
III - não contiver mais de 2% (dois por cento) de insolúveis, excluído o cloreto de sódio.
§ 4º Independente da classificação, a manteiga deverá ter no mínimo 80% (oitenta por cento) de gordura.
Art. 236. Entende-se por "queijo" o produto fresco ou maturado que se obtém por separação parcial do soro do leite reconstituído (integral, parcial ou totalmente desnatado) ou de soros lácteos, coagulados pela ação física do coalho, enzimas específicas de bactérias específicas, de ácidos orgânicos, isolados ou combinados, todos de qualidade apta para uso alimentar, com ou sem agregação de substâncias alimentícias e/ou condimentos, aditivos especificamente indicados, substâncias aromatizantes e matérias corantes.
§ 1º Serão considerados "frescais" os queijos colocados no comércio até 5 (cinco) dias após a fabricação;
§ 2º Serão considerados "maturados" os queijos que sofrerem trocas bioquímicas e físicas necessárias e características da variedade do queijo.
§ 3º Serão considerados de "curta maturação" os queijos que forem colocados no comércio entre 5 (cinco) e 60 (sessenta) dias após a fabricação.
§ 4º Serão considerados de "longa maturação" os queijos que forem colocados no comércio após 60 (sessenta) dias de fabricação.
§ 5º Na rotulagem deverá constar o teor de gordura e o tratamento térmico do leite usado no fabrico do queijo.
Art. 237. Entende-se por "requeijão" o produto obtido pela fusão de misturas de creme com massa de coalhada, dessorada e lavada.
Art. 238. Entende-se por "queijo fundido" o produto obtido de fusão, em condições apropriadas, da massa de queijos maturados, adicionados ou não de condimentos.
Art. 239. Entende-se por "leite fermentado" o produto resultante da fermentação do leite pasteurizado ou esterilizado, por fermentos lácticos próprios. Compreende vários tipos: o "quefir", o "iogurte", o "leite acidófilo" e a "coalhada", os quais podem ser obtidos de matéria prima procedentes de qualquer espécie leiteira.
§ 1º Denomina-se "quefir" o produto resultante da fermentação do leite pelos fermentos contidos nos grãos de quefir ou por adição de levedura de cerveja ou fermentos láticos. Seu teor em ácido lático deverá ficar entre 0,5 e 1,5% (meio a um e meio por cento) e deverá ter o seu teor de gordura especificado em rotulagem.
§ 2º Denomina-se "iogurte" o produto resultante da ação do *Lactobacillus bulgaricus* e do *Streptococcus lactis*. Seu teor em ácido lático ficará entre 0,5 e 1,5% (meio a um e meio por cento) e deverá ter o seu teor de gordura especificado em rotulagem.
§ 3º Denomina-se "leite acidófilo" o produto resultante da ação do *Lactobacillus acidophilus* sobre o leite. O seu teor em ácido lático ficará entre 0,5 e 1,5%
(meio a um e meio por cento) e seu teor de gordura deverá ser especificado em rotulagem.
§ 4º Denomina-se "coalhada" o produto resultante da ação de fermentos láticos selecionados sobre o leite. Seu teor em ácido lático ficará entre 0,5 e 1,5% (meio a um e meio por cento) e seu teor de gordura deverá ser especificado em rotulagem.
Art. 240. Entende-se por "leite aromatizado" a mistura preparada com leite, açúcar, aromatizantes (cacau, sucos ou essências de frutas), submetido à pasteurização ou à esterilização.
Art. 241. Entende-se por "leite gelificado" o produto resultante da formação de gel estável, elaborado a partir de leite pasteurizado ou esterilizado, na proporção mínima de 40% (quarenta por cento) com adição de ingredientes e aditivos apropriados. O teor de extrato seco lácteo total deverá ser de 6,3% (seis e três décimos por cento), no mínimo.
Art. 242. Entende-se por "soro de leite" o produto resultante da coagulação do leite empregado na fabricação de queijos ou caseína.
Parágrafo único. Entende-se por "soro de leite em pó" o produto obtido com a retirada parcial da água, do soro de leite, em condições apropriadas, devendo o produto final não conter mais do que 8% (oito por cento) de umidade.
Art. 243. Entende-se por "ricota" o produto resultante da precipitação da albumina do soro de leite com adição de leite em até 20% (vinte por cento).

SEÇÃO III
Das Condições Específicas de Funcionamento

Art. 244. Tratando-se de estabelecimentos de leite e derivados, devem ainda satisfazer as seguintes condições:
I - estar localizado em pontos distantes de fontes produtoras de mau cheiro;
II - construir as dependências de maneira a se observar, se for o caso, desníveis e fluxo contínuo na sequência dos trabalhos de recebimento, manipulação, fabricação, salga, maturação, embalagem e expedição dos produtos;
III - ter as dependências principais do estabelecimento, como as de recebimento de matéria prima, desnate, beneficiamento, salga, cura, envase e depósito de produtos utilizados na alimentação humana, separados por paredes inteiras das que se
destinam à lavagem e esterilização de vasilhames ou ao preparo de produtos não comestíveis;
IV – A água utilizada na fábrica deverá ser potável e clorada tendo como referência a necessidade de 6 L (seis litros) de água para cada litro de leite industrializado;
V- ser construído em centro de terreno, afastado do limite das vias públicas, preferencialmente 10 m (dez metros) na frente e dispondo de entradas laterais que permitam a movimentação dos veículos de transporte. Quando existir local de ordenha, este deverá ser afastado no mínimo 20 metros (vinte metros) com exceção daqueles que utilizarem circuito fechado desde a ordenha até o envase;

VI - ter pé-direito de 3,50m (três metros e cinquenta centímetros) nas dependências de elaboração de produtos; 3m (três metros) nas plataformas, laboratórios e lavagem de vasilhames; 2,80m (dois metros e oitenta centímetros) nos vestiários e instalações sanitárias e, 2,50m (dois metros e cinquenta centímetros) nas câmaras frigoríficas. As
plataformas de recepção e expedição deverão ter cerca de 0,80 m (oitenta centímetros de altura do solo;
VII - ter as dependências orientadas de tal modo que os raios solares não prejudiquem os trabalhos de fabricação ou maturação dos produtos;
VIII - dispor de aparelhagem industrial completa e adequada para a realização de trabalhos de beneficiamento e industrialização;
IX- dispor de dependência ou de local apropriado e convenientemente aparelhado, a juízo da inspeção, para a lavagem e sanitização de vasilhames e carros tanques;
X - dispor de depósito para caixas, cestas e embalagens;
XI - dispor de local de ordenha devidamente coberto, com piso impermeabilizado, de cimento ou outro material aprovado, com declive não inferior a 2% (dois por cento), provido de sistema de escoamento, com cercas caiadas ou paredes impermeabilizadas até a altura de 2m (dois metros), com facilidades de higienização;
XII - ter dependência de recepção, com laboratório para seleção de matéria prima.
Parágrafo único. Todo o equipamento por onde circula o leite deverá ser de aço inoxidável, permitindo-se também na elaboração de derivados, outros equipamentos de
material impermeável a juízo da inspeção.

SEÇÃO IV

Dos Critérios de Julgamento

Art. 245. Efetuados os trabalhos de inspeção e reinspeção, o leite e seus derivados, segundo critérios de julgamento, poderão ter os seguintes destinos:
I - liberados - os que não apresentarem nenhuma nocividade ao consumo humano, características de fraude ou alteração de composição;
II - aproveitamento condicional - os que necessitarem de alguma forma de beneficiamento para serem destinados ao consumo humano;
III - condenados - os que não se prestarem de nenhuma forma ao consumo humano.
Art. 246. Os produtos ou matérias primas destinadas a aproveitamento condicional poderão ser submetidos aos seguintes tipos de beneficiamento:
I - desnate - através de centrifugação, separando a matéria gorda para fabricação de manteiga. A parte líquida obtida através do desnate, não será destinada ao consumo humano direto;
II - fabricação de queijos;
III - cocção ou cozimento - submetido ao calor por tempo e temperatura característicos de cada produto;
IV - secagem - submetido ao calor em condições específicas por tempo e temperatura adequados, com a retirada quase total de sua umidade;
V - fusão - utilização do calor em produtos lácteos, sólidos ou pastosos, por tempo e temperatura adequados a cada produto, de forma a eliminar sua nocividade ao consumo humano.
Art. 247. Os produtos ou matérias primas condenadas poderão ser destinados à alimentação animal ou a elaboração de subprodutos não comestíveis, após desnaturação ou esterilização pelo calor.
Art. 248. É obrigatória a análise do leite destinado ao consumo ou à industrialização.
Parágrafo único. Os estabelecimentos são obrigados a controlar as condições do leite mediante instruções fornecidas pela inspeção.
Art. 249. A análise do leite independentemente do fim a que se destina, abrangerá os caracteres sensoriais e as provas de rotina, assim consideradas:
I - caracteres sensoriais (cor, cheiro, sabor e aspecto);
II - temperatura;
III - densidade a 15°C (quinze graus Centígrados);
IV - acidez pelo método Dornic;
V - gordura;
VI - extrato seco total e desengordurado;
VII - índice crioscópico;
VIII - teor de proteína bruta.
Parágrafo único. Admite-se, para a seleção do leite em latões na recepção, o emprego da prova de densidade e o uso da prova de álcool ou alizarol em substituição ao método Dornic, retirando-se amostras de cada latão para posterior complementação das análises.
Art. 250. Sempre que necessário, a inspeção realizará as provas de determinação de:
I - conservadores e inibidores;
II - neutralizantes;
III - reconstituintes de densidade.
Art. 251. Acidez - O leite pasteurizado que apresentar acidez acima de 18° D (dezoito graus Dornic) será destinado para aproveitamento condicional. Só poderão ser
destinados para fabricação de queijos com até 20° D (vinte graus Dornic). Todo leite acima de 20° D (vinte graus Dornic) será destinado ao desnate ou cocção. Todo creme de leite que apresentar mais de 18° D (dezoito graus Dornic) será destinado à fabricação de manteiga. As manteigas terão como máximo de acidez em soluto alcalino normal em l00g (cem gramas) de matéria gorda: 2 ml (dois mililitros) para a extra; 3 ml (três mililitros) para a comum ou de segunda qualidade. As que tiverem acidez maior, serão desclassificadas para o tipo inferior ou destinadas para fusão.
Art. 252. Aguagem - O leite considerado aguado será destinado ao desnate. A manteiga com excesso de umidade que não puder ser reduzida será destinada à fusão. O leite em pó com excesso de umidade não poderá ser destinado ao consumo humano direto.
Art. 253. Características sensoriais - O leite que apresentar caracteres sensoriais anormais (cor, cheiro, sabor, aspecto), sem prejuízo ao consumo humano, será destinado ao desnate, caso contrário, será condenado. Os derivados serão destinados à fusão ou condenados.
Art. 254. Colostro - O leite em que for confirmada a presença de colostro será
condenado.
Art. 255. Conservadores - leite e seus derivados que apresentarem conservadores serão condenados, à exceção daqueles aprovados pela inspeção devido à tecnologia de fabricação já consagrada e deverão constar da rotulagem.
Art. 256. Contaminação - O leite e seus derivados contaminados serão condenados. Serão contaminados todos os produtos de laticínios que apresentarem flora microbiana fora dos padrões ou germes patogênicos ao homem bem como contaminantes químicos (agrotóxicos, metais pesados e outros).
Art. 257. Impurezas - O leite e seus derivados com impurezas, que possam ser
beneficiados tecnologicamente, sujeitam-se a aproveitamento condicional. Serão condenados os produtos que contiverem impurezas nocivas à saúde humana.
Art. 258. Inibidores - O leite in natura, resfriado, pasteurizado ou esterilizado
que apresentar inibidores será condenado. Produtos lácteos que necessitem tecnologicamente da presença de inibidores deverão ter prévia aprovação da inspeção e constar da rotulagem.
Art. 259. Leite coalhado - O leite que se apresentar coagulado será condenado.
Art.260. Leite fisiologicamente anormal - O leite que for considerado fisiologicamente anormal (na ordenha) será destinado ao aproveitamento condicional.
Art. 261. Leite viscoso - O leite que se apresentar viscoso (presença de sangue ou pus) será condenado.
Art. 262. Neutralizante - O leite resfriado, pasteurizado, esterilizado e o creme de leite que apresentarem neutralizantes serão condenados. Será permitido o uso de
neutralizantes naqueles produtos lácteos que a técnica industrial o exigir, mediante aprovação prévia da inspeção e desde que conste da rotulagem.

Art. 263. Padrões alterados - Leite e produtos lácteos que se apresentarem com
padrões alterados, sem prejuízo da saúde humana, serão desclassificados para um tipo inferior ou destinados a aproveitamento condicional.
Art. 264. Putrefação - O leite e produtos lácteos que se apresentarem em estado de putrefação serão condenados.
Art. 265. Ranço - Os produtos que se apresentarem com ranço serão condenados.

Art. 266. Reconstituinte de densidade - O leite que apresentar sua densidade reconstituída será condenado.
Art. 267. Substâncias estranhas - O leite e produtos lácteos com substâncias estranhas à sua composição original serão condenados.
Art. 268. Estufamento - Os queijos e produtos lácteos que se apresentarem estufados serão condenados.

CAPÍTULO III
Do Pescado e Derivados
SEÇAO I
Da Classificação de Estabelecimentos

Art. 269. Os estabelecimentos destinados ao pescado e seus derivados são classificados em:
I - entrepostos de pescados;
II - fábrica de conservas de pescados.
§ 1º Entende-se por "entreposto de pescado" o estabelecimento dotado de dependências e instalações adequadas ao recebimento, manipulação, frigorificação, distribuição e comércio do pescado, dispondo, se necessário, de equipamentos para aproveitamento integral de subprodutos não comestíveis.
§ 2º Entende-se por "fábrica de conservas de pescados" o estabelecimento dotado de dependências, instalações e equipamentos adequados ao recebimento, manipulação, cura e processamento do pescado por qualquer forma, com aproveitamento integral de subprodutos não comestíveis.

SEÇÃO II
Da Classificação de Produtos
SUBSEÇÃO I
Dos Produtos Comestíveis

Art. 270. A denominação genérica "PESCADO" compreende os peixes, crustáceos, moluscos, anfíbios, quelônios, répteis e mamíferos, de água doce ou salgada, usados na alimentação humana.
Art. 271. Entende-se por "fresco" o pescado dado ao consumo sem ter sofrido qualquer processo de conservação, a não ser a ação do gelo.
Art. 272. Entende-se por "resfriado" o pescado devidamente acondicionado em
gelo e mantido em temperatura entre -0,5° a -2°C (menos meio a menos dois graus Centígrados).
Art. 273. Entende-se por "congelamento" o pescado tratado por processos adequados de congelação, em temperatura não superior a –10°C (menos dez graus Centígrados).
§ 1º Depois de submetido à congelação o pescado deve ser mantido em câmara
frigorífica a –10°C (menos dez graus Centígrados).
§ 2º O pescado uma vez descongelado, não pode ser novamente recolhido a
câmaras frigoríficas.
Art. 274. "Pescado em conserva" é o produto elaborado com pescado íntegro,
envasado em recipientes herméticos e esterilizados, compreendendo, além de outros previstos neste Regulamento, os seguintes tipos:
I - ao natural;
II - em azeite ou óleos comestíveis;
III - em escabeche;
IV - em vinho branco;
V - em molho.
§ 1º Entende-se por "pescado ao natural" o produto que tenha por líquido de cobertura uma salmoura fraca, adicionada ou não de substâncias aromáticas comestíveis.

§ 2º Entende-se por "pescado em azeite ou em óleos comestíveis" o produto
que tenha por líquido de cobertura azeite de oliva ou óleo comestível adicionado ou não de substâncias aromáticas, observadas as seguintes condições:
I - o azeite ou o óleo comestível utilizado isoladamente ou em mistura com
outros ingredientes, deve ser puro e apresentar no máximo 2% (dois por cento) de acidez em ácido oléico;
II – tolera-se, a juízo da inspeção, o emprego de um único ou a mistura de
vários óleos comestíveis na elaboração das conservas de que trata o presente artigo, devendo constar no rótulo a expressão "em óleo ou óleos comestíveis", conforme seja o caso;
III - a designação "em azeite" fica reservada para as conservas que tenham como líquido de cobertura azeite de oliva.
§ 3º Entende-se por "pescado em escabeche" o produto que tenha por líquido de cobertura principal o vinagre, adicionado ou não de substâncias aromáticas.
§ 4º Entende-se por "pescado em vinho branco" o produto que tenha por líquido de cobertura principal o vinho branco, adicionado ou não de substâncias aromáticas.
§ 5º Entende-se por "pescado ao molho" o produto que tenha por líquido de
cobertura molho com base em meio aquoso ou gorduroso.
Art. 275. Entende-se por "pasta de pescado" o produto elaborado com pescado
íntegro que depois de cozido, sem ossos ou espinhas, é reduzido à massa, condimentado e adicionado ou não de farináceos.
§ 1º Permite-se adicionar farináceos a essas conservas até 10% (dez por cento) e cloreto de sódio até 18% (dezoito por cento).
§ 2º Permitem-se quantidades maiores que fixadas no parágrafo anterior, mediante autorização prévia da inspeção e expressa declaração no rótulo.
Art. 276. É permitido o preparo de outros tipos de conservas de pescados, desde que aprovadas pela inspeção.
Art. 277. As conservas de pescado, submetidas à esterilização só serão liberadas para consumo, depois de observadas no mínimo por 10 (dez) dias em estufa a 37°C (trinta e sete graus Centígrados), em condições que venham a ser determinadas em instruções
especiais da inspeção.
Art. 278. Entende-se por "pescado curado" o produto elaborado com pescado
íntegro, tratado por processos especiais, compreendendo, além de outros, os seguintes tipos principais:
I - pescado salgado;
II - pescado prensado;
III - pescado defumado;
IV - pescado dessecado.
Art. 279. Entende-se por "pescado salgado" o produto obtido pelo tratamento do pescado íntegro, pela salga a seco ou por salmoura.
§ 1º A juízo da inspeção poderá ser permitido no preparo de pescado salgado o tratamento por mistura de sal (cloreto de sódio) ou salmoura, contendo açúcar, nitrito e nitrato de sódio e condimentos.
§ 2º O pescado salgado, quando envasado em salmoura, será designado "pescado em salmoura".
Art. 280. Entende-se por "pescado prensado" o produto obtido pela prensagem do pescado íntegro, convenientemente curado pelo sal (cloreto de sódio).
§ 1º O prazo mínimo de cura do pescado é fixado em três semanas.
§ 2º Além das propriedades sensoriais próprias, o pescado prensado não deve conter mais de 45% (quarenta e cinco por cento) de umidade e 8% (oito por cento) de gordura.
§ 3º Caso ultrapasse os limites fixados no parágrafo anterior, o produto será
defumado ou dessecado.
Art. 281. Entende-se por "pescado defumado" o produto obtido pela defumação do pescado íntegro, submetido previamente à cura pelo sal (cloreto de sódio).
§ 1º Permite-se defumação a quente ou a frio.
§ 2º A defumação deve ser feita em estufas apropriadas à finalidade e realizada pela queima de madeiras não resinosas, secas e duras.
Art.282. Entende-se por "pescado dessecado" o produto obtido pela dessecação natural ou artificial do pescado íntegro.
§ 1º Entende-se por "pescado salgado seco" o produto obtido pela dessecação
do pescado íntegro, tratado previamente pelo sal (cloreto de sódio), com o máximo de 35% (trinta e cinco por cento) de umidade e nem mais de 25% (vinte e cinco por cento) de resíduo mineral fixo total.

§ 2º Entende-se por "pescado seco" o produto obtido pela dessecação apropriada do pescado íntegro, tendo no máximo 12% (doze por cento) de umidade e 5,5% (cinco e meio por cento) de resíduo mineral fixo.
§ 3º Entende-se por "pescado desidratado" o produto obtido pela dessecação profunda em aparelhagem adequada do pescado íntegro, tendo no máximo 5% (cinco por cento) de umidade e 3% (três por cento) de resíduo mineral fixo.

Art. 283. Entende-se por "embutido de pescado" todo produto elaborado com pescado íntegro, curado ou não, cozido ou não, defumado e dessecado ou não, tendo como envoltório tripa, bexiga ou envoltório artificial aprovado pela inspeção.

Parágrafo único. No preparo de embutidos de pescado serão seguidas, naquilo que lhes for aplicável, as exigências previstas neste Regulamento para os demais embutidos cárneos.

Art. 284. É obrigatória a limpeza e evisceração do pescado utilizado na elaboração de produtos em conserva ou curados, destinados à alimentação humana, qualquer que seja a forma de seu processamento.

SUBSEÇÃO II

Dos Produtos não Comestíveis

Art. 285. Entende-se por "farinha de pescado" o subproduto obtido pela cocção do pescado ou de seus resíduos mediante o emprego de vapor, convenientemente prensado, dessecado e triturado.

Parágrafo único. Para efeito de classificação consideram-se dois tipos de farinha de pescado: de 1ª qualidade ou do tipo comum e de 2ª qualidade:

I - a farinha de pescado de 1ª qualidade (tipo comum) deve conter no mínimo 60% (sessenta por cento) de proteínas, no máximo 10% (dez por cento) de umidade, no máximo 8% (oito por cento) de gordura, no máximo 5% (cinco por cento) de cloretos expressos em NaCl e no máximo 2% (dois por cento) de areia.

II - a farinha de pescado de 2ª qualidade deve conter no mínimo 40% (quarenta por cento) de proteína; no máximo 10% (dez por cento) de umidade, no máximo 10% (dez por cento) de gordura, no máximo 10% (dez por cento) de cloretos expressos em NaCl e no máximo 3% (três por cento) de areia.

Art. 286. Entende-se por "óleo de pescado" o subproduto líquido obtido pelo tratamento de matérias primas pela cocção a vapor, separado por decantação ou centrifugação
ou prensagem e filtração ou por qualquer outro processo adequado e que apresente no
máximo 3% (três por cento) de acidez em ácido oléico, no máximo 1% (um por cento) de impurezas, no máximo 10% (dez por cento) de umidade, cor amarelo claro ou amarelo âmbar, tolerando-se os que apresentarem uma ligeira turvação, e não conter substâncias estranhas, ou outros óleos animais ou óleos vegetais.

Art. 287. Entende-se por "adubo de pescado" o subproduto que não atenda às especificações fixadas para farinha de pescado.

Art. 288. Entende-se "por solúvel concentrado de pescado" o produto obtido pela evaporação e concentração, em aparelhagem adequada, de parte líquida resultante, após separação do óleo.

§ 1º Permite-se seu aproveitamento como matéria prima a ser incorporada à farinha de pescado ou para fins industriais.

§ 2º Este subproduto deve conter no máximo 30% (trinta por cento) de proteína, no máximo 3% (três por cento) de gordura e no máximo 10% (dez por cento) de umidade.

SEÇÃO III

Das Condições Específicas de Funcionamento

Art. 289. Tratando-se de estabelecimento de pescado e derivados, além das
condições básicas já previstas, devem dispor de dependências para inspeção sanitária,
recebimento, manipulação, cura, processamento, estocagem e expedição, conforme a
necessidade.

SEÇAO IV

Dos Critérios de Julgamento

Art. 290. Efetuados os trabalhos de inspeção ou de reinspeção, o pescado e seus derivados, segundo os critérios de julgamento, poderão ter os seguintes destinos:

I - liberados - os que não apresentarem nenhuma nocividade ao consumo humano, características de fraudes ou alteração de composição;

II - aproveitamento condicional - os que necessitarem de alguma forma de beneficiamento para serem destinados ao consumo humano;

III - condenados - os que não se prestarem, sob nenhuma forma, ao consumo humano.

Art. 291. Os produtos ou matérias primas destinados a aproveitamento condicional serão submetidos aos seguintes tipos de beneficiamento:

I - salga - submetido a tratamento pelo sal (cloreto de sódio), de forma seca ou úmida, por tempo e temperatura adequados, conforme a necessidade de cada caso;

II - esterilização - submetido a tempo e temperatura adequados a cada produto, de forma a eliminar todo e qualquer micro-organismo porventura existente.

Art. 292. Os produtos ou matérias primas condenadas serão destinados à alimentação animal ou elaboração de subprodutos não comestíveis, após desnaturação ou esterilização pelo calor.

Art. 293. Será liberado o pescado que apresentar as seguintes características:

I - Peixes:

a) superfície do corpo limpa, com relativo brilho metálico;

b) olhos transparentes, brilhantes e salientes, ocupando completamente as
órbitas;

c) guelras rosa ou vermelha, úmidas e brilhantes, com odor natural próprio e suave;

d) ventre roliço, firme, não deixando impressão duradoura à pressão dos dedos;

e) escamas brilhantes, bem aderentes à pele e nadadeiras apresentando certa resistência aos movimentos provocados;

f) carne firme, consistência elástica, de cor própria à espécie;

g) vísceras íntegras, perfeitamente diferenciadas;

h) ânus fechado;

i) cheiro específico, lembrando o das plantas marinhas;

II- Crustáceos:

a) aspecto geral brilhante e úmido;

b) corpo em curvatura natural rígida, articulações firmes e resistentes;

c) carapaça bem aderente ao corpo;

d) coloração própria à espécie, sem qualquer pigmentação estranha;

e) olhos vivos, destacados;

f) cheiro próprio e suave;

III - Moluscos:

a) Bivalves (Mariscos):

1 - devem ser expostos à venda vivos, com valvas fechadas e com retenção de água incolor e límpida nas conchas;

2 - cheiro agradável e pronunciado;

3 - carne úmida, bem aderente à concha, de aspecto esponjoso, de cor cinzento
clara nas ostras e amarelada nos mexilhões;

b) Cefalópodes (Polvo, Lula):

1 - pele lisa e úmida;

2 - olhos vivos salientes nas órbitas;

3 - carne consistente e elástica;

4 - ausência de qualquer pigmentação estranha à espécie;

5 - cheiro próprio.

Parágrafo único. As determinações físicas e químicas para caracterização do pescado fresco são:

I - reação negativa de gás sulfídrico e de indol com exceção dos crustáceos, nos quais o limite máximo de indol será de 4 (quatro) gramas por 100g (cem gramas);

II - pH da carne externa, inferior 6,8 (seis e oito décimos) e da interna, inferior a 6,5 (seis e cinco décimos) nos peixes;

III - bases voláteis total inferiores a 0,030g (trinta centigramas) de nitrogênio (processo de difusão) por 100g (cem gramas) de carne.

IV - bases voláteis terciárias inferiores a 0,004g (quatro miligramas) de nitrogênio em l00g (cem gramas) de carne.

Art. 294. Será condenado o pescado que apresentar as seguintes características:

I - de aspecto repugnante, mutilado, traumatizado ou deformado;

II - que apresente coloração, cheiro ou sabor anormais;

III - portador de lesões ou doenças microbianas que possam prejudicar a saúde do consumidor;

IV - que apresente infestação muscular maciça por parasitas que possam ou não prejudicar a saúde do consumidor;

V - tratado por antissépticos ou conservadores não aprovados pela inspeção;

VI - proveniente de águas contaminadas ou poluídas;

VII - procedentes de pesca realizada em desacordo com a legislação vigente, ou recolhido já morto, salvo quando capturado em operações de pesca;

VIII - em mau estado de conservação;

IX - quando não se enquadrar nos limites físicos e químicos fixados para pescado fresco.

Parágrafo único. O pescado nas condições deste artigo será condenado e transformado em produtos não comestíveis.

CAPÍTULO IV

Dos Ovos e Derivados

SEÇÃO I

Da Classificação do Estabelecimento

Art. 295. Os estabelecimentos de ovos e derivados são classificados em:

I - entreposto de ovos;

II - fábrica de conservas de ovos;

§ 1º Entende-se por "entreposto de ovos" o estabelecimento destinado ao recebimento, limpeza, classificação, acondicionamento, identificação e distribuição de ovos em natureza.

§ 2º Entende-se por "fábrica de conservas de ovos" o estabelecimento destinado ao recebimento e à industrialização de ovos.

SEÇÃO II

Da Classificação de Produtos

Art. 296. Pela simples designação "ovos" entendem-se os ovos de galinha.

Parágrafo único. Os demais serão acompanhados de designação da espécie de que procedam.

Art. 297. Entende-se por "ovo branco" o ovo que apresenta casca de coloração branca ou esbranquiçada.

Art. 298. Entende-se por "ovo de cor" o ovo que apresenta casca de coloração avermelhada.

Art. 299. O ovo será classificado, segundo seu peso, em 4 (quatro) tipos:

I - "Tipo 1 (um) ou extra" - com peso mínimo de 60g (sessenta gramas) por unidade ou 720g (setecentos e vinte gramas) por dúzia;

II - "Tipo 2 (dois) ou grande" - com peso mínimo de 55g (cinquenta e cinco gramas) por unidade ou 660g (seiscentos e sessenta gramas) por dúzia;

III - "Tipo 3 (três) ou médio" - com peso mínimo de 50g (cinquenta gramas)
por unidade ou 600g (seiscentos gramas) por dúzia;

IV - "Tipo 4 (quatro) ou pequeno" - com peso mínimo de 45g (quarenta e cinco gramas) por unidade ou 540g (quinhentos e quarenta gramas) por dúzia;

Parágrafo único. Para os tipos 1 (um), 2 (dois) e 3 (três) será tolerado, no ato da amostragem a percentagem de até 10% (dez por cento) de ovos do tipo imediatamente inferior.

Art. 300. O ovo será considerado frigorificado quando for conservado pelo frio, em temperatura não inferior a menos de 1°C (um grau Centígrado).

SEÇÃO III

Das Condições Específicas de Funcionamento

Art. 301. Tratando-se de estabelecimentos de ovos e derivados devem ainda satisfazer o seguinte:

I - dispor de dependência de recebimento de ovos;

II - dispor de dependência para lavagem de caixas e bandejas;

III - dispor de dependência para limpeza, ovoscopia e classificação comercial;

IV - dispor de dependência para guarda de embalagens;

V - dispor de dependência para estocagem e expedição;

VI - dispor de câmaras frigoríficas quando for o caso.

Art. 302. As fábricas de conservas de ovos terão dependências apropriadas para recebimento, manipulação, elaboração, preparo e embalagem.

Art. 303. Tratando-se de granjas produtoras será permitida a classificação de ovos, desde que existam locais apropriados.

Art. 304. Os aviários, granjas e outras propriedades onde se façam avicultura, e nos quais estejam grassando zoonoses que possam ser veiculadas pelos ovos e sejam
prejudiciais a saúde humana, não podem destinar sua produção ao consumo. Permanecerão interditados até que comprovem com documentação fornecida por autoridades de defesa sanitária animal, que estão livres das zoonoses.

SEÇÃO IV

Dos Critérios de Julgamento

Art. 305. A inspeção dos ovos incidirá sobre as seguintes características:

I - verificação das condições de embalagem, tendo em vista sua limpeza, contaminação por ovos quebrados ou por qualquer outra causa;

II - apreciação geral do estado de limpeza e integridade da casca, da partida em conjunto;

III - o exame pela ovoscopia.

Art. 306. A ovoscopia deve ser realizada em câmara destinada exclusivamente a essa finalidade.

Art. 307. Todos os recipientes destinados à embalagem de ovos, julgados em mau estado ou impróprios, serão apreendidos e inutilizados.

Art. 308. São considerados "fabrico" os ovos que não se enquadrem nas características fixadas nos artigos anteriores, mas apresentem boas condições e possam ser utilizados em confeitarias, padarias e similares ou em industrialização.

Parágrafo único. Os ovos que apresentem manchas sanguíneas pequenas e pouco numerosas na clara e na gema serão também classificados "fabrico".

Art. 309. Os ovos partidos ou trincados, mas em boas condições, também serão destinados a confeitarias, padarias, e estabelecimentos similares, ou transformados em
conserva, desde que o estabelecimento disponha de instalações e equipamentos adequados para tanto.

Parágrafo único. Quando o estabelecimento não se dedicar ao preparo dessas conservas, os ovos partidos ou trincados serão encaminhados a outros estabelecimentos, satisfeitas as exigências previstas para os classificados "fabrico".

Art. 310. São considerados impróprios para o consumo os ovos que apresentem:

I - alterações da gema e da clara (gema aderente à casca, gema arrebentada com manchas escuras, presença de sangue alcançando também a clara, presença de embrião com mancha orbitária ou em adiantado estado de desenvolvimento);

II - mumificação (ovo seco);

III - podridão (vermelha, negra ou branca);

IV - presença de fungos (externa ou internamente);

V - cor, odor ou sabor anormais;

VI - ovos sujos externamente por matérias estercorais ou que tiveram contato com substâncias capazes de transmitir odores ou sabores estranhos, que possam infectá-los ou infestá-los;

VII - rompimento da casca e da membrana testácea desde que seu conteúdo
tenha contato com o material de embalagens;

VIII - quando contenham substâncias tóxicas;

IX - por outras irregularidades, a juízo da inspeção.

Art. 311. Os ovos considerados impróprios para o consumo serão condenados, podendo ser aproveitados para uso não comestível desde que a industrialização seja realizada em instalações adequadas, a juízo da inspeção.

Art. 312. É proibido corar ovos mediante injeção de solução corante na gema.

CAPÍTULO V

Do Mel e Derivados

SEÇÃO I

Da Classificação de Estabelecimentos

Art. 313. Os estabelecimentos destinados ao mel e cera de abelha serão classificados como “apiário”, “casa do mel” e "entreposto de mel e cera de abelha".

§ 1º Entende-se por “apiário” o conjunto de: colmeias, materiais e equipamentos destinados ao manejo das abelhas e à sua produção (mel, cera, própolis, geléia real, etc.).

§ 2º Entende-se por “casa do mel” o estabelecimento onde se manipula o mel e
seus derivados, através do recebimento, extração, centrifugação, filtração, decantação, envase e estocagem.

§ 3º Entende-se por "entreposto de mel e cera de abelhas" o estabelecimento destinado ao recebimento, classificação e industrialização do mel e da cera de abelha.

SEÇÃO II

Da Classificação de Produtos

SUBSEÇÃO I

Dos Comestíveis

Art. 314. Entende-se por "mel" o produto açucarado naturalmente, elaborado
pelas abelhas com o néctar das flores e por elas acumulado, em favos, extraído por um dos processos constante deste Regulamento.
Art. 315. Segundo sua tonalidade, o mel será:
I - branco d'água;
II - âmbar claro;
III - âmbar escuro;
Art. 316. Segundo o processo empregado na extração, o mel poderá ser:
I – centrifugado, quando extraído por processo mecânico de centrifugação;
II - prensado, quando extraído por processo de prensagem.
Parágrafo único - Em qualquer caso deverá resultar um produto perfeitamente translúcido, cristalizado ou não com o tempo.
Art. 317. De acordo com sua qualidade, o mel pode ser classificado em:
I - mel de mesa, quando extraído por um dos processos indicados, trabalhado em condições de perfeita higiene, sem pólen e apresentando as seguintes características:
a) umidade - máxima de 20% (vinte por cento);
b) acidez - máximo de 40 mili-equivalente;
c) açúcar invertido - 72 a 80% (setenta e dois a oitenta por cento);
d) sacarose - máxima de 10% (dez por cento);
e) pH - entre 3,3 e 4,6 (três e três e quatro e seis);
f) resíduo mineral fixo (cinzas) - no máximo 0,6 % (seis décimos por cento);
g) prova de Lund - 0,6 a 3ml (seis décimos a três mililitros);
h) prova de Fiehe - negativa;
i) índice de formol - valor médio 4,5 a 15 ml (quatro e meio a quinze mililitros) por quilograma;
j) atividade diastásica ou amílica (amilase) - mínimo de 8 (oito).
II - mel de cozinha, quando extraído por qualquer dos processos indicados, mas de menor valor nutritivo, com falha na sua obtenção, resultando num produto de composição diferente do mel de mesa.
Art. 318. Nos estabelecimentos apropriados à finalidade e sob inspeção, é permitida a elaboração de produto contendo mel de abelhas, desde que conste no rótulo a percentagem de mel adicionado.
Parágrafo único. Em tais produtos não se permitirá a denominação de "mel", admitindo-se, no entanto, nomes de fantasia.

SUBSEÇÃO II
Do Não Comestível

Art. 319. Entende-se "cera de abelha" o produto de consistência plástica de cor amarelada, muito fusível segregado pelas abelhas para formação dos favos nas colméias.
Art. 320. A cera de abelhas será classificada em:
I - cera bruta, quando não tiver sofrido qualquer processo de purificação, apresentar cor desde o amarelo até o pardo, untuosa ao tato, mole e plástica ao calor da mão,
fratura granulosa, cheiro especial lembrando o do mel, sabor levemente balsâmico e ainda com traços de mel;
II - cera branca, quando tiver sido descolorida pela ação da luz, do ar ou por processos químicos, isenta de resto de mel apresentando-se de cor branca ou creme, frágil, pouco untuosa e de odor acentuado.
Art. 321. A cera de abelha seja qual for a sua qualidade, deve ser quase insolúvel no álcool frio, parcialmente solúvel no éter frio, solúvel no clorofórmio e no benzol, apresentando os seguintes caracteres físico-químicos:
I - ponto de fusão: 61°C a 65°C (sessenta e um a sessenta e cinco graus centígrados);
II - índice de acidez: 17 a 24 (dezessete a vinte e quatro);
III - índice de ésteres: 72 a 79 (setenta e dois a setenta e nove);
IV - índice de relação ésteres e acidez: 3,3 a 4,2 (três e três décimos a quatro e dois décimos);
V - ponto de saponificação turva: máximo a 65°C (sessenta e cinco graus
Centígrados).

SEÇÃO III
Das Condições Específicas de Funcionamento
Art. 322. O estabelecimento de mel e derivados deve satisfazer, além de outras já previstas, as seguintes condições:
I - Dispor de dependência de recebimento;
II - Dispor de dependência de manipulação, preparo (extração, filtração e decantação), classificação e embalagem do produto;

III - Dispor de dependência de estocagem e expedição;
IV- Dispor de local coberto e dotado de tanque, para o procedimento de higienização dos vasilhames e utensílios;
IV - Dispor de pé direito mínimo de 2,80m (dois metros e oitenta centímetros);
V - Estar afastados das vias públicas preferentemente a uma distância mínima de 10 m (dez metros) e afastada da área do terreno onde se situam as colméias;
VI - Dispor de dependências para higienização e sanitização de recipientes.
Art. 323. O acondicionamento do mel deve ser feito em vasilhame apropriado e aprovado pela inspeção, rigorosamente higienizado e seco.
Art. 324. É permitido o comércio do mel em favos apresentados em invólucros de embalagens plásticas e devidamente rotulados, sendo o produto denominado "mel de abelha em favos".

SEÇÃO IV
Dos Critérios de Julgamento
Art. 325. Efetuados os trabalhos de inspeção e reinspeção dos produtos,segundo os critérios de julgamento, poderão ter os seguintes destinos:
I - liberados - os que não apresentarem nocividade ao consumo humano, características de fraude ou alterações da composição;
II- aproveitamento condicional - os que necessitarem de alguma forma de beneficiamento para serem destinados ao consumo humano;
III - condenados - os que não se prestarem a nenhuma forma ao consumo
humano.
Art. 326. Os produtos ou matérias primas destinadas ao aproveitamento condicional poderão ser submetidos aos seguintes processos de beneficiamento: decantação, filtração, pasteurização e desumidificação em equipamentos próprios.
Art. 327. Os produtos ou matérias primas condenados poderão ser destinados à
alimentação animal ou elaboração de subprodutos não comestíveis, após desnaturação ou esterilização.
Art. 328. São considerados defeitos para classificação do produto como "mel
de mesa":

I - apresentar um ou mais dos seus componentes fora dos limites previstos neste Regulamento;
II - conter pólen, cera ou outras substâncias insolúveis na água;
III - apresentar reação de Fiehe positiva dentro de 24 (vinte e quatro) horas;
IV - conter resíduos de insetos, ovos e outras impurezas estranhas à sua composição normal;
V - ter sido submetido a aquecimento em temperatura superior a 60°C (sessenta graus Centígrados) perdendo total ou parcialmente seu valor diastásico, com alteração do gosto e sabor.
Parágrafo único. O produto que apresentar tais falhas, dentro de limites que
apenas traduzam falta de técnica em sua elaboração ou extração, deve ser classificado como "mel de cozinha".
Art. 329. O mel é considerado impróprio para o consumo humano quando
apresentar:
I - resíduos estranhos que traduzam falta de escrúpulos na extração e embalagem;
II - alteração ou fermentação com formação de espuma superficial;
III - presença de germes patogênicos ou flora microbiana capaz de alterá-lo com o tempo;
IV - acidez elevada, odor ou sabor anormais.
Art. 330. Será considerado fraudado o mel que revelar a presença de:
I - edulcorantes naturais ou artificiais;
II - substâncias aromatizantes;
III - amido, gelatina ou quaisquer outros espessantes;
IV - conservadores ou corantes de qualquer natureza.

TÍTULO IX
Dos Coagulantes, Condimentos, Aditivos e Outros

CAPÍTULO I
Dos Coagulantes
Art. 331. Entende-se por "coalho" o extrato aquoso, concentrado a baixa
temperatura, dessecado ou não, preparado com o estômago de bezerros. Distinguem-se os coalhos: líquido, em pó, em pastilhas e natural seco.
§ 1º O poder coagulante mínimo dos coalhos deverá ser sempre especificado na rotulagem.
§ 2º É permitido adicionar aos coalhos líquidos, sal (cloreto de sódio), álcool etílico e glicerina e aos coalhos em pó ou em pastilha, sal (cloreto de sódio) e lactose.
CAPÍTULO II
Dos Condimentos
Art. 332. Entende-se por "condimentos" o produto contendo substâncias aromáticas, sápidas, com ou sem valor alimentício, empregado com o fim de temperar alimentos, dando-lhes melhor aroma e sabor.
Art. 333. É permitido o emprego dos seguintes condimentos:
I - aipo (Apium graveolens e Celeri graveolens);
II - açafrão (Croccus sativus, L)
III - alho (Allium sativum);
IV - aneto (Anethum graveolens);
V - aniz (Pimpinela anizum, L);
VI - baunilha (Vanilia planifolia, Andrews);
VII - canela (Cinnamonum ceylanicum, Breure);
VIII - cardamomo (Elleteria cardamomun)
IX - cebola (Allium cepa);
X - cenoura (Dancus carota);
86
XI - coentro (Coriandrum sativum, L);
XII - cominho (Cuminum cyminum);
XIII - cravo da índia (Caryophylus aromaticus, L);
XIV - cúrcuma (Curcuma longa, L)
XV - gengibre (Zinziber officinalis, Roscoe);
XVI - louro (Laurus nobilis, L);
XV - macis (envoltório da Myristica fragans, Maute);
XVIII - maiorana (Anethum graveolens);
XIX - manjerona (Origanum majorana,L);
XX - mento (M.viridis, M.rotundifolia e M.piperita, L);
XXI - mostarda:
a) negra (Brassiva nigra Koen);
b) parda (Brassiva juncea, Hocker);
c) branca (Sinapis alba, L) e misturas;
XXII - noz-moscadas (Myristica fragans, Maute) desprovida completamente
de envoltório;
XXIII - pimenta:
a) negra (Piper nigrun, L);
b) branca (mesmo fruto, porém descorticado);
c) vermelha ou pimenta de Caiena (Capsicum baccatum, L);
malagueta (capsicum pendulum, velloso);
XXIV - pimentão (Paprika) (Capsicum anuum, L);
XXV - Pimento ou pimenta da Jamaica ou pimenta inglesa (Pimenta officinalis, Linds);
XXVI - sálvia (Salvia officinalis, L);
XXVII - tomilho (Thymis vulgaris, L);
XXVIII – urucum (Bixa orellana)
Parágrafo único. Além desses condimentos permite-se o emprego de outros, desde que aprovados pela inspeção.
CAPÍTULO III
Dos Aditivos
Art. 334. Considera-se "aditivo para alimento" a substância intencionalmente adicionada ao mesmo, com a finalidade de conservar, intensificar ou modificar suas propriedades, sem prejudicar seu valor nutritivo.
Parágrafo único. Excluem-se, neste caso, os ingredientes normalmente exigidos para o preparo do alimento.
Art. 335. Considera-se "aditivo incidental" a substância residual ou migrada que se apresente no alimento, como decorrência das fases de produção, beneficiamento,
acondicionamento, estocagem e transporte do próprio alimento ou das matérias primas nele empregadas.
Parágrafo único. Os aditivos incidentais não devem exercer efeito sobre as propriedades do alimento.
Art. 336. Os aditivos a que se refere o presente regulamento compreendem:
I - corante - substância que confere ou intensifica a cor dos alimentos;
II- flavorizante - substância que confere ou intensifica o sabor e o aroma dos alimentos;
III - aromatizantes - substância que confere e intensifica o aroma dos alimentos;
IV - conservador - substância que impede ou retarda a alteração dos alimentos
provocada por micro-organismo ou enzimas;
V - antioxidante - substância que retarda o aparecimento de alteração oxidativa dos alimentos;
VI - estabilizante - substância que favorece e mantém as características das emulsões e suspensões;
VII - espumífero e antiespumífero - substância que modifica a tensão superficial dos alimentos líquidos;
VIII - espessante - substância capaz de aumentar nos alimentos a viscosidade
de soluções, emulsões e suspensões;
IX - edulcorante - substância orgânica artificial não glicídica, capaz de conferir
sabor doce aos alimentos;
X - umectante - substância capaz de evitar a perda da umidade dos alimentos;
XI - antiumectante - substância capaz de reduzir as características higroscópicas dos alimentos.
XII - acidulante - substância capaz de comunicar ou intensificar o gosto ácido dos alimentos;
Art. 337. Entende-se por "sal", para uso na indústria animal o cloreto de sódio
obtido de jazidas, fontes naturais ou de água do mar.
Art. 338. A inspeção municipal verificará, a espaços regulares, a qualidade do sal (cloreto de sódio), empregado na fabricação dos produtos.
Art. 339. Os nitratos e nitritos, de sódio e de potássio usados na elaboração dos produtos de origem animal não conterão metais pesados, substâncias tóxicas ou não permitidas neste Regulamento.
Art. 340. Toda e qualquer substância utilizada na produção de alimentos será previamente aprovada para consumo humano, pelo órgão competente.
TÍTULO X
Dos Padrões Bacteriológicos
Art. 341. Na elaboração de produtos de origem animal serão obrigatoriamente atendidos pelas fábricas, os padrões bacteriológicos de que trata o Anexo II deste Regulamento.
TÍTULO XI
Das Infrações, Penalidades e sanções administrativas

Art. 342. No caso de descumprimento do disposto no presente regulamento, em atos complementares ou infrações que forem expedidas, serão adotados os procedimentos previstos no artigo 2º da Lei Federal nº 7.889/89, do dia 23 de novembro de 1.989.
Art. 343. Além das infrações já previstas, incluem-se como tais, atos que procurem impedir, dificultar, burlar ou embaraçar a ação dos servidores da inspeção municipal.
Art. 344. Para imposição da pena e sua gradação, a autoridade administrativa competente deverá considerar:
I- as circunstâncias atenuantes e agravantes;
II- a gravidade do fato, tendo em vista as suas conseqüências à saúde ou economia pública;
III- a clandestinidade da atividade e as condições higiênicas, sanitárias e tecnológicas dos produtos;
IV- os antecedentes e a conduta do infrator quanto à observância das normas sanitárias.
Art. 345. São circunstâncias atenuantes:
I- a ação do infrator não ter sido fundamental para a consecução do evento;
II- a equivocada compreensão da norma sanitária, admitida como escusável por patente a incapacidade do agente entender o caráter ilícito do fato;

III- o infrator, por espontânea vontade, imediatamente ter procurado reparar ou minorar as conseqüências do ato lesivo à saúde ou economia públicas;
IV- ter o infrator sofrido coação a que podia resistir para a prática do ato;
V- ser o infrator primário e a falta cometida de natureza leve ou moderada.
Art. 346. São circunstâncias agravantes:
I- ser o infrator reincidente;
II- ter o infrator cometido a infração para obter qualquer vantagem decorrente do consumo humano do material ou produto contrário à legislação sanitária;
III- ter o infrator coagido outrem à execução material da infração;
IV- ter a infração conseqüência calamitosa à saúde ou a economia pública;
V- se, tendo comprovado conhecimento da irregularidade ou do ato lesivo à saúde ou a economia pública, o infrator deixar de tomar as providências de sua alçada e tendentes a evitá-lo ou minorá-lo;
VI- ter o infrator agido com dolo, ainda que eventual, fraude ou má-fé ou utilizado de artifício, simulação ou fraude na consecução da conduta infringente;
VII- ter o infrator dificultado, embaraçado, burlado ou impedido a ação fiscalizatória ou de inspeção dos médicos veterinários fiscais do S.I.M./Sorriso, legitimados à execução destas atividades.
Art. 347. Havendo concurso de circunstâncias atenuantes e agravantes, a aplicação da pena considerará aquelas preponderantes.
Art. 348. As penalidades administrativas a serem aplicadas serão, conforme o caso:
I - advertência;
II - multa;
III - apreensão e/ou condenação dos produtos;
IV - suspensão da inspeção ou interdição permanente ou temporária do estabelecimento;
V - cancelamento do registro.
§ 1º As penalidades previstas nos incisos do *caput* deste artigo poderão ser aplicadas isolada ou cumulativamente, em conformidade à gravidade das irregularidades apuradas, ao risco à incolumidade pública e à urgência dos atos de polícia administrativa para inibi-lo, minorá-lo ou afastá-lo.
§ 2º São competentes para a prática dos atos de apreensão e/ou condenação de produtos todos os servidores da inspeção sanitária, sob o conhecimento da Coordenação.
§ 3º Os autos de infração e penalidades serão lavradas pelo Agente de Inspeção
ou Médico Veterinário Inspetor do S.I.M./Sorriso, e a graduação das penalidades
correspondentes será aplicada pelo Coordenador do S.I.M./Sorriso.
§ 4º As penalidade de multa, interdição e suspensão da Inspeção Municipal é aplicada pelo Agente de Inspeção ou Inspetor Médico Veterinário do S.I.M./Sorriso, à qual
está subordinado o estabelecimento; a cassação do registro é de alçada do Coordenador do S.I.M./Sorriso.

§ 5º Os autuados que se enquadrem no disposto no § 3º deste artigo terão o prazo de quinze dias, para apresentar sua defesa junto ao S.I.M./Sorriso.
Art. 349. O "Auto de Infração", documento gerador do processo punitivo, deverá ter detalhada a falta cometida, o dispositivo infringido, a natureza do estabelecimento com a respectiva localização e a empresa responsável, devendo ser encaminhado à Coordenação do S.I.M./Sorriso, para conhecimento e tomada das providências cabíveis.
Parágrafo único. Sempre que o infrator ou as testemunhas se neguem a
assinar o auto, será feita a declaração a respeito no próprio auto, remetendo-se uma das vias do auto de infração ao proprietário da firma responsável pelo estabelecimento, por correspondência registrada e mediante recibo.
Art. 350. As multas serão aplicadas nos casos de reincidência da infração, assim como naqueles em que haja manifesta ocorrência de dolo ou má-fé.
Art. 351. As multas serão aplicadas em Valor de Referência Fiscal (VRF), que tem seu valor unitário estabelecido pelo Executivo Municipal.

Art. 352. Aos infratores aplicar-se-ão as seguintes multas:
I - de até dez VRF's, quando:
a) estejam operando sem a utilização de equipamentos adequados;
b) não possuam instalações adequadas para manutenção higiênica das diversas operações;
c) utilizem água contaminada dentro do estabelecimento;
d) não estejam realizando o tratamento adequado das águas servidas;
e) estejam utilizando os equipamentos, utensílios e instalações para outros fins que não aqueles previamente estabelecidos;
f) permitam a livre circulação de pessoal estranho à atividade dentro das dependências do estabelecimento;
g) permitam o acesso ao interior do estabelecimento de funcionários ou visitantes sem estarem devidamente uniformizados;
h) não apresentarem a documentação sanitária necessária dos animais para o abate;
i) não apresentarem a documentação sanitária atualizada de seus funcionários, quando solicitada;
j) não promoverem permanentemente a limpeza das vias de acesso e pátios que integram a área industrial;
k) permitirem a deposição de roupas ou objetos pessoais nas áreas de manipulação de alimentos;
l) permitirem o acesso às instalações onde se processam produtos de origem animal de pessoas portadoras de moléstias infecto-contagiosas ou que apresentam ferimentos;

m) não promoverem continuamente nas instalações e áreas circundantes o combate a insetos, pragas e roedores transmissores de doenças;
n) não promoverem a remoção dos resíduos das atividades desenvolvidas das áreas de manipulação de alimentos e das demais áreas de trabalho;
o) não promoverem a atualização dos dados ou documentos relacionados ao seu registro no S.I.M./Sorriso;
p) permitirem o acesso de animais domésticos aos locais onde se encontram matérias primas, material de envase, alimentos terminados ou qualquer dependência na qual se processam alimentos ou produtos de origem animal.
II - de dez a vinte VRF's, quando:
a) estiverem sonegando, dificultando ou alterando as informações de abate;
b) não apresentarem análises de qualidade do produto.
c) não houver acondicionamento e/ou depósito adequado de produtos e/ou matérias primas, em câmaras frias ou outra dependência, conforme o caso;
d) houver transporte de produtos e/ou matérias primas em condições de higiene e/ou temperatura inadequada;
e) do não cumprimento dos prazos estipulados para o saneamento das irregularidades mencionadas no "Auto de Infração";
III - de vinte a cinqüenta VRF's, quando:
a) ocorrerem atos que procurem dificultar, burlar, embaraçar ou impedir a ação de inspeção;
b) houver a comercialização de produtos com rótulo inadequado ou sem as informações exigidas pela presente Lei.
c) não promoverem regularmente exames médicos nos trabalhadores que diretamente exerçam atividades capazes de contaminar os alimentos de origem animal manipulados ou processados;
d) recepcionarem ou mantiverem em suas instalações matéria prima ou ingrediente contendo parasitas, micro-organismos patogênicos ou substâncias tóxicas, decompostas ou estranhas e que não possam ser reduzidas a níveis aceitáveis pelos procedimentos normais de classificação, preparação ou elaboração;
e) houver utilização de matérias primas de origem animal ou não, que estejam em desacordo com a presente Lei;
f) não cumprirem os prazos fixados pelos médicos veterinários fiscais e servidores públicos dos órgãos competentes à inspeção ou fiscalização dos produtos de origem animal e relacionados à adoção ou implantação de medidas ou procedimentos para o saneamento das irregularidades apuradas;
IV - de cinqüenta a cem VRF's, quando:
a) houver transporte de produtos de origem animal procedentes de estabelecimentos sem a documentação sanitária exigida;
b) houver comercialização de produtos de origem animal sem o respectivo rótulo;

c) houver utilização de matérias primas sem inspeção ou inadequadas para
fabricação de produtos de origem animal;
d) houver comercialização municipal de produtos sem registro e/ou sem inspeção;
e) não possuir responsável técnico habilitado.
f) aos responsáveis por estabelecimentos que após o término dos trabalhos
industriais e durante as fases de manipulação e preparo, quando for o caso, não procederem à limpeza e higienização rigorosa das dependências e equipamentos diversos destinados à alimentação humana;
g) aos responsáveis por estabelecimentos que ultrapassem a capacidade
máxima de abate, industrialização ou beneficiamento;
h) aos responsáveis por estabelecimentos registrados que não promoverem no S.I.M./Sorriso, as transferências de responsabilidade, previstas neste Regulamento, ou deixarem de fazer a notificação necessária ao comprador ou locatário sobre essas exigências legais, por ocasião do processamento da venda ou locação;
i) aos responsáveis pela confecção, impressão, litografia ou gravação de carimbos de Inspeção Municipal a serem usados, isoladamente ou em rótulos, por estabelecimentos que não estejam registrados ou em processo de registro no S.I.M./Sorriso;
j) aos responsáveis pela expedição de produtos de origem animal para o comércio municipal sem apresentação do Certificado Sanitário, nos casos exigidos pelo presente Regulamento.
V - de cem a quinhentas VRF's, quando:
a) houver adulteração, fraude ou falsificação de produtos e/ou matérias primas de origem animal ou não;
b) houver abate de animais que não estejam em condições de abate, houver transporte ou comercialização de carcaças sem o carimbo oficial da inspeção municipal;
c) ocorrer à utilização do carimbo ou do rótulo registrado sem a devida autorização do S.I.M./Sorriso;
d) houver cessão de embalagens rotuladas a terceiros, visando a facilitar o comércio de produtos não inspecionados;
e) aos responsáveis por estabelecimentos de produtos de origem animal que realizarem construções novas, remodelações ou ampliações, sem que os projetos tenham sido previamente aprovados pelo S.I.M./Sorriso;
f) aos que aproveitarem matérias primas e produtos condenados ou procedentes de animais não inspecionados no preparo de produtos usados na alimentação humana;
g) aos que subornarem, tentarem subornar ou usarem de violência contra
servidores do S.I.M./Sorriso ou de outros da Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente;

h) aos que burlarem a determinação quanto ao retorno de produtos destinados ao aproveitamento condicional no estabelecimento de origem;
i) aos que derem aproveitamento condicional diferente do que for determinado pela Inspeção Municipal;
j) aos responsáveis por estabelecimentos que fabriquem produtos de origem animal, em desacordo com os padrões fixados neste Regulamento ou nas fórmulas aprovadas ou, ainda, sonegarem elementos informativos sobre composição centesimal e tecnológica do processo de fabricação;
k) aos responsáveis por estabelecimentos que fizerem comércio municipal sem que os seus estabelecimentos tenham sido previamente registrados no S.I.M./Sorriso;
l) aos responsáveis por estabelecimentos que abaterem animais em desacordo
com a legislação vigorante, principalmente vacas, tendo-se em mira a defesa da produção animal do Município, do Estado e do País;
m) não mantiverem a disposição da inspeção ou fiscalização, por um período superior ao da duração mínima do alimento, os resultados de análises físico-químicas ou bacteriológicas ou quaisquer outros registros relacionados à elaboração, produção, armazenagem ou manutenção e distribuição adequada e higiênica da matéria prima, dos ingredientes e dos produtos de origem animal;
n) não dispuserem de instrumentos, equipamentos ou meios necessários à realização dos exames que assegurem a qualidade dos produtos de origem animal ou que não promoverem a realização dos exames preconizados pelo S.I.M./Sorriso para este fim;
o) não notificarem imediatamente a Secretaria Municipal de Agricultura da existência, ainda que suspeite, de sintomas indicativos de enfermidades de interesse à preservação da saúde pública ou à defesa sanitária dos animais destinados ao abate ou à produção de matérias primas;
p) desenvolverem sem autorização do S.I.M./Sorriso atividades nas quais estão suspensos ou interditados;
q) utilizarem ou derem destinação diversa da determinada pelo S.I.M./Sorriso aos produtos de origem animal, matéria prima ou qualquer outro componente interditado, apreendido ou condenado, utilizado na fabricação ou beneficiamento;
r) desenvolverem atividades diversas de sua classificação de registro no S.I.M./Sorriso.
Parágrafo único. A critério do S.I.M./Sorriso poderão ser enquadrados como
infração nos diferentes valores de multas, atos ou procedimentos que não constem das alíneas dos incisos do *caput* deste artigo, mas que firam as disposições desta Lei ou da legislação pertinente.
Art. 353. O infrator, uma vez multado, terá setenta e duas horas a contar do trânsito em julgado na esfera administrativa da sentença condenatória, para efetuar o recolhimento da multa e exibir ao S.I.M./Sorriso o respectivo comprovante.
Parágrafo único. O não recolhimento da multa no prazo estipulado no artigo anterior implicará na respectiva cobrança executiva.
Art. 354. Da pena de multa, efetuado o respectivo recolhimento, cabe recurso ao Secretário Municipal de Agricultura e Meio Ambiente.
Art. 355. A pena de apreensão e/ou condenação, nas ações de inspeção e fiscalização, além dos casos já previstos neste Regulamento será aplicada quando:
I – forem clandestinos ou comprovadamente impróprios para o consumo;
II- forem suspeitos de serem impróprios ao consumo, por se apresentarem:
a) danificados por umidade ou fermentação, rançosos, mofados ou bolorentos, de caracteres físicos ou organolépticos anormais, contendo quaisquer sujidades ou que demonstrem pouco cuidado na manipulação, elaboração, preparo, conservação ou acondicionamento;
b) infestados por parasitas ou com indícios de ação de insetos ou roedores.
III - forem adulterados, fraudados ou falsificados;
IV - contiverem substâncias tóxicas ou nocivas à saúde ou de uso ilegal;
V - estiverem sendo transportados fora das condições exigidas;
VI- apresentarem-se com a data de sua validade vencida;
VII - estiverem sendo comercializados sem a autorização do S.I.M./Sorriso.
§ 1º Em sendo a apreensão de produtos de origem animal determinada em sentença pelo Coordenador do S.I.M./Sorriso ou efetivada em caráter cautelar visando a preservação da incolumidade pública, o médico veterinário fiscal competente deverá lavrar o Auto de Apreensão em três (3) vias, nele consignando:
I- a identificação do proprietário ou responsável pelos produtos de origem animal apreendidos;
II- a data, horário e local da apreensão;
III- a descrição detalhada dos produtos de origem animal apreendidos, especificando:
a) sua quantidade, peso ou volume;
b) sua espécie, variedade ou tipo.
IV- os motivos e, caso for, a urgência sanitária da apreensão;
V- os dispositivos legais ou regulamentares que motivam a apreensão;
VI- a assinatura do proprietário ou responsável ou, na sua recusa, a identificação e firma de duas testemunhas;
VII- a identificação e assinatura do emitente do Auto de Apreensão.
§ 2º Os servidores da inspeção sanitária após proceder a apreensão deverão:
I- nomear fiel depositário, caso os produtos de origem animal não sejam de alto risco e o proprietário ou responsável indicar o seu local adequado de armazenamento e conservação e sendo todas as despesas decorrentes por conta do infrator;
II- promover a condenação e destruição dos produtos de origem animal, observando o dispositivo no art.362, quando:

a) sua precariedade higiênico-sanitária contra indicar ou impossibilitar a adequada manutenção ou expuser a risco direto ou indireto a incolumidade pública;
b) os produtos de origem animal forem de alto risco e o proprietário ou responsável não providenciar um local ao seu adequado armazenamento e conservação;
c) o proprietário ou o responsável recusar a indicação e não indicar fiel depositário para a guarda dos produtos de origem animal apreendidos até a conclusiva apuração de seu estado higiênico-sanitário ou término do processo administrativo.
§ 3º O S.I.M./Sorriso poderá nomear fiel depositário para a guarda dos produtos de origem animal apreendidos, avaliadas as circunstâncias e condições à sua manutenção até a conclusiva apuração de seu estado higiênico-sanitário ou término do processo administrativo, sendo que as despesas decorrentes do processo correm por conta do infrator.
Art. 356. Nos casos de apreensão, independentemente da cominação de outras penalidades, quanto à destinação dos produtos de origem animal apreendidos o médico veterinário fiscal do S.I.M./Sorriso, após a reinspeção, poderá:
I- autorizar o aproveitamento condicional para alimentação humana ou animal, caso possível o rebeneficiamento dos produtos, matérias primas ou afins;
II- autorizar o seu aproveitamento para fins não comestíveis, caso não implique na exposição da incolumidade pública a risco;
III- nos demais casos, determinar sua condenação e destruição.
Parágrafo único. O rebeneficiamento ou o aproveitamento para outros fins não comestíveis dos produtos de origem animal apreendidos deverá ser efetuado sob assistência do S.I.M./Sorriso.

Art. 357. O proprietário ou responsável pelos produtos de origem animal apreendidos, às suas expensas e no prazo máximo de vinte e quatro (24) horas da apreensão, poderá solicitar ao S.I.M./Sorriso a realização de exames ou reisnpeção para comprovar que sua utilização ou consumo não expõe a risco a saúde pública.
§ 1º Comprovada a não exposição a risco da saúde pública, os produtos de origem animal apreendidos deverão ser liberados ao proprietário ou responsável, lavrando o
médico veterinário fiscal do S.I.M./Sorriso docuemnto fiscal, nele fazendo constar, havendo, as condições da liberação.
§ 2º A liberação dos produtos de origem animal não exime seu proprietário ou responsável da autuação ou aplicação de outras penalidades.
Art. 358. As despesas ou ônus advindos da retenção, apreensão, inutilização, destruição, condenação ou rebeneficiamento dos produtos de origem animal irregulares cabem aos seus proprietários ou responsáveis,a eles não assistindo direito a qualquer indenização, mantendo-se sujeitos às penalidades previstas neste Regulamento.
Art. 359. São considerados adulterações, atos, procedimentos ou processos que:
I- os produtos tenham sido elaborados em condições que contrariem as especificações e determinações fixadas pela legislação vigente;
Art. 360. São consideradas fraudes, atos, procedimentos ou processos em que artificiosamente:
I) haja supressão de um ou mais elementos e substituição por outros, visando ao aumento do volume ou de peso, em detrimento de sua composição normal;
II) façam uso não autorizado da chancela oficial;
III) for constatada intenção dolosa em simular ou mascarar a data de fabricação;
IV) modifiquem, desfigurem ou deformem, ocultando, disfarçando ou dissimulando as características da matéria prima ou dos produtos de origem animal, com o
fim de adequá-los às especificações e determinações fixadas pela legislação sanitária e de saúde vigentes ou pelos agentes de inspeção e médicos veterinários fiscais;
V) alterem, no todo ou em parte, as especificações apostas nos rótulos, embalagens ou recipientes, tornando-as indevidas ou não coincidentes com o produto ou
matéria prima;
VI) objetivem a conservação do produto, matéria prima ou elementos constituintes pelo uso de substâncias proibidas;
VII) consistam de operações de manipulação e elaboração visando estabelecer falsa impressão à matéria prima ou ao produto de origem animal.

Art. 361. São consideradas falsificações, atos, procedimentos ou processos que:
I) os produtos forem elaborados, preparados e expostos ao consumo, com forma, caracteres e rotulagem que constituem processos especiais de privilégio ou exclusividade de outrem, sem que seus legítimos proprietários tenham dado autorização;
II) forem utilizadas denominações diferentes das previstas nesta Lei ou em fórmulas aprovadas.
Art. 362. A pena de condenação ou destruição dos produtos de origem animal, além dos casos previstos neste Regulamento, será aplicado quando:
I- forem comprovadamente impróprios ao consumo humano ou animal, não passíveis de qualquer aproveitamento ou rebeneficiamento;
II- não forem tempestivamente efetivadas as medidas de inspeção ou de fiscalização determinadas pela autoridade administrativa competente objetivando remover o risco à incolumidade pública implicadas no seu consumo ou não destruição.
§ 1º Em sendo a condenação ou destruição de produtos de origem animal determinada em sentença pelo Coordenador do S.I.M./Sorriso ou efetivada em caráter cautelar visando a preservação da incolumidade pública, o médico veterinário fiscal competente deverá lavrar o Auto de Condenação ou Destruição em três (3) vias, nele consignado:
I- a identificação do proprietário ou responsável pelos produtos de origem animal condenados;
II- a data, horário e local da condenação ou destruição;
III- a descrição detalhada dos produtos de origem animal condenados ou destruídos, especificando:
a) sua quantidade, peso ou volume;
b) sua espécie, variedade ou tipo.
IV- o(s) motivo(s) e caso for, a urgência sanitária da condenação ou destruição;
V- os dispositivos legais ou regulamentares que motivaram a condenação ou destruição;
VI- o método, meio ou agentes a serem empregados na destruição;
VII- a assinatura do proprietário ou responsável ou, na sua recusa, a identificação e firma de duas testemunhas;
VIII- a identificação e assinatura do emitente do Auto de Condenação ou Destruição.
§ 2º A destruição dos produtos de origem animal deverá ser efetuada na
presença de duas testemunhas, devendo o médico veterinário fiscal identificá-las no próprio Auto de Condenação ou Destruição.
Art. 363. A suspensão das atividades poderá ser aplicada, quando as irregularidades ocorrerem em procedimento ou processo no qual o proprietário ou responsável pelo estabelecimento foi orientado por agente de órgão competente, relacionada à produção, preparação, transformação, manipulação, beneficiamento, acondicionamento, rotulagem ou armazenamento de produtos de origem animal ou matérias primas e que envolva risco ou ameaça de natureza higiênico-sanitária.
§ 1º Para a aplicação da medida é necessária a comprovação da antecedente
orientação por agente competente ao proprietário ou responsável pelo estabelecimento e relacionada à irregularidade não sanada.
§ 2º Em sendo a suspensão das atividades determinada em sentença pelo Coordenador do S.I.M./Sorriso ou efetivada em caráter cautelar visando a preservação da incolumidade pública, o médico veterinário fiscal competente deverá lavrar o Auto de
Suspensão das Atividades em três (3) vias, nele consignado:
I- a identificação do proprietário ou responsável;
II- a data, horário e local da suspensão das atividades;
III- os motivos e, caso for, a urgência sanitária da suspensão;
V- a descrição detalhada da atividade suspensa;
VI- a descrição dos respectivos equipamentos, utensílios ou materiais a elas relacionados, especificando:
a) quantidade;
b) espécie, variedade ou tipo;
c) marca, fabricante, potência, entre outras informações que os individuam;
d) função ou finalidade.
VII- o método e identificação do meio empregado na suspensão;

VIII- os prazos e as medidas a serem promovidas pelo proprietário ou responsável para a revogação da suspensão;
IX- a advertência das penalidades previstas, caso desobedeça a suspensão;
X- a assinatura do proprietário ou responsável ou, na sua recusa, a identificação e firma de duas testemunhas;
XI- a identificação e assinatura do emitente do Auto de Suspensão das Atividades.
§ 3º A revogação da suspensão será efetivada pelo médico veterinário fiscal do S.I.M./Sorriso através de Termo de Visita circunstanciado e está condicionada ao comprovado saneamento das irregularidades que ensejaram a medida administrativa.
§ 4º A revogação da suspensão das atividades não exime seu proprietário ou responsável da autuação ou aplicação de outras penalidades.
Art. 364. A suspensão das atividades deverá ser aplicada, independente de prévia orientação, quando a irregularidade consistir em atos ou processos relacionados à adulteração, fraude ou falsificação do produto ou matéria prima e afins.
Art. 365. A pena de interdição parcial do estabelecimento será aplicada quando a infração decorrer de reincidência em conduta que importe em iminente ou presente risco à saúde pública ou ameaça de natureza higiênico-sanitária.
§ 1º A interdição deve restringir-se às atividades ou procedimentos e respectivos equipamentos, materiais ou utensílios, cuja operação ou uso exponha a risco a saúde pública.
§ 2º A pena de interdição parcial do estabelecimento será efetivada pelo médico veterinário fiscal competente, que deverá lavrar o Auto de interdição Parcial do Estabelecimento em três (3) vias, nele consignado:
I- a identificação do proprietário ou responsável;
II- a data, horário e local da interdição parcial do estabelecimento;
III- os motivos expostos na sentença que determinaram a interdição parcial;
IV- os dispositivos legais ou regulamentares que motivaram a interdição parcial;
V- a descrição detalhada das atividades parcialmente interditadas;
VI- a descrição dos respectivos equipamentos, utensílios ou materiais a elas relacionados, especificando:
a) quantidade;
b) espécie, variedade ou tipo;
c) marca, fabricante, potência, entre outras informações que os individuam, função ou finalidade.
VII- o método e identificação do meio empregado para a interdição parcial;
VIII- os prazos e as providências saneadoras determinadas pelo S.I.M./Sorriso a serem promovidas pelo proprietário ou responsável para a revogação da medida administrativa;
IX- a advertência das penalidades previstas, caso desobedeça a interdição parcial;
X- a assinatura do proprietário ou responsável ou, na sua recusa, a identificação;
XI- a identificação e assinatura do emitente do Auto de Interdição Parcial do
Estabelecimento.
§ 2º A desinterdição do estabelecimento não exime seu proprietário ou responsável da autuação ou aplicação de outras penalidades.
Art. 366. A desinterdição das atividades e equipamentos, materiais ou utensílios e elas correlatadas será efetivada após o atendimento das seguintes condições cumulativas:
I- requerimento do interessado dirigido ao Coordenador do S.I.M./Sorriso, no
qual se obrigue a ajustar-se às exigências e sanear as irregularidades que motivaram a
interdição;
II- aprovação prévia pelo médico veterinário fiscal do S.I.M./Sorriso firmada em Termo de Visita circunstanciado certificando a correção das irregularidades.
Art. 367. A pena de interdição total do estabelecimento será aplicada quando a irregularidade relaciona-se às atividades ou processos que importem em presente risco à saúde pública ou ameaça de natureza higiênico-sanitária, acrescida de pelo menos uma das seguintes circunstâncias:
I- estabelecimento não registrado no órgão de inspeção competente;
II- comprovado descumprimento das determinações de inspeção ou fiscalização do S.I.M./Sorriso ou agentes a seu serviço relacionadas ao saneamento ou afastamento do risco ou da ameaça à saúde pública;
III- desenvolvimento desautorizado de atividade ou processo ou operação de equipamento, material ou utensílio suspenso ou parcialmente interditado pelo S.I.M./Sorriso.
§ 1º Em sendo a pena de interdição total do estabelecimento em sentença pelo Coordenador do S.I.M./Sorriso ou efetivada em caráter cautelar visando a preservação da incolumidade pública, o médico veterinário fiscal competente deverá lavrar o Auto de Interdição Total do Estabelecimento em três (3) vias, nele consignando:
I- a identificação do proprietário ou responsável;
II- a data, horário e local da interdição total do estabelecimento;
III- os motivos expostos na sentença que determinaram a interdição total;
IV- os dispositivos legais ou regulamentares que motivaram a interdição total;
V- o método e identificação do meio empregado para a interdição total;
VI- os prazos e as providências saneadoras determinadas pelo S.I.M./Sorriso a serem promovidas pelo proprietário ou responsável para a revogação da interdição total;
VIII- a assinatura do proprietário ou responsável ou, na sua recusa, a identificação e firma de duas testemunhas;
IX- a identificação e assinatura do emitente do Auto de Interdição Total do Estabelecimento.
§ 2º A desinterdição do estabelecimento não exime seu proprietário ou mresponsável da autuação ou aplicação de outras penalidades.
Art. 368. A desinterdição total ou parcial do estabelecimento será efetivada após o atendimento das seguintes condições cumulativas:
I- requerimento do interessado dirigido ao Coordenador do S.I.M./Sorriso, no qual se obrigue a ajustar-se às exigências e sanear as irregularidades que motivaram a
interdição;
II- aprovação prévia pelo médico veterinário fiscal do S.I.M./Sorriso firmada em Termo de Visita circunstanciado certificando a correção das irregularidades.

Art. 369. A pena de cancelamento do registro do estabelecimento no S.I.M./Sorriso será aplicada na ocorrência de uma das seguintes circunstâncias:
I- resulte apurada e comprovada em regular processo administrativo e específica inspeção realizada por autoridade competente, a impossibilidade do estabelecimento permanecer em funcionamento sem expor a risco a incolumidade pública;
II- funcionamento desautorizado do estabelecimento regularmente interditado pelo S.I.M./Sorriso.
Art. 370. As penalidades a que se refere a presente Lei serão agravadas na reincidência e, em caso algum, isentam o infrator da inutilização do produto, quando esta medida couber, nem tampouco da respectiva ação criminal.
Art. 371. As penalidades serão aplicadas sem prejuízo de outras que, por lei, possam ser impostas por autoridades de saúde pública, policial ou de defesa do consumidor.
Art. 372. O descumprimento das responsabilidades dos servidores da inspeção sanitária será apurado pela Coordenação do S.I.M./Sorriso, à qual compete a iniciativa das providências cabíveis.

TÍTULO XII

Das Disposições Gerais e Transitórias

Art. 373. O envolvimento e/ou a conivência de servidores do S.I.M./Sorriso em irregularidades passíveis de punição, será objeto de apuração regulamentada pelo que dispõe o Estatuto do Servidor Público. - Lei Complementar n.º 93 de 23 de junho de 2003 e suas alterações posteriores.
Parágrafo único. A abertura de procedimentos de apuração administrativa disciplinar, não impede o encaminhamento das ocorrências ao conhecimento das autoridades judiciais, para as providências cabíveis.
Art. 374. Estabelecimentos que estejam com obras concluídas ou funcionando sob o S.I.S.E. ou S.I.F. e que, em virtude deste Regulamento, queiram passar à jurisdição do
S.I.M./Sorriso, podem funcionar enquanto se processa o registro. Em tais casos caberá ao S.I.M./Sorriso fixar o prazo para adaptação.

§ 1º Fixado o prazo a que se refere este artigo, os estabelecimentos que não tiverem sido registrados terão seu funcionamento interditado e só poderão retomá-lo depois de legalizada a situação.
§ 2º A transgressão do disposto no parágrafo anterior implicará na apreensão de todos os produtos desde que tenham sido despachados após a suspensão da Inspeção Municipal sem prejuízo de outras penalidades que couberem.
Art. 375. Até que se complete a implantação da inspeção, os estabelecimentos que a ela ainda não estiverem sujeitos deverão preparar-se tecnologicamente e diligenciar para
que as suas condições higiênico-sanitárias sejam compatíveis com as exigências legais e regulamentares.
Parágrafo único. Os médicos veterinários fiscais do S.I.M./Sorriso ou a seu serviço deverão orientar os estabelecimentos visando a consecução do disposto no presente artigo.
Art. 376. É vedado o comércio de produtos provenientes de estabelecimentos que ainda não estiverem sujeitos à Inspeção Municipal nas áreas onde esta já tenha sido implantada.
Art. 377. Os servidores do S.I.M./Sorriso com delegação de competência, durante o serviço de fiscalização ou de inspeção industrial e sanitária tem livre entrada e acesso, a qualquer dia ou hora, nos estabelecimentos, que manipule, armazene ou transacione por qualquer forma, produtos de origem animal, ressalvada as devidas competências.
Art. 378. Nos estabelecimentos sob Inspeção Municipal a fabricação de produtos não padronizados só será permitida depois de previamente aprovada a respectiva fórmula pelo S.I.M./Sorriso.
§ 1º A aprovação de fórmulas e processos de fabricação de quaisquer produtos de origem animal inclui os que estiverem sendo fabricados antes de entrar em vigor o presente regulamento.
§ 2º Entende-se por padrão e por fórmula, para fins deste Regulamento:
l - Matérias primas, condimentos, corantes e quaisquer outras substâncias que entrem na fabricação;
2 - Princípios Básicos ou Composição Centesimal;
3 - Tecnologia do Produto.
Art. 379. Sempre que possível o S.I.M./Sorriso beneficiará seus técnicos com a realização de estágios e cursos em laboratórios, estabelecimentos ou em escolas nacionais e/ou estrangeiras.
Art. 380. A execução das atividades contidas neste Regulamento é de competência exclusiva de Médico Veterinário.
Art. 381. Caberão as Secretarias de Estado de Segurança Pública, de Saúde e Meio Ambiente, bem como Secretarias Municipais de Saúde, assegurar apoio necessário ao cumprimento deste Regulamento, mediante solicitação do S.I.M./Sorriso, visando a uniformidade dos trabalhos de fiscalização sanitária e industrial.
Art. 382. O presente Regulamento poderá ser alterado no todo ou em parte, de acordo com interesse do serviço ou por conveniência administrativa, mas sempre por justificado interesse público.
Parágrafo único. Ocorrendo a necessidade de se processar a alteração facultada neste artigo, deverá ser observada a preservação do padrão sanitário da matéria prima e dos respectivos produtos.
Art. 383. Os casos omissos ou de dúvidas que se suscitarem na execução do presente Regulamento serão resolvidos por decisão do Coordenador do S.I.M./Sorriso.
§ 1º Aplica-se subsidiariamente à Lei nº 1.283 de 18 de Dezembro de 1950 e Decreto nº 2.244 de 04 de Junho de 1997, ou aquelas que vierem a acrescentá-lo ou substituílo.
§ 2º As resoluções a que se refere o presente Artigo terão validade a partir da data de sua publicação.
Art. 384. Este Regulamento entrará em vigor em todo o Município a partir da data de sua publicação, com as restrições nele contidas, revogando todas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Sorriso, Estado de Mato Grosso, em 23 de Maio de 2014.

DILCEU ROSSATO
Prefeito do Município de Sorriso

AFRÂNIO CÉSAR MIGLIARI
Secretário de Agricultura e Meio Ambiente

MARCELA SANTANA DE ALMEIDA
Médica Veterinária
Coordenadora do S.I.M./Sorriso

ANEXO II
PADRÕES OFICIAIS MICROBIOLÓGICOS
PRODUTO: ÁGUA
• Amparo Legal: RIISPOA
- Contagem Total de Micro organismos – 500 UFC/ml
• Amparo Legal: Portaria 36 de 19/01/90 – ANVISA/MS
- Coliformes Termotolerantes – ausente/100ml
- Coliformes Totais - ausente/100ml
• Amparo Legal: Portaria 2914 de 12/12/11 – ANVISA/MS
- Coliformes Termotolerantes – ausente/100ml
- Coliformes Totais - ausente/100ml
PRODUTOS CÁRNEOS
1) Produto: AVES TEMPERADAS
• Amparo Legal: RDC nº 12 de 02/01/01
- Coliformes Fecais – 1 X 104UFC/g
2) Produto: AVES IN NATURA
• Amparo Legal: RDC nº 12 de 02/01/01
- Coliformes Fecais – 1 X 104UFC/g
3) Produto: CARNE MOÍDA DE BOVINO
• Amparo Legal: RDC nº 12 de 02/01/01
- Pesquisa de Salmonella sp – ausência/25g
4) Produto: PRODUTOS GORDUROSOS DE ORIGEM ANIMAL (toucinho, banha,
peles, bacon)
• Amparo Legal: RDC Nº 12 DE 02/01/01
- Estafilococos Coagulase Positiva - 3 X 103 UFC/g
- Pesquisa de Salmonella sp – ausência/25g

5) Produto: PRODUTOS CÁRNEOS SALGADOS (lombo/pés/carne seca/orelhas)
• Amparo Legal: RDC Nº 12 DE 02/01/01
- Estafilococos Coagulase Positiva - 1 X 103 UFC/g
- Pesquisa de Salmonella sp – ausência/25g
6) Produto: PRODUTOS CÁRNEOS MATURADOS (lingüiças dessecadas/salames/copas/presunto crus/charque/jerked beef)
• Amparo Legal: RDC Nº 12 DE 02/01/01
- Coliformes Fecais – 1 X 103 UFC/g
- Estafilococos Coagulase Positiva - 5 X 103 UFC/g
- Pesquisa de Salmonella sp– ausência/25g
7) Produto: CMS
• Amparo Legal: IN 04/2000
-Pesquisa de Salmonella – ausência/25g
- Staphylococcus aureus – 5 x 102–5 x 103
- Clostridium perfringes- 1 x 102–1 x 103
8) Produto: PRODUTOS CÁRNEOS COZIDOS OU NÃO, EMBUTIDOS OU NÃO (mortadela/salsicha/morcela/presunto/fiambre)
• Amparo Legal: RDC Nº 12 DE 02/01/01
- Coliformes Fecais – 1 X 103 UFC/g
- Estafilococos Coagulase Positiva - 3 X 103 UFC/g
- Clostridium Sulfito Redutor a 46°C- 5 X 102 UFC/g
- Pesquisa de Salmonella sp – ausência/25g
9) Produto: LINGUIÇAS CRUAS
• Amparo Legal: RDC Nº 12 DE 02/01/01
- Clostridium Sulfito Redutor a 46°C- 3 X 103 UFC/g
- Coliformes Fecais – 5 X 103 UFC/g
- Estafilococos Coagulase Positiva - 5 X 103 UFC/g
- Pesquisa de Salmonella sp– ausência/25g
PRODUTOS LÁCTEOS
1) Produto: LEITE PASTEURIZADO
• Amparo Legal: RDC Nº 12 DE 02/01/01
- Coliformes a 45°/mL- n= 5 c= 2 m= 2 M= 4
- Salmonella sp/25mL- n= 5 c= 0 m= ausência
• Amparo Legal: IN 62/2011

Requisitos	Integral	Padronizado	Semi desnatado	Desnatado
Contagem Padrão de Placas (UFC/ml)	n = 5; c = 2; m = $5{,}0x10^2$ M = $1{,}0x10^3$			
Coliformes NMP/ mL(45ºC)	n = 5; c = 0; m = ausência			
Coliformes NMP/ml (30/35ºC)	n = 5; c = 0; m<1			
Salmonella spp/25ml	n = 5; c = 0; m= ausência			

2) Produto: QUEIJOS
• Amparo Legal: Portaria 146/1996

	Baixa umidade <36%	Média umidade >36 umidade <46%	Alta umidade >46 umidade <55%	Minas frescal
Coliformes/g 30°C	n=5 c=2 m=200 M=1000	n=5 c=2 m=1000 M=5000	n=5 c=2 m=5.000 M=10.000	n=5 c=2 m=10.000 M=100.000
Coliformes Fecais/g 45°C	n=5 c=2 m=100 M=500	n=5 c=2 m=100 M=500	n=5 c=2 m=1000 M=5.000	n=5 c=2 m=1000 M=5000
Estafilococos coagulase Positiva /g	n=5 c=2 m=100 M=100	n=5 c=2 m=100 M=1000	n=5 c=2 m=100 M=1000	n=5 c=2 m=100 M=1000
Pesquisa de Salmonella/25g	n=5 c=0 m=0	n=5 c=0 m=0	n=5 c=0 m=0	n=5 c=0 m=0
Listeria monocytogenes/25g		n=5 c=0 m=0	n=5 c=0 m=0	n=5 c=0 m=0

3) Produto: QUEIJO RALADO
• Amparo Legal: Portaria 146/1996
- Contagem de Coliformes (/g) – 2 X 102
- Contagem de Coliformes Fecais (/g) – 1 X 102
- Estafilococos Coagulase Positiva (/g) - 1 X 102
- Pesquisa de Salmonella (/25g) – ausência
- Fungos e Leveduras (/g) – 5 x 102
4) Produto: MANTEIGA
• Amparo Legal: Portaria 146/1996
- NMP Coliformes – 1 X 101UFC/g
- NMP Coliformes Fecais – ausente
- Estafilococos Coagulase Positiva – 1 X 101
- Pesquisa de Salmonella – ausência

5) Produto: CREME DE LEITE
• Amparo Legal: Portaria 146/1996
- NMP Coliformes – 1 X 101UFC/g
- NMP Coliformes Fecais – ausente
- Estafilococos Coagulase Positiva – 1 X 101UFC/g
- Contagem Total de Micro organismos – 1 X 104UFC/g
6) Produto: LEITE FERMENTADO
• Amparo Legal: IN nº 46/2007
- Fungos e Leveduras - 2 X 102UFC/g
- NMP Coliformes Fecais – 1 x 101 UFC/g
- NMP Coliformes Totais – 1 x 102 UFC/g
PRODUTOS DE PEIXES
1) Produto: PEIXE RESFRIADOS OU CONGELADOS
• Amparo Legal: RDC Nº 12 DE 02/01/01
- Estafilococos Coagulase Positiva - 1 X 103 UFC/g
- Pesquisa de Salmonella sp– ausência/25g
2) Produto: PEIXE SECOS OU SALGADOS
• Amparo Legal: RDC Nº 12 DE 02/01/01
- Coliformes Fecais – 1 X 102 UFC/g
- Estafilococos Coagulase Positiva - 5 X 102 UFC/g
- Pesquisa de Salmonella sp– ausência/25g
3) Produto: PEIXE DEFUMADOS
• Amparo Legal: RDC Nº 12 DE 02/01/01
- Coliformes Fecais – 1 X 102 UFC/g
- Estafilococos Coagulase Positiva - 5 X 102 UFC/g
- Pesquisa de Salmonella sp– ausência/25g
PRODUTOS DE OVOS
1) Produto: OVO INTEGRAL
• Amparo Legal: Portaria 1/1990

Requisitos	Ovo integral líquido	Ovo integral desidratado
Contagem Padrão (máx.)	5 x 104	5 x 104
Coliformes Fecais	Ausência/1g	Ausência/1g
Salmonella	Ausência/25g	Ausência/25g
Staplhylococcus aureus	Ausência/1g	Ausência/1g

PRODUTOS DE MEL
1) Produto: ***MEL***
- Não tem padrão

Publicado por:
Beloni Brunoro
Código Identificador:290422B8

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 071, DE 23 DE JUNHO DE 2014.

Aprova o Regimento Interno do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher e dá outras providencias.

Dilceu Rossato, Prefeito Municipal de Sorriso, estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por lei:

DECRETA:

Art. 1º Fica aprovado na forma do Anexo que integra este Decreto, Regimento Interno do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher, criado pela Lei Municipal nº 1.450/2006 e alterado pela Lei Municipal nº 1.587/2007.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Sorriso, Estado de Mato Grosso, em 23 de junho de 2014.

DILCEU ROSSATO
Prefeito Municipal

MARILENE FELICITÁ SAVI
Secretária de Administração

Publicado por:
Beloni Brunoro
Código Identificador:E8D49118

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 072, DE 25 DE JUNHO DE 2014.

Nomeia membros do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher e dá outras providências.

Dilceu Rossato, Prefeito Municipal de Sorriso, Estado de Mato Grosso no uso das atribuições legais que lhe são conferidas por lei,

Considerando o Ofício nº 001/2014 CMDM – Conselho Municipal dos Direitos da Mulher;

DECRETA:

Art. 1º Ficam nomeadas as conselheiras abaixo relacionadas para ocuparem os cargos previstos no art. 8º da Lei nº Municipal nº 1450/2006, e escolhidos entre seus pares através de eleição, bem como, as conselheiras representantes das seguintes entidades:

Presidente: Heloisa Helena A. Volpato
Vice Presidente: Jamille Emanuelle Souza Foléis Serpa
Secretária Geral: Monica Viegas da Costa Campos

Representantes da OAB:
Titular: Sivonei Narcisa Santin
Suplente: Isamara Andrade de Lima

Representantes da Secretaria Municipal de Assistência Social:
Titular: Heloisa Helena A. Volpatto
Suplente: Jamille Emanuelle Souza Foléis Serpa

Representantes do Poder Legislativo:
Titular: Renata Santos
Suplente: Emanuely Costa

Representante do Poder Executivo:
Titular: Monica Viegas da Costa Campos
Suplente: Elidiane Zucheto Machado

Representante da Pastoral Social:
Titular: Lucimara Mendes Fonseca
Suplente: Loni Terezinha Prediger

Representante das Senhoras Rotarianas:
Titular: Noeli Madalozzo
Suplente: Cecilia Brezolin Crestani

Representante de Associação de Bairros:
Titular: Alice Ana Barbosa
Suplente: Marcia Souta

Representantes do Sindicato Rural de Sorriso
Titular: Eusanira de Jesus Oliveira Portilho
Suplente: Ionice Tomazelli Paludo

Representantes da Secretaria Municipal de Educação e Cultura
Titular: Noadir Josenira Tedesco Funez
Suplente: Lussane Martinazo

Representantes da Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento
Titular: Silvia Falleiros Fleming
Suplente: Melissa Siqueira do Carmo

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Sorriso, Estado de Mato Grosso, em 25 de Junho de 2014.

DILCEU ROSSATO
Prefeito Municipal

MARILENE FELICITÁ SAVI
Secretária de Administração

Publicado por:
Beloni Brunoro
Código Identificador:EBBF9366

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 073, DE 25 DE JUNHO DE 2014.

Regulamenta a Lei Municipal nº 1.815, de 26 de maio de 2009, que autoriza a concessão de serviços funerários, e dá outras providências".

Dilceu Rossato, Prefeito Municipal de Sorriso, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas por Lei,

CAPÍTULO I
DO CEMITÉRIO DE SORRISO
Das Disposições Gerais

Art. 1º O serviço funerário de Sorriso realizado pela funerária São Jorge, de caráter essencial, reger-se-á por este Decreto, que regulamenta a Lei Municipal nº 1.815, de 26 de maio de 2009.

Art. 2º Os cemitérios são livres a todos os cultos religiosos e à pratica dos respectivos ritos em relação aos seus crentes, desde que não ofendam a moral publica e as leis.
Seção II
Das Definições

Art. 3º Para os efeitos deste Decreto são adotadas as seguintes definições:

I - jazigo é o local onde se enterra a urna mortuária, com o fundo constituído pelo terreno natural;
II - sepultura é o jazigo sem revestimento lateral, com tamanhos distintos para adultos e infantes;
III - carneiro é o jazigo com revestimento lateral, tendo internamente as dimensões das sepulturas;
IV - carneiro geminado são dois ou mais carneiros e mais o terreno entre eles existente, formando um único jazigo.
V - carneiro temporário é o local onde serão inumadas pessoas que não tenham condições ou não queiram adquirir local definitivo nas necrópoles municipais, aplicando-se neste caso, o restante da legislação vigente;
VI - columbário é o depósito individualizado de ossos retirados de carneiros simples ou geminados;
VII - nicho é o compartimento individual do columbário;
VIII - ossuário é o depósito comum de ossos retirados de sepulturas;
IX - secretaria é o local destinado à guarda dos documentos do Cemitério;
X - velórios são os locais onde o cadáver humano é colocado para que seja velado;
XI - inumação é o ato de sepultar o cadáver humano em local destinado para este fim;
XII - exumação é o ato de retirar os restos mortais e dar-lhes destino final;
XI - reinumar: reintroduzir a pessoa falecida ou seus restos mortais, após exumação, na mesma sepultura ou em outra;
XII - recebimento de ossada humana é o ato de receber os restos mortais humanos, que são trazidos de outro cemitério, pela família;
XIII - crematórios são locais onde se realiza a destruição, pelo fogo, dos cadáveres humanos.

Seção III
Das Inumações e Exumações

Art. 4º As inumações obedecerão à legislação de Uso e Ocupação do Solo do Município de Sorriso.

Art. 5º A inumação somente será permitida à vista de certidão de óbito e/ou guia de sepultamento expedida pela autoridade competente.

Art. 6º Entre duas inumações sucessivas no mesmo jazigo intermediará prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 05 (cinco), desde que haja condições técnicas para se fazer a exumação dos restos mortais.
Art. 7º O jazigo não poderá ser reaberto antes de decorridos os prazos do artigo anterior, salvo exumação por motivo de:
I - pedido da família do de cujus;
II - investigação policial ou determinação judicial;
III - transferência dos despojos por desativação da necrópole.
IV – Para inumação de novo ente familiar, podendo os restos mortais existentes ficar no local, se assim for a vontade dos familiares.

§ 1º Na hipótese do inciso I do caput, a exumação dependerá de prévio pagamento do preço correspondente e autorização do administrador da necrópole, além do atendimento às regras sanitárias.

§ 2º Quando o sepultamento ocorrer nos carneiros temporários, a família que tiver interesse em comprar um local definitivo na referida necrópole, terá de se manifestar na concessionária com no mínimo de 30 (trinta) dias, antes do vencimento do prazo para exumação.
Nenhuma exumação poderá ser feita, salvo:
I - Se for requisitada por escrito por autoridade judiciária, em diligencia no interesse da justiça;
II - Depois de passado o prazo legal necessário para a consumação do cadáver, ou seja, de 05 (cinco) anos para pessoas com idade igual ou superior a 06 (seis) anos, e de 03 (três) anos para pessoas com idade inferior a 06 (seis) anos, nos terrenos de concessão a prazo fixo ou indeterminado.
III - Se no momento da exumação não estiver todo concluído o processo de decomposição será reinumado por um período de mais 1 ano até que completa a decomposição.

Art. 8º As exumações para transladações deverão obedecer as seguintes regras:

I - O consentimento da concessionária se for feita a exumação para transladação do cadáver para outro Município, e o consentimento da autoridade administrativa do cemitério do local da nova inumação; Caso o cadáver for transladado para país estrangeiro, será exigida autorização consular respectiva;
II - A exumação e ou transladação será feita depois de tomadas as precauções necessárias à saúde publica, pelas autoridades sanitárias, ou seja, será exigida autorização sanitária nos termos dos regulamentos Municipais de estilo;

III - O interessado devera recolher as quantias respectivas para as despesas decorrentes da exumação em forma de preços públicos, junto à tesouraria da Administração da Concessionária do Cemitério;
IV - Para que se processe a exumação prevista no parágrafo 1 do artigo os interessados deverão provar o seguinte mediante documentos hábeis;
V - A razão do pedido;
VI - A relação de parentesco existente entre peticionário e o finado que se pretende exumar ou a qualidade suplicante e sua responsabilidade sobre o ato que pretende que seja praticado.

§ 1º Quando a exumação for feita para transladação de cadáveres para outro cemitério, dentro ou fora do Município, o interessado deverá apresentar caixão adequado para tal fim, de modo a não permitir a emissão de odores e ou líquidos e produtos de coliquação.

§ 2º A exumação será realizada na presença do funcionário designado pela Administração do cemitério, de algum membro da família do exumado e de autoridade policial se for o caso.

§ 3º As anotações pertinentes serão feitas em livro próprio.

§ 4º Pela Administração do cemitério será fornecida a autorização de exumação, com todas as indicações necessárias para a transladação.

§ 5º Administração do cemitério devera manter nos registro de pessoa exumada e transladada até seu destino que é reinumada.

Art. 9º As requisições de exumação para diligencias a bem dos interesses da justiça deverão ser feitas por escrito, diretamente à Administração do Cemitério.

§ 1º A Administração do cemitério providenciará a indicação da sepultura, a respectiva abertura e a nova inumação, após terem terminado as diligencias requisitadas.
§ 2º Todos estes atos se farão na presença da autoridade que houver requisitado a diligência, caso assim seja.
Art. 10 Caso haja necessidade de transporte dos restos mortais de exumação por carro funerário, a Concessionária deverá assim requisitar. Da mesma forma se procederá caso tenha sido ressaltado tal necessidade pela vigilância sanitária.

Seção IV
Da Concessão do Jazigo

Art. 11 As inumações serão feitas mediante concessão de jazigo, a título gratuito ou remunerado, nos termos da legislação específica.

Seção V
Das Construções

Art. 12 A concessionário do Cemitério obedecerá ao plano estético já estabelecido, mantendo os tipos de construções e obras de embelezamento dos jazigos, respeitadas as normas sanitárias, ambientais e de segurança adotadas no Município de Sorriso.

Art. 13 As obras nos jazigos dependerão de licença da Concessionária.

Art. 14 Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Sorriso, Estado de Mato Grosso, em 25 de Junho de 2014.

DILCEU ROSSATO
Prefeito de Sorriso

MARILENE FELICITÁ SAVI
Secretária de Administração

Publicado por:
Beloni Brunoro
Código Identificador:9597CB71

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE TABAPORÃ

PREFEITURA MUNICIPAL DE TABAPORÃ
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 02/2014

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 033/2014
Aos Dez dias do mês de Junho de 2014, na sede da Prefeitura Municipal de Tabaporã, localizada na Avenida Comendador José Pedro Dias, 979, Centro, Tabaporã-MT, neste ATO representado pelo Prefeito Municipal Srº: PERCIVAL CARDOSO NOBREGA, brasileiro, casado, residente e domiciliado no Município de Tabaporã – MT, portador do RG nº 4.174.004-2- SSP/PR e do CPF/MF nº 544.061.889-91 de acordo com o disposto no artigo 15 da Lei Federal nº. 8.666/93 e o Decreto Municipal nº. 2.804/2013, que Institui o Sistema de Registro de Preços no Município e em face da classificação e homologação das propostas apresentadas no PREGÃO PRESENCIAL Nº. 033/2014, RESOLVE, registrar os preços das Empresas: 01-CENTERMEDI COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA, inscrita no CNPJ: 03.652.030/0001-70,com sede na BR 480, n° 795, na Cidade de Barão de Cotegipe – RS, neste ato representada pelo seu representante legal: Sr. Reginaldo Araujo Costa, brasileiro, casado, residente e domiciliado na Cidade de Várzea Grande – MT, portador do Rg nº 08400237 e do CPF: 581.052.711-68 ; Empresa: 02 DIMASTER COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA, CNPJ:02.520.829/0001-40, representada pelo Sr. Leandro Costa da Matta, brasileiro, casado, portador do RG: 1496052-4 SSP/MT e CPF nº 889.946.271-20 ; Empresa: 03 ROTILLI & MACHADO LTDA, incrita no CNPJ nº 08.833.844/0001-25, com sede na AV. Londrina lote 21, quadra 10, nº 327, Sinop – MT, Representado pelo Sr Leonilson Serafin Acordi, brasileiro, solteiro, portador do RG n° 11.86874-0 SSP/MT e CPF nº 695.251.371-04; Empresa 04 DENTAL CENTRO OESTE LTDA, inscrita no CNPJ n° 36.900.926/0001-80, com sede na Rua Professor João Felix n° 635, CEP: 78.008.135 – Bairro Baú, cidade de Cuiabá – MT, representada pelo SR Carlos Luciano Monteiro, brasileiro, casado, portador do RG nº 11499257 e do CPF n° 818.222.511-68, Empresa 05 DELTA MEDICAMENTOS COMERCIO DE PRODUTOS HOSP. LTDA, inscrita no CNPJ nº 08.835.955/0001-70, com 34, n° 209, quadra 35 LT 01, setor Santos Dumont, Goiânia /GO, Representada pela Sr Cleide Fistarol, brasileira, solteira, portadora do RG° 2604449-5 SSP/MT e do CPF nº 007.387.671-23; Empresa 06 VL DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS PRODUTOS HOSPITALAR LTDA, inscrita no CNPJ nº 013.507.016/0001-37 com sede na Rua 218. N° 18, quadra 82, lote 21, Setor Coimbra, CEP: 74.530-140, Goiânia – GO, representado pelo Sr Wagner Pereira Lopes, brasileiro, casado, portador do RG nº 1316384-SSP/GO e do CPF n° 424.802.991-04 , doravante denominados simplesmente FORNECEDORES , nos termos do Pregão Presencial nº 33/2014, Registro de Preços para futura e eventual aquisição de :" MEDICAMENTOS: DA FARMÁCIA BÁSICA: PSF´S E CENTRO DE REABILITAÇÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNIICPIO", atendendo as condições previstas no Edital e as constantes desta Ata de Registro de Preços, conforme a Lei nº 10.520/2002 e 8.666/93 e suas alterações, em conformidade com as disposições a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Registro de Preço para futura e eventual aquisição de Medicamentos e Materiais de Consumo da Farmácia Básica da Secretaria de Saúde do Município de Tabaporã Estado de Mato Grosso para atender esta Prefeitura conforme especificações e condições constantes nesta Ata de Registro de Preço:

EMPRESA: 01-CENTERMEDI COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTD. CNPJ: 03.652.030/0001-70.
Asma Rinite

Item	Quant.	Und.	Descrição	VR.UNIT	VR.TOTAL
3	6000	CPR	PREDNISONA 5 MG CPR	0,06	R$ 360,00

Saúde Mental

Item	Quant.	Und.	Descrição	VR.UNIT	VR.TOTAL
2	30.000	CPR	CARBAMAZEPINA 200MG CPR	0,11	R$ 3.300,00
5	7.000	CPR	CLORPROMAZINA 100 MG	0,22	R$ 1.540,00
6	30.000	CPR	DIAZEPAM 10MG CPR	0,05	R$ 1.500,00
7	30.000	CPR	FENITOINA 100MG CPR	0,06	R$ 1.800,00
8	30.000	CPR	FENOBARBITAL 100MG CPR	0,08	R$ 2.400,00
11	8000	CPR	LEVOMEPROMAZINA 100MG CPR	0,54	R$ 4.320,00
15	3000	FR	VALPROATO SODIO 250MG/5ML 100ML	2,28	R$ 6.840,00

Hipertensão e Diabetes Mellitus

Item	Quant.	Und.	Descrição	VR.UNIT.	VR.TOTAL
1	5.000	CPR	AMIODARONA 200MG CPR	0,28	R$ 1.400,00
5	100.000	CPR	CAPTOPRIL 25MG CPR	0,02	R$ 2.000,00
6	50.000	CPR	CARVEDILOL 12,5MG CPR	0,12	R$ 6.000,00
7	5000	CPR	DIGOXINA 0,25MG CPR	0,05	R$ 250,00
8	30.000	CPR	ENALAPRIL 10MG CPR	0,05	R$ 1.500,00
13	50.000	CPR	HIDROCLOROTIAZIDA 25MG CPR	0,02	R$ 1.000,00
15	50.000	CPR	LOSARTANA POTASSICA 50MG CPR	0,07	R$ 3.500,00

Farmácia básica

Item	Quant.	Und.	Descrição	VR.UNIT	VR.TOTAL
4	6.000	FR	ALBENDAZOL 400MG SUSP 10ML	0,81	R$ 4.860,00
11	8000	FR	CEFALEXINA 250MG SUSP 60ML	3,05	R$ 24.320,00
12	11.000	CPR	CEFALEXINA 500MG CPS	0,17	R$ 1.870,00
13	10.000	CPR	LEVONOGESTREL 0,15 MG + ETINILESTRADIOL 0,03MG	0,03	R$ 300,00
14	12.000	CPR	CIPROFLOXACINO 500MG CPR	0,15	R$ 1.800,00
16	8000	FR	DEXAMETASONA 0,1MG/ML XRP	1,12	R$ 8.960,00
17	8000	FR	DEXCLORFERINAMINA 2MG/5ML XPE 100ML	0,94	R$ 7.520,00
19	10.000	CPR	DIPIRONA 500MG	0,06	R$ 600,00
20	3.000	FR	HIDROXIDO ALUMINIO+MAGNESIO 100ML	1,28	R$ 3.840,00
21	30.000	CPR	IBUPROFENO 300MG CPR	0,06	R$ 1.800,00
27	8.000	CPR	METRONIDAZOL 250MG	0,08	R$ 640,00
28	5000	TB	METRONIDAZOL CR VAG 500MG/5MG	3,64	R$ 18.200,00
29	3500	VD	METRONIDAZOL SUSP 100 ML	1,47	R$5.145,00
30	5000	TB	MICONAZOL CR VAG 20MG/G	4,35	R$ 21.750,00
34	10.000	CPS	OMEPRAZOL 20MG CPS	0,05	R$ 500,00
35	10.000	CPR	PARACETAMOL 500MG CPR	0,04	R$ 400,00
38	5000	CPR	RANITIDINA 150MG CPR	0,09	R$ 450,00
39	5000	ENV	REHIDRATANTE ENV 27,9G	0,40	R$ 2.000,00
43	8000	FR	SULF+TRIMETROPRIM SUSP 200MG+5MG 50 ML	0,86	R$ 6.880,00

SUPLEMENTO DE FERRO E ÁCIDO FÓLICO

Item	Quant.	Und.	Descrição	VR.UNIT	VR.TOTAL
1	8.000	CPR	ÁCIDO FÓLICO 5MG	0,02	R$ 160,00
2	3000	FR	SULFATO FERROSO 300MG/ML	1,15	R$ 3.450,00
Valor de R$ 153.155,00					

EMPRESA: 02 DIMASTER COMERCIO DE PROD. HOSPITALARES LTDA CNPJ:02.520.829/0001-40

Asma Rinite

Item	Quant.	Und.	Descrição	VR.UNIT	VR.TOTAL
1	6000	FR	SALBUTAMOL SPRAY 100 MCG	4,65	R$ 27.900,00

Saúde Mental

Item	Quant.	Und.	Descrição	VR.UNIT	VR.TOTAL
1	30.000	CPR	AMITRIPTILINA 25MG CPR	0,07	R$ 2.100,00
12	10000	CPR	VALPROATO DE SODIO 250MG CPR	0,25	R$2.500,00

Hipertensão e Diabetes Mellitus

Item	Quant.	Und.	Descrição	VR.UNIT.	VR.TOTAL
4	50.000	CPR	ATENOLOL 50MG CPR	0,03	R$ 1.500,00
9	30.000	CPR	ENALAPRIL 20MG CPR	0,07	R$ 2.100,00
10	30.000	CPR	ESPIRONOLACTONA 25MG CPR	0,10	R$ 3.000,00
11	30.000	CPR	FUROSEMIDA 40MG CPR	0,04	R$ 1.200,00
19	30.000	CPR	NIFEDIPINA 10MG CPR	0,19	R$ 5.700,00

Farmácia básica

Item	Quant.	Und.	Descrição	VR.UNIT	VR.TOTAL
5	5.000	CPR	ALENDRONATO DE SÓDIO 70MG	0,38	R$ 1.900,00
			CPR		
6	3000	FR	CLORIDRATO DE AMBROXOL 15MG/ML PED.	1,13	R$ 3.390,00
7	3000	FR	CLORIDRATO DE AMBROXOL 30MG/ML ADU.	1,13	R$ 3.390,00
8	8000	FR	AMOXICILINA 250MG SUSP 60ML	1,765	R$ 14.120,00
10	10.000	CPR	CARBONATO DE CALCIO + VITAMINA D 500MG CPR	0,50	R$ 5.000,00
18	10.000	FR	DIPIRONA 500MG/ML GTS 20 ML	0,96	R$ 9.600,00
22	10.000	FR	IBUPROFENO 50MG/ML 20ML	0,95	R$ 9.500,00
31	5000	TB	NEOMICINA+BACIT PDA 10GR	0,90	R$ 4.500,00
33	2000	FR	OLEO MINERAL 100 ML	2,10	R$ 4.200,00
40	8000	FR	SALBUTAMOL XPE 100 ML	0,75	R$ 6.000,00
41	10.000	CPR	SINVASTATINA 20MG CPR	0,07	R$ 700,00

TABAGISMO

Item	Quant.	Und.	Descrição	VR.UNIT	VR.TOTAL
5	2500	CPR	CLORIDRATO DE BUPROPIONA 150MG	R$ 0,74	R$ 1.850,00
Valor de R$ 110.150,00					

EMPRESA: 03 - ROTILLI & MACHADO LTDA- CNPJ 08.833.844/0001-25

Hipertensão e Diabetes Mellitus

Item	Quant.	Und.	Descrição	VR.UNIT.	VR.TOTAL
14	3.000	CPR	ISOSSORBIDA 5MG CPR	0,14	R$ 420,00

TABAGISMO

Item	Quant.	Und.	Descrição	VR.UNIT	VR.TOTAL
4	500	ADESIVOS	NICOTINA 21MG 06 CARTUCHOS COM 7 ADESIVOS	R$ 3,08	R$ 1.540,00
Valor de R$ 1.960,00					

EMPRESA: 04 - DENTAL CENTRO OESTE LTDA-CNPJ n° 36.900.926/0001-80

Insumos Diabetes Mellitus

Item	Quant.	Und.	Descrição	VR.UNIT	VR.TOTAL
2	6000	UN	SER 1ML C/AG 13X40 P/INS 100 UNI. POR CAIXA	0,18	R$ 1.080,00

Saúde Mental

Item	Quant.	Und.	Descrição	VR.UNIT	VR.TOTAL
4	7000	CPR	CLORPROMAZINA 25 MG	0,22	R$ 1.540,00

Hipertensão e Diabetes Mellitus

Item	Quant.	Und.	Descrição	VR.UNIT.	VR.TOTAL
2	10.000	CPR	ANLODIPINO 10MG CPR	0,05	R$ 500,00
18	8.000	CPR	METILDOPA 500MG CPR	0,19	R$ 1.520,00

Farmácia básica

Item	Quant.	Und.	Descrição	VR.UNIT	VR.TOTAL
24	9000	CPR	MEBENDAZOL 100MG	0,05	R$ 450,00
Valor de R$ 5.090,00					

EMPRESA: 05 DELTA MEDICAMENTOS COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSP. LTDA.
CNPJ nº 08.835.955/0001-70

Saúde Mental

Item	Quant.	Und.	Descrição	VR.UNIT	VR.TOTAL
3	2000	FR	CARBAMAZEPINA 20MG/ ML SUSP 100 ML	7,88	R$ 15.760,00
13	10000	CPR	VALPROATO DE SODIO 300MG CPR	1,75	R$ 17.500,00

Farmácia básica

Item	Quant.	Und.	Descrição	VR.UNIT	VR.TOTAL
26	5000	FR	METOCLOPRAMIDA 4MG/ML 20ML	0,70	R$ '3.500,00
32	5000	TB	NISTATINA CR VAG 25.000UI/G	2,63	R$ 13.150,00
37	5.000	CPR	PROMETAZINA 25MG CPR	0,13	R$ 650,00

SUPLEMENTO DE FERRO E ÁCIDO FÓLICO

Item	Quant.	Und.	Descrição	VR.UNIT	VR.TOTAL
3	8.000	CPR	SULFATO FERROSO 300MG	0,05	R$ 400,00
Valor de R$ 50.960,00					

EMPRESA-06- VL DISTRIBUIDORA DE MED. PRODUTOS HOSPITALAR LTDA CNPJ nº 013.507.016/0001-37

Asma Rinite

Item	Quant.	Und.	Descrição	VR.UNIT	VR.TOTAL
2	6000	CPR	PREDNISONA 20 MG CPR	0,11	R$ 660,00

Insumos Diabetes Mellitus

Item	Quant.	Und.	Descrição	VR.UNIT	VR.TOTAL
1	2000	UN	LANCETAS PICADORAS	0,05	R$ 100,00
3	150	CX	TIRAS HGT C/50 UNIDADES POR CAIXA	19,00	R$ 2.850,00

Saúde Mental

Item	Quant.	Und.	Descrição	VR.UNIT	VR.TOTAL
9	1200	FR	FENOBARBITAL 40MG/ML	2,95	R$ 3.540,00
10	10.000	CPR	HALOPERIDOL 5MG CPR	0,09	R$ 900,00
14	10000	CPR	VALPROATO DE SODIO 500MG CPR	0,65	R$ 6.500,00

Hipertensão e Diabetes Mellitus

Item	Quant.	Und.	Descrição	VR.UNIT.	VR.TOTAL
3	5.000	CPR	ANLODIPINO 5MG CPR	0,02	R$ 100,00
12	50.000	CPR	GLIBENCLAMIDA 5MG CPR	0,02	R$ 1.000,00
16	50.000	CPR	METFORMINA 850MG CPR	0,07	R$ 3.500,00
17	8.000	CPR	METILDOPA 250MG CPR	0,13	R$ 1.040,00
20	30.000	CPR	PROPANOLOL 40MG CPR	0,02	R$ 600,00

Farmácia básica

Item	Quant.	Und.	Descrição	VR.UNIT	VR.TOTAL
1	130.000	CPR	AAS 100MG INF CPR	0,02	R$ 2.600,00
2	8.000	CPR	AAS 500MG ADT CPR	0,04	R$ 320,00
3	10.000	CPR	ALBENDAZOL 400MG CPR	0,37	R$ 3.700,00
9	11.000	CPS	AMOXICILINA 500MG CPS	0,10	R$ 1.100,00
23	6000	FR	MEBENDAZOL 20MG SUSP 30ML	0,78	R$ 4.680,00
25	5000	CPR	METOCLOPRAMIDA 10MG CPR	0,06	R$ 300,00
36	10.000	FR	PARACETAMOL GTS 15ML	0,54	R$ 5.400,00
42	8000	CPR	SULF+TRIMETROPRIM 400MG+80MG CPR	0,06	R$ 480,00

TABAGISMO

Item	Quant.	Und.	Descrição	VR.UNIT	VR.TOTAL
1	5000	PASTILHA	NICOTINA 2MG COM 30 TABLETES MASTIGÁVEIS	R$ 1,43	R$ 7.150,00
2	500	ADESIVOS	NICOTINA 7MG 06 CARTUCHOS COM 7 ADESIVOS	R$ 6,60	R$ 3.300,00
3	500	ADESIVOS	NICOTINA 14MG 06 CARTUCHOS COM 7 ADESIVOS	R$ 6,92	R$ 3.460,00
Valor de R$ 53.280,00.					

Este instrumento não obriga o ORGÃO a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específica para aquisição do(s) objetos(s), obedecida à legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

2.1 A presente Ata terá validade por 12 meses, contados a partir de sua assinatura, conforme Decreto Municipal n. 2804/2013;

2.2 Durante a vigência da Ata de Registro de Preços, qualquer Órgão ou Entidade da Administração poderá utilizar a Ata, mesmo que não tenha participado do certame licitatório, mediante prévia consulta ao Órgão gerenciador, desde que devidamente comprovada a vantagem, conforme estipulado no Decreto Municipal n. 2804/2013.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA GERÊNCIA DA PRESENTE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E DA FISCALIZAÇÃO.

3.1 O gerenciamento deste instrumento caberá a Prefeitura Municipal de Tabaporã-MT, por meio da Secretaria Municipal de Saúde, devendo ser observado o aspecto operacional e jurídico, assim como o acompanhamento e a fiscalização da presente Ata de Registro de Preços que também será realizado pela Secretaria Municipal de Saúde.

CLÁUSULA QUARTA – DO(S) LOCAL (IS) E PRAZO(S) DE ATENDIMENTO

4.1 A entrega dos medicamentos deverá ser realizada em até 10 (dez) dias corridos, contados da data do envio (que poderá ser por e-mail ou fax) da NAD(Nota de Autorização de Despesa) ou Nota de Empenho, nas quantidades nela especificadas, salvo se houver pedido formal de prorrogação deste, devidamente justificado pelo Fornecedor e acatado por esta Prefeitura, sem nenhum custo adicional;

4.2 O local para a entrega dos materiais será designada pela Secretaria Municipal de Saúde de Tabaporã/MT, nos dias úteis no horário das 07:30 as 11:00 e das 13:00 as 17:00 horas.

CLÁUSULA QUINTA – DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO

5.1 As empresas detentoras dos preços registrados poderão ser convidadas a firmar contratações de fornecimento, observadas as condições fixadas neste instrumento, e seus Anexos, e na legislação pertinente;

5.2 As aquisições dos produtos registrados neste instrumento serão efetuadas através Nota de Empenho, emitida pela Prefeitura Municipal de Tabaporã, contendo: o nº da Ata, o nome da empresa, o objeto, a especificação, o endereço e a data de entrega;

5.3 Os medicamentos licitados serão verificados em relação à conformidade, qualidade e quantidade de acordo com o Edital, após o recebimento dos mesmos e apresentação de nota fiscal;

5.4 Os materiais deverão ser entregues juntamente com sua Nota Fiscal, obedecendo rigorosamente o solicitado;

5.5 O recebimento não excluirá a Adjudicatária da responsabilidade civil, nem ético-profissional, pelo perfeito fornecimento do objeto, dentro dos limites estabelecidos pela Lei 8.666/93;

5.6 A Adjudicatária ficará obrigada a corrigir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto desta Ata de Registro de Preços em que se verificar vícios ou incorreções resultantes dos materiais fornecidos;

5.7 A Secretaria Municipal de Saúde rejeitará no todo ou em parte o fornecimento dos materiais em desacordo com a ordem de fornecimento e com as normas deste Edital;

5.8 Os materiais e medicamentos devem ser transportados de maneira que cheguem à Secretaria em boas condições de conservação e limpos, preferencialmente em veículos fechados.

5.9 O Fornecedor responsabilizar-se-á pelas despesas com impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fretes e demais despesas eventuais, que porventura sobrevier do presente objeto.

CLÁUSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

6.1 O Fornecedor deverá entregar os materiais registrados em Ata imediatamente após emissão da ordem de fornecimento nas quantidades nela especificadas, conforme estipulado nas cláusulas anteriores, salvo se houver pedido formal de prorrogação deste, devidamente justificado pela licitante/Fornecedor e acatado por esta Prefeitura, sem nenhum custo adicional;

6.2 A empresa se obrigará em um prazo máximo de 05 (cinco) dias corridos, a solucionar quaisquer problemas com os itens adquiridos, inclusive com reposição dos mesmos se por ventura não estiverem atendendo as finalidades propostas, desde que a reclamação esteja devidamente documentada pela unidade e descartadas o uso inadequado;

6.3 O Fornecedor fica obrigado a aceitar nas mesmas condições de fornecimento acréscimos de até 25% do valor total da Ata de Registro de Preços;

6.4 São obrigações do FORNECEDOR, além das demais previstas nesta Ata e no Edital:

I - executar o fornecimento dos materiais dentro dos padrões estabelecidos pela Prefeitura, de acordo com o especificado nesta Ata de Registro de Preços, responsabilizando-se por eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento de qualquer cláusula ou condição aqui estabelecida;

II - cumprir a data e horário da entrega, não sendo aceitos os materiais que estiverem em desacordo com as especificações constantes deste instrumento, nem quaisquer pleitos de faturamentos extraordinários sob o pretexto de perfeito funcionamento e conclusão do objeto contratado;

III - prestar os esclarecimentos que forem solicitados pelo Órgão, cujas reclamações se obriga a atender prontamente, bem como dar ciência a Prefeitura, imediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar quando da execução da ATA;
IV - dispor-se a toda e qualquer fiscalização da Prefeitura, no tocante ao fornecimento do produto, assim como ao cumprimento das obrigações previstas nesta ATA;
V - prover todos os meios necessários à garantia da plena operacionalidade do fornecimento, inclusive considerados os casos de greve ou paralisação de qualquer natureza;
VI - a falta de quaisquer dos produtos cujo fornecimento incumbe ao detentor do preço registrado, não poderá ser alegada como motivo de força maior para o atraso, má execução ou inexecução dos serviços objeto desta ATA e não a eximirá das penalidades a que está sujeita pelo não cumprimento dos prazos e demais condições estabelecidas;
VII - comunicar imediatamente à Prefeitura Municipal qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária e outros julgáveis necessários para recebimento de correspondência;
VIII - respeitar e fazer cumprir a legislação de segurança e saúde no trabalho, previstas nas normas regulamentadoras pertinentes;
IX - fiscalizar o perfeito cumprimento do fornecimento dos materiais a que se obrigou, cabendo-lhe, integralmente, os ônus decorrentes. Tal fiscalização dar-se-á independentemente da que será exercida pela Prefeitura;
X - indenizar terceiros e/ou ao Órgão, mesmo em caso de ausência ou omissão de fiscalização de sua parte, por quaisquer danos ou prejuízos causados, devendo o Fornecedor adotar todas as medidas preventivas, com fiel observância às exigências das autoridades competentes e às disposições legais vigentes;
XI – não transferir, no todo ou em parte, o objeto da presente licitação;
XII - manter todas as condições de habilitação exigidas na presente licitação;
XIII - indicar o preposto e seu substituto, que ficará responsável pelo controle das solicitações, bem como pelos esclarecimentos de dúvidas quando da execução contratual;
XIV - Ser responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscal, comercial, frete e outras despesas que se façam necessárias ao fornecimento dos produtos.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS RESPONSABILIDADES DO FORNECEDOR

7.1 São responsabilidades do FORNECEDOR:
I - todo e qualquer dano que causar ao Órgão, ou a terceiros, ainda que culposo, praticado por seus prepostos, empregados ou mandatário, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou acompanhamento pela Prefeitura;
II - todo e qualquer tipo de autuação ou ação que venha a sofrer em decorrência do fornecimento em questão, bem como pelos contratos de trabalho de seus empregados, mesmo nos casos que envolvam eventuais decisões judiciais, eximindo ao Órgão/Entidade de qualquer solidariedade ou responsabilidade;
III - toda e quaisquer multas, indenizações ou despesas impostas a Prefeitura por autoridade competente, em decorrência do descumprimento de lei ou de regulamento a ser observado na execução da ATA, desde que devidas e pagas, as quais serão reembolsadas ao Órgão/Entidades, que ficará, de pleno direito, autorizada a descontar, de qualquer pagamento devido ao Fornecedor, o valor correspondente.
7.2 O fornecedor autoriza ao Órgão/Entidade, a descontar o valor correspondente aos referidos danos ou prejuízos diretamente das faturas pertinentes aos pagamentos que lhe forem devidos, independentemente de qualquer procedimento judicial ou extrajudicial, assegurada a prévia defesa.

CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES DO ORGÃO/ENTIDADE

8.1 A Prefeitura Municipal de Tabaporã, obriga-se a:
I - indicar os locais e horários em que deverão ser entregues os produtos;
II - receber os produtos nos termos, prazos e condições estabelecidas no edital;
II - permitir ao pessoal do Fornecedor, acesso ao local da entrega dos materiais desde que observadas as normas de segurança;
III - notificar o Fornecedor de qualquer irregularidade encontrada no fornecimento dos produtos;
IV - efetuar os pagamentos devidos, nas condições estabelecidas nesta ATA;
V - fiscalizar a entrega do objeto licitado;
VI - notificar a licitante vencedora, por escrito e com antecedência, sobre multas, penalidades e quaisquer débitos de sua responsabilidade;
VII - aplicar as sanções administrativas contratuais pertinentes, em caso de inadimplemento.
8.2 Caberá à Prefeitura promover ampla pesquisa de mercado, de forma a comprovar que os preços registrados permanecem compatíveis com os praticados no mercado;
8.3 Caberá à Prefeitura receber o bem adjudicado, nos termos, prazos, quantidade, qualidade e condições estabelecidas neste edital;
8.4 O recebimento provisório dar-se-á pela Secretaria Municipal de Saúde, por meio de seu responsável, no ato da entrega do bem e da nota fiscal pela adjudicatária, sendo que este recebimento não implica a sua aceitação;
8.5 O recebimento definitivo dar-se-á após a verificação do cumprimento das especificações dos produtos, nos termos do presente edital;
8.6 O objeto adjudicado será recusado se não for condizente com o solicitado pela Secretaria Municipal de Saúde;
8.7 Não haverá, sob hipótese alguma, pagamento antecipado;
8.8 Caso haja a intenção de adesão ao registro de preço por outro órgão não participante – "Caronas", estes deverão manifestar seu interesse junto ao órgão gerenciador da Ata, para que este indique os possíveis fornecedores e respectivos preços a serem praticados, obedecidos a ordem de classificação;
8.8.1 Caberá ao Órgão Gerenciador, Secretaria Municipal de Saúde, buscar oficialmente, junto ao fornecedor registrado na Ata de Registro de Preços, sobre a aceitação ou não do fornecimento, condicionado ainda ao não prejuízo das obrigações anteriormente assumidas;
8.8.2 Em todos os casos as quantidades adicionais adquiridas/contratadas não poderão exceder a 25% dos quantitativos registrados na Ata de Registro de Preços, conforme estabelecido no § 1º art. 65 da Lei 8.666, de 21 de junho de 1993.

CLÁUSULA NONA – DA DOTAÇÃO

9.1 As despesas decorrentes do Registro de Preços, objeto desta Ata, correrão à conta das seguintes dotações orçamentárias próprias e constantes no orçamento de 2014:
SECRETRAI DE SAÚDE.
05.01-10.302.0039.2086-339030.0000 CONSUMO
05.01-10.302.0039.2086-339030.0000 DISTRIBUIÇÃO GRATUITA
05.01.10.302.0039.2086.339030-000-MATERIALD ECONBSUMO

CLÁUSULA DÉCIMA – DO PAGAMENTO

10.1 O pagamento ao FORNECEDOR será realizado mensalmente, de acordo com a entrega dos materiais solicitados, sempre entre os dias 20 e 30 do mês subsequente à entrega do objeto e emissão de Nota Fiscal, através de depósito bancário ou transferência para a conta do Fornecedor.
10.2 No preço a ser pago deverão estar inclusas todas as despesas inerentes a: impostos, encargos sociais, tributários, trabalhistas e comerciais, fretes, enfim todas as despesas necessárias ao fornecimento dos produtos;
10.3 Caso constatado alguma irregularidade nas notas fiscais/faturas, estas serão devolvidas ao Fornecedor para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, contando-se o prazo para pagamento da data da sua reapresentação;
10.4 Para cada Nota de Empenho, o Fornecedor deverá emitir uma única nota fiscal/fatura;
10.5 Nenhum pagamento isentará o FORNECEDOR das suas responsabilidades e obrigações, nem implicará aceitação definitiva do fornecimento dos materiais;
10.6 A Prefeitura não efetuará pagamento de título descontado ou por meio de cobrança em banco, bem como os que forem negociados com terceiros por intermédio da operação de "*factoring*";
10.7 As despesas bancárias decorrentes de transferências de valores para outras praças serão de responsabilidade da adjudicatária.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS

11.1 Os preços registrados manter-se-ão inalterados pelo período de vigência da presente Ata, admitida a revisão no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste instrumento, na hipótese de sobrevir fatos supervenientes imprevisíveis, ou previsíveis, porém, de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou ainda, em caso de força maior caso fortuito, fato do príncipe e fato da administração, nos termos do art. 65, II, "d" e § 5º da Lei 8.666/93, desde que devidamente comprovado;
11.2 Os preços registrados que sofrerem revisão não ultrapassarão aos preços praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquele vigente no mercado à época do registro;
11.3 Caso o preço registrado se tornar superior à média dos preços de mercado, a Prefeitura, solicitará ao Fornecedor, mediante correspondência, redução do preço registrado, de forma a adequá-lo, conforme art. 17 do Decreto Municipal n ° 2804/2013;
11.3.1 Havendo negociação para fins de revisão de preço, deverá aguardar o prazo mínimo de 90 (noventa) dias e o preço alterado somente estará em vigor após a publicação do ato, respeitando o tramite descrito no referido Decreto Municipal.
11.4 Será considerado compatíveis com os de mercado os preços registrados que forem iguais ou inferiores à média daqueles apurados pela Prefeitura Municipal de Tabaporã-MT;
11.5 A revisão de preços será feita com fundamento em planilhas de composição de custos e/ou preço de mercado.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.
12.1 A presente Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada de pleno direito, nas seguintes situações:
quando o Fornecedor não cumprir as obrigações constantes nesta Ata de Registro de Preços;
quando o Fornecedor não retirar a respectiva nota de empenho ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;
quando o Fornecedor der causa a rescisão administrativa da Nota Empenho decorrente deste Registro de Preços, nas hipóteses previstas nos incisos de I a XII e XVIII do art. 78 da Lei 8.666/93;
em qualquer hipóteses de inexecução total ou parcial da Nota Empenho decorrente deste Registro;
os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;
por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas.

12.2 Ocorrendo cancelamento do preço registrado, o Fornecedor será informado por correspondência com aviso de recebimento, a qual será juntada ao processo administrativo da presente ATA;
12.3 No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço do Fornecedor, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da última publicação;
12.4 A solicitação do Fornecedor para cancelamento dos preços registrados poderá não ser aceita pela Prefeitura Municipal, facultando-se a esta neste caso, a aplicação das penalidades previstas nesta Ata;
12.5 Havendo o cancelamento do preço registrado, cessarão todas as atividades do FORNECEDOR, relativas ao fornecimento do produtos;
12.6 Caso a Prefeitura não se utilize da prerrogativa de cancelar esta Ata, a seu exclusivo critério, poderá suspender a sua execução e/ou sustar o pagamento das faturas, até que o FORNECEDOR cumpra integralmente a condição contratual infringida.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA SUBSTITUIÇÃO DE ITEM
13.1 O Fornecedor poderá solicitar a substituição do bem registrado em Ata por outro de mesma espécie e gênero, porém, de outra marca, no caso de ocorrência de fato superveniente, devidamente comprovado, que independe de sua vontade, sem qualquer acréscimo no valor anteriormente registrado;
13.2 Caberá ao órgão gerenciador a análise técnica e jurídica quanto à possibilidade de atender a substituição do produto registrado;
13.3 Havendo a substituição do produto, conforme itens anteriores, o produto substituído somente estará em vigor após aditivo à Ata de Registro de Preço.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DAS PENALIDADES
14.1 Pelo não cumprimento das obrigações assumidas, garantida a prévia defesa em processo regular, o FORNECEDOR ficará sujeito às seguintes penalidades, previstas no artigo 87 da Lei n. 8.666/93, e na Lei n. 10.520/2002, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis:
I) advertência, nas hipóteses de execução irregular do Registro de Preços, que não resulte prejuízo para o serviço desta administração;
II) multa de 10% do valor da Ata;
III) suspensão temporária para licitar e contratar com este Órgão, por período de até 02 (dois) anos, nas hipóteses e nos termos dos artigos 7º da Lei n. 10.520/2002;
IV) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, pelo prazo de até 02 (dois) anos, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a autoridade que aplicar a penalidade, nos termos do art. 87, inciso IV, da Lei n. 8.666/93.
14.2 A penalidade de advertência será aplicada em caso de faltas ou descumprimento de cláusulas contratuais que não causem prejuízo à Prefeitura e à terceiros que necessitem do produto registrado na presente Ata, e será lançada no Cadastro de Fornecedores do Município;
14.3 O FORNECEDOR sujeitar-se-á à multa de 1% (um por cento) incidente sobre o valor total da Nota de Empenho, por dia de atraso injustificado, limitado esta a 10 (dez) dias, após o qual será considerado inexecução da Ata de Registro de Preços;
14.4 Caso o fornecedor não solucione quaisquer problemas advindos da aquisição dos medicamentos sofrerá multa, consoante o *caput* e §§ do art. 86 da Lei no 8.666/93 e alterações posteriores, da seguinte forma:
a) atraso até 2 (dois) dias, multa de 2% (dois por cento);
b) a partir do 3o (terceiro) até o limite do 5o (quinto) dia, multa de 4% (quatro por cento), caracterizando-se a inexecução total da obrigação a partir do 6o (sexto) dia de atraso.
14.5 A partir do 6º (sexto) dia de atraso, caracterizar-se-á a inexecução total da obrigação, e poderá a Prefeitura, a seu exclusivo critério, rescindir a ATA, ficando o Fornecedor impedido de licitar com a Administração Pública por um prazo de 02 (dois) anos;
14.6 A multa, eventualmente imposta ao Fornecedor, será automaticamente descontada da fatura a que fizer jus, acrescida de juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês. Caso a Fornecedor não tenha nenhum valor a receber desta Prefeitura, ser-lhe-á concedido o prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados de sua intimação, para efetuar o pagamento da multa. Após esse prazo, não sendo efetuado o pagamento, seus dados serão encaminhados ao Órgão competente para que seja inscrita na dívida ativa do Município, podendo, ainda a Administração proceder à cobrança judicial da multa;
14.7 As multas previstas nesta seção não eximem o Fornecedor da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha causar à Administração;
14.8 Se o Fornecedor não proceder ao recolhimento da multa no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da intimação, o respectivo valor será descontado dos créditos que esta possuir com esta Prefeitura, e, se estes não forem suficientes, o valor que sobejar será encaminhado para inscrição em Dívida Ativa e execução pelo Município de Tabaporã-MT;
14.9 A penalidade de suspensão temporária para licitar e contratar com esta Prefeitura pelo prazo de até 02 (dois) anos, será lançada no Cadastro Municipal de Fornecedores e poderá ser aplicada em casos de reincidência em descumprimento de prazo contratual ou ainda descumprimento total ou parcial da obrigação, mesmo que desses fatos não resultem prejuízos à Prefeitura ou terceiros;
14.10 A penalidade de declaração de inidoneidade poderá ser proposta:
a) se o FORNECEDOR descumprir ou cumprir parcialmente obrigação contratual, desde que desses fatos resultem prejuízos ao Órgão/Entidade;
b) se o FORNECEDOR sofrer condenação definitiva por prática de fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos, ou deixar de cumprir suas obrigações fiscais ou parafiscais;

c) se o FORNECEDOR tiver praticado atos ilícitos visando frustrar os objetivos da licitação.
14.11 As sanções previstas nos incisos I, III e IV do art. 87 da Lei 8.666/93, poderão ser aplicadas juntamente com a multa;
14.12 A penalidade de declaração de inidoneidade, aplicada pela competente autoridade, após a instrução do pertinente processo no qual fica assegurada a ampla defesa do FORNECEDOR, será lançada no Cadastro Municipal de Fornecedores, implicando a inativação do cadastro, impossibilitando o fornecedor ou interessado de relacionar-se com a Administração Federal e demais órgãos/entidades integrantes do Cadastro Municipal;
14.13 A falta de material não poderá ser alegada como motivo de força maior e não eximirá o FORNECEDOR das penalidades a que está sujeita pelo não cumprimento das obrigações estabelecidas nesta ATA.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS
15.1 As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:
I - todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo à presente Ata de Registro de Preços;
II - integram esta Ata, o Edital de Pregão Presencial nº 33/2014 e seus anexos e as propostas da empresas classificadas para cada grupo, por ITEM.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DO FORO
As partes contratantes elegem o foro de Tabaporã/MT como competente para dirimir quaisquer questões oriundas da presente ATA, inclusive os casos omissos, que não puderem ser resolvidos pela via administrativa, renunciando a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.
E, por estarem de acordo, as partes firmam a presente ATA, em 03 (três) vias de igual teor e forma para um só efeito legal, ficando duas vias arquivadas na sede da CONTRATANTE, na forma do art. 60 da Lei 8 666 de 21/06/93.

TABAPORÃ-MT. 17 DE JUNHO DE 2014.

PERCIVAL CARDOSO NOBREGA
Prefeito Municipal

ANTONIO BATISTA MOTA
Pregoeiro

Centermedi Comercio de Produtos Hospitalares LTDA
Representante:
SR. REGINALDO ARAUJO COSTA.
CPF: 581.052.711-68

Dimaster Comercio de Produtos Hospitalares LTDA
Representante:
SR. LEANDRO COSTA DA MATTA.
CPF nº 889.946.271-20

Rotilli & Machado LTDA
Representante:
LEONILSON SERAFIN ACORDI.
CPF nº 695.251.371-04.

Dental Centro Oeste LTDA.
Representante:
CARLOS LUCIANO MONTEIRO.
CPF N° 818.222.511-68.

Delta Medicamentos Com. de Produtos Hosp. LTDA.
Representante:
CLEIDE FISTAROL.
CPF Nº 007.387.671-23;

VL Distribuidora de Medic. Produtos Hospitalar LTDA.
Representante:
WAGNER PEREIRA LOPES.
CPF N° 424.802.991-04

Publicado por:
Antonio Batista da Mota
Código Identificador:DC65F034

PREFEITURA MUNICIPAL DE TABAPORÃ
EXTRATO DE CONTRATO CPL Nº 97/2014.

Contratante: Prefeitura Municipal de Tabaporã - (MT)
Contratado: Rigotti e Rigotti Ltda- ME, C.N.P.J nº 02.686.839/0001-50
OBJETO: Prestação de serviços de fornecimento de peças parte elétrica para manutenção da frota de veículos e maquinários do Municipio de Tabaporã-MT.
Valor do Contr.**R$ 27.754,50**- Ass. Contrato em 20/06/2014.

Publicado por:
Antonio Batista da Mota
Código Identificador:C6F78842

PREFEITURA MUNICIPAL DE TABAPORÃ
EXTRATO DE CONTRATO CPL Nº 98/2014.

Contratante: Prefeitura Municipal de Tabaporã - (MT)
Contratado: Edson Pereira-ME, C.N.P.J nº 17.137.890/0001-80
OBJETO: Prestação de serviços e fornecimento de peças parte elétrica para manutenção da frota de veículos e maquinários do Municipio de Tabaporã-MT.
Valor do Contr. **24.939,00**- Ass. Contrato em 20/06/2014.

Publicado por:
Antonio Batista da Mota
Código Identificador:6697D1C6

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO Nº 83/2014

Data do ajuste: 02/06/2014
Nome do Contratado (a): ASTAB - ASSOCIAÇÃO DOS SERVIDORES PÚBLICOS DE TABAPORÃ-MT
Objeto: Repasse Ajuda de Custo em conformidade com a Lei Municipal nº 952/2014 de 27 de Maio de 2014.
Valor Mensal: R$ 15.600,00 (Quinze Mil e Seiscentos Reais)
Vigência: 31/12/2014

Publicado por:
Cristiane Bobbo
Código Identificador:349B8438

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO Nº 84/2014

Data do ajuste: 02/06/2014
Nome do Contratado (a): ASTAB - ASSOCIAÇÃO DOS SERVIDORES PÚBLICOS DE TABAPORÃ-MT
Objeto: Repasse Ajuda de Custo em conformidade com a Lei Municipal nº 952/2014 de 27 de Maio de 2014.
Valor Mensal: R$ 8.400,00 (Oito Mil e Quatrocentos Reais).
Vigência: 31/12/2014

Publicado por:
Cristiane Bobbo
Código Identificador:DD7D1A9E

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO Nº 85/2014

Data do ajuste: 02/06/2014
Nome do Contratado (a): ASTAB - ASSOCIAÇÃO DOS SERVIDORES PÚBLICOS DE TABAPORÃ-MT
Objeto: Repasse Ajuda de Custo em conformidade com a Lei Municipal nº 952/2014 de 27 de Maio de 2014.
Valor Mensal: R$ 8.400,00 (Oito Mil e Quatrocentos Reais).
Vigência: 31/12/2014

Publicado por:
Cristiane Bobbo
Código Identificador:2774D964

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO Nº 86/2014

Data do ajuste: 02/06/2014
Nome do Contratado (a): ASTAB - ASSOCIAÇÃO DOS SERVIDORES PÚBLICOS DE TABAPORÃ-MT
Objeto: Repasse Ajuda de Custo em conformidade com a Lei Municipal nº 952/2014 de 27 de Maio de 2014.
Valor Mensal: R$ 10.000,00 (Dez Mil Reais)
Vigência: 31/12/2014

Publicado por:
Cristiane Bobbo
Código Identificador:DA40F84D

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE REPASSE DE AJUDA DE CUSTO Nº22/2014.

Data do ajuste: 11/06/2014
Nome do Contratado (a): CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO DE AMERICANA DO NORTE – CODEAN
Objeto: Lei Municipal nº. 953 de 10 de junho de 2014.
Valor Mensal: R$ **26.542,00** (Vinte e Seis Mil e Quinhentos e Quarenta e Dois Reais).
Vigência: 31/12/2014

Publicado por:
Cristiane Bobbo
Código Identificador:10D0CA54

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº. 366/2014

PERCIVAL CARDOSO NOBREGA, Prefeito Municipal de Tabaporã, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas em Lei,

RESOLVE:

Artigo 1º. - **Designar** a Senhora **KATIA APARECIDA DE PAULA GOMES**, Secretária Municipal de Saúde, portadora da Carteira de Identidade RG nº. 1.190.684-7 SJ/MT e inscrita no cadastro de Pessoa Física CPF nº. 864.670.691.53, para que acompanhe e fiscalize o **Contrato nº. 083/2014**, de **ASTAB - ASSOCIAÇÃO DOS SERVIDORES PÚBLICOS DE TABAPORÃ - MT**, contrato de repasse de ajuda de custo para manutenção da Associação, serviços sobre a coordenação e fiscalização da Secretaria Municipal de Saúde, o presente Termo de Contrato de Repasse de Ajuda de Custo terá inicio em Junho de 2014 e término em 31 de Dezembro de 2014, o repasse tem respaldo em autorização legislativa, em conformidade com a Lei Municipal nº. 952/2014 de 27 de Maio de 2014.
Artigo 2º – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se,
Publique-se;
Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito de Tabaporã – MT, em 02 de Junho de 2014.

PERCIVAL CARDOSO NOBREGA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Cristiane Bobbo
Código Identificador:5B0B81B7

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº. 367/2014

PERCIVAL CARDOSO NOBREGA, Prefeito Municipal de Tabaporã, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas em Lei,

RESOLVE:

Artigo 1º. - **Designar** a Senhora **SUELY DE SOUZA CARDOSO**, Secretária Municipal de Ação Social, portadora da Carteira de Identidade RG nº. 1.363.640-5 SSP/MT e inscrita no cadastro de Pessoa Física CPF nº. 390.577.399.68, para que acompanhe e fiscalize o **Contrato nº. 084/2014**, de **ASTAB - ASSOCIAÇÃO DOS SERVIDORES PÚBLICOS DE TABAPORÃ - MT**, contrato de repasse de ajuda de custo para manutenção da Associação, serviços sobre a coordenação e fiscalização da Secretaria Municipal de Ação Social, o presente Termo de Contrato de Repasse de Ajuda de Custo terá inicio em Junho de 2014 e término em 31 de Dezembro de 2014, o repasse tem respaldo em autorização legislativa, em conformidade com a Lei Municipal nº. 952/2014 de 27 de Maio de 2014.
Artigo 2º – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se,
Publique-se;
Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito de Tabaporã – MT, em 02 de Junho de 2014.

PERCIVAL CARDOSO NOBREGA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Cristiane Bobbo
Código Identificador:5A4FCEEE

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº. 368/2014

PERCIVAL CARDOSO NOBREGA, Prefeito Municipal de Tabaporã, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas em Lei,

RESOLVE:

Artigo 1º. - **Designar** o Senhor **ALBERTO LEITE DE CASTRO**, Secretário Municipal de Desporto e Lazer, portador da Carteira de Identidade RG nº. 937.781 SSP/MT e inscrito no cadastro de Pessoa Física CPF nº. 465.507.391.87, para que acompanhe e fiscalize o **Contrato nº. 085/2014**, de **ASTAB - ASSOCIAÇÃO DOS SERVIDORES PÚBLICOS DE TABAPORÃ - MT**, contrato de repasse de ajuda de custo para manutenção da Associação, serviços sobre a coordenação e fiscalização da Secretaria Municipal de Desporto e Lazer, o presente Termo de Contrato de Repasse de Ajuda de Custo terá inicio em Junho de 2014 e término em 31 de Dezembro de 2014, o repasse tem respaldo em autorização legislativa, em conformidade com a Lei Municipal nº. 952/2014 de 27 de Maio de 2014.
Artigo 2º. – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se,
Publique-se;
Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito de Tabaporã – MT, em 02 de Junho de 2014.

PERCIVAL CARDOSO NOBREGA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Cristiane Bobbo
Código Identificador:817CF547

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº. 369/2014

PERCIVAL CARDOSO NOBREGA, Prefeito Municipal de Tabaporã, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas em Lei,

RESOLVE:

Artigo 1º. - **Designar** o Senhor **WALMIR BARRETO**, Secretário Municipal de Obras e Serviços Urbanos, portador da Carteira de Identidade RG nº. 2.162.944-7 SSP/MT e inscrito no cadastro de Pessoa Física CPF nº. 390.577.399.68, para que acompanhe e fiscalize o **Contrato nº. 086/2014**, de **ASTAB - ASSOCIAÇÃO DOS SERVIDORES PÚBLICOS DE TABAPORÃ - MT**, contrato de repasse de ajuda de custo para manutenção da Associação, serviços sobre a coordenação e fiscalização da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos, o presente Termo de Contrato de Repasse de Ajuda de Custo terá inicio em Junho de 2014 e término em 31 de Dezembro de 2014, o repasse tem respaldo em autorização legislativa, em conformidade com a Lei Municipal nº. 952/2014 de 27 de Maio de 2014.
Artigo 2º. – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se,
Publique-se;
Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito de Tabaporã – MT, em 02 de Junho de 2014.

PERCIVAL CARDOSO NOBREGA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Cristiane Bobbo
Código Identificador:6C6262CF

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº. 370/2014

PERCIVAL CARDOSO NOBREGA, Prefeito Municipal de Tabaporã, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas em Lei,

RESOLVE:

Artigo 1º. - **Designar** o Senhor **ANILTON DA SILVA PEREIRA**, Funcionário Público efetivo no cargo de Professor, eleito como ***Diretor Escolar,*** *durante o período de 03/02/2014 à 31/12/2015*, portador da Carteira de Identidade RG nº. 940.989 SSP/MT e inscrito no cadastro de Pessoa Física CPF nº. 593.846.031.04, para que acompanhe e fiscalize o seguinte contrato:

CONTRATO	NOME	CARGO
087/2014	Andréia Cristina Fliegner	Professora Leiga

Parágrafo Único – Tem por objeto, a presente designação, o acompanhamento e fiscalização direta das contratações dos profissionais temporários, que estarão atuando no **Centro de Educação Infantil "Estrelas do Amanhã"**, prestando serviços sobre a coordenação e fiscalização da Secretaria Municipal de Educação e Cultura, o prazo de duração dos contratos acima citados, será do período de 02/06/2014 com término em 19/12/2014, conforme Autorização Legislativa contida nas Leis Municipais nº. 836/2011, combinado com as Leis Municipais nº. 726/2009 e nº. 942/2014, **Processo Seletivo Simplificado nº. 001/2014** e, ainda pela previsão legal da Lei nº. 218/99, (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais).
Artigo 2º. – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se
Publique-se
Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito de Tabaporã – MT, em 02 de Junho de 2014.

PERCIVAL CARDOSO NOBREGA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Cristiane Bobbo
Código Identificador:AACF0397

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº. 371/2014

PERCIVAL CARDOSO NOBREGA, Prefeito Municipal de Tabaporã, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas em Lei,

RESOLVE:

Artigo 1º. - **Designar** a Senhora **DOLORES RODRIGUES RICIERI**, Funcionária Pública efetiva no cargo de Professora, eleita como ***Diretora Escolar,*** *durante o período de 28/01/2014 à 31/12/2015*, portadora da Carteira de Identidade RG nº. 1.003.565 SSP/MS e inscrita no cadastro de Pessoa Física CPF nº. 807.378.031.34, para que acompanhe e fiscalize o seguinte contrato:

CONTRATO	NOME	CARGO
088/2014	Viviane Dure Gwiazdecki	Apoio Administrativo Educacional Infraestrutura não profissionalizado

Parágrafo Único – Tem por objeto, a presente designação, o acompanhamento e fiscalização direta das contratações dos profissionais temporários, que estarão atuando na **Escola Municipal "Valdecir Dias Rodrigues"**, prestando serviços sobre a coordenação e fiscalização da Secretaria Municipal de Educação e Cultura, o prazo de duração dos contratos acima citados, será do período de 02/06/2014 com término em 19/12/2014, conforme Autorização Legislativa contida nas Leis Municipais nº. 836/2011, combinado com as Leis Municipais nº. 726/2009 e nº. 942/2014, **Processo Seletivo Simplificado nº. 001/2014** e, ainda pela previsão legal da Lei nº. 218/99, (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais).
Artigo 2º. – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se
Publique-se
Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito de Tabaporã – MT, em 02 de Junho de 2014.

PERCIVAL CARDOSO NOBREGA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Cristiane Bobbo
Código Identificador:B305FA25

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº. 372/2014

PERCIVAL CARDOSO NOBREGA, Prefeito Municipal de Tabaporã, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas em Lei,

RESOLVE:

Artigo 1º. - **Designar** a Senhora **LUCIA TELES PINTOR**, Funcionária Pública efetiva no cargo de Professora, eleita como ***Diretora Escolar,*** *durante o período de 27/01/2014 à 31/12/2015*, portadora da Carteira de Identidade RG nº. 33.691.441-6 SSP/SP e inscrita no cadastro de Pessoa Física CPF nº. 307.092.048.92, para que acompanhe e fiscalize o seguinte contrato:

CONTRATO	NOME	CARGO
089/2014	Meire Roseli Medeiros	Técnico de Desenvolvimento Infantil

Parágrafo Único – Tem por objeto, a presente designação, o acompanhamento e fiscalização direta das contratações dos profissionais temporários, que estarão atuando na **Escola Infantil e Fraternidade "Maria Romana Gava Baesso"**, prestando serviços

sobre a coordenação e fiscalização da Secretaria Municipal de Educação e Cultura, o prazo de duração dos contratos acima citados, será do período de 02/06/2014 com término em 19/12/2014, conforme Autorização Legislativa contida nas Leis Municipais nº. 836/2011, combinado com as Leis Municipais nº. 726/2009 e nº. 942/2014, **Processo Seletivo Simplificado nº. 001/2014** e, ainda pela previsão legal da Lei nº. 218/99, (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais).
Artigo 2º. – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se
Publique-se
Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito de Tabaporã – MT, em 02 de Junho de 2014.

PERCIVAL CARDOSO NOBREGA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Cristiane Bobbo
Código Identificador:7DD237F1

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº. 373/2014

PERCIVAL CARDOSO NOBREGA, Prefeito Municipal de Tabaporã, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas em Lei,

RESOLVE:

Artigo 1º. - **Designar** o Senhor **ANILTON DA SILVA PEREIRA**, Funcionário Público efetivo no cargo de Professor, eleito como ***Diretor Escolar,*** *durante o período de 03/02/2014 à 31/12/2015*, portador da Carteira de Identidade RG nº. 940.989 SSP/MT e inscrito no cadastro de Pessoa Física CPF nº. 593.846.031.04, para que acompanhe e fiscalize o seguinte contrato:

CONTRATO	NOME	CARGO
090/2014	Adriana Leite dos Santos	Professora

Parágrafo Único – Tem por objeto, a presente designação, o acompanhamento e fiscalização direta das contratações dos profissionais temporários, que estarão atuando no **Centro de Educação Infantil "Estrelas do Amanhã"**, prestando serviços sobre a coordenação e fiscalização da Secretaria Municipal de Educação e Cultura, o prazo de duração dos contratos acima citados, será do período de 02/06/2014 com término em 19/12/2014, conforme Autorização Legislativa contida nas Leis Municipais nº. 836/2011, combinado com as Leis Municipais nº. 726/2009 e nº. 942/2014, **Processo Seletivo Simplificado nº. 001/2014** e, ainda pela previsão legal da Lei nº. 218/99, (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais).
Artigo 2º. – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se
Publique-se
Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito de Tabaporã – MT, em 02 de Junho de 2014.

PERCIVAL CARDOSO NOBREGA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Cristiane Bobbo
Código Identificador:C377D3E0

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº. 374/2014

PERCIVAL CARDOSO NOBREGA, Prefeito Municipal de Tabaporã, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas em Lei,

RESOLVE:

Artigo 1º. - **Designar** o Senhor **WALMIR BARRETO**, Secretário Municipal de Obras e Serviços Urbanos, portador da Carteira de Identidade RG nº. 2.162.944-7 SSP/MT e inscrito no cadastro de Pessoa Física CPF nº. 390.577.399.68, para que acompanhe e fiscalize o **Contrato nº. 91/2014**, de **GRUPO SÃO PAULO DE TRANSPORTES LTDA – ME**, representada pelo senhor **Cesar Torremocha**, contratação de serviço de transporte rodoviário de carga, para transportar material Pedra Brita, Pedrisco e Pó de Pedra, em veículos do tipo carreta, da empresa Copacel Indústria e Comércio de Calcário e Cereais Ltda, do Município de Nobres – MT, rodovia BR 163, Km 477 para a cidade de Tabaporã MT, serviços sobre a coordenação e fiscalização da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos, o prazo de vigência está previsto em até 31/12/2014, podendo ser prorrogáveis havendo acordo entre as partes, nos termos do art. 57 da Lei nº 8.666/1993.
Artigo 2º – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se,
Publique-se;
Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito de Tabaporã – MT, em 02 de Junho de 2014.

PERCIVAL CARDOSO NOBREGA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Cristiane Bobbo
Código Identificador:07DCA49E

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº. 404/2014

PERCIVAL CARDOSO NOBREGA, Prefeito Municipal de Tabaporã, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas em Lei,

RESOLVE:

Artigo 1º. - **Designar** o Senhor **ADAIR JOSE SCHNEIDER**, Secretário Municipal de Educação e Cultura, portador da Carteira de Identidade RG nº. 50.584.422.85 SSP/RS e inscrito no cadastro de Pessoa Física CPF nº. 899.383.990.53, para que acompanhe e fiscalize o **Contrato nº. 092/2014**, de **GAZIN INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE MOVEIS E ELETRODOMESTICO LTDA**, representada pelo senhor **Eduardo Guimarães Moreno,** o objeto do presente Termo de Contrato é a aquisição de aparelhos de Ar Condicionados para ser utilizado na Escola Municipal "Lili Maria Kozen" no Município de Tabaporã - MT, serviços sobre a coordenação e fiscalização da Secretaria Municipal de Educação e Cultura, o prazo de vigência deste Termo de Contrato é de 12 (doze) meses, contados da assinatura do Contrato, em conformidade com o disposto no art. 67 da Lei n° 8.666/93
Artigo 2º – Esta Portaria retroage efeito a data do contrato 11/06/2014, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se,
Publique-se,
Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito de Tabaporã – MT, em 16 de Junho de 2014.

PERCIVAL CARDOSO NOBREGA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Cristiane Bobbo
Código Identificador:32851DA9

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº. 405/2014

PERCIVAL CARDOSO NOBREGA, Prefeito Municipal de Tabaporã, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas em Lei,

RESOLVE:

Artigo 1º. - **Designar** a Senhora **LUCIA TELES PINTOR**, Funcionária Pública efetiva no cargo de Professora, eleita como ***Diretora Escolar,*** *durante o período de 27/01/2014 à 31/12/2015*, portadora da Carteira de Identidade RG nº. 33.691.441-6 SSP/SP e inscrita no cadastro de Pessoa Física CPF nº. 307.092.048.92, para que acompanhe e fiscalize o seguinte contrato:

CONTRATO	NOME	CARGO
093/2014	Valdirene Batista de Oliveira Dias	Técnico de Desenvolvimento Infantil

Parágrafo Único – Tem por objeto, a presente designação, o acompanhamento e fiscalização direta das contratações dos profissionais temporários, que estarão atuando na **Escola Infantil e Fraternidade "Maria Romana Gava Baesso"**, prestando serviços sobre a coordenação e fiscalização da Secretaria Municipal de Educação e Cultura, o prazo de duração dos contratos acima citados, será do período de 16/06/2014 com término em 19/12/2014, conforme Autorização Legislativa contida nas Leis Municipais nº. 836/2011, combinado com as Leis Municipais nº. 726/2009 e nº. 942/2014, **Processo Seletivo Simplificado nº. 001/2014** e, ainda pela previsão legal da Lei nº. 218/99, (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais).
Artigo 2º. – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se,
Publique-se,
Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito de Tabaporã – MT, em 16 de Junho de 2014.

PERCIVAL CARDOSO NOBREGA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Cristiane Bobbo
Código Identificador:CD1CB5C7

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº. 407/2014.

PERCIVAL CARDOSO NOBREGA, Prefeito Municipal de Tabaporã, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas em Lei,

RESOLVE:

Artigo 1º. - **ELEVAR O TEMPO DE SERVIÇO** do Senhor **FLÁVIO APARECIDO DIAS**, brasileiro, solteiro, portador da Cédula de Identidade RG nº. 9.666.828-7 SESP/PR e inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas CPF sob o nº. 828.723.331.34, servidor admitido em 18/06/2012, no cargo de **Especialista da Saúde I – Educador Físico,** com matricula no RH nº. 1403, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, da **Classe A – Nível 01, para perceber na Classe A – Nível 02, correspondente ao valor de R$: 1.836,00 (Um Mil, Oitocentos e Trinta e Seis Reais),** *de acordo com a Lei Municipal nº. 842/2011 e suas alterações, e ainda, em conformidade com a Constituição Federal.*
Artigo 2º. - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Tabaporã - MT, em 18 de Junho de 2014.

PERCIVAL CARDOSO NOBREGA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Cristiane Bobbo
Código Identificador:3561F48C

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº. 408/2014.

PERCIVAL CARDOSO NOBREGA, Prefeito Municipal de Tabaporã, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas em Lei,

RESOLVE:

Artigo 1º. - **ELEVAR O TEMPO DE SERVIÇO** da Senhora **FLAVIA REGINA DA SILVA**, brasileira, solteira, portadora da Cédula de Identidade RG nº. 1.834.122-5 SSP/MT e inscrita no Cadastro de Pessoas Físicas CPF sob o nº. 023.614.511.82, servidora estável, admitida em 19/06/2008, no cargo de **Assistente Técnico da Saúde I – Auxiliar de Saúde Bucal,** com matricula no RH nº. 1130, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, da **Classe A – Nível 05, para perceber na Classe A – Nível 06, correspondente ao valor de R$: 828,06 (Oitocentos e Vinte e Oito Reais, Seis Centavos),** *de acordo com a Lei Municipal nº. 842/2011 e suas alterações, e ainda, em conformidade com a Constituição Federal.*
Artigo 2º. - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Tabaporã - MT, em 20 de Junho de 2014.

PERCIVAL CARDOSO NOBREGA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Cristiane Bobbo
Código Identificador:09EDA3DC

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº. 409/2014.

PERCIVAL CARDOSO NOBREGA, Prefeito Municipal de Tabaporã, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas em Lei,

RESOLVE:

Artigo 1º. - **ELEVAR O TEMPO DE SERVIÇO** do Senhor **KAIT ANGEL LEAO**, brasileiro, solteiro, portador da Cédula de Identidade RG nº. 8.245.189-7 SSP/PR e inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas CPF sob o nº. 040.082.109.54, servidor estável, admitido em 19/06/2006, no cargo de **Técnico da Saúde I – Técnico em Enfermagem,** com matricula no RH nº. 853, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, da **Classe A – Nível 07, para perceber na Classe A – Nível 08, correspondente ao valor de R$: 1.010,84 (Um Mil, Dez Reais, Oitenta e Quatro Centavos),** *de acordo com a Lei Municipal nº. 842/2011 e suas alterações, e ainda, em conformidade com a Constituição Federal.*
Artigo 2º. - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Tabaporã - MT, em 20 de Junho de 2014.

PERCIVAL CARDOSO NOBREGA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Cristiane Bobbo
Código Identificador:A387BC6B

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº. 410/2014

PERCIVAL CARDOSO NOBREGA, Prefeito Municipal de Tabaporã, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas em Lei,

RESOLVE:

Artigo 1º. - **Designar** o Senhor **JONAS RODRIGUES DOS SANTOS**, Secretário Municipal de Meio Ambiente e Turismo, portador da Carteira de Identidade RG nº. 2.855.027-7 SESP/MT e

inscrito no cadastro de Pessoa Física CPF nº. 858.349.989.68, para que acompanhe e fiscalize o **Contrato nº. 095/2014**, de **J. A. CASTILHO - ME**, representada pelo senhor **Jorge Aparecido Castilho, contratação da Banda com Show Musical, Palco, Som e Iluminação, para o evento do V Festival de Pesca que acontecerá no Município de Tabaporã - MT, nos dias 21 e 22/06/2014**, serviços sobre a coordenação e fiscalização da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Turismo, o prazo para a realização do evento será nos dias 21 à 22 de Junho de 2014, podendo ser prorrogado se haver interesse entre as partes, nos termos da Lei nº. 8.666/93.
Artigo 2º – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se,
Publique-se;
Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito de Tabaporã – MT, em 20 de Junho de 2014.

PERCIVAL CARDOSO NOBREGA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Cristiane Bobbo
Código Identificador:7A9AD510

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº. 411/2014

PERCIVAL CARDOSO NOBREGA, Prefeito Municipal de Tabaporã, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas em Lei,

RESOLVE:

Artigo 1º. - Designar o Senhor **ADAIR JOSE SCHNEIDER**, Secretário Municipal de Educação e Cultura, portador da Carteira de Identidade RG nº. 50.584.422.85 SSP/RS e inscrito no cadastro de Pessoa Física CPF nº. 899.383.990.53, para que acompanhe e fiscalize o **Contrato nº. 096/2014**, de **ERIVELTO RIBEIRO DE ALMEIDA-ME**, representada pelo senhor **Erivelto Ribeiro de Almeida,** contratação da empresa para a construção de 2.795,76M² de calçadas ecológica em concreto medindo 2,00 metros de largura em ruas e avenidas da Cidade de Tabaporã/MT, a fiscalização da execução da obra será exercida por Técnico responsável pela execução da obra, Engenheiro Joaquim Tolovi Junior, CREA nº. 1202740502, o prazo previsto de execução de 90 (noventa) dias, contados da data do recebimento da "ORDEM DE SERVIÇOS" para a execução da obra, promovendo, então, sua entrega em perfeitas condições de uso imediato, aplica-se a Lei nº 8.666/93 e o Código Civil Brasileiro ao presente contrato e em especial aos seus casos omissos.
Artigo 2º – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se,
Publique-se,
Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito de Tabaporã – MT, em 20 de Junho de 2014.

PERCIVAL CARDOSO NOBREGA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Cristiane Bobbo
Código Identificador:7A8C921E

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº. 412/2014

PERCIVAL CARDOSO NOBREGA, Prefeito Municipal de Tabaporã, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas em Lei,

RESOLVE:

Artigo 1º. - Designar o Senhor **ADAIR JOSE SCHNEIDER**, Secretário Municipal de Educação e Cultura, portador da Carteira de Identidade RG nº. 50.584.422.85 SSP/RS e inscrito no cadastro de Pessoa Física CPF nº. 899.383.990.53, para que acompanhe e fiscalize o **Contrato nº. 097/2014**, de **RIGOTTI E RIGOTTI LTDA - ME**, representada pelo senhor **Paulo Cesar Rigotti,** tem o objeto a contratação da empresa para o fornecimento de material de parte elétrica para manutenção da frota de veículos da Secretaria Municipal de Educação e Cultura e Secretaria Municipal de Saúde, serviços sobre a coordenação e fiscalização da Secretaria Municipal de Educação e Cultura, o prazo tem vigência prevista em até 31.12.2014, podendo ser prorrogado através de termo aditivo, nos termos do Art. 57 da Lei 8.666/93
Artigo 2º – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se,
Publique-se,
Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito de Tabaporã – MT, em 20 de Junho de 2014.

PERCIVAL CARDOSO NOBREGA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Cristiane Bobbo
Código Identificador:7982DBD9

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº. 413/2014

PERCIVAL CARDOSO NOBREGA, Prefeito Municipal de Tabaporã, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas em Lei,

RESOLVE:

Artigo 1º. - Designar o Senhor **WALMIR BARRETO**, Secretário Municipal de Obras e Serviços Urbanos, portador da Carteira de Identidade RG nº. 2.162.944-7 SSP/MT e inscrito no cadastro de Pessoa Física CPF nº. 390.577.399.68, para que acompanhe e fiscalize o **Contrato nº. 098/2014**, de **EDSON PEREIRA - ME**, representada pelo senhor **Edson Pereira,** tem o objeto a contratação da empresa para o fornecimento de material de parte elétrica e serviços para manutenção da frota de veículos da secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos, serviços sobre a coordenação e fiscalização da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos, o prazo tem vigência prevista em até 31.12.2014, podendo ser prorrogado através de termo aditivo, nos termos do Art. 57 da Lei 8.666/93
Artigo 2º – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se,
Publique-se,
Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito de Tabaporã – MT, em 20 de Junho de 2014.

PERCIVAL CARDOSO NOBREGA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Cristiane Bobbo
Código Identificador:C92F5116

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº. 414/2014.

PERCIVAL CARDOSO NOBREGA, Prefeito Municipal de Tabaporã, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas em Lei,

RESOLVE:

Artigo 1º. - **ELEVAR O TEMPO DE SERVIÇO** do Senhor **ROGERIO DOS SANTOS**, brasileiro, solteiro, portador da Cédula de Identidade RG nº. 18.334.027-0 SSP/MT e inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas CPF sob o nº. 026.473.581.17, servidor estável, admitido em 23/06/2006, no cargo de **Agente de Saúde I – Agente de Combate as Endemias,** com matricula no RH nº. 825, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, da **Classe C – Nível 07, para perceber na Classe C – Nível 08, correspondente ao valor de R$: 897,35 (Oitocentos e Noventa e Sete Reais, Trinta e Cinco Centavos),** *de acordo com a Lei Municipal nº. 842/2011 e suas alterações, e ainda, em conformidade com a Constituição Federal.*
Artigo 2º. - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Tabaporã - MT, em 23 de Junho de 2014.

PERCIVAL CARDOSO NOBREGA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Cristiane Bobbo
Código Identificador:5DAF54F6

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº. 415/2014

PERCIVAL CARDOSO NOBREGA, Prefeito Municipal de Tabaporã, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas em Lei,

RESOLVE:

Artigo 1º. – CONCEDER *"FÉRIAS PROPORCIONAIS", de 15 (Quinze) dias, iniciando-se em 23*/06/2014, com término em 07/07/2014, *referente ao período aquisitivo de 17/10/2012 à 16/10/2013,* ao servidor ***GERALDINO VIANA DA SILVA,*** brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade RG nº. 553.315-5 SSP/MT e inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas CPF sob o nº. 384.578.731.72, servidor com matricula no RH nº. 1426, no cargo de **Técnico de Nível Superior III – Advogado**, lotado no Gabinete de Planejamento e Coordenação Geral desta Prefeitura, de acordo com a Lei Municipal nº 218/1999, Art. 87, e ainda, com a Constituição Federal.
Artigo 2º. - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Tabaporã/MT, em 23 de Junho de 2014.

PERCIVAL CARDOSO NOBREGA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Cristiane Bobbo
Código Identificador:9EB72608

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº. 416/2014

PERCIVAL CARDOSO NOBREGA, Prefeito Municipal de Tabaporã, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas em Lei,

RESOLVE:

Artigo 1º. – CONCEDER *"FÉRIAS", de 30 (Trinta) dias, iniciando-se em 23*/06/2014, com término em 22/07/2014, *referente ao período aquisitivo de 01/04/2012 à 31/03/2013*, ao servidor ***ORLANDO BONTEMPO,*** brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade RG nº. 8.754.608 SSP/SP e inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas CPF sob o nº. 021.800.028.66, servidor com matricula no RH nº. 231, no cargo de **Agente da Administração Pública III - Tratorista**, lotado na Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos desta Prefeitura, de acordo com a Lei Municipal nº 218/1999, Art. 87, e ainda, com a Constituição Federal.
Artigo 2º. - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Tabaporã/MT, em 23 de Junho de 2014.

PERCIVAL CARDOSO NOBREGA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Cristiane Bobbo
Código Identificador:0734A698

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº. 417/2014

PERCIVAL CARDOSO NOBREGA, Prefeito Municipal de Tabaporã, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas em Lei,

RESOLVE:

Artigo 1º. - **ELEVAR TEMPO DE SERVIÇO** da Servidora **LUCIA MARISTELA SPOHR JUSTEN,** brasileira, viúva, portadora da Cédula de Identidade RG nº. 2.330.112-0 SSP/MT e inscrita no Cadastro de Pessoas Físicas CPF sob o nº. 245.695.000.30, servidora estável, admitida em 02/05/1994, no cargo de **Professora**, com matricula no RH nº. 75, lotada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura desta Prefeitura, da **Classe D – Nível 3,** para perceber na categoria da **Classe E – Nível 3, correspondente ao valor de R$: 2.797,22 (Dois Mil, Setecentos e Noventa e Sete Reais, Vinte e Dois Centavos),** *de acordo com a Lei Municipal nº. 836/2011, Art. 45, caput e §2º, combinado com Art. 76, § 1º e suas alterações, e ainda, de acordo com a Constituição Federal.*
Artigo 2º. – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Tabaporã/MT, em 23 de Junho de 2014.

PERCIVAL CARDOSO NOBREGA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Cristiane Bobbo
Código Identificador:0E6A710D

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº. 418/2014

PERCIVAL CARDOSO NOBREGA, Prefeito Municipal de Tabaporã, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas em Lei,

RESOLVE:

Artigo 1º. - Conceder **LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE** a Senhora **IRES FREESE,** brasileira, solteira, portadora da Cédula de Identidade RG nº. 1.596.870-7 SSP/MT e inscrita no Cadastro de Pessoas Físicas CPF sob o nº. 007.114.311.40, servidora estável, no cargo de **Apoio Administrativo Educacional Infra estrutura não Profissionalizante**, com matricula no RH nº. 283, lotada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura desta Prefeitura – MT, de acordo com Lei Municipal nº 218/99, Art. 73-I e de acordo com a Constituição Federal.
Artigo 2º. – Fica determinado ao Departamento de Recursos Humanos, afastar a servidora acima mencionada da Folha de Pagamento da Prefeitura Municipal, a partir da data de 25/06/2014, transferindo os encargos salarial ao Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores Públicos Municipal de Tabaporã (Previporã), até a alta atestada pela equipe médica perita, em conformidade com as Leis 482/2004 e a Lei 218/1999, art. 73, inciso I, §§ 2º, 3º e os Art. 74 a 76 e suas alterações.
Artigo 3º. - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Tabaporã - MT, em 23 de Junho de 2014.

PERCIVAL CARDOSO NOBREGA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Cristiane Bobbo
Código Identificador:613727CB

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº. 419/2014.

PERCIVAL CARDOSO NOBREGA, Prefeito Municipal de Tabaporã, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas em Lei,

RESOLVE:

Artigo 1º. - **ELEVAR O TEMPO DE SERVIÇO** do Senhor **DEVAIR SCAVAZINI**, brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade RG nº. 5.366.377-0 SSP/PR e inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas CPF sob o nº. 742.666.169.53, servidor estável, admitido em 26/06/2012, no cargo de **Agente da Administração Pública – Operador de Pá Carregadeira,** com matricula no RH nº. 1404, lotado na Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos, da **Classe A – Nível 01 para perceber na Classe A – Nível 02, correspondente ao valor de R$: 1.440,24 (Um Mil, Quatrocentos e Quarenta Reais, Vinte e Quatro Centavos),** *de acordo com a Lei Municipal nº. 840/2011 e suas alterações, e ainda, em conformidade com a Constituição Federal.*
Artigo 2º. - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Tabaporã - MT, em 23 de Junho de 2014.

PERCIVAL CARDOSO NOBREGA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Cristiane Bobbo
Código Identificador:50EBFD2A

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº. 420/2014.

PERCIVAL CARDOSO NOBREGA, Prefeito Municipal de Tabaporã, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas em Lei,

RESOLVE:

Artigo 1º. - **ELEVAR O TEMPO DE SERVIÇO** do Senhor **JOSE AILTON MATOS**, brasileiro, solteiro, portador da Cédula de Identidade RG nº. 505.162 SSP/MT e inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas CPF sob o nº. 275.612.831.72, servidor estável, admitido em 26/06/2006, no cargo de **Agente de Apoio a Saúde I – Vigia,** com matricula no RH nº. 831, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, da **Classe A – Nível 07, para perceber na Classe A – Nível 08, correspondente ao valor de R$: 724,00 (Setecentos e Vinte e Quatro Reais),** *de acordo com a Lei Municipal nº. 842/2011 e suas alterações, e ainda, em conformidade com a Constituição Federal.*
Artigo 2º. - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Tabaporã - MT, em 23 de Junho de 2014.

PERCIVAL CARDOSO NOBREGA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Cristiane Bobbo
Código Identificador:BC4A878E

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº. 421/2014

PERCIVAL CARDOSO NOBREGA, Prefeito Municipal de Tabaporã, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas em Lei,

RESOLVE:

Artigo 1º. – CONCEDER *"FÉRIAS", de 30 (Trinta) dias, iniciando-se em 27*/06/2014, com término em 26/07/2014, *referente ao período aquisitivo de 20/03/2013 à 19/03/2014*, ao servidor ***JOAO CIRLEI ROSOLEM*,** brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade RG nº. 3.953.042-2 SSP/PR e inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas CPF sob o nº. 518.861.549.53, servidor com matricula no RH nº. 950, no cargo de **Apoio Administrativo Educacional Vigilância Profissionalizado**, lotado na Secretaria Municipal de Educação e Cultura desta Prefeitura, de acordo com a Lei Municipal nº 218/1999, Art. 87, e ainda, com a Constituição Federal.
Artigo 2º. - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Tabaporã/MT, em 23 de Junho de 2014.

PERCIVAL CARDOSO NOBREGA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Cristiane Bobbo
Código Identificador:D015C432

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº. 422/2014.

PERCIVAL CARDOSO NOBREGA, Prefeito Municipal de Tabaporã, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas em Lei,

RESOLVE:

Artigo 1º. - **ELEVAR O TEMPO DE SERVIÇO** do Senhor **EVERSON LUIS CREMONEZ**, brasileiro, solteiro, portador da Cédula de Identidade RG nº. 4.585.150-8 SSP/PR e inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas CPF sob o nº. 158.913.828.73, servidor estável, admitido em 29/06/2006, no cargo de **Especialista da Saúde V – Cirurgião Dentista,** com matricula no RH nº. 834, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, da **Classe B – Nível 07, para perceber na Classe B – Nível 08, correspondente ao valor de R$: 3.651,67 (Três Mil, Seiscentos e Cinqüenta e Um Reais, Sessenta e Sete Centavos),** *de acordo com a Lei Municipal nº. 842/2011 e suas alterações, e ainda, em conformidade com a Constituição Federal.*
Artigo 2º. - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Tabaporã - MT, em 23 de Junho de 2014.

PERCIVAL CARDOSO NOBREGA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Cristiane Bobbo
Código Identificador:2CC46C86

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº. 423/2014.

PERCIVAL CARDOSO NOBREGA, Prefeito Municipal de Tabaporã, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas em Lei,

RESOLVE:

Artigo 1º. - **ELEVAR O TEMPO DE SERVIÇO** do Senhor **JOSE ANTONIO RODRIGUES**, brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade RG nº. 7.317.009 SSP/SP e inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas CPF sob o nº. 710.769.488.04, servidor estável, admitido em 29/06/2006, no cargo de **Agente da Administração Pública II – Motorista,** com matricula no RH nº. 835, lotado na Secretaria Municipal de Ação Social, da **Classe A – Nível 07 para perceber na Classe A – Nível 08, correspondente ao valor de R$: 1.263,55 (Um Mil, Duzentos e Sessenta e Três Reais, Cinqüenta e Cinco Centavos),** *de acordo com a Lei Municipal nº. 840/2011 e suas alterações, e ainda, em conformidade com a Constituição Federal.*
Artigo 2º. - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Tabaporã - MT, em 23 de Junho de 2014.

PERCIVAL CARDOSO NOBREGA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Cristiane Bobbo
Código Identificador:CA7EED57

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº. 424/2014.

PERCIVAL CARDOSO NOBREGA, Prefeito Municipal de Tabaporã, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas em Lei,

RESOLVE:

Artigo 1º. - ELEVAR O TEMPO DE SERVIÇO do Senhor **AILSON DA SILVA SANTOS**, brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade RG nº. 731.085-4 SSP/MT e inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas CPF sob o nº. 538.113.131.34, servidor estável, admitido em 30/06/2003, no cargo de **Agente da Administração Pública III – Pedreiro,** com matricula no RH nº. 12, lotado na Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos, da **Classe C – Nível 10 para perceber na Classe C – Nível 11, correspondente ao valor de R$: 1.258,00 (Um Mil, Duzentos e Cinqüenta e Oito Reais),** *de acordo com a Lei Municipal nº. 840/2011 e suas alterações, e ainda, em conformidade com a Constituição Federal.*
Artigo 2º. - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Tabaporã - MT, em 23 de Junho de 2014.

PERCIVAL CARDOSO NOBREGA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Cristiane Bobbo
Código Identificador:93256EAF

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº. 425/2014.

PERCIVAL CARDOSO NOBREGA, Prefeito Municipal de Tabaporã, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas em Lei,

RESOLVE:

Artigo 1º. - ELEVAR O TEMPO DE SERVIÇO da Senhora **ALESSANDRA APARECIDA GALVAO**, brasileira, solteira, portadora da Cédula de Identidade RG nº. 1.534.212-3 SSP/MT e inscrita no Cadastro de Pessoas Físicas CPF sob o nº. 004.090.241.20, servidora estável, admitida em 30/06/2006, no cargo de **Técnico de Nível Médio I – Agente Administrativo**, com matricula no RH nº. 852, lotada na Secretaria Municipal de Administração desta Prefeitura **da Classe E – Nível 07 para perceber na Classe E – Nível 08, correspondente ao valor de R$: 1.495,59 (Um Mil, Quatrocentos e Noventa e Cinco Reais, Cinqüenta e Nove Centavos),** *de acordo com a Lei Municipal nº. 840/2011 e suas alterações, e ainda, em conformidade com a Constituição Federal.*
Artigo 2º. - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Tabaporã - MT, em 23 de Junho de 2014.

PERCIVAL CARDOSO NOBREGA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Cristiane Bobbo
Código Identificador:2795F6E9

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº. 426/2014

PERCIVAL CARDOSO NOBREGA, Prefeito Municipal de Tabaporã, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas em Lei,

RESOLVE:

Artigo 1º. – CONCEDER *"FÉRIAS", de 30 (Trinta) dias, iniciando-se em 30/06/2014,* com término em 29/07/2014, *referente ao período aquisitivo de 15/05/2013 à 14/05/2014,* a servidora ***VIVIAN ALVES DO NASCIMENTO MARQUES*****,** brasileira, casada, portadora da Cédula de Identidade RG nº. 1.833.959-0 SSP/MT e inscrita no Cadastro de Pessoas Físicas CPF sob o nº. 016.819.211.03, servidora com matricula no RH nº. 1004, no cargo de **Técnico de Nível Médio I – Agente Administrativo**, lotada na Secretaria Municipal de Finanças desta Prefeitura, de acordo com a Lei Municipal nº 218/1999, Art. 87, e ainda, com a Constituição Federal.
Artigo 2º. - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Tabaporã/MT, em 23 de Junho de 2014.

PERCIVAL CARDOSO NOBREGA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Cristiane Bobbo
Código Identificador:F9849170

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº. 427/2014

PERCIVAL CARDOSO NOBREGA, Prefeito Municipal de Tabaporã, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas em Lei,

RESOLVE:

Artigo 1º. – CONCEDER *"LICENÇA PRÊMIO PROPORCIONAL", pelo período de 30 (Trinta) dias, iniciando-se em 30/06/2014 com término em 29/07/2014**, do período aquisitivo de 03/03/2008 à 02/03/2013, sem prejuízo de sua remuneração* ao Senhor **ADEMIR GIROTO JUNIOR**, brasileiro, solteiro, portador da Cédula de Identidade RG nº. 1.307.505-5 SSP/MT e inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas CPF sob o nº. 939.435.631.20, servidor **estável,** com matricula no RH nº. 1076, no cargo de **Técnico Administrativo Educacional Profissionalizado,** lotado na Secretaria Municipal de Educação e Cultura desta Prefeitura, de acordo com o Titulo V; Capitulo II; Seção III da Lei Municipal nº 836/2011 e suas alterações, e ainda com a Constituição Federal.
Artigo 2º. - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Tabaporã/MT, em 24 de Junho de 2014.

PERCIVAL CARDOSO NOBREGA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Cristiane Bobbo
Código Identificador:8A910A29

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº. 428/2014

CONVOCAR O CANDIDATO APROVADO NO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 001/2014 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PERCIVAL CARDOSO NOBREGA, Prefeito Municipal de Tabaporã, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas em Lei,
RESOLVE:

Artigo 1º - Convocar o candidato abaixo relacionado, aprovado no Processo seletivo Simplificado 001/2014, realizado no período de 10/03/2014 a 05/05/2014, para comparecerem no prazo máximo de

30 (trinta) dias, da publicação desta, na sede da Secretaria Municipal de Administração, anexo a Prefeitura de Tabaporã, sito a Avenida Comendador José Pedro Dias, 979-N, Centro, no horário das 07:00 ás 11:00 e das 13:00 as 17:00 hs., para comprovação dos requisitos exigidos no Edital de abertura do Processo Seletivo Simplificado 001/2014, apresentando o rol de documentos abaixo listados, e tomar posse de seu respectivo cargo.

ORIGINAIS E CÓPIA:
· ***01 foto 3x4;***
· ***Apresentar comprovante de exame de Sanidade Física e Mental, que deverá ser realizado em qualquer Unidade de Saúde Publica do Município (Documento Original);***
· ***Declaração de bens e valores;***
· ***Declaração de não estar exercendo acumulação ilegal de cargos públicos;***
· ***Apresentar número de Conta Corrente, Poupança ou Salário – "Cadastrada Junto ao Banco do Brasil" (para fins de pagamento em conta).***

FOTOCÓPIAS: - (01 via de cada)
· *Cédula de Identidade/RG;*
· *Cadastro de Pessoas Físicas/CPF;*
· *Certidão de Nascimento ou Casamento;*
· *RG e CPF do Cônjuge (esposo ou esposa);*
· *Certidão de Nascimento dos filhos dependentes;*
· *Carteira de Vacina dos filhos menores de 06 (seis) anos;*
· *Declaração de matricula dos filhos até 14 anos.*
· *Carteira Nacional de Habilitação;*
· *Título de Eleitor;*
· *Último comprovante de votação;*
· *Reservista ou alistamento militar (sexo masculino);*
· *Pasep ou Pis;*
· *CTPS – Carteira de Trabalho*
· *Documentos de escolaridade conforme a exigência do cargo;*
· *Comprovante de residência.*

CONVOCADO:

INSCRIÇÃO	APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL - INFRAESTRUTURA Localidade: P.A. MERCEDES BENZ I e II – Tabaporã
612	VANDERLEIA DURE GWIAZDECKI

Artigo 2º - O não comparecimento no prazo legal implicará na desistência dos aprovados e/ou classificados convocados, podendo a Prefeitura de Tabaporã, convocar o imediatamente posterior, obedecendo à ordem de classificação.
Artigo 3º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, revogando as disposições em contrário.

Registre-se;
Publique-se;
Cumpra-se;

Gabinete do Prefeito de Tabaporã/MT, em 24 de Junho de 2014.

PERCIVAL CARDOSO NOBREGA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Cristiane Bobbo
Código Identificador:191BD86B

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº. 429/2014

O Prefeito de Tabaporã, Estado de Mato Grosso, Sr. PERCIVAL CARDOSO NOBREGA, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas em Lei,

RESOLVE:

Artigo 1° – RETORNAR DO AUXÍLIO DOENÇA a partir do dia 02/06/2014, o Senhor **AMASSES LEANDRO BEUTLER,** brasileiro, solteiro, portador da Cédula de Identidade RG nº. 12R-2.855.663 SSP/SC e inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas CPF sob o nº. 867.508.959.72, servidor efetivo, no cargo de **Técnico de Nível Superior III – Médico Veterinário**, com matricula no RH nº. 1144, lotado na Secretaria Municipal de Agricultura, Indústria e Comercio desta Prefeitura, de acordo com o Art. 76 da Lei Municipal nº. 218/99 e da Constituição Federal.
Artigo 2º – Esta Portaria entra em vigor na data de sua Publicação, retroagindo seus efeitos a data de retorno do Auxílio Doença, 02/06/2014 e revogando - se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Tabaporã – MT, em 24 de Junho de 2014.

PERCIVAL CARDOSO NOBREGA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Cristiane Bobbo
Código Identificador:684C8831

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº. 430/2014

PERCIVAL CARDOSO NOBREGA, Prefeito Municipal de Tabaporã, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas em Lei,

RESOLVE:

Art. 1º - REVOGAR a Portaria nº 506/2011, de 27/09/2011**, da Senhora KATIA APARECIDA DE PAULA GOMES,** servidora estável no cargo de **TÉCNICO DA SAUDE I - ESCRITURARIO,** devido a mesma não mais responder por nenhum sistema informatizado do SUS**,** de acordo com a Lei Municipal nº. 842/2011, Art. 27, inciso III.

Artigo 2º – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua Publicação retroagindo seus efetivos a data de sua assinatura e revogando - se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Tabaporã - MT, em 24 de Junho de 2014.

PERCIVAL CARDOSO NOBREGA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Cristiane Bobbo
Código Identificador:7C9D0901

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE TANGARÁ DA SERRA

ASSESSORIA JURÍDICA
EXTRATO DO CONTRATO Nº093/ADM/2014

MUNICÍPIO DE TANGARÁ DA SERRA-MT/ RODRIGO DE OLIVEIRA AMADO/ CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NO PLANEJAMENTO E REALIZAÇÃO DE EVENTOS, PARA PROMOVER O "XIII ARRAIÁ DA SERRA" NO PERÍODO DE 27, 28 E 29 DE JUNHO DE 2014, PARA ATENDER A NECESSIDADE DA SECRETARIA DE TURISMO/ **R$29.660,00**/ DATA DA ASSINATURA: 24/06/2014.

Publicado por:
Priscila Cristina Fernandes
Código Identificador:4D43BF27

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº 044/2014

PREGÃO PRESENCIAL Nº 044/2014. O MUNICÍPIO DE TANGARÁ DA SERRA-MT, através da Pregoeira, nomeada pela Portaria nº 338/GP/2014 de 10.06.2014, torna público para conhecimento dos interessados, que fará realizar no dia **17 DE JULHO 2014, às 08:00 horas,** na Sala de Licitações da Prefeitura, localizada na Avenida Brasil nº 2.350-N, 2º Piso, Jardim Europa, Licitação, na modalidade Pregão Presencial, do Tipo Menor preço por Item. Objeto **REGISTRO DE PREÇOS,** para futura e eventual

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PODA, REMOÇÃO E CORTE DE ÁRVORES DE GRANDE, MÉDIO E PEQUENO PORTE, INCLUINDO A RETIRADA E DESCARTE DE TODO RESÍDUO SÓLIDO GERADO PELO SERVIÇO, a fim de atender necessidades das Secretarias deste Município, conforme especificações constantes dos Anexos II e III do Edital**,**. O edital completo estará disponível para acesso dos interessados à partir do **dia 30 de Junho de 2014**, através do site: http://www.tangaradaserra.mt.gov.br/Licitacoes/. Demais Informações poderão ser obtidas junto ao Departamento de Licitações, através do telefone 65-3311-4800.

Tangará da Serra- MT, 26 de Junho de 2014.

MARIA ALVES DE SOUZA
Chefe do Departamento de Licitações.

Publicado por:
Tatiana Ávila Grigoletti
Código Identificador:B7B28963

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
AVISO DE RETIFICAÇÃO- PREGÃO PRESENCIAL Nº 037/2014

AVISO DE RETIFICAÇÃO- PREGÃO PRESENCIAL Nº 037/2014. OBJETO **REGISTRO DE PREÇOS,** para futura e eventual **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUTAR SERVIÇOS COM FORNECIMENTO DE PEÇAS ORIGINAIS OU DE PRIMEIRA LINHA E SERVIÇOS SEM FORNECIMENTO DE PEÇAS, PARA MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DE VEÍCULOS OPERACIONAIS (AUTOMÓVEIS LEVES, CAMIONETES, VANS, ÔNIBUS, CAMINHÕES, MOTOS E MÁQUINAS PESADAS)** independente de marca, modelo e categoria, para atendimento da frota de veículos do Município de Tangará da Serra, conforme especificações constantes do Termo de Referência, (Anexos II e III) do edital. O MUNICÍPIO DE TANGARÁ DA SERRA-MT, através do Departamento de Licitações, torna público que, considerando questionamento ao edital do certame, promoveu retificação no instrumento convocatório, relativamente ao valor estimado do lote 09 do Anexo III. Mantém-se o prazo inicialmente estabelecido, posto que a alteração não influencia na elaboração de propostas. O edital alterado poderá ser acessado através do site www.tangaradaserra.mt.gov.br. e Informações através do telefone 65-3311-4800.

Tangará da Serra, 26 de Junho de 2014.

MARIA ALVES DE SOUZA
Chefe de Departamento de Licitações.

Publicado por:
Tatiana Ávila Grigoletti
Código Identificador:B26AEB29

SAMAE - SERVIÇO AUTONÔMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO
AVISO DE ABERTURA - PREGÃO PRESENCIAL Nº. 015/2014/SAMAE

O **SAMAE – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Tangará da Serra - Mato Grosso,** através do Setor de Licitação, torna público para conhecimento dos interessados, que fará realizar Licitação na Modalidade **PREGÃO Nº. 015/2014/SAMAE,** para seleção da melhor proposta pelo **MENOR PREÇO GLOBAL ,** tendo como objeto a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAR SERVIÇO DE METALÚRGICA E MÃO DE OBRA PARA CONSERTO DA ESTAÇÃO DE TRATAMENTO DE ÁGUA LOCALIZADA NA AGROVILA 02, NO ASSENTAMENTO ANTONIO CONSELHEIRO.** A abertura do certame está prevista para as **08h00min do dia 10 de Julho de 2014**. O horário de funcionamento do SAMAE de Tangará da Serra/MT**,** na Avenida Brasil, nº 2350-N, Paço Municipal - Anexo, Jardim Europa é de segunda a sexta-feira, exceto feriados, das 07h30m às 11h30m e das 13h30m às 17h30m. O Edital completo poderá ser retirado no site: www.samaetga.com.br/publicacoes. Fone/Fax para contato: (65) 3311–6504 / 3311-6518.

Tangará da Serra/MT, 26 de Junho de 2014.

PABLO RODRIGO PEREZ SELLE
Coordenador do Setor de Licitação - SAMAE

Publicado por:
Andrea Eulalia Ribeiro de Almeida
Código Identificador:4E041F47

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE TAPURAH

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº165/2014/GP/PMT, 24 DE JUNHO DE 2014.

"DISPÕE SOBRE A INSTAURAÇÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O Sr. LUIZ UMBERTO EICKHOFF, Prefeito Municipal de Tapurah, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais:
R E S O L V E
Art. 1º. Determinar com fulcro nos Arts. 143 e 149 da Lei 8.112, de 11 de Dezembro de 1990, e Arts. 175, 176 e 177 da Lei Complementar Municipal 015/2009, de 27 de Novembro de 2009 a Instauração de Processo Administrativo Disciplinar em desfavor da Servidora Publica Municipal Sra. VANIA DA SILVA BORGES, ocupante do cargo efetivo de AGENTE COMUNITARIO DE SAUDE, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, nos termos da denuncia relatada pelo Memorando Interno nº 080/2014 – Secretaria Municipal de Saúde onde relata que a servidora não esta residindo na área de atuação, conforme exigido pelo edital do processo seletivo público 001/2012.
Art. 2º. A comissão que deliberará sobre os fatos em questão, está constituída nos termos da Portaria nº 160/2013/GP/PMT, de 21 de maio de 2013, alterada pela Portaria nº 269/2013 de 08 de outubro de 2013, sob a Presidência da Sra. CINTIA FABIANA RINCAO.
Art. 3º. O serviço de secretariado, segundo determinação da presidência e o devido registro em Ata, será desempenhado por um dos demais membros da Comissão Permanente de Processos Administrativos Disciplinares e Sindicância – CPPADS, nomeados pela Portaria nº 160/2013/GP/PMT de 21 de maio de 2013 e alterada pela Portaria nº 269/2013 de 08 de outubro de 2013.
Art. 4º. Deliberar que os membros da Comissão poderão reportar-se diretamente aos demais órgãos da Administração Pública, em diligências necessárias à instrução processual.
Art. 5º. O prazo regular da instrução será de 90 (noventa) dias, admitida a prorrogação por igual prazo ou a continuidade excepcional do instrutório, sob motivação, para garantir o esclarecimento dos fatos e o exercício pleno da defesa.
Art. 6º. A presente portaria entrará em vigor na data de sua publicação.
Art. 7º. Revogam-se todas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Tapurah, Estado de Mato Grosso, aos vinte e quatro dias do mês de junho do ano de dois mil e quatorze.

Registre-se,
Publique-se,
Cientifique-se,
CUMPRA-SE:

LUIZ UMBERTO EICKHOFF
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marcos Woicichoski
Código Identificador:7ABF6151

GABINETE DO PREFEITO
PREFEITURA MUNICIPAL DE TAPURAH-MT

A Prefeitura Municipal de Tapurah, CNPJ: 24.772.253/0001-41, torna-se público, que esta requerendo da Secretaria de Estado de Meio Ambiente-SEMA, a Licença Prévia (LP) e Licença de Instalação (LI) da "Pavimentação da Rodovia MT 010 trecho: Distrito de Novo Eldorado (MT 449) até o Rio Verde, divisa com município de sorriso localizado no perímetro rural do município de Tapurah - MT.

Publicado por:
Wenda Moreira Bicalho
Código Identificador:470F140B

GABINETE DO PREFEITO
PREFEITURA MUNICIPAL DE TAPURAH-MT

A Prefeitura Municipal de Tapurah, CNPJ: 24.772.253/0001-41, torna-se público, que esta requerendo da Secretaria de Estado de Meio Ambiente-SEMA, a Licença Prévia (LP) e Licença de Instalação (LI) da abertura de 5,71 km da estrada municipal São Paulo, entre a MT 338 e a MT 242, chegando à MT 242, localizado no perímetro rural do município de Tapurah - MT.

Publicado por:
Wenda Moreira Bicalho
Código Identificador:9420C69A

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO N.º 064/2014 DE 20 DE JUNHO DE 2014

DISPÕES SOBRE A DOAÇÃO DE BEM IMÓVEL AO FUNDO DE ARRENDAMENTO RESIDENCIAL – FAR, REPRESENTADO PELA CAIXA ECONÔMICA FEDERAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Tapurah-MT, Sr. Luiz Umberto Eickhoff, no uso de suas atribuições legais que lhes confere a lei orgânica do município, e,

Considerando o que dispõe a Lei 1029/2014, que desafetou e autoriza a doação do bem imóvel indicado neste Decreto para fins de construção de unidades habitacionais no âmbito do Programa Minha Casa Minha Vida, operado pela Caixa Econômica Federal,

DECRETA

Art. 1º. – Fica doado ao Fundo de Arrendamento Residencial – FAR, instituído pela Lei Federal no. 10.188 de 12.02.2001, administrado pela Caixa Econômica Federal, o seguinte bem:

MEMORIAL DESCRITIVO
DESMEMBRAMENTO DA QUADRA 45-A DE MATRÍCULA Nº 2.945 DO CARTÓRIO DO 1º OFICIO DE IMÓVEIS, TITULOS E DOCUMENTOS DA COMARCA DE TAPURAH-MT

OBJETIVO:
O presente memorial tem por objetivo descrever o desmembramento da quadra 45-A em três quadras de nome 45-A1, 45-A2 (sendo cada uma com 12 lotes) e Área Verde. Esta subdivisão da quadra 45-A vem para atender ao programa de casas populares Meu Lar no Sub Programa To Feliz.

DESCRIÇÃO DAS ÁREAS:
2.1) ÁREA TOTAL QUADRA 45-A =12.000,00m²
2.1.1) ÁREA DA QUADRA 45-A1=2.550,00m²
2.1.2) ÁREA DA QUADRA 45-A2 = 2.550,00 m²
2.1.3) ÁREA DA ÁREA VERDE = 5.700,00 m²
2.1.4) ÁREA DAS RUAS = 1.200,00 m²

DESCRIÇÃO DAS QUADRAS E LOTES:
3.1) QUADRA 45-A1:
ÁREA= 2.550,00m²
NÚMERO DE LOTES=12

Limites e Confrontações:

NORTE – Na extensão de 60 metros com aAvenida Sergipe;
SUL – Na extensão de 60 metros com a RuaProjetada 01**;**
LESTE – Na extensão de 42,50 metros com a Rua das Palmeiras;
OESTE – Na extensão de 42,50 metros com a Ruados Cedros.

3.1.1) DESCRIÇÃO DOS LOTES:
DE QUEM DA AVENIDA SERGIPE OLHA:
3.1.1.1) LOTE 01
ÁREA = 212,50 m²

LIMITES E CONFRONTAÇÕES:
FRENTE- Na extensão de 10,00metros com a Avenida Sergipe;
FUNDOS – Na extensão de 10,00 metros com o Lote 12;
L. DIREITO- Na extensão de 21,25 metros com aRua dos Cedros;
L**. ESQUERDO-** Na extensão de 21,25 metros com o lote 02.

3.1.1.2) LOTE 02
ÁREA = 212,50 m²

LIMITES E CONFRONTAÇÕES:
FRENTE - Na extensão de 10,00metros com a Avenida Sergipe;
FUNDOS – Na extensão de 10,00 metros com o Lote 11;
L. DIREITO - Na extensão de 21,25 metros com o Lote 01;
L**. ESQUERDO -** Na extensão de 21,25 metros com o lote 03.
3.1.1.3) LOTE 03
ÁREA = 212,50 m²

LIMITES E CONFRONTAÇÕES:
FRENTE - Na extensão de 10,00metros com a Avenida Sergipe;
FUNDOS – Na extensão de 10,00 metros com o Lote 10;
L. DIREITO - Na extensão de 21,25 metros com o Lote 02;
L**. ESQUERDO -** Na extensão de 21,25 metros com o lote 04.

3.1.1.4) LOTE 04
ÁREA = 212,50 m²

LIMITES E CONFRONTAÇÕES:
FRENTE - Na extensão de 10,00metros com a Avenida Sergipe;
FUNDOS – Na extensão de 10,00 metros com o Lote 09;
L. DIREITO - Na extensão de 21,25 metros com o Lote 03;
L**. ESQUERDO -** Na extensão de 21,25 metros com o lote 05.
3.1.1.5) LOTE 05
ÁREA = 212,50 m²

LIMITES E CONFRONTAÇÕES:
FRENTE - Na extensão de 10,00metros com a Avenida Sergipe;
FUNDOS – Na extensão de 10,00 metros com o Lote 08;
L. DIREITO - Na extensão de 21,25 metros com o Lote 04;
L**. ESQUERDO -** Na extensão de 21,25 metros com o lote 06.

3.1.1.6) LOTE 06
ÁREA = 212,50 m²

LIMITES E CONFRONTAÇÕES:
FRENTE - Na extensão de 10,00metros com a Avenida Sergipe;
FUNDOS – Na extensão de 10,00 metros com o Lote 07;
L. DIREITO - Na extensão de 21,25 metros com o Lote 05;
L**. ESQUERDO -** Na extensão de 21,25 metros com a Rua das Palmeiras.

DE QUEM DA RUA PROJETADA 1 OLHA:
3.1.1.7) LOTE 07
ÁREA = 212,50 m²

LIMITES E CONFRONTAÇÕES:
FRENTE - Na extensão de 10,00metros com a Rua Projetada 01;
FUNDOS – Na extensão de 10,00 metros com o Lote 06;
L. DIREITO - Na extensão de 21,25 metros com a Rua das Palmeiras;
L**. ESQUERDO -** Na extensão de 21,25 metros com o Lote 08.

3.1.1.8) LOTE 08
ÁREA = 212,50 m²

LIMITES E CONFRONTAÇÕES:
FRENTE - Na extensão de 10,00metros com a Rua Projetada 01;
FUNDOS – Na extensão de 10,00 metros como Lote 05;
L. DIREITO - Na extensão de 21,25 metros com o Lote 07;
L**. ESQUERDO -** Na extensão de 21,25 metros com o Lote 09.
3.1.1.9) LOTE 09
ÁREA = 212,50 m²

LIMITES E CONFRONTAÇÕES:
FRENTE - Na extensão de 10,00metros com a Rua Projetada 01;
FUNDOS – Na extensão de 10,00 metros com o Lote 04;
L. DIREITO - Na extensão de 21,25 metros com o Lote 08;
L**. ESQUERDO -** Na extensão de 21,25 metros com o Lote 10.

3.1.1.10) LOTE 10
ÁREA = 212,50 m²

LIMITES E CONFRONTAÇÕES:
FRENTE - Na extensão de 10,00metros com a Rua Projetada 01;
FUNDOS – Na extensão de 10,00 metros com o Lote 03;
L. DIREITO - Na extensão de 21,25 metros com o Lote 09;
L**. ESQUERDO -** Na extensão de 21,25 metros com o Lote 11.
3.1.1.11) LOTE 11
ÁREA = 212,50 m²

LIMITES E CONFRONTAÇÕES:
FRENTE - Na extensão de 10,00metros com a Rua Projetada 01;
FUNDOS – Na extensão de 10,00 metros com o Lote 02;
L. DIREITO - Na extensão de 21,25 metros com o Lote 10;
L**. ESQUERDO -** Na extensão de 21,25 metros com o Lote 12.

3.1.1.12) LOTE 12
ÁREA = 212,50 m²

LIMITES E CONFRONTAÇÕES:
FRENTE - Na extensão de 10,00metros com a Rua Projetada 01;
FUNDOS – Na extensão de 10,00 metros com o Lote 01;
L. DIREITO - Na extensão de 21,25 metros com o Lote 11;
L**. ESQUERDO -** Na extensão de 21,25 metros com a Rua dos Cedros.

4.1) QUADRA 45-A2:
ÁREA= 2.550,00m²
NÚMERO DE LOTES= 12

Limites e Confrontações:
NORTE – Na extensão de 60 metros com a Rua Projetada 03;
SUL – Na extensão de 60 metros com a Avenida Pernambuco**;**
LESTE – Na extensão de 42,50 metros com a Rua das Palmeiras;
OESTE – Na extensão de 42,50 metros com a Rua dos Cedros.

4.1.1) DESCRIÇÃO DOS LOTES:
DE QUEM DA RUA PROJETADA 03 OLHA:
3.1.1.1) LOTE 01
ÁREA = 212,50 m²

LIMITES E CONFRONTAÇÕES:
FRENTE - Na extensão de 10,00metros com a Rua Projetada 03;
FUNDOS – Na extensão de 10,00 metros com o Lote 12;
L. DIREITO - Na extensão de 21,25 metros com a Rua dos Cedros;
L**. ESQUERDO -** Na extensão de 21,25 metros com o lote 02.

4.1.1.2) LOTE 02
ÁREA = 212,50 m²

LIMITES E CONFRONTAÇÕES:
FRENTE - Na extensão de 10,00metros com a Rua Projetada 03;
FUNDOS – Na extensão de 10,00 metros com o Lote 11;
L. DIREITO - Na extensão de 21,25 metros com o Lote 01;
L**. ESQUERDO -** Na extensão de 21,25 metros com o lote 03.
4.1.1.3) LOTE 03
ÁREA = 212,50 m²

LIMITES E CONFRONTAÇÕES:
FRENTE - Na extensão de 10,00metros com a Rua Projetada 03;
FUNDOS – Na extensão de 10,00 metros com o Lote 10;
L. DIREITO - Na extensão de 21,25 metros com o Lote 02;
L**. ESQUERDO -** Na extensão de 21,25 metros com o lote 04.

4.1.1.4) LOTE 04
ÁREA = 212,50 m²

LIMITES E CONFRONTAÇÕES:
FRENTE - Na extensão de 10,00metros com a Rua Projetada 03;
FUNDOS – Na extensão de 10,00 metros com o Lote 09;
L. DIREITO - Na extensão de 21,25 metros com o Lote 03;
L**. ESQUERDO -** Na extensão de 21,25 metros com o lote 05.
4.1.1.5) LOTE 05
ÁREA = 212,50 m²

LIMITES E CONFRONTAÇÕES:
FRENTE - Na extensão de 10,00metros com a Rua Projetada 03;
FUNDOS – Na extensão de 10,00 metros com o Lote 08;
L. DIREITO - Na extensão de 21,25 metros com o Lote 04;
L**. ESQUERDO -** Na extensão de 21,25 metros com o lote 06.

4.1.1.6) LOTE 06
ÁREA = 212,50 m²

LIMITES E CONFRONTAÇÕES:
FRENTE - Na extensão de 10,00metros com a Rua Projetada 03;
FUNDOS – Na extensão de 10,00 metros com o Lote 07;
L. DIREITO - Na extensão de 21,25 metros com o Lote 05;
L**. ESQUERDO -** Na extensão de 21,25 metros com a Rua das Palmeiras.

DE QUEM DA AVENIDA PERNAMBUCO OLHA:
4.1.1.7) LOTE 07
ÁREA = 212,50 m²

LIMITES E CONFRONTAÇÕES:
FRENTE - Na extensão de 10,00metros com a Avenida Pernambuco;
FUNDOS – Na extensão de 10,00 metros com o Lote 06;
L. DIREITO - Na extensão de 21,25 metros com a Rua das Palmeiras;
L**. ESQUERDO -** Na extensão de 21,25 metros com o Lote 08.

4.1.1.8) LOTE 08
ÁREA = 212,50 m²

LIMITES E CONFRONTAÇÕES:
FRENTE - Na extensão de 10,00metros com a Avenida Pernambuco;
FUNDOS – Na extensão de 10,00 metros com o Lote 05;
L. DIREITO - Na extensão de 21,25 metros com o Lote 07;
L**. ESQUERDO -** Na extensão de 21,25 metros com o Lote 09.
4.1.1.9) LOTE 09
ÁREA = 212,50 m²

LIMITES E CONFRONTAÇÕES:
FRENTE - Na extensão de 10,00metros com a Avenida Pernambuco;
FUNDOS – Na extensão de 10,00 metros com o Lote 04;
L. DIREITO - Na extensão de 21,25 metros com o Lote 08;
L**. ESQUERDO -** Na extensão de 21,25 metros com o Lote 10.

4.1.1.10) LOTE 10
ÁREA = 212,50 m²

LIMITES E CONFRONTAÇÕES:
FRENTE - Na extensão de 10,00metros com a Avenida Pernambuco;
FUNDOS – Na extensão de 10,00 metros com o Lote 03;
L. DIREITO - Na extensão de 21,25 metros com o Lote 09;
L**. ESQUERDO -** Na extensão de 21,25 metros com o Lote 11.
4.1.1.11) LOTE 11
ÁREA = 212,50 m²

LIMITES E CONFRONTAÇÕES:
FRENTE - Na extensão de 10,00metros com a Avenida Pernambuco;
FUNDOS – Na extensão de 10,00 metros com o Lote 02;

L. DIREITO - Na extensão de 21,25 metros com o Lote 10;
L**. ESQUERDO -** Na extensão de 21,25 metros com o Lote 12.

4.1.1.12) LOTE 12
ÁREA = 212,50 m²

LIMITES E CONFRONTAÇÕES:
FRENTE - Na extensão de 10,00metros com a Avenida Pernambuco;
FUNDOS – Na extensão de 10,00 metros com o Lote 01;
L. DIREITO - Na extensão de 21,25 metros com o Lote 11;
L**. ESQUERDO -** Na extensão de 21,25 metros com a Rua dos Cedros.
5.1) ÁREA VERDE:
ÁREA= 5.700,00m²

Limites e Confrontações:
NORTE – Na extensão de 60 metros com a Rua Projetada 01;
SUL – Na extensão de 60 metros com a Rua Projetada 03**;**
LESTE – Na extensão de 95,00 metros com a Rua das Palmeiras;
OESTE – Na extensão de 95,00 metros com a Rua dos Cedros.
6.1) MEMORIAL DESCRITIVO DAS RUAS PROJETADAS:

6.2)Rua Projetada 01
Trecho 01
Terreno urbano constituído pela Rua Projetada 01, do Bairro São Cristóvão, do quadro urbano de Tapurah, de forma regular situado perpendicular ao lado par da Rua das Palmeiras; medindo 10,00 m de frente para a Rua das Palmeiras,de propriedade da Prefeitura Municipal de Tapurah; do lado direito de quem da Rua das Palmeiras olha, mede 60,00 metros, confrontando com os Lotes 07, 08, 09, 10, 11 e 12, ambos da Quadra 45-A1,do Bairro São Cristóvão,de propriedade da Prefeitura Municipal de Tapurah; do lado esquerdo de quem da Rua das Palmeiras olha, mede 60,00 m, confrontando com a Área Verde,do Bairro São Cristóvão,de propriedade da Prefeitura Municipal de Tapurah; fechando o perímetro, mede nos fundos 10,00 m, confrontando com a Rua dos Cedros,do Bairro São Cristóvão,de propriedade da Prefeitura Municipal de Tapurah; perfazendo área de 600,00 m².
6.2)Rua Projetada 03
Trecho 01
Terreno urbano constituído pela Rua Projetada 03, do Bairro São Cristóvão, do quadro urbano de Tapurah, de forma regular situado perpendicular ao lado par da Rua das Palmeiras; medindo 10,00 m de frente para a Rua das Palmeiras,de propriedade da Prefeitura Municipal de Tapurah; do lado direito de quem da Rua das Palmeiras olha, mede 60,00 m, confrontando com a Área Verde,do Bairro São Cristóvão,de propriedade da Prefeitura Municipal de Tapurah;do lado esquerdo de quem da Rua das Palmeiras olha, mede 60,00 metros, confrontando com os Lotes 06, 05, 04, 03, 02 e 01, ambos da Quadra 45-A2,do Bairro São Cristóvão,de propriedade da Prefeitura Municipal de Tapurah; fechando o perímetro, mede nos fundos 10,00 m,confrontando com a Rua dos Cedros,do Bairro São Cristóvão,de propriedade da Prefeitura Municipal de Tapurah; perfazendo área de 600,00 m².

Art. 2º. – A doação do bem tem por finalidade exclusiva a construção de moradias no âmbito do Programa Minha Casa Minha Vida, destinadas as famílias com renda de até 3 (três) salários mínimos;

Art. 3º. – Aplicam-se a essa doação todos os dispositivos constantes da Lei Municipal n.º 1029/2014.

Art. 4º. – As despesas decorrentes deste decreto correrão à conta das dotações orçamentárias próprias do Município.

Art. 5º. – Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Tapurah-MT, em 20 de junho de 2014.

LUIZ UMBERTO EICKHOFF
Prefeito Municipal

Publicado por:
Wenda Moreira Bicalho
Código Identificador:09AC2BFF

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 063/2014 DE 24 DE JUNHO DE 2014.

NOMEIA COMISSÃO ESPECIAL PARA ESTUDO DE REVISÃO DO CÓDIGO TRIBUTÁRIO MUNICIPAL, LEI 049 DE 27 DE DEZEMBRO DE 1.989, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Sr. **Luiz Umberto Eickhoff**, Prefeito do Município de Tapurah, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e, de acordo com o artigo 39, da Lei nº 01/89, de 06 de janeiro de 1989, Lei Orgânica de Tapurah/MT.

R E S O L V E :

Art. 1ºFica constituída Comissão Especial para Estudo de Revisão do Código Tributário Municipal de que trata o artigo 40, Parágrafo Único, I da Lei nº 01/89, de 06 de janeiro de 1989, Lei Orgânica de Tapurah/MT, da seguinte forma:

I - REPRESENTANTES DA PREFEITURA MUNICIPAL DE TAPURAH:
- Rodrigo Ribas Couto – Assessor Jurídico Tributário
- Valério Cordeiro Talaridi – Gerente de Tributos

II – REPRESENTANTE DA ASSOCIAÇÃO COMERCIAL E EMPRESARIAL DE TAPURAH:
- Adriel Martini

III – REPRESENTANTE DO CARTÓRIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS:
-Alekxandre Ricardo Candido de Farias – Cartório Hudson Malta
-Elmúcio Jacinto Moreira – Cartório do 1º Ofício

IV - REPRESENTANTES DA ÁREA DO MERCADO IMOBILIÁRIO:
- Odenir Luiz Zancanaro – Colonizadora Tapurah

V – REPRESENTANTE DA CÂMARA DE VEREADORES:
- Olendino A. Castelan
- Alcione José Biasi

Art. 2ºA Presidência da Comissão será exercida pelo Dr. Rodrigo Ribas Couto, a quem competirá designar as funções dos demais membros.
Parágrafo Único - Poderá o Presidente da Comissão, sempre que necessário, solicitar o auxílio dos servidores públicos do Município, quetenham afinidades com os trabalhos a serem desenvolvidos, através de ofício dirigido ao Sr. Prefeito Municipal, bem como, solicitar a todo e quaisquer Departamentos, inclusive Estadual e Federal, as informações necessárias.
Art. 3ºOs membros da comissão deverão apresentar relatório dasatualizações necessárias, até o dia 30 de setembro do presente exercício,com apresentação das propostas para análise e conhecimento doexecutivo.
Art. 4ºO estudo desenvolvido pela referida Comissão deverá ser consubstanciado em anteprojeto de lei a ser apresentado ao Chefe do Poder Executivo, para envio à Câmara Municipal de Tapurah.
Art. 5º- Fica facultado ao titular da SECRETARIA MUNICIPALDE ADMINISTRAÇÃO, GESTÃO, FINANÇAS E PLANEJAMENTO, se necessário for, ou em decorrência de demanda deatividade, substituir, excluir ou incluir novos membros a esta comissão visando garantir a conclusão dos trabalhos de formaeficiente.
Art. 6ºOs trabalhos realizados pela Comissão Especial, serão considerados serviços públicos relevantes, não sendo por tanto remunerados.
Art. 7ºEste decreto entra vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito do Município de Tapurah, Estado de Mato Grosso, aos vinte e quatro dias do mês de junho do ano de dois mil e quatorze.

Registre-se.

Publique-se.
Cientifique-se.

CUMPRA-SE.

LUIZ UMBERTO EICKHOFF
Prefeito Municipal

Publicado por:
Wenda Moreira Bicalho
Código Identificador:6EF73239

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº. 146/2014/GP/PMT, DE 05 DE JUNHO DE 2014.

DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DE SERVIDOR PARA EXERCER A FUNÇÃO DE SECRETÁRIA ESCOLAR, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Senhor **LUIZ UMBERTO EICKHOFF,** Prefeito Municipal de Tapurah, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais:

R E S O L V E
Art. 1o NOMEAR a Servidora Pública Municipal, Senhora **DENIZE LETÍCIA SCHON,** ocupante do cargo efetivo de **TECNICO ESCOLAR,** lotada na Secretaria Municipal de Educação, Esportes, Lazer e Cultura, para exercer a função de **SECRETÁRIA ESCOLAR** da Escola Municipal Vinícius de Moraes, conforme prevê Lei Complementar nº. 029/2011, de 01 de agosto de 2011.
Art. 2o CONCEDER Função Gratificada de Secretaria Escolar a servidora pública municipal, **Sr.ª DENIZE LETÍCIA SCHON,** por desempenhar as atribuições da presente nomeação, atendendo em especial o que dispõe o Art. 3º, § 9º, inciso II da Lei Complementar nº. 029/2011, de 01 de agosto de 2011.
Art. 3o A presente portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Art. 4o Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito do Município de Tapurah, Estado de Mato Grosso, aos cinco dias do mês de junho do ano de dois mil e quatorze.

Registre-se.
Publique-se.
Cientifique-se.
CUMPRA-SE:

LUIZ UMBERTO EICKHOFF
Prefeito Municipal

Publicado por:
Wenda Moreira Bicalho
Código Identificador:142F7EF2

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PROCESSO ADMINISTRATIVO 057.2014

PREGÃO PRESENCIAL Nº 050/2014 REGISTRO DE PREÇOS 036/2014

AVISO DE RESULTADO
O Município de Tapurah, Estado de Mato Grosso, através do seu Pregoeiro, instituído pela Portaria nº 196, de 22 de julho de 2013, torna público, o resultado da licitação Pregão Presencial 050/2014, do tipo "MENOR PREÇO POR ITEM", regida pelas disposições da Lei Federal nº 10.520/02, Lei Complementar 123/06 e demais legislação aplicável, tendo por objeto a **contratação de pessoa jurídica para futura e eventual aquisição de medicamentos, material de consumo hospitalar e material laboratorial para atender a demanda e a necessidade do hospital Municipal e das unidades de saúde**. Nesta, sagrou-se vencedora as empresas: **BRASIL DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS PARA SAÚDE LTDA – ME** foi declarada vencedora com o valor total de R$ 78.476,66 (setenta e oito mil quatrocentos e setenta e seis reais e sessenta e seis centavos), a empresa **L.P COMERCIO E PRESTACAO DE SERVICO LTDA - EPP** foi declarada vencedora com o valor total de R$ 13.722,94 (treze mil setecentos e vinte e dois reais e noventa e quatro centavos), a empresa **DENTAL CENTRO OESTE LTDA** foi declarada vencedora com o valor total de R$ 26.133,90 (vinte e seis mil cento e trinta e três reais e noventa centavos), a empresa **NORGE PHARMA COMERCIO DE MEDICAMENTOS E MATERIAIS E SOLUCOES EM SAUDE LTDA** com o valor total de R$ 14.491,80 (quatorze mil quatrocentos e noventa e um reais e oitenta centavos), a empresa **JM REPRESENTAÇÕES DE MEDICAMENTOS E MATERIAIS HOSPITALARES LTDA ME** foi declarada vencedora com o valor total de R$ 2.569,00 (dois mil quinhentos e sessenta e nove reais), a empresa **L A DALLA PORTA JÚNIOR EPP** foi declarada vencedora com o valor total de R$ 29.666,36 (vinte e nove mil seiscentos e sessenta e seis reais e trinta e seis centavos) e a empresa **NACIONAL COMERCIAL HOSPITALAR LTDA** foi declarada vencedora com o valor total de R$ 207.142,32 (duzentos e sete mil cento e quarenta e dois reais e trinta e dois centavos).

Tapurah - MT, 26 de junho de 2014.

ROSANI DA CUNHA BUGARIO
Pregoeira

Publicado por:
Rosani da Cunha Bugario
Código Identificador:9D7FF3A5

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PROCESSO ADMINISTRATIVO 059.2014

PREGÃO PRESENCIAL Nº 051/2014 REGISTRO DE PREÇOS 037/2014

AVISO DE RESULTADO
O Município de Tapurah, Estado de Mato Grosso, através de sua Pregoeira, instituída pela Portaria nº 196, de 22 de julho de 2013, torna público, o resultado da licitação Pregão Presencial 051/2014, do tipo "MENOR PREÇO POR ITEM", regida pelas disposições da Lei Federal nº 10.520/02, Lei Complementar 123/06 e demais legislação aplicável, tendo por objeto o **registro de preços para futura e eventual aquisição de material de limpeza e higiene (linha profissional) e descartáveis para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde de Tapurah** Nesta, sagrou-se vencedora as empresas: **PRODETER MATO GROSSO PRODUTOS PARA HIGIENIZAÇÃO LTDA** foi declarada vencedora com o valor total de R$ 54.658,00 (cinquenta e quatro mil seiscentos e cinquenta e oito reais), a empresa **CIRÚRGICA GONÇALVES LTDA** foi declarada vencedora com o valor total de R$ 134.963,86 (cento e trinta e quatro mil novecentos e sessenta e três reais e oitenta e seis centavos) e a empresa **INDÚSTRIA QUÍMICA CMT LTDA** foi declarada vencedora com o valor total de R$ 75.215,00 (setenta e cinco mil duzentos e quinze reais).

Tapurah - MT, 26 de junho de 2014.

ROSANI DA CUNHA BUGARIO
Pregoeira

Publicado por:
Rosani da Cunha Bugario
Código Identificador:E535CC04

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PROCESSO ADMINISTRATIVO 060.2014

PREGÃO PRESENCIAL Nº 052/2014 REGISTRO DE PREÇOS 038/2014

AVISO DE RESULTADO
O Município de Tapurah, Estado de Mato Grosso, através do seu Pregoeiro, instituído pela Portaria nº 196, de 22 de julho de 2013, torna público, o resultado da licitação Pregão Presencial 052/2014, do tipo "MENOR PREÇO POR ITEM", regida pelas disposições da Lei Federal nº 10.520/02, Lei Complementar 123/06 e demais legislação aplicável, tendo por objeto, **contratação de empresa para futura e eventual realização de serviço de caminhão munck para uso na manutenção, conserto, reparos e outros serviços necessários para manutenção da iluminação pública e serviço de caminhão pipa**

para uso na aguagem de ruas e canteiros da cidade e distritos do Município de Tapurah-MT. Nesta, sagrou-se vencedora a empresa **ELETROTECNICA BRASIL LTDA ME** sendo declarada vencedora do item 05 no valor total de R$ 57.600,00 (cinquenta e sete mil e seiscentos reais).

Tapurah - MT, 26 de junho de 2014.

ROSANI DA CUNHA BUGARIO
Pregoeira

Publicado por:
Rosani da Cunha Bugario
Código Identificador:9DB7FB36

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO LICENCIAMENTO AMBIENTAL

A Prefeitura Municipal de Tapurah, CNPJ: 24.772.253/0001-41, torna-se público, que esta requerendo da Secretaria de Estado de Meio Ambiente-SEMA, a Licença Prévia (LP) e Licença de Instalação (LI) da abertura de 5,00 km da estrada municipal São Paulo, entre a MT 338 e a MT 242, chegando à MT 242, localizado no perímetro rural do município de Tapurah - MT.

Tapurah-MT, 26 de junho de 2014.

LUIZ UMBERTO EICKHOFF
Prefeito Municipal

Publicado por:
Rosani da Cunha Bugario
Código Identificador:3D7579D7

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO LICENCIAMENTO AMBIENTAL

A Prefeitura Municipal de Tapurah, CNPJ: 24.772.253/0001-41, torna-se público, que esta requerendo da Secretaria de Estado de Meio Ambiente-SEMA, a Licença Prévia (LP) e Licença de Instalação (LI) da "Pavimentação da Rodovia MT 010 trecho: Distrito de Novo Eldorado (MT 449) até o Rio Verde, localizado no perímetro rural do município de Tapurah - MT.

Tapurah-MT, 26 de junho de 2014.

LUIZ UMBERTO EICKHOFF
Prefeito Municipal

Publicado por:
Rosani da Cunha Bugario
Código Identificador:BC9ED752

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 001/2014 EDITAL Nº 002/2014 - HOMOLOGAÇÃO DAS INSCRIÇÕES

A Presidente da Comissão Organizadora do Processo Seletivo Simplificado 001/2014 no uso de suas atribuições conferidas pela Portaria Nº 089/2014/GP/PMT, de 11 de abril de 2014, torna público a HOMOLOGAÇÃO DAS INSCRIÇÕES do Processo Seletivo Simplificado 001/2014 conforme anexo único a este edital.
A prova objetiva será aplicada no dia 06 de julho de 2014 das 08:00 horas às 12:00 horas na Escola Vinícius de Moraes, Av. Pernambuco, 522, Bairro São Cristovão, Tapurah/MT.

Prefeitura Municipal de Tapurah (MT), aos vinte e seis dias do mês de junho do ano de dois mil e quatorze.

ROSIMEIRE AMARO ALVES DOS SANTOS
Presidente da Comissão do Processo Seletivo Simplificado 001/2014

ANEXO ÚNICO
Psicólogo

n° inscr	Nome do candidato	RG	Cargo	Situação
01	Maylla Cristina Alves	2140832-7	Psicólogo	Deferido
	Oliveira Brisot			
37	Giseli Santos Nunes	40.174.105-9	Psicólogo	Deferido

Medico clínico geral

n° inscr	Nome do candidato	RG	Cargo	Situação
27	Sabrina Iara de Mello	6.919.332-3	Medico Clinico Geral	Deferido
48	Marcel Leão	127463-5	Medico Clinico Geral	Deferido

Farmacêutico /Bioquímico

n° inscr	Nome do candidato	RG	Cargo	Situação
02	Mariane Moraes Ribeiro	1898463-0	Farmacêutico/Bioquímico	Deferido
07	Giovanna Laura Reveles Godoy	1323324-6	Farmacêutico/Bioquímico	Deferido
32	Franciele Segsttater de Oliveira	1607172-7	Farmacêutico/Bioquímico	Deferido
35	Rodrigo Van Der Sand Schmidt	5097116387	Farmacêutico/Bioquímico	Deferido
38	Simone Zatta	88374142	Farmacêutico/Bioquímico	Deferido

Motorista de Ônibus

n° inscr	Nome do candidato	RG	Cargo	Situação
04	Luis Henrique da Silva Barbosa	2011941-0	Motorista de ônibus	Deferido
08	Silvio dos Santos Luca	1441841-0	Motorista de ônibus	Deferido
12	Antonio João Barbosa Matoso	043. 283	Motorista de ônibus	Deferido
16	Antônio Pavão Escobar	590.126	Motorista de ônibus	Deferido
24	Daniel Carlos Mella Ferrari	1277599-1	Motorista de ônibus	Deferido
30	Jaderson Rinaldo Salome do Lago	92209270	Motorista de ônibus	Deferido
36	Odenir Carvalho Magalhães	15278387	Motorista de ônibus	Deferido
50	Luiz Carlos da Silva	2309687-0	Motorista de ônibus	Deferido

Professor 20h

n° inscr	Nome do candidato	RG	Habilitação/Especialidade	Cargo	Situação
06	Denize Cristina Versari	1625858-4	Professor de Pedagogia	Professor 20h	Deferido
39	Fabiana Aparecida Nunes	1394548-3	Professor de Pedagogia	Professor 20h	Deferido
40	Cleonice Antunes de Lirio Frozza	7.547.880-1	Professor de Pedagogia	Professor 20h	Deferido
42	Nelsi do Prado Graciola	1187718-9	Professor de Pedagogia	Professor 20h	Indeferido
46	Rosangela Rodrigues Vieira	1101171-8	Professor de Pedagogia	Professor 20h	Deferido

Professor 20h

n° inscr	Nome do candidato	RG	Habilitação/Especialidade	Cargo	Situação
47	Andressa Alves da Silva Castelan	1726833-8	Professor de língua Portuguesa	Professor 20 horas	Deferido

Professor Licenciatura Plena 30h

n° inscr	Nome do candidato	RG	Habilitação/Especialidade	Cargo	Situação
15	Sonia Maria Costa Alves	1.643.575	Professor de Pedagogia	Professor Licenciatura Plena 30h	Deferido
18	Danielle Santos Faraun	001218707	Professor de Pedagogia	Professor Licenciatura Plena 30h	Deferido
19	Sandra Tavares de Assis	1249562-0	Professor de Pedagogia	Professor Licenciatura Plena 30h	Deferido
21	Maria da Cruz Monteiro Silva	970.330	Professor de Pedagogia	Professor Licenciatura Plena 30h	Deferido
29	Juliana Baptistella Neto	2354613-1	Professor de Pedagogia	Professor Licenciatura Plena 30h	Deferido
34	Mariana Josefa da Silva	1574323-3	Professor de Pedagogia	Professor Licenciatura Plena 30h	Deferido
52	Fabiane Pellin	04569296086	Professor de Pedagogia	Professor Licenciatura Plena 30h	Deferido

Professor 20h

n° inscr	Nome do candidato	RG	Habilitação/Especialidade	Cargo	Situação
09	Luzinete Rodrigues da Silva Correa	1182961-3	Professor Educação Física Series iniciais e Finais	Professor 20h	Deferido
10	Caroline Luana Heinsfeld	1834487-9	Professor Educação Física Series iniciais e Finais	Professor 20h	Deferido

Técnico em Enfermagem

n° inscr	Nome do candidato	RG	Cargo	Situação
03	Ilma Albuquerque Baranoski	2070689-8	Técnico em enfermagem	Deferido
11	Maria Fatima Cordeiro Matoso	0803008-1	Técnico em enfermagem	Deferido
13	Marilayne Francisca da Silva	1158190-5	Técnico em enfermagem	Deferido
14	Mariana Pereira de Pinho	2015845-9	Técnico em enfermagem	Deferido
17	Daniela Paulina Marques	1511652-2	Técnico em enfermagem	Deferido
22	Zilma Albuquerque Colins	2703445-3	Técnico em enfermagem	Deferido
26	Jocisley de Souza Lunas	000883677	Técnico em enfermagem	Deferido
28	Francisca Rodrigues dos Santos Rohling	1221279-2	Técnico em enfermagem	Deferido
41	Lucimeire Santana da Costa	1608382-2	Técnico em enfermagem	Deferido
43	Maria Aparecida Rohling Campos	0756914-9	Técnico em enfermagem	Deferido
49	Jessica de Jesus Silva	2200890-0	Técnico em enfermagem	Indeferido
51	Flavia Cassiane Persato	2104440-6	Técnico em enfermagem	Deferido

Enfermeiro

n° inscr	Nome do candidato	RG	Cargo	Situação
05	Silvana Sangiovo	6080879676	Enfermeiro	Deferido
20	Ilma Cordeiro Medrado dos Santos	1536997-8	Enfermeiro	Deferido
23	Paola Rosoely Gil Espina	17474647	Enfermeiro	Deferido
25	Patrícia Schoffen	1977192-4	Enfermeiro	Deferido
31	Juliana de Lima Cunha	13858050	Enfermeiro	Deferido
33	Renata Langhorst	1903763-5	Enfermeiro	Deferido
44	Pamela Janing	8.498.347-0	Enfermeiro	Deferido
45	Solange Xavier da Silva Borges	04928490	Enfermeiro	Deferido
54	Mario Marcio Cardoso Pereira	16546580	Enfermeiro	Deferido
53	Nayane Guzatti Brisot	1945911-4	Enfermeiro	Deferido

Publicado por:
Marcos Woicichoski
Código Identificador:783C9E58

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA NOVA DO NORTE

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
ATA PP SRP 45.2014

ATA DE SESSÃO RESERVADA

ELEMENTOS CARACTERÍSTICOS: INABILITAÇÃO de licitante – Julgamento Unânime
DATA: 26/06/2014 às 8:00 horas.
PROCESSO Nº: 53/2014
PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº: 45/2014
Objeto: O objeto da presente licitação é o REGISTRO DE PREÇOS visando futura e eventual Aquisição de Materiais hospitalares e para Laboratório, Medicamentos, Correlatos, Medicamentos e Materiais para Farmácia Básica, Medicamentos de Assistência Farmacêutica, Material Odontológico e Medicamentos com Referência a Diabetes, Psicotrópicos, conforme especificações e condições constantes no Termo de Referência anexo neste Edital pelo período de 12 (doze) meses.

No dia e hora supramencionados, na sala de licitações da Prefeitura municipal de Terra Nova do Norte-MT, realizou-se sessão reservada da Pregoeira juntamente com o a equipe de Apoio, para analise e julgamento das propostas recebidas pelos participantes do certame epigrafado, com a presença de todos os integrantes da Comissão de Licitação no final assinados, consoante ato de designação Portaria nº. 73/2014. Após efetuado o exame das propostas uma das licitantes alegou que a empresa STOK COMERCIAL HOSPITALAR LTDA encontrava-se impedida de contratar com o poder público em virtude de ter sofrido uma punição. Foi efetuada uma consulta no site http://www.portaltransparencia.gov.br/ onde constatou se que a empresa STOK COMERCIAL HOSPITALAR LTDA esta com punição publicada no Diário Oficial da União Seção 3 pagina 107, com vigência até 05/11/2014, e empresa STAR ODONTOMEDICA LTDA, esta com punição publicada no Diário Oficial de Goiás pagina 37 do dia 05/12/2013, portanto Inabilitada por deixar de cumprir o item **3.4. do Edital de Pregão SRP 45/2014 "**Não será admitida nesta licitação a participação de empresas enquadradas em quaisquer das hipóteses a seguir elencadas: c) Que, por quaisquer motivos, tenham sido declaradas inidôneas ou punidas com suspensão por órgão da Administração Pública Direta ou Indireta, nas esferas Federal, Estadual ou Municipal, desde que o Ato tenha sido publicado na imprensa oficial, pelo órgão que o praticou enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição;", as demais licitantes foram consideradas aptas a continuarem no certame . Em seguida, a sessão foi suspensa pelo prazo necessário à lavratura desta Ata. Reaberta a sessão, a Senhora Pregoeira precedeu a leitura da mesma, e pediu que fosse informado os licitantes sobre o assunto tratado nessa reunião. O representante da empresa STOK COMERCIAL HOPSITALAR LTDA manifestou o interesse em recorrer da presente decisão. Foi cientificado a empresa recorrente acerca do prazo para apresentação das razões, saindo as demais intimadas do prazo para apresentarem as contra razões, caso achem conveniente. Nada mais havendo digno de nota, nem a tratar, encerrou-se a sessão, suspendendo o processo até a decisão final do recurso, indo esta assinada pela comissão.

Pregoeira e a Equipe de Apoio

Publicado por:
Elizangela de Oliveira Azevedo Santos
Código Identificador:C2EBA817

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO 114.2014

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA NOVA DO NORTE – MT
CONTRATADO: MICK & CIA LTDA -ME
OBJETO: FORNECIMENTO DE LUBRIFICANTES EM GERAL, DESTINADOS A MANUTENÇÃO DAS MÁQUINAS E VEÍCULOS DA FROTA MUNICIPAL.
VALOR: R$ R$ 10.006,00
VIGÊNCIA: 26/06/2014 A 31/12/2014
FUNDAMENTO: DE ACORDO COM A LEI Nº 8.666/93, DE 21 DE JUNHO DE 1993.

MILTON JOSE TONIAZZO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Elizangela de Oliveira Azevedo Santos
Código Identificador:7771803D

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EDITAL COMPLEMENTAR Nº 008

CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE VAGAS E FORMAÇÃO DE CADASTRO DE RESERVA DA PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA NOVA DO NORTE

APRESENTAÇÃO DE RESULTADO FINAL

A presidente da Comissão de Concurso **Andreia Carla Ferreira Estelai**, nomeada pelo Decreto nº 015 de 04 de abril de 2014, através deste Edital Complementar, após aguardar o prazo regimental de recursos contra a apresentação do Resultado Prévio da classificação dos candidatos, e ainda,

Considerando que em data de 24 de junho de 2014, foi publicado o Resultado Oficial e a Classificação Prévia dos candidatos "**Classificados**" e "**Desclassificados**", conforme determina o Edital de Concurso nº 001/2014;
Considerando que decorrido prazo normal de recurso, nenhum recurso administrativo contra o Resultado Oficial e contra a Classificação Prévia foi protocolado junto à Comissão de Concurso;
Considerando que o trabalho desta Comissão Especial de Organização do Concurso Público chega ao final,

Resolve apresentar os Anexos devidamente em separados por Nível de Escolaridade, parte integrante deste Edital Complementar, contendo o Resultado Final, por ordem de cargo e classificação dos candidatos "APROVADOS" e "CLASSIFICADOS", os quais comporão o Cadastro de Reserva do Município, para a devida homologação do Resultado Final.
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:

O Anexo deste Edital Complementar apresenta o "***RESULTADO FINAL***", por ordem de cargo e as notas dos candidatos "**APROVADOS**" e "**CLASSIFICADOS**", que listarão o Cadastro de Reserva durante o prazo de validade do Concurso Público Edital nº 001/2014.

Terra Nova do Norte MT, 26 de junho de 2014.

ANDREIA CARLA FERREIRA ESTELAI
Presidente da Comissão

Publicado por:
Sibelle Cristina Santos e Silva
Código Identificador:3F9E4033

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE TESOURO

PREFEITURA MUNICIPAL
EDITAL RESUMIDO PREGAO PRESENCIAL 010/2014

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 010/2014

A Prefeitura Municipal de TESOURO, através do pregoeiro e sua equipe de apoio, comunicam a todos os interessados que realizará no próximo dia 09 (nove) de julho de 2014, às 10h00minh, na sede da Prefeitura Municipal de Tesouro, Estado de Mato Grosso, pregão presencial para contratação de profissional de nível superior com formação na área fisioterapia.
Maiores informações através do Edital nº. 010/2014, que pode ser obtido através do telefone/fax nº (66) nº 3435-1118, ramal 29, ou junto à Prefeitura Municipal de Tesouro – MT, no horário das 08h00minh às 11h00minh e das 14h00minh às 17h00minh.
Preço do edital: R$30,00 (trinta reais).

Tesouro – MT, 26 de junho de 2014.

RICARDO VINÍCIUS SILVA COSTA
Pregoeiro

Publicado por:
Ricardo Vinícius Silva Costa
Código Identificador:417FACE3

PREFEITURA MUNICIPAL
ERRATA INEXIGIBILIDADE 003,004 E 005/2014

ERRATA: COM RELAÇÃO AO TERMO DE ABERTURA DA INEXIGIBILIDADE **Nº 003/2014**, PUBLICADO NO JORNAL OFICIAL ELETRONICO DOS MUNICÍPIOS, EM DATA DE 26 DE JUNHO DE 2014, Nº 2001, ONDE SE LÊ: **POR TRINTA MESES AO PREÇO DE R$1.565,00, TOTALIZANDO R$46.950,00**; LEIA-SE: **POR SEIS MESES AO PREÇO DE R$1.565,00, TOTALIZANDO R$9.390,00**, SERVINDO ESTA ERRATA TAMBÉM, PARA RETIFICAR O TERMO DE RATIFICAÇÃO, PUBLICADO NA SEQUENCIA.

TESOURO – MT, 26 DE JUNHO DE 2014.

RICARDO VINÍCIUS SILVA COSTA
Pregoeiro

ERRATA: COM RELAÇÃO AO TERMO DE ABERTURA DA INEXIGIBILIDADE **Nº 004/2014**, PUBLICADO NO JORNAL OFICIAL ELETRONICO DOS MUNICÍPIOS, EM DATA DE 26 DE JUNHO DE 2014, Nº 2001, ONDE SE LÊ: **POR TRINTA MESES AO PREÇO DE R$1.478,00, TOTALIZANDO R$44.340,00**; LEIA-SE: **POR SEIS MESES AO PREÇO DE R$1.478,00, TOTALIZANDO R$8.868,00**, SERVINDO ESTA ERRATA TAMBÉM, PARA RETIFICAR O TERMO DE RATIFICAÇÃO, PUBLICADO NA SEQUENCIA. ONDE SE LÊ: PROCESSO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 003/2014; LEIA-SE: PROCESSO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 004/2014.

TESOURO – MT, 26 DE JUNHO DE 2014.

RICARDO VINÍCIUS SILVA COSTA
Pregoeiro

ERRATA: COM RELAÇÃO AO TERMO DE ABERTURA DA INEXIGIBILIDADE **Nº 005/2014**, PUBLICADO NO JORNAL OFICIAL ELETRONICO DOS MUNICÍPIOS, EM DATA DE 26 DE JUNHO DE 2014, Nº 2001, ONDE SE LÊ: **POR TRINTA MESES AO PREÇO DE R$2.238,07, TOTALIZANDO R$67.142,10**; LEIA-SE: **POR SEIS MESES AO PREÇO DE R$2.238,07, TOTALIZANDO R$13.428,42**, SERVINDO ESTA ERRATA TAMBÉM, PARA RETIFICAR O TERMO DE RATIFICAÇÃO, PUBLICADO NA SEQUENCIA.

TESOURO – MT, 26 DE JUNHO DE 2014.

RICARDO VINÍCIUS SILVA COSTA
Pregoeiro

Publicado por:
Ricardo Vinícius Silva Costa
Código Identificador:B3BCC5E0

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE UNIÃO DO SUL

PREFEITURA MUNICIPAL
ERRATA

Na publicação do AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 019/2014 - PROCESSO Nº 031/2014, no Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios, Edição nº 2001, do dia 26 de Junho de 2014, página 232:
ONDE SE LÊ: *"Horário: 09:00 Horas."*, **LEIA-SE: "Horário: 15:00 horas."**

Publicado por:
Erineu Diesel
Código Identificador:14F9D179

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE VALE DE SÃO DOMINGOS

CÂMARA MUNICIPAL
EXTRATO DE CONTRATO Nº 01-2014

CONTRATADA: ALTERNATIVA ASSESSORIA CONTABIL ADM TRIB.LTDA ME
OBJETO: Prestação de serviços de Execução Orçamentária, bem como responsabilidade Técnica pela Execução Orçamentária
para o Exercício de 2014.;
VALOR: R$ 2.500,00(Dois Mil e Quinhentos Reais);
33.90.39.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica;
ASSINATURA: 02/01/2014
VIGENCIA:31/01/2014

Publicado por:
Edinaldo Ferreira de Santana
Código Identificador:2E765084

CÂMARA MUNICIPAL
EXTRATO DE CONTRATO Nº 02/2014

CONTRATADA: SILCOS ASSESSORIA E CONSULTORIA CONTABIL
OBJETO:prestação de serviços de assessoria e consultoria para envio das cargas mensais do aplic, bem como tempestivas.
VALOR: R$ 7.860,00,00 (Sete Mil Oitocentos e Sessenta Reais);
33.90.39.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica;
ASSINATURA: 02/01/2014
VIGENCIA: 31/12/2014

Publicado por:
Edinaldo Ferreira de Santana
Código Identificador:72A59B2E

CÂMARA MUNICIPAL
EXTRATO DE CONTRATO Nº: 03/2014

CONTRATADA: KARLA BETANIA ALPINO MOREIRA
OBJETO: constitui o objeto da presente contratação da empresa para prestação de serviço de manutenção e atualização do site deste legislativo**.**
VALOR: R$ 7.800,00 (Sete Mil oitocentos Reais);
33.90.39.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica;
ASSINATURA: 02/01/2014
VIGENCIA:31/12/2014

Publicado por:
Edinaldo Ferreira de Santana
Código Identificador:0E89A836

CÂMARA MUNICIPAL
EXTRATO DE CONTRATO Nº: 04/2014

CONTRATADA: KARLA BETANIA ALPINO MOREIRA
OBJETO: constitui o objeto da presente contratação da empresa para prestação de Suportes Técnicos, Manutenção em redes de informática e computadores e remoção de vírus.
VALOR: R$ 7.800,00 (Sete Mil e Oitocentos Reais);
33.90.39.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica;
ASSINATURA: 02/01/2014
VIGENCIA: 31/12/2014

Publicado por:
Edinaldo Ferreira de Santana
Código Identificador:B2005EC8

CÂMARA MUNICIPAL
EXTRATO DE CONTRATO Nº : 05/2014

CONTRATADA: JUSSEMAR REBULI PINTO - ME
OBJETO: Valor referente prestação de serviços de manutenção e locação de software do portal da transparência deste legislativo.**VALOR:** R$7.800,00 (SeteMil e Oitocentos Reais);
33.90.39.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica;
ASSINATURA: 02/01/2014
VIGENCIA: 31/12/2014

Publicado por:
Edinaldo Ferreira de Santana
Código Identificador:515C9821

CÂMARA MUNICIPAL
EXTRATO DE CONTRATO Nº: 06/2014

CONTRATADA: SILCOS ASSESSORIA E CONSULTORIA CONTABIL
OBJETO: Prestação de serviço de assessoria contábil e administrativa da Câmara Municipal de Vale de São Domingos.
VALOR: R$ 7.500,00 (Sete Mil e Quinhentos Reais);
33.90.39.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica;
ASSINATURA: 03/04/2014
VIGENCIA: 31/08/2014

Publicado por:
Edinaldo Ferreira de Santana
Código Identificador:98DB4093

CÂMARA MUNICIPAL
EXTRATO DE CONTRATO Nº: 07/2014

CONTRATADA: LANNA DE SOUZA FABIANO
OBJETO: Prestação de serviços gerais, em substituição a servidora Mary Pascoal Gomides que está em gozo de Férias por 30 dias.
VALOR: R$ 724,00 (Setecentos e Vinte e Quatro Reais);
33.90.36.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física;
ASSINATURA: 05/05/2014
VIGENCIA: 05/06/2014

Publicado por:
Edinaldo Ferreira de Santana
Código Identificador:756008BC

CÂMARA MUNICIPAL
EXTRATO DE CONTRATO Nº: 08/2014

CONTRATADA: UNIÃO DAS CÂMARAS MUNICIPAIS DO ESTADO DE MATO GROSSO – UCMMAT.
OBJETO: Prestação de serviços de assessoria aos vereadores da Câmara Municipal de Vale de São Domingos.
VALOR: R$ 3.200,00 (Três Mil e Duzentos Reais);
33.90.39.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica;
ASSINATURA: 08/05/2014
VIGENCIA: 31/12/2014

Publicado por:
Edinaldo Ferreira de Santana
Código Identificador:B28F63E0

CÂMARA MUNICIPAL
PORTARIA N º 01 DE 03 DE JANEIRO DE 2014

"DISPÕES SOBRE A CONSTITUIÇÃO DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

FABIO DOS SANTOS BEZERRA, Presidente da Câmara Municipal de Vale de São Domingos/MT, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por Lei:
RESOLVE:

Art. 1º - Constituir a Comissão Permanente de Licitação, para receber, examinar e julgar todos os documentos e procedimentos relativos às licitações e ao cadastramento de licitantes, de conformidade com o inciso XVI do artigo 6º da Lei Federal 8.666/93 no âmbito do poder Legislativo Municipal, com segue:

I – Presidente: Leiliane Barbosa Figueiredo

II – Secretário: Tarley Wesley Damasceno

III – Membro: Suely Aparecida Rodrigues

IV – Suplente: Francisco de Assis Mota da Silva

Art. 2º Fica o Presidente desta Comissão de conformidade com o art. 32 da Lei Federal 8.666/93 e alterações posteriores com poderes para autenticar os documentos relativos à habilitação Jurídica e Fiscal apresentado à Comissão de Licitação, desde que em fotocópia acompanhada da via original.

Art. 3º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

REGISTRADA PUBLICADA CUMPRE-SE

Câmara de Municipal de Vale de São Domingos/MT, aos 03 de Janeiro de 2014.

FABIO DOS SANTOS BEZERRA
Presidente da Câmara Municipal

Publicado por:
Edinaldo Ferreira de Santana
Código Identificador:8EAF3AA1

CÂMARA MUNICIPAL
PORTARIA N º 02 DE 03 DE JANEIRO DE 2014

"DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DA COMISSÃO DE AVALIAÇAO PATRIMONIAL DA CÂMARA MUNICÍPIO DE VALE DE SÃO DOMINGOS, ESTADO DE MATO GROSSO".

O Presidente da Câmara Municipal de Vale de São Domingos-MT, Srº FABIO DOS SANTOS BEZERRA, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e demais Leis especificas:

RESOLVE

Art. 1º - Nomear a partir desta data, os membros da COMISSÃO DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL**,** sendo Presidente, Relator e Membro respectivamente:

Presidente: José Antônio Lopes

Secretario: Valmiro Borges Gonçalves

Membro: Roberto Carlos Rodrigues de Carvalho

Art. 2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Câmara Municipal de Vale de São Domingos/MT, 03 de Janeiro de 2014.

FABIO DOS SANTOS BEZERRA
Presidente da Câmara Municipal

Publicado por:
Edinaldo Ferreira de Santana
Código Identificador:32D04BDE

CÂMARA MUNICIPAL
PORTARIA DE Nº 03 DE 16 DE JUNHO DE 2014.

"DISPÕE SOBRE EXONERAÇAO DE FUNCIONÁRIOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

Excelentíssimo Senhor Fabio dos Santos Bezerra, Presidente da Câmara Municipal de Vale de São Domingos, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal.

RESOLVE:

Art.1º- Exonerar a Senhora MARY PASCOAL GOMIDES, brasileira, casada, residente e domiciliada nesta Cidade, portadora do CPF: 026.539251-92 e do RG: 1987692-0 SSP/MT.

Art. 2º-Essa Portaria entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Presidente, da Câmara Municipal de Vale de São Domingos, Estado de Mato Grosso em 16 de Junho de 2014.

FABIO DOS SANTOS BEZERRA
Presidente

Publicado por:
Edinaldo Ferreira de Santana
Código Identificador:5108DBDC

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE VÁRZEA GRANDE

PREFEITURA MUNICIPAL
DECRETO Nº 47 DE 25 DE JUNHO DE 2014.

Altera e acrescenta dispositivos no Decreto nº. 03/2014, que Designa membros para compor o Conselho Gestor do Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social – FMHIS.

WALACE SANTOS GUIMARÃES, Prefeito Municipal de Várzea Grande, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município no inciso VI, art. 69;

D E C R E T A:

Art. 1º. Ficam alterados os incisos V e IX do Decreto nº. 03/2014, que passará a viger da seguinte forma:
...

V - Representante do Conselho Regional de Engenharia - (CREA);
Titular: ...
Suplente: Domingos Sávio Bruno da Silva
...
IX – Representante da Câmara Municipal;
Titular: ...
Suplente: Paulo Conceição da Silva

Art. 2º. Fica acrescentado o inciso X no artigo 1º. Do decreto nº. 03/2014, que passará a viger com a seguinte disposição:

X – Representante do Conselho das Cidades do Município de Várzea Grande – Concidade;
Titular: José Marques Braga
Suplente: Margareth Rose da Silva Vieira

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, Revogam-se as disposições em contrario.

Praça dos Três Poderes, Paço Municipal "Couto Magalhães", em Várzea Grande – MT, 25 de junho de 2014.

WALACE SANTOS GUIMARÃES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Letícia Baldini da Costa
Código Identificador:D52100AA

PREFEITURA MUNICIPAL
EXTRATO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº.021/2014

PARTES INTERESSADAS: Prefeitura Municipal de VÁRZEA GRANDE-MT, CNPJ nº. 03.507.548/0001-10 e a Empresa BR PAVING CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS LTDA, CNPJ nº.15.264.721/0001-86. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Artigo 65 § da Lei Federal n.8666/93 e suas atualizações, e devida justificativa, exarada pelo Secretário Municipal de Viação, Obras e Urbanismo de Várzea Grande-MT. OBJETO: Aditar no Contrato n.021/2014 o Item 3.1 e o Item 3.2 da Cláusula Terceira, do Valor, da Dotação Orçamentária e da Forma de Pagamento, referente a aquisição de Massa Asfáltica (CRUQ). VALOR GLOBAL: R$ 80.449,00 (Oitenta mil e quatrocentos e quarenta e nove reais). UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: Secretaria Municipal de Viação, Obras e Urbanismo. Classificação Funcional Programática: 10.08.15.451.0024-1075. Natureza de Despesa: 4.4.90.51.00.00.00-Obras e Instalações. Fonte: 0999.
DATA DE ASSINATURA: Várzea Grande, 20 de Junho de 2014.
SIGNATÁRIOS:
WALACE SANTOS GUIMARÃES
Prefeito Municipal de Várzea Grande-MT
GONÇALO APARECIDO DE BARROS
Secretário Municipal de Viação, Obras e Urbanismo-PMVG/MT
BR PAVING CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS LTDA – Contratada

Visto pela

Procuradoria Geral do Município de Várzea Grande-MT

Publicado por:
Letícia Baldini da Costa
Código Identificador:13833ED9

PREFEITURA MUNICIPAL
ATO Nº. 563/2014

Walace Santos Guimarães, Prefeito Municipal de Várzea Grande, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e o que consta no Processo nº 242159/14;

R E S O L V E:

EXONERAR Lorrayne Karolyne de Toledo Mattos, do cargo em comissão de Secretária Escolar – DGA 8, da EMEB Edna Melo Baracat, da Secretaria Municipal de Educação, a partir de 20 de maio de 2014.

Registrado, publicado, cumpra-se.

Paço Municipal "Couto Magalhães", Praça dos Três Poderes, em Várzea Grande, 20 de maio de 2014.

WALACE SANTOS GUIMARÃES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Letícia Baldini da Costa
Código Identificador:967CE9D3

PREFEITURA MUNICIPAL
ATO Nº. 562/2014

Walace Santos Guimarães, Prefeito Municipal de Várzea Grande, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e o que consta no Processo nº 238582/14;

R E S O L V E:

EXONERAR a pedido Paulo Marcio Espir da Fonseca, do cargo de concurso de Médico Ortopédico, matrícula 38694, da Secretaria Municipal de Saúde, com efeito, a partir de 29 de abril de 2014.

Registrado, publicado, cumpra-se.

Paço Municipal "Couto Magalhães", Praça dos Três Poderes, em Várzea Grande, 19 de maio de 2014.

WALACE SANTOS GUIMARÃES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Letícia Baldini da Costa
Código Identificador:A19AF7DC

PREFEITURA MUNICIPAL
ATO Nº. 546/2014

Walace Santos Guimarães, Prefeito Municipal de Várzea Grande, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e o que consta no processo nº 241391/14;

R E S O L V E:

NOMEAR Laura Regina Duarte de Carvalho, no cargo em comissão de Secretária Executiva – DGA 8, na Secretaria Municipal de Assistência Social, a partir de 05 de maio de 2014.

Registrado, publicado, cumpra-se.

Paço Municipal "Couto Magalhães", Praça dos Três Poderes, em Várzea Grande, 19 de maio de 2014.

WALACE SANTOS GUIMARÃES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Letícia Baldini da Costa
Código Identificador:9A6415A5

PREFEITURA MUNICIPAL
CONCORRÊNCIA PÚBLICA N. 02/2014

Processo n. 232074/2014. O Município de Várzea Grande, estado de Mato Grosso, através da Comissão Especial de Licitação do PAC, instituída pela portaria n. 549/2014, faz saber aos interessados que fará realizar licitação, na modalidade Concorrência Pública n. 02/2014, tendo como objeto: Contratação de empresa capacitada em engenharia para execução de obra do sistema de abastecimento de água do município de Várzea Grande – (PAC I e PAC II – Programa de Aceleração do Crescimento) conforme descrito no Termo de Referência e demais anexos deste edital, com realização prevista para o dia 30/07/2014 às 09h (horário de Mato Grosso). O edital completo está à disposição aos interessados na Prefeitura Municipal de Várzea Grande – Superintendência de Licitação, nos dias úteis das 12h00m às 18h00, sito à Avenida Castelo Branco, 2500 – Várzea Grande-MT, mediante recolhimento de taxa no valor de R$ 50,00 – não restituível ou, gratuitamente no site www.varzeagrande.mt.gov.br.

Várzea Grande-MT, 26 de junho de 2014.

GONÇALO APARECIDO DE BARROS
Secretário de Viação, Obras e Urbanismo

Publicado por:
Letícia Baldini da Costa
Código Identificador:CC86C854

PREFEITURA MUNICIPAL
PORTARIA Nº 553/2014

O Secretário Municipal de Administração, no uso de suas atribuições legais e tendo e vista o que consta da Lei Complementar nº. 3.959/2013 e demais alterações que "dispõem sobre as carreiras e salários dos Médicos e Odontólogo", respectivamente, com cargo, classe e nível na carreira:

RESOLVE:

Enquadrar os servidores lotados na Secretaria Municipal de Saúde, conforme Comissão de Enquadramento instituída pela Portaria nº. 231/2014, com a finalidade de homologar os pedidos de Enquadramento, com efeitos financeiros a partir do mês de abril/2014, conforme relação abaixo:

MÉDICOS/ 20HS

NOME	CARGO	CLASSE	NÍVEL
AILTON REGO DOS SANTOS	MÉDICO/CLÍNICO GERAL	C	6
ALCINDO FERNANDEZ	MÉDICO/CLÍNICO GERAL	C	8
ALENCAR FARINA	MÉDICO/CIRURGIÃO	C	7
ANA LUCIA MOTTINHA SILVA	MÉDICO/DERMATOLOGISTA	C	5
ANA LUIZA MÜLLER DE ARRUDA	MÉDICO/PEDIATRA	C	6
ANGELA MAR GOMES ALVAREZ	MÉDICO/PEDIATRA	C	7
ANNA BEATRIZ DE FIGUEIREDO RABEL	MÉDICO/PEDIATRA	D	5
ANNA HELENA DOTTA	MÉDICO/CIRURGIÃO VASCULAR	D	4
ATILA MONTEIRO BORGES	MÉDICO/NEUROLOGISTA	C	5
BERNARDO CAMPOS DE FIGUEIREDO	MÉDICO/CIRURGIÃO GERAL	C	4
BLEIZE FELSKY DOS ANJOS	MÉDICO/CLÍNICO GERAL	D	6
CARLOS EDUARDO DE ALMEIDA BOURET	MÉDICO/UROLOGISTA	D	8
EDSON HIDEKI HARIMA	MÉDICO/CLÍNICO GERAL	C	5
ENORI JUNGES	MÉDICO/GINECOLOGISTA	C	6
EVELYN HACK BIDIGARAY	MÉDICO/PEDIATRA	D	7
GILMAR MARCO VERCH COELHO	MÉDICO/CIRURGIÃO	C	7
GILMAR MARCO VERCH COELHO	MÉDICO/ENDOSCOPISTA	C	5
GUNTHER PERES PIMENTA	MÉDICO/CIRURGIÃO GERAL	E	5
HELIO COSTA FILHO	MÉDICO/GINECOLOGISTA	A	6
HELIO COSTA FILHO	MÉDICO/GINECOLOGISTA	A	2

JAIRO PAES DE BARROS SOBRINHO	MÉDICO/ANESTESISTA	C	7
JEAN CARLOS DA SILVA	MÉDICO/PEDIATRA	C	8
JOÃO ALVES PEREIRA	MÉDICO/CLÍNICO GERAL	B	9
JORGE TADEU BRAZ MEDEIROS	MÉDICO/CIRURGIÃO GERAL	C	9
MARIA MARGARETH VERAS GADELHA	MÉDICO/PEDIATRA	B	9
MOISÉS NADAF NETO	MÉDICO/GINECOLOGISTA	B	8
NEWTON FLÁVIO FERNANDES TAFURI	MÉDICO/UROLOGISTA	D	5
NICOLAU ÁVILA CRUZ	MÉDICO/PSIQUIATRA	C	7
REJANE MARTINS RIBEIRO ITABORAHI	MÉDICO/GINECOLOGISTA	D	4
RENATO DE MELLO	MÉDICO/CLÍNICO GERAL	C	8
ROBERTO DE SABOIA BICUDO	MÉDICO/GINECOLOGISTA	C	2
SEBASTIÃO FERNANDES	MÉDICO/CLÍNICO GERAL	C	8

ODONTÓLOGOS/20HS

NOME	CARGO	CLASSE	NÍVEL
ARMANDO JORGE ZAMAR	ODONTOLOGO	A	8
CARLOS RODRIGUES DO NASCIMENTO	ODONTOLOGO	B	7
JOSÉ ROBERTO DA SILVA REGO	ODONTOLOGO	B	7
RENATO TAPIAS TETILLA	ODONTOLOGO	B	9

Paço Municipal "Couto Magalhães", Praça dos Três Poderes, em Várzea Grande-MT, 18 de Junho de 2014.

CELSO ALVES BARRETO ALBUQUERQUE
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Letícia Baldini da Costa
Código Identificador:A8C69A20

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE VERA

PREFEITURA MUNICIPAL
AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO MODALIDADE TOMADA DE PREÇOS Nº. 004/2014

A Comissão Permanente de Licitação do Município de Vera – MT, nomeada pela Portaria nº. 158/2014, torna público que o processo licitatório Tomada de Preços nº 004/2014, tipo Menor Preço Global, relacionada à: AQUISIÇÃO DE COMPACTADOR COLETOR DE RESIDUOS SÓLIDOS URBANOS , cuja abertura se deu às 13h00min, do dia 24/06/2014, sagrou-se como vencedora a empresa: **CIMASP COMÉRCIO INDÚSTRIA DE EQUIPAMENTOS SERVIÇOS E PEÇAS LTDA, inscrita no CNPJ nº. 04.686.643/0001-91 ,** com a proposta, no valor global de **R$ 103.000,00** (cento três mil reais).

Vera – MT, 24 de Junho de 2014.

MARIA CILENE PEREIRA
Presidente CPL

Publicado por:
Joedson Amaral de Oliveira
Código Identificador:82812433

PREFEITURA MUNICIPAL
AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº. 023/2014

AVISO DE LICITAÇÃO
MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL N.º 023/2014
O Município de Vera – MT, através de sua Pregoeira Oficial torna Público para conhecimento dos interessados, que realizará às **08h00min (Horário Local), do dia 16 de Julho de 2014**, na Sala de Licitações da Prefeitura Municipal, sito a Av. Otawa, 1651, Centro – Vera - MT, abertura do **PREGÃO PRESENCIAL Nº 023/2014**, do tipo **Menor Preço por Item**, para **AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MOBILIÁRIOS PARA A ESCOLA DE EDUCAÇÃO INFANTIL – PROINFÂNCIA TIPO B e C, deste Município – Termo de Compromisso PAR N.º 8768/2013;**
O Edital poderá ser obtido junto a Prefeitura Municipal de Vera - MT, Departamento de Licitação, durante o horário normal de expediente, ou no endereço: www.vera.mt.gov.br
Maiores informações poderão ser obtidas junto a Comissão Permanente de Licitação, na Prefeitura Municipal em horário normal de expediente, das 07h00min às 11h00min, através do telefone (66) 3583-3100.

Vera – MT, 26 de Junho de 2014

MARIA CILENE PEREIRA
Pregoeira

Publicado por:
Joedson Amaral de Oliveira
Código Identificador:BA820368

PREFEITURA MUNICIPAL
AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº. 024/2014 - SRP Nº. 011/2014

O Município de Vera – MT, através de sua Pregoeira Oficial torna Público para conhecimento dos interessados, que realizará às **08h00min (Horário Local), do dia 17 de Julho de 2014**, na Sala de Licitações da Prefeitura Municipal, sito a Av. Otawa, 1651, Centro – Vera - MT, abertura do **PREGÃO PRESENCIAL Nº 024/2014 – SRP Nº. 011/2014**, do tipo **Menor Preço por Item**, para **AQUISIÇÃO DE MANILHAS DE CONCRETO, PARA ATENDIMENTO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, TRANSPORTE E SERVIÇOS URBANOS DO MUNICÍPIO.**
O Edital poderá ser obtido junto a Prefeitura Municipal de Vera - MT, Departamento de Licitação, durante o horário normal de expediente, ou no endereço: www.vera.mt.gov.br
Maiores informações poderão ser obtidas junto a Comissão Permanente de Licitação, na Prefeitura Municipal em horário normal de expediente, das 07h00min às 11h00min, através do telefone (66) 3583-3100.

Vera – MT, 26 de Junho de 2014

MARIA CILENE PEREIRA
Pregoeira

Publicado por:
Joedson Amaral de Oliveira
Código Identificador:0225D64A

PREFEITURA MUNICIPAL
AVISO DE PRORROGAÇÃO DE LICITAÇÃO LEILÃO N.º 001/2014

O Município de Vera - MT, através da Comissão Permanente de Licitação, torna público a prorrogação do Edital Leilão nº. 001/2014, passando a sua abertura para o dia 21/07/2014 no mesmo horário e local. Os interessados deverão retirar novo edital com as devidas alterações na Prefeitura e no site www.vera.mt.gov.br, informações pelo telefone (66) 3583 3100. Prefeitura Municipal de Vera - MT, Situada à Av. Otawa nº 1651, Prefeitura Municipal de Vera- MT, em 26 de Junho de 2014.

MARIA CILENE PEREIRA
Presidente da Comissão Permanente de Licitação

Publicado por:
Joedson Amaral de Oliveira
Código Identificador:099C0BD0

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA RICA

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N.º 190/2014 DE 26 DE JUNHO DE 2014.

Luciano Marcos Alencar, Prefeito Municipal de Vila Rica, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E:

Art. 1º- Conceder licença para tratar de interesses particulares a servidora CHRISTIANE ILBRANDINA DE FREITAS matricula nº 47 lotada na Secretaria de Educação, no cargo de Professora V a VIII no período de 09/06/2014 a 09/06/2016 em conformidade ao Art. 102 da lei n.º 747/08 de 22 de fevereiro de 2008.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos retroagem 09 de junho de 2014.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

CUMPRA – SE

Gabinete do Prefeito Municipal.

LUCIANO MARCOS ALENCAR
Prefeito Municipal de Vila Rica-MT

Publicado por:
Ivanilde Tscha
Código Identificador:125CD658

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N. º 186/2014. DE 20 DE JUNHO DE 2014.

Luciano Marcos Alencar, Prefeito Municipal de Vila Rica, Estado de Mato Grosso, No Uso de Suas Atribuições Legais,

R E S O L V E:

Art. 1º - Concede FG (um) 01 ao servidor NILTON FERREIRA lotado na Secretaria de Viação Obras Públicas no cargo de GARI sob matrícula de nº 2749 conforme Art. 13 da Lei Municipal nº 749/08.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos retroagem a 01/06/2014.

Art. 3º - Revogam–se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal.

CUMPRA-SE

LUCIANO MARCOS ALENCAR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ivanilde Tscha
Código Identificador:DFCDA073

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N. º 187/2014. DE 20 DE JUNHO DE 2014.

Luciano Marcos Alencar, Prefeito Municipal de Vila Rica, Estado de Mato Grosso, No Uso de Suas Atribuições Legais,

R E S O L V E:

Art. 1º - Concede FG (um) 01 ao servidor LUIZ FRANCA lotado na Secretaria de Viação Obras Públicas no cargo de GARI sob matrícula de nº 2750 conforme Art. 13 da Lei Municipal nº 749/08.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos retroagem a 01/06/2014.

Art. 3º - Revogam–se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal.

CUMPRA-SE

LUCIANO MARCOS ALENCAR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ivanilde Tscha
Código Identificador:97A233B3

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N.º 189/2014. DE 20 DE JUNHO DE 2014

Luciano Marcos Alencar, Prefeito Municipal De Vila Rica, Estado De Mato Grosso, No Uso De Suas Atribuições Legais,

R E S O L V E:

Art. 1º - Conceder gozo de 15 (Quinze) dias da **LICENÇA PREMIO**, a servidora MARLENE MARQUES DA SILVA, matrícula nº 797, lotada na Secretaria de Obras, no cargo de Gari, referente ao período aquisitivo ***31/03/2009 a 31/03/2014,*** *no período de* ***18/06/2014 a 02/07/2014.***

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos retroagem a 18/06/2013.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

CUMPRA – SE

Gabinete do Prefeito Municipal.

LUCIANO MARCOS ALENCAR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ivanilde Tscha
Código Identificador:9EEBE688

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N.º 190/2014 DE 26 DE JUNHO DE 2014.

Luciano Marcos Alencar, Prefeito Municipal de Vila Rica, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E:

Art. 1º- Conceder licença para tratar de interesses particulares a servidora CHRISTIANE ILBRANDINA DE FREITAS matricula nº 47 lotada na Secretaria de Educação, no cargo de Professora V a VIII no período de 09/06/2014 a 09/06/2016 em conformidade ao Art. 102 da lei n.º 747/08 de 22 de fevereiro de 2008.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos retroagem 09 de junho de 2014.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

CUMPRA – SE

Gabinete do Prefeito Municipal.

LUCIANO MARCOS ALENCAR
Prefeito Municipal de Vila Rica-MT

Publicado por:
Ivanilde Tscha
Código Identificador:6363E61B

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAGUAI

PREFEITURA MUNICIPAL
EXTRATO CONTRATO JUNHO

Nº	CONTRATADO	DEPTO – SECRET.	OBJETO	INICIO	TERMINO	VALOR	DOTAÇÕES
84	LIMA MURÇA &MURÇA LTDA - ME	SAÚDE	CONSTRUÇÃO DE UMA UBS – UNIDADE BASICA DE SAUDE NA RUA MASCARENHAS DE MORAES, CENTRO EM ALTO PARAGUAI – MT – TOMADA DE PREÇO 02-2014.	06/06/2014	06/11/2014	404.260,87 VALOR TOTAL	812 – 07.001.10.122.0025.1009.4490.51000
85	Julio Venceslau de Almeida	Sinfra	Serviços Gerais	06/06/2014	30/09/2014	724,00 mensal	472-04.001.122.0002.2004.339004
86	Lucineide Ormond da Silva	Educação	Apoio Adm. I Esc. Bela Vista	06/06/2014	30/08/2014	724,00 mensal	716 – 06.001.12.361.0029.2053.3390.04
87	Boanézio Gusmão de Lara	Sinfra	Serviços Gerais	06/06/2014	30/09/2014	724,00 mensal	472-04.001.122.0002.2004.339004
88	Jose Santos de Almeida	Ação Social	Locação Prédio para atendimento diversos	11/06/2014	11/06/2015	900,00 mensal	410-08.003.08.244.0011.2076.3390.3699
89	Dileuza de O. Silva	Educação	Apoio Adm. I - Creche Mun. Vovo Nezinha	11/06/2014	13/08/2014	724,00 mensal	716 – 06.001.12.361.0029.2053.3390.04
90	LIMA MURÇA &MURÇA LTDA - ME	SAÚDE	CONSTRUÇÃO DE UMA UBS – UNIDADE BASICA DE SAUDE NA RUA MASCARENHAS DE MORAES, CENTRO EM ALTO PARAGUAI – MT.	11/06/2014	11/11/2014	410.429,89 VALOR TOTAL	812 – 07.001.10.122.0025.1009.4490.51000
91	JOAO LENNON	Educação	Contratação para fornecimento e estrutura do baile de escolha da rainha da 2ª. EXPO ALTO	12/06/2014	22/06/2014	7.900,00	253-06.004.13.392.0024.2127.3390.39
92	CONSTRUTORA MURALHA LTDA	SAUDE	Construção de uma UBS na Rua Almirante Barroso – Bela Vista Tomada de Preço n. 03-14	25/06/2014	25/12/2014	405.072,98	812- 07.001.10.122.0025.1009.4490.510000
93	LF CONSTRUCOES CIVIS LTDA -ME	Educação	Construcao de uma escola com seis salas de aula, PADRAO FNDE-MEC na rua Getulio Vargas em Alto Paraguai – MT – Tomada de Preço n. 06-2014	25/06/2014	30/03/2015	961.808,49	171-06.002.12.361.0029.1051.4490.510000

Publicado por:
Riusdelar Lopes Pereira
Código Identificador:C23A3BAC

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRASNORTE

PREFEITURA MUNICIPAL
RREO 1º BIMESTRE ANEXO VIII - REPUBLICA-SE POR FALHA NO ENVIO AO DIÁRIO OFICIAL Nº 1963 DE 02/05/2014 E NO SITIO DA PREFEITURA MUNICIPAL E POR AFIXAÇÃO EM LOCAL PROPRIO NO PAÇO MUNICIPAL

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2.014/BIMESTRE JANEIRO-FEVEREIRO

RREO – ANEXO VIII (LDB, art. 72)					R$ 1,00
RECEITAS DO ENSINO					
RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (caput do art. 212 da Constituição)	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS no Período	RECEITAS REALIZADAS Até o Período (b)	% (c)=(b/a) *100
1- RECEITAS DE IMPOSTOS	2.764.582,00	2.764.582,00	751.427,99	751.427,99	27,18
1.1- Receita Resultante do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana – IPTU	371.994,00	371.994,00	24.742,12	24.742,12	6,65
1.1.1 - IPTU	209.277,00	209.277,00	67,98	67,98	0,03
1.1.2 - Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IPTU	3.111,00	3.111,00	3,00	3,00	0,10
1.1.3 - Dívida Ativa do IPTU	76.310,00	76.310,00	15.968,51	15.968,51	20,93
1.1.4 - Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IPTU	83.296,00	83.296,00	8.702,63	8.702,63	10,45
1.1.5 - (-) Deduções da Receita do IPTU	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2- Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos – ITBI	777.181,00	777.181,00	430.504,85	430.504,85	55,39
1.2.1 - ITBI	777.065,00	777.065,00	430.504,85	430.504,85	55,40
1.2.2 - Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITBI	116,00	116,00	0,00	0,00	0,00
1.2.3 - Dívida Ativa do ITBI	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.4 - Multas, Juros de Mora, Atualização Monetátia e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITBI	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.5 - (-) Deduções da Receita do ITBI	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.3- Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISS	1.173.664,00	1.173.664,00	193.016,24	193.016,24	16,45
1.3.1 - ISS	1.033.233,00	1.033.233,00	176.059,30	176.059,30	17,04
1.3.2 - Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ISS	49.540,00	49.540,00	500,81	500,81	1,01
1.3.3 - Dívida Ativa do ISS	86.306,00	86.306,00	13.554,09	13.554,09	15,70
1.3.4 - Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ISS	4.585,00	4.585,00	2.902,04	2.902,04	63,29
1.3.5 - (-) Deduções da Receita do ISS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4- Receita Resultante do Imposto de Renda Retido na Fonte – IRRF	441.743,00	441.743,00	103.164,78	103.164,78	23,35
1.4.1 - IRRF	441.743,00	441.743,00	103.164,78	103.164,78	23,35
1.4.2 - Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IRRF	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.3 - Dívida Ativa do IRRF	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.4 - Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IRRF	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.5 - (-) Deduções da Receita do IRRF	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5- Receita Resultante do Imposto Territorial Rural – ITR (CF,art, 153, 4º, inciso III)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.1 - ITR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.2 - Multas, Juros e Outros Encargos do ITR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.3 - Dívida Ativa do ITR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.4 - Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.5 - (-) Deduções da Receita do ITR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2- RECEITAS DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	23.125.455,00	23.125.455,00	4.497.512,68	4.497.512,68	19,45
2.1 - Cota-Parte FPM	8.435.108,00	8.435.108,00	1.952.727,06	1.952.727,06	23,15
2.1.1 - Parcela Referente à CF. art. 159, I, alínea b	8.435.108,00	8.435.108,00	1.952.727,06	1.952.727,06	23,15
2.1.2 - Parcela Referente à CF. art. 159, I, alínea d	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2.2 - Cota-Parte ICMS	12.474.899,00	12.474.899,00	2.168.110,04	2.168.110,04	17,38
2.3 - ICMS-Desoneração – L.C. nº87/1996	98.194,00	98.194,00	12.455,32	12.455,32	12,68
2.4 - Cota-Parte IPI-Exportação	90.027,00	90.027,00	11.087,85	11.087,85	12,32
2.5 - Cota-Parte ITR	1.561.715,00	1.561.715,00	231.711,16	231.711,16	14,84
2.6 - Cota-Parte IPVA	465.512,00	465.512,00	121.421,25	121.421,25	26,08
2.7 - Cota-Parte IOF-Ouro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

3- TOTAL DA RECEITA DE IMPOSTOS (1 + 2)	25.890.037,00	25.890.037,00	5.248.940,67	5.248.940,67	20,27
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	**PREVISÃO INICIAL**	**PREVISÃO ATUALIZADA**	**RECEITAS REALIZADAS**		**% (c)=(b/a) *100**
			no Período	**Até o Período (b)**	
4 - RECEITA DA APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	0,00	**(a)** 0,00	0,00	0,00	0,00
5 - RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DO FNDE	762.706,00	762.706,00	72.407,40	72.407,40	9,49
5.1 - Transferências do Salário-Educação	376.961,00	376.961,00	72.407,40	72.407,40	19,21
5.2 - Outras Trasnferências do FNDE	385.745,00	385.745,00	0,00	0,00	0,00
5.3 - Aplicação Financeira dos Recursos do FNDE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
6 - RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	1.131.350,00	1.131.350,00	20.858,40	20.858,40	1,84
6.1 - Transferências de Convênios	1.131.350,00	1.131.350,00	20.858,40	20.858,40	1,84
6.2 - Aplicações Financeiras dos Recursos de Convênios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
7 - RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
8 - OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
9 - TOTAL DAS RECEITAS ADICIONADAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (4+5+6+7+8)	1.894.056,00	1.894.056,00	93.265,80	93.265,80	4,92

FUNDEB

RECEITAS DO FUNDEB	**PREVISÃO INICIAL**	**PREVISÃO ATUALIZADA (a)**	**RECEITAS REALIZADAS**		**% (c)=(b/a) *100**
			no Período	**Até o Período (b)**	
10 - RECEITAS DESTINADAS AO FUNDEB	4.607.085,60	4.607.085,60	897.284,77	897.284,77	19,48
10.1 - Cota-Parte FPM Destinada ao FUNDEB - (20% 2.1)	1.687.021,60	1.687.021,60	390.545,36	390.545,36	23,15
10.2 - Cota-Parte ICMS Destinada ao FUNDEB - (20% 2.2)	2.494.979,80	2.494.979,80	433.621,96	433.621,96	17,38
10.3 - ICMS-Desoneração Destinada ao FUNDEB - (20% 2.3)	19.638,80	19.638,80	2.491,06	2.491,06	12,68
10.4 - Cota-Parte IPI-Exportação Destinada ao FUNDEB - (20% 2.4)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10.5 - Cota-Parte ITR ou ITR Arrecadados Destinados ao FUNDEB – (20% de (1.5 + 2.5))	312.343,00	312.343,00	46.342,20	46.342,20	14,84
10.6 - Cota-Parte IPVA Destinada ao FUNDEB - (20% 2.6)	93.102,40	93.102,40	24.284,19	24.284,19	26,08
11 - RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB	6.365.917,00	6.365.917,00	1.269.961,03	1.269.961,03	19,95
11.1 - Transferências de Recursos do FUNDEB	6.365.917,00	6.365.917,00	1.269.961,03	1.269.961,03	19,95
11.2 - Complementação da União ao FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
11.3 - Receita de Aplicação Financeira dos Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
12 - RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB	1.758.831,40	1.758.831,40	372.676,26	372.676,26	21,19
[SE RESULTADO LÍQUIDO DA TRANSFERÊNCIA (12) > 0] = ACRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB					
[SE RESULTADO LÍQUIDO DA TRANSFERÊNCIA (12) < 0] = DECRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB					

DESPESAS DO FUNDEB	**DOTAÇÃO INICIAL**	**DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)**	**DESPESAS LIQUIDADAS**		**% (f)=(e/d) *100**
			no Período	**Até o Período (e)**	
13 - PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO	3.819.550,20	3.819.550,20	635.029,02	635.029,02	16,63
13.1- Com Educação Infantil	450.000,00	450.000,00	81.730,81	81.730,81	18,16
13.2- Com Ensino Fundamental	3.369.550,20	3.369.550,20	553.298,21	553.298,21	16,42
14 - OUTRAS DESPESAS	2.546.366,80	2.546.366,80	514.776,24	514.776,24	20,22
14.1- Com Educação Infantil	600.000,00	594.500,00	108.857,50	108.857,50	0,18
14.2- Com Ensino Fundamental	1.946.366,80	1.951.866,80	405.918,74	405.918,74	20,80
15 - TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB (13+14)	6.365.917,00	6.365.917,00	1.149.805,26	1.149.805,26	18,06
DEDUÇÕES PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB PARA PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO					**VALOR**
16 - RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCICIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DO FUNDEB					0,00
17 - DESPESAS CUSTEADAS COM SUPERÁVIT FINANCEIRO DO EXERCICIO ANTERIOR DO FUNDEB					0,00
18 - TOTAL DAS DEDUCOES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB (16+17)					0,00
19 - MÍNIMO DE 60% DO FUNDEB NA REMUNERAÇÃO DO MAGISTÉRIO COM EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL ((13 - 18)/(11)x100)%					50,00
CONTROLE DA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS NO EXERCÍCIO SUBSEQUENTE					**VALOR**
20 - RECURSOS RECEBIDOS DO FUNDEB NO EXERCICIO ANTERIOR QUE NAO FORAM UTILIZADOS					3.280,39
21 - DESPESAS CUSTEADAS COM SALDO DO ITEM 20 ATE O 1º TRIMESTRE DO EXERCICIO					0,00

MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - DESPESAS CUSTEADAS COM A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB

RECEITAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		% (c)=(b/a) *100
			no Período	Até o Período (b)	
22 - IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DESTINADAS À MDE (25% de 3)	6.472.509,25	6.472.509,25	1.312.235,17	1.312.235,17	20,27
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		% (f)=(e/d) *100
			no Período	Acumulado (e)	
23 - EDUCAÇÃO INFANTIL	1.332.000,00	1.294.500,00	193.356,89	193.356,89	14,94
23.1- Despesas Custeadas com Recursos do Fundeb	1.050.000,00	1.044.500,00	190.588,31	190.588,31	18,25
23.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	282.000,00	250.000,00	2.768,58	2.768,58	1,11
24 - ENSINO FUNDAMENTAL	8.970.482,00	8.927.969,00	1.293.027,87	1.293.027,87	14,48
24.1- Despesas Custeadas com Recursos do Fundeb	5.315.917,00	5.321.417,00	959.216,95	959.216,95	18,03
24.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	3.654.565,00	3.606.552,00	333.810,92	333.810,92	9,26
25- ENSINO MÉDIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
26- ENSINO SUPERIOR	50.000,00	157.238,00	0,00	0,00	0,00
27- ENSINO PROFISSIONAL NÃO INTEGRADO AO ENS. REGULAR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
28- OUTRAS	380.000,00	380.000,00	41.187,45	41.187,45	10,84
29 - TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO (23+24+25+26+27+28)	10.732.482,00	10.759.707,00	1.527.572,21	1.527.572,21	14,20
DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL					**VALOR**
30 - RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB = (12)					372.676,26
31 - DESPESAS CUSTEADAS COM A COMPLEMENTAÇÃO DO FUNDEB NO EXERCÍCIO					0,00
32 - RECEITAS DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS DO FUNDEB ATÉ O BIMESTRE = (50h)					0,00
33 - DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB					0,00
34 - DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTO					0,00
35- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO					0,00
36- CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO = (46g)					0,00
37- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL (30 + 31 + 32 + 33 + 34 + 35 + 36)					372.676,26
38- TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE((23+24) - 37)					1.113.708,50
39 - MÍNIMO DE 25% DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS EM MDE ((38) / (3) x 100) %					21,22
OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE					
OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		% (f)=(e/d) *100
			no Período	Até o Período (e)	
40- DESPESAS CUSTEADAS COM APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
41- DESPESAS CUSTEADAS COM A CONTRIBUIÇÃO DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
42- DESPESAS CUSTEADAS COM OPERAÇÃO DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

43- DESPESAS CUSTEADAS COM OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
44 - TOTAL DAS OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (40+41+42+43)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
45 - TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM MDE (29+44)	**10.732.482,00**	**10.759.707,00**	**1.527.572,21**	**1.527.572,21**	**14,20**

RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	**SALDO ATÉ O PERÍODO**	**CANCELADOS EM 2014 (g)**
46- RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE	0,00	0,00

FLUXO FINANCEIRO DOS RECURSOS	**VALOR**	
	FUNDEB (h)	**FUNDEF**
47 - SALDO FINANCEIRO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013	3.280,39	0,00
48 - (+)INGRESSO DE RECURSOS DO FUNDEB ATÉ O PERÍODO	1.269.961,03	0,00
49 - (-)PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O PERÍODO	1.105.676,90	0,00
50 - (+)RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS ATÉ O PERÍODO	0,00	0,00
51 - (=) SALDO FINANCEIRO DO FUNDEB NO EXERCÍCIO ATUAL	167.564,52	0,00

FON TE: Sistema Elotech Gestão Pública, Unidade Responsável PREFEITURA MUNICIPAL DE BRASNORTE, emitido em 28/mar/2014 as 11h e 27m.

EUDES TARCISO DE AGUIAR
Prefeito

MARQUES ANTONIO CORREIA
CRC/MT- 5028

BENJAMIN PRATTI
Secretario de Finanças

Publicado por:
Ivanise Luiza Passarini Dalla Rosa
Código Identificador:CDF1D919

PREFEITURA MUNICIPAL
RREO 1º BIMESTRE ANEXO XII - REPUBLICA-SE POR FALHA NO ENVIO AO DIÁRIO OFICIAL Nº 1963 DE 02/05/2014 E NO SITIO DA PREFEITURA MUNICIPAL E POR AFIXAÇÃO EM LOCAL PROPRIO NO PAÇO MUNICIPAL

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2.014/BIMESTRE JANEIRO-FEVEREIRO

RREO – ANEXO XII (LC 141/2012, art. 35)				R$ 1,00
RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	**PREVISÃO INICIAL**	**PREVISÃO ATUALIZADA (a)**	**RECEITAS REALIZADAS**	
			até o Bimestre (b)	**% (b/a)*100**
RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA (I)	2.764.582,00	2.764.582,00	751.427,99	27,18
Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU	209.277,00	209.277,00	67,98	0,03
Imposto sobre Transmissão de Bens Intervivos - ITBI	777.065,00	777.065,00	430.504,85	55,40
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	1.033.233,00	1.033.233,00	176.059,30	17,04
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	441.743,00	441.743,00	103.164,78	23,35
Imposto Territorial Rural - ITR	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Deduções das Receitas de Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos dos Impostos	52.767,00	52.767,00	503,81	0,95
Dívida Ativa dos Impostos	162.616,00	162.616,00	29.522,60	18,15
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos da Dívida Ativa	87.881,00	87.881,00	11.604,67	13,20
(-) Deduções da Receita de Multas, Juros de Mora e Dívida Ativa de Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (II)	23.125.455,00	23.125.455,00	4.497.512,68	19,45
Cota-Parte FPM	8.435.108,00	8.435.108,00	1.952.727,06	23,15
Cota-Parte ITR	1.561.715,00	1.561.715,00	231.711,16	14,84
Cota-Parte IPVA	465.512,00	465.512,00	121.421,25	26,08
Cota-Parte ICMS	12.474.899,00	12.474.899,00	2.168.110,04	17,38
Cota-Parte IPI-Exportação	90.027,00	90.027,00	11.087,85	12,32
Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais	0,00	0,00	0,00	0,00
Desoneração ICMS (LC 87/96)	98.194,00	98.194,00	12.455,32	12,68
Outras	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (III) = I + II	**25.890.037,00**	**25.890.037,00**	**5.248.940,67**	**20,27**
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	**PREVISÃO INICIAL**	**PREVISÃO ATUALIZADA (c)**	**RECEITAS REALIZADAS**	
			até o Bimestre (d)	**% (d/c)*100**
TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE-SUS	5.038.202,00	5.038.202,00	1.340.053,13	26,60
Provenientes da União	4.363.658,00	4.363.658,00	1.329.397,81	30,47
Provenientes do Estado	674.544,00	674.544,00	10.655,32	1,58
Provenientes de Outros Municípios	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas do SUS	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIA VOLUNTÁRIAS	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO VINCULADAS À SAÚDE	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	**5.038.202,00**	**5.038.202,00**	**1.340.053,13**	**26,60**

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	**DOTAÇÃO INICIAL**	**DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)**	**DESPESAS EMPENHADAS**		**DESPESAS LIQUIDADAS**	
			Até o Bimestre (f)	**% (f/e)*100**	**Até o Bimestre (g)**	**% (g/e)*100**
DESPESAS CORRENTES						
Pessoal e Encargos Sociais	5.458.007,00	5.398.207,00	1.355.994,50	25,12 %	1.355.994,50	25,12 %
Outras Despesas Correntes	3.569.563,55	3.629.363,55	1.766.027,59	48,66 %	591.713,69	16,30 %
DESPESAS DE CAPITAL						

Investimentos	429.405,00	889.405,00	7.987,00	0,90 %	2.737,00	0,31 %
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE (IV)	**9.456.975,55**	**9.916.975,55**	**3.130.009,09**	**31,56 %**	**1.950.445,19**	**19,67 %**

DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS PARA FINS DE APURAÇÃO DO PERCENTUAL MÍNIMO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (h)	% (h/IVf)* 100	Até o Bimestre (i)	% (i/IVg)* 100
DESPESAS COM INATIVOS E PENSIONISTAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA COM ASSISTÊNCIA À SAÚDE QUE NÃO ATENDE AO PRINCÍPIO DE ACESSO UNIVERSAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM OUTROS RECURSOS	4.134.655,00	4.861.655,00	992.526,22	100,00	663.517,83	100,00
Recursos de Transferência do Sistema Único de Saúde - SUS	4.134.655,00	4.861.655,00	992.526,22	100,00	663.517,83	100,00
Recursos de Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Recursos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS AÇÕES E SERVIÇOS NÃO COMPUTADOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS INDEVIDAMENTE NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA VINCULADA AOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS VINCULADOS À PARCELA DO PERCENTUAL MÍNIMO QUE NÃO FOI APLICADA EM AÇÕES E SERVIÇOS DE SAÚDE EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS COM NÃO COMPUTADAS (V)	**4.134.655,00**	**4.861.655,00**	**992.526,22**	**100,00**	**663.517,83**	**100,00**
TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (VI) = (IV - V)	**5.322.320,55**	**5.055.320,55**	**2.137.482,87**	**42,28**	**1.286.927,36**	**25,46**
PERCENTUAL DE APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE SOBRE A RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (VII%) = (VI / IIIb x 100) - LIMITE CONSTITUCIONAL 15%						**24,52**
VALOR REFERENTE À DIFERENÇA ENTRE O VALOR EXECUTADO E O LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL [(VII - 15)/100 x IIIb]						**499.586,26**

EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA	INSCRITOS	CANCELADOS / PRESCRITOS	PAGOS	A PAGAR	PARCELA CONSIDERADA NO LIMITE
TOTAL					

CONTROLE DAS DESPESAS CUSTEADAS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA VINCULADA AOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS CONSIDERADOS PARA FINS DE CUMPRIMENTO DO LIMITE ARTIGO 24, § 1º e 2º	DISPONIBILIDADE DE CAIXA VINCULADA AOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS		
	Saldo Inicial	Despesas custeadas no exercício de referência (j)	Saldo Final (Não Aplicado)
TOTAL (VIII)			
CONTROLE DAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS VINCULADOS À PARCELA DO PERCENTUAL MÍNIMO NÃO APLICADA EM AÇÕES E SERVIÇOS DE SAÚDE EM EXERCÍCIOS ANTERIORES - ARTIGOS 25 E 26	**RECURSOS VINCULADOS À DIFERENÇA DE LIMITE NÃO CUMPRIDO**		
	Saldo Inicial	Despesas custeadas no exercício de referência (k)	Saldo Final (Não Aplicado)
TOTAL (IX)			

DESPESAS COM SAÚDE (Por SubFunção)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (l)	% (l/total l) *100	Até o Bimestre (m)	% (m/total m) *100
Atenção Básica	2.994.747,00	3.454.747,00	470.855,11	15,04	440.979,45	22,61
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	6.132.531,55	6.132.531,55	2.605.705,29	83,25	1.472.575,65	75,50
Vigilância Sanitária	43.777,00	43.777,00	9.981,00	0,32	1.822,40	0,09
Vigilância Epidemiológica	285.920,00	285.920,00	43.467,69	1,39	35.067,69	1,80
Transferências dos Encargos do ente para o RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	**9.456.975,55**	**9.916.975,55**	**3.130.009,09**	**100,00**	**1.950.445,19**	**100,00**
FON TE: Sistema Elotech Gestão Pública, Unidade Responsável PREFEITURA MUNICIPAL DE BRASNORTE, emitido em 28/mar/2014 as 11h e 30m.						

EUDES TARCISO DE AGUIAR
Prefeito

MARQUES ANTONIO CORREIA
CRC/MT- 5028

BENJAMIN PRATTI
Secretario de Finanças

Publicado por:
Ivanise Luiza Passarini Dalla Rosa
Código Identificador:3BFC780C

PREFEITURA MUNICIPAL
RREO 2º BIMESTRE ANEXO VIII - REPUBLICA-SE POR FALHA NO ENVIO AO DIÁRIO OFICIAL Nº 1991 DE 11/06/2014 E NO SITIO DA PREFEITURA MUNICIPAL E POR AFIXAÇÃO EM LOCAL PROPRIO NO PAÇO MUNICIPAL

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2.014/BIMESTRE MARÇO-ABRIL

RREO – ANEXO VIII (LDB, art. 72)					R$ 1,00
RECEITAS DO ENSINO					
RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (caput do art. 212 da Constituição)	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		% (c)=(b/a) *100
			no Período	Até o Período (b)	
1- RECEITAS DE IMPOSTOS	2.764.582,00	2.764.582,00	412.666,41	1.164.094,40	42,11
1.1- Receita Resultante do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana – IPTU	371.994,00	371.994,00	11.417,70	36.159,82	9,72
1.1.1 - IPTU	209.277,00	209.277,00	748,93	816,91	0,39

1.1.2 - Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IPTU	3.111,00	3.111,00	63,71	66,71	2,14
1.1.3 - Dívida Ativa do IPTU	76.310,00	76.310,00	7.350,95	23.319,46	30,56
1.1.4 - Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IPTU	83.296,00	83.296,00	3.254,11	11.956,74	14,35
1.1.5 - (-) Deduções da Receita do IPTU	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2- Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos – ITBI	777.181,00	777.181,00	96.641,75	527.146,60	67,83
1.2.1 - ITBI	777.065,00	777.065,00	96.602,05	527.106,90	67,83
1.2.2 - Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITBI	116,00	116,00	39,70	39,70	34,22
1.2.3 - Dívida Ativa do ITBI	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.4 - Multas, Juros de Mora, Atualização Monetátia e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITBI	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.5 - (-) Deduções da Receita do ITBI	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.3- Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISS	1.173.664,00	1.173.664,00	210.949,27	403.965,51	34,42
1.3.1 - ISS	1.033.233,00	1.033.233,00	210.621,35	386.680,65	37,42
1.3.2 - Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ISS	49.540,00	49.540,00	124,86	625,67	1,26
1.3.3 - Dívida Ativa do ISS	86.306,00	86.306,00	158,98	13.713,07	15,89
1.3.4 - Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ISS	4.585,00	4.585,00	44,08	2.946,12	64,26
1.3.5 - (-) Deduções da Receita do ISS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4- Receita Resultante do Imposto de Renda Retido na Fonte – IRRF	441.743,00	441.743,00	93.657,69	196.822,47	44,56
1.4.1 - IRRF	441.743,00	441.743,00	93.657,69	196.822,47	44,56
1.4.2 - Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IRRF	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.3 - Dívida Ativa do IRRF	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.4 - Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IRRF	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.5 - (-) Deduções da Receita do IRRF	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5- Receita Resultante do Imposto Territorial Rural – ITR (CF,art, 153, 4º, inciso III)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.1 - ITR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.2 - Multas, Juros e Outros Encargos do ITR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.3 - Dívida Ativa do ITR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.4 - Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.5 - (-) Deduções da Receita do ITR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2- RECEITAS DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	23.125.455,00	23.125.455,00	3.754.821,67	8.252.334,35	35,69
2.1 - Cota-Parte FPM	8.435.108,00	8.435.108,00	1.280.899,21	3.233.626,27	38,34
2.1.1 - Parcela Referente à CF. art. 159, I, alínea b	8.435.108,00	8.435.108,00	1.280.899,21	3.233.626,27	38,34
2.1.2 - Parcela Referente à CF. art. 159, I, alínea d	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2.2 - Cota-Parte ICMS	12.474.899,00	12.474.899,00	2.230.063,79	4.398.173,83	35,26
2.3 - ICMS-Desoneração – L.C. nº87/1996	98.194,00	98.194,00	6.227,66	18.682,98	19,03
2.4 - Cota-Parte IPI-Exportação	90.027,00	90.027,00	29.274,45	40.362,30	44,83
2.5 - Cota-Parte ITR	1.561.715,00	1.561.715,00	31.538,30	263.249,46	16,86
2.6 - Cota-Parte IPVA	465.512,00	465.512,00	176.818,26	298.239,51	64,07
2.7 - Cota-Parte IOF-Ouro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3- TOTAL DA RECEITA DE IMPOSTOS (1 + 2)	25.890.037,00	25.890.037,00	4.167.488,08	9.416.428,75	36,37

RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		% (c)=(b/a) *100
			no Período	Até o Período (b)	
4 - RECEITA DA APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
VINCULADOS AO ENSINO					
5 - RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DO FNDE	762.706,00	762.706,00	143.237,59	215.644,99	28,27
5.1 - Transferências do Salário-Educação	376.961,00	376.961,00	90.848,12	163.255,52	43,31
5.2 - Outras Trasnferências do FNDE	385.745,00	385.745,00	52.389,47	52.389,47	13,58
5.3 - Aplicação Financeira dos Recursos do FNDE	0,00	0,00	0,00	0,00	13,58
6 - RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	1.131.350,00	1.131.350,00	87.719,53	108.577,93	9,60
6.1 - Transferências de Convênios	1.131.350,00	1.131.350,00	87.719,53	108.577,93	9,60
6.2 - Aplicações Financeiras dos Recursos de Convênios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
7 - RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
8 - OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
9 - TOTAL DAS RECEITAS ADICIONADAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (4+5+6+7+8)	1.894.056,00	1.894.056,00	230.957,12	324.222,92	17,12

FUNDEB

RECEITAS DO FUNDEB	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		% (c)=(b/a) *100
			no Período	Até o Período (b)	
10 - RECEITAS DESTINADAS AO FUNDEB	4.607.085,60	4.607.085,60	745.109,24	1.642.394,01	35,65
10.1 - Cota-Parte FPM Destinada ao FUNDEB - (20% 2.1)	1.687.021,60	1.687.021,60	256.179,80	646.725,16	38,34
10.2 - Cota-Parte ICMS Destinada ao FUNDEB - (20% 2.2)	2.494.979,80	2.494.979,80	446.012,72	879.634,68	35,26
10.3 - ICMS-Desoneração Destinada ao FUNDEB - (20% 2.3)	19.638,80	19.638,80	1.245,53	3.736,59	19,03
10.4 - Cota-Parte IPI-Exportação Destinada ao FUNDEB - (20% 2.4)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10.5 - Cota-Parte ITR ou ITR Arrecadados Destinados ao FUNDEB – (20% de (1.5 + 2.5))	312.343,00	312.343,00	6.307,64	52.649,84	16,86
10.6 - Cota-Parte IPVA Destinada ao FUNDEB - (20% 2.6)	93.102,40	93.102,40	35.363,55	59.647,74	64,07
11 - RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB	6.365.917,00	6.365.917,00	1.099.038,65	2.368.999,68	37,21
11.1 - Transferências de Recursos do FUNDEB	6.365.917,00	6.365.917,00	1.099.038,65	2.368.999,68	37,21
11.2 - Complementação da União ao FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
11.3 - Receita de Aplicação Financeira dos Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
12 - RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB	1.758.831,40	1.758.831,40	353.929,41	726.605,67	41,31
[SE RESULTADO LÍQUIDO DA TRANSFERÊNCIA (12) > 0] = ACRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB					
[SE RESULTADO LÍQUIDO DA TRANSFERÊNCIA (12) < 0] = DECRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB					

DESPESAS DO FUNDEB	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			no Período	Até o Período (e)	% (f)=(e/d) *100
13 - PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO	3.819.550,20	3.819.550,20	696.951,21	1.331.980,23	34,87
13.1- Com Educação Infantil	450.000,00	450.000,00	70.806,63	152.537,44	33,90
13.2- Com Ensino Fundamental	3.369.550,20	3.369.550,20	626.144,58	1.179.442,79	35,00
14 - OUTRAS DESPESAS	2.546.366,80	2.546.366,80	560.454,34	1.075.230,58	42,23
14.1- Com Educação Infantil	600.000,00	579.000,00	126.523,65	235.381,15	0,41
14.2- Com Ensino Fundamental	1.946.366,80	1.967.366,80	433.930,69	839.849,43	42,69
15 - TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB (13+14)	6.365.917,00	6.365.917,00	1.257.405,55	2.407.210,81	37,81

DEDUÇÕES PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB PARA PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO	VALOR
16 - RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCICIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DO FUNDEB	0,00
17 - DESPESAS CUSTEADAS COM SUPERÁVIT FINANCEIRO DO EXERCICIO ANTERIOR DO FUNDEB	0,00
18 - TOTAL DAS DEDUCOES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB (16+17)	0,00
19 - MÍNIMO DE 60% DO FUNDEB NA REMUNERAÇÃO DO MAGISTÉRIO COM EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL ((13 - 18)/(11)x100)%	56,23
CONTROLE DA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS NO EXERCÍCIO SUBSEQUENTE	**VALOR**
20 - RECURSOS RECEBIDOS DO FUNDEB NO EXERCICIO ANTERIOR QUE NAO FORAM UTILIZADOS	3.280,39

21 - DESPESAS CUSTEADAS COM SALDO DO ITEM 20 ATE O 1º TRIMESTRE DO EXERCICIO					0,00
MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - DESPESAS CUSTEADAS COM A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB					
RECEITAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			no Período	Até o Período (b)	% (c)=(b/a) *100
22 - IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DESTINADAS À MDE (25% de 3)	6.472.509,25	6.472.509,25	1.041.872,02	2.354.107,19	36,37
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		% (f)=(e/d) *100
			no Período	Acumulado (e)	
23 - EDUCAÇÃO INFANTIL	1.332.000,00	1.533.879,79	199.880,92	393.237,81	25,64
23.1- Despesas Custeadas com Recursos do Fundeb	1.050.000,00	1.029.000,00	197.330,28	387.918,59	37,70
23.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	282.000,00	504.879,79	2.550,64	5.319,22	1,05
24 - ENSINO FUNDAMENTAL	8.970.482,00	9.016.469,00	1.527.451,77	2.820.479,64	31,28
24.1- Despesas Custeadas com Recursos do Fundeb	5.315.917,00	5.336.917,00	1.060.075,27	2.019.292,22	37,84
24.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	3.654.565,00	3.679.552,00	467.376,50	801.187,42	21,77
25- ENSINO MÉDIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
26- ENSINO SUPERIOR	50.000,00	157.238,00	0,00	0,00	0,00
27- ENSINO PROFISSIONAL NÃO INTEGRADO AO ENS. REGULAR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
28- OUTRAS	380.000,00	380.000,00	48.377,25	89.564,70	23,57
29 - TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO (23+24+25+26+27+28)	10.732.482,00	11.087.586,79	1.775.709,94	3.303.282,15	29,79
DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL					**VALOR**
30 - RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB = (12)					726.605,67
31 - DESPESAS CUSTEADAS COM A COMPLEMENTAÇÃO DO FUNDEB NO EXERCÍCIO					0,00
32 - RECEITAS DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS DO FUNDEB ATÉ O BIMESTRE = (50h)					0,00
33 - DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB					0,00
34 - DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTO					0,00
35- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO					0,00
36- CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO = (46g)					0,00
37- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL (30 + 31 + 32 + 33 + 34 + 35 + 36)					726.605,67
38- TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE((23+24) - 37)					2.487.111,78
39 - MÍNIMO DE 25% DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS EM MDE ((38) / (3) x 100) %					26,41
OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE					
OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			no Período	Até o Período (e)	% (f)=(e/d) *100
40- DESPESAS CUSTEADAS COM APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
41- DESPESAS CUSTEADAS COM A CONTRIBUIÇÃO DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
42- DESPESAS CUSTEADAS COM OPERAÇÃO DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
43- DESPESAS CUSTEADAS COM OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
44 - TOTAL DAS OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (40+41+42+43)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
45 - TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM MDE (29+44)	**10.732.482,00**	**11.087.586,79**	**1.775.709,94**	**3.303.282,15**	**29,79**
RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO				**SALDO ATÉ O PERÍODO**	**CANCELADOS EM 2014 (g)**
46- RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE				0,00	0,00
FLUXO FINANCEIRO DOS RECURSOS				**VALOR**	
				FUNDEB (h)	**FUNDEF**
47 - SALDO FINANCEIRO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013				3.280,39	0,00
48 - (+)INGRESSO DE RECURSOS DO FUNDEB ATÉ O PERÍODO				2.368.999,68	0,00
49 - (-)PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O PERÍODO				2.344.667,40	0,00
50 - (+)RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS ATÉ O PERÍODO				0,00	0,00
51 - (=) SALDO FINANCEIRO DO FUNDEB NO EXERCÍCIO ATUAL				27.612,67	0,00
FON TE: Sistema Elotech Gestão Pública, Unidade Responsável PREFEITURA MUNICIPAL DE BRASNORTE, emitido em 29/mai/2014 as 11h e 35m.					

EUDES TARCISO DE AGUIAR
Prefeito

MARQUES ANTONIO CORREIA
CRC/MT- 5028

BENJAMIN PRATTI
Secretario de Finanças

Publicado por:
Ivanise Luiza Passarini Dalla Rosa
Código Identificador:57EFE179

PREFEITURA MUNICIPAL
RREO 2º BIMESTRE ANEXO XII - REPUBLICA-SE POR FALHA NO ENVIO AO DIÁRIO OFICIAL Nº 1991 DE 11/06/2014 E NO SITIO DA PREFEITURA MUNICIPAL E POR AFIXAÇÃO EM LOCAL PROPRIO NO PAÇO MUNICIPAL

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2.014/BIMESTRE MARÇO-ABRIL

RREO – ANEXO XII (LC 141/2012, art. 35)				R$ 1,00
RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	**PREVISÃO INICIAL**	**PREVISÃO ATUALIZADA (a)**	**RECEITAS REALIZADAS**	
			até o Bimestre (b)	**% (b/a)*100**
RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA (I)	2.764.582,00	2.764.582,00	1.164.094,40	42,11
Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU	209.277,00	209.277,00	816,91	0,39
Imposto sobre Transmissão de Bens Intervivos - ITBI	777.065,00	777.065,00	527.106,90	67,83

Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	1.033.233,00	1.033.233,00	386.680,65	37,42
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	441.743,00	441.743,00	196.822,47	44,56
Imposto Territorial Rural - ITR	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Deduções das Receitas de Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos dos Impostos	52.767,00	52.767,00	732,08	1,39
Dívida Ativa dos Impostos	162.616,00	162.616,00	37.032,53	22,77
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos da Dívida Ativa	87.881,00	87.881,00	14.902,86	16,96
(-) Deduções da Receita de Multas, Juros de Mora e Dívida Ativa de Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (II)	23.125.455,00	23.125.455,00	8.252.334,35	35,69
Cota-Parte FPM	8.435.108,00	8.435.108,00	3.233.626,27	38,34
Cota-Parte ITR	1.561.715,00	1.561.715,00	263.249,46	16,86
Cota-Parte IPVA	465.512,00	465.512,00	298.239,51	64,07
Cota-Parte ICMS	12.474.899,00	12.474.899,00	4.398.173,83	35,26
Cota-Parte IPI-Exportação	90.027,00	90.027,00	40.362,30	44,83
Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais	0,00	0,00	0,00	0,00
Desoneração ICMS (LC 87/96)	98.194,00	98.194,00	18.682,98	19,03
Outras	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (III) = I + II	**25.890.037,00**	**25.890.037,00**	**9.416.428,75**	**36,37**

RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	**PREVISÃO INICIAL**	**PREVISÃO ATUALIZADA (c)**	**RECEITAS REALIZADAS**	
			até o Bimestre (d)	**% (d/c)*100**
TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE-SUS	5.038.202,00	5.038.202,00	1.854.174,72	36,80
Provenientes da União	4.363.658,00	4.363.658,00	1.803.528,28	41,33
Provenientes do Estado	674.544,00	674.544,00	50.646,44	7,51
Provenientes de Outros Municípios	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas do SUS	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIA VOLUNTÁRIAS	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO VINCULADAS À SAÚDE	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	**5.038.202,00**	**5.038.202,00**	**1.854.174,72**	**36,80**

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	**DOTAÇÃO INICIAL**	**DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)**	**DESPESAS EMPENHADAS**		**DESPESAS LIQUIDADAS**	
			Até o Bimestre (f)	**% (f/e)*100**	**Até o Bimestre (g)**	**% (g/e)*100**
DESPESAS CORRENTES						
Pessoal e Encargos Sociais	5.458.007,00	5.406.107,00	2.610.677,15	48,29 %	2.610.677,15	48,29 %
Outras Despesas Correntes	3.569.563,55	5.148.799,55	2.747.060,45	53,35 %	1.346.420,51	26,15 %
DESPESAS DE CAPITAL						
Investimentos	429.405,00	1.849.279,24	1.086.690,05	58,76 %	10.030,00	0,54 %
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE (IV)	**9.456.975,55**	**12.404.185,79**	**6.444.427,65**	**51,95 %**	**3.967.127,66**	**31,98 %**

DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS PARA FINS DE APURAÇÃO DO PERCENTUAL MÍNIMO	**DOTAÇÃO INICIAL**	**DOTAÇÃO ATUALIZADA**	**DESPESAS EMPENHADAS**		**DESPESAS LIQUIDADAS**	
			Até o Bimestre (h)	**% (h/IVf)* 100**	**Até o Bimestre (i)**	**% (i/IVg)* 100**
DESPESAS COM INATIVOS E PENSIONISTAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA COM ASSISTÊNCIA À SAÚDE QUE NÃO ATENDE AO PRINCÍPIO DE ACESSO UNIVERSAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM OUTROS RECURSOS	4.134.655,00	5.697.129,24	2.706.135,84	100,00	1.210.912,69	100,00
Recursos de Transferência do Sistema Único de Saúde - SUS	4.134.655,00	5.697.129,24	2.706.135,84	100,00	1.210.912,69	100,00
Recursos de Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Recursos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS AÇÕES E SERVIÇOS NÃO COMPUTADOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS INDEVIDAMENTE NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA VINCULADA AOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS VINCULADOS À PARCELA DO PERCENTUAL MÍNIMO QUE NÃO FOI APLICADA EM AÇÕES E SERVIÇOS DE SAÚDE EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS COM NÃO COMPUTADAS (V)	**4.134.655,00**	**5.697.129,24**	**2.706.135,84**	**100,00**	**1.210.912,69**	**100,00**
TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (VI) = (IV - V)	**5.322.320,55**	**6.707.056,55**	**3.738.291,81**	**55,74**	**2.756.214,97**	**41,09**
PERCENTUAL DE APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE SOBRE A RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (VII%) = (VI / IIIb x 100) - LIMITE CONSTITUCIONAL 15%						**29,27**
VALOR REFERENTE À DIFERENÇA ENTRE O VALOR EXECUTADO E O LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL [(VII - 15)/100 x IIIb]						**1.343.750,66**

EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA	**INSCRITOS**	**CANCELADOS / PAGOS PRESCRITOS**	**A PAGAR**	**PARCELA CONSIDERADA NO LIMITE**
TOTAL				

CONTROLE DAS DESPESAS CUSTEADAS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA VINCULADA AOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS CONSIDERADOS PARA FINS DE CUMPRIMENTO DO LIMITE ARTIGO 24, § 1º e 2º	**DISPONIBILIDADE DE CAIXA VINCULADA AOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS**		
	Saldo Inicial	**Despesas custeadas no exercício de referência (j)**	**Saldo Final (Não Aplicado)**
TOTAL (VIII)			

CONTROLE DAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS VINCULADOS À PARCELA DO PERCENTUAL MÍNIMO NÃO APLICADA EM AÇÕES E SERVIÇOS DE SAÚDE EM EXERCÍCIOS ANTERIORES - ARTIGOS 25 E 26	**RECURSOS VINCULADOS À DIFERENÇA DE LIMITE NÃO CUMPRIDO**		
	Saldo Inicial	**Despesas custeadas no exercício de referência (k)**	**Saldo Final (Não Aplicado)**
TOTAL (IX)			

DESPESAS COM SAÚDE (Por SubFunção)	**DOTAÇÃO INICIAL**	**DOTAÇÃO ATUALIZADA**	**DESPESAS EMPENHADAS**		**DESPESAS LIQUIDADAS**	
			Até o Bimestre (l)	**% (l/total l) *100**	**Até o Bimestre (m)**	**% (m/total m) *100**
Atenção Básica	2.994.747,00	4.290.221,24	1.939.477,29	30,10	814.689,74	20,54
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	6.132.531,55	7.784.267,55	4.408.078,36	68,40	3.068.668,42	77,35
Vigilância Sanitária	43.777,00	43.777,00	10.176,00	0,16	3.893,50	0,10

Vigilância Epidemiológica	285.920,00	285.920,00	86.696,00	1,35	79.876,00	2,01
Transferências dos Encargos do ente para o RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	**9.456.975,55**	**12.404.185,79**	**6.444.427,65**	**100,00**	**3.967.127,66**	**100,00**
FON TE: Sistema Elotech Gestão Pública, Unidade Responsável PREFEITURA MUNICIPAL DE BRASNORTE, emitido em 29/mai/2014 as 11h e 39m.						

EUDES TARCISO DE AGUIAR
Prefeito

MARQUES ANTONIO CORREIA
CRC/MT- 5028

BENJAMIN PRATTI
Secretario de Finanças

Publicado por:
Ivanise Luiza Passarini Dalla Rosa
Código Identificador:F83B449A

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINÁPOLIS

PREFEITURA MUNICIPAL
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS NUMERO 053/2014

PREGÃO PRESENCIAL – REGISTRO DE PREÇO Nº 019/2014

Pelo presente instrumento, a **PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINÁPOLIS - MT**, por intermédio do **Prefeito Municipal**, inscrita no CNPJ/MF sob nº. 00.965.152/0001-29, com Sede na Avenida Benônico Jose Lourenço nº. 2.170 – Setor União, Campinápolis/MT, CEP 78.630-000, doravante denominada **Prefeitura**, representada neste ato pelo Prefeito Municipal Sr. JEOVAN FARIA, brasileiro, casado, empresário, inscrito na CI/RG nº. 972265 SSP/MT e o CPF nº. 593.631.421-91, residente e domiciliado na Vereador Amélio Ribeiro nº. 1.300 – Setor Antônio Pedro, CEP 78630-000, neste município de Campinápolis - MT, e a empresa **DENTAL CENTRO OESTE LTDA,** inscrita no CNPJ/MF sob o nº.36.900.926/0001-80, e Inscrição Estadual nº 13.182.033-8, com sede na Rua Profº. JOÃO Felix, 635 – Bairro Baú, Cuiabá – MT, CEP 78.008.200, doravante denominada **FORNECEDORA**, representada neste ato pelo seu Sócio Proprietário, Sr. **FÁBIO SPADA,** brasileiro, casado, Comerciante, portador da cédula de Identidade nº 1048611-9 SSP/MT e do CPF/MF nº. 694.859.251-15, residente e domiciliado na cidade de Cuiabá - MT e considerando o que tudo consta no Processo Licitatório nº 052/2014, sujeitando-se aos princípios e as exigências da Lei 10.520/02, subsidiada pela Lei 8.666/93 e atualizações posteriores, regulamentada, no que couber, pelo Decreto 3.555 de 8 de Agosto de 2000, RESOLVEM celebrar a presente Ata de Registro de Preços, nos termos do procedimento licitatório modalidade Pregão Presencial nº 019/2014, e ainda mediante as cláusulas e condições seguintes.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO
1.1. O presente Instrumento tem por objeto o **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL Aquisição de Medicamento Hospitalar e Farmácia Básica, Material Hospitalar, Laboratorial e Odontológico, para atender necessidade do Hospital Municipal, Farmácia Básica, Laboratório e Odontologia, de acordo com as especificações contidas no Anexo I – Termo de Referencia,** nos termos do procedimento licitatório modalidade PREGÃO PRESENCIAL - REGISTRO DE PREÇOS nº 019/2014 e seus Anexos.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO REGIME DE EXECUÇÃO
2.1. A forma de execução será indireta por fornecimento parcelado, conforme disposto no art. 6º, VIII, e art. 10, II, ambos da Lei nº 8.666/93 e alterações.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO AMPARO E SUJEIÇÃO ÀS NORMAS LEGAIS
3.1. A aplica-se a esta Ata de Registro de Preços a Lei nº. 10.520, de 17/07/2002, subsidiada pela Lei nº 8.666/1993 e pelo Decreto 3.555 de 08 de Agosto de 2000, bem como as Cláusulas deste instrumento.

CLÁUSULA QUARTA – DOCUMENTOS APLICÁVEIS
4.1. Fazem parte integrante desta Ata de Registro de Preços, independente de sua transcrição, a proposta da fornecedora, a(s) nota(s) de empenho de despesa, o Edital e seus Anexos, e os demais elementos constantes do Processo nº 052/2014.

CLÁUSULA QUINTA – DA RESCISÃO CONTRATUAL
5.1. A presente Ata Contrato poderá ser rescindida:
I. Por ato unilateral e escrito da **CONTRATANTE**, nos casos enumerados nos incisos I a XII, XVII e XVIII, do artigo 78, da Lei nº 8.666/93.

II. Por acordo entre as partes, reduzido a termo.

III. Na forma, pelos motivos e em observância às demais previsões contidas nos artigos 77 a 80 da Lei nº 8.666/93.

§1º - Os casos de rescisão contratual deverão ser formalmente motivados, assegurada a observância dos princípios do contraditório da ampla defesa.

§2º - Ocorrendo a rescisão deste Contrato e não sendo devida nenhuma indenização, reparação ou restituição por parte da **CONTRATADA**, a **CONTRATANTE** responderá pelo preço estipulado para os serviços, devido em face dos trabalhos efetivamente executados pela **CONTRATADA** até a data da rescisão.

CLÁUSULA SEXTA - DAS SANÇÕES
6.1. A **CONTRATADA,** deixando de entregar documento exigido, apresentando documentação falsa, ensejando o retardamento da execução do objeto, não mantendo a proposta, falhando ou fraudando na execução do Contrato, comportando-se de modo inidôneo ou cometendo fraude fiscal,

ficará impedida de licitar e contratar com o Estado e, se for o caso, será descredenciada do Cadastro Geral de Fornecedores do Estado de Mato Grosso, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas neste Contrato e demais cominações legais.

§1º - Fica estabelecido o percentual de multa, aplicáveis quando do descumprimento contratual:

I – 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato, por infração de qualquer cláusula contratual, ou na hipotese da **CONTRATADA** injustificadamente desistir do contrato ou der causa à sua recisão.

II – a Contratante em face de menor gravidade do fato e mediante motivação da autoirdade superior, poderá reduzir o percentual da multa a ser aplicada. Na reincidência, a multa será aplicada em dobro, devidamente atualizada até o dia do efetivo recolhimento.

§2º - O valor da multa aplicada, após regular processo administrativo, será descontado dos pagamentos devidos pela Prefeitura**.** Se os valores não forem suficientes, a diferença será descontada da garantia prestada ou deverá ser recolhida pela contratada no prazo máximo de 3 (três) dias úteis, a contar da aplicação da sanção**.**

§3º - As sanções previstas, em face da gravidade da infração, poderão ser aplicadas cumulativamente, após regular processo administrativo em que se garantirá a observância dos princípios do contraditório e da ampla defesa.

CLÁUSULA SETIMA – DO VALOR CONTRATUAL E FORMA DE PAGAMENTO

7.1. Dar se o valor contratual a importância de R$: **277.674,43 (**Duzentos e Setenta e Sete Mil, Seiscentos e Setenta e Quatro Reais e Quarenta e Três Centavos**).**

7.2. O pagamento será efetuado até 30 (trinta) dias após a entrega da Nota Fiscal no departamento financeiro, atestado pelo fiscal do recebimento.

CLÁUSULA OITAVA – DA VALIDADE DA ATA E FISCALIZAÇÃO

8.1. A vigência da Ata Contratual será de um ano para todos os efeitos jurídicos, contados da assinatura do instrumento. Podendo ser prorrogada nos termos da legislação.

8.2. A fiscalização do contrato é de responsabilidade do Gabinete do Prefeito que nomeará um fiscal de contrato.

8.3. Esta Ata de Registro de Preços terá o mesmo valor jurídico de um instrumento de contrato

CLAUSULA NONA – DO CONTROLE E REAJUSTE DE PREÇOS

9.1. Durante a vigência da Ata de Registro de Preços, o valor homologado será fixo, podendo ser reajustado se observado o disposto no artigo 65 da Lei 8.666/93;

9.2. É vedado qualquer reajuste de preços durante o prazo de validade da Ata Contratual em desacordo ao Art. 65 da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA DECIMA – DO RESULTADO DA LICITAÇÃO

ITEM	CÓDI	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QTD	V. UNIT	TOTAL
1	59324	AGULHA DE SUTURA CILINDRICA	UNIDADE	400	1,50	600,00
2	59325	AGULHA DE SUTURA CORTANTE	UNIDADE	400	1,50	600,00
3	61659	ALAVANCA APICAL SELDIN N .02	UNIDADE	12	13,64	163,68
4	59376	ALAVANCA RETA	UNIDADE	6	27,30	163,80
5	61643	ANESTESICO ALPHACAINE 2%1:100.000 CX. C/50 TUBETES 1,8ML	CAIXA	15	52,00	780,00
6	61645	ANESTESICO CITOCAINA 3% CX. C/50 TUBETES 1,8ML	CAIXA	100	40,00	4.000,00
7	61431	APARELHO DE PRESSAO ADULTO DIGITAL	UNIDADE	6	86,00	516,00
8	56764	BALANCA ANTROPOMETICA DIGITAL C/ CAPACIDADE PARA 150 KG	UNIDADE	20	765,00	15.300,00
9	61406	BENZILPENICILINA PROCAINA EM PO, INJETAVEL AMPOLA400.000 UI SEM DILUENTE CAIXA COM 50 AMPOLAS	UNIDADE	10	249,00	2.490,00
10	55919	BILIRRUBINAS KIT	UNIDADE	6	37,20	223,20
11	61533	BROCA DIAMANTADA CONE INVERTIDO 1032	UNIDADE	14	2,10	29,40
12	61534	BROCA DIAMANTADA CONE INVERTIDO 1033	UNIDADE	15	2,10	31,50
13	61535	BROCA DIAMANTADA CONE INVERTIDO 1034	UNIDADE	15	2,10	31,50
14	61537	BROCA DIAMANTADA TOPO EM CHAMA 2200	UNIDADE	40	2,10	84,00
15	61538	BROCA DIAMANTADA TROCO CONICA 1062	UNIDADE	15	2,10	31,50
16	61539	BROCA DIAMANTADA TROCO CONICA 1065	UNIDADE	18	2,10	37,80
17	61540	BROCA DIAMANTADA TROCO CONICA 2067	UNIDADE	18	2,10	37,80
18	61542	BROCA DIAMANTADA TROCO CONICA 2134	UNIDADE	18	2,10	37,80
19	61543	BROCA DIAMANTADA TROCO CONICA 3070	UNIDADE	18	2,10	37,80
20	61544	BROCA DIAMANTADA TROCO CONICA 3113	UNIDADE	18	2,10	37,80
21	61545	BROCA DIAMANTADA TROCO CONICA 3227	UNIDADE	18	2,10	37,80
22	61674	CABO PARA ESPELHO INOX	UNIDADE	40	3,12	124,80
23	1033	CARVEDILOL 12,5 MG, C/15 COMPRIMIDO	CAIXA	500	5,60	2.800,00
24	55694	CEFALEXINA 250MG 60ML SUSP	UNIDADE	10	4,70	47,00
25	64484	CLORIDRATO DE PRILOCAINA+FELIPRESSINA 3 % CAIXA COM 50 TUBETES DE 1,8 ML	CAIXA	30	38,00	1.140,00
26	55765	COMPRESSA DE GAZE TIPO QUEIJO, COM 9 FIOS 91 X 91 COM 8 DOBRAS	UNIDADE	5.000	25,60	128.000,00
27	350	COMPRESSA DE GAZES HIDROFILA 100% ALGODAO 15CM X 30 COM ESTERIL C/5	PACOTE	12	0,70	8,40
28	73593	ESCITALOPRAM 15MG CX COM 28 COMP	CAIXA	30	56,00	1.680,00
29	56026	ESPELHO BUCAL PLANO DUFLEX N 5	UNIDADE	160	3,25	520,00
30	59425	ESTANTE PARA VHS	UNIDADE	1	95,00	95,00
31	378	FIO DENTAL 500M	UNIDADE	20	6,61	132,20
32	73510	FLUIMUCIL N-ACETILICISTEINA PEDIATRICO CX C/16 SACHES	UNIDADE	50	27,70	1.385,00
33	61557	FLUOR GEL ACIDULADO FRASCO 200 ML	UNIDADE	10	3,70	37,00
34	61558	FLUOR GEL NEUTRO FRASCO 200 ML	UNIDADE	6	4,40	26,40
35	55800	GAZE TIPO QUEIJO 91 X 91 11 FIOS	UNIDADE	1.000	29,90	29.900,00
36	56048	HEMOSPON CAIXA COM10 UND	CAIXA	6	22,50	135,00
37	73515	HEPARINA SODICA 5000UI IV FR DE 5ML	UNIDADE	12	319,00	3.828,00
38	73516	HEPARINA SODICA 5000UI SUBCUTANIA FRASCO DE 5ML	UNIDADE	24	270,00	6.480,00
39	61562	HIDRO C (BASE + CATALISADOR)	UNIDADE	20	31,10	622,00
40	61567	IONOMERO DE VIDRO F LIQUIDO	UNIDADE	14	12,60	176,40
41	61568	IONOMERO DE VIDRO F PO	UNIDADE	11	40,35	443,85
42	61571	IONOMERO DE VIDRO R PO	UNIDADE	11	21,20	233,20
43	61572	IRM (PO E LIQUIDO)	UNIDADE	14	59,40	831,60

44	56053	KIT ACABAMENTO GRANA FINA CAIXA COM 9 UND	CAIXA	10	80,00	800,00
45	55932	KIT DE ASLO	UNIDADE	18	59,50	1.071,00
46	59428	KIT DE FOSFATASE ALCALINE DOLES	UNIDADE	2	47,00	94,00
47	414	KIT MACHADO GUERREIRO	UNIDADE	1	120,00	120,00
48	55955	KIT V.D.R.L C DOLES	UNIDADE	2	31,90	63,80
49	55810	LAMINULA P/ MICROSP. 20 X 20 C/100	CAIXA	20	2,30	46,00
50	55812	LAMPADA HAL. JC 6V 20W (XELUX)	UNIDADE	6	5,00	30,00
51	55522	METILDOPA 500 MG CPR	UNIDADE	42.000	0,21	8.820,00
52	55584	METOCLOPRAMIDA INJ 2ML, C/100AMP	CAIXA	48	40,00	1.920,00
53	59360	MICROPIPETA DE 20 MICROLITROS C/ DESPREZADOR DE PONTEIRA	UNIDADE	5	62,00	310,00
54	59361	MICROPIPETA DE 50 MICROLITROS C/ DESPREZADOR DE PONTEIRA	UNIDADE	5	62,00	310,00
55	59362	MICROPIPETA DE MIL MICROLITROS	UNIDADE	5	62,00	310,00
56	55826	MONITOR TRACKEASE FACIL C/LANCET+10TIRAS KIT	UNIDADE	100	53,90	5.390,00
57	73719	NEGATOSCOPIO 02 CORPOS SIMPLES	UNIDADE	4	390,00	1.560,00
58	57251	NEGATOSCOPIO HOSPITALAR DE PAREDE 48 X 78 CM.	UNIDADE	6	290,00	1.740,00
59	59460	OCULOS DE PROTECAO ODONTOLOGICA	UNIDADE	4	10,00	40,00
60	76136	OXOLATO DE ESCITALOPRAM 15 MH CX CM 10	CAIXA	200	60,00	12.000,00
61	61566	PALMITATO DE RETINOL + COLECALCIFEROL+ OXIDO DE ZINCO, POMADA, BISNAGA DE 45 GR	UNIDADE	50	4,06	203,00
62	61601	PASTA PROFILATICA 90 GR	UNIDADE	14	7,20	100,80
63	73701	PCR TESTE REAGENTE 2,5M COM 100 TESTES	UNIDADE	18	32,50	585,00
64	55939	PIPETA VOLUMETRICA 10ML	UNIDADE	8	8,99	71,92
65	61615	PMCC (PARAMONOCLOROFENOL CANFORADO) CX. C/ 01 KIT	UNIDADE	10	12,56	125,60
66	55529	PROPRANOLOL 40MG COMPRIMIDO	UNIDADE	90.000	0,02	1.800,00
67	55856	SACO PLASTICO P/ LIXO HOSPITALAR CAPACIDADE 30 LT C/100	PACOTE	50	14,80	740,00
68	61705	SELADORA DE EMBALAGEM PARA AUTOCLAVE	UNIDADE	8	240,10	1.920,80
69	56077	SERINGA CARPULE	UNIDADE	5	43,20	216,00
70	59374	TENTACANULA DE ACO INOXIDAVEL	UNIDADE	2	7,00	14,00
71	56083	TESOURA CURVA	UNIDADE	12	15,20	182,40
72	61715	TESOURA PARA CORTAR MATRIZ	UNIDADE	6	16,50	99,00
73	73689	TIRA PARA GLICOSE FACIL COM APARELHO CX COM 50 UNI	CAIXA	600	52,00	31.200,00
74	59442	TIRAS PARA GLICEMIA EMBALADA TRUREAD PARA HGT INDIVIDUALMENTE CONTENDO 50 TIRAS EM CADA CX C/ APARELHO COMPATIVEL EM COMODATO	UNIDADE	12	55,00	660,00
75	55950	TUBO DE ENSAIO 13 X 100 C/50 VIDROS	UNIDADE	1	6,80	6,80
76	73702	URATO ENZIMATICO LIQUIDO 2X80ML KIT	UNIDADE	18	67,06	1.207,08
TOTAL GERAL						**277.674,43**

CLÁUSULA DECIMA PRIMEIRA – DA VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

6.1. A vigência da Ata de Registro será de 12 (doze) meses, ou enquanto durar a garantia, podendo ser prorrogada nos termos do Edital de Pregão Presencial nº 019/2014.

CLÁUSULA DECIMA SEGUNDA- DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

7.1. As despesas decorrentes do presente procedimento licitatório correrão pela seguinte dotação orçamentária:
Código 07.010.10.302.5008-2049.3390300177
Código 07.010.10.301.5008-2037.3390300140
Código 07.010.10.302.5008-2053.3390300181
Código 07.010.10.301.5008-2045.3390300160
Código 07.010.10.301.5008-2046.3390300161

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS RESPONSABILIDADES

11.1 Ao Município compete:
Efetuar os pagamentos em conformidade a Clausula Sétima deste instrumento;
Requisitar o fornecimento do item com antecedência mínima de dez (10) dias, da data de entrega.

11.2 A Contratada compete:
Manter estoque do produto ofertado em quantidade, espécie, qualidade e natureza, durante o prazo de vigência deste contrato, à disposição do Município;
Fornecer os produtos no prazo previsto neste contrato de até no máximo 10 (dez) dias sem alterações de marcas e ou substituição por genéricos ou similares;
Submeter-se ao crivo da fiscalização, controle de qualidade, quantidade e outros critérios de avaliação no ato de entrega e recebimento;
Apresentar as faturas corretamente preenchidas e em documentos válidos;
Cumprir os prazos, condições, garantias, qualidade dos produtos e preços pactuados.
Fornecer as mercadorias de acordo com sua proposta homologada sem modificações marcas e substituições dos materiais ou produtos por similares ou genéricos podendo o mesmo ser rejeitado pela Secretaria Municipal de Administração.
Fornecer os itens com a mesma marca ofertada em sua proposta e que está registrada no sistema da contratante e faz parte do processo licitatório **nº 052/2014**.

CLÁUSULA DECIMA QUARTA – DO FORO

8.1. Fica eleito o foro da Comarca de Campinápolis, Estado de Mato Grosso, com a exclusão de qualquer outro por mais privilegiado que seja como o local competente para a propositura de qualquer medida judicial decorrente desta Ata de Registro.

CLÁUSULA DECIMA QUINTA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

9.1. Os casos omissos serão resolvidos de acordo com as Leis Federais nº 10.520/2002 e 8.666/1993, e demais normas aplicáveis;
9.2. A eficácia do presente Instrumento será providenciada pela Prefeitura Municipal de Campinápolis por meio da publicação do extrato da Ata de Registro no Diário Oficial dos Municípios – Jornal da AMM, nos moldes da Lei Federal 8.666/93.

Campinápolis-MT, 20 de junho de 2014.

JEOVAN FARIA
Prefeito Municipal

DENTAL CENTRO OESTE,
CNPJ/MF sob o nº.36.900.926/0001-80

TESTEMUNHAS:

NOME:
CPF:

NOME:
CPF:

Publicado por:
Gilberto Francisco Ribeiro de Paula
Código Identificador:B81B1CC6

PREFEITURA MUNICIPAL
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS NUMERO 054/2014

PREGÃO PRESENCIAL – REGISTRO DE PREÇO Nº 019/2014

Pelo presente instrumento, a **PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINÁPOLIS - MT**, por intermédio do **Prefeito Municipal**, inscrita no CNPJ/MF sob nº. 00.965.152/0001-29, com Sede na Avenida Benônico Jose Lourenço nº. 2.170 – Setor União, Campinápolis/MT, CEP 78.630-000, doravante denominada **Prefeitura**, representada neste ato pelo Prefeito Municipal Sr. JEOVAN FARIA, brasileiro, casado, empresário, inscrito na CI/RG nº. 972265 SSP/MT e o CPF nº. 593.631.421-91, residente e domiciliado na Vereador Amélio Ribeiro nº. 1.300 – Setor Antônio Pedro, CEP 78630-000, neste município de Campinápolis - MT, e a empresa **M.S. DIAGNÓSTICA LTDA,** inscrita no CNPJ/MF sob o nº.00.970.175/0001-21, Inscrição Estadual nº 28.293.484-7, com sede Rua Alegria, 129n- Vila Maciel, CEP. 79070-305, Campo Grande - MS, doravante denominada **FORNECEDORA**, representada neste ato pelo seu sócio, Sr. **VALTER BRUNO,** brasileiro, casado, empresário, portador da cédula de Identidade nº 14105563 SSP/SP e do CPF/MF nº. 068.507.058-14 e, **NEUSA MARTINEZ BRUNO**, brasileira casada, empresária, portadora da cédula de Identidade nº 18.946.261-9 SSP/SP e do CPF/MF nº. 693.135.711-53, ambos residentes e domiciliados a Rua Antonio Correa nº. 1683 – Jardim Paulista – 79050-210 na cidade de Campo Grande - MS e considerando o que tudo consta no Processo Licitatório nº 052/2014, sujeitando-se aos princípios e as exigências da Lei 10.520/02, subsidiada pela Lei 8.666/93 e atualizações posteriores, regulamentada, no que couber, pelo Decreto 3.555 de 8 de Agosto de 2000, RESOLVEM celebrar a presente Ata de Registro de Preços, nos termos do procedimento licitatório modalidade Pregão Presencial nº 019/2014, e ainda mediante as cláusulas e condições seguintes.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO
1.1. O presente Instrumento tem por objeto o **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL Aquisição de Material Hospitalar, Laboratorial e Odontológico, para atender necessidade do Hospital Municipal, Farmácia Básica, Laboratório e Odontologia, de acordo com as especificações contidas no Anexo I – Termo de Referencia,** nos termos do procedimento licitatório modalidade PREGÃO PRESENCIAL - REGISTRO DE PREÇOS nº 019/2014 e seus Anexos.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO REGIME DE EXECUÇÃO
2.1. A forma de execução será indireta por fornecimento parcelado, conforme disposto no art. 6º, VIII, e art. 10, II, ambos da Lei nº 8.666/93 e alterações.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO AMPARO E SUJEIÇÃO ÀS NORMAS LEGAIS
3.1. A aplica-se a esta Ata de Registro de Preços a Lei nº. 10.520, de 17/07/2002, subsidiada pela Lei nº 8.666/1993 e pelo Decreto 3.555 de 08 de Agosto de 2000, bem como as Cláusulas deste instrumento.

CLÁUSULA QUARTA – DOCUMENTOS APLICÁVEIS
4.1. Fazem parte integrante desta Ata de Registro de Preços, independente de sua transcrição, a proposta da fornecedora, a(s) nota(s) de empenho de despesa, o Edital e seus Anexos, e os demais elementos constantes do Processo nº 052/2014.

CLÁUSULA QUINTA – DA RESCISÃO CONTRATUAL
5.1. A presente Ata Contrato poderá ser rescindida:
I. Por ato unilateral e escrito da **CONTRATANTE**, nos casos enumerados nos incisos I a XII, XVII e XVIII, do artigo 78, da Lei nº 8.666/93.

II. Por acordo entre as partes, reduzido a termo.

III. Na forma, pelos motivos e em observância às demais previsões contidas nos artigos 77 a 80 da Lei nº 8.666/93.

§1º - Os casos de rescisão contratual deverão ser formalmente motivados, assegurada a observância dos princípios do contraditório da ampla defesa.

§2º - Ocorrendo a rescisão deste Contrato e não sendo devida nenhuma indenização, reparação ou restituição por parte da **CONTRATADA**, a **CONTRATANTE** responderá pelo preço estipulado para os serviços, devido em face dos trabalhos efetivamente executados pela **CONTRATADA** até a data da rescisão.

CLÁUSULA SEXTA - DAS SANÇÕES
6.1. A **CONTRATADA,** deixando de entregar documento exigido, apresentando documentação falsa, ensejando o retardamento da execução do objeto, não mantendo a proposta, falhando ou fraudando na execução do Contrato, comportando-se de modo inidôneo ou cometendo fraude fiscal, ficará impedida de licitar e contratar com o Estado e, se for o caso, será descredenciada do Cadastro Geral de Fornecedores do Estado de Mato Grosso, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas neste Contrato e demais cominações legais.

§1º - Fica estabelecido o percentual de multa, aplicáveis quando do descumprimento contratual:

I – 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato, por infração de qualquer cláusula contratual, ou na hipotese da **CONTRATADA** injustificadamente desistir do contrato ou der causa à sua recisão.

II – a Contratante em face de menor gravidade do fato e mediante motivação da autoirdade superior, poderá reduzir o percentual da multa a ser aplicada. Na reincidência, a multa será aplicada em dobro, devidamente atualizada até o dia do efetivo recolhimento.

§2º - O valor da multa aplicada, após regular processo administrativo, será descontado dos pagamentos devidos pela Prefeitura**.** Se os valores não forem suficientes, a diferença será descontada da garantia prestada ou deverá ser recolhida pela contratada no prazo máximo de 3 (três) dias úteis, a contar da aplicação da sanção**.**

§3º - As sanções previstas, em face da gravidade da infração, poderão ser aplicadas cumulativamente, após regular processo administrativo em que se garantirá a observância dos princípios do contraditório e da ampla defesa.

CLÁUSULA SETIMA – DO VALOR CONTRATUAL E FORMA DE PAGAMENTO
7.1. Dar se o valor contratual a importância de R$: **6.271,70 (**Seis Mil Duzentos e Setenta e Um Reais e setenta Centavos**).**
7.2. O pagamento será efetuado até 30 (trinta) dias após a entrega da Nota Fiscal no departamento financeiro, atestado pelo fiscal do recebimento.

CLÁUSULA OITAVA – DA VALIDADE DA ATA E FISCALIZAÇÃO
8.1. A vigência da Ata Contratual será de um ano para todos os efeitos jurídicos, contados da assinatura do instrumento. Podendo ser prorrogada nos termos da legislação.
8.2. A fiscalização do contrato é de responsabilidade do Gabinete do Prefeito que nomeará um fiscal de contrato.
8.3. Esta Ata de Registro de Preços terá o mesmo valor jurídico de um instrumento de contrato

CLAUSULA NONA – DO CONTROLE E REAJUSTE DE PREÇOS
9.1. Durante a vigência da Ata de Registro de Preços, o valor homologado será fixo, podendo ser reajustado se observado o disposto no artigo 65 da Lei 8.666/93;

9.2. É vedado qualquer reajuste de preços durante o prazo de validade da Ata Contratual em desacordo ao Art. 65 da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA DECIMA – DO RESULTADO DA LICITAÇÃO

ITEM	CÓD	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QTD	V. UNIT	TOTAL
1	59421	ALCOOL ACIDO 1% DE 500 ML	UNIDADE	6	15,30	91,80
2	55918	AZUL DE METILENO 1000ML	LITRO	4	30,00	120,00
3	55920	CHAGAS HAI TEST 480 DET (HEMAGLUTINACAO)	CAIXA	2	230,00	460,00
4	73693	COLESTERO ENZIMATICO	UNIDADE	18	45,00	810,00
5	73695	COLESTEROL HDL 40+200 DET. (R) KIT	UNIDADE	2	13,00	26,00
6	55925	DESCORANTE P/ BAAR 3% 1000ML	LITRO	8	33,00	264,00
7	55926	FUCSINA FENICADA 1000ML	UNIDADE	1	17,00	17,00
8	73697	GLICOSE ENZIMATICO LIQ 1X500ML (R) KIT	UNIDADE	18	35,00	630,00
9	73700	HEMAGLUTINACAO PARA TOXOPLASMOSE KIT	UNIDADE	2	104,00	208,00
10	59429	KIT DE PROTEINAS TOTAIS DOLES	UNIDADE	1	30,00	30,00
11	59430	KIT DE TUBOS CAPILARES COM HEPARINA	UNIDADE	20	16,00	320,00
12	59431	KIT DE TUBOS CAPILARES SEM HEPARINA	UNIDADE	20	6,00	120,00
13	55946	KIT TESTE DE GRAVIDEZ HCG - STRIP TUBO PLUS KIT C/50	UNIDADE	18	42,00	756,00
14	55948	KIT TRIGLICERIDES ENZIMATICO LIQ 2 X 100ML	UNIDADE	18	98,00	1.764,00
15	55933	LIQUIDO DE TURK 500ML	UNIDADE	10	13,00	130,00
16	59435	PERA PARA SUCCAO EM PIPETA DE VIDRO	UNIDADE	1	13,00	13,00
17	55940	PIPETADOR FIXO FS 500UL	UNIDADE	2	62,00	124,00
18	59440	RECIPIENTE P/ COLETA DE RESIDUOS E MATERIAIS DE 7 LITROS-DESCARPEX	UNIDADE	1	3,90	3,90
19	59443	TIRAS PARA UROANALISE CONTENDO 10 AREAS PARA REACOES, SEMIQUANTITATIVAS DE PH, PROTEINA, GLICOSE, CETONA, BILIRRUBINA, UROBILOGENIO, NITRITO, LEUCOCITOS C/ 100 TIRAS KIT	UNIDADE	12	22,00	264,00
20	55951	TUBO DE MICRO HEMATOCRITO SEM HEPARINA KIT	UNIDADE	20	6,00	120,00
TOTAL GERAL						**6.271,70**

CLÁUSULA DECIMA PRIMEIRA – DA VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS
6.1. A vigência da Ata de Registro será de 12 (doze) meses, ou enquanto durar a garantia, podendo ser prorrogada nos termos do Edital de Pregão Presencial nº 019/2014.

CLÁUSULA DECIMA SEGUNDA- DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS
7.1. As despesas decorrentes do presente procedimento licitatório correrão pela seguinte dotação orçamentária:

Código 07.010.10.302.5008-2049.3390300177
Código 07.010.10.301.5008-2037.3390300140
Código 07.010.10.302.5008-2053.3390300181
Código 07.010.10.301.5008-2045.3390300160
Código 07.010.10.301.5008-2046.3390300161

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS RESPONSABILIDADES
11.1 Ao Município compete:
Efetuar os pagamentos em conformidade a Clausula Sétima deste instrumento;
Requisitar o fornecimento do item com antecedência mínima de dez (10) dias, da data de entrega.
11.2 A Contratada compete:
Manter estoque do produto ofertado em quantidade, espécie, qualidade e natureza, durante o prazo de vigência deste contrato, à disposição do Município;
Fornecer os produtos no prazo previsto neste contrato de até no máximo 10 (dez) dias sem alterações de marcas e ou substituição por genéricos ou similares;
Submeter-se ao crivo da fiscalização, controle de qualidade, quantidade e outros critérios de avaliação no ato de entrega e recebimento;

Apresentar as faturas corretamente preenchidas e em documentos válidos;
Cumprir os prazos, condições, garantias, qualidade dos produtos e preços pactuados.
Fornecer as mercadorias de acordo com sua proposta homologada sem modificações marcas e substituições dos materiais ou produtos por similares ou genéricos podendo o mesmo ser rejeitado pela Secretaria Municipal de Administração.
Fornecer os itens com a mesma marca ofertada em sua proposta e que está registrada no sistema da contratante e faz parte do processo licitatório **nº 052/2014**.

CLÁUSULA DECIMA QUARTA – DO FORO
8.1. Fica eleito o foro da Comarca de Campinápolis, Estado de Mato Grosso, com a exclusão de qualquer outro por mais privilegiado que seja como o local competente para a propositura de qualquer medida judicial decorrente desta Ata de Registro.

CLÁUSULA DECIMA QUINTA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS
9.1. Os casos omissos serão resolvidos de acordo com as Leis Federais nº 10.520/2002 e 8.666/1993, e demais normas aplicáveis;
9.2. A eficácia do presente Instrumento será providenciada pela Prefeitura Municipal de Campinápolis por meio da publicação do extrato da Ata de Registro no Diário Oficial dos Municípios – Jornal da AMM, nos moldes da Lei Federal 8.666/93.

Campinápolis-MT, 20 de junho de 2014.

JEOVAN FARIA
Prefeito Municipal

M.S. DIAGNÓSTICA LTDA,
CNPJ/MF sob o nº.00.970.175/0001-21

TESTEMUNHAS:

NOME:
CPF:

NOME:
CPF:

Publicado por:
Gilberto Francisco Ribeiro de Paula
Código Identificador:2B4D74D1

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CARLINDA

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS/PLANEJAMENTO E PROJETOS
ATA REGISTRO DE PREÇO Nº 031/2014

PREGÃO PRESENCIAL Nº 037/2014
Pelo presente instrumento particular, nesta cidade de Carlinda, Estado de Mato Grosso, na sede da Prefeitura Municipal de Carlinda, de um lado o MUNICÍPIO DE CARLINDA, ESTADO DE MATO GROSSO, inscrita no CGC/MF sob o n.º 01.617.905/0001-78, com sede na Av. Tancredo Neves, s/nº., na cidade de Carlinda, Estado de Mato Grosso, neste ato representada pelo seu Prefeito Municipal, Sr. Geraldo Ribeiro de Souza – brasileiro, casado, portador da C.I. RG nº. 0325037-7 SSP/PR e CPF/MF nº. 284.335.561-34, residente e domiciliado na Rua Fortaleza nº. 633, na cidade de Carlinda/MT, doravante denominado "MUNICÍPIO", e do outro lado a empresa DENTAL CENTRO OESTE LTDA – EPP, CNPJ Nº 36.900.926/0001-80, situada na R Professor João Felix, nº 635, Bairro Bau, Cuiabá-MT, CEP: 78.008-435, sendo representado pelo Sr. CARLOS LUCIANO MONTEIRO, portador do RG nº. 11499257 SSP/MT, inscrito no CPF nº. 818.222.511-68, residente e domiciliado na cidade de Sinop-MT, com procuração reconhecida no Cartório 2º Serviço Notarial e Registral da 1ª Circunscrição Imobiliária com selo digital 0050431, doravante denominada "PROMITENTE FORNECEDORA", nos termos do artigo 15 da Lei Federal 8.666 de 21 de junho de 1993, Lei Federal nº 10.520/2002, que regulamenta o Pregão Presencial e Registro de Preços e das demais normas legais aplicáveis e, considerando o resultado do PREGÃO PRESENCIAL nº 037/2014, para REGISTRO DE PREÇOS, firmam a presente Ata de Registro de Preços, obedecidas as disposições da Lei Federal nº 8.666/93, suas alterações posteriores e as condições seguintes:
CLÁUSULA PRIMEIRA DO OBJETO
1.1. Registro de Preços para futura e eventual aquisição de reagentes, materiais de bioquímica e insumos para realização de exames laboratoriais, conforme quantidades e especificações previstas no Termo de Referência da presente Licitação, conforme segue:

LOTE - 02						
933 AQUISICAO DE MATERIAL QUIMICO (ANTICOAGULANTE)						
ITEM	COD	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANT	VL. UNIT	VL. TOTAL
1	37592	ANTICOAGULANTE CITRATO COM 20ML	UNIDADE	10	3,88	38,80
2	37590	ANTICOAGULANTE EDTA (HEMATOLOGICO) COM 200ML	UNIDADE	6	30,00	180,00
3	37591	ANTICOAGULANTE FLUORETO COM 200ML	UNIDADE	6	30,20	181,20
					VL. TOTAL	400,00
LOTE - 06						
937 AQUISICAO DE MATERIAL QUIMICO (HIMUNOCROMATOGRAFICO)						
ITEM	COD	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANT	VL. UNIT	VL. TOTAL
1	37623	ANTI-HCV C/20 TESTE	CAIXA	6	81,41	488,46
2	37625	BETA -HCG C/50 TESTE	CAIXA	15	50,00	750,00
3	37624	DENGUE IgM/IgG C/20 TESTE	CAIXA	20	234,00	4.680,00
4	37626	FITA DE UROANALISE C/50 TESTE	CAIXA	100	21,37	2.137,00
5	37622	HBSag C/20 TESTE	CAIXA	6	78,00	468,00
6	37621	HIV I/II C/20 TESTE	CAIXA	6	77,75	466,50
					VL. TOTAL	8.989,96

CLÁUSULA SEGUNDA

DA VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1 – A presente ata de registro de preços terá vigência de 12 (dose) meses, a partir da data de 09/06/2014 até 09/07/2014.
2.2 - Nos termos do § 4º do artigo 15 da Lei Federal nº 8.666/93, durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, o Município de Carlinda não será obrigado a aquisição, exclusivamente por seu intermédio, os materiais referidos na cláusula primeira, podendo utilizar, para tanto, outros meios, desde que permitidos em lei, sem que, desse fato, caiba recurso ou indenização de qualquer espécie à empresa detentora.
2.3 - Em cada aquisição decorrente desta Ata, serão observadas, quanto ao preço, as cláusulas e condições constantes do edital do PREGÃO PRESENCIAL nº 037/2014, que a precedeu e integra o presente instrumento de compromisso, independente de transcrição, por ser de pleno conhecimento das partes.
CLÁUSULA TERCEIRA DO PAGAMENTO
3.1- Os pagamentos serão efetuados em até 30 (trinta) dias a partir da emissão da nota fiscal e entrega dos produtos adquiridos.
3.2- A nota fiscal somente será liberada quando o cumprimento do Empenho estiver em total conformidade com as especificações exigidas pelo MUNICÍPIO.
3.3- Na eventualidade de aplicação de multas, estas deverão ser liquidadas simultaneamente com parcela vinculada ao evento cujo descumprimento der origem à aplicação da penalidade.
3.4- As notas fiscais deverão ser emitidas em moeda corrente do país.
3.5- O CNPJ da detentora da Ata constante da nota fiscal e fatura deverá ser o mesmo da documentação apresentada no procedimento licitatório.
3.6- Nenhum pagamento será efetuado a detentora da Ata enquanto pendente de liquidação quaisquer obrigações financeiras que lhe foram impostas, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito de reajustamento de preços ou correção monetária.
CLÁUSULA QUARTA DA ENTREGA E DO PRAZO
4.1 Os produtos registrados através deste Pregão serão adquiridos de forma parcelada nos locais indicados e na quantidade solicitada pela Secretaria de solicitante.
4.2 A ata de registro de preços terá validade de 12 (doze) meses contados a partir da data de assinatura da referida ata de registro.
4.3 Os produtos deverão ser fornecidos pela empresa vencedora do certame no prazo de no máximo 05 (cinco) após solicitação da Secretaria competente.
CLÁUSULA QUINTA DAS OBRIGAÇÕES
5.1 - Do Município:
5.1.1- Atestar nas notas fiscais e/ou faturas a efetiva entrega do objeto desta Ata, conforme ajuste representado pela nota de empenho;
5.1.2- Aplicar à detentora da Ata penalidades, quando for o caso;
5.1.3- Prestar à detentora da Ata toda e qualquer informação, por estas solicitadas, necessárias à perfeita execução da nota de empenho;
5.1.4- Efetuar o pagamento à detentora da Ata no prazo avençado, após a entrega da nota fiscal, devidamente atestada, no setor competente;
5.1.5- Notificar, por escrito, à detentora da Ata da aplicação de qualquer sanção.
5.1.6- Conferir e Fiscalizar a execução ou aquisição do objeto licitado.
5.2 - Da Detentora da Ata:
5.2.1- Fornecer o objeto nas especificações, condições e com a qualidade exigida;
5.2.2- Pagar todos os tributos, despesas e custos que incidam ou venham a incidir, direta ou indiretamente, sobre os produtos fornecidos;
5.2.3- Manter, durante a validade da Ata, as mesmas condições de habilitação;
5.2.4- Aceitar, nas mesmas condições, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários no quantitativo do objeto, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor contratado;
5.2.5- Fornecer o objeto nos termos estipulados na proposta preços e edital de licitação.
CLÁUSULA SEXTA DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO
6.1 - Os contratos de aquisição decorrentes da presente Ata de Registro de Preços serão formalizados pela retirada da nota de empenho ou Nota de Autorização de Despesa pela detentora.
6.2 - A detentora da presente Ata de Registro de Preços será obrigada a atender todos os pedidos efetuados durante a vigência desta Ata, mesmo que a entrega deles decorrentes estiver prevista para data posterior à do seu vencimento.
6.3 - Toda aquisição deverá ser efetuada mediante solicitação da unidade requisitante, a qual deverá ser feita através de nota de empenho ou Nota de Autorização de Despesa.
6.4 - A empresa fornecedora, quando do recebimento da nota de empenho, deverá colocar, na cópia que necessariamente a acompanhar, a data e hora em que a tiver recebido, além da identificação de quem procedeu ao recebimento.
CLÁUSULA SÉTIMA DAS PENALIDADES
7.1- Os casos de inexecução total ou parcial, erro de execução, execução imperfeita, atraso injustificado e inadimplemento de cada ajuste representado pela nota de empenho, sujeitará a detentora da Ata às penalidades previstas no artigo 87 da Lei Federal nº 8.666/93, das quais destacam-se:
a) advertência;
b) Multa de 0,3% (zero vírgula três por cento) por dia de atraso na entrega do objeto, até o 30º (trigésimo) dia, calculados sobre o valor do contrato;
c) Multa de 20% (vinte por cento) sobre o saldo do Contrato, no caso de atraso superior a 30 (trinta) dias na execução do objeto, com a conseqüente rescisão contratual;
d) Multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor do Contrato, no caso da EMPRESA, injustificadamente, desistir do Contrato ou der causa à sua rescisão, bem como nos demais casos de inadimplemento contratual;
e) suspensão temporária de participação em licitações e impedimento de contratar com o Município, no prazo de até 2 (dois) anos;
f) declaração de inidoneidade para contratar com a Administração Pública, até que seja promovida a reabilitação, facultado ao contratado o pedido de reconsideração da decisão da autoridade competente, no prazo de 10 (dez) dias da abertura de vistas ao processo.
7.2 - Os valores das multas aplicadas previstas nos subitens acima poderão ser descontados dos pagamentos devidos pela Administração.
7.3 - Da aplicação das penas definidas nas alíneas "a" à "f", do item 7.1, caberá recurso no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da intimação, o qual deverá ser apresentado no mesmo local.
7.4 - O recurso ou o pedido de reconsideração relativa às penalidades acima dispostas será dirigido ao Secretário da unidade requisitante, o qual decidirá o recurso no prazo de 05 (cinco) dias úteis e o pedido de reconsideração, no prazo de 10 (dez) dias úteis.
CLÁUSULA OITAVA DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS
8.1 - Os preços registrados serão fixos e irreajustáveis durante a vigência da Ata de Registro de Preços;
8.1.1 - Considera-se Preço registrado aquele atribuido aos materiais, incluindo todas as despesas e custos até a entrega no local indicado, tais como: tributos (impostos, taxas, emolumentos, contribuições fiscais e parafiscais), transporte, embalagens, seguros, mão-de- obra e qualquer despesa, acessória e/ou complementar e outras não especificadas neste Edital, mas que incidam no cumprimento das obrigações assumidas pela empresa detentora da ata na execução da mesma.

8.2 - Os preços poderão ser revistos nas hipóteses de oscilação de preços, para mais ou para menos, devidamente comprovadas, em decorrência de situações previstas na alínea "d" do inciso II e do § 5º do art. 65 da Lei nº 8.666/93 e alterações (situações supervenientes e imprevistas, força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, que configurem área econômica extraordinária e extracontratual).
8.2.1. O índice a ser utilizado como base para eventuais reajustes será o IGPM/FGV.
8.3 - O Órgão Gerenciador deverá decidir sobre a revisão dos preços ou cancelamento do preço registrado no prazo máximo de dez dias úteis, salvo motivo de força maior devidamente justificado no processo.
8.4 - No caso de reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro do preço inicialmente estabelecido, o Órgão Gerenciador, se julgar conveniente, poderá optar pelo cancelamento do preço, liberando os fornecedores do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades ou determinar a negociação.
8.5 - Na ocorrência do preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, O Órgão Gerenciador notificará o fornecedor com o primeiro menor preço registrado para o item ou lote visando a negociação para a redução de preços e sua adequação ao do mercado, mantendo o mesmo objeto cotado, qualidade e especificações.
8.6 - Dando-se por infrutífera a negociação de redução dos preços, o Órgão Gerenciador desonerará o fornecedor em relação ao item e cancelará o seu registro, sem prejuízos das penalidades cabíveis.
8.7 - Simultaneamente procederá a convocação dos demais fornecedores, respeitada a ordem de classificação visando estabelecer igual oportunidade de negociação.
8.8 - Quando o preço registrado tornar-se inferior aos praticados no mercado, e o fornecedor não puder cumprir o compromisso inicialmente assumido poderá, mediante requerimento devidamente instruído, pedir revisão dos preços ou o cancelamento de seu registro.
8.8.1 - A comprovação, para efeitos de revisão de preços ou do pedido de cancelamento do registro, deverá ser feita por meio de documentação comprobatória da elevação dos preços inicialmente pactuados, mediante juntada de planilha de custos, lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição, de transporte, encargos, etc, alusivas à data da apresentação da proposta e do momento do pleito, sob pena de indeferimento do pedido.
8.9 - A revisão será precedida de pesquisa prévia no mercado fornecedor, banco de dados, índices ou tabelas oficiais e/ou outros meios disponíveis para levantamento das condições de mercado, envolvendo todos os elementos para fins de graduar a justa remuneração do serviço ou fornecimento e no embasamento da decisão de deferir ou rejeitar o pedido;
8.10 - Preliminarmente o Órgão Gerenciador convocará todos os fornecedores no sentido de estabelecer negociação visando a manutenção dos preços originariamente registrados, dando-se preferência ao fornecedor de primeiro menor preço e, sucessivamente, aos demais classificados, respeitada a ordem de classificação.
8.11 - Não havendo êxito nas negociações para definição de novo preço ou as licitantes não aceitarem o preço máximo a ser pago pela Administração, o Órgão Gerenciador revogará a Ata de Registro de Preços, liberando os fornecedores dos compromissos assumidos, sem aplicação de penalidade.
8.12 - Na ocorrência de cancelamento de registro de preço para o item, poderá o Gestor da Ata proceder à nova licitação para a aquisição do produto, sem que caiba direito de recurso.

CLÁUSULA NONA DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1 – A presente ata poderá ser cancelada pelo MUNICÍPIO, de comum acordo, sem ônus, que deverá ser feito mediante notificação extrajudicial com antecedência mínima de 30(trinta) dias, no caso de descumprimento de quaisquer das cláusulas do documento pelo "PROMITENTE FORNECEDORA", sendo reconhecido o direito de rescisão administrativa prevista no art. 77 da Lei Federal n.º 8.666/93 e ainda, unilateralmente pelo MUNICÍPIO.
9.2. A presente Ata de Registro de Preços poderá será cancelada, automaticamente, por decurso do prazo de vigência ou quando não restarem fornecedores registrados e, por iniciativa do Gestor da Ata quando:
9.2.1 - a detentora não cumprir as obrigações constantes desta Ata;
9.2.2 - a detentora não retirar qualquer nota de empenho, no prazo estabelecido e a Administração não aceitar sua justificativa;
9.2.3 - a detentora der causa a rescisão administrativa de contrato decorrente de registro de preços, a critério do MUNICÍPIO; observada a legislação em vigor;
9.2.4 - em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial de contrato decorrente de registro de preços, se assim for decidido pelo MUNICÍPIO, com observância das disposições legais;
9.2.5 - os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado, e a detentora não acatar a revisão dos mesmos;
9.2.6 - por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas pela Administração.
9.3 - A comunicação do cancelamento do preço registrado, nos casos previstos neste item, será feita por correspondência com aviso de recebimento, juntando-se o comprovante ao processo de administração da presente Ata de Registro de Preços. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da detentora, a comunicação será feita por publicação no Órgão Oficial do Estado, por 01 (uma) vez, considerando-se cancelado o preço e registrado a partir da última publicação.
9.4 - Pela detentora, quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de cumprir as exigências desta Ata de Registro de Preços, ou, a juízo do MUNICÍPIO, quando comprovada a ocorrência de qualquer das hipóteses previstas no artigo 78, incisos XIII a XVI, da Lei Federal nº 8.666/93. 9.4.1 - A solicitação da detentora para cancelamento dos preços registrados deverá ser formulada com antecedência de 30 (trinta) dias, facultada á Administração a aplicação das penalidades previstas na cláusula sétima, caso não aceitas as razões do pedido.

CLÁUSULA DÉCIMA

DA AUTORIZAÇÃO PARA AQUISIÇÃO

10.1 - As aquisições dos itens objeto da presente Ata de Registro de Preços serão autorizadas, em cada caso, pelo ordenador de despesa correspondente, sendo obrigatório informar ao Departamento de Compras do Município, os quantitativos das aquisições.
10.1.1 - A emissão das notas de empenho, sua retificação ou cancelamento, total ou parcial serão, igualmente, autorizados pela mesma autoridade, ou a quem esta delegar a competência para tanto.

CLÁUSULA DÉCIMA DO ORÇAMENTO

11.1 As despesas decorrentes da presente Ata correrão por conta de recursos previstos no Orçamento da Prefeitura Municipal de Carlinda.
231-08.001.10.302.0011.2027/3390.30.00.00.00-Material de Consumo

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA

VINCULAÇÃO AO EDITAL

12.1 Farão parte da presente ata, além de suas expressas cláusulas, independentemente de transcrição no corpo do presente, as instruções contidas no Edital de PREGÃO PRESENCIAL Nº. 037/2014, bem como os documentos a ele referentes, além da proposta apresentada pela PROMITENTE FORNECEDORA, no certame licitatório.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA DAS COMUNICAÇÕES

13.1 - As comunicações entre as partes, relacionadas com o acompanhamento e controle da presente Ata, serão feitas sempre por escrito.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

14.1 - Integram esta Ata, o edital da PREGÃO PRESENCIAL nº 037/2014 a proposta da empresa DENTAL CENTRO OESTE LTDA – EPP, CNPJ Nº 36.900.926/0001-80, classificada em 1º lugar no certame supranumerado.
14.2 - Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei Federal nº 8.666/93 e 10.520/02. Subsidiariamente, aplicar-se-ão os princípios gerais de direito.
CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA
DO FORO
15.1 - As partes elegem o foro da Comarca de Nova Mutum – MT, como único competente para dirimir quaisquer ações oriundas desta Ata com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.
E, por haverem assim pactuado, assinam, este instrumento na presença das testemunhas abaixo.

Carlinda – MT, 09 de Junho de 2014.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CARLINDA
Prefeito Municipal

Empresa
DENTAL CENTRO OESTE LTDA – EPP
CNPJ Nº 36.900.926/0001-80
Promitente Fornecedora

ASSESSOR JURÍDICO

Testemunhas:

Publicado por:
Elaine Juviniano de Lima
Código Identificador:84206444

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS/PLANEJAMENTO E PROJETOS
ATA REGISTRO DE PREÇO Nº 032/2014

Gestão 2013 – 2016
PREGÃO PRESENCIAL Nº 037/2014
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº032/2014

Pelo presente instrumento particular, nesta cidade de Carlinda, Estado de Mato Grosso, na sede da Prefeitura Municipal de Carlinda, de um lado o MUNICÍPIO DE CARLINDA, ESTADO DE MATO GROSSO, inscrita no CGC/MF sob o n.º 01.617.905/0001-78, com sede na Av. Tancredo Neves, s/nº., na cidade de Carlinda, Estado de Mato Grosso, neste ato representada pelo seu Prefeito Municipal, Sr. Geraldo Ribeiro de Souza – brasileiro, casado, portador da C.I. RG nº. 0325037-7 SSP/PR e CPF/MF nº. 284.335.561-34, residente e domiciliado na Rua Fortaleza nº. 633, na cidade de Carlinda/MT, doravante denominado "MUNICÍPIO", e do outro lado a empresa M.S. DIAGNOSTICA LTDA, CNPJ 00.970.175/0001-21, sediada a Rua Alegria, 129 – Vila Maciel na cidade de Campo Grande-MS, CEP: 79.070-305, sendo representado pelo Srº. WILSON GIACHINI JUNIOR, portador do RG nº. 33.532.072-7 SSP/SP, inscrito no CPF nº728.703.891-91, residente e domiciliado na Cidade de Sinop-MT, com procuração reconhecida no Cartório 5º Tabelionato com selo digital AHP05731-910 doravante denominada "PROMITENTE FORNECEDORA", nos termos do artigo 15 da Lei Federal 8.666 de 21 de junho de 1993, Lei Federal nº 10.520/2002, que regulamenta o Pregão Presencial e Registro de Preços e das demais normas legais aplicáveis e, considerando o resultado do PREGÃO PRESENCIAL nº 037/2014, para REGISTRO DE PREÇOS, firmam a presente Ata de Registro de Preços, obedecidas as disposições da Lei Federal nº 8.666/93, suas alterações posteriores e as condições seguintes:
CLÁUSULA PRIMEIRA
DO OBJETO
1.1. Registro de Preços para futura e eventual aquisição de reagentes, materiais de bioquímica e insumos para realização de exames laboratoriais, conforme quantidades e especificações previstas no Termo de Referência da presente Licitação, conforme segue:

LOTE - 04						
935	AQUISICAO DE MATERIAL QUIMICO (HEMAGLUTINACAO)					
ITEM	COD	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANT	VL. UNIT	VL. TOTAL
1	37614	ASLO	UNIDADE	30	61,00	1.830,00
2	37616	FATOR REUMATICO	UNIDADE	20	42,00	840,00
3	37615	PCR	UNIDADE	80	32,00	2.560,00
4	37617	VDRL	UNIDADE	20	27,00	540,00
VL. TOTAL						5.770,00
LOTE - 07						
938	AQUISICAO DE MATERIAL QUIMICO					
ITEM	COD	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANT	VL. UNIT	VL. TOTAL
1	37627	HIDROXIDO DE POTASSIO 40% (REATIVO PARA PROVA DE VP) C/100 ML	UNIDADE	4	10,99	43,96
2	37628	REATIVO DE MEYER (PESQUISA DE SANGUE OCULTO NAS FEZES) C/100 ML	UNIDADE	4	13,25	53,00
VL. TOTAL						96,96
LOTE - 08						
939	AQUISICAO DE MATERIAL QUIMICO (CORANTE PARA COLORACAO DIFERENCIAL EM HEMATOLOGIA)					
ITEM	COD	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANT	VL. UNIT	VL. TOTAL
1	37629	KIT PANOTICO (INSTANT N°1,2 E3)	UNIDADE	40	30,00	1.200,00
2	37630	INSTANT Nº 01 C/ 500 ML CD	UNIDADE	40	10,00	400,00
		VL. TOTAL				1.600,00

CLÁUSULA SEGUNDA
DA VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS
2.1 – A presente ata de registro de preços terá vigência de 12 (dose) meses, a partir da data de 09/06/2014 até 09/06/2015.
2.2 - Nos termos do § 4º do artigo 15 da Lei Federal nº 8.666/93, durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, o Município de Carlinda não será obrigado a aquisição, exclusivamente por seu intermédio, os materiais referidos na cláusula primeira, podendo utilizar, para tanto, outros meios, desde que permitidos em lei, sem que, desse fato, caiba recurso ou indenização de qualquer espécie à empresa detentora.

2.3 - Em cada aquisição decorrente desta Ata, serão observadas, quanto ao preço, as cláusulas e condições constantes do edital do PREGÃO PRESENCIAL nº 037/2014, que a precedeu e
integra o presente instrumento de compromisso, independente de transcrição, por ser de pleno conhecimento das partes.

CLÁUSULA TERCEIRA

DO PAGAMENTO

3.1- Os pagamentos serão efetuados em até 30 (trinta) dias a partir da emissão da nota fiscal e entrega dos produtos adquiridos.

3.2- A nota fiscal somente será liberada quando o cumprimento do Empenho estiver em total conformidade com as especificações exigidas pelo MUNICÍPIO.

3.3- Na eventualidade de aplicação de multas, estas deverão ser liquidadas simultaneamente com parcela vinculada ao evento cujo descumprimento der origem à aplicação da penalidade.

3.4- As notas fiscais deverão ser emitidas em moeda corrente do país.

3.5- O CNPJ da detentora da Ata constante da nota fiscal e fatura deverá ser o mesmo da documentação apresentada no procedimento licitatório.

3.6- Nenhum pagamento será efetuado a detentora da Ata enquanto pendente de liquidação quaisquer obrigações financeiras que lhe foram impostas, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito de reajustamento de preços ou correção monetária.

CLÁUSULA QUARTA

DA ENTREGA E DO PRAZO

4.1 Os produtos registrados através deste Pregão serão adquiridos de forma parcelada nos locais indicados e na quantidade solicitada pela Secretaria de solicitante.

4.2 A ata de registro de preços terá validade de 12 (doze) meses contados a partir da data de assinatura da referida ata de registro.

4.3 Os produtos deverão ser fornecidos pela empresa vencedora do certame no prazo de no máximo 05 (cinco) após solicitação da Secretaria competente.

CLÁUSULA QUINTA

DAS OBRIGAÇÕES

5.1 - Do Município:

5.1.1- Atestar nas notas fiscais e/ou faturas a efetiva entrega do objeto desta Ata, conforme ajuste representado pela nota de empenho;

5.1.2- Aplicar à detentora da Ata penalidades, quando for o caso;

5.1.3- Prestar à detentora da Ata toda e qualquer informação, por estas solicitadas, necessárias à perfeita execução da nota de empenho;

5.1.4- Efetuar o pagamento à detentora da Ata no prazo avençado, após a entrega da nota fiscal, devidamente atestada, no setor competente;

5.1.5- Notificar, por escrito, à detentora da Ata da aplicação de qualquer sanção.

5.1.6- Conferir e Fiscalizar a execução ou aquisição do objeto licitado.

5.2 - Da Detentora da Ata:

5.2.1- Fornecer o objeto nas especificações, condições e com a qualidade exigida;

5.2.2- Pagar todos os tributos, despesas e custos que incidam ou venham a incidir, direta ou indiretamente, sobre os produtos fornecidos;

5.2.3- Manter, durante a validade da Ata, as mesmas condições de habilitação;

5.2.4- Aceitar, nas mesmas condições, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários no quantitativo do objeto, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor contratado;

5.2.5- Fornecer o objeto nos termos estipulados na proposta preços e edital de licitação.

CLÁUSULA SEXTA

DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO

6.1 - Os contratos de aquisição decorrentes da presente Ata de Registro de Preços serão formalizados pela retirada da nota de empenho ou Nota de Autorização de Despesa pela detentora.

6.2 - A detentora da presente Ata de Registro de Preços será obrigada a atender todos os pedidos efetuados durante a vigência desta Ata, mesmo que a entrega deles decorrentes estiver prevista para data posterior à do seu vencimento.

6.3 - Toda aquisição deverá ser efetuada mediante solicitação da unidade requisitante, a qual deverá ser feita através de nota de empenho ou Nota de Autorização de Despesa.

6.4 - A empresa fornecedora, quando do recebimento da nota de empenho, deverá colocar, na cópia que necessariamente a acompanhar, a data e hora em que a tiver recebido, além da identificação de quem procedeu ao recebimento.

CLÁUSULA SÉTIMA

DAS PENALIDADES

7.1- Os casos de inexecução total ou parcial, erro de execução, execução imperfeita, atraso injustificado e inadimplemento de cada ajuste representado pela nota de empenho, sujeitará a detentora da Ata às penalidades previstas no artigo 87 da Lei Federal nº 8.666/93, das quais destacam-se:

a) advertência;

b) Multa de 0,3% (zero vírgula três por cento) por dia de atraso na entrega do objeto, até o 30º (trigésimo) dia, calculados sobre o valor do contrato;

c) Multa de 20% (vinte por cento) sobre o saldo do Contrato, no caso de atraso superior a 30 (trinta) dias na execução do objeto, com a conseqüente rescisão contratual;

d) Multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor do Contrato, no caso da EMPRESA, injustificadamente, desistir do Contrato ou der causa à sua rescisão, bem como nos demais casos de inadimplemento contratual;

e) suspensão temporária de participação em licitações e impedimento de contratar com o Município, no prazo de até 2 (dois) anos;

f) declaração de inidoneidade para contratar com a Administração Pública, até que seja promovida a reabilitação, facultado ao contratado o pedido de reconsideração da decisão da autoridade competente, no prazo de 10 (dez) dias da abertura de vistas ao processo.

7.2 - Os valores das multas aplicadas previstas nos subitens acima poderão ser descontados dos pagamentos devidos pela Administração.

7.3 - Da aplicação das penas definidas nas alíneas "a" à "f", do item 7.1, caberá recurso no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da intimação, o qual deverá ser apresentado no mesmo local.

7.4 - O recurso ou o pedido de reconsideração relativa às penalidades acima dispostas será dirigido ao Secretário da unidade requisitante, o qual decidirá o recurso no prazo de 05 (cinco) dias úteis e o pedido de reconsideração, no prazo de 10 (dez) dias úteis.

CLÁUSULA OITAVA

DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS

8.1 - Os preços registrados serão fixos e irreajustáveis durante a vigência da Ata de Registro de Preços;

8.1.1 - Considera-se Preço registrado aquele atribuido aos materiais, incluindo todas as despesas e custos até a entrega no local indicado, tais como: tributos (impostos, taxas, emolumentos, contribuições fiscais e parafiscais), transporte, embalagens, seguros, mão-de- obra e qualquer despesa, acessória e/ou complementar e outras não especificadas neste Edital, mas que incidam no cumprimento das obrigações assumidas pela empresa detentora da ata na execução da mesma.

8.2 - Os preços poderão ser revistos nas hipóteses de oscilação de preços, para mais ou para menos, devidamente comprovadas, em decorrência de situações previstas na alínea "d" do inciso II e do § 5º do art. 65 da Lei nº 8.666/93 e alterações (situações supervenientes e imprevistas, força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, que configurem área econômica extraordinária e extracontratual).
8.2.1. O índice a ser utilizado como base para eventuais reajustes será o IGPM/FGV.
8.3 - O Órgão Gerenciador deverá decidir sobre a revisão dos preços ou cancelamento do preço registrado no prazo máximo de dez dias úteis, salvo motivo de força maior devidamente justificado no processo.
8.4 - No caso de reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro do preço inicialmente estabelecido, o Órgão Gerenciador, se julgar conveniente, poderá optar pelo cancelamento do preço, liberando os fornecedores do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades ou determinar a negociação.
8.5 - Na ocorrência do preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, O Órgão Gerenciador notificará o fornecedor com o primeiro menor preço registrado para o item ou lote visando a negociação para a redução de preços e sua adequação ao do mercado, mantendo o mesmo objeto cotado, qualidade e especificações.
8.6 - Dando-se por infrutífera a negociação de redução dos preços, o Órgão Gerenciador desonerará o fornecedor em relação ao item e cancelará o seu registro, sem prejuízos das penalidades cabíveis.
8.7 - Simultaneamente procederá a convocação dos demais fornecedores, respeitada a ordem de classificação visando estabelecer igual oportunidade de negociação.
8.8 - Quando o preço registrado tornar-se inferior aos praticados no mercado, e o fornecedor não puder cumprir o compromisso inicialmente assumido poderá, mediante requerimento devidamente instruído, pedir revisão dos preços ou o cancelamento de seu registro.
8.8.1 - A comprovação, para efeitos de revisão de preços ou do pedido de cancelamento do registro, deverá ser feita por meio de documentação comprobatória da elevação dos preços inicialmente pactuados, mediante juntada de planilha de custos, lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição, de transporte, encargos, etc, alusivas à data da apresentação da proposta e do momento do pleito, sob pena de indeferimento do pedido.
8.9 - A revisão será precedida de pesquisa prévia no mercado fornecedor, banco de dados, índices ou tabelas oficiais e/ou outros meios disponíveis para levantamento das condições de mercado, envolvendo todos os elementos para fins de graduar a justa remuneração do serviço ou fornecimento e no embasamento da decisão de deferir ou rejeitar o pedido;
8.10 - Preliminarmente o Órgão Gerenciador convocará todos os fornecedores no sentido de estabelecer negociação visando a manutenção dos preços originariamente registrados, dando-se preferência ao fornecedor de primeiro menor preço e, sucessivamente, aos demais classificados, respeitada a ordem de classificação.
8.11 - Não havendo êxito nas negociações para definição de novo preço ou as licitantes não aceitarem o preço máximo a ser pago pela Administração, o Órgão Gerenciador revogará a Ata de Registro de Preços, liberando os fornecedores dos compromissos assumidos, sem aplicação de penalidade.
8.12 - Na ocorrência de cancelamento de registro de preço para o item, poderá o Gestor da Ata proceder à nova licitação para a aquisição do produto, sem que caiba direito de recurso.

CLÁUSULA NONA
DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1 – A presente ata poderá ser cancelada pelo MUNICÍPIO, de comum acordo, sem ônus, que deverá ser feito mediante notificação extrajudicial com antecedência mínima de 30(trinta) dias, no caso de descumprimento de quaisquer das cláusulas do documento pelo "PROMITENTE FORNECEDORA", sendo reconhecido o direito de rescisão administrativa prevista no art. 77 da Lei Federal n.º 8.666/93 e ainda, unilateralmente pelo MUNICÍPIO.
9.2. A presente Ata de Registro de Preços poderá será cancelada, automaticamente, por decurso do prazo de vigência ou quando não restarem fornecedores registrados e, por iniciativa do Gestor da Ata quando:
9.2.1 - a detentora não cumprir as obrigações constantes desta Ata;
9.2.2 - a detentora não retirar qualquer nota de empenho, no prazo estabelecido e a Administração não aceitar sua justificativa;
9.2.3 - a detentora der causa a rescisão administrativa de contrato decorrente de registro de preços, a critério do MUNICÍPIO; observada a legislação em vigor;
9.2.4 - em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial de contrato decorrente de registro de preços, se assim for decidido pelo MUNICÍPIO, com observância das disposições legais;
9.2.5 - os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado, e a detentora não acatar a revisão dos mesmos;
9.2.6 - por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas pela Administração.
9.3 - A comunicação do cancelamento do preço registrado, nos casos previstos neste item, será feita por correspondência com aviso de recebimento, juntando-se o comprovante ao processo de administração da presente Ata de Registro de Preços. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da detentora, a comunicação será feita por publicação no Órgão Oficial do Estado, por 01 (uma) vez, considerando-se cancelado o preço e registrado a partir da última publicação.
9.4 - Pela detentora, quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de cumprir as exigências desta Ata de Registro de Preços, ou, a juízo do MUNICÍPIO, quando comprovada a ocorrência de qualquer das hipóteses previstas no artigo 78, incisos XIII a XVI, da Lei Federal nº 8.666/93.
9.4.1 - A solicitação da detentora para cancelamento dos preços registrados deverá ser formulada com antecedência de 30 (trinta) dias, facultada á Administração a aplicação das penalidades previstas na cláusula sétima, caso não aceitas as razões do pedido.

CLÁUSULA DÉCIMA
DA AUTORIZAÇÃO PARA AQUISIÇÃO

10.1 - As aquisições dos itens objeto da presente Ata de Registro de Preços serão autorizadas, em cada caso, pelo ordenador de despesa correspondente, sendo obrigatório informar ao Departamento de Compras do Município, os quantitativos das aquisições.
10.1.1 - A emissão das notas de empenho, sua retificação ou cancelamento, total ou parcial serão, igualmente, autorizados pela mesma autoridade, ou a quem esta delegar a competência para tanto.

CLÁUSULA DÉCIMA DO
ORÇAMENTO

11.1 As despesas decorrentes da presente Ata correrão por conta de recursos previstos no Orçamento da Prefeitura Municipal de Carlinda.
231-08.001.10.302.0011.2027/3390.30.00.00.00-Material de Consumo

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA
VINCULAÇÃO AO EDITAL

12.1 Farão parte da presente ata, além de suas expressas cláusulas, independentemente de transcrição no corpo do presente, as instruções contidas no Edital de PREGÃO PRESENCIAL Nº. 037/2014, bem como os documentos a ele referentes, além da proposta apresentada pela PROMITENTE FORNECEDORA, no certame licitatório.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA
DAS COMUNICAÇÕES

13.1 - As comunicações entre as partes, relacionadas com o acompanhamento e controle da presente Ata, serão feitas sempre por escrito.
CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS
14.1 - Integram esta Ata, o edital da PREGÃO PRESENCIAL nº 037/2014 a proposta da empresa M.S. DIAGNOSTICA LTDA, CNPJ 00.970.175/0001-21, classificada em 1º lugar no certame supranumerado.
14.2 - Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei Federal nº 8.666/93 e 10.520/02. Subsidiariamente, aplicar-se-ão os princípios gerais de direito.
CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA
DO FORO
15.1 - As partes elegem o foro da Comarca de Alta Floresta – MT, como único competente para dirimir quaisquer ações oriundas desta Ata com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.
E, por haverem assim pactuado, assinam, este instrumento na presença das testemunhas abaixo.

Carlinda – MT, 09 de Junho de 2014.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CARLINDA
Prefeito Municipal

Empresa
M.S. DIAGNOSTICA LTDA
CNPJ 00.970.175/0001-21
Promitente Fornecedora

Assessor Jurídico

Testemunhas:

Publicado por:
Elaine Juviniano de Lima
Código Identificador:34BFA80F

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUIRATINGA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
RESUMO DE TERMOS ADITIVOS REF MES 06-2014

Resumo de Termos Aditivos firmados no mês 06/2014

Nº. Termo	Data	Nº Cont.	Contratante	Contratado	C. Alterada	Prazo	V. Aditivo R$
1º T. Aditivo	18.06.2014	054/2014	Pref. M. Guiratinga	Hélio Carlos Jesus Mendes	3ª – Dest. Veículo e 4ª - Preço		2.123,86
1º T. Aditivo	05.06.2014	057/2014	Pref. M. Guiratinga	Cesar do Nascimento Ferreira.	3ª – Dest. Veículo e 4ª – Preço		2.593,27
1º T. Aditivo	18.06.2014	144/2013	Pref. M. Guiratinga	Gextec – Gestão em Tecnologia Ltda – EPP.	4ª – Vigência e 5ª – Preço	20.06.14 a 20.06.15	75.600,00
1º T. Aditivo	18.06.2014	055/2014	Pref. M. Guiratinga	Nayanne Araújo Ferreira	3ª – Dest. Veículo e 4ª – Preço		24.309,25
2º T. Aditivo	12.06.2014	1452013	Pref. M. Guiratinga	Coplan-Cons. Planej. Ltda	4ª – Prazo	20.06.14 a 20.06.15	
10 T. Aditiv	25.06.2014	196/2009	Pref. M. Guiratinga	Beto Construtora Ltda	7ª – Do Prazo	02.07 a 31.12.14	

Guiratinga/MT, 26 de junho de 2014.

HÉLIO ANTONIO FILIPIN GOULART
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marizerth Souza Ferreira
Código Identificador:2C9E3D2D

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAÚBA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
ERRATA DO EDITAL DO PROCESSO SELETIVO PÚBLICO 02-2014

A Prefeitura Municipal de Itaúba Estado de Mato Grosso, através da Comissão de Seleção do Processo Seletivo Público 02/2014, vem a público retificar o Edital de Abertura do Processo Seletivo Público 02/2014, Publicado em 20 de junho de 2014 no Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso edição n° 1997, ANO IX pagina n° 330, onde.

Altera em parte:
Onde se lê:

Anexo I

GRUPO	CARGO/ FUNÇÃO	ESCOLARIDADE EXIGIDA	Nº DE VAGAS	Nº DE CADASTRO DE RESERVA	VAGAS DESTINADAS PORTADORES NECESSIDADES ESPECIAIS	CARGA HORARIA SEMANAL	SALÁRIO BASE
NIVEL FUNDAMENTAL	AGENTE DE SAÚDE	ENSINO FUNDAMENTAL		01		40 Horas	

	AMBIENTAL E COMBATE AS ENDEMIAS		02		Não		R$1.350,00

Leia-se:

Anexo I

GRUPO	CARGO/ FUNÇÃO	ESCOLARIDADE EXIGIDA	Nº DE VAGAS	Nº DE CADASTRO DE RESERVA	VAGAS DESTINADAS PORTADORES NECESSIDADES ESPECIAIS	CARGA HORARIA SEMANAL	SALÁRIO BASE
NIVEL FUNDAMENTAL	AGENTE DE SAÚDE AMBIENTAL E COMBATE AS ENDEMIAS	ENSINO FUNDAMENTAL	02	01	Não	40 Horas	R$800,00

JULIANA NOTARI
Presidente da Comissão
Portaria 060/2014

Publicado por:
Keitty Suelly Oliveira Gonçalves
Código Identificador:843AF634

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA CANAÃ DO NORTE

PREFEITURA MUNICIPAL
DECRETO Nº 029/2014

DISPÕE SOBRE A HOMOLOGAÇÃO DO RESULTADO FINAL DO CONCURSO PÚBLICO 001/2014 DA PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA CANAÃ DO NORTE – MT, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Nova Canaã do Norte - MT, **Vicente Gerotto de Medeiros**, no uso das atribuições legais e com base no relatório final do Concurso Público 001/2014.

DECRETA

ART. 1º - Homologar e publicar o resultado final do Concurso público 001/2014, contendo a relação dos aprovados e dos classificados, conforme **ANEXO "I"**.

ART. 2º - A presente homologação demonstra o desempenho final dos candidatos aprovados e dos classificados.

ART. 3º - O resultado será publicado no Mural da Prefeitura Municipal, no jornal oficial do município AMM, Diário Oficial do Estado do Mato Grosso e no site da Prefeitura Municipal de Nova Canaã do Norte - MT.

ART. 4º - O Concurso público terá validade pelo prazo de dois anos, podendo ser prorrogado por igual período, para atender o interesse público.

ART. 5º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA CANAÃ DO NORTE/MT
Em 26 de Junho de 2014.

VICENTE GEROTTO DE MEDEIROS
Prefeito Municipal

ANEXO I

Resultado Final
CONCURSO PÚBLICO N º 001/2014 - Prefeitura de Nova Canaã do Norte - MT
Cargo : 001 - Médico Clínico Geral (Sede do Município)

Inscrição	Nome	PORT.	MAT.	GERAIS	ESPEC.	Pont	Class	Aprovado
0054	LUIZ CAETANO DA SILVA	9	8	9	8	85.00	1	SIM
0242	WYLLEN FERREIRA DE SOUZA	10	6	8	6	76.00	2	SIM
0115	JAIRO DE LIMA FERREIRA	10	7	5	4	66.00	3	CLASS
0107	ELISA DIAS MARQUES	8	6	6	5	63.00	4	CLASS
0009	CICERO PEREIRA BATISTA	9	3	7	5	62.00	5	CLASS
0281	POLIANNA MARTINS LISBOA	9	6	5	4	61.00	6	CLASS
0284	AMELIANA MARTINS LISBOA	8	4	2	7	57.00	7	CLASS
0057	DILSON CHAMOS DE ARRUDA	9	3	6	4	57.00	8	CLASS
0266	RUI IVANES GEHRES	9	3	7	3	56.00	9	CLASS

Candidatos: 9
Cargo : 002 - Médico Clínico Geral (ESF-I Zona Rural Distrito Ouro Branco)

Inscrição	Nome	PORT.	MAT.	GERAIS	ESPEC.	Pont	Class	Aprovado
0227	DÉBORA OLIVEIRA MIGUEL	9	9	10	7	86.00	1	SIM

Candidatos: 1
Cargo : 003 - Professor Pedagogo (E.M. Ouro Branco)

Inscrição	Nome	PORT.	MAT.	GERAIS	ESPEC.	Pont	Class	Aprovado
0010	ROSANGELA PARISI MAFRA	10	4	4	9	73.00	1	SIM
0224	ELISANGELA DOS SANTOS APOLINARIO	10	7	4	7	73.00	2	SIM
0215	KASSIA THATIELLI PAIVA ARAUJO	9	3	6	8	69.00	3	SIM
0011	ANA CLAUDIA SIQUIERE	9	6	6	6	69.00	4	CLASS
0256	FRANCIS MARLA BARBOSA DA SILVA SANT	9	6	4	7	68.00	5	CLASS
0128	JUCENEIDE RAVANELLI	8	4	7	7	67.00	6	CLASS
0253	CLEONICE DA MATTA TIROLTI	8	7	7	5	67.00	7	CLASS
0222	IVONE HENRIQUE SOARES	9	3	3	9	66.00	8	CLASS
0110	LEDY APARECIDA DE MELLO OLINI	9	3	6	7	66.00	9	CLASS
0148	LEIDIANE BATISTA FERNANDES	9	6	4	6	65.00	10	CLASS
0145	ROSILDA RIBEIRO CHAGAS	10	4	6	5	65.00	11	CLASS
0159	ALAIR GOMES MONTEL	8	5	4	7	63.00	12	CLASS
0050	ALINE DEMARQUI PEREIRA	8	5	7	5	63.00	13	CLASS
0143	VANUSA APARECIDA BELOTTI	8	5	5	6	62.00	14	CLASS
0029	ADMA DA SILVA	7	3	5	8	61.00	15	CLASS
0109	INêS APARECIDA PARRA	9	2	6	6	61.00	16	CLASS
0195	ELAINE MAY	8	3	6	6	60.00	17	CLASS
0127	SUELY FREIBERGER DE ARAUJO	8	4	6	5	59.00	18	CLASS
0182	NEUZA PEREIRA DE SOUZA	8	4	4	6	58.00	19	CLASS
0185	DORCELINA APARECIDA MARTINS NAZARET	6	1	8	7	57.00	20	CLASS
0037	ELIZABETH RAMOS BRAGHIN	7	3	6	6	57.00	21	CLASS
0085	INES AMORIM KUBASKI DOS SANTOS	7	5	4	6	57.00	22	CLASS
0269	SILVANA FERREIRA CARVALHO	9	4	5	4	57.00	23	CLASS
0051	SANDRA APARECIDA DE MACEDO GONÇALVE	7	3	7	5	56.00	24	CLASS
0234	ADEILTO DA SILVA SANTOS	8	4	6	4	56.00	25	CLASS
0214	MARIA ROSâNGELA DA SILVA	7	3	5	6	55.00	26	CLASS
0220	MARIA EGNA RODRIGUES DA SILVA	7	1	5	7	54.00	27	CLASS
0228	ANA LUCIA DE OLIVEIRA KOPSEL	7	4	2	7	54.00	28	CLASS
0212	ADRIANA ANSELMO DA FONSECA	6	4	5	6	54.00	29	CLASS
0121	JAIME PEREIRA DE MORAIS	5	5	5	6	53.00	30	CLASS
0255	MARIA RUFINO DOS SANTOS DE BRITO	8	3	4	5	53.00	31	CLASS
0236	EDINALVA ROSA DOS SANTOS	8	2	3	6	52.00	32	CLASS
0237	NOELI ANJO PEREIRA KOZAK	6	4	3	6	50.00	33	CLASS
0175	NEIDE APARECIDA SEVERINO DE SOUZA	7	2	5	5	50.00	34	CLASS

Candidatos: 34
Cargo : 004 - Contador (Câmara Municipal)

Inscrição	Nome	PORT.	MAT.	GERAIS	ESPEC.	Pont	Class	Aprovado
0112	MARCIO EGIDIO DA SILVA	10	7	7	6	76.00	1	SIM
0204	PAMELA CRISTINA MANOCHIO	9	5	6	7	70.00	2	CLASS
0074	ARINE KOTHE	9	7	6	5	68.00	3	CLASS
0286	CARLOS FREDERICO CARVALHO DE OLIVEI	8	6	6	6	66.00	4	CLASS
0034	JACIVANIA ROCHA DA CUNHA	6	4	7	4	52.00	5	CLASS
0218	CRISTIANO CUSTODIO JORGE	8	5	5	2	50.00	6	CLASS

Candidatos: 6
Cargo : 005 - Técnico em Enfermagem (Posto de Saúde Colorado do Norte)

Inscrição	Nome	PORT.	MAT.	GERAIS	ESPEC.	Pont	Class	Aprovado
0060	KéSLEN NAIARA DE OLIVEIRA	5	2	5	3	51.00	1	SIM

Candidatos: 1
Cargo : 010 - Apoio Administrativo Educacional – (Merendeira) (E.M. São Manuel)

Inscrição	Nome	PORT.	MAT.	GERAIS	ESPEC.	Pont	Class	Aprovado
0007	MICHELE ROSANGELA DA SILVA COUTO	7	1	4	4	58.00	1	SIM
0021	IZILDINHA DE CASSIA LOURENçãO INACI	7	3	4	3	58.00	2	CLASS
0201	SILVANEIDE FERREIRA DA SILVA	4	1	6	4	52.00	3	CLASS

Candidatos: 3
Cargo : 011 - Apoio Administrativo Educacional – (Merendeira) (E.M. Santa Isabel)

Inscrição	Nome	PORT.	MAT.	GERAIS	ESPEC.	Pont	Class	Aprovado
0150	DEUSIRENE IZABEL DA SILVA	5	2	6	4	58.00	1	SIM
0225	DEBORA PEREIRA FIGUEREDO DE LIMA	6	2	4	3	52.00	2	CLASS
0094	LIANE BRAZ DA SILVA	6	2	4	3	52.00	3	CLASS

Candidatos: 3
Cargo : 012 - Apoio Administrativo Educacional – (Merendeira) (Cadastro Reserva) (Sede do Município)

Inscrição	Nome	PORT.	MAT.	GERAIS	ESPEC.	Pont	Class	Aprovado
0006	SUELI MENDES DE SA	8	2	8	3	72.00	1	SIM
0065	VIVIANE ALVES PIRES ROCHA	6	2	6	4	62.00	2	CLASS
0276	MARIA LUCIA DA CONCEIçAO	5	2	7	4	61.00	3	CLASS
0028	CLAUDIELE DA SILVA MIRANDA	8	2	5	2	59.00	4	CLASS
0063	ANTONIA SELIANA DE SOUZA CIRILO	6	2	5	3	55.00	5	CLASS

0211	SOLANGE PIVA LEAL	7	1	5	2	53.00	6	CLASS
0091	CLEONICE APARECIDA MARQUES TIROLTI	5	1	6	3	52.00	7	CLASS

Candidatos: 7
Cargo : 014 - Apoio Administrativo Educacional – (Motorista) (E.M. Ouro Branco)

Inscrição	Nome	PORT.	MAT.	GERAIS	ESPEC.	PRÁTICA	Pont	Class	Aprovado
0090	RONIVOM MARTINS DA CUNHA	6	2	4	3	68	52.00	1	SIM

Candidatos: 1
Cargo : 016 - Apoio Administrativo Educacional – (Zeladora) (E.M. São Manuel)

Inscrição	Nome	PORT.	MAT.	GERAIS	ESPEC.	Pont	Class	Aprovado
0186	APOLIANA APARECIDA DA SILVA RODRIGU	6	1	7	5	67.00	1	SIM
0183	FRANCIELI OLIVEIRA DA SILVA	6	2	6	5	66.00	2	CLASS
0252	MARIA APARECIDA DA SILVA	4	3	6	4	56.00	3	CLASS

Candidatos: 3
Cargo : 017 - Apoio Administrativo Educacional – (Zeladora) (Cadastro Reserva) (Sede do Município)

Inscrição	Nome	PORT.	MAT.	GERAIS	ESPEC.	Pont	Class	Aprovado
0270	ZELINDA DE SOUZA FERNANDES PEREIRA	6	3	5	5	65.00	1	SIM
0160	ALINE DANTAS SANTOS BUENO	7	2	5	3	59.00	2	CLASS
0078	ROSILDA DA SILVA WOLF	6	1	6	3	56.00	3	CLASS
0210	EDNA ARAUJO DOS SANTOS RIBEIRO	6	2	3	4	53.00	4	CLASS
0040	SUELEN CRISTINA DE OLIVEIRA RODRIGU	4	2	5	4	51.00	5	CLASS
0043	SUELI SOARES XAVIER	6	2	5	2	51.00	6	CLASS

Candidatos: 6
Cargo : 018 - Apoio Administrativo Educacional – (Vigia) (E.M. São Manuel)

Inscrição	Nome	PORT.	MAT.	GERAIS	ESPEC.	Pont	Class	Aprovado
0162	LAELSON SANTOS DA SILVEIRA	6	3	7	5	71.00	1	SIM
0017	ADRIANA DOS SANTOS MALISSI	5	3	8	5	70.00	2	CLASS
0251	ANTONIA CELIA DA SILVA	6	1	5	4	57.00	3	CLASS
0024	JUCENIL LEONIDAS MARQUES FARIA	5	3	3	5	55.00	4	CLASS
0068	ADRIANO MARCOSSI	6	2	5	3	55.00	5	CLASS
0197	THAISA CRISTRINA PEREIRA BOENO	6	2	3	4	53.00	6	CLASS
0163	ELINE DAIANE SOBRINHO FARIA	5	2	5	3	51.00	7	CLASS
0189	LUZIA SANTANA PEREIRA	4	1	4	5	50.00	8	CLASS

Candidatos: 8
Cargo : 019 - Apoio Administrativo Educacional – (Vigia) (Cadastro Reserva) (E.M. Ouro Branco)

Inscrição	Nome	PORT.	MAT.	GERAIS	ESPEC.	Pont	Class	Aprovado
0087	JOSE CANDIDO RODRIGUES NETO	6	4	6	4	66.00	1	SIM
0070	VANILDO BARBOSA DUARTE	5	2	6	2	50.00	2	CLASS

Candidatos: 2
Cargo : 020 - Apoio Administrativo Educacional – (Vigia) (Cadastro Reserva) (Sede do Município)

Inscrição	Nome	PORT.	MAT.	GERAIS	ESPEC.	Pont	Class	Aprovado
0156	ODAIR PAGNER DA SILVA MIRANDA	8	1	4	3	58.00	1	SIM
0151	JULIANA APARECIDA BERGUIMO	6	2	6	2	54.00	2	CLASS
0168	APARECIDO CALçA	7	1	5	2	53.00	3	CLASS
0135	CARMINA RIBEIRO DA SILVA MENDES	7	1	5	2	53.00	4	CLASS
0104	ANA LUCIA DE OLIVEIRA	5	1	4	4	50.00	5	CLASS

Candidatos: 5
Cargo : 021 - Técnico Administrativo Educacional (E.M. Ouro Branco)

Inscrição	Nome	PORT.	MAT.	GERAIS	ESPEC.	Pont	Class	Aprovado
0118	JONATHAN SANTANA RAUSCHKOLB	9	3	5	2	65.00	1	SIM
0132	ELAINE CRISTINA TAVARES SALDANHA	7	2	6	3	62.00	2	CLASS
0208	VIVIANE MACHADO MATOS	7	3	5	2	57.00	3	CLASS
0165	GIRGIANA REGINA ORIVES MAFRA	7	1	5	2	53.00	4	CLASS
0072	LEIDIANE CAVALCANTE SILVA	6	2	5	2	51.00	5	CLASS
0147	SILMARA SILVA DOS SANTOS	6	1	7	1	51.00	6	CLASS

Candidatos: 6
Cargo : 022 - Técnico Administrativo Educacional (Cadastro Reserva) (E.M. Novo Paraíso)

Inscrição	Nome	PORT.	MAT.	GERAIS	ESPEC.	Pont	Class	Aprovado
0018	EMELIENE MEDEIROS AMORIM	6	1	7	1	51.00	1	SIM

Candidatos: 1
Cargo : 023 - Técnico Administrativo Educacional (Cadastro Reserva) (Sede do Município)

Inscrição	Nome	PORT.	MAT.	GERAIS	ESPEC.	Pont	Class	Aprovado
0012	SIMONE OLIVEIRA DOS SANTOS	8	4	6	3	70.00	1	SIM
0059	DAVID DE OLIVEIRA SANTANA	7	3	3	5	63.00	2	CLASS

0069	JULIANA MANFROI	6	3	8	2	62.00	3	CLASS
0259	MARILENE DAMASIO DE OLIVEIRA	9	2	6	1	62.00	4	CLASS
0052	MARLUCIA RAMOS DOS SANTOS PORTO	7	2	5	3	59.00	5	CLASS
0113	ELAINE CRISTINA ALVES FERREIRA	6	4	5	3	59.00	6	CLASS
0008	THYAGO LUNA PEREIRA BAZILIO	5	2	6	4	58.00	7	CLASS
0169	EVERSON WOLF	6	5	5	2	57.00	8	CLASS
0287	JOICIMARA GONçALVES DA SILVA	8	2	4	2	56.00	9	CLASS
0067	DAIANE DOS SANTOS	5	1	8	2	54.00	10	CLASS
0274	ANDRIELLE DA SILVA	5	2	4	4	52.00	11	CLASS
0124	IZA GRACIELE DOS SANTOS	6	2	4	3	52.00	12	CLASS
0283	LUZINETE FERREIRA GILGIOTTI	6	1	4	3	50.00	13	CLASS
0075	FERNANDA DE CARVALHO	5	3	4	3	50.00	14	CLASS
0238	HIEDA RODRIGUES DO PRADO	4	2	6	3	50.00	15	CLASS
0291	KARLA MONIQUE DA SILVA TORRES	7	1	4	2	50.00	16	CLASS

Candidatos: 16 Candidatos Total : 112

Publicado por:
Sandra Machado Matos Rodrigues
Código Identificador:3748FE50

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO SÃO JOAQUIM

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EDITAL COMPLEMENTAR 007/2014

CONCURSO PÚBLICO N° 001/2014
EDITAL COMPLEMENTAR Nº 007
O Presidente da Comissão Organizadora do Concurso Público da Prefeitura Municipal de Novo São Joaquim – MT, nos termos dos itens 9.7, 9.9 e 9.10 do Edital de Abertura nº 001/2014, visando atender os princípios da publicidade, da legalidade e da impessoalidade, e;
Considerando a apreciação dos recursos oferecidos quanto à divulgação do gabarito preliminar pela Banca Examinadora,
RESOLVE:
I – Divulgar o resultado do julgamento dos recursos apresentados pelos candidatos, conforme segue abaixo:

ENSINO SUPERIOR				
Candidato / Inscrição	Cargo	Nº da Questão	Fundamentação do recurso	Julgamento do recurso
Leandro de Oliveira Dolzan - 00173	Assessor Jurídico	06	O gabarito preliminar aponta a Alternativa "A" como a correta, no meu ponto de visto, não desmerecendo a qualidade e lisura dos serviços prestados por esta conceituada banca, houve um GRAVE ERRO MATERIAL DE DIGITAÇÃO que induziu o candidato a erro, pois no texto da alternativa "A" faltou espaço entre as palavras "acreditouque" e contribuiupara", onde deveria ser "acreditou que" e contribuiu para" para que a alternativa "A" fosse a correta, pois não existe as formas verbais "acreditouque" nem "contribuiupara", motivo este que o erro de digitação material tornou errada a alternativa que deveria ser a correta. Desta forma, com o devido respeito que esta banca merece, já que venho prestando diversos concursos, confiando na seriedade desta empresa, acredito que sejam acatadas minhas ponderações para que seja declarada nula a questão "06", e por consequência repassar a pontuação dela para todos os candidatos, independente da alternativa escolhida, vez que o erro de digitação ou gráfico alterou a resposta pretendida. Vale ressaltar que o erro foi tão grave, que nenhum candidato, nem mesmo eu percebi a tempo, para chamar o fiscal de prova e fazê-lo constar no relatório da sala.	Recurso com provimento. Houve erro de formulação na elaboração da questão, conduzindo à sua anulação. Portanto, a mesma fica anulada.
Danilo Souza Santos – 0233	Engº Ambiental	03	A alternativa D da questão ficou confusa em relação à explicação da função do pronome relativo "QUE". Nas opções anteriores diz claramente qual a função do pronome da oração, entretanto no item ``D´´ essa explicação não ficou clara. Assim, prejudicando a interpretação do candidato.	Recurso sem provimento. QUESTÃO 03 "Outro ponto que preocupa os cientistas é a construção de represas e hidrelétricas." Em relação a oração "que preocupa os cientistas "o "que" é A) Pronome relativo – retoma um termo da oração anterior. B) Pronome indefinido – exerce a função de substantivo. C) Pronome adjetivo – determina um substantivo. D) Pronome relativo- a oração subordinada adjetiva restritiva. A palavra "que", é um Pronome Relativo. Na oração esse pronome retoma um termo da oração antecedente e projeta a oração consequente. A oração é subordinada Adjetiva Restritiva por "restringir", ou seja, limitar a significação do nome a que se refere, "preocupa os cientista". A resposta correta é a letra D. Recurso Indeferido.
Maick Rhamer Teixeira Leite Garcia - 00171	Engenheiro Civil			
		06	A questão A não deu clareza devido ao "ERRO" de digitação, deixando confuso sobre essa resposta, sendo que numa prova de Concurso Público no caderno de ``Língua Portuguesa´´ é inaceitável um erro grosseiro como esse, teria que ter uma atenção dobrada.	Recurso com provimento. Houve erro de formulação na elaboração da questão, conduzindo à sua anulação. Portanto, a mesma fica anulada.
Ana Carolina Tozo da Costa - 00160	Assessor Jurídico	07	O enunciado da questão solicita que se marque a alternativa que apresenta a classificação correta do tipo de substantivo relacionado aos seguintes nomes: Universidade Estadual de São Paulo; Amazônia; Maria Teresa Fernandez Piedade; Michael Cohe. O gabarito apresentado como correto pela banca é o que afirma serem substantivos próprios. Contudo, também o são substantivos concretos. Isso porque substantivos concretos podem ser conceituados como aqueles que nomeiam seres de existência independente, sejam imaginários ou reais. Em outras palavras, são aqueles que designam serem que existem por si só ou apresentam-se em nossa imaginação como se existissem por si só. Assim, as pessoas e os lugares apresentados são, por óbvio, substantivos concretos, pois existem por si só. Ante o exposto, pugna-se pela ANULAÇÃO da referida questão, tendo em vista a existência de duas alternativas corretas, quais sejam "C" e "D".	Recurso sem provimento. QUESTÃO 07 Em relação aos nomes relacionados abaixo: I- Universidade Estadual de São Paulo, II- Amazônia III- Maria Teresa Fernandez Piedade IV- Michael Cohe Pode-se afirmar que são especificamente: A) Substantivos comuns. B) Substantivos abstratos. C) Substantivos concretos. D) Substantivos próprios. Quanto a classificação dos substantivos elencados enquadrariam nos Concretos. Entretanto, a palavra de "comando" "especificamente" equivale somente para os Próprios, já que, nem todos os Concretos podem ser Próprios. Substantivo Próprio: quando designa especificamente um determinado elemento. Podem ser nome de pessoas, de lugares, marcas comerciais, nomes de livros, associações etc. A resposta correta é a letra D. Recurso Indeferido.
		06	O enunciado da questão solicita que se passe para o singular e para o pretérito perfeito do modo indicativo a seguinte frase:	Recurso com provimento. Houve erro de formulação na elaboração da questão, conduzindo à sua anulação. Portanto, a mesma fica anulada.

			"Acreditamos que as mudanças climáticas irão, no futuro, contribuir para as enchentes e secas cada vez mais severas e frequentes". A alternativa apresentada como correta traz a seguinte proposta: "Acreditouque [sic] a mudança climática foi, no passado, contribuiupara [sic] enchente e seca cada vez mais severa e frequente". Observa-se que a ausência de espaços entre as palavras por si só já configuraria hipótese suficiente para a anulação da questão. Ademais, a construção apresentada como correta não apresenta sentido lógico para o padrão culto da linguagem. Além disso, a forma verbal "acreditamos" está conjugada na primeira pessoa do plural, logo deveria ser transposta para o singular na primeira pessoa do singular, o que não foi observado pelo examinador, pois o verbo "acreditou" apresenta-se na terceira pessoa do singular. A transposição correta do verbo "acreditamos" para o singular no pretérito perfeito do indicativo seria "acreditei", o que não consta na questão. Diante das incorreções aludidas, pugna-se pela ANULAÇÃO da referida questão.	
Antonio Maria da Costa Ladeira Junior 00043	Engenheiro Ambiental	20	Os candidatos afirmam que existem duas alternativas corretas, as letras "A" e "B". Explicam que além de Poxoréo, faz limite territorial com Novo São Joaquim o município de Primavera do Leste. Os candidatos solicitam a anulação da questão.	Recurso com provimento. Algumas bibliografias consultadas demonstram que Novo São Joaquim faz limite com os municípios de Primavera do Leste e Paranatinga. Mas esses limites foram modificados com a criação do município de Santo Antônio do Leste em 1998. Conforme o mapa político de Mato Grosso (http://www.seplan.mt.gov.br). No entanto, no mapa Seplan, consta o município de Primavera do Leste como limítrofe ao município de Novo São Joaquim. Diante do exposto, decidiu-se pela anulação da questão.
Danilo Sousa Santos - 00233	Professor Niv. Sup. – Pedagogia			
Kelliana Castro Santos Ribeiro-00079	Engenheiro Civil			
Sandra Santos Costa - 00069				
Higgor Pinho e Silva-00216				
Maick Rhamer Teixeira Leite Garcia-00171				
Sandra Santos Costa - 00069	Professor Niv. Sup. – Pedagogia	13	A candidata afirmar que alem da alternativa "B", também a alternativa "C" está correta.	Recurso sem provimento. Na alternativa "C" está escrito: No dia 11 de outubro de 1977, o presidente Ernesto Geisel assinou a Lei Complementar nº 31, dividindo Mato Grosso do Sul e criando o Estado de Mato Grosso. Essa afirmação é falsa, pois o estado que foi dividido não foi Mato Grosso do Sul e sim, Mato Grosso. Mato Grosso do Sul foi o estado criado com a divisão de Mato Grosso. Portanto, apenas a letra "B" da questão está correta. Depois de analisar o recurso, decidiu-se pela manutenção do gabarito.
Antônio Maria da Costa Ladeira Junior - 00043	Engenheiro Ambiental	39	Referente a alternativa (A) Diz assim: o Gestor Ambiental por ser um profissional novo no mercado, existem algumas duvidas sobre suas competências profissionais. Por conta prova o CREA (Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura) já lhe deu as atribuições que definem suas funções, conforme sua grade curricular e carga horária (Entidades de Graduação, reconhecidas pelo MEC), assim como acontece com o Engenheiro Ambiental, entre outras Engenharias. Por conta disto, é incorreto afirmar que esta profissão traz confusão ao mercado de trabalho, pois já existem suas atribuições e competências. Outro ponto, na questão 36 do próprio concurso, dispõe-se das CARACTERÍSTICAS DAS FUNÇÕES de um GESTOR AMBIENTAL.	Recurso sem provimento. O recurso não procede, visto que a questão de numero 39 é bem clara quanto a sua formulação, Ela diz o que realmente pode-se afirmar sobre o Gestor Ambiental, e não há duvida sobre as alternativas, pois estão diretamente ligadas à questão Ambiental. Ainda a questão pede é correto afirmar e não característica. "A alternativa A, questionada pelo candidato, está perfeita, uma vez que a Gestão Ambiental é calculo administração e assim respectivamente, e que a mesma não seja confundida com a Ecologia," A discussão sobre conselho profissional e, particularmente, sobre o CREA, tem sido tema recorrente e debates internos da ANAGEA, debates com outras instituições e pedidos de informações de gestores que acessam a pagina da web da associação, merece, portanto, uma reflexão mais aprofundada. ("ANAGEA - Associação dos Gestores Ambientais"). O Gestor que não estiver bem preparado profissionalmente, mesmo que já haja as competências delineadas, este pode fazer confusão. A alternativa A, está correta. Recurso Indeferido.
Maick Rhamer Teixeira Leite Garcia - 00171	Engenheiro Civil	26	Alega o candidato que a questão ficou meio confusa.	Recurso sem provimento. Analisando o recurso interposto pelo candidato verifica-se que o mesmo não contém fundamentação, desde modo não há como ser analisado, conforme dispõe o item 10.2.2 do Edital de abertura do certame, "verbis": 10.2.2. Admitir-se-á um único recurso por questão, para cada candidato, relativamente ao gabarito ou ao conteúdo das questões, desde que devidamente fundamentado. Não serão aceitos/analisados recursos sem argumentação plausível. Gabarito mantido.
Ana Carolina Tozo da Costa 00160	Assessor Jurídico	34	Alega a candidata que o fenômeno repristinação é admitido no ordenamento jurídico brasileiro e o desconstitucionalização não é, deste modo solicita que o gabarito seja alterado e conste como correta a alternativa "B".	Recurso sem provimento. Repristinação é o fenômeno que ocorre quando uma norma revogadora de outra anterior, que, por sua vez, tivesse revogado uma mais antiga, recoloca esta última novamente em estado de produção de efeitos. Esta verdadeira restauração de eficácia é proibida no ordenamento jurídico brasileiro, salvo se houver expressa previsão na nova lei, conforme dispõe o art. 2°, § 3° da LINCC, "verbis": Art. 2o Não se destinando à vigência temporária, a lei terá vigor até que outra a modifique ou revogue. § 3o Salvo disposição em contrário, a lei revogada não se restaura por ter a lei revogadora perdido a vigência. Portanto, completamente desarrazoada a fundamentação da candidata. Gabarito mantido.
Leandro de Oliveira Dolzan - 00173	Assessor Jurídico	40	Primeiramente é salutar mencionarmos que o candidato interpôs dois recursos contra a mesma questão. Após, alega o candidato que a questão ora em comento possui duas alternativas incorretas a "C" e a "D" e desde modo solicita sua anulação.	Recurso sem provimento. Conforme se depreende do sistema de recursos da Empresa ACP & Informática® o candidato interpôs dois recursos contra a mesma questão, contrariando o disposto no item 10.2.2 do Edital de abertura do certame, "verbis": 10.2.2. Admitir-se-á um único recurso por questão, para cada candidato, relativamente ao gabarito ou ao conteúdo das questões, desde que devidamente fundamentado. Não serão aceitos/analisados recursos sem argumentação plausível. Assim, passamos a análise do primeiro recurso interposto: Como o próprio candidato ressalta, a questão ora em comento faz alusão ao artigo 114 da CF/88, pois bem, cumpre-nos transcrevê-lo: Art. 114. Compete à Justiça do Trabalho processar e julgar: I - as ações oriundas da relação de trabalho, abrangidos os entes de direito público externo e da administração pública direta e indireta da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios; II - as ações que envolvam exercício do direito de greve; III - as ações sobre representação sindical, entre sindicatos, entre sindicatos e trabalhadores, e entre sindicatos e empregadores; IV - os mandados de segurança, habeas corpus e habeas data, quando o ato questionado envolver matéria sujeita à sua jurisdição; Deste modo, resta claro e comprovado que a única alternativa incorreta é a letra "C", pois se houver lei dispondo em contrário sobre o fato da Justiça do Trabalho ser competente para julgar as ações sobre representação sindical, entre sindicatos, entre sindicatos e trabalhadores, e entre sindicatos e empregadores está deverá ser declarada inconstitucional, tendo em vista contrariar texto expresso da Constituição Federal. Portanto, completamente desarrazoada a fundamentação do candidato. Gabarito mantido.
Leandro de Oliveira Dolzan - 00173	Assessor Jurídico	16	Alega o candidato que a questão ora em comento possui duas alternativas incorretas "C" e "D" e deste modo solicita sua anulação.	Recurso sem provimento. Da análise dos recursos interpostos cumpre-nos comprovar que há apenas uma alternativa incorreta "C", a qual deveria ter sido assinalada pelos candidatos para que os mesmos obtivessem o ponto referente a esta questão. Primeiramente demonstraremos que a alternativa "C" é incorreta:
Ana Carolina			Alega a candidata que a questão ora em análise não possui alternativa incorreta a ser assinalada, tendo em vista que a	A alternativa epigrafada menciona que os elementos indispensáveis para definição do objeto da licitação devem constar na justificativa para licitar. Afirmação esta perfeitamente incorreta, pois, os elementos devem estar

Tozo da Costa - 00160			alternativa "C" também é correta. Assim, solicita sua anulação.	descritos no termo de referencia - TR, conforme determina o artigo 8°, I do Decreto n° 3.555/2000, "verbis": Art. 8º (...) I - a definição do objeto deverá ser precisa, suficiente e clara, vedadas especificações que, por excessivas, irrelevantes ou desnecessárias, limitem ou frustrem a competição ou a realização do fornecimento, devendo estar refletida no termo de referência; Agora, cumpre-nos aclarar que a alternativa "D" é plenamente correta, conforme segue: As principais características da licitação por pregão são: 1. Critério de julgamento. Sempre o menor preço. Já que o pregão só vale para produtos e serviços comuns, nada mais óbvio que privilegiar, na escolha da empresa fornecedora, o menor preço, afinal a licitação tipo melhor técnica é para produtos mais complexos e projetos singulares. 2. Inversão da ordem das fases. Uma das principais novidades do pregão é que a ordem das fases de habilitação e julgamento de propostas invertida em relação às demais modalidades de licitação. Primeiro vem a etapa de preços e, em segundo, a fase de habilitação. 3. Limite de preço. O governo tem, por lei, a obrigação de fazer uma pesquisa de mercado, para ter um parâmetro de preços nas licitações. Se as propostas forem mais caras do que a pesquisa, ele dificilmente poderá realizar a compra. No pregão, caso o pregoeiro não consiga atingir pelo menos o preço de referência, mesmo após a negociação, ele tem a possibilidade de desclassificar este competidor e convidar a empresa que obteve a segunda colocação para negociar. Se tal procedimento não vingar, o pregão pode acabar anulado. 4. Lei dos 10%. No dia do pregão, a primeira coisa a ser feita é a abertura das propostas comerciais dos participantes e, logo em seguida, inicia-se o leilão reverso. Porém, só passam para esta fase, as empresas que apresentaram propostas com o preço no máximo 10% superior que a menor proposta. Quem não estiver dentro deste limite cai fora da competição. 5. Leilão reverso. O pregão funciona como um leilão, só que reverso (ao invés de quem dá mais, vale o quem dá menos). As empresas apresentam suas propostas de preços e, em seguida, começam a diminuir seus preços, sem limite para queda dos valores. 6. Fase de negociação. Após a fase de lances, o pregoeiro, que exerce a função de coordenador dos pregões, tem a possibilidade de negociar uma redução de preços ainda maior com a empresa vencedora. 7. Habilitação rápida. No pregão, a fase de habilitação é realizada somente após a fase de preços. Portanto, o governo só irá avaliar a documentação da empresa vencedora da etapa de lances. Isso agiliza o processo de contratação, diminuindo a burocracia. Caso a documentação da empresa vencedora não esteja de acordo com o estabelecido no edital, o pregoeiro pode oferecer um prazo de alguns dias para que a empresa entregue toda a documentação. Assim, comprovado está que não assiste razão ao candidato. Gabarito mantido.

ENSINO MÉDIO

Candidato / Inscrição	Cargo	Nº da Questão	Fundamentação do recurso	Julgamento do recurso
Angelina Carvalho dos Santos Silva	Agente Administrativo – AA7 - Recepcionista	31	Solicito a revisão da questão 31, onde no gabarito está como resposta certa a alternativa "C", mas porém no meu entendimento a alternativa "D" seria a alternativa correta, pois, entendo por exceto, o sentido oposto, sendo que no local de trabalho não podemos tratar clientes com intimidades ou apelidos.	Recurso sem provimento. A questão de número 31 encerra-se pedindo que seja marcada a conduta incorreta durante o atendimento ao público: “São condutas corretas durante o atendimento, EXCETO:” A alternativa D apontada pela candidata, diz que não devemos tratar clientes com intimidades e apelidos. Ela diz respeito a uma conduta CORRETA durante o atendimento ao público, salientando que a questão solicita a conduta INCORRETA. A resposta da questão é a alternativa C, pois ela é a exceção dentre as quatro. De acordo com a apostila de Qualidade no Atendimento ao Público do CIEE/UNESCO/Secretaria de Educação, o Atendente deve evitar informar ao cliente que não detêm determinada informação, caso não saiba de uma informação solicitada, deve pedir um instante e procurar informar-se. Link da apostila digital: http://www.cursosavante.com.br/cursos/curso377/conteudo7696.pdf Ante o exposto, a questão não deve ser anulada e o gabarito não deve ser alterado.
Wilson Pereira da Silva - 00149	Pregoeiro	20	A questão em apresenta um erro de grafia. Vejam: No show de uma banda conhecida nacionalmente, certa hora da noite, a fila única que dá acesso à entrada tem 128 pessoas. Se em média, a distância entre duas pessoas que estão na fila e do 0,60 metros. Este do. Deixou a questão sem concordância, dando margem para várias interpretações, Gerando assim dúvidas. Portanto pede-se à anulação da questão. No lugar do, deveria ser de.	Recurso sem provimento. Após argumentação do recurso e analisando a questão verifica-se que realmente no texto a preposição “de” foi trocada por “do”, porém, isso não influencia os cálculos a serem desenvolvidos e não tira o sentido da questão. A situação problema trata de cálculos simples onde necessita apenas de operações básicas. Diante do exposto, a questão, portanto, não deve ser anulada.
Abraão de Souza Rodrigues- 00028	Pregoeiro	23	O candidato afirma que a questão tem dúbia interpretação: “tanto a letra B) O inicio da ocupação se deu em função das descobertas auríferas do Sec. XVIII, quanto a letra D) A expansão da fronteira agropecuária da década de 70 foi responsável pelo inicio efetivo do estado possibilitando o surgimento de dezenas de novos municípios, estão corretas. São fatos que fizeram parte da ocupação do MT”.	Recurso sem provimento. Conforme a historiografia de Mato Grosso. A ocupação do território se deu com a descoberta das minas de ouro. A principal cidade do estado, a capital Cuiabá, foi fundada e colonizada após a descoberta do ouro. Na década de 1970, a região Sul e Oeste do estado já eram colonizadas. Cidades como Várzea Grande, Rondonópolis, Barra do Garças, Chapada dos Guimarães, Poconé, Diamantino, Tangará da Serra, já contavam com grande população.. Somente parte da região Leste e a região Norte não contavam com número significativo de municípios. Foi na década de 1970 e 1980 que a região Norte foi colonizada. Portanto, após análise do recurso, decidiu-se pela manutenção do gabarito.
		39	Na questão 39, cita execução de obra como fase externa no pregão, porem a modalidade pregão não é não é utilizada para obras, segundo a Lei 10520/2002, pregão é utilizado apenas na aquisição de bens e serviços comuns.	Recurso sem provimento. A Lei 10.520/2002 bem como o Decreto 3.555/2000 não excluem os serviços de obra da modalidade pregão. Tais dispositivos legais excluem sim, as OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA. Nesse caso temos dentro da modalidade pregão as obras e serviços de limpeza, obras e serviços de manutenção e conservação; Obras e serviços de instalação de Telefonia e outras modalidades de obras e serviços que não são necessariamente de engenharia. Tanto que esta resposta foi extraída de uma nota do TCU (Tribunal de contas da União) em anexo, que usa integralmente todos os termos da resposta transcrita na questão 39 como resposta exata. Recurso Indeferido.
Zilamar Martins Valadão- 0082	Alimentador Aplic - Câmara	30	O candidato argumenta que a resposta do gabarito "C" não condiz com os relatos literários e narrativa de fundadores que ainda estão vivos; “da região norte não veio nenhuma família; os migrantes vieram do Nordeste (Paraíba, Rio Grande do Norte, da Bahia); sudeste (minas Gerais, São Paulo) centro oeste (Goiás, do Próprio Mato Grosso) e na década de 80 vieram os migrantes do sul para a agricultura mecanizada. Portanto, conforme a pergunta não existe resposta correta para a questão.”	Recurso sem provimento. O Enunciado da questão afirma que: Em 1676 os bandeirantes percorreram as terras onde atualmente localiza-se o Município de Novo São Joaquim em busca de minas de ouro, mas o povoamento efetivo da região ocorreu somente no Século XIX. Sobre a colonização de Novo São Joaquim, é CORRETO afirmar: Caberia ao candidato analisar e escolher a alternativa correta. A afirmativa correta, a letra B, afirma que Com os incentivos fiscais do governo federal na década de 1980 e a chegada de migrantes de outros Estados, houve um grande desenvolvimento agrícola na região. Essa informação está presente no a, histórico do município onde se verifica: “O desenvolvimento da região se prende ao movimento moderno de colonização a partir dos incentivos fiscais e correção do solo do cerrado Desde então, centenas de famílias iniciaram o fluxo migratório para essa região” [...]. O autor ainda prossegue: “O núcleo de povoamento começou em 1970, a partir da instalação da máquina de beneficiamento de arroz do Sr. Olímpio José Martins”. (FERREIRA, 2001, João Carlos Vicente. Mato Grosso e seus Municípios, pag. 548). Presente também em: http://www.mteseusmunicipios.com.br/NG/conteudo.php?sid=193&cid=528) Depois de analisar o recurso e as bibliografias, decidiu-se pela manutenção do gabarito.
Sidelson Ferreira Dutra- 00293	Pregoeiro	21	O candidato afirma que existem duas alternativas corretas, as letras “B” e “D”. Que o “aprisionamento de índios para serem vendidos como escravos nas fazendas da região sudeste do Brasil, não era a única atividade dos bandeirantes no século XVIII, nem tão pouco pode ser considerada como principal”. Baseia suas afirmações em citações: “(As expedições feitas pelos paulistas foram de caráter principalmente econômico: procura por mão de obra escrava indígena e exploração de ouro e pedras preciosas).”.	Recurso sem provimento. A questão nº 21 pergunta: “A colonização de Mato Grosso está relacionada às expedições bandeirantes do Século XVIII, cujo objetivo principal era”: Na resposta correta, a alternativa “D” consta: O aprisionamento de índios para serem vendidos como escravos nas fazendas da região Sudeste do Brasil. Na alternativa “B” está escrito: A busca de metais preciosos como o ouro, a prata e o cobre, essenciais para a economia colonial. A busca de metais preciosos, no caso dos bandeirantes, era importante, mas não a principal. Além disso, na alternativa B, consta a busca por ouro, prata e cobre. Mas o cobre não tinha qualquer valor para a época. Em Siqueira (1990 e 2002) “O ouro aparece vinculado às atividades praticadas pelos bandeirantes paulistas que, devassando o interior da Colônia, à procura de índios destinados ao cativeiro, encontraram, casualmente, o preciso metal. Após a análise do recurso, decidiu-se pela manutenção do gabarito.
Iris Neres Pereira - 00004	Alimentador do Aplic _ Câmara	29	O clima do município é tropical e não equatorial	Recurso sem provimento. O edital do concurso público prevê as seguintes regras para recursos: 10.2. Dos Recursos 10.2.1. Dos atos praticados pela Prefeitura / Câmara Municipal de Novo São Joaquim, caberá recurso na forma da lei, interposto perante a Empresa ACP & INFORMÁTICA LTDA., desde que apresentado nos prazos constantes no Cronograma acima. 10.2.2. Admitir-se-á um único recurso por questão, para cada candidato, relativamente ao gabarito ou ao conteúdo

				das questões, desde que devidamente fundamentado. Não serão aceitos/analisados recursos sem argumentação plausível. Portanto, recurso conhecido e indeferido por não haver pedido objetivo e não ser a argumentação dos candidatos suficiente à conclusão desta banca examinadora.
ENSINO FUNDAMENTAL				
Candidato / Inscrição	Cargo	Nº da Questão	Fundamentação do recurso	Julgamento do recurso
Cleber Moreira De Avila – 00285 Izete Maria Silva-00203	Operador de Escavadeira Hidráulica - Categoria (C)	13	Os candidatos afirmam que existem três alternativas corretas, as letras B, C e D. Explicam que além de Poxoréo, fazem limite territorial com Novo São Joaquim os municípios de Primavera do Leste e Paranatinga. Os candidatos solicitam a anulação da questão.	Recurso com provimento. Algumas bibliografias consultadas confirmam que Novo São Joaquim faz limite com os municípios de Primavera do Leste e Paranatinga. Mas esses limites foram modificados com a criação do município de Santo Antônio do Leste em 1998. Conforme o mapa político de Mato Grosso (http://www.seplan.mt.gov.br). Mas, no mapa Seplan, consta o município de Primavera do Leste como limítrofe ao município de Novo São Joaquim. Diante do exposto, decidiu-se pela anulação da questão.
Wilson Soares Jardim de Oliveira - 00055	Agente De Serviços Gerais Ag11 - Coletor De Lixo			
Marcos Danilo Da Silva – 00038	Agente Serviços Gerais Ag5 – Guarda			
Divino Claudio Lopes de Moura – 00065 José Vieira Lira - 00267	Motorista Cat. D			
Cleber Moreira De Avila – 00285	Operador de Escavadeira Hidráulica - Categoria (C)	19	Solicito revisão da questão supracitada por considerar que a resposta do gabarito preliminar, "D" CORRESPONDE com uma atitude de segurança e o enunciado da questão pede para apontar uma alternativa que "NÃO CORRESPONDA".	Recurso com provimento. Gabarito alterado da letra “D” para a letra “C”.

II – Comunicar que não mais será concedido prazo para apresentação de recursos na esfera administrativa nos termos do Edital de Abertura nº 001/2014.

Novo São Joaquim - MT, em 23 de Junho de 2014.

WILIA JOSÉ BATISTA
Presidente da Comissão Organizadora do Concurso Público Nº 001/2014

Publicado por:
Andeburgo Franklin da Silva
Código Identificador:8ACBEC1E

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EDITAL COMPLEMENTAR 008/2014

CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2014
EDITAL COMPLEMENTAR Nº 008

DIVULGA GABARITO OFICIAL

O Presidente da Comissão Organizadora do Concurso Público da Prefeitura Municipal de Novo São Joaquim – MT, nos termos dos itens 9.7, 9.9 e 9.10 do Edital de Abertura nº 001/2014, visando atender os princípios da publicidade, da legalidade e da impessoalidade, e;
RESOLVE:
I – Divulgar o gabarito oficial das provas do Concurso Público n° 001/2014, conforme anexo único que integra este Edital Complementar;
II – Informar que o referido gabarito se encontra à disposição dos interessados no site www.acpi.com.br

Novo São Joaquim - MT, em 23 de junho de 2014.

WILIA JOSÉ BATISTA
Presidente da Comissão Organizadora do Concurso Público nº 001/2014

NÍVEL SUPERIOR																			
CARGO: 001 – ASSESSOR JURÍDICO																			
LÍNGUA PORTUGUESA										DIREITO ADMINISTRATIVO									
01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
C	B	D	A	B	NULA	D	C	B	D	D	D	C	A	B	C	B	A	D	B
DIREITO TRIBUTÁRIO										CONECIMENTOS ESPECIFICOS									
21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40
A	B	A	C	D	B	C	A	D	D	B	A	D	C	B	B	D	C	A	C
CARGO: 002 – CONTADOR																			
LÍNGUA PORTUGUESA										DIREITO ADMINISTRATIVO									
01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
C	B	D	A	B	NULA	D	C	B	D	D	D	C	A	B	C	B	A	D	B
DIREITO TRIBUTÁRIO										CONECIMENTOS ESPECIFICOS									
21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40
A	B	A	C	D	B	C	A	D	D	C	A	B	D	B	A	A	D	C	B
CARGO: 004 – NUTRICIONISTA																			
LÍNGUA PORTUGUESA										CONHECIMENTOS GERAIS									
01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
C	B	D	A	B	NULA	D	C	B	D	C	A	B	D	B	B	A	C	D	NULA
ESTATUTO DOS SERVIDORES PUBLICOS MUNICIPAIS										CONECIMENTOS ESPECIFICOS									
21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40
B	C	A	D	A	D	B	C	A	A	D	C	A	B	C	B	A	D	D	C
CARGO: 005 - MÉDICO																			
LÍNGUA PORTUGUESA										CONHECIMENTOS GERAIS									

01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
C	B	D	A	B	NULA	D	C	B	D	C	A	B	D	B	B	A	C	D	NULA
ESTATUTO DOS SERVIDORES PUBLICOS MUNICIPAIS										CONECIMENTOS ESPECIFICOS									
21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40
B	C	A	D	A	D	B	C	A	A	D	A	B	C	A	B	C	C	D	A

CARGO: 006 – PROFESSOR NÍVEL SUPERIOR - PEDAGOGIA

LÍNGUA PORTUGUESA										CONHECIMENTOS GERAIS									
01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
C	B	D	A	B	NULA	D	C	B	D	C	A	B	D	B	B	A	C	D	NULA
ESTATUTO /PLANO DE CARREIRA DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA DE NOVO SÃO JOAQUIM-MT										CONECIMENTOS ESPECIFICOS									
21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40
D	C	A	B	A	B	A	B	D	C	B	A	C	A	C	D	B	D	C	B

CARGO: 007 – PROFESSOR NÍVEL SUPERIOR – PEDAGOGIA - ITAQUERÊ

LÍNGUA PORTUGUESA										CONHECIMENTOS GERAIS									
01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
C	B	D	A	B	NULA	D	C	B	D	C	A	B	D	B	B	A	C	D	NULA
ESTATUTO /PLANO DE CARREIRA DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA DE NOVO SÃO JOAQUIM-MT										CONECIMENTOS ESPECIFICOS									
21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40
D	C	A	B	A	B	A	B	D	C	B	A	C	A	C	D	B	D	C	B

CARGO: 009 – ENGENHEIRO CIVIL

LÍNGUA PORTUGUESA										CONHECIMENTOS GERAIS									
01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
C	B	D	A	B	NULA	D	C	B	D	C	A	B	D	B	B	A	C	D	NULA
ESTATUTO DOS SERVIDORES PUBLICOS MUNICIPAIS										CONECIMENTOS ESPECIFICOS									
21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40
B	C	A	D	A	D	B	C	A	A	C	A	A	B	D	C	D	A	B	C

CARGO: 010 – ENGENHEIRO AMBIENTAL

LÍNGUA PORTUGUESA										CONHECIMENTOS GERAIS									
01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
C	B	D	A	B	NULA	D	C	B	D	C	A	B	D	B	B	A	C	D	NULA
ESTATUTO DOS SERVIDORES PUBLICOS MUNICIPAIS										CONECIMENTOS ESPECIFICOS									
21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40
B	C	A	D	A	D	B	C	A	A	A	C	B	D	A	A	B	C	D	C

CARGO: 024 - ODONTÓLOGO

LÍNGUA PORTUGUESA										CONHECIMENTOS GERAIS									
01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
C	B	D	A	B	NULA	D	C	B	D	C	A	B	D	B	B	A	C	D	NULA
ESTATUTO DOS SERVIDORES PUBLICOS MUNICIPAIS										CONECIMENTOS ESPECIFICOS									
21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40
B	C	A	D	A	D	B	C	A	A	B	A	C	D	A	B	D	C	A	A

NÍVEL MÉDIO

CARGO: 008 – PROFESSOR NÍVEL MAGISTÉRIO

LÍNGUA PORTUGUESA										MATEMÁTICA									
01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
D	A	C	B	D	A	A	C	B	D	C	B	A	D	D	C	B	C	A	D
CONHECIMENTOS GERAIS										CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS									
21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40
D	A	B	C	B	C	C	D	A	B	A	B	D	C	D	C	A	D	B	A

CARGO: 011 – AGENTE ADMINISTRATIVO AA1

LÍNGUA PORTUGUESA										MATEMÁTICA									
01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
D	A	C	B	D	A	A	C	B	D	C	B	A	D	D	C	B	C	A	D
CONHECIMENTOS GERAIS										CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS									
21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40
D	A	B	C	B	C	C	D	A	B	B	D	C	A	D	B	A	B	D	C

CARGO: 012 – ALIMENTADOR DO SISTEMA APLIC - PREFEITURA

LÍNGUA PORTUGUESA										MATEMÁTICA									
01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
D	A	C	B	D	A	A	C	B	D	C	B	A	D	D	C	B	C	A	D
CONHECIMENTOS GERAIS										CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS									
21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40
D	A	B	C	B	C	C	D	A	B	D	B	C	A	C	C	D	B	A	D

CARGO: 013 – ALIMENTADOR DO SISTEMA APLIC - CÂMARA

LÍNGUA PORTUGUESA										MATEMÁTICA									
01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
D	A	C	B	D	A	A	C	B	D	C	B	A	D	D	C	B	C	A	D
CONHECIMENTOS GERAIS										CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS									
21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40
D	A	B	C	B	C	C	D	A	B	D	B	C	A	C	C	D	B	A	D

CARGO: 014 – AGENTE ADMINISTRATIVO AA7 - RECEPCIONISTA

LÍNGUA PORTUGUESA										MATEMÁTICA									
01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
D	A	C	B	D	A	A	C	B	D	C	B	A	D	D	C	B	C	A	D
CONHECIMENTOS GERAIS										CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS									
21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40
D	A	B	C	B	C	C	D	A	B	C	B	B	A	D	A	B	C	D	D

CARGO: 015 – PREGOEIRO

LÍNGUA PORTUGUESA										MATEMÁTICA									
01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
D	A	C	B	D	A	A	C	B	D	C	B	A	D	D	C	B	C	A	D
CONHECIMENTOS GERAIS										CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS									
21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40
D	A	B	C	B	C	C	D	A	B	D	A	C	B	D	D	B	C	A	D

CARGO: 016 – TÉCNICO EM ENFERMAGEM

LÍNGUA PORTUGUESA										MATEMÁTICA									
01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
D	A	C	B	D	A	A	C	B	D	C	B	A	D	D	C	B	C	A	D
CONHECIMENTOS GERAIS										CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS									
21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40

D	A	B	C	B	C	C	D	A	B	C	D	B	A	A	B	D	C	D	C
CARGO: 017 – AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS AG5 - GUARDA																			
LÍNGUA PORTUGUESA E MATEMÁTICA										CONHECIMENTOS GERAIS					CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS				
01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
D	A	C	B	B	C	A	D	B	D	B	D	NULA	A	B	A	C	D	A	C
CARGO: 018 – AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS AG11 – COLETOR DE LIXO																			
LÍNGUA PORTUGUESA E MATEMÁTICA										CONHECIMENTOS GERAIS					CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS				
01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
D	A	C	B	B	C	A	D	B	D	B	D	NULA	A	B	C	A	B	C	D
CARGO: 019 – MOTORISTA CATEGORIA “D”- PREFEITURA																			
LÍNGUA PORTUGUESA E MATEMÁTICA										CONHECIMENTOS GERAIS					CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS				
01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
D	A	C	B	B	C	A	D	B	D	B	D	NULA	A	B	C	B	D	C	A
CARGO: 020 – MOTORISTA CATEGORIA “D”- ITAQUERÊ																			
LÍNGUA PORTUGUESA E MATEMÁTICA										CONHECIMENTOS GERAIS					CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS				
01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
D	A	C	B	B	C	A	D	B	D	B	D	NULA	A	B	C	B	D	C	A
CARGO: 022 – OPERADOR DE MÁQUINAS CAT. “C”																			
LÍNGUA PORTUGUESA E MATEMÁTICA										CONHECIMENTOS GERAIS					CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS				
01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
D	A	C	B	B	C	A	D	B	D	B	D	NULA	A	B	B	C	D	A	C
CARGO: 023 – OPERADOR DE ESCAVADEIRA HIDRAÚLICA – CAT. C																			
LÍNGUA PORTUGUESA E MATEMÁTICA										CONHECIMENTOS GERAIS					CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS				
01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
D	A	C	B	B	C	A	D	B	D	B	D	NULA	A	B	A	C	B	C	D

Publicado por:
Andeburgo Franklin da Silva
Código Identificador:80C21780

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA

PREFEITURA MUNICIPAL
LEI COMPLEMENTAR Nº 58, DE 8 DE DEZEMBRO DE 2008.

Lei original arquivada nesta Prefeitura. Conferida pela Unidade de Controle Interno, em 04/04/2012.
Reconferida em 12/12/2013, em razão das alterações introduzidas pelas Leis Complementares nº 79/2013, nº 80/2013 e nº 81/2013.
Reconferida em 24/06/2014, em razão das alterações introduzidas pela Lei Complementar nº 84/2014

Observar Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 52178/2009, julgada em 13/05/2010
.
ALTERADA PELA LEI COMPLEMENTAR Nº 84, DE 24 DE JUNHO DE 2014.
ALTERADA PELA LEI COMPLEMENTAR Nº 81, DE 26 DE NOVEMBRO DE 2013.
ALTERADA PELA LEI COMPLEMENTAR Nº 80, DE 10 DE OUTUBRO DE 2013.
ALTERADA PELA LEI COMPLEMENTAR Nº 79, DE 19 DE AGOSTO DE 2013.
ALTERADA PELA LEI COMPLEMENTAR Nº 72, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2011.
.
LEI COMPLEMENTAR Nº 058/2.008
.

“DISPÕE SOBRE A NOVA ESTRUTURA DO ESTATUTO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA DO MUNICÍPIO DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA”.

.

JOÃO ABREU LUZ, PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulgo a seguinte Lei Complementar.

.

Título I
Da Finalidade

Capítulo I
Dos Fins, da Aplicação e das Definições

Art. 1º. A presente lei complementar organiza o grupo dos profissionais da educação Básica e reestrutura a respectiva carreira estabelecendo o regime de trabalho do pessoal vinculado a Administração do Município de São Félix do Araguaia, Estado de Mato Grosso nos termos da Lei Federal nº 9.394/96, Lei nº 11.738/2008 e Decreto nº 6.094/07.

Parágrafo único. Entende-se por carreira estratégica aquela essencial para o oferecimento do ensino público, priorizando e mantendo sob a responsabilidade do município com admissão exclusiva por concurso público.

Art. 2º. Para os efeitos dessa lei complementar, entende-se por grupo dos profissionais da Educação Básica o conjunto de profissionais que desempenham atividades docentes, apoio educacional; orientação, coordenação, planejamento, direção das unidades escolares, órgãos afins, os funcionários em Educação Básica das unidades escolares e escrituração e transporte.

Capítulo II
Da Educação como Profissão

Art. 3º. Os órgãos do sistema Municipal de Educação devem proporcionar ao grupo dos profissionais da educação básica:

I. progressão da carreira, mediante a ascensão e promoção por critérios de habilitação e merecimento respectivamente;

II. valorização mediante formação continuada, piso salarial, garantia de condições de trabalho, produção científica e pelo cumprimento da aplicação dos percentuais mínimos destinados à educação.

Título II
Da Estrutura do Grupo dos Profissionais da Educação

Capítulo I
Da Constituição do Grupo

~~**Art. 4º**. A carreira dos profissionais da educação básica estruturada no quadro permanente fica constituído em quatro cargos:~~
~~**I**. Professor - composto das atribuições inerentes às atividades de docência, orientação, assessoramento pedagógico, coordenação, administração e direção de unidade escolar;~~
~~**II**. Técnico Administrativo Educacional - Composto de atribuições inerentes às atividades de administração escolar, nutrição escolar, multi meios didáticos e outras que exijam formação específica;~~
~~**III**. Apoio Administrativo Escolar: Composto de atribuições inerentes às atividades de nutrição escolar, manutenção de infra-estrutura, outras que requeiram formação em nível de ensino fundamental completo;~~

Art. 4º - A carreira dos profissionais da educação básica estruturada no quadro permanente fica constituída em 03 (três) cargos: **a)** - Professor, **b)** - Técnico Administrativo Educacional Profissionalizado e Não Profissionalizado e **c)** - Apoio Administrativo Escolar Profissionalizado e Não Profissionalizado e 05 (cinco) QUADROS: **(Redação dada pela Lei Complementar nº 72/2011, de 19 de dezembro de 2011)**

I – Professor – composto das atribuições inerentes às atividades de docência, orientação, assessoramento pedagógico, coordenação, administração e direção de unidade escolar – QUADRO III; **(Redação dada pela Lei Complementar nº 72/2011, de 19 de dezembro de 2011)**

II – Técnico Administrativo Educacional Profissionalizado – TAE – Composto de atribuições inerentes as atividades de Secretaria Escolar e Multimeios Didáticos e outras atribuições que exijam formações específicas – QUADRO VII; **(Redação dada pela Lei Complementar nº 72/2011, de 19 de dezembro de 2011)**

III - Técnico Administrativo Educacional não Profissionalizado – TAE – Composto de atribuições inerentes as atividades de Secretaria Escolar e Multimeios Didáticos – QUADRO IV; **(Redação dada pela Lei Complementar nº 72/2011, de 19 de dezembro de 2011)**

IV - Apoio Administrativo Escolar Profissionalizado – AAE - Composto de atribuições inerentes as atividades de Alimentação Escolar e Infraestrutura Escolar e outras atribuições que exijam formações específicas – QUADRO VIII; **(Redação dada pela Lei Complementar nº 72/2011, de 19 de dezembro de 2011)**

V – Apoio Administrativo Escolar não Profissionalizado – AAE – Composto de atribuições inerentes as atividades de Alimentação Escolar e Infraestrutura Escolar – QUADRO V; **(Redação dada pela Lei Complementar nº 72/2011, de 19 de dezembro de 2011)**

Capítulo II
Das Séries de Classes dos Cargos de Carreira

Seção I
Da Série de Classes do Cargo de Professor

Art. 5º. A série de classe do cargo de professor é estruturada em linha horizontal de acesso, identificada por letras maiúsculas.

§ 1º. As classes são estruturadas segundo os graus de formação exigidos para o provimento do cargo com as seguintes correlações:

I. Classe A - habilitação específica de nível médio-magistério;

II. Classe B - Habilitação específica de grau superior ao nível de graduação, representada por licenciatura plena;

III. Classe C - Habilitação específica de curso de graduação superior e especialização ao nível de pós-graduação, que atendam as exigências da instituição de ensino na área da educação;

IV. Classe D - Habilitação específica de graduação superior, correspondente a Licenciatura Plena mais curso de mestrado e/ou doutorado na área de Educação relacionada com sua habilitação.

§ 2º. Cada classe desdobra-se em níveis, indicados por algarismo arábico de 01 (um) a 10 (dez) que constituem a linha vertical de progressão.

§ 3º. As classes são estruturadas segundo os graus de formação exigidos para o provimento do cargo, acrescida nos proventos de coeficiente igual a 1,50 por curso de aperfeiçoamento na área de atuação ou correlata de no mínimo 400 horas, não podendo exceder o total de três.

Art. 6º. São atribuições específicas do professor:

I. participar da formulação de Políticas Educacionais nos diversos âmbitos da Secretaria Municipal de Educação;

II. elaborar planos, programas e projetos educacionais no âmbito específico de sua atuação;

III. participar da elaboração do plano Político Pedagógico;

IV. desenvolver a regência efetiva;

V. controlar e avaliar o rendimento escolar;

VI. executar tarefas de recuperação de alunos;

VII. participar de reuniões de trabalho;

VIII. desenvolver pesquisas educacionais;

IX. participar de ações administrativas e das interações educativas com a comunidade.

Seção II
Da Série de Classe dos Cargos de Técnico Administrativo Educacional, Apoio Administrativo Escolar

~~**Art. 7º**. A série de classes dos cargos Técnico Administrativo Educacional e Apoio Administrativo Escolar, estruturam-se em linha horizontal, da seguinte forma, identificada por letras maiúsculas:~~
~~**a)** Técnico Educacional:~~
~~**I**. classe A - Habilitação em ensino médio;~~
~~**II**. classe B – Habilitação específica ensino médio e cursos de aperfeiçoamento de no mínio 400 (quatrocentas) horas de duração, comprovadas com certificação;~~
~~**III**. classe C - Habilitação em grau superior, com curso de especialização na área de atuação ou correlata e especialização específica;~~
~~**IV**. classe D - Habilitação em grau superior em nível de graduação mais cursos de mestrado e/ou doutorado na área de atuação.~~
~~**b)** Apoio Administrativo Escolar:~~
~~**I**. classe A - Ensino fundamental incompleto;~~
~~**II**. classe B - Ensino médio completo;~~
~~**III**. classe C – habilitação em grau médio completo e cursos de aperfeiçoamento de no mínimo 120 (cento e vinte) horas de duração na especificidade da área de atuação.~~

Art. 7º - As séries de classes dos cargos Técnico Administrativo Educacional não Profissionalizado e Técnico Administrativo Educacional Profissionalizado - Apoio Administrativo Escolar não Profissionalizado e Apoio Administrativo Escolar Profissionalizado, estruturam-se em linha horizontal, da seguinte forma - identificadas por letras maiúsculas: **(Redação dada pela Lei Complementar nº 72/2011, de 19 de dezembro de 2011)**

a) Técnico Administrativo Educacional - (não profissionalizado) – QUADRO IV: **(Redação dada pela Lei Complementar nº 72/2011, de 19 de dezembro de 2011)**

I – classe A – habilitação em ensino médio; **(Redação dada pela Lei Complementar nº 72/2011, de 19 de dezembro de 2011)**

II – classe B – habilitação em grau superior; **(Redação dada pela Lei Complementar nº 72/2011, de 19 de dezembro de 2011)**

III – classe C – habilitação em grau superior, em nível de especialização lato sensu relacionado à área de habilitação do cargo; **(Redação dada pela Lei Complementar nº 72/2011, de 19 de dezembro de 2011)**

IV – classe D – habilitação em cursos de mestrado ou doutorado na área de educação ou relacionado às atribuições do cargo. **(Redação dada pela Lei Complementar nº 72/2011, de 19 de dezembro de 2011)**

b) Técnico Administrativo Educacional - (profissionalizado) – QUADRO VII: **(Redação dada pela Lei Complementar nº 72/2011, de 19 de dezembro de 2011)**

I – classe A – habilitação em ensino médio com profissionalização específica relacionada às atribuições do cargo; **(Redação dada pela Lei Complementar nº 72/2011, de 19 de dezembro de 2011)**

II – classe B – habilitação em grau superior, em nível de graduação e profissionalização específica; **(Redação dada pela Lei Complementar nº 72/2011, de 19 de dezembro de 2011)**

III – classe C – habilitação em grau superior, em nível de especialização lato sensu relacionado à área de habilitação do cargo; **(Redação dada pela Lei Complementar nº 72/2011, de 19 de dezembro de 2011)**

IV – classe D – habilitação em cursos de mestrado ou doutorado na área de educação ou relacionado às atribuições do cargo. **(Redação dada pela Lei Complementar nº 72/2011, de 19 de dezembro de 2011)**

c) Apoio Administrativo Escolar – (não profissionalizado) – QUADRO V; **(Redação dada pela Lei Complementar nº 72/2011, de 19 de dezembro de 2011)**

I – classe A – ensino fundamental completo; **(Redação dada pela Lei Complementar nº 72/2011, de 19 de dezembro de 2011)**

II – classe B – habilitação em ensino médio; **(Redação dada pela Lei Complementar nº 72/2011, de 19 de dezembro de 2011)**

III – classe C – habilitação em grau superior. **(Redação dada pela Lei Complementar nº 72/2011, de 19 de dezembro de 2011)**

d) Apoio Administrativo Escolar – (profissionalizado)- QUADRO VIII; **(Redação dada pela Lei Complementar nº 72/2011, de 19 de dezembro de 2011)**

I – classe A - habilitação em ensino médio com profissionalização específica relacionada às atribuições do cargo; **(Redação dada pela Lei Complementar nº 72/2011, de 19 de dezembro de 2011)**

II – classe B – habilitação em grau superior em nível de graduação. **(Redação dada pela Lei Complementar nº 72/2011, de 19 de dezembro de 2011)**

III – classe C – habilitação em grau superior e em nível de especialização lato sensu relacionado à área de habilitação do cargo; **(Redação dada pela Lei Complementar nº 72/2011, de 19 de dezembro de 2011)**

~~**§ 1º**. Cada classe desdobra-se em níveis, indicados por algarismo arábicos de 01 (um) a 12 (doze) que constituem a linha horizontal de progressão.~~

§ 1º. Cada classe desdobra em níveis, indicados por algarismos arábicos de 01 a 12 que constituem a linha vertical de progressão. **(Redação dada pela Lei Complementar nº 72/2011, de 19 de dezembro de 2011)**

§ 2º. A progressão horizontal, classe obedecerá à titulação exigida, com interstício de 36 (trinta e seis) meses.

§ 3º. O ingressante na carreira de Técnico Administrativo Educacional ou Apoio Escolar será posicionado obrigatoriamente na classe e nível inicial, conforme enquadramento nos QUADROS IV e VII para Técnico Administrativo Educacional e V e VIII para Apoio Administrativo Escolar; **(Incluído pela Lei Complementar nº 72/2011, de 19 de dezembro de 2011)**

§ 4º. A mudança do QUADRO IV para VII e do QUADRO V para VIII desta Lei Complementar, fica condicionada à conclusão do curso de profissionalização específica de conformidade com o Decreto Lei nº 7415 de 30 de dezembro de 2010, sendo garantida a elevação de classe e de conformidade com os títulos contidos nos incisos I, II, III e IV da alínea "b" e incisos I, II e III da alínea "d" deste artigo; **(Incluído pela Lei Complementar nº 72/2011, de 19 de dezembro de 2011)**

§ 5º. A profissionalização específica de que trata o parágrafo anterior deve atender às normas do Conselho Nacional de Educação. **(Incluído pela Lei Complementar nº 72/2011, de 19 de dezembro de 2011)**

Art. 8º. São atividades especificas do Técnico Administrativo Educacional e do Apoio Administrativo Escolar o assessoramento ao órgão central da instituição de Educação básica, a administração escolar, o desenvolvimento de tarefas relacionadas a multi-meios didáticos, desenvolvimento infantil, administração de nutrição escolar, manutenção de infra-estrutura, obedecendo as seguintes descrições:

I. Técnico Administrativo Educacional:

a) Técnico Administrativo Educacional - atividades de escrituração, arquivo, protocolo, estatística, atas, mimeógrafos, vídeo cassete, televisor, projetos de slides, computador, calculadoras, fotocopiadoras, retro-projetores, administração de nutrição escolar, transferências escolares e demais atividades correlatadas a Educação, bem como outros recursos didáticos de uso especial de orientação de leitura nas bibliotecas escolares, laboratórios e salas de ciências.

II. Apoio Administrativo Escolar:

a) Apoio em nutrição escolar, atividades relativas à preparação, conservação, armazenamento e distribuição da alimentação escolar, manutenção de infra-estrutura, atividades relativas à segurança, vigilância, manutenção da infra-estrutura e limpeza.

Título III
Da Movimentação na Carreira

Capítulo I
Da Movimentação Funcional

Art. 9º. A movimentação funcional do profissional da educação básica dar-se-á em 03 (três) modalidades:

I. por promoção de classe;

II. por progressão funcional;

III. por remoção.

Seção I
Da Promoção de Classe

Art. 10. A promoção do Profissional da Educação Básica, de uma classe para outra imediatamente superior à que ocupa, na mesma série de classes, dar-se-á em virtude da nova habilitação específica alcançada pelo mesmo, devidamente comprovada.

§ único. O profissional da Educação Básica terá vantagem à promoção de classe mediante cursos de pós-graduação, mestrado e doutorado, cursos de especialização, aperfeiçoamento, cursos de graduação que atendam às exigências das instituições de ensino.

Seção II
Da Progressão Funcional

Art. 11. O profissional da Educação Básica terá direito à progressão funcional de uma classe para outra desde que aprovado em processo contínuo e específico de avaliação de desempenho obrigatoriamente a cada 36 (trinta e seis meses), e obtenha 60% (sessenta por cento) de aprovação.

§ 1º. Decorrido o prazo previsto no "caput" e não havendo processo de avaliação, a progressão funcional dar-se-á automaticamente.

§ 2º. As demais normas da avaliação processual referida neste artigo, incluindo instrumentos e critérios, terão regulamento próprio, definido por Comissão Paritária constituída pelo órgão da educação e do sindicato representante dos Profissionais de Educação Básica.

Seção III
Da Remoção

Art. 12. Remoção é o deslocamento, do profissional da educação básica, de uma para outra escola e/ou órgão municipal, observando a existência de vagas.

§ 1º. A remoção processar-se-á a pedido, por permuta, motivo de saúde, por transferência por um dos cônjuges, quando este for funcionário público e desde que haja vagas.

§ 2º. A remoção dar-se-á a pedido do interessado em época de férias escolares ou por motivo de saúde uma vez que fique comprovada por junta médica, a razão apresentada pelo requerente.

§ 3º. A remoção por permuta poderá ser concedida quando os requerentes exercerem a atividade da mesma natureza, do mesmo nível, grau de habilitação e remuneração equivalente.

§ 4º. O critério de prioridade no atendimento dos pedidos será o de Antigüidade no serviço público municipal de São Félix do Araguaia.

§ 5º. O removido terá o prazo de 30 (trinta) dias para entrar no exercício na nova unidade escolar.

Capítulo II
Da Natureza da Atividade

Art. 13. No desempenho de suas funções, o profissional da educação básica deverá integrar-se no processo ensino aprendizagem, desenvolvendo aulas e atividades técnico-pedagógicas.

§ 1º. O professor deverá exercer funções relacionadas com a administração ou planejamento e orientação do processo didático.

§ 2º. O exercício das funções descritas no parágrafo anterior estará condicionado ao projeto Político-pedagógico da escola e exigido prioritariamente a habilidade e a experiência do profissional que passará por uma seleção interna definida pela Secretaria Municipal de Educação em regulamento próprio.

§ 3º. O professor designado para atender as necessidades previstas no §1º e os da educação pré-escolar, da educação especial, deve ter preferencialmente curso na área específica ou, na ausência de oferta deste, ser capacitado e assistido sistematicamente por pessoa devidamente qualificada através dos órgãos de coordenação da Secretaria Municipal de Educação e/ou entidades conveniadas para tal fim.

Art. 14. No desempenho das suas funções, o profissional da Educação deverá integrar-se nas atividades relativas ao Projeto Político Pedagógico da Escola.

Parágrafo único – O acesso dos Técnicos Educacionais e Apoio Administrativo Escolar ao piso Salarial estarão condicionados a comprovada conclusão da Profissionalização específica.

Título IV
Do Regime Funcional do Grupo

Capítulo I
Do Ingresso

Art. 15. O ingresso do grupo dos Profissionais da Educação Básica será acessível a todos que preencham os requisitos gerais estabelecidos nesta lei e na legislação pertinente, através de concurso público de provas ou de provas e títulos.

Art. 16. Para o ingresso no grupo dos Profissionais de Educação Básica serão obedecidos os seguintes critérios:

I. ter Habilitação específica exigida para o provimento do cargo público;

II. ter escolaridade compatível com a natureza do cargo; e

III. ter registro profissional expedido por órgão competente.

Seção I
Do Concurso Público

Art. 17. Para o ingresso na carreira do grupo dos Profissionais da Educação Básica exigir-se-á concurso público de provas ou de provas e títulos.

Parágrafo único. O julgamento dos títulos será efetuado de acordo com os critérios estabelecidos pelo edital de abertura do concurso.

Art. 18. O concurso Público para provimentos do cargo dos profissionais da Educação Básica reger-se-á, em todas as suas fases, pelas normas estabelecidas na legislação que orienta os concursos públicos, em edital a ser baixado pela Secretaria Municipal de Administração, ouvindo sempre a Secretária Municipal de Educação.

Parágrafo único. Será assegurado para fins de acompanhamento, a participação do Sindicato Representante do grupo dos Profissionais da Educação Básica e Conselho Municipal de Educação na Organização dos concursos, desde a publicação do edital de abertura e até a seleção e conseqüentemente nomeação dos aprovados.

Art. 19. As provas do concurso Público para o grupo dos Profissionais da educação básica deverão abranger os aspectos de formação geral e formação específica de acordo com a habilitação exigida pelo cargo.

§ 1º. Na prova de Formação Geral serão verificados os conhecimentos a nível de segundo grau, considerados os currículos da Rede Municipal de Ensino.

§ 2º. A Prova de Formação Específica terá por objetivo questões baseadas no conteúdo do curso de graduação do candidato, considerando também o currículo da rede municipal de ensino.

Art. 20. O prazo de validade do concurso para ingresso na carreira da educação básica, será de 02 (dois) anos, prorrogáveis por igual período.

Capítulo II
Das Formas de Provimento

Seção I
Da Nomeação

Art. 21. Nomeação é a forma de investidura inicial em cargo público efetivo.

§ 1º. A nomeação obedecerá rigorosamente à ordem de classificação dos candidatos, aprovado em concurso até o limite das vagas.

§ 2º. O nomeado adquire estabilidade após 36 (trinta e seis) meses de efetivo exercício no cargo, mediante processo contínuo de avaliação de desempenho através de uma comissão paritária com entidades representativas de classe.

§ 3º. A nomeação não terá efeito de vinculação permanente do profissional da educação básica na unidade escolar.

Seção II
Da Posse

Art. 22. Posse é investidura em cargo ou função do grupo dos profissionais da educação Básica.

Art. 23. É competente para dar posse à autoridade o Secretário Municipal de Administração e Finanças e a Gerência de Recursos Humanos.

Art. 24. No ato da posse, o nomeado prestará compromisso formal de bem desempenhar os seus deveres funcionais, assinando, com a autoridade que lhe der posse, pessoalmente, ou através de procurador, o respectivo termo.

Parágrafo único. Só poderá haver posse por procuração quando ficar comprovada a impossibilidade de comparecimento do nomeado.

Art. 25. A posse deverá efetuar-se no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da publicação do ato de provimento através de Portaria.

§ 1º. A requerimento do interessado, o prazo da posse poderá ser prorrogado por mais 30 (trinta) dias, desde que comprove o impedimento, através de requerimento.

§ 2º. Se o interessado não tomar posse dentro do prazo estipulado neste artigo, tornar-se-á sem efeito a sua nomeação, ressaltando o previsto no §1º, deste artigo.

§ 3º. No ato da posse, o profissional da Educação Básica apresentará obrigatoriamente, declaração de bens e valores que constituem seu patrimônio e declaração quanto ao exercício ou não de outro cargo ou função pública.

Art. 26. A posse em cargo público dependerá de comprovada aptidão física e mental para o exercício do cargo, mediante inspeção médica oficial.

Art. 27. Após a confirmação da escolha feita pelo profissional da educação básica será dado posse mediante um ato pela Secretaria Municipal de Administração para sua designação.

Seção III
Do Exercício

Art. 28. O exercício de cargo no grupo dos profissionais da Educação Básica tem início na data da posse.

Parágrafo único. Se o profissional da educação básica não entrar em exercício, no prazo de 30 (trinta) dias, tornar-se-á sem efeito a sua nomeação.

Art. 29. Os profissionais da educação básica não poderão exercer outras atividades em órgãos públicos ou entidades de classe que não sejam aquelas inerentes ao respectivo cargo, previsto nesta lei, ou as acumulações previstas na Constituição Federal.

Seção IV
Do Estágio Probatório

Art. 30. Ao entrar em exercício, o servidor nomeado para o cargo de provimento efetivo ficará sujeito ao estágio probatório por período de 36 (trinta e seis) meses, durante o qual a sua aptidão e capacidade serão objeto de avaliação para o desempenho do cargo, por uma comissão de avaliação, instituída para esta finalidade.

Art. 31. As normas do processo de avaliação serão elaboradas por uma comissão paritária representada pela Secretaria Municipal de Educação, Conselho Municipal de Educação, Sindicato dos profissionais da Educação, formando assim a comissão de avaliação, que observará o seguinte:

I. zelo, eficiência e criatividade no desempenho das atribuições de seu cargo;

II. assiduidade e pontualidade;

III. produtividade;

IV. capacidade de iniciativa;

V. respeito e compromisso com a instituição;

VI. participação das atividades promovidas pela instituição;

VII. responsabilidade e disciplina.

Art. 32. A avaliação de desempenho será, obrigatoriamente, efetuada no intervalo máximo de 12 (doze) meses, ficando submetida à homologação da autoridade competente, realizada de acordo com o que dispuser a legislação ou regulamento pertinente.

Parágrafo único. A confirmação no cargo será automática, caso o servidor em estágio probatório seja aprovado, no processo de avaliação de desempenho, sendo desnecessário qualquer ato administrativo a respeito.

Seção V
Da Estabilidade

Art. 33. O profissional da Educação Básica, habilitado em concurso público e empossado em cargo de carreira, adquirirá estabilidade no serviço público ao completar 03 (três) anos de efetivo exercício, condicionada a aprovação no estágio probatório.

Art. 34. O Profissional da Educação Básica estável só perderá o cargo em virtude de sentença judicial transitada em julgado ou de processo administrativo disciplinar ou mediante processo de avaliação periódica de desempenho, assegurada em todos os casos ampla defesa.

Seção VI
Da Readaptação

Art. 35. Readaptação é o aproveitamento do servidor em cargo de atribuição e responsabilidade compatíveis com a limitação que tenha sofrido em sua capacidade física ou mental, verificada em inspeção médica.

§ 1º. Se julgado incapaz para o serviço público o readaptando será aposentado, nos termos da legislação vigente.

§ 2º. A readaptação será efetivada em cargo de carreira de atribuições afins, respeitada a habilitação exigida.

§ 3º. Em qualquer hipótese, a readaptação não poderá acarretar aumento ou redução da remuneração do profissional da educação básica.

Seção VII
Da Reversão

Art. 36. Reversão é o retorno à atividade do servidor aposentado por invalidez quando, por junta médica oficial, forem declarados insubsistentes os motivos determinantes da aposentadoria.

Art. 37. A reversão far-se-á no mesmo cargo ou no cargo resultante de sua transformação, com remuneração integral.

Parágrafo único. Encontrando-se provido este cargo, o profissional da educação básica exercerá suas atribuições como excedente, até a ocorrência da vaga.

Art. 38. Não poderá reverter o aposentado que já tiver completado 70 (setenta) anos de idade.

Seção VIII
Da Reintegração

Art. 39. Reintegração é a reinvestidura do profissional da educação básica estável no cargo anteriormente ocupado ou no cargo resultante de sua transformação, quando invalidada a sua demissão por decisão administrativa ou judicial, com ressarcimento de todas as vantagens.

§ 1º. Na hipótese do cargo ter sido extinto, o profissional da educação básica ocupará outro cargo equivalente ao anterior, com todas as vantagens.

§ 2º. O cargo a que se refere este artigo somente poderá ser preenchido em caráter precário até o julgamento final.

Seção IX
Da Recondução

Art. 40. Recondução é o retorno do profissional da educação básica ao cargo anteriormente ocupado e decorrerá de:

I. inabilitação em estágio probatório relativo a outro cargo;

II. reintegração ao anterior ocupante.

Parágrafo único. Encontrando-se provido o cargo de origem, o profissional da educação básica será aproveitado em outro cargo.

Seção X
Da Disponibilidade e do Aproveitamento

Art. 41. Aproveitamento é o retorno do profissional da educação básica em disponibilidade ao exercício do cargo público.

Art. 42. Extinto o cargo ou declarado a sua desnecessidade, o profissional da educação básica ficará em disponibilidade.

Art. 43. O retorno à atividade do profissional da educação básica em disponibilidade far-se-á mediante aproveitamento obrigatório em cargo de atribuições e remuneração compatíveis com o anteriormente ocupado.

Parágrafo único. O órgão central do sistema de pessoal determinará o imediato aproveitamento do profissional da educação básica em disponibilidade, em vaga que vier a ocorrer nos órgãos do sistema de educação municipal, na localidade em que trabalhava anteriormente ou em outra, atendendo o interesse público municipal.

Art. 44. Será tornado, sem efeito o aproveitamento e cessado a disponibilidade se o profissional da educação básica não entrar no exercício no prazo legal, salvo doença comprovada por junta médica oficial.

Art. 45. Havendo mais de um concorrente a mesma vaga, terá preferência o de maior tempo em disponibilidade e, no caso de empate o de maior tempo de serviço público no Município de São Félix do Araguaia.

Capítulo III
Da Vacância

Art. 46. A vacância do cargo público decorrerá de:

I. exoneração;

II. demissão;

III. posse em outro cargo inacumulável;

IV. readaptação;

V. falecimento;

VI. remoção;

VII. aposentadoria.

Art. 47. A exoneração de cargo efetivo dar-se-á a pedido do profissional da educação ou de ofício.

Parágrafo único. A exoneração de ofício dar-se-á:

I. quando não satisfeitas as condições do estágio probatório;

II. quando por decorrência do prazo, ficar extinta a punibilidade para demissão por abandono de cargo;

III. quando, tendo tomado posse, não entrar em exercício no prazo estabelecido.

Capítulo IV
Da Substituição

Art. 48. Substituição é o ato mediante o qual a autoridade competente designa o profissional da educação básica, para exercer, eventual ou temporariamente as funções do titular ao cargo em suas faltas ou impedimento em virtude de licenças ou afastamentos para qualificação profissional e todas as licenças garantidas em lei, sob o mesmo regime de trabalho do substituído.

Art. 49. O profissional da educação básica será substituído e perceberá remuneração compatível com sua classe de habilitação e área de atuação.

Art. 50. Os órgãos competentes no município deverão promover, anualmente, o cadastramento de candidatos interessados nas eventuais substituições e divulgar a lista nominal, com endereço e área de habilitação, dos candidatos nas escolas sob sua jurisdição, se este não fizer caberá à direção da escola em conjunto com a Secretaria Municipal de Educação e Conselho Deliberativo.

Capítulo V
Do Regime de Trabalho

~~**Art. 51**. O regime de trabalho dos profissionais da educação básica será de 30 (trinta) horas semanais para o professor e 40 (quarenta) horas para os demais profissionais.~~

Art. 51. O regime de trabalho dos profissionais da Educação Básica será de 30 (trinta) horas semanais para professores e demais profissionais da Educação Básica, e esta Lei aplica-se aos profissionais da educação ativos, aposentados e pensionistas. **(Redação dada pela Lei Complementar nº 72/2011, de 19 de dezembro de 2011)**

Parágrafo único. Os professores efetivos integrantes da educação básica do Município, além de sua jornada semanal, a critério da administração e do profissional, poderão assumir aulas excedentes de até 60% (sessenta por cento) do total da sua carga horária, podendo para tal fim, firmar contrato temporário, nos termos de lei específica, não incorporáveis para sua aposentadoria. **Observar Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 52178/2009, julgada em 13/05/2010 (TJ-MT)**

Art. 52. A distribuição da jornada de trabalho do profissional da educação básica é de responsabilidade da unidade escolar e/ou Secretaria Municipal de Educação e o regime de trabalho dos docentes será de 30 (trinta) horas semanais ficando assegurado a todos os professores em docência o correspondente a 25% (vinte e cinco) por cento, incluso na sua jornada semanal para hora atividade. **Observar Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 52178/2009, julgada em 13/05/2010 (TJ-MT)**

Parágrafo único. Entende-se por hora atividade, aquela destinada à preparação e avaliação do trabalho didático, à colaboração com a administração da escola, a reuniões pedagógicas, à articulação com a comunidade e ao aperfeiçoamento profissional, de acordo com a proposta pedagógica da unidade escolar. **Observar Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 52178/2009, julgada em 13/05/2010 (TJ-MT)**

Título V
Dos Deveres, Responsabilidades, dos Direitos e Vantagens

Capítulo I
Dos Direitos e dos Deveres

Art. 53. Aos integrantes do grupo dos profissionais da educação básica no desempenho de suas atividades, além dos deveres comuns aos servidores públicos do município de São Félix do Araguaia, cumpre:

I. preservar as finalidades da educação nacional inspirada nos princípios da liberdade e nos ideais de solidariedade humana;

II. promover e/ou participar das atividades educacionais, sociais e culturais, escolares e extra escolares em benefício dos alunos e da coletividade a que serve a escola;

III. esforçar-se em prol da educação integral do aluno, utilizando processo que acompanha o avanço científico e tecnológico e sugerindo também medidas tendentes ao aperfeiçoamento dos serviços educacionais;

IV. comparecer ao local de trabalho com assiduidade e pontualidade executando as tarefas com zelo e presteza;

V. fornecer elementos para permanente atualização de seus assentamentos junto ao órgão da administração;

VI. assegurar o desenvolvimento do senso crítico e da consciência política do educando;

VII. respeitar o aluno como sujeito do processo educativo e comprometer-se com a eficácia do seu aprendizado;

VIII. comprometer-se com o aprimoramento pessoal e profissional através da atualização e aperfeiçoamento dos conhecimentos, assim como da observância aos princípios morais e éticos;

IX. manter em dia os registros, escriturações e documentações inerentes à função desenvolvida e a vida profissional;

X. preservar os princípios democráticos da participação da cooperação, do diálogo, do respeito à liberdade e da justiça social.

Capítulo II
Das Férias

Art. 54. O profissional da educação básica em efetivo exercício do cargo gozarão de férias anuais:

I. de 45 (quarenta e cinco) dias para os professores de acordo com o calendário escolar;

II. para os demais profissionais gozarão de 30 (trinta) dias de férias anuais de acordo com a escala de férias do órgão onde estiver em exercício.

§ 1º. Os profissionais da educação básica em exercício fora da unidade escolar gozarão de 30 (trinta) dias de férias anuais, conforme escala do órgão onde estiver em exercício.

§ 2º. É vedado levar conta das férias qualquer falta ao trabalho.

§ 3º. É proibida acumulação de férias, salvo em absoluta necessidade do serviço pelo prazo máximo de 2 (dois) anos.

Art. 55. Independentemente de solicitação, será pago aos profissionais da educação básica, por ocasião das férias, um adicional correspondente a 1/3 (um terço) da remuneração, correspondente ao período normal de férias.

Capítulo III
Da Gratificação Natalina

Art. 56. A gratificação natalina correspondente a 1/12 (um doze) avos da remuneração a que o servidor fazer jus no mês de dezembro, por mês de exercício no respectivo ano.

Parágrafo único. A fração igual ou superior a 15 (quinze) dias será considerado como mês integral.

Art. 57. A gratificação será paga até o dia 20 (vinte) do mês de dezembro de cada ano, ou no mês de aniversário do servidor, a critério da administração pública municipal.

Capítulo IV
Da licença para Qualificação Profissional

Art. 58. A licença para qualificação profissional se dará com prévia autorização do Prefeito Municipal, e consiste no afastamento dos profissionais da educação básica das suas funções, sem prejuízo de sua remuneração e vantagens, asseguradas a sua efetividade para todos os efeitos da carreira, e será concedida:

I. para freqüência a cursos de atualizações, em conformidade com a Política Educacional ou com o Plano de Desenvolvimento Estratégico;

II. para freqüência a cursos de formação, aperfeiçoamento e especialização profissional ou de pós-graduação, e estágio, no país ou no exterior, se do interesse da unidade;

III. participar de congressos e outras reuniões de natureza científica, cultural, técnica ou sindical, inerentes às funções desempenhadas pelo profissional da educação básica.

Art. 59. São requisitos para a concessão de licença para aperfeiçoamento profissional:

I. exercício de 03 (três) anos ininterruptos na função;

II. curso correlacionado com a área de atuação, em sintonia com a política educacional ou com, o plano de desenvolvimento estratégico da escola;

III. disponibilidade orçamentária e financeira.

Art. 60. Os profissionais da educação licenciados para os fins de que trata o art. 58 desta lei, obrigam-se a prestar serviços no órgão de lotação, quando de seu retorno, por um período mínimo igual ao de seu afastamento.

Art. 61. O número de licenciados para qualificação profissional não poderá exceder 1/6 (um sexto) do quadro de lotação da unidade.

§ 1º. A licença de que trata o este artigo será concedida mediante requerimento fundamentado e projeto de estudo apresentado para apreciação do Conselho Municipal de Educação, com, no mínimo 06 (seis) meses de antecedência.

§ 2º. Em se tratando dos demais, profissional do sistema de educação, o requerimento e o projeto de estudo deverão ser apresentados à autoridade máxima da instituição, como, no mínimo, 06 (seis) meses de antecedência.

Capítulo V
Da Licença-Prêmio por Assiduidade

Art. 62. Após cada qüinqüênio ininterrupto de efetivo exercício no serviço público municipal, o profissional da Educação Básica fará jus a 03 (três) meses de licença, a título de prêmio por assiduidade, com o subsídio do cargo efetivo, não permitido a sua conversão em pecúnia ou contagem em dobro para a aposentadoria.

§ 1º. Para fins da licença-prêmio de que trata este artigo, será considerado o tempo de serviço desde seu ingresso no serviço público municipal, através de concurso público.

§ 2º. É facultado ao Profissional da Educação Básica fracionar a licença de que trata este artigo em até três parcelas, desde que defina previamente os meses para gozo da licença.

Art. 63. Não se concederá licença-prêmio ao profissional da educação Básica que, no período aquisitivo:

I. sofrer penalidade disciplinar de suspensão;

II. afastar-se do cargo em virtude de:

a) Licença por motivo de doença em pessoa da família, sem subsídio.

b) Licença para tratar de interesse particular.

c) Condenação à pena privativa de liberdade por sentença definitiva.

d) Afastamento para acompanhar cônjuge ou companheiro.

Parágrafo único. As faltas injustificadas ao serviço retardarão a concessão da licença prevista neste artigo, na proporção de um mês para cada três faltas.

Art. 64. O número de Profissionais da Educação Básica em gozo simultâneo de licença-prêmio não poderá ser superior a 1/3 (um terço) da lotação da respectiva unidade administrativa do órgão ou entidade.

Capítulo VI
Dos Afastamentos

Art. 65. O afastamento do profissional da educação básica será permitido:

I. para exercer atribuições próprias do cargo de que é ocupante em órgão da administração direta ou indireta do Poder Executivo sem ônus para o órgão de origem;

II. para exercer função de natureza técnico-pedagógica em órgão conveniado, sem ônus para o Município de São Félix do Araguaia;

III. para exercer atividades em entidades de classe com ônus para o órgão de origem;

IV. para exercício em cargo em comissão de confiança sem ônus para o órgão de origem;

V. para exercício de mandato eletivo, com direito a opção de remuneração;

VI. para estudo ou missão no exterior;

VII. por interesse particular.

Art. 66. A licença por interesse particular é concedida ao profissional da educação básica para tratar de assuntos particulares, pelo prazo de até 02 (dois) anos consecutivos, prorrogáveis por igual período, sem remuneração, podendo ser interrompida a qualquer momento no interesse do serviço.

Parágrafo único. Para concessão da prorrogação do disposto previsto no "caput" o profissional deverá retornar às suas atividades e aguardar o deferimento do pedido.

Art. 67. Na hipótese do inciso VI do artigo anterior, o membro do grupo dos Profissionais da Educação Básica não poderá ausentar-se do Município, Estado ou País para estudo ou missão oficial, sem autorização do Prefeito Municipal.

§ 1º. A ausência não poderá exceder de quatro anos e, finda a missão ou estudo, somente decorrido igual ao período, será permitida nova ausência.

§ 2º. Ao servidor beneficiado pelo disposto deste artigo não será concedida exoneração ou licença para tratar de interesse particular antes do decorrido período igual ao do afastamento, ressalvada a hipótese do ressarcimento da despesa havida com seu afastamento.

Art. 68. O afastamento do membro do grupo dos Profissionais da Educação Básica para servir em organismo internacional de que o Brasil participe ou com o qual coopere dar-se-á com direito a opção pela remuneração.

Capítulo VII
Das Concessões

Art. 69. Sem qualquer prejuízo, poderá o profissional da educação básica ausentar-se do serviço, após prévia comunicação à sua chefia imediata:

I. por 01 (um) dia, a cada três meses, para doação de sangue;

II. por 01 (um) dia, para apresentação obrigatória em órgão militar;

III. até 08 (oito) dias consecutivos por motivo de casamento;

IV. por 05 (cinco) dias consecutivos, por motivo de falecimento do cônjuge, companheiro, pais, madrasta ou padrasto, filhos, enteados, menor sob guarda ou tutela, irmãos e avós;

V. pelos dias necessários à:

a) Realização de provas ou exames finais, quando estudante matriculado em estabelecimento de ensino oficial ou reconhecido;

b) Participação de júri e outros serviços obrigatórios por lei;

c) Prestação de concursos públicos.

§ 1º. Em qualquer das hipóteses previstas no artigo anterior, caberá ao servidor público comprovar, perante a chefia imediata, o motivo da ausência.

§ 2º. É computado também como efetivo exercício os afastamentos em virtude de férias, licença qualificação profissional, licença prêmio, licença gestante, licença para tratar de saúde, exercício do cargo de representação em entidade de classe na área de Educação.

Art. 70. Será concedido horário especial aos profissionais da educação estudante, quando comprovada sua incompatibilidade, entre o horário escolar e o da Universidade ou órgão afim, sem prejuízo do exercício do cargo, desde que haja conveniência administrativa e pedagógica, respeitando o calendário escolar.

Capítulo VIII
Da Remuneração

Art. 71. A remuneração dos profissionais da educação básica corresponde ao vencimento relativo à classe de habilitação e ao nível, acrescido das vantagens pecuniárias a que fizer jus, devendo ser revisto a cada 12 (doze) meses observado as disponibilidades orçamentárias e financeiras e os dispositivos da Lei de Responsabilidade Fiscal (101/2000).

Parágrafo único. Considera-se vencimento básico da carreira dos profissionais da educação básica, ao nível e classe inicial.

Art. 72. O cálculo da remuneração corresponderá a cada classe e nível da estrutura da carreira dos profissionais da educação básica e obedecerá às tabelas anexas.

~~**Art. 73**. O valor da remuneração dos profissionais da educação básica de São Félix do Araguaia, será:~~
~~**a)** Professor – R$ 849,66 (oitocentos e quarenta e nove reais e sessenta e seis centavos), para o nível médio, considerando magistério, pago com recursos provenientes do FUMDEB 60% e, havendo necessidade e incapacidade orçamentária, complementado pela União, de acordo com o Art. 4º e § 1º da lei 11.738/2008.~~
~~**b)** Técnico Administrativo Educacional – R$ 550,00 (quinhentos e cinqüenta reais), para o nível médio, pago com recursos provenientes do FUMDEB 40%.~~
~~**c)** Apoio Administrativo Escolar – R$ 415,00 (quatrocentos e quinze reais) para o nível médio, pago com recursos provenientes do FUMDEB 40%.~~

Art. 73. O valor da remuneração dos profissionais da educação básica do município de São Félix do Araguaia – MT, em consonância com os QUADROS III, IV, V, VII e VIII desta Lei, será: **(Redação dada pela Lei Complementar nº 72/2011, de 19 de dezembro de 2011)**

a) Professor: R$890,00 (oitocentos e noventa reais), para o nível médio, considerando o magistério, de conformidade com o QUADRO III desta Lei Complementar, pago com recursos provenientes do FUNDEB 60% (sessenta por cento); **(Redação dada pela Lei Complementar nº 72/2011, de 19 de dezembro de 2011)**

b) Técnico Administrativo Educacional Profissionalizado: R$890,00 (oitocentos e noventa reais), para formação específica em nível médio, de conformidade com o QUADRO VII, em consonância com o disposto no Artigo 2º desta Lei Complementar, considerando a formação em Multimeios Didáticos e Secretaria Escolar, pago com recursos provenientes do FUNDEB 40% (quarenta por cento); **(Redação dada pela Lei Complementar nº 72/2011, de 19 de dezembro de 2011)**

c) Técnico Administrativo Educacional não profissionalizado - R$550,00 (quinhentos e cinquenta reais), para o ensino médio de conformidade com o QUADRO IV em consonância com o disposto no Artigo 2º desta Lei Complementar, pago com recursos provenientes do FUNDEB 40% (quarenta por cento); **(Redação dada pela Lei Complementar nº 72/2011, de 19 de dezembro de 2011)**

d) Apoio Administrativo Escolar não profissionalizado – R$545,00 (quinhentos e quarenta e cinco reais), para o ensino fundamental de conformidade com o QUADRO V em consonância com o disposto no Artigo 2º desta Lei Complementar, pago com recursos provenientes do FUNDEB 40% (quarenta por cento); **(Redação dada pela Lei Complementar nº 72/2011, de 19 de dezembro de 2011)**

e) Apoio Administrativo Escolar Profissionalizado – R$645,00 (seiscentos e quarenta e cinco reais), para formação específica em nível médio, de conformidade com o QUADRO VIII e consonância com o disposto no Artigo 2º desta Lei Complementar, considerando a formação em Infraestrutura Escolar e Alimentação Escolar, pago com recursos provenientes do FUNDEB 40% (quarenta por cento); **(Redação dada pela Lei Complementar nº 72/2011, de 19 de dezembro de 2011)**

~~**f)** A adequação dos QUADROS IV, V e VIII, que norteiam a remuneração dos servidores da educação básica, ocupantes dos cargos de Apoio Administrativo Educacional Profissionalizado e não Profissionalizado e Técnico Administrativo Educacional não Profissionalizado, acontecerá toda vez que houver reajuste no salário mínimo.~~ **(Redação dada pela Lei Complementar nº 72/2011, de 19 de dezembro de 2011)**

f) A adequação dos QUADROS IV, V, VII e VIII, que norteiam a remuneração dos servidores da educação básica, ocupantes dos cargos de Apoio Administrativo Escolar e Técnico Administrativo Educacional, acontecerá toda vez que houver revisão geral anual concedida aos demais servidores do executivo municipal, nos mesmos índices e datas. **(Redação dada pela Lei Complementar nº 84, de 24 de junho de 2014)**

~~**g)** A adequação dos QUADROS III e VII, que norteiam a remuneração dos servidores da educação básica ocupantes dos cargos de Professor e Técnico Administrativo Educacional Profissionalizado, acontecerá toda vez que houver elevação do Piso Salarial Nacional para os Profissionais da Educação Básica.~~ **(Redação dada pela Lei Complementar nº 72/2011, de 19 de dezembro de 2011)**

g) A adequação do QUADRO III, que norteia a remuneração dos servidores da educação básica ocupantes do cargo de Professor, acontecerá toda vez que houver elevação do Piso Salarial Nacional para os Profissionais da Educação Básica. **(Redação dada pela Lei Complementar nº 84, de 24 de junho de 2014)**

§ 1º. O cálculo da remuneração corresponderá aos padrões, em níveis e classes, do quadro permanente da carreira do grupo dos profissionais da educação básica, e será feito multiplicando-se o valor do vencimento básico do quadro, que é a Classe "A", pelo respectivo coeficiente, na forma dos anexos desta lei.

§ 2º. Fica estabelecida até 31 de dezembro de 2009 como base para integralização do piso profissional nacional para os profissionais do magistério público da educação, de que trata o parágrafo 1º do Art. 3º da Lei 11.738, de 16 de julho de 2008 e em conformidade com as Leis nº 9.394/96, 11.738/08 e Decreto nº 6.094/07. **Observar Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 52178/2009, julgada em 13/05/2010 (TJ-MT)**

Art. 74. Fica estabelecido aos profissionais da educação básica, no exercício na função de diretor de unidade escolar e creches, secretário, coordenação escolar e assessor pedagógico, e deslocamento em unidade de difícil acesso, o recebimento de um percentual incidente sobre a remuneração do cargo original pelo regime de dedicação exclusiva, não incorporável para fins de aposentadoria, com impedimento de prestar serviço em outra atividade remunerada, seja pública ou privada.

Parágrafo único. O percentual referido no "caput" refere-se ao regime de dedicação exclusiva, não incorporável para fins de aposentadoria, com impedimento de prestar serviço em outra atividade remunerada, seja pública ou privada.

Art. 75. O percentual para o profissional no exercício da função de diretor de unidade escolar e creche, perceberá percentual equivalente ao número de alunos, que incidirá sobre sua remuneração do cargo original.

a) Até 150 (cento e cinqüenta) alunos, 20% (vinte por cento).

b) De 151 (cento e cinqüenta e um) alunos até 200 (duzentos) alunos, 30% (trinta por cento).

c) A partir de 201 (duzentos e um) alunos, 50% (cinqüenta por cento).

Art. 76. O percentual incidente para o profissional em exercício, na função de assessor pedagógico na Secretaria Municipal de Educação, será de 40% (quarenta por cento) que incidirá sobre a sua remuneração do cargo original, devendo recair preferencialmente em profissional com graduação superior em licenciatura plena em pedagogia.

Art. 77. O percentual incidente para o profissional em exercício na função de coordenador escolar e de creche, será equivalente ao número de alunos, que incidirá sobre a sua remuneração do cargo original, devendo o cargo recair preferencialmente em profissional com graduação superior em licenciatura plena em Pedagogia.

a) Até 150 (cento e cinqüenta) alunos, 20% (vinte por cento).

b) De 151 (cento e cinqüenta e um) alunos até 200 (duzentos) alunos, 25% (vinte e cinco por cento).

c) A partir de 201 (duzentos e um) alunos, 40% (quarenta por cento).

§ 1º. O percentual incidente sobre o subsídio do secretário escolar, terá por base a quantidade de alunos.

a) De 100 (cem) alunos até 150 (cento e cinquenta) 10% (dez por cento)

b) De 151 (cento e cinqüenta e um) alunos a 200 (duzentos) alunos, 20% (vinte por cento)

c) Acima de 200 (duzentos) alunos, 30% (trinta por cento).

Art. 78. O percentual incidente para o profissional que em exercício lecionarem em locais de difícil acesso, na zona rural do Município, em uma distancia igual ou superior a 10 (dez) km de sua residência, e que comprovem não ter transporte escolar, perceberá um percentual de 5% (cinco por cento), sobre sua remuneração do cargo original.

Capítulo IX
Dos Direitos Especiais do Grupo dos Profissionais da Educação Básica

Art. 79. Além dos direitos previstos no estatuto do servidor público do Município de São Félix do Araguaia são direitos do membro do grupo dos Profissionais da Educação Básica:

I. ter ao seu alcance informações educacionais, biblioteca, material didático pedagógico, instrumentos de trabalho, bem como, contar com assistência técnica que auxilie e estimule a melhoria de seu desempenho profissional e ampliação de seus conhecimentos;

II. dispor no ambiente de trabalho de instalações adequadas e material técnico e pedagógico suficiente e adequado para que possa exercer com eficiência suas funções;

III. ter liberdade de escolha e utilização de materiais e procedimentos didáticos e de instrumentos de avaliação do processo ensino aprendizagem dentro dos princípios psicopedagógicos, objetivando alcançar respeito à pessoa humana e a construção do bem comum;

IV. receber recurso para a aplicação de trabalho e livros didáticos ou técnico científico, desde que haja previsão orçamentária e financeira;

V. não sofrer qualquer tipo de discriminação moral ou material decorrente de sua opção profissional, ficando sujeito às penalidades previstas no art. 5º, V e XLI da Constituição Federal;

VI. reunir-se na unidade escolar para tratar de assunto de interesse da categoria e educação em geral, sem prejuízo das atividades escolares.

Capítulo X
Do Sistema Previdenciário

Art. 80. Os profissionais da educação básica efetivos do Município vincularão obrigatoriamente ao regime previdenciário próprio, definido em lei municipal.

Parágrafo único. Os servidores contratados temporariamente, agentes políticos e comissionados, vincularão obrigatoriamente ao regime Geral de Previdência Social.

Capítulo XI
Gestão de Ensino

Art. 81. Fica assegurado para cada unidade escolar da Rede Municipal de ensino, caso houver necessidade com números de sala de aulas igual ou superior a 151 (cento e cinquenta e um) alunos, um coordenador, e igual ou superior a 201 (duzentos e um) alunos, um diretor.

Título VI
Das Disposições Gerais

Art. 82. As vagas do Quadro dos ocupantes do quadro da educação serão criados em lei conforme a demanda e necessidade vigente e relacionadas no edital do concurso.

Art. 83. Em caso de necessidade comprovada, observada a legislação específica, poderão ser admitidos profissionais da Educação Básica mediante contrato temporário.

§ 1º. A admissão de que trata este artigo, deverá observar as habilitações inerentes ao cargo do Profissional substituído, priorizando o candidato com o melhor nível de habilitação.

§ 2º. O Profissional da Educação Básica contratado temporariamente, perceberá remuneração compatível com a classe e área de atuação.

Art. 84. A jornada de trabalho mínima é correspondente a uma função docente, e jornadas maiores ou menores são admitidas quando se tratar de contrato de aulas e séries por regime de disciplina conforme grade curricular, e a jornada é calculada como frações da função docente.

Capítulo I
Da Administração das Unidades Escolares

Art. 85. A função do diretor de unidades escolares é considerada eletiva e deverá recair sempre em integrante do grupo dos profissionais da educação Básica, escolhido pela comunidade escolar.

§ 1º. A função do diretor de unidades escolares nas creches, serão escolhidos pelos profissionais da educação básica e pais das respectivas unidades;

§ 2º. A escolha, atribuições e critérios de Diretores de que trata este artigo serão:

I. deve ser ocupante de cargo efetivo ou estável no quadro dos profissionais da Educação Básica;

II. participar dos ciclos de estudos a serem organizados pela Secretaria Municipal de Educação;

III. para candidatar-se à função de diretor(a) o integrante do quadro dos profissionais da Educação Básica deve ser habilitado(a) em nível de licenciatura Plena ou Curta.

Art. 86. O mandato do candidato eleito será de 02 (dois) anos com direito a uma única reeleição.

Art. 87. O profissional da educação básica poderá congregar-se em sindicato ou associação de classe, na defesa dos seus direitos, nos termos da Constituição Federal.

§ 1º. O profissional da educação básica eleito, que estiver em exercício de função executiva em sindicato de âmbito municipal, estadual ou nacional será dispensado pelo chefe do poder executivo de suas atividades funcionais, sem quaisquer prejuízos de direitos e vantagens.

§ 2º. Só será permitido o afastamento de 02 (dois) servidores para as condições previstas neste artigo.

Capítulo II
Da Atribuição de Classes ou Aulas

Art. 88. Para fins de atribuições de classes ou aulas, os professores do mesmo nível de atuação e habilitação serão classificados, observadas seguintes ordem e preferência:

I. quanto à situação funcional:

a) Titular de cargo provido por concurso público de provas e títulos correspondentes aos componentes curriculares de classe e/ou aulas atribuídas.

b) Os demais titulares de cargos correspondentes aos componentes curriculares das aulas e/ou classes a serem atribuídas.

II. quanto à habilitação:

a) A específica do cargo ou função.

b) A não específica.

III. quanto ao tempo de serviço:

a) Os que contarem maior tempo de serviço na unidade escolar como docentes na área referente às classes e ou aulas a serem atribuídas.

b) Os que contarem maior tempo de serviço no magistério público municipal em função docente na área de atuação referente às aulas e/ou classes a serem atribuídas.

IV. quanto aos títulos:

a) Comprovação da aprovação de concurso público de provas e títulos dos componentes curriculares correspondentes às classes e/ou aulas a serem distribuídas.

b) Habilitação correspondente ao segundo grau magistério.

c) Habilitação específica correspondente à licenciatura curta.

d) Habilitação específica correspondente à licenciatura plena.

e) Certificado de estudo adicional.

f) Certificado de especialização na área de educação.

g) Diploma de Mestre ou Doutor na área de educação.

h) Certificado de curso de treinamento ou capacitação nas áreas de educação.

§1º. A primeira fase de atribuição para os inscritos em cada área de atuação específica dar-se-á na unidade escolar em que estão classificados.

§2º. A segunda fase de atribuição correspondente a cada área de atuação será realizada em nível de município concorrendo os professores remanescentes da primeira fase, observando o disposto nos incisos I, II, III e IV deste artigo.

§3º. Somente depois de esgotadas as possibilidades de atribuição de classes e/ou aulas para as quais estiver classificado o professor, poderá o docente pleitear aulas de outro componente curricular, observada sempre habilitação exigida.

§4º. A atribuição de classes e/ou aulas propugnada por este artigo se fará somente antes do início de cada ano letivo, respeitando o quadro de classes e/ou aulas relativo às matrículas efetuadas em cada unidade escolar.

§5º. A Secretaria Municipal de Educação, ouvindo o sindicato da categoria e o Conselho Municipal de Educação, expedirá normas complementares necessárias ao cumprimento deste artigo, estabelecendo, inclusive, as ponderações quanto ao tempo de serviço e os valores dos títulos para efeito de classificação.

Título VII
Das Disposições Transitórias

Art. 89. O enquadramento e a integralização do vencimento dos profissionais da Educação Básica, em disponibilidade pela extinção do cargo se fará automaticamente, mediante a comprovação de habilitação específica de grau superior ao nível de graduação, representada por licenciatura plena ou de grau superior ao nível de graduação acrescida de especialização ao nível de pós-graduação, que atendam as exigências da instituição de ensino em sua área de atuação.

§1º. O anexo III integrante da presente Lei, passam a ter redação atualizada proveniente da Lei Federal 11.738/2008 e do Decreto nº 6.094/2007.

Título VIII
Das Disposições Finais

Art. 90. Os efeitos financeiros desta lei complementar ficam condicionados à existência de previsão orçamentária.

Art. 91. Aplica-se no que couber o Estatuto Geral dos Servidores Públicos do Município de São Félix do Araguaia.

Art. 92. Faz parte desta lei complementar os anexos I a VIII.

Art. 93. Esta lei entra em vigor em 1º de janeiro de 2009, revogam-se as disposições em contrário, em especial as Leis Complementares nºs 027 de 05 de maio de 2000, 037/2003 de 30/10/2003, 041/2004 de 01/06/2004, 045/2005 de 29/06/2005 e 056/2008, de 25/11/2008.

.

São Félix do Araguaia-MT, em 08 de dezembro de 2008.

.

JOÃO ABREU LUZ
Prefeito Municipal.

.

ANEXO I
CARGOS E O RESPECTIVO LOTACIONOGRAMA GERAL PELO CARGO
PROFISSIONAL DA EDUCAÇÃO

.

Cargo	**Total**
Professor	114
Técnico Administrativo Educacional	08
Apoio Administrativo Escolar	30
Total	**152**

.

ANEXO II
CARGOS COMISSIONADOS E FUNÇÕES DE CONFIANÇA

.

Cargo/Função Confiança	**Quantidade**
Assessor Pedagógico	001
Coordenador Escolar	005
Diretor Unidade Escolar	005
Secretário Unidade Escolar	005
Total	**016**

.

~~**ANEXO III**~~
~~**(TABELA 30 HORAS)**~~
~~PROFESSOR~~

.

~~**Nível**~~	~~**Classe - A – 1,00**~~	~~**Classe – B - 1,50**~~	~~**Classe - C – 1,70**~~	~~**Classe - D – 1,85**~~
~~1 – 1,00~~	~~849,66~~	~~1.274,49~~	~~1.444,42~~	~~1.571,87~~
~~2 – 1,07~~	~~909,13~~	~~1.363,70~~	~~1.545,52~~	~~1.681,90~~
~~3 – 1,13~~	~~960,11~~	~~1.440,17~~	~~1.632,19~~	~~1.776,21~~
~~4 – 1,19~~	~~1.011,09~~	~~1.516,64~~	~~1.718,85~~	~~1.870,52~~
~~5 – 1,25~~	~~1.062,07~~	~~1.593,11~~	~~1.805,52~~	~~1.964,83~~
~~6 – 1,31~~	~~1.113,05~~	~~1.669,58~~	~~1.892,19~~	~~2.059,14~~

7 – 1,37	1.164,03	1.746,05	1.978,85	2.153,46
8 – 1,43	1.215,01	1.822,52	2.065,52	2.247,77
9 – 1,49	1.265,99	1.898,99	2.152,18	2.342,08
10 – 1,55	1.316,97	1.975,45	2.238,85	2.404,96

QUADRO III
TABELA 30 HORAS
PROFESSOR

(Redação dada pela Lei Complementar nº 72/2011, de 19 de dezembro de 2011)

Nível	Classe A - 1,00	Classe B - 1,50	Classe C - 1,70	Classe D - 1,85
1 - 1,00	890,00	1.335,00	1.513,00	1.646,50
2 - 1,07	952,30	1.428,45	1.618,91	1.761,76
3 - 1,13	1.005,70	1.508,55	1.709,69	1.860,55
4 - 1,19	1.059,10	1.588,65	1.800,47	1.959,34
5 - 1,25	1.112,50	1.668,75	1.891,25	2.058,13
6 - 1,31	1.165,90	1.748,85	1.982,03	2.156,92
7 - 1,37	1.219,30	1.828,95	2.072,81	2.255,71
8 - 1,43	1.272,70	1.909,05	2.163,59	2.354,50
9 - 1,49	1.326,10	1.989,15	2.254,37	2.453,29
10 - 1,55	1.379,50	2.069,25	2.345,15	2.552,08
11 - 1,61	1.432,90	2.149,35	2.435,93	2.650,86
12 - 1,67	1.486,30	2.229,45	2.526,71	2.526,71

QUADRO III
TABELA 30 HORAS
PROFESSOR
ALTERAÇÃO INTRODUZIDA PELA LEI COMPLEMENTAR Nº 80, DE 10 DE OUTUBRO DE 2013, QUE RECONHECEU O REAJUSTE DE 8,00% CONCEDIDO AOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO A PARTIR DE 01/08/2012, RETROAGRINDO SEUS EFEITOS A PARTIR DE 1º DE AGOSTO DE 2012.

Nível	Classe A - 1,00	Classe B - 1,50	Classe C - 1,70	Classe D - 1,85
1 - 1,00	961,20	1.441,80	1.634,04	1.778,22
2 - 1,07	1.028,48	1.542,73	1.748,42	1.902,70
3 - 1,13	1.086,16	1.629,23	1.846,47	2.009,39
4 - 1,19	1.143,83	1.715,74	1.944,51	2.116,09
5 - 1,25	1.201,50	1.802,25	2.042,55	2.222,78
6 - 1,31	1.259,17	1.888,76	2.140,59	2.329,47
7 - 1,37	1.316,84	1.975,27	2.238,63	2.436,17
8 - 1,43	1.374,52	2.061,77	2.336,68	2.542,86
9 - 1,49	1.432,19	2.148,28	2.434,72	2.649,55
10 - 1,55	1.489,86	2.234,79	2.532,76	2.756,25
11 - 1,61	1.547,53	2.321,30	2.630,80	2.862,93
12 - 1,67	1.605,20	2.407,81	2.728,85	2.969,63

QUADRO III
TABELA 30 HORAS
PROFESSOR
ALTERAÇÃO INTRODUZIDA PELA LEI COMPLEMENTAR Nº 79, DE 19 DE AGOSTO DE 2013, QUE CONCEDEU REAJUSTE DE 10% AOS PROFESSORES EFETIVOS DA EDUCAÇÃO BÁSICA DO MUNICÍPIO.

Nível	Classe A - 1,00	Classe B - 1,50	Classe C - 1,70	Classe D - 1,85
1 - 1,00	1.057,32	1.585,98	1.797,44	1.956,04
2 - 1,07	1.131,33	1.697,00	1.923,27	2.092,97
3 - 1,13	1.194,77	1.792,16	2.031,11	2.210,33
4 - 1,19	1.258,21	1.887,32	2.138,96	2.327,70
5 - 1,25	1.321,65	1.982,48	2.246,81	2.445,06
6 - 1,31	1.385,09	2.077,63	2.354,65	2.562,42
7 - 1,37	1.448,53	2.172,79	2.462,50	2.679,78
8 - 1,43	1.511,97	2.267,95	2.570,34	2.797,15
9 - 1,49	1.575,41	2.363,11	2.678,19	2.914,51
10 - 1,55	1.638,85	2.458,27	2.786,04	3.031,87
11 - 1,61	1.702,29	2.553,43	2.893,88	3.149,22
12 - 1,67	1.765,72	2.648,59	3.001,73	3.266,59

ANEXO III
QUADRO III
TABELA 30 HORAS
PROFESSOR
ALTERAÇÃO INTRODUZIDA PELA LEI COMPLEMENTAR Nº 81, DE 26 DE NOVEMBRO DE 2013, QUE CONCEDEU REAJUSTE DE 11,154% AOS PROFESSORES EFETIVOS DA EDUCAÇÃO BÁSICA DO MUNICÍPIO, COM VIGÊNCIA A PARTIR DE 1º DE NOVEMBRO DE 2013.

Nível	Classe A - 1,00	Classe B - 1,50	Classe C - 1,70	Classe D - 1,85
1 - 1,00	1.175,25	1.762,88	1.997,93	2.174,22
2 - 1,07	1.257,52	1.886,28	2.137,79	2.326,42
3 - 1,13	1.328,04	1.992,05	2.257,66	2.456,87
4 - 1,19	1.398,55	2.097,83	2.377,54	2.587,33
5 - 1,25	1.469,07	2.203,60	2.497,41	2.717,78
6 - 1,31	1.539,58	2.309,37	2.617,29	2.848,23
7 - 1,37	1.610,10	2.415,15	2.737,17	2.978,69
8 - 1,43	1.680,61	2.520,92	2.857,04	3.109,14
9 - 1,49	1.751,13	2.626,69	2.976,92	3.239,59
10 - 1,55	1.821,64	2.732,46	3.096,79	3.370,05
11 - 1,61	1.892,16	2.838,24	3.216,67	3.500,49
12 - 1,67	1.962,67	2.944,01	3.336,54	3.630,95

VALORES ALTERADOS PELO ANEXO XXXV DA LEI COMPLEMENTAR Nº 84, DE 24 DE JUNHO DE 2014, QUE CONCEDEU REAJUSTE DE 8,62%, RELATIVO À VARIAÇÃO DO INPC NO PERÍODO DE 01/01/2013 A 30/04/2014, COM EFEITOS FINANCEIROS RETROATIVOS A 01/05/2014.

Lei Complementar nº 58/2008 - ANEXO III - QUADRO III

TABELA 30 HORAS

PROFESSOR

Grau de Formação →	Habilitação específica de nível médio-magistério	Habilitação específica de grau superior ao nível de graduação, representada por licenciatura plena	Habilitação específica de curso de graduação superior e especialização ao nível de pós-graduação, que atendam as exigências da instituição de ensino na área da	Habilitação específica de graduação superior, correspondente a Licenciatura Plena mais curso de mestrado e/ou doutorado na área de Educação relacionada com sua habilitação

			educação	
Nível	**Classe A - 1,00**	**Classe B - 1,50**	**Classe C - 1,70**	**Classe D - 1,85**
1 - 1,00	1.276,55	1.914,84	2.170,15	2.361,63
2 - 1,07	1.365,91	2.048,87	2.322,06	2.526,95
3 - 1,13	1.442,51	2.163,76	2.452,27	2.668,65
4 - 1,19	1.519,10	2.278,66	2.582,48	2.810,35
5 - 1,25	1.595,70	2.393,55	2.712,69	2.952,05
6 - 1,31	1.672,29	2.508,44	2.842,89	3.093,75
7 - 1,37	1.748,88	2.623,33	2.973,10	3.235,44
8 - 1,43	1.825,48	2.738,22	3.103,31	3.377,14
9 - 1,49	1.902,07	2.853,11	3.233,52	3.518,84
10 - 1,55	1.978,66	2.968,00	3.363,73	3.660,54
11 - 1,61	2.055,26	3.082,89	3.493,94	3.802,22
12 - 1,67	2.131,85	3.197,78	3.624,15	3.943,93

ANEXO IV
(TABELA 40 HORAS)
TÉCNICO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL

Nível	Classe - A – 1,00	Classe – B - 1,20	Classe - C – 1,50	Classe - D – 1,70
1 – 1,00	550,00	660,00	825,00	935,00
2 – 1,07	588,50	706,20	882,75	1.000,45
3 – 1,13	621,50	745,80	932,25	1.056,55
4 – 1,19	654,50	785,40	981,75	1.112,65
5 – 1,25	687,50	825,00	1.031,25	1.168,75
6 – 1,31	720,50	864,60	1.080,75	1.224,85
7 – 1,37	753,50	904,20	1.130,25	1.280,95
8 – 1,43	786,50	943,80	1.179,75	1.330,05
9 – 1,49	819,50	983,40	1.229,25	1.339,15
10 – 1,55	852,50	1.023,00	1.278,75	1.449,25
11 – 1,61	885,50	1.062,60	1.328,25	1.505,35
12 – 1,67	918,50	1.102,20	1.377,75	1.561,45

ANEXO IV
(TABELA 30 HORAS)
TÉCNICO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL NÃO PROFISSIONALIZADO
(Redação dada pela Lei Complementar nº 72, de 19 de dezembro de 2011.
A Lei Complementar nº 72/2011 não alterou a Remuneração, mas reduziu a carga horária de 40 para 30 horas semanais, além de alterar a nomenclatura do cargo de TÉCNICO ADMINISTRATIVO EDUCAIONAL para TÉCNICO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL NÃO PROFISSIONALIZADO)

Nível	Classe - A – 1,00	Classe – B - 1,20	Classe - C – 1,50	Classe - D – 1,70
1 – 1,00	550,00	660,00	825,00	935,00
2 – 1,07	588,50	706,20	882,75	1.000,45
3 – 1,13	621,50	745,80	932,25	1.056,55
4 – 1,19	654,50	785,40	981,75	1.112,65
5 – 1,25	687,50	825,00	1.031,25	1.168,75
6 – 1,31	720,50	864,60	1.080,75	1.224,85
7 – 1,37	753,50	904,20	1.130,25	1.280,95
8 – 1,43	786,50	943,80	1.179,75	1.330,05
9 – 1,49	819,50	983,40	1.229,25	1.339,15
10 – 1,55	852,50	1.023,00	1.278,75	1.449,25
11 – 1,61	885,50	1.062,60	1.328,25	1.505,35
12 – 1,67	918,50	1.102,20	1.377,75	1.561,45

QUADRO IV
TABELA 30 HORAS
TÉCNICO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL NÃO PROFISSIONALIZADO

ALTERAÇÃO INTRODUZIDA PELA LEI COMPLEMENTAR Nº 80, DE 10 DE OUTUBRO DE 2013, QUE RECONHECEU O REAJUSTE DE 8,00% CONCEDIDO AOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO A PARTIR DE 01/08/2012, RETROAGRINDO SEUS EFEITOS A PARTIR DE 1º DE AGOSTO DE 2012.

Nível	Classe A – 1,00	Classe B - 1,20	Classe C – 1,50	Classe D – 1,70
1 - 1,00	594,00	712,80	891,00	1.009,80
2 - 1,07	635,58	762,70	953,37	1.080,49
3 - 1,13	671,22	805,46	1.006,83	1.141,07
4 - 1,19	706,86	848,23	1.060,29	1.201,66
5 - 1,25	742,50	891,00	1.113,75	1.262,25
6 - 1,31	778,14	933,77	1.167,21	1.322,84
7 - 1,37	813,78	976,54	1.220,67	1.383,43
8 - 1,43	849,42	1.019,30	1.274,13	1.436,45
9 - 1,49	885,06	1.062,07	1.327,59	1.446,28
10 - 1,55	920,70	1.104,84	1.381,05	1.565,19
11 - 1,61	956,34	1.147,61	1.434,51	1.625,78
12 - 1,67	991,98	1.190,38	1.487,97	1.686,37

QUADRO IV
TABELA 30 HORAS
TÉCNICO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL NÃO PROFISSIONALIZADO
ALTERAÇÃO INTRODUZIDA PELA LEI COMPLEMENTAR Nº 79, DE 19 DE AGOSTO DE 2013, QUE CONCEDEU REAJUSTE DE 6,17% AOS SERVIDORES EFETIVOS DA EDUCAÇÃO BÁSICA DO MUNICÍPIO, EXCETO PROFESSORES.

Nível	Classe A – 1,00	Classe B - 1,20	Classe C – 1,50	Classe D – 1,70
1 - 1,00	630,65	756,78	945,97	1.072,10
2 - 1,07	674,80	809,75	1.012,19	1.147,15
3 - 1,13	712,63	855,16	1.068,95	1.211,48
4 - 1,19	750,47	900,57	1.125,71	1.275,80
5 - 1,25	788,31	945,97	1.182,47	1.340,13
6 - 1,31	826,15	991,38	1.239,23	1.404,46

7 - 1,37	863,99	1.036,79	1.295,99	1.468,78
8 - 1,43	901,83	1.082,20	1.352,74	1.525,08
9 - 1,49	939,67	1.127,60	1.409,50	1.535,52
10 - 1,55	977,51	1.173,01	1.466,26	1.661,76
11 - 1,61	1.015,35	1.218,42	1.523,02	1.726,09
12 - 1,67	1.053,19	1.263,82	1.579,78	1.790,41

VALORES ALTERADOS PELO ANEXO XXXVI DA LEI COMPLEMENTAR Nº 84, DE 24 DE JUNHO DE 2014, QUE CONCEDEU REAJUSTE DE 8,62%, RELATIVO À VARIAÇÃO DO INPC NO PERÍODO DE 01/01/2013 A 30/04/2014, COM EFEITOS FINANCEIROS RETROATIVOS A 01/05/2014.				
Lei Complementar nº 58/2008 - ANEXO IV - QUADRO IV				
TABELA 30 HORAS				
TÉCNICO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL NÃO PROFISSIONALIZADO				
Grau de Formação →	Habilitação em ensino médio	Habilitação em grau superior	Habilitação em grau superior, em nível de especialização *lato sensu* relacionado à área de habilitação do cargo	Habilitação em cursos de mestrado ou doutorado na área de educação ou relacionado às atribuições do cargo
Nível	**Classe A - 1,00**	**Classe B - 1,20**	**Classe C - 1,50**	**Classe D - 1,70**
1 - 1,00	685,01	822,01	1.027,52	1.164,52
2 - 1,07	732,96	879,56	1.099,44	1.246,04
3 - 1,13	774,06	928,88	1.161,10	1.315,91
4 - 1,19	815,16	978,20	1.222,75	1.385,78
5 - 1,25	856,26	1.027,52	1.284,40	1.455,65
6 - 1,31	897,37	1.076,84	1.346,05	1.525,52
7 - 1,37	938,47	1.126,16	1.407,70	1.595,39
8 - 1,43	979,57	1.175,48	1.469,35	1.656,55
9 - 1,49	1.020,67	1.224,80	1.531,00	1.667,88
10 - 1,55	1.061,77	1.274,12	1.592,65	1.805,01
11 - 1,61	1.102,87	1.323,44	1.654,30	1.874,88
12 - 1,67	1.143,97	1.372,76	1.715,95	1.944,75

ANEXO V
(TABELA 40 HORAS)
APOIO ADMINISTRATIVO ESCOLAR

Nível	Classe - A - 1,00	Classe - B - 1,30	Classe - C – 1,50
1 - 1,00	415,00	539,50	622,50
2 - 1,07	440,05	577,27	660,08
3 - 1,13	468,95	609,64	703,45
4 - 1,19	493,85	642,00	740,78
5 - 1,25	518,75	674,38	778,13
6 - 1,31	543,65	706,75	815,48
7 - 1,37	568,55	739,12	852,83
8 - 1,45	601,75	782,28	902,63
9 - 1,49	618,35	803,86	927,53
10 - 1,55	643,25	836,23	964,88
11 - 1,61	668,15	868,60	1.002,23
12 - 1,67	693,05	900,97	1.039,58

QUADRO V (TABELA 30 HORAS) APOIO ADMINISTRATIVO ESCOLAR NÃO PROFISSIONALIZADO (Redação dada pela Lei Complementar nº 72/2011, de 19 de dezembro de 2011)			
Nível	Classe A - 1,00	Classe B - 1,30	Classe C - 1,50
1 - 1,00	545,00	708,50	817,50
2 - 1,07	583,15	758,09	874,72
3 - 1,13	615,85	800,60	923,77
4 - 1,19	648,55	843,11	972,82
5 - 1,25	681,25	885,62	1.021,87
6 - 1,31	713,95	928,13	1.070,92
7 - 1,37	746,65	970,74	1.119,97
8 - 1,43	779,35	1.013,15	1.169,02
9 - 1,49	812,05	1.055,66	1.218,07
10 - 1,55	844,75	1.098,17	1.355,81
11 - 1,61	877,45	1.140,68	1.316,53
12 - 1,67	910,15	1.183,19	1.365,22

QUADRO V (TABELA 30 HORAS) APOIO ADMINISTRATIVO ESCOLAR NÃO PROFISSIONALIZADO ALTERAÇÃO INTRODUZIDA PELA LEI COMPLEMENTAR Nº 80, DE 10 DE OUTUBRO DE 2013, QUE RECONHECEU O REAJUSTE DE 8,00% CONCEDIDO AOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO A PARTIR DE 01/08/2012, RETROAGRINDO SEUS EFEITOS A PARTIR DE 1º DE AGOSTO DE 2012.			
Nível	Classe A - 1,00	Classe B - 1,30	Classe C - 1,50
1 - 1,00	588,60	765,18	882,90
2 - 1,07	629,80	818,74	944,70
3 - 1,13	665,12	864,65	997,67
4 - 1,19	700,43	910,56	1.050,65
5 - 1,25	735,75	956,47	1.103,62
6 - 1,31	771,07	1.002,38	1.156,59
7 - 1,37	806,38	1.048,40	1.209,57
8 - 1,43	841,70	1.094,20	1.262,54
9 - 1,49	877,01	1.140,11	1.315,52
10 - 1,55	912,33	1.186,02	1.464,27
11 - 1,61	947,65	1.231,93	1.421,85
12 - 1,67	982,96	1.277,85	1.474,44

QUADRO V (TABELA 30 HORAS) APOIO ADMINISTRATIVO ESCOLAR NÃO PROFISSIONALIZADO ALTERAÇÃO INTRODUZIDA PELA LEI COMPLEMENTAR Nº 79, DE 19 DE AGOSTO DE 2013, QUE CONCEDEU REAJUSTE DE 6,17% AOS SERVIDORES EFETIVOS DA EDUCAÇÃO BÁSICA DO MUNICÍPIO, EXCETO PROFESSORES.			
Nível	Classe A - 1,00	Classe B - 1,30	Classe C - 1,50

~~1 - 1,00~~	~~624,92~~	~~812,39~~	~~937,37~~
~~2 - 1,07~~	~~668,66~~	~~869,25~~	~~1.002,99~~
~~3 - 1,13~~	~~706,16~~	~~918,00~~	~~1.059,23~~
~~4 - 1,19~~	~~743,65~~	~~966,74~~	~~1.115,47~~
~~5 - 1,25~~	~~781,15~~	~~1.015,48~~	~~1.171,71~~
~~6 - 1,31~~	~~818,64~~	~~1.064,23~~	~~1.227,96~~
~~7 - 1,37~~	~~856,14~~	~~1.113,09~~	~~1.284,20~~
~~8 - 1,43~~	~~893,63~~	~~1.161,71~~	~~1.340,44~~
~~9 - 1,49~~	~~931,13~~	~~1.210,46~~	~~1.396,68~~
~~10 - 1,55~~	~~968,62~~	~~1.259,20~~	~~1.554,62~~
~~11 - 1,61~~	~~1.006,12~~	~~1.307,94~~	~~1.509,58~~
~~12 - 1,67~~	~~1.043,61~~	~~1.356,69~~	~~1.565,41~~

VALORES ALTERADOS PELO ANEXO XXXVII DA LEI COMPLEMENTAR Nº 84, DE 24 DE JUNHO DE 2014, QUE CONCEDEU REAJUSTE DE 8,62%, RELATIVO À VARIAÇÃO DO INPC NO PERÍODO DE 01/01/2013 A 30/04/2014, COM EFEITOS FINANCEIROS RETROATIVOS A 01/05/2014.

Lei Complementar nº 58/2008 - ANEXO V - QUADRO V

TABELA 30 HORAS

APOIO ADMINISTRATIVO ESCOLAR NÃO PROFISSIONALIZADO

Grau de Formação →	Ensino fundamental completo	Habilitação em ensino médio	Habilitação em grau superior
Nível	**Classe A - 1,00**	**Classe B - 1,30**	**Classe C - 1,50**
1 - 1,00	678,79	882,42	1.018,18
2 - 1,07	726,30	944,18	1.089,44
3 - 1,13	767,03	997,13	1.150,53
4 - 1,19	807,75	1.050,07	1.211,62
5 - 1,25	848,48	1.103,02	1.272,71
6 - 1,31	889,21	1.155,96	1.333,81
7 - 1,37	929,93	1.209,03	1.394,90
8 - 1,43	970,66	1.261,85	1.455,99
9 - 1,49	1.011,39	1.314,80	1.517,08
10 - 1,55	1.052,12	1.367,74	1.688,63
11 - 1,61	1.092,84	1.420,69	1.639,71
12 - 1,67	1.133,57	1.473,63	1.700,35

ANEXO VI
ENQUADRAMENTO DO SERVIDOR EFETIVO POR TEMPO DE SERVIÇO

Níveis	**Tempo de Serviço**
1	Até 1.095 dias
2	De 1.096 a 2.190 dias
3	De 2.191 a 3.285 dias
4	De 3.286 a 4.380 dias
5	De 4.381 a 5.475 dias
6	De 5.476 a 6.570 dias
7	De 6.571 a 7.665 dias
8	De 7.666 a 8.760 dias
9	De 8.761 a 9.856 dias
10	De 9.857 a 10.952 dias
11	De 10.953 a 12.048 dias
12	De 12.049 a 13.144 dias

~~QUADRO VII~~
~~(TABELA 30 HORAS)~~
~~TÉCNICO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL PROFISSIONALIZADO~~
~~(Quadro/Anexo incluído pela Lei Complementar nº 72, de 19 de dezembro de 2011)~~

~~Nível~~	~~Classe A - 1,00~~	~~Classe B - 1,50~~	~~Classe C - 1,70~~	~~Classe D - 1,85~~
~~1 - 1,00~~	~~890,00~~	~~1.335,00~~	~~1.513,00~~	~~1.646,50~~
~~2 - 1,07~~	~~952,30~~	~~1.428,45~~	~~1.618,91~~	~~1.761,76~~
~~3 - 1,13~~	~~1.005,70~~	~~1.508,55~~	~~1.709,69~~	~~1.860,55~~
~~4 - 1,19~~	~~1.059,10~~	~~1.588,65~~	~~1.800,47~~	~~1.959,34~~
~~5 - 1,25~~	~~1.112,50~~	~~1.668,75~~	~~1.891,25~~	~~2.058,13~~
~~6 - 1,31~~	~~1.165,90~~	~~1.748,85~~	~~1.982,03~~	~~2.156,92~~
~~7 - 1,37~~	~~1.219,30~~	~~1.828,95~~	~~2.072,81~~	~~2.255,71~~
~~8 - 1,43~~	~~1.272,70~~	~~1.909,05~~	~~2.163,59~~	~~2.354,50~~
~~9 - 1,49~~	~~1.326,10~~	~~1.989,15~~	~~2.254,37~~	~~2.453,29~~
~~10 - 1,55~~	~~1.379,50~~	~~2.069,25~~	~~2.345,15~~	~~2.552,08~~
~~11 - 1,61~~	~~1.432,90~~	~~2.149,35~~	~~2.435,93~~	~~2.650,86~~
~~12 - 1,67~~	~~1.486,30~~	~~2.229,45~~	~~2.526,71~~	~~2.526,71~~

~~QUADRO VII~~
~~(TABELA 30 HORAS)~~
~~TÉCNICO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL PROFISSIONALIZADO~~
~~ALTERAÇÃO INTRODUZIDA PELA LEI COMPLEMENTAR Nº 80, DE 10 DE OUTUBRO DE 2013, QUE RECONHECEU O REAJUSTE DE 8,00% CONCEDIDO AOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO A PARTIR DE 01/08/2012, RETROAGRINDO SEUS EFEITOS A PARTIR DE 1º DE AGOSTO DE 2012.~~

~~Nível~~	~~Classe A - 1,00~~	~~Classe B - 1,50~~	~~Classe C - 1,70~~	~~Classe D - 1,85~~
~~1 - 1,00~~	~~961,20~~	~~1.441,80~~	~~1.634,04~~	~~1.778,22~~
~~2 - 1,07~~	~~1.028,48~~	~~1.542,73~~	~~1.748,42~~	~~1.902,70~~
~~3 - 1,13~~	~~1.086,16~~	~~1.629,23~~	~~1.846,47~~	~~2.009,39~~
~~4 - 1,19~~	~~1.143,83~~	~~1.715,74~~	~~1.944,51~~	~~2.116,09~~
~~5 - 1,25~~	~~1.201,50~~	~~1.802,25~~	~~2.042,55~~	~~2.222,78~~
~~6 - 1,31~~	~~1.259,17~~	~~1.888,76~~	~~2.140,59~~	~~2.329,47~~
~~7 - 1,37~~	~~1.316,84~~	~~1.975,27~~	~~2.238,63~~	~~2.436,17~~
~~8 - 1,43~~	~~1.374,52~~	~~2.061,77~~	~~2.336,68~~	~~2.542,86~~
~~9 - 1,49~~	~~1.432,19~~	~~2.148,28~~	~~2.434,72~~	~~2.649,55~~
~~10 - 1,55~~	~~1.489,86~~	~~2.234,79~~	~~2.532,76~~	~~2.756,25~~
~~11 - 1,61~~	~~1.547,53~~	~~2.321,30~~	~~2.630,80~~	~~2.862,93~~
~~12 - 1,67~~	~~1.605,20~~	~~2.407,81~~	~~2.728,85~~	~~2.728,85~~

~~QUADRO VII~~
~~(TABELA 30 HORAS)~~

~~**TÉCNICO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL PROFISSIONALIZADO**~~
~~**ALTERAÇÃO INTRODUZIDA PELA LEI COMPLEMENTAR Nº 79, DE 19 DE AGOSTO DE 2013, QUE CONCEDEU REAJUSTE DE 6,17% AOS SERVIDORES EFETIVOS DA EDUCAÇÃO BÁSICA DO MUNICÍPIO, EXCETO PROFESSORES.**~~

~~Nível~~	~~Classe A - 1,00~~	~~Classe B - 1,50~~	~~Classe C - 1,70~~	~~Classe D - 1,85~~
~~1 - 1,00~~	~~1.020,51~~	~~1.530,76~~	~~1.734,86~~	~~1.887,94~~
~~2 - 1,07~~	~~1.091,94~~	~~1.637,91~~	~~1.856,30~~	~~2.020,10~~
~~3 - 1,13~~	~~1.153,17~~	~~1.729,76~~	~~1.960,39~~	~~2.133,37~~
~~4 - 1,19~~	~~1.214,40~~	~~1.821,60~~	~~2.064,48~~	~~2.246,65~~
~~5 - 1,25~~	~~1.275,63~~	~~1.913,45~~	~~2.168,58~~	~~2.359,93~~
~~6 - 1,31~~	~~1.336,86~~	~~2.005,29~~	~~2.272,67~~	~~2.473,20~~
~~7 - 1,37~~	~~1.398,09~~	~~2.097,14~~	~~2.376,76~~	~~2.586,48~~
~~8 - 1,43~~	~~1.459,32~~	~~2.188,99~~	~~2.480,85~~	~~2.699,75~~
~~9 - 1,49~~	~~1.520,55~~	~~2.280,83~~	~~2.584,94~~	~~2.813,03~~
~~10 - 1,55~~	~~1.581,78~~	~~2.372,68~~	~~2.689,03~~	~~2.926,31~~
~~11 - 1,61~~	~~1.643,01~~	~~2.464,52~~	~~2.793,13~~	~~3.039,57~~
~~12 - 1,67~~	~~1.704,25~~	~~2.556,37~~	~~2.897,22~~	~~3.152,85~~

VALORES ALTERADOS PELO ANEXO XXXVIII DA LEI COMPLEMENTAR Nº 84, DE 24 DE JUNHO DE 2014, QUE CONCEDEU REAJUSTE DE 8,62%, RELATIVO À VARIAÇÃO DO INPC NO PERÍODO DE 01/01/2013 A 30/04/2014, COM EFEITOS FINANCEIROS RETROATIVOS A 01/05/2014.

Lei Complementar nº 58/2008 - ANEXO VII - QUADRO VII

TABELA 30 HORAS

TÉCNICO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL PROFISSIONALIZADO

Grau de Formação →	Habilitação em ensino médio com profissionalização específica relacionada às atribuições do cargo	Habilitação em grau superior, em nível de graduação e profissionalização específica	Habilitação em grau superior, em nível de especialização *lato sensu* relacionado à área de habilitação do cargo	Habilitação em cursos de mestrado ou doutorado na área de educação ou relacionado às atribuições do cargo
Nível	**Classe A - 1,00**	**Classe B - 1,50**	**Classe C - 1,70**	**Classe D - 1,85**
1 - 1,00	1.108,47	1.662,71	1.884,40	2.050,67
2 - 1,07	1.186,06	1.779,10	2.016,31	2.194,22
3 - 1,13	1.252,57	1.878,86	2.129,37	2.317,27
4 - 1,19	1.319,08	1.978,62	2.242,44	2.440,31
5 - 1,25	1.385,59	2.078,38	2.355,50	2.563,35
6 - 1,31	1.452,10	2.178,15	2.468,57	2.686,39
7 - 1,37	1.518,60	2.277,91	2.581,63	2.809,43
8 - 1,43	1.585,11	2.377,67	2.694,69	2.932,47
9 - 1,49	1.651,62	2.477,43	2.807,76	3.055,51
10 - 1,55	1.718,13	2.577,20	2.920,82	3.178,55
11 - 1,61	1.784,64	2.676,96	3.033,89	3.301,58
12 - 1,67	1.851,15	2.776,72	3.146,95	3.424,63

~~**QUADRO VIII**~~
~~**(TABELA 30 HORAS)**~~
~~**APOIO ADMININISTRATIVO ESCOLAR PROFISSIONALIZADO**~~
~~**(Quadro/Anexo incluNALIZADO2/2011 nIONAL Nra Te TDE AGOSTO DE 2012, incluído pela Lei Complementar nº 72/2011, de 19 de dezembro de 2011)**~~

~~Nível~~	~~Classe A - 1,00~~	~~Classe B - 1,30~~	~~Classe C - 1,50~~
~~1 - 1,00~~	~~645,00~~	~~838,50~~	~~967,50~~
~~2 - 1,07~~	~~690,15~~	~~897,19~~	~~1.035,22~~
~~3 - 1,13~~	~~728,85~~	~~947,50~~	~~1.093,27~~
~~4 - 1,19~~	~~767,55~~	~~997,81~~	~~1.151,32~~
~~5 - 1,25~~	~~806,25~~	~~1.048,12~~	~~1.209,37~~
~~6 - 1,31~~	~~844,95~~	~~1.098,43~~	~~1.267,42~~
~~7 - 1,37~~	~~883,65~~	~~1.148,74~~	~~1.325,47~~
~~8 - 1,43~~	~~922,35~~	~~1.199,05~~	~~1.383,52~~
~~9 - 1,49~~	~~961,05~~	~~1.249,36~~	~~1.441,57~~
~~10 - 1,55~~	~~999,75~~	~~1.299,67~~	~~1.499,62~~
~~11 - 1,61~~	~~1.038,45~~	~~1.349,98~~	~~1.557,67~~
~~12 - 1,67~~	~~1.077,15~~	~~1.400,29~~	~~1.615,72~~

~~**QUADRO VIII**~~
~~**(TABELA 30 HORAS)**~~
~~**APOIO ADMININISTRATIVO ESCOLAR PROFISSIONALIZADO**~~

~~**ALTERAÇÃO INTRODUZIDA PELA LEI COMPLEMENTAR Nº 80, DE 10 DE OUTUBRO DE 2013, QUE RECONHECEU O REAJUSTE DE 8,00% CONCEDIDO AOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO A PARTIR DE 01/08/2012, RETROAGRINDO SEUS EFEITOS A PARTIR DE 1º DE AGOSTO DE 2012.**~~

~~Nível~~	~~Classe A - 1,00~~	~~Classe B - 1,30~~	~~Classe C - 1,50~~
~~1 - 1,00~~	~~696,60~~	~~905,58~~	~~1.044,90~~
~~2 - 1,07~~	~~745,36~~	~~968,97~~	~~1.118,04~~
~~3 - 1,13~~	~~787,16~~	~~1.023,30~~	~~1.180,73~~
~~4 - 1,19~~	~~828,95~~	~~1.077,63~~	~~1.243,43~~
~~5 - 1,25~~	~~870,75~~	~~1.131,97~~	~~1.306,12~~
~~6 - 1,31~~	~~912,55~~	~~1.186,30~~	~~1.368,81~~
~~7 - 1,37~~	~~954,34~~	~~1.240,64~~	~~1.431,51~~
~~8 - 1,43~~	~~996,14~~	~~1.294,97~~	~~1.494,20~~
~~9 - 1,49~~	~~1.037,93~~	~~1.349,31~~	~~1.556,90~~
~~10 - 1,55~~	~~1.079,73~~	~~1.403,64~~	~~1.619,59~~
~~11 - 1,61~~	~~1.121,53~~	~~1.457,98~~	~~1.682,28~~
~~12 - 1,67~~	~~1.163,32~~	~~1.512,31~~	~~1.744,98~~

~~**QUADRO VIII**~~
~~**(TABELA 30 HORAS)**~~
~~**APOIO ADMININISTRATIVO ESCOLAR PROFISSIONALIZADO**~~
~~**ALTERAÇÃO INTRODUZIDA PELA LEI COMPLEMENTAR Nº 79, DE 19 DE AGOSTO DE 2013, QUE CONCEDEU REAJUSTE DE 6,17% AOS SERVIDORES EFETIVOS DA EDUCAÇÃO BÁSICA DO MUNICÍPIO, EXCETO PROFESSORES.**~~

~~Nível~~	~~Classe A - 1,00~~	~~Classe B - 1,30~~	~~Classe C - 1,50~~
~~1 - 1,00~~	~~739,58~~	~~961,45~~	~~1.109,37~~
~~2 - 1,07~~	~~791,35~~	~~1.028,75~~	~~1.187,02~~
~~3 - 1,13~~	~~835,73~~	~~1.086,44~~	~~1.253,58~~
~~4 - 1,19~~	~~880,10~~	~~1.144,12~~	~~1.320,14~~
~~5 - 1,25~~	~~924,48~~	~~1.201,81~~	~~1.386,71~~
~~6 - 1,31~~	~~968,85~~	~~1.259,50~~	~~1.453,27~~
~~7 - 1,37~~	~~1.013,22~~	~~1.317,19~~	~~1.519,83~~

~~8 - 1,43~~	~~1.057,60~~	~~1.374,87~~	~~1.586,39~~
~~9 - 1,49~~	~~1.101,97~~	~~1.432,56~~	~~1.652,96~~
~~10 - 1,55~~	~~1.146,35~~	~~1.490,25~~	~~1.719,52~~
~~11 - 1,61~~	~~1.190,72~~	~~1.547,94~~	~~1.786,08~~
~~12 - 1,67~~	~~1.235,10~~	~~1.605,62~~	~~1.852,64~~

VALORES ALTERADOS PELO ANEXO XXXIX DA LEI COMPLEMENTAR Nº 84, DE 24 DE JUNHO DE 2014, QUE CONCEDEU REAJUSTE DE 8,62%, RELATIVO À VARIAÇÃO DO INPC NO PERÍODO DE 01/01/2013 A 30/04/2014, COM EFEITOS FINANCEIROS RETROATIVOS A 01/05/2014.			
Lei Complementar nº 58/2008 - ANEXO VIII - QUADRO VIII			
TABELA 30 HORAS			
APOIO ADMININISTRATIVO ESCOLAR PROFISSIONALIZADO			
Grau de Formação →	Habilitação em ensino médio com profissionalização específica relacionada às atribuições do cargo	Habilitação em grau superior em nível de graduação	Habilitação em grau superior e em nível de especialização *lato sensu* relacionado à área de habilitação do cargo
Nível	**Classe A - 1,00**	**Classe B - 1,30**	**Classe C - 1,50**
1 - 1,00	803,33	1.044,33	1.205,00
2 - 1,07	859,57	1.117,43	1.289,34
3 - 1,13	907,77	1.180,09	1.361,64
4 - 1,19	955,97	1.242,75	1.433,94
5 - 1,25	1.004,17	1.305,41	1.506,24
6 - 1,31	1.052,36	1.368,07	1.578,54
7 - 1,37	1.100,56	1.430,73	1.650,84
8 - 1,43	1.148,76	1.493,39	1.723,14
9 - 1,49	1.196,96	1.556,05	1.795,44
10 - 1,55	1.245,16	1.618,71	1.867,74
11 - 1,61	1.293,36	1.681,37	1.940,04
12 - 1,67	1.341,56	1.744,03	2.012,34

ÍNDICE

Título I	Da Finalidade
Capítulo I	Dos Fins, da Aplicação e das Definições
Capítulo II	Da Educação como Profissão
Título II	Da Estrutura do Grupo dos Profissionais da Educação
Capítulo I	Da Constituição do Grupo
Capítulo II	Das Séries de Classes dos Cargos de Carreira
Seção I	Da Série de Classes do Cargo de Professor
Seção II	Da Série Classe dos Cargos de Técnico Educacional e Apoio Administrativo Escolar
Título III	Da Movimentação na Carreira
Capítulo I	Da Movimentação Funcional
Seção I	Da Promoção de Classe
Seção II	Da Progressão Funcional
Seção III	Da Remoção
Capítulo II	Da Natureza da Atividade
Título IV	Do Regime Funcional do Grupo
Capítulo I	Do Ingresso
Seção I	Do Concurso Público
Capítulo II	Das Formas de Provimento
Seção I	Da Nomeação
Seção II	Da Posse
Seção III	Do Exercício
Seção IV	Do Estágio Probatório
Seção V	Da Estabilidade
Seção VI	Da Readaptação
Seção VII	Da Reversão
Seção VIII	Da Reintegração
Seção IX	Da Recondução
Seção X	Da Disponibilidade e do Aproveitamento
Capítulo III	Da Vacância
Capítulo IV	Da Substituição
Capítulo V	Do Regime de Trabalho
Título V	Dos Deveres, Responsabilidades, dos Direitos e Vantagens
Capítulo I	Dos Direitos e dos Deveres
Capítulo II	Das Férias
Capítulo III	Da Gratificação Natalina
Capítulo IV	Da licença para Qualificação Profissional
Capítulo V	**Da Licença-Prêmio por Assiduidade**
Capítulo VI	**Dos Afastamentos**
Capítulo VII	**Das Concessões**
Capítulo VIII	Da Remuneração
Capítulo IX	Dos Direitos Especiais do Grupo dos Profissionais da Educação Básica
Capítulo X	Do Sistema Previdenciário
Capítulo XI	Gestão de Ensino
Título VI	Das Disposições Gerais
Capítulo I	Da Administração das Unidades Escolares
Capítulo II	Da Atribuição de Classes ou Aulas
Título VII	Das Disposições Transitórias
Título VIII	Das Disposições Finais

Publicado por:
Marcelino de Fáveri
Código Identificador:9B099EB2

PREFEITURA MUNICIPAL
LEI COMPLEMENTAR Nº 71, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2011.

Lei original arquivada nesta Prefeitura. Conferida pela Unidade de Controle Interno em 30/12/2011.
Reconferida em 14/11/2013, em razão da alteração dada pela Lei Complementar nº 78/2013.

Reconferida em 24/06/2014, em razão da alteração dada pela Lei Complementar nº 84/2014.

.

ALTERADA PELA LEI COMPLEMENTAR Nº 84, DE 24 DE JUNHO DE 2014.
ALTERADA PELA LEI COMPLEMENTAR Nº 78, DE 19 DE AGOSTO DE 2013.

.

LEI COMPLEMENTAR Nº 71/2011

Dispõe sobre a criação de cargos públicos, de provimento efetivo, no Quadro de Servidores do Município de São Félix do Araguaia, e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA. Faço saber, em conformidade com a Lei Orgânica do Município, que a Câmara Municipal aprova e eu sanciono a seguinte lei:

.

Art. 1º - Ficam criados, no Quadro de Servidores do Poder Executivo do Município de São Félix do Araguaia (MT), os cargos de Contador, Farmacêutico e Fiscal Sanitário.

.

Art. 2º – Os cargos criados por esta lei são de provimento efetivo e o ingresso em qualquer deles dar-se-á mediante concurso público de provas, ou de provas e títulos, conforme as disposições do Art. 37, inciso II da Constituição Federal.

.

~~Art. 3º - O número de vagas, a carga horária e os vencimentos constam do quadro abaixo:~~

~~Cargo~~	~~Nº de vagas~~	~~Carga horária semanal~~	~~Vencimentos (R$)~~
~~Contador~~	~~01~~	~~40~~	~~3.000,00~~
~~Farmacêutico~~	~~01~~	~~40~~	~~2.400,00~~
~~Fiscal Sanitário~~	~~02~~	~~40~~	~~700,00~~

.

~~ALTERAÇÃO INTRODUZIDA PELA LEI COMPLEMENTAR Nº 78, DE 19 DE AGOSTO DE 2013, QUE CONCEDEU REAJUSTE DE 6,17% À REMUNERAÇÃO DOS SERVIDORES EFETIVOS DO EXECUTIVO MUNICIPAL, REFERENTE À VARIAÇÃO DO INPC NO PERÍODO DE 01/01/2012 A 31/12/2012.~~			
~~Cargo~~	~~Nº de vagas~~	~~Carga horária semanal~~	~~Vencimentos (R$)~~
~~Contador~~	~~01~~	~~40~~	~~3.185,10~~
~~Farmacêutico~~	~~01~~	~~40~~	~~2.548,08~~
~~Fiscal Sanitário~~	~~02~~	~~40~~	~~743,19~~

.

Art. 3º O número de vagas e a carga horária constam do quadro abaixo: **(Redação dada pelo art. 9º da Lei Complementar nº 84, de 24 de junho de 2014)**

.

Cargo	Nº de Vagas	Carga Horária Semanal
Contador	1	40
Farmacêutico	1	40
Fiscal Sanitário	2	40

.

Art. 4º - O cargo de Contador requer de seu titular a formação em curso superior de Contabilidade, com registro no respectivo Conselho da classe, tendo como atribuições específicas as seguintes:
I - Promover os registros contabeis;
II - Controlar a execução orçamentária;
III - Acompanhar e controlar os resultados da gestão orçamentária, financeira e patrimonial;
IV - Participar na elaboração de propostas orçamentárias;
V - Classificar receitas;
VI - Emitir empenhos de despesas;
VII - Relacionar notas de empenho, sub-empenho e estorno emitidos no mês, com as somatórias para fechar com despesas orçamentárias;
VIII - Efetuar balanços e balancetes;
IX - Registrar todos os valores de bens existentes no patrimônio municipal;
X - Controlar os serviços orçamentários, inclusive a alteração orçamentária;
XI - Providenciar a guarda de toda a documentação para posterior análise dos órgãos competentes;
XII - Elaborar registros contábeis da execução orçamentária;
XIII - Manter atualizada as fichas de despesas e arquivos de registros contábeis;
XIV- Conferir boletins de caixa;
XV - Relacionar restos a pagar;
XVI - Relacionar e classificar a despesa e os empenhos de pessoal e dos recursos recebidos a qualquer título;
XVII - Analisar os balanços gerais e balancetes das despesas, objetivando o fornecimento de índices contábeis, para orientação;
XVIII - Controlar as receitas, bem como conferir, diariamente extratos contábeis;
XIX - Assinar balanços e balancetes;
XX - Desempenhar outras tarefas semelhantes.

.

Art. 4º-A O cargo de CONTADOR terá sua remuneração com base no Anexo I, com progressão horizontal e vertical do cargo de Técnico de Nível (Grau) Superior, previstas no art. 22 da Lei Complementar nº 35, de 30 de outubro de 2003. **(Artigo incluído pelo art. 11 da Lei Complementar nº 84, de 24 de junho de 2014)**

.

Art. 5º - O Cargo de Farmacêutico requer de seu titular a formação em curso superior de Farmácia, com registro no respectivo conselho de classe, tendo como atribuições específicas as seguintes:
I - Avaliação farmacêutica do receituário;
II - Guarda de medicamentos, drogas e matérias-primas e sua conservação:
III - Registro de entorpecentes e psicotrópicos requisitados, receitados, fornecidos ou utilizados no aviamento das fórmulas manipuladas, conforme procedimentos exigidos pela vigilância sanitária. Organização e atualização dos controles de produtos farmacêuticos, químicos e biológicos, mantendo registro permanente do estoque de substâncias e medicamentos;
IV - Controle do estoque de medicamentos;
V - Colaborar na realização de estudos e pesquisas farmacodinâmicas e toxicológicas;

VI - Emitir parecer técnico a respeito de produtos e equipamentos utilizados na farmácia, principalmente fazer requisições de substâncias, medicamentos e materiais necessários à farmácia. Planejamento e coordenação da execução da Assistência Farmacêutica no Município conforme a Política Nacional de Medicamentos - Portaria GM-3916/98;
VII - coordenar a elaboração da relação de Medicamentos padronizados pelo Serviço de Saúde do Município, assim como suas revisões periódicas;
VIII - análise do consumo e da distribuição dos medicamentos;
IX - elaboração e promoção dos instrumentos necessários, objetivando desempenho adequado das atividades de seleção, programação, aquisição, armazenamento, distribuição e dispensação de medicamentos pelas Unidades de Saúde;
X - Avaliação do custo do consumo dos medicamentos; realização de supervisão técnico-administrativo em Unidades da Saúde do Município no tocante a medicamentos e sua utilização;
XI - participar e assumir a responsabilidade pelos medicamentos de outros programas da Secretaria de Saúde;
XII - Realização de treinamento e orientação aos profissionais da área; orientação, coordenação e supervisão de trabalhos a serem desenvolvidos por auxiliares;
XIII- emissão de pareceres sobre assuntos de sua competência;
XIV- realização de estudos de farmacovigilância e procedimentos técnicos administrativos no tocante a medicamentos vencidos;
XV - Acompanhar a validade dos medicamentos e seus remanejamentos;
XVI - Auxiliar no desenvolvimento de ações em vigilância sanitária;
XVII - Controlar e fornecer receituários especiais para médicos e Unidades Básicas de Saúde do município;
XVIII - Exercer a fiscalização profissional sanitária e técnica de empresas, estabelecimentos, setores, fórmulas, produtos, processos e métodos farmacêuticos ou de natureza farmacêutica;
XIX - Manter fiscalização de farmácia quanto ao aspecto sanitário mantendo visitas periódicas para orientar seus responsáveis no cumprimento da legislação vigente;
XX - Executar tarefas afins.

.

Art. 5º-A O cargo de FARMACÊUTICO terá sua remuneração com base no Anexo II, com progressão horizontal e vertical do cargo de Técnico de Nível (Grau) Superior, previstas no art. 22 da Lei Complementar nº 35, de 30 de outubro de 2003. **(Artigo incluído pelo art. 11 da Lei Complementar nº 84, de 24 de junho de 2014)**

.

Art. 6º - O Cargo de Fiscal Sanitário requer de seu titular o Ensino Médio completo. São atribuições do cargo de Fiscal Sanitário Municipal efetuar fiscalização mediante rondas e vistorias espontâneas, sistemáticas e dirigidas, especialmente:
I - fiscalizar habitações e estabelecimentos comerciais e de serviços, excetuando-se os estabelecimentos comerciais e de serviços sob a responsabilidade de profissionais cuja a escolaridade seja a superior completa na área da saúde;
II - fiscalizar piscinas de uso coletivo restrito, tais como: as de clubes, condomínios, escolas associações, hotéis, motéis e congêneres;
III - fiscalizar as condições sanitárias das instalações prediais de águas e esgotos;
IV - fiscalizar quanto à regularização das condições sanitárias das ligações de água e esgoto à rede pública;
V - fiscalizar estabelecimentos de serviços, tais como: barbearias, salões de beleza, casas de banho, estabelecimentos esportivos de ginástica, cultura física, natação e congêneres, asilos, creches e similares;
VI - fiscalizar estabelecimentos de ensino, hotéis, motéis e congêneres, clubes recreativos e similares, lavanderias e similares, agências funerárias, velórios, necrotérios, cemitérios e crematórios, no tocante às questões higiênico-sanitárias;
VII - fiscalizar estabelecimentos que comercializem e distribuam gêneros alimentícios, bebidas e águas minerais;
VIII - fiscalizar estabelecimentos que fabriquem e/ou manipulem gêneros alimentícios e envasem bebidas e águas minerais;
IX - encaminhar para análise laboratorial alimentos e outros produtos para fins de controle;
X - apreender alimentos, mercadorias e outros produtos que estejam em desacordo com a legislação sanitária vigente;
XI - efetuar interdição de produtos, embalagens e equipamentos em desacordo com a legislação sanitária vigente;
XII - efetuar interdição parcial ou total do estabelecimento fiscalizado;
XIII - expedir autos de intimação, de interdição, de apreensão, de coleta de amostras e de infração e aplicar diretamente as penalidades que lhe forem delegadas por legislação específica;
XIV - fazer cumprir a legislação sanitária federal, estadual e municipal em vigor;
XV - exercer o poder de polícia do Município na área de saúde pública; e
XVIII – Outras atividades inerentes ao cargo.

.

Art. 6º-A O cargo de FISCAL SANITÁRIO terá sua remuneração com base no Anexo III, com progressão horizontal e vertical do cargo de Agente de Fiscalização e Arrecadação, previstas no art. 16 da Lei Complementar nº 35, de 30 de outubro de 2003. **(Artigo incluído pelo art. 11 da Lei Complementar nº 84, de 24 de junho de 2014)**

.

Art. 7º – Os servidores ocupantes dos cargos criados por esta lei submetem-se ao regime jurídico único dos servidores municipais e ao regime próprio da previdência municipal.

.

Art. 8º – Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

.

Gabinete do Prefeito, 19 de dezembro de 2011.

.

FILEMON GOMES COSTA LIMOEIRO
Prefeito Municipal.

.

ANEXO I À LEI COMPLEMENTAR Nº 71, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2011.

.

INCLUÍDO PELO ANEXO XXXII DA LEI COMPLEMENTAR Nº 84, DE 24 DE JUNHO DE 2014, QUE CONCEDEU REAJUSTE DE 8,62%, RELATIVO À VARIAÇÃO DO INPC NO PERÍODO DE 01/01/2013 A 30/04/2014, COM EFEITOS FINANCEIROS RETROATIVOS A 01/05/2014.				
LEI COMPLEMENTAR Nº 71/2011 - ANEXO I – CONTADOR - TABELA 40 HORAS				
Graus de Formação →		Ensino Superior na Área e Registro no Conselho	Pós-Graduação *lato sensu* na Área de Atuação, no mínimo 120 horas	Mestrado ou Doutorado na área de atuação
Nível	**Percentual**	**Classe – A - 1,00**	**Classe - B - 1,15**	**Classe - C - 1,30**
1 - 0 ano	1,00	3.459,66	3.978,61	4.497,56
2 - 1 ano	1,02	3.528,85	4.058,18	4.587,51
3 - 2 anos	1,04	3.598,05	4.137,75	4.677,46
4 - 3 anos	1,06	3.667,24	4.217,33	4.767,41
5 - 4 anos	1,08	3.736,43	4.296,90	4.857,36

6 - 5 anos	1,10	3.805,63	4.376,47	4.947,31
7 - 6 anos	1,12	3.874,82	4.456,04	5.037,26
8 - 7 anos	1,14	3.944,01	4.535,61	5.127,22
9 - 8 anos	1,16	4.013,21	4.615,19	5.217,17
10 - 9 anos	1,18	4.082,40	4.694,76	5.307,12
11 - 10 anos	1,20	4.151,59	4.774,33	5.397,07
12 - 11 anos	1,22	4.220,79	4.853,90	5.487,02
13 - 12 anos	1,24	4.289,98	4.933,48	5.576,97
14 - 13 anos	1,26	4.359,17	5.013,05	5.666,92
15 - 14 anos	1,28	4.428,36	5.092,62	5.756,87
16 - 15 anos	1,30	4.497,56	5.172,19	5.846,83
17 - 16 anos	1,32	4.566,75	5.251,76	5.936,78
18 - 17 anos	1,34	4.635,94	5.331,34	6.026,73
19 - 18 anos	1,36	4.705,14	5.410,91	6.116,68
20 - 19 anos	1,38	4.774,33	5.490,48	6.206,63
21 - 20 anos	1,40	4.843,52	5.570,05	6.296,58
22 - 21 anos	1,42	4.912,72	5.649,62	6.386,53
23 - 22 anos	1,44	4.981,91	5.729,20	6.476,48
24 - 23 anos	1,46	5.051,10	5.808,77	6.566,43
25 - 24 anos	1,48	5.120,30	5.888,34	6.656,39
26 - 25 anos	1,50	5.189,49	5.967,91	6.746,34
27 - 26 anos	1,52	5.258,68	6.047,49	6.836,29
28 - 27 anos	1,54	5.327,88	6.127,06	6.926,24
29 - 28 anos	1,56	5.397,07	6.206,63	7.016,19
30 - 29 anos	1,58	5.466,26	6.286,20	7.106,14
31 - 30 anos	1,60	5.535,46	6.365,77	7.196,09
32 - 31 anos	1,62	5.604,65	6.445,35	7.286,04
33 - 32 anos	1,64	5.673,84	6.524,92	7.376,00
34 - 33 anos	1,66	5.743,04	6.604,49	7.465,95
35 - 34 anos	1,68	5.812,23	6.684,06	7.555,90

ANEXO II À LEI COMPLEMENTAR Nº 71, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2011.

INCLUÍDO PELO ANEXO XXXIII DA LEI COMPLEMENTAR Nº 84, DE 24 DE JUNHO DE 2014, QUE CONCEDEU REAJUSTE DE 8,62%, RELATIVO À VARIAÇÃO DO INPC NO PERÍODO DE 01/01/2013 A 30/04/2014, COM EFEITOS FINANCEIROS RETROATIVOS A 01/05/2014.				
LEI COMPLEMENTAR Nº 71/2011 - ANEXO II – FARMACÊUTICO - TABELA 40 HORAS				
Graus de Formação →		Ensino Superior na Área e Registro no Conselho	Pós-Graduação *lato sensu* na Área de Atuação, no mínimo 120 horas	Mestrado ou Doutorado na área de atuação
Nível	**Percentual**	**Classe – A - 1,00**	**Classe - B - 1,15**	**Classe - C - 1,30**
1 - 0 ano	1,00	2.767,72	3.182,88	3.598,04
2 - 1 ano	1,02	2.823,07	3.246,54	3.670,00
3 - 2 anos	1,04	2.878,43	3.310,19	3.741,96
4 - 3 anos	1,06	2.933,78	3.373,85	3.813,92
5 - 4 anos	1,08	2.989,14	3.437,51	3.885,88
6 - 5 anos	1,10	3.044,49	3.501,17	3.957,84
7 - 6 anos	1,12	3.099,85	3.564,82	4.029,80
8 - 7 anos	1,14	3.155,20	3.628,48	4.101,76
9 - 8 anos	1,16	3.210,56	3.692,14	4.173,72
10 - 9 anos	1,18	3.265,91	3.755,80	4.245,68
11 - 10 anos	1,20	3.321,26	3.819,45	4.317,64
12 - 11 anos	1,22	3.376,62	3.883,11	4.389,60
13 - 12 anos	1,24	3.431,97	3.946,77	4.461,56
14 - 13 anos	1,26	3.487,33	4.010,43	4.533,53
15 - 14 anos	1,28	3.542,68	4.074,08	4.605,49
16 - 15 anos	1,30	3.598,04	4.137,74	4.677,45
17 - 16 anos	1,32	3.653,39	4.201,40	4.749,41
18 - 17 anos	1,34	3.708,74	4.265,06	4.821,37
19 - 18 anos	1,36	3.764,10	4.328,71	4.893,33
20 - 19 anos	1,38	3.819,45	4.392,37	4.965,29
21 - 20 anos	1,40	3.874,81	4.456,03	5.037,25
22 - 21 anos	1,42	3.930,16	4.519,69	5.109,21
23 - 22 anos	1,44	3.985,52	4.583,34	5.181,17
24 - 23 anos	1,46	4.040,87	4.647,00	5.253,13
25 - 24 anos	1,48	4.096,23	4.710,66	5.325,09
26 - 25 anos	1,50	4.151,58	4.774,32	5.397,05
27 - 26 anos	1,52	4.206,93	4.837,97	5.469,01
28 - 27 anos	1,54	4.262,29	4.901,63	5.540,98
29 - 28 anos	1,56	4.317,64	4.965,29	5.612,94
30 - 29 anos	1,58	4.373,00	5.028,95	5.684,90
31 - 30 anos	1,60	4.428,35	5.092,60	5.756,86
32 - 31 anos	1,62	4.483,71	5.156,26	5.828,82
33 - 32 anos	1,64	4.539,06	5.219,92	5.900,78
34 - 33 anos	1,66	4.594,42	5.283,58	5.972,74
35 - 34 anos	1,68	4.649,77	5.347,24	6.044,70

ANEXO III À LEI COMPLEMENTAR Nº 71, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2011.

INCLUÍDO PELO ANEXO XXXIV DA LEI COMPLEMENTAR Nº 84, DE 24 DE JUNHO DE 2014, QUE CONCEDEU REAJUSTE DE 8,62%, RELATIVO À VARIAÇÃO DO INPC NO PERÍODO DE 01/01/2013 A 30/04/2014, COM EFEITOS FINANCEIROS RETROATIVOS A 01/05/2014.				
LEI COMPLEMENTAR Nº 71/2011 - ANEXO III – FISCAL SANITÁRIO - TABELA 40 HORAS				
Graus de Formação →		Ensino Médio Completo	Ensino Médio Completo + 120 Horas de Cursos na Área de Atuação	Ensino Superior Completo na Área de Atuação, com Registro no Conselho de Classe
Nível	**Percentual**	**Classe – A - 1,00**	**Classe - B - 1,15**	**Classe - C - 1,30**
1 - 0 ano	1,00	807,25	928,34	1.049,43
2 - 1 ano	1,02	823,40	946,90	1.070,41
3 - 2 anos	1,04	839,54	965,47	1.091,40
4 - 3 anos	1,06	855,69	984,04	1.112,39
5 - 4 anos	1,08	871,83	1.002,60	1.133,38
6 - 5 anos	1,10	887,98	1.021,17	1.154,37

7 - 6 anos	1,12	904,12	1.039,74	1.175,36
8 - 7 anos	1,14	920,27	1.058,30	1.196,34
9 - 8 anos	1,16	936,41	1.076,87	1.217,33
10 - 9 anos	1,18	952,56	1.095,44	1.238,32
11 - 10 anos	1,20	968,70	1.114,01	1.259,31
12 - 11 anos	1,22	984,85	1.132,57	1.280,30
13 - 12 anos	1,24	1.000,99	1.151,14	1.301,29
14 - 13 anos	1,26	1.017,14	1.169,71	1.322,28
15 - 14 anos	1,28	1.033,28	1.188,27	1.343,26
16 - 15 anos	1,30	1.049,43	1.206,84	1.364,25
17 - 16 anos	1,32	1.065,57	1.225,41	1.385,24
18 - 17 anos	1,34	1.081,72	1.243,97	1.406,23
19 - 18 anos	1,36	1.097,86	1.262,54	1.427,22
20 - 19 anos	1,38	1.114,01	1.281,11	1.448,21
21 - 20 anos	1,40	1.130,15	1.299,67	1.469,20
22 - 21 anos	1,42	1.146,30	1.318,24	1.490,18
23 - 22 anos	1,44	1.162,44	1.336,81	1.511,17
24 - 23 anos	1,46	1.178,59	1.355,37	1.532,16
25 - 24 anos	1,48	1.194,73	1.373,94	1.553,15
26 - 25 anos	1,50	1.210,88	1.392,51	1.574,14
27 - 26 anos	1,52	1.227,02	1.411,07	1.595,13
28 - 27 anos	1,54	1.243,17	1.429,64	1.616,11
29 - 28 anos	1,56	1.259,31	1.448,21	1.637,10
30 - 29 anos	1,58	1.275,46	1.466,77	1.658,09
31 - 30 anos	1,60	1.291,60	1.485,34	1.679,08
32 - 31 anos	1,62	1.307,75	1.503,91	1.700,07
33 - 32 anos	1,64	1.323,89	1.522,47	1.721,06
34 - 33 anos	1,66	1.340,04	1.541,04	1.742,05
35 - 34 anos	1,68	1.356,18	1.559,61	1.763,03

Publicado por:
Marcelino de Fáveri
Código Identificador:1F3F1AB3

PREFEITURA MUNICIPAL
LEI COMPLEMENTAR Nº 35, DE 30 DE OUTUBRO DE 2003.

Lei original arquivada nesta Prefeitura. Conferida pela Unidade de Controle Interno em 28/03/2012.
Reconferida em 14/11/2013, em razão das alterações dadas pelas Leis Complementares 73/2012 e 78/2013.
Reconferida em 24/06/2014, em razão das alterações dadas pela Lei Complementar nº 84/2014

.
ALTERADA PELA LEI COMPLEMENTAR Nº 84, DE 24 DE JUNHO DE 2014.
ALTERADA PELA LEI COMPLEMENTAR Nº 78, DE 19 DE AGOSTO DE 2013.
ALTERADA PELA LEI COMPLEMENTAR Nº 73, DE 4 DE ABRIL DE 2012.
ALTERADA PELA LEI COMPLEMENTAR Nº 68, DE 8 DE NOVEMBRO DE 2011.
ALTERADA PELA LEI COMPLEMENTAR Nº 47, DE 4 DE MAIO DE 2006.
ALTERADA PELA LEI MUNICIPAL Nº 524, DE 22 DE NOVEMBRO DE 2005 (ANEXO I REVOGADO).
ALTERADA PELA LEI COMPLEMENTAR Nº 44, DE 29 DE MAIO DE 2005.
ALTERADA PELA LEI COMPLEMENTAR Nº 40, DE 6 DE MAIO DE 2004.
ALTERADA PELA LEI COMPLEMENTAR Nº 39, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2003.
.
LEI COMPLEMENTAR LEI Nº 035/2.003
SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA MT
EM 30 DE OUTUBRO DE 2003
.

DISPÕE SOBRE A REESTRUTURAÇÃO DOS QUADROS DE CARGOS DO MUNICÍPIO, ESTABELECE O PLANO DE CARREIRA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

.

USLEI GOMES, PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO FÉLIX DO ARAGUIA, FAÇO SABER, em cumprimento ao disposto da lei Orgânica do Município, que o Poder Legislativo aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte lei complementar:

.

Capítulo I
Das Disposições Gerais

Art. 1º. Esta lei complementar contém as normas de administração do Plano de Carreira e Vencimentos dos Servidores da Prefeitura Municipal de São Félix do Araguaia, obedece ao regime "Estatutário", e estrutura-se em um quadro que se compõe de:

I. parte permanente, com os respectivos grupos ocupacionais;

II. parte suplementar, com os respectivos cargos e empregos em extinção.

Art. 2º. A remuneração dos servidores, passa a ser disciplinada na forma desta lei complementar.

Capítulo II
Dos Quadros

Art. 3º. O quadro geral compreende toda a composição de quadro efetivo, previsto no anexo I, desta lei complementar.

Capítulo III

Dos Cargos

Art. 4º. O quadro de cargos de provimento efetivo é o constante no anexo I, que estabelece o número de vagas, providos de concurso público de provas ou de provas e títulos.

Capítulo IV
Da Remuneração

Art. 5º. A remuneração dos servidores públicos municipais correspondentes ao vencimento relativo à classe de habilitação e ao nível, acrescido das vantagens pecuniárias permanentes ou temporárias a que fizerem jus, previstas em lei.

Art. 6º. Vencimento é a retribuição pecuniária pelo exercício de cargo público, com valor fixado em lei, nunca inferior ao salário mínimo, sendo vedada a sua vinculação ou equiparação, conforme o disposto no inciso XIII do art. 37 da Constituição Federal.

§1º. Os vencimentos dos ocupantes dos cargos e empregos públicos são irredutíveis, conforme o disposto no inciso XV do art. 37 da Constituição Federal.

§2º. A remuneração observará o que dispõe a Constituição Federal.

Art. 7º. A revisão geral dos vencimentos estabelecidos para os servidores, bem como para os cargos de provimento em comissão, deverá ser efetuada anualmente, por lei específica, sempre na mesma data e sem distinção de índices, conforme o disposto no art. 37, inciso X, da Constituição Federal, sendo o mês de maio como data base.

Art. 8º. Os integrantes das carreiras de que trata esta lei ficam sujeitos ao regime de trabalho de 40 (quarenta) horas semanais.

Parágrafo único. A forma de execução da carga horária de que trata este artigo será regulamentada por ato do Poder Executivo.

Art. 9º. O servidor nomeado para a carreira dos profissionais da administração pública municipal, em virtude de aprovação em concurso público, será enquadrado na classe de escolaridade e nível inicial da carreira.

~~**Art. 10. A carreira dos profissionais da administração pública municipal é composta de:**~~
~~**a)** Grupo I – Agente Administração Pública, Agente Operacional e Agente Manutenção, composto pelos cargos que exijam a formação mínima de grau fundamental incompleto.~~
~~**§1º.** São atribuições do cargo Agente de Administração Pública: Compreende a categorial funcional com as atribuições de executar serviços de limpeza, manutenção conservação e segurança das instalações e bens existentes em prédios, áreas públicas, e outros locais de responsabilidade da Prefeitura, transportar materiais, coletar lixo, proteger pessoas e patrimônio, executar tarefas internas e externas de correspondência, cozinhar, exercer funções administrativas no auxilio das chefias imediatas e demais atividades complementares afins.~~
~~**§2º.** São atribuições do Cargo de Agente Operacional: Compreende a categorial funcional com as atribuições de executar serviços de direção de veículos automotores de transporte passageiros e cargas e conservá-los em perfeitas condições de aparência e funcionamento.~~
~~**§3º.** São atribuições do Cargo de Agente de Manutenção: Compreende a categorial funcional com as atribuições de executar serviços de operação e manutenção de máquinas destinadas à produção de pedra britada, concreto, asfalto, blocos, bloquetes e placas de concreto, manutenção de estradas, ruas e avenidas, além de outros materiais utilizados em obras e serviços executados pela Prefeitura.~~

Art. 10. A carreira dos profissionais da administração pública municipal é composta de: (Redação dada pela Lei Complementar nº 44, de 29 de maio de 2005)

a) Grupo I - Agente administração Pública, Agente Operacional e Agente Manutenção, compostos pelos cargos que exijam a formação mínima de grau fundamental incompleto. (Redação dada pela Lei Complementar nº 44, de 29 de maio de 2005)

Parágrafo 1º - São atribuições do cargo Agente de Administração Pública: Compreende a categoria funcional com as atribuições de executar serviços de limpeza, manutenção, conservação e segurança das instalações e bens existentes em prédios, áreas públicas, e outros locais de responsabilidade da Prefeitura, transportar materiais, coletar lixo, proteger pessoas e patrimônio, executar funções administrativas no auxilio das chefias imediatas e demais atividades complementares afins. (Redação dada pela Lei Complementar nº 44, de 29 de maio de 2005)

Parágrafo 2º - São atribuições do Cargo de Agente Operacional: Compreende a categoria funcional com as atribuições de executar serviços de direção de veículos automotores de transporte de passageiros e cargas e conserva-los em perfeitas condições de aparência e funcionamento. (Redação dada pela Lei Complementar nº 44, de 29 de maio de 2005)

Parágrafo 3º - São atribuições do Cargo de Agente de Manutenção: Compreende a categoria funcional com atribuições de executar serviços de operação e manutenção de máquinas destinadas à produção de pedra britada, concreto, asfalto, blocos, bloquetes e placas de concreto, manutenção de estradas, ruas e avenidas, além de outros materiais utilizados em obras e serviços executados pela Prefeitura. (Redação dada pela Lei Complementar nº 44, de 29 de maio de 2005)

b) Grupo II - Agente de Fiscalização e Arrecadação, Agente Auxiliar Serviços, Agente Auxiliar Serviços I, Agente Administrativo, Agente Administrativo I e Agente Administrativo II, composto pelos cargos que exijam a formação mínima de ensino médio completo.

§4º. São atribuições do Cargo de Agente de Fiscalização e Arrecadação: Compreende a categoria funcional com as atribuições de executar serviços nas áreas preventivas e corretivas relativas a tributos municipais, vigilância sanitária, obras e postura, fiscalizando e aplicando as penalidades cabíveis e demais atividades complementares afins.

§5º. São atribuições dos cargos de Agente Auxiliar de Serviços e de Agente Auxiliar de Serviços I: Compreende a categorial funcional com as atribuições de executar serviços auxiliares em áreas de serviços técnicos e administrativos, de secretariado, telefonia, administração, agricultura, eletrônica, arquivo, manipulação de dados, contabilidade, enfermagem e programação.

§6º. São atribuições do Cargo de Agente Administrativo, Agente Administrativo - I e Agente Administrativo - II: Compreende a categoria funcional com as atribuições de executar serviços, nas áreas de secretariado, administração, digitação, arquivo, manipulação de dados, datilografia, programação, protocolo, registro, arquivos, classificação e expedição de correspondência, operar máquinas de datilografia, copiadoras, digitação, telex, atender telefone, fazer controle orçamentário e contábil, manusear fichários, recepcionar ao público, controlar entrada e saída de materiais de consumo e demais atividades complementares e afins.

c) Grupo III - Técnico Nível Médio, composto pelos cargos que exijam a formação de Grau Médio Profissionalizante, com registro no órgão competente.

§7º. São atribuições do Técnico de Nível Médio: Compreende a categorial funcional com as atribuições de executar trabalhos identificados com as áreas de construção civil, saúde, contabilidade, agropecuária, odontologia e executar tarefas correlatas à mesma função profissional e demais atividades complementares afins.

d) Grupo IV - Técnico Nível Superior, composto pelos cargos que exijam a formação de Grau Superior, com registro no órgão competente.

§8º. São atribuições do Nível Superior: Compreende a categorial funcional com as atribuições de executar serviços que exijam a formação em grau superior, nas áreas de administração recursos humanos, administração financeira, contabilidade pública, orçamento, planejamento, saúde, orientação vocacional, organização e métodos, modernização, análise estatística, análise econômica entre outros que requeiram escolaridade de grau superior completo.

Art. 11. Os cargos transformados são o estabelecido do anexo II desta lei.

Art. 12. O cargo de Agente Administração Pública é estruturado em linha horizontal de acesso, identificados por letras maiúsculas, conforme anexo III, desta lei.

§1º. As classes são estruturadas segundo os graus de formação exigidos para o provimento do cargo da seguinte forma:

I. classe A - habilitação em grau de ensino fundamental incompleto;

II. classe B - habilitação em grau médio completo;

III. classe C - habilitação em grau médio completo e cursos de aperfeiçoamento de no mínimo 120 (cento e vinte) horas de duração na especificidade da área de atuação.

§2º. A progressão horizontal, classe, obedecerá à titulação exigida, com interstício de 3 (três) anos da classe A para B e 3 (três) anos da classe B para C.

§3º. Cada classe desdobra-se em 35 (trinta e cinco) níveis, indicados por numerais que constituem a linha vertical de progressão que obedecerá a avaliação de desempenho anual e ao cumprimento do interstício anual.

Art. 13. O cargo de Agente Auxiliar de Serviços é estruturado em linha horizontal de acesso, identificados por letras maiúsculas, conforme anexo IV, desta lei.

§1º. As classes são estruturadas segundo os graus de formação exigidos para o provimento do cargo da seguinte forma:

~~**I.** classe A - habilitação em grau de ensino médio completo;~~

I. Classe A - Habilitação em grau de Ensino Fundamental Completo; (Redação dada pela Lei Complementar nº 38, de 13 de novembro de 2003)

II. classe B - habilitação em grau de ensino médio completo, e cursos de aperfeiçoamento de no mínimo 120 (cento e vinte) horas de duração na especificidade da área de atuação;

III. classe C - ensino superior completo, com diploma registrado nos Conselhos de Classe, na especificidade da área de atuação.

§2º. A progressão horizontal, classe, obedecerá à titulação exigida, com interstício de 3 (três) anos da classe A para B e 3 (três) anos da classe B para C.

§3º. Cada classe desdobra-se em 35 (trinta e cinco) níveis, indicados por numerais que constituem a linha vertical de progressão que obedecerá a avaliação de desempenho anual e ao cumprimento do interstício anual.

Art. 14. O cargo de Agente Auxiliar de Serviços I é estruturado em linha horizontal de acesso, identificados por letras maiúsculas, conforme anexo V, desta lei.

§1º. As classes são estruturadas segundo os graus de formação exigidos para o provimento do cargo da seguinte forma:

I. classe A - habilitação em grau de ensino médio completo;

II. classe B - habilitação em grau médio completo, e cursos de aperfeiçoamento de no mínimo 120 (cento e vinte) horas de duração na especificidade da área de atuação;

III. classe C - ensino superior completo, com diploma registrado nos Conselhos de Classe, na especificidade da área de atuação.

§2º. A progressão horizontal, classe, obedecerá à titulação exigida, com interstício de 3 (três) anos da classe A para B e 3 (três) anos da classe B para C.

§3º. Cada classe desdobra-se em 35 (trinta e cinco) níveis, indicados por numerais que constituem a linha vertical de progressão que obedecerá a avaliação de desempenho anual e ao cumprimento do interstício anual.

Art. 15. O cargo de Agente Operacional é estruturado em linha horizontal de acesso, identificados por letras maiúsculas, conforme anexo VI, desta lei.

§1º. As classes são estruturadas segundo os graus de formação exigidos para o provimento do cargo da seguinte forma:

I. classe A - habilitação em grau de ensino fundamental incompleto;

II. classe B - habilitação em grau médio completo;

III. classe C - habilitação em grau médio completo e cursos de aperfeiçoamento de no mínimo 120 (cento e vinte) horas de duração na especificidade da área de atuação.

§2º. A progressão horizontal, classe, obedecerá à titulação exigida, com interstício de 3 (três) anos da classe A para B e 3 (três) anos da classe B para C.

§3º. Cada classe desdobra-se em 35 (trinta e cinco) níveis, indicados por numerais que constituem a linha vertical de progressão que obedecerá a avaliação de desempenho anual e ao cumprimento do interstício anual.

Art. 16. Agente Fiscalização e Arrecadação é estruturado em linha horizontal de acesso, identificados por letras maiúsculas, conforme anexo VII, da presente lei.

§1º. As classes são estruturadas segundo os graus de formação exigidos para o provimento do cargo da seguinte forma:

I. classe A - habilitação em grau de ensino médio completo;

II. classe B - habilitação em grau médio completo, e cursos de aperfeiçoamento de no mínimo 120 (cento e vinte) horas de duração na especificidade da área de atuação;

III. classe C - ensino superior completo, com diploma registrado nos Conselhos de Classe, na especificidade da área de atuação.

§2º. A progressão horizontal, classe, obedecerá à titulação exigida, com interstício de 3 (três) anos da Classe A para a B e 3 (três) anos da classe B para C.

§3º. Cada classe desdobra-se em 35 (trinta e cinco) níveis, indicados por numerais, que constituem a linha vertical de progressão, que obedecerá à avaliação de desempenho anual e ao cumprimento do interstício anual.

Art. 17. Agente Administrativo é estruturado em linha horizontal de acesso, identificados por letras maiúsculas, conforme anexo VIII, da presente lei.

§1º. As classes são estruturadas segundo os graus de formação exigidos para o provimento do cargo da seguinte forma:

I. classe A - habilitação em grau de ensino médio completo;

II. classe B - habilitação em grau médio completo, e cursos de aperfeiçoamento de no mínimo 120 (cento e vinte) horas de duração na especificidade da área de atuação;

III. classe C - ensino superior completo, com diploma registrado nos Conselhos de Classe na especificidade da área de atuação.

§2º. A progressão horizontal, classe, obedecerá à titulação exigida, com interstício de 3 (três) anos da Classe A para a B e 3 (três) anos da classe B para C.

§3º. Cada classe desdobra-se em 35 (trinta e cinco) níveis, indicados por numerais, que constituem a linha vertical de progressão, que obedecerá à avaliação de desempenho anual e ao cumprimento do interstício de 3 (três) anos.

Art. 18. Agente Administrativo - I, é estruturados em linha horizontal de acesso, identificados por letras maiúsculas, conforme anexo IX, da presente lei.

§1º. As classes são estruturadas segundo os graus de formação exigidos para o provimento do cargo da seguinte forma:

I. classe A - habilitação em grau de ensino médio completo;

II. classe B - habilitação em grau médio completo, e cursos de aperfeiçoamento de no mínimo 120 (cento e vinte) horas de duração na especificidade da área de atuação;

III. classe C - ensino superior completo, com diploma registrado nos Conselhos de Classe na especificidade da área de atuação.

§2º. A progressão horizontal, classe, obedecerá à titulação exigida, com interstício de 3 (três) anos da Classe A para a B e 3 (três) anos da classe B para C.

§3º. Cada classe desdobra-se em 35 (trinta e cinco) níveis, indicados por numerais, que constituem a linha vertical de progressão, que obedecerá à avaliação de desempenho anual e ao cumprimento do interstício de 3 (três) anos.

Art. 19. Agente Administrativo - II, é estruturados em linha horizontal de acesso, identificados por letras maiúsculas, conforme anexo X, da presente lei complementar.

§1º. As classes são estruturadas segundo os graus de formação exigidos para o provimento do cargo da seguinte forma:

I. classe A - habilitação em grau de ensino médio completo;

II. classe B - habilitação em grau médio completo, e cursos de aperfeiçoamento de no mínimo 120 (cento e vinte) horas de duração na especificidade da área de atuação;

III. classe C - ensino superior completo, com diploma registrado nos Conselhos de Classe na especificidade da área de atuação.

§2º. A progressão horizontal, classe, obedecerá à titulação exigida, com interstício de 3 (três) anos da Classe A para a B e 3 (três) anos da classe B para C.

§3º. Cada classe desdobra-se em 35 (trinta e cinco) níveis, indicados por numerais, que constituem a linha vertical de progressão, que obedecerá à avaliação de desempenho anual e ao cumprimento do interstício de 3 (três) anos.

Art. 20. Técnico Grau Médio é estruturado em linha horizontal de acesso, identificados por letras maiúsculas, conforme anexo XI, da presente lei.

§1º. As classes são estruturadas segundo os graus de formação exigidos para o provimento do cargo da seguinte forma:

I. classe A - habilitação em grau de ensino médio completo na especificidade da área de atuação, com registro no respectivo órgão de classe na especificidade da área de atuação;

II. classe B - habilitação em grau médio completo e cursos de aperfeiçoamento de no mínimo 120 (cento e vinte) horas de duração na especificidade da área de atuação;

III. classe C - ensino superior completo, com diploma registrado nos Conselhos de Classe na especificidade da área de atuação.

§2º. A progressão horizontal, classe, obedecerá à titulação exigida, com interstício de 3 (três) anos da Classe A para a B e 3 (três) anos da classe B para C.

§3º. Cada classe desdobra-se em 35 (trinta e cinco) níveis, indicados por numerais, que constituem a linha vertical de progressão, que obedecerá à avaliação de desempenho anual e ao cumprimento do interstício anual.

Art. 21. O cargo de Agente de Manutenção são estruturado em linha horizontal de acesso, identificados por letras maiúsculas, conforme anexo XII, desta lei.

§1º. As classes são estruturadas segundo os graus de formação exigidos para o provimento do cargo da seguinte forma:

I. classe A - habilitação em grau de ensino fundamental incompleto;

II. classe B - habilitação em grau médio completo;

III. classe C - habilitação em grau médio completo e cursos de aperfeiçoamento de no mínimo 120 (cento e vinte) horas de duração na especificidade da área de atuação.

§2º. A progressão horizontal, classe, obedecerá à titulação exigida, com interstício de 3 (três) anos da classe A para B e 3 (três) anos da classe B para C.

§3º. Cada classe desdobra-se em 35 (trinta e cinco) níveis, indicados por numerais, que constituem a linha vertical de progressão que obedecerá a avaliação de desempenho anual e ao cumprimento do interstício anual.

Art. 22. O cargo de Técnico de Nível Superior é estruturado em linha horizontal de acesso, identificado por letras maiúsculas, conforme anexo XIII, da presente lei.

§1º. As classes são estruturadas segundo os graus de formação exigidos para o provimento do cargo da seguinte forma:

I. classe A - habilitação em grau de nível superior e respectivo registro no órgão de classe na especificidade da área de atuação;

II. classe B - curso de pós-graduação lato sensu, com carga mínima de 120 (cento e vinte) horas na especificidade da área de atuação;

III. classe C - título de mestrado ou doutorado na especificidade da área de atuação.

§2º. A progressão horizontal na classe obedecerá à titulação exigida, com interstício de 3 (três) anos da classe A para a B e 3 (três) anos da classe B para C.

§3º. Cada classe desdobra-se em 35 (trinta e cinco) níveis, indicados por numerais, que constituem a linha vertical da progressão, que obedecerá à avaliação de desempenho anual e ao cumprimento do interstício anual.

Capítulo V
Da Lotação

Art. 23. A lotação representa a força de trabalho, em seus aspectos qualitativos e quantitativos, necessária ao desempenho das atividades gerais e específicas da Prefeitura Municipal de São Félix do Araguaia.

Art. 24. O afastamento de servidor de órgão em que estiver lotado, para ter exercício em outro, só se verificar mediante prévia autorização do Prefeito Municipal, para fim determinado e por prazo certo.

Parágrafo único. Atendido sempre o interesse do serviço, o Prefeito Municipal poderá alterar a lotação do servidor, ex-officio ou a pedido, desde que não haja desvio de função ou alteração de vencimento do servidor.

Capítulo VI
Da Capacitação

Art. 25. Fica instituída como atividade permanente na Prefeitura Municipal a capacitação de seus servidores, tendo como objetivos:

I. criar e desenvolver hábitos, valores e comportamentos adequados ao digno exercício da função pública;

II. capacitar o servidor para o desempenho de suas atribuições específicas, orientando-o no sentido de obter os resultados desejados pela administração.

III. estimular o desenvolvimento funcional, criando condições propícias ao constante aperfeiçoamento dos servidores;

IV. integrar os objetivos pessoais de cada servidor, no exercício de suas atribuições, às finalidades da administração como um todo.

Art. 26. Serão três os tipos de capacitação:

I. de integração, tendo como finalidade integrar o servidor no ambiente de trabalho, através de informações sobre a organização e o funcionamento da Prefeitura Municipal e de transmissão de técnicas de relações humanas.

II. de formação, objetivando dotar o servidor de conhecimento e técnicas referentes às atribuições que desempenha, mantendo-o permanentemente atualizado e preparando-o para a execução de tarefas mais complexas, com vistas à promoção;

III. de adaptação, com a finalidade de preparar o servidor para o exercício de novas funções quando a tecnologia absorver ou tomar obsoletas aquelas que vinha exercendo ata o momento.

Art. 27. O treinamento terá sempre caráter objetivo e prático e será ministrado, direta ou indiretamente, pela Prefeitura Municipal:

I. com a utilização de monitores locais;

II. mediante o encaminhamento de servidores para cursos e estágios realizados por instituições especializadas, sediadas ou não no Município;

III. através da contratação de especialistas ou instituições especializadas, mediante convênio, observada a legislação pertinente.

Art. 28. As chefias de todos os níveis hierárquicos participarão dos programas de treinamento:

I. identificando e analisando, no âmbito de cada órgão, as necessidades de treinamento, estabelecendo programas prioritários e propondo medidas necessárias ao atendimento das carências indentificadas e à execução dos programas propostos.

II. facilitando a participação de seus subordinados nos programas de capacitação e tomando as medidas necessárias para que os afastamentos, quando ocorrerem, não causem prejuízos ao funcionamento regular da unidade administrativa;

III. submetendo-se a programas de treinamento relacionados às suas atribuições.

Art. 29. O Secretário Municipal de Administração e Finanças, através da Gerência de Recursos Humanos, em colaboração com os demais órgãos de igual nível hierárquico, elaborará execução de programas de treinamento.

Parágrafo único. Os programas de capacitação serão elaborados, anualmente, a tempo de se prever, na proposta orçamentária, os recursos indispensáveis à sua implementação.

Art. 30. Independentemente dos programas previstos, cada chefia desenvolverá, com seus subordinados, atividades de treinamento em serviço, em consonância com o programa de capacitação estabelecido pela administração, através de:

I. reuniões para estudo e discussão de assuntos de serviços:

II. divulgação de normas legais e aspectos técnicos relativos ao trabalho e orientação quanto ao seu cumprimento e à sua execução;

III. discussão dos programas de trabalho do órgão que chefia e de sua contribuição para o sistema administrativo;

IV. utilização de rodízio e de outros métodos de capacitação em serviço, adequados a cada caso.

Capítulo VII
Dos Cargos Comissionados e Funções de Confiança

Art. 31. O profissional da administração pública municipal, nomeado em cargo comissionado ou função de confiança, perceberá remuneração correspondente ao seu cargo, classe e nível em que se encontra posicionado, acrescido de um percentual, enquanto investido no cargo, de acordo

com o anexo XIV, desta lei, até o limite do cargo, sendo preferencialmente 40% (quarenta por cento) dos cargos comissionados, ocupados por servidores do quadro efetivo do Município de São Félix do Araguaia.

Capítulo VIII
Do Adicional de Insalubridade e Periculosidade

Art. 32. O adicional de insalubridade será calculado com base, respectivamente nos percentuais de 10% (dez por cento), grau máximo, 6% (seis por cento), grau médio e 3% (três por cento), grau mínimo sobre o vencimento básico vigente.

Art. 33. O adicional de periculosidade será calculado à base de 10% (dez por cento) sobre o vencimento base.

Art. 34. Os adicionais de insalubridade e de periculosidade só podem ser concedidos mediante parecer de profissional especializado, a ser realizado no prazo de 90 (noventa) dias após a entrada em vigor desta lei.

Capítulo IX
Da Progressão

Art. 35. Será concedido progressão por merecimento, observadas as normas deste capítulo e as estabelecidas em regulamento específico.

Art. 36. Para fazer jus à progressão por merecimento, o servidor deverá, obter, pelo menos, o grau mínimo de 60% (sessenta por cento) quando da avaliação de seu desempenho pela Comissão de Desenvolvimento Funcional, prevista nesta lei.

Art. 37. O grau de merecimento será aferido pela Comissão de Desenvolvimento Funcional, com base nos assentamentos funcionais do servidor, e pelo chefe imediato, quando da avaliação do quesito conhecimento e qualidade do trabalho.

Parágrafo único. Os Secretários Municipais, Gerentes, os Chefes de Divisão, juntamente com as demais chefias intermediárias, deverão enviar sistematicamente ao Órgão de recursos humanos da Prefeitura os dados e informações necessárias à aferição do desempenho de seus subordinados.

Art. 38. Caso não alcance o grau de merecimento mínimo, o servidor permanecerá no nível em que se encontra, devendo, novamente, cumprir o interstício anual de efetivo exercício nesse nível, para efeito de nova apuração de merecimento.

Art. 39. O servidor suspenso preventivamente poderá concorrer à progressão, mas o ato que a conceder ficará sem efeito se, à verificação dos fatos que determinem esta suspensão preventiva, a pena de suspensão restar confirmada.

Parágrafo único. O servidor só perceberá o vencimento correspondente ao novo nível após a apuração dos fatos determinantes da suspensão preventiva e declarada a importância da penalidade, devendo o vencimento retroagir à data da progressão.

Art. 40. Somente poderá concorrer à progressão o servidor que estiver no efetivo exercício de seu cargo.

Capítulo X
Da Comissão de Desenvolvimento Funcional

Art. 41. Fica criada a Comissão de Desenvolvimento Funcional constituída por 5 (membros) membros, sendo obrigatoriamente 02 (dois) membros por indicação do Sindicato dos Servidores Públicos Municipais em assembléia e os demais por indicação do Prefeito Municipal, tendo como Presidente o Secretário Municipal de Administração e Finanças.

Art. 42. A Comissão se reunirá, anualmente, a fim de coordenar a avaliação de merecimento dos servidores, com base nos fatores constantes dos boletins de merecimento, objetivando a aplicação do instituto de progressão definido nesta lei.

Capítulo XI
Das Normas Gerais de Enquadramento

Art. 43. Os primeiros provimentos dos cargos efetivos decorrerão de enquadramento dos atuais servidores municipais, observada a correlação de cargos.

Art. 44. Os servidores estáveis ocupantes dos cargos existentes na data de publicação desta lei serão automaticamente enquadrados em cargos equivalentes, previsto no anexo I, cujas atribuições sejam da mesma natureza e mesmo grau de dificuldade e responsabilidade.

Art. 45. A Comissão de Enquadramento, será composta de 05 (cinco) membros presidida pelo Secretário Municipal de Administração, sendo 02 (dois) membros indicados pelo Sindicato dos Servidores Municipais em assembléia e 01 (um) membro indicado pelo Legislativo Municipal e 01 (um) membro indicado pelo Prefeito Municipal à qual caberá:

I. elaborar normas de enquadramento e submetê-las à aprovação do Prefeito;

II. elaborar as propostas de atos coletivos de enquadramento e encaminhá-las ao Prefeito.

§1º. Para cumprir o disposto no inciso II, a Comissão se valerá dos assentamentos funcionais dos servidores e de informações colhidas junto às Chefias imediatas dos órgãos onde estejam lotados.

§2º. Os atos coletivos de enquadramentos serão baixados sob a forma de listas nominais através de ato do Prefeito Municipal.

Art. 46. Do enquadramento não poderá resultar em redução de vencimento.

§1º. O servidor enquadrado ocupará, dentro da faixa de vencimento no novo cargo, o padrão cujo vencimento seja igual ao do cargo que estiver ocupando na data da vigência desta lei, e não havendo coincidência de vencimento, ocupará o padrão imediatamente superior dentro da faixa de vencimento da classe e, caso não seja possível sanar a diferença será atribuído como vantagem nominalmente identificável, que será reajustada na mesma época e pelos mesmos índices que reajustar o vencimento.

§2º. O cálculo do tempo para enquadramento é o prestado à administração pública do Município de São Félix do Araguaia.

§3º. O servidor que até a presente data não houver tido progressão, fará jus a ela, observadas as normas deste capítulo.

Art. 47. No processo de enquadramento serão considerados os seguintes fatores:

I. atribuições realmente desempenhadas pelo servidor na Prefeitura;

II. a moneclatura e descrição de atribuições do cargo para o qual o servidor foi nomeado;

III. nível de remuneração do cargo;

IV. experiência específica;

V. grau de escolaridade exigível para o exercício do cargo;

VI. habilitação legal para o exercício de profissão regulamentada.

Art. 48. O servidor que se encontrar afastado, à disposição e/ou licença não remunerada, somente poderá ser enquadrado quando oficialmente reassumir o seu respectivo cargo.

Art. 49. O Prefeito Municipal baixará atos coletivos de enquadramento com o disposto neste capítulo até 60 (sessenta) dias após da data de publicação desta lei.

Art. 50. O servidor que se julgar prejudicado com o enquadramento por considerá-lo em desacordo com as normas desta lei, poderá, no prazo de 30 (trinta) dias da publicação desta, dirigir-se ao Prefeito Municipal petição fundamentada solicitando revisão do ato em que o enquadrou.

Art. 51. O pedido de revisão será encaminhado á Secretaria Municipal de Administração para análise e parecer sobre a procedência ou não do mesmo, que encaminhará dentro de 15 (quinze) dias o parecer ao Prefeito Municipal para a aprovação.

Art. 52. A ementa da decisão será publicada no prazo de 30 (trinta) dias a contar do término do prazo da decisão.

Art. 53. Na realização do enquadramento, os servidores municipais ficam dispensados de preencherem os requisitos definidos nas especificações do novo cargo.

Art. 54. Imediatamente após a vigência desta lei deverão ser efetuado e solucionado todos desvios de função existentes, através de uma comissão composta por 3 (três) servidores efetivos instituída exclusivamente para esse fim.

Capítulo XII
Das Disposições Finais e Transitórias

Art. 55. O Decreto aprovando a Parte suplementar do Quadro de Pessoal, indiciará o nome do servidor, a denominação do seu cargo ou emprego, o nível e a classe de vencimento em que for enquadrado.

Art. 56. Ficam dispensados os atuais servidores públicos enquadrados nesta lei, do cumprimento do prazo da próxima progressão da classe A para a B e da B para C, imediatamente após a entrada em vigor desta lei.

Art. 57. Aplica-se aos servidores as vantagens estabelecidas no Estatuto do Servidor Público Municipal de São Félix do Araguaia e não previstas nesta lei.

Art. 58. É vedado o afastamento, a disposição ou cessão para outros órgãos da administração pública direta ou indireta de quaisquer dos Poderes Federal, Estadual e Municipal, com ônus para o órgão de origem.

Art. 59. São extintas todas as gratificações e vantagens pagas aos servidores da Prefeitura Municipal que não estejam previstas nesta lei e no Estatuto dos Servidores Públicos do Município.

Art. 60. São incorporadas todas as vantagens já adquiridas pelos servidores da Prefeitura Municipal que não estejam previstas nesta lei.

Art. 61. Fazem parte desta lei complementar os anexos I a XIV.

Art. 62. Esta lei complementar entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário, em especial as Leis Complementares Municipais nºs 010, de 03 de fevereiro de 1.993 e 026, de 02 de maio de 2.000.

.

São Félix do Araguaia, 03 de setembro de 2.003.

.

USLEI GOMES
Prefeito Municipal

.

ESTE ANEXO FOI REVOGADO PELA LEI MUNICIPAL Nº 524, DE 22 DE NOVEMBRO DE 2005.

ANEXO I
CARGOS E O RESPECTIVO LOTACIONOGRAMA GERAL PELO CARGO PROFISSIONAL DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Número	Cargo	Quantidade
1	Agente Administração Pública	120
2	Agente Administrativo	020
3	Agente Administrativo – I	003
4	Agente Administrativo – II	001
5	Agente Auxiliar Serviços	040
6	Agente Auxiliar Serviços – I	001
7	Agente Fiscalização e Arrecadação	005
8	Agente Manutenção	015
9	Agente Operacional	020
10	Técnico Grau Médio	030
11	Técnico Nível Superior	020
	Total	255

ANEXO II
TRANSFORMAÇÃO DE CARGOS

Número	Transformação do Cargo	Quantidade	Para o Cargo
01	**Agente Administrativo - I**	**06**	**Agente Administrativo**
	Almoxarife	01	
	Bibliotecário	01	
	Recepcionista	01	
02	**Agente Administrativo - II**	**03**	**Agente Administrativo - I**
03	**Agente Administrativo - III**	**01**	**Agente Administrativo - II**
04	**Auxiliar Administrativo**	**02**	**Agente Auxiliar Serviços**
	Telefonista	02	
05	**Auxiliar Administrativo**	**01**	**Auxiliar Serviços - I**
06	**Agente Arrecadação**	**03**	**Agente Fiscalização e Arrecadação**
07	**Agente Saúde**	**16**	**Técnico Grau Médio**
	Desenhista	01	
	Técnico Agrícola	01	
	Técnico Contabilidade	01	
08	**Auxiliar Serviços Gerais**	**21**	**Agente Administração Pública**
	Gari	08	
09	**Motorista**	**10**	**Agente Operacional**
10	**Operador Máquina Pesada**	**03**	**Agente Manutenção**
	Pedreiro e Carpinteiro	03	

ANEXO III
(TABELA 40 HORAS)
AGENTE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Nível	Percentual	Classe – A - 1,00	Classe – B – 1,15	Classe – C – 1,30
1 – 0 ano	1,00	280,00	322,00	364,00
2 - 1 ano	1,02	285,60	328,44	371,28
3 - 2 anos	1,04	291,20	334,88	378,56
4 - 3 anos	1,06	296,80	341,32	385,84
5 - 4 anos	1,08	302,40	347,76	393,12
6 - 5 anos	1,10	308,00	354,20	400,40
7 - 6 anos	1,12	313,60	360,64	407,68
8 - 7 anos	1,14	319,20	367,08	414,96
9 - 8 anos	1,16	324,80	373,52	422,24
10 - 9 anos	1,18	330,40	379,96	429,52
11 - 10 anos	1,20	336,00	386,40	436,80
12 - 11 anos	1,22	341,60	392,84	444,08
13 - 12 anos	1,24	347,20	399,28	451,36
14 - 13 anos	1,26	352,80	405,72	458,64
15 - 14 anos	1,28	358,40	412,16	465,92
16 - 15 anos	1,30	364,00	418,60	473,20
17 - 16 anos	1,32	369,60	425,04	480,48
18 - 17 anos	1,34	375,20	431,48	487,76
19 - 18 anos	1,36	380,80	437,92	495,04
20 - 19 anos	1,38	386,40	444,36	502,32
21 - 20 anos	1,40	392,00	450,80	509,60
22 - 21 anos	1,42	397,60	457,24	516,88
23 - 22 anos	1,44	403,20	463,68	524,16
24 - 23 anos	1,46	408,80	470,12	531,44
25 - 24 anos	1,48	414,40	476,56	538,72
26 - 25 anos	1,50	420,00	483,00	546,00
27 - 26 anos	1,52	425,60	489,44	553,28
28 - 27 anos	1,54	431,20	495,88	560,56
29 - 28 anos	1,56	436,80	502,32	567,84
30 - 29 anos	1,58	442,40	508,76	575,12
31 - 30 anos	1,60	448,00	515,20	582,40
32 - 31 anos	1,62	453,60	521,64	589,68
33 - 32 anos	1,64	459,20	528,08	596,96
34 - 33 amos	1,66	464,80	534,52	604,24
35 - 34 anos	1,68	470,40	540,96	611,52

ANEXO III
(TABELA 40 HORAS)
AGENTE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
(Redação dada pela Lei Complementar nº 44, de 29 de maio de 2005)

Nível	Percentual	Classe – A – 1,00	Classe – B – 1,15	Classe – C – 1,30
1 – 0 ano	1,00	300,00	345,00	390,00
2 – 1 ano	1,02	306,00	351,90	397,80
3 – 2 anos	1,04	312,00	358,80	405,60

4 – 3 anos	10,6	318,00	365,70	413,40
5 – 4 anos	1,08	324,00	372,60	421,20
6 – 5 anos	1,10	330,00	379,50	429,00
7 – 6 anos	1,12	336,00	386,40	436,80
8 – 7 anos	1,14	342,00	393,30	444,60
9 – 8 anos	1,16	348,00	420,00	452,40
10 – 9 anos	1,18	354,00	407,10	460,20
11 – 10 anos	1,20	360,00	414,00	468,00
12 – 11 anos	1,22	366,00	420,90	475,80
13 – 12 anos	1,24	372,00	427,80	483,60
14 – 13 anos	1,26	378,00	434,70	491,40
15 – 14 anos	1,28	384,00	441,60	499,20
16 – 14 anos	1,30	390,00	448,50	507,00
17 – 16 anos	1.32	396,00	455,40	514,80
18 – 17 anos	1,34	402,00	462,30	522,60
19 – 18 anos	1,36	408,00	469,20	530,40
20 – 19 anos	1,38	414,00	476,10	538,20
21 – 20 anos	1,40	420,00	483,00	546,00
22 – 21 anos	1,42	426,00	489,90	553,80
23 – 21 anos	1,44	432,00	496,80	561,60
24 – 23 anos	1,46	438,00	503,70	569,40
25 – 24 anos	1,48	444,00	510,60	577,20
26 – 25 anos	1,50	450,00	517,50	585,00
27 – 26 anos	1,52	456,00	524,40	592,80
28 – 27 anos	1,54	462,00	531,30	600,60
29 – 28 anos	1,56	468,00	538,20	608,40
30 – 29 anos	1,58	474,00	545,10	616,20
31 – 30 anos	1,60	480,00	552,00	624,00
32 – 31 anos	1,62	486,00	558,90	631,80
33 – 32 anos	1,64	492,00	565,80	639,60
34 – 33 anos	1,66	498,00	572,70	647,40
35 – 34 anos	1,68	504,00	579,60	655,20

ANEXO III
(TABELA 40 HORAS)
AGENTE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
(Redação dada pela Lei Complementar nº 47, de 4 de maio de 2006)

Nível	Percentual	Classe – A – 1,00	Classe – B – 1,15	Classe – C – 1,30
1 – 0 ano	1,00	350,00	402,50	455,00
2 – 1 ano	1,02	357,00	410,55	464,10
3 – 2 anos	1,04	364,00	418,80	473,20
4 – 3 anos	10,6	371,00	426,65	482,30
5 – 4 anos	1,08	375,00	434,70	491,40
6 – 5 anos	1,10	385,00	442,75	500,50
7 – 6 anos	1,12	392,00	450,80	509,60
8 – 7 anos	1,14	399,00	458,85	518,70
9 – 8 anos	1,16	406,00	466,90	527,80
10 – 9 anos	1,18	413,00	474,95	536,90
11 – 10 anos	1,20	420,00	483,00	546,00
12 – 11 anos	1,22	427,00	491,05	555,10
13 – 12 anos	1,24	434,00	499,10	564,20
14 – 13 anos	1,26	441,00	507,15	573,30
15 – 14 anos	1,28	448,00	515,20	582,40
16 – 14 anos	1,30	455,00	523,25	591,50
17 – 16 anos	1.32	462,00	531,30	600,60
18 – 17 anos	1,34	469,00	539,35	609,70
19 – 18 anos	1,36	476,00	574,40	618,80
20 – 19 anos	1,38	483,00	555,45	627,90
21 – 20 anos	1,40	490,00	563,50	637,00
22 – 21 anos	1,42	497,00	571,55	646,10
23 – 21 anos	1,44	504,00	579,60	655,20
24 – 23 anos	1,46	511,00	587,65	664,30
25 – 24 anos	1,48	518,00	595,70	673,40
26 – 25 anos	1,50	525,00	603,75	682,50
27 – 26 anos	1,52	532,00	611,80	691,60
28 – 27 anos	1,54	539,00	619,85	700,70
29 – 28 anos	1,56	546,00	627,90	709,80
30 – 29 anos	1,58	553,00	635,95	718,90
31 – 30 anos	1,60	560,00	644,00	738,00
32 – 31 anos	1,62	567,00	652,05	737,10
33 – 32 anos	1,64	574,00	660,10	746,20
34 – 33 anos	1,66	581,00	668,15	755,30
35 – 34 anos	1,68	588,00	676,20	764,40

ANEXO III
(TABELA 40 HORAS)
AGENTE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
(Redação dada pelo Decreto nº 34, de 24 de abril de 2007, que concedeu reajuste salarial de 10% (dez por cento), reconhecido pela Lei Complementar nº 68, de 8 de novembro de 2011)

Nível	Percentual	Classe – A – 1,00	Classe – B – 1,15	Classe – C – 1,30
1 – 0 ano	1,00	385,00	442,75	500,50
2 – 1 ano	1,02	392,70	451,61	510,51
3 – 2 anos	1,04	400,40	460,46	520,52
4 – 3 anos	1,06	408,10	469,32	530,53
5 – 4 anos	1,08	415,80	478,17	540,54
6 – 5 anos	1,10	423,50	487,03	550,55
7 – 6 anos	1,12	431,20	495,88	560,56
8 – 7 anos	1,14	438,90	504,74	570,57
9 – 8 anos	1,16	446,60	513,59	580,58
10 – 9 anos	1,18	454,30	522,45	590,59
11 – 10 anos	1,20	462,00	531,30	600,60
12 – 11 anos	1,22	469,70	540,16	610,61

13 - 12 anos	1,24	477,40	549,01	620,62
14 - 13 anos	1,26	485,10	557,87	630,63
15 - 14 anos	1,28	492,80	566,72	640,64
16 - 15 anos	1,30	500,50	575,58	650,65
17 - 16 anos	1.32	508,20	584,43	660,66
18 - 17 anos	1,34	515,90	593,29	670,67
19 - 18 anos	1,36	523,60	602,14	680,68
20 - 19 anos	1,38	531,30	611,00	690,69
21 - 20 anos	1,40	539,00	619,85	700,70
22 - 21 anos	1,42	546,70	628,71	710,71
23 - 22 anos	1,44	554,40	637,56	720,72
24 - 23 anos	1,46	562,10	646,42	730,73
25 - 24 anos	1,48	569,80	655,27	740,74
26 - 25 anos	1,50	577,50	664,13	750,75
27 - 26 anos	1,52	585,20	672,98	760,76
28 - 27 anos	1,54	592,90	681,84	770,77
29 - 28 anos	1,56	600,60	690,69	780,78
30 - 29 anos	1,58	608,30	699,55	790,79
31 - 30 anos	1,60	616,00	708,40	800,80
32 - 31 anos	1,62	623,70	717,26	810,81
33 - 32 anos	1,64	631,40	726,11	820,82
34 - 33 anos	1,66	639,10	734,97	830,83
35 - 34 anos	1,68	646,80	743,82	840,84

ANEXO III

(TABELA 40 HORAS)

AGENTE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

(Valores alterados pela Lei Complementar nº 73, de 4 de abril de 2012, que concedeu reajuste de 50,92%, relativo à variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), no período de 01/01/2004 a 31/12/2011. Este índice de 50,92% é aplicado sobre a tabela original da Lei 35/2003, e agrega os reajustes concedidos pelas Leis Complementares nºs 44/2005, 47/2006 e 68/2011).

Nível	Percentual	Classe – A - 1,00	Classe - B – 1,15	Classe - C – 1,30
1 - 0 ano	1,00	422,58	485,96	549,35
2 - 1 ano	1,02	431,03	495,68	560,34
3 - 2 anos	1,04	439,48	505,40	571,32
4 - 3 anos	1,06	447,93	515,12	582,31
5 - 4 anos	1,08	456,38	524,84	593,30
6 - 5 anos	1,10	464,83	534,56	604,28
7 - 6 anos	1,12	473,29	544,28	615,27
8 - 7 anos	1,14	481,74	554,00	626,26
9 - 8 anos	1,16	490,19	563,72	637,24
10 - 9 anos	1,18	498,64	573,44	648,23
11 - 10 anos	1,20	507,09	583,15	659,22
12 - 11 anos	1,22	515,54	592,87	670,21
13 - 12 anos	1,24	523,99	602,59	681,19
14 - 13 anos	1,26	532,45	612,31	692,18
15 - 14 anos	1,28	540,90	622,03	703,17
16 - 15 anos	1,30	549,35	631,75	714,15
17 - 16 anos	1,32	557,80	641,47	725,14
18 - 17 anos	1,34	566,25	651,19	736,13
19 - 18 anos	1,36	574,70	660,91	747,11
20 - 19 anos	1,38	583,15	670,63	758,10
21 - 20 anos	1,40	591,61	680,35	769,09
22 - 21 anos	1,42	600,06	690,07	780,08
23 - 22 anos	1,44	608,51	699,79	791,06
24 - 23 anos	1,46	616,96	709,51	802,05
25 - 24 anos	1,48	625,41	719,22	813,04
26 - 25 anos	1,50	633,86	728,94	824,02
27 - 26 anos	1,52	642,32	738,66	835,01
28 - 27 anos	1,54	650,77	748,38	846,00
29 - 28 anos	1,56	659,22	758,10	856,98
30 - 29 anos	1,58	667,67	767,82	867,97
31 - 30 anos	1,60	676,12	777,54	878,96
32 - 31 anos	1,62	684,57	787,26	889,95
33 - 32 anos	1,64	693,02	796,98	900,93
34 - 33 amos	1,66	701,48	806,70	911,92
35 - 34 anos	1,68	709,93	816,42	922,91

ANEXO III

(TABELA 40 HORAS)

AGENTE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

VALORES ALTERADOS PELA LEI COMPLEMENTAR Nº 78, DE 19 DE AGOSTO DE 2013, QUE CONCEDEU REAJUSTE DE 6,17%, RELATIVO À VARIAÇÃO DO INPC NO PERÍODO DE 01/01/2012 A 31/12/2012.

Nível	Percentual	Classe – A - 1,00	Classe - B – 1,15	Classe - C – 1,30
1 - 0 ano	1,00	448,65	515,95	583,25
2 - 1 ano	1,02	457,62	526,27	594,91
3 - 2 anos	1,04	466,59	536,59	606,57
4 - 3 anos	1,06	475,57	546,90	618,24
5 - 4 anos	1,08	484,54	557,22	629,90
6 - 5 anos	1,10	493,51	567,54	641,57
7 - 6 anos	1,12	502,49	577,86	653,23
8 - 7 anos	1,14	511,46	588,18	664,90
9 - 8 anos	1,16	520,43	598,50	676,56
10 - 9 anos	1,18	529,41	608,82	688,23
11 - 10 anos	1,20	538,38	619,14	699,89
12 - 11 anos	1,22	547,35	629,46	711,56
13 - 12 anos	1,24	556,32	639,77	723,22
14 - 13 anos	1,26	565,30	650,09	734,89
15 - 14 anos	1,28	574,27	660,41	746,55
16 - 15 anos	1,30	583,24	670,73	758,22
17 - 16 anos	1,32	592,22	681,05	769,88
18 - 17 anos	1,34	601,19	691,37	781,55

~~19 - 18 anos~~	~~1,36~~	~~610,16~~	~~701,69~~	~~793,21~~
~~20 - 19 anos~~	~~1,38~~	~~619,14~~	~~712,01~~	~~804,88~~
~~21 - 20 anos~~	~~1,40~~	~~628,11~~	~~722,33~~	~~816,54~~
~~22 - 21 anos~~	~~1,42~~	~~637,08~~	~~732,65~~	~~828,21~~
~~23 - 22 anos~~	~~1,44~~	~~646,05~~	~~742,96~~	~~839,87~~
~~24 - 23 anos~~	~~1,46~~	~~655,03~~	~~753,28~~	~~851,54~~
~~25 - 24 anos~~	~~1,48~~	~~664,00~~	~~763,60~~	~~863,20~~
~~26 - 25 anos~~	~~1,50~~	~~672,97~~	~~773,92~~	~~874,87~~
~~27 - 26 anos~~	~~1,52~~	~~681,95~~	~~784,24~~	~~886,53~~
~~28 - 27 anos~~	~~1,54~~	~~690,92~~	~~794,56~~	~~898,20~~
~~29 - 28 anos~~	~~1,56~~	~~699,89~~	~~804,88~~	~~909,86~~
~~30 - 29 anos~~	~~1,58~~	~~708,87~~	~~815,20~~	~~921,53~~
~~31 - 30 anos~~	~~1,60~~	~~717,84~~	~~825,52~~	~~933,19~~
~~32 - 31 anos~~	~~1,62~~	~~726,81~~	~~835,83~~	~~944,86~~
~~33 - 32 anos~~	~~1,64~~	~~735,78~~	~~846,15~~	~~956,52~~
~~34 - 33 amos~~	~~1,66~~	~~744,76~~	~~856,47~~	~~968,19~~
~~35 - 34 anos~~	~~1,68~~	~~753,73~~	~~866,79~~	~~979,85~~

Lei Complementar nº 35/2003 - ANEXO III - AGENTE DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA - TABELA 40 HORAS

VALORES ALTERADOS PELO ANEXO I DA LEI COMPLEMENTAR Nº 84, DE 24 DE JUNHO DE 2014, QUE CONCEDEU REAJUSTE DE 8,62%, RELATIVO À VARIAÇÃO DO INPC NO PERÍODO DE 01/01/2013 A 30/04/2014, COM EFEITOS FINANCEIROS RETROATIVOS A 01/05/2014.

Graus de Formação →		Ensino Fundamental Incompleto	Ensino Médio Completo	Ensino Médio Completo + 120 Horas de Cursos na Área de Atuação
Nível	**Percentual**	**Classe – A - 1,00**	**Classe - B - 1,15**	**Classe - C - 1,30**
1 - 0 ano	1,00	487,32	560,42	633,52
2 - 1 ano	1,02	497,07	571,63	646,19
3 - 2 anos	1,04	506,81	582,83	658,86
4 - 3 anos	1,06	516,56	594,04	671,53
5 - 4 anos	1,08	526,31	605,25	684,20
6 - 5 anos	1,10	536,05	616,46	696,87
7 - 6 anos	1,12	545,80	627,67	709,54
8 - 7 anos	1,14	555,54	638,88	722,21
9 - 8 anos	1,16	565,29	650,08	734,88
10 - 9 anos	1,18	575,04	661,29	747,55
11 - 10 anos	1,20	584,78	672,50	760,22
12 - 11 anos	1,22	594,53	683,71	772,89
13 - 12 anos	1,24	604,28	694,92	785,56
14 - 13 anos	1,26	614,02	706,13	798,23
15 - 14 anos	1,28	623,77	717,34	810,90
16 - 15 anos	1,30	633,52	728,54	823,57
17 - 16 anos	1,32	643,26	739,75	836,24
18 - 17 anos	1,34	653,01	750,96	848,91
19 - 18 anos	1,36	662,76	762,17	861,58
20 - 19 anos	1,38	672,50	773,38	874,25
21 - 20 anos	1,40	682,25	784,59	886,92
22 - 21 anos	1,42	691,99	795,79	899,59
23 - 22 anos	1,44	701,74	807,00	912,26
24 - 23 anos	1,46	711,49	818,21	924,93
25 - 24 anos	1,48	721,23	829,42	937,60
26 - 25 anos	1,50	730,98	840,63	950,27
27 - 26 anos	1,52	740,73	851,84	962,94
28 - 27 anos	1,54	750,47	863,04	975,61
29 - 28 anos	1,56	760,22	874,25	988,28
30 - 29 anos	1,58	769,97	885,46	1.000,96
31 - 30 anos	1,60	779,71	896,67	1.013,63
32 - 31 anos	1,62	789,46	907,88	1.026,30
33 - 32 anos	1,64	799,20	919,09	1.038,97
34 - 33 amos	1,66	808,95	930,29	1.051,64
35 - 34 anos	1,68	818,70	941,50	1.064,31

~~ANEXO IV~~
~~(TABELA 40 HORAS)~~
~~AGENTE AUXILIAR SERVIÇOS~~

~~Nível~~	**~~Percentual~~**	**~~Classe - A - 1,00~~**	**~~Classe - B - 1,15~~**	**~~Classe - C - 1,30~~**
~~1 - 0 ano~~	~~1,00~~	~~400,00~~	~~460,00~~	~~520,00~~
~~2 - 1 ano~~	~~1,02~~	~~408,00~~	~~469,20~~	~~530,40~~
~~3 - 2 anos~~	~~1,04~~	~~416,00~~	~~478,40~~	~~540,80~~
~~4 - 3 anos~~	~~1,06~~	~~424,00~~	~~487,60~~	~~551,20~~
~~5 - 4 anos~~	~~1,08~~	~~432,00~~	~~496,80~~	~~561,60~~
~~6 - 5 anos~~	~~1,10~~	~~440,00~~	~~506,00~~	~~572,00~~
~~7 - 6 anos~~	~~1,12~~	~~448,00~~	~~515,20~~	~~582,40~~
~~8 - 7 anos~~	~~1,14~~	~~456,00~~	~~524,40~~	~~592,80~~
~~9 - 8 anos~~	~~1,16~~	~~464,00~~	~~533,60~~	~~603,20~~
~~10 - 9 anos~~	~~1,18~~	~~472,00~~	~~542,80~~	~~613,60~~
~~11 - 10 anos~~	~~1,20~~	~~480,00~~	~~552,00~~	~~624,00~~
~~12 - 11 anos~~	~~1,22~~	~~488,00~~	~~561,20~~	~~634,40~~
~~13 - 12 anos~~	~~1,24~~	~~496,00~~	~~570,40~~	~~644,80~~
~~14 - 13 anos~~	~~1,26~~	~~504,00~~	~~579,60~~	~~655,20~~
~~15 - 14 anos~~	~~1,28~~	~~512,00~~	~~588,80~~	~~665,60~~
~~16 - 15 anos~~	~~1,30~~	~~520,00~~	~~598,00~~	~~676,00~~
~~17 - 16 anos~~	~~1,32~~	~~528,00~~	~~607,20~~	~~686,40~~
~~18 - 17 anos~~	~~1,34~~	~~536,00~~	~~616,40~~	~~696,80~~
~~19 - 18 anos~~	~~1,36~~	~~544,00~~	~~625,60~~	~~707,20~~
~~20 - 19 anos~~	~~1,38~~	~~552,00~~	~~634,80~~	~~717,60~~
~~21 - 20 anos~~	~~1,40~~	~~560,00~~	~~644,00~~	~~728,00~~
~~22 - 21 anos~~	~~1,42~~	~~568,00~~	~~653,20~~	~~738,40~~
~~23 - 22 anos~~	~~1,44~~	~~576,00~~	~~662,40~~	~~748,80~~
~~24 - 23 anos~~	~~1,46~~	~~584,00~~	~~671,60~~	~~759,20~~
~~25 - 24 anos~~	~~1,48~~	~~592,00~~	~~680,80~~	~~769,60~~

26 - 25 anos	1,50	600,00	690,00	780,00
27 - 26 anos	1,52	608,00	699,20	790,40
28 - 27 anos	1,54	616,00	708,40	800,80
29 - 28 anos	1,56	624,00	717,60	811,20
30 - 29 anos	1,58	632,00	726,80	821,60
31 - 30 anos	1,60	640,00	736,00	832,00
32 - 31 anos	1,62	648,00	745,20	842,40
33 - 32 anos	1,64	656,00	754,40	852,80
34 - 33 anos	1,66	664,00	763,60	863,20
35 - 34 anos	1,68	672,00	772,80	873,60

ANEXO IV
(TABELA 40 HORAS)
AGENTE AUXILIAR SERVIÇOS
(Redação dada pelo Decreto nº 34, de 24 de abril de 2007, que concedeu reajuste salarial de 10% (dez por cento), reconhecido pela Lei Complementar nº 68, de 8 de novembro de 2011)

Nível	Percentual	Classe - A - 1,00	Classe - B - 1,15	Classe - C - 1,30
1 - 0 ano	1,00	440,00	506,00	572,00
2 - 1 ano	1,02	448,80	516,12	583,44
3 - 2 anos	1,04	457,60	526,24	594,88
4 - 3 anos	1,06	466,40	536,36	606,32
5 - 4 anos	1,08	475,20	546,48	617,76
6 - 5 anos	1,10	484,00	556,60	629,20
7 - 6 anos	1,12	492,80	566,72	640,64
8 - 7 anos	1,14	501,60	576,84	652,08
9 - 8 anos	1,16	510,40	586,96	663,52
10 - 9 anos	1,18	519,20	597,08	674,96
11 - 10 anos	1,20	528,00	607,20	686,40
12 - 11 anos	1,22	536,80	617,32	697,84
13 - 12 anos	1,24	545,60	627,44	709,28
14 - 13 anos	1,26	554,40	637,56	720,72
15 - 14 anos	1,28	563,20	647,68	732,16
16 - 15 anos	1,30	572,00	657,80	743,60
17 - 16 anos	1,32	580,80	667,92	755,04
18 - 17 anos	1,34	589,60	678,04	766,48
19 - 18 anos	1,36	598,40	688,16	777,92
20 - 19 anos	1,38	607,20	698,28	789,36
21 - 20 anos	1,40	616,00	708,40	800,80
22 - 21 anos	1,42	624,80	718,52	812,24
23 - 22 anos	1,44	633,60	728,64	823,68
24 - 23 anos	1,46	642,40	738,76	835,12
25 - 24 anos	1,48	651,20	748,88	846,56
26 - 25 anos	1,50	660,00	759,00	858,00
27 - 26 anos	1,52	668,80	769,12	869,44
28 - 27 anos	1,54	677,60	779,24	880,88
29 - 28 anos	1,56	686,40	789,36	892,32
30 - 29 anos	1,58	695,20	799,48	903,76
31 - 30 anos	1,60	704,00	809,60	915,20
32 - 31 anos	1,62	712,80	819,72	926,64
33 - 32 anos	1,64	721,60	829,84	938,08
34 - 33 anos	1,66	730,40	839,96	949,52
35 - 34 anos	1,68	739,20	850,08	960,96

ANEXO IV
(TABELA 40 HORAS)
AGENTE AUXILIAR SERVIÇOS
(Valores alterados pela Lei Complementar nº 73, de 4 de abril de 2012, que concedeu reajuste de 50,92%, relativo à variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), no período de 01/01/2004 a 31/12/2011. Este índice de 50,92% é aplicado sobre a tabela original da Lei 35/2003, e agrega o reajuste concedido pela Lei Complementar nº 68/2011).

Nível	Percentual	Classe - A - 1,00	Classe - B - 1,15	Classe - C - 1,30
1 - 0 ano	1,00	603,68	694,23	784,78
2 - 1 ano	1,02	615,75	708,12	800,48
3 - 2 anos	1,04	627,83	722,00	816,18
4 - 3 anos	1,06	639,90	735,89	831,87
5 - 4 anos	1,08	651,97	749,77	847,57
6 - 5 anos	1,10	664,05	763,66	863,26
7 - 6 anos	1,12	676,12	777,54	878,96
8 - 7 anos	1,14	688,20	791,42	894,65
9 - 8 anos	1,16	700,27	805,31	910,35
10 - 9 anos	1,18	712,34	819,19	926,05
11 - 10 anos	1,20	724,42	833,08	941,74
12 - 11 anos	1,22	736,49	846,96	957,44
13 - 12 anos	1,24	748,56	860,85	973,13
14 - 13 anos	1,26	760,64	874,73	988,83
15 - 14 anos	1,28	772,71	888,62	1.004,52
16 - 15 anos	1,30	784,78	902,50	1.020,22
17 - 16 anos	1,32	796,86	916,39	1.035,91
18 - 17 anos	1,34	808,93	930,27	1.051,61
19 - 18 anos	1,36	821,00	944,16	1.067,31
20 - 19 anos	1,38	833,08	958,04	1.083,00
21 - 20 anos	1,40	845,15	971,92	1.098,70
22 - 21 anos	1,42	857,23	985,81	1.114,39
23 - 22 anos	1,44	869,30	999,69	1.130,09
24 - 23 anos	1,46	881,37	1.013,58	1.145,78
25 - 24 anos	1,48	893,45	1.027,46	1.161,48
26 - 25 anos	1,50	905,52	1.041,35	1.177,18
27 - 26 anos	1,52	917,59	1.055,23	1.192,87
28 - 27 anos	1,54	929,67	1.069,12	1.208,57
29 - 28 anos	1,56	941,74	1.083,00	1.224,26
30 - 29 anos	1,58	953,81	1.096,89	1.239,96
31 - 30 anos	1,60	965,89	1.110,77	1.255,65
32 - 31 anos	1,62	977,96	1.124,66	1.271,35

33 - 32 anos	1,64	990,04	1.138,54	1.287,05
34 - 33 anos	1,66	1.002,11	1.152,43	1.302,74
35 - 34 anos	1,68	1.014,18	1.166,31	1.318,44

ANEXO IV				
(TABELA 40 HORAS)				
AGENTE AUXILIAR SERVIÇOS				
VALORES ALTERADOS PELA LEI COMPLEMENTAR Nº 78, DE 19 DE AGOSTO DE 2013, QUE CONCEDEU REAJUSTE DE 6,17%, RELATIVO À VARIAÇÃO DO INPC NO PERÍODO DE 01/01/2012 A 31/12/2012.				
Nível	Percentual	Classe - A - 1,00	Classe - B - 1,15	Classe - C - 1,30
1 - 0 ano	1,00	640,93	737,07	833,21
2 - 1 ano	1,02	653,75	751,81	849,87
3 - 2 anos	1,04	666,57	766,55	866,54
4 - 3 anos	1,06	679,39	781,29	883,20
5 - 4 anos	1,08	692,20	796,04	899,87
6 - 5 anos	1,10	705,02	810,78	916,53
7 - 6 anos	1,12	717,84	825,52	933,19
8 - 7 anos	1,14	730,66	840,26	949,86
9 - 8 anos	1,16	743,48	855,00	966,52
10 - 9 anos	1,18	756,30	869,74	983,19
11 - 10 anos	1,20	769,12	884,48	999,85
12 - 11 anos	1,22	781,93	899,22	1.016,51
13 - 12 anos	1,24	794,75	913,97	1.033,18
14 - 13 anos	1,26	807,57	928,71	1.049,84
15 - 14 anos	1,28	820,39	943,45	1.066,51
16 - 15 anos	1,30	833,21	958,19	1.083,17
17 - 16 anos	1,32	846,03	972,93	1.099,84
18 - 17 anos	1,34	858,85	987,67	1.116,50
19 - 18 anos	1,36	871,66	1.002,41	1.133,16
20 - 19 anos	1,38	884,48	1.017,16	1.149,83
21 - 20 anos	1,40	897,30	1.031,90	1.166,49
22 - 21 anos	1,42	910,12	1.046,64	1.183,16
23 - 22 anos	1,44	922,94	1.061,38	1.199,82
24 - 23 anos	1,46	935,76	1.076,12	1.216,49
25 - 24 anos	1,48	948,58	1.090,86	1.233,15
26 - 25 anos	1,50	961,40	1.105,60	1.249,81
27 - 26 anos	1,52	974,21	1.120,35	1.266,48
28 - 27 anos	1,54	987,03	1.135,09	1.283,14
29 - 28 anos	1,56	999,85	1.149,83	1.299,81
30 - 29 anos	1,58	1.012,67	1.164,57	1.316,47
31 - 30 anos	1,60	1.025,49	1.179,31	1.333,13
32 - 31 anos	1,62	1.038,31	1.194,05	1.349,80
33 - 32 anos	1,64	1.051,13	1.208,79	1.366,46
34 - 33 anos	1,66	1.063,94	1.223,54	1.383,13
35 - 34 anos	1,68	1.076,76	1.238,28	1.399,79

Lei Complementar nº 35/2003 - ANEXO IV - AGENTE AUXILIAR DE SERVIÇOS - TABELA 40 HORAS				
VALORES ALTERADOS PELO ANEXO II DA LEI COMPLEMENTAR Nº 84, DE 24 DE JUNHO DE 2014, QUE CONCEDEU REAJUSTE DE 8,62%, RELATIVO À VARIAÇÃO DO INPC NO PERÍODO DE 01/01/2013 A 30/04/2014, COM EFEITOS FINANCEIROS RETROATIVOS A 01/05/2014.				
Graus de Formação →		Ensino Fundamental Completo	Ensino Médio Completo + 120 Horas de Cursos na Área de Atuação	Ensino Superior Completo na Área de Atuação, com Registro no Conselho de Classe
Nível	Percentual	Classe – A - 1,00	Classe - B - 1,15	Classe - C - 1,30
1 - 0 ano	1,00	696,18	800,61	905,03
2 - 1 ano	1,02	710,10	816,62	923,13
3 - 2 anos	1,04	724,03	832,63	941,24
4 - 3 anos	1,06	737,95	848,64	959,34
5 - 4 anos	1,08	751,87	864,66	977,44
6 - 5 anos	1,10	765,80	880,67	995,54
7 - 6 anos	1,12	779,72	896,68	1.013,64
8 - 7 anos	1,14	793,64	912,69	1.031,74
9 - 8 anos	1,16	807,57	928,70	1.049,84
10 - 9 anos	1,18	821,49	944,72	1.067,94
11 - 10 anos	1,20	835,41	960,73	1.086,04
12 - 11 anos	1,22	849,34	976,74	1.104,14
13 - 12 anos	1,24	863,26	992,75	1.122,24
14 - 13 anos	1,26	877,18	1.008,76	1.140,34
15 - 14 anos	1,28	891,11	1.024,78	1.158,44
16 - 15 anos	1,30	905,03	1.040,79	1.176,54
17 - 16 anos	1,32	918,96	1.056,80	1.194,64
18 - 17 anos	1,34	932,88	1.072,81	1.212,75
19 - 18 anos	1,36	946,80	1.088,83	1.230,85
20 - 19 anos	1,38	960,73	1.104,84	1.248,95
21 - 20 anos	1,40	974,65	1.120,85	1.267,05
22 - 21 anos	1,42	988,57	1.136,86	1.285,15
23 - 22 anos	1,44	1.002,50	1.152,87	1.303,25
24 - 23 anos	1,46	1.016,42	1.168,89	1.321,35
25 - 24 anos	1,48	1.030,34	1.184,90	1.339,45
26 - 25 anos	1,50	1.044,27	1.200,91	1.357,55
27 - 26 anos	1,52	1.058,19	1.216,92	1.375,65
28 - 27 anos	1,54	1.072,11	1.232,93	1.393,75
29 - 28 anos	1,56	1.086,04	1.248,95	1.411,85
30 - 29 anos	1,58	1.099,96	1.264,96	1.429,95
31 - 30 anos	1,60	1.113,89	1.280,97	1.448,05
32 - 31 anos	1,62	1.127,81	1.296,98	1.466,16
33 - 32 anos	1,64	1.141,73	1.313,00	1.484,26
34 - 33 anos	1,66	1.155,66	1.329,01	1.502,36
35 - 34 anos	1,68	1.169,58	1.345,02	1.520,46

ANEXO V
(TABELA 40 HORAS)
AGENTE AUXILIAR SERVIÇOS – I

Nível	Percentual	Classe - A - 1,00	Classe - B - 1,15	Classe - C - 1,30
1 - 0 ano	1,00	560,00	644,00	728,00
2 - 1 ano	1,02	571,20	656,88	742,56
3 - 2 anos	1,04	582,40	669,76	757,12
4 - 3 anos	1,06	593,60	682,64	771,68
5 - 4 anos	1,08	604,80	695,52	786,24
6 - 5 anos	1,10	616,00	708,40	800,80
7 - 6 anos	1,12	627,20	721,28	815,36
8 - 7 anos	1,14	638,40	734,16	829,92
9 - 8 anos	1,16	649,60	747,04	844,48
10 - 9 anos	1,18	660,80	759,92	859,04
11 - 10 anos	1,20	672,00	772,80	873,60
12 - 11 anos	1,22	683,20	785,68	888,16
13 - 12 anos	1,24	694,40	798,56	902,72
14 - 13 anos	1,26	705,60	811,44	917,28
15 - 14 anos	1,28	716,80	824,32	931,84
16 - 15 anos	1,30	728,00	837,20	946,40
17 - 16 anos	1,32	739,20	850,08	960,96
18 - 17 anos	1,34	750,40	862,96	975,52
19 - 18 anos	1,36	761,60	875,84	990,08
20 - 19 anos	1,38	772,80	888,72	1.004,64
21 - 20 anos	1,40	784,00	901,60	1.019,20
22 - 21 anos	1,42	795,20	914,48	1.033,76
23 - 22 anos	1,44	806,40	927,36	1.048,32
24 - 23 anos	1,46	817,60	940,24	1.062,88
25 - 24 anos	1,48	828,80	953,12	1.077,44
26 - 25 anos	1,50	840,00	966,00	1.092,00
27 - 26 anos	1,52	851,20	978,88	1.106,56
28 - 27 anos	1,54	862,40	991,76	1.121,12
29 - 28 anos	1,56	873,60	1.004,64	1.135,68
30 - 29 anos	1,58	884,80	1.017,52	1.150,24
31 - 30 anos	1,60	896,00	1.030,40	1.164,80
32 - 31 anos	1,62	907,20	1.043,28	1.179,36
33 - 32 anos	1,64	918,40	1.056,16	1.193,92
34 - 33 anos	1,66	929,60	1.069,04	1.208,48
35 - 34 anos	1,68	940,80	1.081,92	1.223,04

ANEXO V
(TABELA 40 HORAS)
AGENTE AUXILIAR SERVIÇOS – I
(Alteração dada pelo Decreto nº 34, de 24 de abril de 2007, que concedeu reajuste salarial de 10% (dez por cento), reconhecido pela Lei Complementar nº 68, de 8 de novembro de 2011)

Nível	Percentual	Classe - A - 1,00	Classe - B - 1,15	Classe - C - 1,30
1 - 0 ano	1,00	616,00	708,40	800,80
2 - 1 ano	1,02	628,32	722,57	816,82
3 - 2 anos	1,04	640,64	736,74	832,83
4 - 3 anos	1,06	652,96	750,90	848,85
5 - 4 anos	1,08	665,28	765,07	864,86
6 - 5 anos	1,10	677,60	779,24	880,88
7 - 6 anos	1,12	689,92	793,41	896,90
8 - 7 anos	1,14	702,24	807,58	912,91
9 - 8 anos	1,16	714,56	821,74	928,93
10 - 9 anos	1,18	726,88	835,91	944,94
11 - 10 anos	1,20	739,20	850,08	960,96
12 - 11 anos	1,22	751,52	864,25	976,98
13 - 12 anos	1,24	763,84	878,42	992,99
14 - 13 anos	1,26	776,16	892,58	1.009,01
15 - 14 anos	1,28	788,48	906,75	1.025,02
16 - 15 anos	1,30	800,80	920,92	1.041,04
17 - 16 anos	1,32	813,12	935,09	1.057,06
18 - 17 anos	1,34	825,44	949,26	1.073,07
19 - 18 anos	1,36	837,76	963,42	1.089,09
20 - 19 anos	1,38	850,08	977,59	1.105,10
21 - 20 anos	1,40	862,40	991,76	1.121,12
22 - 21 anos	1,42	874,72	1.005,93	1.137,14
23 - 22 anos	1,44	887,04	1.020,10	1.153,15
24 - 23 anos	1,46	899,36	1.034,26	1.169,17
25 - 24 anos	1,48	911,68	1.048,43	1.185,18
26 - 25 anos	1,50	924,00	1.062,60	1.201,20
27 - 26 anos	1,52	936,32	1.076,77	1.217,22
28 - 27 anos	1,54	948,64	1.090,94	1.233,23
29 - 28 anos	1,56	960,96	1.105,10	1.249,25
30 - 29 anos	1,58	973,28	1.119,27	1.265,26
31 - 30 anos	1,60	985,60	1.133,44	1.281,28
32 - 31 anos	1,62	997,92	1.147,61	1.297,30
33 - 32 anos	1,64	1.010,24	1.161,78	1.313,31
34 - 33 anos	1,66	1.022,56	1.175,94	1.329,33
35 - 34 anos	1,68	1.034,88	1.190,11	1.345,34

ANEXO V
(TABELA 40 HORAS)
AGENTE AUXILIAR SERVIÇOS – I
(Valores alterados pela Lei Complementar nº 73, de 4 de abril de 2012, que concedeu reajuste de 50,92%, relativo à variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), no período de 01/01/2004 a 31/12/2011. Este índice de 50,92% é aplicado sobre a tabela original da Lei 35/2003, e agrega o reajuste concedido pela Lei Complementar nº 68/2011).

Nível	Percentual	Classe - A - 1,00	Classe - B - 1,15	Classe - C - 1,30
1 - 0 ano	1,00	845,15	971,92	1.098,70
2 - 1 ano	1,02	862,06	991,36	1.120,67
3 - 2 anos	1,04	878,96	1.010,80	1.142,65

4 - 3 anos	1,06	895,86	1.030,24	1.164,62
5 - 4 anos	1,08	912,76	1.049,68	1.186,59
6 - 5 anos	1,10	929,67	1.069,12	1.208,57
7 - 6 anos	1,12	946,57	1.088,56	1.230,54
8 - 7 anos	1,14	963,47	1.107,99	1.252,52
9 - 8 anos	1,16	980,38	1.127,43	1.274,49
10 - 9 anos	1,18	997,28	1.146,87	1.296,46
11 - 10 anos	1,20	1.014,18	1.166,31	1.318,44
12 - 11 anos	1,22	1.031,09	1.185,75	1.340,41
13 - 12 anos	1,24	1.047,99	1.205,19	1.362,39
14 - 13 anos	1,26	1.064,89	1.224,63	1.384,36
15 - 14 anos	1,28	1.081,79	1.244,06	1.406,33
16 - 15 anos	1,30	1.098,70	1.263,50	1.428,31
17 - 16 anos	1,32	1.115,60	1.282,94	1.450,28
18 - 17 anos	1,34	1.132,50	1.302,38	1.472,25
19 - 18 anos	1,36	1.149,41	1.321,82	1.494,23
20 - 19 anos	1,38	1.166,31	1.341,26	1.516,20
21 - 20 anos	1,40	1.183,21	1.360,69	1.538,18
22 - 21 anos	1,42	1.200,12	1.380,13	1.560,15
23 - 22 anos	1,44	1.217,02	1.399,57	1.582,12
24 - 23 anos	1,46	1.233,92	1.419,01	1.604,10
25 - 24 anos	1,48	1.250,82	1.438,45	1.626,07
26 - 25 anos	1,50	1.267,73	1.457,89	1.648,05
27 - 26 anos	1,52	1.284,63	1.477,33	1.670,02
28 - 27 anos	1,54	1.301,53	1.496,76	1.691,99
29 - 28 anos	1,56	1.318,44	1.516,20	1.713,97
30 - 29 anos	1,58	1.335,34	1.535,64	1.735,94
31 - 30 anos	1,60	1.352,24	1.555,08	1.757,92
32 - 31 anos	1,62	1.369,15	1.574,52	1.779,89
33 - 32 anos	1,64	1.386,05	1.593,96	1.801,86
34 - 33 anos	1,66	1.402,95	1.613,40	1.823,84
35 - 34 anos	1,68	1.419,86	1.632,83	1.845,81

ANEXO V

(TABELA 40 HORAS)

AGENTE AUXILIAR SERVIÇOS – I

VALORES ALTERADOS PELA LEI COMPLEMENTAR Nº 78, DE 19 DE AGOSTO DE 2013, QUE CONCEDEU REAJUSTE DE 6,17%, RELATIVO À VARIAÇÃO DO INPC NO PERÍODO DE 01/01/2012 A 31/12/2012.

Nível	Percentual	Classe – A – 1,00	Classe – B – 1,15	Classe – C – 1,30
1 - 0 ano	1,00	897,30	1.031,90	1.166,49
2 - 1 ano	1,02	915,25	1.052,53	1.189,82
3 - 2 anos	1,04	933,19	1.073,17	1.213,15
4 - 3 anos	1,06	951,14	1.093,81	1.236,48
5 - 4 anos	1,08	969,08	1.114,45	1.259,81
6 - 5 anos	1,10	987,03	1.135,08	1.283,14
7 - 6 anos	1,12	1.004,98	1.155,72	1.306,47
8 - 7 anos	1,14	1.022,92	1.176,36	1.329,80
9 - 8 anos	1,16	1.040,87	1.197,00	1.353,13
10 - 9 anos	1,18	1.058,81	1.217,64	1.376,46
11 - 10 anos	1,20	1.076,76	1.238,27	1.399,79
12 - 11 anos	1,22	1.094,71	1.258,91	1.423,12
13 - 12 anos	1,24	1.112,65	1.279,55	1.446,45
14 - 13 anos	1,26	1.130,60	1.300,19	1.469,78
15 - 14 anos	1,28	1.148,54	1.320,83	1.493,11
16 - 15 anos	1,30	1.166,49	1.341,46	1.516,44
17 - 16 anos	1,32	1.184,44	1.362,10	1.539,77
18 - 17 anos	1,34	1.202,38	1.382,74	1.563,10
19 - 18 anos	1,36	1.220,33	1.403,38	1.586,43
20 - 19 anos	1,38	1.238,27	1.424,02	1.609,76
21 - 20 anos	1,40	1.256,22	1.444,65	1.633,09
22 - 21 anos	1,42	1.274,17	1.465,29	1.656,42
23 - 22 anos	1,44	1.292,11	1.485,93	1.679,75
24 - 23 anos	1,46	1.310,06	1.506,57	1.703,08
25 - 24 anos	1,48	1.328,00	1.527,20	1.726,41
26 - 25 anos	1,50	1.345,95	1.547,84	1.749,74
27 - 26 anos	1,52	1.363,90	1.568,48	1.773,06
28 - 27 anos	1,54	1.381,84	1.589,12	1.796,39
29 - 28 anos	1,56	1.399,79	1.609,76	1.819,72
30 - 29 anos	1,58	1.417,73	1.630,39	1.843,05
31 - 30 anos	1,60	1.435,68	1.651,03	1.866,38
32 - 31 anos	1,62	1.453,63	1.671,67	1.889,71
33 - 32 anos	1,64	1.471,57	1.692,31	1.913,04
34 - 33 anos	1,66	1.489,52	1.712,95	1.936,37
35 - 34 anos	1,68	1.507,46	1.733,58	1.959,70

Lei Complementar nº 35/2003 - ANEXO V - AGENTE AUXILIAR DE SERVIÇOS-I - TABELA 40 HORAS

VALORES ALTERADOS PELO ANEXO III DA LEI COMPLEMENTAR Nº 84, DE 24 DE JUNHO DE 2014, QUE CONCEDEU REAJUSTE DE 8,62%, RELATIVO À VARIAÇÃO DO INPC NO PERÍODO DE 01/01/2013 A 30/04/2014, COM EFEITOS FINANCEIROS RETROATIVOS A 01/05/2014.

Graus de Formação →		Ensino Médio Completo	Ensino Médio Completo + 120 Horas de Cursos na Área de Atuação	Ensino Superior Completo na Área de Atuação, com Registro no Conselho de Classe
Nível	**Percentual**	**Classe – A - 1,00**	**Classe - B - 1,15**	**Classe - C - 1,30**
1 - 0 ano	1,00	974,65	1.120,85	1.267,05
2 - 1 ano	1,02	994,14	1.143,26	1.292,39
3 - 2 anos	1,04	1.013,64	1.165,68	1.317,73
4 - 3 anos	1,06	1.033,13	1.188,10	1.343,07
5 - 4 anos	1,08	1.052,62	1.210,52	1.368,41
6 - 5 anos	1,10	1.072,12	1.232,93	1.393,75
7 - 6 anos	1,12	1.091,61	1.255,35	1.419,09
8 - 7 anos	1,14	1.111,10	1.277,77	1.444,43
9 - 8 anos	1,16	1.130,59	1.300,18	1.469,77

10 - 9 anos	1,18	1.150,09	1.322,60	1.495,11
11 - 10 anos	1,20	1.169,58	1.345,02	1.520,45
12 - 11 anos	1,22	1.189,07	1.367,43	1.545,79
13 - 12 anos	1,24	1.208,57	1.389,85	1.571,14
14 - 13 anos	1,26	1.228,06	1.412,27	1.596,48
15 - 14 anos	1,28	1.247,55	1.434,68	1.621,82
16 - 15 anos	1,30	1.267,05	1.457,10	1.647,16
17 - 16 anos	1,32	1.286,54	1.479,52	1.672,50
18 - 17 anos	1,34	1.306,03	1.501,94	1.697,84
19 - 18 anos	1,36	1.325,52	1.524,35	1.723,18
20 - 19 anos	1,38	1.345,02	1.546,77	1.748,52
21 - 20 anos	1,40	1.364,51	1.569,19	1.773,86
22 - 21 anos	1,42	1.384,00	1.591,60	1.799,20
23 - 22 anos	1,44	1.403,50	1.614,02	1.824,54
24 - 23 anos	1,46	1.422,99	1.636,44	1.849,89
25 - 24 anos	1,48	1.442,48	1.658,85	1.875,23
26 - 25 anos	1,50	1.461,98	1.681,27	1.900,57
27 - 26 anos	1,52	1.481,47	1.703,69	1.925,91
28 - 27 anos	1,54	1.500,96	1.726,11	1.951,25
29 - 28 anos	1,56	1.520,45	1.748,52	1.976,59
30 - 29 anos	1,58	1.539,95	1.770,94	2.001,93
31 - 30 anos	1,60	1.559,44	1.793,36	2.027,27
32 - 31 anos	1,62	1.578,93	1.815,77	2.052,61
33 - 32 anos	1,64	1.598,43	1.838,19	2.077,95
34 - 33 anos	1,66	1.617,92	1.860,61	2.103,29
35 - 34 anos	1,68	1.637,41	1.883,02	2.128,64

~~ANEXO VI~~
~~(TABELA 40 HORAS)~~
~~AGENTE OPERACIONAL~~

~~Nível~~	~~Percentual~~	~~Classe - A - 1,00~~	~~Classe - B - 1,15~~	~~Classe - C - 1,30~~
~~1 - 0 ano~~	~~1,00~~	~~510,00~~	~~586,50~~	~~663,00~~
~~2 - 1 ano~~	~~1,02~~	~~520,20~~	~~598,23~~	~~676,26~~
~~3 - 2 anos~~	~~1,04~~	~~530,40~~	~~609,96~~	~~689,52~~
~~4 - 3 anos~~	~~1,06~~	~~540,60~~	~~621,69~~	~~702,78~~
~~5 - 4 anos~~	~~1,08~~	~~550,80~~	~~633,42~~	~~716,04~~
~~6 - 5 anos~~	~~1,10~~	~~561,00~~	~~645,15~~	~~729,30~~
~~7 - 6 anos~~	~~1,12~~	~~571,20~~	~~656,88~~	~~742,56~~
~~8 - 7 anos~~	~~1,14~~	~~581,40~~	~~668,61~~	~~755,82~~
~~9 - 8 anos~~	~~1,16~~	~~591,60~~	~~680,34~~	~~769,08~~
~~10 - 9 anos~~	~~1,18~~	~~601,80~~	~~692,07~~	~~682,34~~
~~11 - 10 anos~~	~~1,20~~	~~612,00~~	~~703,80~~	~~795,60~~
~~12 - 11 anos~~	~~1,22~~	~~622,20~~	~~715,53~~	~~808,86~~
~~13 - 12 anos~~	~~1,24~~	~~632,40~~	~~727,26~~	~~822,12~~
~~14 - 13 anos~~	~~1,26~~	~~642,60~~	~~738,99~~	~~835,38~~
~~15 - 14 anos~~	~~1,28~~	~~652,80~~	~~750,72~~	~~848,64~~
~~16 - 15 anos~~	~~1,30~~	~~663,00~~	~~762,45~~	~~861,90~~
~~17 - 16 anos~~	~~1,32~~	~~673,20~~	~~774,18~~	~~875,16~~
~~18 - 17 anos~~	~~1,34~~	~~683,40~~	~~785,91~~	~~888,42~~
~~19 - 18 anos~~	~~1,36~~	~~693,60~~	~~797,64~~	~~901,68~~
~~20 - 19 anos~~	~~1,38~~	~~703,80~~	~~809,37~~	~~914,94~~
~~21 - 20 anos~~	~~1,40~~	~~714,00~~	~~821,10~~	~~928,20~~
~~22 - 21 anos~~	~~1,42~~	~~724,20~~	~~832,83~~	~~941,46~~
~~23 - 22 anos~~	~~1,44~~	~~734,40~~	~~844,56~~	~~954,72~~
~~24 - 23 anos~~	~~1,46~~	~~744,60~~	~~856,29~~	~~967,98~~
~~25 - 24 anos~~	~~1,48~~	~~754,80~~	~~868,02~~	~~981,24~~
~~26 - 25 anos~~	~~1,50~~	~~765,00~~	~~879,75~~	~~994,50~~
~~27 - 26 anos~~	~~1,52~~	~~775,20~~	~~891,48~~	~~1.007,76~~
~~28 - 27 anos~~	~~1,54~~	~~785,40~~	~~903,21~~	~~1.021,02~~
~~29 - 28 anos~~	~~1,56~~	~~795,60~~	~~914,94~~	~~1.034,28~~
~~30 - 29 anos~~	~~1,58~~	~~805,80~~	~~926,67~~	~~1.047,54~~
~~31 - 30 anos~~	~~1,60~~	~~816,00~~	~~938,40~~	~~1.060,80~~
~~32 - 31 anos~~	~~1,62~~	~~826,20~~	~~950,13~~	~~1.074,06~~
~~33 - 32 anos~~	~~1,64~~	~~836,40~~	~~961,86~~	~~1.087,32~~
~~34 - 33 anos~~	~~1,66~~	~~846,60~~	~~973,59~~	~~1.100,58~~
~~35 - 34 anos~~	~~1,68~~	~~856,80~~	~~985,32~~	~~1.113,84~~

~~ANEXO VI~~
~~(TABELA 40 HORAS)~~
~~AGENTE OPERACIONAL~~
~~(Alteração dada pelo Decreto nº 34, de 24 de abril de 2007, que concedeu reajuste salarial de 10% (dez por cento), reconhecido pela Lei Complementar nº 68, de 8 de novembro de 2011)~~

~~Nível~~	~~Percentual~~	~~Classe - A - 1,00~~	~~Classe - B - 1,15~~	~~Classe - C - 1,30~~
~~1 - 0 ano~~	~~1,00~~	~~561,00~~	~~645,15~~	~~729,30~~
~~2 - 1 ano~~	~~1,02~~	~~572,22~~	~~658,05~~	~~743,89~~
~~3 - 2 anos~~	~~1,04~~	~~583,44~~	~~670,96~~	~~758,47~~
~~4 - 3 anos~~	~~1,06~~	~~594,66~~	~~683,86~~	~~773,06~~
~~5 - 4 anos~~	~~1,08~~	~~605,88~~	~~696,76~~	~~787,64~~
~~6 - 5 anos~~	~~1,10~~	~~617,10~~	~~709,67~~	~~802,23~~
~~7 - 6 anos~~	~~1,12~~	~~628,32~~	~~722,57~~	~~816,82~~
~~8 - 7 anos~~	~~1,14~~	~~639,54~~	~~735,47~~	~~831,40~~
~~9 - 8 anos~~	~~1,16~~	~~650,76~~	~~748,37~~	~~845,99~~
~~10 - 9 anos~~	~~1,18~~	~~661,98~~	~~761,28~~	~~860,57~~
~~11 - 10 anos~~	~~1,20~~	~~673,20~~	~~774,18~~	~~875,16~~
~~12 - 11 anos~~	~~1,22~~	~~684,42~~	~~787,08~~	~~889,75~~
~~13 - 12 anos~~	~~1,24~~	~~695,64~~	~~799,99~~	~~904,33~~
~~14 - 13 anos~~	~~1,26~~	~~706,86~~	~~812,89~~	~~918,92~~
~~15 - 14 anos~~	~~1,28~~	~~718,08~~	~~825,79~~	~~933,50~~
~~16 - 15 anos~~	~~1,30~~	~~729,30~~	~~838,70~~	~~948,09~~

17 - 16 anos	1,32	740,52	851,60	962,68
18 - 17 anos	1,34	751,74	864,50	977,26
19 - 18 anos	1,36	762,96	877,40	991,85
20 - 19 anos	1,38	774,18	890,31	1.006,43
21 - 20 anos	1,40	785,40	903,21	1.021,02
22 - 21 anos	1,42	796,62	916,11	1.035,61
23 - 22 anos	1,44	807,84	929,02	1.050,19
24 - 23 anos	1,46	819,06	941,92	1.064,78
25 - 24 anos	1,48	830,28	954,82	1.079,36
26 - 25 anos	1,50	841,50	967,73	1.093,95
27 - 26 anos	1,52	852,72	980,63	1.108,54
28 - 27 anos	1,54	863,94	993,53	1.123,12
29 - 28 anos	1,56	875,16	1.006,43	1.137,71
30 - 29 anos	1,58	886,38	1.019,34	1.152,29
31 - 30 anos	1,60	897,60	1.032,24	1.166,88
32 - 31 anos	1,62	908,82	1.045,14	1.181,47
33 - 32 anos	1,64	920,04	1.058,05	1.196,05
34 - 33 anos	1,66	931,26	1.070,95	1.210,64
35 - 34 anos	1,68	942,48	1.083,85	1.225,22

ANEXO VI

(TABELA 40 HORAS)

AGENTE OPERACIONAL

(Valores alterados pela Lei Complementar nº 73, de 4 de abril de 2012, que concedeu reajuste de 50,92%, relativo à variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), no período de 01/01/2004 a 31/12/2011. Este índice de 50,92% é aplicado sobre a tabela original da Lei 35/2003, e agrega o reajuste concedido pela Lei Complementar nº 68/2011).

Nível	Percentual	Classe - A - 1,00	Classe - B - 1,15	Classe - C - 1,30
1 - 0 ano	1,00	769,69	885,15	1.000,60
2 - 1 ano	1,02	785,09	902,85	1.020,61
3 - 2 anos	1,04	800,48	920,55	1.040,62
4 - 3 anos	1,06	815,87	938,25	1.060,64
5 - 4 anos	1,08	831,27	955,96	1.080,65
6 - 5 anos	1,10	846,66	973,66	1.100,66
7 - 6 anos	1,12	862,06	991,36	1.120,67
8 - 7 anos	1,14	877,45	1.009,07	1.140,68
9 - 8 anos	1,16	892,84	1.026,77	1.160,70
10 - 9 anos	1,18	908,24	1.044,47	1.180,71
11 - 10 anos	1,20	923,63	1.062,17	1.200,72
12 - 11 anos	1,22	939,02	1.079,88	1.220,73
13 - 12 anos	1,24	954,42	1.097,58	1.240,74
14 - 13 anos	1,26	969,81	1.115,28	1.260,76
15 - 14 anos	1,28	985,21	1.132,99	1.280,77
16 - 15 anos	1,30	1.000,60	1.150,69	1.300,78
17 - 16 anos	1,32	1.015,99	1.168,39	1.320,79
18 - 17 anos	1,34	1.031,39	1.186,10	1.340,80
19 - 18 anos	1,36	1.046,78	1.203,80	1.360,82
20 - 19 anos	1,38	1.062,17	1.221,50	1.380,83
21 - 20 anos	1,40	1.077,57	1.239,20	1.400,84
22 - 21 anos	1,42	1.092,96	1.256,91	1.420,85
23 - 22 anos	1,44	1.108,36	1.274,61	1.440,86
24 - 23 anos	1,46	1.123,75	1.292,31	1.460,88
25 - 24 anos	1,48	1.139,14	1.310,02	1.480,89
26 - 25 anos	1,50	1.154,54	1.327,72	1.500,90
27 - 26 anos	1,52	1.169,93	1.345,42	1.520,91
28 - 27 anos	1,54	1.185,33	1.363,12	1.540,92
29 - 28 anos	1,56	1.200,72	1.380,83	1.560,94
30 - 29 anos	1,58	1.216,11	1.398,53	1.580,95
31 - 30 anos	1,60	1.231,51	1.416,23	1.600,96
32 - 31 anos	1,62	1.246,90	1.433,94	1.620,97
33 - 32 anos	1,64	1.262,29	1.451,64	1.640,98
34 - 33 anos	1,66	1.277,69	1.469,34	1.661,00
35 - 34 anos	1,68	1.293,08	1.487,04	1.681,01

ANEXO VI

(TABELA 40 HORAS)

AGENTE OPERACIONAL

VALORES ALTERADOS PELA LEI COMPLEMENTAR Nº 78, DE 19 DE AGOSTO DE 2013, QUE CONCEDEU REAJUSTE DE 6,17%, RELATIVO À VARIAÇÃO DO INPC NO PERÍODO DE 01/01/2012 A 31/12/2012.

Nível	Percentual	Classe - A - 1,00	Classe - B - 1,15	Classe - C - 1,30
1 - 0 ano	1,00	817,18	939,76	1.062,33
2 - 1 ano	1,02	833,52	958,55	1.083,58
3 - 2 anos	1,04	849,87	977,35	1.104,83
4 - 3 anos	1,06	866,21	996,14	1.126,07
5 - 4 anos	1,08	882,55	1.014,94	1.147,32
6 - 5 anos	1,10	898,90	1.033,73	1.168,57
7 - 6 anos	1,12	915,24	1.052,53	1.189,81
8 - 7 anos	1,14	931,59	1.071,32	1.211,06
9 - 8 anos	1,16	947,93	1.090,12	1.232,31
10 - 9 anos	1,18	964,27	1.108,91	1.253,55
11 - 10 anos	1,20	980,62	1.127,71	1.274,80
12 - 11 anos	1,22	996,96	1.146,50	1.296,05
13 - 12 anos	1,24	1.013,30	1.165,30	1.317,29
14 - 13 anos	1,26	1.029,65	1.184,09	1.338,54
15 - 14 anos	1,28	1.045,99	1.202,89	1.359,79
16 - 15 anos	1,30	1.062,33	1.221,68	1.381,03
17 - 16 anos	1,32	1.078,68	1.240,48	1.402,28
18 - 17 anos	1,34	1.095,02	1.259,27	1.423,53
19 - 18 anos	1,36	1.111,36	1.278,07	1.444,77
20 - 19 anos	1,38	1.127,71	1.296,86	1.466,02
21 - 20 anos	1,40	1.144,05	1.315,66	1.487,27
22 - 21 anos	1,42	1.160,40	1.334,45	1.508,51

~~23 - 22 anos~~	~~1,44~~	~~1.176,74~~	~~1.353,25~~	~~1.529,76~~
~~24 - 23 anos~~	~~1,46~~	~~1.193,08~~	~~1.372,05~~	~~1.551,01~~
~~25 - 24 anos~~	~~1,48~~	~~1.209,43~~	~~1.390,84~~	~~1.572,25~~
~~26 - 25 anos~~	~~1,50~~	~~1.225,77~~	~~1.409,64~~	~~1.593,50~~
~~27 - 26 anos~~	~~1,52~~	~~1.242,11~~	~~1.428,43~~	~~1.614,75~~
~~28 - 27 anos~~	~~1,54~~	~~1.258,46~~	~~1.447,23~~	~~1.635,99~~
~~29 - 28 anos~~	~~1,56~~	~~1.274,80~~	~~1.466,02~~	~~1.657,24~~
~~30 - 29 anos~~	~~1,58~~	~~1.291,14~~	~~1.484,82~~	~~1.678,49~~
~~31 - 30 anos~~	~~1,60~~	~~1.307,49~~	~~1.503,61~~	~~1.699,73~~
~~32 - 31 anos~~	~~1,62~~	~~1.323,83~~	~~1.522,41~~	~~1.720,98~~
~~33 - 32 anos~~	~~1,64~~	~~1.340,18~~	~~1.541,20~~	~~1.742,23~~
~~34 - 33 anos~~	~~1,66~~	~~1.356,52~~	~~1.560,00~~	~~1.763,47~~
~~35 - 34 anos~~	~~1,68~~	~~1.372,86~~	~~1.578,79~~	~~1.784,72~~

Lei Complementar nº 35/2003 - ANEXO VI - AGENTE OPERACIONAL - TABELA 40 HORAS

VALORES ALTERADOS PELO ANEXO IV DA LEI COMPLEMENTAR Nº 84, DE 24 DE JUNHO DE 2014, QUE CONCEDEU REAJUSTE DE 8,62%, RELATIVO À VARIAÇÃO DO INPC NO PERÍODO DE 01/01/2013 A 30/04/2014, COM EFEITOS FINANCEIROS RETROATIVOS A 01/05/2014.

Graus de Formação →		Ensino Fundamental Incompleto	Ensino Médio Completo	Ensino Médio Completo + 120 Horas de Cursos na Área de Atuação
Nível	**Percentual**	**Classe – A - 1,00**	**Classe - B - 1,15**	**Classe - C - 1,30**
1 - 0 ano	1,00	887,62	1.020,76	1.153,91
2 - 1 ano	1,02	905,37	1.041,18	1.176,98
3 - 2 anos	1,04	923,12	1.061,59	1.200,06
4 - 3 anos	1,06	940,88	1.082,01	1.223,14
5 - 4 anos	1,08	958,63	1.102,42	1.246,22
6 - 5 anos	1,10	976,38	1.122,84	1.269,30
7 - 6 anos	1,12	994,13	1.143,25	1.292,37
8 - 7 anos	1,14	1.011,89	1.163,67	1.315,45
9 - 8 anos	1,16	1.029,64	1.184,09	1.338,53
10 - 9 anos	1,18	1.047,39	1.204,50	1.361,61
11 - 10 anos	1,20	1.065,14	1.224,92	1.384,69
12 - 11 anos	1,22	1.082,90	1.245,33	1.407,77
13 - 12 anos	1,24	1.100,65	1.265,75	1.430,84
14 - 13 anos	1,26	1.118,40	1.286,16	1.453,92
15 - 14 anos	1,28	1.136,15	1.306,58	1.477,00
16 - 15 anos	1,30	1.153,91	1.326,99	1.500,08
17 - 16 anos	1,32	1.171,66	1.347,41	1.523,16
18 - 17 anos	1,34	1.189,41	1.367,82	1.546,23
19 - 18 anos	1,36	1.207,16	1.388,24	1.569,31
20 - 19 anos	1,38	1.224,92	1.408,65	1.592,39
21 - 20 anos	1,40	1.242,67	1.429,07	1.615,47
22 - 21 anos	1,42	1.260,42	1.449,48	1.638,55
23 - 22 anos	1,44	1.278,17	1.469,90	1.661,62
24 - 23 anos	1,46	1.295,93	1.490,31	1.684,70
25 - 24 anos	1,48	1.313,68	1.510,73	1.707,78
26 - 25 anos	1,50	1.331,43	1.531,14	1.730,86
27 - 26 anos	1,52	1.349,18	1.551,56	1.753,94
28 - 27 anos	1,54	1.366,93	1.571,98	1.777,02
29 - 28 anos	1,56	1.384,69	1.592,39	1.800,09
30 - 29 anos	1,58	1.402,44	1.612,81	1.823,17
31 - 30 anos	1,60	1.420,19	1.633,22	1.846,25
32 - 31 anos	1,62	1.437,94	1.653,64	1.869,33
33 - 32 anos	1,64	1.455,70	1.674,05	1.892,41
34 - 33 anos	1,66	1.473,45	1.694,47	1.915,48
35 - 34 anos	1,68	1.491,20	1.714,88	1.938,56

~~ANEXO VII~~
~~(TABELA 40 HORAS)~~
~~AGENTE FISCALIZAÇÃO E ARRECADAÇÃO~~

~~Nível~~	~~Percentual~~	~~Classe - A - 1,00~~	~~Classe - B - 1,15~~	~~Classe - C - 1,30~~
~~1 - 0 ano~~	~~1,00~~	~~510,00~~	~~586,50~~	~~663,00~~
~~2 - 1 ano~~	~~1,02~~	~~520,20~~	~~598,23~~	~~676,26~~
~~3 - 2 anos~~	~~1,04~~	~~530,40~~	~~609,96~~	~~689,52~~
~~4 - 3 anos~~	~~1,06~~	~~540,60~~	~~621,69~~	~~702,78~~
~~5 - 4 anos~~	~~1,08~~	~~550,80~~	~~633,42~~	~~716,04~~
~~6 - 5 anos~~	~~1,10~~	~~561,00~~	~~645,15~~	~~729,30~~
~~7 - 6 anos~~	~~1,12~~	~~571,20~~	~~656,88~~	~~742,56~~
~~8 - 7 anos~~	~~1,14~~	~~581,40~~	~~668,61~~	~~755,82~~
~~9 - 8 anos~~	~~1,16~~	~~591,60~~	~~680,34~~	~~769,08~~
~~10 - 9 anos~~	~~1,18~~	~~601,80~~	~~692,07~~	~~782,34~~
~~11 - 10 anos~~	~~1,20~~	~~612,00~~	~~703,80~~	~~795,60~~
~~12 - 11 anos~~	~~1,22~~	~~622,20~~	~~715,53~~	~~808,86~~
~~13 - 12 anos~~	~~1,24~~	~~632,40~~	~~727,26~~	~~822,12~~
~~14 - 13 anos~~	~~1,26~~	~~642,60~~	~~738,99~~	~~835,38~~
~~15 - 14 anos~~	~~1,28~~	~~652,80~~	~~750,72~~	~~848,64~~
~~16 - 15 anos~~	~~1,30~~	~~663,00~~	~~762,45~~	~~861,90~~
~~17 - 16 anos~~	~~1,32~~	~~673,20~~	~~774,18~~	~~875,16~~
~~18 - 17 anos~~	~~1,34~~	~~683,40~~	~~785,91~~	~~888,42~~
~~19 - 18 anos~~	~~1,36~~	~~693,60~~	~~797,64~~	~~901,68~~
~~20 - 19 anos~~	~~1,38~~	~~703,80~~	~~809,37~~	~~914,94~~
~~21 - 20 anos~~	~~1,40~~	~~714,00~~	~~821,10~~	~~928,20~~
~~22 - 21 anos~~	~~1,42~~	~~724,20~~	~~832,83~~	~~941,46~~
~~23 - 22 anos~~	~~1,44~~	~~734,40~~	~~844,56~~	~~954,72~~
~~24 - 23 anos~~	~~1,46~~	~~744,60~~	~~856,29~~	~~967,98~~
~~25 - 24 anos~~	~~1,48~~	~~754,80~~	~~868,02~~	~~981,24~~
~~26 - 25 anos~~	~~1,50~~	~~765,00~~	~~879,75~~	~~994,50~~
~~27 - 26 anos~~	~~1,52~~	~~775,20~~	~~891,48~~	~~1.007,76~~
~~28 - 27 anos~~	~~1,54~~	~~785,40~~	~~903,21~~	~~1.021,02~~
~~29 - 28 anos~~	~~1,56~~	~~795,60~~	~~914,94~~	~~1.034,28~~

30 - 29 anos	1,58	805,80	926,67	1.047,54
31 - 30 anos	1,60	816,00	938,40	1.060,80
32 - 31 anos	1,62	826,20	950,13	1.074,06
33 - 32 anos	1,64	836,40	961,86	1.087,32
34 - 33 anos	1,66	846,60	973,59	1.100,58
35 - 34 anos	1,68	856,80	985,32	1.113,84

ANEXO VII
(TABELA 40 HORAS)
AGENTE FISCALIZAÇÃO E ARRECADAÇÃO
(Alteração dada pelo Decreto nº 34, de 24 de abril de 2007, que concedeu reajuste salarial de 10% (dez por cento), reconhecido pela Lei Complementar nº 68, de 8 de novembro de 2011)

Nível	Percentual	Classe - A - 1,00	Classe - B - 1,15	Classe - C - 1,30
1 - 0 ano	1,00	561,00	645,15	729,30
2 - 1 ano	1,02	572,22	658,05	743,89
3 - 2 anos	1,04	583,44	670,96	758,47
4 - 3 anos	1,06	594,66	683,86	773,06
5 - 4 anos	1,08	605,88	696,76	787,64
6 - 5 anos	1,10	617,10	709,67	802,23
7 - 6 anos	1,12	628,32	722,57	816,82
8 - 7 anos	1,14	639,54	735,47	831,40
9 - 8 anos	1,16	650,76	748,37	845,99
10 - 9 anos	1,18	661,98	761,28	860,57
11 - 10 anos	1,20	673,20	774,18	875,16
12 - 11 anos	1,22	684,42	787,08	889,75
13 - 12 anos	1,24	695,64	799,99	904,33
14 - 13 anos	1,26	706,86	812,89	918,92
15 - 14 anos	1,28	718,08	825,79	933,50
16 - 15 anos	1,30	729,30	838,70	948,09
17 - 16 anos	1,32	740,52	851,60	962,68
18 - 17 anos	1,34	751,74	864,50	977,26
19 - 18 anos	1,36	762,96	877,40	991,85
20 - 19 anos	1,38	774,18	890,31	1.006,43
21 - 20 anos	1,40	785,40	903,21	1.021,02
22 - 21 anos	1,42	796,62	916,11	1.035,61
23 - 22 anos	1,44	807,84	929,02	1.050,19
24 - 23 anos	1,46	819,06	941,92	1.064,78
25 - 24 anos	1,48	830,28	954,82	1.079,36
26 - 25 anos	1,50	841,50	967,73	1.093,95
27 - 26 anos	1,52	852,72	980,63	1.108,54
28 - 27 anos	1,54	863,94	993,53	1.123,12
29 - 28 anos	1,56	875,16	1.006,43	1.137,71
30 - 29 anos	1,58	886,38	1.019,34	1.152,29
31 - 30 anos	1,60	897,60	1.032,24	1.166,88
32 - 31 anos	1,62	908,82	1.045,14	1.181,47
33 - 32 anos	1,64	920,04	1.058,05	1.196,05
34 - 33 anos	1,66	931,26	1.070,95	1.210,64
35 - 34 anos	1,68	942,48	1.083,85	1.225,22

ANEXO VII
(TABELA 40 HORAS)
AGENTE FISCALIZAÇÃO E ARRECADAÇÃO
(Valores alterados pela Lei Complementar nº 73, de 4 de abril de 2012, que concedeu reajuste de 50,92%, relativo à variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), no período de 01/01/2004 a 31/12/2011. Este índice de 50,92% é aplicado sobre a tabela original da Lei 35/2003, e agrega o reajuste concedido pela Lei Complementar nº 68/2011).

Nível	Percentual	Classe - A - 1,00	Classe - B - 1,15	Classe - C - 1,30
1 - 0 ano	1,00	769,69	885,15	1.000,60
2 - 1 ano	1,02	785,09	902,85	1.020,61
3 - 2 anos	1,04	800,48	920,55	1.040,62
4 - 3 anos	1,06	815,87	938,25	1.060,64
5 - 4 anos	1,08	831,27	955,96	1.080,65
6 - 5 anos	1,10	846,66	973,66	1.100,66
7 - 6 anos	1,12	862,06	991,36	1.120,67
8 - 7 anos	1,14	877,45	1.009,07	1.140,68
9 - 8 anos	1,16	892,84	1.026,77	1.160,70
10 - 9 anos	1,18	908,24	1.044,47	1.029,79
11 - 10 anos	1,20	923,63	1.062,17	1.200,72
12 - 11 anos	1,22	939,02	1.079,88	1.220,73
13 - 12 anos	1,24	954,42	1.097,58	1.240,74
14 - 13 anos	1,26	969,81	1.115,28	1.260,76
15 - 14 anos	1,28	985,21	1.132,99	1.280,77
16 - 15 anos	1,30	1.000,60	1.150,69	1.300,78
17 - 16 anos	1,32	1.015,99	1.168,39	1.320,79
18 - 17 anos	1,34	1.031,39	1.186,10	1.340,80
19 - 18 anos	1,36	1.046,78	1.203,80	1.360,82
20 - 19 anos	1,38	1.062,17	1.221,50	1.380,83
21 - 20 anos	1,40	1.077,57	1.239,20	1.400,84
22 - 21 anos	1,42	1.092,96	1.256,91	1.420,85
23 - 22 anos	1,44	1.108,36	1.274,61	1.440,86
24 - 23 anos	1,46	1.123,75	1.292,31	1.460,88
25 - 24 anos	1,48	1.139,14	1.310,02	1.480,89
26 - 25 anos	1,50	1.154,54	1.327,72	1.500,90
27 - 26 anos	1,52	1.169,93	1.345,42	1.520,91
28 - 27 anos	1,54	1.185,33	1.363,12	1.540,92
29 - 28 anos	1,56	1.200,72	1.380,83	1.560,94
30 - 29 anos	1,58	1.216,11	1.398,53	1.580,95
31 - 30 anos	1,60	1.231,51	1.416,23	1.600,96
32 - 31 anos	1,62	1.246,90	1.433,94	1.620,97
33 - 32 anos	1,64	1.262,29	1.451,64	1.640,98
34 - 33 anos	1,66	1.277,69	1.469,34	1.661,00
35 - 34 anos	1,68	1.293,08	1.487,04	1.681,01

ANEXO VII (TABELA 40 HORAS) AGENTE FISCALIZAÇÃO E ARRECADAÇÃO VALORES ALTERADOS PELA LEI COMPLEMENTAR Nº 78, DE 19 DE AGOSTO DE 2013, QUE CONCEDEU REAJUSTE DE 6,17%, RELATIVO À VARIAÇÃO DO INPC NO PERÍODO DE 01/01/2012 A 31/12/2012.				
Nível	**Percentual**	**Classe - A - 1,00**	**Classe - B - 1,15**	**Classe - C - 1,30**
1 - 0 ano	1,00	817,18	939,76	1.062,33
2 - 1 ano	1,02	833,52	958,55	1.083,58
3 - 2 anos	1,04	849,87	977,35	1.104,83
4 - 3 anos	1,06	866,21	996,14	1.126,07
5 - 4 anos	1,08	882,55	1.014,94	1.147,32
6 - 5 anos	1,10	898,90	1.033,73	1.168,57
7 - 6 anos	1,12	915,24	1.052,53	1.189,81
8 - 7 anos	1,14	931,59	1.071,32	1.211,06
9 - 8 anos	1,16	947,93	1.090,12	1.232,31
10 - 9 anos	1,18	964,27	1.108,91	1.253,55
11 - 10 anos	1,20	980,62	1.127,71	1.274,80
12 - 11 anos	1,22	996,96	1.146,50	1.296,05
13 - 12 anos	1,24	1.013,30	1.165,30	1.317,29
14 - 13 anos	1,26	1.029,65	1.184,09	1.338,54
15 - 14 anos	1,28	1.045,99	1.202,89	1.359,79
16 - 15 anos	1,30	1.062,33	1.221,68	1.381,03
17 - 16 anos	1,32	1.078,68	1.240,48	1.402,28
18 - 17 anos	1,34	1.095,02	1.259,27	1.423,53
19 - 18 anos	1,36	1.111,36	1.278,07	1.444,77
20 - 19 anos	1,38	1.127,71	1.296,86	1.466,02
21 - 20 anos	1,40	1.144,05	1.315,66	1.487,27
22 - 21 anos	1,42	1.160,40	1.334,45	1.508,51
23 - 22 anos	1,44	1.176,74	1.353,25	1.529,76
24 - 23 anos	1,46	1.193,08	1.372,05	1.551,01
25 - 24 anos	1,48	1.209,43	1.390,84	1.572,25
26 - 25 anos	1,50	1.225,77	1.409,64	1.593,50
27 - 26 anos	1,52	1.242,11	1.428,43	1.614,75
28 - 27 anos	1,54	1.258,46	1.447,23	1.635,99
29 - 28 anos	1,56	1.274,80	1.466,02	1.657,24
30 - 29 anos	1,58	1.291,14	1.484,82	1.678,49
31 - 30 anos	1,60	1.307,49	1.503,61	1.699,73
32 - 31 anos	1,62	1.323,83	1.522,41	1.720,98
33 - 32 anos	1,64	1.340,18	1.541,20	1.742,23
34 - 33 anos	1,66	1.356,52	1.560,00	1.763,47
35 - 34 anos	1,68	1.372,86	1.578,79	1.784,72

Lei Complementar nº 35/2003 - ANEXO VII - AGENTE DE FISCALIZAÇÃO E ARRECADAÇÃO - TABELA 40 HORAS VALORES ALTERADOS PELO ANEXO V DA LEI COMPLEMENTAR Nº 84, DE 24 DE JUNHO DE 2014, QUE CONCEDEU REAJUSTE DE 8,62%, RELATIVO À VARIAÇÃO DO INPC NO PERÍODO DE 01/01/2013 A 30/04/2014, COM EFEITOS FINANCEIROS RETROATIVOS A 01/05/2014.				
Graus de Formação →		Ensino Médio Completo	Ensino Médio Completo + 120 Horas de Cursos na Área de Atuação	Ensino Superior Completo na Área de Atuação, com Registro no Conselho de Classe
Nível	**Percentual**	**Classe – A - 1,00**	**Classe - B - 1,15**	**Classe - C - 1,30**
1 - 0 ano	1,00	887,62	1.020,76	1.153,91
2 - 1 ano	1,02	905,37	1.041,18	1.176,98
3 - 2 anos	1,04	923,12	1.061,59	1.200,06
4 - 3 anos	1,06	940,88	1.082,01	1.223,14
5 - 4 anos	1,08	95863	1.102,42	1.246,22
6 - 5 anos	1,10	976,38	1.122,84	1.269,30
7 - 6 anos	1,12	994,13	1.143,25	1.292,37
8 - 7 anos	1,14	1.011,89	1.163,67	1.315,45
9 - 8 anos	1,16	1.029,64	1.184,09	1.338,53
10 - 9 anos	1,18	1.047,39	1.204,50	1.361,61
11 - 10 anos	1,20	1.065,14	1.224,92	1.384,69
12 - 11 anos	1,22	1.082,90	1.245,33	1.407,77
13 - 12 anos	1,24	1.100,65	1.265,75	1.430,84
14 - 13 anos	1,26	1.118,40	1.286,16	1.453,92
15 - 14 anos	1,28	1.136,15	1.306,58	1.477,00
16 - 15 anos	1,30	1.153,91	1.326,99	1.500,08
17 - 16 anos	1,32	1.171,66	1.347,41	1.523,16
18 - 17 anos	1,34	1.189,41	1.367,82	1.546,23
19 - 18 anos	1,36	1.207,16	1.388,24	1.569,31
20 - 19 anos	1,38	1.224,92	1.408,65	1.592,39
21 - 20 anos	1,40	1.242,67	1.429,07	1.615,47
22 - 21 anos	1,42	1.260,42	1.449,48	1.638,55
23 - 22 anos	1,44	1.278,17	1.469,90	1.661,62
24 - 23 anos	1,46	1.295,93	1.490,31	1.684,70
25 - 24 anos	1,48	1.313,68	1.510,73	1.707,78
26 - 25 anos	1,50	1.331,43	1.531,14	1.730,86
27 - 26 anos	1,52	1.349,18	1.551,56	1.753,94
28 - 27 anos	1,54	1.366,93	1.571,98	1.777,02
29 - 28 anos	1,56	1.384,69	1.592,39	1.800,09
30 - 29 anos	1,58	1.402,44	1.612,81	1.823,17
31 - 30 anos	1,60	1.420,19	1.633,22	1.846,25
32 - 31 anos	1,62	1.437,94	1.653,64	1.869,33
33 - 32 anos	1,64	1.455,70	1.674,05	1.892,41
34 - 33 anos	1,66	1.473,45	1.694,47	1.915,48
35 - 34 anos	1,68	1.491,20	1.714,88	1.938,56

ANEXO VIII (TABELA 40 HORAS) AGENTE ADMINISTRATIVO				
Nível	**Percentual**	**Classe - A - 1,00**	**Classe - B - 1,15**	**Classe - C - 1,30**
1 - 0 ano	1,00	510,00	586,50	663,00

2 - 1 ano	1,02	520,20	598,23	676,26
3 - 2 anos	1,04	530,40	609,96	689,52
4 - 3 anos	1,06	540,60	621,69	702,78
5 - 4 anos	1,08	550,80	633,42	716,04
6 - 5 anos	1,10	561,00	645,15	729,30
7 - 6 anos	1,12	571,20	656,88	742,56
8 - 7 anos	1,14	581,40	668,61	755,82
9 - 8 anos	1,16	591,60	680,34	769,08
10 - 9 anos	1,18	601,80	692,07	782,34
11 - 10 anos	1,20	612,00	703,80	795,60
12 - 11 anos	1,22	622,20	715,53	808,86
13 - 12 anos	1,24	632,40	727,26	822,12
14 - 13 anos	1,26	642,60	738,99	835,38
15 - 14 anos	1,28	652,80	750,72	848,64
16 - 15 anos	1,30	663,00	762,45	861,90
17 - 16 anos	1,32	673,20	774,18	875,16
18 - 17 anos	1,34	683,40	785,91	888,42
19 - 18 anos	1,36	693,60	797,64	901,68
20 - 19 anos	1,38	703,80	809,37	914,94
21 - 20 anos	1,40	714,00	821,10	928,20
22 - 21 anos	1,42	724,20	832,83	941,46
23 - 22 anos	1,44	734,40	844,56	954,72
24 - 23 anos	1,46	744,60	856,29	967,98
25 - 24 anos	1,48	754,80	868,02	981,24
26 - 25 nos	1,50	765,00	879,75	994,50
27 - 26 anos	1,52	775,20	891,48	1.007,76
28 - 27 anos	1,54	785,40	903,21	1.021,02
29 - 28 anos	1,56	795,60	914,94	1.034,28
30 - 29 anos	1,58	805,80	926,67	1.047,54
31 - 30 anos	1,60	816,00	938,40	1.060,80
32 - 31 anos	1,62	826,20	950,13	1.074,06
33 - 32 anos	1,64	836,40	961,86	1.087,32
34 - 33 anos	1,66	846,60	973,59	1.100,58
35 - 34 anos	1,68	856,80	985,32	1.113,84

ANEXO VIII
(TABELA 40 HORAS)
AGENTE ADMINISTRATIVO
(Alteração dada pelo Decreto nº 34, de 24 de abril de 2007, que concedeu reajuste salarial de 10% (dez por cento), reconhecido pela Lei Complementar nº 68, de 8 de novembro de 2011)

Nível	Percentual	Classe - A - 1,00	Classe - B - 1,15	Classe - C - 1,30
1 - 0 ano	1,00	561,00	645,15	729,30
2 - 1 ano	1,02	572,22	658,05	743,89
3 - 2 anos	1,04	583,44	670,96	758,47
4 - 3 anos	1,06	594,66	683,86	773,06
5 - 4 anos	1,08	605,88	696,76	787,64
6 - 5 anos	1,10	617,10	709,67	802,23
7 - 6 anos	1,12	628,32	722,57	816,82
8 - 7 anos	1,14	639,54	735,47	831,40
9 - 8 anos	1,16	650,76	748,37	845,99
10 - 9 anos	1,18	661,98	761,28	860,57
11 - 10 anos	1,20	673,20	774,18	875,16
12 - 11 anos	1,22	684,42	787,08	889,75
13 - 12 anos	1,24	695,64	799,99	904,33
14 - 13 anos	1,26	706,86	812,89	918,92
15 - 14 anos	1,28	718,08	825,79	933,50
16 - 15 anos	1,30	729,30	838,70	948,09
17 - 16 anos	1,32	740,52	851,60	962,68
18 - 17 anos	1,34	751,74	864,50	977,26
19 - 18 anos	1,36	762,96	877,40	991,85
20 - 19 anos	1,38	774,18	890,31	1.006,43
21 - 20 anos	1,40	785,40	903,21	1.021,02
22 - 21 anos	1,42	796,62	916,11	1.035,61
23 - 22 anos	1,44	807,84	929,02	1.050,19
24 - 23 anos	1,46	819,06	941,92	1.064,78
25 - 24 anos	1,48	830,28	954,82	1.079,36
26 - 25 nos	1,50	841,50	967,73	1.093,95
27 - 26 anos	1,52	852,72	980,63	1.108,54
28 - 27 anos	1,54	863,94	993,53	1.123,12
29 - 28 anos	1,56	875,16	1.006,43	1.137,71
30 - 29 anos	1,58	886,38	1.019,34	1.152,29
31 - 30 anos	1,60	897,60	1.032,24	1.166,88
32 - 31 anos	1,62	908,82	1.045,14	1.181,47
33 - 32 anos	1,64	920,04	1.058,05	1.196,05
34 - 33 anos	1,66	931,26	1.070,95	1.210,64
35 - 34 anos	1,68	942,48	1.083,85	1.225,22

ANEXO VIII
(TABELA 40 HORAS)
AGENTE ADMINISTRATIVO
(Valores alterados pela Lei Complementar nº 73, de 4 de abril de 2012, que concedeu reajuste de 50,92%, relativo à variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), no período de 01/01/2004 a 31/12/2011. Este índice de 50,92% é aplicado sobre a tabela original da Lei 35/2003, e agrega o reajuste concedido pela Lei Complementar nº 68/2011).

Nível	Percentual	Classe - A - 1,00	Classe - B - 1,15	Classe - C - 1,30
1 - 0 ano	1,00	769,69	885,15	1.000,60
2 - 1 ano	1,02	785,09	902,85	1.020,61
3 - 2 anos	1,04	800,48	920,55	1.040,62
4 - 3 anos	1,06	815,87	938,25	1.060,64
5 - 4 anos	1,08	831,27	955,96	1.080,65
6 - 5 anos	1,10	846,66	973,66	1.100,66
7 - 6 anos	1,12	862,06	991,36	1.120,67
8 - 7 anos	1,14	877,45	1.009,07	1.140,68

9 - 8 anos	1,16	892,84	1.026,77	1.160,70
10 - 9 anos	1,18	908,24	1.044,47	1.029,79
11 - 10 anos	1,20	923,63	1.062,17	1.200,72
12 - 11 anos	1,22	939,02	1.079,88	1.220,73
13 - 12 anos	1,24	954,42	1.097,58	1.240,74
14 - 13 anos	1,26	969,81	1.115,28	1.260,76
15 - 14 anos	1,28	985,21	1.132,99	1.280,77
16 - 15 anos	1,30	1.000,60	1.150,69	1.300,78
17 - 16 anos	1,32	1.015,99	1.168,39	1.320,79
18 - 17 anos	1,34	1.031,39	1.186,10	1.340,80
19 - 18 anos	1,36	1.046,78	1.203,80	1.360,82
20 - 19 anos	1,38	1.062,17	1.221,50	1.380,83
21 - 20 anos	1,40	1.077,57	1.239,20	1.400,84
22 - 21 anos	1,42	1.092,96	1.256,91	1.420,85
23 - 22 anos	1,44	1.108,36	1.274,61	1.440,86
24 - 23 anos	1,46	1.123,75	1.292,31	1.460,88
25 - 24 anos	1,48	1.139,14	1.310,02	1.480,89
26 - 25 anos	1,50	1.154,54	1.327,72	1.500,90
27 - 26 anos	1,52	1.169,93	1.345,42	1.520,91
28 - 27 anos	1,54	1.185,33	1.363,12	1.540,92
29 - 28 anos	1,56	1.200,72	1.380,83	1.560,94
30 - 29 anos	1,58	1.216,11	1.398,53	1.580,95
31 - 30 anos	1,60	1.231,51	1.416,23	1.600,96
32 - 31 anos	1,62	1.246,90	1.433,94	1.620,97
33 - 32 anos	1,64	1.262,29	1.451,64	1.640,98
34 - 33 anos	1,66	1.277,69	1.469,34	1.661,00
35 - 34 anos	1,68	1.293,08	1.487,04	1.681,01

ANEXO VIII

(TABELA 40 HORAS)

AGENTE ADMINISTRATIVO

VALORES ALTERADOS PELA LEI COMPLEMENTAR Nº 78, DE 19 DE AGOSTO DE 2013, QUE CONCEDEU REAJUSTE DE 6,17%, RELATIVO À VARIAÇÃO DO INPC NO PERÍODO DE 01/01/2012 A 31/12/2012.

Nível	Percentual	Classe - A - 1,00	Classe - B - 1,15	Classe - C - 1,30
1 - 0 ano	1,00	817,18	939,76	1.062,33
2 - 1 ano	1,02	833,52	958,55	1.083,58
3 - 2 anos	1,04	849,87	977,35	1.104,83
4 - 3 anos	1,06	866,21	996,14	1.126,07
5 - 4 anos	1,08	882,55	1.014,94	1.147,32
6 - 5 anos	1,10	898,90	1.033,73	1.168,57
7 - 6 anos	1,12	915,24	1.052,53	1.189,81
8 - 7 anos	1,14	931,59	1.071,32	1.211,06
9 - 8 anos	1,16	947,93	1.090,12	1.232,31
10 - 9 anos	1,18	964,27	1.108,91	1.253,55
11 - 10 anos	1,20	980,62	1.127,71	1.274,80
12 - 11 anos	1,22	996,96	1.146,50	1.296,05
13 - 12 anos	1,24	1.013,30	1.165,30	1.317,29
14 - 13 anos	1,26	1.029,65	1.184,09	1.338,54
15 - 14 anos	1,28	1.045,99	1.202,89	1.359,79
16 - 15 anos	1,30	1.062,33	1.221,68	1.381,03
17 - 16 anos	1,32	1.078,68	1.240,48	1.402,28
18 - 17 anos	1,34	1.095,02	1.259,27	1.423,53
19 - 18 anos	1,36	1.111,36	1.278,07	1.444,77
20 - 19 anos	1,38	1.127,71	1.296,86	1.466,02
21 - 20 anos	1,40	1.144,05	1.315,66	1.487,27
22 - 21 anos	1,42	1.160,40	1.334,45	1.508,51
23 - 22 anos	1,44	1.176,74	1.353,25	1.529,76
24 - 23 anos	1,46	1.193,08	1.372,05	1.551,01
25 - 24 anos	1,48	1.209,43	1.390,84	1.572,25
26 - 25 nos	1,50	1.225,77	1.409,64	1.593,50
27 - 26 anos	1,52	1.242,11	1.428,43	1.614,75
28 - 27 anos	1,54	1.258,46	1.447,23	1.635,99
29 - 28 anos	1,56	1.274,80	1.466,02	1.657,24
30 - 29 anos	1,58	1.291,14	1.484,82	1.678,49
31 - 30 anos	1,60	1.307,49	1.503,61	1.699,73
32 - 31 anos	1,62	1.323,83	1.522,41	1.720,98
33 - 32 anos	1,64	1.340,18	1.541,20	1.742,23
34 - 33 anos	1,66	1.356,52	1.560,00	1.763,47
35 - 34 anos	1,68	1.372,86	1.578,79	1.784,72

Lei Complementar nº 35/2003 - ANEXO VIII - AGENTE ADMINISTRATIVO - TABELA 40 HORAS

VALORES ALTERADOS PELO ANEXO VI DA LEI COMPLEMENTAR Nº 84, DE 24 DE JUNHO DE 2014, QUE CONCEDEU REAJUSTE DE 8,62%, RELATIVO À VARIAÇÃO DO INPC NO PERÍODO DE 01/01/2013 A 30/04/2014, COM EFEITOS FINANCEIROS RETROATIVOS A 01/05/2014.

Graus de Formação →		Ensino Médio Completo	Ensino Médio Completo + 120 Horas de Cursos na Área de Atuação	Ensino Superior Completo na Área de Atuação, com Registro no Conselho de Classe
Nível	**Percentual**	**Classe – A - 1,00**	**Classe - B - 1,15**	**Classe - C - 1,30**
1 - 0 ano	1,00	887,62	1.020,76	1.153,91
2 - 1 ano	1,02	905,37	1.041,18	1.176,98
3 - 2 anos	1,04	923,12	1.061,59	1.200,06
4 - 3 anos	1,06	940,88	1.082,01	1.223,14
5 - 4 anos	1,08	958,63	1.102,42	1.246,22
6 - 5 anos	1,10	976,38	1.122,84	1.269,30
7 - 6 anos	1,12	994,13	1.143,25	1.292,37
8 - 7 anos	1,14	1.011,89	1.163,67	1.315,45
9 - 8 anos	1,16	1.029,64	1.184,09	1.338,53
10 - 9 anos	1,18	1.047,39	1.204,50	1.361,61
11 - 10 anos	1,20	1.065,14	1.224,92	1.384,69
12 - 11 anos	1,22	1.082,90	1.245,33	1.407,77
13 - 12 anos	1,24	1.100,65	1.265,75	1.430,84
14 - 13 anos	1,26	1.118,40	1.286,16	1.453,92

15 - 14 anos	1,28	1.136,15	1.306,58	1.477,00
16 - 15 anos	1,30	1.153,91	1.326,99	1.500,08
17 - 16 anos	1,32	1.171,66	1.347,41	1.523,16
18 - 17 anos	1,34	1.189,41	1.367,82	1.546,23
19 - 18 anos	1,36	1.207,16	1.388,24	1.569,31
20 - 19 anos	1,38	1.224,92	1.408,65	1.592,39
21 - 20 anos	1,40	1.242,67	1.429,07	1.615,47
22 - 21 anos	1,42	1.260,42	1.449,48	1.638,55
23 - 22 anos	1,44	1.278,17	1.469,90	1.661,62
24 - 23 anos	1,46	1.295,93	1.490,31	1.684,70
25 - 24 anos	1,48	1.313,68	1.510,73	1.707,78
26 - 25 nos	1,50	1.331,43	1.531,14	1.730,86
27 - 26 anos	1,52	1.349,18	1.551,56	1.753,94
28 - 27 anos	1,54	1.366,93	1.571,98	1.777,02
29 - 28 anos	1,56	1.384,69	1.592,39	1.800,09
30 - 29 anos	1,58	1.402,44	1.612,81	1.823,17
31 - 30 anos	1,60	1.420,19	1.633,22	1.846,25
32 - 31 anos	1,62	1.437,94	1.653,64	1.869,33
33 - 32 anos	1,64	1.455,70	1.674,05	1.892,41
34 - 33 anos	1,66	1.473,45	1.694,47	1.915,48
35 - 34 anos	1,68	1.491,20	1.714,88	1.938,56

~~**ANEXO IX**~~
~~**(TABELA 40 HORAS)**~~
~~**AGENTE ADMINISTRATIVO – I**~~

~~Nível~~	~~Percentual~~	~~Classe - A - 1,00~~	~~Classe - B - 1,15~~	~~Classe - C - 1,30~~
~~1 - 0 ano~~	~~1,00~~	~~565,00~~	~~649,75~~	~~734,50~~
~~2 - 1 ano~~	~~1,02~~	~~576,30~~	~~662,75~~	~~749,19~~
~~3 - 2 anos~~	~~1,04~~	~~587,60~~	~~675,74~~	~~763,88~~
~~4 - 3 anos~~	~~1,06~~	~~598,90~~	~~688,74~~	~~778,57~~
~~5 - 4 anos~~	~~1,08~~	~~610,20~~	~~701,73~~	~~793,26~~
~~6 - 5 anos~~	~~1,10~~	~~621,50~~	~~714,73~~	~~807,95~~
~~7 - 6 anos~~	~~1,12~~	~~632,80~~	~~727,72~~	~~822,64~~
~~8 - 7 anos~~	~~1,14~~	~~644,10~~	~~740,72~~	~~837,33~~
~~9 - 8 anos~~	~~1,16~~	~~655,40~~	~~753,71~~	~~852,02~~
~~10 - 9 anos~~	~~1,18~~	~~666,70~~	~~766,71~~	~~866,71~~
~~11 - 10 anos~~	~~1,20~~	~~678,00~~	~~779,70~~	~~881,40~~
~~12 - 11 anos~~	~~1,22~~	~~689,30~~	~~792,70~~	~~896,09~~
~~13 - 12 anos~~	~~1,24~~	~~700,60~~	~~805,69~~	~~910,78~~
~~14 - 13 anos~~	~~1,26~~	~~711,90~~	~~818,69~~	~~925,47~~
~~15 - 14 anos~~	~~1,28~~	~~723,20~~	~~831,68~~	~~940,16~~
~~16 - 15 anos~~	~~1,30~~	~~734,50~~	~~844,68~~	~~954,85~~
~~17 - 16 anos~~	~~1,32~~	~~745,80~~	~~857,67~~	~~969,54~~
~~18 - 17 anos~~	~~1,34~~	~~757,10~~	~~870,67~~	~~984,23~~
~~19 - 18 anos~~	~~1,36~~	~~768,40~~	~~883,66~~	~~998,92~~
~~20 - 19 anos~~	~~1,38~~	~~779,70~~	~~896,66~~	~~1.013,61~~
~~21 - 20 anos~~	~~1,40~~	~~791,00~~	~~909,65~~	~~1.028,30~~
~~22 - 21 anos~~	~~1,42~~	~~802,30~~	~~922,65~~	~~1.042,99~~
~~23 - 22 anos~~	~~1,44~~	~~813,60~~	~~935,64~~	~~1.057,68~~
~~24 - 23 anos~~	~~1,46~~	~~824,90~~	~~948,64~~	~~1.072,37~~
~~25 - 24 anos~~	~~1,48~~	~~836,20~~	~~961,63~~	~~1.087,06~~
~~26 - 25 anos~~	~~1,50~~	~~847,50~~	~~974,63~~	~~1.101,75~~
~~27 - 26 anos~~	~~1,52~~	~~858,80~~	~~987,62~~	~~1.116,44~~
~~28 - 27 anos~~	~~1,54~~	~~870,10~~	~~1.000,62~~	~~1.131,13~~
~~29 - 28 anos~~	~~1,56~~	~~881,40~~	~~1.013,61~~	~~1.145,82~~
~~30 - 29 anos~~	~~1,58~~	~~892,70~~	~~1.026,61~~	~~1.160,51~~
~~31 - 30 anos~~	~~1,60~~	~~904,00~~	~~1.039,60~~	~~1.175,20~~
~~32 - 31 anos~~	~~1,62~~	~~915,30~~	~~1.052,60~~	~~1.189,89~~
~~33 - 32 anos~~	~~1,64~~	~~926,60~~	~~1.065,59~~	~~1.204,58~~
~~34 - 33 anos~~	~~1,66~~	~~937,90~~	~~1.078,59~~	~~1.219,27~~
~~35 - 34 anos~~	~~1,68~~	~~949,20~~	~~1.091,58~~	~~1.233,96~~

~~**ANEXO IX**~~
~~**(TABELA 40 HORAS)**~~
~~**AGENTE ADMINISTRATIVO – I**~~
~~**(Alteração dada pelo Decreto nº 34, de 24 de abril de 2007, que concedeu reajuste salarial de 10% (dez por cento), reconhecido pela Lei Complementar nº 68, de 8 de novembro de 2011)**~~

~~Nível~~	~~Percentual~~	~~Classe - A - 1,00~~	~~Classe - B - 1,15~~	~~Classe - C - 1,30~~
~~1 - 0 ano~~	~~1,00~~	~~621,50~~	~~714,73~~	~~807,95~~
~~2 - 1 ano~~	~~1,02~~	~~633,93~~	~~729,03~~	~~824,11~~
~~3 - 2 anos~~	~~1,04~~	~~646,36~~	~~743,31~~	~~840,27~~
~~4 - 3 anos~~	~~1,06~~	~~658,79~~	~~757,61~~	~~856,43~~
~~5 - 4 anos~~	~~1,08~~	~~671,22~~	~~771,90~~	~~872,59~~
~~6 - 5 anos~~	~~1,10~~	~~683,65~~	~~786,20~~	~~888,75~~
~~7 - 6 anos~~	~~1,12~~	~~696,08~~	~~800,49~~	~~904,90~~
~~8 - 7 anos~~	~~1,14~~	~~708,51~~	~~814,79~~	~~921,06~~
~~9 - 8 anos~~	~~1,16~~	~~720,94~~	~~829,08~~	~~937,22~~
~~10 - 9 anos~~	~~1,18~~	~~733,37~~	~~843,38~~	~~953,38~~
~~11 - 10 anos~~	~~1,20~~	~~745,80~~	~~857,67~~	~~969,54~~
~~12 - 11 anos~~	~~1,22~~	~~758,23~~	~~871,97~~	~~985,70~~
~~13 - 12 anos~~	~~1,24~~	~~770,66~~	~~886,26~~	~~1.001,86~~
~~14 - 13 anos~~	~~1,26~~	~~783,09~~	~~900,56~~	~~1.018,02~~
~~15 - 14 anos~~	~~1,28~~	~~795,52~~	~~914,85~~	~~1.034,18~~
~~16 - 15 anos~~	~~1,30~~	~~807,95~~	~~929,15~~	~~1.050,34~~
~~17 - 16 anos~~	~~1,32~~	~~820,38~~	~~943,44~~	~~1.066,49~~
~~18 - 17 anos~~	~~1,34~~	~~832,81~~	~~957,74~~	~~1.082,65~~
~~19 - 18 anos~~	~~1,36~~	~~845,24~~	~~972,03~~	~~1.098,81~~
~~20 - 19 anos~~	~~1,38~~	~~857,67~~	~~986,33~~	~~1.114,97~~
~~21 - 20 anos~~	~~1,40~~	~~870,10~~	~~1.000,62~~	~~1.131,13~~
~~22 - 21 anos~~	~~1,42~~	~~882,53~~	~~1.014,92~~	~~1.147,29~~

23 - 22 anos	1,44	894,96	1.029,20	1.163,45
24 - 23 anos	1,46	907,39	1.043,50	1.179,61
25 - 24 anos	1,48	919,82	1.057,79	1.195,77
26 - 25 anos	1,50	932,25	1.072,09	1.211,93
27 - 26 anos	1,52	944,68	1.086,38	1.228,08
28 - 27 anos	1,54	957,11	1.100,68	1.244,24
29 - 28 anos	1,56	969,54	1.114,97	1.260,40
30 - 29 anos	1,58	981,97	1.129,27	1.276,56
31 - 30 anos	1,60	994,40	1.143,56	1.292,72
32 - 31 anos	1,62	1.006,83	1.157,86	1.308,88
33 - 32 anos	1,64	1.019,26	1.172,15	1.325,04
34 - 33 anos	1,66	1.031,69	1.186,45	1.341,20
35 - 34 anos	1,68	1.044,12	1.200,74	1.357,36

ANEXO IX

(TABELA 40 HORAS)

AGENTE ADMINISTRATIVO – I

(Valores alterados pela Lei Complementar nº 73, de 4 de abril de 2012, que concedeu reajuste de 50,92%, relativo à variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), no período de 01/01/2004 a 31/12/2011. Este índice de 50,92% é aplicado sobre a tabela original da Lei 35/2003, e agrega o reajuste concedido pela Lei Complementar nº 68/2011).

Nível	Percentual	Classe - A - 1,00	Classe – B – 1,15	Classe – C – 1,30
1 - 0 ano	1,00	852,70	980,60	1.108,51
2 - 1 ano	1,02	869,75	1.000,22	1.130,68
3 - 2 anos	1,04	886,81	1.019,83	1.152,85
4 - 3 anos	1,06	903,86	1.039,45	1.175,02
5 - 4 anos	1,08	920,91	1.059,05	1.197,19
6 - 5 anos	1,10	937,97	1.078,67	1.219,36
7 - 6 anos	1,12	955,02	1.098,28	1.241,53
8 - 7 anos	1,14	972,08	1.117,89	1.263,70
9 - 8 anos	1,16	989,13	1.137,50	1.285,87
10 - 9 anos	1,18	1.006,18	1.157,12	1.308,04
11 - 10 anos	1,20	1.023,24	1.176,72	1.330,21
12 - 11 anos	1,22	1.040,29	1.196,34	1.352,38
13 - 12 anos	1,24	1.057,35	1.215,95	1.374,55
14 - 13 anos	1,26	1.074,40	1.235,57	1.396,72
15 - 14 anos	1,28	1.091,45	1.255,17	1.418,89
16 - 15 anos	1,30	1.108,51	1.274,79	1.441,06
17 - 16 anos	1,32	1.125,56	1.294,40	1.463,23
18 - 17 anos	1,34	1.142,62	1.314,02	1.485,40
19 - 18 anos	1,36	1.159,67	1.333,62	1.507,57
20 - 19 anos	1,38	1.176,72	1.353,24	1.529,74
21 - 20 anos	1,40	1.193,78	1.372,84	1.551,91
22 - 21 anos	1,42	1.210,83	1.392,46	1.574,08
23 - 22 anos	1,44	1.227,89	1.412,07	1.596,25
24 - 23 anos	1,46	1.244,94	1.431,69	1.618,42
25 - 24 anos	1,48	1.261,99	1.451,29	1.640,59
26 - 25 anos	1,50	1.279,05	1.470,91	1.662,76
27 - 26 anos	1,52	1.296,10	1.490,52	1.684,93
28 - 27 anos	1,54	1.313,15	1.510,14	1.707,10
29 - 28 anos	1,56	1.330,21	1.529,74	1.729,27
30 - 29 anos	1,58	1.347,26	1.549,36	1.751,44
31 - 30 anos	1,60	1.364,32	1.568,96	1.773,61
32 - 31 anos	1,62	1.381,37	1.588,58	1.795,78
33 - 32 anos	1,64	1.398,42	1.608,19	1.817,95
34 - 33 anos	1,66	1.415,48	1.627,81	1.840,12
35 - 34 anos	1,68	1.432,53	1.647,41	1.862,29

ANEXO IX

(TABELA 40 HORAS)

AGENTE ADMINISTRATIVO – I

VALORES ALTERADOS PELA LEI COMPLEMENTAR Nº 78, DE 19 DE AGOSTO DE 2013, QUE CONCEDEU REAJUSTE DE 6,17%, RELATIVO À VARIAÇÃO DO INPC NO PERÍODO DE 01/01/2012 A 31/12/2012.

Nível	Percentual	Classe - A - 1,00	Classe – B – 1,15	Classe – C – 1,30
1 - 0 ano	1,00	905,31	1.041,11	1.176,90
2 - 1 ano	1,02	923,42	1.061,93	1.200,44
3 - 2 anos	1,04	941,52	1.082,75	1.223,98
4 - 3 anos	1,06	959,63	1.103,57	1.247,52
5 - 4 anos	1,08	977,73	1.124,40	1.271,06
6 - 5 anos	1,10	995,84	1.145,22	1.294,59
7 - 6 anos	1,12	1.013,95	1.166,04	1.318,13
8 - 7 anos	1,14	1.032,05	1.186,86	1.341,67
9 - 8 anos	1,16	1.050,16	1.207,68	1.365,21
10 - 9 anos	1,18	1.068,27	1.228,51	1.388,75
11 - 10 anos	1,20	1.086,37	1.249,33	1.412,28
12 - 11 anos	1,22	1.104,48	1.270,15	1.435,82
13 - 12 anos	1,24	1.122,58	1.290,97	1.459,36
14 - 13 anos	1,26	1.140,69	1.311,79	1.482,90
15 - 14 anos	1,28	1.158,80	1.332,62	1.506,44
16 - 15 anos	1,30	1.176,90	1.353,44	1.529,97
17 - 16 anos	1,32	1.195,01	1.374,26	1.553,51
18 - 17 anos	1,34	1.213,12	1.395,08	1.577,05
19 - 18 anos	1,36	1.231,22	1.415,90	1.600,59
20 - 19 anos	1,38	1.249,33	1.436,73	1.624,13
21 - 20 anos	1,40	1.267,43	1.457,55	1.647,66
22 - 21 anos	1,42	1.285,54	1.478,37	1.671,20
23 - 22 anos	1,44	1.303,65	1.499,19	1.694,74
24 - 23 anos	1,46	1.321,75	1.520,02	1.718,28
25 - 24 anos	1,48	1.339,86	1.540,84	1.741,82
26 - 25 anos	1,50	1.357,97	1.561,66	1.765,35
27 - 26 anos	1,52	1.376,07	1.582,48	1.788,89
28 - 27 anos	1,54	1.394,18	1.603,30	1.812,43

~~29 - 28 anos~~	~~1,56~~	~~1.412,28~~	~~1.624,13~~	~~1.835,97~~
~~30 - 29 anos~~	~~1,58~~	~~1.430,39~~	~~1.644,95~~	~~1.859,51~~
~~31 - 30 anos~~	~~1,60~~	~~1.448,50~~	~~1.665,77~~	~~1.883,04~~
~~32 - 31 anos~~	~~1,62~~	~~1.466,60~~	~~1.686,59~~	~~1.906,58~~
~~33 - 32 anos~~	~~1,64~~	~~1.484,71~~	~~1.707,41~~	~~1.930,12~~
~~34 - 33 anos~~	~~1,66~~	~~1.502,81~~	~~1.728,24~~	~~1.953,66~~
~~35 - 34 anos~~	~~1,68~~	~~1.520,92~~	~~1.749,06~~	~~1.977,20~~

Lei Complementar nº 35/2003 - ANEXO IX - AGENTE ADMINISTRATIVO-I - TABELA 40 HORAS

VALORES ALTERADOS PELO ANEXO VII DA LEI COMPLEMENTAR Nº 84, DE 24 DE JUNHO DE 2014, QUE CONCEDEU REAJUSTE DE 8,62%, RELATIVO À VARIAÇÃO DO INPC NO PERÍODO DE 01/01/2013 A 30/04/2014, COM EFEITOS FINANCEIROS RETROATIVOS A 01/05/2014.

Graus de Formação →		Ensino Médio Completo	Ensino Médio Completo + 120 Horas de Cursos na Área de Atuação	Ensino Superior Completo na Área de Atuação, com Registro no Conselho de Classe
Nível	**Percentual**	**Classe – A - 1,00**	**Classe - B - 1,15**	**Classe - C - 1,30**
1 - 0 ano	1,00	983,35	1.130,85	1.278,36
2 - 1 ano	1,02	1.003,02	1.153,47	1.303,92
3 - 2 anos	1,04	1.022,68	1.176,09	1.329,49
4 - 3 anos	1,06	1.042,35	1.198,70	1.355,06
5 - 4 anos	1,08	1.062,02	1.221,32	1.380,62
6 - 5 anos	1,10	1.081,69	1.243,94	1.406,19
7 - 6 anos	1,12	1.101,35	1.266,55	1.431,76
8 - 7 anos	1,14	1.121,02	1.289,17	1.457,32
9 - 8 anos	1,16	1.140,69	1.311,79	1.482,89
10 - 9 anos	1,18	1.160,35	1.334,41	1.508,46
11 - 10 anos	1,20	1.180,02	1.357,02	1.534,03
12 - 11 anos	1,22	1.199,69	1.379,64	1.559,59
13 - 12 anos	1,24	1.219,35	1.402,26	1.585,16
14 - 13 anos	1,26	1.239,02	1.424,87	1.610,73
15 - 14 anos	1,28	1.258,69	1.447,49	1.636,29
16 - 15 anos	1,30	1.278,36	1.470,11	1.661,86
17 - 16 anos	1,32	1.298,02	1.492,73	1.687,43
18 - 17 anos	1,34	1.317,69	1.515,34	1.713,00
19 - 18 anos	1,36	1.337,36	1.537,96	1.738,56
20 - 19 anos	1,38	1.357,02	1.560,58	1.764,13
21 - 20 anos	1,40	1.376,69	1.583,19	1.789,70
22 - 21 anos	1,42	1.396,36	1.605,81	1.815,26
23 - 22 anos	1,44	1.416,02	1.628,43	1.840,83
24 - 23 anos	1,46	1.435,69	1.651,04	1.866,40
25 - 24 anos	1,48	1.455,36	1.673,66	1.891,97
26 - 25 anos	1,50	1.475,03	1.696,28	1.917,53
27 - 26 anos	1,52	1.494,69	1.718,90	1.943,10
28 - 27 anos	1,54	1.514,36	1.741,51	1.968,67
29 - 28 anos	1,56	1.534,03	1.764,13	1.994,23
30 - 29 anos	1,58	1.553,69	1.786,75	2.019,80
31 - 30 anos	1,60	1.573,36	1.809,36	2.045,37
32 - 31 anos	1,62	1.593,03	1.831,98	2.070,94
33 - 32 anos	1,64	1.612,69	1.854,60	2.096,50
34 - 33 anos	1,66	1.632,36	1.877,22	2.122,07
35 - 34 anos	1,68	1.652,03	1.899,83	2.147,64

~~ANEXO X~~
~~(TABELA 40 HORAS)~~
~~AGENTE ADMINISTRATIVO – II~~

~~Nível~~	~~Percentual~~	~~Classe - A - 1,00~~	~~Classe - B - 1,15~~	~~Classe - C - 1,30~~
~~1 - 0 ano~~	~~1,00~~	~~900,00~~	~~1.035,00~~	~~1.170,00~~
~~2 - 1 ano~~	~~1,02~~	~~918,00~~	~~1.055,70~~	~~1.193,40~~
~~3 - 2 anos~~	~~1,04~~	~~936,00~~	~~1.076,40~~	~~1.216,80~~
~~4 - 3 anos~~	~~1,06~~	~~954,00~~	~~1.097,10~~	~~1.240,20~~
~~5 - 4 anos~~	~~1,08~~	~~972,00~~	~~1.117,80~~	~~1.263,60~~
~~6 - 5 anos~~	~~1,10~~	~~990,00~~	~~1.138,50~~	~~1.287,00~~
~~7 - 6 anos~~	~~1,12~~	~~1.008,00~~	~~1.159,20~~	~~1.310,40~~
~~8 - 7 anos~~	~~1,14~~	~~1.026,00~~	~~1.179,90~~	~~1.333,80~~
~~9 - 8 anos~~	~~1,16~~	~~1.044,00~~	~~1.200,60~~	~~1.357,20~~
~~10 - 9 anos~~	~~1,18~~	~~1.062,00~~	~~1.221,30~~	~~1.380,60~~
~~11 - 10 anos~~	~~1,20~~	~~1.080,00~~	~~1.242,00~~	~~1.404,00~~
~~12 - 11 anos~~	~~1,22~~	~~1.098,00~~	~~1.262,70~~	~~1.427,40~~
~~13 - 12 anos~~	~~1,24~~	~~1.116,00~~	~~1.283,40~~	~~1.450,80~~
~~14 - 13 anos~~	~~1,26~~	~~1.134,00~~	~~1.304,10~~	~~1.474,20~~
~~15 - 14 anos~~	~~1,28~~	~~1.152,00~~	~~1.324,80~~	~~1.497,60~~
~~16 - 15 anos~~	~~1,30~~	~~1.170,00~~	~~1.345,50~~	~~1.521,00~~
~~17 - 16 anos~~	~~1,32~~	~~1.188,00~~	~~1.366,20~~	~~1.544,40~~
~~18 - 17 anos~~	~~1,34~~	~~1.206,00~~	~~1.386,90~~	~~1.567,80~~
~~19 - 18 anos~~	~~1,36~~	~~1.224,00~~	~~1.407,60~~	~~1.591,20~~
~~20 - 19 anos~~	~~1,38~~	~~1.242,00~~	~~1.428,30~~	~~1.614,60~~
~~21 - 20 anos~~	~~1,40~~	~~1.260,00~~	~~1.449,00~~	~~1.638,00~~
~~22 - 21 anos~~	~~1,42~~	~~1.278,00~~	~~1.469,70~~	~~1.661,40~~
~~23 - 22 anos~~	~~1,44~~	~~1.296,00~~	~~1.490,40~~	~~1.684,80~~
~~24 - 23 anos~~	~~1,46~~	~~1.314,00~~	~~1.511,10~~	~~1.708,20~~
~~25 - 24 anos~~	~~1,48~~	~~1.332,00~~	~~1.531,80~~	~~1.731,60~~
~~26 - 25 anos~~	~~1,50~~	~~1.350,00~~	~~1.552,50~~	~~1.755,00~~
~~27 - 26 anos~~	~~1,52~~	~~1.368,00~~	~~1.573,20~~	~~1.778,40~~
~~28 - 27 anos~~	~~1,54~~	~~1.386,00~~	~~1.593,90~~	~~1.801,80~~
~~29 - 28 anos~~	~~1,56~~	~~1.404,00~~	~~1.614,60~~	~~1.825,20~~
~~30 - 29 anos~~	~~1,58~~	~~1.422,00~~	~~1.635,30~~	~~1.848,60~~
~~31 - 30 anos~~	~~1,60~~	~~1.440,00~~	~~1.656,00~~	~~1.872,00~~
~~32 - 31 anos~~	~~1,62~~	~~1.458,00~~	~~1.676,70~~	~~1.895,40~~
~~33 - 32 anos~~	~~1,64~~	~~1.476,00~~	~~1.697,40~~	~~1.918,80~~
~~34 - 33 anos~~	~~1,66~~	~~1.494,00~~	~~1.718,10~~	~~1.942,20~~
~~35 - 34 anos~~	~~1,68~~	~~1.512,00~~	~~1.738,80~~	~~1.965,60~~

ANEXO X (TABELA 40 HORAS) AGENTE ADMINISTRATIVO – II (Alteração dada pelo Decreto nº 34, de 24 de abril de 2007, que concedeu reajuste salarial de 10% (dez por cento), reconhecido pela Lei Complementar nº 68, de 8 de novembro de 2011)				
Nível	**Percentual**	**Classe – A - 1,00**	**Classe – B - 1,15**	**Classe – C - 1,30**
1 - 0 ano	1,00	990,00	1.138,50	1.287,00
2 - 1 ano	1,02	1.009,80	1.161,27	1.312,74
3 - 2 anos	1,04	1.029,60	1.184,04	1.338,48
4 - 3 anos	1,06	1.049,40	1.206,81	1.364,22
5 - 4 anos	1,08	1.069,20	1.229,58	1.389,96
6 - 5 anos	1,10	1.089,00	1.252,35	1.415,70
7 - 6 anos	1,12	1.108,80	1.275,12	1.441,44
8 - 7 anos	1,14	1.128,60	1.297,89	1.467,18
9 - 8 anos	1,16	1.148,40	1.320,66	1.492,92
10 - 9 anos	1,18	1.168,20	1.343,43	1.518,66
11 - 10 anos	1,20	1.188,00	1.366,20	1.544,40
12 - 11 anos	1,22	1.207,80	1.388,97	1.570,14
13 - 12 anos	1,24	1.227,60	1.411,74	1.595,88
14 - 13 anos	1,26	1.247,40	1.434,51	1.621,62
15 - 14 anos	1,28	1.267,20	1.457,28	1.647,36
16 - 15 anos	1,30	1.287,00	1.480,05	1.673,10
17 - 16 anos	1,32	1.306,80	1.502,82	1.698,84
18 - 17 anos	1,34	1.326,60	1.525,59	1.724,58
19 - 18 anos	1,36	1.346,40	1.548,36	1.750,32
20 - 19 anos	1,38	1.366,20	1.571,13	1.776,06
21 - 20 anos	1,40	1.386,00	1.593,90	1.801,80
22 - 21 anos	1,42	1.405,80	1.616,67	1.827,54
23 - 22 anos	1,44	1.425,60	1.639,44	1.853,28
24 - 23 anos	1,46	1.445,40	1.662,21	1.879,02
25 - 24 anos	1,48	1.465,20	1.684,98	1.904,76
26 - 25 anos	1,50	1.485,00	1.707,75	1.930,50
27 - 26 anos	1,52	1.504,80	1.730,52	1.956,24
28 - 27 anos	1,54	1.524,60	1.753,29	1.981,98
29 - 28 anos	1,56	1.544,40	1.776,06	2.007,72
30 - 29 anos	1,58	1.564,20	1.798,83	2.033,46
31 - 30 anos	1,60	1.584,00	1.821,60	2.059,20
32 - 31 anos	1,62	1.603,80	1.844,37	2.084,94
33 - 32 anos	1,64	1.623,60	1.867,14	2.110,68
34 - 33 anos	1,66	1.643,40	1.889,91	2.136,42
35 - 34 anos	1,68	1.663,20	1.912,68	2.162,16

ANEXO X (TABELA 40 HORAS) AGENTE ADMINISTRATIVO – II (Valores alterados pela Lei Complementar nº 73, de 4 de abril de 2012, que concedeu reajuste de 50,92%, relativo à variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), no período de 01/01/2004 a 31/12/2011. Este índice de 50,92% é aplicado sobre a tabela original da Lei 35/2003, e agrega o reajuste concedido pela Lei Complementar nº 68/2011).				
Nível	**Percentual**	**Classe – A - 1,00**	**Classe – B - 1,15**	**Classe – C - 1,30**
1 - 0 ano	1,00	1.358,28	1.562,02	1.765,76
2 - 1 ano	1,02	1.385,45	1.593,26	1.801,08
3 - 2 anos	1,04	1.412,61	1.624,50	1.836,39
4 - 3 anos	1,06	1.439,78	1.655,74	1.871,71
5 - 4 anos	1,08	1.466,94	1.686,98	1.907,03
6 - 5 anos	1,10	1.494,11	1.718,22	1.942,34
7 - 6 anos	1,12	1.521,27	1.749,46	1.977,66
8 - 7 anos	1,14	1.548,44	1.780,71	2.012,97
9 - 8 anos	1,16	1.575,60	1.811,95	2.048,29
10 - 9 anos	1,18	1.602,77	1.843,19	2.083,60
11 - 10 anos	1,20	1.629,94	1.874,43	2.118,92
12 - 11 anos	1,22	1.657,10	1.905,67	2.154,23
13 - 12 anos	1,24	1.684,27	1.936,91	2.189,55
14 - 13 anos	1,26	1.711,43	1.968,15	2.224,86
15 - 14 anos	1,28	1.738,60	1.999,39	2.260,18
16 - 15 anos	1,30	1.765,76	2.030,63	2.295,49
17 - 16 anos	1,32	1.792,93	2.061,87	2.330,81
18 - 17 anos	1,34	1.820,10	2.093,11	2.366,12
19 - 18 anos	1,36	1.847,26	2.124,35	2.401,44
20 - 19 anos	1,38	1.874,43	2.155,59	2.436,75
21 - 20 anos	1,40	1.901,59	2.186,83	2.472,07
22 - 21 anos	1,42	1.928,76	2.218,07	2.507,38
23 - 22 anos	1,44	1.955,92	2.249,31	2.542,70
24 - 23 anos	1,46	1.983,09	2.280,55	2.578,02
25 - 24 anos	1,48	2.010,25	2.311,79	2.613,33
26 - 25 anos	1,50	2.037,42	2.343,03	2.648,65
27 - 26 anos	1,52	2.064,59	2.374,27	2.683,96
28 - 27 anos	1,54	2.091,75	2.405,51	2.719,28
29 - 28 anos	1,56	2.118,92	2.436,75	2.754,59
30 - 29 anos	1,58	2.146,08	2.467,99	2.789,91
31 - 30 anos	1,60	2.173,25	2.499,24	2.825,22
32 - 31 anos	1,62	2.200,41	2.530,48	2.860,54
33 - 32 anos	1,64	2.227,58	2.561,72	2.895,85
34 - 33 anos	1,66	2.254,74	2.592,96	2.931,17
35 - 34 anos	1,68	2.281,91	2.624,20	2.966,48

ANEXO X (TABELA 40 HORAS) AGENTE ADMINISTRATIVO – II VALORES ALTERADOS PELA LEI COMPLEMENTAR Nº 78, DE 19 DE AGOSTO DE 2013, QUE CONCEDEU REAJUSTE DE 6,17%, RELATIVO À VARIAÇÃO DO INPC NO PERÍODO DE

~~01/01/2012 A 31/12/2012.~~

~~Nível~~	~~Percentual~~	~~Classe - A - 1,00~~	~~Classe - B - 1,15~~	~~Classe - C - 1,30~~
~~1 - 0 ano~~	~~1,00~~	~~1.442,09~~	~~1.658,40~~	~~1.874,72~~
~~2 - 1 ano~~	~~1,02~~	~~1.470,93~~	~~1.691,57~~	~~1.912,21~~
~~3 - 2 anos~~	~~1,04~~	~~1.499,77~~	~~1.724,74~~	~~1.949,71~~
~~4 - 3 anos~~	~~1,06~~	~~1.528,62~~	~~1.757,91~~	~~1.987,20~~
~~5 - 4 anos~~	~~1,08~~	~~1.557,46~~	~~1.791,08~~	~~2.024,69~~
~~6 - 5 anos~~	~~1,10~~	~~1.586,30~~	~~1.824,24~~	~~2.062,19~~
~~7 - 6 anos~~	~~1,12~~	~~1.615,14~~	~~1.857,41~~	~~2.099,68~~
~~8 - 7 anos~~	~~1,14~~	~~1.643,98~~	~~1.890,58~~	~~2.137,18~~
~~9 - 8 anos~~	~~1,16~~	~~1.672,82~~	~~1.923,75~~	~~2.174,67~~
~~10 - 9 anos~~	~~1,18~~	~~1.701,67~~	~~1.956,92~~	~~2.212,17~~
~~11 - 10 anos~~	~~1,20~~	~~1.730,51~~	~~1.990,08~~	~~2.249,66~~
~~12 - 11 anos~~	~~1,22~~	~~1.759,35~~	~~2.023,25~~	~~2.287,15~~
~~13 - 12 anos~~	~~1,24~~	~~1.788,19~~	~~2.056,42~~	~~2.324,65~~
~~14 - 13 anos~~	~~1,26~~	~~1.817,03~~	~~2.089,59~~	~~2.362,14~~
~~15 - 14 anos~~	~~1,28~~	~~1.845,88~~	~~2.122,76~~	~~2.399,64~~
~~16 - 15 anos~~	~~1,30~~	~~1.874,72~~	~~2.155,92~~	~~2.437,13~~
~~17 - 16 anos~~	~~1,32~~	~~1.903,56~~	~~2.189,09~~	~~2.474,63~~
~~18 - 17 anos~~	~~1,34~~	~~1.932,40~~	~~2.222,26~~	~~2.512,12~~
~~19 - 18 anos~~	~~1,36~~	~~1.961,24~~	~~2.255,43~~	~~2.549,62~~
~~20 - 19 anos~~	~~1,38~~	~~1.990,08~~	~~2.288,60~~	~~2.587,11~~
~~21 - 20 anos~~	~~1,40~~	~~2.018,93~~	~~2.321,76~~	~~2.624,60~~
~~22 - 21 anos~~	~~1,42~~	~~2.047,77~~	~~2.354,93~~	~~2.662,10~~
~~23 - 22 anos~~	~~1,44~~	~~2.076,61~~	~~2.388,10~~	~~2.699,59~~
~~24 - 23 anos~~	~~1,46~~	~~2.105,45~~	~~2.421,27~~	~~2.737,09~~
~~25 - 24 anos~~	~~1,48~~	~~2.134,29~~	~~2.454,44~~	~~2.774,58~~
~~26 - 25 anos~~	~~1,50~~	~~2.163,14~~	~~2.487,61~~	~~2.812,08~~
~~27 - 26 anos~~	~~1,52~~	~~2.191,98~~	~~2.520,77~~	~~2.849,57~~
~~28 - 27 anos~~	~~1,54~~	~~2.220,82~~	~~2.553,94~~	~~2.887,06~~
~~29 - 28 anos~~	~~1,56~~	~~2.249,66~~	~~2.587,11~~	~~2.924,56~~
~~30 - 29 anos~~	~~1,58~~	~~2.278,50~~	~~2.620,28~~	~~2.962,05~~
~~31 - 30 anos~~	~~1,60~~	~~2.307,34~~	~~2.653,45~~	~~2.999,55~~
~~32 - 31 anos~~	~~1,62~~	~~2.336,19~~	~~2.686,61~~	~~3.037,04~~
~~33 - 32 anos~~	~~1,64~~	~~2.365,03~~	~~2.719,78~~	~~3.074,54~~
~~34 - 33 anos~~	~~1,66~~	~~2.393,87~~	~~2.752,95~~	~~3.112,03~~
~~35 - 34 anos~~	~~1,68~~	~~2.422,71~~	~~2.786,12~~	~~3.149,52~~

Lei Complementar nº 35/2003 - ANEXO X - AGENTE ADMINISTRATIVO-II - TABELA 40 HORAS

VALORES ALTERADOS PELO ANEXO VIII DA LEI COMPLEMENTAR Nº 84, DE 24 DE JUNHO DE 2014, QUE CONCEDEU REAJUSTE DE 8,62%, RELATIVO À VARIAÇÃO DO INPC NO PERÍODO DE 01/01/2013 A 30/04/2014, COM EFEITOS FINANCEIROS RETROATIVOS A 01/05/2014.

Graus de Formação →		Ensino Médio Completo	Ensino Médio Completo + 120 Horas de Cursos na Área de Atuação	Ensino Superior Completo na Área de Atuação, com Registro no Conselho de Classe
Nível	**Percentual**	**Classe – A - 1,00**	**Classe - B - 1,15**	**Classe - C - 1,30**
1 - 0 ano	1,00	1.566,40	1.801,36	2.036,32
2 - 1 ano	1,02	1.597,73	1.837,39	2.077,05
3 - 2 anos	1,04	1.629,06	1.873,41	2.117,77
4 - 3 anos	1,06	1.660,38	1.909,44	2.158,50
5 - 4 anos	1,08	1.691,71	1.945,47	2.199,23
6 - 5 anos	1,10	1.723,04	1.981,50	2.239,95
7 - 6 anos	1,12	1.754,37	2.017,52	2.280,68
8 - 7 anos	1,14	1.785,70	2.053,55	2.321,40
9 - 8 anos	1,16	1.817,02	2.089,58	2.362,13
10 - 9 anos	1,18	1.848,35	2.125,60	2.402,86
11 - 10 anos	1,20	1.879,68	2.161,63	2.443,58
12 - 11 anos	1,22	1.911,01	2.197,66	2.484,31
13 - 12 anos	1,24	1.942,34	2.233,69	2.525,04
14 - 13 anos	1,26	1.973,66	2.269,71	2.565,76
15 - 14 anos	1,28	2.004,99	2.305,74	2.606,49
16 - 15 anos	1,30	2.036,32	2.341,77	2.647,22
17 - 16 anos	1,32	2.067,65	2.377,80	2.687,94
18 - 17 anos	1,34	2.098,98	2.413,82	2.728,67
19 - 18 anos	1,36	2.130,30	2.449,85	2.769,40
20 - 19 anos	1,38	2.161,63	2.485,88	2.810,12
21 - 20 anos	1,40	2.192,96	2.521,90	2.850,85
22 - 21 anos	1,42	2.224,29	2.557,93	2.891,57
23 - 22 anos	1,44	2.255,62	2.593,96	2.932,30
24 - 23 anos	1,46	2.286,94	2.629,99	2.973,03
25 - 24 anos	1,48	2.318,27	2.666,01	3.013,75
26 - 25 anos	1,50	2.349,60	2.702,04	3.054,48
27 - 26 anos	1,52	2.380,93	2.738,07	3.095,21
28 - 27 anos	1,54	2.412,26	2.774,09	3.135,93
29 - 28 anos	1,56	2.443,58	2.810,12	3.176,66
30 - 29 anos	1,58	2.474,91	2.846,15	3.217,39
31 - 30 anos	1,60	2.506,24	2.882,18	3.258,11
32 - 31 anos	1,62	2.537,57	2.918,20	3.298,84
33 - 32 anos	1,64	2.568,90	2.954,23	3.339,56
34 - 33 anos	1,66	2.600,22	2.990,26	3.380,29
35 - 34 anos	1,68	2.631,55	3.026,28	3.421,02

~~ANEXO XI~~
~~(TABELA 40 HORAS)~~
~~TÉCNICO GRAU MÉDIO~~

~~Nível~~	~~Percentual~~	~~Classe - A - 1,00~~	~~Classe - B - 1,15~~	~~Classe - C - 1,30~~
~~1 - 0 ano~~	~~1,00~~	~~510,00~~	~~586,50~~	~~663,00~~
~~2 - 1 ano~~	~~1,02~~	~~520,20~~	~~598,23~~	~~676,26~~
~~3 - 2 anos~~	~~1,04~~	~~530,40~~	~~609,96~~	~~689,52~~
~~4 - 3 anos~~	~~1,06~~	~~540,60~~	~~621,69~~	~~702,78~~
~~5 - 4 anos~~	~~1,08~~	~~550,80~~	~~633,42~~	~~716,04~~

6 - 5 anos	1,10	561,00	645,15	729,30
7 - 6 anos	1,12	571,20	656,88	742,56
8 - 7 anos	1,14	581,40	668,61	755,82
9 - 8 anos	1,16	591,60	680,34	769,08
10 - 9 anos	1,18	601,80	692,07	782,34
11 - 10 anos	1,20	612,00	703,80	795,60
12 - 11 anos	1,22	622,20	715,53	808,86
13 - 12 anos	1,24	632,40	727,26	822,12
14 - 13 anos	1,26	642,60	738,99	835,38
15 - 14 anos	1,28	652,80	750,72	848,64
16 - 15 anos	1,30	663,00	762,45	861,90
17 - 16 anos	1,32	673,20	774,18	875,16
18 - 17 anos	1,34	683,40	785,91	888,42
19 - 18 anos	1,36	693,60	797,64	901,68
20 - 19 anos	1,38	703,80	809,37	914,94
21 - 20 anos	1,40	714,00	821,10	928,20
22 - 21 anos	1,42	724,20	832,83	941,46
23 - 22 anos	1,44	734,40	844,56	954,72
24 - 23 anos	1,46	744,60	856,29	967,98
25 - 24 anos	1,48	754,80	868,02	981,24
26 - 25 anos	1,50	765,00	879,75	994,50
27 - 26 anos	1,52	775,20	891,48	1.007,76
28 - 27 anos	1,54	785,40	903,21	1.021,02
29 - 28 anos	1,56	795,60	914,94	1.034,28
30 - 29 anos	1,58	805,80	926,67	1.047,54
31 - 30 anos	1,60	816,00	938,40	1.060,80
32 - 31 anos	1,62	826,20	950,13	1.074,06
33 - 32 anos	1,64	836,40	961,86	1.087,32
34 - 33 anos	1,66	846,60	973,59	1.100,58
35 - 34 anos	1,68	856,80	985,32	1.113,84

ANEXO XI
(TABELA 40 HORAS)
TÉCNICO GRAU MÉDIO
(Alteração dada pelo Decreto nº 34, de 24 de abril de 2007, que concedeu reajuste salarial de 10% (dez por cento), reconhecido pela Lei Complementar nº 68, de 8 de novembro de 2011)

Nível	Percentual	Classe - A - 1,00	Classe - B - 1,15	Classe - C - 1,30
1 - 0 ano	1,00	561,00	645,15	729,30
2 - 1 ano	1,02	572,22	658,05	743,89
3 - 2 anos	1,04	583,44	670,96	758,47
4 - 3 anos	1,06	594,66	683,86	773,06
5 - 4 anos	1,08	605,88	696,76	787,64
6 - 5 anos	1,10	617,10	709,67	802,23
7 - 6 anos	1,12	628,32	722,57	816,82
8 - 7 anos	1,14	639,54	735,47	831,40
9 - 8 anos	1,16	650,76	748,37	845,99
10 - 9 anos	1,18	661,98	761,28	860,57
11 - 10 anos	1,20	673,20	774,18	875,16
12 - 11 anos	1,22	684,42	787,08	889,75
13 - 12 anos	1,24	695,64	799,99	904,33
14 - 13 anos	1,26	706,86	812,89	918,92
15 - 14 anos	1,28	718,08	825,79	933,50
16 - 15 anos	1,30	729,30	838,70	948,09
17 - 16 anos	1,32	740,52	851,60	962,68
18 - 17 anos	1,34	751,74	864,50	977,26
19 - 18 anos	1,36	762,96	877,40	991,85
20 - 19 anos	1,38	774,18	890,31	1.006,43
21 - 20 anos	1,40	785,40	903,21	1.021,02
22 - 21 anos	1,42	796,62	916,11	1.035,61
23 - 22 anos	1,44	807,84	929,02	1.050,19
24 - 23 anos	1,46	819,06	941,92	1.064,78
25 - 24 anos	1,48	830,28	954,82	1.079,36
26 - 25 anos	1,50	841,50	967,73	1.093,95
27 - 26 anos	1,52	852,72	980,63	1.108,54
28 - 27 anos	1,54	863,94	993,53	1.123,12
29 - 28 anos	1,56	875,16	1.006,43	1.137,71
30 - 29 anos	1,58	886,38	1.019,34	1.152,29
31 - 30 anos	1,60	897,60	1.032,24	1.166,88
32 - 31 anos	1,62	908,82	1.045,14	1.181,47
33 - 32 anos	1,64	920,04	1.058,05	1.196,05
34 - 33 anos	1,66	931,26	1.070,95	1.210,64
35 - 34 anos	1,68	942,48	1.083,85	1.225,22

ANEXO XI
(TABELA 40 HORAS)
TÉCNICO GRAU MÉDIO
(Valores alterados pela Lei Complementar nº 73, de 4 de abril de 2012, que concedeu reajuste de 50,92%, relativo à variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), no período de 01/01/2004 a 31/12/2011. Este índice de 50,92% é aplicado sobre a tabela original da Lei 35/2003, e agrega o reajuste concedido pela Lei Complementar nº 68/2011).

Nível	Percentual	Classe - A - 1,00	Classe - B - 1,15	Classe - C - 1,30
1 - 0 ano	1,00	769,69	885,15	1.000,60
2 - 1 ano	1,02	785,09	902,85	1.020,61
3 - 2 anos	1,04	800,48	920,55	1.040,62
4 - 3 anos	1,06	815,87	938,25	1.060,64
5 - 4 anos	1,08	831,27	955,96	1.080,65
6 - 5 anos	1,10	846,66	973,66	1.100,66
7 - 6 anos	1,12	862,06	991,36	1.120,67
8 - 7 anos	1,14	877,45	1.009,07	1.140,68
9 - 8 anos	1,16	892,84	1.026,77	1.160,70
10 - 9 anos	1,18	908,24	1.044,47	1.180,71
11 - 10 anos	1,20	923,63	1.062,17	1.200,72
12 - 11 anos	1,22	939,02	1.079,88	1.220,73

13 - 12 anos	1,24	954,42	1.097,58	1.240,74
14 - 13 anos	1,26	969,81	1.115,28	1.260,76
15 - 14 anos	1,28	985,21	1.132,99	1.280,77
16 - 15 anos	1,30	1.000,60	1.150,69	1.300,78
17 - 16 anos	1,32	1.015,99	1.168,39	1.320,79
18 - 17 anos	1,34	1.031,39	1.186,10	1.340,80
19 - 18 anos	1,36	1.046,78	1.203,80	1.360,82
20 - 19 anos	1,38	1.062,17	1.221,50	1.380,83
21 - 20 anos	1,40	1.077,57	1.239,20	1.400,84
22 - 21 anos	1,42	1.092,96	1.256,91	1.420,85
23 - 22 anos	1,44	1.108,36	1.274,61	1.440,86
24 - 23 anos	1,46	1.123,75	1.292,31	1.460,88
25 - 24 anos	1,48	1.139,14	1.310,02	1.480,89
26 - 25 anos	1,50	1.154,54	1.327,72	1.500,90
27 - 26 anos	1,52	1.169,93	1.345,42	1.520,91
28 - 27 anos	1,54	1.185,33	1.363,12	1.540,92
29 - 28 anos	1,56	1.200,72	1.380,83	1.560,94
30 - 29 anos	1,58	1.216,11	1.398,53	1.580,95
31 - 30 anos	1,60	1.231,51	1.416,23	1.600,96
32 - 31 anos	1,62	1.246,90	1.433,94	1.620,97
33 - 32 anos	1,64	1.262,29	1.451,64	1.640,98
34 - 33 anos	1,66	1.277,69	1.469,34	1.661,00
35 - 34 anos	1,68	1.293,08	1.487,04	1.681,01

ANEXO XI

(TABELA 40 HORAS)

TÉCNICO GRAU MÉDIO

VALORES ALTERADOS PELA LEI COMPLEMENTAR Nº 78, DE 19 DE AGOSTO DE 2013, QUE CONCEDEU REAJUSTE DE 6,17%, RELATIVO À VARIAÇÃO DO INPC NO PERÍODO DE 01/01/2012 A 31/12/2012.

Nível	Percentual	Classe - A - 1,00	Classe - B - 1,15	Classe - C - 1,30
1 - 0 ano	1,00	817,18	939,76	1.062,33
2 - 1 ano	1,02	833,52	958,55	1.083,58
3 - 2 anos	1,04	849,87	977,35	1.104,83
4 - 3 anos	1,06	866,21	996,14	1.126,07
5 - 4 anos	1,08	882,55	1.014,94	1.147,32
6 - 5 anos	1,10	898,90	1.033,73	1.168,57
7 - 6 anos	1,12	915,24	1.052,53	1.189,81
8 - 7 anos	1,14	931,59	1.071,32	1.211,06
9 - 8 anos	1,16	947,93	1.090,12	1.232,31
10 - 9 anos	1,18	964,27	1.108,91	1.253,55
11 - 10 anos	1,20	980,62	1.127,71	1.274,80
12 - 11 anos	1,22	996,96	1.146,50	1.296,05
13 - 12 anos	1,24	1.013,30	1.165,30	1.317,29
14 - 13 anos	1,26	1.029,65	1.184,09	1.338,54
15 - 14 anos	1,28	1.045,99	1.202,89	1.359,79
16 - 15 anos	1,30	1.062,33	1.221,68	1.381,03
17 - 16 anos	1,32	1.078,68	1.240,48	1.402,28
18 - 17 anos	1,34	1.095,02	1.259,27	1.423,53
19 - 18 anos	1,36	1.111,36	1.278,07	1.444,77
20 - 19 anos	1,38	1.127,71	1.296,86	1.466,02
21 - 20 anos	1,40	1.144,05	1.315,66	1.487,27
22 - 21 anos	1,42	1.160,40	1.334,45	1.508,51
23 - 22 anos	1,44	1.176,74	1.353,25	1.529,76
24 - 23 anos	1,46	1.193,08	1.372,05	1.551,01
25 - 24 anos	1,48	1.209,43	1.390,84	1.572,25
26 - 25 anos	1,50	1.225,77	1.409,64	1.593,50
27 - 26 anos	1,52	1.242,11	1.428,43	1.614,75
28 - 27 anos	1,54	1.258,46	1.447,23	1.635,99
29 - 28 anos	1,56	1.274,80	1.466,02	1.657,24
30 - 29 anos	1,58	1.291,14	1.484,82	1.678,49
31 - 30 anos	1,60	1.307,49	1.503,61	1.699,73
32 - 31 anos	1,62	1.323,83	1.522,41	1.720,98
33 - 32 anos	1,64	1.340,18	1.541,20	1.742,23
34 - 33 anos	1,66	1.356,52	1.560,00	1.763,47
35 - 34 anos	1,68	1.372,86	1.578,79	1.784,72

Lei Complementar nº 35/2003 - ANEXO XI – TÉCNICO GRAU (NÍVEL) MÉDIO - TABELA 40 HORAS

VALORES ALTERADOS PELO ANEXO IX DA LEI COMPLEMENTAR Nº 84, DE 24 DE JUNHO DE 2014, QUE CONCEDEU REAJUSTE DE 8,62%, RELATIVO À VARIAÇÃO DO INPC NO PERÍODO DE 01/01/2013 A 30/04/2014, COM EFEITOS FINANCEIROS RETROATIVOS A 01/05/2014.

Graus de Formação →		Ensino Médio Completo na Área de Atuação, com Registro no Conselho	Ensino Médio Completo + 120 Horas de Cursos na Área de Atuação	Ensino Superior Completo na Área de Atuação, com Registro no Conselho de Classe
Nível	**Percentual**	**Classe – A - 1,00**	**Classe - B - 1,15**	**Classe - C - 1,30**
1 - 0 ano	1,00	887,62	1.020,76	1.153,91
2 - 1 ano	1,02	905,37	1.041,18	1.176,98
3 - 2 anos	1,04	923,12	1.061,59	1.200,06
4 - 3 anos	1,06	940,88	1.082,01	1.223,14
5 - 4 anos	1,08	958,63	1.102,42	1.246,22
6 - 5 anos	1,10	976,38	1.122,84	1.269,30
7 - 6 anos	1,12	994,13	1.143,25	1.292,37
8 - 7 anos	1,14	1.011,89	1.163,67	1.315,45
9 - 8 anos	1,16	1.029,64	1.184,09	1.338,53
10 - 9 anos	1,18	1.047,39	1.204,50	1.361,61
11 - 10 anos	1,20	1.065,14	1.224,92	1.384,69
12 - 11 anos	1,22	1.082,90	1.245,33	1.407,77
13 - 12 anos	1,24	1.100,65	1.265,75	1.430,84
14 - 13 anos	1,26	1.118,40	1.286,16	1.453,92
15 - 14 anos	1,28	1.136,15	1.306,58	1.477,00
16 - 15 anos	1,30	1.153,91	1.326,99	1.500,08
17 - 16 anos	1,32	1.171,66	1.347,41	1.523,16
18 - 17 anos	1,34	1.189,41	1.367,82	1.546,23

19 - 18 anos	1,36	1.207,16	1.388,24	1.569,31
20 - 19 anos	1,38	1.224,92	1.408,65	1.592,39
21 - 20 anos	1,40	1.242,67	1.429,07	1.615,47
22 - 21 anos	1,42	1.260,42	1.449,48	1.638,55
23 - 22 anos	1,44	1.278,17	1.469,90	1.661,62
24 - 23 anos	1,46	1.295,93	1.490,31	1.684,70
25 - 24 anos	1,48	1.313,68	1.510,73	1.707,78
26 - 25 anos	1,50	1.331,43	1.531,14	1.730,86
27 - 26 anos	1,52	1.349,18	1.551,56	1.753,94
28 - 27 anos	1,54	1.366,93	1.571,98	1.777,02
29 - 28 anos	1,56	1.384,69	1.592,39	1.800,09
30 - 29 anos	1,58	1.402,44	1.612,81	1.823,17
31 - 30 anos	1,60	1.420,19	1.633,22	1.846,25
32 - 31 anos	1,62	1.437,94	1.653,64	1.869,33
33 - 32 anos	1,64	1.455,70	1.674,05	1.892,41
34 - 33 anos	1,66	1.473,45	1.694,47	1.915,48
35 - 34 anos	1,68	1.491,20	1.714,88	1.938,56

~~ANEXO XII~~
~~(TABELA 40 HORAS)~~
~~AGENTE MANUTENÇÃO~~

~~Nível~~	~~Percentual~~	~~Classe - A - 1,00~~	~~Classe - B - 1,15~~	~~Classe - C - 1,30~~
~~1 - 0 ano~~	~~1,00~~	~~510,00~~	~~586,50~~	~~663,00~~
~~2 - 1 ano~~	~~1,02~~	~~520,20~~	~~598,23~~	~~676,26~~
~~3 - 2 anos~~	~~1,04~~	~~530,40~~	~~609,96~~	~~689,52~~
~~4 - 3 anos~~	~~1,06~~	~~540,60~~	~~621,69~~	~~702,78~~
~~5 - 4 anos~~	~~1,08~~	~~550,80~~	~~633,42~~	~~716,04~~
~~6 - 5 anos~~	~~1,10~~	~~561,00~~	~~645,15~~	~~729,30~~
~~7 - 6 anos~~	~~1,12~~	~~571,20~~	~~656,88~~	~~742,56~~
~~8 - 7 anos~~	~~1,14~~	~~581,40~~	~~668,61~~	~~755,82~~
~~9 - 8 anos~~	~~1,16~~	~~591,60~~	~~680,34~~	~~769,08~~
~~10 - 9 anos~~	~~1,18~~	~~601,80~~	~~692,07~~	~~782,34~~
~~11 - 10 anos~~	~~1,20~~	~~612,00~~	~~703,80~~	~~795,60~~
~~12 - 11 anos~~	~~1,22~~	~~622,20~~	~~715,53~~	~~808,86~~
~~13 - 12 anos~~	~~1,24~~	~~632,40~~	~~727,26~~	~~822,12~~
~~14 - 13 anos~~	~~1,26~~	~~642,60~~	~~738,99~~	~~835,38~~
~~15 - 14 anos~~	~~1,28~~	~~652,80~~	~~750,72~~	~~848,64~~
~~16 - 15 anos~~	~~1,30~~	~~663,00~~	~~762,45~~	~~861,90~~
~~17 - 16 anos~~	~~1,32~~	~~673,20~~	~~774,18~~	~~875,16~~
~~18 - 17 anos~~	~~1,34~~	~~683,40~~	~~785,91~~	~~888,42~~
~~19 - 18 anos~~	~~1,36~~	~~693,60~~	~~797,64~~	~~901,68~~
~~20 - 19 anos~~	~~1,38~~	~~703,80~~	~~809,37~~	~~914,94~~
~~21 - 20 anos~~	~~1,40~~	~~714,00~~	~~821,10~~	~~928,20~~
~~22 - 21 anos~~	~~1,42~~	~~724,20~~	~~832,83~~	~~941,46~~
~~23 - 22 anos~~	~~1,44~~	~~734,40~~	~~844,56~~	~~954,72~~
~~24 - 23 anos~~	~~1,46~~	~~744,60~~	~~856,29~~	~~967,98~~
~~25 - 24 anos~~	~~1,48~~	~~754,80~~	~~868,02~~	~~981,24~~
~~26 - 25 anos~~	~~1,50~~	~~765,00~~	~~879,75~~	~~994,50~~
~~27 - 26 anos~~	~~1,52~~	~~775,20~~	~~891,48~~	~~1.007,76~~
~~28 - 27 anos~~	~~1,54~~	~~785,40~~	~~903,21~~	~~1.021,02~~
~~29 - 28 anos~~	~~1,56~~	~~795,60~~	~~914,94~~	~~1.034,28~~
~~30 - 29 anos~~	~~1,58~~	~~805,80~~	~~926,67~~	~~1.047,54~~
~~31 - 30 anos~~	~~1,60~~	~~816,00~~	~~938,40~~	~~1.060,80~~
~~32 - 31 anos~~	~~1,62~~	~~826,20~~	~~950,13~~	~~1.074,06~~
~~33 - 32 anos~~	~~1,64~~	~~836,40~~	~~961,86~~	~~1.087,32~~
~~34 - 33 anos~~	~~1,66~~	~~846,60~~	~~973,59~~	~~1.100,58~~
~~35 - 34 anos~~	~~1,68~~	~~856,80~~	~~985,32~~	~~1.113,84~~

~~ANEXO XII~~
~~(TABELA 40 HORAS)~~
~~AGENTE MANUTENÇÃO~~
~~(Alteração dada pelo Decreto nº 34, de 24 de abril de 2007, que concedeu reajuste salarial de 10% (dez por cento), reconhecido pela Lei Complementar nº 68, de 8 de novembro de 2011)~~

~~Nível~~	~~Percentual~~	~~Classe - A - 1,00~~	~~Classe - B - 1,15~~	~~Classe - C - 1,30~~
~~1 - 0 ano~~	~~1,00~~	~~561,00~~	~~645,15~~	~~729,30~~
~~2 - 1 ano~~	~~1,02~~	~~572,22~~	~~658,05~~	~~743,89~~
~~3 - 2 anos~~	~~1,04~~	~~583,44~~	~~670,96~~	~~758,47~~
~~4 - 3 anos~~	~~1,06~~	~~594,66~~	~~683,86~~	~~773,06~~
~~5 - 4 anos~~	~~1,08~~	~~605,88~~	~~696,76~~	~~787,64~~
~~6 - 5 anos~~	~~1,10~~	~~617,10~~	~~709,67~~	~~802,23~~
~~7 - 6 anos~~	~~1,12~~	~~628,32~~	~~722,57~~	~~816,82~~
~~8 - 7 anos~~	~~1,14~~	~~639,54~~	~~735,47~~	~~831,40~~
~~9 - 8 anos~~	~~1,16~~	~~650,76~~	~~748,37~~	~~845,99~~
~~10 - 9 anos~~	~~1,18~~	~~661,98~~	~~761,28~~	~~860,57~~
~~11 - 10 anos~~	~~1,20~~	~~673,20~~	~~774,18~~	~~875,16~~
~~12 - 11 anos~~	~~1,22~~	~~684,42~~	~~787,08~~	~~889,75~~
~~13 - 12 anos~~	~~1,24~~	~~695,64~~	~~799,99~~	~~904,33~~
~~14 - 13 anos~~	~~1,26~~	~~706,86~~	~~812,89~~	~~918,92~~
~~15 - 14 anos~~	~~1,28~~	~~718,08~~	~~825,79~~	~~933,50~~
~~16 - 15 anos~~	~~1,30~~	~~729,30~~	~~838,70~~	~~948,09~~
~~17 - 16 anos~~	~~1,32~~	~~740,52~~	~~851,60~~	~~962,68~~
~~18 - 17 anos~~	~~1,34~~	~~751,74~~	~~864,50~~	~~977,26~~
~~19 - 18 anos~~	~~1,36~~	~~762,96~~	~~877,40~~	~~991,85~~
~~20 - 19 anos~~	~~1,38~~	~~774,18~~	~~890,31~~	~~1.006,43~~
~~21 - 20 anos~~	~~1,40~~	~~785,40~~	~~903,21~~	~~1.021,02~~
~~22 - 21 anos~~	~~1,42~~	~~796,62~~	~~916,11~~	~~1.035,61~~
~~23 - 22 anos~~	~~1,44~~	~~807,84~~	~~929,02~~	~~1.050,19~~
~~24 - 23 anos~~	~~1,46~~	~~819,06~~	~~941,92~~	~~1.064,78~~
~~25 - 24 anos~~	~~1,48~~	~~830,28~~	~~954,82~~	~~1.079,36~~
~~26 - 25 anos~~	~~1,50~~	~~841,50~~	~~967,73~~	~~1.093,95~~
~~27 - 26 anos~~	~~1,52~~	~~852,72~~	~~980,63~~	~~1.108,54~~

28 - 27 anos	1,54	863,94	993,53	1.123,12
29 - 28 anos	1,56	875,16	1.006,43	1.137,71
30 - 29 anos	1,58	886,38	1.019,34	1.152,29
31 - 30 anos	1,60	897,60	1.032,24	1.166,88
32 - 31 anos	1,62	908,82	1.045,14	1.181,47
33 - 32 anos	1,64	920,04	1.058,05	1.196,05
34 - 33 anos	1,66	931,26	1.070,95	1.210,64
35 - 34 anos	1,68	942,48	1.083,85	1.225,22

ANEXO XII

(TABELA 40 HORAS)

AGENTE MANUTENÇÃO

(Valores alterados pela Lei Complementar nº 73, de 4 de abril de 2012, que concedeu reajuste de 50,92%, relativo à variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), no período de 01/01/2004 a 31/12/2011. Este índice de 50,92% é aplicado sobre a tabela original da Lei 35/2003, e agrega o reajuste concedido pela Lei Complementar nº 68/2011).

Nível	Percentual	Classe - A - 1,00	Classe - B - 1,15	Classe - C - 1,30
1 - 0 ano	1,00	769,69	885,15	1.000,60
2 - 1 ano	1,02	785,09	902,85	1.020,61
3 - 2 anos	1,04	800,48	920,55	1.040,62
4 - 3 anos	1,06	815,87	938,25	1.060,64
5 - 4 anos	1,08	831,27	955,96	1.080,65
6 - 5 anos	1,10	846,66	973,66	1.100,66
7 - 6 anos	1,12	862,06	991,36	1.120,67
8 - 7 anos	1,14	877,45	1.009,07	1.140,68
9 - 8 anos	1,16	892,84	1.026,77	1.160,70
10 - 9 anos	1,18	908,24	1.044,47	1.180,71
11 - 10 anos	1,20	923,63	1.062,17	1.200,72
12 - 11 anos	1,22	939,02	1.079,88	1.220,73
13 - 12 anos	1,24	954,42	1.097,58	1.240,74
14 - 13 anos	1,26	969,81	1.115,28	1.260,76
15 - 14 anos	1,28	985,21	1.132,99	1.280,77
16 - 15 anos	1,30	1.000,60	1.150,69	1.300,78
17 - 16 anos	1,32	1.015,99	1.168,39	1.320,79
18 - 17 anos	1,34	1.031,39	1.186,10	1.340,80
19 - 18 anos	1,36	1.046,78	1.203,80	1.360,82
20 - 19 anos	1,38	1.062,17	1.221,50	1.380,83
21 - 20 anos	1,40	1.077,57	1.239,20	1.400,84
22 - 21 anos	1,42	1.092,96	1.256,91	1.420,85
23 - 22 anos	1,44	1.108,36	1.274,61	1.440,86
24 - 23 anos	1,46	1.123,75	1.292,31	1.460,88
25 - 24 anos	1,48	1.139,14	1.310,02	1.480,89
26 - 25 anos	1,50	1.154,54	1.327,72	1.500,90
27 - 26 anos	1,52	1.169,93	1.345,42	1.520,91
28 - 27 anos	1,54	1.185,33	1.363,12	1.540,92
29 - 28 anos	1,56	1.200,72	1.380,83	1.560,94
30 - 29 anos	1,58	1.216,11	1.398,53	1.580,95
31 - 30 anos	1,60	1.231,51	1.416,23	1.600,96
32 - 31 anos	1,62	1.246,90	1.433,94	1.620,97
33 - 32 anos	1,64	1.262,29	1.451,64	1.640,98
34 - 33 anos	1,66	1.277,69	1.469,34	1.661,00
35 - 34 anos	1,68	1.293,08	1.487,04	1.681,01

ANEXO XII

(TABELA 40 HORAS)

AGENTE MANUTENÇÃO

VALORES ALTERADOS PELA LEI COMPLEMENTAR Nº 78, DE 19 DE AGOSTO DE 2013, QUE CONCEDEU REAJUSTE DE 6,17%, RELATIVO À VARIAÇÃO DO INPC NO PERÍODO DE 01/01/2012 A 31/12/2012.

Nível	Percentual	Classe - A - 1,00	Classe - B - 1,15	Classe - C - 1,30
1 - 0 ano	1,00	817,18	939,76	1.062,33
2 - 1 ano	1,02	833,52	958,55	1.083,58
3 - 2 anos	1,04	849,87	977,35	1.104,83
4 - 3 anos	1,06	866,21	996,14	1.126,07
5 - 4 anos	1,08	882,55	1.014,94	1.147,32
6 - 5 anos	1,10	898,90	1.033,73	1.168,57
7 - 6 anos	1,12	915,24	1.052,53	1.189,81
8 - 7 anos	1,14	931,59	1.071,32	1.211,06
9 - 8 anos	1,16	947,93	1.090,12	1.232,31
10 - 9 anos	1,18	964,27	1.108,91	1.253,55
11 - 10 anos	1,20	980,62	1.127,71	1.274,80
12 - 11 anos	1,22	996,96	1.146,50	1.296,05
13 - 12 anos	1,24	1.013,30	1.165,30	1.317,29
14 - 13 anos	1,26	1.029,65	1.184,09	1.338,54
15 - 14 anos	1,28	1.045,99	1.202,89	1.359,79
16 - 15 anos	1,30	1.062,33	1.221,68	1.381,03
17 - 16 anos	1,32	1.078,68	1.240,48	1.402,28
18 - 17 anos	1,34	1.095,02	1.259,27	1.423,53
19 - 18 anos	1,36	1.111,36	1.278,07	1.444,77
20 - 19 anos	1,38	1.127,71	1.296,86	1.466,02
21 - 20 anos	1,40	1.144,05	1.315,66	1.487,27
22 - 21 anos	1,42	1.160,40	1.334,45	1.508,51
23 - 22 anos	1,44	1.176,74	1.353,25	1.529,76
24 - 23 anos	1,46	1.193,08	1.372,05	1.551,01
25 - 24 anos	1,48	1.209,43	1.390,84	1.572,25
26 - 25 anos	1,50	1.225,77	1.409,64	1.593,50
27 - 26 anos	1,52	1.242,11	1.428,43	1.614,75
28 - 27 anos	1,54	1.258,46	1.447,23	1.635,99
29 - 28 anos	1,56	1.274,80	1.466,02	1.657,24
30 - 29 anos	1,58	1.291,14	1.484,82	1.678,49
31 - 30 anos	1,60	1.307,49	1.503,61	1.699,73
32 - 31 anos	1,62	1.323,83	1.522,41	1.720,98
33 - 32 anos	1,64	1.340,18	1.541,20	1.742,23

~~34 - 33 anos~~	~~1,66~~	~~1.356,52~~	~~1.560,00~~	~~1.763,47~~
~~35 - 34 anos~~	~~1,68~~	~~1.372,86~~	~~1.578,79~~	~~1.784,72~~

Lei Complementar nº 35/2003 - ANEXO XII – AGENTE DE MANUTENÇÃO - TABELA 40 HORAS

VALORES ALTERADOS PELO ANEXO X DA LEI COMPLEMENTAR Nº 84, DE 24 DE JUNHO DE 2014, QUE CONCEDEU REAJUSTE DE 8,62%, RELATIVO À VARIAÇÃO DO INPC NO PERÍODO DE 01/01/2013 A 30/04/2014, COM EFEITOS FINANCEIROS RETROATIVOS A 01/05/2014.

Graus de Formação →		Ensino Fundamental Incompleto	Ensino Médio Completo	Ensino Médio Completo + 120 Horas de Cursos na Área de Atuação
Nível	**Percentual**	**Classe – A - 1,00**	**Classe - B - 1,15**	**Classe - C - 1,30**
1 - 0 ano	1,00	887,62	1.020,76	1.153,91
2 - 1 ano	1,02	905,37	1.041,18	1.176,98
3 - 2 anos	1,04	923,12	1.061,59	1.200,06
4 - 3 anos	1,06	940,88	1.082,01	1.223,14
5 - 4 anos	1,08	958,63	1.102,42	1.246,22
6 - 5 anos	1,10	976,38	1.122,84	1.269,30
7 - 6 anos	1,12	994,13	1.143,25	1.292,37
8 - 7 anos	1,14	1.011,89	1.163,67	1.315,45
9 - 8 anos	1,16	1.029,64	1.184,09	1.338,53
10 - 9 anos	1,18	1.047,39	1.204,50	1.361,61
11 - 10 anos	1,20	1.065,14	1.224,92	1.384,69
12 - 11 anos	1,22	1.082,90	1.245,33	1.407,77
13 - 12 anos	1,24	1.100,65	1.265,75	1.430,84
14 - 13 anos	1,26	1.118,40	1.286,16	1.453,92
15 - 14 anos	1,28	1.136,15	1.306,58	1.477,00
16 - 15 anos	1,30	1.153,91	1.326,99	1.500,08
17 - 16 anos	1,32	1.171,66	1.347,41	1.523,16
18 - 17 anos	1,34	1.189,41	1.367,82	1.546,23
19 - 18 anos	1,36	1.207,16	1.388,24	1.569,31
20 - 19 anos	1,38	1.224,92	1.408,65	1.592,39
21 - 20 anos	1,40	1.242,67	1.429,07	1.615,47
22 - 21 anos	1,42	1.260,42	1.449,48	1.638,55
23 - 22 anos	1,44	1.278,17	1.469,90	1.661,62
24 - 23 anos	1,46	1.295,93	1.490,31	1.684,70
25 - 24 anos	1,48	1.313,68	1.510,73	1.707,78
26 - 25 anos	1,50	1.331,43	1.531,14	1.730,86
27 - 26 anos	1,52	1.349,18	1.551,56	1.753,94
28 - 27 anos	1,54	1.366,93	1.571,98	1.777,02
29 - 28 anos	1,56	1.384,69	1.592,39	1.800,09
30 - 29 anos	1,58	1.402,44	1.612,81	1.823,17
31 - 30 anos	1,60	1.420,19	1.633,22	1.846,25
32 - 31 anos	1,62	1.437,94	1.653,64	1.869,33
33 - 32 anos	1,64	1.455,70	1.674,05	1.892,41
34 - 33 anos	1,66	1.473,45	1.694,47	1.915,48
35 - 34 anos	1,68	1.491,20	1.714,88	1.938,56

~~ANEXO XIII~~
~~(TABELA 40 HORAS)~~
~~TÉCNICO NÍVEL SUPERIOR~~

~~Nível~~	~~Percentual~~	~~Classe - A - 1,00~~	~~Classe - B - 1,15~~	~~Classe - C - 1,30~~
~~1 - 0 ano~~	~~1,00~~	~~1.500,00~~	~~1.725,00~~	~~1.950,00~~
~~2 - 1 ano~~	~~1,02~~	~~1.530,00~~	~~1.759,50~~	~~1.989,00~~
~~3 - 2 anos~~	~~1,04~~	~~1.560,00~~	~~1.794,00~~	~~2.028,00~~
~~4 - 3 anos~~	~~1,06~~	~~1.590,00~~	~~1.828,50~~	~~2.067,00~~
~~5 - 4 anos~~	~~1,08~~	~~1.620,00~~	~~1.863,00~~	~~2.106,00~~
~~6 - 5 anos~~	~~1,10~~	~~1.650,00~~	~~1.897,50~~	~~2.145,00~~
~~7 - 6 anos~~	~~1,12~~	~~1.680,00~~	~~1.932,00~~	~~2.184,00~~
~~8 - 7 anos~~	~~1,14~~	~~1.710,00~~	~~1.966,50~~	~~2.223,00~~
~~9 - 8 anos~~	~~1,16~~	~~1.740,00~~	~~2.001,00~~	~~2.262,00~~
~~10 - 9 anos~~	~~1,18~~	~~1.770,00~~	~~2.035,50~~	~~2.301,00~~
~~11 - 10 anos~~	~~1,20~~	~~1.800,00~~	~~2.070,00~~	~~2.340,00~~
~~12 - 11 anos~~	~~1,22~~	~~1.830,00~~	~~2.104,50~~	~~2.379,00~~
~~13 - 12 anos~~	~~1,24~~	~~1.860,00~~	~~2.139,00~~	~~2.418,00~~
~~14 - 13 anos~~	~~1,26~~	~~1.890,00~~	~~2.173,50~~	~~2.457,00~~
~~15 - 14 anos~~	~~1,28~~	~~1.920,00~~	~~2.208,00~~	~~2.496,00~~
~~16 - 15 anos~~	~~1,30~~	~~1.950,00~~	~~2.242,50~~	~~2.535,00~~
~~17 - 16 anos~~	~~1,32~~	~~1.980,00~~	~~2.277,00~~	~~2.574,00~~
~~18 - 17 anos~~	~~1,34~~	~~2.010,00~~	~~2.311,50~~	~~2.613,00~~
~~19 - 18 anos~~	~~1,36~~	~~2.040,00~~	~~2.346,00~~	~~2.652,00~~
~~20 - 19 anos~~	~~1,38~~	~~2.070,00~~	~~2.380,50~~	~~2.691,00~~
~~21 - 20 anos~~	~~1,40~~	~~2.100,00~~	~~2.415,00~~	~~2.730,00~~
~~22 - 21 anos~~	~~1,42~~	~~2.130,00~~	~~2.449,50~~	~~2.769,00~~
~~23 - 22 anos~~	~~1,44~~	~~2.160,00~~	~~2.484,00~~	~~2.808,00~~
~~24 - 23 anos~~	~~1,46~~	~~2.190,00~~	~~2.518,50~~	~~2.847,00~~
~~25 - 24 anos~~	~~1,48~~	~~2.220,00~~	~~2.553,00~~	~~2.886,00~~
~~26 - 25 anos~~	~~1,50~~	~~2.250,00~~	~~2.587,50~~	~~2.925,00~~
~~27 - 26 anos~~	~~1,52~~	~~2.280,00~~	~~2.622,00~~	~~2.964,00~~
~~28 - 27 anos~~	~~1,54~~	~~2.310,00~~	~~2.656,50~~	~~3.003,00~~
~~29 - 28 anos~~	~~1,56~~	~~2.340,00~~	~~2.691,00~~	~~3.042,00~~
~~30 - 29 anos~~	~~1,58~~	~~2.370,00~~	~~2.725,50~~	~~3.081,00~~
~~31 - 30 anos~~	~~1,60~~	~~2.400,00~~	~~2.760,00~~	~~3.120,00~~
~~32 - 31 anos~~	~~1,62~~	~~2.430,00~~	~~2.794,50~~	~~3.159,00~~
~~33 - 32 anos~~	~~1,64~~	~~2.460,00~~	~~2.829,00~~	~~3.198,00~~
~~34 - 33 anos~~	~~1,66~~	~~2.490,00~~	~~2.863,50~~	~~3.237,00~~
~~35 - 34 anos~~	~~1,68~~	~~2.520,00~~	~~2.898,00~~	~~3.276,00~~

~~ANEXO XIII~~
~~(TABELA 40 HORAS)~~
~~TÉCNICO NÍVEL SUPERIOR~~
~~(Alteração dada pelo Decreto nº 34, de 24 de abril de 2007, que concedeu reajuste salarial de 10% (dez por cento), reconhecido pela Lei Complementar nº 68, de 8 de novembro de 2011)~~

Nível	Percentual	Classe - A - 1,00	Classe - B - 1,15	Classe - C - 1,30
1 - 0 ano	1,00	1.650,00	1.897,50	2.145,00
2 - 1 ano	1,02	1.683,00	1.935,45	2.187,90
3 - 2 anos	1,04	1.716,00	1.973,40	2.230,80
4 - 3 anos	1,06	1.749,00	2.011,35	2.273,70
5 - 4 anos	1,08	1.782,00	2.049,30	2.316,60
6 - 5 anos	1,10	1.815,00	2.087,25	2.359,50
7 - 6 anos	1,12	1.848,00	2.125,20	2.402,40
8 - 7 anos	1,14	1.881,00	2.163,15	2.445,30
9 - 8 anos	1,16	1.914,00	2.201,10	2.488,20
10 - 9 anos	1,18	1.947,00	2.239,05	2.531,10
11 - 10 anos	1,20	1.980,00	2.277,00	2.574,00
12 - 11 anos	1,22	2.013,00	2.314,95	2.616,90
13 - 12 anos	1,24	2.046,00	2.352,90	2.659,80
14 - 13 anos	1,26	2.079,00	2.390,85	2.702,70
15 - 14 anos	1,28	2.112,00	2.428,80	2.745,60
16 - 15 anos	1,30	2.145,00	2.466,75	2.788,50
17 - 16 anos	1,32	2.178,00	2.504,70	2.831,40
18 - 17 anos	1,34	2.211,00	2.542,65	2.874,30
19 - 18 anos	1,36	2.244,00	2.580,60	2.917,20
20 - 19 anos	1,38	2.277,00	2.618,55	2.960,10
21 - 20 anos	1,40	2.310,00	2.656,50	3.003,00
22 - 21 anos	1,42	2.343,00	2.694,45	3.045,90
23 - 22 anos	1,44	2.376,00	2.732,40	3.088,80
24 - 23 anos	1,46	2.409,00	2.770,35	3.131,70
25 - 24 anos	1,48	2.442,00	2.808,30	3.174,60
26 - 25 anos	1,50	2.475,00	2.846,25	3.217,50
27 - 26 anos	1,52	2.508,00	2.884,20	3.260,40
28 - 27 anos	1,54	2.541,00	2.922,15	3.303,30
29 - 28 anos	1,56	2.574,00	2.960,10	3.346,20
30 - 29 anos	1,58	2.607,00	2.998,05	3.389,10
31 - 30 anos	1,60	2.640,00	3.036,00	3.432,00
32 - 31 anos	1,62	2.673,00	3.073,95	3.474,90
33 - 32 anos	1,64	2.706,00	3.111,90	3.517,80
34 - 33 anos	1,66	2.739,00	3.149,85	3.560,70
35 - 34 anos	1,68	2.772,00	3.187,80	3.603,60

ANEXO XIII

(TABELA 40 HORAS)

TÉCNICO NÍVEL SUPERIOR

(Valores alterados pela Lei Complementar nº 73, de 4 de abril de 2012, que concedeu reajuste de 50,92%, relativo à variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), no período de 01/01/2004 a 31/12/2011. Este índice de 50,92% é aplicado sobre a tabela original da Lei 35/2003, e agrega o reajuste concedido pela Lei Complementar nº 68/2011).

Nível	Percentual	Classe - A - 1,00	Classe - B - 1,15	Classe - C - 1,30
1 - 0 ano	1,00	2.263,80	2.603,37	2.942,94
2 - 1 ano	1,02	2.309,08	2.655,44	3.001,80
3 - 2 anos	1,04	2.354,35	2.707,50	3.060,66
4 - 3 anos	1,06	2.399,63	2.759,57	3.119,52
5 - 4 anos	1,08	2.444,90	2.811,64	3.178,38
6 - 5 anos	1,10	2.490,18	2.863,71	3.237,23
7 - 6 anos	1,12	2.535,46	2.915,77	3.296,09
8 - 7 anos	1,14	2.580,73	2.967,84	3.354,95
9 - 8 anos	1,16	2.626,01	3.019,91	3.413,81
10 - 9 anos	1,18	2.671,28	3.071,98	3.472,67
11 - 10 anos	1,20	2.716,56	3.124,04	3.531,53
12 - 11 anos	1,22	2.761,84	3.176,11	3.590,39
13 - 12 anos	1,24	2.807,11	3.228,18	3.649,25
14 - 13 anos	1,26	2.852,39	3.280,25	3.708,10
15 - 14 anos	1,28	2.897,66	3.332,31	3.766,96
16 - 15 anos	1,30	2.942,94	3.384,38	3.825,82
17 - 16 anos	1,32	2.988,22	3.436,45	3.884,68
18 - 17 anos	1,34	3.033,49	3.488,52	3.943,54
19 - 18 anos	1,36	3.078,77	3.540,58	4.002,40
20 - 19 anos	1,38	3.124,04	3.592,65	4.061,26
21 - 20 anos	1,40	3.169,32	3.644,72	4.120,12
22 - 21 anos	1,42	3.214,60	3.696,79	4.178,97
23 - 22 anos	1,44	3.259,87	3.748,85	4.237,83
24 - 23 anos	1,46	3.305,15	3.800,92	4.296,69
25 - 24 anos	1,48	3.350,42	3.852,99	4.355,55
26 - 25 anos	1,50	3.395,70	3.905,06	4.414,41
27 - 26 anos	1,52	3.440,98	3.957,12	4.473,27
28 - 27 anos	1,54	3.486,25	4.009,19	4.532,13
29 - 28 anos	1,56	3.531,53	4.061,26	4.590,99
30 - 29 anos	1,58	3.576,80	4.113,32	4.649,85
31 - 30 anos	1,60	3.622,08	4.165,39	4.708,70
32 - 31 anos	1,62	3.667,36	4.217,46	4.767,56
33 - 32 anos	1,64	3.712,63	4.269,53	4.826,42
34 - 33 anos	1,66	3.757,91	4.321,59	4.885,28
35 - 34 anos	1,68	3.803,18	4.373,66	4.944,14

ANEXO XIII

(TABELA 40 HORAS)

TÉCNICO NÍVEL SUPERIOR

VALORES ALTERADOS PELA LEI COMPLEMENTAR Nº 78, DE 19 DE AGOSTO DE 2013, QUE CONCEDEU REAJUSTE DE 6,17%, RELATIVO À VARIAÇÃO DO INPC NO PERÍODO DE 01/01/2012 A 31/12/2012.

Nível	Percentual	Classe - A - 1,00	Classe - B - 1,15	Classe - C - 1,30
1 - 0 ano	1,00	2.403,48	2.764,00	3.124,52
2 - 1 ano	1,02	2.451,55	2.819,28	3.187,01
3 - 2 anos	1,04	2.499,62	2.874,56	3.249,50
4 - 3 anos	1,06	2.547,69	2.929,84	3.312,00
5 - 4 anos	1,08	2.595,76	2.985,12	3.374,49

~~6 - 5 anos~~	~~1,10~~	~~2.643,83~~	~~3.040,40~~	~~3.436,98~~
~~7 - 6 anos~~	~~1,12~~	~~2.691,90~~	~~3.095,68~~	~~3.499,47~~
~~8 - 7 anos~~	~~1,14~~	~~2.739,97~~	~~3.150,96~~	~~3.561,96~~
~~9 - 8 anos~~	~~1,16~~	~~2.788,04~~	~~3.206,24~~	~~3.624,45~~
~~10 - 9 anos~~	~~1,18~~	~~2.836,11~~	~~3.261,52~~	~~3.686,94~~
~~11 - 10 anos~~	~~1,20~~	~~2.884,18~~	~~3.316,80~~	~~3.749,43~~
~~12 - 11 anos~~	~~1,22~~	~~2.932,25~~	~~3.372,08~~	~~3.811,92~~
~~13 - 12 anos~~	~~1,24~~	~~2.980,32~~	~~3.427,36~~	~~3.874,41~~
~~14 - 13 anos~~	~~1,26~~	~~3.028,38~~	~~3.482,64~~	~~3.936,90~~
~~15 - 14 anos~~	~~1,28~~	~~3.076,45~~	~~3.537,92~~	~~3.999,39~~
~~16 - 15 anos~~	~~1,30~~	~~3.124,52~~	~~3.593,20~~	~~4.061,88~~
~~17 - 16 anos~~	~~1,32~~	~~3.172,59~~	~~3.648,48~~	~~4.124,37~~
~~18 - 17 anos~~	~~1,34~~	~~3.220,66~~	~~3.703,76~~	~~4.186,86~~
~~19 - 18 anos~~	~~1,36~~	~~3.268,73~~	~~3.759,04~~	~~4.249,35~~
~~20 - 19 anos~~	~~1,38~~	~~3.316,80~~	~~3.814,32~~	~~4.311,84~~
~~21 - 20 anos~~	~~1,40~~	~~3.364,87~~	~~3.869,60~~	~~4.374,33~~
~~22 - 21 anos~~	~~1,42~~	~~3.412,94~~	~~3.924,88~~	~~4.436,82~~
~~23 - 22 anos~~	~~1,44~~	~~3.461,01~~	~~3.980,16~~	~~4.499,31~~
~~24 - 23 anos~~	~~1,46~~	~~3.509,08~~	~~4.035,44~~	~~4.561,81~~
~~25 - 24 anos~~	~~1,48~~	~~3.557,15~~	~~4.090,72~~	~~4.624,30~~
~~26 - 25 anos~~	~~1,50~~	~~3.605,22~~	~~4.146,00~~	~~4.686,79~~
~~27 - 26 anos~~	~~1,52~~	~~3.653,29~~	~~4.201,28~~	~~4.749,28~~
~~28 - 27 anos~~	~~1,54~~	~~3.701,36~~	~~4.256,56~~	~~4.811,77~~
~~29 - 28 anos~~	~~1,56~~	~~3.749,43~~	~~4.311,84~~	~~4.874,26~~
~~30 - 29 anos~~	~~1,58~~	~~3.797,50~~	~~4.367,12~~	~~4.936,75~~
~~31 - 30 anos~~	~~1,60~~	~~3.845,57~~	~~4.422,40~~	~~4.999,24~~
~~32 - 31 anos~~	~~1,62~~	~~3.893,64~~	~~4.477,68~~	~~5.061,73~~
~~33 - 32 anos~~	~~1,64~~	~~3.941,71~~	~~4.532,96~~	~~5.124,22~~
~~34 - 33 anos~~	~~1,66~~	~~3.989,78~~	~~4.588,24~~	~~5.186,71~~
~~35 - 34 anos~~	~~1,68~~	~~4.037,85~~	~~4.643,52~~	~~5.249,20~~

Lei Complementar nº 35/2003 - ANEXO XIII – TÉCNICO GRAU (NÍVEL) SUPERIOR - TABELA 40 HORAS

VALORES ALTERADOS PELO ANEXO XI DA LEI COMPLEMENTAR Nº 84, DE 24 DE JUNHO DE 2014, QUE CONCEDEU REAJUSTE DE 8,62%, RELATIVO À VARIAÇÃO DO INPC NO PERÍODO DE 01/01/2013 A 30/04/2014, COM EFEITOS FINANCEIROS RETROATIVOS A 01/05/2014.

Graus de Formação →		Ensino Superior na Área e Registro no Conselho	Pós-Graduação *lato sensu* na Área de Atuação, no mínimo 120 horas	Mestrado ou Doutorado na área de atuação
Nível	**Percentual**	**Classe – A - 1,00**	**Classe - B - 1,15**	**Classe - C - 1,30**
1 - 0 ano	1,00	2.610,66	3.002,26	3.393,86
2 - 1 ano	1,02	2.662,87	3.062,30	3.461,74
3 - 2 anos	1,04	2.715,09	3.122,35	3.529,61
4 - 3 anos	1,06	2.767,30	3.182,39	3.597,49
5 - 4 anos	1,08	2.819,51	3.242,44	3.665,37
6 - 5 anos	1,10	2.871,73	3.302,48	3.733,24
7 - 6 anos	1,12	2.923,94	3.362,53	3.801,12
8 - 7 anos	1,14	2.976,15	3.422,58	3.869,00
9 - 8 anos	1,16	3.028,37	3.482,62	3.936,88
10 - 9 anos	1,18	3.080,58	3.542,67	4.004,75
11 - 10 anos	1,20	3.132,79	3.602,71	4.072,63
12 - 11 anos	1,22	3.185,01	3.662,76	4.140,51
13 - 12 anos	1,24	3.237,22	3.722,80	4.208,38
14 - 13 anos	1,26	3.289,43	3.782,85	4.276,26
15 - 14 anos	1,28	3.341,64	3.842,89	4.344,14
16 - 15 anos	1,30	3.393,86	3.902,94	4.412,02
17 - 16 anos	1,32	3.446,07	3.962,98	4.479,89
18 - 17 anos	1,34	3.498,28	4.023,03	4.547,77
19 - 18 anos	1,36	3.550,50	4.083,07	4.615,65
20 - 19 anos	1,38	3.602,71	4.143,12	4.683,52
21 - 20 anos	1,40	3.654,92	4.203,16	4.751,40
22 - 21 anos	1,42	3.707,14	4.263,21	4.819,28
23 - 22 anos	1,44	3.759,35	4.323,25	4.887,16
24 - 23 anos	1,46	3.811,56	4.383,30	4.955,03
25 - 24 anos	1,48	3.863,78	4.443,34	5.022,91
26 - 25 anos	1,50	3.915,99	4.503,39	5.090,79
27 - 26 anos	1,52	3.968,20	4.563,43	5.158,66
28 - 27 anos	1,54	4.020,42	4.623,48	5.226,54
29 - 28 anos	1,56	4.072,63	4.683,52	5.294,42
30 - 29 anos	1,58	4.124,84	4.743,57	5.362,30
31 - 30 anos	1,60	4.177,06	4.803,61	5.430,17
32 - 31 anos	1,62	4.229,27	4.863,66	5.498,05
33 - 32 anos	1,64	4.281,48	4.923,70	5.565,93
34 - 33 anos	1,66	4.333,70	4.983,75	5.633,80
35 - 34 anos	1,68	4.385,91	5.043,80	5.701,68

~~TABELA XIV~~

~~TABELA DE CARGOS COMISSIONADOS E FUNÇÕES DE CONFIANÇA~~

OS CARGOS, FUNÇÕES DE CONFIANÇA E VALORES DE REMUNERAÇÃO DESTA TABELA PASSARAM A SER CONTEMPLADOS EM LEIS ESPECÍFICAS QUE TRATAM DA ESTRUTURA ADMINISTRATIVA, COMO A LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL Nº 40, DE 6 DE MAIO DE 2004 E SUAS ALTERAÇÕES POSTERIORES (LEIS COMPLEMENTARES 43/2004, 49/2006, 54/2007, 59/2008, 61/2009 e 69/2011)

~~Cargo/Função Confiança~~	~~Remuneração~~	~~Escolaridade~~
~~Assessor Gabinete~~	~~860,00~~	~~Conhecimentos específicos.~~
~~Assessor Imprensa~~	~~860,00~~	~~Conhecimentos específicos.~~
~~Auditor~~	~~2.000,00~~	~~Ciências Contábeis, c/registro órgão competente.~~
~~Chefe Departamento~~	~~950,00~~	~~Conhecimentos específicos.~~
~~Chefe Seção~~	~~500,00~~	~~Conhecimentos específicos.~~
~~Chefe Divisão~~	~~850,00~~	~~Conhecimentos específicos.~~
~~Gerente~~	~~1.090,00~~	~~Conhecimentos específicos.~~
~~Procurador Jurídico~~	~~1.550,00~~	~~Direito, c/registro órgão competente.~~
~~Secretária Executiva~~	~~650,00~~	~~Conhecimentos específicos.~~

Publicado por:
Marcelino de Fáveri
Código Identificador:571276C0

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE TABAPORÃ

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
ANEXO 12

ANEXO 12 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - CONSOLIDADO

(art. 102 da Lei n.º 4.320/1964) — em R$ - P. Contas TCE

RECEITA				DESPESA			
Títulos	Previsão	Execução	Diferença	Títulos	Fixação	Execução	Diferença
RECEITA ORÇAMENTÁRIA	18.000.000,00	24.559.675,02	6.559.675,02	DESPESA ORÇAMENTÁRIA	36.425.111,49	24.563.328,59	-11.861.718,90
RECEITAS CORRENTES	17.962.182,52	24.329.497,93	6.367.315,41	CRÉDITOS ORÇAMENTÁRIOS E SUPLEMENTARES	31.508.665,97	21.234.865,27	-10.273.800,70
RECEITA TRIBUTARIA	765.391,92	2.017.153,33	1.251.761,41	DESPESAS CORRENTES	26.619.840,35	20.071.135,06	-6.548.705,29
RECEITAS DE CONTRIBUICOES	139.412,99	676.210,11	536.797,12	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	12.184.205,33	8.966.096,87	-3.218.108,46
RECEITA PATRIMONIAL	12.700,98	494.020,53	481.319,55	JUROS E ENCARGOS DA DIVIDA	100,00		-100,00
RECEITA DE SERVICOS	109.265,75	414.682,94	305.417,19	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	14.435.535,02	11.105.038,19	-3.330.496,83
TRANSFERENCIAS CORRENTES	16.703.205,74	20.119.787,11	3.416.581,37	DESPESAS DE CAPITAL	4.660.470,89	1.163.730,21	-3.496.740,68
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	232.205,14	607.643,91	375.438,77	INVESTIMENTOS	4.660.370,89	1.163.730,21	-3.496.640,68
RECEITAS DE CAPITAL	2.036.100,82	2.803.529,75	767.428,93	AMORTIZACAO DE DIVIDA	100,00		-100,00
OPERACOES DE CREDITO				RESERVA DE CONTINGENCIA	220.000,00		-220.000,00
ALIENACAO DE BENS	19.805,32	71.600,80	51.795,48	RESERVA DE CONTINGENCIA	220.000,00		-220.000,00
TRANSFERENCIAS DE CAPITAL	2.016.295,50	2.731.928,95	715.633,45	CRÉDITOS ESPECIAIS	4.916.445,52	3.328.463,32	-1.587.982,20
(-) DEDUCOES DA RECEITA	-1.998.283,34	-2.573.352,66	-575.069,32	DESPESAS CORRENTES	875.000,00	634.820,63	-240.179,37
(-) DESVALORIZACAO DE INVEST RENDA FIXA		-24.967,98	-24.967,98	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	642.100,00	522.541,58	-119.558,42
(-) DEDUCOES DE TRANSFERENCIAS CORRENTES	-1.998.283,34	-2.548.384,68	-550.101,34	JUROS E ENCARGOS DA DIVIDA			
				OUTRAS DESPESAS CORRENTES	232.900,00	112.279,05	-120.620,95
				DESPESAS DE CAPITAL	3.726.445,52	2.693.642,69	-1.032.802,83
				INVESTIMENTOS	3.726.445,52	2.693.642,69	-1.032.802,83
				AMORTIZACAO DE DIVIDA			
				RESERVA DE CONTINGENCIA	315.000,00		-315.000,00
				RESERVA DE CONTINGENCIA	315.000,00		-315.000,00
				CRÉDITOS EXTRAORDINÁRIOS			
				DESPESAS CORRENTES			
				PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS			
				JUROS E ENCARGOS DA DIVIDA			
				OUTRAS DESPESAS CORRENTES			
				DESPESAS DE CAPITAL			
				INVESTIMENTOS			
				AMORTIZACAO DE DIVIDA			
INTERFERÊNCIAS ATIVAS	900.000,00	912.538,57	12.538,57	INTERFERÊNCIAS PASSIVAS		1.086.798,41	1.086.798,41
DEVOLUCAO DUODECIMO		12.538,57	12.538,57	TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS POR PERDAS		174.259,84	174.259,84
REPASSE DUODECIMO	900.000,00	900.000,00		REPASSE DUODECIMO		900.000,00	900.000,00
				DEVOLUÇÃO DE REPASSE DE DUODÉCIMO		12.538,57	12.538,57
SubTotal	18.900.000,00	25.472.213,59	6.572.213,59	SubTotal	36.425.111,49	25.650.127,00	-10.774.984,49
Déficit Total	17.525.111,49	177.913,41	-17.347.198,08	Superávit Total			
Total	36.425.111,49	25.650.127,00	-10.774.984,49	Total	36.425.111,49	25.650.127,00	-10.774.984,49

NOTA: Conforme orientações da STN, são desconsiderados na consolidação, os valores decorrentes de operações intra-governamentais (receitas e despesas intra-orçamentárias).

PERCIVAL CARDOSO NOBREGA
Prefeito Municipal

CLAUDEMIRO TEODORO
Secretario Municipal de Financas

CLEBIO G. GUIMARAES GAIA
Contador 31.181 CRC-MG "T" MT

Emissão: 11/04/2014 08:19:58

Publicado por:
Cristiane Bobbo
Código Identificador:EDE72424

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA NOVA DO NORTE

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
RRA NOVA DO NORTE - ESTADO DE MATO GROSSO - CONCURSO PÚBLICO - EDITAL Nº 001/2014

CARGOS DO ENSINO FUNDAMENTAL COMPLETO E INCOMPLETO - RESULTADO OFICIAL DAS NOTAS DAS PROVAS E CLASSIFICAÇÃO PRÉVIA POR CARGOS

CODIGO	NOME DO CANDIDATO	CARGO CONCORRIDO	PROVA PRÁTICA	NT LP	NT MAT	NT CG	NT CE	SOMA Acer.	SOMA NOTA	NOTA FINAL	SITUAÇÃO
4810	VALDEMAR GROSS	Adjunto de Operaçoes	N.R.	9	6	20	20	14	55	55	CLASSIFICADO
4680	JEANE DE OLIVEIRA FEITOZA DOS REIS	Adjunto de Operaçoes	N.R.	3	0	20	25	11	48	48	DESCLASSIFICADO
4565	ELIANE BIER	Auxiliar de Limpeza (Sec. Educação - Cad. Reserva)	N.R.	12	3	20	35	17	70	70	CLASSIFICADO
4555	JESSICA DAIANE GEBIEN	Auxiliar de Limpeza (Sec. Educação - Cad. Reserva)	N.R.	9	12	4	40	16	65	65	CLASSIFICADO
4357	JAQUELINE APARECIDA ALVES DA SILVA	Auxiliar de Limpeza (Sec. Educação - Cad. Reserva)	N.R.	12	3	8	40	15	63	63	CLASSIFICADO
4707	LEANDRA LUIZA DE MELLO	Auxiliar de Limpeza (Sec. Educação - Cad. Reserva)	N.R.	9	3	12	35	14	59	59	CLASSIFICADO
4286	EDINEIA APARECIDA DOS SANTOS	Auxiliar de Limpeza (Sec. Educação - Cad. Reserva)	N.R.	6	6	12	35	14	59	59	CLASSIFICADO
4624	LUZIA APARECIDA DE PONTES	Auxiliar de Limpeza (Sec. Educação - Cad. Reserva)	N.R.	0	0	0	0	0	0	0	DESCLASSIFICADO
4581	MIRIAN MENDES DA SILVA	Auxiliar de Limpeza (Sec. Educação - Cad. Reserva)	N.R.	0	0	0	0	0	0	0	DESCLASSIFICADO
4424	FABIANE BUENO DA SILVA	Auxiliar de Limpeza (Secretaria de Saúde)	N.R.	15	9	20	45	22	89	89	CLASSIFICADO
4503	ELIZANE BISPO PAIVA	Auxiliar de Limpeza (Secretaria de Saúde)	N.R.	15	9	12	45	20	81	81	CLASSIFICADO
4505	CLAUDIA ANDREIA DO NASCIMENTO	Auxiliar de Limpeza (Secretaria de Saúde)	N.R.	15	9	12	45	20	81	81	CLASSIFICADO
4519	ELISANGELA BISPO PAIVA DOMINGUEZ	Auxiliar de Limpeza (Secretaria de Saúde)	N.R.	15	6	16	40	19	77	77	CLASSIFICADO
4421	ELIANE TEIXEIRA MAUTIDE	Auxiliar de Limpeza (Secretaria de Saúde)	N.R.	12	9	20	35	19	76	76	CLASSIFICADO
4489	GENI KILIN MATTEI	Auxiliar de Limpeza (Secretaria de Saúde)	N.R.	12	6	20	30	17	68	68	CLASSIFICADO
4730	ADRIANA FERREIRA MJACHADO PEREIRA	Auxiliar de Limpeza (Secretaria de Saúde)	N.R.	6	3	20	30	14	59	59	CLASSIFICADO
4334	LUCICLEIA NASC. CARVALHO JURIATTI	Auxiliar de Limpeza (Secretaria de Saúde)	N.R.	9	6	12	25	13	52	52	CLASSIFICADO
4733	CLAUDIA CLARO DE ALMEIDA FREITAS	Auxiliar de Limpeza (Secretaria de Saúde)	N.R.	3	3	12	35	12	53	53	DESCLASSIFICADO
4526	IZABEL LOURENÇO DE OLIVEIRA	Auxiliar de Limpeza (Secretaria de Saúde)	N.R.	6	0	12	30	11	48	48	DESCLASSIFICADO
4575	NEUSA SALETE GONÇALVES	Auxiliar de Limpeza (Secretaria de Saúde)	N.R.	3	12	12	20	12	47	47	DESCLASSIFICADO
4529	CLARINDA CLARO DE ALMEIDA	Auxiliar de Limpeza (Secretaria de Saúde)	N.R.	3	6	16	20	11	45	45	DESCLASSIFICADO
4348	LUCINEIDE PEREIRA DE SANTANA	Auxiliar de Limpeza (Secretaria de Saúde)	N.R.	0	9	16	15	10	40	40	DESCLASSIFICADO
4833	KEILA IRACEMA BAUERMAN SPÉZIA	Auxiliar de Nutrição (Sec. de Educação - Cad. Reserva)	N.R.	9	6	20	45	19	80	80	CLASSIFICADO
4471	VANUZA VALENTE BARBOSA	Auxiliar de Nutrição (Sec. de Educação - Cad. Reserva)	N.R.	3	3	12	40	13	58	58	CLASSIFICADO
4751	EMANUELLE GOMES MENDES	Auxiliar de Nutrição (Sec. de Educação - Cad. Reserva)	N.R.	3	0	16	45	14	64	64	DESCLASSIFICADO
4445	VALDIANE SA SOARES	Auxiliar de Nutrição (Sec. de Educação - Cad. Reserva)	N.R.	3	0	16	30	11	49	49	DESCLASSIFICADO
4365	SALETE CASELANI	Auxiliar de Nutrição (Secretaria de Saúde)	N.R.	9	9	20	30	17	68	68	CLASSIFICADO
4319	DIOMAR RODRIGUES DA SILVA	Auxiliar de Nutrição (Secretaria de Saúde)	N.R.	3	3	20	40	15	66	66	CLASSIFICADO
4330	IVANILDA XAVIER DE AMORIM	Auxiliar de Nutrição (Secretaria de Saúde)	N.R.	9	9	12	30	15	60	60	CLASSIFICADO
4444	LEILANNE OLIVEIRA DA SILVA	Auxiliar de Nutrição (Secretaria de Saúde)	N.R.	9	6	16	25	14	56	56	CLASSIFICADO
4591	MARCIA VALERIA CHAGAS	Auxiliar de Nutrição (Secretaria de Saúde)	N.R.	0	9	12	25	11	46	46	DESCLASSIFICADO
4703	MARCIA FREITAS LIMA DOS REIS	Auxiliar de Serviços Gerais	N.R.	12	12	20	50	23	94	94	CLASSIFICADO
4612	JOELMA DE MOURA SANTOS D ARAUJO	Auxiliar de Serviços Gerais	N.R.	15	6	20	50	22	91	91	CLASSIFICADO
4784	JOELMA GOMES DE CARVALHO	Auxiliar de Serviços Gerais	N.R.	12	9	16	45	20	82	82	CLASSIFICADO
4712	VALDICEIA VALENTE BARBOSA	Auxiliar de Serviços Gerais	N.R.	12	9	20	40	20	81	81	CLASSIFICADO
4426	NELCI IVONI HUTTINGER	Auxiliar de Serviços Gerais	N.R.	6	15	20	40	20	81	81	CLASSIFICADO
4748	CLEUNICE DE LURDES GONÇALVES	Auxiliar de Serviços Gerais	N.R.	12	12	20	35	20	79	79	CLASSIFICADO
4741	JEANE COLADELO EVANGELISTA	Auxiliar de Serviços Gerais	N.R.	9	6	20	40	18	75	75	CLASSIFICADO

4559	ROSILAINE BELGO SANTANA	Auxiliar de Serviços Gerais	N.R.	15	9	20	30	19	74	74	CLASSIFICADO
4303	KARINE TEIXEIRA DE LIMA	Auxiliar de Serviços Gerais	N.R.	9	9	16	40	18	74	74	CLASSIFICADO
4683	VALERIA ALMEIDA UBEDA COSTA	Auxiliar de Serviços Gerais	N.R.	6	12	16	40	18	74	74	CLASSIFICADO
4799	EUNICE ROSA DOS SANTOS	Auxiliar de Serviços Gerais	N.R.	3	9	16	45	17	73	73	CLASSIFICADO
4740	JOSIANE ALICE LAZZAROTTO DA SILVA	Auxiliar de Serviços Gerais	N.R.	6	6	20	40	17	72	72	CLASSIFICADO
4402	IVONE MORENO PARRA DOS SANTOS	Auxiliar de Serviços Gerais	N.R.	3	9	20	40	17	72	72	CLASSIFICADO
4360	IRIANI WOICIKOSKI	Auxiliar de Serviços Gerais	N.R.	3	6	16	45	16	70	70	CLASSIFICADO
4673	MARCIA ADRIANA TEIXEIRA DOS SANTOS	Auxiliar de Serviços Gerais	N.R.	12	9	12	35	17	68	68	CLASSIFICADO
4506	ADRIANA MENDES DE OLIVEIRA MACHADO	Auxiliar de Serviços Gerais	N.R.	9	6	8	45	16	68	68	CLASSIFICADO
4626	LUSMAR DE MENEZES	Auxiliar de Serviços Gerais	N.R.	6	9	16	35	16	66	66	CLASSIFICADO
4593	SIMONE MACHADO	Auxiliar de Serviços Gerais	N.R.	6	6	12	40	15	64	64	CLASSIFICADO
4620	MARILENE ALVES DE JESUS CARMO	Auxiliar de Serviços Gerais	N.R.	9	3	20	30	15	62	62	CLASSIFICADO
4530	ZELIA ALZIRA DE LIMA	Auxiliar de Serviços Gerais	N.R.	3	3	20	35	14	61	61	CLASSIFICADO
4425	SANDRA REGINA DE CAMARGO DA PAZ	Auxiliar de Serviços Gerais	N.R.	6	6	12	35	14	59	59	CLASSIFICADO
4543	DINA DA SILVA VASCONCELOS	Auxiliar de Serviços Gerais	N.R.	6	6	16	30	14	58	58	CLASSIFICADO
4441	CLEUZA MOMOLI	Auxiliar de Serviços Gerais	N.R.	9	6	16	25	14	56	56	CLASSIFICADO
4289	GEZIEL LOUREIRO DE MELO	Auxiliar de Serviços Gerais	N.R.	6	6	8	35	13	55	55	CLASSIFICADO
4755	ADAO MENDES FERREIRA	Auxiliar de Serviços Gerais	N.R.	0	3	16	40	13	59	59	DESCLASSIFICADO
4756	GIOVANE DA SILVA PIAMOLINI	Auxiliar de Serviços Gerais	N.R.	6	6	8	30	12	50	50	DESCLASSIFICADO
4522	AILTO FERNANDES AJALA	Auxiliar de Serviços Gerais	N.R.	3	9	16	15	11	43	43	DESCLASSIFICADO
4346	JOSE CARLOS TUON	Auxiliar de Serviços Gerais	N.R.	0	3	12	0	4	15	15	DESCLASSIFICADO
4715	GUILHERME BUFFON DE OLIVEIRA	Auxiliar de Serviços Gerais	N.R.	0	0	0	0	0	0	0	DESCLASSIFICADO
4355	JORGE ROSANE ALTISSIMO	Auxiliar de Serviços Gerais	N.R.	0	0	0	0	0	0	0	DESCLASSIFICADO
4764	LUCIA ADAIANE CARVALHO	Auxiliar de Serviços Gerais	N.R.	0	0	0	0	0	0	0	DESCLASSIFICADO
4538	MARTA DE OLIVEIRA MARÇAL	Auxiliar de Serviços Gerais	N.R.	0	0	0	0	0	0	0	DESCLASSIFICADO
4767	SANDRA MARA ELIZETE MARQUES	Auxiliar de Serviços Gerais	N.R.	0	0	0	0	0	0	0	DESCLASSIFICADO
4295	NEI MARCOS WWARZYNIAK	Marceneiro	61	9	9	20	40	19	78	139	CLASSIFICADO
4443	CLOVIS JOLMAR MENON	Marceneiro	86,5	9	9	8	25	13	51	137,5	CLASSIFICADO
4708	JOSE DOMINGOS FARTO	Marceneiro	46	9	3	12	25	12	49	95	DESCLASSIFICADO
4735	JANDIR RODRIGUES	Mecânico de Máquinas Pesadas	REP.	6	9	16	35	16	66	REP.	DESCLASSIFICADO
4511	CEZAR DE OLIVEIRA MARÇAL	Motorista de Veículos Leves	100	15	9	8	40	18	72	172	CLASSIFICADO
4677	ELPIDIO DE FREITAS	Motorista de Veículos Leves	100	3	9	20	40	17	72	172	CLASSIFICADO
4388	GERCINO CAMPOS VIEIRA	Motorista de Veículos Leves	98	9	9	16	30	16	64	162	CLASSIFICADO
4791	RAPHAEL CANDIOTTI	Motorista de Veículos Leves	REP.	12	9	16	30	17	67	REP.	DESCLASSIFICADO
4567	LUIZ CARLOS ZAMONER	Motorista de Veículos Leves	REP.	6	3	16	35	14	60	REP.	DESCLASSIFICADO
4457	CLEDSON ROBERTO CALAZANS	Motorista de Veículos Leves	REP.	9	3	12	30	13	54	REP.	DESCLASSIFICADO
4750	ELIANE DAGUETTI	Motorista de Veículos Leves	REP.	3	3	16	30	12	52	REP.	DESCLASSIFICADO
4311	MAICON ALMEIDA SILVA	Motorista de Veículos Leves	REP.	6	3	12	25	11	46	REP.	DESCLASSIFICADO
4446	WANGLES DA SILVA CARVALHO	Motorista de Veículos Leves	REP.	6	3	12	25	11	46	REP.	DESCLASSIFICADO
4500	DILMAR DA SILVA	Motorista de Veículos Leves	78	12	0	16	30	14	58	136	DESCLASSIFICADO
4462	LUCAS DE SALES COSTA	Motorista de Veículos Leves	62	6	12	4	20	11	42	104	DESCLASSIFICADO
4718	WESLEY LEITE DE ALMEIDA	Motorista de Veículos Pesados	100	12	15	12	25	17	64	164	CLASSIFICADO
4333	PAULO RICARDO GARCIA SOARES DA SILVA	Motorista de Veículos Pesados	100	9	12	16	25	16	62	162	CLASSIFICADO
4622	VALCIR GNOATTO	Motorista de Veículos Pesados	94	9	9	16	25	15	59	153	CLASSIFICADO
4761	RILDO DA SILVA NUNES	Motorista de Veículos Pesados	100	6	9	12	25	13	52	152	CLASSIFICADO
4482	LEANDRO DOMINGUES DE ARAUJO	Motorista de Veículos Pesados	REP.	6	0	20	20	11	46	REP.	DESCLASSIFICADO
4669	RENATO RODRIGUES DE MORAIS	Motorista de Veículos Pesados	N.C.	12	3	12	15	11	42	REP.	DESCLASSIFICADO
4705	ELIAS SOUZA DE SA	Motorista de Veículos Pesados	REP.	6	3	16	5	8	30	REP.	DESCLASSIFICADO
4304	ILDOMAR KENSI	Motorista de Veículos Pesados	100	6	6	8	30	12	50	150	DESCLASSIFICADO
4480	JOAO BATISTA DE OLIVEIRA	Motorista de Veículos Pesados	86	9	6	12	20	12	47	133	DESCLASSIFICADO
4521	LUIZ CARLOS TEODORO DO PATROCINIO	Motorista de Veículos Pesados	100	0	0	0	15	3	15	115	DESCLASSIFICADO

4706	CHRISTIANO MACIEL SATURNINO	Motorista de Veículos Pesados	N.C.	0	0	0	0	0	0		DESCLASSIFICADO
4830	JOÃO DE OLIVEIRA	Motorista de Veículos Pesados	N.C.	0	0	0	0	0	0		DESCLASSIFICADO
4403	MAGNO LUIZ LONGO	Motorista de Veículos Pesados	N.C.	0	0	0	0	0	0		DESCLASSIFICADO
4745	CARLOS KLEGIN	Operador de Máquinas	REP.	12	12	20	25	18	69	REP.	DESCLASSIFICADO
4582	MELQUESEDEK JUSTINO DOS SANTOS	Operador de Máquinas	N.C.	0	0	0	0	0	0		DESCLASSIFICADO
4448	EDERSON TAVARES	Operador de Máquinas Pesadas	80,5	6	9	20	40	18	75	155,5	CLASSIFICADO
4427	JOSÉ DE AQUINO ROCHA	Operador de Máquinas Pesadas	80,5	9	12	16	35	18	72	152,5	CLASSIFICADO
4455	GELSO DONAT	Operador de Máquinas Pesadas	70,5	9	12	20	35	19	76	146,5	CLASSIFICADO
4362	RUBEN HELFENSTEIN	Operador de Máquinas Pesadas	80	9	6	20	25	15	60	140	CLASSIFICADO
4533	JANDIR BUENO	Operador de Máquinas Pesadas	75	12	9	16	25	16	62	137	CLASSIFICADO
4454	IDEVAN JESUS DOS REIS	Operador de Máquinas Pesadas	59	6	15	20	25	17	66	125	CLASSIFICADO
4690	MARCIO LEVINSK	Operador de Máquinas Pesadas	70,5	6	9	12	25	13	52	122,5	CLASSIFICADO
4411	HEIDER AGOSTINI	Operador de Máquinas Pesadas	REP.	9	15	16	35	19	75	REP.	DESCLASSIFICADO
4412	MARCOS SILVA VIEIRA DE MELO	Operador de Máquinas Pesadas	REP.	9	15	16	35	19	75	REP.	DESCLASSIFICADO
4531	LUIZ CARLOS AUGUSTINI	Operador de Máquinas Pesadas	REP.	12	0	12	20	11	44	REP.	DESCLASSIFICADO
4667	JOVINO FERNADES AJALA	Operador de Máquinas Pesadas	60	6	6	20	5	10	37	97	DESCLASSIFICADO
4820	GENIVALDO JUSTINO DE SOUZA	Operador de Máquinas Pesadas	N.C.	0	0	0	0	0	0		DESCLASSIFICADO
4738	SIDICLEBERSON BURGREVER	Pedreiro	90	12	12	16	30	18	70	160	CLASSIFICADO
4606	SEBASTIÃO SOUZA	Pedreiro	90	6	12	20	30	17	68	158	CLASSIFICADO
4670	JAIR RIBEIRO JUNIOR	Pedreiro	90	0	6	16	30	12	52	142	DESCLASSIFICADO
4345	WALDIR ERCI DREA	Pedreiro	25	6	9	20	30	16	65	90	DESCLASSIFICADO
4361	GLADIMIR JOSÉ RODRIGUÊS	Pedreiro	25	6	6	12	20	11	44	69	DESCLASSIFICADO
4545	JOSIMAR VALE LEMES	Pedreiro	N.C.	0	0	0	0	0	0		DESCLASSIFICADO
4749	SIDNEI SASSI	Pedreiro	N.C.	0	0	0	0	0	0		DESCLASSIFICADO
4524	CLEITON FRANCISCO MOHR	Vigia - Sec. Educação 10ª Agrovila	N.R.	6	9	16	40	17	71	71	CLASSIFICADO
4318	ALCEU BERNARDI	Vigia - Sec. Educação 5ª Agrovila	N.R.	0	3	8	35	10	46	46	DESCLASSIFICADO
4752	PAULO CEZAR MALLAQUIAS	Vigia - Sec. Educação 5ª Agrovila	N.R.	0	0	0	0	0	0	0	DESCLASSIFICADO
4415	ODAIR BELLE PASA	Vigia - Sec. Educação 6ª Agrovila	N.R.	9	0	12	50	16	71	71	DESCLASSIFICADO

OBS...	NOMENCLATURAS UTILIZADAS
N.C.	Candidato não compareceu
N.R.	Não realiza essa modalidade de prova
REP	Candidato reprovou na prova prática
NOTA	Nota de cada disciplina da Prova Objetiva
SITUAÇÃO	Situação atual do candidato no concurso
SOMA NOTA	Soma geral das Notas das disciplinas
NOTA FINAL	NOTA FINAL
RECURSO / CLASSIFICAÇÃO ATÉ 26/06/2014 11 HORAS	

Alta Floresta MT, 24 de junho de 2014

S.O.S. Assessoria Contábil e Adm LTDA ME
SIDNEY ORIBES DA SILVA
Empresa Organizadora do Concurso Público

Publicado por:
Sibelle Cristina Santos e Silva
Código Identificador:E2EB601B

